

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL-MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?”  
ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

Santa Cruz do Sul, abril de 2008

Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO<sup>1</sup>?”**  
**ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl (UNISC)  
Co-Orientadora: Profa. Dra. Loiva Otero Félix (UFRGS)

Santa Cruz do Sul, abril de 2008

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que o título escolhido para a tese não tem a mesma conotação dada pelo antropólogo Roberto da Matta, que trabalha o jeitinho brasileiro no sentido de autoridade como, por exemplo, delegado, juiz, senador etc., na década de 1980 a 1990. Pelo contrário, neste trabalho a expressão “Sabes com quem estás falando?” deve ser entendida no sentido de dominação, violência simbólica, distinções e classificações no universo das representações sociais, detectadas, especialmente através das construções advindas dos recursos da análise de discurso protagonizadas por Pierre Bourdieu.

Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?”**  
**ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

*Prof. Dr. Mário Riedl*

Professor Orientador - UNISC

*Prof<sup>a</sup>. Dra. Loiva Otero Félix*

Professora Co-orientadora - UFRGS

*Prof. Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira*

*Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó*

*Prof. Dr. João Carlos Tedesco*

Ao meu marido, José Antônio Pinto Cavaleiro, pelo amor, dedicação e auxílio neste e em todos os momentos de minha vida.

Aos meus filhos Graciete e Leonardo, razões da minha existência, motivos de alegria e estímulos para continuar.

Ao meu pai, Carlos Sartori, *in memoriam*, e à minha mãe, Ida Sartori, pelas bases sólidas a partir das quais cresci.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Mário Riedl, Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e meu orientador, pela atenção, carinho e dedicação nas horas difíceis.

À Professora Dra. Loiva Otero Félix, minha co-orientadora, pela sua preocupação, incentivo, acompanhamento preciso e competente que me dispensou no desenvolvimento deste estudo.

Ao Professor Dr. Marcos A. F. Ferreira, pelo seu incentivo, carinho e atenção.

Ao Professor Dr. Inácio Helfer, pelo empenho em colaborar para o meu crescimento e conhecimento.

Aos meus familiares, por reafirmarem sua crença em mim e pelo auxílio na pesquisa documental.

Ao meu genro Fernando Saito, pela sua disposição e auxílio nos momentos difíceis de pane no computador, sempre solucionando com precisão e rapidez.

A minha querida maninha Ivana Dolejal Homem, pelo ombro amigo, atenção, carinho e auxílio para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu estimado amigo e colega Moacir, pelo seu carinho e incentivo nos momentos difíceis.

A minha querida amiga e colega Glória, por me fazer compreender o verdadeiro significado da palavra amizade.

A Cássia Andrada de Paula, secretária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pelo seu imenso carinho e rapidez nas informações.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela rapidez no atendimento às solicitações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela paciência, compreensão e atenção dispensados na mediação do conhecimento.

Aos colegas do doutorado, pelo incentivo e amizade.

Aos amigos, pelo carinho e compreensão.

Aos funcionários dos arquivos pesquisados, pelo interesse e dedicação dispensados.

A todos que contribuíram de alguma maneira para a elaboração e conclusão deste estudo.

*Só fazemos melhor aquilo que repetidamente  
insistimos em melhorar. A busca da excelência não  
deve ser um objetivo.  
E, sim, um hábito.  
(Aristóteles)*

## RESUMO

Este estudo teve a finalidade de investigar as articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como a contribuição das mesmas, no desenvolvimento econômico sul-rio-grandense entre 1930 a 1945, ou seja, na Era Vargas, nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. A hipótese levantada para nortear a pesquisa partiu do pressuposto de que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder através do poder econômico, numa demonstração de que àqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que o apoiaram em sua trajetória. Em se tratando do recorte conceitual, centramo-nos nas elites regionais gaúchas, entendida conotativamente como o grupo reduzido de pessoas que detinham o controle político da sociedade da época ocupando os cargos e funções institucionais. Quanto ao recorte operacional, levando em conta que a pesquisa buscou uma explicação histórica de um segmento das classes dominantes, ou seja, as elites políticas, optamos pelo procedimento técnico da pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, o método adotado foi o hipotético-dedutivo, pois a partir da hipótese formulada realizamos pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das Associações Comerciais, relatórios, jornais e telegramas. Os integrantes das elites políticas no período delimitado, em nível estadual e federal, foram determinados segundo o critério da frequência com que seus nomes fizeram parte do material pesquisado, além do partido político, período e designação que ocuparam no recorte temporal delimitado. Dessa forma, analisamos os critérios de posse e controle de cargos, evidenciando quem era, no período, presidente da República, governador, interventores, deputados federal e estadual. Através da técnica de elaboração de quadros compusemos os integrantes das elites políticas no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo e Carazinho, desvelando as particularidades sociais mais exigidas em cada grupo e sua evolução no tempo, pois tratamos da composição do capital e de atributos políticos, culturais, econômicos e sociais, para, então, observar a sua valorização ou não dentro do contexto do estudo. A técnica da análise discursiva permitiu reconhecer e analisar a dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política de cada membro considerado elite. Concluímos que as elites políticas faziam parte do contexto institucional de modo direto ou indireto, ocupando cargos e posições de confiança dos partidos políticos que davam suporte ao governo, especialmente ao federal, ao passo que as elites econômicas atuavam nos diversos segmentos da sociedade, destacando-se em diferentes ocupações e profissões. Assim, a inter-relação estabelecida entre as duas elites possibilitava que as elites políticas influenciassem os diferentes setores da sociedade, distribuindo recursos e representando os interesses das elites econômicas, que lhes dava suporte através da prestação de favores, apoios, colocação de “afiliados” em cargos políticos e outras ações análogas. O modelo de Estado proposto por Vargas, desenvolvimentista e intervencionista, se prestava para que as elites políticas se valessem do poder econômico para permanecerem atuando, o que é demonstrado ao longo da tese para o recorte histórico escolhido.

Palavras-chave: Elite política. Elite econômica. Poder. Desenvolvimento regional.

## **ABSTRACT**

This study had the purpose of investigating the political articulations established by regional elites, as well as their contribution to the process of economic development in the counties of Passo Fundo and Carazinho, between 1930 and 1945, the so called “Vargas Era”. The hypothesis raised to guide the research was based on the assumption that the political elites delimited their sphere of power through the economic power. Likewise, a demonstration that those who represented the economic forces in the surveyed counties were those influential in the regional political life, occupying important positions and indicated by the political parties that supported Getulio Vargas in his political trajectory. Contextually, the focus lies on the regional elites, a small group of people who had the political control of the society and also the control of the main economic organizations. Considering that the study looked for an historical explanation of the role of the political elites, we decided to use the hypothetical-deductive method. For this, we searched different sources, like newspapers, telegrams, reports from the Business Associations, life histories, biographies and historical archives. The members of the political elite during the study period were determined according to the frequency their names appeared on the material searched. Through this technique we compiled the members of the political elite in the State of Rio Grande do Sul, as well as in the counties of Passo Fundo and Carazinho, during the study period (1930 – 1945). The conclusion points to the confirmation of the hypothesis that the political elite was part of the institutional context in a direct or indirect way. It held key and confidential positions in political parties which supported the government, especially the federal government, while the economic elites were active in various sectors of society, outstanding in different occupations and professions. Thus, the inter-relationship between these two elites allowed the political elite to influence different sectors of society, distributing resources and representing the interests of the economic elite, which gave them support through the rendering of favors, placing political “affiliates” in public functions and other similar actions. The model of State proposed by Vargas, developmental and interventionist in essence, was useful for both the political elites and the economic elites, which is shown along the thesis for the selected historical period.

Keywords: Political elites. Economic elites. Power. Regional development.



## LISTA DE QUADROS

1 - Comparativo das eleições eleitorais de 1933-34 em Passo Fundo .....	143
2 - Representativo dos prefeitos que estiveram à frente da Prefeitura de Carazinho .....	180
3 - Dados estatísticos em toneladas, do boletim do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, da produção de grãos no Brasil 1929-1930 .....	250
4 - Demonstrativo das receitas e despesas no município de Passo Fundo de 1930 a 1945 .....	273
5 - Representativo do valor das exportações em Carazinho em 1938 .....	286

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- 1 - Resultado das eleições em Passo Fundo e Carazinho para as eleições de 1933 ..... 132
- 2 - Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Federal ... 140
- 3 - Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Estadual ..141

## LISTA DE TABELAS

1 - Produtos exportados em Carazinho .....	285
2 - Demonstrativo da receita do Município de Carazinho/1936 .....	287
3 - Valores excedentes à receita/1936 .....	288
4 - Representativa da arrecadação de taxas 1938/1939 .....	292
5 - Demonstrativo do crescimento da renda estadual no município 1935/1938 .....	292
6 - Renda da estação férrea 1931/1939 .....	294
7 - Pessoas ocupadas por ramos de atividades no Rio Grande do Sul/1940 .....	300
8 - População por situação do domicílio, de Carazinho, Passo Fundo e RS/1940 .....	301
9 - Número de estabelecimentos por grupo de área total, em ha, em Carazinho e Passo Fundo/1940 .....	301
10 - Pessoas ocupadas por ramos de atividades em Carazinho e Passo Fundo/1940 .....	302
11 - Produto Interno Bruto setorial de Carazinho, Passo Fundo e RS/1939 .....	302
12 - Quocientes locacionais, por atividade, de Carazinho e Passo Fundo/1940 .....	303

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	Aliança Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CIB	Centro Industrial do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Social e Política
EUA	Estados Unidos da América
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FUG	Frente Única Gaúcha
LDN	Liga de Defesa Nacional
LEC	Liga Eleitoral Católica
LEP	Liga Eleitoral Proletária
MDP	Movimento Democrático Progressista
PAN	Partido Agrário Nacional
PCB	Partido Comunista do Brasil
PL	Partido Libertador
PPS	Partido Popular Sindicalista
PR	Partido Republicano
PRC	Partido Republicano Castilhistas
PRL	Partido Republicano Liberal
PRP	Partido de Representação Popular
PRR	Partido Republicano Riograndense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QL	Quoeficiente Locacional
RS	Rio Grande do Sul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
VARIG	Viação Aérea Rio-Grandense
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 O PERFIL E O COMPORTAMENTO DAS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL: 1930-1945 .....	41
1.1 Contextualização nacional.....	41
1.2 Contextualização regional .....	52
1.3 Considerações acerca da classificação das elites.....	67
1.4 Conceitos de política, poder e elite.....	70
1.5 Conceito de elite política .....	78
1.6 Conceito de elite econômica.....	84
1.7 Formadores da elite política em nível de estado no período de 1930-1945 .....	88
2 AS ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE PASSO FUNDO E CARAZINHO.....	95
2.1 As elites regionais e a sua inserção histórico-nacional.....	99
2.1.1 A questão pró-emancipacionista de Carazinho .....	104
2.1.1.1 O memorial pró-emancipação de Carazinho .....	108
2.2 Características gerais das elites políticas em nível regional.....	112
2.2.1 A presença do coronelismo no Rio Grande do Sul e no Planalto Médio .....	116
2.3 A Revolução Constitucionalista de 1932 e sua repercussão nos municípios de Passo Fundo e Carazinho.....	120
2.4 A rearticulação do sistema partidário e a dissidência do PRL .....	124
2.4.1 As eleições para a Constituinte Federal de 1933.....	127
2.4.2 A eleição de 1934 para deputado federal e constituinte estadual.....	134
2.4.3 As eleições municipais em 1935 .....	142
2.5 A reconstitucionalização e o <i>modus vivendi</i> gaúcho .....	147
2.5.1 O Estado Novo .....	149
2.6 Composição das elites .....	169
2.6.1 A elite política de Passo Fundo .....	173
2.6.2 A elite política de Carazinho .....	176
2.7 Pontos convergentes e divergentes das elites políticas estaduais e regionais na época ...	182
2.7.1 As divergências em relação à emancipação de Carazinho .....	185
2.7.2 A cisão política em Carazinho e Passo Fundo.....	189
2.7.3 As divergências provocadas pelas eleições no Estado Novo .....	205
2.7.3.1 Divergências em Carazinho.....	205
2.7.3.2 Divergências em Passo Fundo.....	214
2.7.3.3 A redemocratização do pós-1945 .....	222
3 A ATUAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS REGIONAL E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO MÉDIO .....	230
3.1 As decisões - políticas nacional e estadual - e seu alcance econômico no estado gaúcho.....	234
3.1.1 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Passo Fundo.....	255
3.1.2 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Carazinho.....	274
3.1.3 Especialização: análise do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul, Carazinho e Passo Fundo com base no censo de 1940 .....	299

3.2 As decisões políticas e o alcance social nos municípios de Passo Fundo e Carazinho....	304
3.2.1 Em Passo Fundo .....	319
3.2.2 Em Carazinho .....	321
3.3 A delimitação do poder das elites políticas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho e a manutenção do poder econômico .....	325

CONCLUSÃO.....	358
REFERÊNCIAS .....	366
FONTES DOCUMENTAIS .....	378
FONTES DE IMPRENSA LOCAL .....	380
LOCAIS DE PESQUISA .....	380

## Volume II

ANEXOS .....	385
ANEXO A - Mapas do Rio Grande do Sul de 1931 a 1944 e das regiões do Planalto Médio, Passo Fundo e Carazinho .....	382
ANEXO B - Quadro de integrantes da elite política do Rio Grande do Sul - Lista dos parlamentares gaúchos em nível estadual e federal/ 1929-1945.....	389
ANEXO C – Tabelas do resultado das eleições nos municípios de Passo Fundo e Carazinho em 1933 e 1934 .....	415
ANEXO D - Quadro de integrantes da elite política de Passo Fundo de 1930 a 1945 .....	416
ANEXO E - Quadro de integrantes da elite política de Carazinho de 1930 a 1945.....	441
ANEXO F – Vinculações políticas dos sujeitos envolvidos no contexto político Carazinhense .....	463
ANEXO G - Quadro de integrantes da elite econômica de Passo Fundo de 1921 a 1945 conforme atas da Associação Comercial de Passo Fundo.....	466
ANEXO H- Quadro de integrantes da elite econômica de Carazinho de 1930 a 1955 conforme atas da Associação Comercial de Carazinho.....	477
ANEXO I- Quadro da situação industrial do município de Carazinho em 1937 .....	486
ANEXO J- Quadro da situação industrial do município de Passo Fundo em 1937 .....	488

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre os processos, fatos, atores e, especialmente as relações do poder político nos âmbitos nacional e estadual continua despertando interesse no meio acadêmico, especialmente no que tange à interferência dessas em nível municipal, uma vez que repercutem na manutenção ou não do poder dos grupos à frente das decisões que afetam a vida dos cidadãos.

Neste estudo, tratamos da investigação histórica acerca dos pontos convergentes e divergentes nas articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como da sua contribuição para o desenvolvimento econômico sul-rio-grandense, no período de 1930 a 1945, retomando e aprofundando um dos aspectos desenvolvidos na dissertação efetuada no mestrado em História Regional, na Universidade de Passo Fundo, intitulada *Relações de Poder no Estado Novo: uma permanência sui generis - o caso Albino Hillebrand em Carazinho/RS*. Dando continuidade à pesquisa, avançamos em novas direções, diante da possibilidade percebida de explorar novas fontes, permitindo um conhecimento mais aprofundado sobre o período delimitado. Assim, analisamos as repercussões e situações políticas ocorridas no Rio Grande do Sul naquela época, as quais contribuíram para o desenvolvimento econômico em nível local, especificamente dos municípios de Passo Fundo e Carazinho.

Igualmente, nosso trabalho busca averiguar a atuação das elites políticas sul-rio-grandenses, a fim de obter resposta ao problema de pesquisa proposto, que investiga como as elites políticas e econômicas delimitavam suas esferas de poder e de que forma as subordinavam ao seu poder econômico. Ao propor este trabalho, em âmbito regional, buscamos, sobretudo no aspecto originalidade contribuir com as reflexões sobre as implicações acerca do universo da história regional e suas vinculações ao contexto nacional brasileiro. Nessa linha é importante ressaltar que fundamentamos nossa busca no pensamento de inúmeros autores, bem como em diversos textos que enfocam a temática, priorizando outras nuances, porém com abordagem próxima da que escolhemos.

Temos procurado, em nossos trabalhos anteriores<sup>2</sup>, clarificar que a compreensão do todo e das partes, do mundo e suas divisões, possibilita-nos preservar identidades sem descaracterizar o *locus* mais geral e, com isso, trazer uma contribuição para a história regional. Assim, as questões adstritas ao estudo da história regional, centradas na atuação da elite política, que se define por um grupo reduzido de pessoas que detêm o controle político de uma sociedade por ocupar cargos ou funções no âmbito do poder institucional, ganham destaque e merecem a nossa atenção, especialmente porque, em relação ao recorte geográfico e cronológico enfocado, os municípios de Passo Fundo e Carazinho, entre os anos de 1930 e 1945, não existem escritos sistematizados acerca da delimitação proposta.

Diante desse contexto, ampliamos a abrangência de nossa justificativa extrapolando para a averiguação *in loco* das fontes documentais existentes em arquivos municipais e estaduais acerca do desenvolvimento econômico regional, localizadas em nossa dissertação de mestrado, cuja temática envolveu o cenário político das interventorias no Rio Grande do Sul, destacando as trocas e manutenções de prefeitos no período de 1937 a 1945.

A questão norteadora naquela investigação<sup>3</sup> foi o caso da interventoria na cidade de Carazinho, as relações de poder no município no período estado-novista, tendo como objeto específico a administração do prefeito Albino Hillebrand e o desenvolvimento econômico do referido município durante sua gestão. Examinamos a imprensa local, dando destaque aos jornais *Jornal da Serra* e *Noticioso*, de Carazinho, e *O Nacional*, de Passo Fundo, bem como realizamos uma ampla pesquisa em arquivos públicos regionais e locais. Instiga-nos o desejo de desvelar esse contexto, ampliando, dessa forma, a temática desenvolvida no curso de mestrado a fim de contribuir com os estudos sobre as elites e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. A proposta deste trabalho de investigação acadêmica é analisar o complexo quadro socioeconômico e político do período em questão com base, especialmente, em acervos documentais disponíveis.

Quer nos parecer, salvo melhor juízo, que uma das abordagens que se impõe nesta pesquisa consiste na possibilidade da existência de uma diferenciação entre os conceitos de

---

<sup>2</sup> CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Imprensa e poder: o caso sui generis de Carazinho-RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>3</sup> *Ibid.*



elite política e elite econômica, embora a literatura disponível traga a idéia de que esses segmentos sociais são praticamente idênticos. No entanto, partimos da concepção de que existe uma diferença entre ambas, pois a elite política está ligada aos espaços de poder, à tomada de decisões, ao encaminhamento dos projetos de interesse mais amplos da sociedade, ao passo que a elite econômica depende das medidas, dos avanços e das tomadas de decisão da classe política, as quais possibilitam sua atuação nos setores industrial, comercial, madeireiro e agroindustrial, através de interventores, prefeitos, vereadores, líderes eleitos por partidos políticos. Assim, essa relação aponta a vinculação de poder nas esferas política e econômica dos contextos estudados, especialmente em se tratando do desenvolvimento da região. No entanto, discordamos de Luíz Pecoitts Targa, quando afirma que “no Rio Grande do Sul foi sempre o político que gerou o econômico”<sup>4</sup>, entendemos que o político serviu apenas como um canal de diálogo para sustentar os interesses das elites econômicas.

Enfatizamos uma proeminente contribuição para a análise política, na qual se insere o estudo da atuação das elites políticas e econômicas contemporâneas. No plano político, pela delimitação da trajetória dos parlamentares, identificamos a posição preferencial de operação, ou seja, se esta se encontra no próprio Poder Legislativo ou se é utilizada a carreira congressual como desvio para objetivos políticos mais significativos, em especial o acesso a cargos no Poder Executivo<sup>5</sup>. Para tanto, incluímos os conflitos ideológicos que são oriundos, por exemplo, da Revolução de 1930, bem como a disputa por cargos políticos por parte da elite governante e da não governante.

Em relação à inserção econômica, a incorporação de novos atores e a retirada de outros ocorrem em consonância com determinações do plano político. O importante nessas constatações reside, sobretudo, na continuidade e descontinuidade dos atores, que estão imbuídos de caráter de modernização conservadora no plano político, o que oportuniza uma discussão dos problemas gerados por relações de ordem econômica e política, situando-os no contexto do capitalismo tardio e dependente.

É nessa concepção que as elites se apossam de discursos não dominantes de demandas

---

<sup>4</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoitts (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 68-69.

<sup>5</sup> BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000. p. 08.

populares com o intento de construir um projeto nacional, de difundir uma idéia de participação e pertencimento nos assuntos relacionados ao poder público. Assim, o discurso político é o lugar mais apropriado para a invenção desse “projeto coletivo”. Foi a partir do discurso que as elites buscaram subjugar sentimentos minoritários locais identitários a um sentimento identitário nacional, submetendo qualquer sentimento de pertencimento a outros grupos, como, por exemplo, de crença religiosa, classe social, agremiações políticas, associações etc. Assim, o indivíduo tem a necessidade de se reconhecer como membro de uma nação pela qual deve abandonar interesses particulares em função do “bem comum”<sup>6</sup>.

A nação é uma categoria, uma construção simbólica que possui a sua origem associada a interesses específicos de grupos que fazem parte de uma elite político-econômica, a qual tomou para si, em nome do desenvolvimento público, a missão de unir populações pertencentes a um mesmo território. Entretanto, o projeto de nação que nasce para apoiar o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo como sistema e da burguesia como classe dominante e legítima “foge das mãos” dessas elites e torna-se patrimônio comum a todas as classes sociais, sendo passível de metamorfoses e reorganizações segundo a visão dos mais variados segmentos da sociedade<sup>7</sup>. O projeto de nação identificado neste trabalho é o projeto formulado pelas elites dominantes, de maneira especial pelas elites políticas e econômicas.

Nesse contexto de Estado-nação é importante recorrermos a Gauer, para quem

uma primeira observação a respeito da questão da história da construção do Estado-Nação no Brasil, diz respeito a uma perspectiva temporal. A relação da nação, com seu passado abrange uma temporalidade em três dimensões, cada uma delas possui um sentido específico. A primeira dimensão é aqui tratada como um passado coletivo, vivido no momento que inicia a construção das instituições do país. As representações criadas nessa dimensão funcionaram como um dado que pode ser presentificado por meio de recodificações que puderam ser constituídas no fluxo da temporalidade. Portanto, a ênfase atribuída a determinados fatos, assim como a importância conferida e a densidade na forma de abordá-los permitiu dar maior importância a alguns aspectos e estabelecer conexões entre eles e o tempo presente. Dessa forma, podemos presentificar o passado e por esse caminho mitificar determinados eventos. Situar-se em uma perspectiva atemporal, dar uma qualidade ao povo brasileiro, buscar explicar o cerne da alma da Nação, como se essa tivesse uma substancialidade, procurada por muitos e qualificada de várias formas como a de povo pacífico, generoso e cordial, é buscar encontrar a razão primeira, o passado, como uma realidade fixa e contínua, legitimadora de uma aderência temporal

---

<sup>6</sup> BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000. p. 07-08.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 08.

estruturante. A historiografia brasileira tem, ao logo dos séculos XIX e XX, procurado explicar a substancialidade nacional reatualizando o mito, a metáfora de uma identidade imaginada. O evento fundador vincula-se à necessidade de criar um sistema de representações que permita aos cidadãos brasileiros participarem, como uma coletividade, da noção de pertencimento. O discurso – a maneira como foi construído o sentido que influenciou e organizou as ações e as concepções que temos de nós – inscreve-se na história da fundação do Estado<sup>8</sup>.

É do conhecimento geral que o Brasil teve um processo de industrialização tardio, em grande parte provocado pelo primeiro conflito mundial e, posteriormente, por um contexto conjuntural de dificuldades para importar produtos industrializados e insumos, pela ociosidade de capital provocada pela crise do café, pelo reduzido mercado interno, bem como pela estrutura econômica e política existente até as primeiras décadas do século XX<sup>9</sup>.

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente, como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, o que é chamado de “capitalismo industrial”. O processo de industrialização em qualquer região supõe como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil, além de, correlatamente, implicar um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho<sup>10</sup>.

A economia cafeeira capitalista criou as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria ao gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social e passível de se transformar em capital produtivo industrial; ao transformar a própria força de trabalho em mercadoria e, finalmente, ao promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis<sup>11</sup>.

Não podemos negar que o movimento do capital cafeeiro, em relação ao capital industrial, beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da política econômica do Estado. O complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-

---

<sup>8</sup> GAUER, Ruth M. Chittó. O mito fundacional do estado-nação: violência e medo. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002. p. 01.

<sup>9</sup> TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 38.

<sup>10</sup> DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>11</sup> *Ibid.*

dinheiro, que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque atravessávamos um período exportador<sup>12</sup>.

A lucratividade dos projetos industriais teria sido favorecida pela queda da taxa de salários, pelo alto grau de proteção de que gozou a produção industrial e pelas isenções tarifárias concedidas à importação de máquinas e equipamentos, ainda que prejudicada pela elevação dos custos decorrentes das desvalorizações cambiais, que apenas em parte puderam ser transferidas para os preços<sup>13</sup>. O complexo exportador cafeeiro criou demanda não somente para bens de consumo, como também para meios de produção. Com as profundas desvalorizações cambiais e o comportamento da taxa de salários, a rentabilidade da indústria de bens de produção, como a siderúrgica, foi negativamente afetada em relação à indústria de bens de consumo, por se caracterizar por uma maior relação do capital com o trabalho e necessitar um maior componente importado dos elementos do capital constante<sup>14</sup>.

Nesse contexto, aceleram-se a concentração e a centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas à custa da liquidação de empresas marginais. A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista, está duplamente determinada: pela realização do capital cafeeiro e pela acumulação do capital industrial<sup>15</sup>.

O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. A recuperação da economia, promovida objetivamente pela política econômica do Estado, levou a que a capacidade ociosa criada pelo desfalecimento da demanda e, mesmo, em certos casos, a anterior à crise fosse preenchida. O capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas de inversão, com um risco baixo, na medida em que percorresse seu caminho natural, afrontando sempre as linhas de menor resistência: expandir a indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do

---

<sup>12</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: Albuquerque, J.A. Guilhon. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 57-58.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

<sup>15</sup> Ibid.

setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis leves; ou, mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas<sup>16</sup>.

Para Singer, o conteúdo histórico-estrutural do desenvolvimento foi, antes de tudo, uma ideologia da transição, da consolidação da burguesia industrial, acoplada, funcionalmente, a outros setores, como, por exemplo, o agrícola e o financeiro, inserida numa dimensão da racionalidade do processo produtivo e social, sob a dinâmica da máquina e do consumo. Isso repercutiu diretamente na promoção das condições de vida e também na mobilidade social contínua e expressiva, que simbolizou a idéia do progresso e do bem-estar social<sup>17</sup>.

Por sua vez, o espaço econômico apresenta condições de identificar o modelo de atuação dos grupos de interesse com maior prestígio na condução da política econômica. Como exemplo desta assertiva mencionamos a linhagem como um fator determinante da base sólida e consolidada de um segmento social<sup>18</sup>. Nesse sentido, concordando com Mills, constatamos que existem indícios concretos de que as repercussões e situações políticas no Rio Grande do Sul no período em estudo, referentemente às categorias ou grupos sociais que ocupavam o topo de estruturas de poder, influenciavam na distribuição de recursos para os Municípios, com vistas ao processo de construção do Estado pós-1930. Tais grupos é o que denominamos de “elites”, sejam políticas, sejam econômicas, pois mantinham uma relação estreita para se fortalecerem<sup>19</sup>.

Com base nas análises realizadas no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, observamos que o contexto que envolveu o cenário do Estado Novo estava subordinado as articulações de poder nos âmbitos nacional e estadual, que interferiram e repercutiram em níveis municipais de acordo com uma minoria detentora do poder econômico, político, social e cultural, em contraposição a uma maioria que se encontrava privada do poder.

---

<sup>16</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

<sup>17</sup> SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>18</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 68.

<sup>19</sup> Ibid.

Igualmente, foi nessa situação, marcada por disputas e debates em torno da determinação de uma nova estratégia de poder, que persistimos ser no quesito do desenvolvimento econômico regional, fundamentado em razões políticas, econômicas e sociais, que essa mesma relação se tornava uma questão central no cenário político e um problema crucial para a construção de um projeto que combinasse estabilidade política, ordem social e desenvolvimento econômico.

Na visão de Diniz, a evolução da estrutura produtiva no decorrer do período compreendido entre 1930 a 1945 confirma a aceleração do processo de passagem do pólo dinâmico da economia do setor exportador para o setor produtor para o mercado interno, incluindo-se aí a atividade industrial. Levantar o véu da questão passa, necessariamente, pela caracterização das forças sociais que impulsionaram a industrialização e pela análise da importância da atuação de grupos técnicos, ligados à burocracia estatal, civil e militar, na formulação e implementação de medidas de caráter industrialista e modernizante<sup>20</sup>.

Ressaltamos que entre os anos de 1945/1950 ocorreu a consolidação da segunda fase do processo de substituição de importações, especialmente das referentes aos bens de consumo duráveis. O início das atividades da indústria automobilística, seguida da indústria de eletrodomésticos e de eletroeletrônica, introduziu e agilizou esse importante setor econômico. Tal processo demandou aumento de capital, tecnologia atualizada, mão-de-obra especializada, produção em escala, capacidade gerencial, concentração espacial da propriedade, das riquezas do capital e da renda<sup>21</sup>.

Dáí o sentido de Tedesco afirmar que, em se tratando da questão industrializante, a burguesia industrial não foi, em sua totalidade, hegemônica, pois as direções e limites do sistema econômico e político nacional e a internacionalização obrigaram à recomposição de forças no interior da classe dominante e dirigente. Assim, havia um empenho tanto por parte da burguesia agrária como da burguesia internacional, e, mesmo que não fossem hegemônicas, estavam comprometidas entre si e tinham laços tanto com o mercado interno como com o externo. Além disso, sua estrutura e incorporação econômica assentavam-se

---

<sup>20</sup>DINIZ, Ely Roque. *Empresários e estado na década de trinta*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 311.

<sup>21</sup> TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

sobre a égide da racionalidade capitalista, produzindo para o mercado externo e acompanhando as transformações estruturais da economia como um todo<sup>22</sup>.

Acompanhando o exposto, lembramos que, desde o final do século IX, o Rio Grande do Sul vivia o seu processo de constituição de uma sociedade capitalista, comportando a transformação capitalista da grande propriedade agrária e a constituição de uma ordem burguês-industrial. Nessas transformações, o Estado desempenharia importante papel. O Partido Republicano Riograndense, no plano econômico, defendia um modelo diversificado e integrado de desenvolvimento, no qual os setores primário e secundário se inter-relacionassem. Mesmo não elaborando um projeto industrializante, o PRR tinha entre as suas preocupações o apoio ao desenvolvimento industrial<sup>23</sup>.

Nessa medida, ao lado da elite técnica, enfatizamos o papel da elite política como agente de modernização, sem negar a relevância da participação desses setores na definição de linhas de ação identificadas com o reforço do capitalismo industrial, visando à maior competição política entre as elites e a uma maior complexidade socioeconômica<sup>24</sup>. Sabemos que no início do século XX as elites econômicas, sociais e intelectuais se igualavam com as elites políticas. Para tanto, foi proporcionada a acessibilidade a cargos públicos a indivíduos da classe média, o que se constituiu como uma força de retenção das elites políticas para que não se sobrepusessem tanto às outras.

Assim, no recorte político e econômico proposto, envolvendo os municípios de Passo Fundo e Carazinho, no período de 1930-1945, reconhecemos que a elite política é entendida como um pequeno grupo de pessoas que detinham o controle político da sociedade regional e também os cargos e funções no âmbito do poder institucional. Conseqüentemente, é óbvio que o alcance econômico e social das decisões políticas da época adotavam estratégias que beneficiavam diretamente os grupos detentores do poder que tenham permanecido ou não no mesmo.

---

<sup>22</sup> TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 39.

<sup>23</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 12.

<sup>24</sup> DINIZ, Ely Roque. *Empresários e estado na década de trinta*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 311.

Dessa forma, consideramos a existência de espaços e grupos de poder que atuavam também no âmbito do poder não institucional, exercendo uma sutil pressão. Estamos nos referindo, portanto, a outro tipo de elite, a intelectual, responsável pela formação e divulgação de um conjunto de idéias que a apóiam (ou não), bem como promovem uma coesão (ou não) entre os diversos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, para Félix,<sup>25</sup> “o âmbito do político situa-se no universo das ações e decisões realizadas no espaço da *polis*, no espaço público por excelência e que, como tal, se contrapõe ao espaço do privado”.

Seguindo este ponto de vista, neste trabalho, formulamos a hipótese de que as repercussões e situações políticas ocorridas no Planalto Médio, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, demonstram que as elites políticas delimitavam suas esferas de poder por meio do poder econômico. Com o intuito de confirmar ou negar a hipótese proposta, utilizamo-nos de dois modelos previamente escolhidos: o de caráter exploratório e o comprobatório, que buscou nas fontes primárias a realidade da época pesquisada, valendo-se da análise de documentos, especialmente de jornais, telegramas e relatórios arquivados<sup>26</sup>, sem, contudo, se descuidar da pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, a questão norteadora de nossa problemática vem ao encontro da investigação sobre os pontos convergentes e divergentes nas articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como sobre a sua contribuição no desenvolvimento econômico sul-rio-grandense no período de 1930 a 1945. Nosso intuito é contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o desenvolvimento regional e atuação das elites políticas, com a análise do caso dos municípios elencados Passo Fundo e Carazinho situados no Planalto Médio gaúcho.

Para definir quem foram os integrantes da elite política que atuaram no período de 1930 a 1945 em nível estadual e federal, o critério utilizado foi o da pesquisa em jornais, arquivos, atas e documentos, de modo a levantar os nomes, partido político, período e

---

<sup>25</sup>FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. História. Unisinos - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. In: *V Encontro Estadual de História*, São Leopoldo, 2001. p. 107.

<sup>26</sup> A pesquisa empírica está baseada nos dados levantados junto à imprensa local da época, ou seja, *Jornal da Serra* (de 1930 a 1945); *Noticioso* (de 1942 a 1945); *O Nacional* (de 1930 a 1945); *Diário da Manhã* (de 1930-1945), *Correio do Povo* (de 1930 a 1945) e *A Federação* (1930 a 1937). Também, serviram de suporte outras fontes, relacionadas na bibliografia, mas de igual importância, pois são documentos das Prefeituras Municipais de Passo Fundo e de Carazinho, além dos dados constantes nos diferentes arquivos históricos situados em Porto Alegre. Vide relação completa nas referências.



designação. Dessa forma, analisamos os critérios de posse e controle de cargos, evidenciando quem era, no período, presidente da República, governador, interventores, deputados federal e estadual. Assim, para analisar a configuração e o comportamento das elites políticas do Rio Grande do Sul, no período estipulado pela pesquisa, tomando como referência o critério apresentado, elaboramos quadros dos integrantes das elites políticas no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo e Carazinho, que se encontram nos (Anexos B,C e D). Aqui desvelamos as particularidades sociais mais exigidas em cada grupo e sua evolução no tempo, pois tratamos da composição do capital e de atributos políticos, culturais, econômicos e sociais, para, então, observar a sua valorização ou não dentro do contexto do estudo. Nesse estudo pela descrição dos atores e de seus discursos proferidos, pudemos analisar a dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política de cada membro considerado elite.

Nesse sentido, identificamos pelas atas da Associação Comercial (Anexo G e H), dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, as características consideradas essenciais para que alguém pudesse fazer parte do contexto social, político e econômico da época estudada. Entretanto, percebemos uma forte ligação entre poder econômico e poder político, uma vez que os que detinham o primeiro normalmente conduziam o segundo, ou, então, faziam-se representar por alguém do seu grupo, importante se faz esclarecer que os representantes do poder político (elites políticas), dependiam do poder econômico (elites econômicas) para delimitarem suas esferas de poder.

Bourdieu<sup>27</sup> esclarece que nessa relação de força são utilizados pelos agentes os capitais, ou seja, poderes de várias espécies que ocorrem em diferentes campos<sup>28</sup>, os quais determinam as diversas práticas do agente de posicionar-se em cada campo da estrutura social. Nesse sentido, o agente é considerado ativo e passivo da ação; portanto, mantém-se num constante deslocamento dialético, no qual se impõe e reage às determinações relativas aos princípios que classificam e dão formas à apropriação da estrutura social.

---

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Diefel, 1988. p. 132-134.

<sup>28</sup> Os capitais são “os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado”, podendo ser: capital econômico constituído pelas propriedades materiais adquiridas; capital cultural, produto acumulado de trabalho passado; capital político definido pelo poder de mobilização que a autoridade detém e, o capital simbólico, que “não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe”. Também o capital simbólico que constitui as representações políticas que objetivam ordenar o mundo social. BOURDIEU, *ibid.*, p. 134.

Seguindo essa linha de raciocínio e buscando comprovar a afirmação de que as elites da época estabeleciam esse elo entre si, levantamos os nomes das elites políticas, apresentados na forma de quadros, agrupados da seguinte forma: a) em nível nacional e estadual organizamos a nominata dos políticos, acompanhada do seu nome completo, participação em entidades culturais e profissionais, função pública, função política e partido político de cada integrante; b) em nível municipal, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, organizamos a listagem dos políticos com seus nomes completos, designação dos cargos, funções e profissão; o histórico da filiação partidária; o ano/período que permaneceram nos referidos cargos, além de observações para elucidar a participação dos mesmos em outros segmentos econômico-sociais, que sempre possuíam vínculo com o poder em algum momento, uma vez que participavam de comissões e outras funções dentro das Câmaras de Vereadores e em entidades representativas de classes, a exemplo das associações comerciais, grêmios recreativos e outras semelhantes.

Metodologicamente, elegemos marcos para nortear a pesquisa. O recorte temporal corresponde ao período de 1930 a 1945, em relação ao qual ora recuamos ora avançamos em alguns momentos, por se fazer imprescindível para o entendimento e explicação do objeto de pesquisa. O recorte espacial<sup>29</sup> corresponde a municípios do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, especificamente Passo Fundo e Carazinho. Levamos em consideração a área geográfica da época, na qual Passo Fundo era considerado um município-mãe, do qual se desmembrou mais de uma centena dos atuais 496 municípios gaúchos, o que torna relevante a área de abrangência do objeto de análise (ANEXO A)<sup>30</sup>.

Em se tratando do recorte conceitual, centramo-nos nas elites regionais gaúchas, entendida conotativamente como o grupo reduzido de pessoas que detinham o controle

---

<sup>29</sup> Salientamos que nosso recorte espacial se refere aos municípios de Passo Fundo e Carazinho, compreendendo o processo de desenvolvimento da região, priorizando as potencialidades locais, como por exemplo, a relevância do setor madeireiro, agrícola, comercial, bem como a importância dos moinhos, serrarias e madeireiras entre outras atividades para a economia desses municípios, além das singularidades entre os dois municípios pela proximidade geográfica. Salientamos que Passo Fundo tinha um contorno geográfico imenso, lideranças políticas atuantes. Carazinho destacava-se na região por ser considerado maior pólo exportador de madeira do Rio Grande do Sul pela viação férrea. Nosso recorte analítico compreende a Revolução de 1930 até a retirada de Vargas do poder.

<sup>30</sup> Ver Anexo A, mapa elaborado pela autora da divisão do município de Passo Fundo de 1930-1945. Ver também, por exemplo, o quadro de desmembramento territorial de Passo Fundo de 1875 a 1996, organizado pela professora Marília Mattos. Fonte: IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora de MATTOS, Marília (Org.). *Centro de Cartografia – UPF – PREMIER* [s.d.: s.p.].

político da sociedade da época ocupando os cargos e funções institucionais. Por fim, quanto ao recorte operacional, levando em conta que a pesquisa buscou uma explicação histórica de um segmento das classes dominantes, ou seja, as elites políticas, optamos pelo procedimento técnico da pesquisa bibliográfica e documental, salientando que a diferença fundamental entre as duas reside no fato de que a primeira tem como principais fontes as obras que tratam direta e indiretamente dos temas analisados, as fontes primárias, e a segunda, materiais que não receberam um tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, o método adotado foi o hipotético-dedutivo<sup>31</sup>, pois a partir da hipótese formulada realizamos pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das Associações Comerciais, relatórios, jornais, telegramas e fontes radiofônicas, recurso valioso de formação de opinião nas décadas de 1940 e 1950.

A respeito dessa época, Bercito pondera que a exaltação da figura de Vargas fazia parte da ideologia do regime como aquele que fora capaz de encaminhar o desenvolvimento nacional. Vargas introduziu um novo modelo para desenvolver o Brasil, de um Estado absolutamente agrícola, passou a industrial, de rural para urbano, mudando dessa forma a conjuntura nacional vigente até então. Nesse sentido, a propaganda oficial direcionou-se à construção do mito Vargas, ressaltando o valor paternal da figura do presidente. Agreguemos a isso as leis trabalhistas, criadas durante sua permanência no poder institucional, que contribuíram para sua identificação como o “pai dos pobres”. O mito Vargas, por isso, extrapolou os limites do Estado Novo, conservando-se na memória da população por muito mais tempo<sup>32</sup>.

Com referência à gênese do significado atribuído à palavra “mito”, Anderson Vargas explica:

Mito, originalmente, significa "discurso", "conjunto de palavras que têm um sentido, um propósito"<sup>33</sup>; pertence à ordem do *legein* e não contrasta com *lógos*, "termo de

<sup>31</sup> Proposto por Popper consistindo na seguinte linha: quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto forem insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema e por consequência são formuladas hipóteses. Dessas são deduzidas consequências que serão devidamente testadas e que iram confirmar ou, negar a hipótese levantada. KARL, Popper. *A falsificabilidade e a ciência*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 35-47.

<sup>32</sup>BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999. p. 30.

<sup>33</sup> CHANTRAINE, P. Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots. Paris, Éditions Klincksieck, 1984 (1968). v. 2. p. 718-719. Apud VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito.

valores semânticos vizinhos que se referem às diversas formas do que é dito"<sup>34</sup>. Para assumir o sentido de "mentira", "fábula", "discurso equivocado e ilusório", em contraposição ao *lógos* qualificado como verdadeiro, lógico, racional, foi preciso um trabalho de *re-significação* por parte de saberes como a História, que elaboraram sua legitimidade denunciando a tradição. Ao final, *mito* não se tornou propriamente um conceito, mas a noção que permitiu, e permite, à "história verdadeira" se afirmar como tal. Este é um dos aspectos importantes da crítica radical ao mito, pois coloca em dúvida o poder analítico da antítese *lógos*-mito e pode abrir novas perspectivas para compreensão do que são, hoje, a história e o historiador<sup>35</sup>.

A propaganda ideológica contribuiu decisivamente para a difusão da ideologia do regime Vargas. Somado a isso, visualizamos um esforço em conseguir a adesão coletiva a Vargas. O rádio, meio de comunicação por excelência da época, foi usado para isso, principalmente a partir da criação da *Hora do Brasil*, em 1931, programa de rádio oficial que era retransmitido obrigatoriamente por todas as emissoras. Este programa foi mantido mesmo depois do Estado Novo, com o nome de *Voz do Brasil*. O novo Estado procurou agir sobre as mentes, buscando conquistar a simpatia daqueles que eram adeptos dos movimentos de esquerda e direita. A criação da Agência Nacional, em 1931, era ação integrante do governo de Vargas e visava alcançar a massa operária e sindical. Também foram criados o Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939; os jornais 'A Manhã', no Rio de Janeiro, 'A Noite', em São Paulo, e a 'Rádio Nacional', em 1940. Salientamos que todos esses veículos de comunicação pertenciam às Empresas Incorporadas da União<sup>36</sup>.

Comprovando o acima descrito, o jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, relatou a fala de Getúlio Vargas pelo rádio à nação:

O Sr. Getúlio Vargas pregou a união de todos os brasileiros na defesa da ordem. O ano novo no Rio. Rio, 1 (N)- O sr. **Getúlio Vargas, falando pelo rádio**, saudou o povo brasileiro concitando-o a manter-se **unido na defesa da ordem**, afirmando que os povos desunidos, fracos e desarmados tornam-se preza fácil<sup>37</sup>. (grifos nosso).

Outro meio propagandista de divulgação da imagem de Vargas foi o cinema e o teatro,

---

In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje* – ANPUH. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002. p. 02.

<sup>34</sup>VERNANT, J-P. *Mito y sociedad en la Grecia antigua*. 2 ed. Madrid, Siglo XXI, 1987 (1974). p. 171. Apud: VARGAS, *ibid.*

<sup>35</sup>VARGAS, *ibid.*

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 46-47.

<sup>37</sup> O NACIONAL, Passo Fundo, n. 3186, ano XIV, 2 jan., 1939. p. 01

pois por meio de cinejornais<sup>38</sup> e documentários eram registradas e divulgadas as realizações governamentais. Dessa forma, o estímulo dado às produções deveria contemplar valores considerados adequados. A modernização teatral teve como finalidade a consagração pública de Vargas, mascarando a imagem do regime e os efeitos das suas alianças passadas com o fascismo. Para tanto, em meio à onda de redemocratização, percebemos a mão experiente do Departamento de Imprensa e Propaganda, que promoveu e estimulou a propaganda governamental pela via do teatro<sup>39</sup>.

Segundo Capelato, a propaganda política, ao se valer desse imaginário coletivo, tem um importante papel de persuasão, atuando sobre os sentimentos, individuais e coletivos, provocando reações, dissimulando as diferenças e facilitando a manipulação. Assim, constatamos que a propaganda detém uma importância estratégica no exercício do poder, bem como no ocultamento de sinais de divisões e conflitos sociais, permitindo a manipulação diante da aparente unidade<sup>40</sup>.

Capelato salienta o poder da propaganda política em qualquer regime, por ser uma estratégia capaz de mantê-lo, porém em regimes de tendência totalitária adquire uma força maior, visto que o Estado monopoliza os meios de comunicação, exercendo censura rigorosa sobre o conjunto das informações veiculadas. Conjugando, assim, o monopólio da força física com a simbólica, suprime dos imaginários sociais toda representação de passado, presente e

---

<sup>38</sup> Ver BUGATTI, Flaviano Isolan. *Das páginas à tela: cinema alemão e imprensa na década de 1930* (Porto Alegre e Santa Cruz do Sul). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. Em livro resultante de dissertação de mestrado defendida em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr Francisco Carlos Teixeira da Silva, o autor realiza pesquisa sobre a recepção do cinema nazista no Brasil, tomando como focos centrais de análise os municípios de Porto Alegre, capital do estado, e Santa Cruz do Sul, município de colonização alemã, de tradições jornalísticas e cinematográficas na época fortemente ligadas ao germanismo. Em consistente e interessante análise Isolan nos mostra a importância do cinema e dos telejornais na difusão do germanismo, dos valores associados ao nazismo, as disputas ideológicas sobre os filmes em cartaz envolvendo veículos jornalísticos de grande penetração estadual, como o *Correio do Povo*, *A Federação* e o *Diário de Notícias* e nomes reconhecidos nos meios intelectuais como os de Othelo Rosa, Cyrino Prunes e Alexandre Alcaraz (esse diretor do *Correio do Povo* a quem o jornal *A Federação* chegou a referir-se como “miserável jornalista fantasiado de moralista.” (p. 98) entre outros (veja-se sobre o tema o item 2.2.2.1. *Correio do Povo*, moral e censura, da p. 95 a 101). O autor demonstra, através da pesquisa, como “um estudo baseado na imprensa como recepção de uma produção cinematográfica em um determinado período permite ver como era a mentalidade política e também psico-social, visto que um filme é penetrado pela abordagem de zonas sócio-psicológicas de uma época ou sociedade e tinha seus anseios e ilusões realizadas nos filmes alemães daquela época”. p. 168.

<sup>39</sup> PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 61-63.

<sup>40</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 63-97.

futuro coletivos distintos dos que atestam sua legitimidade e garantem o seu controle sobre o conjunto da vida coletiva<sup>41</sup>.

Bourdieu utilizou os conceitos de poder, criação e transmissão do imaginário simbólico, em um campo específico para explicar como tais padrões foram criados e são transmitidos. O *habitus* refere-se, de acordo com Bourdieu, às “ferramentas” simbólicas adquiridas pelos atores sociais dentro do campo político, o qual é constituído pelo conjunto de forças que disputam contatos sociais entre os poderosos para a manipulação simbólica da vida social. Dessa forma, o controle da produção dos significados sociais seria a principal fonte de poder dentro do campo do imaginário, fornecendo modelos a serem incorporados pelos grupos sociais que disputam poder<sup>42</sup>.

A pesquisa documental foi de fundamental relevância e se constitui em fonte rica e estável de dados, abrangendo correspondências oficiais e particulares, atas, missivas, telegramas, relatórios e discursos. Por isso, nosso objetivo foi a de ampliar o espectro de eventuais leitores para além dos estreitos limites da academia. Acrescentamos que as considerações teórico-metodológicas funcionaram como alicerces da pesquisa, em razão da abordagem que os autores idealizaram do tema proposto.

Em relação à metodologia geral da pesquisa, inicialmente, realizamos a leitura bibliográfica do suporte teórico e de encaminhamento da pesquisa documental, seguida de uma fase de exploração do material; após, os resultados obtidos tiveram um tratamento qualitativo, porém sem excluir as informações estatísticas, fase em que a busca se voltou para a identificação das ideologias, tendências e outras características presentes no recorte espaço-temporal delimitado.

Registramos, ainda, que utilizamos outras fontes de extrema importância para a reconstrução do período estudado, obtidas junto aos arquivos históricos, municipais e estaduais. A imprensa<sup>43</sup>, como fonte histórica, teve também um papel fundamental no sentido

---

<sup>41</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 63-97.

<sup>42</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>43</sup> É objetivo deste trabalho também apontar, com base na produção discursiva dos jornais e documentos, a análise da realidade que os circunda. Contudo, não podemos desprestigiar o papel da imprensa, que não deve ser

de permitir captar as aspirações e decepções que envolveram as relações de poder no período, bem como influenciaram a opinião pública, apresentando-se quase como um termômetro das particularidades da política local.

Enfatizamos que a imprensa é uma produtora considerável de informações que esclarecem as atitudes e os comportamentos ao noticiar reuniões políticas, número de participantes, relatos de manifestações e de movimentos grevistas, ou ao citar apenas informações simples e diretas sobre os fatos. Constituiu-se, pois, num testemunho de época, escrito, em geral, no momento do acontecimento. Reforçando nosso posicionamento, frisamos que a imprensa colabora com o pesquisador por ser um veículo de propaganda e porta-voz de partidos, além de formadora de opinião em massa. Nesse sentido, os jornais foram um meio de comunicação utilizada no período em estudo, assim como o são atualmente.

Considerando a amplitude, a importância das fontes jornalísticas e a atuação do historiador e do jornalista, cabe-nos aqui caracterizar e identificar a visão do jornalismo e da história, expressão verbalizada de uma realidade, delimitando suas diferenças. A intenção do

---

apreendida unicamente como porta-voz do social. Segundo Christa Berger, “ela faz o social existir, publicizando-o através da visibilidade de um real”. O discurso jornalístico, nesse sentido, é responsável pela construção de uma “verdade” que acabará sendo compartilhada e tornar-se-á a versão dos fatos para uma determinada comunidade. O fato, que seria possuidor de uma inteligibilidade intrínseca, apresentar-se-ia nas manchetes de jornais imediatamente como história. Essa “verdade” corresponde ao chamado senso comum, que possui, entre outras, a característica de ser um conhecimento pré-científico, intuitivo e, portanto, apenas superficial da realidade. É apresentado como fruto de um processo de construção, que, todavia, não é auto-consciente. Este conhecimento acaba sendo apenas do “aparente”, ainda que se pretenda uma transcrição fidedigna da realidade. Em verdade, poder-se-ia falar, antes mesmo da elaboração de um “conhecimento vulgar”, da disponibilidade de um conjunto de informações que permitem ao senso comum o “saber reconhecer”. Essas informações de que dispõe o senso comum a fim de reconhecer um determinado fato passam por uma elaboração (mesmo que inconsciente como já destacado) que é fruto de um processo marcado, de forma bastante evidente, por determinantes ideológicas. Cabe ao discurso científico romper com este conhecimento aparente, com o simples reconhecimento de um fato social, com esta simplificação do complexo. Um primeiro elemento diferenciador entre o discurso do senso comum e o discurso científico é, precisamente, a consciência que o segundo possui do processo que permite a sua elaboração e as limitações advindas do mesmo. O historiador reconhece os limites do seu trabalho, não pretendendo que seu discurso corresponda a uma verdade absoluta, antes sim, seja uma interpretação da realidade que é perpassada - como não podia deixar de ser - por elementos subjetivos e ficcionais. O historiador tem consciência de que o seu trabalho representa, antes de qualquer coisa, as inquietações do seu próprio tempo, carregado, portanto, de marcas das experiências de vida do sujeito enunciativo de um discurso. Como afirma Jörn Rüsen: “Enquanto disciplina acadêmica, a história se fundamenta na práxis da vida; e em última instância, seus impulsos, seus desafios, suas perguntas orientadoras não brotam apenas dela, mas de seu nexos com a vida no presente. Sua intenção propriamente dita, o direcionamento de sua força cognitiva é determinado pela experiência presente da transformação no tempo, que os historiadores compartilham com seus contemporâneos”. Apud ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 87-89.

olhar dos narradores e autores serve de metáfora para explicar as diferenças. O jornalista olha o fato por todos os ângulos, buscando pessoas e cenas; logo, seu movimento é de aproximação distanciada; o tempo é o do presente, trabalhando com o aqui e o agora, e seu texto repercute instantaneamente, sendo, portanto, um narrador do instante. Por sua vez, o historiador percebe o acontecimento por meio de outros olhares, buscando nos documentos, em depoimentos e arquivos os elementos para refazer o trajeto do fato, reconstruindo-o intelectivamente na distância do tempo, para buscar a legitimidade e cientificidade histórica.

A matéria-prima do discurso jornalístico encontra-se em algum lugar do social e transforma-se em notícia, apontando para alguma conseqüência e produzindo a história. Portanto, torna-se primordial observar e relacionar os fatos, as causas e conseqüências para moldar o campo de interesse da pesquisa, utilizando como fonte documental os jornais da época de 1930 a 1945 localizados em arquivos estaduais e municipais.

A história política aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, também tem relações com os outros domínios, não se constituindo num setor separado, mas revelando-se como uma modalidade da prática social. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva ou do inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política acabou por promover uma revolução completa<sup>44</sup>.

A história se faz história mediante relatos sobre os acontecimentos passados. A matéria-prima do campo do jornalismo encontra-se, privilegiadamente, no campo político, entendido, na perspectiva de Bourdieu, como campo de forças e campo de luta onde os agentes dos subgrupos disputam constantemente para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder<sup>45</sup>.

O campo político, conforme Rémond, não tem limites determinados: ora se alarga, absorvendo todas as realidades até abranger o espaço privado, ora se contrai completamente.

---

<sup>44</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 13 -36.

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 171.



Essas variações submetem-se às necessidades externas, as quais refletem também as oscilações da significação ou subjetividade do público, impossibilitando dessa forma, explicá-lo por meio de espaços e objetos determinados. Porém, o campo político é entendido pela via mais constante, que é o poder, uma vez que a política se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder<sup>46</sup>.

Entre as diferentes maneiras como se apresenta o poder podemos dizer que uma é a relação social, pois vem acompanhado da força, determinando situações de superioridade ou dependência. Porém, essa relação de poder não se reduz à violência nem à vontade arbitrária de mando, mas envolve, também, um grau de prestígio social que não se coaduna com a simplicidade, e, sim, com a grandeza, a ostentação e o luxo. O poder é concebido como um jogo dramático que persiste ao longo dos tempos, ou como uma autoridade envolvida em justificativas e razões que o explicam e legitimam. Soma-se a isso o fato que, no seio dessa autoridade, o poder aparece e se concretiza como produção primeira das relações de poder, tendo como função a organização e acomodação humana na tarefa do convívio social<sup>47</sup>.

Nesse sentido, procurando romper velhos laços de uma concepção de história narrativa de grandes processos, datas e personagens, optamos por destacar uma noção mais ampliada do político, que inclui o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos<sup>48</sup>.

Como em todos os campos sociais, o campo político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. Os agentes desse campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos para sensibilizar seus “consumidores”, que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. Também o campo político está para um mercado, o mercado da opinião pública; por isso, a luta dos agentes (individuais ou coletivos) gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das

---

<sup>46</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443-444.

<sup>47</sup> HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Universidade de Minas Gerais, n. 1 p. 09-15, dez. 1956.

<sup>48</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.12, n. 23/24, set.1991 ago.1992. p. 16-18.

lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração<sup>49</sup>. Esses pressupostos nos orientaram metodologicamente na identificação e tabulação de quais desses agentes são detentores desses capitais e desse poder.

Vale lembrar que para ver os pressupostos metodológicos, analisamos também o discurso transcrito pelos meios de comunicação da época do estudo, os jornais, sobre os elementos que compunham as elites, como, por exemplo, o espaço a partir do qual se organizaram, os agentes envolvidos, a constituição de seus quadros. São esses alguns pontos fundamentais para que possamos, com base nos elementos apresentados e na análise dos discursos produzidos pelos jornais pesquisados, identificar seu caráter inovador ou repressor dentro do contexto político e econômico. Nos discursos, além de serem representadas as demandas dos detentores do poder, são encontrados elementos que indicam uma nova ordem da batalha política, a adoção de novas práticas, o processo de constituição de um novo sujeito político e social. A constituição de um novo espaço político com base nas noções de liderança, força, tempo, repressão, redemocratização, cultura, identidade, carisma, mito, herói, etc., também foi nosso objeto de análise.

Salientamos que para realizar a leitura das fontes jornalísticas, fui buscar subsídios teóricos nos estudos de análise de discurso<sup>50</sup> com a preocupação de poder analisar não só o discurso produzido pelo jornal naquilo que se chama de suas “condições discursivas” com análise interna do conteúdo do mesmo, mas principalmente buscando entender e fazer a leitura do que se chama de “condições extra-discursivas” que permitem a compreensão do texto discursivo presente na matéria do jornal. Refiro-me ao entendimento dos fatores que permitem a elaboração daquele discurso examinando quem o produziu, com que intenção, dirigido a que público leitor, fruto de qual universo de valor e visando qual universo simbólico atingir ou criar.

As elites políticas e econômicas, personagens atuantes dentro de um processo

---

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 171

<sup>50</sup> Leitura da realidade, em que o texto compõe, quase sempre, o material empírico por excelência para ser desvendado. Na análise de discurso deve ser lançado um olhar a um texto do ponto de vista de sua estruturação em língua, o que faz dele um enunciado, um estudo lingüístico das condições de produção deste texto fará dele um discurso, então o discurso só é discurso em relação ao que o condiciona, ou quando se refere a suas condições de produção, portanto o discurso consiste no enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo. ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix 1973. p. 26.

histórico, encontram-se expostas a toda sorte de interpretações. As ações, as falas, as posições tomadas por esses membros acabam sendo transmitidas para grande parte da sociedade por meio de um poderoso filtro político-ideológico: os meios de comunicação. Assim, as interpretações formadas pelo senso comum<sup>51</sup> partem não somente da sua relação direta com os membros de elites, mas, também, de uma leitura seletiva realizada por outros grupos, denominados aqui de contra-elites<sup>52</sup>. Nesse sentido, uma primeira característica a ser apontada está relacionada à construção de um discurso fundador, à elaboração de um passado histórico comum que congregou todos os membros representantes da elite. Nesse discurso fundador se agregaram, por exemplo, os baseados em Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Revolução de 1930, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, entre outros, os quais tinham como característica fundamental o processo de mitificação e valorização desses personagens do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Félix, inspirada em Raoul Girardet, na obra *Mitos e mitologias políticas*, agrupa três itens no processo de mitificação: em primeiro lugar, “a conjunção de um momento histórico específico”, em segundo, “o dom profético da palavra, o verbo como impulsionador da sacralização” e, em terceiro lugar, “a questão da identidade”<sup>53</sup>.

No processo de análise da produção discursiva da imprensa ou de membros pertencentes às elites partimos do pressuposto de que um discurso não pode ser compreendido simplesmente como um mecanismo de transmissão de informações. O discurso revela-se criador de um processo dinâmico muito mais complexo, no qual se percebe a constituição de um cenário de interação entre sujeitos e sentidos. “Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso”<sup>54</sup>. O discurso, numa relação dialética, ao mesmo tempo em que

---

<sup>51</sup> ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 88.

<sup>52</sup> Entendemos que nessa época, os membros de contra-elites estavam representados pelos membros das elites políticas e econômicas, porém ferrenhos opositores a Homero Guerra (primeiro prefeito, fazendeiro, madeireiro e industrialista) e, também, a Albino Hillebrand (vice-prefeito, prefeito e notário) em Carazinho e a Nicolau de Araújo Vergueiro (líder perrepeista, médico, fazendeiro e deputado federal) em Passo Fundo.

<sup>53</sup> FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 143.

<sup>54</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001 p. 39. In: ANTONI. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o*

apresenta os elementos de interpretação de uma determinada realidade, é responsável, na medida em que é enunciado, pela criação dessa mesma realidade e de novas representações coletivas<sup>55</sup>.

Devemos ainda ter presente que o discurso não possui um sentido empírico. O sentido do discurso é determinado pelo contexto no qual está inserido, pela posição que o enunciador do discurso ocupa nesse contexto e pela sua relação com os seus interlocutores. Assim, podemos dizer que nem sujeitos nem sentidos estão completos, constituídos definitivamente; é no desenrolar dos acontecimentos que ambos ganham significado. Então, quando se propõe a análise discursiva, conforme Guita Grin Denert, é “fundamental levar em conta, além da própria mensagem, a relação que se estabelece entre o locutor, o ouvinte e a situação em que o discurso é produzido”<sup>56</sup>.

Ao invés de dicotomizar, afirmamos a relação existente entre língua/discurso, na qual não se iguala o universal com o extra-individual; não se dicotomiza tampouco o social e o histórico, ou o necessário e o casual. Pela noção de materialidade discursiva, que recobre a relação entre a forma-sujeito e a forma-sentido, confrontamos o simbólico com o político na relação entre língua e história, que é a forma material, já que a análise do discurso é, antes de mais nada, lingüística<sup>57</sup>.

Para Fairclough “a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”<sup>58</sup>. Nessa mesma concepção, o autor salienta:

Os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (freqüentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que

---

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 88.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> DEBERT, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo: T.A Queiroz, 1979. p. 29. In: ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

<sup>57</sup> ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense. 1983.

<sup>58</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 1993. p. 107.

entra a reportagem e na edição da reportagem. [...] Em artigos de jornal, há uma ambigüidade na relação entre essas posições: frequentemente, o principal é uma ‘fonte’ fora do jornal, mas algumas reportagens não deixam isso claro e dão a impressão de que o jornal o (a) editor(a) ou um(a) jornalista; e os textos de autoria coletiva muitas vezes são escritos como fossem assinados por um(a) único(a) jornalista (que na melhor das hipóteses seria o (a) animador(a))<sup>59</sup>.

Portanto, o objeto deste estudo descortinou pela análise dos discursos dos jornais e documentos, a atuação das elites políticas no Planalto Médio gaúcho entre 1930 e 1945. Pelo seu ineditismo, houve muitas dificuldades a serem transpostas, especialmente as referentes à pesquisa documental. Por outro lado, a opção por desenvolver uma pesquisa que envolveu um tema tão controvertido, como é o da atuação da elite política, contribuirá, certamente, para motivar novas pesquisas, pois em muitos momentos sentimos a importância de aprofundar outras questões, mais complexas e relevantes do que aquelas levantadas por nós. Fica, dessa forma, a possibilidade de que outros pesquisadores se aventurem a explorar o meio historiográfico regional, tão rico de informações não sistematizadas.

Muitas dificuldades foram encontradas no decorrer do trabalho. Especialmente as visitas aos arquivos, prefeituras, jornais e museus, no que se refere ao acesso ao acervo, foram bastante dificultadas, pois, as fontes tiveram de ser fotografadas *in loco* e depois transcritas em meio eletrônico. Contudo, nada nos impediu o acesso às fontes primárias consideradas vitais para a comprovação da nossa hipótese.

No processo de organização das listas dos quadros de integrantes das elites, partimos do levantamento dos componentes das elites mencionadas nos documentos pesquisados e que figuravam nos textos bibliográficos. No entanto, sabemos que esse procedimento pode ter limitado a realidade total da época, diante de obstáculos como a simpatia dos proprietários ou diretores dos jornais, que podiam enaltecer alguns atores e desmerecer outros. Assim, optamos por mencionar as elites que fizeram parte da história de Passo Fundo e Carazinho comparando os documentos analisados com os textos já reconhecidos na comunidade acadêmica.

Com referência a escolha do título da pesquisa aqui relatada, teve como subtítulo o tema central da mesma: “Elites políticas no planalto médio gaúcho (1930-1945)”. No entanto,

---

<sup>59</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 1993. p. 107.

o título escolhido foi outro, isto é, “Sabes com quem estás falando?” O mesmo foi se delineando, na medida em que avançávamos tanto no conhecimento e análise da documentação, quanto na construção teórica, em especial com auxílio dos estudos de Pierre Bourdieu sobre dominação, violência simbólica, distinções e classificações no universo das representações sociais, detectadas, em especial, através das construções discursivas com os recursos da Análise de Discurso.

A interlocução expressa na frase “Sabes com quem estás falando?” foi escolhida como uma forma de demarcar o distanciamento social das elites locais; a percepção que a sociedade local tinha da diferenciação e classificação de seus integrantes (as elites) frente aos demais cidadãos e, sobretudo; a altivez autoritária e, de certa forma prepotente, com que marcavam e delimitavam seu espaço de relação social, advindo de sua condição de detentores do poder político e econômico, criando, em torno de si, uma circularidade do reforço de seu papel enquanto elites.

Roger Chartier<sup>60</sup>, referindo-se ao livro de Pierre Bourdieu “A distinção” (La distinction), aponta como fundamento a idéia de que as representações do mundo social, isto é, a representação que o indivíduo – ou o grupo - tem de si mesmo e a representação que tem dos outros, se traduzem em estilos de vida, mesmo que tais representações não sejam necessariamente organizadas de forma consciente, o que mostra uma visão dinâmica do mundo social, no qual as representações e os discursos que anunciam estas representações pertencem à construção do social, e não apenas à hierarquia e os níveis desiguais, do ponto de vista sócio-econômico.

Pierre Bourdieu<sup>61</sup> refere-se ao discurso como forma de argumentação perspicaz, podendo ser constituída sob dois prismas, o primeiro na qualidade de possível, expressando as representações coletivas embricadas à posição no mundo social, e, também, as divisões sociais como consequência da mudança de direção das representações coletivas. Igualmente, a identidade social se relaciona com a interiorização dos esquemas de percepção do indivíduo

---

<sup>60</sup> CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS. Rio de Janeiro, mar. 2002. P. 139-182.

<sup>61</sup> CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS. Rio de Janeiro, mar. 2002. p.153.

por si mesmo ou por seus pares. Desse modo, a identidade é um significado cultural e socialmente atribuído a idéia de representações de forma individual ou coletiva.

Ainda na esteira do pensamento de Bourdieu<sup>62</sup> não podemos esquecer que para uma dominação se efetivar e reproduzir é preciso um mecanismo de violência simbólica como, por exemplo, as posturas implícitas às representações contidas na frase “Sabes com quem estás falando?”, demarcadora de uma distinção social e de uma classificação que, por um lado, era autopercebida como tal pelos integrantes da elite e, por outro, percebida (e tácitamente reconhecida) pela alteridade dos interlocutores submissos ou passivos. Tal mecanismo se perpetua historicamente até que fatores outros da dinâmica sócio-histórica permitam a alteração dos quadros referenciais, sejam eles conjunturais ou estruturais para ocorrer uma nova composição ou recomposição das elites.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, abordamos a atuação e o comportamento das elites políticas no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1930 e 1945. Em seguida, apresentamos uma revisão da bibliografia, enfatizando, sobretudo, os conceitos vitais para a compreensão do rumo tomado pela pesquisa, ou seja, elites, poder, política, elites econômicas e elites políticas, além de situar a região estudada. O objetivo aqui é apontar alguns dos caminhos que estão sendo percorridos pelos cientistas sociais na análise dessa temática sem, contudo, retomar todas as discussões por eles apresentadas. Ainda dentro dessa primeira etapa, à luz de um contexto historiográfico específico, recuperamos a trajetória de atuação das elites no período de 1930 a 1945. Analisamos também algumas de suas estruturas básicas, como, por exemplo, a composição de seus quadros, processos administrativos, entre outros.

No segundo capítulo tratamos das elites políticas no Planalto Médio gaúcho pela análise destas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, identificando suas características gerais em nível estadual e regional, bem como analisamos os pontos convergentes e divergentes das elites pela sua atuação na época nos diferentes segmentos econômicos e sociais. Desenvolvemos uma reflexão sobre a retomada do estudo do político e sobre as novas abordagens propostas para as análises acerca das elites políticas. A retomada dos estudos de

---

<sup>62</sup> CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS. Rio de Janeiro, mar. 2002. p.153.

história política está intimamente relacionada à reformulação das concepções tradicionais que envolviam tais estudos, ou seja, trabalhamos com um novo paradigma metodológico, o qual, inclusive, conferiu a esse ramo da história uma nova denominação: a nova história política. Foi a partir daí que a análise da produção discursiva, acerca dos discursos dos jornais e documentos ganhou espaço. Nesse momento, através dos discursos proferidos, identificamos a constituição de novos laços identitários, como eles se relacionaram com a sociedade civil e, também, de que forma essa identidade influenciou e contribuiu para a configuração de um amplo projeto nacional.

Finalmente, no terceiro capítulo evidenciamos a forma como as elites políticas regionais e locais intervieram no desenvolvimento como um todo, pela análise dos jornais, atas das associações comerciais, relatórios das prefeituras, enfim, de todos os documentos selecionados que permitem elucidar como as elites se comportaram no sentido econômico-social de seus municípios.



# 1 ATUAÇÃO E O COMPORTAMENTO DAS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL: 1930-1945

*Atribuir influência à atuação de elites políticas significa apenas negar o determinismo de fatores não-políticos, sobretudo econômicos, nas decisões políticas. Há sempre maior ou menor grau de liberdade nas decisões e o exercício dessa liberdade poder ser mais ou menos eficaz dependendo dos atores<sup>63</sup>.*

Este capítulo tem por finalidade, num primeiro momento, entender as articulações efetuadas pelos grupos denominados “elites políticas”, já que, ao tratarmos de política, estamos nos referindo a momentos políticos em determinada região ou país. Para tanto, há necessidade de situarmos historicamente as ações desses indivíduos, no tempo e no espaço da região ou nação. É necessário compreender o sentido dos acontecimentos em torno das décadas de 1930-1945 no Brasil para, então entender os processos ocorridos no Rio Grande do Sul. Outrossim, faz-se importante contextualizar esses grupos no seu tempo com as devidas implicações, compreendendo o palco de sua atuação, que foi uma sociedade em processo de transformação. Num segundo momento visamos contextualizar os fatos mais relevantes em âmbito nacional que repercutiram em nível estadual e local.

## 1.1 Contextualização nacional

Para que possamos entender melhor o contexto em que se inseriu a política de desenvolvimento capitalista e o Estado e, dessa forma, analisar a atuação e o comportamento das elites no Rio Grande do Sul, faz-se necessário uma inserção no tempo, já que entre 1889 e 1898 o acontecimento fundamental foi ascensão e queda da hegemonia inglesa. Esse fato refletiu no contexto do Brasil e também no Rio Grande do Sul, repercutindo no nível local, pois foi momento em que novas forças sociais enfrentaram-se na luta pela definição dos parâmetros de sustentação da dominação política.

---

<sup>63</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 17.

Os enfrentamentos foram liderados por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, defendendo o fortalecimento do Estado central enquanto instrumento de reformas necessárias, e a oligarquia paulista, em particular, que propunha o respeito ao espírito liberal-federativo inscrito na Constituição de 1891. Tal conflito condensou-se na disputa político-ideológica em torno das regras de organização e gestão das várias instâncias locais do poder estatal e das linhas a serem seguidas pelas suas políticas econômicas<sup>64</sup>.

Após dez anos de instabilidade que se sucederam à proclamação da República e após o fracasso de Francisco Glicério na tentativa de formação de um Partido Republicano que representasse, de forma nacional, os interesses de oligarquias eminentemente localistas, dispersas e clientelistas, viabilizou-se por fim, um pacto de sustentação civil ao novo Estado emergente. Com a “política dos governadores”, de Campos Salles, dispensava-se na prática a tutela militar e descobria-se a fórmula mediante a qual, mantida a autonomia federativa das várias oligarquias, lograva-se, ainda assim, uma estabilização de sua dominação por um Estado central frágil, porém estável<sup>65</sup>.

Entretanto, isso ocorria se obedecidas as regras daquele pacto, que reconhecia a supremacia de São Paulo e Minas, mas preservava o poder relativo das demais oligarquias, recortadas através dos vários Estados e dirigidas por seus próprios governadores, com ampla autonomia política e financeira perante o governo central. Nos tempos do acordo propiciado por Campos Salles, os poderes locais e central sustentavam-se mutuamente, segundo regras de não intervenção em suas respectivas áreas de influência e atuação. Reconheciam-se as diferenças econômicas e de poder observadas entre as diversas regiões, porém, pela primeira vez na história brasileira, assumia-se conscientemente a decisão coletiva de mantê-las e reproduzi-las, como única forma de assegurar a unidade territorial do espaço nacional. Ainda que essa unidade não pudesse gerar integração e que essa estratégia reforçasse a heterogeneidade, era, sem sombra de dúvidas, indispensável para o desempenho econômico e político dos próprios setores hegemônicos<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Uerg, 1995.

<sup>65</sup> Ibid.

<sup>66</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 118-124.

Nessa mesma linha, o período entre 1914 e 1952 foi de grande competição interimperialista, que marcou a crise da hegemonia inglesa, atropelada pelas industrializações americana e alemã, as quais, nascendo sob o símbolo da monopolização, envolveram-se em prolongada disputa sucessória. Essa luta determinaria um espaço de liberdade ou de necessidade por onde emergiam, na América Latina, movimentos reativos de poder absoluto e industrialização, comandados por Estados que se centralizavam no esforço de sustentar economias deserdadas do sistema complementar de integração comercial patrocinado pela Inglaterra<sup>67</sup>.

Confirmando o contexto citado, o jornal *Correio do Povo*, em 3 de janeiro de 1932, fez menção, às possibilidades da Alemanha de ascender e substituir, inclusive, os Estados Unidos no que se referia à questão de importações. Assim referiu o jornal:

Nova York – Dezembro de 1931- Existe a possibilidade de que a **Alemanha venha a substituir os Estados Unidos, como primeira potência exportadora do mundo**. Nos nove primeiros meses de 1931, as exportações alemãs ascenderam a um total que representa somente 96 milhões de dólares menos que o total exportado pelos Estados Unidos no mesmo período. Devido ao enorme aumento que se verificou no mês de outubro, espera-se que está margem esteja mais reduzida agora.[...] <sup>68</sup> (grifos nosso).

Foi nesse período que, paralelamente ao Estado regulador, nascido nos países centrais, desenhou-se como alternativa em alguns espaços nacionais da periferia latino-americana; o projeto de Estado desenvolvimentista, que procuraria impulsionar a industrialização, vista como única solução às restrições impostas pelo atraso no contexto internacional. Passado aquele intervalo e definida a nova ordem econômica, política e militar mundial, reorganizou-se o mundo capitalista sob a hegemonia norte-americana, impondo-se em todos os espaços viáveis um mesmo padrão industrial de produção e consumo<sup>69</sup>.

Nessa concepção, o jornal *O Nacional* em 13 de janeiro de 1930, trouxe uma manchete enfatizando, quase que satiricamente, alguns tópicos sobre o novo Estado do Brasil e sua administração, o periódico assim se referiu ao plano de desenvolvimento do governo:

<sup>67</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 14.

<sup>68</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 2, ano XXXVIII, 03 jan. 1932. p. 15.

<sup>69</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

**autoritário e superior, em termos de didática e administrativa. Autonomia do distrito federal.** Questão social. Imigração. **Exército e armada.** Funcionalismo Público. **A carestia da vida e o regime fiscal. O plano financeiro. Desenvolvimento econômico.** Convênios e tratados de comércio. Instrução. Educação e saneamento. As obras contra a seca. Colonização da Amazônia. Vias de comunicação. A pecuária. Reforma do Banco do Brasil. **Defesa da produção. O café**<sup>70</sup>. Ass. H.P.S. (grifos nosso).

No discurso do jornal percebemos a real preocupação quanto ao plano de desenvolvimento econômico e financeiro, já que o Brasil, historicamente, traz em seu bojo as marcas da dependência em seu desenvolvimento industrial, visto que os chamados padrões de produção/consumo sempre estiveram atrelados aos modelos do mundo capitalista. Assim, deveriam surgir forças racionalizadoras, capazes de orientar o fenômeno do arranque brasileiro, na direção de uma sociedade do tipo industrial. Podemos perceber que a política nacional, orientou-se por motivações novas, de expressão puramente privatista, o que passou a constituir-se num profundo fator inibidor ao desenvolvimento do país.

A partir de 1930 e, em particular, depois de 1937, o movimento centralizador e autoritário significou mais do que um esforço para conter a divisão, uma verdadeira barreira para impedir a consolidação de uma hegemonia que implicasse o desaparecimento dos elos oligárquicos mais débeis. O movimento de 30 foi de máximo acirramento dos conflitos iniciados a partir da Primeira Guerra Mundial e exacerbados pelas primeiras iniciativas estatais no campo econômico em defesa dos interesses da cafeicultura. O Estado usava seu novo poder, deslocando recursos e alterando valores em favor de um dos mais importantes setores originais exportadores<sup>71</sup>.

Com a interrupção das fontes de financiamento e de fornecimento de bens de produção e consumo, numa situação de renovada escassez, passaram a se manifestar com maior intensidade, as reivindicações da classe operária e dos setores médios urbanos. Assim acirraram-se os conflitos político-econômicos intra-oligárquicos, envolvendo, ainda que de forma secundária, setores da burguesia industrial, que passavam a disputar as mesmas vantagens classicamente asseguradas às várias frações agromercantis<sup>72</sup>. O poder das

<sup>70</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 518, ano V, 13 jan. 1930. p. 01.

<sup>71</sup> FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Pequenos ensaios da história da República. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 10, 1972. p. 50.

<sup>72</sup> TOURAINE, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. Albuquerque, J.A. Guilhon, (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 36-39.

oligarquias agrárias assentara-se, desde sempre, sobre bases fiscais e eleitorais regionais. Os fracassos de Francisco Glicério, em 1893, e de Pinheiro Machado, em 1914, demonstraram, claramente, que a organização regionalizada da dominação política respondia de forma mais adequada à heterogeneidade que se lutava por manter e reproduzir.

Desde o início e, basicamente, por meio do ideário tenentista, os militares estiveram associados e patrocinaram a contraditória expansão estatal, participando decisivamente dos eventos de 1930. Cabe salientar que Vargas procurou cada vez mais concentrar o poder em nível federal, aumentando, dessa forma, a dependência das oligarquias regionais em relação ao governo central e dando uma nova e grande relevância à presença dos militares no governo<sup>73</sup>. Foi só com o Estado Novo que, no limite dos mesmos valores entre as várias frações em luta, eles foram chamados a garantir a equidade no seio dos novos poderes estatais. A Lei de Segurança Nacional, de 1935, tanto quanto a repressão à ANL, no mesmo ano, e a prolongação indefinida do estado de sítio, como no governo de Bernardes, foram apoiados amplamente pelos setores liberais liderados por Armando Salles de Oliveira.

Em 1937, por intermédio de Góes Monteiro e Armando Salles, Vargas com seu apelo patético, delegou aos militares a tarefa de administrar uma legislação paralela à Constituição, pela qual se impunha um interesse nacional arbitrário vis-à-vis às reivindicações urbanas. A experiência autoritária vivida no Estado Novo deixou marcas profundas e redirecionou, de alguma forma, o conteúdo da tendência cíclica, o que ocorreu pela incorporação definitiva da tutela militar e do caráter irrecusável da opção industrializante. No lugar do Estado frágil e federado do início do ciclo, tinha-se agora um aparelho dirigido por uma nova elite civil e militar, preparada no âmbito do exercício da própria administração pública para a gestão dos amplos poderes delegados ao Estado.

O liberalismo, agitado ideologicamente pela oposição, revelou-se integralmente e foi deixado de lado ou derrotado na Constituinte de 1946 por uma avassaladora maioria, que, pragmaticamente, reconhecia a inevitabilidade do Estado, já plenamente comprometido com a dupla função de arbitrar o dinheiro e as normas. As reivindicações separatistas e sem a presença do Estado tiveram sua debilidade intrínseca explicitada na devolução do poder aos

---

<sup>73</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975. p. 132-133.

locais. Revelava-se um projeto ultrapassado e de difícil execução, em razão da complexidade real dos interesses e da tessitura social.

Todos se viam obrigados a apoiar, por razões de sobrevivência, um estatismo que já não conseguia compatibilizar adequadamente o conjunto de interesses. Contudo, o controle factual do aparelho estatal demonstraria ser mais poderoso do que se imaginava. O governo central, esvaziando parcialmente os poderes locais, construía novos mecanismos centralizados de dominação e consolidação de lealdades.

Foi o Estado Novo que rearticulou, finalmente, e em novas bases, o velho pacto de dominação, pelo qual se reafirmaram interesses díspares e heterogêneos, com direitos adquiridos à custa de uma valorização, em grande medida, especulativa e meramente financeira ou mercantil. Os eventos de 1930 e o Estado Novo foram, de fato, conservadores; logo, muito menos modernizantes do que se acredita. Somente na década de 1950 é que o Estado, finalmente, buscaria de forma efetiva por meio de caminhos heterodoxos, mecanismos financeiros capazes de deslocar os recursos necessários ao avanço da industrialização pesada. De acordo com Fausto,

o Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade<sup>74</sup>.

Entre 1930 e 1937 iniciou-se uma nova etapa econômica e política da história brasileira, caracterizada por um continuado movimento de centralização do poder, no sentido da instância central do Estado, que teve como contrapartida o esvaziamento dos estados federados e do poder de seus governadores. Nesse sentido, para Schwartzman, a Revolução de 1930 foi, sem sombra de dúvidas, um decisivo marco da passagem do período de maior descentralização política para o período de maior concentração política da história brasileira e teve seu início no Estado Novo<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp/FDE, 1996. p. 378.

<sup>75</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *A revolução de 30 e o problema regional*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 369.

Na virada da década de 1940, amorteceu a trepidação política gerada pelo afastamento de Vargas em 1945, cujo retorno de 1950 a 1954 devolveria o ânimo aos conflitos internos da classe dominante. O crescimento industrial era um fato e a burguesia industrial tornara-se sócia do grande domínio, não lhe colocando problemas, pois era a continuação de uma ordem que a favorecia.

A partir de 1945 assistimos ao fim da longa crise recessiva internacional iniciada em 1929, mas cujos antecedentes datam de 1914 e cujos efeitos são por demais conhecidos. A retomada do crescimento deu-se a partir da reconstrução européia, financiada, em parte, pelo Plano Marshall, já sob a égide de uma nova geopolítica mundial, alinhada, rigidamente, em torno dos interesses das duas grandes potências imperiais: os EUA e a URSS.

O fato inequívoco de um mercado mundial a partir da Revolução Industrial e, em particular, depois da segunda metade do século XIX alcançou uma nova dimensão. Depois de um longo período de disputa, o mundo capitalista pôs-se em posição sob a liderança das grandes corporações norte-americanas, que impuseram através do mundo os seus padrões produtivos, afetando decisivamente a questão da soberania de vários Estados nacionais e o financiamento do desenvolvimento econômico de alguns eleitos da periferia capitalista. Assim, a formação do comércio mundial, a intensificação da separação entre cidade e campo, a especialização da produção urbana e a articulação de ligações comerciais são processos interligados e que estiveram na base da formação do capitalismo e da burguesia.

A natureza da especificidade do capitalismo dependente na fase da expansão da industrialização na periferia do sistema mundial correspondeu ao período de transição do modelo agroexportador para o modelo da economia substitutiva de exportações, ou seja, o desenvolvimento democrático-burguês, em tese, está relacionado ao papel das burguesias nacionais. Com a internacionalização do mercado interno, o processo marcante que se abriu, foi a associação cada vez mais crescente das burguesias locais e, por tabela, das elites. Esse crescimento esteve subordinado aos interesses monopolistas internacionais e, também, à ocupação de certos setores do Estado pertencentes às classes médias, tais como a dos militares

e setores profissionais<sup>76</sup>.

A ilusão dos propugnadores da sociedade pós-industrial com base no desenvolvimento capitalista trouxe em seu bojo o surgimento de uma classe minoritária de menor importância. Nessa perspectiva, que podemos denominar de “econômica”, salientamos que uma parte da tradição sociológica insiste na defesa do papel exclusivamente econômico das classes, pois esse fator é definidor no processo de produção.

Poulantzas considera a origem ou a prática de classe do ponto de vista político ou social. Nesse sentido, a origem das classes sociais pode ser considerada como o efeito da matriz de um modo de produção em uma formação social dada. Em cada modo de produção as esferas econômica, política e ideológica se articulam segundo uma forma que é determinada pela infra-estrutura econômica, e o efeito que resulta daí são as relações sociais. É no interior dessas relações sociais que se situa a problemática das classes sociais, já que não se trata de um fenômeno econômico nem político ou ideológico, mas de relações sociais determinadas ideológica, política e economicamente ao mesmo tempo<sup>77</sup>.

O Rio Grande do Sul, a partir de Getúlio Vargas, mais especificamente, após a revolução de 1930, passou a ocupar uma posição de liderança político-partidária em nível nacional, em razão da participação no Governo Provisório, acompanhado de um número significativo de líderes políticos locais. No recorte temporal delimitado para fazer parte desta pesquisa, constatamos que desde 1930, com a formação da Junta Militar Pacificadora, que entregou o poder a Getúlio Vargas até 1945, quando foi deposto, muitos gaúchos marcaram a sua atuação de forma intensa no cenário político nacional, a exemplo de Flores da Cunha, Borges de Medeiros, Ernesto Dornelles, Walter Jobim, Oswaldo Aranha, entre outros.

Freqüentemente, os jornais do estado do Rio Grande do Sul noticiavam sobre o Governo Provisório de Vargas. Nesse sentido, trazemos relato do *Correio do Povo* de maio de 1931:

---

<sup>76</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 81.

<sup>77</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 328-330.



**O Governo Provisório** continua fortalecido na simpatia da opinião pública. É um governo que tem raízes vivas na consciência nacional. **O governo trabalha.** A remoção dos destroços que semeou a situação passada não pode ser tarefa de um dia. Um governo unido por um grupo de homens unidos pela aspiração do bem comum, não é uma escola de prodígios de onde saem Hércules para o ofício de façanhas maravilhosas. Dentro de suas fronteiras humanas **o atual governo volta-se a obra extenuante de reconstrução do país.** Naturalmente alguns homens se assinalam, diante dos olhos da opinião. **O ministro Oswaldo Aranha,** por exemplo, é um desses homens. A sua função é de para-raio do governo. Expondo-se e descobrindo-se a cada passo pela própria natureza da pasta que exerce, ele paga pelo que faz e pelo que não faz<sup>78</sup>. [...] (grifos nosso).

Transparece no texto jornalístico a exaltação à figura e às ações realizadas por Vargas. Também é perceptível a interpretação da matéria textual que produz sentidos, sustenta e provê a realidade vigente, na medida em que exalta o chefe supremo e seu mais fiel colaborador.

Um relatório apresentado a Getúlio Vargas, presidente do Brasil, e lido perante a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul pelo interventor federal José Antonio Flores da Cunha, em 15 de abril de 1935, no Palácio do Governo, em Porto Alegre, fazia uma minuciosa análise da prestação de contas e também dos atos administrativos do governo de Flores da Cunha. Vejamos o documento:

Srs. Representantes. [...] A **presente mensagem** que consubstancia os dados principais sobre o meu governo é a mesma que dirigi ao Presidente da República, o eminente Sr. **Getúlio Vargas**, de quem fui, durante quatro anos, **o delegado no Rio Grande do Sul.** Acontecimentos de maior gravidade encheram este período da vida do nosso estado. Assumindo seu governo, eu não teria arrastar, cedi as instâncias do então **chefe do governo provisório** para não fugir ao imperioso dever daquele momento. As dificuldades e sacrifícios, apenas vieram confirmar os justos receios que sentia ante a magnitude da tarefa. Duas preocupações essenciais e constantes da minha gestão nesse agitado período, que virtualmente acaba de encerrar-se: equilibrar as finanças do estado e manter a ordem. Daquelas tratarei em capítulo especial. Contra esta, lamentavelmente conspiraram os mais diversos e persistentes fatores . Não provinham eles, até certo momento de circunstâncias peculiares ao nosso Estado, eram, antes, repercussão de causas exteriores , conseqüências da inevitável confusão **que o movimento de 1930**, como todos os acontecimentos semelhantes, determinou no resto do país. O governo central lutou constantemente contra adversários e inimigos cuja multiforme e pertinaz atividade ameaçava, sem cessar, a sua estabilidade e procurava minar o seu prestígio. Nessa luta quotidiana, **coube ao Rio Grande, como responsável principal pela revolução de outubro,** função de fiel do equilíbrio político do governo revolucionário e garantia máxima da sua segurança e da ordem pública. Como sempre, **a brava e generosa gente gaúcha cumpriu** o seu dever patriótico e enfrentou com o melhor animo todos os sacrifícios, em defesa da república e da unidade nacional. Como governante em momentos tão conturbados pelas paixões, em dias tão difíceis e tão dolorosas provocações, **manteve-me sempre em situação de legítima defesa da ordem,** dever fundamental dos que respondem pela autoridade e o poder. Para preservá-la

<sup>78</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 109, ano XXXVII, 12 maio 1931. p. 14.

usei dos meios mais suasórios e da maior longanimidade possível; para restabelecê-la, empreguei sempre o mínimo de coação compatível com a gravidade do momento. E tenho a convicção de que a esclarecida opinião publica rio-grandense reconhece unanimemente que a energia da autoridade jamais se desmandou em violências inúteis e que sempre **usei de candura, de tolerância e de justiça, em todas as oportunidades, como os meios mais seguros de restabelecer a ordem e a confiança**<sup>79</sup>. (grifos nosso).

Analisando o discurso de Flores da Cunha, e sem querer assumir uma atitude de suspeição ou tirar conclusões apressadas, temos o depoimento fidedigno de um prócer e chefe de governo que não possuía limites para defender os interesses do Brasil e do seu estado, como percebemos pelos sinais de lealdade política grifados no discurso. O nosso grande dilema aqui é poder separar o verdadeiro do falso, o fato da distorção ou da invenção, mas, principalmente, o que está escondido ou subsumido nas linhas do texto. Assim, devemos nos deter no que realmente é visível e subentendível para, então, inferir, com probidade, que os discursos traziam em suas linhas a verdade no momento em que eram pronunciados, mas sempre em conformidade com os interesses individuais e/ou coletivos.

Ainda em consonância com o relatório enviado por Flores da Cunha a Getúlio Vargas, em 1935, faz-se necessária a inserção de seu pronunciamento no que se refere à questão da reconstitucionalização do país e à forma como esse governante alude a essa discussão. Para tanto, segue o relatório:

**Os anseios gerais pela reconstitucionalização do país**, que, logo após a revolução de outubro, começaram a manifestar-se, encontraram em mim, senão o maior, por certo um dos seus mais sinceros defensores, pois sempre considerei o regime discricionário como fase transitória de reajustamento e preparo das condições para a restauração da ordem jurídica. E assim promulgado o código Eleitoral e convocados os cidadãos para as eleições, não poupei esforços no sentido de assegurar, pela observância da lei, o livre pronunciamento da vontade coletiva. **O povo rio-grandense cuja consciência cívica é um padrão de legítimo orgulho para a república, ocorreu em massa aos prélios eleitorais de 3 de maio e 14 de outubro, em nobre demonstração de cultura e patriotismo.** Ambas as eleições se processaram com intenso entusiasmo, peculiar á nossa gente e os seus resultados, ratificados pelas duas instâncias da justiça eleitoral, foram a verdadeira e legítima expressão da vontade popular que pela primeira vez em nosso país, realizou essa condição precípua do regime democrático. A assembléa constituinte do estado, eleita em 14 de outubro de 1934, honrou-me com a escolha para primeiro governador constitucional do Rio Grande do Sul. Mais ainda do que o cargo de interventor que, em várias ocasiões tentei deixar, eu não desejava o que a vossa generosidade me investiu. As lutas incessantes, os indizíveis sofrimentos morais que tive de enfrentar durante estes quatro anos, a minha saúde combalida, os meus interesses particulares, tudo aconselhava recolher-me a justo repouso, que acima de

---

<sup>79</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondência dos Governantes. CG – 160. 15 de abril de 1935.

tudo e sinceramente ambicionava. **Os que me acompanharam, porém, nos dias incertos, os que me assistiram com a sua solidariedade exigiram que me submetesse a vontade da maioria, a essa exigência era um imperativo moral a que eu não podia fugir**<sup>80</sup>. (grifos nosso).

Com a leitura desse documento, observamos que os governantes sempre estavam preocupados com a sua imagem perante a opinião pública e faziam alusão, portanto, aos seus méritos, que eram freqüente e vigorosamente exaltados, pois isso demonstrava que tudo era feito pensando no bem estar do povo que governavam. Nesse sentido, é pertinente a exposição de Calvino<sup>81</sup>: “O uso da palavra é incessante perseguição das coisas, uma aproximação, não de sua substância, mas de sua infinita variedade, um roçar de sua superfície multiforme e inexaurível”.

Na análise das elites políticas que atuaram no Rio Grande do Sul, na época que compreende de 1930 a 1945, procuramos, ao longo do tempo dedicado à construção desta tese, aprofundar o tema em escopo, realizando uma pesquisa intensa acerca do que ocorreu nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Esse procedimento se justifica porque, embora existam importantes obras historiográficas sobre a questão político-econômica, constatamos que a produção é insuficiente para responder à hipótese que serviu de alicerce para a nossa pesquisa.

Desse modo, em consonância com os objetivos propostos para este estudo, a configuração e o comportamento das elites políticas do Rio Grande do Sul no período delimitado, são definidos tomando-se por base as ações e decisões, que conduziram aos caminhos da modernização, enquanto parte do processo de desenvolvimento econômico da região do Planalto Médio gaúcho. Nesse contexto, se situam as elites econômicas e políticas, o que nos possibilitará demonstrar, pelas suas especificidades, como contribuíram para o desenvolvimento da região que nos propomos analisar.

Embora admitamos que não há consenso sobre o que se entende por “elites”, sobre quem são e como se caracterizam, neste estudo o termo é empregado em sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de

---

<sup>80</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondência dos Governantes. CG – 160. 15 de abril de 1935.

<sup>81</sup> CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 90.

estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Assim, as elites sempre farão alusão aos “dirigentes”, a pessoas “influentes”, aos “abastados” ou “privilegiados”, e isso, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o “poder” das elites impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações<sup>82</sup>.

Diante dessas considerações, este capítulo da tese destina-se a aprofundar a atuação e o comportamento das elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1930 a 1945. Para tanto, inicialmente, situamos a região a ser estudada, e apresentamos os conceitos que orientaram a pesquisa, levando em consideração a classificação das elites, para logo introduzir os conceitos de região, política, poder e elites; seguindo, mapeamos os formadores das elites políticas em nível de Rio Grande do Sul no período abrangido na pesquisa.

## **1.2 Contextualização regional**

Nos primeiros anos do século XIX o atual Estado do Rio Grande do Sul chamava-se Capitania do Rio Grande de São Pedro. Era um vasto território, dividido em apenas quatro municípios: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha. A área que hoje integra Passo Fundo pertencia ao município de Rio Pardo e era povoada por indígenas tupi-guaranis e jês, além dos caingangues, apelidados pelos colonizadores de “coroados”, que viviam da horticultura de subsistência (milho, erva-mate, feijão, mandioca e batata). Esta região fazia parte da rota dos tropeiros, visto que o tropeirismo era uma atividade que se desenvolvia nos campos sulinos desde final do século XVII, ocupada com o fornecimento do gado para o abate e para o transporte na região mineira, principalmente do gado muar.

O Rio Grande do Sul, por ser uma região de fronteira, tem uma característica toda peculiar: foi o ponto de encontro entre o Império Português e o Império Espanhol, desenvolveu assim uma tradição militar, de vinculação muito grande entre elites civis e militares, e uma tradição de rebeldia e de autonomia também bastante forte. Afora isso, o Rio Grande do Sul, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, única fronteira viva do Brasil cujas

---

<sup>82</sup> HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 07.

duas metrópoles coloniais ainda conflitavam na definição de seus domínios, foi o marco de sua formação histórica, delineando características sociais e econômicas. Assim, tem sido dividido o Rio Grande do Sul em três regiões que econômica e culturalmente se diferenciam: a Campanha, o Litoral e a Serra.

A estruturação desenvolvimentista de um país ou de uma região não é algo préestabelecido ou estático, mas fruto de uma construção histórica. Dessa forma, as características culturais e sociais da região do Planalto Médio foram influenciadas por um processo de ocupação e colonização. Esse processo de conquista foi permeado por diversas disputas, que se iniciaram ainda no século XVII, entre os indígenas e os jesuítas, vindos em busca da concretização do seu projeto de reduções, e, posteriormente, entre os nativos e os bandeirantes, tropeiros e imigrantes. Nesse sentido, é pertinente a colocação de Paiva<sup>83</sup> ao expressar que “uma região não é uma entidade física, mas uma construção social”.

Passo Fundo, no século XVII, fazia parte da redução jesuítica de São João Batista, que era então o núcleo mais oriental das Missões Jesuíticas sob o domínio espanhol. Os ervais nativos e a pecuária traziam à redução notável prosperidade, porém não tardou para que tal desenvolvimento fosse interrompido pelos repetidos ataques dos bandeirantes paulistas em busca de índios para o trabalho escravo. Contudo, o local permaneceu sendo passagem obrigatória de tropeiros que, procedentes da Fronteira Sul, dirigiam-se para São Paulo, então o maior centro comercial de gado muar. No início do século XIX, intensificou-se a ação dos tropeiros que chegaram a Passo Fundo para apreiar o gado *vacum* e muar que se criara nos campos da região, levando-o para as prósperas regiões mineradoras. Devido a isso, teve início a efetiva ocupação do território pelo elemento branco civilizado.

O norte do estado, até o final do século XIX, era uma das regiões mais atrasadas da província em termos econômicos, pois, se caracterizava por grandes florestas virgens, pinhais, ervais, uma incipiente pecuária e agricultura de baixo volume de produção. Com a colonização européia, passou a ser um espaço mais dinâmico em termos econômicos.

---

<sup>83</sup> PAIVA, Carlos Águedo Nagel. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. In: *Anais das primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre, 2005. CD – ROM FEE/PUC – RS.

Na beira do caminho dos tropeiros surgiram as primeiras casas e armazéns. O primeiro morador branco de Passo Fundo foi o militar Manoel José das Neves, conhecido como Cabo Neves (cabo de milícia). Em 1827, Cabo Neves ganhou do Governo Imperial terras para formar uma estância e morar com sua família, protegendo, assim, o território. De acordo com alguns historiadores, a casa deste primeiro povoador branco ficava próxima à atual praça Tamandaré, no município de Passo Fundo. A fundação das primeiras fazendas possibilitou o surgimento de povoados, visto que, próximo da casa do fazendeiro, os agregados e escravos construam seus ranchos de acordo com suas possibilidades<sup>84</sup>.

Outros aventureiros que se agradaram da localização, da paisagem e do solo fértil desta região foram construindo suas casas e se estabelecendo com suas famílias. Esses pioneiros dedicavam-se às profissões de fazendeiro, tropeiro, agricultor, advogado, comerciante ou militar. Muitas vezes, era a mesma pessoa que ocupava várias funções, pois um fazendeiro podia também ser militar, comerciante e tropeiro. Mais tarde, chegaram as famílias dos imigrantes alemães, italianos, judeus, etc<sup>85</sup>.

Com a fazenda de Manoel José das Neves iniciou-se o povoamento, logo aumentado por pessoas que provinham de São Paulo e Paraná. A povoação, consagrada a Nossa Senhora Conceição Aparecida, em 1847 foi elevada à categoria de freguesia. Em 28 de janeiro de 1857, criou-se (emancipou-se) o Município de Passo Fundo, desmembrando-se do território de Cruz Alta, ao qual pertencera até essa data, e seu território original hoje abriga 107 municípios do Rio Grande do Sul. A origem do nome deu-se a um rio de mesmo nome utilizado pelos tropeiros desde o século XVIII<sup>86</sup>.

Carazinho foi um povoado iniciado oficialmente em 1880, com a doação da terra para sua construção por Possidônio Ribeiro de Sant'Ana Vargas. O povoado pertenceu à região de Passo Fundo como 4º distrito até sua emancipação como Município de Carazinho em 1931. Carazinho desenvolveu-se à mercê de uma racional intensificação da produção e adoção de processos direcionados ao crescimento econômico: era conhecido como “Cidade dos

---

<sup>84</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. Jornal Tropeiro dos Pampas. Caderno especial. [s.d.]. p. 02.

<sup>85</sup> TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>86</sup> PIMENTEL, *Ibid.*, p. 03.

Pinheirais”, maior empório madeireiro e pólo exportador do estado do Rio Grande do Sul. Destacava-se, ainda, como produtor de farinha de mandioca, banha e couros suínos. Também, se desenvolviam no município atividades ligadas à indústria, ao comércio, à pecuária e agricultura. Nesse cenário, Carazinho progredia aceleradamente na segunda década do século passado, graças à indústria extrativa da madeira, tornando-se um núcleo importante, e a sua população lutava pela emancipação administrativa.

Iniciando a década de 1930, avolumavam-se os movimentos emancipacionistas. O espírito de luta, criado com a Revolução de 30, trazia novos ânimos às pessoas. O progresso que se fazia sentir na região, apesar da conjuntura internacional, que se sentia negativa, aumentava as vozes em favor da autonomia administrativa. O *Jornal da Serra*, de propriedade de Canuto de Souza e dirigido pelo mesmo, constantemente publicava notícias relacionadas com o movimento. Em sua edição de 11 de dezembro de 1930, sob o título “O Vilamento de Carazinho”, fez um minucioso relato das providências tomadas pela comunidade visando à emancipação. Eram os primeiros passos de um movimento realmente efetivo e que reuniria três líderes; Paulo Coutinho, coletor federal e pessoa que exerceu liderança em todas as atividades comunitárias, tido como expoente da emancipação de Carazinho; Homero Guerra, jovem idealista, que viria a ser o primeiro Prefeito Municipal, e o coronel Alberto Graeff, líder político respeitado. Esses personagens, então, começaram a agilizar a emancipação política do município-mãe: Passo Fundo<sup>87</sup>.

Durante esse trabalho a Revolução de 1930 veio sustar, em parte, a execução do plano traçado. Todavia, o movimento seria reanimado pela palavra do general Flores da Cunha, que em vibrante oração proferida no Barracão Liberal, junto à Estação da Viação Férrea, por ocasião de sua passagem em direção ao norte, prometeu a emancipação do então distrito, continuaram, pois, na linha traçada. Assim, em 24 de janeiro de 1931, o então interventor federal no estado, general Flores da Cunha, baixou o decreto nº 1.707, emancipando o Município de Carazinho e separando-o de Passo Fundo.

As regiões de Passo Fundo e Carazinho tinham como característica a ocupação privada e econômica da terra, em razão da mistura de relações produtivas entre a tradição da lavoura e

---

<sup>87</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 87, ano XXXVII, 15 jan. 1931. p. 02.

da pecuária; da não pacificidade das convivências de relações capitalistas com modelos de produção não capitalistas; pela renda da terra com as formas avançadas de apropriação capitalista e produtiva da terra; pelo trabalho em família do pequeno produtor com trabalho escravo e semi-escravo de peões nas estâncias pecuaristas; pela ânsia demonstrada pelos imigrantes na busca de terra para plantio. Ainda, para a pecuária que relutava em substituir sua atividade tradicional pelo cultivo de cereais, como o trigo e o milho, especificamente. A destruição das matas pela indústria da madeira abriu caminho para a produção do trigo, o aparecimento de moinhos e, de uma estrutura cooperativista de interesse dos granjeiros, com aumento da suinocultura e a industrialização de sua cadeia produtiva<sup>88</sup>

Inicialmente baseada na agropecuária, a região desenvolveu, nas últimas décadas, um significativo parque industrial, no qual predominam indústrias de transformação agroalimentar. Além disso, na produção agropecuária destacam-se a suinocultura e avicultura.

Para haver um maior entendimento do território em estudo, é necessário situar o termo “região” que na acepção de Duarte<sup>89</sup>, refere-se à identificação das regiões em que se processam certas formas de reprodução do capital, caracterizando o modo de produção, nos seus diferentes estágios, numa formação social, ou seja, num espaço total de uma determinada sociedade podem existir espaços que constituem regiões, porém outros, não.

Benko salienta que nas diversas variações observadas nos estudos de geógrafos no que se refere a “região”, são diferentes os desígnios dados para o termo, pois foi entendida especificamente como relações entre homem e natureza e como uma possibilidade de averiguação dos sistemas espaciais de determinadas regiões naturais. Por outro lado, aos poucos os estudiosos vão observando na região um conjunto de fatores que apresentam em sua formação várias leituras, as quais, numa análise mais minuciosa, revelam grande uniformidade interna e grande diferenciação diante de outros contextos<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 16-17.

<sup>89</sup> DUARTE, Aluizio Capdeville. *Regionalização: considerações metodológicas*. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro. [s.n.], 1980.

<sup>90</sup> BENKO, Georges. *A ciência regional*. Portugal: Celta, 1998. p. 9-11.



A região, para Mesquita<sup>91</sup>, é um processo que vai atuando na realidade, independentemente do ato de dividir espaços segundo o preceito da homogeneidade ou da polarização. Assim, a autora salienta que o termo região pode ser identificado com o processo de formação e transformação de regiões, incluindo, neste último termo, a sua dissolução e até o seu ressurgimento.

Segundo Bourdieu, “o que faz uma região não é o espaço, mas sim o tempo, a história”<sup>92</sup>. Como uma estrutura, a região possui uma identidade própria que a diferencia e identifica como tal, permitindo, desse modo, sua delimitação a partir do que lhe é específico e singular dentro de uma totalidade, ou seja, um espaço particular como parte de uma organização mais ampla, global; “como parte de um todo - parte que pode ter conotações políticas, físico-geográficas ou administrativas ou históricas”<sup>93</sup>, mas que faz referência constante ao sistema da qual foi recortada.

Nesse sentido, faz-se pertinente o estudo do significado de região. Embora seja difícil de estabelecer com precisão a sua definição, a região está intimamente ligada às formas de produção que são comuns a determinados períodos da história, sendo entendida de acordo com as oscilações econômicas e políticas. Dessa forma, a análise regional não está somente relacionada à dinâmica econômica ou à estrutura social, mas volta-se também ao indivíduo, às suas particularidades e às especificidades encontradas no contexto em que está inserido, bem como a sua relação com o espaço.

Na análise da dinâmica regional, a região está relacionada à idéia de que áreas geográficas podem estar ligadas como um conjunto único em virtude de suas características. O ponto de partida é a homogeneidade do território, ao passo que as particularidades se concentram na heterogeneidade, já que a região é um território que comporta uma unidade estrutural e, portanto, dinâmica. As características, no entanto, são as estruturas de produção, padrões de consumo, distribuição da força de trabalho, elementos culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse contexto, Paiva relata:

---

<sup>91</sup> MESQUITA, Zilá. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 5, n. 2, 1984.

<sup>92</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 115.

<sup>93</sup> FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.) *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 19-20.

a homogeneidade é à base da determinação da região; por isto mesmo, ela é o ponto de partida de qualquer regionalização. Contudo, ela não basta em si mesma. Uma região só existe verdadeiramente se ela comporta uma dinâmica particular, que se diferencia da dinâmica projetável para a mesma a partir da mera extrapolação da dinâmica “média” da macro-região em que está inserida. Esta dimensão particular da dinâmica da (sub) região considerada se funda nas suas contradições específicas e na forma como estas contradições são administradas, enfrentadas e resolvidas. Territórios limítrofes podem apresentar homogeneidades essenciais – o que já nos autoriza a pensá-los, num determinado âmbito, como uma única região -, e dinâmicas diferenciadas, assentadas em contradições e padrões peculiares de regulação e de polarização internas – o que já nos autoriza a pensá-los, em outro âmbito, como sub-regiões de uma região, dimensões heterogêneas de uma unidade contraditória, mas real<sup>94</sup>.

Quanto à questão regional, Schwartzman argumenta que as regiões são nada mais que um detalhamento do que ocorre num sistema político nacional como um todo. O estudo das regiões seria uma espécie de aprofundamento do detalhe para o entendimento do processo político e social como um todo. O autor entende que essa perspectiva vem associada com a tendência a pensar o fenômeno político e o fenômeno social juntamente com o fenômeno econômico, com base em categorias gerais e abrangentes, tais como determinadas classes sociais, determinadas formas de produção, determinados estágios do processo de desenvolvimento<sup>95</sup>.

Para Schwartzman, existe sempre uma região central, que é uma região dominadora que concentra o poder e estende sua influência ao resto do território e às regiões periféricas que vivem na dependência e na subordinação desses centros; são as regiões de fronteira, onde se chocam e se estabelecem os limites entre determinadas comunidades nacionais e outros sistemas nacionais<sup>96</sup>.

Nessa concepção, Corrêa conceitua região como prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante. O autor utiliza o conceito de diferenciação de área e as subseqüentes divisões regionais, visando à ação e ao controle sobre territórios conquistados

---

<sup>94</sup> PAIVA, Carlos Águedo Nágel. *Ilusões e sabedorias da análise regional*. Porto Alegre: FEE. 2005. p. 02.

<sup>95</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *A revolução de 30 e o problema regional*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 367 – 368.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 373.

ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante<sup>97</sup>.

Haddad introduz o elemento regional numa teoria de desenvolvimento econômico e inclui fenômenos peculiares à economia regional, tais como o fato de que os recursos estão desigualmente distribuídos entre as regiões e que existe uma mobilidade de fatores entre essas. Embora muito longe de serem perfeitos, esses elementos devem ser considerados para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico regional<sup>98</sup>.

Tomando como referência as divisões regionais apoiadas no conceito de região natural, as unidades territoriais, habitualmente baseadas nas divisões político-administrativas, são determinadas de maneira um tanto arbitrária, além de sua instabilidade ocasionada pelos desmembramentos de áreas e emancipações, seccionando com muita frequência unidades territoriais geograficamente homogêneas.

De acordo com Love<sup>99</sup> e conforme nosso recorte temporal, os geógrafos distinguem seis regiões no Rio Grande do Sul, porém econômica e culturalmente se aceita geralmente uma divisão em três regiões: Litoral, Campanha e Cima da Serra (ou comumente denominada apenas Serra). O Litoral, historicamente, tem sido, a mais densamente povoada das três, bem como o local das exportações, do comércio interestadual e da indústria. A Campanha, a segunda região, situa-se como a de criação de gado, que deu ao estado sua imagem conhecida em qualquer parte do Brasil, pois as atividades pastoris dominam em toda parte. A região dos Campos de Cima da Serra se constitui num planalto e foi ocupada por estancieiros nos séculos XVIII e XIX, sendo, portanto, a última a ser ocupada e colonizada de forma constante.

Segundo Love<sup>100</sup>, para fins históricos, a Serra pode ser dividida em três sub-regiões: a Zona Colonial, o Planalto Central e o Distrito das Missões. A primeira foi povoada por colonos alemães e italianos, ligados à policultura, na parte norte-central da Serra, onde plantaram trigo, transformando o distrito num dos maiores celeiros do Brasil, por volta de 1940. No Planalto Central a ocupação foi realizada por sertanistas e fazendeiros, que se

<sup>97</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 47-50.

<sup>98</sup> HADDAD, Paulo Roberto. (Ed.). *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975. p. 49 - 55.

<sup>99</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 05-07.

<sup>100</sup> Ibid.

deslocavam de São Paulo para o sul. Já, com referência ao Distrito das Missões, a origem do nome deve-se aos missionários jesuítas que vieram para a região com o intuito de catequizar os índios. Vale lembrar que este território foi reivindicado pelo Brasil em meados de 1750, época em que os estancieiros se movimentavam da Campanha para o norte e do Planalto Central para o oeste.

Após conceituar região sob o enfoque de diversos autores já referenciados, adotaremos nesse estudo como conceito de região um espaço territorial, construído pelos sujeitos que fazem parte do contexto no qual estão inseridos. Mas, acima de tudo região é um produto da construção humana, que marca sua identidade, assim como suas particularidades e singularidades na qual foi construída.

Após a contextualização da região, podemos salientar que, durante o século passado, Passo Fundo figurou no cenário da região como um centro econômico e político que coordenava a região do Planalto Médio. Assim, tanto Passo Fundo quanto Carazinho, em razão dos laços que os ligavam como a proximidade geográfica, participaram, às vezes de modo obscuro, outras vezes com certa projeção, de importantes movimentos que marcaram a sociedade brasileira dos anos pós-30. Exemplo disso foi o envio de tropas passo-fundenses e carazinhenses para o *front*, quando da Revolução de 1930.

Com o contexto exposto e no caso de Passo Fundo, pode-se observar com nitidez que “o local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”<sup>101</sup>. Demonstra, também, ser passível de uma construção histórica singular, que, ao interagir e se inserir num contexto mais amplo, como parte diferenciada, combina-se com o todo, com o global.

Em Passo Fundo, no pós-30, foi organizada uma célula da Ação Integralista Brasileira e outra da Aliança Nacional Libertadora. Nesse cenário, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) não mudaram o quadro que existia de forma profunda, uma vez que os componentes destas duas correntes partidárias eram oriundos das camadas médias ou do proletariado, setores desobrigados do processo político pré-1930 e que

---

<sup>101</sup> BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DPEA, 2001. p. 29.

não haviam se vinculado às correntes políticas tradicionais<sup>102</sup>.

Nesse sentido, o jornal *O Nacional* transcreveu uma nota da AIB destacando:

**Do núcleo da AIB municipal**, recebemos a seguinte nota: Seção doutrinária - Foi ela iniciada com o hino “**Ergue-te Mocidade**”, ao apelo da Pátria, cantado pelos “**camisas verdes**” de braço alçado, falando em seguida o companheiro **Orlando Ribeiro, secretário da S.M.O.P.**, [...]Falaram ainda os companheiros Sebastião Castilhos, secretário da S.M.C.A., e Leopoldo Homrich, sendo todos dois muito aplaudidos ao finalizarem suas perorações. **Durante a seção foi procedida a exclusão de um integralista, que, faltando a sua fé e a sua palavra de honra, transgrediu os regulamentos da A.I.B., sendo a sua ficha queimada na presença de todos.** A seção que transcorreu em um ambiente de vivo entusiasmo foi encerrada com o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional Plínio Salgado e com a primeira estrofe do hino Nacional cantado pelos presentes desta alçada<sup>103</sup> (grifos nosso).

O mesmo jornal noticiava frequentemente a formação de subnúcleos nos distritos pertencentes ao município de Passo Fundo. A nota abaixo revela a força da AIB em Passo Fundo e região, bem como a expansão que essa aliança possuía:

Do gabinete da chefia municipal da AIB, recebemos o seguinte comunicado: **novo subnúcleo** – ontem, às três horas da tarde, em colônia Bela Vista, primeiro Distrito deste município, foi oficialmente instalado o subnúcleo 42-h, tendo se verificado, 27 inscrições iniciais e mais três de elementos femininos. Para dirigir o **novel subnúcleo** foi nomeado o seguinte grupo de centralização: **chefe, Alfredo Carlos Dalmaso; secretário, Primo Felix Guarente; tesoureiro, José Thomé.** A fim de proceder a instalação do sub-núcleo de Bela Vista, partiu ontem pela manhã desta cidade, uma ‘**bandeira**’ de **camisas-verdes**, sob a direção dos companheiros **Nascimento Rocha e Leopoldo Homrich**, fazendo parte da mesma elementos do departamento feminino<sup>104</sup>. (grifos nosso).

Ainda quanto à célula, no que se refere à Aliança Nacional Libertadora, *O Nacional* relatava:

**Solidários com o programa da Aliança Nacional libertadora, novel organização** que se propõe a uma vasta coordenação das massas populares do Brasil, para empreender um grande movimento de libertação nacional, vários interessados reuniram-se ontem pela manhã **no escritório do dr. Verdi De Cesaro**, para tratarem da providencias preliminares da **instalação de um núcleo da A.N.L.**, nesta cidade. Nessa reunião preliminar, ficou assentada a escolha de uma comissão provisória de organização composta de cinco elementos que deverá desenvolver intensa

<sup>102</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991, p. 57.

<sup>103</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.107, ano X, 16 maio 1935. p. 04.

<sup>104</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.252, ano XI, 11 nov. 1935. p. 03

propaganda e divulgação do programa e dos ideais da A.N.L. **O comitê ficou constituído pelos srs. Verdi De Cesaro, Joaquim Musa, Pedro Ferrão Teixeira, Eduardo Barreiro e Enio Mailander.** Essa comissão provisória ficou com amplos poderes para inscrever todos os que se solidarizarem com o programa da ANL, devendo muito breve instalar solene e publicamente o Diretório definitivo. Foi aprovada, também, nessa reunião, a expedição de um telegrama a organização central no Rio de Janeiro com os termos que se seguem: ‘Capitão Amorety Ozório – sede Aliança Nacional Libertadora. Rio. Solidários Aliança Nacional Libertadora, cuja presidência honra coube maior e mais honesto brasileiros, **General Luiz Carlos Prestes, comunicamos instalação, hoje, nesta cidade, Comitê provisório organização. Pela libertação nacional do povo brasileiro, (assinado pelos membros do comitê).** Qualquer um dos membros da comissão provisória, está autorizado a inscrever todos aqueles que concordarem com o programa da ANL, sendo convocados para isso de acordo com o manifesto espalhado na cidade, proletários, funcionários, camponeses, lavradores, intelectuais, comerciários, estudantes, militares, membros das profissões liberais, sindicatos profissionais, agremiações operárias e todos aqueles que se interessarem pela libertação nacional do povo brasileiro. Essa nova agremiação nacional tem um programa claro e definido<sup>105</sup>. (grifos nosso).

Nas eleições de 1935, em Passo Fundo, a AIB formou uma chapa com seus respectivos candidatos a prefeito e vereadores, que fora constituída da seguinte forma: para prefeito: Nascimento Rocha; para vereadores: Hugo Loureiro Lima, Willibaldo Neuhaus, Leopoldo dos Santos Homrich, João Nozare, Mario José Ferreira, Antonio Casasola e Antonio Zancanaro<sup>106</sup>.

Sem sombra de dúvida, especialmente o ano de 1930 marcou o início de uma década que transformou a história do Brasil. Sabemos que as raízes de tal transformação são creditadas pelos historiadores a um processo que já vinha ocorrendo no Brasil há, pelo menos, uma década, em razão do “tenentismo” e de alterações econômicas que se processaram em nível mundial, afetando a economia brasileira de caráter exportador. A Revolução de 1930 movimentou o cenário nacional e também o regional, pelo que se pôde observar em relação a Passo Fundo, de onde partiram para frente de combate três tropas com as quais a revolução ganhou espaço. Como desfecho houve a deposição do então presidente da República Washington Luiz para que Getúlio Vargas tomasse posse como chefe do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930<sup>107</sup>.

Nesse sentido, registramos na vida política de Passo Fundo, na década de 1930, uma

<sup>105</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.110, ano X, 20 maio 1935. p. 04.

<sup>106</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.255, ano XI, 14 nov. 1935. p. 01.

<sup>107</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. Jornal Tropeiro dos Pampas. Caderno especial. [s.d.]. p. 2.

forte movimentação, na qual se sobressaíram chefes políticos locais, especialmente os coronéis Quim César e Edmundo de Oliveira. O jornal *O Nacional*, além da ampla divulgação dos acontecimentos locais e nacionais convidava a população para que se engajasse nos comícios ou jantares realizados no município pelos principais partidos políticos da época: o PRR e o PRL<sup>108</sup>.

Além da atuação dos partidos tradicionais, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira também encontraram espaço para atuar em Passo Fundo e região. Na estrutura organizacional da ANL, os núcleos espalhados por todo o território nacional eram de vital importância, constituindo-se na base do movimento, já que concentravam as suas funções doutrinárias e organizacionais, sendo também responsáveis pela unidade e pela agitação das massas populares. Um exemplo foi o chamamento realizado por meio de *O Nacional*, pelo Diretório da Aliança de Passo Fundo:

**O Diretório Municipal convida todos os aderentes e simpatizantes, homens e mulheres, funcionários públicos, proletários da cidade e do campo, empregados, comerciários pequeno-burgueses, e associações civis, sem distinção de credos religiosos, políticos ou filosóficos para assistirem ao grande comício patriótico e popular que se realizará no dia 5 de julho, promovido pela ANL em todo o Brasil, e que nesta cidade terá lugar na praça Marechal Floriano, às 19:30, em comemoração ao início do movimento antiimperialista e em homenagem aos 18 de Copacabana e aos Heróis da Coluna Prestes<sup>109</sup>. (grifos nosso).**

A partir de maio de 1935, após a organização do primeiro comitê aliancista em Passo Fundo, a ação da ANL local se fez mais intensa. Dessa forma, congregou os vários sindicatos e associações de trabalhadores da cidade, dentre eles, o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros e a União de Trabalhadores de Passo Fundo. No final desse período, as atividades da ANL passo-fundense foram se ampliando pela adesão de novos filiados, embora tenha tido uma vida efêmera até julho de 1935, quando foi fechada por ordem do governo federal, juntamente com as demais existentes no país<sup>110</sup>.

No contexto desta pesquisa, ressaltamos que na cidade de Passo Fundo, no ano de 1940, conforme os dados do censo do mesmo ano, os nomes que pertenciam aos quadros políticos locais geralmente eram os mesmos que controlavam a economia do município,

<sup>108</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1865, ano X, 27 jul. 1934. p. 02.

<sup>109</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1944, ano XI, 2 jul. 1935. p. 04.

<sup>110</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1900, ano XI, 31 maio 1935. p. 01.

caracterizada por atividades comerciais, pequenas propriedades rurais, sem contar com indústrias de relativo porte<sup>111</sup>. Na agricultura regional destacava-se a lavoura tritícola.

Na década de 1950, que marcou uma nova fase de desenvolvimento nacional, o município de Passo Fundo ainda não indicava ser um centro industrial de expressão, mas, sim, uma economia que permanecia centrada no setor primário. No sentido político, o período demonstrava ainda ser turbulento. Depois de longos anos de domínio do Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou candidato próprio às eleições municipais, na pessoa do deputado estadual recém-eleito Daniel Dipp. Foi um momento que marcou a sociedade passo-fundense na busca para novos rumos no desenvolvimento cultural<sup>112</sup>.

O município de Carazinho desenvolveu-se à mercê de uma racional intensificação da produção e adoção de processos direcionados ao crescimento econômico, sendo conhecido desde a República Velha como “Cidade dos Pinheirais”, maior empório madeireiro e pólo exportador no estado do Rio Grande do Sul. Destacava-se também como produtor de farinha de mandioca, banha e couros suínos. Ainda, havia no município atividades ligadas à indústria ao comércio, à pecuária e à agricultura. Como exemplo, na década de 30, contava com 150 serrarias, que exportavam, em 1934, uma média de 1166 vagões de madeira aplainada; em 1942, o parque industrial de Carazinho foi enriquecido com novas e importantes indústrias<sup>113</sup>. Nesse sentido, Boschi<sup>114</sup> salienta que no Brasil, na década de 1930, o setor industrial caracterizava-se por um imenso número de pequenas empresas, ou seja, 90%. Importa salientar que um pequeno número de empresas era relativamente grande para a época em questão, compreendia dessa forma um percentual, ou seja, um grupo considerável de elite que não devia ser subestimado.

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Francisco Antoninho Xavier, apud MEDEIROS Marcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 109.

<sup>112</sup> CANTÚ, Jonas; AMBROS, Jussara Rodrigues; SIQUEIRA, Rosimar Serena. *Construção política, econômica e cultural: Passo Fundo nos últimos cinquenta anos*. Apud MEDEIROS Marcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 116-120.

<sup>113</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 38, ano I, 25 dez. 1942. p. 03.

<sup>114</sup> BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000. p. 60.



Igualmente em Carazinho, no pós-30, foi organizada uma célula da Ação Integralista Brasileira. Nesse sentido, o *Jornal da Serra*, no ano de 1936, relatou sobre o primeiro congresso municipal integralista da seguinte maneira:

[...] **as atividades em que se empenhavam os camisas verdes do município** no propósito de darem melhor desempenho possível as determinações emanadas da Chefia Nacional, relativamente a campanha do recrutamento, correram do melhor êxito possível, dando lugar para que, com a realização do referido congresso municipal ingressarem nas fileiras dos camisas verdes mais de 108 brasileiros, somados aos que prestaram juramento nas comemorações do dia da Pátria, em um número de 59, somam o total de 168 novos integralistas, como resultado da campanha pelo Chefe Nacional “pró mais um”. De acordo com o programa do congresso, efetivou-se as 11 horas, na sede municipal, a reunião dos Chefes Distritais e Secretários Municipais, onde foram tratados de assuntos atinentes a reestruturação do movimento autorizada e elaborada pela Chefia Provincial. Com a chegada dos camisas verdes [...] encaminharam-se para o local em número aproximadamente 500[...] as 15 horas, encontrando-se totalmente tomadas as dependências do amplo salão que serve de sede a **AIB em Carazinho, deram-se início as comemorações públicas do primeiro congresso municipal, com a entrada no recinto do Chefe municipal, Helmut Closs e instrutor Walter Franke da S.P.Educação que foram recebidos com as saudações do estilo.** [...] <sup>115</sup>. (grifos nosso).

Nas eleições de 1935, a Aliança Integralista Brasileira lançou para candidato a prefeito Dário de Bittencourt e para vereadores: João José Herpen; Theobaldo T. Hommerding; Helmuth Closs; Antonio Couto Camino; Adolpho Pedro Cassel; José Reis e Oscar Jacob Schardong. Salientamos que os integralistas não conseguiram eleger nenhum de seus candidatos<sup>116</sup>. Um fato importante e que esteve nas páginas do *Jornal da Serra*, foi que tanto Homero Guerra quanto Albino Hillebrand, membros da direita (apoiadores de Flores da Cunha e Getúlio Vargas), eram simpatizantes dessa doutrina política e frequentemente recebiam apoio dos membros da Aliança Integralista Brasileira<sup>117</sup>. Ressaltamos que Antonio Canuto de Souza<sup>118</sup>, apesar de ser membro da esquerda carazinhense (apoiador de Borges de Medeiros, portanto contrário a Flores da Cunha e Getúlio Vargas), também era simpatizante dessa doutrina política, fato que chamou atenção, pois supunhamos que fosse membro na ANL.

Acompanhando o contexto anterior, o cenário agravava-se com a pressão crescente exercida por movimentos de conteúdo nitidamente ideológico, como a Ação Integralista

<sup>115</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 374, ano VI, 24 set. 1936. p. 02.

<sup>116</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.255, ano XI, 14 nov. 1935. p. 01.

<sup>117</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 315, ano V, 5 set. 1935. p. 01.

<sup>118</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1991. p. 62.

Brasileira, de direita, e a Aliança Nacional Libertadora, de caráter esquerdista e posta na ilegalidade por Vargas em 1935. Em Carazinho o núcleo dos integralistas foi forte e atuante<sup>119</sup>, ao passo que a ANL não conquistou espaço nesse município, pois não encontramos nenhum relato que pudesse nos dar alguma pista de sua existência.

Até a década de 1945, a realidade de Carazinho não foi muito diferente do que ocorria em Passo Fundo, pois os nomes que pertenciam aos quadros políticos locais geralmente eram os mesmos que controlavam a economia do município, caracterizada por atividades comerciais, pequenas e grandes propriedades rurais, sem contar com indústrias de pequeno e médio porte. Na agricultura regional destacava-se a lavoura tritícola, assim como a suinocultura<sup>120</sup>. Carazinho contou com uma especificidade no quadro da política, pois até 1945 os partidos fortes que conduziam todos os embates políticos eram o PRR, PRL e PL, os quais se mantinham fiéis aos seus líderes, ou seja, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Batista Luzardo, enquanto houvesse interesse com referência à sustentabilidade econômica.

Em 1945, quando os partidos políticos retornaram ao contexto nacional, Borges de Medeiros (PRR) e Flores da Cunha (PRL) formaram a UDN e, com eles ocorreu a adesão de todos os seus antigos correligionários. Por sua vez Getúlio Vargas fundou dois novos

---

<sup>119</sup> Carazinho teve na sua história no período a primeira promotora do Ministério Público no Rio Grande do Sul possivelmente a primeira no Brasil, uma vez que, após a demissão da mesma, em 1942 (por ser mulher e judia, embora o motivo alegado fosse “ser mulher casada”) apenas na década de 70 o Ministério Público nomeou a segunda mulher- considerada por muitos na época como a primeira. No primeiro concurso público realizado pelo Ministério Público no Rio Grande do Sul Sophia Galanternick foi aprovada e nomeada promotora pública. Sua primeira e única comarca foi Carazinho, núcleo de integralistas e anti-judaicos; enfrentou inúmeras dificuldades no exercício do cargo apesar de sua alta qualificação profissional e intelectual. As “causas” aparentemente (isto é, não foram explicitadas como tal) não foram o fato de ser judia, mas, com certeza os três fatores: ser mulher numa região de domínio coronelista; ser judia numa região e numa comarca cercada de núcleos da AIB; e, na época, ser o Ministério Público estadual dirigido por um militante integralista com cargo na diretoria estadual da AIB, o procurador-geral Anor Buttler Maciel. Foi protagonista, como magistrada, de um dos casos mais rumorosos de processos criminais no RS: o caso Creso. Veja-se sobre o tema seu depoimento autobiográfico concedido à historiadora do Projeto Memória do Ministério Público no ano de 2001 publicado no livro *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do sul. Os alicerces da construção*, volume de autoria de FÉLIX, Loiva Otero que a entrevistara. Ver também sobre o tema: FÉLIX, Loiva Otero. O “crime do km. 350” e o “Caso Creso”: impunidade e clamor público. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002; FÉLIX, Loiva Otero. Política, poder e justiça: violência e criminalidade no Norte do Estado.” In: Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território. política. poder, criminalidade, economia. produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade; BATISTELLA, Alexandre (Org.). Passo Fundo: Méritos, 2007, e também o artigo de SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O primeiro concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do RS”. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje – ANPUH*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

<sup>120</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 38, ano I, 25 dez. 1942. p. 03.

partidos: o PSD e o PTB. A este último também houve a adesão de seus antigos correligionários, mas divididos agora em dois partidos. Um fato relevante que deve ser mencionado é o fisiologismo, visto que alguns correligionários não eram tão fiéis, mudando de partido para ficarem em situação de maior poder econômico, pois ser integrante da elite econômica era ser responsável por uma boa parte do sucesso.

### 1.3 Considerações acerca da classificação das elites

A classificação das elites passa, necessariamente, por aquela realizada por estudos históricos e sociológicos das políticas européias. Assim, foi se formando ao longo de um processo de tensão polar, tendo, de um lado, a expansão do poder dos funcionários reais e, de outro, a pressão de grupos sociais dominantes pela representação política. O processo foi longo e assumiu feições diversas nos vários países de acordo com o maior ou menor predomínio de um dos pólos sobre o outro.

No que se refere às elites houve variações importantes, a exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde ocorreram revoluções burguesas de êxito, excluindo-se dessa realidade os países que surgiram a partir de ex-colônias, como os da América Latina, no século XIX, e, mais recentemente, os da Ásia e África<sup>121</sup>.

Existem alguns traços que parecem comuns às elites que tiveram êxito na tarefa de formação de Estado em circunstâncias históricas desfavoráveis. Em primeiro lugar, uma condição fundamental parece ser a homogeneidade. Pelo menos a curto e médio prazos, quanto mais homogênea uma elite, maiores suas condições de agir politicamente com eficácia. Uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso, o que lhe dá enormes vantagens sobre as elites rivais.

Na América Latina as elites do século XIX, eram, em geral, recrutadas nas classes

---

<sup>121</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

dominantes, mas a experiência mostrou que isso não era suficiente para mantê-las unidas. Conflitos entre setores dessas classes, interesses regionais, pressões externas, tudo levou à balcanização da colônia espanhola, a despeito de certa homogeneidade social da elite. No caso do Brasil a explicação para a unidade volta à velha tese política da manutenção da monarquia, da garantia da integridade territorial e da estabilidade institucional. Assim, se é possível dizer que havia base concreta de interesses econômicos para manter unidos, por exemplo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o mesmo não pode ser dito em relação a Pernambuco e Rio de Janeiro, ou Maranhão e São Paulo<sup>122</sup>.

Em se tratando das elites brasileiras, particularmente da primeira metade do século XIX, o treinamento acontecia em Coimbra, em virtude da busca pela formação jurídica, sendo, em sua maioria, constituída por funcionários públicos, com ênfase na magistratura e Exército<sup>123</sup>. O fato de as elites brasileiras terem tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir o novo Estado teve também conseqüências para o tipo de dominação que se instaurava. Assim, a homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal levava a que o fortalecimento do Estado se constituísse para ela não só num valor político como também num interesse material concreto<sup>124</sup>.

Houve momentos em que se formaram sociedades políticas, às vezes abertas, às vezes secretas, chegando a exercer influência considerável, particularmente na Regência. Contudo, em geral, duraram pouco tempo, e além de que, vários de seus líderes ocupavam também posições formais de poder. Os partidos políticos eram totalmente parlamentares e seus líderes estavam no Parlamento e no governo. Mesmo o Partido Republicano tinha alguns de seus líderes no Congresso, embora nunca tivessem chegado ao Senado ou ao Conselho de Ministros, pelo menos como republicanos.

Com base nas análises de Murilo de Carvalho ampliamos nossas leituras no sentido de aprofundar que as elites brasileiras, tanto as políticas como as econômicas, seguem uma

---

<sup>122</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 13-16.

<sup>124</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método*. Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 81.

trajetória bastante semelhante à instaurada no período imperial. As posições ocupadas por homens que detêm o poder, tanto econômico quanto político, dizem respeito à capacidade que têm de transcender à vida dos homens comuns. Sem se submeter às responsabilidades triviais, conseguem atender às exigências que o seu meio impõe, bem como criam novas exigências, conduzindo a que as pessoas que os assessoram as cumpram; criam, portanto, uma hierarquia disciplinada, na qual a eficiência é condição para que se mantenham no poder<sup>125</sup>.

A palavra “elite” era empregada no século XVII para designar produtos de qualidade excepcional; posteriormente, teve seu emprego alargado para abranger grupos sociais superiores, tais como unidades militares de primeira ordem ou os postos mais altos de nobreza. Esse conceito se difundiu por meio das teorias sociológicas das elites, especialmente pela obra de Pareto e Mosca<sup>126</sup>.

Sabemos que as elites se embasam em estratégias ideológicas, assentadas em fortes esquemas de manutenção do poder, revestindo-se de várias formas de ideologia em consonância com os interesses das pessoas, dos grupos sociais e mesmo das nações; elas assumem peculiaridades, impondo às classes sociais subalternas a doutrina que interessa à classe dominante, de modo a tornar uma visão comum para todos, sem se dar conta dos interesses particulares ocultos; popularizou-se e tornou-se um conjunto de idéias e valores estigmatizados, aceitos pela maioria, que não se opõe à dominação imposta, fato que ocorre pela inoculação de idéias e valores na consciência coletiva<sup>127</sup>.

Transportando essa idéia para a atualidade, observamos que as atuais elites brasileiras são comprometidas com o capital externo e também com os interesses dos grupos especulativos. Logo, vão impondo certa dependência à própria nação. Se, no período colonial, igualavam-se à Metrópole portuguesa com a produção direcionada à exportação, nos dias atuais, os mais elevados segmentos econômico-financeiro pactuam em condições de servidão com os grandes detentores do capital financeiro internacional. Assim, podemos afirmar que essa formação inicial nos acompanha desde a colonização,

<sup>125</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 17-19.

<sup>126</sup> BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 07.

<sup>127</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

configurando a atual estrutura socioeconômica e daí produzindo o elitismo<sup>128</sup>.

Em nosso estudo distinguimos como elites no Rio Grande do Sul e nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, a econômica, composta por dirigentes de empresas (comerciantes e industriais), líderes políticos, chefes militares e coronéis, que são representantes de um grupo com privilégios, que, conseqüentemente, teriam de ser considerada uma classe dominante. Consideramos como fatores que se agrupam às elites os de ordem cultural, político, econômico e social.

#### **1.4 Conceitos de política, poder e elite**

Etimologicamente, a palavra “política” deriva do adjetivo oriundo de *polis* (*politikós*), que significa tudo o que diz respeito à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo social. O termo se expandiu a partir da obra do filósofo Aristóteles “Política”, tida como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, bem como as muitas formas de governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do governo, ou seja, de reflexão, não importando se com intenções descritivas ou normativas, aspectos dificilmente dissociados em se tratando das coisas da cidade<sup>129</sup>.

Desse modo, desde a sua origem ocorre uma transposição de significado, do conjunto das coisas qualificadas a partir do adjetivo político para a forma de saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de coisas: “uma transposição não diversa daquela que deu origem a termos como física, estética, ética e por último cibernética”<sup>130</sup>. Modernamente, o termo perdeu o significado original, sendo substituído por outras expressões, como ciência do Estado, doutrina do Estado, ciência política, filosofia política, etc., passando a ser comumente utilizado para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que, de certa forma, têm como termo de apoio a *pólis*, ou seja, o Estado.

<sup>128</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>129</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

<sup>130</sup> *Ibid.*

Dessa forma, o conceito de política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estritamente ligado ao de poder, que, por sua vez, tem sido tradicionalmente definido como “consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem”, ou, analogamente, como “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados”<sup>131</sup>. Evidentemente, a esfera da política é a das relações entre uma minoria que detém o poder no Estado. Consoante a isso, sendo a esfera da política constituída não só pelo exercício efetivo do poder por meio do Estado e de suas instituições, mas também pelas representações que cercam o poder e a noção de autoridade, o debate pode ficar circunscrito a dominantes e dominados<sup>132</sup>.

Nesse sentido, entendemos política como a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder; logo, o político tem relação direta com o Estado e a sociedade global, mas não se reduz a isso. Compreendemos o político não como um domínio isolado, mas considerando-o sem margens e comunicando-se numa perspectiva global, ou seja, como um ponto de condensação<sup>133</sup>. Acreditamos que a abordagem da cultura política permitirá um maior enriquecimento da análise e do relato que fundamentou as articulações entre o que foi a construção do processo histórico e as interferências das idéias das elites políticas no Rio Grande do Sul.

Entender a importância da política como formadora e garantidora da estruturação de modelos de comportamentos e formas de doutrinação das civilizações através dos tempos não é uma tarefa fácil. Contudo, essa mesma política, quando utilizada de forma despótica ou incoerente, acabou gerando graves conflitos e sérios abalos estruturais no seio das comunidades humanas, o que se reflete até os dias atuais.

Dessa forma, quando tratamos da política, devemos, primeiramente, entender a forma de organização social do contexto em que queremos aplicar essas práticas, para não utilizarmos modelos de organização política e social copiados de contextos, totalmente

---

<sup>131</sup> Conforme conceituações de Hobbes e Russel, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

<sup>132</sup> BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982. p. 41.

<sup>133</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 443-445.

diferentes das encontradas na área do conflito a ser trabalhada. Esse é um desafio muito grande por que passam governantes, políticos, administradores, enfim, todos aqueles que, de uma forma ou outra, pretendem direcionar formas de governo ou atuação político-econômica ou social.

Weber entende por política o ato de orientação do agrupamento político que se denomina hoje de Estado, ou, ainda, o poder que se exerce em tal sentido. Dessa forma, política compreende a reunião de esforços efetuados a fim de participar do poder ou de influenciar a segmentação do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado. Weber entende que em todos os agrupamentos políticos que o antecederam na história o Estado consiste numa relação de dominação do homem sobre o homem, fundada com razões na violência legítima. Logo, a existência do Estado está condicionada à razão de que os homens dominados se submetem à autoridade reivindicada pelos dominadores<sup>134</sup>.

Na visão de Rémond, o político não é um fato isolado, por isso se relaciona com os demais grupos sociais e com outras formas de pensamento<sup>135</sup>; o político é concebido num sentido ampliado, envolvendo o estudo das palavras (a análise do discurso), das manifestações e dos mitos fundadores do imaginário social, e apóia-se numa minuciosa atenção às flutuações eleitorais. “A história política experimenta uma espantosa mudança de destino, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido”<sup>136</sup>.

Nesse processo, o estudo do político e o retorno da história política tiveram, e ainda têm, um papel aglutinador e dinâmico. Entretanto, o presente e o imediato não podem nem devem se limitar à história renovada do político, mesmo que esta aja como um agente dinamizador<sup>137</sup>. Rémond pondera: “Não quero dizer que todo o historiador deva interessar-se pelo político, mas sim que há lugar na família para uma história política”<sup>138</sup>.

Borges, por sua vez, expõe:

<sup>134</sup> WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968. p. 55-56.

<sup>135</sup> RÉMOND, René. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999. p. 51-59.

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>137</sup> RÉMOND, René. Pour une histoire politique. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999. p. 14 .

<sup>138</sup> RÉMOND, René. Por que a história política? apud FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*. n. 5. 1998. p. 64.



Penso que é no campo da renovação historiográfica que devemos procurar desenrolar os velhos e novos laços que sempre enredaram - e possivelmente sempre enredarão - história e poder. Assim poderemos conseguir que a história política - apresentada como de retorno, rejuvenescida ou renovada - seja corretamente avaliada e que esta forma de história reconheça ao mesmo tempo sua autonomia e sua dependência <sup>139</sup>.

Em se tratando do conceito do poder, em seu significado mais geral, a palavra designa a capacidade de agir, de produzir efeitos; tanto pode ser referida à capacidade ou à possibilidade de indivíduos agirem ou produzirem efeitos sobre outro grupo de pessoas, ou, ainda, à capacidade de um governo de dar ordens aos seus cidadãos, visto que é no campo da política que o poder exerce seu papel crucial<sup>140</sup>. Assim, as relações de poder têm como ponto fundamental o campo político, onde os grupos atuam e disputam poder de influência.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino, o poder pode ser entendido, por vezes, como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade e “lhe determina, malgrado seu, o comportamento”. No entanto, o domínio sobre os homens não é normalmente o fim em si mesmo, mas, sim, um meio para que se obtenha alguma vantagem, ou, mais exatamente, os efeitos almejados, como ocorre com o domínio da natureza. A definição do poder como um tipo de relação entre sujeitos tem de ser complementada pela definição de poder como posse dos meios, entre os quais se arrolam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza, que permitem atingir justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”<sup>141</sup>.

O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Essa relação pode ser expressa sob inúmeras modalidades, reconhecendo-se as fórmulas típicas da linguagem política, a exemplo da relação entre governantes e governados, entre soberanos e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência e outras semelhantes. Dessa forma, podemos dizer que existem

---

<sup>139</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v.12, n. 23/24, set.1991, ago. 1992. p. 64.

<sup>140</sup> DIMAGGIO P.; POWEL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.

<sup>141</sup> STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

muitas formas de poder do homem, sendo o poder político apenas uma delas<sup>142</sup>.

O poder político caracteriza-se pela exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num certo contexto social, fenômeno que se repete em toda a sociedade organizada, no sentido de monopolizar a posse e o uso dos meios com que se pode exercer a coação física.<sup>143</sup> Esse processo de monopolização acompanha, simultaneamente, o processo de incriminação e punição de todos os atos de violência que não sejam efetuados por pessoas autorizadas pelos detentores e beneficiários de tal monopólio.

Os grupos que disputam o poder são denominados de “elites políticas”. Conceitua-se, dessa forma, “elite” como sendo um grupo reduzido de pessoas que têm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, que têm a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos<sup>144</sup>. Na visão de Almeida<sup>145</sup>, a sociedade civil é vista como uma complicada rede de organismos privados que exercem suas atividades de comando. Esses organismos protegem a sociedade no sentido de assegurar, pela coação explícita ou legal, o poder das elites. Desse modo, a verdadeira dominação acontece por meio da hegemonia protegida pela coerção, uma vez que o Estado não se reduz somente ao aparelho coercitivo, estendendo-se a todo um conjunto de redes e relações político-sociais.

Conforme Gramsci, o Estado não é somente uma sociedade política, mas também uma sociedade civil em constante mutação dialética. Duas instituições acolhidas dentro do Estado que colaboram com a hegemonia das elites são, sem dúvida nenhuma, a Igreja e a escola. Apoiado nessas instituições, inicia-se o processo de formação da sociedade e toda a estrutura do Estado direciona-se para atender aos interesses das elites. No entanto, é necessário que o entrechoque dos diversos grupos ocorra sempre de forma a não violentar a organização dominante. Desse modo, arma-se uma estratégia para mascarar o poder das elites, que

---

<sup>142</sup> STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

<sup>143</sup> Conforme Hobbes, In: BOBBIO, Ibid., p.956.

<sup>144</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443- 445.

<sup>145</sup> GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética de História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. In: ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 29.

controlam os vários segmentos do contexto social<sup>146</sup>.

Segundo Heinz, “a idéia de elites repousa sob um postulado simples: em cada sociedade, assim como em cada grupo, classe ou meio profissional, uma minoria controla as rendas mais importantes e as decisões relativas ao conjunto dos indivíduos”. Afirma o autor que certas elites são reconhecidas por seu peso econômico, ao passo que outras o são por sua influência política<sup>147</sup>.

Segundo Bobbio, a teoria das elites há dezenas de anos representa com sucesso alternado uma tendência constante na ciência política. Em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades, cujas causas principais estão na distribuição desigual do poder. Uma das causas principais de uma minoria conseguir dominar um número maior de pessoas é o fato de os membros das elites políticas, sendo poucos e tendo interesses comuns, terem ligação entre si e serem solidários, pelo menos na manutenção das regras do jogo, permite ora a uns, ora a outros o exercício alternativo do poder<sup>148</sup>. Portanto, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força.

Nesse contexto inserimos as elites políticas, entendidas como os grupos que disputam o poder. Conceituamos, dessa forma, elites como sendo um grupo reduzido de pessoas que têm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, têm a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos<sup>149</sup>.

Na hipótese hobbesiana, que serve de fundamento à teoria moderna do Estado, a passagem do Estado de natureza ao Estado civil, do Estado apolítico ao Estado político, ocorre quando os indivíduos abdicam do direito de usar cada um a própria força, que os envolvia no estado de natureza, para confiá-la a uma só pessoa ou a um único corpo, que no

---

<sup>146</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 29.

<sup>147</sup> HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 42.

<sup>148</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 385 -391.

<sup>149</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443- 445.

futuro será o único autorizado a usar a força contra eles. Tal possibilidade abstrata adquire consistência histórica na teoria do Estado de Marx e de Engels, segundo a qual, numa sociedade dividida em classes antagônicas, as instituições políticas têm como função principal possibilitar que a classe dominante continue mantendo o seu domínio sobre os dominados.

Weber assim define o Estado: “[...] uma empresa institucional de caráter político onde o aparelho administrativo leva adiante, em certa medida e com êxito, a pretensão do monopólio de legítima coerção física, com vistas ao cumprimento das leis”<sup>150</sup>. Essa definição se tornou quase que um lugar-comum da ciência política contemporânea.

De acordo com Powel e DiMaggio, o Estado é o único detentor do monopólio do uso legítimo da força ou violência, pois a imposição feita por uma autoridade vista como legítima gera resistências, é mais estável e concretiza-se com mais rapidez que a imposição feita unicamente pela força. No entanto, o Estado como uma empresa/entidade institucional tem um poder muito mais amplo, podendo influenciar o curso de toda uma sociedade pela imposição de modelos cognitivos e normativos<sup>151</sup>.

Embora a imposição de um corpo de representação de normatização à sociedade exija que os dominantes pensem e ajam autoritariamente para que o embuste ganhe foros de verdade, o autoritarismo existe sempre que houver representações e normas pelas quais os sujeitos sociais e políticos interpretaram suas relações. O poder, fonte da autoridade, é o instrumento de que os dominantes se valem para a dominação através do aparelho do Estado<sup>152</sup>. Dentro dessa abordagem optamos pelas considerações de Murilo de Carvalho para sustentar os posicionamentos sobre elites como grupos especiais, marcados por características que se distinguem das do conjunto da população ou de outros grupos de elites<sup>153</sup>. Conforme Bobbio, com base em Pareto e Mosca, a teoria das elites parte do pressuposto de que em toda sociedade existe uma classe<sup>154</sup> “superior” que detém o poder político e econômico,

<sup>150</sup> WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968. p. 32.

<sup>151</sup> DIMAGGIO P.; POWEL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.

<sup>152</sup> BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982. p.42-43.

<sup>153</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 17.

<sup>154</sup> Na acepção de Mosca, classe política é quem constrói e mantém o domínio na medida em que suas habilidades possuam algum sentido social, ou controlem alguma força social como dinheiro, terra,

denominando-se de aristocracia ou elite<sup>155</sup>.

Para Mills, os postos de comando ocupados pelas elites podem ser considerados como formadores e possuidores do poder, da riqueza e da celebridade. Esses membros podem ser considerados, ainda, como parte de uma camada superior de uma sociedade extremamente capitalista. O autor chama a atenção para o fato de que as elites não são constituídas somente por aqueles que têm o máximo, uma vez que não o teriam se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que lhes fornece a base necessária para a obtenção do poder, da riqueza e do prestígio<sup>156</sup>. Nessa medida, os poderosos são aqueles que efetivamente podem realizar sua vontade, mesmo com a resistência de outros, partindo-se do pressuposto de que ninguém será realmente poderoso a menos que tenha acesso ao comando das principais instituições. Dessa forma, os meios de poder institucional fomentam os poderosos para que permaneçam nessa posição<sup>157</sup>.

Segundo Poulantzas, é Mills quem explica criticamente a razão pela qual rejeita o termo “classe dominante”, utilizado por Marx, e estabelece o termo “elites do poder”. Entende Mills que classe dominante é um termo sobrecarregado, pois “classe” é um vocábulo ligado à economia e dominação, uma denominação política. Entretanto, a idéia de classe dominante resume-se à concepção de que uma classe econômica domina politicamente<sup>158</sup>. Poulantzas corrobora tal idéia ao afirmar que essas teorias das elites políticas fazem uma abordagem distinta de dois problemas quanto à questão das suas relações. Nesse sentido, acrescenta com referência aos problemas:

1) o da “classe politicamente dominante”, recoberta às vezes na concepção das elites políticas pelo termo especificado de “classe política”. Em relação a esta questão, a contestação principal da teoria marxista diz respeito à identidade necessária que ela estabeleceria entre a classe economicamente dominante e a classe política dominante [...]. 2) O do aparelho de Estado e da burocracia. Em primeiro lugar, essas teorias vêm na concepção marxista, uma concentração empírica de todas as funções políticas nas mãos da classe econômico-politicamente dominante, o exercício prático

---

conhecimento, religião, propriedades etc., que seja predominante. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 23. Para Mills, a elite política e econômica é considerada como classe superior, ou seja, que domina econômica e politicamente. MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

<sup>155</sup> BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6.ed. Brasília: Unb, 1994, v.2. p. 385 -391.

<sup>156</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 20 - 25.

<sup>157</sup> Ibid. p. 20-21.

<sup>158</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 322-323.

pelos membros dessa classe [...]”<sup>159</sup>.

Um ponto interessante para Mills é que “as elites não podem ser imaginadas como homens que estão apenas cumprindo o dever. Eles é que determinam seu dever, bem como os deveres dos que lhes ficam abaixo. Não estão apenas seguindo ordens, mas dão as ordens”<sup>160</sup>.

Sabemos que a ação política, conduzida estrategicamente pelas elites, mantém a maioria dos membros pertencentes a sociedade alheios as determinações desses grupos considerados elites, evitando, assim, que reflitam sobre o sistema dominador. Tal fato provoca, a um longo prazo, uma mentalidade ingênua e temerosa às mudanças. Logo, em virtude da ação ideológica que se desenvolve no seio da sociedade brasileira, mascarada pelo paternalismo estatal que cada vez se transforma em mais ações caridosas, distribuídas pelo poder institucional, fica cada vez mais difícil romper a rede de influências que o elitismo estende sobre os grupos sociais.

Temos noção de que, com raras exceções, a nossa formação cultural se alicerçou na estrutura de comportamento baseada no patriarcalismo dos senhores-de-engenho, usineiros e grandes fazendeiros de gado, café ou cacau, cuja pompa consistia na ostentação da riqueza e do poder. Assim, se os formadores ideológicos, em nível de grupos sociais, são as elites econômicas e financeiras, sabemos também que quem lhes dá forma de teoria, doutrina e pensamento elaborado são os agentes políticos e intelectuais.

### **1.5 Conceito de elite política**

O conceito de elites políticas passa, necessariamente, pela teoria das elites ou elitista, de onde também se deriva o termo “elitismo”. Entende esta corrente que em toda sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria que, de várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Dentre as formas de poder, social ou estrategicamente mais importantes, impõem-se o poder econômico, o ideológico e o político.

---

<sup>159</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 322-323.

<sup>160</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 341.

O termo “elites” pode ser conceituado como um conjunto de atributos que, segundo Michels, “são as qualidades as quais certos indivíduos conseguem submeter às massas a seu poder”, como, por exemplo, o *status* de autoridade, cuja legitimidade provém da complementaridade de sua expressão profissional, social e cultural<sup>161</sup>.

O elitismo foi uma teoria que ficou conhecida por firmar-se como uma crítica às idéias democráticas e socialistas que se difundiam a partir do século XIX. De acordo com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto<sup>162</sup>, em qualquer sociedade, grupo, época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite, que, por seus dons, sua competência e seus recursos, destacava-se e detinha o poder, dirigindo a maioria. O elitismo visa demonstrar que em qualquer sistema político, mesmo democrático, a direção sempre é concentrada nas mãos da minoria.

É interessante registrar que, para as elites, o brasileiro não tem história, pois aportou no país o português, seu ancestral, tangido para o exílio, enfrentando na colonização índios rudimentares. Assim, dessa sucessão de desencontros originou-se uma civilização que carrega as marcas da sua má gênese. Nessa concepção, o que fica é a forma como age o elitismo no contexto, tendo em vista que despreza fatos de grande importância, relatados por Almeida:

[...] os que marcaram o século XX no país: o heroísmo dos 18 do Forte de Copacabana, a longa marcha da Coluna Prestes, a Revolução de 1930, a resistência bravia de algumas centenas de heróis trucidados pelo militarismo nos porões dos quartéis e nas florestas do Araguaia; silencia sobre os feitos heróicos do brasileiro que atravessou décadas de ditaduras – a do Estado Novo e a militar de 1964, sem uma palavra contra os truculentos e bárbaros ditadores, de Vargas a Figueiredo. Por outro lado, uma profusão de obras literárias exaltando o poder dos seus sátrapas foi editada e elaborada numa literatice de futilidades. O conceito de visão de mundo e de ideologia é hoje situado como um capítulo das ciências sociais, de alta importância<sup>163</sup>.

Por consequência disso, num universo complexo, a sociedade brasileira tem no seu comando elites egoístas e inteligentes. É difícil situar um processo de ligação entre indivíduos e grupos sociais para poder então, se formar uma consciência da realidade. Sobre isso podemos dizer que, desde os séculos da colonização até os dias de hoje, existe um entrelaçar de realidades que colidem. Esses embates são fruto criativo de classes sociais e, de ordens que

<sup>161</sup> MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, [s.d.], p. 96.

<sup>162</sup> GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 11.

<sup>163</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 32.

se inter-relacionam, fazendo surgir sentimentos profundos, impulsionados por uma espécie de inconsciente coletivo de revolta, gerando o medo e a violência, especialmente esta que assola nosso país de norte a sul sem que suas causas possam ser abrandadas. Dessa forma, é nesse mundo complexo de relações estabelecidas entre um processo ideológico imposto pelas elites dirigentes e grupos sociais suscetíveis de mudança que podemos enxergar a realidade sociopolítica de uma sociedade como a nossa<sup>164</sup>.

Para entender as elites, bem como o porquê de em todas as épocas, por exemplo, as organizações bancárias e as megaempresas transnacionais merecerem mais atenção dos cofres do Estado do que aquelas que realmente necessitam, devemos perceber essas atitudes do prisma da ideologia elitista. A historiografia, o ensino da história, a memória histórica, relacionados entre si, são influenciados pela ideologia dominante de cada época. Por isso, o estudo de um recorte político e econômico, como o que nos propomos fazer, demonstra que no período de 1930 a 1945 instalou-se uma organização social servil às exigências de acumulação de riquezas nas mãos dos privilegiados pelos regimes autocráticos.

No Brasil, o Estado privatizou dezenas de institutos, autarquias, empresas de economia mista, fortalecendo o poder da aristocracia rural e das oligarquias. Na ditadura de Vargas foram criados os institutos do café, do açúcar, do mate, do sal, do cacau, da madeira, e outros similares; também os bancos estaduais, para atender, abertamente, aos coronéis oligárquicos. Tudo isso se deu em nome de uma ideologia do desenvolvimento, porém, na realidade, sabemos que esta representa “a consciência social de uma época ou de um grupo”<sup>165</sup>. Por isso a importância de entendermos a teoria das elites.

Para Reis, a ideologia autoritária de Vargas restituiu a construção do Estado mais importante da história do Brasil, pois após a Revolução de 1930 o regime de Vargas se constituiu na implementação de um projeto modernizante de cima para baixo, que impulsionou, em primeiro lugar, a construção tanto do Estado como da nação. Fica evidenciado que a ideologia autoritária encontrava apoio não apenas dentro do poder do Estado, mas também em numerosos setores da sociedade que anteriormente eram excluídos da

---

<sup>164</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 32.

<sup>165</sup> MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 26.



arena política<sup>166</sup>.

Mannheim<sup>167</sup>, ao se referir ao conceito de “ideologia”, diz que reflete uma das descobertas que resulta do conflito político, ou seja, a de que os grupos dominantes podem tornar-se tão intensamente unidos por interesse a uma determinada situação que simplesmente não são mais capazes de observar certos fatos que iriam abalar seu senso de dominação. Está subentendida na palavra “ideologia” a idéia de que, em algumas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos encobre a condição real da sociedade.

Em se tratando de ideologia política, para Mannheim:

Na discussão política nas democracias modernas, onde as idéias são mais claramente representativas de certos grupos, a determinação social e existencial do pensamento tornou-se mais facilmente perceptível. Em princípio, foi a política que primeiro descobriu o método sociológico no estudo dos fenômenos intelectuais. Foi basicamente nas lutas políticas que os homens pela primeira vez tomaram consciência das motivações coletivas inconscientes que sempre guiaram a direção do pensamento. A discussão política é, desde o início, mais do que argumentação teórica; ela é o desfazer-se de disfarces – o desmascaramento dos motivos inconscientes que ligam a existência em grupo a suas aspirações culturais e a seus argumentos teóricos. Contudo, à medida que a política moderna empregava em suas batalhas armas teóricas, o processo de desmascaramento penetrava as raízes sociais da teoria<sup>168</sup>.

Instaladas no poder, as elites dominantes estabelecem a sua ideologia, A bem da verdade, não é a vontade dos grupos sociais que determina os rumos do Estado, tampouco o indivíduo que, isolado, sustenta os seus interesses, mas, antes, são as elites dirigentes que, possuindo e exercendo o poder de comando sobre o Estado, órgãos e instituições, asseguram as prerrogativas e, conseqüentemente, as vantagens que desfrutam sobre determinado grupo<sup>169</sup>.

Com relação à questão da dominação, apresenta a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos (ou para toda sorte de mandatos). Não consiste, portanto, em toda espécie de probabilidade de exercer poder ou influência sobre outros homens. No caso concreto, a dominação, autoridade, no sentido

<sup>166</sup> REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 79.

<sup>167</sup> MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 66.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

indicado, pode indicar os mais diversos motivos de submissão, desde o hábito inconsciente até o que são considerações puramente racionais segundo fins determinados<sup>170</sup>.

Tomando-se como base a análise de Mayer<sup>171</sup>, o termo “elites”, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, quando recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades dominadas pelo elemento feudal. Contudo, por toda a Europa as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural.

As elites estão no poder não só porque detêm a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem competência para detê-los, ou seja, porque são detentoras do saber. Para Benjamin<sup>172</sup>, “se, enquanto maior, o dominante é representado como um senhor, enquanto detentor do saber tende a ser representado como melhor”.

A formulação, hoje tornada clássica, da teoria das elites dada por Gaetano Mosca no ano de 1896, é a seguinte:

Entre as tendências e os fatos constantes que se acha em todos os organismos políticos, um existe cuja evidência pode ser a todos facilmente manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que são apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político<sup>173</sup>.

Mills explica que o cerne das elites do poder consiste, sobretudo, naqueles que permutam entre si os papéis de comando no alto da ordem institucional dominante com

---

<sup>170</sup> CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 140.

<sup>171</sup> GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 19.

<sup>172</sup> BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982. p. 49.

<sup>173</sup> Ibid.

aqueles que ocupam tais postos em outra ordem<sup>174</sup>. Nesse sentido,

o almirante que é também banqueiro e o advogado que chefia uma importante comissão federal; o diretor de empresa cuja companhia foi uma das duas ou três principais produtoras de material bélico é hoje o Secretário da Defesa; o general da guerra que vestiu roupas civis para sentar-se no diretório político e tornar-se em seguida membro da junta de diretores de uma importante empresa. Embora o diretor que se torna general, o general que se torna estadista, o estadista que se torna banqueiro, vejam em seus respectivos ambientes, homens que nada tem em comum, num ambiente também incomum, suas perspectivas continuam ligadas a seus locais de origem. Durante sua carreira, trocam de papéis, e com isso transcendem prontamente a particularidade de interesses de qualquer um desses meios institucionais. Pelas suas carreiras e atividades, entrelaçam, unindo-os, os três tipos de ambientes onde atuam. São, portanto, **o cerne da elite do poder**<sup>175</sup>. (grifo nosso).

Bottomore adota a expressão “classe política” para denominar elite política, porém compreende os chefes de partidos políticos que estão excluídos do governo e representantes de novos interesses sociais ou classes, bem como de grupos de homens de negócios e intelectuais ativos politicamente, como contra-elite<sup>176</sup>. A classe política também compreende a contra-elite, que pode ser entendida como os representantes dos partidos políticos opositores ao governo.

Adotaremos nesse estudo como conceito de elites políticas um grupo reduzido de pessoas que têm o controle político de uma sociedade por ocupar cargos no âmbito do poder institucional. Ou seja, pessoas que ocupavam posições formais de poder.

É importante esclarecer que, nas diferentes abordagens temáticas da produção historiográfica, o político tem se apresentado como um campo alargado, não mais restrito e exclusivo ao administrativo, institucional e ao militar<sup>177</sup>. Para Capelato, “a preocupação com os aspectos políticos da história política indica uma tendência importante da historiografia brasileira atual”<sup>178</sup>, relacionando, dessa forma, o significado do interesse pela historiografia do político com as mudanças históricas nos últimos anos, tanto no plano internacional quanto no nacional.

<sup>174</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 341.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 15-18.

<sup>177</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*, LOGOS: Canoas, Ulbra, n.1, 1999. p. 06.

<sup>178</sup> CAPELATO, Maria Helena. História política. Estudos Históricos, apud: FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*. Logos, Canoas, Ulbra, n.1, 1999. p. 06.

Os conceitos delineadores desta pesquisa demonstram que profundas mudanças se iniciaram no campo socioeconômico e no campo político, pois existe sempre uma negociação das elites ou entre grupos sociais que visam ao poder político, desde que esses grupos não coloquem em risco a distribuição do poder político. Igualmente, demonstramos ao longo do processo dissertativo que as elites políticas brasileiras, quando se sentiam ameaçadas de perderem o poder político, articulavam-se e utilizavam-se de negociações entre si, de modo a manterem a estrutura do poder brasileiro que lhes era favorável.

Reforçando nossas colocações, podemos afirmar que em toda a sociedade organizada as relações entre os indivíduos ou grupos que a caracterizam são desiguais, e a principal causa desta disparidade reside na distribuição desigual do poder, ou seja, no fato de que o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Nesse contexto, o poder maior é o político e aqueles que detêm esse tipo de poder são sempre a minoria; sendo que um dos motivos atribuídos ao fato dessa minoria conseguir dominar um número bem maior de pessoas reside no fato de que os membros das elites políticas, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm conexão entre si e são solidários pelos menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder<sup>179</sup>.

## **1. 6 Conceito de elite econômica**

Neste estudo, levamos em consideração a possibilidade de diferenciação existente entre os conceitos de elite política e elite econômica. Partimos do pressuposto de que a elite política está ligada aos espaços de poder, à tomada de decisões, ao encaminhamento dos projetos de interesse mais amplos da sociedade. Por sua vez, a elite econômica depende das medidas, dos avanços e das tomadas de decisão da elite política, que possibilitam a atuação dessas nos setores industrial, comercial, madeireiro e agroindustrial por meio de interventores, prefeitos, vereadores, líderes eleitos por partidos políticos. É essa relação que analisamos no recorte geográfico-temporal delimitado, identificando a relação de poder mantida nas esferas política e econômica dos contextos abordados, principalmente no que se refere ao

---

<sup>179</sup> BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto *et al* *Dicionário de política*. 6.ed., Brasília: Unb, 1994.v.2. p. 391.

desenvolvimento da região do Planalto Médio especificamente nos municípios de Passo Fundo e Carazinho.

O conceito de elites econômicas adotado neste estudo é dos ricos, abastados, detentores do poder econômico com centralização no dono da propriedade ou negócio. A elite do poder se concentra no setor econômico e seus dirigentes tornam-se fortalecidos com o capitalismo, pois as elites do poder econômico controlam os principais meios de produção.

Em relação ao desenvolvimento econômico gaúcho identificamos a presença em 1930 das elites gaúchas com caráter predominantemente agrário; entre 1933 e 1939, um aprofundamento da indústria; em 1940, a integração dos mercados regionais em virtude da evolução do sistema de transporte e, no pós-1945, a concorrência capitalista inter-regional e integração da economia gaúcha ao mercado nacional<sup>180</sup>.

É necessário avaliar o espaço, em consequência das relações deste e sua dimensão geográfica, qualificando a evolução das relações no sistema regional e influenciando as decisões em âmbito local e o institucional em razão da sua integração nos aspectos decisórios dos processos de desenvolvimento e de planejamento das várias esferas governamentais, inserindo-se aí s elites políticas e as elites econômicas. As elites do poder podem ser definidas dentro dos meios onde elas se impõe, quer no âmbito político, quer no econômico, no militar, ou até mesmo no religioso, cabendo, à medida dos acontecimentos considerados, delimitar cada uma delas. Os grupos considerados elites contribuíram para um período histórico, haja vista que cada época apresenta suas próprias características, visto que, por meio das práticas de manipulação de poder, tipos diferentes de elites exerceram seu papel<sup>181</sup>.

As elites, compostas por uma classe econômica prestigiada, é, pois, constituída por um número relativamente pequeno de pessoas, cujos interesses comuns e tempo disponível lhes permitem manter a posição social que ocupam, tanto nos grupos mais antigos quanto nos mais atuais. Isso ocorre ainda que existam pequenas diferenças no comportamento desses grupos,

---

<sup>180</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits; RIBEIRO, Paulo Sérgio Sampaio; HERRLEIN Jr., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 225-30.

<sup>181</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

tais como os interesses culturais, o dinheiro e a manifestação da hierarquia social; ainda, mesmo que a liderança de determinados grupos sociais, em alguns momentos, pertença a alguém menos expressivo socialmente.

Aliada a uma elite mais antiga, conservadora, vão se juntando novos ricos, aspirantes também ao poder, que não contam com uma ascendência aristocrática, o que os deixa com desvantagem do ponto de vista de conservar-se a elite tradicional. Existe, também, uma cumplicidade nesses grupos, que acabam por dificultar o ingresso de outras pessoas, mantendo, na sua intimidade, a conservação de interesses especializados de cada grupo específico<sup>182</sup>.

Até como consequência de ser celebridade, existe uma dinâmica de divulgação, pelos diversos meios de comunicação, da elite como modelo de prestígio a ser seguido e, como tal, com a enganosa promessa de que, seguindo o modelo, as pessoas de nível mais baixo serão automaticamente aceitas em qualquer meio distinto, onde tudo é fácil e de muito luxo, em que a elite pode dar mostras do “poder pelo poder”. Pode esta elite variar de acordo com o momento político do país ou da região, incluindo militares ou religiosos, conforme o prestígio de que dispõe, o fato é que os nomes que não conhecemos, estão nos meios de comunicação e são considerados notórios, porque fizeram em um determinado momento parte da história<sup>183</sup>.

Mills<sup>184</sup> pondera que as elites econômicas elevaram-se ao poder econômico de tal modo que evitaram as repetidas tentativas de fundamentar o sistema de prestígio nacional em linhas de famílias permanentes. Contudo, nos últimos trinta anos do século XIX houve indícios de uma composição de situação social entre as elites econômicas, políticas e militares. Como elite do poder, o fio condutor foi o de tentar, como sempre o fizeram os homens poderosos em toda parte, revestir seu poder com o manto de um prestígio autoritário.

Nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, o poder autoritário sempre se fez presente e, para arrolar correligionários, se necessário fosse, utilizavam-se do poder da

---

<sup>182</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 62-87.

<sup>183</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 85-115.

<sup>184</sup> Ibid.

coação para consegui-lo, não obstante o grupo considerado elites nesses municípios era composta de comerciantes, industriais, médicos, advogados, funcionários públicos, juízes e, principalmente, de militares sob o mando dos coronéis.

As elites econômicas dominantes são creditadas conquistas econômicas e sociais conseguidas com recursos investidos no desenvolvimento de um sistema capitalista, independentemente dos métodos utilizados para isso. Seus representantes exploraram oportunidades, fizeram uso da lisura e trabalho alheio, controlaram as relações humanas e políticas entre os países, de maneira a colocar sob seu olhar o domínio de um império monetário, no qual a ociosidade não tinha muito espaço. A este distinto grupo de pessoas é dada a vantagem de, por meio de estratégias financeiras, fazer render ainda mais os recursos existentes<sup>185</sup>.

No setor industrial existe a concorrência inicial, que, posteriormente, é substituída por uma série de fusões que acabam por firmar-se como um monopólio do setor, administrado por homens dos grupos de elites que conjugam interesses para desorganizar uma série de pequenos industriais empreendedores. Estas continuam tendo as melhores idéias, as quais são adotadas por novos empresários, menos dinâmicos que os seus antecessores<sup>186</sup>. Nessa relação utilizamos Schumpeter<sup>187</sup> que define que é a conveniência a reguladora da produção tecnológica, assim como a econômica, e a distinção entre as duas está na diferença do caráter dessa conveniência, assim também uma linha de pensamento um pouco diferente nos mostra a princípio uma analogia fundamental e depois a mesma distinção. A produção não “cria” nada no sentido físico, considerada tanto tecnológica quanto economicamente. Em ambos os casos só pode influenciar as coisas e os processos – ou “forças”. Assim, tanto econômica quanto tecnologicamente, produzir significa combinar as forças e coisas ao nosso alcance.

Singer<sup>188</sup> aponta que a indústria se instala em virtude do processo de substituição de importações. Aponta que, no Rio Grande do Sul, em fins de século XIX, surgiram indústrias e

---

<sup>185</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 13-16.

<sup>186</sup> ARAÚJO, Braz José de. Mudanças na estrutura social brasileira. Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 84-87.

<sup>187</sup> SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 16.

<sup>188</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

industriais para substituir as mercadorias importadas por manufaturas locais, em virtude da alta dos preços e da escassez dos produtos estrangeiros.

Aliada às elites existentes, ocorre o desenvolvimento de um grupo que forma um novo mundo de privilégios, por interesses comuns no setor industrial, interesses econômicos, políticos e de classe, representados pelo dinamismo de homens que fazem o progresso do grupo acontecer. Esse comportamento passou a associar grupos de pessoas com o objetivo de manter e ampliar suas conquistas no âmbito do poder financeiro. O fato de se encontrarem associados lhes dá a vantagem de regatear benefícios em favor do grupo, atribuindo-lhes aquele sentido de “dinheiro chama dinheiro”; aumentam, dessa forma, a extensão da sua superioridade em relação aos demais, condição esta, anteriormente específica das elites já dominante, que utilizava estratégias para fazer render mais o patrimônio já existente<sup>189</sup>.

É importante salientar que tanto em nível federal, quanto no estadual e local, as relações de poder sempre estiveram atreladas no processo de adequação das relações de produção ao desenvolvimento anterior às forças produtivas, convergindo no sentido de criar melhores bases para o desenvolvimento industrial. Para tanto, em decorrência das crises econômicas e políticas ocorreu o aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, essas relações econômicas e políticas engendraram novas funções do Estado, oportunizando a criação de melhores bases econômicas e institucionais para, dessa forma, promover o desenvolvimento industrial, de acordo com os interesses dos grupos de elites.

### **1.7 Formadores da elite política em nível de Estado no período de 1930-1945**

Clarificamos que os grupos que disputam o poder se constituem nas elites políticas, entendidas como as pessoas coligadas ou aliadas que detêm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, têm a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos. No Anexo B deste estudo<sup>190</sup> encontram-se os integrantes da elite

---

<sup>189</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 181-208.

<sup>190</sup> Referente às Elites Parlamentares do RS (quadro de integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul, 1929-1945).



política rio-grandense, bem como sua respectiva atuação no cenário político do Rio Grande do Sul. Localizamos esses sujeitos no espaço temporal, bem como relacionamos o partido político em que estavam filiados, ano e designação de cada membro que consideramos elite.

A sociedade brasileira organizou-se, desde a colonização, embasada num duplo sentido: por um lado, as unidades produtivas internas, como o engenho de açúcar e a fazenda de gado; por outro, a exportação para o mercado externo, dependendo dos importadores português e inglês e, somente a partir de 1930, do capital financeiro internacional, predominantemente do americano. Os vínculos do mercado exportador e importador eram capitalistas e refletiam-se no âmbito das relações de trabalho nos séculos da colonização, escravagista e, posteriormente, semifeudais. Assim, a sociedade formou-se nessa dualidade interna, a relação de trabalho feudal e, no mercado exportador-importador, a forma capitalista<sup>191</sup>.

Reafirmamos nossa posição de que existem divergências na conceituação de elite política e elite econômica. Nesse sentido, aproveitamos a caracterização da sociedade dualista brasileira para ponderar que ambas, embora mantenham pontos em comum, sustentam-se no subdesenvolvimento, visto que cada um dos setores é dotado de uma dinâmica própria. Assim, o setor dominado pelo capitalismo, é o setor da exportação, que se constitui num processo dinâmico, ao passo que o setor das relações de trabalho permanece isolado, atrasado e, em algumas regiões, semifeudal.

Exemplificando o exposto no parágrafo acima citado: até meados de 1945, abrangendo, portanto, o recorte temporal delimitado nesta pesquisa, senhores absolutos do poder detinham vastas extensões de terras e latifúndios de cana-de-açúcar nas várzeas do Litoral do Nordeste do Brasil, especialmente em Alagoas, Sergipe, Paraíba e Pernambuco. Para Fernandes, os senhores absolutos ou burgueses percorreram uma rota de desenvolvimento periférico desigual, já que correram atrás das transformações capitalistas<sup>192</sup>. Mesmo assim, esses senhores recebiam dos órgãos estatais pleno apoio desde créditos a investimentos em infra-estrutura para as estradas de ferro até a construção de rodovias dentro

---

<sup>191</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>192</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p.16.

de suas propriedades. Em contraposição, a grande maioria dos brasileiros continuava numa situação de miserabilidade.

Com base nisso, podemos dizer que o conjunto das relações econômicas constituído desde a colonização determinou a organização do sistema político, e, com ele, a permanência dos detentores do poder, que continuam se organizando e controlando o poder político de modo a assegurar que os seus interesses e regalias, sobretudo as alfandegárias e creditícias, continuem sendo garantidos pelo poder institucional, que, no final, é o poder político a serviço do poder econômico<sup>193</sup>.

Parece ter sido a elite política brasileira mais amplamente constituída por proprietários do que foram as elites de outros países. Para Love as elites políticas têm a tendência de serem formadas por profissionais de origem relativamente privilegiada, ligados a proprietários por meio de laços econômicos e sociais, ou serem formadas (em número mais reduzido), pelos próprios proprietários<sup>194</sup>. Miliband<sup>195</sup>, afirma, portanto que “a razão para atribuir importância considerável à composição social da elite do Estado em países capitalistas avançados reside na forte suposição de que esta influencia seus pontos de vista, suas disposições ideológicas e suas tendências políticas”. Essa afirmação é válida para a elite brasileira, que reveladamente não se sentia obrigada em representar os interesses das classes trabalhadoras do campo e da cidade, isso para não citar outros grupos excluídos da sociedade.

Trazendo a análise de poder para o contexto do Rio Grande do Sul, buscamos em Pesavento a síntese da realidade rio-grandense da década de 1930 pela análise das relações da economia pecuária e seus representantes com o estado gaúcho. Um dos pontos levantados pela autora foram as cisões internas da classe dominante e suas formas de atuação. Em suas considerações Pesavento pondera que,

[...] no plano local, os momentos de 1932 e 1937 são dois marcos fundamentais. Em 1932, acontece a cisão política gaúcha: a ala regional, tendo em vista a ameaça de perda do poder das oligarquias regionais, rebela-se contra o governo central,

---

<sup>193</sup> ALMEIDA. op. cit., 2004.

<sup>194</sup> MILIBAND, 1969, p. 68, LOVE, Joseph L. & BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 95.

<sup>195</sup> Ibid.

enquanto que a ala “nacional”, mas tarde consubstanciada no PRL<sup>196</sup>, identifica-se com a orientação do Governo Provisório, posicionando-se pela ordem e pelo desenvolvimento econômico nacional, no qual o Rio Grande do Sul cumpriria seu papel de “celeiro do País”<sup>197</sup>.

As elites podem ser definidas em relação a um conjunto de posições formais julgadas relevantes para o exercício do poder político e clientelismo, isto é, usando o critério posição preferencialmente ao critério reputação ou tomada de decisão<sup>198</sup>, procurando analisar uma elite resultante; adicionando e analisando novos dados; colocando novas questões a velhos dados e comparando a elite ampliada<sup>199</sup> resultante com outras elites políticas.

Nos primórdios do século XX a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas. Essa tendência trouxe certo grau de democratização à sociedade brasileira, porque a liderança não mais estava restrita a um pequeno número de pessoas<sup>200</sup>.

A maioria dos membros da elite política exerceu profissões em que se haviam formado especialmente aqueles com diploma de advogado, médico, engenheiro e militar; além disso, a maior parte se dedicou ainda a outras atividades, pois o político exercia, em média de duas a quatro profissões. As carreiras adicionais mais comuns eram, em ordem decrescente, magistério, jornalismo, atividades bancárias e industriais<sup>201</sup>. A tendência mais marcante no que concerne às profissões da elite política foi o declínio das profissões tradicionais, como as de advogado e militar, e a ascensão de novas, por exemplo, as de professor, engenheiro, empresário e afins.

---

<sup>196</sup> Partido Republicano Liberal.

<sup>197</sup> PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 185.

<sup>198</sup> LOVE, Joseph L; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 77.

<sup>199</sup> Conjunto das elites regionais, segundo LOVE, *ibid.*

<sup>200</sup> CONIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 100.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 102.

De acordo com o supracitado, Charle atesta:

As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio de determinar quais são os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes. A utilização da noção de elite não é recente nas ciências sociais. Desde os trabalhos de Pareto acerca da “circulação das elites”, esta noção manteve-se presente nos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou a representação política<sup>202</sup>.

De 1937 até 1950, Vargas aparentemente polarizou a elite política. Em termos gerais, a geração mais velha (a geração de Vargas) agora o apoiava mais do que os políticos mais jovens. Como exemplo, a elite dividiu-se em partes mais ou menos idênticas com relação ao golpe do Estado Novo, em 1937, mas os políticos da primeira geração o apoiavam, ao passo que os da segunda, em grande parte, opunham-se a ele. Estes últimos talvez tenham sentido que suas oportunidades de ascensão seriam tolhidas, e sua hora veio em 1945, quando a segunda geração apoiou o golpe militar contra Vargas mais do que a primeira geração. Em 1950, todos os políticos de primeira geração sobre os quais há dados disponíveis apoiaram a eleição de Vargas, ao mesmo tempo que a segunda geração dividiu-se em partes iguais<sup>203</sup>.

Com base na síntese da elite política no período de 1930 a 1945 podemos atribuir importância à participação burguesa ao longo do tempo em termos de acumulação de capital, como a posição dos empresários perante a classe trabalhadora e a sua posição diante da intervenção estatal na economia, do ponto de vista do controle burocrático do Estado sobre a economia e da expansão do Estado como agente produtivo. Esses setores aparecem, simultaneamente, em diferentes momentos ao longo do período que investigamos (1930-1945). Contudo, não só cada uma delas adquire um significado variável, dependendo do contexto estrutural específico em que emerge, como também tende a ocorrer uma seqüência em que cada uma dessas questões aparece como predominante, ou seja, a questão trabalhista, em fins da década de 1920 e início da de 1930; a intervenção estatal na economia entre fins da década de 1930 e início da de 1940, primeiro em termos de controle burocrático sobre a

---

<sup>202</sup> CHARLE, Christophe apud HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

<sup>203</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *O retrato do velho*. São Paulo: Atual, 1984.

iniciativa privada e, a seguir, em termos da expansão do Estado como agente econômico<sup>204</sup>.

Importante nessa participação burguesa é que é modernizadora, mais precisamente, promove a criação de elos necessários e tornam-se repressiva no que se refere à tomada de decisões. A modernização, comandada pelas elites que controlam e tomam o poder e, se aliam aos governantes sob a força capitalista é canalizada para o leito dos interesses da minoria no poder, das classes privilegiadas e de seus aliados, exercendo uma postura de força quando seus interesses não são atingidos.

A participação empresarial na criação da legislação trabalhista definiu os limites do controle da iniciativa privada sobre um dos fatores de produção mais fundamentais: o trabalho. A forma pela qual tal controle se estabeleceu em termos de negociações com o Estado ditou os limites à participação dos empresários com referência a outro fator importante em sua consolidação como classe, ou seja, os limites da capacidade reguladora do Estado sobre o mercado. Pelo fato de um estilo de interação associativa ter resultado do contato inicial dos empresários com o Estado, estes se viram desprovidos de controle autônomo sobre as condições de expansão industrial. Igualmente, a expansão do Estado como agente produtivo e a participação do capital estrangeiro constituíram-se em elementos decisivos para a permissão de um padrão de desenvolvimento industrial capitalista. O Estado expandiu-se em área de infra-estrutura de produção, ao passo que o capital estrangeiro promoveu o apoio tecnológico e uma base de acumulação que, eventualmente, iria se refletir na expansão das indústrias nacionais<sup>205</sup>.

O período compreendido entre 1930 e 1945 foi de domínio das elites políticas sobre as demais categorias sociais; o poder da economia não foi substituído, mas contestado e complementado, tornando-se um grande poder dentro de uma estrutura controlada principalmente pelos políticos, não pelos homens da economia, ou, segundo Mills, pelos militares transformados em políticos<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 54.

<sup>205</sup> BOSCHI, *ibid.*

<sup>206</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 328.

Quanto ao Rio Grande do Sul, as elites políticas sempre estiveram vinculadas a três elementos que podemos colocar em forma de pirâmide, ou seja, militar, estancieiro e político. Isso pode ser avaliado de forma a detectar fatores como poder pela coerção ou pela força, representando a influência do Estado como legitimador da legalidade; econômico, representando o prestígio dos grandes proprietários, e político, que busca o poder para poder pelo poder. Dessa forma, o político almeja ter grande influência ou poder sobre para, assim, dispor de força ou autoridade. Nessa perspectiva, as elites passaram a controlar o poder, já que representavam as aligarquias rurais de atuante ação política na condução dos rumos e dos interesses econômicos.

Concretamente, esse sistema de domínio se integrou nos três níveis de poder: local, regional e nacional. Assim, os grandes proprietários rurais, antigos coronéis, ainda hoje detêm grande poder político, especialmente nos grotões interioranos do país. Em nível regional, podemos dizer que o poder se apresentou sob a forma de oligarquias continuamente transformadas e pela presença dos coronéis, que ocupam posição de destaque, principalmente nos estados do Norte e Nordeste.

Portanto, salientamos que os formadores das elites políticas em nível de Estado, entre 1930 e 1945, são os mesmos que se perpetuaram até o final do século XX, já os representantes das elites econômicas, que dominam grupos poderosos e representam interesses bem díspares dos almejados pelo povo brasileiro, encarnaram o que se tornou a ideologia das elites do país.

## 2 AS ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE PASSO FUNDO E CARAZINHO

*(...) o importante em todo o debate não é discutir se existiu ou existe dominação o problema é detectar a natureza da dominação (...). É justamente na peculiaridade das relações entre instituições, grupos e classes sociais, estruturas econômicas e políticas, que reside a diferença entre os rumos da história brasileira(...)*<sup>207</sup>.

Este capítulo tem a finalidade de analisar as elites regionais e a sua inserção histórica nacional; mostrar as características gerais das elites políticas em nível regional, bem como detectar os pontos convergentes e divergentes das elites políticas estaduais e regionais no período compreendido entre 1930 a 1945. Muito mais do que analisar a atuação das elites nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, os textos selecionados para compor esta tese mantêm uma articulação entre os vários níveis da escala do saber histórico. Dessa forma, o que ocorreu no Planalto Médio não está limitado à região demarcada geograficamente, e, sim, relacionado aos demais acontecimentos que marcaram o Brasil, o Rio Grande do Sul e a região Norte do estado.

Realizamos a análise discursiva com base nas matérias publicadas nos jornais da época focalizada, bem como nos memoriais e relatórios pesquisados, levando em consideração três pontos relevantes: a) o quadro das instituições onde ele foi produzido; b) os embates sociais, políticos e históricos contemporâneos à época; c) o espaço próprio no interior do discurso, reproduzindo a relação dialética que havia entre o discurso veiculado na imprensa e a estrutura da sociedade local, regional, estadual e nacional. Dessa forma, estabelecemos uma relação entre como se apresentava a sociedade nos seus diferentes segmentos econômico-político e de que modo a linguagem usada na imprensa, por meio do vocabulário, do uso de figuras, especialmente da metáfora, traduzia o pensamento dos envolvidos nas questões locais e regionais<sup>208</sup>.

A análise discursiva com base nas matérias publicadas nos jornais do nosso estudo no

---

<sup>207</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Minas Gerais. Editora UFMG. 1998. p. 24.

<sup>208</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

período de 1930 a 1945 permite-nos analisar a ideologia do homem de jornal por ser responsável pelo controle utilizado em seu discurso, abordando a idéia de nação, estado, município, povo, interesses pessoais e coletivos, responsabilidade, classes sociais, classes conservadoras, sacrifícios, medo, poder, etc. Nessa forma de perceber e interpretar a realidade, a heterogeneidade é vista como ameaça à desintegração da sociedade, gerando grande temor perante o outro, os não-componentes das classes mais intelectualizadas da sociedade, que sustentam as propostas de controle e exclusão. A importância política da consolidação das oposições pode ser percebida pelo destaque que a imprensa dá às configurações políticas da época.

Inicialmente, analisamos o discurso do *Jornal da Serra*, cujo conjunto se encontra na Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho de Carazinho. O periódico iniciou suas atividades em 14 de maio de 1930, tendo como diretor proprietário Astério Canuto de Souza<sup>209</sup> e, como gerente, Gustavo Gonzaga. Como jornal semanário, tinha suas edições às quintas-feiras e, como bissemanário, a partir de 1934, às quartas-feiras e aos sábados<sup>210</sup>. Em 11 de dezembro de 1931, Canuto de Souza afastou-se da direção do jornal, tendo assumido em seu lugar Randolpho Cidade. Em 7 de janeiro de 1932, o *Jornal da Serra* passou a ter como proprietária Maria Izabel Bueno de Souza e, como gerente, Teodomiro Bueno. No dia 2 de maio de 1932, reassumiu novamente a direção do jornal Canuto de Souza. Pela análise realizada do periódico, podemos dizer que nele transparece uma visível influência de suas idéias na política local e, durante o período que contempla o estudo, uma oposição genuína ao poder constituído em nível local.

Com referência ao jornal *Noticioso*, cuja coleção se encontra na Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho de Carazinho, foi fundado em 17 de agosto de 1942, de propriedade da Empresa Gráfica Carazinhense Ltda.; tinha como diretor-redator Nestor Moojen, diretor comercial, José G. Pinheiro Cabral e, como gerente, Pedro Belarmino Junges. Jornal bissemanal, dizia-se “independente” e era publicado às quartas-feiras e aos sábados. O jornal *Noticioso*, segundo a análise feita, estava totalmente comprometido com a política local e estadual, tendo sido criado justamente para revidar aos embates do *Jornal da Serra* e defender a política local. No dia 8 de agosto de 1943, foi fechado pelo Departamento de

---

<sup>209</sup> Este será denominado a partir desse momento no estudo como Canuto de Souza.

<sup>210</sup> Não foi possível auferir a data pela ausência de exemplares na biblioteca.



Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>211</sup> sob a alegação de estar exercendo atividade ilegal. Inferimos, nesse ponto, que pode ter havido articulações de Canuto de Souza nesse sentido. Não temos registro da data em que o *Noticioso* retornou à circulação, porém permaneceu sendo editado até 1945.

Investigamos também o jornal *O Nacional*, cujo acervo se encontra no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. Iniciando sua circulação em 1925, este jornal passou a representar para a população de Passo Fundo novo recurso de comunicação. Foi fundado por Herculano Araújo Annes, seu primeiro diretor, tendo como gerentes Hyran de Araújo Bastos e Americano de Araújo Bastos e, como redator, a partir de 17 de novembro de 1928, Mauro P. Machado. Caracterizou-se como jornal bissemanário independente, com edições às quartas-feiras e aos sábados até 29 de dezembro de 1929; como jornal trissemanário independente, a partir de 3 de janeiro de 1929, com edições às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, e diário independente, a partir de 2 de janeiro de 1930. Verificamos, por meio de uma leitura sistemática dos números analisados, que este jornal procurava colocar-se numa posição de parcialidade diante das facções políticas e religiosas que se digladiavam em nível local e estadual.

Outro jornal que também contribuiu para nossa pesquisa foi o *Diário da Manhã*, cujo acervo se encontra no próprio jornal. Este meio de comunicação, de propriedade do jornalista e político Túlio Fontoura, iniciou sua circulação no ano de 1935. Suas manchetes expressavam os ideais republicanos já que mantinha ligação com Nicolau Vergueiro, expressão maior do Partido Republicano Riograndense (PRR) em Passo Fundo e região. A partir de 1945, com o término do Estado Novo, Túlio Fontoura ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e o *Diário da Manhã* passou a veicular a preferência política de seu proprietário, constituindo-se, então, num instrumento de opinião pública contrário aos interesses de Vargas.

Também é nossa fonte o Jornal *Correio do Povo*, criado em 1895, e considerado um

---

<sup>211</sup> O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país. D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; FGV, 1999. p.17.

órgão equidistante dos partidos, porém opinativo, que teria lançado as bases da imprensa moderna no Rio Grande do Sul ao estabelecer o primado da notícia, e, juntamente com *A Federação*, dominava o panorama jornalístico<sup>212</sup>. Também *A Federação*, jornal conhecido por ter sido o porta-voz do Partido Republicano Riograndense, criado em 1º de janeiro de 1884 somente como órgão do PRR e meio de propaganda; depois de instituída a República, tornou-se também um jornal de notícias. Constatamos a presença cotidiana deste jornal com temas vinculados ao PRR, divulgando os seus princípios doutrinários e programa governamental. O jornal ocupou-se de veicular as relações do Partido Republicano Liberal (PRL) com as oposições e com os movimentos extremistas. Também participou ativamente das campanhas eleitorais de 1933 a 1935 e, no fim do período discutiu amplamente a questão da Dissidência Liberal. Entre 1932-1937, *A Federação* utilizou-se constantemente em evidenciar os princípios que norteavam o PRL, numa tentativa de deixar clara ao leitor a coerência dos mesmos, assim prosseguindo até seu fechamento, ocorrido em novembro de 1937.

*A Federação*<sup>213</sup>, órgão republicano liberal, no período analisado, organizava a matéria de sua divulgação apresentando na primeira página às notícias de destaque da conjuntura política regional e nacional, incluindo, de forma sistemática, uma coluna que representava o pensamento político-ideológico do Partido Republicano Liberal. Esta página foi também utilizada, em períodos eleitorais, para propaganda e exaltação da figura política de Flores da Cunha e sua obra governamental. Nas conjunturas em que o processo político regional ou nacional não se encontrava em grande evidência, no espaço da primeira página apareciam também notícias sobre a política internacional.

Para Capelato, a imprensa é um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pois por meio dela se trava uma batalha constante pela conquista de mentes e corações e reforçam-se tendências que já existem na sociedade<sup>214</sup>. A imprensa é, pois, fonte de percepção do processo de constituição do capitalismo no Brasil, mas também das elites nesse processo e de sua ideologia. Os jornais não foram apenas meio de expressão

---

<sup>212</sup> REVERBAL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. 1992. 357f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1992. p. 9.

<sup>213</sup> TRINDADE, Héliogio (Org.) et.al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980. p. 393 a 402.

<sup>214</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 94-97.

de pensamentos modernizantes, mas se constituíram num instrumento de pressão para que seus pensamentos e ideais se concretizassem.

Ressaltamos que era comum, nos jornais da época do estudo, aparecerem homenagens às personalidades políticas das cidades do estado, visto que era uma forma de demonstrar que estavam inseridas no contexto social. Outra estratégia utilizada pelos jornais era tecer elogios a interventores, professores, médicos, dentistas, comerciantes, industriais, bem como a outras profissões, ou ocupações de destaque na sociedade; assim, a imprensa noticiava todo o tipo de acontecimento, desde um piquenique até uma solenidade mais formal, desde que nele estivessem presentes membros importantes da elite. As matérias dos jornais continham também textos opinativos, em número, inclusive maior que os de caráter meramente informativo, constituindo-se em importante e interessante material de análise. Nesse sentido, a ideologia expressa nos jornais pesquisados para nosso estudo constitui tentativa de dar sentido às situações vividas e permitir, dessa forma, a atuação humana dentro delas<sup>215</sup>.

## **2.1 As elites regionais e a sua inserção histórico-nacional**

Para que possamos examinar mais detidamente o cenário das elites políticas no Planalto Médio, é necessário fazer uma digressão histórica, partindo de 1928, quando o Brasil se deparava com o conflito em torno da sucessão presidencial, agravado pela crise da bolsa de Nova York, em 1929, que culminou na retração do crédito mundial. No Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas sucedia a Borges de Medeiros na presidência do estado, incentivando a política de defesa do setor agropecuarista, pela criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e pela formação do Sindicato dos Charqueadores e do Sindicato da Banha. Fato marcante foi a fundação do Partido Libertador, bem como a unificação da política interna, pela formação da Frente Única Rio-Grandense<sup>216</sup>.

Por sua vez, em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro mantinha-se como líder do PRR, intendente da Assembléia dos Representantes do Estado e líder político local e

---

<sup>215</sup> VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje* – ANPUH. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002. p. 9-15.

<sup>216</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 100.

regional. Carazinho ainda era o 4º Distrito de Passo Fundo, tendo como figuras políticas de destaque Paulo Coutinho e Homero Guerra, que viriam se revelar grandes incentivadores do movimento emancipacionista de Carazinho.

A partir do ano de 1930, a conjuntura político-partidária nacional passaria por uma profunda modificação. Júlio Prestes disputou e ganhou a eleição presidencial representando a situação, o que agravou ainda mais as articulações entre as oligarquias dissidentes e os tenentes. No entanto, com o assassinato de João Pessoa desencadeou-se a revolução e Washington Luís foi deposto. A Junta Militar Pacificadora foi formada e o poder, entregue a Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, coincidentemente, ocorreu a formação do Centro da Indústria Fabril<sup>217</sup>.

Por seu turno, em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro comandou pessoalmente o assalto ao quartel do 8º R.I., abrindo caminho para que as forças do Rio Grande do Sul conseguissem alcançar os territórios de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Carazinho, apoiou totalmente a Revolução de 1930, sob a liderança de Paulo Coutinho, do coronel Alberto Graeff e de Homero Guerra.

Os municípios de Passo Fundo e Carazinho seguiam as mesmas tendências nacional e estadual, no sentido de que todos tentavam caminhar num rumo diferente, imposto pelas elites políticas que os dominavam. Os municípios e distritos que compunham este Estado representavam um cenário privilegiado, pois a dominação se fez sentir em todos os setores da vida social, política e econômica, nos seus diferentes níveis, demonstrando que, embora os historiadores em grande parte afirmem serem praticamente idênticas as conceituações de “elite política” e “elite econômica”, em nossa percepção, as ações e decisões de quem detinha o poder, em alguns momentos, diferenciavam-se.

Partimos do pressuposto de que a organização da política e do ambiente social ocorre por meio das instituições que regem os setores sociais e políticos. Argumentamos que a organização da política pode ser compreendida como a instituição e a rotinização de mecanismos que proporcionam a estabilidade das decisões sociais, reduzindo as incertezas do

---

<sup>217</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 101.

ambiente social e possibilitando aos diversos atores a construção de diferentes expectativas de comportamento por parte dos demais. Dessa forma, as instituições constituem o objeto para o entendimento do fenômeno político e das articulações utilizadas pelos atores sociais para se manterem no poder. Logo, a política pode ser entendida como as preferências e valores de uma elite governante, para tanto são praticadas pelos políticos cujas decisões estão condicionadas pela preferência das elites sob a forma de dominação ou não<sup>218</sup>.

Targa, com base em Weber, observa que a dominação ocorre quando os dominados tomam a obediência como um dever. Assim, a legitimidade e a forma de dominação encontram-se interrelacionadas, visto que uma forma de dominação corresponde a uma forma de legitimação e, também, a uma maneira de gerir a coisa pública<sup>219</sup>.

As elites políticas dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, na época delimitada neste estudo estavam ligadas diretamente ao movimento revolucionário de 1930, constituindo-se nos grupos que se beneficiaram com o movimento político-militar, bem como com os conflitos que brotaram após a revolução triunfante em âmbito regional e local. Nesse contexto, ressaltamos a eleição presidencial, quando foi formada a Frente Única Gaúcha, que reuniu libertadores e republicanos em torno da candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais de 1930. O programa da Aliança Liberal, com o qual Getúlio Vargas se apresentara como candidato opositor nas eleições de 1930, também foi o programa da revolução, propondo, dentre outros objetivos, a renovação dos costumes políticos e a restauração das práticas da democracia dentro da ordem e do regime. Era um programa reformista, que visava assegurar as estruturas econômico-sociais vigentes<sup>220</sup>.

Em nível estadual, Vargas assumiu o governo e alertou que a guerra ideológica no Rio Grande do Sul deveria ser repensada, com vistas à paz com o Partido Libertador<sup>221</sup>. Vargas tentou administrar com êxito os negócios do Estado e voltou-se para o atendimento dos interesses dos pecuaristas, fato positivo para a sua aproximação com os interesses da

---

<sup>218</sup> PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 23-4.

<sup>219</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS; FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 63-4.

<sup>220</sup> FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 39.

<sup>221</sup> LOVE, Joseph. A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 63-65.

oposição. Nesse cenário, à medida que Vargas atendia às exigências dos pecuaristas, também concedia políticas diretas, ou seja, procedia astuciosamente para garantir seus interesses, a exemplo do que ocorreu em Dom Pedrito, conhecida como terra dos libertadores e maragatos, onde após a eleição para intendente saiu vencedor Oscar Fontoura, da oposição, quebrando um círculo vicioso ligado ao voto de cabresto, conhecido no Brasil todo, pela máxima de que “a oposição estava acostumada a ganhar nas urnas e perder nas apurações”<sup>222</sup>. Dessa forma, o que mais chama a atenção é o fato de Vargas não ter levado em consideração a cor vermelha-maragato- do lenço do político vencedor.

Na região do Planalto Médio, especificamente em Passo Fundo, que na época ainda tinha Carazinho como seu 4º distrito, a imprensa demonstrava o seu apoio a Vargas por meio de notas em jornal, a exemplo das veiculadas pelo *O Nacional*:

Parabéns entusiásticos a Passo Fundo. Entre 80 municípios eleitorais obtém o terceiro lugar. **É extremamente honrosa a votação de 10.618 votos, porque ele é uma prova inconclusa da cultura cívica passo-fundense. Passo Fundo, colocando-se em terceiro lugar pela votação liberal, demonstra com isso também que o grau de desenvolvimento da sua imprensa é grande e culto.** Quem souber da extraordinária votação passo-fundense, naturalmente julgará o município como possuidor de um jornal diário. **E indispensável corolário cívico.** Assim por uma questão de justiça, façamos um aditamento ao início deste comentário. Isto é, entusiásticos parabéns extensivos a O Nacional porque jornal diário é o livro aberto do povo<sup>223</sup>. (grifos nosso).

Analisando o texto acima, constatamos uma relação dialética entre o discurso apresentado no jornal e a estrutura social vigente na época. O elogio à votação feito pelos liberais (Aliança Liberal) é prova contundente da ideologia do jornal, contribuindo para reproduzir a sociedade e seus valores, bem como as relações de poder implícitas no texto. Antevemos na prática discursiva a referência ao ambiente econômico, político e institucional em vigência<sup>224</sup>. Importante salientar que toda a campanha da Aliança Liberal fora devidamente divulgado pelo jornal *O Nacional* ocupando espaços geralmente na primeira página.

No que se refere à Revolução de 1930, em Passo Fundo contou com um contingente

<sup>222</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p. 73.

<sup>223</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 412, ano VI, 18 mar. 1930. p. 1.

<sup>224</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

de 450 homens, que partiram para as frentes de combate em três tropas, chefiadas pelos coronéis Quim César, Edmundo de Oliveira e pelo general João Rodrigues Menna Barreto<sup>225</sup>.

Em Carazinho, não muito diferente de Passo Fundo, e acompanhando as idéias que impulsionaram esse movimento, houve um levante a favor da alteração significativa no sistema político nacional. A Aliança Liberal, formada na época, propôs-se sanear o regime e a moralizar a República, e o movimento surgido em Carazinho, denominado de “Barracão Liberal”, congregou pessoas da sociedade local carazinhense que, lideradas pelo cônego João Sorg, instalaram-se na estação da Viação Férrea ocupando os vagões dos trens. Dessa forma, o movimento que se iniciou em nível local logo alcançou repercussão regional, encontrando respaldo nos municípios de Não-Me-Toque, Tapera, Lagoa dos Três Cantos, Cochinho, Selbach, Sarandi, Tamandaré, Espumoso, Ernestina, Arroio Bonito, Coqueiros, Vista Alegre e São José<sup>226</sup>.

Nesse contexto, ressaltamos que na época registram-se dois importantes movimentos regionais: o civil, com o Barracão Liberal, e o militar com a Legião Prestes Guimarães. Paralelamente, organizada pelo general João Rodrigues Menna Barreto, surgiu a Brigada Farroupilha, constituída, na sua maioria, de elementos locais (Carazinho), mas com sede na cidade de Passo Fundo, onde foi licenciada.

Entretanto, salientamos que o desenho geográfico dos municípios de Passo Fundo e Carazinho em 1930 era privilegiado pela extensão de terras, uma vez que abrangia as zonas que hoje formam os municípios de Soledade, Guaporé, Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau, Casca, Sertão, Tapejara, dentre outros, perfazendo uma área total de 11.000 km<sup>2</sup>. (Anexo A)<sup>227</sup>. Nessa época, além da sede, Passo Fundo era cortado de norte a sul pela estrada de ferro, com povoados nas estações de Sertão, Coxilha, São Bento, Pulador, Pinheiro Marcado, Carazinho e nas colônias do Alto Jacuí, Erechim, Sarandi e outras. O município de Passo Fundo, em 1928, exibia um potencial grandioso, como relatado na descrição da sede e dos distritos encontrada no Relatório da Secção de Obras Públicas:

<sup>225</sup> MEDEIROS, Márcia Maria. Passo Fundo: política e economia na década de 30. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo: Edupf, 1998. p. 105.

<sup>226</sup> VARGAS, Álvaro da Rocha. *Do Caapi ao Carazinho*: notas sobre 300 anos de história (1631-1931). [S.l.: s.n.: s.d]. 1980. p. 90.

<sup>227</sup> Intendência Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Armando Araújo Annes, em 1º de novembro de 1928. p. 9.

**Carazinho** - sede do 4º distrito com 3.000 habitantes; **Estação da linha São Paulo - Rio Grande**; com muita indústria; fábricas de caixas; depósitos de madeiras; refinaria de banha e grandes armazéns de cereais; iluminação e termoeleétrica; **Não-Me-Toque** - sede da rica colônia de mesmo nome; 7º distrito com 3.000 habitantes; grande produtora de cereais, madeira [...], iluminada pela usina termoeleétrica; **Marau** - sede do 5º distrito com 2.000 habitantes; muita indústria, grande produtora de vinho, cereais [...], iluminação hidroeleétrica; **Sarandi** - 2ª sede do distrito de Sarandi com 1.200 habitantes, produz trigo, milho, feijão, batatas, vinhos [...] com iluminação hidroeleétrica; **Sarandi** - 1ª sede com 600 habitantes e produção de cereais e madeiras preparadas; **Selbach** - sede do 9º distrito com 1.500 habitantes; colônia alemã, grande produtora de cereais, fumo [...] é notável e soberba a igreja católica da sede que custou mais de 300:000\$000; **Boa Esperança** - sede do 12º distrito com 1.000 habitantes, rica em cereais, madeira e vinho; **Tapera** - sede do 8º distrito, cereais, vinho [...] possui a maior fábrica de calçados do município com moderno curtume, exportando couros preparados para o estrangeiro e girando com um capital de mais de 500:000\$000. População de 800 habitantes; **Sede Teixeira** - sede da colônia com 900 habitantes; cereais, vinho, madeiras, engenhos [...]; **7 de Setembro** - com 600 habitantes, cereais, madeira, vinho [...]; **Campo do Meio** - sede do distrito com 400 habitantes; centro pecuário; a colonização está tomando incremento; **Ernestina** - sede do distrito com 800 habitantes, grande produtora de cereais, madeira, mel, banha [...]; **Pontão** - 300 habitantes, centro pecuário; **Pinheiro Mercado** - estação da viação férrea, 500 habitantes, grandes depósitos de madeira, centro pecuário; **São Bento** - estação da viação férrea, com 450 habitantes, depósito de madeiras; **Pulador** - estação da viação férrea, 400 habitantes, depósito de madeira; **Coxilha** - estação da viação férrea com 200 habitantes; **São José** - povoado do 7º distrito; cereais de toda a espécie<sup>228</sup>. (grifos nosso).

O contorno geográfico do município de Passo Fundo em 1930 era imenso (Anexo A) no qual se destacava o 4º distrito, Carazinho, que foi parte da extensão territorial de Passo Fundo até 24 de janeiro de 1931, tendo o seu processo emancipatório bastante dificultado, pois este município não concordava com as aspirações de emancipação daquele. Nesse contexto, destaca-se como um dos principais opositores à emancipação do 4º distrito Nicolau de Araújo Vergueiro, líder republicano em toda a região do Planalto Médio. Sabemos que a luta pró-emancipação de Carazinho se constituiu num capítulo à parte nessa época, por isso dela trataremos em separado, pelo destaque, importância e embates a ela relacionados.

### 2.1.1 A questão pró-emancipacionista de Carazinho

A luta em prol da emancipação de Carazinho foi um dos episódios relevantes da época, que repercutiu em âmbito regional e local e contou com a simpatia de Flores da Cunha,

<sup>228</sup> PASSO FUNDO: RELATÓRIO DA SECCÃO DE OBRAS PÚBLICAS. Apresentado ao sr. Armando de Araújo Annes, intendente do município de Passo Fundo pelo engenheiro municipal Octacílio Ribas Vieira, em 1º de novembro de 1927 a 1º de outubro de 1928. p. 68.



interventor federal do Rio Grande do Sul em 1930. Além disso, os representantes da imprensa escrita da época, por meio do *Jornal da Serra* adeptos da idéia de emancipação, publicavam notas a favor da emancipação, sobretudo porque contavam com a simpatia de seu diretor proprietário, Canuto de Souza:

[...] terminado o movimento quando já se sabia que o Dr. Flores da Cunha seria o interventor, uma comissão composta dos srs. Paulo Coutinho e dr. Guerra foi ao Irapuã, conferenciar com o dr. Borges de Medeiros, como já noticiamos, ouvir a pinião a respeito da conveniência de levar o pedido de emancipação, imediatamente ao interventor do Estado. **Já tivemos oportunidade de tornar público que o dr. Borges de Medeiros concordou plenamente com essa comissão, aconselhando-a a ir desde logo a Porto Alegre e mostrando a sua esperança de que o assunto seria prontamente resolvido.** Sua excia disse mesmo que se a separação podia ser argüida de prejudicial ao partido republicano de P. Fundo, era sem dúvida vantajosa para o partido republicano do Rio Grande<sup>229</sup>. (grifos nosso).

Partimos do princípio de que o discurso é mais que um simples instrumento da comunicação social, mero substituto da força física segundo o senso comum. Pode-se compreendê-lo como um exercício do poder, algo que é, de acordo com Foucault, um "poder de coerção" do qual nos queremos apoderar, ou aquilo pelo qual se luta. Trata-se, pois, de pensar o discurso como um ato que determina sentidos historicamente datados, não como o singelo tradutor de uma realidade dada *a priori*, por ele imediatamente representada. Porém, se trata daquilo que podemos perceber nos textos retirados dos jornais da época, que servem de suporte teórico para esta pesquisa<sup>230</sup>.

A emancipação de Carazinho constituiu-se num dos assuntos mais polêmicos da época, em razão da luta política que se travava entre Nicolau de Araújo Vergueiro e seus opositores. Tanto é assim que encontramos inúmeras referências bibliográficas tratando do assunto, ou seja, dando ênfase à necessidade de aquele distrito se tornar município o mais breve possível. Exemplo é o fato acontecido nos dias que se sucederam ao término da Revolução Farroupilha, quando chegou a Carazinho uma comissão da Brigada Militar, chefiada pelo major Marcelino Rodrigues da Silva, com a finalidade de receber da legião Prestes Guimarães o material que não fora utilizado na revolução, bem como o dinheiro que havia sobrado. Na oportunidade, os presentes foram unânimes em salientar que Carazinho precisava se emancipar de Passo Fundo, pois era um distrito próspero e possuía toda a infra-

<sup>229</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 782, ano VI, 28 nov. 1930. p. 4.

<sup>230</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 45.

estrutura para tal<sup>231</sup>.

Corroborando esse posicionamento, encontramos nos relatos de Vargas a descrição da passagem pela estação da Viação Férrea local do trem que conduzia os líderes da Revolução de 30. Nessa oportunidade, o general Flores da Cunha saudou o povo e os revolucionários, assumindo publicamente o compromisso de que tão logo a revolução se saísse vencedora, ele seria um dos mais ferrenhos defensores da emancipação do distrito.<sup>232</sup>

Relata *O Nacional* que, na década de 1930, Carazinho era ponto de passagem dos contingentes revolucionários que se dirigiam para o norte. Nessas ocasiões, os viajantes admiravam-se do progresso e desenvolvimento do distrito, a tal ponto de o próprio Flores da Cunha mostrar-se surpreso por Carazinho ainda não estar emancipado<sup>233</sup>. Aproveitando-se dessa simpatia demonstrada pelo interventor estadual, o major Marcelino Rodrigues da Silva enviou-lhe um telegrama no qual expunha:

**General Flores da Cunha.** Palácio do Catete. Rio de Janeiro. Saudações cordiais. **Lembro vossa promessa, que nunca falhou feita ao povo carazinhense por ocasião vossa passagem aqui qual foi o de elevar Carazinho à categoria de vila, porque só assim recompensamos esse digno povo que com tanto carinho tratou soldados que por aqui passaram direção campo de honra.** Por isso peço vossa valiosa interferência junto Governo Estado para que essa dívida seja paga com a máxima brevidade. Este pedido é feito pelo vosso sincero amigo que por aqui se acha a serviço. (a) **Major Marcelino**<sup>234</sup>. (grifos nosso).

O telégrafo, como os jornais, era uma das fontes mais usadas na época, especialmente entre os políticos, que se valiam de telegramas para se comunicar mais rapidamente com suas bases eleitorais. O texto do telegrama enviado a Flores da Cunha constitui-se em demonstração concreta de que o discurso, como exercício do poder, transforma-se na capacidade de instaurar, manter ou modificar estados de coisas pelo uso da palavra. Assim é que Carazinho deve a sua emancipação, em grande parte, ao empenho dos meios de comunicação da época, que se uniram em torno dessa causa.

<sup>231</sup> VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n.], 1980. p. 92.

<sup>232</sup> Ibid. p. 89-92.

<sup>233</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 782, ano VI, 28 d nov. 1930. p. 4.

<sup>234</sup> VARGAS, Álvaro da Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [S.l.: s.n.: s.d]. 1980, p. 92.

Os textos publicados no *Jornal da Serra* refletiam a liderança de três importantes personagens da história carazinhense em prol da emancipação: Paulo Coutinho, coletor federal e líder comunitário, um dos expoentes da luta pela emancipação; Homero Guerra, que viria a ser o primeiro prefeito municipal do novo município, e Alberto Graeff, líder político do PRR, conforme podemos constatar da nota extraída do mencionado jornal:

Os srs. Dr. Homero Guerra e Paulo Coutinho, reunidos na casa do último, **acordaram que o movimento em prol da emancipação deveria ser reativado.** Instituíram um plano de ação que consistia na **elaboração de um bem detalhado memorial, onde se provasse insofismavelmente as possibilidades econômicas do novo município e também uma consulta a população territorial**<sup>235</sup>. (grifos nosso).

A emancipação de Carazinho foi alvo de muitas disputas políticas entre os partidos da região. Nicolau de Araújo Vergueiro opunha-se radicalmente à emancipação. Dentre as causas que a história elenca para tanta resistência, há o fato de Carazinho ser um grande reduto eleitoral para Vergueiro; logo, com sua emancipação, naturalmente a situação mudaria. Diante desses fatos, a emancipação do então 4º distrito de Passo Fundo movimentou ainda mais os jornais da região. De acordo com o *O Nacional*:

O comércio de Cruz Alta, transcreve uma notícia de “A Gazeta”, desta cidade, segundo o qual se pretende dar ao Carazinho o nome de Araucária, em homenagem aos seus pinheirais, em sua próxima emancipação. Ambas as coisas, o nome e a emancipação, são novidades para nós. Há tempos, conforme publicamos em entrevista que nos concedeu o dr. Junqueira Rocha, **esteve o governo do estado muito pronto a conceder a emancipação de Carazinho, tendo-se a isso se oposto o dr. Nicolau Vergueiro, intendente municipal.** A divulgação dessa notícia matou completamente aquela questão e os carazinhenses ficaram quietos daquela data em diante a respeito de seus pruridos de autonomia. Agora levantam novamente a sua voz, como sendo a emancipação uma coisa certa?[...]<sup>236</sup>. (grifos nosso).

Em 13 de dezembro de 1930, o mesmo periódico publicou uma nota intitulada “O vilamento de Carazinho”, na qual fazia um relato sobre as aspirações do povo carazinhense, já em vias de realização, consolidadas pela comissão que seguira para Porto Alegre a fim de ultimar o assunto. O teor da reportagem deixava evidente a insatisfação dos passo-fundenses quanto à questão da emancipação de Carazinho, como se observa no texto:

Desde muito, como é de domínio público, a população carazinhense se vem batendo

<sup>235</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 796, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2.

<sup>236</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 522, ano V, 17 jan. 1930. p. 4.

pelo vilamento daquela localidade, como sede de um novo município desmembrado do nosso. **A idéia, recebida primeiramente com hostilidade, nesta cidade, foi aos poucos, sendo melhor recebida, não só porque se compreendeu que o desmembramento do município se daria, mais dia menos dia, como também porque, economicamente e administrativamente, a separação seria vantajosa para nós.** Ultimamente, notou-se, pois, nova atividade em elementos da vizinha na velha emancipação. Durante o movimento revolucionário o General Flores da Cunha, ao passar por Carazinho, em discurso que ali pronunciou, na extraordinária manifestação popular, feita ao dr. Getúlio Vargas, prometeu formalmente aos carazinhenses, interessar-se pelo assunto em momento oportuno. Terminado o movimento, quando já se sabia que o dr. Flores da Cunha, seria o interventor, uma comissão composta dos senhores Paulo Coutinho e dr. Guerra, foi ao Irapuã, como já noticiamos, conferenciar com o dr. Borges de Medeiros, e ouvir-lhe a opinião a respeito da conveniência de levar o pedido da emancipação, imediatamente ao Interventor do estado. Já tivemos a oportunidade de tornar público que o dr. Borges de Medeiros concordou plenamente com essa comissão, aconselhando-a a ir desde logo a Porto Alegre, e mostrando a sua esperança de que o assunto seria prontamente resolvido. Sua excelência, disse que mesmo se a separação podia ser arguida de prejudicial ao Partido Republicano de Passo Fundo, era sem dúvida alguma vantajosa para o Partido Republicano do Rio Grande<sup>237</sup>. (grifos nosso).

Dessa forma, com o apoio dos políticos e dos meios de comunicação da época, que divulgavam e enfatizavam as ações em prol da emancipação do 4º distrito, os emancipacionistas sentiam-se fortalecidos e motivados a continuar na luta proposta e, a cada dia que passava, agilizavam ações com tal finalidade. Por conta disso, formaram-se comissões que foram enviadas aos distritos vizinhos, coletando assinaturas de eleitores, cujas firmas foram reconhecidas. Também um memorial foi redigido, sintetizando as idéias defendidas na ocasião pelos carazinhenses. Fato importante a ser citado é que esteve em Passo Fundo no dia 12 de dezembro de 1930, Paulo Coutinho com a finalidade de conseguir a rubrica de Homero Martins Batista nas listas eleitorais. No dia 13 de dezembro do mesmo ano seguiu para Porto Alegre uma comissão, composta de representantes republicanos e libertadores, com a finalidade de entregar o memorial redigido, bem como os demais documentos, ao interventor do estado.

### 2.1.1.1 O memorial pró-emancipação de Carazinho

O memorial foi escrito por uma comissão composta pelos seguintes membros: Paulo Coutinho, Alberto Graeff e Homero Guerra, do Partido Republicano; Salustiano de Pádua,

<sup>237</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 795, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2.

Guilherme Sudbrack e Alberico Azevedo, do Partido Libertador; Eurico Araújo, da Associação Comercial de Carazinho. O memorial, denominado de “Pró-Emancipação de Carazinho”, datado de 30 de setembro de 1930, foi editado pelo jornal *O Nacional*. Nele se destacavam pontos relevantes, tais como as três tentativas já feitas no sentido da municipalização daquele território, em 1917, 1925 e 1927. Também, atacava abertamente a oposição que fizera o intendente de Passo Fundo, Armando Annes, em 1927 ao projeto de emancipação, salientando que os carazinhenses aguardavam pacientemente o término do quadriênio. O memorial deixava transparecer que Araújo Vergueiro era um dos maiores, senão o único, empecilho para a emancipação do distrito<sup>238</sup>.

No documento enfatizava-se que Carazinho estava localizado num local privilegiado. Nomeando os municípios que se confrontavam com ele<sup>239</sup>, dava destaque ao fator populacional, ponderando que, embora faltassem dados suficientes e seguros, estimava-se que a população girava em torno de 39.000 habitantes; quanto a superfície, ficaria ao redor de 2.580 quilômetros quadrados, o que correspondia a menos da terça parte do município de Passo Fundo<sup>240</sup>. No que se referia à arrecadação, o memorial afirmava que, tão logo Carazinho se emancipasse, seriam criadas exatorias no novo município, pois, segundo os dados estatísticos, a Coletoria de Carazinho, em 1928, arrecadava mais que as estações arrecadadoras instaladas nas sedes de outros municípios, a exemplo de Bom Jesus, Encantado, Garibaldi, Soledade, dentre outros<sup>241</sup>.

Paralelamente à emancipação de Carazinho, Nicolau de Araújo Vergueiro também era contrário ao propósito a que Não-Me-Toque se emancipasse. Nessa perspectiva, *O Nacional* assim relatou:

O vilamento de Carazinho, finalmente foi resolvido. Na luta por Não-Me-Toque, coube a vitória aos carazinhenses. Devido a resistência oposta pelo dr. Araújo Vergueiro e sr. Scarpelini Ghuezzi à inclusão de Não-Me-Toque no município de Carazinho, somente ontem, ficou resolvido esse assunto, numa última conferência com o General Flores da Cunha. **Nessa conferência ficou decidido o vilamento, cabendo Não-Me-Toque e Tapera para o novo município, que assim obteve brilhante vitória, sendo a sua comissão, nessa cidade, muito felicitada, pela forma enérgica com que encaminhou o assunto.** Passo Fundo, como

<sup>238</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 795, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2

<sup>239</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 796, ano VI, 14 dez. 1930. p. 2

<sup>240</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 796, ano VI, 14 dez. 1930. p. 2.

<sup>241</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 795, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2.

compensação, receberia uma porção do território de Palmeira. Resolveu-se ainda a questão da dívida ativa, que soma-se de grande importância<sup>242</sup>. (grifos nosso).

No mesmo jornal, agora do dia 21 de janeiro de 1931, fez-se nova referência à preocupação dos passo-fundenses com a emancipação de Carazinho, enfatizando que repercutiria seriamente no reduto eleitoral de Vergueiro, comprometendo o seu futuro político.

[...] agora que já conhecemos quais os distritos que farão parte do novo município de Carazinho é interessante ver as conseqüências dessa emancipação sobre o nosso coeficiente eleitoral. Para um cálculo, não se pode tomar por base o registro eleitoral, por demais falho. **Tomaremos, pois, o resultado da última eleição intencional entre nós, a eleição em que foi eleito o intendente, o dr. Araújo Vergueiro, em 16 de setembro de 1928. O resultado desse pleito, nos distritos que se vão desligar do município (Passo Fundo) foi o seguinte: Votação Republicana- Carazinho, 278; Não-Me-Toque, 451; Tapera, 216; Selbach, 180; Boa Esperança, 257; Tamandaré, 105. Votação Libertadora - Carazinho, 98; Não-Me-Toque, 59; Tapera, 11; Selbach, 2; Boa Esperança, 4; Tamandaré, 43**<sup>243</sup>. (grifos nosso).

Evidenciamos, portanto, a preocupação com que a elite política de Passo Fundo antevia a emancipação de Carazinho, porque certamente os votantes no Partido Republicano superariam o índice de votantes no Partido dos Libertadores. Ademais, levando-se em conta que na eleição de 1928 o resultado da votação colonial fora reduzido, devido às grandes enchentes da época, impossibilitando que numerosos eleitores chegassem às mesas, inferia-se que com a emancipação de Carazinho migrariam cerca de dois mil votantes para o novo município, entre republicanos e liberais, deixando Passo Fundo a descoberto<sup>244</sup>.

Entretanto, nada deteve a concretização do ato emancipatório de Carazinho, que mesmo depois de emancipado, continuou a ter a atenção dos passo-fundenses. Nesse sentido, *O Nacional* publicava diariamente notas nas quais relatava a situação de Passo Fundo após a desanexação do 4º distrito e dos demais que levava consigo. No entanto, o jornal procurava dissimular que a perda do distrito se constituía numa mágoa permanente para os políticos; para isso, adotava uma linguagem sutil, afirmando o contrário do que as elites pensavam, ou seja, que o desmembramento não prejudicava em nada Passo Fundo.

<sup>242</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 825, ano VI, 20 jan. 1930. p. 4.

<sup>243</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 826, ano VI, 21 jan. 1931. p. 2.

<sup>244</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 826, ano VI, 21 jan. 1931. p. 2.

No decorrer da pesquisa constatamos que a questão emancipatória de Carazinho, mesmo depois de resolvida, continuou suscitando divergências, principalmente em se tratando das questões políticas, marcando nitidamente a liderança de Homero Guerra, primeiro prefeito nomeado pelo interventor do estado, membro do PRR. Ainda no mesmo ano da emancipação do município de Carazinho tiveram início as articulações políticas contra o comando de Homero Guerra, desenhando-se, então, um novo quadro político, que levou os carazinhenses a se dividirem em dois grupos: um contra e outro a favor deste personagem.

A esse respeito os relatos históricos dão conta de que a iniciativa da articulação foi de Alberto Graeff e Octávio Rocha, que se reuniram com intuito de fundar o Centro Republicano Borges de Medeiros<sup>245</sup>, buscando unir na localidade elementos contrários a Homero Guerra. Nessa articulação política envolveram o próprio Homero Guerra, convidando-o para ser presidente honorário do Centro Republicano Borges de Medeiros. Contudo, este, tão logo tomou conhecimento da proposta, recusou-a alegando que, como chefe do Partido Republicano de Carazinho, deveria ter sido comunicado, razão pela qual considerava o ato como indisciplina partidária. Sentindo-se traído, Guerra convocou os políticos aliados para fundarem um grêmio político, denominado Grêmio Republicano Borges de Medeiros<sup>246</sup>, o que acirrou ainda mais os ânimos políticos em Carazinho<sup>247</sup>. É interessante salientar como as dissidências locais procuravam sempre se colocar sob o “manto protetor de Borges de Medeiros” assim, um deles fundou o Centro Republicano Borges de Medeiros e outro, o Grêmio Republicano Borges de Medeiros, incitando os ânimos da elite política carazinhense.

Desse modo, a articulação política em Carazinho passou a apresentar dois quadros opostos: de um lado, os articulados e convergentes a Homero Guerra, constituindo a elite política situacionista; do outro, o grupo desarticulado de Homero Guerra, com opiniões divergentes, representando a contra-elite, da mesma forma como ocorria em Passo Fundo com relação a Vergueiro.

---

<sup>245</sup>Organização de uma dissidência que procurava reunir políticos contrários a Homero Guerra. Inicia-se nesse momento uma divisão no quadro político de Carazinho. PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 105-108.

<sup>246</sup>Políticos favoráveis a Homero Guerra, prefeito de Carazinho, fundaram o Centro Político firmando seu apoio para unir os membros republicano.s. Ibid. p. 106-107.

<sup>247</sup>VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n], 1980. p. 98 -105

## 2.2 Características gerais das elites políticas em nível regional

Retomando alguns conceitos já expressos no primeiro capítulo, referimos que o termo “elite” possui conotação bastante ampla, podendo significar desde as categorias ou grupos que parecem ocupar a parte mais alta da pirâmide social ou política, representando as “autoridades” responsáveis pela designação ou manutenção da estrutura do poder e da distribuição dos recursos, até os dirigentes, pessoas influentes, privilegiados ou abastados que ocupam posições que os diferenciam dos demais cidadãos no desempenho dos seus papéis sociais e políticos<sup>248</sup>. Após levantamento de dados, podemos inferir que as particularidades das elites regionais e locais estão baseadas principalmente no sistema coronelístico que se fez presente desde a Primeira República até meados de 1940; outro fator importante foi o poder político e as articulações que os membros da classe elitária engendraram para obter privilégios econômicos, bem como maior inserção na sociedade.

No sentido sociológico, conforme entendimento de Giovanni Busino, o termo “elite” faz referência a uma minoria que dispõe numa determinada sociedade, em certos momentos, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente, como, por exemplo, a raça e o sangue, ou qualidades adquiridas, a exemplo da cultura, dos méritos e das aptidões pessoais. De qualquer forma, o termo designa tanto o conjunto, como o meio de onde a elite se originou, como é o caso da elite operária, a elite da nação, quanto os indivíduos que a compõem, ou, também, a área na qual se manifesta a sua preeminência. O autor chama a atenção para o fato de que a palavra “elite” usada no plural, ou seja, as “elites”, qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em razão de sua origem, seus méritos, cultura, riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.<sup>249</sup> Trazemos, para ilustrar tal afirmação uma notícia publicada no *Jornal da Serra* a respeito das candidaturas populares, a qual denota de modo claro o que as elites da época pensavam dos “excluídos”:

---

<sup>248</sup> CHARLE, Cristophe. O historiador e as elites. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7.

<sup>249</sup> BUSINO, Giovanni, apud CHARLE, Cristophe. O historiador e as elites. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7.



Antes de mais nada, diremos que não se trata, no presente fenômeno político, de “candidatos populares” e sim de “candidaturas populares”. Aquela classificação poderá ser, quando muito, a exceção. A regra é esta. Naquela se poderá, talvez, observar pessoas que erradas ou não, se apresentam como candidatos ao voto livre do eleitorado, por iniciativa própria. **Nesta, no caso das “candidaturas populares”, o que realmente se observará é a massa eleitoral fazendo cessar a disciplina partidária para, sem coloração política, elevar um cidadão de reconhecidas virtudes e capacidade, a direção da coisa pública.** [...] perdoe-nos a articulação do órgão oficial, mas as “candidaturas populares” não são o “embuste visando os pleitos municipais” ou a “conspirata dos díscolos”. E isto porque nós vemos-las em todos os municípios onde existem as classes conservadoras. [...] **Eles, os candidatos populares são, isto sim, uma resposta aos partidos que têm uma orientação má nas suas escolhas e que apresentam muitas vezes nomes que não satisfazem as aspirações do eleitorado**<sup>250</sup>. (grifos nosso).

A notícia destacada evidencia a divergência existente entre os interesses das elites políticas, em manter no poder as pessoas excolhidas naturalmente pelos partidos, tendo em vista os interesses de uma minoria, e o fato de pessoas comuns, pertencentes ao povo, resolverem apoiar candidatos que se identificassem com as suas necessidades. Aqui percebemos que os membros das elites que se encontram no poder se mantêm fiéis ao partido do poder PRL (situação) e fazem de tudo para afastar aqueles que, por ventura, queiram prejudicar seus planos de continuísmo. Por isso, há divergência entre candidatos e candidaturas populares.

O estudo das elites políticas no Planalto Médio no período de 1930 a 1945, exige-nos diferentes modos de abordagem, sob pena de perdermos parte dos aspectos de convivência humana, que se alteram de lugar para lugar. Para Silva, o estudo das regiões justifica-se como uma dentre outras perspectivas de análise da economia, da sociedade e da política, sem se opor ou excluir a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região como parte de um sistema global de relações do qual foi recortada<sup>251</sup>.

Observamos, dessa forma, que o enfoque regionalista não se restringe à coleta de dados e à observação da dinâmica dos processos internos à região recortada para estudo; ao contrário, a compreensão dessa dinâmica está ligada diretamente à análise de sua inserção no movimento global do sistema. Tomemos, a título de exemplo, as elites políticas de Passo Fundo e Carazinho no período delimitado, as quais demonstram que os conceitos de política, poder, elite, elite política, elite econômica e contra-elite coincidiam com aqueles difundidos

<sup>250</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 327, ano V, 9 nov. 1935. p. 2.

<sup>251</sup> SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. Da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 45.

no restante do país. Portanto, a organização política brasileira foi marcada pela predominância da esfera estadual em relação à federal e municipal, cujas origens remontam à vitória do federalismo republicano diante do excessivo centralismo que caracterizava a Monarquia. Nesse contexto, sabemos que o ideal federalista veio ao encontro das demandas da oligarquia cafeeira, grupo social que desfrutou das mais importantes prerrogativas da autonomia federalista dos estados-membros<sup>252</sup>.

Inicialmente, entender a conjuntura política que se fez realidade no período entre 1930 e 1945 significa trilhar a trajetória político-ideológica da classe média e das classes populares urbanas diante de um sistema cujo funcionamento estava voltado para a manutenção do poder econômico-político das oligarquias rurais dos grandes estados da federação. A institucionalização de tal hegemonia era percebida por meio de um sistema descentralizado, adequado às necessidades de ampliação do processo exportador. Tal afirmativa nos leva a reconhecer que o poder central assegurava aos Estados a oportunidade de realizarem as transações diretas com o mercado internacional e contrair empréstimos externos, além de constituir forças militares próprias e de assegurar a justiça estadual, legitimando uma política regionalista que atendia e representava os interesses de determinados segmentos da sociedade, como era o caso dos cafeicultores<sup>253</sup>.

A respeito, Sodré afirma que o movimento revolucionário, iniciado em 1930, representou uma série de levantes militares iniciados em todo o país desde 1922, tendo sua base nas populações urbanas, especialmente na burocracia militar e civil, bem como nos grupos industriais; constituiu-se numa reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros e de seus aliados das finanças internacionais, comprometidos com a política de valorização incentivada pelo governo federal<sup>254</sup>.

Pesavento afirma que a Revolução de 30 é produto de dois fatores importantes: de um lado, da falência do modelo agroexportador enquanto forma acumulada de capital; de outro, devida à reação das oligarquias periféricas, que, unidas à insatisfação da classe média urbana

---

<sup>252</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 15.

<sup>253</sup> HERNANDEZ, Leila M. G. *Aliança nacional libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 10-11.

<sup>254</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 318.

e ao Exército, puseram em dúvida a hegemonia do grupo cafeeiro<sup>255</sup>.

A edição do *Correio do Povo* de 26 de abril de 1931 tratou do mercado do café<sup>256</sup>, grande vilão da economia brasileira, e das articulações políticas dos grandes produtores, mais especificamente dos produtores paulistas. Nesse sentido, noticiou:

Apesar da melhoria experimentada no mercado de café, em face das futuras colheitas, parece que a única solução do problema cafeeiro estará na limitação da produção. **A capacidade produtiva do Brasil excede em muito a capacidade de absorção do mundo e é possível que isso aconteça, por muito tempo.** Talvez este desequilíbrio aumente, como conseqüência das atividades dos principais produtores de São Paulo, que tendem a criar a impressão de que nada tem a perder com a intensificação da sua produção, já que sempre haverá quem se encarregue de protegê-los, de um modo ou de outro.<sup>257</sup> (grifos nosso).

Nos estudos realizados a respeito da política praticada no Rio Grande do Sul no início da década de 30, observamos que esta seguia os paradigmas praticados na República Velha, sendo caracterizada pelo confronto ideológico permanente entre duas correntes que se opunham: os conservadores liberais e os conservadores autoritários. Para Trindade, os conservadores autoritários tiveram longa permanência no poder político, visto que a característica de sua base de sustentação estava ligada ao coronelismo rio-grandense, presente no Planalto, na região Serrana e na zona Colonial do estado<sup>258</sup>. Nesse aspecto abrimos um parêntese para esclarecer, concordando com Félix, que as regiões sul-rio-grandenses mencionadas não apoiavam de modo incondicional os governos estaduais alinhados com a linha conservadora autoritária. Por isso, cada região deve ser vista como um recorte à parte dentro dessa ideologia<sup>259</sup>.

Nesse cenário, o aparente enfraquecimento do poder central determinou novas formas de relacionamento entre as muitas facções da classe dominante, como os arranjos políticos estabelecidos entre os diferentes níveis de oligarquia agrária brasileira, por meio da

<sup>255</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 102.

<sup>256</sup> O café era considerado única fonte econômica de rentabilidade relativamente segura no plano internacional. QUEIROZ, Paulo Edmur de Sousa. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Convívio, 1975. p. 108.

<sup>257</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 97, ano XXXVII, 26 abr. 1931. p. 20.

<sup>258</sup> TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano. rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 119.

<sup>259</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

denominada “política dos governadores”, calcada no coronelismo, como fator de respaldo eleitoral dos estados<sup>260</sup>. Ressaltamos que a manutenção desse enfraquecimento do poder central era necessário para que se efetivassem as medidas políticas e econômicas imprescindíveis e de grande envergadura que Vargas pretendia implementar.

### **2.2.1 A presença do coronelismo no Rio Grande do Sul e no Planalto Médio**

O coronelismo fez-se presente tanto em âmbito nacional quanto no estadual e local. Nesse sentido, referimos que no ordenamento constitucional, a partir da instituição do regime republicano, possibilitou-se a democracia representativa; assim, com os resultados eleitorais eram sacramentados os acordos políticos firmados entre os grupos oligárquicos. No interior do Brasil, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros decisórios, o poder dos coronéis intermediava a relação entre a população e a esfera pública, de modo que os elos entre a população rural e o processo político nacional caracterizavam-se por um sistema que mantinha a transigência mútua entre o poder privado em declínio, mas ainda forte, e o poder dos governos nacional e estaduais, que pouco a pouco ganhavam espaço, assim como acontecia com os partidos políticos<sup>261</sup>.

O coronelismo, entendido como um sistema político e social, representou a vontade de uma sociedade predominantemente rural e que incluía a maior parte dos municípios brasileiros. O poder privado era encorajado e mantido em virtude do isolamento, do atraso econômico e da falta de comunicação dessas unidades estaduais com os centros mais avançados. Assim, o único contato dos munícipes com o aparelho do Estado dava-se através das eleições, momento em que o voto representava a oportunidade de se obterem favores pessoais ou melhoria material para si e familiares<sup>262</sup>.

Logo, a intermediação, numa perspectiva do coronelismo, colaborou para o enfraquecimento do poder privado e fortalecimento do poder estatal, que sempre esteve ligado

---

<sup>260</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris (Org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 8.

<sup>261</sup> CINTRA, Antônio Otávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, n. 1, mar. 1974. p. 73.

<sup>262</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 16.

diretamente ao processo de desenvolvimento do país. Paralelamente à economia baseada na exportação do café, os acordos políticos celebrados por meio da política dos governadores e da política de compromissos do coronelismo permitiram a montagem de máquinas político-administrativas que outorgaram aos estados-membros alguma autonomia em relação ao governo federal, sem que isso afastasse a intervenção do Estado na solução dos problemas político-econômicos do Brasil, especialmente a partir de década de 1930<sup>263</sup>.

Passada a Revolução de 1930, o Rio Grande do Sul, sob a interventoria de Flores da Cunha, continuava contando com o apoio dos agropecuaristas, inseridos na elite do grupo dominante. Eles se caracterizavam por serem estancieiros fortes e respeitados que, embora tivessem compartilhado com as idéias revolucionárias na intenção do desmonte da máquina política da República Velha, enraizada nas situações municipais, constataram que isso não poderia ocorrer tão depressa quanto pensavam. Muitos grupos que antes se encontravam no poder foram substituídos, mas isso não significou que eles perderam os atributos e o domínio que mantinham, porque o “coronel” continuava mantendo a sua autoridade social e política sobre os demais. As mudanças ocorreram sob uma nova maneira de domínio oligárquico, mas não conseguiram extirpar com o coronelismo. Tal regra valeu para todo o Brasil e assim sendo o Rio Grande do Sul e o Planalto Médio não foram exceção<sup>264</sup>.

Em nível nacional, valemo-nos de uma nota publicada no *Correio do Povo* de 8 de novembro de 1931, que reforçou a afirmação que o coronelismo se fazia presente em todas as esferas políticas, iniciando pela maior, ou seja, a ligada ao poder central

[...] o partido do Cel. João Francisco realizou na Escola de Belas Artes no Rio, sua anunciada conferência, instalando o Partido Nacionalista Brasileiro. Após a conferência foi procedida a leitura dos nomes que comporão o comitê central que terá a seu cargo levar ao conhecimento do sr. Getúlio Vargas os desígnios do novo partido. Esse comitê ficou assim instituído: Ceará - Capitão Estenio Albuquerque de Lima; (...) Sergipe - General Otavio Fontes Pitanga; Alagoas - General Góes Monteiro; (...) Rio Grande do Sul - General Ximeno de Villeroy; (...) **As teses principais do programa do Partido Nacionalista são: (...) militarização da sociedade brasileira pela disciplina** [...] <sup>265</sup>. (grifos nosso).

Os fragmentos destacados da nota do jornal demonstram o privilégio dado aos

<sup>263</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 16.

<sup>264</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 175-176.

<sup>265</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 262, ano XXXVII, 08 nov. 1931. p. 08.

interesses particulares da elite política nacional na elaboração do programa do partido, especificamente com referência à militarização<sup>266</sup> da sociedade brasileira pela disciplina, que vinham ao encontro do coronelismo que imperava nas esferas governamentais. No Rio Grande do Sul o poder de mando dos coronéis era evidente, assim como o poder dos militares (forças legais<sup>267</sup>), inclusive constatado na arregimentação de homens para os propósitos que julgavam serem importantes. Para confirmar essa asserção temos uma nota publicada em *O Nacional*, denominada “Forças do Coronel Quim César”, em 1930:

[...] o Coronel Quim César que seguiu para Porto Alegre em companhia do general Felipe Portinho **transmitiu ordem de lá a seu Estado Maior**, no sentido de serem licenciados os elementos de sua força, **a exceção de um contingente de quarenta homens que permanecerá nesta cidade até ulterior deliberação**<sup>268</sup>. (grifos nosso).

Convém lembrar que a política coronelista na região do Planalto Médio mantinha as mesmas linhas que no restante do país, privilegiando os interesses particuladores dos estancieiros e dos políticos regionais. Desse modo, as correspondências emitidas no ano de 1931 para o governo federal no Rio de Janeiro continham pedidos de políticos gaúchos sobre empregos, apresentação ou indicação de nomes, para que os “poderosos da República” interferissem nos moldes coronelistas tanto para dar algum cargo a apadrinhados quanto para transferir pessoas das comunidades onde “incomodavam” os interesses das elites dominantes.

Em nível regional e local, Flores da Cunha designou o coronel Victor Dumoncel Filho para exercer importante função de subchefe de polícia da 3ª Região, sediada em Passo Fundo, cargo que ocupou de outubro de 1931 a novembro de 1932. A partir de 1933, o coronel Vazulmiro Dutra, que contava com o apoio do presidente do Estado Getúlio Vargas, ocupou esse cargo, com sede em Passo Fundo, porém abrangendo vários municípios da região. Contudo, a atuação dos coronéis e subchefes foi se transformando diante dos fatores conjunturais e estruturais que surgiam no país e repercutiam no estado, sob o comando de Flores da Cunha. Segundo Félix,

<sup>266</sup> A militarização se deu no Rio Grande do Sul com patentes que eram concedidas a membros importantes na sociedade, vale lembrar que essas patentes eram fornecidas de acordo com os serviços prestados a pátria, ou aos interesses políticos. Esse termo não se refere somente a isso, pois existem os militares de carreira que possuam patentes por galgarem postos no Exército Brasileiro.

<sup>267</sup> Neste caso, constituída na pessoa da autoridade, que não consegue romper com a estrutura de poder informal, que mesmo não sendo legal se sobrepõe à lei, através de suas práticas nas quais a violência foi o ponto. FERREIRA, Mariluci Melo. Crime e poder nos Campos de Cima da Serra: 1850-1870. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002. p. 08.

<sup>268</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 781, anoVI, 27 nov. 1930. p. 02.

[...] **a mudança do relacionamento coronelista com a estrutura e as alterações dessa última**, além da criação de um novo partido (PRL), diminuíram o caráter de autonomia local, condicionando a ação dos coronéis cada vez mais ao partido e restringindo-as em relação a seus dependentes, o que lhes esvaziou o conteúdo coronelista. **Aparentemente, apenas seu poder era muito maior, pois a base de origem desse mudaria, conseqüentemente, também sua estabilidade tornava-se mais sujeita às oscilações da política estadual.** E a partir de 35, também em nível nacional, pelo rompimento de Flores da Cunha com Getúlio Vargas<sup>269</sup>. (grifos nosso).

Ainda, em se tratando da influência dos coronéis, destacamos a importância do subchefe de polícia da 4ª região (Passo Fundo), coronel Vazulmiro Dutra, na região do Planalto Médio, que, quando da Revolução de 1930, por solicitação de Oswaldo Aranha, foi encarregado de articular no Estado a organização das corporações civis para que, juntamente com os militares, atuassem no sentido de respaldar os ideais revolucionários. Nesse cenário, reforçamos a liderança do intendente de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, que, apoiando Getúlio Vargas e Vazulmiro Dutra, acobertava todas as ações destinadas a arregimentar hostes liberais para fortalecer a posição defendida por Getúlio Vargas<sup>270</sup>.

Em relação a Carazinho, uma nota do *Correio do Povo* comprova a influência do coronelismo na figura do coronel Alberto Graeff, um dos mais influentes próceres do Partido Republicano, num telegrama enviado a Sinval Saldanha, secretário do Interior, Graeff dava conta de

[...] uns cem números de republicanos têm procurado em documento público, protestar contra assinaturas constantes nas listas levadas ao dr. Homero Guerra. **Afirmam solidariedade incondicional ao representante oficial do benemérito chefe dr. Borges de Medeiros, aqui prestigioso e prestigiado e do dr. Vergueiro.** A imprensa local vai iniciar os protestos e continuação da publicação dos nomes de elementos genuinamente republicanos que apóiam a chefia do dr. Vergueiro. Atenciosas saudações. (Assinado) Alberto Graeff<sup>271</sup>. (grifos nosso).

As palavras lacônicas do telegrama revelam o que a imprensa local e regional enfatizava, aberta ou sutilmente: que a presença dos coronéis se fazia sentir, sobretudo, na condução dos rumos da política, utilizando-se da poderosa máquina montada pelos líderes do PRR, com seus incontáveis chefes, subchefes e chefetes, espalhados pelos mais de cem municípios rio-grandenses.

<sup>269</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 177.

<sup>270</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). *Jornal Tropeiro dos Pampas*. Páginas da nossa História: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. Caderno especial. [s.d.].

<sup>271</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 265, ano XXXVII, 12 nov. 1931. p. 08.

Com base nas considerações feitas para situar o coronelismo no Planalto Médio podemos sintetizar afirmando que o Rio Grande do Sul se mostrava comprometido com a ordem política acima da econômica, pois a sua elite dominante sempre esteve ligada aos interesses dessa ordem. A começar pelo fato de ter sido a fronteira política entre as guerras dos Impérios coloniais, depois entre os países vizinhos e rivais, pela condição de fazer fronteira política e definir a sua fisionomia social com os grandes criadores militarizados e também com os pequenos proprietários imigrantes, criou-se, dessa forma, um espaço social próprio para a cisão política da classe dominante gaúcha, ensejando o surgimento e a implementação do projeto radical-conservador dos republicanos do PRR<sup>272</sup>.

Para concluir, podemos afirmar que os comerciantes e industriais do Rio Grande do Sul e do Planalto Médio, pressionados pela crise econômica e social no pós-depressão, esqueceram seus ideais liberais e apoiaram a intervenção do governo central. Todavia, isso não ocorreu com a maioria dos políticos, já que, politicamente, a situação regional apresentava-se como um empecilho para a eliminação do poder local das oligarquias regionais.

### **2.3 A Revolução Constitucionalista de 1932 e sua repercussão nos municípios de Passo Fundo e Carazinho**

A posse de Getúlio Vargas no governo do estado do Rio Grande do Sul marca o início de uma nova fase na política rio-grandense, uma vez que Vargas, ao contrário de Borges de Medeiros, passava à oposição uma imagem conciliadora e aberta ao debate público. Com base nesse estilo de ascensão ao poder da segunda geração de republicanos autoritários, o governo varguista propôs uma reconciliação das oligarquias regionais, fundando a Frente Única Gaúcha (FUG), como resultado de um processo de reaproximação das novas lideranças conservadoras autoritárias e liberais. No entanto, essa aliança não viabilizaria o suporte político regional em apoio à candidatura de Vargas, por não conseguir dissolver as estruturas partidárias subjacentes tampouco superar a clivagem político-ideológica que se arrastava ao

---

<sup>272</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 68-9.



longo dos anos<sup>273</sup>.

O grupo político gaúcho unificado sob a sigla da FUG pró-candidatura de Getúlio Vargas foi elemento decisivo nos tempos que se seguiram à tomada do poder pela coalizão revolucionária. A formação da referida Frente uniu o Partido Libertador e o Partido Republicano Rio-Grandense. No entanto, apesar da aparente união de interesses, mantinham-se como se continuassem sendo eles próprios, apenas demonstrando a forte influência de Getúlio Vargas e o atendimento às questões econômicas dos pecuaristas. A importância da FUG está no papel que representou para a formação da Aliança Liberal, em 1929, a qual reuniu os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba em torno das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, que concorriam, respectivamente, a presidente e vice-presidente do Brasil<sup>274</sup>.

As diferentes formas pelas quais se apresentou o poder demonstram que a relação política a ser estabelecida, acompanhando a relação social, quase sempre vinha acompanhada da força, determinando situações de superioridade ou dependência. No entanto, essa relação de poder que surge não se reduz “à violência nem a vontade arbitrária de mando”, mas a “um *status* social a ser vivido e desenvolvido”, uma autoridade envolta em justificativas e razões que a explicam e legitimam. É, portanto, no seio dessa autoridade que “o poder aparece e se concretiza” como “produto primeiro das relações de poder”, tendo como função a organização e acomodação humana “na tarefa da convivência”<sup>275</sup>.

Nesse cenário se acentuava cada vez mais uma inquietação no país pela demora da constitucionalização, esperada desde 1930. Assim, a Revolução Constitucionalista, irrompida em São Paulo, ramificando-se em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, eclodiu em 1932 com a finalidade de reconstitucionalizar o país, ainda em regime de governo discricionário. Antônio Flores da Cunha era o interventor estadual, designado por Getúlio Vargas e, aliado a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Batista Lusardo pregava o discurso de reconstitucionalização do Brasil. No entanto, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista

<sup>273</sup> TRINDADE, Héliqio (Org.) et.al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM; Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980. p. 167.

<sup>274</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. A frente única e o PRL. In: *Simpósio sobre a revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1980. p. 645-647.

<sup>275</sup> HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, São Paulo, Universidade de Minas Gerais, n. 1, dez. 1956. p. 9-15.

de 1932, Flores da Cunha optou por ser aliado de Getúlio Vargas e tentou de todas as formas manter a ordem e o controle no estado, apoiado pela Brigada Militar e pela 3ª Região Militar<sup>276</sup>.

Flores de Cunha tomou providências enérgicas para contornar o conflito e, no Planalto Médio, cercou-se de importantes políticos, a exemplo dos coroneis Vazulmiro Dutra, e Vítor Dumoncel, dentre outros. Lusardo acabou por reconhecer a derrota dos ideais revolucionários e após consultar os chefes libertadores, incluindo Raul Pilla, aceitou colocar um fim ao movimento Vacaria<sup>277</sup>. Percebeu-se que Flores da Cunha, que havia inicialmente apoiado a FUG, em relação à causa dos paulistas, voltara-se contra os interesses do Rio Grande do Sul, o PRR, seu partido, bem como fora contra Borges de Medeiros, ao optar por ficar do lado de Getúlio Vargas e da ditadura<sup>278</sup>.

Em nível regional, a Revolução Constitucionalista de 1932 disseminou-se pelo Planalto Médio, registrando-se movimentos importantes ocorridos em Vacaria, Lagoa Vermelha e Soledade. Igualmente, formaram-se batalhões revolucionários para ocupar Passo Fundo e, posteriormente, dirigir-se a São Paulo. Fentre a esses batalhões estava o Terceiro Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, conhecido como “Pé no Chão”, organizado em Palmeira das Missões e comandado por coronéis da região, dentre os quais Vazulmiro Dutra<sup>279</sup>.

No cenário do Planalto Médio dois acontecimentos merecem ser registrados no decorrer da Revolução Constitucionalista de 1932: a) a participação das forças militares em Palmeira das Missões, lideradas por Vazulmiro Dutra, apoiador de Flores da Cunha e Getúlio Vargas, representantes da elite que detinha o poder, no caso a situação; b) os movimentos

---

<sup>276</sup> FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Sulina: 1981. p. 136.

<sup>277</sup> Em nota publicada no *Correio do Povo* em 9 de julho de 1932 destacava-se a importância do município de Vacaria no contexto revolucionário constituinte, dando conta da importância do coronel Otacílio Fernandes, combatente libertador em 1923, que na Revolução Constitucionalista de 1932 apoiava Borges de Medeiros e Raul Pilla pela reconstitucionalização do país. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, n. 161, ano XXXVIII, 09 jul. 1932. p. 07.

<sup>278</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. (obra organizada e publicada sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Soledade, em homenagem ao 1º Centenário de Emancipação do Município). Porto Alegre: 1975. p. 124-125.

<sup>279</sup> MENDES, Nicolau. *O pé no chão: subsídios para história do Rio Grande do Sul*. Canoas: La Salle, 1958. p. 144-147.

revolucionários de Vacaria, Lagoa Vermelha e Soledade, apoiadores de Borges de Medeiros e dos partidos paulistas, no caso, representando a contra-elite.

Em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, deputado federal pelo município, permaneceu fiel a Borges de Medeiros, contra Getúlio Vargas e a favor da Constituição, mas não participou da Revolução Constitucionalista. A participação do coronel Vazulmiro Dutra intensificou uma política de conciliação, tentando manter a ordem. Embora tenha ocupado militarmente Passo Fundo com quinhentos homens, evitou efetuar prisões, a não ser quando recebia ordens expressas do interventor. Na ocasião em que recebeu a ordem do governo para prender Nicolau de Araújo Vergueiro, chefe republicano em Passo Fundo, ex-deputado federal, médico, fazendeiro e cidadão passo-fundense respeitado pela comunidade, Vazulmiro não hesitou em ordenar que o prisioneiro fosse tratado com o máximo respeito e resguardo até chegar a Porto Alegre, com destino à Argentina<sup>280</sup>.

Em Carazinho, por seu turno, prosseguia a influência de Homero Guerra, que, apesar das divergências havidas entre o grupo pró e contra ao seu nome como prefeito, restabeleceu a boa convivência entre os republicanos, mesmo após ter renunciado ao cargo. Contudo, a sua permanência no município continuou acirrando os ânimos na região, pois tanto ele quanto Nicolau de Araújo Vergueiro disputavam a chefia do Partido Republicano Riograndense em nível local. Credita-se esse fato ao apoio dado por Nicolau Vergueiro a José Ivalino Brum, sucessor de Homero Guerra<sup>281</sup>.

As articulações de apoio à Revolução Constitucionalista no Rio Grande do Sul não tiveram respaldo das bases partidárias, em virtude da omissão de Flores da Cunha no movimento. O mesmo fracasso ocorreu com a disposição de levarem forças da Brigada Militar para São Paulo. No final, Borges de Medeiros foi preso e exilado no Recife; Raul Pilla, Baptista Lusardo e Lindolfo Collor foram para o Uruguai.

---

<sup>280</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1. p. 17.

<sup>281</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 112.

## 2.4 A rearticulação do sistema partidário e a dissidência do PRL

A Revolução Constitucionalista de 1932 terminou com a vitória de Getúlio Vargas sobre as forças de oposição gaúcha e paulista, com o que se fragmentou a estrutura partidária do estado, unida desde o ano de 1928 pela Frente Única. Os líderes da Revolução de 1932 estavam no exílio e as duas correntes políticas mais fortes do Rio Grande do Sul estavam alijadas do poder. Diante de tal situação, Flores da Cunha, sentindo o vazio político que se instalara, resolveu criar um novo partido, o Partido Republicano Liberal (PRL), para ser o porta-voz da corrente oligárquica gaúcha que apoiara Getúlio Vargas<sup>282</sup>.

No período pós-revolução constitucionalista ocorreram inúmeras cisões internas nos partidos em nível estadual: Borges de Medeiros, líder do PRR, rompeu com Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas; Raul Pilla, do PL, juntamente com Borges de Medeiros, João Neves e Lindolfo Collor, radicalizam suas posições e Assis Brasil aderiu ao governo federal. A história política registra que o maior motivo das cisões internas, tanto dentro do PRR quanto do PL e, posteriormente, na própria FUG, advinha da disputa por cargos federais, estaduais e municipais entre os membros dos partidos<sup>283</sup>.

Por ocasião do congresso de fundação do PRL, Flores da Cunha fez uma manifestação que foi divulgada pelo *O Nacional*:

**Cumprimos o nosso dever defendendo o Rio Grande da anarquia e o Brasil da opressão. (...) fui bem, o sabeis, um homem de partido. Pelo meu partido e pelo meu chefe, arrisquei várias vezes, sem conta, minha vida, e perdi um irmão.** Minha dedicação partidária e minha afeição pessoal por Borges de Medeiros foram daquelas que não mediam palavras, mas que provaram pelo sangue que derramei em lutas das mais violentas da nossa história<sup>284</sup>. (grifos nosso).

Na análise da fala de Flores da Cunha percebemos a mensagem enviada aos companheiros do novo partido, de que era preciso rearticular as forças políticas, de modo a aproximar novamente os autoritários e os liberais moderados, para que uma nova estrutura

<sup>282</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 156.

<sup>283</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 103.

<sup>284</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1.512, ano VIII, 16 nov. 1932. p. 1.

partidária fosse formada, de modo a fortalecer o poder do interventor do estado, bem como das forças políticas locais, diante do aumento de influência demonstrada pelo governo federal, além da sua interferência cada vez maior na administração estadual<sup>285</sup>.

O novo partido criado por Flores da Cunha autodenominou-se de “a Nova Frente Única” e seu objetivo maior era, de fato, ocupar o espaço político deixado pela Frente Única em 1932, com vistas à eleição para a Constituinte, em maio de 1933. Tanto é assim que a maior parte dos integrantes do PRL era constituída de prefeitos nomeados pelo interventor e por comandantes de corpos provisórios, além dos coronéis republicanos e líderes políticos menores. No Diretório Central do PRL, dentre os seus elementos constitutivos, figuravam líderes atuantes no Planalto Médio, como: Victor Dumoncel Filho (Santa Bárbara do Sul), Vazulmiro Dutra (Palmeira das Missões) e Quim César (Passo Fundo). Na suplência apareciam Armando Annes (Passo Fundo) e Ivalino Brum (Carazinho)<sup>286</sup>.

Em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro e Antonio Bittencourt, diante da fundação do PRL em nível estadual, alertavam os republicanos e libertadores locais de que

o ato de fundar em Porto Alegre o Partido Republicano Liberal que, sob a chefia do exmo. general interventor federal, pretende aliciar às suas fileiras os elementos dos tradicionais partidos Republicano e Libertador do Rio Grande do Sul. **Mas o programa da Aliança Liberal é o programa de sua genetriz – a “Frente Única” rio-grandense, constituída dos partidos Libertador e Republicano**<sup>287</sup>. (grifos nosso).

A nota do jornal nos remete ao entendimento deixado implícito por parte de Vergueiro, expondo a opinião de seus correligionários fiéis ao PRR, de que, sendo a Frente Única congregadora dos ideais liberais, não existiria motivo para que os partidários trocassem de sigla tão somente, porque o novo partido havia copiado os fundamentos do programa da Frente Única. Assim, Vergueiro posicionava-se contrário à “Nova Frente Única” de Flores da Cunha, indo ainda mais longe; advertia os companheiros libertadores e republicanos que não deixassem de seguir os ideais até ali defendidos, bem como os líderes maiores, nas pessoas de Borges de Medeiros e Raul Pilla.

<sup>285</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. v. 3. p. 32.

<sup>286</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1516, ano VIII, 21 nov. 1932. p. 1.

<sup>287</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1516, ano VIII, 21 nov. 1932. p. 1.

Vergueiro, como líder dos republicanos na região e em Passo Fundo, demonstrava a sua preocupação com as bases propostas pelo PRL e, mais ainda, com o que esse novo partido poderia trazer de desvantagem aos republicanos e liberais, uma vez que nessa época, os líderes da Revolução Constitucionalista ainda se encontravam exilados. Embora advertidos, alguns companheiros de Vergueiro optaram por ficar ao lado de Flores da Cunha para manterem os cargos que já ocupavam nos anos anteriores, com Borges de Medeiros e Raul Pilla<sup>288</sup>.

Enfatizamos que um dos compromissos assumidos por Flores da Cunha ao fundar o PRL era “banir das agremiações político-partidárias a influência dos personalismos que se dispunham discricionariamente”<sup>289</sup>. O efeito dessa frase fazia-se sentir mais intensamente em Passo Fundo, uma vez que *O Nacional* tentava há cerca de três anos atingir Nicolau de Araújo Vergueiro e sua possessividade sobre o PRR. Para isso, este meio de comunicação não perdia oportunidade para demonstrar, com sutileza, mas com firmeza a sua tendência<sup>290</sup>.

Em relação à fundação do PRL em Carazinho, divulgado como um novo partido, o qual seguiria muitos princípios que o colocariam entre as organizações partidárias de elevado espírito social, econômico e político, passaram a fazer parte dele Homero Guerra, João Sorg, José Ivalino Brum, Salustiano de Pádua, Eurico Araújo, José Kurtz, Laudelino Garcez, Fabio Albuquerque, Germano Napp, Theodoro Figueiredo, Loures e Albuquerque, Fioravante Barleze e Vazulmiro Dutra<sup>291</sup>, este de grande prestígio no Planalto Médio, “coronel” respeitado “pelo temor que impunha” e pelos cargos políticos que ocupara, como prefeito de Palmeira das Missões, membro do Diretório do PRL em 1932, subchefe de polícia da região de Passo Fundo e, mais tarde, diretor do Instituto do Mate em Porto Alegre (1935)<sup>292</sup>.

Portanto, a rearticulação política do grupo de apoio a Flores da Cunha, pela criação do PRL, iria proporcionar na eleição de 1933 a vitória deste partido sobre a FUG, que continuava se opondo a Flores da Cunha e seus seguidores ideológicos.

---

<sup>288</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 150.

<sup>289</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1507, ano VIII, 16 nov. 1932. p. 4.

<sup>290</sup> PRATES, op.cit., p. 150.

<sup>291</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 116, ano II, 11 dez. 1932. p. 01.

<sup>292</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

### 2.4.1 As eleições para a Constituinte Federal de 1933

A primeira campanha eleitoral para as eleições à Constituinte Federal foi iniciada em abril de 1933, com a publicação diária da coluna, no jornal *A Federação*, ‘Proclamação,’ onde o PRL recomendava os seus candidatos a deputado. Também, em artigo escrito diariamente, no mesmo jornal “Os Candidatos Liberais” cada um dos concorrentes pelo PRL era apresentado ao leitor com dados de sua biografia pessoal e política. Igualmente, em outra secção do jornal, denominada de “Conselhos ao eleitor” orientava os partidários do PRL e ao povo de modo geral, sobre o alistamento e o modo correto de votar<sup>293</sup>.

No ano de 1933, o jornal *O Nacional* relatou que o Partido Liberal afirmara oficialmente seu apoio incondicional a Getúlio Vargas para candidato Constitucional da República. Assim referiu o jornal:

**o general Flores da Cunha telegrafou aos jornais cariocas nos seguintes termos: rogo-vos declarar pelas vossas brilhantes colunas que o Partido Liberal e quase a unidade dos rio-grandenses, somos pela eleição do ilustre dr. Getúlio Vargas a presidência Constitucional do Brasil. Não serão manobras secretas e por isso mesmo indecorosas que nos demoveram dessa atitude<sup>294</sup>. (grifos nosso).**

Ainda em 1933, de acordo com *O Nacional*, acirravam-se os ânimos com referência às eleições constitucionais. Flores da Cunha, que havia dado seu parecer publicamente de apoio a Getúlio Vargas para o cargo de presidente da República, decretou com seu ato de lealdade a fúria de muitos adversários. Assim, Simões Lopes, líder da bancada liberal na Constituinte, enviou um telegrama a Flores da Cunha solicitando instruções para a situação, que era de revolta no estado, como relatou o jornal:

**O general Flores respondeu por telegrama nestes termos: tudo devemos fazer para manter unidos e solidários os verdadeiros revolucionários. Nosso Estado prestigia a ação do sr. Getúlio Vargas, com o qual marchará, haja o que houver. Está igualmente resolvido não poupar esforços para que a constituinte desempenhe livremente a alta incumbência que lhe cometeu a soberania nacional. Para afiançar a obra do governo provisório e deliberações da Constituinte, está**

<sup>293</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 148, ano XXXIX, 21 jul. 1933. p. 04.

<sup>294</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1679, ano IX, 11 dez. 1933. p. 1.

**o Rio Grande disposto a mobilizar todos os seus recursos e reservas morais e materiais. A ordem deve ser mantida custe o que custar**<sup>295</sup>. (grifos nosso).

As articulações que estavam sendo feitas objetivavam o apoio a Vargas para presidente constitucional e, também, a escolha do quadro de ministros que deveriam compor os ministérios. Aqui, mais uma vez se fazem pertinentes os registros localizados em *O Nacional* quanto à visita de Flores da Cunha ao palácio do Catete, no Rio:

Estiveram presentes a chegada do general Flores da Cunha no Rio, os srs, Oswaldo Aranha, Maciel Junior, Juraci Magalhães, Pedro Ernesto e os componentes da bancada liberal gaúcha. Abordado pelos repórteres o general Flores da Cunha disse que a Constituinte não corre nenhum perigo, pois todos amam o seu país e desejam prestigiá-la, a fim de que livremente se plasme o novo regime. Disse ainda que acredita que o reajustamento político, em torno do sr. Getúlio Vargas está feito, dependendo apenas da escolha dos nomes que ocuparam os postos vagos. **O ponto de vista do Rio Grande do Sul é a defesa da ordem que, para ele está acima dos partidos e do amor próprio ofendido pelos políticos. Disse o interventor gaúcho que entrará em nenhuma recomposição ministerial. Se deixar a interventoria gaúcha, recolher-se-á a vida do campo. Tornando a falar sobre a recomposição ministerial disse que ele deve obedecer, de preferência, aos altos interesses do país, renegando para plano inferior os melindres feridos.** Interrogado sobre a possibilidade da colaboração de elementos da República Velha no Governo disse que devem ser aproveitados os homens de valor, comprovado, tenham a origem que tiverem. Acha que São Paulo está no dever de colaborar com o sr. Getúlio Vargas. O Rio Grande do Sul nada pede para si. Contenta-se com o que tem conseguido já do sr. Getúlio Vargas, a quem apóia<sup>296</sup>. (grifos nosso).

Podemos perceber, pelas reportagens dos jornais, que os discursos de Flores sempre vinham ao encontro dos propósitos do governo situacionista, mesmo após ter fundado seu próprio partido. Flores surpreendia constantemente a todos os seus aliados com sua notável diplomacia ao negociar politicamente, privilegiando de maneira clara a preservação de seus interesses, bem como os do Rio Grande do Sul. Assim, entendemos que a posição de Flores era direcionada ao suporte a Vargas.

A ida de Flores ao Rio ocorreu com a intenção de amenizar os ânimos dos descontentes e tentar solucionar a crise política instaurada em razão da escolha do ministério que comporia o governo de Vargas. Igualmente, Flores tentava solucionar o pedido de exoneração efetuado pelos ministros da Fazenda e do Exterior, Oswaldo Aranha e Afrânio de Mello Franco. *O Nacional* em 1934, trouxe ao conhecimento de seus leitores o que ocorria em se tratando da solução da crise política:

<sup>295</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1684, ano IX, 16 dez. 1933. p.3.

<sup>296</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1701, ano IX, 08 jan. 1934. p.1.



É o seguinte o teor da nota distribuída pela secretaria do palácio do Catete, a propósito da solução da crise ministerial e política: em virtude do resultado da reunião realizada no palácio Tiradentes, presidida pelo **general Flores da Cunha, da qual participaram os srs, general Góes Monteiro, José Américo, Pedro Ernesto, Armando Salles de Oliveira, Juarez Távora, Salgado Filho, almirante Protógenes Guimarães, Maciel Junior, Washington Pires, Juraci Magalhães, Oswaldo Aranha, Ari Pareiras e Afrânio de Mello Franco, dando-se como encerrado por uma fórmula altamente honrosa e patriótica, o incidente que motivou os pedidos de exoneração dos ministros da Fazenda e do Exterior, o chefe do Governo Provisório**, nos termos das deliberações unânimes tomadas, resolveu que os referidos titulares, continuassem nos seus postos, reassumindo as altas funções em que tão assinalados serviços vinham prestando ao país. Palavras do sr. Juraci Magalhães<sup>297</sup>. (grifos nosso).

Ainda com referência à crise política instaurada diante do pedido de exoneração dos ministros da Fazenda e do Exterior, *O Nacional* noticiava sobre a entrevista de Oswaldo Aranha: “Rio- 11- O sr Oswaldo Aranha aos jornalistas que lhe perguntaram a saída do palácio Tiradentes o que havia de novo, se deliberará voltar ao Governo, disse: **“o que há de novo, é que fiz o ato mais original de minha vida: assinei o meu atestado de óbito”**”<sup>298</sup>. (grifos nosso). Da mesma forma, a imprensa continuou comentando a respeito do ato de exoneração de Oswaldo Aranha: “Rio – 11- **Os matutinos refletem a sua surpresa e ao mesmo tempo satisfação pela solução da crise política.** O jornal do Brasil diz que não se esperava uma solução tão simples, depois de tantas demarques<sup>299</sup>. (grifos nosso).

De acordo com *O Nacional* Getúlio Vargas enviara duas cartas, sendo uma para Oswaldo Aranha e outra para Afrânio de Mello Franco, convidando-os a reassumirem suas pastas. Oswaldo Aranha regressaria para Petrópolis, devendo visitar Getúlio Vargas em companhia de Afrânio de Mello Franco; e reassumiria a pasta da Fazenda<sup>300</sup>. Contudo, Afrânio de Melo Franco enviou carta a Getúlio Vargas demonstrando sua irredutibilidade na decisão em não retornar ao Ministério do Exterior. No entanto, continuaria oferecendo seu apoio absoluto a Vargas. Assim transcreveu o *O Nacional*:

Afrânio de Melo Franco não voltará ao Ministério do Exterior, sendo a sua atitude conciliadora explicável pelo propósito que tinha de não criar embaraços, antes auxiliar, o regresso do sr. Oswaldo Aranha a pasta da Fazenda. **O Jornal do Brasil diz que o sr. Melo Franco escreveu uma carta ao sr. Getúlio Vargas dizendo que agora que está liquidada a crise política reclama a sua liberdade para o**

<sup>297</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1

<sup>298</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

<sup>299</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

<sup>300</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

**repouso que necessita.** Diz que se tomou parte na solução da crise política foi para não criar dificuldades para a volta de Oswaldo Aranha ao governo<sup>301</sup>. (grifos nosso).

Prosseguia *O Nacional* informando, em suas páginas sobre a entrevista que fora concedida ao Diário de Notícias por Borges de Medeiros, na qual ele falara a respeito da Constituinte:

[...] Borges de Medeiros declarou: a Constituinte não fracassará e corresponderá aos anseios do povo, atingindo os seus fins. Acredita que isso depende, em grande parte do Governo Provisório, julgando ainda que adotaremos o projeto do Itamarati com pequenas modificações. **O dr. Borges diz que discorda de vários pontos da bancada paulista e terminou dizendo que quando deixou o Rio Grande do Sul, pensava abandonar a política. Agora, porém, sente-se na obrigação de não abandonar a vida pública.** Proclamada a Constituinte regressará ao Rio Grande assumindo o posto que lhe designarem seus conterrâneos na vida política. Para ele, agora, isso é uma imposição de sua dignidade. Terminou dizendo que a tendência espontânea é a fusão dos partidos da Frente Única – **“Pensamos todos em consolidar a Frente Única com os antigos partidos Republicano e Libertador”**<sup>302</sup>. (grifos nosso).

Infere-se pelo teor da reportagem focalizando a atuação de Borges de Medeiros no Diário de Notícias, que todos os partidos do Rio Grande do Sul e seus chefes estavam envolvidos nas eleições para a Constituinte e apoiavam claramente o líder Getúlio Vargas, como primeiro presidente constitucional do Brasil.

Dessa forma, após a fundação do PRL deu-se início à preparação do processo eleitoral para a eleição da Constituinte Federal de 1933. Em nível estadual, Flores da Cunha iniciou um processo de alistamento eleitoral e enviou às direções dos municípios cartas circulares solicitando dados sobre os eleitores. Consta no Arquivo da Prefeitura Municipal de Carazinho um exemplar, enviado por Darcy Azambuja, secretário-geral do PRL a Homero Guerra, prefeito municipal de Carazinho, onde são solicitadas, em nome do General Flores da Cunha, informações referentes ao número de eleitores republicanos liberais inscritos no município, bem como dos eleitores da Frente Única, dos que faziam parte da Liga Eleitoral Católica e, também, dos eleitores avulsos<sup>303</sup>.

<sup>301</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

<sup>302</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1707, ano IX, 15 jan. 1934. p. 1.

<sup>303</sup> Carta Circular n. 11. Porto Alegre, 10 abr. 1933. Arquivo da Prefeitura Municipal de Carazinho. In PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo,

Em Passo Fundo, o tenente Cúrio de Carvalho, substituindo Nicolau Vergueiro que se encontrava exilado na Argentina, fez um chamamento por meio de “O Nacional” para que os correligionários republicanos de Passo Fundo votassem nas eleições do dia 3 de maio de 1933. O texto estava assim redigido:

Sou bastante conhecido vosso: fui o precursor do “Verguerismo” em Passo Fundo, proclamando pela **A Voz da Serra**, em 7 de março de 1917, o Nicolau Araújo Vergueiro o “primus inter pares” no seio do partido republicano local. (...) Hoje, olvidando todas as desilusões sopitando todas as mágoas, retomo a meu posto de combate **para clarinar aos quatro ventos, chamando a postos os companheiros de outrora afim de unirem fileiras em torno do chefe que no apogeu de suas glórias, no auge de seu prestígio o Partido Republicano de Passo Fundo sufragou com 4.004 votos.** É um dever de gratidão, se não de lealdade, agora que o Vergueiro sofre o ostracismo de uma ausência forçada pelas perseguições políticas. depois de duas prisões humilhantes e injustas, que todo o eleitorado de Passo Fundo, homens e mulheres. lhes tragam o conforto moral de sua solidariedade. **votando sem discrepância, em seu nome, incluindo na chapa da Frente Única para Assembleia Nacional Constituinte.** (...) Eleitorado de Passo Fundo! No dia 3 de maio daí o vosso voto ao Nicolau Araújo Vergueiro. Nosso chefe, nosso amigo e nosso médico! A gratidão sempre foi o apanágio dos homens de honra<sup>304</sup>. (grifos nosso).

Os adversários políticos de Flores da Cunha anunciavam que o PRL havia sido criado somente por capricho pessoal de seu líder. Entretanto, a realidade mostrou-se bem distante de tal afirmação, visto que em maio de 1933 foram realizadas as eleições para a Constituinte Federal e o novo partido obteve vitória expressiva, ou seja, mais de cento e trinta mil votos, contra menos de quarenta mil da oposição. Assim, das dezesseis cadeiras que cabiam ao Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Liberal conseguiu treze, sendo derrotado em apenas cinco municípios (Candelária, São Pedro, D. Pedrito, Caçapava e São Sepé)<sup>305</sup>.

Dessa forma, as eleições deram vitória vantajosa ao PRL, embora este tenha se valido de artimanhas políticas de seus componentes, a exemplo da atitude tomada por Flores da Cunha de solicitar ao presidente do Supremo Tribunal Eleitoral a cassação dos direitos políticos de alguns candidatos que haviam se envolvido na Revolução de 1932. Estando dentre eles Nicolau de Araújo Vergueiro, preso por duas ocasiões, a Frente Única concorreu sem nenhum representante de Passo Fundo<sup>306</sup>. O gráfico 1 sintetiza os resultados da referida eleição:

---

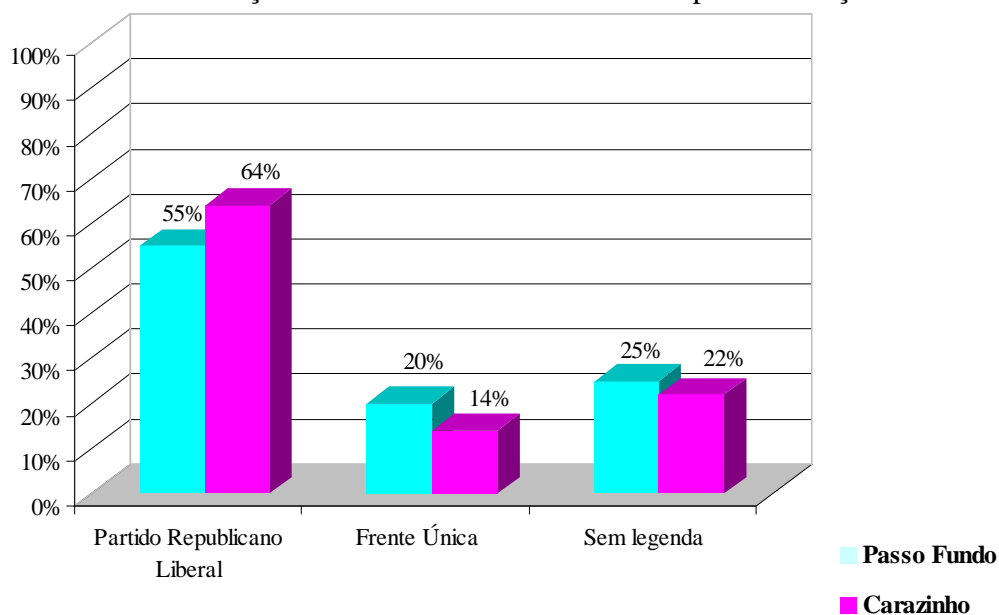
Passo Fundo, 2001. p. 151.

<sup>304</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1572, ano VIII, 27 abr. 1933. p. 1.

<sup>305</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 64 -135.

<sup>306</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1256, ano VIII, 21 nov. 1932. p. 4.

Gráfico 1 - Resultado das eleições em Passo Fundo e Carazinho para as eleições de 1933



Fonte: dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no *Jornal da Serra*, Carazinho, n.198, ano. III, 6 jun. 1933. p.2.

Na análise do gráfico 1, com os dados completos expressos na Tabela 1, (Anexo C), constatamos que tanto em Passo Fundo como em Carazinho o PRL venceu as eleições, demonstrando a derrota da FUG, assim como ocorreu na quase totalidade dos municípios gaúchos. Podemos atribuir esse fato, concordando com os historiadores e analistas da época, à intensa articulação florista, que se aproveitou da desarticulação da FUG especialmente pelo exílio de seus líderes, além das artimanhas políticas já mencionadas.

Constatamos que no decorrer da campanha política o PRL valorizou o apoio que seus candidatos receberam da Liga Eleitoral Católica (LEC), que se dedicou à qualificação eleitoral, contando com o apoio da Igreja. Nesse sentido, apontamos as manifestações do monsenhor Nicolau Max, que assinou vários artigos conclamando o eleitorado católico, como este: “Um católico que, sob a legenda da Frente única der o seu voto a um candidato, por mais católico que este seja, vota também nos inimigos das nossas reivindicações”<sup>307</sup>.

Salientamos que o período de 1933 foi de mudanças, como a da realização da primeira eleição constituinte. Nesse sentido, o jornal *O Nacional*, em reportagem na primeira página, referiu-se à mensagem lida por Getúlio Vargas, assim narrando:

<sup>307</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 87, ano XXXIX, 28 abr. 1933. p. 07.

Rio 16- **foi um verdadeiro acontecimento a leitura da mensagem do sr. Getúlio Vargas na Constituinte.** [...] A câmara estava cheia, como nos seus grandes dias, achando-se presentes os embaixadores, interventores e ministros, além de pessoas gradas. Estavam presentes os srs. Flores da Cunha, Lima Cavalcanti, Juraci Magalhães, Pedro Ernesto e Mainard Gomes. Todos os lugares estavam ocupados e o povo rodeava tudo. A entrada e a saída da Constituinte, o chefe do Governo Provisório recebeu continências de tropas do exercito. Sua excia. entrou acompanhado do sr. Antonio Carlos, presidente da Constituinte, e de uma comissão de deputados. Foi saudado pelo sr. Raul Fernandes. A seguir leu a sua mensagem, cuja leitura levou cerca de 50 minutos, a qual narra o seu governo, tratando das obras públicas, finanças e políticas, a qual causou ótima impressão. **A parte política da mensagem do Governo Provisório diz, no início, que o movimento revolucionário de 1930, não teve similares na história. As forças armadas colocaram-se patrioticamente ao lado do povo, libertando-se o país pelo seu próprio esforço.** Diz que o governo discricionário banuiu de si a prepotência e o arbítrio, respeitando as normas jurídicas existentes, não prejudicando os direitos adquiridos. **Cabia-lhes destruir o estado de coisas inveterado que já fazia hábitos dos interesses contrários a nacionalidade. Era natural que os donatários da situação derogada, reagissem, pela passividade, contra o predomínio da revolução.** Alguns levados por motivos pessoais procuraram infiltrar-se entre os elementos perturbadores para perturbar a ação do governo<sup>308</sup>. (grifos nosso).

Na avaliação de *O Nacional*, o discurso de Vargas dera ênfase às atividades do Governo Provisório; logo podemos verificar que, tenuemente, eram dadas explicações aos acontecimentos ocorridos nesse período. Continuava o relato do jornal:

O desassossego extremado e a afoiteza ambiciosa foram fatores de perturbação e desentendimentos, explorados para atemorizar o governo e impor-lhe rumos exclusivistas. **A reorganização política do país, prevista e iniciada logo após o Governo Provisório, com o preparo da reforma eleitoral, foi o pretexto mais utilizado para agitar o ambiente, para rotular a obra reacionária dos despeitados. Sobre os propósitos do governo de restabelecer a ordem constitucional, não era lícito alimentar dúvidas diante dos compromissos espontânea e solenemente assumidos pelo governo.** Decretado o Código Eleitoral, seguiram-se todos os atos indispensáveis para a execução rápida do alistamento, marcando-se até dia para a eleição da Constituinte. Comprova a sinceridade das deliberações e providencias tomadas, o fato de ter se realizado o pleito na data previamente marcada, apesar de perturbada a tranqüilidade do país durante três longos meses. Acrescenta a mensagem: - ao assinalarmos essa circunstancia, nos anima a intenção discriminadora dos fatos que devem ser esquecidos. **O governo tem o dever de utilizar as medidas excepcionais enquanto necessárias para a manutenção da ordem e para a defesa dos ideais que representa. Aplicando-as, não pode porém, abrigar ódios e nem intuitos de vingança, sentimentos negativos e contrários a sua finalidade construtora.** A função de governar é por sua natureza impessoal, isenta de paixões, cumpre exercê-la sobrepondo-se as lutas e dissídios, quase sempre estéreis para só ter presente os superiores interesses da Pátria, que está a exigir a cooperação e o esforço sincero de seus filhos, para que se ultime num ambiente de tranqüilidade e confiança, a grande obra de reconstrução nacional, para que dentro de tão elevado espírito de tolerância e leal entendimento,

<sup>308</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1658, ano IX, 16 nov. 1933. p. 01.

todos os brasileiros encontrem abertas as fronteiras do país e igualmente francas garantias para o livre exercício de suas atividades pacíficas<sup>309</sup>. (grifos nosso).

Portanto, analisando o discurso transcrito pelo jornal *O Nacional*, podemos dizer que o Governo Provisório procurou se colocar acima das competições, para não trair os compromissos assumidos. Dessa forma, não podia se transformar num simples executor dos programas partidários, mas, sim, deveria ser o executor e coordenador das aspirações populares, com vistas a estabelecer o equilíbrio das correntes representadas. E essa era a função que o Governo Provisório buscava concretizar esforçando-se permanentemente para obter a acomodação entre as direitas e esquerdas revolucionárias.

#### **2.4.2 A eleição de 1934 para deputado federal e constituinte estadual**

Em meio a renovados olhares sobre a história no período delimitado, não podemos deixar de trazer à tona o movimento integralista, já articulado desde a década de 1920. Em 1932, com a união de grupos considerados de direita no Brasil, surgiu a Ação Integralista Brasileira, que lançou o “Manifesto de Outubro de 1932”. A trajetória e a divulgação do integralismo configuraram-se em muitas regiões brasileiras, sendo considerado o primeiro partido de massas do país, o qual viria a ser sufocado com o golpe do Estado Novo em 1937 e reprimido no decorrer de 1938, com o fracassado golpe de grupos integralistas contra o governo federal de Getúlio Vargas<sup>310</sup>.

O ano de 1934 marcou o início da articulação de novos grupos políticos e movimentos que iriam atuar nas eleições de 1934, como foi o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB), organizada em Porto Alegre em janeiro de 1934 e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que somente em junho de 1935 passaria a existir oficialmente. Registramos também a presença da Liga Eleitoral Proletária (LEP), que articulava o movimento com vistas às

<sup>309</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1658, ano IX, 16 nov. 1933. p. 1.

<sup>310</sup> IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Passo Fundo, verdes mares marcados: o integralismo no norte do estado. In: BATISTELLA, Alexandre (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território. política. poder, criminalidade, economia. produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 189-197.

eleições de 1934<sup>311</sup>.

Acompanhando o contexto citado, registramos um incidente que ocorreu entre Flores da Cunha e Góes Monteiro na tentativa de coibir os movimentos que surgiam no ano de 1934, os quais buscavam rearticular-se e angariar novos partidários para disputar as eleições daquele ano. *O Nacional* noticiou o episódio do seguinte modo:

Rio- 2- O general Flores da Cunha telegrafou ao general Pantaleão Pessoa nestes termos: “peço ao prezado amigo procurar o general Góes Monteiro e dizer-lhe de minha parte: **1º- que é absolutamnete falso ter eu feito qualquer reunião de comandantes de forças estaduais; 2º- que não menos falsa é a propalação de ter eu mobilizado forças estaduais com o propósito de bloquear as guarnições federais; 3º- que tenha eu adotado providencias hostis ao exército, ao contrário de todas essas invencionisses, posso assegurar que o Rio Grande está pronto e aparelhado para, com o exército, preservar a ordem pública de quaisquer tentativas de subversão.** Afirmando-lhe tudo isso sob minha palavra de cidadão e de soldado. Quanto ao mais sursum corda<sup>312</sup>. (grifos nosso).

Também, *O Nacional* veiculou a resposta do general Góes Monteiro a Flores da Cunha:

Rio-2- O general Góes Monteiro, falando aos jornalistas sobre o telegrama do general Flores da Cunha, disse que não existem razões de ordens sentimental para que vá visitar o Rio Grande, visto que em 1930, conduziu a vitória as forças Rio-grandenses, além de que sua mulher e filhos são gaúchos. **Interrogado pelos repórteres sobre sua viagem ao sul, se seria para breve, disse que tudo isso dependeria da política, acrescentando: tenho feito tudo para que ela não se meta no exército. Agora está ela de novo a querer infiltrar-se nas fileiras do exército**<sup>313</sup>. (grifos nosso).

Salientamos a importância da política e dos políticos nos rumos das atuações políticas, visto que a política estava inserida em todos os contextos e nos mais díspares cenários. Nesse sentido, segundo Gauchet<sup>314</sup>, o político, ao assumir a questão do vínculo social e das relações com a natureza, é colocado num lugar predominante, que, no entanto, não é o da determinação, mas o lugar possível de uma totalização da inteligibilidade do social, de uma retomada de sentido, onde “a história política não será a história global no sentido em que ela exerceria uma espécie de imperialismo. Trata-se de construir uma teoria da coerência”.

<sup>311</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991. p. 56-58.

<sup>312</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1763, ano IX, 03 maio 1934. p. 01.

<sup>313</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1763, ano IX, 03 de maio 1934. p. 01.

<sup>314</sup> GAUCHET, Marcel. *Le Désenchantement du monde*. Paris: Gallimard, 1985. In: DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 87.

Logo, não se trata de substituir a causalidade econômica, utilizada durante muito tempo de maneira mecânica, por uma causalidade política, mas de recuperar essa coerência imanente às formações sociais através do político. É essa composição do social pelo político que descreve Lefort<sup>315</sup> e Gauchet explora com sua noção de tornar coerente, significando não atribuir nenhum lugar determinado ao político. Os autores citados concebem o político tanto em situação de nível mais realizado quanto de mais oculto, por ser, ao mesmo tempo, o setor em que se exprime o aspecto mais explícito do funcionamento da sociedade, o lugar dos confrontos racionais; contudo, ao mesmo tempo, representa um nível simbólico, oculto, inconsciente.

Quando do surgimento da ANL, em 1935, os católicos viram o movimento como uma expressão do comunismo. Com o crescimento e adesão em massa ao movimento no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica utilizou duas frentes, os Círculos Operários<sup>316</sup> e ação social brasileira<sup>317</sup>, para combater os aliancistas e não perder seus adeptos. Ainda, a Igreja Católica reaproximou-se do Estado, que, por sua vez, incentivava a ação da igreja com o intuito de neutralizar o crescimento da esquerda e o fortalecimento aliancista. Na medida em que os núcleos aliancistas foram sendo fechados, os núcleos circulistas ampliavam-se. Então, a integração entre Igreja Católica, governo do estado e operariado passaria pela ação do circulismo no combate ao comunismo e à ANL.

De acordo com Konrad<sup>318</sup>, a Igreja Católica utilizou o argumento da pacificação política do Rio Grande do Sul para convencer os integrantes dos tradicionais partidos (PRL, PRR e PL) a se unirem contra o comunismo. Esta nova “frente única” começou a ter o apoio de liberais, libertadores e republicanos, engajando, portanto, Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Raul Pilla.

---

<sup>315</sup> LEFORT, Claude. *Essais sur le politique*. Paris:Seuil, 1986. In: DOSSE, FRANÇOIS. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 54.

<sup>316</sup> Tinha por objetivo combater o comunismo, além de congregar operário e sindicatos prestando assistência aos trabalhadores. DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990. In: KONRAD, Diorge Alceno. 1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PUC, 1994. p. 277

<sup>317</sup> Visava aprofundar o confronto ideológico com o comunismo e o aliancismo, julgando necessário deter a qualquer custo o avanço da esquerda no Rio Grande do Sul. *Ibid.* p. 282

<sup>318</sup> DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990. In: KONRAD, Diorge Alceno. 1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PUC, 1994.283.



Nesse contexto histórico, de reconstrução política, o nacionalismo foi recuperado para dar sustentação ao governo de Getúlio Vargas, que precisava de “mitos” para assegurar sua presença nas esferas do poder. Neste momento crescia o estigma de “comunista”, que tomava a forma de monstro político, moral e social, sob a alegação de que colocava em risco a formação do Estado Nacional brasileiro. Por outro lado, os católicos exploravam estrategicamente este signo, identificando-o com os “perigosos ideais liberais”<sup>319</sup>.

Os integralistas aliaram-se às forças dirigentes na luta contra o comunismo. Em 1935, um grupo de camisas-verdes do Rio Grande do Sul divulgou trechos de um “plano comunista” vindo da Rússia e que fora descoberto pelas autoridades brasileiras. Este plano, publicado pelo jornal *O Globo* em 26 de junho, propunha a destruição do regime por meio da sedução e da violência<sup>320</sup>. Vejamos o texto:

Um clima de repressão e denúncia marca o ano de 1935, historicamente, reconhecido como o “ano da Intentona Comunista”, quando após uma tentativa de golpe, os integrantes da ANL foram presos e torturados. Com o objetivo de abafar possíveis manifestações de protestos, Getúlio Vargas se pronuncia, através de um discurso em 1936, tomou o comunismo como temática falando das suas “seduções” como doutrina **“falso remédio para curar males políticos”**. Por isso, propunha que se efetivasse uma obra preventiva **“desintoxicando o ambiente”**. Fiel ao seu posicionamento frente à igreja católica e colocando-se contra as demais religiões e o comunismo, Getúlio Vargas assim se pronunciou: **“Amigos serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil e perante todos os que pertençam à grande família cristã que o comunismo pretende destruir”**<sup>321</sup>. (grifos nosso).

De acordo com Carone<sup>322</sup>, o integralismo propunha-se a respeitar a liberdade de consciência e garantir a liberdade de cultos, desde que não viessem a constituir uma ameaça aos bons costumes. Em matéria de cooperação religiosa, defendia o regime de concordata, sem perda da autonomia das partes, visando sempre à grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade brasileira.

A Igreja Católica organizou-se, politicamente, com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1934, que teve duplo objetivo: instruir, congregar, alistar o eleitorado católico e assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o

<sup>319</sup> Ibid., p. 276 - 286

<sup>320</sup> DIEHL, op. cit. 302 - 303

<sup>321</sup> VARGAS, Luthero Sarmanho. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Luthero Sarmanho Vargas, 1988. p. 10 - 11

<sup>322</sup> CARONE, Edgard. *A Segunda República Nova (1930-1937)*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. p. 322 - 323

voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte daqueles, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte.

Ao nos referirmos ao integralismo, inserido no contexto das revoluções ocorridas na década de 1930, especificamente na região do Planalto Médio, em Passo Fundo existia um núcleo central, rodeado de outro subnúcleos, que visavam, além de integrar os milicianos das proximidades, servir como meio de difusão estratégica e protecionista do núcleo central. Em Passo Fundo, a AIB publicou um dos seus primeiros artigos no *O Nacional* em 29 de outubro de 1934. No texto constatamos que, desde o início, alguns líderes se destacaram na história do movimento, como Hugo Loureiro Lima e Willy Neuhaus, que resumiam os objetivos iniciais do verde (cor característica dos integralistas) como a estruturação no município e a agremiação do maior número de simpatizantes possível:

Ação Integralista Brasileira - Realizou-se ontem, às 9 horas, no Coliseu a anunciada, reunião para organização do Núcleo Integralista, desta cidade. Aberta a sessão na presença de numerosas pessoas, o sr. tenente Armando Serra procedeu a leitura da mensagem da chefia provincial. Falou, a seguir, o chefe municipal, sr. Hugo Lima. Após, o sr. tenente Oswaldo de Oliveira fez a leitura da Cartilha Integralista, tendo em seguida, discursado, o sr. João Schapke Jor, encerrando-se a sessão. No livro de atas, assinou espontaneamente grande número de pessoas simpatizantes com o Integralismo. A Ação Integralista Brasileira, neste município, será dirigida provisoriamente, por um grupo de centralização, composto dos srs. Hugo Loureiro Lima, chefe, João Schapke Jor, secretário Willy Neuhaus, tesoureiro. **Nessa semana, será aberta a inscrição dos integralistas que irão constituir a milícia do núcleo local**<sup>323</sup>. (grifos nosso).

Em Passo Fundo, a AIB abriu suas atividades oficialmente em 1934, convidando pela imprensa e por boletins, todas as famílias e simpatizantes da doutrina integralista para assistirem a uma sessão pública doutrinária, na qual o bandeirante integralista Henrique Valladares do Lago, vindo do Rio de Janeiro, faria uma conferência sobre o tema “Síntese do movimento integralista”<sup>324</sup>.

Houve tentativas de integração entre os grupos integralistas de Passo Fundo e de Carazinho, pois estes estavam sob a jurisdição de Passo Fundo e compareciam às reuniões promovidas na capital do Planalto. Consta que somente Passo Fundo possuía mais de uma “centena de camisas-verdes” Outros nomes que integravam a lista das lideranças integralistas

<sup>323</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1949, ano X, 29 out. 1934. p. 4.

<sup>324</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1949, ano X, 29 out. 1934. p. 4.

em Passo Fundo eram os cirurgiões-dentistas Mario Zago e Francisco Fontana<sup>325</sup>.

O movimento integralista em Passo Fundo entre 1935 e 1937 expandiu-se significativamente. As suas lideranças preocupavam-se em instalar subgrupos em municípios vizinhos, além de ocorrer aumento significativo destes na região urbana de Passo Fundo, como na vila Rodrigues, no Boqueirão, com difusão de grupos nas residências e nos endereços profissionais dos adeptos ao movimento<sup>326</sup>. Embora a AIB agisse em Passo Fundo e na região, a organização não teve uma representatividade significativa, uma vez que os partidos e chefes políticos tradicionais tinham muitos simpatizantes e desfrutavam da credibilidade da população. Contudo, isso não impediu que os integralistas se articulassem no município, conforme relata *O Nacional* de 11 de outubro de 1934:

**É intenso o trabalho desenvolvido pelos integralistas locais, com o objetivo de propagarem suas idéias e angariarem adeptos para a doutrina integralista.** No dia 21 do corrente, segundo informou-nos o “coordenador” do movimento nesta cidade - sr Hugo Loureiro Lima, deverá ser organizado o “núcleo” de Passo Fundo, realizando-se a reunião dos simpatizantes em local que será previamente anunciado<sup>327</sup>. (grifos nosso).

Na verdade, nem a Aliança Nacional Libertadora, de cunho antiimperialista e antiintegralista nem a Ação Integralista Brasileira, de cunho mais tradicional e conservador, conseguiram se impor em Passo Fundo como partidos de destaque, quer seja por questões de duração, quer pelo fato de a política local ser marcada por uma forte tradição que sempre colocava dois partidos em evidência: os liberais e os republicanos. Essa característica se repetia no estado todo<sup>328</sup>. No final de 1937, a AIB de Passo Fundo, por intermédio do governador da 27ª região integralista, publicou dados que demonstravam que o movimento em nível regional (Passo Fundo, Carazinho e Soledade) possuía 42 núcleos e cerca de cinco mil milicianos<sup>329</sup>.

<sup>325</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1949, ano X, 29 out. 1934. p. 4.

<sup>326</sup> DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, n. 2569, ano XI, 02 dez. 1936. p. 2.

<sup>327</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1927, ano X, 11 out. 1934. p. 4.

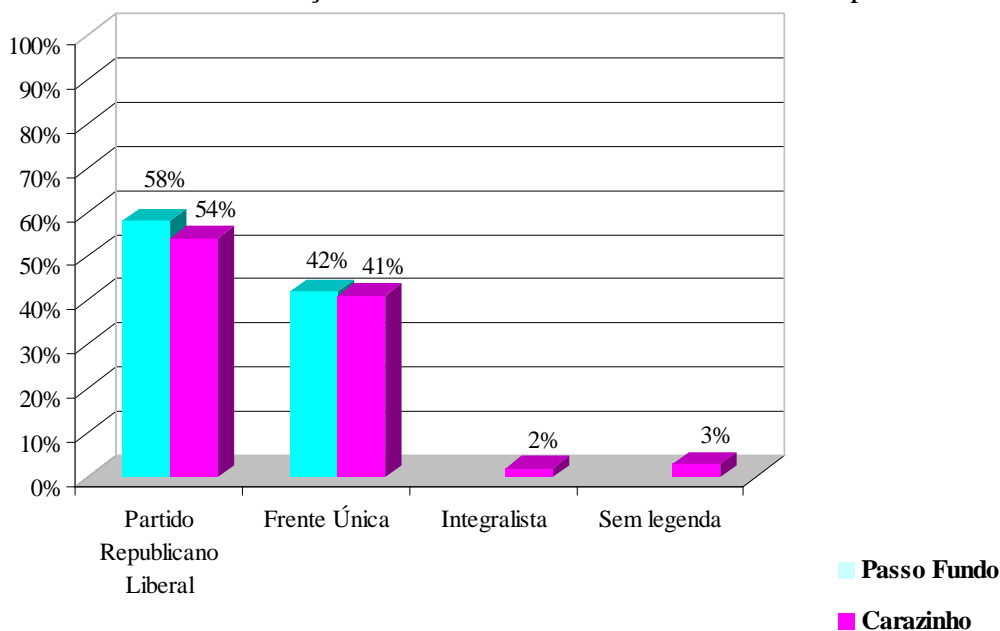
<sup>328</sup> MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (Org.). Passo Fundo: uma história, várias questões. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 109.

<sup>329</sup> IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Passo Fundo, verdes mares marcados: o integralismo no norte do estado. In: BATISTELLA, Alexandro.(Org.). *Passo Fundo, sua história*: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 198-

Passo Fundo, governada por Armando Araújo Annes, de acordo com os dados do censo de 1940, possuía uma população de cerca de oitenta mil habitantes. Os nomes que faziam parte dos quadros políticos locais eram normalmente os mesmos que controlavam a economia municipal, ou seja, comerciantes, proprietários rurais, criadores, militares, médicos, advogados, jornalistas<sup>330</sup>. Em Carazinho, por sua vez, Homero Guerra, que aderira ao PRL em 1932, tornou-se novamente prefeito municipal e ocupava o cargo de presidente do partido. Todavia, em razão da oposição à sua indicação, ele renunciou o cargo, assumindo em Porto Alegre a presidência do Sindicato do Mate.

Registramos que em ambos os municípios, Passo Fundo e Carazinho, não aconteceram eleições para as Câmaras de Vereadores porque no período compreendido entre 1930 a 1935 essas foram dissolvidas em razão da Revolução Tenentista<sup>331</sup>. O resultado das eleições de 1934 em Passo Fundo e Carazinho também confirmou a vitória do Partido Liberal, o que podemos constatar pelos números expressos no gráfico 2, embora os candidatos da Frente Única tivessem tido uma votação bastante próxima nos vencedores.

Gráfico 2 – Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Federal



Fonte: dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no jornal *O Nacional*, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov.1934. p. 1.

199.

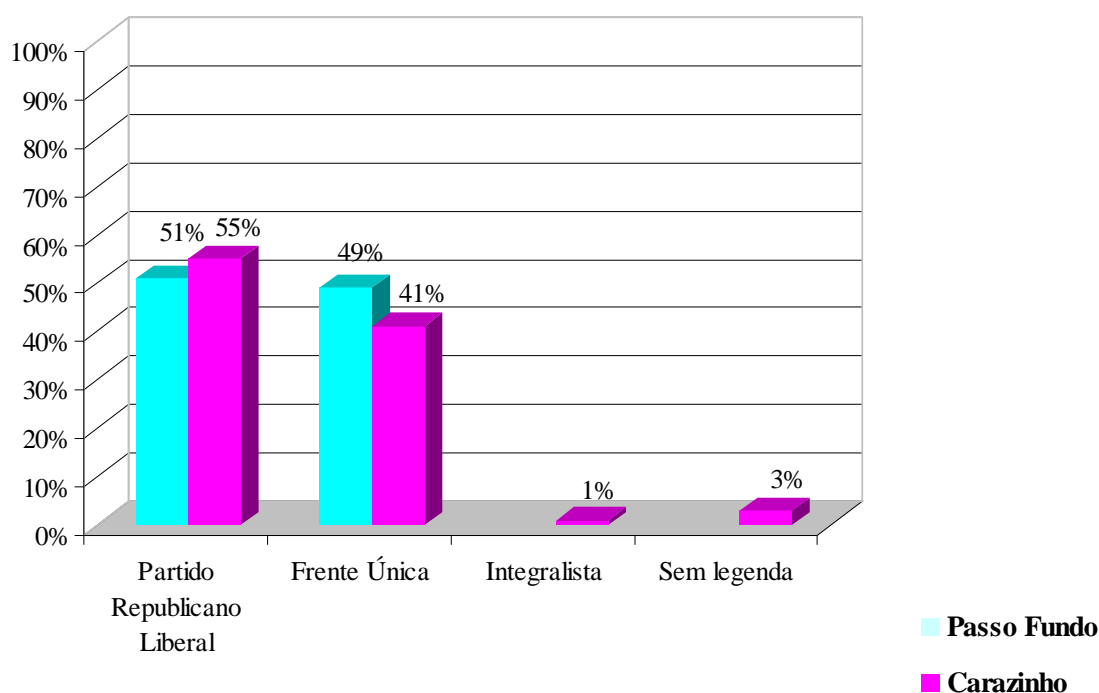
<sup>330</sup> MEDEIROS, op. cit. p. 110.

<sup>331</sup> FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6.ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1981. p. 136.

Percebemos que para a Câmara Federal, tanto em Passo Fundo quanto em Carazinho,<sup>332</sup> venceram as eleições os candidatos do Partido Republicano Liberal. É importante salientar que o jornal *O Nacional*, em 26 de abril de 1933, publicou a nota, na qual demonstrava os candidatos que tinham recebido apoio da Frente Única passo-fundense:

**Proclamação dos candidatos da Frente Única à Constituinte. A comissão executiva do Partido Republicano local e o diretório do Partido Libertador deste município**, com os correligionários abaixo firmados, ouvida a palavra de ordem da direção suprema de um e outro partido, proclamaram **candidatos a Assembléia Nacional Constituinte** nas próximas eleições de 3 de maio entrante, os seguintes nomes: **pelo Partido Republicano**: Joaquim Maurício Cardoso; Sérgio Ulrich de Oliveira; Ariosto Pinto; Nicolau de Araújo Vergueiro, Joaquim Luiz Osório; Adroaldo Mesquita da Costa; Osvaldo Fernandes Vergara; Arnaldo Faria. **Pelo Partido Libertador**: Joaquim Francisco de Assis Brasil; Bruno de Mendonça Lima; Edgar Luiz Schneider; Oscar Carneiro da Fontoura; Alberto Pasqualini; Euclides Minuano de Moura; Camilo Teixeira Mércio; João Gonçalves Vianna. **Pelo Partido Republicano Liberal**: Arthur Caetano como candidato oficial de Flores da Cunha e apoiado, tanto em Passo Fundo quanto em Carazinho, incondicionalmente<sup>333</sup> (grifos nosso).

Gráfico 3 – Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Estadual



Fonte: dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no jornal *O Nacional*, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov. 1934. p. 1.

<sup>332</sup> Dos candidatos que receberam apoio em Carazinho por conta das eleições, somente Arthur Caetano do PRL nos dá pistas das fontes serem fidedignas; portanto, não temos dados confiáveis para demonstrar os candidatos apoiados pelo PRR e PL.

<sup>333</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1494, ano VIII, 26 abr. 1934. p.1.

Da mesma forma, as eleições para a Câmara Estadual em Passo Fundo e Carazinho apresentaram vantagem para o Partido Republicano Liberal.

De acordo com o Anexo B, podemos verificar que, dos candidatos que receberam o apoio da Frente Única passo-fundense, elegeram-se deputados constituintes, tanto federal como estadual, os seguintes: pelo Partido Republicano Riograndense: Joaquim Maurício Cardoso, Nicolau de Araújo Vergueiro, Adroaldo Mesquita da Costa, pelo Partido Libertador, Joaquim Francisco Assis Brasil, Edgar Luiz Schneider e Euclides Minuano de Moura; o candidato do PRL, Arthur Caetano, não conseguiu se eleger.

### 2.4.3 As eleições municipais em 1935

As eleições municipais de 1935 apresentam características peculiares. Realizadas no mês de novembro, elas transcorreram, de um lado, sob uma forte mobilização social e conseqüente tentativa de controle por parte do Executivo federal e, de outro, na iminência do rompimento entre Flores e Vargas. Para o PRL essas eleições eram importantíssimas, porque serviriam de termômetro para avaliar o prestígio de seus candidatos a prefeito e vereadores, além de testar o reconhecimento da política de cada município, praticada desde a fundação do partido. Outro fato importante era que seria a primeira eleição para vereador desde que as Câmaras Municipais haviam sido dissolvidas em 1930<sup>334</sup>.

Dessa forma, essas eleições foram marcadas por atos violentos, creditados, especialmente, ao fato de os prefeitos nomeados pelo interventor não terem se afastado de seus cargos para concorrer na eleição. Sabemos que a máquina administrativa dos municípios possuía um papel preponderante na atividade político-eleitoral. A FUG praticava atos de força e constrangimento pessoal nos municípios onde dominava, bem como em outros foram criadas frentes próprias, chamadas de “Partido Popular”, compostos pelos dissidentes de outros partidos<sup>335</sup>. No cômputo geral do estado, o partido situacionista conseguiu recuperar a

---

<sup>334</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 61.

<sup>335</sup> *Ibid.*

força que possuía no ano de 1933; a votação do PRL mostrou-se um pouco abaixo da primeira eleição, mas, em nível de municípios, superou o desempenho apresentado em 1934.

Comprovando o contexto exposto, trazemos uma nota transcrita de ‘O Nacional no ano de 1934, que realizou uma análise comparativa do número de votos obtidos pelo PRL entre as eleições de 1933 e 1934 no município de Passo Fundo (ver Quadro 1), no qual demonstra a diferença de votos do Partido Republicano Liberal, para maior ou menor. inferimos que a diferença para menor deu-se pelas dissidências que aconteceram nesses distritos.

Quadro 1 - Comparativo das eleições eleitorais de 1933-34 em Passo Fundo

<b>Localidades</b>	<b>1933</b>	<b>1934</b>	<b>Diferença</b>
Cidade(Passo Fundo)	1.359	1697	+ 338
Marau	361	306	- 55
Sarandi	250	301	+51
Ernestina	244	247	+ 3
Sertão	182	205	+23
Taquarussú	145	194	+49
S. Teixeira	140	186	+ 46
Campo do Meio	246	185	- 61
Nonoai	104	172	+ 68
Sete de Setembro	179	165	- 14
Coxilha	156	156	0
Total	3.366	3.814	+ 448

Fonte: O NACIONAL, Passo Fundo, n. 1932, ano X, 16 out., 1934. p. 4.

Em nível de estado, nas eleições de 17 de novembro de 1935, o Partido Republicano Liberal saiu-se vencedor, elegendo prefeitos em sessenta municípios, contra vinte pela Frente única e, em quatro, das oposições coligadas sob o título de Partido Popular. Segundo dados relatados no *Correio do Povo*, em Passo Fundo o PRL obteve 3.427 votos; FUG nenhum e PP, 1509. Já em Carazinho os resultados foram os seguintes: PRL, 2.241; FUG, nenhum e o PP, 1.058. Esses resultados mais uma vez demonstram o prestígio de Flores da Cunha no comando das hostes liberais<sup>336</sup>.

Em Passo Fundo o Partido Republicano Liberal consagrou-se vencedor, elegendo

<sup>336</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. ano XLI, 25 dez. 1935. p. 20.

Nelson Pereira Ehlers para o período de 17/11/1935 a 06/01/1938 com 3.427 votos. Por sua vez, a Câmara Municipal de Vereadores ficou assim constituída: Aparício Lângaro, Ernesto Morsch, Otacílio Ribas, Atilio Della Méa, Arthur Leite, Arnaldo Sperb e Salatiel Sperb<sup>337</sup>.

Em Carazinho, elegeu-se Albino Hillebrand do PRL para prefeito municipal, com 2.241 votos, mesmo que sua eleição tenha causado descontentamento entre os integrantes do próprio PRL, agravando o clima político entre esse partido e a Frente Única carazinhense. As queixas mais importantes contra Hillebrand prendiam-se ao fato de ele manter uma ligação íntima com os partidários de Flores da Cunha. Nesse sentido, vamos encontrar mais uma vez a interferência de Vazulmiro Dutra, subchefe de polícia da 4ª região, sediada em Passo Fundo, que se encarregou de receber e enviar várias correspondências para o interventor do Rio Grande do Sul Daltro Filho, e para Maurício Cardoso, secretário do Interior, nas quais relatava o descontentamento de próceres de Carazinho com a permanência de Hillebrand na Prefeitura<sup>338</sup>.

O teor de um dos documentos recebidos por Vazulmiro Dutra era o seguinte:

Ilmo. sr. Vazulmiro Dutra - M. D. Sub-Chefe de Policia da 4ª. Região. Os infrascritos, elementos representativos deste município, que dirigiam as extintas Frente Única e Dissidência Liberal em Carazinho, tendo conhecimento que a ala florista desta vila, com a cooperação de um antigo dissidente que a ela se aliou, isolando-se de seus companheiros na cruzada pelo saneamento administrativo deste município, pois que, os componentes daquela ala, como V. S. não ignora, tinham sérios compromissos com o sr. Flores da Cunha para se oporem aos nobres e elevados intuitos do exmº. Sr. Presidente da Republica, **no sentido de restabelecer na alta administração do Estado a moral e o respeito à lei, bem como garantir a ordem, gravemente ameaçada pela situação deposta, da qual aquela ala era forte sustentáculo, tendo conhecimento, repetimos, quem a ala florista desta vila esforçar-se no sentido da conservação do status quo (grifo no original)** da direção administrativa desta comuna, e não se conformando com essa suspeita atitude dos novos adesistas, vêm expor a V. S. as razões porque protestam contra a permanência do atual prefeito sr. Albino Hillebrand á frente dos negócios municipais, protesto esse consubstanciado nos itens que se seguem: 1º- A gente florista que aí está á frente da administração de Carazinho, por ocasião da eleição municipal procedida em Novembro de 1935, em que a Frente Única e a Dissidência Liberal de então apresentaram o dissidente sr. Germano Napp, como seu candidato, praticou toda sorte de coações e tropelias para obter a vitória, sendo que para garantir esta, convidou o então sub-chefe de policia Sr. Vitor Dumoncel Filho, que

<sup>337</sup> OLIVEIRA, Francisco Xavier. *Annaes do Município de Passo Fundo*. Aspecto Histórico.

<sup>338</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: questão sucessória. Carazinho – A.MU- 373, Caixa 201, 1935-1945.



foi recebido festivamente e a quem oferecer (*sic*) um pic-nic<sup>339</sup>. (grifos nosso).

Reescrever a história das elites políticas dessa época implica, necessariamente, fazer referência a alguns fatos importantes em nível local, mesmo que isolados num contexto maior. É o caso da pretensão de rebatizar o município de Carazinho com o topônimo “Flores da Cunha”. Tal proposta partiu de Rosalvo Scherer, industrialista de Ijuí, mas que já havia residido em Carazinho em tempos anteriores. No contexto descrito percebemos os motivos políticos que ainda persistiam após a emancipação de Carazinho, como podemos constatar no telegrama divulgado pelo *Correio do Povo*, em 3 de julho de 1935:

Presidente e mais membros da Assembléia Estadual. P. Alegre. Infra-firmados, **tendo conhecimento de que o sr. Rosalvo Scherer propoz essa digna Assembléia mudança nome município para Flores da Cunha**, em atenção inestimável serviços prestados governador Estado e esta terra, vem trazer aplauso iniciativa, embora tenha partido pessoa que não mais reside este município. Homenagem prestada não é mais do que consequência lógica, **profunda simpatia é tido aqui general Flores da Cunha que, para criar município, não trepidou arrastar má vontade vergueirismo, então, senhor absoluto da região**. E fez mais, o ínclito general, deu-nos um município livre de dívidas, contra a praxe estabelecida que atribui ao território desmembrado parte da dívida do de origem [...] <sup>340</sup>. (grifos nosso).

O mesmo jornal destacou o fato atribuindo-a a rivalidades políticas antiga, entre os apoiadores de Nicolau de Araújo Vergueiro, contrários à emancipação de Carazinho, que ainda se faziam sentir, a exemplo do que noticiou *O Nacional*, de 14 de agosto de 1935:

[...] **deveria lembrar s. s. que fez parte da comissão que foi pleitear a autonomia de Carazinho, anos atrás, sem que estivesse nas cogitações dos membros que a compunham a transformação do nome da nova comuna**. E se o sr. Rosalvo Scherer em tal pensou, com toda seguridade que o nome que deveria ter ocorrido, então, a prevalecer a lógica de agora, seria, indiscutivelmente, **o de Borges de Medeiros que, naquela época, para muita gente que o endeusa os homens que a Revolução de 30 empoleirou no poder era o Homem do Rio Grande, que tanto fez pelo seu progresso e sua grandeza econômica** [...] <sup>341</sup>. (grifos nosso).

Percebemos que o problema levantado em torno do nome de Carazinho era essencialmente político. Na nota de *O Nacional* fica claro que as duas elites que sempre se defrontaram continuavam na mesma linha, pois cada situação surgida era pretexto para o

<sup>339</sup> Documentos Governamentais. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

<sup>340</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 198, ano XLI, 3 jul. 1935. p. 11.

<sup>341</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2198, ano XI, 14 ago. 1935. p. 10.

confronto, até na questão da sugestão de nome. Assim, se os seguidores de Vergueiro sugeriam Flores da Cunha, nada mais justo que o outro lado sugerisse Borges de Medeiros. No final, permaneceu Carazinho, refletindo a tradição histórica do povo, o reconhecimento aos emancipacionistas e, especialmente, aos que haviam lutado junto ao Barracão Liberal, em 1930, demonstrando que o nome do município estava ligado às tradições pacíficas, honrosas. O texto do jornal relatava:

Mas, Carazinho e sua gente possuem uma tradição de que sempre se orgulhará: é a tradição do trabalho que constrói, que engrandece, que possibilita manter a honra. E se os nossos antepassados legaram feitos que lembram o derramamento de sangue de nossos irmãos, nos deixaram, entretanto, a pacífica, mas não menos gloriosa tradição da disciplina do trabalho, fonte de riqueza e da prosperidade de todos os povos. **Brandindo os braços inderrocáveis dessa tradição é que opomos o nosso veto à troca do nome humilde, mas querido de Carazinho**<sup>342</sup>. (grifos nosso).

O embate político travado em Carazinho refletia a situação nacional, onde os desacertos entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha refletiu-se na disputa política regional, especialmente entre Vazulmiro Dutra e Victor Dumoncel Filho, uma vez que cada um deles se encontrava numa ala: o primeiro a favor da situação e o segundo defensor de Flores da Cunha.

No decorrer do ano de 1937, além do rompimento do acordo com a FUG e o PRL, ocorreu a desarticulação interna dos três partidos rio-grandenses. No PRR o fato se deu quando Lindolfo Collor se colocou de forma contrária à aproximação da FUG com o governo de Getúlio Vargas. Então, fundou, no início de 1937, o Partido Republicano Castilhistas (PRC), o qual conseguiu a adesão de partidários do PRR.<sup>343</sup> Já, no PL<sup>344</sup>, a causa do rompimento foi pela existência de duas correntes dentro do partido, uma de cunho conservador-liberal, liderada por Raul Pilla, e outra mais radical, sob o comando de Bruno Lima. Entretanto, no PRL<sup>345</sup> a dissidência aconteceu com referência à eleição do vice-presidente da Assembléia e crescia à medida que se estreitavam os laços com o presidente Getúlio Vargas.

<sup>342</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2198, ano XI, 14 ago. 1935. p. 10.

<sup>343</sup> TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 255-256.

<sup>344</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>345</sup> TRINDADE, op.cit.. p. 256.

Diante da situação nacional, em 1937 o general Flores da Cunha renunciou ao cargo, tendo Getúlio Vargas nomeado, em 17 de outubro do mesmo ano, para interventor do Rio Grande do Sul, o general Manoel Cerqueira Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar. Em 19 de novembro, o governo federal criou o Estado Novo, revogando a Constituição Federal, dissolvendo o Congresso, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais. Em seguida também foram extintos os partidos políticos e suspensas todas as garantias constitucionais; foram abolidos os símbolos estaduais, os estandartes e os distintivos políticos. Enfim, o Brasil recebeu a forma “federativa”<sup>346</sup>.

Podemos afirmar que, assim, estava configurada a divisão dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, possibilitando a continuidade do processo de centralismo político no Brasil, que resultaria na decretação do Estado Novo e, como consequência, na intervenção federal no Rio Grande do Sul e, em todos os outros estados membros da federação.

## **2.5 A reconstitucionalização e o *modus vivendi* gaúcho**

Para situar o *modus vivendi* no contexto pretendido, retomamos o mês de julho de 1934, quando da promulgação da nova Constituição do Brasil. No mês de agosto, beneficiado pela anistia decretada por Vargas no mês de junho e atendendo ao apelo de seus correligionários gaúchos, Lindolfo Collor retornou ao país e ao cenário político, marcando suas atitudes por um forte oposicionismo ao governo federal. Candidato à Câmara Federal, sempre na legenda do PRR nas eleições de outubro, ele não conseguiu se eleger, fixando-se no Rio de Janeiro<sup>347</sup>.

Nessa época, se iniciaram as articulações voltadas para a pacificação das forças gaúchas que haviam se enfrentado no decorrer da Revolução de 1932. Borges de Medeiros, à frente do PRR, indicou Lindolfo Collor para representar a agremiação nas negociações entre a FUG e o PRL; Raul Pilla, presidente do PL, propôs a Flores da Cunha um governo de coalizão. No mês de janeiro de 1936, a FUG e o PRL aceitaram um *modus vivendi* que

---

<sup>346</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1. p. 16.

<sup>347</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 119-166.

possibilitava a pacificação em troca da reforma do aparato policial, da reincorporação ao governo dos funcionários exonerados e da liberdade de imprensa. Collor, então, foi integrado ao governo, ocupando a Secretaria de Finanças, enquanto o PL indicou Raul Pilla para a Secretaria de Agricultura<sup>348</sup>.

Dessa forma, a partir das intenções assumidas entre o governo e a oposição, através do *modus vivendi*, foi possível incrementar a aceleração do crescimento econômico do estado. No entanto, a discussão sobre o processo sucessório nacional continuava a provocar inúmeras divergências no interior do PRR, que se dividia entre apoiar uma candidatura diretamente patrocinada pelo governo federal ou o nome de Flores da Cunha, que começava a surgir como alternativa eleitoral<sup>349</sup>.

Collor se opôs a qualquer processo de cisão, mantendo o apoio que vinha sendo dado ao governador, e defendeu o *modus vivendi* em muitas manifestações públicas. No entanto, a solidariedade da FUG à idéia de uma candidatura varguista acabou por inviabilizar o *modus vivendi*. Algum tempo depois de Pilla ter se retirado do governo, Collor demitiu-se da Secretaria de Finanças, porém, em dezembro de 1936, discordando do comportamento da FUG e da direção do PRR que apoiava Vargas, rompeu com ambos.

Reforçamos que o *modus vivendi* representou um acordo realizado no Rio Grande do Sul entre o PRL e a FUG, o qual dispunha sobre as responsabilidades que os secretários assumiam perante o governador e os partidos e a possibilidade de intervenção ou influência do Legislativo nas decisões do Executivo. Assim, cada partido teria total e completa autonomia e liberdade de ação, desde que fosse respeitado o devido acordo. Esse acordo teve duração de nove meses, entrando em crise pela demissão de representantes do PL, Raul Pilla da Secretaria da Agricultura, e do PRR, Lindolfo Collor da Secretaria da Fazenda. Desenhava-se, assim, o cenário para o Estado Novo.

---

<sup>348</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 56-8.

<sup>349</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5.ed. atualizada. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 233-235.

### 2.5.1 O Estado Novo

O período do Estado Novo (1937-1945) constitui-se no reflexo da radicalização e da consolidação do processo iniciado em 1930 e que trouxe no seu interior algumas modificações profundas, cuja intensidade foi sentida de formas diferentes nos grupos sociais e, mesmo, nas diversas regiões do país. A modernização pretendida por Vargas foi sentida especialmente pelo papel assumido pelo municipalismo na conjuntura dos primeiros anos do regime estadonovista. Constatamos que houve um discurso oficial de valorização da esfera municipal por parte também dos principais órgãos de divulgação de propaganda do Estado Novo<sup>350</sup>.

O *Jornal da Serra*, no dia 19 de agosto de 1937, sob a manchete intitulada “golpe de vista”, tratou sobre a sucessão presidencial chamando a atenção para o momento da política do Brasil pouco menos de três meses do golpe decretado por Getúlio Vargas. De acordo com o jornal:

**Quem observe, pondo-se em contato com as diversas camadas sociais, as reações provocadas pelo atual momento político brasileiro, concluirá que se renovou o velho estado de espírito do povo nos podromos das campanhas para a eleição de um presidente. Pela primeira vez na história de nossa República um clima verdadeiramente democrático se forma como conseqüência das transformações operadas na consciência das massas e dos seus interpretes pela revolução de 30.** Os antagonismos perderam aquele aspecto agressivo e deselegante que tinha a sua origem nas deformações impostas pelos detentores do poder aos mais explícitos e humanitários textos constitucionais. Ao povo diretamente se dirigem os candidatos, certos de que nada se oporá ao plebiscito mais vasto da nossa vida política, a mais consciente manifestação de preferências do nosso povo. **Uma enquête que abrangesse todas as classes sociais do país, das mais humildes as mais em evidencia, demonstraria que jamais a consciência do destino da nacionalidade andou tão ligado à escolha de um Presidente como neste momento de absorvente preocupação política**<sup>351</sup>. (grifos nosso).

No texto do *Jornal da Serra*, o narrador encontra-se na função de noticiar o cotidiano, mas no discurso acima, a intenção é conclamar o povo para as eleições que estavam prestes a acontecer e, nesse sentido, as idéias de nação, povo, responsabilidade e classes sociais eram ressaltadas. A história reconhece em seu campo de pesquisa uma gama muito grande de testemunhos, entre eles o discurso proferido pelos jornais, que participam de uma das formas de discurso, como linguagem simbólica que reúne em si um sistema de representação, o qual

<sup>350</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 72.

<sup>351</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 422, ano VII, 19 ago. 1937. p. 03.

contribui na produção do imaginário social<sup>352</sup>.

Todas as construções discursivas, figurativas ou textuais sofrem restrições, determinadas, num primeiro momento, pelos recursos desiguais de quem as produz, o que de imediato caracteriza as relações de força, já em segundo lugar, essas construções são produto de uma negociação da possibilidade de comunicação e compreensão entre o autor e a comunidade que delas se apoderam. De acordo com Chartier<sup>353</sup>, as práticas e discursos dos agentes sociais são produto “da tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e também, os constrangimentos, as normas, as convenções que a limitam”.

O jornal *O Nacional* referiu-se a todas as classes dos eleitores e políticos, deixando clara sua afeição ao governo Vargas e aos seus feitos com referência à reconstrução nacional:

**O antigo pessimismo do eleitor passivo e conformedo com a potencia dominadora das máquinas oligárquicas manobradas a margem da opinião pública transformando-se numa fé fortalecida pela análise. Discutem-se os homens públicos em todos os círculos com uma seriedade que a poucos anos causaria estranheza.** A revisão de valores é feita nas conversas anônimas com o desejo sincero de dar apoio ao homem que pelos seus méritos possa dar seguimento **a obra de reconstrução nacional arduamente alicerçada pela Nova República.** Cada cidadão se interessa pelo noticiário político do dia como se interessaria pelas fases evolutivas de um acontecimento seu, intimamente pessoal. Esse clima democrático, promissor e emocionante, fruto de uma nova mentalidade política formada no espírito da Revolução de 30, é a mais oportuna afirmação da vitalidade do nosso regime restaurado nos seus belos princípios de igualdade e de fraternidade. Essa obra de sã política, de sadio interesse pelos problemas magnos da Nação, o Brasil. **Os brasileiros o devem ao governo Getúlio Vargas que soube sempre colocar os interesses gerais e a suprema necessidade do país acima de quaisquer competições particularistas ou de qualquer exploração de personalismo**<sup>354</sup>. (grifos nosso).

O discurso do jornal aponta a necessidade de ser constituído um outro tipo de memória e reforça a necessidade de ruptura com as visões positivistas da história. Tratava-se de recuperar uma outra memória, que permitisse não apenas resgatar o ocorrido, mas, também, ressaltar as esperanças não realizadas do passado e que se inscreveriam no presente como um

<sup>352</sup> Para Baczko, o imaginário social é constituído, entre outros pontos de referência, “no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz através da qual [...], ela percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos”. BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 5. p. 309. Antrophos – Homem.

<sup>353</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.106. [s.d.].

<sup>354</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 422, ano VII, 19 ago. 1937. p. 03.

apelo para um futuro diferente<sup>355</sup>.

Para Benjamin, “os dominantes do presente são os herdeiros de todos aqueles que uma vez venceram. Portanto, a identificação afetiva do vencedor beneficia sempre e respectivamente os dominantes do momento”<sup>356</sup>. Podemos, pois, inferir que o domínio do simbólico é importante estratégia de legitimação do poder; assim, o jornal apropria-se de uma linguagem privilegiada, a qual mantém um estreito vínculo com as representações de poder, particularmente do poder político.

Contextualizando o cenário que culminou no Estado Novo, entendemos que, no período em que Vargas se manteve no poder, pouco foi realizado em termos de investimento concreto no estado gaúcho; assim, a economia continuou baseada na agropecuária. A partir de 1930 a história do Rio Grande do Sul aproxima-se muito com a história dos demais estados brasileiros. Em 1932, São Paulo iniciou um movimento armado, uma luta pela constitucionalidade do governo de Vargas e pela necessidade de elaborar uma nova constituição. Neste ponto os líderes já se dividiam com Borges de Medeiros posicionando-se abertamente contra Getúlio Vargas. O governador do Rio Grande do Sul na época, Flores da Cunha, após um curto espaço de indecisão, apoiou Vargas, enviando tropas da Brigada Militar e Corpos Provisórios para lutar fora do estado. Com a Constituinte de 1934 iniciou-se um processo de crescimento dos movimentos de esquerda e principalmente de direita, com a Ação Integralista do Brasil de Plínio Salgado. Todavia, tudo isso cessou a partir da emergência do Estado Novo em 1937<sup>357</sup>.

A intervenção direta do governo central nos municípios, pela nomeação de prefeitos e pela inexistência das Câmaras de Vereadores, estava em consonância com a política geral assumida pelo novo regime, ou seja, de um modelo de Estado autoritário, centralizador,

---

<sup>355</sup> GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, memória e história dos trabalhadores*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. SMC. Prefeitura do município de São Paulo, 1992. p. 3.

<sup>356</sup> BENJAMIN, Walter. O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. In: GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, memória e história dos trabalhadores*. In: São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. SMC. Prefeitura do município de São Paulo, 1992. p. 3.

<sup>357</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1997. p. 96.

intervencionista e corporativista<sup>358</sup>.

Nesse sentido, a Constituição de 1937 delineou uma série de modificações no que tange à regulamentação da relação União-Estados-Municípios, de modo que o sistema **de interventorias e do Departamento das Municipalidades** demonstrou ser um instrumento de singular efetivação do processo centralizador<sup>359</sup>. (grifos nosso).

A respeito das interventorias municipais, sistema colocado em prática desde o movimento de 1930, serviu como um instrumento de desarticulação das oposições regionais e de controle do governo federal sobre a máquina administrativa estadual. Além disso, o sistema fortalecia a presença do presidente da República, que, sempre tendo um aliado como interventor, podia implementar seu sistema centralizador. Dessa forma, a nomeação de homens de confiança para ocupar os cargos considerados mais importantes pelas elites políticas da época exerceu o papel de desarticular as forças políticas resistentes às novas orientações estadonovistas<sup>360</sup>.

A voz política foi calada em 1937, conforme Love<sup>361</sup>, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso, proclamando a existência do Estado Novo e começando a governar por decreto; conseguiu, assim, autonomia para a nomeação de interventores, dando ênfase à centralização do novo regime e a suas aspirações nacionalistas. Ele ordenou que as bandeiras dos estados fossem queimadas em cerimônias simbólicas e passou também a confiar cada vez mais em oficiais militares para o preenchimento de postos civis. Getúlio Vargas, que defendera a democracia liberal e o federalismo, “nos últimos anos da década de 20, tornou-se um centralista e nacionalista de tipo autoritário”<sup>362</sup>. Extinguiu os partidos ao declarar: “[...] **todas as agremiações partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registradas em 10 de**

---

<sup>358</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 196-205.

<sup>359</sup> Ibid.

<sup>360</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 88.

<sup>361</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 273.

<sup>362</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 137 – 138.



**novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registro**<sup>363</sup>. (grifos nosso).

Sobre esse novo período da política o periódico o *Noticioso* destacou que, das inovações trazidas pelo Estado Novo, nenhuma trouxera tantos benefícios como a supressão das atividades partidárias, que tanto enfraqueciam a comunhão nacional e tanto mal causavam ao Brasil<sup>364</sup>.

Com base na análise efetuada nos textos publicados no *Noticioso* constatamos que os brasileiros, desde o Império, viviam em luta constante, ininterrupta, num desperdício de energias e entrecchoque de odiosidades, ofendidos, fraudando a lei, negando capacidades, sendo violentos e injustos, objetivando interesses facciosos e vantagens secundárias, sem se preocupar, realmente, com a grandeza da pátria. Esta era cerceada no seu desenvolvimento progressivo, sem liberdade para conquistar o futuro; portanto, era impedida de atingir as suas gloriosas e incontentáveis finalidades patrióticas, pois que só na união e na fraternidade de seu povo poderia atingir o grau de engrandecimento moral e material a que tinha direito<sup>365</sup>.

Destacava também o *Noticioso* que, ao serem abolidas as bandeiras, suprimidos os hinos regionalistas, proibidas as atividades dos partidos políticos que se digladiavam, o Brasil vira irradiar, por toda a sua amplidão, a idéia redentora aureolada de patriotismo: uma só bandeira, um só hino e um só partido, ou seja, o Brasil, a pátria e o povo brasileiro<sup>366</sup>. Esse conjunto tríptico que constitui a unidade do sentir tradicionalista evidenciou a obra potentosa e a ação patriótica de Getúlio Vargas como chefe nacional em benefício da pátria. Diante desse fato concreto, ressaltava-se a triste figura que faziam os brasileiros ao agirem cheios de fé, ardorosos e sinceros nas competições partidárias, em todos os tempos e em todas as épocas<sup>367</sup>.

Com referência à narrativa de o *Noticioso*, constatamos a força do signo e acrescentamos as contribuições de Gil ao expor:

---

<sup>363</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 137 - 138.

<sup>364</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>365</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>366</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>367</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

Se o prestígio nasce da atribuição de um excedente de força que corresponde a um conhecimento que, à partida e em particular, se torna rapidamente num dom que ultrapassa a esfera inicial, pode-se dizer que o excedente atribuído ao homem de prestígio é sempre acompanhado de uma redução de uma quantidade igual de força naqueles que se declaram menos competentes. O homem de prestígio funda o seu poder conferindo-lhe fins sociais, garantindo funções extraordinárias e gerais à sua própria potência. Nesse sentido, o homem de prestígio socializa forças e introduz mecanismos de dominação: a atribuição de prestígio é sempre acompanhada de ritos, interditos, obrigações, de todo um conjunto de representações e de crenças que implicam a submissão á força que se teme. Por isso, a fidelidade ao homem de prestígio é um primeiro gesto para instaurar o poder<sup>368</sup>.

Para a aceitação e o entendimento do discurso por aquele ao qual se destina, é necessário o prestígio adquirido daquele que o propõe e, também, que a proposição seja plausível de ser percebida e decifrada pelos agentes receptores. Assim, ainda analisando o discurso do jornal *Noticioso*, citado anteriormente, apropriamo-nos da contribuição de Bourdieu, que destaca a dimensão política das lutas de representação, cuja eficiência específica não deve ser desdenhada reduzindo-a a uma manifestação das realidades sociais e econômicas. Portanto, a relação de força pela conservação ou transformação da visão de mundo social e dos princípios de ordenação e hierarquização da sociedade é consequência de uma ação política objetivada. Para Bourdieu,

o conhecimento do mundo social e, mais especificamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo<sup>369</sup>.

As representações políticas são aquelas que têm por objetivo a construção de um ponto de vista e de uma classificação do mundo social, constituindo, dessa maneira, o capital simbólico direcionado para a luta pelo poder, porém no jogo político<sup>370</sup>.

Ainda de acordo com as notícias publicadas no jornal *Noticioso*, a elite política consolidada investia recursos que não possuía; peregrinava por toda parte, apostando e convencendo, trabalhando sem descanso; lutava, matava e morria pelas idéias persuasivas que apontavam para um ideal superior, em nome do bem da pátria, quando, na verdade, essa elite defendia, mesmo, o bem-estar de um pequeno grupo, seletivo, que não se afastava do poder,

<sup>368</sup> GIL, José. Força do Signo/ no signo. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 14. p. 63.

<sup>369</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.142.

<sup>370</sup> Idid. p. 142-144.

com raras exceções<sup>371</sup>.

No parágrafo acima citado pelo *Noticioso* fica evidente a idéia da circularidade, pois o caráter relacional do poder deveria ser estabelecido em todos os níveis da estrutura social, definido não como propriedade de algo ou alguém, ou ainda localizado nas mãos exclusivamente de alguns, mas com uma relação em corrente, experimentada no mundo social, conjugando, no mínimo, dois lados, “os brasileiros” e o “governo Getúlio Vargas”.

Com referência à noção de poder, buscamos compreender a função dos sistemas simbólicos como instrumento de lutas políticas, recursos esses que cumprem seu papel político como meios de “imposição ou de legitimação da dominação”<sup>372</sup>. Bourdieu nomeia poder simbólico ou o poder do simbolismo como “um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”<sup>373</sup>.

O relato do jornal *Noticioso* salientava que, em nome da manutenção do poder, os representantes da elite dominante mostravam-se amáveis, prometendo benesses para os que assim o exigiam, em nome do apoio de que precisavam. Contudo, a partir do momento em que se sentiam seguros de suas conquistas, esqueciam-se totalmente de quem os apoiara, argumentando que não dispunham de tempo para “divisar, nas planícies desoladas”, os companheiros que haviam servido de degraus para que subissem às alturas onde se achavam. E quando qualquer correligionário com incontestáveis serviços prestados ao partido, em momento de desespero, procurava cercar-se dos potentados para solicitar um emprego que o amparasse, ou um auxílio que o tirasse da miséria, era repellido como inoportuno e indesejável<sup>374</sup>.

Prosseguindo na análise do mesmo jornal encontramos um ditado popular que comprova como eram tratados os interesses políticos da época: “doa a quem doer”. Assim é que eram justificados casos isolados de proteção aos companheiros de partido, bem como de perseguição aos desafetos. O Estado Novo, pondo fim às competições político-partidárias,

---

<sup>371</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>372</sup> BOURDIEU, op. cit. p.11.

<sup>373</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 166.

<sup>374</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

acabara também com a fonte de exploração dos chefes de partidos, que tinham a ufania da fraude como padrão de vitória, a ingratidão como código de governo e a injustiça como evangelho de atitudes<sup>375</sup>. Não foi em vão que Campos Neto afirmou que **“com uma única bandeira a drapejar por todo o território nacional um único hino a emocionar o sentimento de brasilidade, marcharemos avante para um futuro de glórias da nossa majestosa Pátria, unidos, pelo coração para a grandeza do Brasil”**<sup>376</sup>. (grifos nosso).

As representações salientadas pelo *Noticioso* são marcadas pela apropriação e ressignificação de diferentes símbolos nacionais. As referências a símbolos que encarnam o espírito da nação, como a bandeira, o hino, a Constituição, os heróis, as batalhas, são elementos importantes na organização e apresentação dos dirigentes à sociedade civil.

Conforme Colussi<sup>377</sup>, o período do Estado Novo constituiu-se num momento de radicalização e de consolidação do processo que se iniciara em 1930 e que trouxera em suas estruturas algumas transformações profundas, cuja intensidade foi sentida de formas diferentes pelos grupos sociais nas diversas regiões do país. Partilhando da mesma opinião de Colussi temos Veloso<sup>378</sup>, para quem a consolidação do regime estado-novista deu-se por meio de um novo modelo de Estado, assim como de novas formas de relacionamento com a classe dominante, em parte, por causa do autoritarismo na condução da vida política nacional e, em outra, pela capacidade desse regime de angariar adesões e absorver conflitos. Segundo Carone<sup>379</sup>, o decreto de extinção dos partidos não foi taxativo sobre o futuro político dos partidos; ficava proibida até a promulgação da lei eleitoral a organização de partidos políticos, podendo os existentes continuar a funcionar como sociedades civis para fins culturais, beneficentes ou desportivos.

Dos ensinamentos históricos sintetizados, devemos referenciar que antes da instalação do Estado Novo ocorreu o rompimento do acordo gaúcho efetuado pelas oposições quanto à execução do “octólogo”<sup>380</sup>, dando lugar à formação da Comissão Mista. De acordo com

<sup>375</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>376</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>377</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 71 – 73.

<sup>378</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração no campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de (Org.). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71.

<sup>379</sup> CARONE, Edgard. *A segunda república nova (1930-1937)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 174.

<sup>380</sup> Originou-se para o caso da sucessão presidencial da República, procurando realizar entendimentos entre o

Colussi<sup>381</sup> em 26 de novembro de 1937, a Comissão Mista reuniu-se com os representantes dos partidos políticos que a integravam e se aliavam a Getúlio Vargas, por ocasião da retirada de Flores da Cunha do governo do estado do Rio Grande do Sul. Nessa reunião foram definidos os critérios que seriam adotados para a divisão dos municípios gaúchos entre os partidos políticos extintos, ou seja, PRR, PL e Dissidência Liberal. Quando Flores da Cunha se retirou da interventoria do Rio Grande do Sul, para evitar a exposição do povo gaúcho a uma luta armada, os grupos políticos já haviam se mobilizado para ocupar os espaços políticos vagos. No governo de Daltro Filho o secretariado demonstrou a força da oligarquia gaúcha, pois os cargos foram ocupados de maneira equilibrada pelos três grupos políticos.

Silva<sup>382</sup> refere-se a esse período mencionando que a Comissão Mista, mantinha registro dos critérios para a divisão dos municípios gaúchos, com os quais fica evidente a intenção de seus integrantes manter suas bases de sustentação, que se originavam dos laços de compromissos com líderes municipais. A ata da Comissão Mista trazia em seu texto a forma como seriam distribuídos os cargos nas prefeituras do estado, que se denominava “interpartidária”. Criada em 19 de novembro de 1937, quando se reuniram os órgãos diretores do PRR, do PL e da Dissidência Liberal, a Comissão Mista tinha o objetivo de coordenar as atividades das três correntes partidárias envolvidas no processo. A ata da Comissão foi lavrada e assinada por componentes efetivos: Protásio Vargas, representando a Dissidência Liberal; Batista Luzardo, representando o PL; como não se encontrava na reunião Maurício Cardoso, representante efetivo do PRR, assinou em seu lugar Firmino Paim Filho, seu suplente na Comissão.

A ata também explicitou o resultado dos trabalhos realizados nas diversas reuniões que já haviam sido efetuados, bem como de que maneira os componentes da Comissão Mista se relacionariam, ou seja, num ambiente de cordialidade, de espírito de mútua compreensão das correntes partidárias que apoiavam a União e o estado em vista dos últimos acontecimentos políticos. Relatava, também, que os componentes da Comissão Mista mantinham o propósito de servir lealmente aos patrióticos intuítos que orientavam à Frente Única e a Dissidência

---

governo e as oposições. O surgimento da Comissão Mista, deu-se devido ao rompimento do octólogo, a qual ficaria encarregada dos assuntos referentes à sucessão presidencial em 1936. Manifesto das oposições coligadas. *O Nacional*. Passo Fundo, n. 2568, ano XI, 1º dez. 1936. p. 3.

<sup>381</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 103 – 105.

<sup>382</sup> SILVA, Hélio. *1937: Todos os golpes se parecem*. Documentos da História Contemporânea - Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1970. p. 513-516. v. 11.

Liberal no sentido de unir, definitivamente, o Rio Grande sob o regime outorgado ao país pela Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937<sup>383</sup>.

Em relação às indicações para prefeituras, segundo a ata da Comissão Mista, foi estabelecido, por unanimidade, o seguinte critério:

[...] **as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao PRL serão providas por elementos pertencentes a Dissidência Liberal**, devendo, porém o candidato ser indicado em harmonia com a Frente Única. Far-se-á exceção para casos especiais, como, entre outros, aqueles em que a maioria eleitoral da Frente Única for manifesta. Quanto às subprefeituras dos municípios de referência, deverão ser preenchidas de acordo com os índices eleitorais dos partidos coligados, reservando-se preferentemente aos elementos da frente Única os distritos em que a mesma dispõe de maioria eleitoral, na hipótese de serem aqueles lugares mantidos pela nova organização política do Estado, em elaboração. Nos casos que pressupõe a exceção acima referida adotar-se-á o mesmo critério em benefício da Dissidência Liberal<sup>384</sup>. (grifos nosso).

Por ocasião do golpe de 1937, a ata da Comissão Mista informava que, num universo de 85 municípios, 36 permaneceriam com o mesmo prefeito, 28 passariam a ter prefeitos nomeados pela Comissão e em 21 seria realizado um estudo detalhado da situação, adotando-se posteriormente uma definição. Ainda, ficou deliberada a permanência dos prefeitos nos seguintes municípios: Alegrete, Arroio Grande, Arroio do Meio, Bagé, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Caçapava, Candelária, **Carazinho**, Encantado, Encruzilhada, Estrela, Garibaldi, Herval, Iraí, Jaguarão, Lajeado, Lavras, Osório, Palmeira, Pinheiro Machado, Piratini, Prata, Rio Grande, Rosário, Santa Rosa, São Borja, São Jerônimo, São Jose do Norte, São Leopoldo, São Sepé, Santiago do Boqueirão, São Vicente, Tapes, Torres e Viamão (grifo nosso). Foram feitas nomeações, pela Comissão Mista, de prefeitos para os municípios de: Alfredo Chaves - Rogério Galleazzi; Antonio Prado - Valdemar Paim; Caxias - Juvenal José Pinto; Erechim - Aldo Arioli; Farroupilha - Francisco da Cunha Rangel; Flores da Cunha - Adalberto Pio Souto; Getúlio Vargas - Ariovaldo Domingues; Guaíba - Otaviano Manoel de Oliveira Júnior; Guaporé - Manoel Francisco Guerreiro; Ijuí - Emílio Martins Buhner; Júlio de Castilhos - Anápio Barcelos Feio; Lagoa Vermelha - Oscar Alves Chaves; Livramento - João Jacinto Costa; Montenegro - Pompílio Cilon Fernandes Rosa; **Passo Fundo** - Antero Marcelino; Quaraí - Bento Lima Júnior; Santa Cruz - Osvaldo Jordan; Santa Maria - Antonio Xavier da

<sup>383</sup> Ibid. p. 514 –515.

<sup>384</sup> SILVA, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem. Documentos da História Contemporânea - Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1970. p. 514-515.

Rocha; Santa Vitória - José Maria Cota de Melo; Santo Ângelo - José Cezimbra Machado; São Francisco de Assis - João de Sousa Fraga; São Gabriel - Rui Zubaran; Soledade - Leonardo Sefria; Taquari - Gumercindo Lourenz.; Triunfo - Horácio Antonio de Sousa; Tupanciretã - Hélio Fernandes; Uruguaiana - Flodoardo Silva; Vacaria - Sátiro Dorneles de Oliveira Filho. (grifos nosso).

Um número de 21 municípios, excluindo Porto Alegre, encontrava-se em conformidade com os partidos que apoiavam a situação criada pelo golpe de estado. A Comissão Mista continuava o meticuloso processo de estudo das condições políticas e administrativas de cada município, procurando ajustar as condições das respectivas prefeituras, contentando as chefias políticas locais<sup>385</sup>.

Em 1937, o *Jornal da Serra* publicou uma nota informando que a Frente Única e a Dissidência Liberal de Carazinho, pelos seus dirigentes legítimos, preveniam os seus correligionários e amigos, e em geral ao povo carazinhense, que a concentração política dos partidos que apoiavam o governo da República no município só seria organizada quando a Comissão Mista de Porto Alegre julgasse oportuno. Para tal fim, seguiria para a capital do estado uma delegação das correntes partidárias que trataria dessa organização, bem como dos interesses do município. Informavam, ainda, que não seria admitida nenhuma interferência quanto à organização política das correntes, desautorizando qualquer divisão nesse sentido por quem não estivesse devidamente autorizado pela direção. A nota foi assinada por Alcides Albuquerque, do PRR, Engrácio Dias de Menezes, do PL, e José Ivalino Brum, da Dissidência Liberal<sup>386</sup>.

Mesmo com a extinção dos partidos políticos, observamos em nota do *Jornal da Serra* de 1937 a articulação existente entre PRR, PL e Dissidência Liberal:

[...] passou por esta, com destino à capital do estado **A. A. Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul e chefe do PRR.** [...] foi aguardado na gare por uma comissão da Frente Única compostas de Alberto Graeff, Engrácio Dias de Menezes, Alberto Velho de Souza, Eduardo Graeff, Norberto Madureira Coelho, Aparício Nunes, Oscar Weidlich e A. Canuto de Souza, que apresentou ao ilustre viajante suas saudações [...] <sup>387</sup>. (grifos nosso).

---

<sup>385</sup> Ibid. p. 513 -516.

<sup>386</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 434, ano VII, 25 nov. 1937. p. 04.

<sup>387</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 434, ano VII, 25 nov. 1937. p. 04.

Embora todas as obras consultadas destaquem a extinção dos partidos políticos, podemos verificar que, em âmbito regional e local, eles continuavam se articulando sob a bandeira da Comissão Mista, que apoiava Getúlio Vargas; em nível nacional, buscavam se articular através de sindicatos, unindo-se por categorias profissionais.

Conforme Piccolo, embora fosse uma conjuntura de crise, as circunstâncias eram diversas desde 1937, quando Getúlio Vargas dera o golpe. Entre essas circunstâncias estava a Constituição de 10 de novembro, que se referia à crescente crise dos dissídios partidários, realizada por meio de propaganda demagógica, procurando desnaturar a luta de classes; ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista; na Constituição encontrava-se justificado o apoio das Forças Armadas, cedendo às inspirações da opinião nacional, assegurando à nação a unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade<sup>388</sup>.

O golpe teve conotações conservadoras. Com o Estado Novo foram redefinidas não só as relações entre o Estado e as classes sociais, mas entre o Exército e a sociedade civil, através de uma ideologia que, segundo Rowland, “[...] mal formulada composta da integração nacional, através da unificação política, os estados subordinados ao governo central, a eliminação de conflitos sociais, obtendo a integração social e o exército fortalecido como defensor da nação”<sup>389</sup>.

Colussi acrescenta que, em nível regional, o conservadorismo foi muito forte, pois a presença da Comissão Mista, dividindo e definindo o poder em conjunto com os representantes do regime, marcou o quadro político no Rio Grande do Sul pelas repercussões governamentais dos interesses tradicionais nos municípios, muito embora houvesse interesses locais diversos e contrários às diretrizes estado-novistas. Mesmo assim, a Comissão Mista manteve o compromisso assumido com seu parceiro maior, o Estado. A oligarquia gaúcha e os poderes públicos municipais foram cooptados pelas forças que se uniam e, ao mesmo

---

<sup>388</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 201- 205.

<sup>389</sup> ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 204.



tempo, houve a repressão representada pelo Estado Novo. Getúlio Vargas objetivava o enfraquecimento político dos poderes estaduais por intermédio dos municípios, que ocuparam posição de destaque e de valorização na evolução política brasileira. Houve, portanto, uma nova hierarquização das esferas do poder, contribuindo para o enfraquecimento da esfera estadual em relação à federal e à municipal<sup>390</sup>.

Com o golpe de estado, observamos que os institutos faziam parte do projeto de centralização e fortalecimento do governo federal e, juntamente com as autarquias e conselhos econômicos, compunham um conjunto de mecanismos que, dando-lhes uma dimensão mais integrada e abrangente, resultou numa intervenção estatal na economia<sup>391</sup>. No Estado Novo, foram criados institutos específicos de expressão estadual ou regional, como o Instituto Nacional do Mate (1938) e o Instituto Nacional do Pinho (1941), vinculados à política local e encarregados de conhecer, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos<sup>392</sup>.

Em Carazinho, havia inúmeras entidades de produtores, associações de comerciantes e de transportadores, que, freqüentemente, organizavam comissões para pressionar o governo do estado a resolver o problema da falta de vagões, o que constituía um ponto de estrangulamento no dinamismo da economia da madeira. A falta de um local de armazenamento da madeira nas estações era outro problema evidenciado na época, como já se apontou<sup>393</sup>.

O sistema ferroviário esteve vinculado à ocupação do espaço regional e da propriedade da terra, bem como com a questão da madeira na região do Planalto, mais especificamente, em Carazinho. Por mais que o dinamismo da madeira fosse grande na década de 1930, a falta de vagões impedia uma melhor adequação entre o que era derrubado e o que era comercializado, de modo que muita madeira ficava estocada à beira da rodovia ou nas pequenas estações da região. Sem uma rede eficiente de transporte, os capitalistas do setor contabilizavam perdas, preocupavam-se com o desemprego dos trabalhadores e articulavam

---

<sup>390</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 115 – 168.

<sup>391</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986. p. 110-112.

<sup>392</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 89 - 90.

<sup>393</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 514, ano V, 08 jan. 1930. p. 2.

grupos para pressionar o poder público local, exigindo solução para o premente problema que assolava todas as classes de trabalhadores de Carazinho<sup>394</sup>.

A madeira teve grande contribuição para o desenvolvimento da indústria no país no período pós-década de 1930, quando as matas eram fonte de matéria-prima, mercadoria que tinha grande aceitação no circuito mercantil. As estradas de rodagem, as carretas e, posteriormente, os caminhões, os rios e, especialmente, o rio Uruguai e da estrada de ferro foram importantes para o desenvolvimento, tanto em nível local quanto no regional e nacional<sup>395</sup>. Essa nova conjuntura econômica refletia-se nas mudanças políticas em nível regional e repercutia no local. Hillebrand estava inserido nesse momento histórico.

O *Jornal da Serra* teceu considerações sobre o Estado Novo e às lutas partidárias que haviam sido extintas, trazendo uma era de paz e prosperidade para o Brasil, em um ambiente de ordem. O jornal salientou que antes do advento do Estado Novo, Carazinho vivia em constantes perturbações oriundas da luta partidária e da supremacia de uma das facções, fértil em desmandos de toda a espécie. As arbitrariedades se sucediam numa seqüência alarmante, prejudicando os adversários dos detentores do poder. Estes adversários não tinham direito a coisa alguma, encontrando por toda parte má vontade, num ambiente hostil e ameaçador. Denúncias injustas, transferências eram o prêmio dos que não queriam ler a cartilha dos mandões. Lentamente, porém, o panorama sofreu as suas transformações. Os acontecimentos obrigaram os partidos a modificarem a sua orientação e adversários fidalgais se abraçaram lealmente, formando uma frente única para a defesa dos ideais nacionais. [...].<sup>396</sup>

Durante a vigência do Estado Novo, o *Jornal da Serra* trazia em suas páginas relatos da época, focalizando, em especial, a exaltação da figura de Vargas. Nesse sentido vejamos:

**[...] o Jornal da Serra, associando-se ao júbilo do povo desta terra bendita, rende ao supremo Chefe da Nação, ao Interventor Federal neste Estado, e ao Albino Hillebrand, prefeito municipal, esta homenagem estampando suas fotografias. Getúlio Vargas guia seguro do Estado Novo, traçou rumos definitivos ao Brasil nestes tempos de incertezas e ameaças, Osvaldo Cordeiro de Farias tem sido um batalhador incansável do progresso do Estado, Albino Hillebrand, realizou uma obra administrativa apreciável, que muito contribuiu para a transformação material do município. Aí fica, pois, a nossa homenagem, que**

<sup>394</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 514, ano V, 08 jan. 1930. p. 2.

<sup>395</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 514, ano V, 08 jan. 1930. p. 2.

<sup>396</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 437, ano 8, 16.de dez., de 1937. p. 4.

também é o preito de admiração em respeito do povo agradecido aos seus governantes forjadores da grandeza da Pátria<sup>397</sup>. (grifos nosso).

De acordo com o relato do *Jornal da Serra*, percebemos a simbologia retratada de forma a enaltecer as figuras de dirigentes no período do Estado Novo. Símbolo forte nesse período era a fotografia, um recurso valioso que caracterizou a propaganda varguista. De acordo com Capelato, “as fotos, os retratos faziam parte do universo simbólico expresso no regime estadonovista, já que o uso das imagens fotográficas no Brasil revelaram a preferência pela representação objetiva da realidade, explicada como um traço da cultura política brasileira”<sup>398</sup>. A interpretação do universo simbólico compreende aproximações variadas e complexas. Nesse sentido, o prestígio de Vargas tem uma relação estrita com o seu próprio carisma. Vale ressaltar que a produção de símbolos se relaciona com o prestígio, que resulta no poder, cuja marca é um símbolo particular.

Por outro lado, a nomeação de políticos marginais para as funções elitizadas demonstrava a linha de continuidade e de influência da oligarquia agrária nesse contexto. A identificação ideológica dos interventores com a política tradicional possibilitou que as resistências fossem vencidas e que os velhos políticos ocupassem espaços importantes dentro da nova organização política<sup>399</sup>.

Getúlio Vargas, apoiado pelo Exército, iniciou um regime de força centralizado, disposto a transformar e industrializar o país. As conseqüências de sua política para o Rio Grande do Sul são muitas, iniciando pela intervenção federal. O governo de Getúlio indicou para governador do Rio Grande do Sul o general Daltro Filho, que teve como uma das primeiras missões desestabilizar e desarmar a Brigada Militar e os Corpos Provisórios. Para que as ordens fossem cumpridas, tropas do exército se concentraram em Porto Alegre, provenientes de outras regiões e na divisa com Santa Catarina. Discordando da política de

---

<sup>397</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 765, ano XI, 24 fev. 1941. p. 01.

<sup>398</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 50-51.

<sup>399</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 196-205.

Vargas e para evitar a violência, Flores da Cunha exilou-se no Uruguai<sup>400</sup>.

*O Nacional*, em nota no ano de 1938, ressaltou a atuação de Vargas no que se referia às Forças Armadas do Brasil. Assim, de acordo com a manchete anunciada, elevava textualmente a figura de Vargas:

Palavras do sr. Getúlio Vargas. Rio, 12 (N)- Discursando, por ocasião da inauguração das novas instalações da escola naval, o sr. Getúlio Vargas afirmou estar empenhado na reconstituição do poderio naval da nação e apelou em favor da continuação dos trabalhos para o erguimento da marinha. Frisou: **“Não nos deixemos impressionar pelos descontentes profissionais, pelos conspiratas e pelos golpistas”**. Acentuou que o momento é de decisão e de luta. Cada um deve cumprir o seu dever. Ele cumprirá o seu a qualquer preço<sup>401</sup>. (grifos nosso).

A análise apresentada revela aspectos de poder pela força que repercutem no campo político, produzindo momentos de confronto entre as classes sociais e o governo. Estamos diante de um processo fundamental da formação do poder pela força bruta, pois o exercício legítimo do poder confere autoridade e é certo que é no político que se forma o poder. Com base nesses pressupostos Baczko explica:

O poder político cerca-se de representações coletivas e que para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico e garante-se a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada razão pela qual se constituem em objeto de lutas e conflitos. [...] ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima uma ordem, qualquer sociedade instala também guardiões do sistema que dispõe de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos<sup>402</sup>.

Cabe aqui referir o exposto por Fairclough: “Discursos são elementos táticos que operam no campo de relações de força, podem existir diferente discursos e mesmo contraditórios na mesma estratégia, podem circular sem mudar sua forma de uma estratégia a

<sup>400</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 97.

<sup>401</sup> O NACIONAL. *Passo Fundo*, n. 3021, ano XIII, 13 jun. 1938. p. 1.

<sup>402</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986. v. 5, apud: FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 142.

outra que seja oposta”<sup>403</sup>.

Sucedendo Daltro Filho, foi nomeado como interventor do Rio Grande do Sul o coronel Cordeiro de Farias, cujo plano de governo enfatizava a campanha nacionalista, que, juntamente com outros interesses internos dos estados, iria interferir significativamente nas zonas coloniais. Salientamos que a política de nacionalização da época aterrorizou os teutos e italianos, especialmente pelos atos de repressão político-policial efetuados pelo Departamento de Ordem Social e Política (DOPS) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>404</sup>.

Nesse sentido, a campanha nacionalista fechou todas as escolas de língua alemã e italianas, estas últimas em menor número, substituindo-as por escolas de língua portuguesa. Sob o comando de Aurélio Py e Plínio Brasil Milano, a polícia cometeu atrocidades, sobretudo após 1942. Deflagrou-se, assim, o processo de nacionalismo, em cuja base se encontrava a percepção das contradições geradas com a dependência externa, a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à realidade brasileira e a ampla utilização dos recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado.

No ano de 1938, freqüentemente, os jornais da região divulgavam eventos, a exemplo da Semana da Pátria, acompanhados de pronunciamentos de Vargas, de modo a reacender no espírito do povo intenções da elite política de submissão. Nesse sentido, a edição de *O Nacional* de 9 de setembro de 1938 anunciou

**Falou ao País o sr. Getúlio Vargas. Rio, 9 (N)- Encerrando a semana da pátria, falou, pela voz do Brasil, através de todas as emissoras nacionais, o sr. Getúlio Vargas. Entre outras coisas disse o presidente que a pátria não é apenas uma extensão territorial, mas principalmente a comunidade moral e afetiva do povo. Expôs, a seguir, a obra feita pelo Estado Novo mostrando as necessidades do aprimoramento da raça, pelo preparo físico e cultural nas novas gerações. Disse que as comemorações anuais da pátria e da raça prosseguirão como um penhor do revigoramento da mocidade nacional**<sup>405</sup>. (grifos nosso).

No Estado Novo, o uso de símbolos, tornou-se uma constante e, dentre os mais explorados, encontravam-se a bandeira brasileira e a figura de Vargas como forma de

<sup>403</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 1993. p. 130.

<sup>404</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 97.

<sup>405</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 3095, ano XIII, 9 set. 1938. p.1.

representação visual. Assim relata Capelato:

Muito significativo é o cartaz onde se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde, e no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado, estão os dizeres “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande Trindade Nacional: Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso Chefe”. A referência à simbologia cristã da Santíssima Trindade é clara: a sacralização dos símbolos garante maior força à imagem<sup>406</sup>.

Registramos também que a imprensa situacionista tinha o intento de reacender no espírito do povo intenções da elite política, ou seja, intenções de submeter o povo à obediência do novo regime. Criou-se, portanto, a necessidade do mito político, que, para Félix “deveria ser constantemente repetido enquanto forma de dizer algo”. Para Pierre Ansart,

toda a sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui identidades e papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas como as sociedades sem escrita produzem estes imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais se autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores.<sup>407</sup>

Na comemoração da passagem do primeiro aniversário do Estado Novo, *O Nacional* divulgou na primeira página uma entrevista de Vargas, na qual ele se referia ao Estado Novo da seguinte forma:

O sr. Getúlio Vargas concedeu uma entrevista coletiva. Rio, 11 (N)- **O sr. Getúlio Vargas comemorando a passagem do primeiro aniversário do novo regime**, concedeu uma entrevista coletiva aos jornalistas, falando longamente sobre o momento nacional, passando em revista os aspectos políticos, econômicos e financeiro do País, durante o ano governamental que passou sob o novo regime. **Expôs o plano quinquenal elaborado, o qual deverá ser aprovado em janeiro próximo por uma conferência nacional de interventores**<sup>408</sup>. (grifos nosso).

O discurso do jornal pretendia demonstrar que a elite representada por Vargas e pelos interventores mantinha uma posição definida perante as questões políticas e econômicas, mas também buscava manter o poder e consolidar seus interesses, tanto se utilizando da força

<sup>406</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998. p. 48.

<sup>407</sup> ANSART, Pierre. Ideologias, conflictos y poder. Apud: FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 145.

<sup>408</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 3146, ano XIII, 11 nov. 1938. p.1.

quanto das representações mentais. Para Félix, “o uso da memória consolida a identidade, gerando a identificação entre o chefe político e o povo. O reconhecimento se dá pela legitimidade da ordem estabelecida chegando a ponto de que a manutenção das instituições é aceita como evidência em fatos”<sup>409</sup>.

Destacamos que durante a vigência do Estado Novo, como discorremos anteriormente, o assunto predileto dos jornais era enfatizar, por meio de manchetes, as realizações do mesmo, com ênfase na campanha nacionalista. A esse respeito, o *Jornal da Serra* de 11 de novembro de 1939 trouxe uma nota sobre o novo regime e a passagem de mais um aniversário, aludindo também aos atos patrióticos exercidos por Vargas pelo bem do Brasil. De acordo com o periódico:

**Transcorreu ontem o segundo aniversário da promulgação da Constituição de 10 de novembro**, com a qual foi instituído o Estado Novo no Brasil pelo sr. Getúlio Vargas. O regime imperante desde 89, cedendo as maquinações da política interesseira e pessoal, tornara-se ineficiente na atualidade conturbada que estamos vivendo, encaminhando o país para o caos e a destruição. Não dispunha dos elementos de controle indispensáveis, para reagir contra a irrupção de ideologias importadas. O poder público estava debilitado, sua ação se tornará impotente para dominar a arremetida de elementos audaciosos que recebiam a senha de fora. A última campanha presidencial encaminhava-se para uma solução revolucionária, sem vantagem alguma para a nação, que se aliará da disputa eleitoral. **Foi bem pesando suas responsabilidades de chefe de governo que o atual presidente da República implantou o Estado Novo, encaminhando o Brasil para os seus verdadeiros destinos de nação livre e cônica de seus direitos e deveres.** Amparado pelas forças armadas de terra, mar e ar e contando com o apoio decidido da nação, o dr. Getúlio Vargas promulgou a constituição de 10 de novembro. A Carta Magna deu, inspirada na realidade nacional, coesão e força no governo para poder enfrentar resolutamente as forças dissolventes que tramavam contra o Brasil. Fomentando a economia, melhorando a situação financeira, incentivando novas indústrias, dando eficiência as forças armadas, **o Estado Novo vem cumprindo a risca seu grandioso programa administrativo, valorizando os municípios dessa grandiosa nação, encaminhando o Brasil para uma situação de paz, ordem, trabalho e riqueza, sob a direção patriótica, serena, elevada e enérgica do sr. Getúlio Vargas**<sup>410</sup>. (grifos nosso).

A partir do relato do *Jornal da Serra*, percebemos que ele toma posição retrospectiva para justificar posição favorável a Getúlio Vargas, certamente sem esquecer que estava sob rígida censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O jornal utilizou-se do símbolo como instrumento de comunicação e exaltou as virtudes morais do homem político. Para tanto, corroborou Bourdieu ao salientar a “pureza de intenções e desinteresse pessoal, o

<sup>409</sup> FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 144.

<sup>410</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 576, ano IX, 11 nov. 1939. p. 01.

bem público em detrimento dos interesses individuais e o reconhecimento do poder do líder”<sup>411</sup>.

Capelato salienta que textos de inúmeros tipos foram escritos para enaltecer a figura de Vargas e também sua administração. Neles a imagem do chefe era delineada com base em atributos altamente positivos, que o transformavam em um ser fora do comum, fadado à missão libertadora que seu tempo lhe reservara<sup>412</sup>.

Outro aspecto que ganhou importância no Estado Novo foi o referente à valorização dos municípios, na medida em que no decorrer desse período desenhou-se um outro enfoque, a partir do qual se estabeleceu uma nova hierarquia entre as esferas do poder, ou seja, o enfraquecimento das esfera estadual em relação às esferas federal e municipal. Reconheceu-se que o município se constituía na base da organização política nacional, integrada à política centralizadora do mercado nacional. Os autores consultados demonstram a consciência do atraso econômico, da desorganização administrativa, da influência das elites locais articuladas com as estaduais e com a falta de uma política tributária que proporcionasse autonomia financeira aos municípios<sup>413</sup>.

Nesse contexto situamos a Constituição de 1937, que enfatizou a autonomia municipal e procurou justificar a tutela político-administrativa que a Carta política legalizara, demonstrando que o conteúdo da tutela era novo no país<sup>414</sup>. Em nível local, após a decretação do Estado Novo, mais especificamente em janeiro de 1937, através do jornal *A Federação* temos notícia dos corpos provisórios no Rio Grande do Sul, bem como de um depoimento a respeito da comissão diretora do PRL de Carazinho. Assim relatou o jornal:

[...] recebemos de Carazinho o telegrama abaixo a propósito ainda das recentes **declarações do sr. Alberto Pasqualini sobre os corpos provisórios deste Estado**: Carazinho, 21 – em fase da questão dos provisórios, está comissão diretora, cumpre o dever de esclarecer o caso de Serafim Moura de Assis, presentemente em Soledade, e que possivelmente será explorado pelo irrequieto vereador Pasqualini, **que em 1932 procurava, inutilmente, ligações para perturbar a ordem, aliciando adeptos para derrubar o Governo Federal**. Nessa ocasião o vereador Pasqualini, apelava justamente pela facilidade **dos gaúchos se reunirem em corpos provisórios inaugurados pelo seu atual chefe Borges de Medeiros**, no sentido de

<sup>411</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 185-187.

<sup>412</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 257.

<sup>413</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 76.

<sup>414</sup> PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M. K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Política brasileira*: regimes, partidos e grupos de pressão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 61-64.



perturbarem a ordem derrubando o Governo, que esta criação idealizada pelo dr. Borges de Medeiros teve seu êxito garantido justamente pela defesa dos postulados da ordem e das instituições. Viu com profundo despeito que os malsinados provisórios formavam ao lado da ordem e das instituições do Brasil, opondo-se ao desencadeamento da anarquia. No caso em tela, o sr. Mauro Assis veio a este município para organizar turmas para as estradas de rodagem que ligam essa vila a Não-Me-Toque. **A oposição que desenvolvemos foi ao homem, não ao fim.** A estrada estadual cumpria ao Estado fazê-la de vez que nos ligava ao município de Soledade. **Não nos convinha o sr. Moura Assis dada as suas ligações com pequeno número de descontentes liberais que aliados aos correligionários do sr. Pasqualini combatiam a candidatura liberal a prefeito.** Esta foi a razão porque se os governos precisarem de elementos para se manterem não será necessário aliciarem cem ou cento e poucos homens para comporem estradas. Os ex-provisórios que neste município atinge alguns milhares, estarão prontos a seguir o benemérito Governo do estado, em defesa da ordem e da legalidade. É preciso que o tráfego Pasqualini, **saiba que aqui no interior do Rio Grande tão provisório é o caboclo, sem bens e sem destino como o alto funcionário, criador ou proprietário.** E o sr. Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha que já foram provisórios, sabem bem disso, sem necessidade que os esclareça o sr. Pasqualini, cuja atividade se circunscreveu as batidas da policia a seu ninho da rua da misericórdia, nessa capital. Eis o nosso depoimento no caso. Cordiais saudações – Albino Hillebrand, Paulo Coutinho, Pery de Pádua, dr. Eurico Araújo<sup>415</sup>. (grifos nosso).

Dessa forma, percebemos que no cenário político carazinhense, as elites políticas rebelaram-se contra a aceitação de nomes, não contra as ações que eles representavam, demonstrando, mais uma vez, que os conflitos e interesses políticos sempre se sobrepuseram aos demais, especialmente na preservação de cargos e nomes prédeterminados, e na manutenção do poder daqueles que já haviam se acostumado ao mesmo e eram velhos atores do cenário político.

## 2.6 Composição das elites

Embora existam diversidades de interpretações entre os estudiosos, a composição das elites brasileiras a partir da Revolução de 1930 reflete a leitura do significado político apontando em duas direções: reflexo dos interesses emergentes da classe média e tentativa de instauração da dominação burguesa no país. A segunda hipótese tem sido vista como a mais próxima dos anseios nacionais da época, pois congregava um expressivo número de empresários e industriais, que tinham o poder de decidir em alguns dos mais importantes

---

<sup>415</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 20, ano XLIII, 23 jan. 1937. p. 05.

segmentos estatais<sup>416</sup>. Evidentemente, a Revolução de 1930 anunciou um período no qual ocorreram muitas transformações no plano econômico e social do país, acelerando a implantação da sociedade industrial.

Analisando o cenário político que permeou a época a partir de 1930, com foco nos acontecimentos que deram suporte ao quadro revolucionário, a ênfase repousa nas origens e no conteúdo oligárquico das cisões regionais, que produziram o movimento e lhe conferiram, em sentido político, um caráter de continuísmo, ou seja, uma seqüência da Velha República, contra a qual se insubordinaram<sup>417</sup>.

A respeito dessa afirmação, encontramos alguns trabalhos tomados como modelo ao longo das leituras, como é o caso da análise realizada por Barbosa Lima Sobrinho, ressaltando a importância das coalizões regionais e da presença oligárquica no jogo sucessório, diminuindo as forças sociais nos conflitos que se sucediam e dando espaço à ocupação formal do Estado pela dissidência oligárquico-revolucionária, que assumira o poder em outubro de 1930. Na mesma linha se encontram os estudos feitos por Virgínio Santa Rosa, para quem as tendências reformistas do tenentismo, após a tomada do poder, mostraram-se desarticuladas entre si, fazendo com que o confronto entre os pólos decisivos - oligarquia e tenentes - assim como o desempenho funcional e a influência de um ou de outro segmento fossem se mostrando enfraquecidas, sem muitas certezas<sup>418</sup>.

Podemos constatar pelo estudo bibliográfico é que sempre esteve presente uma composição heterogênea de interesses, tanto antes como após a Revolução de 1930. A crise ou a ausência de hegemonia no desenrolar desse processo oportunizou o surgimento de um estado de compromisso, na qual a diversidade e a desarticulação dos setores que faziam parte do novo pacto teriam proporcionado um vazio de poder no sistema político. Então, coube ao Estado preencher esse vazio por meio de ações autônomas e personalistas para o momento<sup>419</sup>.

---

<sup>416</sup> CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30* – Seminário Internacional. Brasília: Unb, 1982. p. 12. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>417</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>418</sup> CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30* – Seminário Internacional. Brasília: Unb, 1982. p. 12. (Coleção Temas brasileiros). p. 12.

<sup>419</sup> WEFFORT, Francisco apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30* – Seminário Internacional. Brasília:

Nesse sentido, as alianças formadas na época eram amplas e díspares, em virtude de justaposição dos atores antigos e modernos; por isso, as mudanças aconteciam nas linhas de menor resistência, segundo a concepção dos representantes da modernização conservadora, ou seja, de conformidade com a “conservação deliberada das heranças sociais”. Para tanto, o Estado e seus agentes comandavam as mudanças, criando setores estratégicos e incorporando parcialmente os interesses emergentes que manipulavam. Dessa forma, garantiam a manutenção do sistema adotado na República velha, cuja essência econômico-social permanecia a mesma<sup>420</sup>.

Sem dúvida, quer no “estado de compromisso” que sugere curso transitório às acomodações políticas, quer na “modernização conservadora” que enfatizava a estabilidade social do modelo excludente em meio às mudanças que ocorriam, subentende-se um controle oligárquico decisivo, no sentido de prosseguir a continuidade entre o antigo e o novo regime que acabara de se instalar. Assim, os benefícios da permanência apareceram sob forma da industrialização e da consolidação nacional, embora mantendo uma estrutura antiga, com base na propriedade rural, ou, ainda, na conotação da burguesia agrária, que foi a base para a formação do capitalismo<sup>421</sup>.

Outro fator apontado por Camargo é que houve a renovação de um pacto agrário pelo qual alguns recursos políticos foram ampliados e outros, eliminados, porém as oligarquias permaneceram, defendendo seus interesses, sendo tão somente substituídas por outros nomes. Assim é que o pacto firmado com as novas oligarquias permitiu uma convivência pacífica entre a “oligarquia” e as “massas”<sup>422</sup>.

**[...] as oligarquias desempenharam, no plano político, papel de importância estratégica no processo de transição que se acelera com a Revolução de 1930. Esse processo, conduzido por um Estado centralizador e intervencionista, se faz acompanhar, entre 1930 e 1945, do controle crescente dos recursos de poder regional.** Em troca, verifica-se a absorção dos quadros oligárquicos e de suas parentelas no Estado cartorial, isto é, dentro ou em torno da burocracia do Estado<sup>423</sup>.

---

Unb, 1982. p. 12-14. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>420</sup> MARTINS, Luciano ; REIS Elisa Maria Pereira apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb, 1982. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>421</sup> MARTINS, Luciano ; REIS Elisa Maria Pereira apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb, 1982. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>422</sup> Segundo Hélio Jaguaribe apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: UNB, Coleção Temas Brasileiros, 1982. p. 13.

<sup>423</sup> CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb, 1982. p. 14. (Coleção

(grifos nosso).

A composição das elites, neste estudo, e o seu campo de abrangência são abordados com o intuito de buscarmos as diferenças nas facções políticas. Essa decisão envolve, necessariamente, o posicionamento em relação às questões econômicas, às articulações e cisões políticas regionais, nacionais e locais dos grupos que eram a classe elitista do estado e, assim, eram considerados como classe dominante. Igualmente, devemos levar em conta o fato de as elites se configurarem em alianças políticas, independentemente da facção da qual faziam parte; logo, elas podiam mudar de partido à medida em que mudavam os seus interesses. A decomposição de alguns processos que ocorreram no pós-1930 e que se mostravam contrários aos interesses da elite política teve seu ponto de partida no Rio Grande do Sul, com atritos entre os diferentes grupos políticos formadores da elite política. Essas divergências se deram, sobretudo, no campo ideológico, mas sem desconsiderar que também estiveram relacionadas com o poder político no estado para garantir a apropriação de privilégios.

Adentrando a realidade dos municípios elencados para esta tese, reportamo-nos ao resultado das eleições de 1933 e 1934 em Passo Fundo e Carazinho, detendo-nos na análise dos índices expressos nas tabelas 1, 2 e 3, do Anexo C.

Inicialmente, analisando os dados da eleição para a Constituinte Federal (1933), a elite política do PRL saiu-se vitoriosa em ambos os municípios (Tabela 1). Nas eleições de 1934, para deputação federal (Tabela 2) os percentuais mostram uma disputa acirrada entre os candidatos do Partido Republicano Liberal, vencedores nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, com os candidatos opositoristas pertencentes a Frente Única. Finalmente, também nas eleições de 1934 (Tabela 3), para a deputação estadual, repete-se a preferência dos eleitores regionais, dando vitória para o PRL nos dois municípios, seguidos pelos representantes da Frente Única.

Assim, podemos concluir que tanto em Passo Fundo como em Carazinho as eleições de 1933 caracterizaram-se pelo enfrentamento quase que exclusivo do PRL e da FUG e que as eleições de 1934, tanto para deputado federal como para estadual, foram mais disputadas que

as de 1933, conforme comprovamos pelos percentuais das tabelas 2 e 3 (Anexo C). Mesmo se saindo vencedores, os candidatos do PRL no enfrentamento com os candidatos da FUG, os eleitores tiveram mais opções de votos, ainda que tímidas, demonstrando a presença dos integralistas e dos sem-legenda, como a ala dos descontentes com as chapas majoritárias.

Entretanto, a elite política tanto de Passo Fundo quanto de Carazinho seguiu com os mesmos líderes oligárquicos, acostumados ao poder e ao comando, embora a presença dos Integralistas tenha assinalado que as camadas médias e populares da população estavam se alertando para essa realidade e demonstravam vontade de mudar o curso da história, pois, embora os índices não representassem no contexto geral uma ameaça à dominação do partido oficial, serviam para alertar as elites de que o povo tentava caminhar para novos rumos.

### **2.6.1 A elite política de Passo Fundo**

Em relação à elite política de Passo Fundo, no período compreendido entre 1930 e 1945, escolhemos como pontos de partida a dissolução do Conselho Municipal e a extinção do mandato de “intendente municipal”, pela assinatura do ato n. 484, de 14 de novembro de 1931, pelo interventor federal do Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha. Nessa oportunidade, foi nomeado prefeito de Passo Fundo Henrique Scarpellini Ghezzi, que ocupou ao mesmo tempo a Intendência do município e foi seu primeiro prefeito. Sua gestão foi marcada pela construção da usina elétrica de 800 HP no rio Taquari, que resolveu o antigo problema ligado à geração de energia elétrica, considerado um dos empecilhos para o progresso de Passo Fundo.<sup>424</sup> É importante ressaltar que no Anexo D encontram-se os atores integrantes da elite política passo-fundense, bem como a área de sua atuação no cenário político em nível local. Tentamos localizar esses sujeitos no espaço e no tempo, a que partido político estavam filiados, bem como ano e designação de cada membro que consideramos elite.

---

<sup>424</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). *Jornal ‘Trapeiro dos Pampas’*. *Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores*. Caderno especial. [s.d.].

No ano de 1932, assinalado pela Revolução Constitucionalista, vamos encontrar a forte presença de Nicolau de Araújo Vergueiro, então deputado federal por Passo Fundo, que se mantinha fiel à chefia partidária, sob o comando de Borges de Medeiros, contra Getúlio Vargas e a favor da Constituição. No entanto, em nível local, Vergueiro tentou apaziguar os ânimos revolucionários, impedindo, inclusive, que seus partidários atacassem um trem que vinha de Santa Bárbara com tropas chefiadas por Vazulmiro Dutra, de Palmeira das Missões<sup>425</sup>.

Destacamos no cenário político da época o coronel Vazulmiro Dutra, que buscou conciliar os adversários partidários durante a revolução, inclusive, evitando prisões de opositores políticos, em razão do prestígio destes no município, a exemplo do que já relatamos em relação à prisão de Nicolau Araújo Vergueiro, chefe republicano de Passo Fundo. Em se tratando de Vergueiro, este político se posicionou contra o apoio ao governo central e, portanto, contrário, à Revolução Constitucionalista, fato que o obrigou a solicitar exílio na Argentina de 1933 a 1934.

Com referência as eleições realizadas para a Constituinte Federal, em 1933, saiu-se vencedor o Partido Republicano Liberal, tanto em nível regional quanto no local. Salientamos que Vergueiro, nessa ocasião, chefiava a Frente Única Gaúcha, em oposição ao governo de Flores da Cunha. O PRL, em nível estadual, obteve uma extraordinária vitória, ou seja, mais de cento e trinta mil votos, contra menos de quarenta mil da oposição<sup>426</sup>.

Ainda demonstrando a elite política de Passo fundo, salientamos que entre 1932 a 1934 o prefeito de Passo Fundo foi Armando Araújo Annes, do PRL, forte comerciante da região, que já havia sido intendente Municipal de Passo Fundo, entre 1925 e 1928, pelo PRR, e que no ano de 1933 pedira demissão do cargo de prefeito, a qual não fora aceita por Flores da Cunha. Em 1932 Annes deixou o PRR e filiou-se ao PRL. Entretanto, o personagem Maximiliano de Almeida era coronel e capitalista da região. Entre 1934 e 1935 foi nomeado prefeito municipal de Passo Fundo e pertencia ao PRL. No ano de 1933 pertencera ao Grêmio Nacionalista Flores da Cunha.

---

<sup>425</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

<sup>426</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 64 -135.p.146.

No ano de 1935 foram realizadas eleições para prefeito e vereadores em Passo Fundo, com o Partido Republicano Federal saindo-se vencedor, representado pelo engenheiro da viação férrea Nelson Ehlers, eleito prefeito. Nelson Ehlers se destacou na elite política de Passo Fundo como presidente do Centro Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934 e como prefeito municipal eleito pelo PRL em 1935.

Por sua vez, a Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo, para o período de 17/10/1935 a 06/01/1938, ficou assim constituída: Aparício Lângaro (comerciante, PRL) – presidente; Ernesto Morsch (comerciante e industrialista, PP); Otacílio Ribas Vieira (engenheiro, PRR em 1928 e PRL em 1934); Atílio Della Méa (agrimensor, PP); Arthur Leite (médico, PRL); Arnaldo Sperb (dentista e músico, PRL) e Salatiel Sperry (PRL, destacando-se por pertencer ao Grêmio Flores da Cunha desde 1933 e ocupando a presidência do mesmo e a presidência da Associação Comercial em 1934).

No entanto, diante da instituição do Estado Novo, o governo federal revogou a Constituição Federal, dissolvendo o Congresso, as Assembléias Estaduais e as Câmaras de Vereadores, como já referimos anteriormente; também extinguiu os partidos políticos e suspendeu todas as garantias constitucionais<sup>427</sup>.

Daltro Filho, governador nomeado por Vargas, por sua vez, nomeou Antero Marcelino da Silva Júnior para prefeito municipal no período de 06/01/1938 a 02/03/1938, em substituição a Nelson Pereira Ehlers, que exerceu o cargo de 17/11/1935 a 06/01/1938, voltando novamente à prefeitura em razão da desistência de Antero Marcelino da Silva Júnior, de 02/03/1938 a 20/03/1938. Arthur Ferreira Filho, prefeito nomeado pelo interventor em 14 de março de 1938, assumiu o cargo em 20/03/1938 permanecendo até 17/12/1941. Em 17 de dezembro de 1941 foi nomeado e empossado como prefeito de Passo Fundo Victor Graeff, membro da Comissão Diretora da FUG em 1932 e também da FUG-PRR em 1934, que permaneceu até 24/08/1944. Raul Cauduro foi nomeado para prefeito de Passo Fundo no período de 24/08/1944 a 28/10/1944. Finalmente, para fechar o período delimitado nesta tese, assumiu novamente como prefeito Arthur Ferreira Filho, no período de tempo de 28/10/1944 a 21/11/1945. Este foi considerado um dos “homens fortes” da aliança PSD-PTB que

---

<sup>427</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

governava o país com Getúlio Vargas no poder. Com a queda de Getúlio Vargas, Arthur governou pouco tempo, de 19/12/1946 a 03/02/1947, sendo substituído por Francisco Antonino Xavier de Oliveira para concluir seu mandato.

Salientamos que o Rio Grande do Sul, no espaço temporal de nosso estudo -1930-1945- teve como interventores nomeados pelo presidente Getúlio Vargas: José Antonio Flores da Cunha, no período de 28/11/1930 até 13/04/1935; Manoel de Cerqueira Daltro Filho, de 19/10/1937 a 19/01/1938; Joaquim Maurício Cardoso, interventor interino, por ocasião da morte de Daltro Filho, de 19/01/1938 a 04/03/1938; Osvaldo Cordeiro de Farias, de 04/03/1938 a 11/09/1943, e Ernesto Rodrigues Dornelles, no período compreendido entre 11/09/1943 e 01/11/1945.

### **2.6.2 A elite política de Carazinho**

Carazinho, como já descrevemos, até 1931 pertencia a Passo Fundo e, como tal, a sua elite política era a mesma de seu município-mãe. O povo carazinhense reconhecia na figura de Nicolau de Araújo Vergueiro prestígio e poder político. A partir da elevação à categoria de município do 4º distrito de Passo Fundo, Carazinho precisou se organizar administrativamente de modo a mostrar ao seu povo que fazia jus a nova condição. Então, surgiram as lideranças locais nomes já conhecidos pela sua atuação econômica, social e, sobretudo, política. O novo município teve, inicialmente, Homero Guerra como primeiro prefeito nomeado pelo interventor do estado. Salientamos que no Anexo E registramos os atores integrantes da elite política carazinhense, bem como a sua atuação no cenário político em nível local. Localizamos esses sujeitos no espaço e tempo, sua afiliação política, ano e designação de cada membro que consideramos elite.

No mesmo ano da emancipação do município de Carazinho iniciaram-se as articulações políticas contra o comando de Homero Guerra, demonstrando que um novo quadro de elite política seria o responsável pelo futuro do município recém-emancipado. Nesse sentido, relacionamos os nomes de Alberto Graeff e Octávio Rocha, que fundaram o



Centro Republicano Borges de Medeiros<sup>428</sup> na tentativa de reunir forças contrárias a Homero Guerra. Este, percebendo a intenção de seus opositores, agilizou a fundação de um grêmio político, o Grêmio Republicano Borges de Medeiros<sup>429</sup>, acirrando os ânimos em Carazinho<sup>430</sup>.

Desse modo, em Carazinho formaram-se dois grupos distintos: os que apoiavam Homero Guerra e representavam a elite política situacionista e os contrários a Homero Guerra, formando a ala da “contra-elite”. Nesse cenário, a história registrou muitos conflitos entre as duas facções, até que o próprio Homero Guerra restabeleceu a paz entre os republicanos, o que lhe custou a renúncia ao cargo de prefeito<sup>431</sup>. Mesmo com tal atitude, a permanência de Homero Guerra em Carazinho continuava a provocar desarmonia na região, pelo fato de que ele e Nicolau de Araújo Vergueiro aspiravam à chefia do Partido Republicano Riograndense em nível local. Por isso, Nicolau de Araújo Vergueiro deu seu apoio a José Ivalino Brum<sup>432</sup>.

Com a fundação do PRL em 1932, constituído em sua maioria pelos coronéis republicanos que compunham o PRR, bem como de outros líderes políticos menores, mas que demonstravam interesse em manter os favores oferecidos pelo governo, aos quais já estavam habituados, manteve-se a tradição clientelista, mandonista e coronelista da tradicional política oligárquica. No entanto, o *Jornal da Serra* considerava que “o programa do Partido Republicano Liberal encerrava uma série de princípios, de teses e de compromissos que o colocavam entre as organizações partidárias de adiantado espírito social, econômico e

---

<sup>428</sup> Organização de uma dissidência que procurava reunir políticos contrários a Homero Guerra. Inicia-se nesse momento uma divisão no quadro político de Carazinho. PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 105-108.

<sup>429</sup> Políticos favoráveis a Homero Guerra, prefeito de Carazinho, fundaram o Centro Político, firmando seu apoio para unir os membros republicanos. Ibid. p.106-107.

<sup>430</sup> VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n.], 1980. p. 98-105.

<sup>431</sup> Formada pelo grupo que queria a destituição de Homero Guerra, pois não admitia seu comando no Partido Republicano Riograndense de Carazinho; manobra política do grupo convidando Guerra para presidente honorário do Centro Republicano Borges de Medeiros. O motivo mais latente, porém, foi Flores da Cunha ter exonerado Carazinho de cumprir o pagamento referente à dívida pública com Passo Fundo, que era proveniente dos artigos 4 e 5, que criara o município de Carazinho. Ibid. p.105.

<sup>432</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 112.

político”<sup>433</sup>.

Em Carazinho, o PRL passou a contar com as seguintes lideranças: José Ivalino Brum, João Sorg, Homero Guerra, Salustiano de Pádua, Eurico Araújo, José Kurtz, Laudelino Garcez, Fabio Albuquerque, Germano Napp, Theodoro Figueiredo, Loures e Albuquerque, Fioravante Barlese e Vazulmiro Dutra. Nesse cenário, Homero Guerra, que pertencera ao PRR até 1931, ocupando o cargo de chefe político deste partido no ano de 1932, após a sua fundação, aderiu ao novo partido, tornando-se seu presidente e ocupando mais uma vez o cargo de prefeito de Carazinho, até 1934. Nesse ano, o PRL instalou uma comissão para a indicação do seu nome para dar continuidade ao cargo de prefeito de Carazinho nas eleições que se seguiram<sup>434</sup>.

No entanto, alegando motivos pessoais, Homero Guerra renunciou à presidência da Comissão Executiva do PRL e ao cargo de prefeito de Carazinho, cabendo a Albino Hillebrand dar continuidade ao seu mandato. Em 1935 Hillebrand foi eleito prefeito de Carazinho, apoiado por Homero Guerra, e mesmo sua nomeação tendo causado descontentamento entre os importantes membros do PRL local, contrários àqueles, comprovou que a mesma elite política permanecia sempre no poder, somente alternando cargos<sup>435</sup>.

No contexto das elites políticas de Carazinho destacamos a figura de Canuto de Souza, diretor proprietário do *Jornal da Serra* e partidário de Getúlio Vargas, ferrenho defensor do Partido Republicano Riograndense e sempre contrário às atividades desenvolvidas pelos “floristas”, expressão usada por aquele para se referir aos que apoiavam o governo de Flores da Cunha em Carazinho, na sua visão, apoio subversivo.

Canuto de Souza envolvia-se em todas as articulações políticas de Carazinho, especialmente na escolha dos candidatos a prefeito, contando com o apoio de outro importante líder, Vazulmiro Dutra. Canuto valia-se do periódico de que dispunha para denunciar o que não julgava correto, em sua percepção de republicano. Também em

---

<sup>433</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 154, ano II, 11 dez. 1932. p. 01.

<sup>434</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 154, ano II, 11 dez. 1932. p. 01.

<sup>435</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 263, ano IV, 29 dez. 1934. p. 04.

Carazinho tivemos a fundação do Centro Cívico Getúlio Vargas, com o fim de apoiar as decisões tomadas pelos contrários à administração de Hillebrand, do qual Canuto se tornou presidente<sup>436</sup>. Em consequência desse fato, Canuto de Souza e Artur Fontoura Mota enviaram telegrama informando o Presidente sobre a fundação do Centro.

Na resposta enviada a Canuto de Souza e Artur Fontoura Mota, pôde-se constatar a satisfação expressa por Getúlio Vargas quanto à criação do Centro Cívico com o seu nome: “[...] Acusando recebimento vosso telegrama ontem apraz-me agradecer comunicação patriótica iniciativa dignos conterrâneos fundação esse grêmio. Getúlio Vargas”<sup>437</sup>.

Durante o golpe de 1937 o clima político em Carazinho era extremamente agitado, com a circulação de panfletos cujo conteúdo era de ataque e acusação aos membros da Frente Única e do PRL local. O Centro Cívico Getúlio Vargas, então, enviou um documento solicitando a interferência de Vazulmiro Dutra, subchefe de polícia da 4ª Região (Passo Fundo), quanto às atitudes tomadas pelo prefeito Hillebrand. A entidade, ainda, pedia providências para que a situação política fosse revertida, argumentando que Hillebrand era florista, não getulista; assim, exigia-se a sua demissão<sup>438</sup>.

O documento supracitado pontuava, ainda, sobre a Frente Única e a Dissidência Liberal, que tinham-se feito representar pelos companheiros José Ivalino Brum, Artur Fontoura da Mota, Alcides Albuquerque e Norberto Madureira Coelho no Congresso da Dissidência Liberal realizado na capital do estado; também informava que diversos elementos de representação do situacionismo local tinham ido a Santa Maria quando da estada de Armando de Sales Oliveira para ouvir e aplaudir os ataques lançados contra a política do presidente da República. Deixavam claro que duvidavam da sinceridade dos adesistas de última hora e que eram contra a permanência de Hillebrand na direção administrativa do município; protestavam contra essa situação porque sua permanência nesse posto representaria uma ameaça à estabilidade da nova ordem política surgida no Brasil com a promulgação da nova Carta constitucional.

---

<sup>436</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>437</sup>Ibid.

<sup>438</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

O documento, pelo seu teor agressivo, demonstrava que os integrantes do Centro Cívico não admitiriam a continuidade de Hillebrand, pois isso seria o mesmo que aceitar a convivência com os inimigos de Vazulmiro Dutra no município de Palmeira, onde estes haviam praticado toda sorte de arbitrariedades e tropelias. Acreditando que Vazulmiro Dutra, certamente, não contribuiria para tal acontecimento em Carazinho, os integrantes do Centro Cívico, diziam-se dispostos a cooperar na escolha de um nome para a direção do município, porém que este fosse escolhido entre os elementos que nunca tinham vacilado em apoiar Getúlio Vargas. Comunicavam ainda que, nesse mesmo sentido e com idênticos documentos, iriam se dirigir ao secretariado do estado e ao presidente da República<sup>439</sup>.

No entanto, apesar das adversidades políticas e das pressões sofridas por parte dos governistas, Hillebrand permaneceu no cargo de prefeito até dezembro de 1945, demonstrando que os acordos da Comissão Mista por ocasião da divisão do poder estavam sendo mantidos, uma vez que os dissidentes liberais apoiaram a sua permanência no cargo<sup>440</sup>.

Dessa forma, constatamos que a elite política carazinhense entre 1930 a 1945 se dividiu-se em dois segmentos: os favoráveis ao governo e os contrários, como ocorreu nos demais recantos do país. Por seu turno, nesse período, a vida político-administrativa de Carazinho girou em torno de duas lideranças, sob a forma de prefeito nomeado pelo interventor ou eleito, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Representativo dos prefeitos que estiveram à frente da Prefeitura de Carazinho

Prefeito	Mandato/Início	Término
Homero Guerra	24.02.1931	15.06.1931
Homero Guerra	31.12.1932	01.01.1934
Homero Guerra	01.06.1934	01.11.1934
Homero Guerra	31.07.1935	20.11.1935
Albino Hillebrand	01.01.1934	01.06.1934
Albino Hillebrand	01.11.1934	31.07.1935
Albino Hillebrand	20.11.1935	01.10.1945

Fonte: Dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no *Jornal da Serra*, Carazinho, 1930 a 1945.

Assim, as elites políticas tanto de Passo Fundo como de Carazinho, no período

<sup>439</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>440</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 118.

estudado, demonstraram manter uma certa estabilidade e coerência em seus padrões eleitorais e valorização consistente dos partidos políticos, caracterizando-se por uma forte tradição de autonomia política, de polarização partidária e de precoce capacidade de construir um projeto político original e avançado em termos brasileiros.

O período iniciado com a deposição de Getúlio Vargas, denominado de “período de redemocratização” leva-nos a crer que essa denominação, que se generalizou, foi de certa forma bastante discutível, porque sugeria a idéia de retomada de uma organização política democrática. A principal característica da organização republicana no Brasil era o seu caráter oligárquico. Logo, não podemos falar em restauração da democracia, como pretendiam os que eram contra Getúlio. Além disso, a simples deposição e o afastamento de Vargas do poder não significaram o desmonte imediato das instituições criadas pelo Estado Novo, uma vez que não houve uma alteração expressiva dos quadros políticos administrativos.

Após a análise das elites políticas do Planalto Médio, presentes em Carazinho e Passo Fundo no período compreendido entre 1930 a 1945 concluímos que as mesmas sempre apresentaram a tendência do continuísmo, consagrado por velhas práticas políticas vivenciadas no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e no Planalto Médio após a Revolução de 1930. Percebemos que os poderes locais agiam em consonância com seus interesses, em primeiro lugar, para, só depois, atender aos interesses coletivos. É verdade que o Estado Novo revitalizou mecanismos político-jurídicos com o objetivo de salvaguardar a preservação da estrutura econômico-social nacional, concretizada, sobretudo, em ações marcadas pelas práticas intervencionistas, como foi o caso da nomeação dos prefeitos e do esvaziamento das funções representativas e decisórias do Legislativo.

Entretanto do ponto de vista político, manteve-se intacta a linha continuista e conservadora dos períodos anteriores, conduzindo a que as mesmas elites fossem se perpetuando no poder. Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, o padrão conservador das elites era evidente em todos os municípios gaúchos e a presença da Comissão Mista, decidindo e compartilhando o poder juntamente com os representantes do regime, marcou o quadro político da época delimitada, sempre privilegiando os interesses do maior parceiro de todos: o próprio Estado, que protegia e mantinha nos cargos aqueles que lhe interessavam.

## 2.7 Pontos convergentes e divergentes das elites políticas estaduais e regionais na época

Para estabelecer os pontos divergentes e convergentes das elites políticas estaduais e locais no período de 1930 a 1945 República Nova e o Estado Novo retomamos o contexto nacional, centrando-nos na figura de Getúlio Vargas, que muito pouco realizou em termos de investimento concreto no estado gaúcho, onde a economia continuava embasada na agropecuária.

A partir de 1930 a história do Rio Grande do Sul aproxima-se realmente da história dos demais estados da federação brasileira, no sentido de caminhar numa direção comum, mesmo que imposta. Em 1932, em São Paulo iniciou-se um movimento armado, uma luta pela constitucionalidade do governo de Vargas e pela necessidade de ser elaborada uma nova constituição. Nesse momento os líderes já se dividiam, com Borges posicionando-se contra Getúlio Vargas. O governador do período era Flores da Cunha, caracterizado por uma personalidade forte, que agia somente depois de pensar em todos os prós e contras de suas decisões. Tanto é assim que somente depois de ponderar resolveu apoiar Vargas enviando tropas da Brigada Militar e Corpos Provisórios para lutar fora do estado<sup>441</sup>.

Após a Constituinte de 1934, iniciou-se um processo de crescimento dos movimentos de esquerda e, principalmente, de direita com a Ação Integralista do Brasil de Plínio Salgado. No entanto, esse processo assim como se principiou foi podado com a emergência do Estado Novo em 1937. A partir de 1937, Vargas, juntamente com o Exército, introduziu um regime de força centralizado, disposto a transformar e industrializar o país. As conseqüências de sua política para o Rio Grande do Sul foram várias, principiando pela intervenção federal. O governo indicou como governador do Rio Grande do Sul o general Daltro Filho, que teve como uma das primeiras missões desestabilizar e desarmar a Brigada Militar e os Corpos Provisórios. Vale lembrar que Flores da Cunha, não concordando com a política adotada por Vargas e para amenizar o clima de revolta que se instalara no Rio Grande do Sul, exilou-se no Uruguai. Após a morte de Daltro Filho, o coronel Cordeiro de Farias foi nomeado como

---

<sup>441</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 96.

interventor no Rio Grande do Sul, este ajudou a implantar o plano de governo de Vargas, que tinha como maior foco a campanha nacionalista, pela qual, juntamente com interesses de outros estados, intervinha-se nas zonas coloniais<sup>442</sup>.

A política de nacionalização levou o terror aos colonos teutos e italianos, em razão da repressão político-policial feita pelo Departamento de Ordem Social e Política (DOPS) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por sua vez, em nome da campanha nacionalista foram fechadas todas as escolas de língua alemã e italiana, implantando-se o uso obrigatório da língua portuguesa. Sob o comando de Aurélio Py e Plínio Brasil Milano, a polícia cometeu inúmeras atrocidades, sobretudo no ano de 1942<sup>443</sup>. Nesse sentido, relatou o jornal 'Diário da Manhã,' em 1938:

Foi nacionalizado o ensino no Estado. O importante decreto causou ótima impressão nos círculos intelectuais de Porto Alegre. P. Alegre (D) – O Coronel Cordeiro de Farias, interventor federal no Estado, assinou hoje um decreto nacionalizado o ensino no Estado. Esse decreto causou ótima impressão em todos os círculos intelectuais desta Capital, que vinham de ha muito pleiteando pelas medidas postas em praticas agora pelo atual interventor rio-grandense<sup>444</sup>.

E prosseguia o mesmo jornal no que se refere ao nacionalismo:

Um decreto que extinguirá núcleos estrangeiros. Depois de aprender a falar o idioma do pais poderá aprender qualquer outro idioma. Rio, 7 (D) – Anuncia-se que dentro de poucos dias o sr. Getúlio Vargas, chefe da nação, assinará um importante decreto proibindo, sob penas severas, o funcionamento de núcleos estrangeiros dentro do Brasil. Por esse decreto fica definitivamente esclarecida a situação do ensino do idioma estrangeiro que só será permitido depois que o aluno aprenda o idioma português. Por sua unanimidade a imprensa carioca aplaude a orientação do sr. Getúlio Vargas<sup>445</sup>.

As situações nacional e estadual tiveram repercussão em Passo Fundo e Carazinho, podendo-se assinalar como o primeiro ponto de divergência a emancipação de Carazinho, que dividiu as elites dos dois locais envolvidos, estendendo-se ao interventor estadual da época, Flores da Cunha.

<sup>442</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p. 87-93.

<sup>443</sup> QUEVEDO, op. cit. p. 97.

<sup>444</sup> DIARIO DA MANHA. Passo Fundo, n. 703, ano XIII, 04 abri. 1938. p. 01.

<sup>445</sup> DIARIO DA MANHA. Passo Fundo, n. 703, ano XIII, 07 abri. 1938. p. 01.

As elites políticas, em nível nacional, demonstraram, no período de 1930 a 1945, a reestruturação dos canais de acesso ao poder federal pela inserção de novas práticas e ideologias para governar, das quais se destacou a centralização estatal, na tentativa de anular o excessivo poder regional permitido pela República Velha, bem como a introdução de uma nova organização social, econômica e institucional, com base na industrialização do mercado interno e na urbanização. A política estadual praticada pelo interventor Flores da Cunha deu continuidade ao poder centrado nos setores ligados à agropecuária no poder, em torno dos quais continuava centralizada a classe dominante<sup>446</sup>.

Dessa forma, afirmamos que a crise provocada no Estado oligárquico estabeleceu condições para a centralização política e possibilitou o surgimento da intervenção e regulação econômica estatal no espaço político constituído pelos interesses sociais e seus conflitos. Nesse sentido, surgiu um aparelho econômico centralizado, a partir do qual o Estado passou a atuar sobre os pontos-chave da vida econômica e social, promovendo políticas de caráter nacional impostas a todos<sup>447</sup>.

Nesse contexto, aconteceu o rompimento no Rio Grande do Sul entre Borges de Medeiros e Flores da Cunha, ou seja, entre os dois membros de maior projeção no estado e líderes do PRR. Borges de Medeiros optou pela reconstitucionalização do país, perdendo seus direitos políticos e retirando-se para Pernambuco, e Flores da Cunha manifestou-se publicamente, que sempre ficaria ao lado dos partidos do Rio Grande do Sul. No entanto, quando eclodiu a revolução, surpreendentemente, ele passou a apoiar o Governo Provisório da República<sup>448</sup>. E foi nesse clima gerado pela Revolução Constitucionalista de 1932 que Flores da Cunha ficou sem uma agremiação política que lhe desse sustentação no governo. Para resolver a situação, criou o Partido Republicano Liberal, em 16 de novembro de 1932, abrigoando a maioria do PRR, assim como muitos chefes revolucionários de 1923, 1924, 1925 e 1926 e federalistas insurgentes, que não haviam participado da Aliança Libertadora de Assis

---

<sup>446</sup> Integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 106-107.

<sup>447</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 78.

<sup>448</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.46-50.



Brasil, inconformados com a extinção de seu velho e tradicional partido<sup>449</sup>.

Nesse sentido, salientamos que Flores da Cunha, após enfrentar o grupo político gaúcho dividido na campanha pela reconstitucionalização do país, na qual se tornara o líder nacional, criou o Partido Republicano Liberal. Como não havia mais apoio da diretriz do seu partido, o Partido Republicano Riograndense, fazia-se necessário encontrar outro grupo de apoio que lhe desse suporte em suas ações políticas. Assim com a criação do PRL e o aumento dos efetivos da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, o interventor solidificou a sua posição no estado e também perante as forças de oposição.

### 2.7.1 As divergências em relação à emancipação de Carazinho

As articulações políticas estenderam-se também aos níveis regional e municipal, destacando-se como uma das mais importantes e influentes a questão pós-emancipação de Carazinho. Nesse sentido, todas as investidas emancipacionistas, já amplamente relatadas, encontravam barreiras intransponíveis por parte dos políticos passo-fundenses, liderados por Vergueiro. *O Nacional* dava incondicional apoio à emancipação de Carazinho, como observamos nesta matéria:

[...] esteve o governo do Estado muito pronto a conceder a emancipação de Carazinho tendo se a isso oposto o dr. Nicolau Araújo Vergueiro intendente municipal. A divulgação dessa notícia matou completamente a questão e os carazinhenses ficaram quietos daquela data em diante a respeito de seus pruridos de autonomia. **Agora levantam novamente a sua voz, como sendo a emancipação uma coisa certa.** Ouvimos até que Carazinho só prestigiará urna candidatura municipal, no caso da ida do Dr. Vergueiro para a Câmara, se o candidato se comprometer a não pôr oposição a sua independência. **Parece que os cazinhenses estão dispostos a pôr de parte os meios pacíficos**<sup>450</sup>. (grifos nosso).

No município de Carazinho a repercussão desse desdobramento político levou a que Homero Guerra aderisse ao PRL e, em 1933, assumisse a presidência do partido, bem como se tornasse, novamente, prefeito do município, permanecendo nesse cargo até 1934, quando

<sup>449</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*: biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 64 -135. p. 117-123.

<sup>450</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 522, ano V, 17 jan. 1930. p. 03.

foi indicado para concorrer ao mesmo cargo e, assim, dando continuidade ao trabalho iniciado. A respeito do assunto, o *Jornal da Serra* de 29 de dezembro de 1934 publicou a seguinte nota:

**Por convocação da comissão executiva do PRL local, reuniram-se ontem [...] elementos ligados àquela agremiação partidária, a fim de ser lançada, oficialmente, a candidatura do dr. Homero Guerra ao cargo de Prefeito, a qual fora proposta pelos membros da mesma executiva, com exceção de um, o chefe supremo do partido dominante, que homologou essa indicação.** A fim de representar s. Ex. O sr. Gal. Interventor, na mencionada reunião, chegou ontem a esta vila, acompanhado de seu amanuense, sr. João França, o sr. Cel. Victor Dumoncel Filho, ilustre subchefe da Polícia desta Região, que foi recebido na gare local, pelos seus correligionários e amigos. [...] o orador, depois de expor aos seus correligionários o motivo determinante da reunião, lançou a candidatura do dr. Homero Guerra para o próximo quadriênio constitucional<sup>451</sup>. (grifos nosso).

Constatamos que a maior divergência entre as elites regionais da época estava na questão pró-emancipacionista de Carazinho, destacando Nicolau de Araújo Vergueiro como maior opositor, juntamente com o intendente municipal de Passo Fundo, Henrique Scarpellini Ghezzi. O acordo somente foi firmado quando, em audiência com Flores da Cunha, Vergueiro concordou com a emancipação do vilamento de Carazinho, recebendo em recompensa uma porção do território de Palmeira das Missões<sup>452</sup>.

A perda do município de Carazinho foi agravada com a passagem de Não-Me-Toque à tutela do novo município, pois era grande o reduto eleitoral de Vergueiro. Naquele momento, *O Nacional* expôs de maneira satírica que “Não-Me-Toque é sua inesgotável e obediente fonte eleitoral”. Convém lembrar que, quando por ocasião da eleição intencional, em 16 de setembro de 1928, Vergueiro obtivera<sup>453</sup> a seguinte votação: em Carazinho, 278 votos e, em Não-e-Toque, 451 votos. Portanto, a perda desse distrito para Carazinho abalava muito as pretensões políticas de Vergueiro. Definitivamente, a elevação de Carazinho à categoria de município provocou muito desgaste ao prestígio e poder deste político, pois as críticas prosseguiram intensamente por um longo tempo nos editoriais de *O Nacional*, tentando demonstrar à população que ela não tinha acesso aos mecanismos decisórios da administração municipal.

<sup>451</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 263, ano IV, 29 dez. 1934. p. 04.

<sup>452</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 825, ano VI, 20 jan. 1931. p. 4.

<sup>453</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 825, ano VI, 20 jan. 1931. p. 4.

**O sr, prefeito, ainda imbuído das idéias arcaicas de mando absoluto, resolveu decisivamente pelo nosso povo, sem dignar-se a dar o menor esclarecimento.** (...) Para os nossos governantes atuais, o povo e ainda um agrupamento amorfo, cuja principal função é pagar impostos e votar. Agrupamento que não tem vontade nem discernimento. Ele não precisa saber pois, do orçamento público, não tem nada que ver com a transformação territorial de seu município. É massa bruta. (...) Para não ser oposicionista é preciso aplaudir tudo e aplaudir sem saber de que se trata aplaudir às escuras. (...) **Bendita oposição, patriótica oposição, esperança de um futuro melhor**<sup>454</sup>. (grifos nosso).

E prosseguia o editorial:

**A administração de Passo Fundo** podia, ainda por algum tempo, manter a integridade do território que lhe pertencia, mas a inépcia, má vontade, ou o que quer que seja, concorreu para a insistência das pretensões carazinhenses. **Populosa a povoação de Carazinho, com intenso comércio de madeiras, cereais, banha etc., devia merecer da administração municipal mais carinho, cuidado, sempre reclamado pelos habitantes daquela circunscrição. [...] a culpa de perder, o grande e rico município de Passo Fundo, os seus mais adiantados distritos, foi exclusivamente de sua administração,** que tem exclusivamente cuidado de política, pondo à margem os vitais interesses públicos. [...] Passo Fundo é digno de administração que se interesse mais por seu progresso, por seu desenvolvimento social e econômico, para que amanhã não sofra nova desagregação<sup>455</sup>. (grifos nosso).

Nesse cenário, as divergências políticas regionais também se estendiam às relações políticas entre Vergueiro e Flores da Cunha. Borges de Medeiros fazia considerações públicas que deixavam transparecer a situação ao declarar que “o velho amigo Borges” havia traído Vergueiro, quando contrariara a sua opinião e apoiara a independência de Carazinho. Com isso, Vergueiro se isola de Porto Alegre, mais especificamente, de Flores da Cunha e de Borges de Medeiros<sup>456</sup>.

Em Carazinho, por sua vez, após sua emancipação de Passo Fundo, a mesma comissão pró-emancipacionista, formada por filiados ao Partido Republicano, indicou a pessoa de Homero Guerra como “o moço que é a personificação da modéstia, a frente do novo município, capaz de fazer todos os sacrifícios, de todas as renúncias efetivas, para organizar a futura administração”<sup>457</sup>. Tal afirmação, proveniente de Antonio Loures e Albuquerque, do Partido Libertador, em favor de Homero Guerra representou mais uma derrota para Vergueiro, uma vez que os partidos Republicano e Libertador encontravam-se unidos na

<sup>454</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 826, ano VI, 21 jan. 1931. p. 2.

<sup>455</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 834, ano VI, 26 jan. 1931. p. 1.

<sup>456</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1062, ano VII, 23 out. 1931. p. 2.

<sup>457</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 863, ano VI, 7 mar. 1931. p. 3.

FUG.

Independentemente da informação que o jornal *O Nacional* veiculara em seu editorial, o jogo da linguagem utilizado promovera entre os indivíduos certas relações de luta, colaboração, domínio, sacrifício e dependência. A narrativa não nega a realidade do passado ou a possibilidade de se realizar uma descrição verdadeira dos eventos históricos individuais ou coletivos, tal como pode ser percebido no registro do jornal citado.

A rigor, a representação que o discurso fez da imagem de Homero Guerra colaborou para legitimar o seu poder e conceber modelos para a conduta de seus membros. O reconhecimento e fidelidade foram produzidos pelo capital simbólico. A ação originária do imaginário referia-se ao processo de formação de idéias-imagens de representação coletiva. Nessa concepção, Baczko, salienta que as idéias-imagens são inventadas e elaboradas com materiais tirados de fundo simbólico e possuem uma realidade específica que se encontra em sua própria existência, ou seja, no seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos nas funções múltiplas que elas exercem na vida social<sup>458</sup>.

Novamente nos reportamos a Baczko, para quem

os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora seus objetivos. [...] É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc.<sup>459</sup>.

O processo de construção da identidade é uma luta constante entre as relações objetivas do poder material e simbólico, entre os esquemas práticos, por meio dos quais certos agentes classificam outros agentes e avaliam suas posições, tanto nas relações objetivas como nas estratégias simbólicas de apresentação e de auto-representação, que são perpetuadas por

<sup>458</sup> BACZKO, Bronislaw. *Lês imaginaires sociaux*. Paris: Payot. 1984, apud: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Contexto, v.15, n. 29. 1995. p. 21.

<sup>459</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social* apud: MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 77.

meio do imaginário social.

### 2.7.2 A cisão política em Carazinho e Passo Fundo

Da mesma forma que a emancipação de Carazinho provocou uma profunda mudança política regional e local, a cisão política entre as duas maiores representações políticas gaúchas teve repercussão no mesmo âmbito. A cisão gaúcha em nível estadual ocorreu entre Borges de Medeiros do PRR e Flores da Cunha do PRL, em razão do apoio expresso de Flores da Cunha a Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. O fim desse movimento assinalou o início do processo de constitucionalização<sup>460</sup>.

Albino Hillebrand, em 1935, era candidato a prefeito de Carazinho e contava com o apoio de Homero Guerra. Diante desse desenho político surgiu um grupo de descontentes, que lançou e apoiou a candidatura de Germano Napp. Dentre esses, se destacaram: João Rogrigues Menna Barreto, Laudelino Garcez, Fábio Albuquerque, Hercílio Vargas, Artaxerxes Brum, Artur Fontoura da Motta, A. Loures e Albuquerque, Gomercindo de Pádua, Amoldo Pommerchan, Pedro Carlos Bins, Francisco Teixeira, Honorato Martins de Almeida, Cassiano Ferreira Dorneles, Homero dos Santos, João Carlos Soares, José Antonio dos Santos, Juvenal Ferreira Guimarães, Laurindo de Quadros, João B. Azevedo, Fernando Borges Pimentel, Leoveral Boenas de Quadros, Dovil Peixoto, Zeferino Veríssimo Dorneles, Pompílio Ferreira Guimamães, Ponciano de Quadro, José Ribeiro Breno, Algemiro Duarte Breno, José Ivalino Brum, Firmino Rego, Serafim Rodrigues, Aurélio Duarte Bueno, Pedro Ribeiro Bueno, Juvêncio Duarte Bueno, Honório Machado Neto, Carlos de Pádua Ribeiro, Teobaldo Gomes da Silva, Fioravante Barlese, Raimundo Martins de Quadros, Ernesto José Annoni, Celestino Broch, Antonio Vargas e Heitor Martins Viau<sup>461</sup>.

A intensa pressão exercida pelos componentes do PRL no município de Carazinho, e pelos opositores a Homero Guerra não foi suficiente para que Albino Hillebrand perdesse as eleições. Com a sua posse como prefeito, Carazinho passou a fazer parte do regime legal,

<sup>460</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 117-123.

<sup>461</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 321, ano V, 16 out. 1935. p. 01.

embora tal fato causasse desconforto aos membros destacados do PRL local. Nesse sentido, Colussi observa que a vitória de Hillebrand para prefeito pela Comissão Mista também provocou um clima político de disputas e de denúncias, por parte dos integrantes da Frente Única carazinhense<sup>462</sup>.

As correspondências analisadas, nos reportam aos acontecimentos da época em foco. Nesse sentido, encontramos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, documentos que foram enviados ao interventor federal Daltro Filho, assim como ao secretário do Interior, Maurício Cardoso, contendo argumentos contrários à manutenção de Hillebrand no cargo de prefeito. Os políticos ligados à Frente Única e alguns setores fundamentais da sociedade local manifestavam-se em correspondências às lideranças estaduais denunciando Hillebrand e pedindo sua substituição. Os argumentos usados para tal baseavam-se na ligação de Hillebrand com os floristas, fato detalhado no documento n. 5, enviado a Vazulmiro Dutra, subchefe de polícia da 4ª região (Passo Fundo), com o seguinte conteúdo explicativo:

[...] elementos representativos deste município, que dirigiam as extintas Frente Única e Dissidência liberal em Carazinho, tendo conhecimento **que a ala florista desta Vila**, com a cooperação de um antigo dissidente que a ela se aliou, isolando-se de seus companheiros na cruzada pelo saneamento administrativo deste município, pois que, os componentes daquela ala, como V. S. Flores da Cunha para se oporem aos nobres e elevados intuítos do exmo. sr. Presidente da República, no sentido de restabelecer na alta administração do Estado a moral e o respeito à lei, bem como garantir a ordem, gravemente ameaçada pela situação deposta, da qual aquela ala era forte sustentáculo, tendo conhecimento, **repetimos, que a ala florista** desta vila esforça-se no sentido da conservação do *status quo* da direção administrativa desta comuna, e não se conformando com essa suspeita atitude dos novos adesistas, vêm expor a V. S. as razões porque protestam contra a permanência do atual prefeito [...] protesto este consubstanciado nos itens que se seguem: **1ª- A gente florista que aí está á frente da administração de Carazinho, por ocasião da eleição municipal procedida em Novembro de 1935, em que a Frente Única e a Dissidência Liberal de então apresentam o dissidente sr. Germano Napp, como seu candidato, praticou toda sorte de coações e tropelias para obter a vitória, sendo que para garantir esta, convidou o então sub-chefe de polícia Sr. Victor Dumoncel Filho [...]**<sup>463</sup>. (grifos nosso).

O fragmento transcrito demonstrava a situação vivenciada em nível nacional, apontando para as hostilidades manifestas entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, que respingavam na disputa política regional entre os coronéis Vazulmiro Dutra, de Palmeira das Missões, e Victor Dumoncel Filho, de Santa Bárbara do Sul.

<sup>462</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 115-118.

<sup>463</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

Segundo Soares, Vazulmiro Dutra, membro do PRR, em 1930 apoiou Getúlio Vargas e foi nomeado por Flores da Cunha interventor do município de Palmeira das Missões, tendo participado ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932<sup>464</sup>. No mesmo sentido se manifesta Félix, afirmando que Vazulmiro Dutra mantinha sua sede em Passo Fundo, por volta de 1933, e atuava como coronel e subchefe nesse período, gradativamente alterada em relação ao período borgista, em razão de fatores estruturais e conjunturais em nível nacional e de fatores conjunturais em nível estadual sob a interventoria de Flores da Cunha. A mudança do relacionamento coronelista com a estrutura partidária e as alterações desta e a criação de um novo partido, PRL, limitaram a autonomia local, atrelando a ação dos coronéis cada vez mais ao partido e limitando-os em relação aos seus dependentes, esvaziando o conteúdo coronelista. Vazulmiro Dutra, que havia aderido ao PRL e era subchefe de polícia da região de Passo Fundo, passou a receber correspondências solicitando que interviesse junto ao governo do estado a fim de solucionar problemas partidários, que envolviam as prefeituras e possíveis opositores ao governo de Getúlio Vargas<sup>465</sup>.

Também reforçando as desavenças locais de Carazinho, encontramos num trecho de uma carta redigida por Norberto Madureira Coelho, endereçada a Maurício Cardoso, na qual relatava detalhadamente a situação política local, ao mesmo tempo em que solicitava a sua interferência na questão junto aos demais membros do governo do estado, de modo a conseguirem a substituição do prefeito de Carazinho. Abaixo recortamos um trecho da carta que comprova nossas afirmações:

Como já é em parte do teu conhecimento, os detentores das posições oficiais dali, logo após a implantação do novo regime, pressurosos, como procuradores em causa própria, aderiram, em massa, a nova ordem política **com o fim de manterem-se nos cargos que ocupam, fingindo uma aliança com o Sr. José Ivalino Pessoa Brum, que, como pessoa sendo chefe da dissidência que com eles se acumpliciou**, pois este sr. não levou consigo nenhum dos dissidentes, que ficaram todos conosco. Cabe-me dizer-te que com o movimento de **solidariedade ao eminente sr. Getúlio Vargas em Carazinho, foi iniciado pelos nossos companheiros da antiga Frente Única, em novembro de 1935, quando o nosso comum amigo e dedicado companheiro A. Canuto de Souza entrou em entendimentos com elementos destacados da política paulista, que naquela época, estava inteiramente ao lado do governo federal. Por diversas vezes esse amigo, em momentos bem difíceis, escreveu para aqueles senhores, denunciando as atividades subversivas do então governador deste estado. [...]. Diante pois, do exposto, não me parece justa**

<sup>464</sup> SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira: apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro centenário de sua emancipação*. Bels, [s.l.], 1974. p. 220.

<sup>465</sup> FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 176-177.

**a permanência dos antigos floristas à frente da administração da nossa comuna, motivo por que solicito a tua valiosa interferência junto aos demais membros do Governo do Estado, no de conseguires a substituição do prefeito de Carazinho conforme foi pedido na representação documentada que te foi entregue pelo Canuto<sup>466</sup>. (grifos nosso).**

A propósito da correspondência apresentada no texto, podemos deduzir que Canuto de Souza era partidário de Getúlio Vargas e seguidor dos princípios do Partido Republicano Rio-grandense, posicionando-se contrariamente aos “floristas”, em um melhor entendimento, desfavoravelmente aos que apoiavam o governo de Flores da Cunha em Carazinho, o qual entendia como atitude subversiva.

A carta escrita por Norberto Madureira Coelho e entregue a Maurício Cardoso coincidia com os anseios de Canuto de Souza, que tinha em vista uma rápida definição da situação política de Carazinho em relação à indicação de um nome que deveria substituir o prefeito em exercício. Canuto de Souza, valendo-se do seu prestígio político e como amigo íntimo de Vazulmiro Dutra, confiava no seu poder de comunicação com os dirigentes estaduais e, por isso, tornara-se um porta-voz dos embates e denúncias de seus desafetos políticos. Mas, no caso da Prefeitura de Carazinho, em virtude de demora da definição, outros setores da sociedade se engajaram para pressionar as autoridades estaduais<sup>467</sup>.

Nessa perspectiva, foram enviados inúmeros telegramas para a Interventoria e para a Comissão Mista, os quais davam conta de que as denúncias contra o prefeito eram uma constante. “Uma das razões apresentadas entre os representantes das ditas classes conservadoras foi a filiação de Hillebrand ao PRL”, uma vez que após a extinção dos partidos políticos, o prefeito continuava a se opor às ações de Getúlio Vargas, sob forma de ataques verbais ao Centro Cívico<sup>468</sup> Getúlio Vargas<sup>469</sup>.

A respeito do assunto, para se ter uma idéia da dimensão que tomou, foi enviado ao Presidente da República, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, o documento nº 1, escrito no dia 19 de maio de 1937, que trazia detalhes da fundação de um Centro Cívico em Carazinho,

---

<sup>466</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>467</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 103.

<sup>468</sup> O Centro Cívico Getúlio Vargas também era denominado de Grêmio Cívico Getúlio Vargas. PREFEITURAS MUNICIPAIS, op. cit.

<sup>469</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS, *ibid*.



nos seguintes termos:

[...] fundamos hoje nesta vila Centro Cívico Getúlio Vargas fim prestar decidido apoio honrado, patriótico, criterioso Governo Vossencia, sendo eleita seguinte diretoria: Presidente honra Gal. **Manoel Nascimento Vargas, efetivo Canuto Souza**, primeiro vice **José Ivalino Pessoa Brum**, segundo **Aparicio Nunes**, primeiro secretario **Artur Fontoura Motta (Mota)**, segundo **Rodolfo Honrich**, tesoureiro **Engracio Dias de Menezes**, diretores **Moisés Marcondes, Gomercindo Pádua Norberto Madureira Coelho**. Respeitosas saudações. A. Canuto Souza - Presidente Artur Fontoura Mota - secretario<sup>470</sup>. (grifos nosso).

Vale ressaltar que o teor do documento nº 1, enviado a Vargas, trazia como presidente de honra do Centro Cívico Getúlio Vargas o pai de Getúlio Vargas. O poder simbólico contém a função política de recurso, imposição ou legitimação da dominação, que dão força para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. O poder simbólico, para Bourdieu,<sup>471</sup> baseia-se na crença daquele que acredita e utiliza como recurso para inventar essa credibilidade as representações do mundo. Conforme Chartier<sup>472</sup>, essas representações somente o são realmente a partir do momento em que comandam atos. As representações também guarnecem atitudes à revelia dos agentes sociais.

O documento transcrito denota idéia de submissão e lealdade e ressalta a figura dos feitos e do grande líder, do herói, salvador da pátria. Grijó ressalta que “o grande homem salta à frente na política, conduz com mão-de-ferro, e a idéia da democracia como governo de todos decidindo racionalmente seu destino reduz-se diante da crueldade dos governantes”<sup>473</sup>. Todavia, assinalamos que o dever, a obediência e a lealdade ao grande chefe estão implícitos na concepção dos agentes sociais e o trabalho de representações para mantê-lo é objetivo das elites.

Getúlio governou o país voltado para a industrialização, produção de bens de consumo duráveis, entrada do capital do estrangeiro e, sobretudo, mudanças significativas nas relações trabalhistas, pois a nossa Constituição era ainda a editada em 1891. Para tanto, foi convocada

<sup>470</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>471</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 11.

<sup>472</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989, (Coleção Memória e Sociedade). p. 18.

<sup>473</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. De Aquiles a Pércles: do herói da epopéia ao grande homem da história. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 71.

uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1934, fruto das transformações revolucionárias que se faziam sentir em todo o país. Para a convocação da Constituinte de 1934 influíram decisivamente as pressões dos setores que, mesmo tendo realizado a Revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho estatal. Assim, podemos caracterizar a Constituinte de 1934 “não como um fruto da revolução e sim como uma exigência da contra-revolução”<sup>474</sup>. Logo, a luta pela nova Constituinte funcionou como um pólo aglutinador que reuniu pessoas explicitamente contrárias à Revolução de 1930 até os participantes ativos, dentre os quais os partidários do governo Vargas.

Flores da Cunha enviou um relatório a Getúlio Vargas, o qual foi lido diante da Assembléia Constituinte em 15 de abril de 1935, ressaltando a reconstitucionalização do país, a ordem jurídica e o Código Eleitoral. Vejamos o teor do documento:

**Os anseios gerais pela reconstitucionalização do país, que, logo após a revolução de outubro, começaram a manifestar-se, encontraram em mim, senão o maior, por certo um dos seus mais sinceros defensores, pois sempre considerei o regime discricionário como fase transitória de reajustamento e preparo das condições para a restauração da ordem jurídica. E assim promulgado o Código Eleitoral e convocados os cidadãos para as eleições, não poupei esforços no sentido de assegurar, pela observância da lei, o livre pronunciamento da vontade coletiva. O povo rio-grandense cuja consciência cívica é um padrão de legítimo orgulho para a república, ocorreu em massa aos prélios eleitorais de 3 de maio e 14 de outubro, em nobre demonstração de cultura e patriotismo. Ambas as eleições se processaram com intenso entusiasmo, peculiar à nossa gente e os seus resultados, ratificados pelas duas instâncias da justiça eleitoral, foram a verdadeira e legítima expressão da vontade popular que pela primeira vez em nosso país, realizou essa condição precípua do regime democrático. A Assembléia Constituinte do Estado, eleita em 14 de outubro de 1934, honrou-me com a escolha para primeiro governador constitucional do Rio Grande do Sul<sup>475</sup>. (grifos nosso).**

Em nível regional, constatamos que as Câmaras Municipais de Vereadores foram dissolvidas. Para Trindade, a mobilização social ocorrida entre 1934 e 1935 trouxe várias conseqüências ao Rio Grande do Sul, dentre os quais a reaproximação temporária de Flores da Cunha (PRL) com os frenteunistas. A autonomia estadual de Flores da Cunha era um

<sup>474</sup> GOMES, Ângela Maria de. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 3 ed. 1986. p. 12.

<sup>475</sup> RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e lido perante a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul pelo Interventor Federal General José Antonio Flores da Cunha. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 15 de Abril de 1935. In: *Documentos Governamentais. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS*. Porto Alegre, RS.

obstáculo aos objetivos centralistas de Getúlio<sup>476</sup>.

A exemplo disso, trazemos a lume a reportagem publicada em o *O Nacional* com a intenção de sintetizar o envolvimento do Rio Grande do Sul, no processo de constitucionalização:

Um telegrama enérgico do gal. Flores da Cunha. Que haverá? Rio, 15 (A. B.) – o sr. Simões Lopes, líder da bancada liberal na Constituinte, telegrafou ao general Flores da Cunha, pedindo instruções na situação atual. O gal. Flores respondeu, por telegrama, nestes termos: **“Tudo devemos fazer para manter unidos e solidários os verdadeiros revolucionários. Nosso Estado prestigia a ação do sr. Getúlio Vargas, com o qual marchará haja o que houver.** Está igualmente resolvido não poupar esforços para que a Constituinte desempenhe livremente a alta incumbência que lhe cometeu a soberania nacional. Para afiançar a obra do governo provisório e deliberações da Constituinte, está o Rio Grande disposto a mobilizar todos os seus recursos e reservas, morais e materiais. A ordem deve ser mantida, custe o que custar”<sup>477</sup>. (grifos nosso).

Diante da situação, a oposição justificava suas atitudes relacionando-as à figura do prefeito Hillebrand, pois estava certo de que, pelo fato de não mais pertencer ao PRR, ser um opositor do governo Vargas. Nesse sentido, recorremos a um documento escrito na época que evidencia com clareza a situação:

2º. Quando cogitamos da fundação nesta vila do Centro Cívico “Getúlio Vargas”, os que integravam a Frente Única e a Dissidência Liberal, a comissão executiva do P.R.L. da qual fazia parte o sr. Albino Hillebrand, lançaram um boletim aconselhando seus correligionários a não se alistarem nesse Centro (Doc. nº 1), ao qual nós revidamos com outro boletim (Doc. Nº 2). 3º. **Não obstante tal iniciativa os signatários do presente levaram a efeito a fundação do referido Centro Cívico Getúlio Vargas, tendo em vista unicamente os interesses superiores do país e a garantia da ordem do Rio Grande** como provam a cópia do telegrama em que comunicaram a s.ex. o sr. Presidente da República a fundação do Centro e a cópia da resposta da s.ex. (Dcos. Ns. 3 e 4)<sup>478</sup>. (grifos nosso).

Verificamos o significado do discurso no documento citado, já que a legitimação do discurso é a meta constante dos agentes ou grupos de agentes sociais. Entretanto, a relação de força se dá entre os grupos dominantes, elites, (situação) e os grupos dominantes, considerados de contra-elites, (oposição). O documento clarifica interesses conflitantes, visto

<sup>476</sup> TRINDADE, Hélijo et al. (Org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM, Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980. p. 424.

<sup>477</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1701, ano IX, 8 jan. 1934. p. 01.

<sup>478</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

que, no choque de forças políticas sempre ocorre a eliminação de projetos ou de parte deles, porém acontece também a integração de propostas diferentes que acarretam algo distinto do que havia sido idealizado pelos construtores dessas políticas<sup>479</sup>.

Em julho de 1934, o então prefeito de Passo Fundo, Armando Araújo Annes, solicitou por telegrama, a Flores da Cunha a exoneração do cargo que até então exercia. O motivo alegado foi a divulgação na imprensa local de um telegrama vindo de Porto Alegre, no qual Otacílio Ribas Vieira, ex-engenheiro da Prefeitura de Passo Fundo e demitido de suas funções, comunicava aos companheiros do Partido Católico que fora nomeado dirigente das construções de estrada de rodagem. Tal fato desagradou o prefeito Armando Annes, que imediatamente telegrafou a Flores da Cunha, dando-lhe ciência de sua decisão. Os correligionários de Armando Annes mobilizaram-se e telegrafaram a Flores da Cunha nos seguintes termos:

Causou desagradável impressão entre os membros do PRL o telegrama transmitido dessa capital e publicado na imprensa local, no qual, o dr. Otacílio Ribas [...] que pleiteava a reconstrução da estrada de Marau. **Este fato vem criar grave impasse no seio do PRL, prevendo-se o enfraquecimento do mesmo, caso o interventor mantenha seu ato, o que significaria o definitivo afastamento do sr. Armando Annes, não só do cargo de prefeito como de presidente da executiva local.** Assinado por grande número de liberais foi dirigido a Flores da Cunha o seguinte despacho. “Correligionários e admiradores da figura máscula de V. Exa., valoroso chefe, protestam contra os termos do telegrama enviado pelo sr. Otacílio Ribas a Ludovico Della Méa e publicado na imprensa local. O referido telegrama, por sua vez, é um acinte ao honrado prefeito local, valoroso correligionário nosso e membro acatado de nosso partido, novel, mas grandioso. Lembramos também a V. Exa. A necessidade da permanência no cargo da prefeitura do sr. Armando Annes, porque o momento político atual, com as próximas eleições, o exigem. Com os protestos de solidariedade indefectível<sup>480</sup>. (grifos nosso).

A Frente Única passo-fundense promoveu, em julho de 1934, um comício, tendo por finalidade ratificar a sua posição a favor da volta do regime legal no país. Divulgou na imprensa o seguinte convite:

**A Frente Única convida o povo em geral para o comício a realizar-se, amanhã, domingo, às 4 horas da tarde, na Praça Mal. Floriano, em regozijo pela volta do país ao regime legal.** Por essa ocasião, far-se-ão ouvir os oradores Antonio Bittencourt de Azambuja, João Bigoes, Tenak Wilson de Souza e outros. Passo Fundo, 21 de julho de 1934. A Comissão: João Fagundes de Souza, Ihyran Araújo

<sup>479</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 282.

<sup>480</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1860, ano X, 20 jul. 1934. p. 4.

Bastos, Innocêncio Schleder, Luiz Magalhães, João Carlos Wairich, Tte. Curio de Carvalho e Amador B. Araújo<sup>481</sup>. (grifos nosso).

Em relação ao governo municipal de Passo Fundo, Armando Annes manteve sua posição e passou o cargo para o coronel Maximiliano de Almeida, seu substituto legal, dando prosseguimento ao comando político, concentrado nas mãos do PRL.

Nesse contexto, valemo-nos de *O Nacional*, que veiculou uma notícia na época a respeito da mocidade do Partido Republicano Liberal, a qual enviara uma nota ao município de Passo Fundo chamando atenção para a questão do estatuto político que estava em vigor na Assembléia Nacional, que assegurava a vitória dos autonomistas, crentes na superioridade do princípio federativo e do regime democrático. A nota expunha que a tendência unitarista para os governos fortes não impressionava os novos legisladores do Brasil, pois o que estava se votando na Assembléia Constituinte não eram somente os assuntos inspirados nas declarações de direito consagrados no século XII. Reafirmavam que a democracia era um dogma de fraternidade humana que não envelheceria. Desse modo, a revolução triunfante cumprira, de início, a missão que lhe fora outorgada pelas armas, sancionando um Código Eleitoral a fim de manter a verdade do sufrágio<sup>482</sup>. A nota continuava afirmando

A disposição da mocidade do Partido Republicano Liberal era de manter a lealdade, tanto no passado quanto no presente, bem como continuar lutando pelos ideais democráticos. Eles reconheciam que eram pioneiros dessa causa e afirmavam que a **Região Serrana nunca mereceu dos poderes públicos as atenções a que tinha direito, pela sua situação estratégica, pelo seu esplendor colonial e pelo que ela representa na nossa vida econômica**. Também reconheciam que a região serrana se encontrava afastada dos interesses do litoral e da capital do Estado, devido à deficiência das vias de comunicação. Referindo-se diretamente a Passo Fundo, reconhecidamente um dos maiores centros da atividade industrial e agrícola, superando os demais municípios da região, o mesmo estava sofrendo com esse isolamento do governo. Assim, diante dessas evidências, os jovens participantes do Partido Republicano Liberal reafirmavam a sua condição de soldados desse partido. E diziam ainda em relação ao município, fariam a propaganda partidária, **encarando o adversário como a um irmão, em caminho oposto. A mocidade não tem ódios, nem perfilha dissensões**, já apagadas pelo tempo. Do seio do partido a que pertenciam pretendiam estender a mão a todos os correligionários, mesmo àqueles que aplaudissem a arregimentação que representavam<sup>483</sup>. (grifos nosso).

Os jovens do Partido Republicano Liberal davam conhecimento à comunidade que

<sup>481</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1861, ano X, 21 jul. 1934. p. 1.

<sup>482</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

<sup>483</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

aceitariam os órgãos da ação partidária para que pudessem agir com prudência e segurança; por isso, organizaram o Grande Conselho, único órgão autorizado a falar em nome do partido.

Os membros do Conselho eram designados da seguinte forma: os membros natos (presidente do Grêmio e prefeito municipal, que era a mais alta autoridade do partido). Os demais componentes eram: Artur Caetano, coronel Jorge Pelegrino Castiglione, coronel Quim Cezar, Josino Marques, tenente Eugênio Ferreira da Silva, Manoel Amancio Teixeira, Fernando Goelzer, Arthur Leite, Philomeno Pereira Gomes, Elias Nunes Vieira, Horácio Izaltino da Luz, Anna Theodora da Rocha<sup>484</sup>, Joaquim Lourenço Marcondes, Theodoro Schleder, Lauriano Branco, Galdino Ferreira Custódio, coronel Pedro Lopes de Oliveira, Nabudo Zirbes, Juvenal Trancoso de Brito, Olavo Hahn, João Alves dos Santos Rabello, Amador Cezar Sobrinho, Camillo Suelo, Adriano Sperandio, Amandio de Araújo e Silva, Constancio Soares Leal, Alcides Cezar, João Pedro Barboza do Nascimento.<sup>485</sup>

A nota prosseguia expressando que a mocidade do Partido Republicano Liberal, deixava para as pessoas da comunidade passo-fundense julgar seus atos e confiante de que a resposta das urnas (vitória) seria o julgamento de suas ações. Assinavam a nota, em data de 23 de maio de 1934, os seguintes correligionários: Salathiel Sperry, presidente; Alfredo Loureiro, 1º vice-presidente; Nabuco Zirbes, 2º vice-presidente; Eduardo Barreiro, 3º vice-presidente; Ubaldo Thevenet, 1º secretário; Ivens Pacheco, 2º secretário; Agenor Aguiar, 1º tesoureiro; Theodoro Della Méa, 2º tesoureiro; oradores: João Silveira de Camargo e Cassiano Lima; diretores: Brasileiro Bastos, Eduardo Durgante, Mário Braga Júnior, João Annes Filho, Pedro Vargas, Orlando Ribeiro, Fausto Saraiva, Belisário Saldanha, Anaurelino Albuquerque Costa, Nascimento Rocha, Raphael Jacini, Sílvio Alvigi, Antônio Farias, Gomercindo Silva, Hygino Mariano Salles, Cantídio Lamaison, Pedro Resende, Lilásio Ferrer, Alcides Moura Rocha,

---

<sup>484</sup> Primeira mulher atuante na política passo-fundense. Registre-se que era membro do Conselho da Mocidade do Partido Republicano Liberal. Vale ressaltar que na grande maioria dos casos o ritmo das transformações econômicas é maior que o ritmo das mudanças políticas e sociais. Os instrumentos potenciais para a igualdade política não se difundiram de modo semelhante nos diferentes países do mundo; os grupos da elite do poder sabiam sempre como trabalhar as novas forças políticas de modo que não abalasses seu poder nem sua legitimidade. Nesse sentido, o direito de voto das mulheres viria por decreto do presidente Getúlio Vargas em 1932, porém com a ditadura Vargas a articulação desta reivindicação foi diluída e as mulheres votariam apenas em 1946. AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001. p. 12-20.

<sup>485</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, nº. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

Aristóteles Lima<sup>486</sup>.

Também com base nos textos publicados no jornal *O Nacional*, de julho de 1934, retiramos a informação de que o centro da mocidade frenteunista Waldemar Ripoll, opositorista, após quatro anos de regime ditatorial, conclamava a população para que se mobilizasse em prol da volta da democracia, pela qual o povo brasileiro sempre lutara. Para tanto, reportavam-se a 1930 para avivar a memória de todos quanto à luta travada pelas novas diretrizes político-administrativas da nação. A mocidade, como sempre acontecia nos movimentos cívicos nacionais, participava ativamente de todas as reivindicações do ideário republicano. No entanto, percebia que, passada a euforia da revolução, ao invés da liberdade prometida, presenciava-se o cerceamento da nacionalidade, por meio de ações totalitárias e unilaterais, bem como repressão das manifestações do pensamento<sup>487</sup>.

Prosseguia a manifestação publicada pela mocidade frenteunista colocando que era deplorável assistir aos erros e desmandos do governo ditatorial de 1932, quando a Mocidade de São Paulo, na noite de 9 de julho, fez ecoar seu grito de revolta, conscitando o concurso de todo o Brasil à Guerra pela Constituição. O Rio Grande que se encontrava preso a São Paulo por compromissos de honra, como os de lutar a seu lado pela reconstitucionalização do país, não pudera cumprir com a sua parte, por razões conhecidas por todos. No entanto, **para sua honra, grande número de seus filhos, à frente dos quais avultaram as figuras empolgantes de Borges de Medeiros e Raul Pilla, não permaneceram indiferentes a sorte de São Paulo, valendo-lhes essa atitude as amarguras do exílio e toda sorte de sofrimentos morais.** Porém, São Paulo embora materialmente vencido teve vitoriosa a sua intenção e em nome disso prosseguiu na luta dos ideais populares. Tal idealismo encontra-se consubstanciado na Constituição que estava sendo promulgada, e mesmo que ela não contemplasse todas as necessidades da evolução do povo brasileiro, pelo menos garantia a liberdade de expressão, bem como a abertura de horizontes para a conquista dos anseios populares<sup>488</sup>. (grifos nosso).

A nota reforçava que era mister lembrar a todos a importância que tinha para o Rio Grande do Sul o próximo pleito eleitoral, não só porque dele sairiam os representantes para a elaboração da carta fundamental do Estado, mas também porque era a primeira eleição processada na ordem legal, e quem não estivesse com a Frente-Única não desejaria a grandeza e a felicidade do Rio Grande<sup>489</sup>.

Ainda havia um chamamento para que os simpatizantes se aliassem à Frente-Única e

<sup>486</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, nº. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

<sup>487</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, nº. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

<sup>488</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, nº. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

<sup>489</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, nº. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

elegessem os candidatos por ela apresentados. Dessa forma, poderiam redimir, pelo menos em parte, as tradições de lealdade, bravura e cavalheirismo do povo gaúcho, dos erros e crimes contra as liberdades públicas perpetrados durante a ditadura. A nota vinha datada de 21 de julho de 1934 e assinada pelos seguintes atores políticos: Tenack Wilson de Souza, Gelson Ribeiro, Nativo Oliveira, Ribeiro Weimann, Wenceslau Silveira, Bernabé Olmedo, Brigido Miranda, Mauro Pinheiro Machado, Aurélio Willig, Frederico Daudt, Gomercindo dos Reis, Dino Lângaro, Valdemar Lângaro, James Xavier, João Carlos Waihrick, Júlio Paim, João Corrêa Borges, Jota Cúrio de Carvalho, Fredolim Paim, Urbano Ribas, Adroaldo Amaral, Frederico Graeff Filho, Romeu Azeredo, Djalma Cúrio de Carvalho, Victorio Dinardo, Mário Schell, Mário Silveira, Érico Lourenço da Silva, Agiberto Ramos da Silva, Mansur Sfair, Onildo Gomide<sup>490</sup>.

Em Carazinho, o clima político apresentava-se cada vez mais agitado, pois os ânimos tinham se acirrado mesmo antes da intervenção federal no Rio Grande do Sul, com a divulgação de panfletos com conteúdo agressivos aos membros da Frente Única, bem como do PRL. Por ocasião do golpe de 1937, intensificaram-se as relações dos poderes locais, em virtude da manutenção da prática do coronelismo, fato que pode ser comprovado com o texto, enviado pelo Centro Cívico Getúlio Vargas, a Vazulmiro Dutra, na condição de subchefe da 4ª Região, sediada em Passo Fundo, relatando as atitudes do prefeito, bem como solicitando providências para contornar o conflito político instalado. O texto do documento referia:

[...] o atual prefeito e sua “entourage,” achavam-se intimamente ligados com a situação deposta no Rio Grande em 16 de outubro último, além de telegramas violentos em que era atacada a conduta do Presidente da República no que se referia à política do Rio Grande, incarnada da pessoa de Flores da Cunha, prova o fato dessa corrente haver-se feito representar no congresso do PRL que proclamou a falecida candidatura de Armando de Sales Oliveira. Ainda nas vésperas do desfecho de 16 de outubro, o **Albino Hillebrand em nome da executiva de que fazia parte, endereçou um telegrama a Flores da Cunha hipotecando solidariedade em qualquer terreno e no qual se continham graves as sacadilhas ao Presidente da República.** Convém ainda lembrar ao Sub-Chefe de Polícia, que naquele congresso os elementos que compunham a DL da qual V.S. era um dos elementos mais destacados, foram expulsos do PRL, com aplausos dos homens que hoje querem continuar dirigindo este município[...]<sup>491</sup>. (grifos nosso).

No quadro de desavenças políticas entre os partidos em Carazinho, o texto acima

<sup>490</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

<sup>491</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.



clarificava que Frente Única e Dissidência Liberal, representadas por José Ivalino Brum, Artur Fontoura da Mota, Alcides Albuquerque e Norberto Madureira Coelho, tinham comparecido ao Congresso da Dissidência Liberal, em Porto Alegre, bem como participado de uma reunião realizada em Santa Maria quando da estada de Armando de Sales Oliveira, integrando-se aos que lá estavam para ouvir e aplaudir os ataques feitos à política de Getúlio Vargas. Igualmente, colocavam em dúvida a sinceridade dos políticos que haviam concordado, nas últimas horas, com a permanência de Hillebrand na direção administrativa do município, argumentando que tal situação poderia comprometer a estabilidade da nova ordem política surgida no Brasil a partir da promulgação da nova Carta constitucional. Sintetizando, os componentes do Centro Cívico, opunham-se à continuidade de Hillebrand, uma vez que tal fato seria o mesmo que aceitar a continuidade dos inimigos de Vazulmiro Dutra no município de Palmeira, onde estes haviam praticado toda sorte de arbitrariedades e tropelias<sup>492</sup>.

Após a decretação do Estado Novo as rivalidades interelitárias intensificaram-se. A ditadura incitou os enfrentamentos políticos na região, repetindo as divergências de âmbito estadual, especialmente entre os remanescentes do PRR de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e do PRL de Flores da Cunha, forte opositor de Getúlio Vargas. Registrou-se, inclusive, uma mobilização política contra a manutenção do prefeito Hillebrand, por ser apoiador de Flores da Cunha. Inclusive, o prefeito de Carazinho fez uma campanha entre seus companheiros para que aderissem ao Grêmio Cívico Getúlio Vargas. Para tanto, valeu-se de boletins distribuídos em Carazinho, como o n. 3, direcionado ao PRL de Carazinho, com o seguinte teor:

Ao Partido Republicano Liberal de Carazinho. Correndo nesta vila uma lista de adesões a um grêmio político denominado “Getúlio Vargas” julgamos de nosso dever esclarecer aos nossos correligionários **que se trata de uma iniciativa dos nossos adversários da “Frente Única”, solidarizada com elementos da dissidência do nosso partido ambos fragorosamente derrotados na última eleição municipal.** Esta Comissão Diretora solicita aos seus devotados correligionários que se abstenham de assinar tal lista, aguardando o congresso do Partido que se realizará a 24 do corrente em Porto Alegre, o qual fixará as diretrizes do partido. A Comissão Diretora do P.R.L. Albino Hillebrand, Dr. Eurico Araújo, Pery S. de Pádua, Paulo Coutinho<sup>493</sup>. (grifos nosso).

Diante do texto do documento do PRL, os integrantes do Grêmio Cívico Getúlio

<sup>492</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>493</sup> Ibid.

Vargas expediram o Boletim Documento n° 4, em 21 de maio de 1937, trazendo as assinaturas de Canuto de Souza e de Artur Fontoura da Mota, conforme segue o texto:

**[...] cumpre-nos dizer, alto e bom som, que não intimamos ninguém a aderir ao Grêmio que fundamos para prestar nosso apoio decidido a atuação patriótica do eminente gaúcho que dirige, com rara envergadura moral e grande visão de estadista, os destinos gloriosos do Brasil, tomando enérgicas medidas para evitar a perturbação da ordem.** [...] Quanto a já tão ansiosa vitória que invocam, ela foi muito menos expressiva e fragorosa e de conseqüências muitíssimo menores do que a que a Dissidência e a Frente Única acabam de infringir ao PRL, na recente eleição da Assembléia Legislativa [...]<sup>494</sup>. (grifos nosso).

Hillebrand permaneceu no cargo de prefeito de Carazinho até dezembro de 1945, honrando os acordos feitos com a Comissão Mista e demonstrando que a dissidência liberal continuava apoiando a sua permanência no cargo, mesmo diante das divergências surgidas.

Em relação ao papel desempenhado pela Comissão Mista no estado do Rio Grande do Sul, esta demonstrava o quanto o poder conservador permanecia forte entre os gaúchos, pois a Comissão decidia e compartilhava conjuntamente com os representantes do regime, assinalando, assim, o quadro político no estado. As repercussões do projeto governamental e dos interesses tradicionais nos municípios gaúchos demonstravam que os interesses locais muitas vezes se contrapunham às diretrizes do Estado Novo, as quais privilegiavam os grupos que permaneciam apoiando as ações propostas pelo Estado. Isso nos leva a afirmar que a oligarquia gaúcha e os poderes públicos municipais foram cooptados pelas forças de coesão ou de coerção tuteladas pelo Estado Novo, bem como pela pressão ou aceitação de acordos preestabelecidos.

Nesse ponto vale lembrar Rémond, para quem o político possui características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista; mantém relações com os outros domínios, uma vez que se une por laços a todos os outros aspectos da vida coletiva. Igualmente, o político não se constitui em alguém separado. É uma modalidade da prática social e apodera-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva ou do

---

<sup>494</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos<sup>495</sup>.

A teorização de Rémond pode ser constatada pelos fatos ocorridos com a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, inspirada nos moldes fascistas europeus, que institucionalizava o regime ditatorial, iniciando o chamado Estado Novo. A partir daí, para atender aos anseios de uma minoria, a Constituição instituiu, dentre outras novidades, a supressão da liberdade partidária, bem como anulou a independência que havia entre os poderes e a autonomia federativa. Também suspendeu a imunidade parlamentar, permitiu a prisão e o exílio dos opositores ao novo regime e a eleição indireta para presidente da República, com um mandato de seis anos<sup>496</sup>.

O *Jornal da Serra* destacou essas inovações no cenário político-administrativo nacional dando ênfase às repercussões regional e local. Destacasse duas importantes: a extinção dos partidos políticos existentes até então no Brasil e a acumulação remunerada, colocando um ponto final nas atividades ligadas ao integralismo. Prosseguia o jornal relatando que as agremiações partidárias poderiam se transformar em sociedades civis com fins culturais e desportivos, mas, para tanto, teriam de mudar o nome adotado até então e não poderiam usar símbolos que as identificassem<sup>497</sup>.

O *Jornal da Serra*<sup>498</sup>, mencionando o teor da entrevista coletiva concedida por Getúlio Vargas, abordava a reforma da Constituição de 1937. Dentre suas declarações destacamos as razões mencionadas pelo presidente, para justificar o golpe do Estado Novo, atribuindo-o, dentre outros motivos, à violência do levante comunista de 1935, que abalara a índole pacífica do povo brasileiro, além de ter causado um profundo golpe nas classes conservadores. Assim, temia outros movimentos semelhantes e estava convencido de que a democracia liberal não tinha capacidade defensiva, bem como que existia uma fragmentação partidária das arregimentações estaduais, sem programas consistentes. Tal fato era agravado pela ausência de convicções, definidas em grandes grupos, tais como os industriais, comerciantes e agricultores; assim, havia se criado um clima favorável à expansão de ideologias opostas, que

---

<sup>495</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Richa. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 13-36.

<sup>496</sup> História do Brasil. *BRASIL: Constituição Brasileira de 1937*. 7. ed. Almanaque Abril. Rio de Janeiro: Abril, 2000. 1 CD-ROM.

<sup>497</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1380, ano XV, 7 mar. 1945. p. 04.

<sup>498</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1380, ano XV, 7 mar. 1945. p. 04.

se tornariam ações internacionais depois de vitoriosas na Itália, com o fascismo, e na Alemanha, com o nazismo, penetrando no Brasil sob a égide de um novo partido: o integralismo. Os adeptos aproveitaram habilmente a ação contra o comunismo, nos sentidos cultural e político, passando a desenvolver intensa atividade totalitária nos meios conservadores, agitando a mocidade das escolas e impressionando os espíritos religiosos e as consciências patrióticas com o lema “Deus Pátria e Família”.

Abordando o clima político reinante na época em estudo, Love<sup>499</sup> pondera que, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, proclamando o nascimento do Estado Novo e iniciando a governar por decreto, também se autorizou a nomear interventores, centralizando ainda mais em si as decisões políticas e dando ênfase às suas aspirações nacionalistas. Vargas praticou outros atos indefensáveis, tais como a queima das bandeiras estaduais em cerimônias simbólicas, além da designação de oficiais militares para o preenchimento de postos civis. Dessa forma, o Getúlio Vargas dessa época mostrava-se bastante diferente daquele que defendera a democracia liberal e o federalismo, agindo tal qual “um centralista e nacionalista de tipo autoritário”.

No dizer de Chacon<sup>500</sup>, Getúlio Vargas, ao extinguir as agremiações partidárias registradas nos extintos Tribunais da Justiça Eleitoral “tentava enfraquecer a comunhão nacional e causava mal ao Brasil”. Conforme o *Noticioso*<sup>501</sup>, os brasileiros, desde os tempos do Império, viviam em luta constante, ininterrupta, num desperdício de energias, num entrechoque de odiosidades, ofendidos, fraudando a lei, negando capacidades, sendo violentos e injustos, objetivando interesses facciosos e vantagens secundárias, sem se preocupar, realmente, com a grandeza da pátria. Esta era cerceada no seu desenvolvimento progressivo, sem a liberdade para conquistar o futuro, logo, impedida de atingir as finalidades patrióticas, pois somente na união e fraternidade do povo é que poderia ser alcançado o engrandecimento moral e material do Brasil.

---

<sup>499</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 273.

<sup>500</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 141.

<sup>501</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

### **2.7.3 As divergências provocadas pelas eleições no Estado Novo**

Como descrevemos anteriormente, no Estado Novo o decreto de extinção dos partidos não foi taxativo sobre o futuro político dos partidos. Ficava proibida até a promulgação da lei eleitoral a organização de partidos políticos, podendo os existentes continuar a funcionar como sociedades civis para fins culturais, beneficentes ou desportivos. Embora todas as obras consultadas destaquem a extinção dos partidos políticos, verificamos que, nos âmbitos regional e local, os partidos políticos continuavam se articulando sob a bandeira da Comissão Mista, que apoiava Getúlio Vargas; em nível nacional, buscavam se articular por meio de sindicatos, unindo-se por categorias profissionais.

As divergências por ocasião das eleições no período do Estado Novo começaram a tomar corpo quando em 1945 se viveu um novo período político nos âmbitos nacional, estadual e local, iniciado com o declínio do Estado Novo, em 1943, e as crises finais, em 1944, que levaram Getúlio Vargas à decadência e, finalmente, em 29 de outubro de 1945, quando o ditador, como é referenciado por muitos autores da área de história, obrigou-se a renunciar ao cargo de presidente da República. Começou, então, a tomar forma a redemocratização no país, que previa eleições para a presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembléias Legislativas.

De modo a particularizar cada município focalizado, abordamos as divergências entre Carazinho e Passo Fundo em itens separados, uma vez que os partidos políticos e as elites políticas apresentavam a mesma ideologia, porém os representantes desses segmentos eram figuras locais distintas.

#### **2.7.3.1 Divergências em Carazinho**

Em Carazinho reconhecemos como primeira divergência política a substituição do então prefeito Albino Hillebrand, em virtude das ações articuladas pelos grupos pró e contra-Hillebrand, que se alternavam entre mantê-lo e destituí-lo do poder. Ressaltamos que o grupo contrário a Hillebrand era pró-Canuto de Souza. Nesse sentido, de acordo com o Anexo F, visualizamos os membros da elite política carazinhense, sua vinculação e fidelidade política.

Em maio de 1945, mais precisamente no dia 28, foi decretada pelo governo a Lei Agamenon, que regulamentou o novo Código Eleitoral, pelo decreto n. 7. 586/45, o qual regulou em todo país o alistamento eleitoral e as eleições, apresentando os novos requisitos para a formação de partidos políticos e marcando a data de 2 de dezembro para as eleições.

A Tabela 5 do Anexo F demonstra que as vinculações políticas dos sujeitos envolvidos no contexto político carazinhense ficaram estagnadas até a decretação da lei supracitada, tendo em vista que nesse momento mudou o quadro político em Carazinho e os sujeitos articularam-se em novos partidos políticos. No ano de 1945 tornaram-se comuns os fonogramas enviados ao interventor estadual Ernesto Dorneles solicitando a permanência do prefeito:

Associação e sindicatos classistas Carazinho representando milhares associados cientes campanha alguns elementos sistemáticos oposicionistas administração municipal junto senhor secretário interior pleiteiam injustamente substituição prefeito **Albino Hillebrand pedem venha vossa excelência ponderar referido prefeito honestíssimo cumpridor seus deveres tudo feito engrandecimento Carazinho conta apoio maioria absoluta população cidade e interior motivo solicitam sua proveitosa permanência cargo para bem coletividade Carazinho**. Respeitosas saudações. Levino Junges, diretor de expediente da liga das associações profissionais segue mais 6 assinaturas<sup>502</sup>. (grifos nosso).

Verificamos, portanto, que o jornal *Noticioso* comprometia-se com a política local e estadual, ao passo que o *Jornal da Serra* dizia-se “apenas ser um órgão de imprensa que comentava a opinião pública dentro da ordem constituída”, procurando “afastar-se do culto à incompetência e do horror as responsabilidades, ocupando um posto de combate na vanguarda do progresso que exigia qualidades morais de elevado padrão”, destacamos que o *Jornal da Serra* foi o maior opositor da política em nível local. É importante salientar que o *Noticioso*, considerado jornal situacionista, fora criado justamente para revidar aos embates do *Jornal da Serra* e defender a política local.

O discurso proferido pelo jornal *Noticioso* detalhava os rituais políticos situacionistas e glorificava a figura dos grandes líderes, heróis, produzindo e legitimando o processo de identidade e exaltação. Vale lembrar que o culto aos heróis e mitos era prática comum no Estado Novo. No entender de Félix,

<sup>502</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos governantes. CG –160, 30, jan., 1945.

o herói simboliza a identidade do grupo, mas se sobrepõe a ele por ser especial, por ter uma missão. Heróis enquanto figuras singulares, desempenham a tarefa da unidade e do reerguimento anímico do social. Pela elaboração de uma memória, através de um conjunto de símbolos e significações retomadas nos momentos específicos de crises e rupturas, quando se faz necessário ou presente pela primeira vez, como vitais ao grupo, o herói passa a ser imprescindível. Incorpora dimensões de sacralidade e atemporalidade. Torna-se mito e, no caso, com funções políticas específicas enquanto mito político<sup>503</sup>.

Verificamos que, além do jornal *Noticioso*, os representantes da Associação Comercial e dos sindicatos classistas de Carazinho apoiavam a administração de Hillebrand e procuravam defendê-lo perante o governo estadual:

Com o devido respeito comunicados v. excia. nesta data telegrafamos dr. Secretário do Interior e capitão Vignolli presidente Liga de Defesa Nacional, discordando atitude assumida presidente núcleo local sr. Romeu Scheibe pleiteando junto poderes constituídos substituição prefeito **Albino Hillebrand esforçado e honrado dirigente comuna carazinhense de quem liga sempre recebeu franco e dedicado apoio tal atitude tomada a revelia demais componentes esta entidade só encontra amparo no saudosíssimo politiquieiros profissionais**. Respeitosas saudações Graciano Leal, presidente sub núcleo 6º distrito Elias Souza, secretário. Josino Xavier, tesoureiro<sup>504</sup>. (grifos nosso).

Ainda em 1945 ocorreram manifestações para a substituição de Hillebrand; porém, em razão de suas articulações políticas, representantes da LDN de Carazinho pediam a permanência do prefeito junto a Ernesto Dorneles. Inclusive um abaixo-assinado foi enviado ao interventor do estado solicitando a permanência do prefeito, além de manifestar solidariedade a este:

Abaixo assinados, membros do conselho municipal Abastecimento e Preços representando Associação Comercial, comércio varejista, produtores e industrialistas, associação e profissionais comércio metalúrgicos e indústrias alimentação círculo operário, sindicato marceneiros, vem presença vossência **hipotecar inteira solidariedade digno prefeito Albino Hillebrand, expoente bem estar município e prestígio**. Estado Novo, **motivo pedem venha solicitar sua permanência cargo prefeito este município**. Respeitosas saudações Henrique Thormam, Associação Comercial<sup>505</sup>. (grifos nosso).

Em meio ao processo de constituição dos novos partidos, o *Jornal da Serra*, em outubro de 1945, informou que Carazinho tinha novo administrador e que o governo do

<sup>503</sup> FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 145-146.

<sup>504</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos governantes. CG-160, 1º fev de 1945.

<sup>505</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos governantes. CG-160, 9 fev. de 1945.

estado resolvera exonerar Hillebrand do cargo de prefeito do município, função essa que vinha exercendo há mais de 12 anos. Segundo o jornal, com a exoneração de Hillebrand, Carazinho entraria numa nova fase de sua administração, pois iria ser dirigido por “um homem moço e cheio de boa vontade”, que procuraria sincronizar a ação pública com a iniciativa particular em favor do bem coletivo. De acordo com o periódico de Canuto de Souza “está, pois, de parabéns a população desta terra com a modificação ocorrida em seu governo e confia que o novo governante encare seus problemas com o ânimo e resolução que eles reclamam, para o bem de todos”<sup>506</sup>. Salientava, ainda, que “não obstante os dois mais importantes órgãos da imprensa da capital haver noticiado a demissão do Albino Hillebrand, s.s. continua no exercício do cargo aguardando a comunicação oficial da demissão. Efeitos do continuísmo” [...] <sup>507</sup>.

Em 3 de outubro de 1945, o *Jornal da Serra* editou, em manchete de primeira página, que se encontrava resolvido o caso da prefeitura de Carazinho: assumia Romeu Scheibe a direção do município. Com a exoneração de Hillebrand do cargo de prefeito, que há algum tempo, conforme noticiado pelo periódico, havia sido nomeado prefeito substituto, finalizava o rumoroso e discutido “caso prefetural” do município. Apesar de esperada, tal solução não deixou de ter ampla repercussão em todos os meios políticos e sociais de Carazinho, dando motivo aos mais variados comentários em torno do assunto. Muitas pessoas já não acreditavam na substituição de Hillebrand, tal o crédito que parecia haver conquistado junto às altas esferas governamentais durante os 12 anos em que exercera as funções de prefeito<sup>508</sup>:

O impossível - na opinião de seus adeptos - verificou-se, entretanto, no dia 27 do mês passado, ao ser assinado pelo Governo do Estado o ato que o exonerou definitivamente do cargo. Em vista disso, Hillebrand já não compareceu ontem ao expediente da tarde, dando assim por encerrada sua prolongada gestão. Cabia, portanto ao Romeu Scheibe, na qualidade de prefeito substituto, assumir a direção do município tendo recebido ordens expressas do governo para que assim o fizesse. E foi o que se verificou na manhã de hoje, às 9 horas, quando comparecendo à prefeitura, na presença de todos os funcionários, recebeu do Secretário do município as rédeas da direção municipal. **O povo de Carazinho, em grande número, regozijá-se com esse fato, pois espera do seu edil uma administração em sintonia com seu progresso e desenvolvimento**<sup>509</sup>.

Afirmamos que Carazinho, em sessenta dias, teve à frente da administração pública

<sup>506</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1465, ano XV, 1 out. 1945. p. 01.

<sup>507</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1465, ano XV, 1 out. 1945. p. 01.

<sup>508</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1462, ano XV, 3 out. 1945. p. 01.

<sup>509</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1462, ano XV, 3 out. 1945. p. 01



três prefeitos nomeados e em períodos diferentes: Romeu Scheibe, de 1º de outubro de 1945 a 17 de novembro de 1945; Jorge Fonseca Pires, de 17 de novembro de 1945 a 4 de dezembro de 1945, e, finalmente, Antonio Alverne Ferreira Gomes, de 4 de dezembro de 1945 a 30 de março de 1946.

A segunda divergência foi quanto à escolha da diretoria dos novos partidos, visto que, no final da ditadura de Getúlio Vargas ele próprio criou dois partidos de composições sociais diferentes, mas igualmente vinculados a sua liderança: o Partido Social Democrático (PSD), formado pelos interventores, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado à cúpula sindical e à política trabalhista. Ambos enfrentariam daí por diante violenta oposição da União Democrática Nacional (UDN), empreendida por membros descontentes com a política nacionalista de Getúlio Vargas<sup>510</sup>.

Nesse sentido, e, segundo o *Noticioso*, o momento político carazinhense também se renovava e voltavam a manifestar-se os partidos políticos. Em junho de 1945 chamava a atenção para a fundação do Partido Social Democrático de Carazinho (PSD), cuja convocação fora feita por Hillebrand, prefeito municipal. O evento realizar-se-ia no dia 26 de junho, à noite, no salão nobre da prefeitura municipal, numa concorrida reunião<sup>511</sup>.

De acordo com o *Noticioso*, em 27 de junho de 1945:

[...] por unanimidade Albino Hillebrand foi indicado para chefe do partido. Foram indicados também os seguintes nomes para integrarem a comissão do PSD. Ernesto José Annoni – vice-presidente; - industrialista; Henrique Thormann - comerciante; Olívio Amaral - Fazendeiro; Edgar Kasper - Advogado; Alcides Albuquerque- Fazendeiro; Humberto Gobbi- Agricultor e industrialista; Freiderico Bebbá - funcionário federal; Lourival Vargas - comerciante; Lauriano Sehn - comerciante; Wilmar Fonseca - Bancário; Zeferino Felix da Costa - comerciante; Guilherme Beccon - varejista; João Bassani Filho - Agricultor; Antonio Barleta - agricultor; Luiz Goelzer - varejista; Alberto Velho de Souza - advogado<sup>512</sup>. (grifos nosso).

A nota publicada no jornal, trazia a composição dos membros que integrariam a comissão do PSD carazinhense, que, por si só, já configurava uma elite, em razão das

<sup>510</sup> CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 242-243.

<sup>511</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 168, ano III, 27 jun. 1945 p. 03.

<sup>512</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 168, ano III, 27 jun. 1945 p. 03.

atividades profissionais com as quais se autodenominavam. Lembramos que ainda no ano de 1945 era forte a presença dos agricultores, comerciantes e industrialistas como se pode visualizar no texto do jornal *Noticioso*, pois novos avanços produtivos como os dos setores industrial, comercial e agrícola foram promovidos na região norte do Rio Grande do Sul.

Com a nomeação de Hillebrand para chefe do Partido Social Democrático, exasperaram-se os ânimos novamente em Carazinho. O *Noticioso*, em 1945, relatou os acontecimentos que envolviam a política local, informando que fora realizada uma reunião pelos republicanos de Carazinho, os quais obedeciam à chefia de Borges de Medeiros e levaram às urnas o nome de Eduardo Gomes para a suprema magistratura da nação. Ficara, então, escolhida a seguinte Comissão Executiva: “Presidente de Honra Antonio Augusto Graeff; presidente efetivo, Eduardo Graeff [...] Canuto de Souza, secretário”.<sup>513</sup> Porém, outras correntes oposicionistas também tinham estado presentes na reunião, entre elas diversos republicanos do interior do município. Na reunião

[...] ficou assim constituída a direção do PSD neste município: Presidente de honra Aparício Nunes, presidente efetivo Romeu Scheibe, vice-presidente, Paulo Coutinho, tesoureiro Alfredo P. Schmitz, secretário Jorge da Silva Vaz, comissão consultiva Eurico Araújo, Alberico Azevedo, Bruno Buchholz, Arnaldo Scheibe, Alberto Graeff Filho, Otto Gerhardt, Warter Scherer, João Batista Azevedo, Miguel Zacarias, Fioravante Barleze, Oscar Weldlich e Waldemar P. Kaschny<sup>514</sup>. (grifos nosso).

Segundo a lista transcrita, Romeu Scheibe foi escolhido como chefe político do PSD em Carazinho. Conforme o *Noticioso*, era aguardada a nomeação do prefeito substituto, já que Hillebrand havia solicitado sessenta dias de licença para tratamento de saúde. Os adversários do atual prefeito, segundo o jornal, tinham indicado para o cargo Romeu Scheibe; por sua vez, Hillebrand havia indicado o nome de Lourival Vargas; atendendo a um compromisso de honra assumido com Brochado da Rocha em nome do governo do estado, o qual havia afiançado que só seria nomeado um prefeito para Carazinho se fosse designado por Hillebrand. Em 5 de julho de 1945, Brochado da Rocha remeteu uma carta ao prefeito solicitando a indicação de cinco nomes para a constituição do PSD do município. Idêntico pedido teria sido feito a Aparício Nunes. O prefeito, após ouvir seus correligionários, enviara o seguinte telegrama: “[...] lida sua carta presença comissão encarregada tratar caso organização PSD e prefeitural

<sup>513</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

<sup>514</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

essa resolveu aguardar solução caso prefetural para se pronunciar, não consentindo irrevogavelmente indicação seus nomes”<sup>515</sup>.

Caso fosse confirmada a notícia sobre a constituição da comissão do PSD local, cujas nomeações tinham sido feitas discricionariamente em Porto Alegre, estaria confirmado que tinham sido desprezados todos os nomes indicados pela grande Assembléia Geral, convocada pelo prefeito municipal em 26 de junho de 1945, embora fossem elementos mais representativos do comércio, indústria e classes liberais, como já referendado nos nomes listados anteriormente e constantes no jornal de 27 de julho de 1945<sup>516</sup>. O contexto relatado pelo jornal esboçava uma grave crise no PSD local, cujas conseqüências muito em breve seriam manifestadas, conforme os comentários gerais.

Sobre a política local, informava o *Noticioso* a seus leitores a instalação do Diretório Municipal do PRL, que obedecia à direção de Flores da Cunha e achava-se integrado na União Democrática Nacional (UDN), que levava às urnas o nome de Eduardo Gomes para a presidência da República. Uma comissão constituída por Homero Guerra, Raimundo M. de Quadros, Fábio Albuquerque, entre outros, enviara convite a este órgão de imprensa para assistir à reunião política<sup>517</sup>.

Segundo a reportagem do jornal *Noticioso*, Walter Jobim, secretário de Obras Públicas e candidato oficial do PSD para presidência do estado, incumbira Hillebrand da importante missão de formar os novos partidos políticos em Carazinho, PTB e PSD. Seguramente, fora informado à reportagem que Hillebrand já havia desempenhado essa missão com êxito<sup>518</sup>.

O *Noticioso*, em julho de 1945, expôs algumas notas políticas, relatando que a convenção do PSD havia se realizado no dia 10 do corrente na capital do estado, quando havia sido escolhido o nome de Gaspar Dutra para a presidência da República. A mesma convenção

---

<sup>515</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

<sup>516</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

<sup>517</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 179, ano III, 4 ago. 1945. p. 01.

<sup>518</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 179, ano III, 4 ago. 1945. p. 01.

estadual havia eleito Getúlio Vargas para presidente do partido no estado<sup>519</sup>.

Uma outra nota do jornal *Noticioso* relatava que, para participar dos trabalhos da Convenção Nacional do PSD, que se realizaria no Rio de Janeiro, havia seguido uma caravana que representaria o Rio Grande do Sul e que, quando retornasse, trataria sobre a política nacional. Fazia parte daquela o carazinhense Poty Medeiros, ex-chefe de política do estado, conhecido advogado e com banca em Porto Alegre, que era figura de destaque no PRL e na UDN<sup>520</sup>. Transcrevia, ainda, um telegrama que Hillebrand enviara a Walter Jobim, secretário das Obras Públicas do estado: “Apresentando a vossa senhoria as minhas felicitações e do município pela escolha ilustre patrício para o cargo futuro presidente estado”<sup>521</sup>.

Em agosto de 1945 foi realizada a instalação do Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, que teria como seu presidente Ernesto José Annoni, industrialista local; primeiro vice-presidente, Romeu Notari; segundo vice-presidente, Alberto Velho de Souza; secretário, Nestor Moojen; segundo secretário, João da Cunha Vasconcellos; primeiro tesoureiro, Lourival Vargas; segundo tesoureiro, Frederico Bebba; orador, Edgar Luiz Kasper<sup>522</sup>.

Em outubro de 1945 foi instalado o Núcleo Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tomaram parte da mesa diretora dos trabalhos Hillebrand, Ernesto José Annoni, Friederico Bebba, Ildo Silvestre, Jofre Brum, Amadeu Gobbi e os representantes do Diretório Municipal de Cruz Alta<sup>523</sup>.

Hillebrand, encarregado da organização do PTB e presidente da reunião, convidou os seus correligionários para ingressarem no PTB, que havia sido constituído como um imperativo da consciência popular, independentemente da atuação de políticos profissionais, exaltando a obra do presidente Getúlio Vargas. Paulo Santos, presidente do Diretório de Cruz Alta e membro do Diretório Estadual, entrando em considerações sobre o novo partido político, afirmou que se propunha a uma candidatura civil para a presidência da República.

---

<sup>519</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 171, ano III, 14 jul. 1945. p. 01.

<sup>520</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 171, ano III, 14 jul. 1945. p. 01.

<sup>521</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 171, ano III, 14 jul. 1945. p. 01.

<sup>522</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.185, ano IV, 25 ago. 1945. p. 01.

<sup>523</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

Disse, ainda, que as atividades dos políticos profissionais haviam sido feitas à revelia do povo e que o afastamento de Hillebrand do cargo de prefeito municipal fora uma manobra de políticos profissionais agindo contra a vontade popular, a qual, contudo, “não se deixaria escravizar, reparando essa injustiça pelas urnas. [...]”<sup>524</sup>.

A nominata para o Diretório do PTB ficou constituída por uma nova geração política<sup>525</sup>, porém com alguns nomes das antigas elites; houve, assim, uma certa renovação na política carazinhense: presidente de honra, Hillebrand; presidente efetivo, Ernesto José Annoni; primeiro vice-presidente, **Humberto Gobbi**; segundo vice-presidente, Lourival Vargas; terceiro vice-presidente, **Dario de Medeiros Canals**; primeiro-secretário, **Jofre Brum**; segundo- secretário, **Dario Marques**; terceiro-secretário, Jupir Pinto Lima; primeiro-tesoureiro, **Friederico Bebba**; segundo-tesoureiro, **Antonio Brito**; terceiro-tesoureiro, Afonso Gerhardt; Comissão Sindical; **Olívio do Amaral e Silva, Luiz Goelzer, Rubin P. Dihl, João Marcondes de Quadros, Armênio Vaz, Afonso Clemente Brentano, José Flores Menezes, Heitor de Moura Dihl, Acassio José Vargas, Nivaldo Brasil, José Garcia e Rivadávia de Oliveira**; Comissão de Propaganda: **Walter Fetzer, Alfiere Firmo Bernardi, Armino Goelner, Aldo Bastos, Felipe Alves Machado e Bento Falcão**<sup>526</sup>. (grifos nossos).

Por meio de uma leitura sistemática do material coletado, constatamos que o momento político brasileiro era de renovação, e em Carazinho não foi diferente, pois voltavam a se manifestar os partidos políticos em 1945 e, por tabela, as articulações da elite política. Como exemplo desse momento citamos a fundação do PSD de Carazinho, que teve Hillebrand à frente da sua organização; a instalação do Diretório Municipal do PRL, ainda em 1945, que passou a obedecer à direção de Flores da Cunha, integrado à UDN; a criação do Núcleo Municipal do PTB, sob a presidência de Hillebrand, que convidou os seus correligionários para ingressarem no partido, o qual pretendia lançar seu nome para o pleito de 2 de dezembro de 1945 como candidato para a Câmara Federal. A reorganização do PRR marcou a volta de

<sup>524</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

<sup>525</sup> A nova geração política a que nos referimos era constituída por Humberto Gobbi, Dario de Medeiros Canals, Jofre Brum, Dario Marques, Friederico Bebba, Antonio Brito, Olívio de Amaral e Silva, Luiz Goelzer, Rubin P. Dihl, João Marcondes de Quadros, Armênio Vaz, Afonso Clemente Brentano, José Flores Menezes, Heitor de Moura Dihl, Acassio José Vargas, Nivaldo Brasil, José Garcia, Rivadávia de Oliveira, Walter Fetzer, Alfiere Firmo Bernardi, Armino Goelner, Felipe Alves Machado e Bento Falcão. NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

<sup>526</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

Borges de Medeiros à cena política. Já na primeira eleição, em decorrência da fraqueza eleitoral da UDN e do PTB, ocorreu a maior diferença de escore entre o PSD e seus adversários. Mesmo reconciliados, Borges de Medeiros e Flores da Cunha conseguiram um baixo percentual de votos.

Estava se concretizando um intenso movimento de articulação política após a volta dos partidos, já envolvendo novas adesões e apoio aos programas dos partidos políticos. O *Noticioso*, em dezembro de 1945, divulgou o resultado das eleições em Carazinho, em nível nacional, nas quais os partidos políticos dividiram-se em seis legendas: PTB, PSD, UDN, PL, PRP e PCB.

Distinguimos que um dos políticos mais importantes de Carazinho, Homero Guerra, aderiu a UDN, juntamente com Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Canuto de Souza, ao passo que Hillebrand filiou-se ao PTB de Getúlio Vargas.

### **2.7.3.2 Divergências em Passo Fundo**

Abordando as divergências registradas em Passo Fundo no período estudado, encontramos evidências de que no ano de 1945 os maiores conflitos registraram-se dentro do PTB, em relação à oposição feita à César Santos, principal liderança trabalhista, comandada pela denominada “ala rebelde”, representada por Daniel Dipp. A trajetória do PTB passo-fundense refletia, em muitas oportunidades, a mesma trajetória daquela seguida pelo partido em nível nacional, sem, contudo, se repetir, pois apresentou muitas peculiaridades distintas<sup>527</sup>.

O grupo que se uniu em torno do PTB local tinha como liame unificador o getulismo e, a exemplo de sua organização estadual, originou-se da dissidência que resultou na ala trabalhista do PSD, bem como do movimento queremista. Nesse sentido, sob o prisma dos trabalhadores e sindicalistas, nasceu em defesa da manutenção dos ganhos trabalhistas

---

<sup>527</sup> BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

concedidos por Vargas, mas, em relação à “elite de letrados” em seu interior, também a uma ação fortemente orientada de ascensão política e conquista do poder.

Distinta, entretanto, foi a formação do PTB de Passo Fundo. A composição inicial em novembro de 1945 contava com pessoas de diferentes segmentos sociais e profissionais, a exemplo dos trabalhadores, sindicalistas, comerciários, políticos e, também, de uma pequena elite intelectual, entre eles o ferrenho getulista César Santos. Alguns simpatizantes e filiados do partido provinham do PSD e envolveram-se, em sua maioria, no movimento queremista. No entanto, registra a história que a caminhada do PTB em Passo Fundo não ocorreu de forma tranqüila. Pelo contrário, enfrentou muitos percalços, atribuídos quicá à sua base, formada de pessoas diferentes, com ideologias próprias e, também, que haviam saído de seus partidos por desavenças diversas. Outro fato agravante para a dificuldade enfrentada pelo PTB em Passo Fundo foi a permanência da mesma direção durante todo o período de sua vigência<sup>528</sup>.

Em relação a César Santos, inicialmente ele aderiu ao movimento queremista<sup>529</sup>, sendo considerado “um dos mais ardorosos ‘queremistas’ pela possibilidade, assim, da eleição de Getúlio Vargas à presidência da República”<sup>530</sup>. A liderança política de César Santos foi classificada como trabalhista, tendo sido eleito em novembro de 1945 como presidente efetivo do Diretório local do PTB, recém-instalado.

Em nível nacional, encontramos que alguns dos principais partidos políticos já estavam praticamente organizados e com candidatos lançados oficialmente, à presidência da República, a exemplo da UDN, com Eduardo Gomes, e do PSD com Eurico Gaspar Dutra, ambos representando a ala varguista. Nesse ínterim, a imprensa começou a veicular notícias acerca da possível candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Essas articulações se originaram nos meios ligados ao Ministério do Trabalho e a movimentação a

---

<sup>528</sup> BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

<sup>529</sup> Sobre o movimento queremista ver em: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>530</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 170, ano XXI, 03 out. 1945. p. 4.

respeito desse assunto já era bem consistente<sup>531</sup> em nível nacional.

Em Passo Fundo tais notícias começaram a circular por volta de 22 de março de 1945, sob forma de um brado, repetindo uma frase de impacto e que tentava incutir nas pessoas que havia um clamor geral de “queremos Getúlio”. Esse grito inicial reacendeu antigos seguidores e simpatizantes de Vargas, instalando-se, por conta disso, num primeiro momento, por iniciativa dos caixeiros viajantes e coordenados por Urbano Ribas e César Ribas da Silva, o Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas, no dia 11 de julho de 1945. Esse comitê, juntamente com outras vozes representantes de segmentos diferenciados, mas que, já se faziam ouvir em diferentes recantos brasileiros, foi ganhando espaço e no final de agosto de 1945 repercutia fortemente em todo o território brasileiro<sup>532</sup>.

Em nível local, constatamos o apoio do advogado Celso da Cunha Fiori, do bancário Valdir Cecconi e de outras lideranças trabalhistas ao movimento, os quais se manifestavam nos comícios realizados em Passo Fundo, contando com a participação de considerável massa popular<sup>533</sup>. Advindo do movimento denominado queremismo, instalou-se em 13 de novembro, em Passo Fundo, o Partido Trabalhista Brasileiro.

A composição inicial do PTB<sup>534</sup> estava constituída das lideranças que participaram do movimento quemista, como o caixeiro-viajante Urbano Ribas, o comerciante Maturino Rabelo, o bancário Valdir Cecconi, Inocêncio Pinto, Filomeno Pereira Gomes; os mais proeminentes, alguns ligados à ala trabalhista do PSD, como o médico e cientista César Santos e o advogado Celso da Cunha Fiori. Contou, também, com a participação dos sindicalistas Antônio Nunes Figueiredo e Guilherme Knack e do advogado e político Daniel Dipp, entre outros. César Ribas da Silva, mesmo sem desempenhar cargo eletivo, aderiu

<sup>531</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5016, ano XX, 22 mar. 1945. p. 5.

<sup>532</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5021, ano XX, 27 ago. 1945. p.1.

<sup>533</sup> DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, n. 5110, ano XXI, 4 set. 1945. p. 1; O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5171, ano XXI, 4 out. 1945. p. 1.

<sup>534</sup> A primeira diretoria do PTB em Passo Fundo ficou assim constituída: presidente de honra, Norival Paranaçu de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul; presidente efetivo, professor dr. César Santos; 1º vice-presidente, Antonio Nunes Figueiredo. presidente do Sindicato da Indústria do Mobiliário; 2º vice-presidente, Urbano Ribas, viajante comercial; 1º secretário, Celso Fiori, advogado; 2º secretário, Maturino Rabelo, comerciante; 1º tesoureiro, Filomeno Pereira Gomes; 2º tesoureiro, Guilherme Knack. presidente do Sindicato do Material Elétrico; Comissão Executiva Municipal: Celso Fiori, Daniel Dipp, Antonio Nunes Figueiredo. Comissão de fundos: Waldir Cecconi, Inocêncio Pinto e Oldemar Berends. Comissão eleitoral: Antonio Junqueira Rocha, Orestes Mozzato e Valêncio Figueiredo. O NACIONAL. Passo Fundo, n. 198, ano XXI, 14 nov. 1945. p.1.



também ao PTB em sua fase inicial.

O jornal *O Nacional*, em manchete do dia 21 de novembro de 1945, escreveu sobre a debandada do PTB local, apontando Valdir Cecconi, César Ribas da Silva e Maturino Rabello como ex-integrantes do PTB.

Situando a representação partidária local, observamos que em torno da UDN se concentrou o republicano Victor Graeff, que já havia exercido o cargo de prefeito municipal, nomeado pelo interventor federal Cordeiro de Farias de 1941 a 1944<sup>535</sup>. Contou, também, com a participação dos republicanos liberais como Quim César e Aristóteles Lima, todos seguindo a orientação de Borges de Medeiros e Flores da Cunha, que comandaram essa agremiação partidária no estado em oposição a Getúlio Vargas. Num primeiro momento, a UDN teve a participação dos libertadores Antonio Carlos Menna Barreto e Gomercindo dos Reis,<sup>536</sup> que logo após a reorganização do partido, em nível estadual, assim procederam em âmbito local, constituindo-se em suas principais lideranças.

Em se tratando do PSD, somente em agosto de 1945 foi formalmente fundado em Passo Fundo, embora já atuasse no município há mais tempo. Seguindo o molde estadual, também se envolveu no movimento queremista, e alguns desses componentes iriam mais tarde compor a direção do PTB local.

Da mesma forma que o PTB, organizou-se o PSD local. Essa facção acolheu ex-partidários do PRR, com destaque para Nicolau Vergueiro, líder republicano regional; Arthur Ferreira Filho que por duas vezes administrara o município, e também Túlio Fontoura, proprietário do jornal *Diário da Manhã*. Integrou também, os quadros do partido a expressiva liderança do PL, Antonio Bittencourt de Azambuja. Como podemos observar, as forças políticas que formaram o PSD local não seguiram as lideranças estaduais. Borges de Medeiros, do PRR, foi para a UDN, e Raul Pilla manteve-se à frente do Partido Libertador no Rio Grande do Sul.

---

<sup>535</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 4053, ano XVII, 17 dez. 1941. p. 4.

<sup>536</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5121, ano XXI, 30 jul. 1945. p.4.

O jornal *O Nacional*, em 17 de julho de 1945, relatou sob a forma de aviso:

**Aviso- avisamos aos nossos companheiros que a qualificação, de acordo com o novo Código Eleitoral, começa no dia 2 de julho e será encerrado no dia 2 de outubro do corrente ano.** Como não dispomos de carros oficiais nem de gasolina, **pedimos aos nossos correligionários que procurem a sede do partido, a fim de requererem o respectivo título de eleitor, com toda a brevidade, para evitar-se acúmulo de serviço dos últimos dias.** A qualificação é obrigatória para homens e mulheres maiores de dezoito anos. Mais esclarecimentos na Agência Comercial, Avenida General Netto, 301, próximo ao fórum. (Ass). Antonio Carlos Menna Barreto, Presidente; Gomercindo dos Reis, secretário. Passo Fundo, 1º de julho de 1945<sup>537</sup>. (grifos nosso).

No ano de 1945, em nota publicada em *O Nacional* do dia 30 de julho, fez-se referência à instalação em Passo Fundo, da Comissão Executiva Municipal da União Democrática Nacional. Ainda relatava sobre uma importante reunião de elementos das oposições coligadas, representando os partidos PRR, PRL e Libertador. O jornal noticiou da seguinte forma:

[...] com a presença de vários cidadãos, representando o PRR, PRL e Libertador, ficou organizada a comissão executiva municipal da UDN. O cel. Quim César fez uma exposição da finalidade da reunião, passando em seguida a ler os nomes dos liberais indicados à comissão central do Partido Republicano Liberal, já aprovados, nomes estes que formaram a comissão municipal provisória na reorganização do Partido. Depois de empossada a comissão, foram por está escolhidos e aclamados, **para comporem a comissão da UDN deste município, os nomes dos srs. Cel. Quim César e Aristóteles Lima. Em seguida teve início a organização da UDN deste município, que ficou assim constituída: Pelo PRL: cel. Quim César e Aristóteles Lima; pelo Partido Libertador: Antonio Carlos Menna Barreto e Gomercindo dos Reis; Pelo PRR, dr. Victor Graeff.** Os nomes já aprovados pela comissão central do Partido Republicano Liberal em Porto Alegre, para comporem a comissão executiva do município de Passo Fundo, e empossados ontem, são: Vitório Dinardo, Presidente, Amador César Sobrinho, Vice-Presidente; Pedro Paulo Pereira, Secretário; Francisco Orocil Medeiros, Tesoureiro; Tenente Coronel Antonio Gomes Jaques, Jacob Biassus, José Fagundes de Souza, Antonio Mello, Agenor Aguiar, Oscar Vasconcelos e Benevenuto Rocha<sup>538</sup>. (grifos nosso).

O jornal *O Nacional* continuava relatando sobre a instalação em Passo Fundo da Comissão Executiva Municipal da União Democrática Nacional, porém se referia aos membros que fariam parte da Comissão de Propaganda do novo partido, aos quais enumerava: Donato José Ribeiro, Eurico Rocha, Romeu Abreu Lima, Júlio César, Nestor Ferreira da Silva, Júlio Fischer, José César, Antonio Rocha Ribeiro, Aristides Boeira e Pedro Copett. Victor Graeff deu posse aos novos membros e ressaltou a finalidade da nova agremiação

<sup>537</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5110, ano XXI, 17 jul. 1945. p. 1.

<sup>538</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5121, ano XXI, 30 jul. 1945. p. 4.

política, dando ênfase à candidatura do major Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato oficial da UDN para presidente da República<sup>539</sup>.

A fundação em Passo Fundo do Movimento Democrático Progressista (MDP), liderada pela mocidade passo-fundense, que se movimentou para a concretização de um novo ideal, foi relatada no jornal *O Nacional*, em 1º de agosto de 1945 da seguinte maneira:

Neste pós-guerra, os povos conduzem as massas populares à consumação de ideais que todos, pela ação decidida de cada um, proporcionaram à humanidade dias melhores, dias em que todos os homens possam viver como entes que raciocinam e podem perfeitamente, clamar pelos seus justos direitos. A disparidade que nos apresenta a todo o momento defrontando-nos com as injustiças sociais, com o “ensaio” manifesto das reivindicações populares, [...] **uma horrenda hecatombe como essa que a pouco atingiu o seu término, com a vitória dos povos livres, contra os agressores, contra os reacionários de todas as castas. Cabe, portanto, à mocidade uma ação decidida e empreendedora, construtiva e sã, com base sólidas no ideal humano, justo e digno para ser posto um fim ao perigo que ameaça o organismo social dos povos**<sup>540</sup>. (grifos nosso).

O discurso transcrito deixa claros o desejo de liberdade e a ânsia pela nova ordem política que se instaurava no Brasil. Mas *O Nacional* prosseguia seu relato salientando que também em Passo Fundo, como no Brasil, a mocidade entrara em ação. Assim,

alentados por novos ideais que orientaram a ação política da mocidade brasileira, algumas dezenas de jovens representantes das mais variadas classes sociais, reuniram-se ontem nesta cidade na ante-sala do Cine Teatro Imperial, deliberando estruturar, neste município, essa nova corrente de idéias lançada em março último, na capital do estado, e que vem tendo a mais franca acolhida em todos os quadrantes do Rio Grande do Sul: **O Movimento Democrático Progressista**. Com esse objetivo, **aqueles moços no sentido amplo, de quem não tem cumplicidade com o passado**, instalaram às 21 horas de ontem, no referido local, a seção da qual resultou a fundação do movimento em apreço<sup>541</sup>. (grifos nosso).

Narrava *O Nacional*<sup>542</sup> a respeito da eleição do Comitê Municipal Provisório do MDP, que assim ficara constituído: Ney Menna Barreto, Carlos Arthur de Almeida, Juvêncio Bortolacci, Aparicio Córdia, Alberto de Lima Morsch e Arlindo Luiz Osório. Após empossado o Comitê Provisório, Ney Menna Barreto fizera um breve discurso incitando os presentes à luta pacífica em prol da concretização dos ideais de liberdade, igualdade e

<sup>539</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5121, ano XXI, 30 jul. 1945. p. 4.

<sup>540</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 4.

<sup>541</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

<sup>542</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

fraternidade, que estavam sendo até o momento praticados isoladamente.

Foram noticiados pelos meios de comunicação local e veiculados no *O Nacional*, jornal de grande credibilidade em Passo Fundo, vários telegramas que davam ciência a seus chefes políticos Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha em Porto Alegre, da instalação da UDN em Passo Fundo, dando mostras de que a elite política se mantinha fiel aos seus propósitos de permanecer no poder. Nesse sentido, os telegramas foram transcritos da seguinte forma:

**Com satisfação comunicamos a vossas excelências a constituição da junta local da UDN com representantes dos três partidos coligados no RS.** Podemos assegurar que também nesse município a população desperta para as lutas cívicas deixando a apatia que a reduzira aos três lustros de ditadura. Sob a orientação dos eminentes patrícios a libertação do medo se consagrará decisivamente também na Serra que se apresta acompanhar o anseio de liberdade **que identifica o Rio Grande de hoje com o seu passado heróico e tradicional.** Saudações cordiais, Victor Graeff, Antonio Carlos Menna Barreto, Antonio Quim César<sup>543</sup>. (grifos nosso).

No discurso a referência à realidade adquire múltiplas formas, pois no contexto anterior faz alusão ao passado heróico. A linguagem simbólica aludida pelo jornal *O Nacional* continha uma conotação política que objetivava a construção, manutenção, legitimação e exaltação dos membros da elite política. A mitificação das condutas de determinados personagens também era salientada pelo jornal. Nesse sentido, esse meio de comunicação representava a expressão de uma classe seleta da sociedade, ou seja, de uma elite intelectualizada e, ao mesmo tempo, um instrumento gerador de poder, através das representações inscritas em seu discurso.

Analisando, por exemplo, o papel desempenhado pela figura dos heróis, podemos dizer que se constituem num importante símbolo, presente na organização dos discursos políticos; são um instrumento eficaz para atingir as mentes e os corações da sociedade civil. Tais elementos encarnam, de forma gloriosa, as principais características do homem público, buscando aproximá-lo cada vez mais da sociedade na qual se insere.

Ainda em *O Nacional*, uma nova mensagem foi narrada, demonstrando o apoio à candidatura do major brigadeiro Eduardo Gomes, com o seguinte teor:

---

<sup>543</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

**Rio- comunicamos V.Exa. que Passo Fundo se mobiliza para sufragar nome ilustre candidato nacional à presidência da Republica pt. Os três partidos populares rio-grandenses organizaram a junta local da UDN dos quais somos os representantes pt.** Informamos, igualmente, que o povo despertando para a vida cívica deixa o sono a que o afeiçoara a ditadura agonizante e se mobiliza com visível entusiasmo pt. Saudações cordiais Antonio Quim César, Victor Graeff, Antonio Carlos Menna Barreto, Aristóteles Lima, Gomercindo Reis<sup>544</sup>. (grifos nosso)

Em 1945, um grupo de libertadores passo-fundenses dirigiu um telegrama a Walter Jobim, secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, apoiando a sua candidatura para governador do estado, pelo Partido Social Democrático. Assim relatou o jornal *O Nacional*:

Exmo. Doutor Walter Jobim – D.D. Secretário Obras Públicas PAlegre. **Libertadores Passo Fundo integrados PSD vg reconhecendo vossencia incontestável idoneidade dirigir destinos nosso amado Rio Grande vg hipotecam integral solidariedade sua candidatura pt pedem vênua lembrar absoluta conveniência aumentar número componentes diretório local vg constituída apenas três membros vg sem suplentes vg sugerindo dentre outros nomes João Fagundes Souza vg velho prestigioso chefe libertador.** Respeitosas saudações Felisbino Rocha, Mário Goelzer, Napoleão Duarte, Joaquim Ribeiro Neto, Francisco Claro da Silva, Horacio Rossal, Jovino Silva, José Caramore, Jovino de Lara, Amador Luiz de Almeida, Gil Silva Boeira, Odone Silva Boeira, Jerônimo de Quadros, Osvaldo Canfield, André Pithan, Pedro José Rossal, Bomfiglio Bertoldo, Cristalino Silveira Machado, José Possape, Geronimo Stock, Leopoldo Alves Peralta, Juvenal Ferreira de Rezende, Leonel Ramos da Silva, João Carlos Moreira Gosch, Manoel Moreira Gosch, Alcides Rosa Gosch, Gomercindo Gosch da Rosa, Nagippe Kraide, Aníbal Reck, Rodolfo Lourenço Medeiros, Ramiro Lourenço de Medeiros, João Armando de Medeiros, Nicolau Rezende, Sebastião Duarte Barbosa, Leodenor Alves Ferreira, Orcy Pires Cataldo, José Francisco Mendes da Cunha, João Batista Santos Filho, Antão S. Campero, Onezio G. de Albuquerque, Oscar Alves Marques, Dulfe Medeiros Souza, Félix Candido Lopes, Hélio Gosch, Mene Alves de Souza, Amandio Pires Alves, Martins Gonçalves, Nicolau Blizer, Walter Marinho Villa Nova, João César Martins, Honório Reck, Napoleão Becker, Eno Nancy de Moreira, Amadeu Farias, José Ubaldo Salles, Napoleão dos Reis, Napoleão Domingos dos Reis, Antonio Lino Lopes, Hugo Picoli, João Moreti, Mario Passos Teixeira e Otávio de Secundino<sup>545</sup>. (grifos nosso).

O jornal *O Nacional*<sup>546</sup> narrou, em 27 de agosto de 1945, a respeito de um comício, que fora realizado em Passo Fundo para apoiar a candidatura de Gaspar Dutra para presidente da Republica, pelo PSD, e de Walter Jobim para governador do Rio Grande do Sul, também pelo PSD. Salientou o jornal o não-comparecimento de membros do PSD, como Nicolau Araújo Vergueiro, do prefeito Arthur Ferreira Filho e Odalgiro Correa. O mesmo jornal divulgou uma sátira de Celso da Cunha Fiori, que, estranhando o não-comparecimento dos oradores e próceres do PSD, disse que aqueles “deveriam estar em casa pensando no sr. Getúlio Vargas”.

<sup>544</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

<sup>545</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5138, ano XXI, 23 ago. 1945. p. 1.

<sup>546</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5142, ano XXI, 27 ago. 1945. p. 1- 4.

Importante se faz ainda ressaltar que o jornal *O Nacional* relatou a ida de manifestantes, na mesma noite do comício, à casa de Celso Fiori, que os acompanhou até as residências de Odalgiro Corrêa e César Santos, os quais fizeram uma exaltação à personalidade de Getúlio Vargas. Também se dirigiram até a residência de Arthur Ferreira Filho, que disse aos manifestantes: “todas as portas abrem-se para a candidatura do sr. Getúlio Vargas”<sup>547</sup>.

Inferimos pelo teor da manchete do jornal que Nicolau Araújo Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Odalgiro Correa apoiavam a candidatura de Vargas, porém não davam seu apoio a Gaspar Dutra.

### 2.7.3.3 A redemocratização do pós-1945

A redemocratização do pós-1945 estabeleceu, em termos nacionais, uma reestruturação das forças políticas, com a transição do autoritarismo estado-novista à experiência de democracia populista, sob a égide de um sistema multipartidário. O Rio Grande do Sul ofereceu um quadro político eleitoral atípico, pois os partidos políticos organizavam-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão político eleitoral anterior do que definidos pelas lideranças emergentes no pós-1945. A análise da capacidade de autopreservação da classe política gaúcha e, sobretudo, o peso da herança eleitoral foram o eixo central para essa caracterização<sup>548</sup>.

O *Jornal da Serra*, em 14 de março de 1945, relatou o pronunciamento dos libertadores da capital do estado, que, em reunião realizada no dia 12 de março de 1945 em Porto Alegre, tinham reorganizado o Diretório Municipal e se manifestado solidários com o chefe dos libertadores, Raul Pila. Então, os libertadores carazinhenses haviam resolvido tomar uma atitude, enviando o seguinte telegrama:

**Raul Pila. Fiéis nos ideais de liberdade e justiça que sempre tiveram em V.Ex. um fervoroso apóstolo, reiteramos nossa irrestrita solidariedade nesta hora**

<sup>547</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5142, ano XXI, 27 ago. 1945. p. 1-4.

<sup>548</sup> TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 64.

**máxima da nacionalidade**, aplaudindo sua atitude firme e a honestíssima orientação traçada aos destinos do nosso glorioso Partido. Os libertadores deste município aguardam as ordens de V.Ex. Cordiais saudações<sup>549</sup>. (grifos nosso).

O texto do telegrama transcrito já contava com elevado número de assinaturas dos antigos correligionários do político rio-grandense Raul Pila<sup>550</sup>. A simbologia do poder, descrita no discurso do *Jornal da Serra*, salientava a ideologia partidária, os marcos delimitadores da luta de classe que apontavam para a luta no discurso e, subjacente a ele, uma análise de discurso, orientada ideologicamente.

Acompanhando a visão anterior, ressaltamos que o predominante na luta ideológica era a sua marginalização, contradição e transformação. Nesse sentido, corrobora Fairclough:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Tal posição de que determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação. As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação<sup>551</sup>.

Em 1945 o *Jornal da Serra* enfocou a reorganização do PRR e a volta de Borges de Medeiros ao partido, em virtude dos apelos dos republicanos locais e do estado. No caso, o líder resolvera reconsiderar sua resolução de dar por encerrada sua vida política, reassumindo, então, a direção do tradicional partido<sup>552</sup>.

Relatou o periódico que, no dia 10 de maio de 1945, a Comissão Central do PRR - cujos membros eram Adroaldo Vergara, Miguel Lopes de Almeida, Glicério Alves, Manuel Duarte, Mario Antunes da Veiga, Osvaldo Restzch, Domingos da Costa Lino, Alfredo Favaret e Candido Machado Carrion - encontrara-se com Borges de Medeiros na capital. Após longos

<sup>549</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1383, ano XV, 14 mar. 1945. p. 01.

<sup>550</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1383, ano XV, 14 mar. 1945. p. 01.

<sup>551</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 1993. p.117.

<sup>552</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

entendimentos e exame da situação política do momento, Borges de Medeiros declarou à comissão que, embora fosse seu propósito manter-se inteiramente afastado das atividades políticas, não podia fugir a inúmeros apelos e solicitações que há muito vinha recebendo, não só de seus correligionários do interior como da capital. Portanto, resolvera revogar sua deliberação de sair da política, assumindo a chefia do partido<sup>553</sup>.

Assim, ficara resolvido o seguinte, conforme descrito pelo *Jornal da Serra*:

a) Atendendo a reiteradas solicitações de seus correligionários e amigos, não só desta capital como do interior do Estado, Borges de Medeiros, concordou em reassumir a Chefia do PRR, para o fim de promover a reorganização de suas comissões executivas b) Feito isso, a nova comissão Central tratará de promover oportunamente a reunião de uma assembléia partidária, a fim de resolver, definitivamente, sobre as diretrizes do partido no estado e na união e sobre as candidaturas federais. Em virtude dessa deliberação de se submeterem à assembléia do partido as candidaturas para a presidência da Republica, Borges de Medeiros que a resolução que o Partido tomasse deveria ser acatada por todos os correligionários, sem distinção de grupos [...] <sup>554</sup>.

O jornal *O Nacional*, em 16 de junho de 1945, trouxe em seu editorial uma nota, referindo-se aos dissidentes republicanos e ao seu apoio à candidatura de Gaspar Dutra. Relatou o jornal a respeito de uma reunião com a presença de Osvaldo Vergara, Marcial Terra, Glicério Alves, José Diogo Brochado da Rocha, Ariosto Pinto, Guilherme Echenique, Antonio Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha, Geraldo Otavio Brochado da Rocha, Clóvis Pestana, Rosauro Tavares, Luis Carlos de Moraes, João Rodrigues de Carvalho, Mário Antunes da Veiga, Herófilo de Azambuja, Manuel Rodrigues de Athayde, Miguel Moreira, Clóvis Duarte, Amandio da Silva Duarte, Carlos Baltazar de Bem, Domingos da Costa Lino, Alfeu Silva, Alfredo Faveret, Artur Santayana Mascarenhas, Otávio de Abreu, J. Osvald Rentzch, Nicolau de Araújo Vergueiro, Candido Machado Carrion, Ernesto Marques da Rocha, Jesus B. Vieira. Nessa ocasião, seria consultado Borges de Medeiros para que retornasse ao exercício da direção unipessoal do PRR, bem como aderisse com todos os membros presentes na reunião à filiação, num partido nacional, que, no caso, seria o PSD. Alegava-se ser esse fato importante para que não houvesse dissidência no seio do PRR, visto que o programa do PSD era o ideal político que vinha ao encontro das idéias dos

<sup>553</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

<sup>554</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.



perepistas<sup>555</sup>.

Ainda em 1945, no dia 8 de maio, o *Jornal da Serra* trouxe a seguinte nota:

Flores da Cunha teve calorosa acolhida em S. Bárbara conforme noticiamos, dia 8 do vigente, Flores da Cunha, que percorreu o Estado em propaganda da candidatura de Eduardo Gomes, fez sua anunciada visita ao seu velho e dedicado amigo Vitor Dumoncel Filho, líder Liberal do município de Cruz Alta.[...] Na fazenda das Picaças, além dos correligionários do Vitor Dumoncel Filho, achavam-se representações de Cruz Alta, S.Maria, Tupanciretã, Soledade, Passo Fundo, Carazinho e Palmeira.[...] Flores da Cunha, que agradeceu aquela imponente festa gaúcha, que seu velho e devotado amigo Vitor Dumoncel Filho lhe oferecia pondo em relevo sua grande afeição a esse valoroso Liberal. Referiu-se à campanha política, para afirmar que a candidatura de Eduardo Gomes conta com grande maioria em nosso Estado<sup>556</sup>.

Segundo o jornal, Plínio Dutra, advogado em Palmeira das Missões e filho do político serrano Vazulmiro Dutra, pronunciara-se a favor do Partido Republicano Liberal, enviando à comissão central da agremiação partidária a seguinte carta:

[...] é desolador observar o que outros governantes realizaram em 15 anos de absolutismo. Entre nós a multiplicação Evangélica das leis de exceção, era a obra fácil de todos os dias. É urgente a recuperação material e moral, principalmente moral, do país. Essas as razões porque ligo-me à oposição ingressando nas fileiras do Partido Republicano Liberal, sob a orientação de Flores da Cunha, que, em 1937, constituiu o último baluarte da liberdade oposta a ditadura. Penso convictamente que só a oposição com a nobre coragem de Eduardo Gomes à frente, será capaz de realizar o milagre de devolver a nação àquela vibrante e pura consciência democrática dos primeiros dias da República. Plínio P. Dutra<sup>557</sup>.

Na primeira eleição pós-1945 no estado sulino, em decorrência da fraqueza eleitoral dos outros partidos, especialmente da UDN e do PTB, ocorreu a maior diferença entre o score do PSD e o de seus adversários. Em segundo lugar, no pós-1945, enquanto o padrão nacional de confrontação partidária traduzia-se na polarização PSD-PTB *versus* UDN, esta, ainda que na sua constituição tenha sido apoiada pelos dois líderes históricos da política regional reconciliados, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, obteve baixo percentual de votos, declinando progressivamente<sup>558</sup>. A terceira especificidade é a evolução eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul, que se posicionou nas eleições de 1945 atrás de São Paulo, do Distrito

<sup>555</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5085, ano XX, 16 jun. 1945. p. 03.

<sup>556</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

<sup>557</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1409, ano XV, 21 maio 1945. p. 01.

<sup>558</sup> TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 64 - 68.

Federal e de Minas Gerais, porém em 1947 deu um salto espetacular, assim se mantendo até 1962.

A ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabeleceu a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/1962. Essas três especificidades na conformação do sistema partidário rio-grandense pós-1945 articularam-se com os padrões básicos do comportamento eleitoral do estado.

Em 28 de maio de 1945, o governo decretou a Lei Agamenon, como abordado no item 2.3.3.1, regulamentando o novo Código Eleitoral<sup>559</sup>, os novos requisitos para a formação de partidos políticos e marcando a data de 2 de dezembro para efetivar as eleições.<sup>560</sup> A organização partidária, que deveria ser de caráter nacional por determinação da Lei Agamenon, configurou-se com a constituição da UDN, do PSD e do PTB, os maiores partidos no período de 1945 a 1964. Além desses, foram fundados o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Republicano (PR), o Partido Popular Sindicalista (PPS), o Partido Libertador (PL) e o Partido Agrário Nacional (PAN)<sup>561</sup>.

A UDN, por sua vez, uniu lideranças políticas tradicionais contrárias a Getúlio Vargas. Os líderes estaduais eram Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros. Os primeiros participaram da articulação da UDN em âmbito nacional; por sua vez, Flores da Cunha ficou com a tarefa de articular o partido na esfera regional<sup>562</sup>.

Sintetizando os tópicos desenvolvidos no segundo capítulo, retomamos os pontos significativos nele tratados. Inicialmente, observamos que as elites regionais refletiam a proximidade ideológica das elites nacionais, demonstrando em suas atitudes e desmandos a idéia de centralização incentivada pelo governo de Getúlio Vargas, seguida e acatada pelas

---

<sup>559</sup> Decreto n. 7. 586/45. Regulador em todo país do alistamento eleitoral e das eleições. SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964*. 3. ed, São Paulo: Alfa-Omega, 1990. v. 3. p.112.

<sup>560</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 14 –15.

<sup>561</sup> PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M. K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. p. 71.

<sup>562</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 17.

lideranças políticas de Passo Fundo e Carazinho, no intuito de se manterem no poder pelo maior espaço de tempo possível.

Em se tratando dos pontos divergentes entre a elite política, sem dúvida nenhuma a emancipação de Carazinho foi uma questão marcante, senão a mais importante, pois durante o tempo em que se registraram as tentativas de emancipação do então 4º Distrito de Passo Fundo, ocorria, paralelamente, a divisão das lideranças estaduais. Então Borges de Medeiros e Flores da Cunha romperam, causando a cisão também do PRR. Tal situação se refletiu em Passo Fundo e Carazinho, incitada pelas investidas emancipacionistas, tendo, de um lado, Nicolau de Araújo Vergueiro, posicionando-se contrário à emancipação, e, de outro, Homero Guerra, lutando para que fosse concretizada.

Na busca da comprovação para os fatos que envolveram Passo Fundo e Carazinho em relação às elites políticas e econômicas encontramos em documentos, especificamente nos jornais, telegramas e relatórios da época, uma fonte inesgotável. Foi por intermédio da análise de discurso, realizada com base nos textos publicados na época, que pudemos confirmar fatos e aprofundar o conhecimento dos relatos constantes em fontes fidedignas, a exemplo dos inúmeros livros que foram pesquisados para compor o embasamento teórico desta tese.

Outro aspecto de destacada importância foi o da cisão política em Passo Fundo e Carazinho, também amplamente divulgada pelos jornais da época, dando ênfase ao fato de que a situação nacional, marcada pelas hostilidades entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, refletia-se na disputa política regional, pontuada pelos coronéis Vazulmiro Dutra de Palmeira das Missões e Victor Dumoncel Filho de Santa Bárbara.

Também as divergências oriundas das eleições ocorridas no Estado Novo evidenciaram que, a partir de 1945, configurava-se um novo período político nacional, estadual e regional, já anunciado com antecedência pelo declínio do Estado Novo e pelas crises subsequentes, culminando com a renúncia de Vargas. Partiu-se, então, para o início da redemocratização do Brasil que previa eleições em todos os segmentos, já que as casas democráticas em todos os níveis tinham sido fechadas no período em foco.

A análise dos jornais e outros documentos da época por meio da técnica de análise do

discurso foi o ponto relevante deste segundo capítulo, oportunizando a comprovação dos fatos políticos e econômicos que aconteceram em Passo Fundo e Carazinho. Entendemos que as fontes jornalísticas *O Nacional* e *Jornal da Serra*, representaram, respectivamente, os municípios estudados, Passo Fundo e Carazinho. Esses jornais trazem nas opiniões veiculadas a tendenciosidade de seus dirigentes, refletindo suas paixões, ideologias e opinião própria, especialmente no contexto final da era Vargas, quando houve a censura aos meios de comunicação, que não se enquadrassem no projeto Vargasista. Assim, a censura representou um temor e até certo ponto “terror” a todos os que sabiam que o DIP poderia intervir de diferentes formas e por meio de inúmeros “métodos”, calando para sempre as vozes que se levantavam contra os interesses getulistas.

Partindo do pressuposto de que as elites políticas faziam o máximo para se manter no poder, o instrumento-base, que é a linguagem, utilizado na análise de discurso, possibilitou-nos a apreensão da política praticada em Passo Fundo e Carazinho, bem como delineou a trajetória de seus líderes, dando a conhecer a atuação de cada um deles na defesa de seus interesses e na luta permanente para se perpetuarem no poder.

Conseqüentemente, os atores políticos que compuseram o cenário estudado em seus distintos grupos ou partidos políticos, por meio de universos simbólicos, valores sociais, morais, culturais, econômicos e políticos, demonstraram que se mantinham coesos ao poder maior, a lideranças nacionais e estaduais, reproduzindo nos municípios a realidade pretendida, de acordo com esses universos simbólicos e com o interesse de se manterem sempre no comando das decisões.

O estudo da linguagem, pela análise de discurso dos jornais representou o desvendar de uma teia de significados que interligaram a realidade política da época com os interesses dos representantes do poder político. Foi com essa análise que conseguimos ultrapassar o cerco das palavras e encontrar, compatibilizando o que encontramos nas obras arroladas na bibliografia, os diversos sentidos das representações sociais no organismo social. Logo, as notícias selecionadas para serem analisadas, embora denotadoras de opiniões tendenciosas, descrevem a dimensão dos fatos políticos da época por meio dos signos, dos objetos, dos processos ou fenômenos inter-relacionados à formação e apreensão da visão de política e de poder que as elites evidenciavam em suas atitudes.

Com base no estudo deste capítulo, o terceiro capítulo abordará as elites políticas regionais e locais, apresentando a forma como interferiram no desenvolvimento dos municípios em estudo. Para tanto nos utilizaremos da análise de documentos pertinentes à compreensão da dimensão econômico-social no comportamento de tais elites.

### 3 A ATUAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS REGIONAIS E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO MÉDIO

*Conhecimento, como assinalou Bacon, é poder e o conhecimento desse ritmo cíclico da política produziu o pensamento de que as instituições devem ser organizadas de tal forma que o ciclo se rompa, permitindo assim aos Estados alcançar, senão a imortalidade, pelo menos alguma estabilidade duradoura<sup>563</sup>*

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os argumentos construídos no decorrer da pesquisa, de modo a comprovar por meio dos jornais, arquivos, atas e documentos selecionados e analisados no recorte temporal de 1930 a 1945, que as elites políticas da época delimitavam sua atuação e influência na região do Planalto Médio, valendo-se do privilégio econômico que detinham nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Dessa forma, tal influência podia acontecer de modo direto ou indireto, na medida em que os detentores do poder econômico impunham de modo sutil as decisões tomadas para manter ou mudar determinado segmento, a exemplo dos cargos exercidos pelas pessoas nos diferentes escalões da administração estatal, bem como conseguir benefícios para os referidos municípios, como a instalação de empresas públicas, construção de estradas rodoviárias, melhoramento e ampliação da viação férrea, dentre outras benesses.

Nesse sentido, valemo-nos da análise de discurso por entendermos que a imprensa escrita, desde a sua popularização como veículo de comunicação, exerce um papel significativo como fonte de consulta e divulgação dos fatos ocorridos ao longo dos tempos<sup>564</sup>. Argumentamos que tanto a imprensa quanto os demais documentos escritos se constituem em fontes originárias importantíssimas para a comprovação das ações e repercussões econômicas e políticas da época pesquisada, refletindo no Planalto Médio o modelo de Estado caracterizado pelo desenvolvimento e intervencionismo proposto por Vargas e aceito pelos seus seguidores.

---

<sup>563</sup> MINOGUE, Kenneth R. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 27.

<sup>564</sup> ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandense no século XIX: um breve histórico. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Imprensa & história*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997. p. 15.

Dentre os autores que se destacam como fontes norteadoras para a realização da análise discursiva<sup>565</sup> continuaremos nos pautando em Foucault, como já o fizemos nos capítulos anteriores. Entendemos que um dos períodos histórico-econômicos em que uma “certa vontade de verdade, segregação ou interdição”, em termos foucaultianos, para o exercício do controle de alguns discursos, mostrou-se visível, no período designado como “nacionalista” (1937-1945), tendo Getúlio Vargas à frente. Foucault especifica, em a *Ordem do discurso*<sup>566</sup>, que o controle discursivo aparece mais em áreas como a política e a sexualidade.

Em relação à política, podemos afirmar que os períodos em que o controle e a interdição discursivos apareceram mais foram os da época da ditadura getulista, quando a inscrição do político na linguagem revelava a sua ideologia, compondo uma via de acesso para que se possam estudar as relações de poder, em suas mais diversas manifestações. Para Foucault não existe um centro único do poder, pois para ele o poder se espalha por toda a topografia social. Ainda em Foucault, não há a negação da existência de um poder de Estado, mas a par desse existem outros poderes, que podem manifestar diferentes mecanismos de interferência na vida das nações<sup>567</sup>.

Valendo-nos da teorização de poder proposta por Foucault, somos levados a perceber que no período do Estado Novo getulista a forte presença da ideologia de Estado se materializava nas práticas sociais e discursivas, como era o caso da exigência de que todos falassem a língua portuguesa, não a de sua pátria, no caso dos imigrantes italianos e alemães. Além disso, a pulverização da política de nacionalismo buscava fortalecer as regiões e o poder da língua pátria, porque, ao mesmo tempo em que o país se beneficiava com o trabalho dos imigrantes, exigia, em nome do “nacionalismo”, que eles interditassem ou substituíssem sua língua. Assim, levando em conta a teoria do discurso em Foucault, “a língua é a nossa forma material de inscrição na história”<sup>568</sup>. E sendo a língua a forma como as pessoas se constituem sujeitos e objetos de uma relação, ela inscreve na memória as diferentes formas de ser,

---

<sup>565</sup> A exemplo dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, analisados por GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004. p. 16.

<sup>566</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.

<sup>567</sup> GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004. p. 17.

<sup>568</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 10.

identificar, perceber, agir, como, por exemplo, outra forma de ser operário, de perceber a nação. Isso preocupava o governo do Estado Novo diante das diversidades culturais vindas a partir da industrialização do país, como se a diversidade não pudesse fazer parte da identidade de uma nação que buscava se construir sobre outras bases.

Ainda com relação à visão de poder de Foucault e o longo período de Vargas no comando do país, podemos salientar o período iniciado em 3 de novembro de 1930, com a instalação do Governo Provisório, estendendo-se até 1945, com sua deposição e também, o início da redemocratização do país. Esse período marcou um modelo de Estado iniciado por Vargas que privilegiava a introdução do país na era industrial e, conseqüentemente, no processo de modernização. Existem muitas questões que a Era Vargas introduziu no cotidiano nacional e que podem ser retomadas hoje, como o problema da energia elétrica e das rodovias, uma vez que o cenário atual somente reforça as discussões iniciadas no século passado, Como vemos, as necessidades sentidas e colocadas como prioridades em Passo Fundo e Carazinho pelas elites da época continuam dominando as reivindicações das comunidades.

A Revolução de 30 instaurou no Brasil um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano. A adoção desse modelo foi estimulada pelos efeitos, da crise cafeeira no país, que derrubou os preços do café e de outros produtos brasileiros para exportação. Assim, o período de 1930 a 1945 foi marcado por um governo autoritário e centralizado do presidente Getúlio Vargas, caracterizado pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização<sup>569</sup>.

O "Estado Novo" institucionalizou, de fato, o regime ditatorial, vigente desde 1930. A Constituição de 1937, inspirada no fascismo italiano, a “polaca”, foi elaborada para ser uma Carta “livre das peias da democracia liberal”, nas palavras do responsável por sua elaboração, o ministro da Justiça Francisco Campos. De 1938 a 1945 acelerou-se o processo de urbanização das grandes capitais do Sudeste brasileiro, decorrente da industrialização e das migrações rurais urbanas<sup>570</sup>.

---

<sup>569</sup> GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997. p. 45.

<sup>570</sup> *Ibid.*, p. 46.



Assim é que na Era Vargas a economia cresceu e se transformou, especialmente em relação aos setores agrícola, industrial, abrigada sob um modelo de Estado ditatorial e intervencionista, demonstrando o crescente poder de decisão e influência do estadista, que se confundia com o conteúdo polêmico das políticas promovidas, as quais, por sua vez, eram inseparáveis da discussão sobre o modelo de Estado que Vargas ajudou a implantar<sup>571</sup>. Os sucessivos desdobramentos no recorte temporal apresentado têm nas ações econômicas, políticas e sociais praticadas pelos detentores do poder conotações reveladoras de ações individuais que vinham ao encontro das tendências da época, como também revelam a forma como eram conduzidos os dilemas da sociedade em que viviam<sup>572</sup>.

Não é sem motivo que Max Weber estabeleceu diferenças entre a dominação carismática e a rotineira, destacando nas primeiras formas excepcionais de controle e de comando<sup>573</sup>. O carisma, na visão marxista<sup>574</sup>, seria provocado por situações socialmente instáveis, perturbadoras, em momentos de transição, de destruição ou decomposição das instituições, bem como de rápidas mudanças de estrutura. Nesse contexto, o líder pessoal, tal qual Vargas, atuou como uma força de coesão e unidade ao criar, por meio de um processo de transferência, a identidade entre o indivíduo e a sociedade, aliança do líder. Diante da fragilidade social que gerou um estado de insegurança, em razão da perda dos vínculos tradicionais, o líder é “afastado do homem comum e é tratado como se possuísse qualidades supernaturais, super-humanas, ou no mínimo excepcionais”<sup>575</sup>.

Em síntese, neste último capítulo apresentamos uma abordagem social, econômica e política do Planalto Médio, enfatizando Passo Fundo e Carazinho, no contexto que perpassou o período de 1930 a 1945. Nossa intenção é apontar indicadores que comprovem a hipótese levantada na pesquisa, segundo a qual a elite política, valendo-se do poder econômico, articulava-se para pensar, decidir, administrar e garantir que seus interesses continuassem sendo importantes e atendidos pelos governantes, especialmente pelo poder central do Estado.

---

<sup>571</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 13-14.

<sup>572</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>573</sup> WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1979. p. 10.

<sup>574</sup> CUTLER, Antony (Org.). *O capital de Marx: e o capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

<sup>575</sup> CAMARGO, op. cit., p. 14.

### 3.1 As decisões políticas - nacional e estadual - e seu alcance econômico no estado gaúcho

No plano econômico, as elites, em seu conjunto, caracterizam-se pela ação voltada ao desenvolvimento industrial, comercial e agrícola da economia. Embora tenha saído vencedora da Revolução de 1930, a Aliança Liberal não apresentou alterações significativas na estrutura econômica da sociedade brasileira, assim como o controle do poder político nacional não tinha mudado de classe. Tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno, apresentado em 1930<sup>576</sup>. Segundo Mem de Sá,

apesar de até hoje ser o Rio Grande tido como um dos Estados de menores desníveis e melhor distribuição de riquezas, graças, notoriamente, à pequena propriedade rural e à pequena e média empresa que lá tem vicejado, **sempre houve uma minoria de ricos, fazendeiros na zona pecuária, industriais, comerciantes, banqueiros, nas cidades, como de prósperos agricultores na região colonial, em face de uma imensa maioria de pobres, assalariados, largados ao desamparo**<sup>577</sup> (grifos nosso).

As imagens das classes sociais que existiam parecem mais fortes diante da adjetivação usada para caracterizar a maioria dos gaúchos constituída de pobres e assalariados. Com isso, no Rio Grande do Sul se articularam as condições para a elaboração de um capitalismo tardio, mas possível de desenvolver-se em áreas originárias de uma formação basicamente colonial e historicamente dependente e subordinada, onde não havia distinção entre as tarefas desempenhadas pelo patrão (da estância) e seus peões<sup>578</sup>. Observando as especificidades das condições das áreas coloniais, que foram originadas e arquitetadas com o intuito de proporcionar uma sobra econômica (sobejo econômico), a pecuária gaúcha continuou sendo a base de fornecimento dos alimentos agropastoris para o resto do país. Portanto, foram as colônias as principais contribuintes do funcionamento do processo de acumulação primitiva que aí se verificou<sup>579</sup>.

De acordo com Pesavento<sup>580</sup>, o Rio Grande do Sul representava uma área submissa à economia central do país. Assim, a sua participação no mercado interno destacava-se na

<sup>576</sup> GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62-63.

<sup>577</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p. 102.

<sup>578</sup> *Ibid.*, p. 102-103.

<sup>579</sup> DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>580</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre:

produção para garantir o abastecimento desse mercado. A pecuária constituía-se na sua atividade econômica mais importante, embora o binômio criação-charqueada não se adequasse ao modelo capitalista que se introduzia no país. No entanto, foi através da pecuária que o capitalismo se materializou no Rio Grande do Sul.

No Brasil, país periférico-dependente, o café cumpriu um papel relevante nesse processo; assim, tanto a agricultura como o comércio desempenharam a função de proporcionar a acumulação de capital nessa fase. Também a indústria mostrou uma função do setor exportador, criada em seu interior<sup>581</sup>. Diante desse quadro reconhecemos que a investidura de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório, em novembro de 1930, representou um desafio para esse estadista, porque a execução dos planos básicos da revolução conflitava com a insuficiência dos recursos do Erário e com as situações políticas de pelo menos dezessete estados que haviam sido contrários à Aliança Liberal. Dessa forma, sem contar com uma base política de sustentação nessas unidades da federação, o governo precisou apelar para os administradores militares (tenentes), denominados de interventores, que

[...] sem compromissos políticos [...] não visam criar clientelas políticas, pois não são candidatos a eleições. Nessa época própria a atmosfera estava saneada e o ambiente fortalecido pela consciência popular, os políticos poderão ocupar as posições eletivas a que tiverem direito. Há tenentes que estão fazendo administrações modelares. Onde, pois, os motivos da preservação com os militares? Estou certo de que, no momento oportuno, todos deixarão os governos, sem qualquer apego aos cargos que desempenham<sup>582</sup>.

Na disputa pela sucessão presidencial de 1930, a burguesia industrial escolheu apoiar Júlio Prestes, candidato de Washington Luís e do PRP. Em contraposição, ao assumir o poder após o movimento político-militar de 1930, Getúlio Vargas e sua equipe ministerial não possuíam qualquer projeto de incentivo especial à industrialização do país. As medidas iniciais de maior impacto do governo Vargas destinaram-se aos setores da agropecuária, incluindo aí a cafeicultura, cujos estoques invendáveis passaram a ser comprados e queimados pelo governo federal<sup>583</sup>.

---

Movimento IEL, 1980. p. 18.

<sup>581</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

<sup>582</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 16.

<sup>583</sup> GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62-63.

Nesse contexto, precisamos retomar alguns aspectos ligados à crise do café, iniciada em 1929, que demonstrou se refletir na economia do país como um todo, trazendo consigo resultados imprevisíveis. Segundo a concepção dos economistas da época, de um lado havia os liberais, que vaticinavam o fim da referida crise no final da década de 1930, e, de outro, os marxistas, denunciando que esta se mantinha<sup>584</sup>.

Para Fausto<sup>585</sup>, o setor cafeeiro, que havia sido enfraquecido pelo governo de Washington Luis, encontrara em Getúlio Vargas o sustentáculo de que precisava, já que a burguesia do café, apesar de ter sido derrubada do poder, não deixara de ter os interesses setoriais atendidos por este, pois o café continuava a ser o centro de referência da economia brasileira e representava 62,6% do valor das exportações em 1930. Nesse mesmo sentido, Levine<sup>586</sup> assinala que Vargas não titubeou “em aumentar a intervenção federal e assim procurar resolver quando tal procedimento lhe parecia necessário”, ou seja, as ações de Vargas vinham ao encontro dos interesses políticos e, para tanto, necessitava do apoio das elites.

No Brasil, o setor que mais sofreu com essa crise foi, sem dúvida nenhuma, o da agricultura. A partir de 1931, o governo adotou medidas de proteção que visavam resolver momentaneamente o problema, a exemplo das moratórias, da Lei de Usura; da compra e queima de café, da criação do Conselho Nacional do Café, que mais tarde iria se transformar no Departamento Nacional do Café. Essas medidas “resolveram” na ocasião a situação dos cafeicultores, mas a ocorrência de uma supersafra, além das necessidades do mercado, demonstrou que as ações tomadas eram somente paliativas<sup>587</sup>.

Assim é que a situação da crise cafeeira encontrou os produtores num dilema: a produção, que se encontrava em altos níveis, teria de continuar crescendo, uma vez que eles continuavam expandindo as suas lavouras. A produção máxima de café teve seu apogeu no ano de 1933, fazendo com que o governo se obrigasse a trabalhar considerando três pontos básicos:

---

<sup>584</sup> CARONE, Edgard, *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 15.

<sup>585</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1975. p. 105.

<sup>586</sup> LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. p. 23.

<sup>587</sup> CARONE, op.cit., p. 15-16.

- [...] a) que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?
- b) caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?
- c) caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café<sup>588</sup>?

Analisando esse aspecto, vemos que o governo se viu num impasse, pois a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos, segundo os quais a classe dirigente cafeeira conseguia transferir para o resto da população o peso da carga das quedas na produção cafeeira. Logo, a solução esperada pela elite do café era a que ela não arcasse com o custo total do ônus da crise que se instalara<sup>589</sup>.

Dessa forma, constatamos que a liquidação das reservas cambiais brasileiras e a falta de perspectiva de financiamento das safras para o futuro aceleraram mais ainda a queda internacional do preço do café e, junto com ele, também o de todos os demais produtos primários comercializados na época. O Brasil passou pelos efeitos de duas crises, a da procura e da oferta do café, as quais favoreciam as organizações intermediárias no comércio do produto. Estas, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros a totalidade de sua parcela de perdas causada pela crise geral, demonstrando que o poder econômico dos fazendeiros continuava a se sobrepor aos interesses da maioria da população.

O impasse dos cafeicultores não se restringiu somente ao aspecto da produção e do preço, mas também envolvem as questões de dívidas e de créditos. A estrutura fundiária e econômica do café foi de grande complexidade e, mesmo que a crise tenha atingido seu ponto máximo e apresentado sinais de declínio, continuou intensa e representativa da base econômica do Brasil. Reconhecemos que as mudanças políticas ocorridas após 1930, pelas quais os grupos governamentais continuavam a defender os interesses agrícolas, bem como os acordos comerciais feitos com o exterior, no sentido de proteger a exportação do café e de outros produtos nativos, começaram a dar sinais de declínio, o que ocorreu a partir da II

---

<sup>588</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1968. p. 196.

<sup>589</sup> *Ibid.*, p.197.

Guerra, quando o governo sentiu necessidade de incentivar as atividades industriais, em razão da escassez dos produtos para importar<sup>590</sup>.

O governo instaurado por Vargas demonstrou adotar um novo tipo de sociedade agrária, ao mesmo tempo que remeteu ao dismantelamento de valores e de modos de vida. Vargas, instituiu a reciclagem do sistema agroexportador, pois a crise cafeeira de 1929 apressou a tomada dos caminhos para a industrialização. No entanto, passados os anos, a história reconheceu que as medidas adotadas para minimizar os efeitos negativos da crise cafeeira foram, na verdade, caminho aberto para uma reorientação de metas sociais e de valores políticos, num processo de transformação econômica que os tempos exigiam. Vargas promoveu, a um só tempo, práticas temporalmente diversas, ajustando-as aos seus métodos de ação, com os detentores do poder conseguindo operacionalizar e manipular suas ações de conformidade com seus interesses<sup>591</sup>.

Em 1937 Vargas fez declarações ao *Financial Times* de Londres, transcritas pelo jornal *O Nacional*:

O sr. Getúlio Vargas falou ao “*Financial Times*” de Londres. Rio, 14 (N)- O sr. Getúlio Vargas concedeu uma importante entrevista ao “*Financial Times*” falando sobre as diretrizes econômicas do novo regime brasileiro. Expôs primeiramente as garantias que a nova constituição oferece ao capital estrangeiro. Tratou ainda do pagamento das dívidas externas declarando que o Brasil efetuará esse pagamento de acordo com suas possibilidades financeiras. **Tratou da nova política cafeeira, do comércio livre, frisando que o governo terá em mira principalmente no terreno econômico, o desenvolvimento das exportações e a solução do problema siderúrgico**<sup>592</sup>. (grifos nosso).

Pela significação das palavras no discurso de Vargas transcritas no jornal inferimos o que Draibe<sup>593</sup> chamou de “o sentido da ação estatal que diz respeito a uma maneira de hierarquizar interesses sociais, ao definir e articular de certa forma as questões através de seus planos e políticas”. Nesse sentido, podemos dizer que o grau de liberdade do Estado está

<sup>590</sup> CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 22.

<sup>591</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15.

<sup>592</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2875, ano XIII, 14 dez. 1937. p. 01.

<sup>593</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p 36.

diretamente relacionado com a variável dependente força, que se constitui na política assim como os limites que lhe são impostos.

No Rio Grande do Sul a República Nova permaneceu com o mesmo modelo de desenvolvimento, ou seja, baseado na agropecuária. Dessa forma, os agropecuaristas continuaram no poder e o principal desafio dessa nova fase foi encontrar saídas para a crise da agropecuária que se instalara no Estado. O governo central, a partir de 1930, buscou soluções para amenizar os problemas dos estados, desde que estes mantivessem os mesmos interesses do país como um todo. Nesse sentido, os objetivos eram basicamente dois: a integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. Os dois, na realidade, podiam ser resumidos num único, que era a garantia da continuidade do processo de acumulação capitalista no país<sup>594</sup>.

No decorrer da República Nova a economia brasileira foi reorientada quanto ao rumo do processo de desenvolvimento capitalista em curso. Diante da configuração da crise da agroexportação, que era até então o eixo ativo da acumulação de capital no país, foram tomadas inúmeras medidas no sentido de encontrar uma saída para a situação que se apresentava. No final do período, o novo padrão de acumulação já apresentava seus contornos: a industrialização passara a ser o novo modelo de desenvolvimento capitalista no país<sup>595</sup>.

A mudança de uma base agrícola para uma base industrial é considerado o passo mais difícil, mas indispensável, para o crescimento econômico. Não há nada que impeça que a população e a renda *per capita* cresçam em uma região cuja base de exportação seja agrícola. Além disso, não é difícil desenvolver a indústria secundária e terciária em tal região. Na sociedade gerada pela lavoura do tipo extensivo, com sua distribuição de renda muito desigual, o proprietário de terras aplicaria as receitas fiscais a investimentos diretamente relacionados com o produto básico da região.

---

<sup>594</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 106.

<sup>595</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 173.

O envolvimento nas grandes economias de mercado, apesar das vicissitudes decorrentes, tem sido o caminho clássico pelo qual as economias regionais se expandiram, o que resultou na especialização, economias externas, desenvolvimento das indústrias locais e o aumento da “desintegração” vertical como resultado da expansão do mercado. Apenas um comércio de exportação agrícola bem-sucedido pode e realmente tem induzido à urbanização, dos aperfeiçoamentos do mercado de fatores e a uma alocação mais eficiente dos recursos para investimento<sup>596</sup>.

O que se chamou de “modelo histórico” de acumulação de riqueza e de capital e de dominação política evidencia, nesta fase, o esplendor de sua estruturação orgânica, nos sentidos econômico, político e ideológico. A esse respeito, vemos que a forma como as forças de produção se desenvolveram no Rio Grande do Sul, guardam semelhanças formais com esse modelo, com o orgânico referindo-se à integração e ao crescimento pelo desdobramento das atividades agropecuárias em industriais, comerciais e outras atividades de serviços ligadas à agroindústria.

Nesse sentido, de um lado encontram-se as indústrias voltadas para a elaboração de matérias-primas agropecuárias e, de outro, as que se voltam para o fornecimento de algum equipamento e insumo a essa mesma agropecuária e às indústrias. Logo, o orgânico refere-se ao domínio que os interesses ligados a essas atividades exerciam no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a ideologia de “democracia agrária”, do desenvolvimento harmonioso das forças produtivas, bem como a perspectiva de o Estado poder contar com suas próprias forças para atingir degraus superiores do modo de produção capitalista. Assim, podemos dizer que o modelo histórico gaúcho caracterizou-se, nessa época, por uma composição própria de economia regional, cujo ponto central se localizava nas atividades agropecuárias que mantinham relação direta com atividades fabris e exportadoras<sup>597</sup>.

Na verdade, a economia gaúcha da pecuária revelou-se impossibilitada de produzir uma acumulação que desse espaço para implementar uma empresa capitalista absolutamente configurada e que transformasse os meios de produção pecuária com recursos estritamente

---

<sup>596</sup> NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 299.

<sup>597</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p.364.



locais. Para Pesavento<sup>598</sup>, “o projeto local foi frustrado no que se refere à implementação de um frigorífico nacional com recursos rio-grandenses, visto que a economia pecuária se apresentava com graves problemas, tanto a nível de produção quanto de comercialização”.

Segundo Love, no decorrer de toda a República Velha a economia do Rio Grande do Sul esteve voltada para o mercado interno. Em oposição a São Paulo, que dependia dos compradores de outros países. Os produtos alimentícios representavam cerca de dois terços do valor total das mercadorias enviadas para fora do estado entre 1920 e 1930, ou seja, a pecuária e as indústrias ligadas a ela se sobrepunham<sup>599</sup>.

De modo geral, a consolidação da indústria não representou o abandono da política de sustentação aos produtos agroexportadores, na medida em que estes propiciavam a entrada de divisas. O que se percebia era que a economia nacional precisava ser diversificada, além do que havia urgência na integração do mercado interno, bem como ênfase nas “indústrias naturais”<sup>600</sup>.

Em se tratando das “indústrias naturais”, o Rio Grande do Sul destacou-se com a fabricação da farinha, produto obtido pelo beneficiamento simples, que valorizou a matéria-prima nacional, como “indústria natural”, possibilitando a integração do mercado interno, na medida em que se buscou a exportação para o centro do país além de possibilitar a diversificação da economia nacional e, no caso, de limitar a importação de artigos estrangeiros (caso do trigo), propiciando a economia de divisas<sup>601</sup>.

O governo federal olhava para o Rio Grande do Sul como um estado importante na complementação da economia central, uma vez que fornecia ao resto do país gêneros de subsistência para o consumo nacional. Dessa forma, a manutenção da estrutura agropecuária contemplava os interesses do governo central. “Todavia, o esquema de dependência

---

<sup>598</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 19.

<sup>599</sup> LOVE, Joseph. 4- Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 60.

<sup>600</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 173.

<sup>601</sup> *Ibid.* p. 174.

econômica que tal integração e complementaridade pressupunham não era claramente percebido pela classe dominante local”<sup>602</sup>. A esse respeito, Love observa que

tanto na política quanto na economia da República Velha, o Rio Grande do Sul constitui uma anomalia: do ponto de vista econômico, não se orientou essencialmente nem para a exportação nem para a subsistência; politicamente, não foi nem um Estado dominante (no sentido em que o foram Minas Gerais e São Paulo), nem um Estado satélite. Suas peculiaridades garantiram aos estadistas a oportunidade de participar das decisões políticas mais importantes da segunda metade da República Velha e, finalmente, de presidir a liquidação do regime<sup>603</sup>.

Nessa mesma concepção, efetuamos um adendo salientando que as elites políticas regionais que conduziram o curso do desenvolvimento estavam alijadas no poder formal, ou informal; assim suas ações eram orientadas pela esfera econômica dentro de um processo produtivo capitalista. Essas relações de poder se estabeleciam e funcionavam, num primeiro momento, no âmbito dos interesses políticos e, num segundo momento, econômicos, sempre com base na atuação do Estado como resultante de uma confluência de fatores em que lógicas globais e processos de ordem regional, local e nacional se entrecruzavam, em algumas vezes complementando-se e, em outras, contrapondo-se.

Nesse contexto, os atores que intervieram nos processos políticos, ora confluindo acerca de um mesmo objetivo ainda que com interesses divergentes, ora competindo por ganhar uma determinação de um maior sentido em suas ações, visavam articular a política com a abertura de mercados e, também, o crescimento do capitalismo por meio da ideologia do progresso, já que, para o capital, todos os produtos assumiam a forma de mercadorias que se integravam no movimento de valorização dos bens pelos capitalistas.

Os mecanismos de poder instituem o indivíduo como objeto de poder, visando gerir sua vida e, portanto, controlar suas ações para, assim, torná-los mais úteis política e economicamente. Nesse sentido, essas relações de poder não podem ser estabelecidas nem funcionar sem uma produção, circulação e bom êxito dos discursos que propagam as normas pelas quais os indivíduos são avaliados e até mesmo julgados. O poder relaciona-se pela maximização da produtividade econômica e pela intenção do controle que está sempre

---

<sup>602</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 119.

<sup>603</sup> LOVE, Joseph. A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho, apud TRINDADE, Héliogio. 4- Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 61.

presente na obtenção de um lucro político pela minimização da capacidade de sublevação, ou resistência à força opressora. Recorremos a Pesavento para mostrar que o discurso do empresariado e do Estado era de conciliação para com os empregados: “negociando, concedendo pequenas reivindicações, compensando com práticas assistenciais e tentando fazer passar, como senso comum, a ideologia dominante da ‘harmonia das classes’ para os grupos subalternos”<sup>604</sup>.

O Rio Grande do Sul, no início do século XX, apresentava um crescimento econômico acelerado, que o tornara o centro comercial e industrial, sendo eleita a capital do estado o lugar de escoamento dos produtos provenientes da zona colonial, onde se estabeleceram empresas comerciais que se transformaram em empresas industriais, tornando-se as maiores e mais importantes do estado<sup>605</sup>. O dinamismo da economia gaúcha nessa época assentava-se nas exportações, requerendo uma participação significativa do Estado, não somente como prestador de serviços, mas também como patrocinador de serviços produtivos. Se na década de 1920 o Estado construía portos e ferrovias, nas de 1930 e 1940 ele precisava ampliar sua participação nesse sentido, pela implementação dos transportes rodoviários e da energia elétrica, exigências provenientes das necessidades de crescimento interno da estrutura rio-grandense<sup>606</sup>. Por isso, em 1938 foi criado o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer).

A questão dos transportes mobilizou todo o Rio Grande do Sul, tendo em vista que dele dependia o progresso do estado. Nesse sentido, o envolvimento do interventor era inevitável, conforme comprovamos com o fragmento abaixo extraído de ‘*O Nacional*’:

O cel. Cordeiro de Faria seguiu para o Rio de Janeiro. P. Alegre, 4 (N)- O interventor federal, sr. Cordeiro de Faria, acompanhado de sua comitiva, viajou esta madrugada, em avião para o Rio de Janeiro. **S. Excia. declarou que demorará uma semana e resolverá a questão dos transportes, o reajustamento financeiro dos municípios, o problema educacional e o empréstimo para a prefeitura desta**

<sup>604</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha – dominação do capital e disciplina do trabalho – RS: 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 132.

<sup>605</sup> VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social* (Porto Alegre- 1900-1919). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. p. 22.

<sup>606</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 370.

**Capital.** O sr. Mauricio Cardoso ficou respondendo pelo expediente da interventoria<sup>607</sup>. (grifos nosso).

As imagens expressas nos documentos escritos contêm um discurso próprio e revelador de sua verdadeira função, podendo reproduzir uma situação ou apenas sugerir uma circunstância ou acontecimento.<sup>608</sup> As afirmações do interventor Cordeiro de Farias remetem à certeza de que o governo federal atenderia às reivindicações do Rio Grande do Sul como uma das maneiras de retribuir o apoio que recebera dos partidos políticos na consolidação do Estado Novo. Nesse sentido, o norte do Rio Grande do Sul aparecia no início da República Nova como um território altamente povoado, em que o crescimento populacional acompanhava também sua valorização econômica, em conformidade com o fator expansionista não apenas regional, porém a ponto de ter um significativo peso na economia do estado<sup>609</sup>. Logo, nada mais justo do que atender às necessidades de um estado onde o sistema capitalista encontrava as condições específicas e históricas para a sua configuração<sup>610</sup>. Dessa forma, era preciso responder positivamente a quem apoiava, incontinenti, as decisões de Getúlio.

No cenário gaúcho, o charque era o principal produto sulino de exportação, embora seu sindicato não conseguisse impedir a oscilação do preço do produto no mercado interno, que se mostrava extremamente competitivo. Os frigoríficos estrangeiros estabelecidos no Rio Grande do Sul também haviam concentrado parte de suas atividades no charque, ao passo que seus congêneres, estabelecidos no Prata concentravam suas atividades na frigorificação<sup>611</sup>.

Em relação à indústria de alimentos, tanto os pecuaristas como o governo conjugavam esforços para a frigorificação e transformação da carne suína e da produção de banha. Em 1937, por exemplo, a firma Oderich inaugurava em Canoas os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiro. Este empreendimento demonstrava, tal como o estabelecimento de Renner em Montenegro, o maior poder de acumulação da área colonial sobre a pecuária extensiva, ou

<sup>607</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2989, ano XIII, 4 maio 1938. p. 01.

<sup>608</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 12.

<sup>609</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 67.

<sup>610</sup> IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico II*. São Paulo: Difel, 1972. v. 5.

<sup>611</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 272-273.

seja, o comerciante da área colonial, atuando como intermediário na distribuição dos gêneros agropecuários no mercado, fora capaz de capitalizar mais que o pecuarista. Uma das maneiras de aplicação deste capital foi exatamente na produção da banha e dois demais produtos suínos<sup>612</sup>.

Ressaltamos que os produtores e comerciantes de banha, reunidos no Sindicato Sul-Rio-Grandense da Banha, representavam um dos expressivos setores de acumulação de capital do estado do Rio Grande do Sul, acumulação esta que ocorria em relação aos suinocultores coloniais. Igual processo se verificava em relação à fabricação de vinho, onde os grandes comerciantes e industriais, também organizados em sindicato, controlavam a produção de uva no estado<sup>613</sup>.

As divergências entre os interesses dos pecuaristas do sul e os do governo central ficavam cada vez mais evidentes, o que podemos exemplificar com a própria situação dos charqueadores. Enquanto estes solicitavam a redução das taxas de importação sobre o sal de Cádiz, a administração central impunha o consumo do sal nacional oriundo do Rio Grande do Norte. Outra situação que se configurava era que, enquanto os charqueadores continuavam interessados em manter afastados do mercado os produtos provenientes do Uruguai, o governo central concretizava o Tratado de Livre Câmbio com este país, argumentando que tal instrumento legal iria incentivar o comércio entre as duas nações, de modo que o produto entraria a preço mais baixo no Brasil e, com isso, o alimento para o consumo nacional também baratearia<sup>614</sup>.

Consoante Fonseca, a própria característica da economia pecuário-charqueadora, que dependia da procura do mercado nacional, ligava-se com a necessidade dos fazendeiros de participarem das tomadas de decisões que expandissem as fronteiras do Rio Grande do Sul<sup>615</sup>. Salientamos que em 1931 o *Correio do Povo* relatou que “ a Sociedade Agrícola e Pastoril

---

<sup>612</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 111.

<sup>613</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 252-266.

<sup>614</sup> PESAVENTO, op. cit, 1994. p. 107.

<sup>615</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 92.

dirigiu diversos telegramas ao Governo Federal, solicitando amparo da parte do Banco do Brasil à Pecuária Rio-grandense”<sup>616</sup>.

Embora houvesse divergências ideológicas entre os pecuaristas gaúchos e o governo central, este apoiou a iniciativa dos criadores sulinos no que se referia à idéia de frigorização das carnes, porque a idéia tinha cunho nacionalista, visto que se propunha extinguir as manobras sutis dos frigoríficos estrangeiros que se localizavam no estado. Ademais, o frigorífico nacional era considerado também “uma indústria natural”, tal qual a de produção de farinha, pois utilizava matéria-prima local e, por isso, deveria ser incentivada<sup>617</sup>.

Buscava-se oportunizar a existência de uma nova camada industrial inserida dentro do modelo econômico vigente, no entanto submissa aos agropecuaristas, que constituíam o grupo dominante no estado, tanto em âmbito central quanto local e do país, possibilitando e impulsionando ao capitalismo rural<sup>618</sup>.

A presença da força modernizadora do Estado fazia-se perceber em todos os âmbitos, já que o desenvolvimento da nova forma de organização de Estado pós-século XIX, coincidiu em todos os setores com o desenvolvimento e a contínua expansão do capitalismo. Salientamos que no estado do Rio Grande do Sul exército, partidos políticos, empresas econômicas, organizações de toda espécie, associações particulares, clubes e muitas outras desenvolviam-se pela utilização de métodos econômicos na produção ou transformação de bens, o que tornou indispensável que o sistema econômico fosse organizado em bases capitalistas.

Para Targa, a política fiscal do Partido Republicano Riograndense entre 1892 e 1930 foi de tal forma modernizadora e inédita no contexto nacional nessa época que serviu de experimento para a futura política fiscal e econômica do que viria a denominar-se de “Estado desenvolvimentista brasileiro”. Isso porque a política fiscal do PRR no Rio Grande do Sul constituiu-se em embrião do modelo do que viria a se tornar a relação Estado/sociedade no

---

<sup>616</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 274, ano XXXVII, 22 nov. 1931. p. 12.

<sup>617</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 107.

<sup>618</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 173-176.

Brasil durante a maior parte do século XX, relação que presidiu o desenvolvimento do país pós-1930<sup>619</sup>. Assim, a relação Estado/sociedade, empreendida pelo PRR no poder do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, serviu de modelo à relação que o Estado desenvolvimentista brasileiro viria a manter com a sociedade brasileira no pós-1930.

Com efeito, a política econômica do PRR não foi dirigida para a sustentação de uma fração da classe dominante, reforçando o *status quo*, como ocorreu em São Paulo com a política de valorização do café. A política econômica no sul dirigiu-se à expansão de novas classes sociais, de classes que não estavam presentes na sociedade tradicional, ou que não eram nela valorizadas. O PRR, tal como o ainda então futuro Estado desenvolvimentista brasileiro, praticou uma política transformadora da realidade econômica e social com que se deparava<sup>620</sup>.

Durante os anos compreendidos entre 1930 e 1945 a economia política gaúcha caracterizou-se por ter atingido o apogeu do modelo histórico de desenvolvimento, constituído no transcurso de um século. A zona rural passou por três fases: a) a assinalada pela produção da pecuária e de seus produtos históricos, o comércio, as cidades, as charqueadas e os frigoríficos; b) a marcada pela pequena produção agropecuária e seus produtos históricos, comércio, cidades, artesanatos e manufaturas; e c) a assinalada pelas explorações de arroz, trigo e gado e seus produtos históricos e da intermediação, conhecida como “mercado sul-rio-grandense”<sup>621</sup>.

Flores da Cunha, em 1930, buscou criar uma economia forte, que pudesse alavancar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e que o colocasse em lugar de destaque entre os demais estados membros da federação. Dessa forma, o estado gaúcho tornou-se o condutor na batalha em defesa da economia regional. Nesse período, importava para Vargas que o Rio Grande do Sul abastecesse o mercado interno com gêneros alimentícios a baixo valor/valia. Tomava parte, dessa forma, na economia brasileira o estado gaúcho, que cada vez se tornava mais dependente do centro do país e, conseqüentemente, da nova representação política

---

<sup>619</sup> TARGA Luiz Roberto Pecoits. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Riograndense na Primeira República (1889 –1930). In: Vº Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrários y Agroindustriales – Facultad de Ciencias Económicas- UBA: Buenos Aires. nov. 2007. p. 01.

<sup>620</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>621</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p.363.

centralizadora, que estava embasada na indústria. A subserviência política ao governo central era necessária como preceito para que a economia brasileira fosse remida e reorientada.

Pesavento<sup>622</sup> salienta que Vargas dilatou na economia brasileira o papel do governo federal, já que em 1931 foi originada, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) e com o subsídio de Flores da Cunha e Vargas, a Cooperativa Sul-Rio-grandense de Carnes.

Flores da Cunha favoreceu os acordos entre empresas independentes para atuação coordenada, no sentido de restringir a concorrência e elevar preços (cartéis), pois estava convicto de que esta seria a maneira correta de fortalecer a economia regional. Sua atenção primeira foi com o Sindicato do Alcool (1931) e com os produtores e exportadores de cebola e fumo. No pós 1930, Flores da Cunha precisava encontrar uma forma de desenvolver o estado gaúcho. Nesse sentido, a ordem era arrecadar e pagar. Para tanto, o governador precisou medir os gastos para investir e implementar as políticas de seu governo, já que sabemos que a situação do estado era de crise. Na busca pela eficiência constante, em seu relatório lido perante a Assembléia Constituinte (ver capítulo 1 em nota de rodapé n. 75), Flores da Cunha salientava sua enorme inquietude com o equilíbrio das finanças do Estado e a manutenção da ordem.

Para obter a tão almejada prosperidade, desenvolvimento, crescimento econômico e modernização do Estado, Flores da Cunha realizou investimentos como o incentivo à indústria, à pecuária; construção de rodovias pavimentadas para facilitar o escoamento a produção vinda do interior, ou melhor, das colônias; contraiu empréstimos junto ao Governo Provisório; construiu canais de acesso junto ao porto da capital, etc. Ressaltamos que, como Flores não simpatizava com o sistema de cooperativas, não deu incentivos para que prosperassem, mas, independentemente da não-ajuda do governo, elas continuaram a expandir-se.

No plano econômico, no decorrer da década de 1930 o Rio Grande do Sul foi tomado pelo desenvolvimento do sindicalismo cooperativista. A sindicalização foi incentivada pelo

---

<sup>622</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. p. 81-82.



governo federal, por representar uma forma eficiente de encaminhamento dos problemas econômicos e de mediatizar as relações entre as classes sociais e o Estado. Os produtores sindicalizados, para retribuir os favores recebidos, apoiavam politicamente o governo. Essa era uma das formas encontradas para coibir qualquer manifestação política das classes dominantes que pudesse remeter às antigas práticas oligárquicas. Em relação às classes subalternas, a sindicalização tinha por finalidade anular as suas pretensões políticas, de modo a mantê-las submissas e controladas pelo governo<sup>623</sup>.

No Rio Grande do Sul pós-30 a ordem era desenvolver o estado, como pode ser constatado de acordo com dados estatísticos do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, transcritos no *Correio do Povo* em 26 de abril de 1931. No texto registra-se que o serviço de inspeção distribuía o primeiro boletim de entradas, saídas e estoque de mercadorias, o qual estimava a produção de arroz, aveia, centeio, cevada, milho, feijão e trigo em toneladas com referência ao ano agrícola de 1929-1930. Nele se observam a produção de grãos bem como a importância destes para o crescimento do estado. O quadro a seguir demonstra os dados relatados no documento referido<sup>624</sup>.

Nos dados estatísticos do quadro referendado observamos que o Rio Grande do Sul ocupava posição privilegiada, já que perdia apenas para São Paulo na produção do arroz, feijão e milho. Assim, era importante para o governo federal conceder auxílios para o Rio Grande do Sul, pois dependia dele também o desenvolvimento do Brasil. Logo, as melhorias nas estradas e portos eram prioridade para o escoamento da produção das safras. O estado possuía auto-suficiência em grãos, a exemplo do arroz, feijão, lentilha, milho, aveia, centeio, cevada, trigo<sup>625</sup>. Também outros produtos agrícolas se destacavam, como: a erva-mate, cebolas, alho, alfafas, batatas, uvas, mandioca, fumo, entre outros. No norte do estado, os produtos mais exportados eram a erva-mate, o feijão, o fumo, o milho, a batata e o trigo.

---

<sup>623</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 110.

<sup>624</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 97, ano XXXVIII, 26 abri. 1931. p. 20.

<sup>625</sup> Segundo Fonseca, o trigo, apesar de ser uma cultura não regular, chegou a abastecer o mercado estadual e também chegou ao ponto de ser exportado para outros estados brasileiros. FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 63.

Quadro 3 - Dados estatísticos em toneladas, do boletim do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, da produção de grãos no Brasil 1929-1930

Estados	Arroz	Aveia	Centeio	Cevada	Feijão	Milho	Trigo
Amazonas	118				983	2.525	
Pará	12.450				478	5.581	
Maranhão	30.000				2.500	18.000	
Piauí	7.420				4.284	10.172	
Ceará	5.400				18.000	60.000	
Rio Grande do Norte	884				6.615	5.765	
Paraíba	828				4.450	14.016	
Pernambuco	150				4.700	35.000	
Alagoas	9.000				12.000	50.000	
Sergipe	2.440				9.205	64.660	
Bahia	8.335				23.440	35.684	
Espírito Santo	1.650				2.700	40.000	
Rio de Janeiro	13.180				10.155	259.590	
São Paulo	432.000				262.200	1.291.500	
Paraná	10.552	825	7.100	936	31.940	242.600	21.856
Santa Catarina	21.680	562	2.170	172	16.000	135.750	2.500
Rio Grande do Sul	223.280	5.840	6.890	8.470	134.170	927.230	146.150
Minas Gerais	137.540				85.360	729.300	
Goiás	30.000				25.000	230.000	
Mato Grosso	8.710				2.464	6.880	
Acre	900				2.720	75.00	
Total	956.497	7.267	16.160	9.578	659.364	4.416.753	170.538

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 97, ano. XXXVIII, 26 abr. 1931. p. 20.

Pesavento observa que no Rio Grande do Sul, durante a República Nova, foi tomando lugar a idéia de que o investimento na agricultura era mais rendoso do que na pecuária. Assim é que, ao lado do arroz, também se deu ênfase à cultura do trigo, da cebola, das frutas de sobremesa e do milho, este último associado à suinocultura como ração. Flores da Cunha concedeu empréstimos aos setores da agropecuária, atingidos pela crise de 1930, estendendo-se à produção de arroz e a todos os produtos da agropecuária, como conseqüência da acentuada concorrência no mercado. Quanto aos produtos industriais, a ajuda foi oferecida àqueles produtos tidos como “naturais”, porque beneficiavam matéria-prima local, abrangendo vinho, banha, conservas de frutas, óleos vegetais, produtos têxteis e farinha de trigo<sup>626</sup>.

A banha foi a propulsora para que o norte do Rio Grande do Sul se incorporasse à economia estadual. A diversidade na produção agrícola, bem como as vantagens comparativas da economia, transformaram-na na mais intensa e forte subsidiária do centro do país. Outros produtos derivados da agricultura e mercedores de relevo são a farinha de mandioca e o

<sup>626</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 108.

vinho, com a primeira obtendo o lugar primeiro em grau de importância de produto exportado desligado da criação. No entanto, o Planalto Médio começou a se distinguir perante as exportações através da madeira (pinho e cedro notavelmente), movimentando o tráfego ferroviário no Rio Grande do Sul<sup>627</sup>.

A década de 1930 representou um marco na economia brasileira, pois passou a ser regida por um novo modelo, ou seja, o de substituição de importações em oposição ao modelo agroexportador. João Manoel Cardoso de Mello<sup>628</sup> denominou “industrialização restringida” a essa nova fase da economia brasileira, na qual Vargas primava pela internalização dos bens de produção.

Com o processo de substituição de importações fortemente intensificado, originou-se no Brasil um novo rumo na economia nacional, impulsionada pelo setor industrial. Esse modelo de economia adotado pelo governo central levou a que o empresariado industrial se mobilizasse por meio da constituição de grupos de interesses, que se faziam ouvir por Getúlio Vargas, assim como influenciavam o modelo econômico vigente.

A organização política dos grupos industriais na década de 1930 caracterizou-se pela necessidade de tradução de um poder socialmente definido para um poder politicamente definido, materializada na redefinição das alianças em 1930, acompanhando o início da industrialização do país. A esse respeito Boschi observa:

**Em termos de uma interpretação global de como a mudança ocorre em seguida à emergência de um grupo social como ator político, vale a pena mencionar dois aspectos. Primeiro**, como foi mencionado anteriormente, há uma busca de auto-identidade por parte do grupo. Essa tendência expressou-se ao nível da organização de grupos de interesses empresariais termos de um progressivo alargamento de sua base de representação e ao nível da prática política da classe na natureza geral das demandas que, em geral, tinham o propósito último de chamar a atenção para a importância da indústria no contexto da economia nacional. **Segundo**, há o estabelecimento de uma liderança, que de início, paradoxalmente se desprende das bases, na medida em que, dentro da própria liderança, há uma tentativa de se articular as posições dos industriais num conjunto de demandas mais coeso e específico<sup>629</sup>. (grifos nosso).

---

<sup>627</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 63-64.

<sup>628</sup> DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 110.

<sup>629</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 63.

Dessa forma, o quadro que se delineava a partir de 1930 era o do novo grupo social surgido, o dos industriários, tentando consolidar os espaços políticos que haviam conquistado recentemente. Nos anos subsequentes, o conteúdo e a natureza da prática política dos industriais iriam se modificar, evoluindo para a especificação, na proporção em que os interesses se apresentavam mais complexos e diferenciados ao longo do tempo. Importa considerar que havia a correlação de forças econômicas e políticas tendendo a ideologia e aos interesses de determinado grupo para o conjunto da sociedade, como esclareceu Draibe:

[...] poder-se-á com rigor identificar a direção política do processo de transformação capitalista no Brasil. O que está em pauta são as tendências alternativas frente a industrialização e as bases sobre as quais se definem no Estado distintos projetos de transformação social e de hierarquização de interesses econômicos e políticos. Ou seja, os distintos conteúdos com que se pretendeu equacionar e resolver as grandes questões da Revolução Burguesa: a questão agrária, a questão das relações das frações burguesas entre si e com as burguesias internacionais já constituídas, a “questão social” e, finalmente, a de construção e funcionamento das próprias estruturas estatais<sup>630</sup>.

A obra de desenvolvimento social e econômico realizada pelo governo Flores da Cunha foi valorizada tanto pela imprensa regional quanto pela local. O jornal *A Federação*, atribuiu ao bom relacionamento entre governo estadual e federal a execução de grandes obras naqueles setores. Não se constatam, porém, em momento algum, referências à participação do setor privado na construção do Rio Grande, cabendo ao governo, tão-somente, a aptidão exclusiva de operar mudanças, por meio da capacidade de conciliação de que dispunha em relação aos diversos setores sociais.

A consolidação do espaço político do grupo dos industriários foi sendo conquistada pela ampliação de sua representação em associações de classe, sem muita preocupação com a qualidade dos interesses representados, mas, sim, com a quantidade de membros que poderiam dar suporte a essa nova classe. Ao invés de se orientarem no sentido de associações com interesses específicos e definidos, a tendência à visibilidade condicionou a criação de uma organização de base nacional. Como resultado, essa organização se transformaria num

---

<sup>630</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p 16.

foro de demandas amplamente definidas, mas que na realidade não eram especificadas claramente sob forma de políticas ou de meios para sua implementação<sup>631</sup>.

No Rio Grande do Sul, na década de 1930, salientou-se o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, cujo fim era impulsionar a industrialização no estado, aliando esforços com o intuito de obter condições melhores para que as empresas já existentes fossem incentivadas e, conseqüentemente, gerassem novos investimentos. Como protetor dos interesses do empresariado, foi eleito o primeiro presidente do centro, A. J. Renner (ver Anexo B), que deveria ter a visão voltada para o regional, sem desconsiderar a conjuntura nacional e internacional, buscando o crescimento pelo progresso técnico<sup>632</sup>. Assim, as indústrias gaúchas organizaram-se no Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, que reunia as maiores empresas do estado e objetivava tanto possibilitar um maior crescimento industrial quanto harmonizar as relações entre patrões e empregados. Ademais, esse centro buscava entrosar mais a classe empresarial com os poderes públicos, ampliando a sua participação no governo<sup>633</sup>.

Mais tarde, em 1933, o Centro Industrial do Brasil (CIB) transformar-se-ia na Confederação Industrial do Brasil, numa tentativa de unificar as federações existentes nas diversas regiões brasileiras. A iniciativa dessa criação teve origem nas quatro maiores associações existentes na época, localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O CIB seria mais tarde a base da estrutura corporativa criada no ano de 1943 e que persiste até os dias de hoje como Confederação Nacional da Indústria<sup>634</sup>.

Salientamos que, embora houvesse consonância entre o governo federal e o estadual quanto à necessidade de integração do Rio Grande do Sul no mercado nacional, parte da classe dominante não admitia que as medidas centralizadoras colocadas em prática pelo governo federal no pós-30, a exemplo da isenção do pagamento de impostos de muitos produtos industriais, que beneficiavam o setor, prosseguissem. Na verdade, o auxílio aos

---

<sup>631</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 64.

<sup>632</sup> PROXTO: Pequena e média empresa no RGS. *Relatório de pesquisa*, n. 4, ago. 1978. p. 31.

<sup>633</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 108.

<sup>634</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. O empresário e a implantação da legislação trabalhista. In: BOSCHI, Renato Raul; CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresariado nacional e estado no Brasil: uma comparação de dois períodos*. Relatório de pesquisa, IUPERJ, 1976. p. 112.

problemas econômicos das regiões periféricas por parte do governo central tinha como equivalência a submissão política das oligarquias regionais. No entanto, alguns pecuaristas gaúchos pretendiam a hegemonia política do país ou queriam resguardar a independência do poder da oligarquia regional diante do centro do país<sup>635</sup>.

No Rio Grande do Sul o desenvolvimento da economia industrial era dependente, em parte, do mercado instituído por produtos provenientes dos municípios e colônias. Assim, surgiu uma economia de subsistência que no início era deficiente, porém, mais tarde, tornou-se capaz de proporcionar excedentes comerciáveis e um desenvolvimento na agricultura comercial que tinha na produção de gêneros alimentícios sua especialização, o que tornou possível sua inserção no mercado nacional. O desenvolvimento desse modelo de agricultura comercial possibilitou aos proprietários produtores das colônias terem uma capacidade maior na aquisição externa, ou seja, na forma de recursos monetários. A indústria gaúcha participou embora em escassa quantidade, da formação da indústria de base no Brasil<sup>636</sup>.

O Brasil caminhava para o processo de redemocratização, o que levou o governo estadual a enfrentar muitos problemas. Flores da Cunha tentava se aproximar da oposição, mas encontrava a desaprovação de Getúlio Vargas. Assim, o governo central provocou a cisão política no Rio Grande do Sul, fazendo com que o PRL de Flores da Cunha deixasse de ter a maioria no Legislativo e que muitos outros se desligassem do partido, dentre os quais Benjamin Vargas, irmão de Getúlio. Os que se afastavam de Flores aproximavam-se mais ainda do governo central, e os componentes da Frente Única perceberam na aceitação da política de Vargas uma oportunidade de ascender política e economicamente. Assim, tanto em nível regional como no estadual, opuseram-se ao governo de Flores e o fechamento político acabou por acontecer, instalando-se a ditadura em nome de princípios como o da “segurança nacional”, aceleração do processo econômico ou, simplesmente, pela possibilidade de se obterem cargos na política de favoritismo patrocinada por Vargas<sup>637</sup>.

Nesse contexto, a partir da década de 1930 e entrando na década de 1940, o Brasil passou a se organizar na construção do capitalismo industrial, entrando na fase

---

<sup>635</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 108.

<sup>636</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 167-168.

<sup>637</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 113.

desenvolvimentista, na medida em que as intervenções estatais ocorriam para impulsionar a industrialização de um país que se encontrava em desvantagem em relação aos que já haviam aderido ao capitalismo. O reflexo dessas idéias concretizou-se no reconhecimento da necessidade de que deveria existir um elo entre o progresso e crescimento do estado e das regiões, de modo que Passo Fundo e Carazinho, considerados pólos de desenvolvimento, salientavam-se na região Norte como prósperos e impulsionalizadores do desenvolvimento e crescimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, corroborando com as idéias de Vargas.

### **3.1.1 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Passo Fundo**

Os aspectos da dinâmica político-econômica do município de Passo Fundo no período compreendido entre 1930 e 1945 iniciam com o desmembramento do 4º distrito, que trouxe alterações em todos os segmentos. A partir disso, procedemos à apresentação e análise de discurso dos fatos relevantes, extraídos dos jornais, telegramas, documentos e atas da Associação Comercial, de modo a demonstrar com esses registros que a elite política se valia do poder econômico para conseguir se manter no poder ou, pelo menos, nos bastidores, onde podia interferir na tomada de decisões em relação aos seus municípios.

O grande incremento dado à produção de trigo na época em Passo Fundo (1930-1950), bem como o surgimento de cooperativas e de granjas, oportunizou o aumento de novos proprietários de terra e de arrendatários, redefinindo, em parte, a estrutura pecuarista da região, além da utilização mercantil de parte do latifúndio pecuarista de trigo<sup>638</sup>. Assim acompanhava-se o novo modelo de Estado instituído por Vargas, no qual a industrialização começava a substituir, gradativamente, a mão-de-obra dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que surgiam novas formas de trabalho e, com isso, as leis trabalhistas iam ganhando espaço para se instalar de vez no país.

---

<sup>638</sup> TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 90.

Para tanto, no setor da pecuária, parte dos criadores passou a formar cooperativas para beneficiar seus rebanhos, eliminando a figura dos charqueadores tradicionais. Por outro lado, outros pecuaristas lançavam as bases para a formação de frigoríficos próprios, idéia que contava com o apoio do governo gaúcho, que amparou e incentivou tanto um como outro grupo de pecuaristas. Apesar das divergências políticas, situação e oposição mostravam-se favoráveis ao objetivo maior que catalisava as atenções dos pecuaristas gaúchos: a construção de um frigorífico nacional. O Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, criado em julho de 1934, buscava, entre outros objetivos, tornar realidade no estado o projeto da frigorificação<sup>639</sup>.

O governo do estado concedeu empréstimo para a concretização do frigorífico, assim como construiu um matadouro-modelo na Serraria e um entreposto frigorífico no cais do porto da capital. Além disso, encomendou vapores-frigoríficos, resolvendo, dessa maneira, o problema de transporte adequado para as carnes. Coincidentemente, os charqueadores também viam vantagem na frigorificação e, por isso, o sindicato desta categoria optou pela sua transformação paralela, embora não integrada ao Instituto de Carnes<sup>640</sup>.

O *Jornal da Serra*, com referência à indústria agropecuária, expressou-se da seguinte forma:

[...] tivemos a oportunidade de presenciar o trabalho de matança em uma indústria. [...] língua, rins, tripas, patinas, rabos, cabelo, **banha**, tudo enfim que pertence ao suíno é aproveitável, tomando a forma para que nossos produtos se submetam a exportação, se adequando a fiscalização estabelecida. Os mercados consumidores, sobretudo os europeus são bastante exigentes e todo o produto que não leva a garantia do governo dos países de origem não encontra entrada em suas fronteiras. Daí a necessidade de se proceder à rigorosa fiscalização de todas as nossas indústrias de caráter alimentício. [...] para que se possa apreciar a grandiosidade do Matadouro Frigorífico de Passo Fundo, basta dizer que atualmente, trabalham ali, nada menos que 400 operários. [...] **o Matadouro Frigorífico desta cidade tem como gerente o senhor Osório Meyrer, cavalheiro que a muitos anos se dedica no ramo industrial que hoje é superintendente. Profundo conhecedor do ramo, vastamente relacionado nesta região, operoso e arguto, sua ação à frente do importante estabelecimento industrial, vem se caracterizando por uma atividade constante, por um trabalho cuidadoso com grande proveito para a poderosa empresa industrial de Passo Fundo, que o tem como um dos seus melhores auxiliares**<sup>641</sup>. (grifos nosso).

<sup>639</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 111.

<sup>640</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 274.

<sup>641</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 488, ano. IX, 11 dez. 1938. p. 19.



A correlação entre a estrutura lingüística da nota do jornal e a estrutura social da época comprova o avanço do programa de industrialização brasileiro, fundamentado em bases nacionais<sup>642</sup>. O desenvolvimento econômico pretendido, através da substituição do trabalho rudimentar pelos frigoríficos, denotava o avanço social conquistado pela classe operária. Com isso, ressaltava-se a importância dada ao sindicalismo na Era Vargas por meio das leis trabalhistas e suas conquistas. Nesse contexto, retomamos as idéias defendidas por Vargas, que enfatizava:

As novas exigências da civilização quase não permitem que os grandes empreendimentos sejam realizados pelo só esforço individual. Daí a necessidade da forma associativa que tomam essas empresas e da pendência generalizada para o reagrupamento social organizado pela categoria de classes, conforme a profissão ou atividade econômica de cada um para que melhor se compreendam e orientem os fenômenos coletivos. **O desenvolvimento do espírito associativo é uma das causas mais importantes do progresso econômico.** Ao Estado cabe estimular o surgimento dessa mentalidade associativa, valorizá-la com a sua autoridade, supri-lhe as deficiências, exercendo um certo “controle” para evitar os excessos. **Cabe aos governos o dever elementar, como auxílio a cooperação das classes produtoras de lhes facilitar também os meios de transporte para ativar a circulação da riqueza móvel.** Como remate lógico dessa eurtmia de movimento, é preciso mobilizar a propriedade imóvel, pela organização do crédito rural<sup>643</sup>. (grifos nosso).

Vargas, em seus pronunciamentos, deixava transparecer a sua visão conciliadora, moderna, capaz de articular lados opostos, de construir consensos e harmonizar interesses distintos e, até mesmo, antagônicos. Era o que ocorria com a nova visão de Estado que ele se propunha a implantar, na qual a idéia de associativismo, não aceita por Flores, ia aos poucos sendo difundida e aceita pelos líderes políticos e econômicos dos estados brasileiros. Naturalmente, como exímio negociador, Getúlio colocava a figura do Estado como o elemento neutro, mas que poderia resolver e direcionar os conflitos porventura surgidos.

Em nível local, havia a urgente necessidade da ampliação de estações da Viação Férrea, da liberação de um maior número de vagões para escoamento da produção, mas também de construção de novas estradas. Nesse sentido, o jornal *Correio do Povo* trouxe duas manchetes salientando a importância de estradas e da viação férrea para o crescimento de Passo Fundo. Assim, em entrevista dada por Arthur Ferreira Filho dizia ele:

<sup>642</sup> BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Àtica. 199. p. 34.

<sup>643</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 262-263

Sobre a viação, se o Departamento de Estradas de Rodagem atacar, sem demora, como é de sua promessa, as estradas de Passo Fundo – Guaporé e Passo Fundo – Sete de Setembro, o município ficara desafogada, para levar a cidade grandes melhoramentos nas rodovias de Passo Fundo - Nonohay, Pontão – Sarandi, Rondinha – Taquarussu e outras. **É meu propósito, acrescentou o Sr. Arthur Ferreira- fazer o possível para melhorar consideravelmente as estradas do município**<sup>644</sup>. (grifos nosso).

O teor da entrevista demonstra a “elite política” representada por Arthur Ferreira Filho, então prefeito de Passo Fundo, o qual se valia da personalidade “é meu propósito”, evidenciando um significado muito além do contido em suas palavras. Na condição de prefeito municipal, nomeado por Flores, era propagador das idéias do PRL; por isso, seus pedidos eram atendidos de modo especial pelo então interventor. Além disso, a questão das estradas era importante para desenvolver a região colonial. Arthur Ferreira Filho, numa visita pelo interior para averiguar o andamento do progresso industrial e agrícola, foi alvo do seguinte comentário de *O Nacional* ao destacar a sua capacidade de solucionar os problemas econômicos dos distritos visitados.

[...] o prefeito regressou do interior. Regressou ontem do interior do município, onde se encontrava há alguns dias, o sr. Arthur Ferreira Filho, prefeito municipal. S.s. esteve nos distritos de Julio Mailhos, Águas da Rondinha e Taquarussu, onde recebeu expressivas demonstrações de apreço das classes conservadoras e população daquelas localidades. Nessa excursão que fez, o sr. Prefeito solucionou vários assuntos que dizem respeito a vida econômica daqueles prósperos distritos de nosso município. De todas as localidades que esteve, o sr. Ferreira Filho colheu ótima impressão, dado o progresso industrial e agrícola dos distritos visitados por s.s.<sup>645</sup>.

Os líderes políticos passo-fundenses defendiam melhorias nos transportes, a exemplo de Nicolau de Araújo Vergueiro, quando candidato ao cargo de intendente de Passo Fundo, ao afirmar que daria atenção especial às estradas de rodagem, consideradas as “artérias por onde circula o sangue bendito da produção, fonte perene de riqueza. Construindo pontes, melhorando todas as estradas velhas, rasgando novas se possível”<sup>646</sup>.

Em Passo Fundo as cooperativas, associações, sindicatos, centros, sociedades, clubes e grêmios constituíam-se em espaços importantes e decisivos para o desenvolvimento e crescimento regional, pois era tido como o município condutor da economia da região. Esse

<sup>644</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 76, ano XLIV, 01 abr. 1938. p. 04.

<sup>645</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.979, ano XIII, 27 abr. 1938. p. 02.

<sup>646</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 32.

contexto é encontrado nas atas de 19 de fevereiro e 3 de maio de 1931 da Associação Comercial Anexo G. Nesse sentido, relacionamos: Associação Comercial, Associação Farmacêutica, Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, Associação Rural, cooperativas madeireiras, União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana, Circulo Operário, Clube Caixeiral, Clube Comercial, Clube Cultural Beneficente, Clube Nonoaiense Recreativo, Centro da Mocidade Frenteunista Waldemar Ripoll, Clube Nova Aurora, Clube Pinheiro Machado, Clube Recreativo Juvenil, Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Grêmio Passo-fundense de Letras, Grêmio Esportivo Juventude Católica, Grêmio Esportivo Passo-fundense, Grêmio Esportivo 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, Grêmio da Mocidade Liberal de Passo Fundo, Sociedade Beneficente Damas de Caridade, entre outros<sup>647</sup>.

O jornal *O Nacional*, no ano de 1934, fez referência ao consórcio profissional cooperativo madeireiro passo-fundense, salientando a realização de uma importante reunião de madeireiros, a que teriam comparecido, aproximadamente, cinquenta proprietários de serrarias. O teor da reportagem era o seguinte:

Ontem, às 14 horas, na sede da Sociedade Operária, realizou-se importante reunião de madeireiros, tendo comparecido cerca de 50 proprietários de serrarias. Por aclamação dos presentes assumiu a presidência o sr. Hermínio Penã que convidou para secretário o sr. Juvenal Xavier. Aberta a seção, depois de lidos e aprovados os estatutos ficou fundado o Consorcio profissional Coop. Madeireiros passo-fundenses, sendo eleita a seguinte diretoria, presidente, Valentim Burgel; tesoureiro, Alfredo Graeff; secretário, Juvenal Xavier; assessores suplentes, Gerino Langaro; Geraldino Nunes; Adolfo Nüsk e Francisco Cerrati, os quais foram logo empossados. Diante da minuciosa exposição feita pelo sr. Herminio Penã que esteve na capital numa comissão de madeireiros tratando de assuntos de interesse da classe, reina grande entusiasmo entre os interessados que não fazem parte da Federação das Cooperativas recentemente organizada, e que agora fundarão o consórcio de acordo com o decreto federal n. 23.611 de 20 de agosto de 1933. Foi passado ao general interventor um telegrama de congratulações por ter sua ex<sup>a</sup>. Prorrogado até o fim do ano o prazo para cobrança do imposto por dúzia de tábuas para os não federados, dando assim margem a que estes se organizem. **Finalizando a reunião em nome da diretoria eleita o secretário, sr. Juvenal Xavier agradeceu aos presentes a investidura que lhes foi confiada e congratulou-se pela volta do país ao regime legal e promulgação da constituição**<sup>648</sup>. (grifos nosso).

Ressaltamos que a ata do dia 7 de fevereiro de 1932 (Anexo G) já demonstrava a preocupação social e ecológica com o reflorestamento dos pinhais. Analisando-se o discurso

<sup>647</sup> PASSO FUNDO. Guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo. Comemorativo à 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 7-20.

<sup>648</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1863, ano X, 24 jul. 1934. p. 04.

transcrito do jornal, em que a ação das elites fortalecia sobremaneira o Estado e o regime, as representações demonstram que o Estado era benevolente e que somente ele poderia guardar a sociedade dentro da ordem constitucional ou promover a coerção. As elites carregavam no seu imaginário as idéias que objetivavam promover a transformação da sociedade com suas ações, cujo resultado deveria ser o fortalecimento do Estado e da figura de Vargas.

No processo de industrialização regional destacamos a importância ocupada pelas madeireiras, em razão de seu peso na economia dos municípios da região Norte do estado, iniciadas como serrarias no interior dos municípios, e envolvendo-se com atividades de exportação. Assim, demonstramos a abrangência das formas de relacionamento dos madeireiros com os mecanismos do poder, possibilitando-nos uma melhor compreensão das transformações sociais ocorridas. É a partir do estudo da produção madeireira nos seus diferentes ramos – extração, serragem, exportação – que podemos compreender a atuação e os interesses dos grupos sociais envolvidos, bem como a forma como se posicionavam em relação ao poder instituído e como se organizavam segundo as conveniências específicas<sup>649</sup>.

Os madeireiros formaram na época uma “elite madeireira” que, conforme Pesavento, “sob uma capa de aparente neutralidade [...] sempre correspondeu aos interesses dos detentores do capital”<sup>650</sup>. Para tanto, basta acompanhar a trajetória do industrial madeireiro na sociedade civil por meio das notas jornalísticas dos meios de comunicação da época, para constatar que ele traçava alianças e composições no sistema do poder de modo a conseguir viabilizar seus interesses específicos. Para Gramsci, “a elite dos empresários deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”<sup>651</sup>.

Para um melhor entendimento da importância das madeireiras no contexto local, reproduzimos os dados do censo econômico de 1940, onde consta que, de um total de 1060 madeireiras instaladas no estado, empregando 3614 operários, 296 estavam, operando na

---

<sup>649</sup> WENTZ, Liliâne Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo, UPF, 2004. p. 12.

<sup>650</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha – dominação do capital e disciplina do trabalho – RS: 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 106.

<sup>651</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 4.

região do Planalto Médio, ou seja, em Passo Fundo e Carazinho, o que significava, aproximadamente, 30% do total de serrarias do Rio Grande do Sul<sup>652</sup>. Assim, ao lado da comercialização da banha e dos produtos agrícolas como o milho e o trigo, plantados pelos colonos, surgiram as atividades ligadas ao preparo de tábuas, barrotes e demais tipos de madeiras, bem como a indústria de móveis e de transformação da madeira, introduzida pelos imigrantes europeus que começavam a se instalar no estado.

Para o município de Passo Fundo a ferrovia representou um grande impulso no crescimento econômico, sendo também responsável pela fixação de muitos imigrantes na localidade. Tanto é que a cidade se consolidou como pólo regional norte e teve um aumento expressivo de estabelecimentos comerciais e industriais. As ferrovias pertenciam à União e, por isso, serviam como incentivadoras do poder político, desde a escolha dos locais onde deveriam ser construídas até a designação nominal de quem ocuparia os postos de destaque na administração. Era, ao lado do interesse econômico, uma incentivadora do crescimento e da descentralização das relações capitalistas<sup>653</sup>.

Um fato importante, narrado no *Correio do Povo* em 1933, foi a construção do Porto de Torres e dos ramais ferroviários. Segundo afirmava em seu discurso,

**a significação econômica dessa obra é para o Rio Grande do Sul do maior relevo. O ilustre sr. Getúlio Vargas, bem o realçou ao afirmar, a Assembléia dos Representantes, na sua mensagem, que a abertura do Porto de Torres é o equivalente a uma revolução econômica para o Rio Grande. Será de fato o motivo alvissareiro de um período de progresso intenso, fecundo e rápido; será o despertar de uma vasta e quase virgem região do nosso Estado, fadada a ser, com a sua atividade produtora, um rico e provido celeiro deste grande país.** As vantagens que dessa obra decorrerão podem ser, em parte, assim enumeradas: a) grande redução do tempo de comunicação entre o nosso e os demais estados da federação; b) o barateamento de modo considerável dos fretes de mercadorias vindas de toda à parte pela concorrência entre as companhias de navegação, pois os transatlânticos se verão forçados a demandar o ancoradouro; [...] c) facilidade para o embarque do gado em pé que virá, proximamente, abastecer de carne ao Rio de Janeiro e ao Norte da República; d) a diminuição dos fretes do sal, importação para a preparação dos charques e dos couros; [...] e) a possibilidade da exportação do nosso carvão de pedra, pela modicidade dos preços de transporte dos grandes navios. da abertura do Porto de Torres, decorre naturalmente, um imperativo categórico: a construção dos ramais complementares para articular um sistema de transporte capaz de servir de rápido escoadouro as riquezas de vastíssima região que ficará sob a zona

<sup>652</sup> WENTZ, Liliane Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo, UPF, 2004. p. 24.

<sup>653</sup> TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889/1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 111.

de influência no novo porto. Entendo que a ferrovia que unirá Porto Alegre a Torres deverá ser de bitola larga. **Outro ramal complementar será o de Passo Fundo a Iraí**<sup>654</sup>[...]. (grifos nosso).

O texto destacado evidencia a importância dos municípios da região, pois, com a estagnação econômica da Campanha, ocorreu a elevação econômica e social do Planalto e da Serra. Os produtos do norte, tais como a banha e a maior parte da produção agrícola, pouca relevância tinham nas exportações. No decorrer do século XIX, os produtos que anteriormente não possuíam destaque algum começaram, gradativamente, a alcançar valor numa cultura de subsistência local. Para Fonseca, “o trigo que se constituiu em uma possível exceção, no início do século XIX, haja vista que a maior parte da produção agrícola não se destinava a exportações”<sup>655</sup>. A ferrovia que ligaria Passo Fundo a Iraí traria benesses não somente a Passo Fundo, mas para toda a região.

O jornal *Correio do Povo* de 1932 estampou em suas páginas a realização da Exposição Agropecuária e Industrial, na qual o industrialista Oribe Marquez, de Passo Fundo, recebera duas medalhas de ouro e um diploma, conferidos pela diretoria da exposição agropecuária na capital, correspondente aos produtos de erva mate expostos pelo industrialista. Tal fato evidencia que a economia de Passo Fundo era sólida e diversificada, além de contribuir para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul. O mesmo jornal transcreveu um ofício recebido por Oribe Marquez, da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, cujo texto sintetizava as honrarias de que Oribe fora alvo:

Porto Alegre, 28-12-1931– Ilmo sr. Oribe Marquez. Passo Fundo. De posse de sua atenciosa carta do dia 22, cujos termos muito nos sensibilizam, temos o grato prazer de informar-vos que obtivestes medalha de ouro (primeiro premio) em honra mate barbaqua moído e idêntica classificação em erva “conchada”. As medalhas foram entregues, ao dr. Jupiter Borne da Diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio [...]”<sup>656</sup>.

Em Passo Fundo, no pós-1930, a banha, carne verde, couros suínos, vinho, batatas, mel, madeira, farinha de mandioca, milho, trigo e outros cereais foram os produtos

<sup>654</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 25, ano XXXIX, 29 jan. 1933. p. 01.

<sup>655</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 57.

<sup>656</sup> CORREIO DO POVO. Passo Fundo, n. 1, ano XXXVIII, 11 jan. 1931. p. 05.

alavancadores do seu desenvolvimento e crescimento. O norte do Rio Grande do Sul, pelo seu valor econômico, tornou-se um fator de crescimento, tanto econômico quanto populacional, não apenas regional, mas com capacidade de ter expressiva força na economia do Estado.

Na década de 1930 foi dado início ao incremento à produção do trigo. A partir disso foram surgindo cooperativas e granjeiros, arrendatários e novos proprietários de terra, bem como houve a redefinição, em parte, da estrutura pecuarista da região, acompanhando o novo modelo econômico proposto por Vargas. Data de 1938 o surgimento da Estação Experimental Engenheiro Luiz Englert (Estação Experimental Passo Fundo, posterior Embrapa), cuja finalidade era desenvolver a cultura do trigo, com a participação pública na pesquisa agropecuária brasileira e o incentivo à produção de trigo. “Foi a instalação dessa estação de trigo que fez com que proliferassem na cidade e região moinhos de todo o calibre, destacando-se os moinhos São Luiz e Rio-Grandense, que depois passou a chamar-se Passo-Fundense, e o Moinho da Viúva Della Mea”<sup>657</sup>.

Nesse sentido, *O Nacional* divulgou a instalação de uma indústria de farinha em Passo Fundo, que seria um sinônimo de crescimento econômico, alavancando o desenvolvimento do município e efetuando mudanças no que se referia ao fator inovação, atendendo aos anseios da elite econômica. A matéria divulgada pelo jornal continha:

[...] fomos agora informados de que a S.A. Moinhos Rio-grandenses, registrou na Junta Comercial de Porto Alegre a sua nova filial a instalar-se nesta praça sob a denominação de Moinho Passo-fundense. Podemos desde já regozijamo-nos com este fato, por vermos mui breve intensificado não só o desenvolvimento de nossa indústria, como também do comércio, pois, dando consumo, o novo moinho, a 30 toneladas de trigo, diariamente, convergirá por certo, para este centro toda a produção dessa gramínea, cultivada neste município e nos circunvizinhos, e daí a maior circulação de dinheiro e a conseqüente animação da vida comercial desta cidade. Deve chegar a esta cidade hoje o engenheiro Soares Auzorena, que vem dar começo as instalações da S.ª Moinhos Rio-grandenses<sup>658</sup>.

Analisando a notícia com base em Douglas North<sup>659</sup>, vemos que a organização econômica existente opera melhor dentro ou perto do centro de uma determinada matriz de

<sup>657</sup> TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed.. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>658</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1238, ano VII, 03 jun. 1932. p. 02.

<sup>659</sup> NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 291-313.

desenvolvimento econômico, e também naquelas partes agrícolas favoravelmente situadas em relação a tal centro. Contudo opera menos satisfatoriamente nas partes de agricultura que estão situadas na periferia da matriz. Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar. Os primeiros estágios de industrialização baseiam-se, tipicamente, em produtos agrícolas e florestais e incluem atividades como processamento de alimentos, artefatos de madeira e preparação de fibras têxteis.

Acompanhando o descrito, os Anexos I e J demonstram a situação industrial do município Passo Fundo em 1937, no que se refere ao número de indústrias, capital subscrito e integralizado, número de operários, força motriz e valor da produção. Desse modo, analisando os números expressos nos anexos citados, podemos inferir que o desenvolvimento industrial de Passo Fundo, em 1937 relevava um número três vezes maior do que o desenvolvimento industrial de Carazinho, reafirmando por que era considerado um município-mãe, tendo em vista que crescia e se destacava dos demais do Rio Grande do Sul.

Outrossim, observando a situação industrial em Passo Fundo na época, percebemos que o setor se caracterizava por um grande número de pequenas empresas, ao lado de outras que mais tarde se tornariam grandes. Os índices de crescimento industrial dessa época demonstram números significativos, especialmente entre os anos de 1933 e 1939, que foi de 8,4% ao ano, ao passo que a agricultura crescia cerca de 2,2% ao ano<sup>660</sup>. Os dados referentes ao desenvolvimento comercial de Passo Fundo eram coligidos e enviados ao interventor do estado. Dessa forma, servem de comprovação das receitas e despesas efetuadas na época, demonstrando o ritmo de crescimento e desenvolvimento do município.

Nesse sentido, o *Correio do Povo* informou números do orçamento de Passo Fundo para o exercício de 1931. Henrique Scarpellini Ghezzi nomeou, para estudar o assunto, uma comissão composta de pessoas de relevante conceito social, sem distinção de partidos, a fim de que fizessem as alterações que o momento exigia, emitindo parecer, sobre o projeto que lhe fora enviado. Desse trabalho, assinado por A. Veiga Farias, inspetor do Banco da Província; Arthur Lângaro, da firma Busatto, Lângaro e Cia.; Otto Bade, da firma Bade e Barbieux;

---

<sup>660</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 61.



Oribe Marques, industrialista de herva-matte; João Carlos Wailrich, da firma Magalhães, Lopes e Wailrich, e Antonio Schell Loureiro, proprietário, extraímos que “a questão do orçamento da prefeitura, obriga-nos a vir declarar em publico que a formula de conciliação entre os interesses do contribuinte e os do fisco foi resolvida pelo sr. Prefeito, com alto critério e com um rigor exatos de visão das necessidades públicas<sup>661</sup>”.

A respeito desse orçamento de Passo Fundo, relatou o *Correio do Povo*:

**A receita do município está orçada em 1.100 contos, distribuídas por varias rubricas, sendo a mais vultosa a de “Eletricidade”, que entra com uma parcela de 230 contos. É esta a principal renda do município.** As taxas em vigor, de força e luz, são baratas, e talvez poucos sejam os municípios que gozam de uma taxaçoão tão baixa. Indústrias e profissões sofreram um decréscimo de 30 contos, quantia alias apreciável. **Justifica-se essa baixa no fato incontestável criado pela ação manifesta da crise que atravessou o país, ocasionando sucessivamente falências, extinção de indústrias, supressão de casas comerciais, abolição de profissões, etc.** O precário orçado no exercício passado em 40 contos aparece neste com 25 contos, soma pequena se levarmos em conta a população bovina do município que é já bastante apreciável. O atual sistema de cobrança do referido imposto é falho devido às dificuldades em fiscalizá-lo convenientemente. Em algumas verbas as modificações foram pequenas e outras se conservaram inalteráveis. A despesa ordinária foi distribuída com equilfbrio e segurança. Os dinheiros públicos serão aplicados com critério e de acordo com as necessidades mais urgentes do município, dentro da estreita espera das suas possibilidades. Não há duvida que uma lúcida compreensão das necessidades urgentes do município deve presidir á distribuição de todas as verbas, de modo tal que sua aplicação seja racional e atenda dentro das medidas do possível ao que seja forçoso e indispensável. De um confronto com a despesa de 1930 ressalta de inicio, nos honorários do sr. prefeito, uma diminuição de 9:600\$000. A secretaria do município baixou nos vencimentos do pessoal 2:800\$000. A Higiene e Assistência Pública tiveram um acréscimo de 5:400\$000, a Instrução Publica foi aumentada de 14:400\$000. Por outro lado, temos em Viação e Obras, em 1930, 413:714\$200 e no presente orçamento aparece a mesma rubrica com 297:560\$000, devido a ter sido retirada a importância de 230:000\$000 que foi destinada ao pagamento das promissórias emitidas pela Intendência a favor de diversos, relativas a uma demanda perdida por aquela. A rubrica auxílios também foi aumentada em 5:000\$000. Assim vê-se que nos cargos públicos houve uma redução de 12:400\$000, o que não deixou de ser até certo ponto lisonjeiro. Progredindo, vemos que em serviços de utilidade real, as verbas foram aumentadas, relativamente, de modo apreciável. As demais verbas tiveram acréscimos ou diminuições de pequena monta, que desnecessário se torna qualquer comentário em torno” <sup>662</sup>. (grifos nosso).

O orçamento da receita e despesa para o ano de 1932, planejado por Henrique Scarpellini Ghezzi, prefeito municipal, ficou assim estabelecido: receita fixada no valor de 1.080:000\$000, sendo a ordinária em 1.021:000\$000 e a extraordinária em 59:000\$000; a

<sup>661</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 50, ano XXXVII, 8 mar. 1931. p. 09.

<sup>662</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 50, ano XXXVII, 8 mar. 1931. p. 09.

despesa estabelecida em 1.080:000\$000, sendo a ordinária de 849:812\$000 e a extraordinária, 230:188\$000<sup>663</sup>.

O item “eletricidade” aparece no texto orçamentário, comprovando ser a maior área de investimento diante das necessidades impostas pelo processo de industrialização. Era uma preocupação da elite política porque da sua concretização dependia o sucesso econômico do município.

Para o exercício de 1933, o prefeito Armando Araujo Annes orçou a receita em 1.190:000\$000, dividida em ordinária no valor de 1.141:000\$000 e extraordinária, em 49:000\$000; quanto as despesas, foram fixadas na importância de 1.190:000\$000, sendo a ordinária de 795:400\$000 e a extraordinária, de 394:600\$000<sup>664</sup>. Para o ano de 1934, Armando Araujo Annes fixou a receita em 1.050:000\$000, sendo a ordinária no valor de 1.028:000\$000 e a extraordinária, de 22:000\$000; as despesas foram fixadas em 1.050:000\$000, com as ordinárias de 1.030:000\$000 e as extraordinárias de 20:000\$000<sup>665</sup>.

Seguindo, o prefeito Maximiliano de Almeida para o exercício de 1935, previu uma receita de 980:000\$000, sendo a ordinária em 968:000\$000 e a extraordinária, de 12:000\$000, ao passo que a despesa fixada foi de 980:000\$000, sendo a ordinária de 968:000\$000 e a extraordinária, de 12:000\$000<sup>666</sup>.

Para o exercício de 1937, o orçamento da receita e despesa do município de Passo Fundo foi determinado pela lei n. 21, assinada por Nelson Pereira Elerhs, prefeito municipal, sendo previsto em Rs 1.216:000\$000 ( mil duzentos e dezesseis contos de réis)<sup>667</sup>. Por sua vez, para 1938, de acordo com o decreto-lei n. 1, de 31 de dezembro de 1937, o prefeito municipal,

---

<sup>663</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1932. Lei n. 152 de 24 de dezembro de 1931. p. 01. A Nacional, Passo Fundo, 1932.

<sup>664</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1933. Lei n. 153 de 27 de dezembro de 1932. p. 01. Tipografia Independência, Passo Fundo.

<sup>665</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1934. Lei n. 154 de 22 de dezembro de 1933. p. 01. A Nacional Impressora, Passo Fundo.

<sup>666</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1935. Lei n. 155 de 12 de dezembro de 1934. p. 01-02. Livraria Nacional, Passo Fundo.

<sup>667</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1937. Lei n. 21 de 23 de novembro de 1936. p. 01. Livraria Nacional, Passo Fundo.

Antero Marcelino da Silva Junior, estimou o valor de Rs 1.200:000\$000 para a receita e a despesa, em Rs 1.200:000\$000<sup>668</sup>.

Passo Fundo destacava-se no cenário regional também pela sua importância agrícola. Esse atributo ficou evidenciado por ocasião da Primeira Exposição Agropecuária Industrial e Feira, que salientou a excelência das terras do município, bem como a imensa área apropriada para o cultivo agrícola. Assim assegurou ao município uma posição privilegiada dentre os demais do estado do Rio Grande do Sul, figurando no certame agrícola rio-grandense como o município líder na cultura do trigo. Além do trigo, Passo Fundo colocava-se em destacada posição na cultura de outros cereais, o que era um indicativo seguro de um futuro promissor. Assim, eram cultivados, em grande quantidade, em todos os lugares do município o milho, arroz, batata-inglesa, mandioca, soja, girassol, alfafa, amendoim e feijão. A produção de cereais, para o ano de 1938, foi, em sacos, trigo, 350.000; milho, 850.000; feijão, 150.000; arroz, 20.000; cevada, 100.000; linho, 3.000 e batata, 10.000.

Além da grande produção na cerealicultura, a pecuária também era bastante desenvolvida, principalmente em dois distritos de Passo Fundo, Sarandi e Campo do Meio, nos quais existiam importantes estabelecimentos pastoris e onde os fazendeiros pecuaristas buscavam cruzar seus rebanhos, importando raças de touros e efetuando melhorias nas pastagens em seus campos.

Com referência à indústria e comércio, Passo Fundo exercia preponderância entre os demais municípios do estado, visto que existiam inúmeros estabelecimentos industriais e também era centro de trabalho e de empreendimentos, destacando-se os agrupamentos fabris. Como exemplo podemos citar Marau, onde se encontravam instalados um moderno frigorífico, uma fábrica de camas e fogões de ferro, fábricas de móveis, oficinas mecânicas, fábricas de queijo, manteiga, etc.; em Sarandi, um frigorífico para matança de suínos e um moinho para a fabricação de farinha de trigo; em Vila Teixeira existiam duas oficinas mecânicas e fábricas de trilhadeiras; Coxilha contava com um elevado número de serrarias. Também os demais distritos de Passo Fundo eram contemplados com muitas indústrias.

---

<sup>668</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1938. Decreto Lei n. 1 de 31 de dezembro de 1937. p. 01. Tipografia Progresso, Passo Fundo. Assinada por Eduardo Roca, chefe do expediente.

O guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo, datado de 1939, assim descreve o cenário a que nos referimos:

Enfim o número de estabelecimentos industriais do interior do município, e a importância dos mesmos é o atestado eloqüente da operosidade deste grande povo, que dele não se sabe o que se deve admirar: se a sua capacidade de trabalho, ou se a sua orientação tenaz e inteligente na luta pelo progresso, quer se relacione com a economia pública, quer com a economia particular. Na cidade, na bela cidade de Passo Fundo, são inúmeros os estabelecimentos industriais que seria, fastidioso enumerá-los todos, ressaltamos apenas os dois grandes moinhos, que pela sua importância e majestade de suas instalações, sintetizam na arquitetura moderna de seus edifícios o emblema do trabalho pelo progresso. Nesses estabelecimentos são moídos centenas de sacos de trigo em cada 12 horas de trabalho, e, em diversos meses, principalmente após a safra, que aqui é estimada, segundo a última estatística, em 250.000 sacos de trigo, as máquinas dos dois grandes moinhos trabalham incessantemente dia e noite. Ainda é digno de uma referência especial, o moinho construído especialmente para o beneficiamento da farinha de mandioca, a tornando panificável de propriedade da firma Viúva Florêncio Della Méa e F<sup>os</sup>. o único no Brasil que oferece um tipo especial de farinha de mandioca que se confunde com a farinha de trigo. Na parte mecânica entre as casas especializadas, destaca-se a firma Biasuz & irmãos, com grandes fundições, carpintarias, tornearias e etc. Nesse estabelecimento são fabricadas máquinas trilhadeiras, introduzidas em todos os centros agrícolas da Região Serrana, e mesmo em diversos centros de trabalho agrário do país. Uma grande fábrica de cerveja da firma Bade, Barbieux e Cia. Pregos de ponta de Paris da firma Gerdau, duas fábricas de massas alimentícias e várias de torrefação e moagem de café. E como se as atividades industriais do município fossem poucas, acha-se em construção uma importante fábrica de fósforos e uma de madeira compensada<sup>669</sup>.

Ainda com base no guia ilustrativo de 1939, a produção industrial, em 1938 foi bastante satisfatória: banha, 3.500.000 kg; farinha de trigo, 8.000.000 kg; erva-mate, 1.800.000 kg; vinho, 1.050.000 lt; cerveja, 300.000 lt; salames e presuntos, 160.000 kg; cera bruta, 28.000 kg; mel de abelhas, 19.000 kg; fumo em folha, 45.000 kg e madeiras, 68.000.000 kg<sup>670</sup>.

O comércio, tanto em Passo Fundo quanto nos seus distritos, ocupava lugar de destaque, já que se compunha de diversos ramos de atividades, que operavam com um avultado capital, outorgando créditos aos colonos, os quais podiam esperar pelo resultado das diversas colheitas para saldar suas dívidas, contraídas durante os meses em que se dedicavam à colheita dos campos e à exploração de outras indústrias.

---

<sup>669</sup> PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira.

<sup>670</sup> Ibid.

O município de Passo Fundo era atravessado pela via férrea São Paulo-Rio Grande, que mantinha as seguintes estações ferroviárias: Passo Fundo, Pulador, Coxilha, Engenho Luiz Englert e Sertão. Vale lembrar que todas eram grandes centros de atividades comerciais e industriais. Por essas estações os produtores exportavam considerável volume de cargas, compostas por diversas qualidades e tipos de produtos, tais como o trigo, feijão, arroz, banha, erva-mate dentre outros. Em relação às rodovias, Passo Fundo contava com inúmeras estradas e em excelentes condições de trafegabilidade, ligando todos os distritos a sua sede e também servindo de acesso fácil e seguro aos municípios vizinhos.

A respeito das rodovias, recurso essencial para o escoamento da produção, assim referiu o guia ilustrativo de 1939:

As condições técnicas das rodovias passo-fundenses permitem tráfego seguro, mesmo nas estações chuvosas, o que vem cooperando muito para o grande **desenvolvimento agrícola, comercial ou industrial dos habitantes do interior do município**. Além dos esforços despendidos pela comuna em manter boas estradas no interior do município, muito tem auxiliado a **6ª residência do Departamento Autônomo de Estrada de Rodagens**, que está construindo a magnífica faixa de “macadame<sup>671</sup>”, ligando Passo Fundo a Porto Alegre, bem como duas outras rodovias ligando a cidade com Carazinho e Getúlio Vargas rumo a José Bonifácio, município limítrofe com o Estado de Santa Catarina. O mais importante município da Região Serrana, tem fácil e rápida comunicação com a capital do Estado, inúmeros municípios deste pela viação férrea, com trens diários, diurnos e noturnos com os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro com a estrada de ferro Rio Grande - São Paulo e Central do Brasil, as viagens de Passo Fundo a São Paulo são feitas em dois dias e uma noite e a cidade maravilhosa em mais uma noite, sendo por isso bastante intenso o intercâmbio comercial entre aquelas capitais e Passo Fundo<sup>672</sup>. (grifos nosso).

Vale lembrar que as estradas da região recebiam atenção especial do órgão federal, porque o Estado Novo reconhecia o valor da produção regional para a manutenção dos estoques de exportação, garantindo, dessa forma, que as idéias de nacionalização da Era Vargas tivessem um respaldo através da produção agroindustrial do Rio Grande do Sul. Ademais, constata-se que os jornais da época e os demais documentos sempre faziam alusão a situações ou fatos que envolviam ações do governo Vargas em prol deste estado.

<sup>671</sup> Sistema de macadame: sistema de empedramento de estradas de rodagens ou ruas com pedra britada. SACCONI, Luiz Antonio. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996. p. 433.

<sup>672</sup> PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira.

No mesmo sentido, em 1939 foram enfatizadas as realizações do prefeito de Passo Fundo. Citemos, por exemplo, as estradas, tidas como fator primordial para o desenvolvimento da região.

As rodovias de Passo Fundo vêm merecendo a melhor atenção e cuidado por parte do **Sr. Arthur Ferreira Filho, digno prefeito municipal, sendo ótimo o estado de conservação das mesmas**. Todas as sedes distritais são ligadas a sede por estradas gerais que permite o rápido e fácil escoamento de seus produtos. Sobre os rios que cruzam as rodovias do município, existem numerosas pontes de elevado custo, sem contar os inúmeros pontilhões, bueiros e outras obras de arte que a sua construção exige. **Uns grandes números de estradas vicinais cortam o território municipal de Passo Fundo em todos os sentidos, facilitando as comunicações em toda parte do mesmo. Passo Fundo também é sede do 6º Departamento Autônomo de Estrada de Rodagens, sob a chefia do ilustre e competente engenheiro Olímpio Fonseca de Araujo, o qual vem prestando relevantes serviços ao sistema rodoviário do município.** Sob uma profícua direção acham-se as seguintes rodovias no município de Passo Fundo além de outras nos municípios vizinhos. Construção da estrada mecadamizada de Passo Fundo à Guaporé com ligação para Porto Alegre. Reconstrução da estrada Passo Fundo – José Bonifácio passando por Vila Teixeira, Sete de Setembro, Getúlio Vargas; reconstrução da estrada Passo Fundo – Nonoai, até o rio Uruguai na fronteira do estado de Santa Catarina; reconstrução da estrada Passo Fundo – Soledade [...]. Também acha-se em construção a estrada Vacaria a Passo Fundo, passando por Lagoa Vermelha e Campo do Meio, com ligação na projetada estrada federal Rio de Janeiro - Porto Alegre. **Esses trabalhos estão sendo executados por um batalhão de sapadores do nosso glorioso exército nacional, sob a competente e profícua direção do ilustre engenheiro militar Cel. Futuro**<sup>673</sup>. (grifos nosso).

O contexto descrito remonta ao tempo da ditadura, no qual a presença do Estado se fazia notar pela exaltação dos próceres, e o elitismo da ação política apresentou sempre uma base autoritária getulista, com a presença do Exército se fazendo notar em todos os âmbitos, este considerado aliado número um de Vargas. O louvor à figura do chefe e a exaltação à situação davam sinais de que se deveria conviver com as autoridades nacionais, estaduais e locais e também às elites a elas ligadas.

Para o ano de 1939, Arthur Ferreira Filho, prefeito em exercício, fixou a receita em 1.473:500\$200 e a despesa, em 1.473:500\$200<sup>674</sup>. Em relatório enviado ao interventor do estado informou sobre as finanças relatando que as receitas e despesas estavam orçadas. Entretanto, salientou que a receita para o ano de 1939 estava orçada em 1.473:500\$000, tendo sido a arrecadação de 1.849:229\$230, com um considerável aumento da previsão

<sup>673</sup> PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira..

<sup>674</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1939. Lei n. 27 de 9 de dezembro de 1938. p. 1. Livraria Nacional, Passo Fundo.

orçamentária na importância de 375:729\$230 Rs (réis). Com referência à despesa realizada, ficara no valor de 1.770:383\$260 Rs. O relatório salientava que o saldo remanescente era de 522:427\$ 302, visto que havia saldo do exercício de 1938 que fora transportado para o exercício de 1939 e devidamente incorporado<sup>675</sup>.

O relatório enviado ao interventor Cordeiro de Farias fazia menção ao patrimônio de Passo Fundo, constituído de terrenos, prédios, maquinários, rede elétrica e hidráulica, móveis e utensílios, veículos, além de dinheiro disponível constituindo-se este último item em dado relevante para os ideários positivistas ainda em voga no comportamento das elites políticas gaúchas. Quanto à situação econômica, assim relatava Arthur Ferreira Filho:

O município de Passo Fundo, situado sobre a Coxilha Grande, com uma altitude média de 600 metros, dispõe de terras admiravelmente apropriadas para a agricultura em geral. Grande produtor de trigo é também, produtor em larga escala, de madeira, banha, alfafa, arroz, trigo, erva-mate, amendoim, batata-inglesa, feijão e milho e etc. Seus campos, embora não disponham de pastagens muito finas, criam, no entanto, bovinos de diversas raças, eqüinos, ovinos e asininos. A criação de raças leiteiras vem tendo, neste município, um notável desenvolvimento, principalmente a de gado holandês. A exposição agropecuária e industrial, realizada em fevereiro de 1939, veio demonstrar, surpreendendo os próprios passo-fundenses, as imensas possibilidades deste município, no que se refere, a agricultura, a pecuária e o seu desenvolvimento industrial. Os campos de Passo Fundo prestam-se admiravelmente para a cultura da mandioca, sendo sua produção média de 10.000 quilos por hectare cultivado, ou seja, depois de industrializada, 3.000 quilos de farinha aproximadamente<sup>676</sup>.

O relatório ainda demonstrava os valores da pecuária no município, onde os bovinos representavam uma receita de 70.000, ao passo que os suínos alcançavam um valor de 300.000, o que demonstrava que a criação destes era altamente desenvolvida e constantemente aperfeiçoada. Tanto era assim que foram apresentados na exposição agropecuária exemplares de grande valor. Quanto à produção agrícola em quilos, a mandioca perfazia um total de 48.720.000, seguida da produção do milho, com 48.701.615; do feijão; 24.555.539; do trigo, 12.802.544; da alfafa, 1.636.624; do arroz; 1.188.250; da batata-inglesa, 1.866.700; da uva, 3.718.500; da cevada, 460.128; da aveia, 27.440; do amendoim, 63.725; da

<sup>675</sup> Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 07.

<sup>676</sup> PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 07-08.

lentilha, 10.600; da cebola, 32.800; da cana-de-açúcar, 22.500; e da laranja, por unidades, 1.134.000<sup>677</sup>.

Com referência à produção industrial, o relatório detalhava da seguinte forma:

Madeira; 74.000.000 kg , farinha de trigo; 6.000.000 kg, erva-mate; 1.800.000 kg , banha; 3.500.000 kg, salames e presuntos; 160.000 kg, cera; 28.000 kg, fumo; 45.550 kg, cerveja; 1.000.000 lt, vinho; 1.050.000 lt, carvão vegetal; 80.000 kg, crina vegetal; 60.000 kg, couros salgados; 33.283 kg, café moído; 213.527 kg, caramelos; 45.000 kg. Além desses produtos existiam outros, de produção local, tais como, sabão, calçados, vassouras, móveis, artigos de cerâmica, correames, maquinários em geral como, britadores, trilhadeiras e etc<sup>678</sup>.

O número de estabelecimentos comerciais em Passo Fundo no ano de 1939, de acordo com o relatório, era de 578, empregando 2.853 operários; o capital empregado na indústria perfazia um total de 18.445:342\$000 e o valor da produção industrial fora de 25.612:734\$820. O relatório ressaltava a inovação na agricultura, que iniciaria o plantio de linho, girassol, mamona, dentre outras oleaginosas. Ainda com referência ao comércio de Passo Fundo, se somados os seus distritos, como Marau, Vila Teixeira e Sertão, chegava-se a 645 estabelecimentos, empregando 1651 operários e perfazendo um capital de 16.231:000\$000<sup>679</sup>.

No ano de 1941, o prefeito Arthur Ferreira Filho orçou a receita no valor de Rs 1.600:000\$000, que deveria obedecer à seguinte classificação geral de arrecadação: Receita Ordinária – Tributária, Rs 882:000\$000; Patrimonial, Rs 20:000\$000; Industrial, Rs 513:000\$000 e Receitas diversas, Rs 22:000\$000, Receita Extraordinária – Dívida Ativa, Rs 125:000\$000 e Diversas, Rs 38:000\$000. As despesas ficaram orçadas em Rs 1.600:000\$000 e deveriam ser realizadas de acordo com a classificação: Administração geral, Rs 153:660\$000; Exação e fiscalização financeira, Rs 104:480\$000; Segurança pública e assistência social, Rs 43:300\$000; Educação pública, Rs 220:600\$000; Saúde pública, Rs 41:980\$000; Fomento, Rs 15:000\$000; Serviços industriais, Rs 175:812\$000; Dívida pública, Rs 90:735\$000; Serviços de utilidade pública, Rs 534:713\$000 e Encargos diversos, Rs 219:720\$000. Pode-se inferir pelos dados orçamentários que, quanto mais se arrecadava,

<sup>677</sup> PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 11-12.

<sup>678</sup> Ibid., p. 13.

<sup>679</sup> Ibid.



menos se investia em saúde, educação, segurança pública e assistência social, fato que pouco mudou de lá para cá<sup>680</sup>.

A receita orçada e a despesa fixada para o ano de 1944, de acordo com decreto-lei n. 29, publicadas pelo prefeito Victor Graeff, foram as seguintes: receita no valor de Cr\$ 2.120.000,000 e despesas em igual valor, devendo obedecer à legislação em vigor<sup>681</sup>. Em 1945, o prefeito em exercício, Arthur Ferreira Filho, orçou a receita e fixou a despesa do município de Passo Fundo, segundo a lei n. 56, da seguinte forma: receitas na importância de Cr\$ 2.250.000,00 e despesas, em Cr\$ 2.250.000,00<sup>682</sup>. Para demonstrar o desenvolvimento e crescimento econômico de Passo Fundo, utilizaremos o quadro demonstrativo das receitas e despesas de 1930 a 1945.

Quadro 4- Demonstrativo das receitas e despesas no município de Passo Fundo de 1930 a 1945.

Exercício	Receitas	Despesas	Observações
1930	1.068.873,88	1.122.306,35	
1931	895.451,15	929.771,91	Desmembramento de Carazinho, as despesas nesse exercício superaram as receitas, ocasionando um déficit orçamentário.
1932	971.966,00	1.003.547,41	Desmembramento de Carazinho. Déficit.
1933	935.035,62	947.572,50	Desmembramento de Carazinho. Déficit.
1934	1.034.344,27	1.000.502,60	
1935	960.575,28	954.575,74	
1936	1.216.171,63	969.807,21	
1937	1.282.674,86	1.120.345,92	
1938	1.704.257,17	1.321.001,09	
1939	1.849.229,23	1.761.293,26	
1940	1.675.685,45	1.891.864,44	
1941	1.775.613,05	1.885.033,59	
1942	2.086.667,04	1.792.220,19	
1943	2.048.545,50	2.027.289,07	
1944	2.294.539,60	2.099.594,32	
1945	2.264.699,94	2.218.357,84	

Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado a Câmara Municipal de Vereadores pelo prefeito Armando Araujo Annes sobre o exercício de 1950. p. 110-111.

<sup>680</sup> PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1941. Decreto Lei n. 2 de 30 de janeiro de 1941. Eduardo Roca, diretor, p. 1. Livraria Nacional, Passo Fundo.

<sup>681</sup> PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1944. Decreto Lei n. 29 de 12 de novembro de 1943. p. 1. Livraria Nacional, Passo Fundo.

<sup>682</sup> PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1945. Lei n. 56 de 29 de novembro de 1944. p. 1. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1945.

Diante do quadro 4, deduzimos a importância das receitas que eram provenientes de Carazinho, uma vez que Passo Fundo somente teve superávit a partir do exercício de 1934. Portanto, entre 1930 e 1945 Passo Fundo ocupou uma espécie de “entrepasto comercial e político”<sup>683</sup> na região do Planalto Médio, convivendo com a precariedade das estradas para o escoamento da produção agronômica, mas, ao mesmo tempo, evidenciou o progresso resultante do centro mais dinâmico da região Norte gaúcha.

### 3.1.2 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Carazinho

O ano de 1931 assinalou a elevação do 4º distrito de Passo Fundo, Carazinho, à categoria de município. No entanto, Carazinho já se encontrava em plena fase de desenvolvimento, pois as serrarias se multiplicavam, a agricultura prosperava, as indústrias se instalavam, o sistema ferroviário recebia incentivo e as rodovias estavam sendo melhoradas e construídas.

Nesse quadro de desenvolvimento, cabe destacar que em 1934 Carazinho instituiu a 1ª Exposição Agropastoril e Industrial, realizada em 10 de maio. Documentos dão conta de que essa exposição continuou sendo promovida até o ano de 1937, conforme texto de um ofício dirigido pelo prefeito a João Antonio Edler, prefeito de Santa Maria:

**Comunico ao ilustre colega que, em maio próximo, terá lugar nesta vila, sob os auspícios do governo municipal e das Associações Rural, Comercial e Clube Comercial.** Trata-se de uma festa de trabalho regional, e estando vivamente empenhado no seu êxito, solicito a vossa preciosa colaboração, tomando uma área para as importantes indústrias de Santa Maria, que tanto contribuíram para o sucesso da Feira Regional de Amostras, de Cruz Alta<sup>684</sup>. (grifos nosso).

Percebemos a significação da feira para Carazinho, na medida em que a união dos interesses políticos e econômicos do município congregava a prefeitura e as associações representativas dos diversos segmentos agropecuários e industriais. Consoante Pesavento, o

<sup>683</sup> MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Edupf, 1998. p. 112.

<sup>684</sup> CARAZINHO. Ofício enviado pela prefeitura de Carazinho para Santa Maria em 03 de fev., de 1934.

novo padrão adotado pela República Nova enfatizava a necessidade da diversificação da economia nacional, a integração do mercado interno e a ênfase nas indústrias “naturais”. Dessa forma, era possível conciliar a estrutura agrária predominante com o esforço industrial substitutivo, promovendo as empresas que beneficiassem a matéria-prima nacional, sobretudo as que se utilizavam dos gêneros agropecuários<sup>685</sup>.

O *Correio do Povo* de 1934 descrevia as potencialidades carazinhenses, no intuito de despertar no público o desejo de participar da exposição. Dessa forma, assim relatou o jornal:

O município de Carazinho, criado pelo decreto 4.709, de 24 de janeiro de 1931, desmembrado de Passo Fundo, tendo o seu solo fértil, pertencente a ramificação Oeste da Serra do Mar, com elevados contrafortes alterosos, onde resplandecem florestas majestosas e magníficas, com uma superfície de 2.680 km<sup>2</sup>, possui uma população laboriosa com 40.050 habitantes, ou seja uma densidade de 14,94 por quilômetros quadrados. Carazinho é um celeiro, a sua esplêndida produção, longe de diminuir aumenta e promete ocupar um lugar notável no quadro da produção rio-grandense. **A produção agrícola de Carazinho é estimada em cerca de 60 mil toneladas, no valor de 15 mil contos. Ocupa primeiro lugar o milho, com uma área plantada de 20 mil hectares e uma produção de 40 mil toneladas. A sua produção pecuária não é pequena, destacando-se a de suínos superior a 180 mil cabeças. A exportação de Carazinho tem um colossal volume, destacando-se a madeira e a banha. É bastante frisar que a sua pequenina estação ferroviária deu, em 1933, uma renda de 4.045 contos, tornando-se a 3ª do estado em renda.** A maior parte da produção agrícola e industrial de Sarandí, 1º e 2º, se faz por Carazinho. Sarandí é talvez o núcleo colonial que produz a maior quantidade de banha na serra. Tal exportação se efetua por Carazinho, onde já se registrou uma saída de 5 milhões de quilos de banha. Dentro do município existem duas estações de grande movimento: São Bento, com cerca de 400 contos, e Pinheiro Mercado com 400 contos. Quanto a indústria e profissões é bastante destacarmos que **Carazinho possui mais de 150 serrarias, três curtumes, sendo um deles o Mombelli, vastamente conhecido em todo o país, 22 atafonas que produzem milhares de sacos de farinha de mandioca, diversas fundições, excelentes fábricas de presunto, queijo, manteiga, dezenas de caixas aplainadas, 15 estabelecimentos produtores de bebidas sem álcool e outras de diversos gêneros.** Diante do exposto é fácil prever o que será o 1º certame Agropastoril e industrial de Carazinho, cujo sucesso está assegurado pelo entusiasmo reinante e pelas opulentas condições econômicas do município<sup>686</sup>. (grifos nosso).

No texto jornalístico grifamos as potencialidades de Carazinho, numa evidente simbologia de que o município poderia produzir internamente e exportar. Enquanto o processo industrial brasileiro centralizava-se no eixo Rio-São Paulo, as economias periféricas

<sup>685</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 173.

<sup>686</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 70, ano XL, 25 mar. 1934. p. 08.

especializavam-se no abastecimento do mercado interno brasileiro com gêneros de subsistência<sup>687</sup>.

Ainda de acordo com o *Correio do Povo* de 1934, as atenções voltavam-se para a primeira exposição de Carazinho, chamando a atenção dos leitores para a importância do evento e dando destaque enfático aos produtos expostos pelos municípios serranos:

**Água mineral, águas gasosas, acolchoados, arvores frutíferas, artefatos de madeira, artefatos de couro, artefatos de folhas, bebidas em geral, banha bruta, banha manipulada, balas e caramelos, bolachas, biscoitos, bolachinhas, couros, cal virgem, cerveja de ata e baixa fermentação, cal moído, conservas em geral, escovas, farinhas diversas, de milho de trigo de mandioca, flores artificiais, grinaldas, licores, louças de barro, máquinas diversas atafonas, máquinas de precisão, modelos, trilhadeiras, máquinas de aplinar, moveis, moveis de vime, obras de ourives, obras de cabelos, óleo de linhaça, presuntos, pomada para calçados, fotografias, pelegos de ovelha trabalhados, queijos, tanoaria, tintas diversas, tecidos, chapéus, relógios de madeira, rodas de madeira para carroças, salames, sabão grosso, Celina, vinagres e charque.** Além destas inscrições, existem outras de Porto Alegre e São Leopoldo, camas de ferro, artefatos de alumínio, drogas químicas, vinhos e etc. A seção da pecuária terá uma coleção de reprodutores charolês, Jersey Devon, Limoisine, holandês, suínos, durock, Jersey e polland china e aves de diversas raças. O sindicato do mate tomou boas áreas para exposição de seus produtos [...] <sup>688</sup>. (grifos nosso).

Destacamos no texto a diversidade de produtos presentes na feira, refletindo a diversidade da economia do setor primário do Rio Grande do Sul e sugerindo a sua capacidade de atender ao mercado interno brasileiro, além da possibilidade de exportação. Essa articulação de mercado possibilita-nos conceber a economia regional gaúcha como uma unidade independente, mas que foi pouco a pouco se articulando ao mercado externo<sup>689</sup>.

Entretanto, mesmo diante da exibição e divulgação de tanta riqueza e capacidade produtiva do setor primário, Carazinho esbarrava no problema relacionado à falta de capacidade de luz e força para suportar a evolução que lhe era predestinada. Desde a fundação da Associação Comercial do novo município a preocupação recaía sobre esse aspecto e muitas foram as reuniões da Associação Comercial de Carazinho realizadas para abordar,

<sup>687</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 174.

<sup>688</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 98, ano XL, 28 abr. 1934. p. 08.

<sup>689</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits; RIBEIRO, Paulo Sérgio Sampaio; HERRLEIN Jr., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado Nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lageado: Univates, 1998. p. 231.

encaminhar e propor alternativas para a solução do problema da luz e força. Inclusive, anexamos no Anexo H as mais expressivas, como, por exemplo, a datada de 1936, evidenciando a preocupação dos empresários e políticos do município em resolver a questão. Nesse sentido, há referência a Homero Guerra como um dos líderes locais que poderia agilizar o assunto em Porto Alegre, valendo-se do seu prestígio pessoal junto aos políticos estaduais.

Da mesma forma, a Associação Comercial preocupava-se com a construção de estradas que ligassem Carazinho a outros municípios. A ata de 20 de dezembro de 1937, no Anexo H, relata as tratativas dos representantes da Associação Comercial para intensificar os contatos sobre a construção da estrada que ligaria Carazinho a Tamandaré, a qual supriria a necessidade premente para o escoamento da produção carazinhense, além de significar o acesso a outros municípios.

A deficiência de transporte no estado do Rio Grande do Sul era assunto que preocupava a todos. Também no Anexo H, na ata de 13 de março de 1938, constatamos esse registro. Igualmente, as reuniões da Associação Comercial enfatizavam a questão das estradas; da luz e força; do aumento de vagões para a região Norte, uma vez que o chefe do tráfego estadual não resolvia o problema. Os componentes desta entidade, além de serem os representantes da elite econômica, possuíam ligação direta ou indireta com o governo central, podendo solicitar sem intermediários a resolução de suas necessidades. As atas evidenciam a facilidade com que os membros das associações telegrafavam para o presidente Getúlio Vargas, reivindicando vários benefícios para o município. Exemplo disso foi o da construção de uma sede própria para os Correios e Telégrafos, pedido enviado por telegrama no dia 23 de agosto de 1937. A confirmação foi recebida em 20 de setembro do mesmo ano e Getúlio Vargas comprometeu-se em providenciar imediatamente o pedido feito. (ANEXO H).

O transporte ferroviário representava a espinha dorsal da economia exportadora tanto para o Brasil como para os estados da federação. O governo investia muito nas ferrovias por ser o meio de transporte indicado para o comércio e também para que a colonização pudesse avançar para as áreas mais afastadas dos cursos navegáveis. As colônias que se localizavam próximas às ferrovias eram as que mais se destacavam, pois em seu entorno logo surgiam a bodega, a igreja, as casas, a escola, etc. Exemplo disso é a cidade de Carazinho, que, de acordo com o jornal *A Federação* de 1937, “surgiu de um dia para o outro ao longo da Viação

Férrea, e hoje é uma cidade interessante na sua extensão material e admirável na sua riqueza, indústria e comércio”<sup>690</sup>. No entanto, com o processo de industrialização, as ferrovias foram perdendo espaço para um novo meio de transporte alternativo, o rodoviário, mais rápido para o escoamento da produção. O foco voltou-se para a construção de estradas e rodovias, porém sem desconsiderar o transporte ferroviário.

A Associação Comercial cuidava de outras prioridades, tratadas e registradas em suas reuniões, como a solicitação de aumento de potência de força e luz para Carazinho e Passo Fundo, a ênfase na necessidade da construção de estradas de rodagem para a região e a instalação do campo experimental para mandioca. Também eram tratados assuntos que sempre preocupavam a administração do município como um todo, uma vez que intervinham na continuidade das obras iniciadas. Era assim com a falta de pagamento da VFRGS e Daer com as empresas prestadoras de serviço. (ANEXO H).

Em 29 de abril de 1938 a ata registra os pormenores de uma discussão a respeito da construção da ponte sobre o rio Turvo, uma vez que Passo Fundo não queria auxiliar com 50% das despesas. Também, nessa mesma ata, temos a descrição do início das tratativas para a construção da usina do Alto Jacuí pelo comitê liderado por Romeu Scheibe, no intuito de resolver o problema de luz e força do município.

O município de Carazinho, tal como já ocorria quando era o 4ª distrito de Passo Fundo, continuou enfrentando o problema da luz e força, insuficientes para o seu desenvolvimento. O *Jornal da Serra* de 1939 resumia essa situação:

A vila de Carazinho e o povoado de Não-Me-Toque são servidos de luz e força hidroelétrica, Alto Jacuí Ltda. **A iluminação pública e particular são deficientíssimos. A escassez de energia elétrica tem entorpecido o desenvolvimento industrial do município. Será objeto da atual administração envidar esforços no sentido de solucioná-lo, atendendo aos justos desejos da população.** Aí está a **primeira manifestação pública do atual prefeito** sobre o importante problema da luz [...]ainda **não foi resolvido**. Já no relatório de 1933 o então prefeito já rezava o seguinte: não fugimos do comprometimento que preocupa a população desse município, ou seja, o fornecimento de luz e força elétrica [...]”<sup>691</sup>. (grifos nosso).

<sup>690</sup> A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, n. 20, ano. LIV, 23 jan., 1937, p. 3.

<sup>691</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 526, ano. XI de 17 de mai., de 1939. p.4.

A questão da luz, assunto permanente dos jornais da época, continuava a causar preocupação tanto para os políticos quanto para a população, expressa também em documentos oficiais dirigidos à Prefeitura Municipal de Carazinho. É exemplo a correspondência dirigida aos membros do Conselho Consultivo Municipal no ano de 1937, quando comerciantes e demais residentes do povoado de São Bento, 1º distrito de Carazinho, expunham a situação com a qual conviviam, argumentando que a municipalidade deveria tratar como questão prioritária a luz e a força, uma vez que esse fato estava atrasando o desenvolvimento da região. Outrossim, argumentavam que os impostos arrecadados eram suficientes para atender a essa justa pretensão. E comprovavam suas reivindicações com dados concretos, salientando que o município dependia de atitudes políticas para que pudesse se desenvolver plenamente.

[...] em São Bento são carregados anualmente cerca de 800 vagões de madeira e que produz uma renda de 12 contos de réis à prefeitura. O povoado possui 8 casas comerciais, duas fábricas de caixas e aplainados de madeira, sete depósitos de madeira, um hotel e cerca de cem casas residenciais, que pagam impostos e merecem receber o retorno da prefeitura. Além do que São Bento é uma estação da Viação Férrea, com muito movimento de pessoas e mercadorias e que necessita de luz e força<sup>692</sup>.

Assim como o problema da luz e força, Carazinho também sofria com as péssimas condições de trafegabilidade das estradas para escoamento da produção. Com a chegada dos novos veículos automotores que a indústria lançava, as estradas necessitavam ser reconstruídas tendo em vista a lenta substituição das carroças no transporte de pessoas e de cargas. A criação do Daer veio auxiliar essa deficiência do Estado, desenvolvendo a mentalidade rodoviária. Com isso, pode-se dizer que foi no ano de 1938 que se inaugurou a era rodoviária do Rio Grande do Sul, antes concentrada na ferrovia e na navegação<sup>693</sup>. Também foi a Associação Comercial uma das maiores incentivadoras e mobilizadoras da construção da estrada Carazinho-Taquarussu, inicialmente junto ao Daer. Conforme ata de 20 de outubro de 1938 (Anexo H).

---

<sup>692</sup> CARAZINHO. Requerimento dirigido aos membros do Conselho Consultivo Municipal de Carazinho em 7 de Nov., de 1931.

<sup>693</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 240-241.

Ratificando as solicitações dos empresários, via associação, a prefeitura de Carazinho instituiu um ato pelo qual reconhecia as necessidades sentidas pelos dirigentes políticos e população.

O Ato nº 54/1938 da prefeitura de Carazinho anunciava para a população que a Secção de Obras investira cerca de 5:347\$000 em estradas de rodagem, de modo que as mesmas pudessem apresentar condições de trafegabilidade e dessa forma, atender a quem adquiria veículos automotores, tanto de carga quanto de passeio. Destacou, em especial a estrada de Carazinho a Não-Me-Toque, devido a grande movimentação e que por ocasião das chuvas se tornava intransitável. O mesmo acontecia com a estrada que ligava Carazinho a Passo Fundo. Também a prefeitura demonstrou preocupação com as estradas da zona rural, onde se encontravam mais de 2.000 mil homens trabalhando<sup>694</sup>.

Em ata de 29 de agosto de 1938 (Anexo H), os membros da Associação Comercial registraram a sua satisfação pela atuação das classes conservadoras (representadas por Romeu Scheibe e Ernesto Dable), no sentido de agilizar junto ao governo do estado os problemas enfrentados em Carazinho, tais como o excesso do inspetor junto ao comércio, a melhoria nas estradas, a ampliação de luz e força e, também, a instalação através da Varig de um campo de pouso no município.

Com relação ao comércio de madeiras, aspecto importantíssimo de Carazinho na época, o *Correio do Povo* de 1938 fez um relato sobre essa atividade. Na realidade, evidenciava o sofrimento dos madeireiros em razão da precariedade dos transportes para a mercadoria madeireira. De acordo com o jornal:

O telegrama-exposição que o dr. Octacílio Pereira, diretor da viação férrea, dirigiu ao Sr. Romeu Sheibe [...] **descreveu a aflitiva situação do departamento a seu cargo. Impressionou vivamente os meios exportadores que reconhecem a impossibilidade de ser satisfeitos, no atual momento, os pedidos de carros transportes, em virtude da exposição feita. Conforme acentuou em seu telegrama, o diretor da Viação Férrea, Carazinho tem a prioridade nas reclamações feitas contra a falta de transporte. Isto porque é o maior centro exportador de madeiras desta região e quiçá do Estado, bem como de grande quantidade de produtos agrícolas.** Há cerca de um mês que não se despacham aqui madeiras beneficiadas A crítica situação de desmantelo em que se encontra a Viação Férrea reflete-se vivamente sobre as classes produtoras de Carazinho, que fazem todo o escoamento de sua volumosa produção pela via Férrea, único meio de transporte que dispomos para esse fim. [...] **Sabemos que a Associação Comercial de Carazinho, vai se comunicar com as demais congêneres do Estado, convidando-as para uma grande reunião a fim de ser tratado esse delicado assunto.** Deverá então ser nomeada uma comissão para ir até a Capital da

<sup>694</sup> CARAZINHO. Ato n. 54/1938, Prefeitura Municipal de Carazinho de 8 de set., de 1938.



República, para entender-se com s. exa. sr. Presidente da República, no sentido de conseguir de s. exa. seja atendido o pedido de auxílio solicitado pela Viação Férrea. Estação de Carazinho [...]. Romeu Sheibe enviou ao diretor da viação férrea o seguinte despacho telegráfico: Dr. Octacílio Pereira. Agradecemos comunicação, referente construção estação, cuja notícia, causou geral agrado e satisfação. Associação Comercial de Carazinho. Romeu Sheibe. Presidente<sup>695</sup>. (grifos nosso).

A nota do jornal demonstra que o empenho de todas as forças da comunidade carazinhense estava voltado para o encaminhamento da solução do problema dos transportes. Sabemos que os meios de transporte do Planalto Médio, nessa época, estavam representados essencialmente pelos trens e balsas, sendo introduzidos aos poucos os caminhões e automóveis. Logo, uma das maiores dificuldades para os exportadores da região consistia na falta de vagões para o transporte, que não atendia às necessidades de escoamento da produção. Igualmente, a falta de material que atingia a Viação Férrea dificultava o intenso transporte de gado, cereais, banha, vinho e outros produtos, pois a madeira tinha preferência na ocupação dos vagões<sup>696</sup>.

Seguindo a ideologia de Vargas, embora se contrapusesse a Flores, Carazinho apresentou vários exemplos de associações, cooperativas e assemelhados responsáveis pela condução da economia local. Exemplificamos com a Associação Comercial, Clube Comercial, Associação dos Madeireiros, Sindicato da Banha, Sindicato Indústrias Extração Madeiras, Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras, Grêmio Liberal Flores da Cunha; Grêmio Republicano Borges de Medeiros, Centro Cívico Getúlio Vargas, Cooperativas Madeireiras, União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana e outras<sup>697</sup>.

Comprovando a afirmação acima, valemo-nos do jornal *O Nacional*, que estampou em uma de suas páginas a seguinte nota sobre as cooperativas madeireiras:

**Já estão organizadas diversas Cooperativas de Produtores de Madeira Serrada**, entre as quais a justo entusiasmo pela acertada medida. Como nos informaram, está se organizando a Federação, com sede em Porto Alegre e sob direção de conhecido e conceituado industrial, que se transferirá para a sede da Federação, deixando a representantes a direção de seus negócios, para prestar seus serviços a promissora Associação. Não só os madeireiros associados auferiram proventos da ativa e seria orientação que será dada aos negócios de madeiras, pois, sendo este ramo de indústria um dos principais desta zona, seu desenvolvimento e progresso, trará benefícios gerais. Os propulsores do benefício agregado industrial, merecem por isso, amplos louvores, e ainda pela escolha do chefe da Federação reconhecidamente capaz por sua seriedade e longa prática de negócios. Estamos certos de que o Sr. Caleffi, o escolhido, prestará relevantes serviços no cargo que patrioticamente

<sup>695</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 46, ano XLIV, 24 fev. 1938. p. 04.

<sup>696</sup> O NACIONAL. Passo Fundo n. 3378, ano XV, 29 ago. 1939. p. 04.

<sup>697</sup> O NACIONAL. Passo Fundo n. 3378, ano XV, 29 ago. 1939. p. 04.

aceitou. **Que a organização dos madeireiros em cooperativas, seja atraente estímulo de outras indústrias, e frutifique concorrendo para novas organizações cooperativas são os nossos votos.** E que tirem sempre em primeira linha a sábia escolha de diretorias desambiciosas. Jamais irá para frente qualquer sociedade cujos diretores se quedam inativos. Operosidade, honradez e desprendimento, eis as qualidades primárias de diretores de negócios ou de homens. Com elas é infalível o grau de desenvolvimento de quaisquer agrupamentos. **Úteis, fraternais, essencialmente humanos são os intuitos das Cooperativas.** Seus inventores não as idearam inspirados no egoísmo, mas nos mais são sentimentos de fraternidade. Isso quer dizer que as cooperativas não são um meio de encarecer qualquer produto para que os respectivos associados auferam altos rendimentos com os sacrifícios de outrem. O ideal das cooperativas é baratear a produção e vendê-la com moderado lucro. Assim ganha a sociedade e ganham os consumidores, realizando-se benefícios coletivos. **Neste terreno é o cooperativismo que preconizamos e que deixou na história os nomes de Raiffensen : Luzatti e outros eminentes propugnadores da fraternal criação.** G. B.<sup>698</sup>. (grifos nosso).

A narrativa e o estilo utilizado pelo *O Nacional* demonstram a preocupação do sujeito narrador em salientar os símbolos presentes em seu discurso, tais como o patriotismo, os ideais, o povo, o prestígio e o progresso. Nessa concepção, o discurso assume um teor que não é meramente descritivo, mas traz consigo a ideologia que se refere, por exemplo, aos sistemas de pensamento, de valores e crenças que simbolizam um ponto de vista particular sobre o real, uma realidade construída socialmente. Para Flul, “a ideologia é mais facilmente entendida, não como uma imagem distorcida do real, uma ilusão, mas como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais”<sup>699</sup>.

Alguns jornais, a exemplo de *O Nacional*, contribuíram para propagar a ideologia estado novista, conduzida pela classe dominante, de modo a atingir a nova classe de trabalhadores que emergia. O Estado criado por Vargas pode ser enquadrado num amplo projeto de desmobilização política da sociedade, no qual, sutilmente, procedia à neutralização e ao esvaziamento do movimento operário, pois eram usadas estratégias de disciplina e controle pelos donos do poder<sup>700</sup>. Nesse sentido, sabemos que os meios de comunicação foram os grandes patrocinadores da expansão dos ideais nacionalistas do Estado Novo, e que especialmente a imprensa introduziu no sistema social novas formas de pensar, elaborando e

<sup>698</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1484, ano VIII, 12 abr. 1933. p. 03.

<sup>699</sup> FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [ S.l.: s.n.: s.d.]. p. 04.

<sup>700</sup> BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Àtica. 199. p. 39.

interpretando aspirações e demandas da sociedade, ou seja, “enquanto ator social, a imprensa participa de todo o processo político”<sup>701</sup>.

Retomando o aspecto das cooperativas, associações e sociedades, encontramos no *Correio do Povo* o relato a respeito da constituição da União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana da seguinte forma:

União dos Fabricantes de Caixas. Carazinho (21) - **ficou definitivamente constituída a União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana, sociedade destinada a defender os interesses dos estabelecimentos industriais de madeiras.** A primeira diretoria ficou constituída de um diretor presidente, sr. Germano Napp, um diretor secretário, sr. Raymundo Nedel, um diretor tesoureiro, sr. Armino Honaiser. Terça feira próxima seguirá para essa Capital uma comissão **dessa sociedade** composta dos associados sr. Manoel Bastos, dr. Eurico Araújo, Affonso Camino e Victorio Dinardo que vai conferenciar com o General Interventor, com o Secretário das Obras Públicas e com o diretor de Viação Férrea, a respeito de interesses da referida entidade. Essa comissão irá a Rio Grande a fim de entender-se com o diretor da **Cooperativa de cebolas**, a fim de trocarem idéias sobre o fornecimento de caixas na futura safra<sup>702</sup>. (grifos nosso).

O surto cooperativista foi uma reação dos sindicatos que contavam com a proteção do governo e gozavam de isenção no pagamento de impostos, especialmente entre a população colonial. Dessa forma, as cooperativas de pequenos produtores buscavam encontrar meios de dissolver o monopólio da produção e comercialização dos produtos estabelecidos pelos sindicatos. Com isso, queriam beneficiar a matéria-prima por eles produzida e comercializar o produto acabado. Eles acreditavam que, mesmo sendo pequenos proprietários, conseguiriam somente com a conjugação de esforços competir com os grandes sindicatos<sup>703</sup>. Na notícia destacada, percebemos que os representantes da diretoria eleita alternavam-se entre líderes políticos de Passo Fundo (Victorio Dinardo) e Carazinho (Germano Napp e Eurico Araújo), demonstrando que, mesmo após a emancipação de Carazinho, os interesses econômicos continuavam interligados, culminando numa aproximação política cada vez maior.

O *Correio do Povo* continuava publicando notícias a respeito das cooperativas e sociedades. Na linguagem utilizada podia-se constatar o destaque à importância das entidades

<sup>701</sup> ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira de; MOREL, Marco (Org.). *História e imprensa* – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. p. 62.

<sup>702</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 274, ano XXXVII, 22 nov. 1931. p. 12.

<sup>703</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 112.

de classe para o crescimento das regiões e, conseqüentemente, do Estado. Para o jornal, “continua funcionando com excelentes resultados para os madeireiros a União das Fábricas de Caixas, que está trazendo benefícios à classe madeireira. Aguarda-se solução do memorial dirigido ao interventor, pedindo favores para essa novel instituição”<sup>704</sup>.

Em março de 1938, o *Correio do Povo* transcreveu a organização de uma sociedade de exportadores de madeira em Carazinho:

Exportadores de madeira de pinho – caminha para sua definitiva resolução a idéia lançada no sentido dos **srs. exportadores de madeira de pinho se organizarem em uma sociedade representativa de classe**. Para esse fim, estiveram reunidos segunda-feira última em uma das salas do clube comercial gentilmente cedida para tal, os **srs. Aparicio Nunes, Ernesto José Annoni, Alberico Azevedo, Engracio Dias de Menezes, representando a firma Manoel Osirio Menezes e Cia., Arnaldo Scheibe, sócio da firma Napp, Scherer e Cia., Alexandre Dambros e Ramalho Piva, sócios componentes da firma Dambros e Piva** e o sr. Antonio Brenner, sócio da firma Brenner e Cia., de Cruz Alta, que veio daquela cidade especialmente para assistir aquela reunião. Explicados os motivos da reunião, procedeu-se a leitura do expediente relativos as demarques havidas para a constituição de uma sociedade representativa de classe dos exportadores de madeira de pinho<sup>705</sup>. (grifos nosso).

Salientava o jornal *Correio de Povo*, com relação ao contexto citado, que “em breve será uma realidade a sociedade dos exportadores de pinho, que terão daquele momento em diante uma entidade representativa para defender seus direitos e interesses”<sup>706</sup>. Cabe salientar que os sujeitos envolvidos no contexto econômico, eram os mesmos da política carazinhense, ou seja, membros considerados elites, como Aparicio Nunes, Ernesto José Annoni, Alberico Azevedo, Engracio Dias de Menezes, Arnaldo Scheibe, Alexandre Dambros, Ramalho Piva e Antonio Brenner, dentre outros,

Reafirmamos a importância de Carazinho no que concerne às exportações, visto que era considerada no estado do Rio Grande do Sul a mais importante cidade em nível de exportações. Nesse sentido, o *Correio do Povo* trazia informações que davam conta das mercadorias, do peso em quilo e no valor da época, de uma série de produtos comercializados. Na tabela 1 reproduzimos esses dados, pela sua importância no contexto econômico referido.

<sup>704</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 15, ano XXXVIII, 19 jan. 1932. p. 09.

<sup>705</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 53, ano XLIV, 5 de mar. 1938. p. 04.

<sup>706</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 53, ano XLIV, 5 de mar. 1938. p. 04.

Tabela 1 - Produtos exportados em Carazinho

<i>Mercadorias</i>	<i>Peso em quilogramas</i>	<i>Valor Oficial</i>
Aduelas	335.480	601.801\$800
Alpiste	5.206	5.003\$000
Arroz com Casca	10.514	9.003\$800
Aveia	628	220\$000
Amendoim	5.550	1.650\$000
Banha refinada	512.021	1.431.256\$200
Balanças	-	1.250\$000
Batatas	21.722	6.516\$000
Bebidas	2.791	7.250\$000
Biscoitos	664	996\$200
Cabelos	591	3.904\$000
Café moído	10.052	26.134\$403
Cera Bruta	7.400	37:033\$000
Cevada	116.522	35:950\$000
Cereais beneficiados	730	780\$000
Cola para madeira	1.644	2:960\$000
Couros brutos	15.611	46:833\$000
Couros trabalhados	41.200	206:002\$000
Crina vegetal	15.945	6:373\$000
Chifre em bruto	2.346	1:470\$000
Farinha de mandioca	2.432.016	744:003\$000
Farinha de milho	102.302	30:777\$000
Farinha de trigo	171.250	171.854\$000
Farelo de trigo	21.000	21:231\$000
Fécula de mandioca	6.250	1:873\$000
Feijão	68.093	34:643\$000
Erva mate	62.973	41:065\$000
Lãs	1.950	7:300\$000
Lentilhas	15.562	6:225\$000
Linhaça	97.210	33:334\$000
Madeira bruta	17.223.272	3:344.351\$400
Madeira beneficiada	3.227.450	645:490\$000
Mel	24.225	21:221\$700
Milho em grão	268.720	120:924\$000
Polvilho	21.270	8:934\$000
Queijos	26.196	63:112\$000
Quebracho	1.250	2:340\$000
Sabão	8.400	10:031\$000
Salames	7.035	21:110\$000
Sementes oleaginosas	543	2:178\$000
Semente de alfafa	2.300	6:700\$000
Suínos	9.661	966:100\$000
Trigo em grãos	239.797	107:909\$000
Diversos	307.325	353:424\$200
Total		9.300:449\$700

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n.182, ano XLIV, de 7 de ago., de 1938. p. 7-9.

Também é com base nos dados recolhidos junto ao *Correio do Povo*, que trazemos o valor das exportações de Carazinho referente a cada mês do primeiro semestre do ano de 1938:

Quadro 5 - Representativo do valor das exportações em Carazinho em 1938

Janeiro	1.669:267\$600
Fevereiro	1.087:052\$200
Março	1.393:022\$400
Abril	1.361:918\$000
Maio	2.167:844\$600
Junho	1.620:344:900
Total	9.300: 449:700

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n.182, ano XLIV, de 7 de ago., de 1938. p. 7-9.

Cabe ressaltar que os dados do quadro 5 são expressivos da expansão industrial e comercial de Carazinho, o que lhe valeu o cognome de maior exportador do estado do Rio Grande do Sul.

Destacamos que o *Jornal da Serra* em 1937 trouxe uma manchete que vem confirmar o exposto, tendo em vista que o destaque era dado ao quesito arrecadação que em 11 meses do ano de 1937 alcançara o montante de 5.421:566\$850; porém o jornal enfatizou que no ano de 1936 a arrecadação havia sido de 5.454:247\$650. No ano de 1937 houve uma redução na arrecadação, que, de acordo com o *Jornal da Serra*, teve como conseqüência a diminuição de transporte de vagões da Viação Férrea. No entanto, a contribuição do município de Carazinho aos cofres da viação desde sua emancipação em 1931 foi a seguinte: 1931, 3.475:195\$850; 1932, 3.179:022\$250; 1933, 4.044:605\$100; 1934, 3.763:191\$200; 1935, 4.706:296\$250; 1936, 5.932:690\$650; 1937, 5.421:566\$850; num total de : 30.522:568\$150<sup>707</sup>.

Em Carazinho, o prefeito Hillebrand, após a destituição de Flores da Cunha da interventoria do Estado, precisou se articular com Getúlio Vargas e também com os novos interventores do estado, para continuar a política de desenvolvimento do município. Nesse sentido, conforme relatório apresentado por Hillebrand, correspondente ao exercício administrativo de 1936, ao tomarem posse o Executivo e o Legislativo do município, fora constatado que se tratava de um município necessitado de estrutura, pois, como um município novo, ainda não se encontrava funcionando adequadamente e com suas principais necessidades planejadas<sup>708</sup>.

<sup>707</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n.437, ano 8, 16.de dez., de 1937. p. 23.

<sup>708</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 01-04.

O prefeito Hillebrand empenhara-se no sentido de conseguir soluções satisfatórias aos problemas administrativos, traçando programas que viessem a aumentar o saldo orçamentário. Assim, ao finalizar o exercício administrativo de 1936, conseguira o elevado saldo de 259:067\$100 (duzentos e cinquenta e nove contos de réis), cifra auferida pela primeira vez numa administração. Ressaltamos que esse saldo, atingia somente o total de 75:385\$500 (setenta e cinco contos de réis), dinheiro existente em caixa e nos bancos. O restante fazia parte da dívida do Estado para com o município, na importância de 101:900\$000 (cento e um contos de réis), valor esse proveniente da quota de arrecadação do imposto de indústrias e profissões, e mais 81:781\$600 (oitenta e um contos de réis), débito dos proprietários na av. Gal. Flores da Cunha, referente ao calçamento já executado e que ainda não havia sido saldado<sup>709</sup>.

O município de Carazinho, no ano de 1936, atingira a receita de 523:709\$000 (quinhentos e vinte e três contos de réis), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2 – Demonstrativo da receita do município de Carazinho/ 1936

<i>Rendas</i>	<i>Valores (\$)</i>
Impostos	355:599\$600
Industriais	25:012\$200
Patrimoniais	5:918\$000
Aplicações especiais	29:034\$400
Especiais	92:365\$200
Extraordinárias	15:789\$600

Fonte: HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 1 - 4

Informava ainda o documento, que havia à disposição da administração municipal uma receita do exercício anterior de um total de 149:671\$700 (cento e quarenta e nove contos de réis), o que soma, com o exercício de 1936, um total de recursos de 673:390\$700 (seiscentos e setenta e três contos de réis).

As despesas referentes ao exercício de 1936 foram num total de 598:005\$200 (quinhentos e noventa e oito contos de réis), restando um saldo positivo de 75:385\$500 (setenta e cinco contos de réis). Segundo o relatório, ocorrera pela primeira vez na administração municipal um *superávit*, pois as receitas tinham superado as despesas tendo em

<sup>709</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 01-04

vista já haver saldo positivo no exercício anterior. Por outro lado, a despesa excedera a receita, se for observado apenas o exercício de 1936 sem usar o saldo já existente e proveniente do exercício anterior. Devia-se tal fato à grande despesa efetuada pela Diretoria de Obras e Viação com a conservação das estradas, em consequência de chuvas que haviam assolado o município no ano anterior a 1936, e também à colocação de calçamento na av. Gal. Flores da Cunha, ex-rua do Comércio, totalizando cerca de 3.000m<sup>2</sup>.

Os itens listados a seguir excederam o orçamento no período de 1936:

Tabela 3 – Valores excedentes à receita/1936

<i>Descrição</i>	<i>Valores (\$)</i>
Gabinete do prefeito	2:400\$000
Secretaria e expediente	7:237\$000
Serviço da fazenda	2:965\$200
Serviço de obras e viação	38:187\$600
Instrução pública	2:400\$000
Colocação de calçamento	56:488\$000

Fonte: HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 1 - 4

Acrescentando-se ao saldo de 75:385\$500 (setenta e cinco contos de réis) a importância de 101:900\$000 (cento e um contos de réis) devida pelo Estado da parte correspondente ao imposto de indústrias e profissões e o débito dos proprietários na av. Gal. Flores da Cunha de calçamento executado, no total de 81:781\$600 (oitenta e um contos de réis), atingia-se o montante de 259:067\$100 (duzentos e cinquenta e nove contos de réis). Muito embora tivessem sido feitas máximas contenções de despesas, dizia o relatório que não fora possível evitar o *déficit* do orçamento de 1936, o qual não teria sido registrado se o Estado devolvesse ao Município a parte devida do imposto de indústrias e profissões.

O relatório de Hillebrand revelava que, com o saldo ainda existente e a receita pendente do Estado, podia ser dado início à construção do novo edifício da prefeitura municipal e concluí-lo com recursos exclusivos, provenientes do orçamento, sem lesar os serviços prestados à comunidade, que eram de responsabilidade da administração de 1936. Outrossim, a administração pública do município de Carazinho preocupava-se com as questões sobre a dívida pública, instrução, criação de escolas municipais, classificação das escolas municipais, vencimento dos professores, colégios particulares, regulamento da instrução pública, programa da instrução pública, organização interna e externa das escolas,



feriados nacionais, escrita da escola, boletins bimensais, exames anuais, subinspetorias escolares, campo experimental, labores femininos, grupos escolares, colégio elementar e abono aos funcionários do município, novo edifício para prefeitura municipal, estação ferroviária, Câmara Municipal, lei orçamentária<sup>710</sup>, hospital de caridade, cemitério público, situação econômica<sup>711</sup>, balneário “Íris”, iluminação pública e contrato para aquisição de energia elétrica<sup>712</sup>.

O município encontrava-se na fase inicial de infra-estrutura, conforme os dados do relatório de Hillebrand. Carazinho estava se dinamizando e se estruturando como município e a administração pública contribuía para que o crescimento do município acontecesse. Nesse sentido, Hillebrand descreveu a situação financeira da administração e pediu à Câmara de Vereadores de Carazinho que ponderasse sobre a possibilidade de dispor da verba de 150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis) para a construção do edifício da prefeitura. A Câmara autorizou o emprego da verba, com o que o prefeito Hillebrand, em 8 de janeiro de 1937, tornou público edital de concorrência para o fornecimento de material destinado à construção. O projeto saiu das páginas ideadas de Canuto de Souza e tornou-se uma realidade em Carazinho, já que assim se referiu o *Jornal da Serra*:

[...] **nada! Absolutamente nada!** Não se construiu nenhuma ponte de vulto das muitas de que necessitamos, não foi construído nenhum palmo de estrada nova dentro de condições técnicas, apenas reparos nas antigas estradas, que as primeiras chuvas do inverno logo desfazem, [...] o calçamento continuou a passo de cágado e o edifício para prefeitura foi iniciado sem concorrência pública [...].<sup>713</sup> (grifos nosso).

Caso fosse real o cenário descrito por Canuto de Souza, como explicar os seguintes dados de desenvolvimento predial em Carazinho desde a sua emancipação: 1931 – 848

<sup>710</sup> Mencionada no relatório como “Lei de Meios”, que estava conforme estatui a Lei Orgânica do Município e refere-se às receitas e despesas do mesmo. HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 23.

<sup>711</sup> Fatores que fundamentam a economia do município de Carazinho, referentes à delimitação econômica dos diversos setores e de suas respectivas atividades, isoladas e independentes, tais como indústria da madeira, pecuária, suinocultura e agricultura. *Ibidem.*, 1937, p. 64 - 68.

<sup>712</sup> *Ibid.*, p. 08 - 49.

<sup>713</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 467, ano VIII, 14 jul., 1938. p. 4.

prédios; 1932 – 902 prédios; 1933 – 934 prédios; 1934 – 950 prédios; 1935 – 976 prédios; 1936 – 1.104 prédios; 1937 – 1.127 prédios<sup>714</sup>?

O crescimento de prédios no município de Carazinho trouxera um aumento na cobrança de impostos prediais, aumentando as receitas administrativas. Outro dado relevante do município de Carazinho, no período de 1936, é que era o maior centro exportador de madeira, farinha de mandioca e, possivelmente, de banha e couro suíno do estado<sup>715</sup>.

Hillebrand, em 1938, enviou um relatório para o secretário do Interior, Miguel Tostes, no qual descrevia a situação do município. O relatório atendia à solicitação do então secretário e abordava os principais trabalhos executados pela sua administração durante os seis primeiros meses de 1938. Em relação ao novo prédio da prefeitura municipal, relatava a deficiência de instalação, já que a mesma funcionava num prédio de madeira alugado, que, pelas suas péssimas condições de habitabilidade, tornava-se incompatível com as funções administrativas. Após a elaboração da planta pelas seções de Obras e Viação do município, fora pedido o necessário crédito à então Câmara de Vereadores, que forneceu o saldo orçamentário. A lei foi registrada no Tribunal de Contas, regularizando o propósito da administração, que procedeu à concorrência pública.

A construção fora iniciada em meados do ano de 1936 e concluída no mês de junho de 1938. Tratava-se de um edifício com trinta e cinco dependências, cercado por passeios de mosaico nos quatro lados, revestido de mica e devidamente mobiliado, tendo na parte posterior do terreno um grande depósito de materiais diversos, cercado de muro de alvenaria. Este exigira o dispêndio de 253:968\$200 (duzentos e cinquenta e três contos de réis), importância que, conforme o relatório, fora fornecida pelo saldo orçamentário de 1937, acrescida de parte do primeiro semestre de 1938<sup>716</sup>.

Dessa forma, a prefeitura construíra o seu novo prédio sem recorrer a aumento de impostos ou a operações de crédito, utilizando tão-somente os seus próprios recursos, não

---

<sup>714</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 08 - 49.

<sup>715</sup> Ibid. p. 06 - 69.

<sup>716</sup> Ibid.

prejudicando a atividade de qualquer departamento municipal. A inauguração do novo prédio, a pedido da administração, foi presidida pelo interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias, que assumira após a morte de Daltro Filho. Na mesma ocasião foram inaugurados o novo Colégio Elementar e o Frigorífico Nacional Sul-Brasileira, edificação que custou cerca de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis).

O desenvolvimento comercial de Carazinho acentuou-se nos primeiros seis meses de 1938, quando a exportação do primeiro semestre superou a de igual período em 1937. Assim, Hillebrand entendia ser esse fato um promissor encorajamento a todos os setores da atividade comercial do município.

Conforme Douglass North, o desenvolvimento de um artigo de exportação reflete uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo custos de transferência. Os custos de transferência de distribuição servem para limitar a extensão do mercado exportador<sup>717</sup>. Do ponto de vista da região, a demanda pelo artigo de exportação é um fator exógeno, mas tanto o processamento como os custos de transferência não o são. Historicamente, as regiões novas procuram reduzir esses custos, num esforço combinado para promover o seu bem-estar econômico. À medida que as regiões crescem em torno de uma base de exportação, desenvolvem-se as economias externas, o que melhora a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. Assim, até que se desenvolva renda suficiente para suprir uma parte substancial de seu próprio capital de investimento, uma região tem de contar com fontes externas<sup>718</sup>.

A sensibilidade da região às flutuações depende das elasticidades-renda dos produtos primários de exportação. O caráter da força de trabalho é fundamentalmente influenciado pelas indústrias de exportação. Os tipos de especialização exigidas, a periodicidade e estabilidade do emprego e as condições de trabalho moldarão as atitudes sociais da força de trabalho<sup>719</sup>.

---

<sup>717</sup> NORTH, DOUGLASS C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 291-313.

<sup>718</sup> Ibid.

<sup>719</sup> Ibid.

Em dezembro de 1939 o *Jornal da Serra* noticiou os algarismos significativos que comprovam o desenvolvimento de Carazinho. Salientava que o antigo 4º distrito de Passo Fundo se transformara numa nova cidade, com ares de uma pequena grande cidade. Os hotéis, residências, colégios, edifícios públicos, estação haviam acompanhado as transformações impostas pelo progresso. O jornal fazia uma comparação da arrecadação das diversas taxas referentes aos anos de 1938 a 1939, meses de janeiro a novembro:

Tabela 4 – Representativa da arrecadação de taxas 1938/1939

<i>Taxas</i>	1938	1939
Imposto de consumo	297:615\$100	325:443\$100
Imposto de Renda	159:098\$900	657:768\$900
Imposto s/atos emanados do governo	153:300\$400	131:779\$900
<b>Da União</b>		
Diversas rendas	17:095\$000	24:115\$000
Rendas extraordinárias	10:117\$000	86:791\$010

Fonte: JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

O *Jornal da Serra* procurava demonstrar aos seus leitores que, no período de um ano incompleto, a arrecadação do exercício em curso superara a de igual período do ano anterior em 587:777\$600 (quinhentos e oitenta e sete contos de réis)<sup>720</sup>. Ressaltava, ainda, que em 1938 a Coletoria Federal de Carazinho tivera uma renda de 196:169\$663 (cento e noventa e seis contos de réis); já, no mesmo ano, em 11 meses, excedera a 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis)<sup>721</sup>. Igualmente, chamava a atenção para o crescimento da renda estadual no município por meio de uma comparação que abrangia o período de 1935 a 1938:

Tabela 5 – Demonstrativo do crescimento da renda estadual no município 1935/1938

1935	770:229\$600 (setecentos contos de réis)
1936	1.098:359\$900 (mil contos de réis)
1937	1.470:454\$000 (mil contos de réis)
1938	1.919:142\$100 (mil contos de réis)
1938 (11 meses)	1.983:414\$100 (mil contos de réis)

Fonte: JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

Conforme o *Jornal da Serra*, a Coletoria Estadual de Carazinho arrecadara em 1938 a quantia de 429:385\$726 (quatrocentos e vinte e nove contos de réis) e as rubricas que mais haviam rendido eram: imposto de exportação - 90:648\$400 (noventa contos de réis), imposto

<sup>720</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>721</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

sobre rendas e consignações - 799:728\$900 (setecentos e noventa e nove contos de réis), indústrias e profissões - 359:440\$500 (trezentos e cinquenta e nove contos de réis), imposto territorial - 131:433\$500 (cento e trinta e um contos de réis), imposto do selo - 153:306\$600 (cento e cinquenta e três contos de réis), transmissão “inter-vivos” e “causa mortis” - 144:153\$500 (cento e quarenta e quatro contos de réis) e 31:307\$300 (trinta e um contos de réis), taxa de policiamento - 39:915\$600 (trinta e nove contos de réis), taxa de higiene e assistência pública - 33:959\$800 (trinta e três contos de réis), dívida ativa - 100:253\$900 (cem contos de réis) e eventuais - 38:083\$300 (trinta e oito contos de réis)<sup>722</sup>.

De acordo com dados relatados pelo ‘Jornal da Serra’<sup>723</sup>, a arrecadação no ex-quarto distrito de Passo Fundo no ano de 1930 foi: receita 161:224\$651 e a despesa, de 20:870\$695; em 1931 Carazinho arrecadou uma receita de: 239:824\$525 e a despesa foi de 22:681\$839; em 1932, a receita totalizou 167:052\$712 e a despesa, 27:083\$000; já no exercício de 1933 a receita foi 217:162\$100 e a despesa respectiva de 27:842\$600, e em 1934 a receita, nos 11 primeiros meses, foi de 215:950\$200, e a despesa, 22:215\$600. Conforme podemos observar, a renda líquida nos quatro anos após a emancipação atingiu a cifra de 740:029\$498, valores que demonstram o desenvolvimento e crescimento do município. Salientamos que a diferença entre a receita e despesa era remetida a Delegacia Fiscal, ou seja, a arrecadação era para a Exatoria do Estado ou Tesouro do Estado.

O jornal apresentou os dados referentes à arrecadação do município, dando conhecimento à opinião pública de que, em 1935, a receita fora orçada em 448:500\$000 (quatrocentos e quarenta e oito contos de réis) e a arrecadação elevava-se a 566:405\$900 (quinhentos e sessenta e seis contos de réis). Já, para o exercício de 1936, o orçamento fora calculado em 549:800\$000 (quinhentos e quarenta e nove contos de réis) e a receita fora apenas de 523:917\$000 (quinhentos e vinte e três contos de réis). Ressaltava o editorial que “esta diminuição é aparente, pois havia sido o imposto de indústrias e profissões arrecadado pelo Estado, nessa arrecadação não está ele computado, senão pequena parte”<sup>724</sup>.

<sup>722</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>723</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 258, ano V, 11 dez., 1934. p. 3.

<sup>724</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

Quanto ao orçamento municipal para 1937, ficara em 600:000\$000 (seiscentos contos de réis), elevando-se a arrecadação para 877:671\$000 (oitocentos e setenta e sete contos de réis). Em 1938, a previsão orçamentária era de 735:000\$000 (setecentos e trinta e cinco contos de réis) e a recolhida ao Tesouro municipal, de 799:088\$300 (setecentos e noventa e nove contos de réis)<sup>725</sup>.

Salientava que para o ano de 1938 previa-se a receita de 735:000\$000 (setecentos e trinta e cinco contos de réis) e, até 30 de novembro, ao término da arrecadação, o prognóstico era de 888:741\$200 (oitocentos e oitenta e oito contos de réis). Esses algarismos “atestam de maneira clara o aumento das rendas municipais [...]”<sup>726</sup>.

O periódico trazia uma retrospectiva de março a dezembro de 1931, destacando o primeiro ano de vida autônoma do município, com uma arrecadação de 420:000\$000 (quatrocentos e vinte contos de réis), e enfatizava que, de todos os dados estatísticos, os que de maneira mais eloqüente espelhavam o “surto” de progresso de Carazinho eram os referentes à renda da estação, do mês de novembro de 1931, que fora de 658:919\$000 (seiscentos e cinquenta e oito contos de réis), a qual, somada com a dos meses anteriores, elevava-se a 6.307:328\$700 (seis mil contos de réis), em 11 meses, ou seja, 83: 586\$700 (oitenta e três contos de réis), mais do que a arrecadação de 1938, que fora de 6.223:741\$950 (seis mil contos de réis)<sup>727</sup>. Pedia o redator do jornal uma especial atenção dos leitores para a renda da estação no último quinquênio:

Tabela 6 – Renda da estação férrea 1931/1939

1931	3.169:096\$200
1932	2.866:465\$300
1933	3.714:176\$850
1934	3.287:086\$800
1935	4. 706:296\$259
1936	5.932:960\$650
1937	5.998:166\$100
1938	6.223.741\$950
1939	(11 meses: 6.307:328\$700)

Fonte: JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>725</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>726</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>727</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

O jornal concluía sua abordagem sobre o desenvolvimento de Carazinho desta forma: “depois desses algarismos de uma clareza meridiana quaisquer palavras a mais seriam supérfluas. Eles falam alto da capacidade de trabalho do laborioso povo carazinhense e conseqüentemente de seu progresso crescente”<sup>728</sup>.

Em relatório enviado ao secretário do Interior, Miguel Tostes, o prefeito de Carazinho expunha que a situação financeira do município era a melhor possível. O saldo orçamentário à disposição da municipalidade em 30 de junho de 1938 era de 199:516\$300 (cento e noventa e nove contos de réis), dividido da seguinte forma:

[...] em caixa e nos bancos locais – 69:619\$300 - ainda em poder do estado, cerca de 130:000\$00 proveniente da arrecadação do imposto de indústrias e profissões de 1937, saldo de 199:516\$300, sem dívida apreciável, se acha completamente livre de qualquer compromisso ou dívida de todas as espécies<sup>729</sup>.

A arrecadação para o exercício de 1938 excedia o orçamento descrito, pois atingira nos seis meses a importância de 388:269\$500 (trezentos e oitenta e oito contos de réis); desse valor, 292:269\$500 (duzentos e noventa e dois contos de réis) eram do Tesouro municipal e 96:000\$000 (noventa e seis contos de réis), do Estado, cerca de três quartos do orçamento total de 585 contos de réis<sup>730</sup>.

Com base nesses dados inferimos que Hillebrand realizou uma administração direcionada ao desenvolvimento de Carazinho. Nesse sentido, ele estava articulado politicamente com Getúlio Vargas, ou com seus aliados em âmbito regional e local, obtendo privilégios do chefe maior da nação. Lembramos que Flores da Cunha não se encontrava mais no governo, o que levou Hillebrand buscar o apoio político na situação.

Hillebrand, em seu relatório de 1938, descrevia que todas as estradas do interior do município tinham sido devidamente conservadas e demonstrava os gastos em reparos diversos: nas estradas do 1º distrito - 22.000\$000; nas estradas do 2º distrito - 29.500\$000; nas estradas do 3º distrito - 5.386\$100; nas estradas do 4º distrito - 2.312\$200; nas estradas do

<sup>728</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>729</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 06 - 69.

<sup>730</sup> *Ibid.*

5º distrito - 6.092\$000; nas estradas do 6º distrito - 11.813\$000; nas estradas do 7º distrito - 27.354\$400, perfazendo um total de 109.385\$700 (cento e nove contos de réis)<sup>731</sup>.

Reinterava o prefeito que a importância comumente investida pela Prefeitura no reparo das estradas do interior do município diminuiria consideravelmente. Descrevia as obras referentes ao calçamento da principal artéria da cidade, interrompidas nos três primeiros meses do ano de 1938 pela falta de pedra britada, toda empregada nas construções particulares, cujo número fora considerável. Porém, ressaltava o relatório que as obras se encontravam em franco desenvolvimento, mesmo porque a britadeira municipal, única existente, havia sofrido diversas reformas, com conseqüente aumento da produção. Conforme o relatório, encontrava-se em elaboração o projeto de construção de uma grande ponte sobre o rio Turvo, na divisa do município de Carazinho com o de Passo Fundo, que ligaria diversos e florescentes núcleos do município com a estação local da viação férrea, escoadouro natural da citada região. A obra, cujo custo total estava orçado em 40:000\$000 (quarenta contos de réis), seria executada no segundo semestre do ano de 1938<sup>732</sup>.

O relatório destacava os aspectos referentes à luz pública e particular. Durante o primeiro semestre de 1938, a empresa concessionária dos serviços de iluminação pública e particular iniciara a reforma dos seus serviços no município, tendo se comprometido por contrato a fornecer luz e força necessárias às necessidades do consumo público. Deveria, assim, cessar o fornecimento irregular de energia que até o momento se registrava e era enfatizado por alguns cidadãos do município de Carazinho<sup>733</sup>. Também no mês de maio de 1938 foi assinado o contrato com a Companhia Telefônica Rio-Grandense para exploração do serviço telefônico no município, ligando Carazinho diretamente à capital do estado<sup>734</sup>.

Findo o exercício de 1939, Hillebrand enviou ao interventor Cordeiro de Farias o seguinte fonograma, datado de 7 de fevereiro de 1940:

---

<sup>731</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>732</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>733</sup> Ibid.

<sup>734</sup> Ibid.



[...] exercício 1939 com saldo de 89:166\$100 sem quaisquer compromissos. Excesso arrecadação acusado mesmo período foi 340 contos e excesso despesa cerca de 250:000\$000. Assim, não obstante importantes obras realizadas ano passado que exigiam grandes gastos, situação financeira município permanece ótima, testemunha eloqüente seu crescente desdobramento. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand. Prefeito<sup>735</sup>.

No ano de 1939 o *Jornal da Serra* destacou a inauguração da nova estação ferroviária de Carazinho (12/11/1939)<sup>736</sup>. Na mesma nota ressaltou a importância do acontecimento no sentido de que o retorno viria com o desenvolvimento do município, diante das facilidades trazidas pelas máquinas modernas que chegavam para transportar pessoas e cargas. Ao descrever o espaço físico da ferroviária, o jornal salientou:

Amplo, espaçoso e confortável de linhas elegantes e harmoniosas, o prédio que amanhã se inaugura representa uma antiga aspiração da cidade exigida pelo seu contínuo e fecundo progresso “Jornal da Serra” que contribuiu, colabora com uma pequena parcela para a consecução deste notável melhoramento se congratula com a população de Carazinho e com a direção da VFRGS. Certo de que o acontecimento de amanhã será o marco inicial de uma vida nova para a cidade<sup>737</sup>.

Em 1941 foi comunicado ao interventor, por meio de um fonograma, datado de 24 de janeiro, o encerramento do exercício financeiro de 1940, nos seguintes termos: “[...] saldo isento dívidas qualquer espécie, 161:403\$800 sendo 82:082\$400 em caixa arrecadação imposto indústria e profissão. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand - Prefeito”<sup>738</sup>. Em 1º de fevereiro de 1943, ele participou o término do exercício financeiro de 1942:

[...] acusando arrecadação de Cr\$ 1.374.388,50, sobre orçada de Cr\$ 1.303.150,00, registrando-se superávit Cr\$ 371.188,50. Saldo em caixa fim exercício foi Cr\$ 319.492,10, não estando incluída, quantia Cr\$ 180.000,00, pagamento primeira prestação encampação acervo empresa energia elétrica concessionária fornecimento luz esta cidade. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand, prefeito<sup>739</sup>.

<sup>735</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 135. 7, fev., 1940.

<sup>736</sup> “Inauguração da Nova Estação. Convite. A Associação Comercial de Carazinho tem o prazer de convidar a população de Carazinho, bem como a todos os seus associados para comparecerem amanhã, as 17 horas, na gare da Viação Férrea, afim de assistirem a inauguração da nova estação, que será feita pelo Otacílio Pereira, ilustre diretor da Viação Férrea, que, naquela hora, aqui chegará em trem especial, acompanhado de altos funcionários da Via Férrea. Pede-se o comparecimento do maior número possível para o máximo brilhantismo da solenidade”. Carazinho, 11 de novembro de 1939. JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 576, ano IX, de 11 de nov., de 1939. p. 1.

<sup>737</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 576, ano IX, de 11 de nov., de 1939. p. 1.

<sup>738</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 143. 24, jan., 1941.

<sup>739</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 154. 1º, fev., 1943.

O prefeito Hillebrand sempre procurou manter o governo estadual informado sobre os exercícios financeiros referentes à sua gestão, demonstrando a forma como geria o orçamento público. Em telegrama enviado a Ernesto Dorneles, então interventor estadual em 1944, descreveu as receitas auferidas e as despesas efetuadas:

Tenho grata satisfação comunicar V.Exa. que receita arrecadada ano findo foi de Cr\$ 1.979.480,20 inclusive saldo anterior despesa efetuada de Cr\$ 1.672.070,00 resultando assim superávit disponível de Cr\$ 307.410,20 que passou para exercício 1944. Comunico, outrossim, não existir nenhum compromisso atender tendo ainda esta municipalidade durante 1943 pago Cr\$ 100.000,00 e amortizado Cr\$ 200.000,00 por adiantamento na encampação da empresa energia elétrica Alto Jacuí Limitada. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand, prefeito<sup>740</sup>.

O município de Carazinho encontrava-se, de acordo com o *Noticioso*, em excelente situação econômica e financeira em 1944. Francisco Juruena, da Diretoria das Prefeituras Municipais, apreciou a proposta orçamentária do município, que orçou a receita e fixou a despesa em Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros) para o exercício de 1945. Descreveu em seu relatório, enviado ao governo do estado, que, teoricamente, poderia a receita ser estimada em Cr\$ 1.840.388,95 (um milhão oitocentos e quarenta mil trezentos e oitenta e oito cruzeiros e noventa e cinco centavos), segundo índice técnico legal<sup>741</sup>. Quanto à situação financeira, o jornal assim noticiou:

Nesse particular, há a registrar, compatriótica satisfação que a única dívida do município que existe no encerramento do ano de 1943 é proveniente de encampação da usina será liquidada ainda no exercício vigente, nada mais restando no passivo permanente, foi pois o orçamento atual consigna adotação de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), e no processo n. 4.424-16.45.1944, o prefeito solicitou um crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para o serviço de dívidas, cuja tramitação de nota que se encontra no egrégio conselho administrativo, para os efeitos de apropriação<sup>742</sup>.

Estava, pois, apto o município a vangloriar-se de sua excelente situação financeira e econômica, além das perspectivas favoráveis para o ano de 1945, pois a proposta *sub judice* dava idéia exata de inexistência de compromissos passivos, com verbas elevadas para os serviços de utilidade pública, o que era o ideal para a política administrativa de Carazinho.<sup>743</sup>

<sup>740</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 157. 29, jan., 1944.

<sup>741</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

<sup>742</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

<sup>743</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

Também havia sido aprovada a lei orçamentária da prefeitura de Carazinho para o exercício de 1945. No uso de suas atribuições legais, o Conselho Administrativo do estado havia aprovado, nos termos do relator e com as ressalvas por ele feitas, o projeto de decreto-lei da prefeitura de Carazinho que orçava a receita e fixava a despesa para o exercício de 1945, na importância de Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros). Verificamos, dessa maneira, um aumento de Cr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) em confronto com o orçamento vigente, segundo notícia divulgada pelo *Noticioso*, para apontar o crescimento do município<sup>744</sup>. Podemos inferir pelo descrito nessa matéria que, em virtude do aumento do orçamento no município, ocorreria o desenvolvimento administrativo e financeiro de Carazinho.

### **3.1.3 Especialização: análise do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul, Carazinho e Passo Fundo com base no censo de 1940**

A especialização, em sentido amplo, é um indício importante do potencial de uma região. Supondo que os agentes econômicos são racionais, a alocação social e economicamente consolidada de recursos pode ser entendida como o resultado da identificação, por parte dos agentes econômicos regionais, de nichos economicamente competitivos. Dessa forma, ela representa um fator significativo da presença de vantagens regionais, diante da disponibilidade relativa de recursos e fatores, além da emergência de economias de aglomeração<sup>745</sup>.

Em sentido restrito, o ponto de partida para o cálculo das medidas de especialização é a organização das informações numa matriz que leva em conta a distribuição setorial-espacial de uma variável-base<sup>746</sup>. Se considerarmos as atividades e a percentagem das pessoas

---

<sup>744</sup> NOTICIOSO, Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

<sup>745</sup> PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?* Porto Alegre: FEE, 2004. p. 19. (Documentos FEE, n. 59).

<sup>746</sup> HADDAD, Paulo Roberto. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho; BOISER, Sérgio. *Economia Regional: teorias e métodos de análise*. Banco do Nordeste. 1989. p. 225-226. [S.l].

ocupadas num determinado tempo, conforme a Tabela 7, o índice de especialização refletirá a predominância das pessoas que se ocupavam das atividades relacionadas.

O Censo de 1940 apresentou os dados do Rio Grande do Sul no que se referia ao tipo de atividade exercida pelas pessoas, por ramos, nos setores agropecuário, silvícola e industrial, bem como particularizou os municípios da época, dentre os quais salientamos Passo Fundo e Carazinho, numa análise comparativa da especialização.

No ano de 1940 a distribuição das pessoas ocupadas por ramos de atividades no Rio Grande do Sul dava-se pela seguinte forma:

Tabela 7 – Pessoas ocupadas por ramos de atividades, no Rio Grande do Sul/1940

ATIVIDADES	PESSOAS OCUPADAS	%
<b>TOTAL</b>	<b>3.484.290</b>	<b>100,00%</b>
<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA</b>	<b>756.392</b>	<b>21,71%</b>
<b>INDÚSTRIAS</b>	<b>114.129</b>	<b>3,28%</b>
Indústrias extrativas	10.779	0,31%
Indústrias de transformação	103.350	2,97%
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1.249.820</b>	<b>35,87%</b>
Comércio de mercadorias	65.742	1,89%
Comércio de imóveis, etc.	4.749	0,14%
Transportes e comunicações	41.714	1,20%
Administração pública, etc.	26.095	0,75%
Defesa nacional, segurança pública	28.621	0,82%
Profissões liberais, etc.	11.593	0,33%
Serviços, atividades sociais	64.954	1,86%
Atividades domésticas, atividades escolares	1.006.352	28,88%

Fonte: IBGE, 1950a.

Conforme Tabela 7, a maior parte das pessoas ocupadas estava distribuída entre o setor da agropecuária e dos serviços. Aproximadamente 36% estavam ocupadas nos setores dos serviços, sendo as atividades domésticas, escolares, as atividades sociais e o comércio de mercadorias as que mais ocupavam; em seguida, vinha a agropecuária, com quase 22% de ocupação.

Já, a população total do estado e dos municípios de Carazinho e Passo Fundo pode ser visualizada na Tabela 8.

Tabela 8 – População por situação do domicílio, de Carazinho, Passo Fundo e RS/1940

MUNICÍPIO E UF	TOTAL	URBANO		RURAL	
		População	%	População	%
Carazinho	50.866	10.501	20,64%	40.365	79,36%
Passo Fundo	80.138	20.584	25,69%	59.554	74,31%
RS	3.320.689	1.034.486	31,15%	2.286.203	68,85%

Fonte: IBGE (1950a).

Tanto nos municípios em análise como no estado, a maior parte da população residia no meio rural, em 1940, conforme apresenta Tabela 8. Com uma população superior de 80.138, Passo Fundo apresentava a maior parte das pessoas no meio rural (74,31%), mas, comparativamente com Carazinho, tinha mais pessoas residindo no meio urbano (25,69%). Carazinho contava com 50.866 pessoas, das quais 79,36% estavam no meio rural e 20,64% , no meio urbano. Sendo a população rural superior em ambos os municípios, questiona-se: como era a distribuição fundiária nesses municípios? Era constituída por pequenos estabelecimentos? A Tabela 9 responde a esse questionamento.

Tabela 9 – Número de estabelecimentos por grupo de área total, em ha, em Carazinho e Passo Fundo/1940

Municípios	TOTAL	menos de 5	de 5 a 10	de 10 a 20	de 20 a 50	de 50 a 100	de 100 e mais
Carazinho	4.163	113	346	892	2.020	523	269
Passo Fundo	5.019	160	447	994	2.141	707	570
<i>% dos estabelecimentos</i>							
Carazinho	100,00%	2,71%	8,31%	21,43%	48,52%	12,56%	6,46%
Passo Fundo	100,00%	3,19%	8,91%	19,80%	42,66%	14,09%	11,36%

Fonte: IBGE (1950b).

Conforme Tabela 9 a maior parte dos estabelecimentos estava no grupo de com menos de 50 ha; cerca de 80,98% dos estabelecimentos de Carazinho tinham menos de 50 ha, ao passo que em Passo Fundo esse número era de 74,56%. Assim, o município que apresentava maior percentual de estabelecimentos no grupo com maior área total era Passo Fundo, onde 25,44% dos estabelecimentos tinham mais de 50 ha, enquanto em Carazinho 19,02% se enquadravam nesse grupo.

Em se tratando da distribuição da população ocupada entre os setores urbanos e rural, verifica-se que nos municípios de Carazinho e Passo Fundo a distribuição era relativamente similar à estadual, sendo Passo Fundo o mais semelhante com o estado, conforme apresenta Tabela 10.

Passo Fundo possuía um total de 75.292 pessoas ocupadas, ao passo que em Carazinho eram 49.992. Ambos os municípios tinham no setor de serviços a maior parte das pessoas ocupadas. Da mesma forma que no estado, as atividades domésticas, escolares, comércio de mercadorias e atividades, eram as mais representativas na agregação de pessoas. No caso de Passo Fundo, as atividades de transporte e comunicações e defesa nacional também se destacavam, porém, em Carazinho essas duas atividades eram bem mais representativas.

Tabela 10 – Pessoas ocupadas por ramos de atividades, em Carazinho e Passo Fundo/1940

ATIVIDADES	CARAZINHO		PASSO FUNDO	
	Pessoas ocupadas	%	Pessoas ocupadas	%
<b>TOTAL</b>	<b>49.992</b>	<b>100,00%</b>	<b>75.292</b>	<b>100,00%</b>
<b>AGRIC., PECUÁRIA, SILVIC.</b>	<b>13.772</b>	<b>27,55%</b>	<b>15.782</b>	<b>20,96%</b>
<b>INDÚSTRIAS</b>	<b>2.033</b>	<b>4,07%</b>	<b>2.604</b>	<b>3,46%</b>
Indústrias extrativas	43	0,09%	156	0,21%
Indústrias de transformação	1.990	3,98%	2.448	3,25%
<b>SERVIÇOS</b>	<b>16.077</b>	<b>32,16%</b>	<b>27.151</b>	<b>36,06%</b>
Comércio de mercadorias	797	1,59%	1.144	1,52%
Comércio de imóveis, etc.	56	0,11%	87	0,12%
Transportes e comunicações	377	0,75%	1.038	1,38%
Administração pública, etc.	207	0,41%	429	0,57%
Defesa nacional, segurança pública	41	0,08%	869	1,15%
Profissões liberais, etc.	154	0,31%	272	0,36%
Serviços, atividades sociais	702	1,40%	1.141	1,52%
Ativ. domésticas, atividades escolares	13.743	27,49%	22.171	29,45%

Fonte: IBGE, 1950a.

Por sua vez, o setor industrial tinha em Carazinho o maior percentual, contudo Passo Fundo era superior em valores absolutos. A indústria de transformação tinha o maior percentual na agregação de pessoas em ambos os municípios, mas Carazinho detinha a maior parcela relativa no setor agropecuário.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto, PIB, setorial, de Carazinho, Passo Fundo e RS/1939

SETORES	CARAZINHO		PASSO FUNDO		RS	
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
PIB Total	52.900,82	100,00%	63.190,63	100,00%	3.536.073,17	100,00%
PIB - Agropecuária	32.128,98	60,73%	23.185,82	36,69%	1.566.819,18	44,31%
PIB – Indústria	9.119,20	17,24%	13.568,34	21,47%	700.866,92	19,82%
PIB – Serviços	11.652,64	22,03%	26.436,47	41,84%	1.268.387,06	35,87%

Fonte: IPEADATA (2007)

Quando se analisa o produto interno bruto municipal, ou seja, o volume de riquezas produzidas no ano de 1939, verifica-se que havia em Carazinho uma participação maior do setor agropecuário no PIB total (60,73%) se comparado com Passo Fundo (36,69%) e o Rio Grande do Sul (44,31%). No setor de serviços, Passo Fundo possuía quase o dobro de participação que Carazinho: 41,84% naquele, contra 22,03% deste. Esses dados parecem apontar Passo Fundo como um maior centro de serviços se comparado com Carazinho. Quanto ao setor industrial, a participação no total municipal de ambos os municípios não era tão discrepante.

A representatividade desses setores na distribuição setorial das pessoas ocupadas refletia-se nas especializações municipais, conforme Tabela 12. Ressalta-se que as especializações são definidas a partir do quociente locacional (QL), um dos indicadores mais difundidos pela literatura, e mostra, pela comparação com uma região de referência, no nosso caso com o estado do Rio Grande do Sul, a representatividade de cada setor em cada um dos municípios. O QL sempre será positivo se igual ou maior que zero e quando for superior à unidade, indicará que tal atividade é mais especializada (uma potencialidade) no município em comparação com o estado<sup>747</sup>.

Tabela 12 – Quocientes locacionais, por atividade, de Carazinho e Passo Fundo/1940

ATIVIDADES	CARAZINHO	PASSO FUNDO
<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA</b>	<b>1,27</b>	<b>0,97</b>
<b>INDÚSTRIAS</b>	<b>1,24</b>	<b>1,06</b>
Indústrias extrativas	0,28	0,67
Indústrias de transformação	<b>1,34</b>	<b>1,10</b>
<b>SERVIÇOS</b>	<b>0,90</b>	<b>1,01</b>
Comércio de mercadorias	0,84	0,81
Comércio de imóveis, etc.	0,82	0,85
Transportes e comunicações	0,63	<b>1,15</b>
Administração pública, etc.	0,55	0,76
Defesa nacional, segurança pública	0,10	<b>1,41</b>
Profissões liberais, etc.	0,93	<b>1,09</b>
Serviços, atividades sociais	0,75	0,81
Atividades domésticas, atividades escolares	0,95	<b>1,02</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de IBGE (1950a).

<sup>747</sup> Para maiores detalhes sobre a forma de cálculo do QL ver PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?* Porto Alegre: FEE, 2004. 140 p. (Documentos FEE, n. 59).

Conforme dados demonstrados na Tabela 12 Carazinho possuía especializações nos setores da agropecuária e indústria; neste último eram as indústrias de transformação as que mais se destacavam. Passo Fundo possuía o setor industrial e, em especial, as indústrias de transformação como representativas no rol de suas especializações, porém, diferentemente que Carazinho, tinha um setor de serviços em destaque, com várias atividades especializadas. Os destaques desse setor eram o setor de transporte e comunicação, defesa nacional e segurança pública, profissões liberais e as atividades domésticas e escolares. Essas informações apontam para a caracterização de Passo Fundo como um centro de serviços na região, comprovando os dados da Tabela 11. Entretanto, o setor da agropecuária não se apresentava como especializado nesse município.

### **3.2 As decisões políticas e o alcance social nos municípios de Passo Fundo e Carazinho**

Até 1930 o poder político esteve nas mãos das classes agrárias, cujo domínio era total e ascendente, passando dos órgãos municipais aos do Estado e deste, ao plano federal. Após 1930 constatamos uma modificação do domínio linear agrário. Embora as classes agrárias continuassem preponderantes, dividiram-se e subdividiram-se, acarretando um enfraquecimento, diante da expressão com que surgiam o proletariado e a classe média, disputando o poder e organizando partidos, por mais que o enfraquecimento do poder agrário seja creditado, também, às disputas e divisões internas. Nesse cenário, a burguesia continuou subordinada à oligarquia rural<sup>748</sup>.

Com a reformulação da ordem constitucional oriunda da Revolução de 1930 e a configuração de um quadro legal, Getúlio Vargas impôs “naturalmente” sua liderança pessoal diante dos graves conflitos que opunham as oligarquias estaduais aos “tenentes” e à competição entre os diversos atores que se projetavam no cenário político nacional<sup>749</sup>.

---

<sup>748</sup> CARONE, Edgard. *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 143.

<sup>749</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 17.



Ao chegar ao governo, em 1930, Vargas encontrou um vazio de poder aberto pela crise oligárquica e incentivou a transformação dos militares em atores políticos, transformando-os em interventores e, como tal, em pilares de sustentação, como um contrapeso às forças oligárquicas. Essa fase durou ao longo do Estado Novo (1937-1945), quando havia uma total coincidência de interesses entre o presidente e as corporações militares.<sup>750</sup>

O Planalto Médio, no período recortado para análise, contou com dois representantes em nível estadual: Joaquim Maurício Cardoso e Nicolau de Araújo Vergueiro. O primeiro ator, natural de Soledade, destacou-se por ter desempenhado diferentes papéis no cenário político, tendo sido constituinte federal e estadual e interventor interino no Rio Grande do Sul de 19/01 até 04/03 de 1938, mas, acima de tudo pelo seu carisma e influência, lhe rendendo um enorme reduto eleitoral em Passo Fundo e Carazinho. Tradicionalmente, pertenceu ao PRR, fazendo também parte da FUG entre 1934 e 1937. (ANEXOS B e D).

A trajetória de influência de Maurício Cardoso pode ser comprovada em muitas passagens selecionadas no decorrer da pesquisa, mas escolhemos um texto oficial, em forma de ofício, para demonstrar nossa afirmativa:

Candelária

Exmo. Sr. Dr. Maurício Cardoso

DD. Secretário do Interior

**Na palestra que tive a honra de manter com v.ex., anteontem, indiquei a v.ex. o nome do Dr. Alberto Velho de Souza para o cargo de prefeito de Carazinho.**

Acontece, porém que esse senhor não aceita esse cargo, conforme telegrama que ontem de lá recebi, nisto que pretende, breve, seguir para o Rio.

Nestas condições, de acordo com o mesmo telegrama levo ao conhecimento v.ex. que, uma vez resolvida a substituição do atual prefeito, coubesse aos antigos companheiros da extinta Frente Única a designação de um candidato, nosso companheiro. **Dali é que resolvemos indicar o nome do cel. Alberto Graeff para prefeito de Carazinho.** É o que me cumpre levar ao conhecimento de v.ex. para evitar dúvidas futuras. **Aproveito-me desta oportunidade para reinteirar a v. ex. os protestos de minha elevada estima e distintas considerações, subscrevo-me de v.ex. Ao admirador e amigo A. Canuto de Souza. (grifos nosso)**<sup>751</sup>.

Na análise do texto do ofício enviado por Canuto de Souza a Maurício Cardoso, percebemos as relações de poder que existiam na época, quando Canuto, comerciante

<sup>750</sup> CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 58-59.

<sup>751</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

atacadista, hoteleiro, jornalista e notário, tendo passado por diversas agremiações partidárias (PRL-1930; PRR-1935; UDN-1945), além de ser o diretor proprietário do Jornal da Serra e presidente efetivo do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937, usava de seu prestígio social e econômico para encaminhar pedidos de acordo com os desejos, intenções e conveniências políticas próprias e para o partido ao qual era filiado na época.

Outra característica que não podemos ignorar é a intimidade com que Canuto se despedia, mesmo num documento formal, através das palavras “admirador” e “amigo”, denotando um relacionamento moldado pelo individual, sugerindo que entre ele e Cardoso havia uma relação de cumplicidade política, a serviço de propósitos partidários.

Em outras situações observadas também em documentos oficiais e já transcritas no segundo capítulo deste trabalho, percebemos que Maurício Cardoso interferia nas decisões políticas opinando a favor de quem interessava ao poder, como foi o caso “prefeitoral” e do “coletor federal”.<sup>752</sup> Nesse sentido, percebemos a influência da elite econômica, personificada na pessoa do “advogado Madureira”, para conseguir benefícios políticos para Carazinho, em nome do apoio dado a Getúlio Vargas. Assim nomeavam-se para cargos importantes as pessoas que se comprometiam em defender e manter a ideologia proposta pelo novo modelo de Estado implantado por Vargas. Igualmente, a intimidade constatada nas palavras dirigidas a Maurício Cardoso dão conta de uma estrutura social, econômica e política bem mais profunda, na qual as relações entre os grupos dominantes numa determinada época decidiam quem deveria estar à frente das instituições governamentais, articuladas para manter, contribuir, reproduzir ou transformar uma realidade, mas sempre em consonância com o poder central.

No entanto, o abalo entre as relações de Flores da Cunha e Getúlio Vargas, em 1935, levaria o governador gaúcho a retomar negociações internas e tentar a articulação com a FUG, que aceitou a aproximação, mas sem perder de vista a reaproximação com Vargas. Após, firmou-se o acordo no Rio Grande do Sul do *modus-vivendi*, já focalizado anteriormente e que representava um entendimento partidário no estado, para assegurar a eficiência administrativa. Nesse cenário, líderes como Maurício Cardoso (PRR), intransigentemente contrário à idéia do

---

<sup>752</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

acordo, opuseram-se a Flores e ao poder de pressão da FUG. João Neves da Fontoura, em uma carta a Maurício Cardoso, sintetizava a situação da época:

Acredita que Getúlio trate conosco divididos, agatanhados, enfraquecidos? AH! Isso é que não. Ele nos dará uma pastinha de ministro, uns empregos bons para alguns, e fica por aí. Porque nós, em luta violenta contra Flores, entregamos ao Getúlio apenas mais quatro anos de presidência<sup>753</sup>

O certo é que a assinatura do *modus-vivendi* reforçou ainda mais a projeção nacional da FUG, tornando-a foco das atenções de Getúlio, porque representava a principal força de oposição. Getúlio passou a impedir que o acordo assinado no Rio Grande do Sul se transformasse numa aliança contra o governo federal e atraiu a FUG com a intenção de desgastar o poder de Flores, de quem já se encontrava em processo de afastamento. O *modus-vivendi* trouxe à tona um assunto que Getúlio queria ignorar: o debate público da sucessão presidencial, prevista para 1938.

Em Passo Fundo, membros do PRL descontentes com as medidas adotadas pelos componentes que haviam firmado o acordo para constituir a FUG, alegando não haver sido convidados tampouco, consultados sobre tal decisão, resolveram também formar uma corrente independente, mas de apoio ao PRL. O *Correio do Povo* dera destaque à nota, na qual grifamos os nomes representativos da elite política:

Conforme já comunicamos anteriormente por telegrama, no dia 24 de junho próximo passado, por iniciativa dos drs. Antonio Bittencourt de Azambuja, Gelso Ribeiro, coronel João Fagundes de Souza e major Hermínio Silveira elementos de destaque nesta terra, reuniram-se em Assembléia, e com a presença de grande número de correligionários, para deliberarem sobre a atitude de assumir em face de não terem sido ouvidos por ocasião da aliança entre a Frente Única e o PRL, em 17 de janeiro do corrente ano. A nova corrente política chefiada pelo dr. Antonio Bittencourt de Azambuja, desliga-se e constitui-se paralelamente independente à Frente Única e assim como ela colaborará com o Partido Republicano Liberal em irrestrita aliança conforme consta na ata elaborada no dia 24 e que a seguir reproduzimos: Ata: aos 24 dias de 1936 nesta cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, presentes vários elementos do município convocados pelos srs. Antonio Bittencourt de Azambuja, coronel João Fagundes de Souza major Hermínio Silveira e dr. Gelso Ribeiro, para deliberarem de assumir nesse momento excepcional da vida política do país e considerando que a Frente Única se aliou ao Partido Republicano Liberal por efeito e, pelo menos para os fins do pacto político de 17 de janeiro deste ano; considerando que, **posto, representem os firmatários abaixo, uma corrente de opinião independente e alheia aquele pacto, para cuja lavratura não foram ouvidos, nem contribuíram, cumpre-lhes, todavia, o dever primário de não se**

---

<sup>753</sup> CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 84.

**desinteressarem dos destinos da comunhão rio-grandense , resolvem, por si mesmos, constituírem-se, paralelamente, com a Frente Única e sem nenhuma relação de dependência para com ela em irrestrita aliança com aquele partido, em defesa dos magnos interesses do Rio Grande do Sul pelo Brasil. Assinaturas: Antonio Bittencourt de Azambuja, coronel João Fagundes de Souza, Túlio Fontoura, diretor do jornal *Diário da Manhã*, major Hermínio Silveira, dr. Herculano de Araújo Annes, diretor de *O Nacional*, Jeronymo Stocchi, dr. Olavo de Almeida Campos, dr. Celso Fiori, Joaquim Silveira, Bernabé Olmedo, dr. Gelso Ribeiro, Alberto Morsch, Admar Campos, Oscar Kurtz, major Braz Albuquerque Braga, Deoclécio Rostro, Hélio Morsch, Urbano Ribas, José Correia da Silva, Italo Benvegno, João Duarte, Waldemar Gehm, Balduino Gehm, Almiro Ilha, Arthur Lângaro, capitão Wesceslau Silveira, tenente Joaquim Borba de Freitas, Nilo de Quadros, Fredolino Paim, coronel Faustino Silveira, Lino Schell de Quadros, tenente Marcellino R. Braga, Aristides La Corte, João Annes Filho, Antonio Rezende, Sebastião Vasconcellos, Donato José Ribeiro, Lazaro Camargo<sup>754</sup>. (grifos nosso).**

Da mesma forma que salientamos os membros da elite política pertencentes ao Partido Republicano Liberal, é interessante enfatizar um personagem local de relevância política e econômica para Passo Fundo e região. Trata-se de Nicolau de Araújo Vergueiro, médico natural de Passo Fundo, que foi prefeito municipal entre 1928 e 1931 e chefe do Partido Republicano da região em 1934; foi deputado federal pelo PRR em 1930 e pela FUG, em 1934-1937. (ANEXOS B; D).

Por ocasião da Revolução de 1930, conforme apontamentos de Miranda e Machado, Nicolau de Araújo Vergueiro, líder político de Passo Fundo, município apoiador da revolução, recebeu uma carta de Oswaldo Aranha na qual esse político afirmava que a estrada de ferro era o único meio de vencer as distâncias em direção ao alvo dos revolucionários, tendo em Passo Fundo o seu ponto principal de passagem. Logo, era necessária a completa adesão das forças aqui sediadas para dar trânsito livre aos gaúchos<sup>755</sup>.

De acordo com o acima citado, Miranda e Machado relatam que:

com o comando do general Miguel Costa, enviado por Oswaldo Aranha, foram ocupados os edifícios públicos da cidade: o telégrafo foi ocupado por **Victor Graeff** e alguns civis, enquanto **Arthur Lângaro** e mais quatro pessoas tomaram a Companhia Telefônica, o então Intendente **Scarpelini Guezzi** ficava responsável pela guarda da estrada de ferro e Rui Vergueiro pela guarda da Cadeia Municipal. O relatório do Intendente Guezzi diz que Getúlio Vargas chegou de trem à cidade no

<sup>754</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 165, ano XLVI, 15 jul. 1936. p. 08.

<sup>755</sup> MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005. p. 67.

dia 14 de outubro, estacionando por algumas horas na Gare da Viação Férrea, dirigindo-se depois para Ponta Grossa<sup>756</sup>. (grifos nosso).

Vale lembrar que os nomes destacados faziam parte da elite política e econômica de Passo Fundo, conforme os Anexos D e G.

Vergueiro demonstrou sua influência em muitas situações, a exemplo do pedido feito diretamente ao Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1937, para a construção de prédio próprio para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Passo Fundo. (ANEXO G). Vergueiro era amigo e fiel seguidor de Borges de Medeiros, porém, Vargas atendeu ao pedido das classes conservadoras locais. Inferimos, portanto, que mesmo Vergueiro tendo rompido com Vargas quando da Revolução Constitucionalista, os pedidos realizados por ele eram considerados como provindos do eminente chefe republicano estadual, Borges de Medeiros, pelo qual Vargas tinha grande consideração.

Em homenagem a Vergueiro, no *Jornal da Serra*, Delmar Diogo escreveu,

[...] raras são as cidades que, em curto lapso de tempo, progrediram como esta. E é de ver, que na expansão desse desenvolvimento estampa-se sempre o cunho da iniciativa de v.exa. [...] na presente gestão 1928-1932, é digno de nota o recente relatório de v.exa., de cujas páginas ressalta um grande devotamento pela instrução, índice do adiantamento de um povo; mas como isso não bastasse, o espírito arguto de v.exa., vai além: examina e, de maneira acurada, trata de tudo quanto se relaciona com a prosperidade do município[...]<sup>757</sup>.

Entretanto, as classes opositoras a Vergueiro, em Passo Fundo e região, publicaram matéria no jornal *O Nacional*, na qual a ênfase era referente a uma declaração que fora efetuada em Carazinho e se referia a um “equivoco” que havia sido efetuada por alguns membros do Partido Republicano no qual se solidarizavam com Araújo Vergueiro pela sua permanência como chefe no PRR. Nesse sentido, a nota trazia em seu conteúdo que o Partido Republicano, representado pela maioria de seus membros, declarava em público que não poderia concordar com a chefia de Araújo Vergueiro porque:

<sup>756</sup> MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005, p. 68.

<sup>757</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n.7, ano I, 4 de jun., de 1930. p. 01.

1- O dr. Araújo Vergueiro foi o maior inimigo da criação do município de Carazinho; 2- O dr. Araújo Vergueiro rompeu com o ilustre general Interventor quando este perdoou a dívida de Carazinho, pretendendo lançar sobre a população do município uma dívida onerosa; 3- **O dr. Araújo Vergueiro como patrono político de Carazinho deixou que fosse diminuído o número de escolas desse município;** 4- **O dr. Araújo Vergueiro quando intendente e chefe político de Passo fundo, iludiu sempre essa terra com promessas, deixando-nos sem estradas e relegando-nos ao mais completo abandono;** 5- **O dr. Araújo Vergueiro nos prejudicava na questão da estrada de ferro do Irahay.** Por estas e outras razões que não vem a pelo salientar repudiamos a chefia do dr. Araújo Vergueiro, declarando-nos absolutamente solidários com a atitude do dr. Homero Guerra em torno do qual formaremos fileira visto como a continuação do dr. Araújo Vergueiro na chefia do nosso partido, além dos males de caráter local apontados, acarretara o completo esfacelamento do glorioso partido de Borges de Medeiros, nesta região<sup>758</sup>. (grifos nosso).

As constantes críticas eram veiculadas em *O Nacional*, denunciando que em Passo Fundo havia sérios problemas na distribuição de água e na falta de luz elétrica, o que dificultava o progresso do comércio e demais atividades. O jornal imputava a culpa dessa situação à má administração de Vergueiro. Contudo, este se manteve ativo em todos os momentos importantes pelos quais passou o Brasil, o Rio Grande do Sul e Passo Fundo, nunca sendo desprezado ou esquecido totalmente. A presença de Vergueiro em Passo Fundo representou o domínio da política borgista e, também, a liderança no PRR local. Nesse sentido, *O Nacional* se referia a Vergueiro como alguém que estava sempre voltado para se manter no poder.

Assim, falando ao jornal *O Nacional* sobre a situação política da época, ou seja, a união dos partidos Republicano e Libertador, o governo ditatorial, a Constituição e a propaganda frenteunista em Passo Fundo, Vergueiro afirmava ao seu diretor, Herculano Araújo Annes<sup>759</sup>, que era grande o interesse que a situação política do estado despertava no município, onde todas as forças se mobilizavam para a pugna eleitoral que se aproximava (outubro de 1934).

Ilustre sr. Dr. Diretor do ‘O Nacional’. Saudações cordiais.

Atendendo hoje, e gostosamente, ao seu pedido, solicitando, de início, desculpas pela demora, motivada tão somente por muitos e urgentes trabalhos profissionais. No decorrer das linhas, que envio, encontrará S.S. a resposta aos itens formulados. Depois de longos meses de ausência, posso dizer ao povo da minha terra, como Emilio Zolla, em Paris, ao regressar de Londres: ‘durante meses, impus-me o mais integral exílio, o mais ignorado retiro, o mais absoluto silêncio. Era como o morto

<sup>758</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1042, ano VII, 9 out. 1931. p. 02.

<sup>759</sup> Diretor do jornal *O Nacional*, desde sua fundação, em 1925, por Theófilo Guimarães, onde permaneceu até 1940, quando assumiu o novo diretor, Múcio de Castro. BENVIGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder*: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. p.19.

voluntário, deitado no túmulo secreto, à espera da verdade e da justiça. Hoje, tendo a verdade vencido, reinando enfim a justiça, renasço, volto e retomo o meu lugar'. Aqui exercerei toda a minha atividade política que agora é, para mim, uma imposição de brio. **Vim encontrar, como esperava, os meus destemidos correligionários da Frente Única muito animados e dispostos, com amor e com altivez, ao próximo combate eleitoral, e, dia a dia, observo maior entusiasmo, cuja vibração, não só em Passo Fundo como em todo o Estado, aumenta a medida que se aproxima do Rio Grande do Sul o dr. Borges de Medeiros**<sup>760</sup>. (grifos nosso).

As respostas dadas por Vergueiro ao jornal *O Nacional* em sua manifestação confirmam sua opção política, ou seja, após a promulgação da nova Constituição brasileira, em 1934, e da eleição de Getúlio Vargas como presidente constitucional do Brasil, Borges de Medeiros retornou ao Rio Grande do Sul e assumiu a posição política contra Flores da Cunha e Getúlio Vargas nas eleições estaduais, no que foi acompanhado por Vergueiro, que recém retornara do exílio.

Vergueiro relatou ao diretor de *O Nacional*, em sua entrevista, sobre uma nota jornalística, na qual Borges de Medeiros falara para *A Noite*:

A união dos tradicionais partidos gaúchos  
Em entrevista concedida nestes dias, a 'A Noite' do Rio, o eminente chefe de meu partido, a propósito do futuro da Frente Única, assim se expressou: "Creio que a Frente Única acabará de se constituir num só partido. Os sacrifícios com que se empenharam juntos, pelos mesmos ideais e pelas mesmas causas, irmanaram-nos de tal forma, que a fusão se impõe, se justifica e ela é natural". **Estou de inteiro acordo com ele, e no discurso que, nesta cidade, proferi por ocasião de minha chegada, tive a oportunidade de dizer que os partidos Republicano e Libertador estavam hoje irmanados na mesma idéia, essência misteriosa que vive e cresce por uma lei real e lógica, no conceito de Emílio Castellar e acrescentei ainda que, para o bem e para o futuro do povo sul rio-grandense, Borges de Medeiros e Raul Pilla não podiam estar separados**<sup>761</sup>. (grifos nosso).

Analisando as palavras de Vergueiro, constatamos de modo claro a sua opção por Borges de Medeiros e a confiança de que a Frente Única se sobreporia aos demais interesses partidários. O poder político no Rio Grande do Sul era compartilhado pela FUG, que oficialmente representava as forças políticas regionais, por um lado, e o interventor Flores da Cunha, de outro. Na realidade, tratava-se de uma composição entre forças de naturezas diversas: a FUG tinha bases fundamentalmente regionais e oligárquicas, ao passo que a interventoria tinha uma origem híbrida, delegada pelo poder central, mas, ao mesmo tempo,

<sup>760</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>761</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

não podia prescindir do reconhecimento das forças estaduais. Tanto é assim que o secretariado de Flores compunha-se integralmente de políticos ligados à FUG. Assim, opondo-se a Flores, Vergueiro também se opunha a Getúlio, pois o interventor representava e intermediava os interesses estaduais junto ao governo federal<sup>762</sup>.

Vergueiro, ainda em sua entrevista para o diretor do jornal *O Nacional*, Herculano Araújo Annes, no ano de 1934, expunha a sua opinião sobre os rumos que havia tomado o país com o período ditatorial e não poupou farpas ao presidente Getúlio Vargas, defendendo mais uma vez Borges de Medeiros:

Estou convencido, sr. Diretor<sup>763</sup>, que **o Brasil acaba de acordar de um pesadelo de quarenta e cinco meses de ditadura, que nos trouxe uma enxurrada de leis e de decretos, legislação precipitada e tumultuária, que deixava todos mundo perplexo e estupefato, vindo, logo em seguida, outros decretos e outras leis, interpretativas das primeiras, que mais pareciam charadas.** Não são raras também as leis, tornando sem efeito as primeiras. A imprensa, que é a voz do povo, viu-se abafada, amordaçada, e mísero daquele que infringia a iníqua censura: preso ou deportado. O eterno ‘pagão’ e sofredor, vítima paciente de intermináveis impostos e multas, tinha que ignorar os ‘colossais planos’ políticos, econômicos e financeiros, a bem da consolidação dos novos e áureos tempos regeneradores!! Cincinato Braga, ilustre deputado por São Paulo a Assembléia Constituinte, afirmou da mais alta tribuna do país, que a Revolução gastou 12 milhões de contos em quase quatro anos de ditadura; que o Brasil, na balança da sua compra e venda, apresenta um saldo de 10 milhões de libras e tem de pagar anualmente 40 milhões, que a ditadura foi o governo mais dispendioso que temos tido; que o movimento de 1930 encontrou o país com um câmbio de 6 e o derrubou a 2; que os 7 milhões de libras remetidos para a Inglaterra para pagar credor já estavam depositados na caixa de estabilização e no banco do Brasil, deixados pelo sr. Washington Luiz; que a nossa situação de 24 de outubro para cá se apresenta em falência completa e que se pretendermos lançar um empréstimo externo, a nossa ousadia será recebida nos mercados financeiros, como uma esplêndida pilheria... É essa situação em que atiraram o Brasil: só o déficit orçamentário, nos anos de 1931 e 1932, montou espantosa soma de 1.402.842.936\$000. **Bem certo andou o sr. Borges de Medeiros, no seu discurso a 27<sup>764</sup> do corrente, na Capital Federal, respondendo as saudações do dr. Fernando Magalhães quando disse que todos estivessem vigilantes, porque os primeiros executores da Constituição eram os mesmos homens da ditadura, que governaram com arbítrio, empregando métodos violentos, comprimindo a liberdade<sup>765</sup>.** (grifos nosso).

Ao se referir à Constituição de 1934, Vergueiro utilizou adjetivos e metáforas para expressar o seu descontentamento com o que fora aprovado.

<sup>762</sup> GOMES, Angela Maria de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980, (Coleção Brasil Século XX). p. 52.

<sup>763</sup> Herculano Araújo Annes. BENVIGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. Passo Fundo: UPF Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2006. p.19.

<sup>764</sup> 27 de agosto de 1934. Dados extraídos do O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>765</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.



Não sei se o sr. Diretor<sup>766</sup> teve o ensejo de ver uma interessante fita de cinema, intitulada Frankstein: um notável cientista depois de longo paciente e exaustivo trabalho, conseguiu compor um ser humano, com elementos retirados de vários outros corpos, e, depois de dar-lhe vida, verificou que se tratava de um mostro, que cometeu os maiores desatinos, obrigando o povo a matá-lo a pau. **Pois bem, essa Constituição, um pedacinho de cada um, a meu modo de ver, é filha de Frankstein. Diante da crise, medicamente falando de que sofreu o Brasil,** chegasse, como o Robinson de Netti, a pensar que tinha razão um velho músico italiano, depois de ouvir os exóticos Jazz-Bands e os Shymmis: **voltemos ao antigo e será um progresso.** No calor dos debates na Assembléia Constituinte, se declarou que a Revolução matará a Aliança Liberal: esta está vingada, por isso que a Constituinte matou a revolução<sup>767</sup>. (grifos nosso).

Inscrevendo-se num quadro que envolve, por meio do lingüístico, o ideológico, o texto do jornal apresenta-se como um campo fértil para o entendimento e alcance das palavras que deixam de ser ditadas claramente e assumem um sentido figurado, o qual exige um conhecimento do contexto para ser entendido<sup>768</sup>. Dessa forma, Vergueiro, ainda ressentido pelo período de exílio, não titubeava em manifestar a sua opinião a respeito da Constituição recém-promulgada. O quadro da instituição em que suas palavras são produzidas reflete o seu entendimento de que, após o retorno às atividades políticas, constatara um grande vazio de poder, atribuído ao exílio dos líderes da FUG e à redefinição do sistema partidário ocorrido. A FUG encontrada pelos que retornavam não era mais uma união dos partidos PRR e PL, e, sim, um grupo que se unira para se opor ao governo de Getúlio e a Flores da Cunha.

Vergueiro valeu-se da imprensa para veicular as idéias defendidas pela FUG. A ação política através da orientação discursiva, ao preparar um terreno fértil para propagação dos ideais contrários às práticas às quais se opunha, pode “ser estruturada pelo menos parcialmente como um mercado onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como mercadorias”<sup>769</sup>.

Quanto ao plano de propaganda eleitoral, pretendemos, nesse sentido, percorrer todos os distritos, realizando comícios, e mais os municípios de Erechim, Guaporé e Lagoa Vermelha. Esperamos, em breve, uma caravana chefiada pelo bravo general Felipe Portinho. Creio que o dr. Borges de Medeiros, virá, antes do pleito, a Passo Fundo, onde, por certo, será alvo da mais importante e estrondosa manifestação jamais aqui vista. Não creio que a permanência no poder do atual interventor e prefeitos possa ‘fundamente’ prejudicar os interesses frentistas, porque acredito na coragem cívica, no valor, no brio dos meus correligionários, que não se deixam intimidar por ninguém e, se exercerem pressão, aqui estaremos para reagir e para

<sup>766</sup> O diretor é Herculano Araújo Annes. BENVENÚ, op.cit.

<sup>767</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>768</sup> BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1981. p. 16.

<sup>769</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 1993. p. 94.

delatar, a todo pulmão, ao país mais essa arbitrariedade, mais essa violência. Estamos no Regime Constitucional, não pedimos favores, exigimos a lei e queremos que ela se exerça, como deve ser, limpamente, soberanamente. Se processos menos dignos forem postos em prática o governo terá apenas uma vitória de pierrô, que o afundará, cada vez mais, com o desprezo, no conceito da opinião pública. Agradecendo a sua gentileza, são essas as declarações que, de momento, tenho a fazer. Passo Fundo, 31 de agosto de 1934. Dr. Nicolau Araújo Vergueiro<sup>770</sup>.

De acordo com as colocações de Vergueiro, as esperanças dos partidários da FUG concentravam-se na campanha e vitória de Borges de Medeiros. Mais uma vez, o Rio Grande do Sul era palco de disputas entre os partidários do governo provisório e da interventoria estadual, o que, naturalmente se refletia nos municípios, unindo e dividindo os políticos. Na constituição da Comissão Executiva do PRR temos a volta de Vergueiro, conforme noticiado pelo *O Nacional*:

Foi constituída a comissão executiva do Partido Republicano. Porto Alegre, 18 (N)- Foi constituída a comissão executiva central do Partido Republicano, a qual ficou composta dos seguintes membros, sob a presidência do dr. Borges de Medeiros: general Paim Filho, Maurício Cardoso, Ariosto Pinto, João Neves da Fontoura, **Nicolau Vergueiro**, Pedro Osório, Sergio de Oliveira, Oswaldo Vergara, Camillo Martins Costa, Py Crespo, Oswaldo Rentsch e Marcial Terra<sup>771</sup>. (grifo nosso).

Mais tarde, em 1937, quando Vergueiro se elegeria deputado federal, o teor das notas publicadas revelam que ele continuava ao lado de Borges de Medeiros:

Rio, 20 (N)- O sr. Adroaldo Mesquita da Costa, atualmente nesta capital, convidou o dr. Borges de Medeiros, em nome de seus correlegionários a ir a Porto Alegre, onde se considera necessária a sua presença em face da atitude do sr. Lindolpho Collor que esta incentivando a dissidência. **Afirma-se que o sr. Borges de Medeiros delegou poderes para esse caso ao dr. Araújo Vergueiro o qual seguirá brevemente para a capital gaúcha, levando cartas endereçadas aos srs, Maurício Cardoso e Paim Filho**<sup>772</sup>. (grifos nosso).

E prosseguiam as notícias no mesmo sentido:

Política Republicana  
Rio, 22 (N)- O Vespertino "A Noite" assevera que **o dr. Borges de Medeiros, por intermédio do deputado dr. Nicolau de Araújo Vergueiro enviou instruções aos republicanos rio-grandenses** afim de ficarem alheios a convocação feita pelo sr. Lindolpho Collor<sup>773</sup>. (grifos nosso).

<sup>770</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>771</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1909, ano X, 18 set. 1934. p. 01.

<sup>772</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2634, ano XII, 20 fev. 1937. p. 01.

<sup>773</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2635, ano XII, 22 fev. 1937. p. 01.

Finalmente, ao contrário do noticiado acima, em mais uma nota analisada, ainda referente ao período em que Vergueiro era deputado federal, relatava-se:

Chegou a Porto Alegre o dr. Araújo Vergueiro, declarando não ter trazido nenhuma incumbência política. Do Estado. O dr. Araújo Vergueiro, faz Declarações em Porto Alegre.

Porto Alegre, 23(N) – Vindo do Rio, chegou a esta capital, o dr. Araújo Vergueiro, o qual seguiu para o interior. Ouvido pelos jornalistas, disse que veio ao sul chamado unicamente pelos seus interesses particulares e que contrariamente ao que foi divulgado, não trouxe nenhuma missão política e tão pouco qualquer incumbência do dr. Borges de Medeiros. Acrescentou que a atitude da Frente Única é de expectativa, sem compromissos na questão da sucessão presidencial. Falando em caráter pessoal, disse que a candidatura de maiores probabilidades será a do sr. Macedo Soares<sup>774</sup>. (grifos nosso).

Em alguns casos, a prática discursiva pode ser inteiramente alheia aos objetivos de quem a pratica<sup>775</sup>. Neste último fragmento referente a Nicolau de Araújo Vergueiro, percebemos o seu “desinteresse” pelos assuntos políticos, numa clara intenção de desviar a atenção dos problemas que aumentavam no cenário político da época, mas sempre tendo seu nome ligado a Borges de Medeiros. Sabemos que o rompimento da FUG e do PRL no decorrer de 1937 proporcionou a desarticulação interna dos três partidos rio-grandenses. O primeiro foi o PRR, no momento em que Lindolfo Collor se posicionou contrário à aproximação da FUG com Vargas. Em seguida, o PL desarticulou-se em virtude da cisão causada pelas duas correntes existentes internamente, e o PRL, a partir do momento em que ocorreu a questão da eleição da vice-presidência da Assembléia, iniciou uma reaproximação com Vargas<sup>776</sup>.

No período compreendido entre 1930-1937, o quadro político nacional passou por fases jamais imagináveis, a exemplo de muitos estados serem governados por tenentes, demonstrando a ascensão da classe média, que, apoiada ou não pelos coronéis locais e seus partidos estaduais e regionais, contavam com o apoio e simpatia de Getúlio Vargas. Essa situação somente se reverteu com as eleições de 1933 e 1934, quando os coronéis voltaram a dominar os poderes estaduais e houve um recuo total do tenentismo. Contudo o que houve não foi somente esse retorno ao passado. Para o Rio Grande do Sul,

<sup>774</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2636, ano XII, 23 fev. 1937. p. 01.

<sup>775</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 1993. p. 99.

<sup>776</sup> *Ibid.*, 101.

**a revolução de 1930 não só põe em xeque o domínio dos grandes Estados e permite a ascensão do Rio Grande do Sul, mas há uma participação nova de forças sociais dinâmicas, que são as das classes médias e do proletariado, abafadas e proibidas de se manifestarem antes de 1930.** O resultado é que se forma um jogo de poder diferente: as classes agrárias dominam, apesar de divididas e das lutas intensas entre si; mas elas são obrigadas a **aceitar a colaboração ou a presença de outras classes, apesar das vitórias contra o tenentismo e o proletariado.** Outros elementos negativos, no entanto, subsistem: é a divisão mais profunda entre as forças agrárias, a participação mais ativa do Exército tradicional, a presença de integralistas. **Daí só entendermos a composição política do Estado Novo se compreendermos as lutas pelo poder antes do golpe de 10 de novembro de 1937. [...] a explicação tem que partir da conjuntura dos Estados para o plano federal, pois o primeiro resume o cômputo das forças locais, o segundo é o jogo de equilíbrio de todas as correntes**<sup>777</sup>. (grifos nosso).

Após as considerações sobre Maurício Cardoso e Nicolau de Araújo Vergueiro constatamos que o discurso e a ideologia trazidos pela Era Vargas propuseram um conceito de poder segundo o qual uma classe social privilegiada tem a capacidade de realizar, por meio de outras, os seus interesses e objetivos específicos<sup>778</sup>. Esse conceito se delineia na medida em que se aproxima da concepção de Marx de classes e do poder, ligado aos interesses de classe. Importa, pois, situar essa definição de poder em relação às elites econômicas e políticas de Passo Fundo e Carazinho.

Quando o *O Nacional* se referia às questões tarifárias do frete, que, por serem muito elevadas dificultavam o escoamento da produção de Passo Fundo e região, acima de tudo, clamava a classe do comércio e indústria para salvaguardar a Associação Comercial e tratar de questões que envolviam o sindicalismo do charque, banha e arroz no estado. Traduzia, assim, o espírito de iniciativa e liderança que marcava os novos tempos, nos quais, ao invés de decisões unilaterais de uma classe agrária e monopolizante, a figura das associações e sindicatos ia se firmando diante da nova ideologia proposta por Vargas, abrindo espaços para a atuação de grupos de pessoas que podiam pensar e decidir o que seria melhor para as atividades que representavam. Concretizava-se, portanto, um novo modelo de Estado. Assim é que

mais felizes são outros municípios do Estado, com duvidosas possibilidades produtivas, onde, a par de grandes verbas anuais, para a construção e conservação de estradas de rodagem, ainda tem postos agrários para estímulo da produção. **Não obstante o labor intenso que vai por todas as energias produtivas desta zona, as nossas principais fontes de riqueza estão sofrendo as conseqüências da baixa**

<sup>777</sup> CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 144.

<sup>778</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 100.

**geral de preços, agravadas por tarifas ferroviárias elevadas e insuportáveis, como está acontecendo com a madeira, nosso principal produto, sem que haja para quem apelar, visto que o Governo do Estado, pelo seu poder competente, já declarou ao Congresso Rural, a pouco reunido em Porto Alegre, não ser possível a baixa dos fretes.** Estamos convencidos de que as classes interessadas na questão das tarifas ferroviárias, não devem esmorecer por ter encontrado este primeiro obstáculo, visto que, o Governo do Estado, terá que forçosamente, mais cedo ou mais tarde, que concordar com a demonstração positiva da veracidade dos algarismos de que a indústria da madeira, para voltar ao seu desenvolvimento natural, precisa de fretes mais baratos para poder concorrer com o pinho do Paraná que atualmente é vendido nos mercados platinos a preços que não podemos acompanhar. **Para podermos manter a posição de destaque comercial que ocupamos no Estado, precisamos nos unir, comércio e indústria de Passo Fundo, para melhor fazermos as defesas de nossos interesses. Todos os municípios serranos, e até Carazinho, dentro do nosso próprio município, tem as suas Associações Comerciais, que estão sempre atentas para salvaguardar os interesses da classe que representam, ao passo que a cidade de Passo Fundo não tem podido manter a sua Associação apesar de ser o primeiro centro comercial desta zona.** Precisamos nos reorganizar para colaborarmos juntos com os nossos vasilhinhos nos assuntos de interesse coletivo, como no caso presente da indústria da madeira. **Urge estudarmos as vantagens e desvantagens do sindicalismo em nosso estado com referência ao charque, a banha, ao arroz e à outros produtos. São assuntos em que nós, interessados direta ou indiretamente, devemos nos manifestar com isenção de animo, mas com o intuito de cooperarmos pela prosperidade de nossa região como partícula que somos de nosso grande país.** 15-6-30. Max Ávila<sup>779</sup>. (grifos nosso).

A nota destacada evidencia uma crítica detalhada aos inúmeros conceitos de poder que circulavam entre as elites políticas e econômicas dos dois municípios estudados. Se, por um lado, eles reconheciam que o governo não podia resolver a contento a questão dos fretes elevados, por outro lado, apoiavam-se entre si pelo fortalecimento de ações conjuntas, por meio da Associação Comercial, para demonstrar força e conseguir resolver a situação que lhes era adversa.

Em se tratando da defesa dos interesses de produtores da madeira, um grupo de madeireiros de Carazinho foi a Porto Alegre pleitear junto ao governo do estado a instalação de um sindicato para atender aos problemas enfrentados pela indústria de madeira e fazer frente à crise que vinha atravessando. O jornal *O Nacional* relatou o fato da seguinte maneira:

A indústria da Madeira. O Sindicato dos Produtores será oficializado pelo Governo do Estado. Regressou a Carazinho os produtores de madeira que foi a Porto Alegre pleitear junto ao Governo do Estado as medidas necessárias à indústria madeireira na premente crise que atravessa. Os membros da referida comissão, voltando da Capital, transmitiram, pelo telefone, ao nosso colaborador sr. Renato Sá Brito, que elaborou o memorial apresentado ao sr. Dr. Getúlio Vargas, minuciosas informações sobre o resultado de sua missão, demonstrando-se, plenamente satisfeitos pelo franco apoio que obtiveram da parte do eminente chefe do Executivo Estadual, para

<sup>779</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 648, ano VI, 19 jun. 1930. p. 27.

levarem a feito a organização **definitiva do projetado Sindicato dos Produtores previsto como único meio idôneo de conjurar a angustiosa crise da madeira**. O dr. Presidente do Estado depois de haver submetido a meticoloso estudo o projeto de estatutos do sindicato em organização, considerou o mesmo de utilidade, tal que, uma vez realizado, nos moldes pré-estabelecidos, seria imediatamente oficializado, gozando de auxílios e vantagens conferidas ao **sindicato da banha**. Como se depreende, não podiam ser mais promissores os resultados obtidos pela profícua iniciativa dos madeireiros de Carazinho, na campanha a que se devotaram, em defesa dos interesses dos produtores em geral, para salvar da debacle iminente a principal indústria da região<sup>780</sup>. (grifos nosso).

Analisando a nota do jornal trazida nesse contexto percebemos que a elaboração escrita encontra-se carregada de construções ideológicas, entendidas a partir do modelo de Estado proposto por Vargas, no qual a prática social sindicalista recebeu atenção de todos, por entenderem que era capaz de articular e beneficiar seus associados, no caso os madeireiros. No contexto histórico-social-econômico analisado notamos que as associações eram construções sociais coletivas, não individuais, o que aumentava o prestígio e o carisma do detentor do poder, demonstrando a sua preocupação com as condições de produção e exportação, necessariamente vinculadas aos grandes produtores, pois não podemos esquecer que o capitalismo era o suporte de toda essa ideologia.

Retomando o fio condutor desta pesquisa, que reside na comprovação da hipótese proposta, qual seja, de que as repercussões e situações políticas ocorridas no Planalto Médio, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, demonstram que as elites políticas delimitavam suas esferas de poder por meio do poder econômico, valemo-nos dos dados sintetizados nos Anexos D e E, referentes aos *Integrantes da Elite Política de Passo Fundo e Carazinho de 1930 a 1945*. Nesses constam o nome, cargo, função, filiação partidária, ano e período de atuação dos atores, além de observações reveladoras das particularidades de cada um dos pesquisados. Ao analisar os referidos anexos, tivemos o cuidado de destacar no texto dissertativo tão-somente os que obtiveram projeção econômica e política, no período delimitado, de forma a ressaltar que as elites políticas que atuavam na região em estudo estavam vinculadas diretamente ao poder econômico, advindo das condições pessoais, ou atividades profissionais que surgiam a partir da industrialização do país.

---

<sup>780</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 669, ano VI, 14 jul. 1930. p. 01.

### 3.2.1 Em Passo Fundo

A localização e identificação dos componentes da elite política e econômica de Passo Fundo têm o objetivo de explicitar, através da atuação econômica, quem eram as pessoas que se destacavam no cenário municipal, pois pensamos que, mesmo sem deterem um cargo político formal, estavam por detrás do encaminhamento ou das tomadas de decisões importantes para o município. Já referimos que, em nível local, regional, estadual e federal, Passo Fundo tinha em Nicolau de Araújo Vergueiro um político forte e influente, interlocutor de inúmeras demandas em prol da região, conquistadas pelo seu prestígio junto a Getúlio Vargas.

Os integrantes da elite econômica passo-fundense, identificados pela frequência com que apareciam nos jornais e documentos, eram membros dos partidos políticos da época, embora alguns se alternassem, conforme a conveniência pessoal. Logo, os partidos políticos referidos são PRR, PL, PRL, PP, UDN, PTB e PSD. A trajetória individual de cada membro da elite encontra-se detalhada no Anexo D.

Dessa forma, nomeamos alguns nomes que eram, ao mesmo tempo, elite política e econômica em Passo Fundo, retirados dos Anexos D e G: Antonio Veiga Faria; Aparício Lângaro; Arthur Lângaro; Bernabé Olmedo; Bernardino Bento; Carlos Rotta; Celso da Cunha Fiori; Daniel Dipp; Dionísio Lângaro; Eduardo Durgante; Eduardo Kurtz; Ernesto Morsch; Gabriel Bastos; Heitor Pinto da Silveira; Hélio Morsch; Henrique Biazus; Henrique Scarpellini Ghezzi; Hermínio Silveira; Hyran de Araújo Bastos; Inocêncio Pinto; Ivo Ferreira; João Batista Rotta; João de César; João Schapke Jr.; Júlio Busatto; Júlio Fontoura; Maurício Lângaro; Max Ávila; Nicolau de Araújo Vergueiro; Olívio Giavarina; Otto Bade; Túlio Fontoura; Walter Barbieux; Wilibaldo Neuhaus e Wolmar Antonio Salton.

Em relação ao cargo exercido pelas elites econômicas de Passo Fundo, identificado pelas atas da Associação Comercial no período de 1930 a 1945 e detalhados no Anexo G, predominavam os mais importantes da diretoria, como presidentes, vice-presidentes, participantes das comissões e diretores. Já, em se tratando do cargo ou profissão que exerciam na vida privada, segundo o Anexo D, é visível a predominância de comerciantes, industriais,

militares, funcionários públicos e profissionais liberais da época, especialmente advogados, médicos e contadores (ANEXO D).

A Associação Comercial de Passo Fundo reunia os maiores nomes da elite econômica do município (Anexo G), representando o novo modelo desenvolvimentista imposto por Vargas e, como tal, com apoio de muitos industriais, jornalistas, professores, trabalhadores, enfim, todos unidos e “sindicalizados” preocupados com a industrialização do país. Nesse contexto, destacamos exemplos de publicações que, segundo a análise de discurso, ratificam as afirmações, demonstrando que todos os assuntos de interesse do município passavam, necessariamente, pelas reuniões da Associação Comercial.

[...] assuntos de alta relevância tem a Associação Comercial de Passo Fundo tratado com o mais vivo interesse e dedicação. **Entre esses, podemos em rápidas linhas citar: impostos sobre rendas, assuntos relacionados ao correio local, nova lei de impostos de vendas e consignações, etc.** Entretanto há casos que destacam-se pela sua transcendência, na atualidade, e merecem aplausos pelo eficiente trabalho desenvolvido pela Associação Comercial: quando da momentosa questão do trigo, assunto que movimentou a indústria geral, seriamente ameaçada em sua economia, a entidade comercial de nosso município, tendo a frente o Sr. Arthur Langaro, colaborou de maneira notável, desdobrando-se em consecutivos afazeres para que o rico cereal viesse a ter um escoamento imediato. Devemos ressaltar, ainda, nestas notas, a não menos eficaz cooperação dos comercialistas dessa importante organização na obra de vulto, isto é, a estrada de Ferro que ligará Passo Fundo a Bento Gonçalves, cujas démarches apresentam-se promissoras. O problema da madeira nesta região, a Associação Comercial vem tratando com grande interesse, surgindo sempre e quando oportuno, pronta a solver as questões que se apresentam, tudo resolvendo com resultados satisfatórios. **No racionamento do combustível, providência que o governo vem de tomar, conseqüência essa natural dos acontecimentos mundiais, tem a Associação Comercial cooperado de maneira louvável, colaborando com as autoridades nesse mister, a fim de que a indústria e o comércio não venham a sofrer falta de gasolina para os transportes de mercadorias[...]**<sup>781</sup>. (grifos nosso).

Mais uma vez a análise do discurso nos remete a considerar o uso da linguagem como uma forma de expor a ideologia e as ações das instituições e do governo para levar à população o modo de ação, a forma como agem sobre o mundo e, em especial, sobre os outros. Os sócios da Associação enalteciam as ações de Vargas, estabelecendo uma relação dialética entre o seu discurso e a estrutura social implantada. Os discursos presentes nos documentos e atas variam em sua determinação estrutural segundo o domínio econômico no qual são gerados e o domínio popular a quem são direcionados. Por isso grifamos a importância do trabalho da Associação Comercial, e sua colaboração em atender as exigências

<sup>781</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 4202, ano XVIII, 19 jun. 1942. p. 34.



do momento, como ocorreu no caso do racionamento dos combustíveis, em virtude da situação mundial vivida por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

As elites econômicas de Passo Fundo, reunidas num “Centro de Amigos”, buscavam a implementação e defesa dos interesses que representavam. Para tanto, o jornal *O Nacional*, a respeito assim informou:

Fundado o **Centro dos Amigos de Passo Fundo**. Em seguida ao banquete, um número aproximado de 25 cavalheiros, acompanhados do Sr. **Victor Issler**, dirigiram-se ao café Colombo, onde foram tratados assuntos de interesse de nossa terra. Ali após terem feito o uso da palavra diversos oradores e discutido várias teses sobre a situação passo-fundense foi deliberada a fundação do Centro dos Amigos de Passo Fundo, entidade que ficou com sua diretoria escolhida e que é a seguinte: presidentes honorários: srs **Nelson Ehlers** e **Victor Issler**, dr. **Nicolau Vergueiro**, **Henrique Scarpelini Ghezzi** e **Max Ávila**. Presidente: dr. **João José Boeira Guedes**; vice-presidente, **Arthur Lângaro**; secretário, dr. **Verdi de César** e tesoureiro, **Pedro Vargas**. **O Centro dos Amigos de Passo Fundo irá defender os interesses de nossa terra.**<sup>782</sup> (grifos nosso).

Os nomes em destaque compunham a elite econômica interessada em preservar o progresso de Passo Fundo.

Em Carazinho, por sua vez, constatamos uma semelhança nas atitudes e manifestações da elite econômica, que defendia a linha adotada pela política de Vargas na imposição do novo modelo de Estado. A imagem do ditador era passada como a de um “líder” zeloso de sua autoridade, embora se reconhecesse que era dotado de um caráter centralizador, avesso ao diálogo, incapaz de conviver com o dissenso, intransigente com a oposição. Contudo, os atos praticados na ditadura, durante o Estado Novo, certamente, respingou, nos municípios recortados, por meio das ações “pouco democráticas” das elites políticas já relatadas.

### 3.2.2 Em Carazinho

A continuidade da vida política e econômica de Carazinho após sua emancipação coincidiu com a instalação do Governo Provisório de Vargas e, no Rio Grande do Sul, com a

---

<sup>782</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2639, ano XII, 26 fev.1937. p. 01.

ascensão de Flores da Cunha como interventor nomeado pelo governo federal, que, por sua vez, nomeou Homero Guerra como o primeiro prefeito municipal de Carazinho.

Em Carazinho a elite política ao longo do período analisado, compunha-se por membros do PRR, PL, PRL, PP, UDN, PTB e PSD. Tais representantes eram normalmente ligados às atividades industriais e madeireiras, pois o município se destacava nesse sentido. São exemplos, Alberico Azevedo, Alberto Graeff, Albino C. Weisheimer, Alcides Albuquerque, Alfredo Pedro Schmitz, Antonio Augusto Graeff, Aparício Nunes, Armindo Honaiser, Arnaldo Sheibe, Augusto Neuls, Augusto Sheibe, Balduino Plaetsch, Baleslau Minsky, Camilo Scherer, Celestino Brocchi, Eduardo Graeff, Ernesto José Annoni, Fioravante Barleze, Frederico Guilherme Sudbrack, Germano Napp, Godofredo Kirinus, Guilherme Fetzer, João C. Garibaldi Batello, Homero Guerra, Humberto Gobbi, João Zewes, José Albino Gerhardt, José Matiotti, Lahyre Azevedo, Laudelino Garcez, Levino Junges, Lourival Vargas, Luiz Tomazini, Maximiliano Stangler, Olinto Vargas, Oscar Gerhardt, Osório Meyrer, Paulo Coutinho, Ramalho Piva, Valter Fetzer e Waldemar Graeff. (ANEXO E).

Os membros da elite política atuavam na Associação Comercial e nos sindicatos e envolviam-se com as propostas de melhoras para o município de acordo com suas necessidades. Assim ocorreu com o empenho em conseguir para Carazinho um maior número de vagões para escoamento da produção; com o encaminhamento das reivindicações a respeito da luz e força; a melhoria nas estradas para o trânsito de automóveis e caminhões que começavam a ser comercializados com a chegada da indústria ao país; a diminuição do valor dos impostos e fretes, que preocupavam a todos os empresários.

Analisando as atas da Associação Comercial de Carazinho nos aspectos que ainda não foram enfatizados, constatamos que havia um rodízio entre as pessoas que ocupavam os cargos importantes dentro da sua diretoria. Exemplificamos com Eduardo Graeff, que ocupou a presidência nos anos de 1929-1930 e 1936 a 1937; Eurico Araújo, de 1931-1932 e 1945; Alberto Azevedo, de 1933 a 1935, e Romeu Scheibe, de 1938 a 1939.

Os problemas cruciais do município eram resolvidos pela interferência de alguém ligado ao poder político e econômico, fato tido como natural, pois os jornais os divulgavam de modo direto, sem rodeios.

[...] causou justa satisfação em nosso meio industrial e comercial a boa nova de que a **Viação Férrea já concluiu o projeto e orçamento da nova estação de Carazinho**, havendo enviado a Inspetoria Federal de Estradas o respectivo expediente, bem como providenciando a publicação de editais chamando concorrentes para execução das obras. Não queríamos incidir no conselho ponderado de um velho guasca que, toda a vez que ouvia gabos antecipados a qualquer coisa, costumava dizer: “não gabem o burro antes de terminar a viagem”, conselho esse que ora recomendamos sem a intenção de menosprezar ninguém, mas tão somente para sopitar um pouco o nosso entusiasmo ante tão alviçareira notícia. **Muito embora estejamos saturados dessas promessas, sempre proteladas, os termos precisos do telegrama que o ilustre e operoso engenheiro dr. Manoel Parreiras enviou ao Sr. Secretário da Comissão Executiva do PRL** deste município, deixaram-nos a agradável impressão de que desta vez não estamos sendo tapeados. **E Carazinho bem merece que assim seja, pelo menos desta vez Centro comercial e industrial com um surto de progresso notável, sendo, como é, o maior produtor de madeira do estado, cuja exportação é feita toda pela via férrea, nada mais justo que essa empresa de transporte dispense a estação desta vila uma atenção mais demorada e proveitosa aos nossos mútuos interesses.** Porque dotar Carazinho de uma estação moderna, confortável e espaçosa não é simplesmente contribuir para o embelezamento e progresso desta vila, **mas acautelar os próprios interesses da Viação Férrea, que assim poderá tirar mais rendimentos dos esforços de seus dignos auxiliares, oferecendo ao mesmo passo, um melhor serviço de transporte aos que se utilizam dos serviços da mesma viação.** Ultimando o projeto, feito o orçamento, encaminhado este para o Ministério da Viação, escolhido o local para a construção da mesma, publicado o edital respectivo, só nos resta aguardar um pouco para vermos, finalmente, realizada essa antiga, justa e nobre aspiração da gente laboriosa e paciente de Carazinho. K. Nuto<sup>783</sup>. (grifos nosso).

A necessidade de maior número de vagões para escoar a produção e de ampliação da viação férrea para atender ao desenvolvimento do município era tratada diretamente, entre os representantes políticos municipais e os dirigentes estaduais e federais. Conforme as frases negritadas no texto transcrito, é perceptível a idéia de industrialização que tomara conta dos seguidores de Vargas, na medida em que eram fortalecidas as bases para que isso ocorresse, no caso, a exportação da madeira, que estava ligada diretamente às melhorias desse meio de transporte.

*O Noticioso* de 1944 trazia em suas páginas uma nota que demonstrava a força da Associação Comercial na resolução e agilização dos problemas econômicos do município.

**O sr. Interventor Federal atendeu ao apelo do sr. Prefeito Municipal.** Como é do conhecimento público, a firma Dambros & Piva viu-se na contingência de paralisar provisoriamente a sua fábrica de aduelas e caixas, em virtude da falta de transporte para os mercados consumidores, ocasionando isso ficarem sem trabalho mais de sessenta famílias de operários. **Entre outras providencias tomadas, a firma Dambros & Piva apelou para a Administração Municipal no sentido de interessar-se junto aos poderes competentes para conseguir vagões a fim de escoar a produção.** Incontinentemente, o Sr Prefeito levou o fato ao conhecimento do

<sup>783</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 393, ano. VII, 4 de fev., de 1937. p. 2.

**exmo. Sr. Cel. Interventor Federal no Estado, solicitando medidas a respeito,** pois com a paralisação das atividades industriais da referida firma, por absoluta falta de transporte, ficariam sem assistência assegurada e implicitamente sem benefícios patronais de assistência social, como ficou esclarecido, numerosas famílias. Em data de 31 de outubro último, o dr Diretor Geral da Secretária de Obras Públicas, respondendo pelo expediente dessa Repartição, **oficiou ao Sr. Albino Hillebrand, Prefeito Municipal, comunicando-lhe que, tomando em devida conta os legítimos interesses da aludida firma e em atenção às razões constantes de seu pedido formulado ao exmº Sr. Cel. Interventor Federal, já tinha sido providenciado através do Departamento de Transportes, sobre a retirada de um lote de 10 vagões do serviço de embarques de forragem do S. S. M<sup>784</sup>.** (grifos nosso).

A linguagem discursiva do jornal enfatiza a relação direta mantida entre as elites econômicas e políticas de Carazinho. Em virtude do pedido efetuado pelo prefeito, o interventor atendeu de imediato à solicitação dos empresários, revelando uma situação na qual as relações políticas serviam aos interesses econômicos, embora o benefício privilegiasse a comunidade e os trabalhadores. Também neste aspecto Getúlio se fazia presente pela imagem que reproduzia na sociedade, de líder progressista e reformista, responsável pela pronta resolução dos possíveis entraves ao desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, prevaleciam os interesses dos industrialistas e comerciantes, atendidos de imediato pelas lideranças políticas locais, segundo a linha adotada pelo ditador. Portanto, salientamos que desde o início do século XX a sociedade brasileira convivia com os privilégios de uma elite rural, avessa ao novo modelo de Estado proposto.

Na mesma linha de ação, o *Jornal da Serra* trazia detalhes do atendimento de reivindicações de Homero Guerra, que, inclusive elaborou, um decreto para formalizar a chegada dos vagões necessários para dar escoamento à produção de madeira: [...] “comunique madeireiros Gal. Flores da Cunha científicou-me sua iniciativa mandar 15 junho em diante totalidade vagões empregados transporte gado descongestionar estoques madeira existente nossa zona. Atendendo pedido dr. Homero Guerra, General criará decreto a ser assinado estes dias [...]. Sigo domingo. Saudações. Hillebrand<sup>785</sup>.

No ano de 1937, em plena campanha presidencial, Getúlio Vargas promoveu dissidências partidárias na agremiação política que dava sustentação a Flores da Cunha (PRL) no Rio Grande do Sul. Assim, Flores perdeu a maioria parlamentar e teve de se exilar no

<sup>784</sup> NOTICIOSO, Carazinho, n. 111, ano III, 08 nov. 1944. p .01

<sup>785</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 410, ano. VII, 3 jun. 1937. p. 4.

Uruguai, passando a ocupar o seu lugar o interventor general Daltro Filho. O “Jornal da Serra”, refletindo essa nova situação, retrata em suas palavras a posição das elites carazinhenses, sempre apoiando Vargas:

**A luta em que o governador do estado se empenhou contra o supremo magistrado da nação, teve seu epílogo domingo ultimo, com a renúncia de Flores da Cunha à governança do Rio Grande do Sul. Não precisamos rememorar os antecedentes dessa luta danosa aos interesses do Estado e da República a que a ambição e paixão partidária arrastara o governante gaúcho, pois, são fatos do conhecimento de todos e recentes. As célebres “turmas de rodoviários”, armados a metralhadoras e fuzis dizem bem das torvas intenções do ex-governador do Rio Grande. O nosso Estado era uma espécie de quartel-general dos revolucionários de 1935. Cumpria, pois, ao Governo Federal agir com energia e rapidez para evitar que se produzisse aqui o espetáculo de 35. Coube ao Gal. Daltro Filho, ilustre oficial do Exército Brasileiro, executar as ordens do governo da República. E S. Ex. dela se desincumbiu magistral e patrioticamente, evitando o derramamento de sangue e perda de vidas preciosas. O Gal. Flores da Cunha, que tanto ameaçou a paz do Rio Grande e do Brasil, terminou abandonando o governo e seus amigos, indo homiziar-se no Uruguai. Irmanados todos, agora, nos mesmos anseios da paz e ordem, de trabalho e de progresso esqueçamos o período tormentoso de que saímos e nos entreguemos a tarefa meritória de elevar ainda mais o Rio Grande do Sul no seio da Federação. Demonstramos que somos, realmente um povo patriota, ordeiro e trabalhador. K. Nuto<sup>786</sup>. (grifos nosso).**

Portanto, a figura de Vargas continuava se sobrepondo às demais lideranças. Seus seguidores, como demonstra a notícia do jornal, mais uma vez saíam em defesa dos embates políticos, pois a figura central continuava sendo a do presidente da República. Dessa forma, a nota retrata a competência socioideológica com que os mesmos apoiadores de Flores se voltaram contra ele, demonstrando a sua escolha pelo lado mais forte.

### **3.3 A delimitação do poder das elites políticas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho e a manutenção do poder econômico**

O capítulo destinado ao fechamento deste trabalho retoma os fatos, evidências e comprovações apresentadas ao longo da tese, no sentido de mostrar que o poder das elites nos municípios pesquisados encontrava-se relacionado, diretamente à manutenção do poder econômico. Nesse sentido, firmou-se a nova burguesia, constituída de comerciantes,

<sup>786</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 430, ano. VII, 21 out. 1937. p. 4.

industriais, agropecuaristas e profissionais liberais, dentre tantas outras novas profissões surgidas, que, ao lado dos políticos, empenhavam-se em apoiar o modelo de Estado instituído por Vargas e, desse modo, garantiam a continuidade dos benefícios e regalias a que se haviam acostumado, mesmo num período em que os partidos apareciam mascarados pelas associações.

Em nível nacional, a prática burguesa que se seguiu à década de 1930 revelava uma tendência à consolidação das suas posições de barganha, especialmente em se tratando dos órgãos estatais. Existia uma preocupação crescente com a ausência de uma política industrial definida, que se traduzia em demandas que coincidiam com a busca da intervenção estatal para regular as questões pendentes. Tal tendência levou a burguesia a apoiar o regime instaurado a partir de 1937, que se caracterizou por um período de dominação autoritária que durou até 1945 (Estado Novo)<sup>787</sup>.

Ressaltamos que a Revolução burguesa, acentuada no pós-30, sob a marca do avanço na industrialização, acelerou o desenvolvimento no aspecto econômico e também no campo político, assinalando um novo pacto de poder, que alterou a correspondência de forças dentro da classe dominante e, a questão social com um novo tratamento para os setores operários e médios urbanos<sup>788</sup>.

Para Fonseca, os aspectos econômicos, políticos e sociais direcionavam-se para o fortalecimento do poder da burguesia, o qual exigia o tratamento concomitante de uma série de questões:

Os limites da intervenção estatal frente aos interesses da iniciativa privada, como se dariam as alianças com o capital estrangeiro, a divisão de atribuições entre a união, estados e municípios; a apropriação de recursos naturais, **a regulamentação do trabalho assalariado urbano, no direito de votar e de representação política; a “questão nacional” vem a tona – não em posição ao capital estrangeiro, mas principalmente como crítica ao regionalismo e ao domínio político oligárquico anterior a 1930: passa, pois, a definir-se novo interesse nacional. Este não mais representa abstratamente os interesses de uma fração de classe dominante, como na República Velha, mas o da totalidade da burguesia enquanto classe.** Os conflitos políticos, que até 1930 ganhavam a aparência oficial de conflitos entre estados, deslocaram-se para outro eixo, tronando-se conflitos de classes, e, como tais, tratados nacionalmente, seja na tentativa de absorvê-los (pela legislação trabalhista e pela representação “classista” da Constituição de 1934), de abafá-los

<sup>787</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69.

<sup>788</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 28.

(como no Estado Novo), ou de mascará-los administrando-os (como no populismo)<sup>789</sup>. (grifos nosso).

O contexto acima narrado por Fonseca relaciona os elementos importantes que faziam parte do modelo imposto por Vargas, especialmente aqueles que deixavam de lado os interesses da classe dominante, representando o passado, para se voltarem aos novos interesses, das novas classes que surgiam para compor o cenário do país. A esse respeito, Avellar enfatiza que a Constituição de 1934 criou os Institutos de Previdência Social para dar assistência aos bancários, industriários, comerciários, os quais haviam se tornado muito onerosos ao país, quer pela multiplicação das unidades, quer de cargos. Outra providência administrativa foi o melhoramento dos transportes e da eletrificação<sup>790</sup>.

Em Passo Fundo *O Nacional* salientou a importância comercial do município para o desenvolvimento do estado, visto que era o ponto de convergência da produção de diversos outros. A notícia referia-se à situação das estradas e ao descaso do governo do estado com relação a Passo Fundo; portanto, a produção em larga escala exigia meios de transporte que atendessem aos mercados interno e externo, para o que era necessário. Assim,

**não é preciso salientar a importância comercial que ocupa o município de Passo Fundo no estado do Rio Grande do Sul.** Dentro dos seus 8.600 quilômetros quadrados, labuta uma população com mais de 120.000 habitantes que se dedica a lavoura, pecuária, comércio e a indústria. Além de sede, a cidade de Passo Fundo, com 20.000 habitantes, tem povoações florescentes, cujos distritos superam em produção alguns municípios gaúchos. Citemos Carazinho, principal centro da indústria madeireira no Estado, Não-Me-Toque, Tapera, Marau, Sarandi e Sede Teixeira, cujo escoamento é feito pelas estações ferroviárias de Sertão, Cochilha, Passo Fundo, Pulador, Carazinho, São Bento e Pinheiro Mercado, todas neste município. **Para a cidade de Passo Fundo converge grande parte da produção agrícola dos municípios vizinhos** de Guaporé, Soledade, Erechim e Palmeira, bem como todo o oeste catarinense, via Nonohay, com a erva mate extraída naquele Estado. **Se tivéssemos boas estradas**, principalmente intermunicipais, mais rápido seria o progresso desta região, até hoje desamparada pelos poderes públicos, do Estado. Podemos assegurar, sem medo de errar, porque aí estão os quadros estatísticos organizados pelo Estado, que esta região é a maior produtora de madeiras, banha, erva mate e trigo, **tudo de iniciativa particular, sem que até hoje tenhamos sequer uma repartição pública para orientar o produtor a fim de ser melhorado o produto para ser apresentado nos mercados consumidores**<sup>791</sup>. (grifos nosso).

<sup>789</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 28.

<sup>790</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- FENAME- Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro, 1970. p. 295.

<sup>791</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 653, ano VIII, 19 jun. 1937. p. 27.

O poder econômico, evidenciado no fragmento do jornal, mostra o universo de ocorrências por que passavam os mercados consumidores da região. A atuação do Conselho Municipal de Abastecimento e Preços de Carazinho, por intermédio da sua diretoria, demonstrava que seus representantes mesclavam-se entre políticos, comerciantes e industrialistas: Assim é que temos: Albino Hillebrand e Henrique Hammes, respectivamente prefeito municipal e coletor estadual; Henrique Thormann, representante dos atacadistas; João Bassani Filho, dos produtores; Guilherme Baccon, dos varejistas; Levino Junges e Dario Canales, dos consumidores. Os dois últimos representam o Sindicato dos Marceneiros, associações profissionais e Círculo Operário<sup>792</sup>.

Ressaltamos o incentivo dado ao cooperativismo e associativismo. Getúlio Vargas, desde o Governo Provisório, estabelecera que as classes produtoras deveriam organizar-se sob a forma de “consórcios profissionais cooperativos”, com o objetivo de defender os interesses dos associados. No Rio Grande do Sul a forma que predominou foram as cooperativas e os sindicatos. O Sindicato dos Madeireiros foi sempre motivo de notícias nos jornais locais e também da capital. Era comum na época enviar telegramas para que o interventor tomasse conhecimento de todos os atos efetuados pelos sindicatos. O texto de um telegrama enviado demonstra esse fato:

Cel Cordeiro de Farias - Interventor Federal- Porto Alegre- Sindicato patronal beneficiados madeiras. Comunicamos realização de eleição delegado classista deverá representar interesses beneficiadores madeiras Estado dentro Instituto Nacional Pinho. **Referida eleição processou-se dentro todas as normas legislação trabalhista e sindical atualmente vigor sendo assistida por representantes Delegacia Regional Ministério Trabalho.** Tendo sido agora publicada entrevista Jardelino Ribeiro, funcionário Secretaria Agricultura dando como delegado classista rio-grandense nome senhor Ely Loureiro de Souza, este sindicato apressa-se vir dizer vossência que não há por qual classe madeireira tenha sido indicado referido sr. Nome indicado Sindicato Patronal beneficiadores madeiras foi Dr. Eurico Araujo e aquele solicita bons ofícios vossência sentido ser transmitida sua indicação ao Instituto Nacional Pinho. Cordiais Saudações, Pelo sindicato patronal dos beneficiadores de madeiras e Antônio Camino, secretário<sup>793</sup>. (grifos nosso).

A ênfase dada à legislação trabalhista oportunizava visibilidade à nação da nova visão de social introduzida na época. Pela Constituição de 1937 foi introduzido o Conselho de Economia Nacional, composto de representantes dos setores da produção, designados pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos por lei, com a representação paritária de

<sup>792</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 72, ano II, 12 jun. 1944. p. 01.

<sup>793</sup> DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 18 jun., de 1941. n. 145



empregados, sob a presidência de um ministro de estado. Inicialmente, competia ao governo a iniciativa das leis, não sendo admitida a discussão às de iniciativa de qualquer das câmaras sobre matéria orçamentária ou que aumentassem despesa. Para isso, haveria um Conselho Administrativo, dependente do presidente da República, com alçada em política administrativa e matéria orçamentária<sup>794</sup>. No fragmento que segue constatamos essa realidade:

Cel. Cordeiro de Farias – Interventor Federal Rio Grande do Sul- Palegre. Transcrevemos nosso telegrama datado 18 junho findo explicando vossência situação representação classista exportadores madeiras estado Rio Grande do Sul e pedimos neste bons officios vossência sentido ser solucionada questão junto Ministério Trabalho e presidente Instituto Pinho: Coronel Cordeiro Farias, Interventor Federal – P. Alegre. Levamos conhecimento vossência, em confirmação nosso telegrama dia dez corrente que em sessão assembléia geral extraordinária Sindicato Patronal Exportadores Madeiras foi eleito delegado classista destinado integrar Conselho Regional Junta Deliberativa Instituto Nacional Pinho Sr. Herminio Pena. Essa eleição foi processada dentro todas normas legislação trabalhista sindical atualmente vigor. Devemos declarar que único órgão representativo classe exportadores madeiras nosso estado é somente sindicato citado desde que congrega seu seio trinta cinco exportadores madeiras quase totalidade existentes Rio Grande do Sul estando também devidamente reconhecido ministério trabalho. Isto posto protestamos por todos meios contra fato ter Ely Loureiro tomado posse reunião realizada Curitiba cargo delegado classista nosso estado sendo tal indicação feita pelo Sindicato Atacadista Materiais Construção com séde em Porto Alegre. Tal fato foi comunicado ao Correio do Povo pelo Dr. Jardelino Ribeiro, funcionário secretaria do estado, que também tomou parte referida reunião e que deveria ser o primeiro a impugnar tal posse porquanto sabe muito bem que Sindicato Atacadista está muito longe de representar classe exportadora Estado. Neste telegrama deixamos consignado nosso protesto veemente contra tal aberração do direito, mesmo porque não compreendemos os termos realizados uma eleição dentro todos preceitos estatutários, presença próprio representante delegacia regional ministério trabalho para sermos depois esbruidos de nossos direitos por simples indicações de um sindicato de atacadistas materiais de construção. Com máximo respeito solicitamos vossência, qualidade nobre patriótico governante Rio Grande do Sul, em quem laboriosas classes nosso estado, habituados depositar toda confiança e para quem apelam todos momentos carecem justas soluções suas aspirações, sentido ser reconhecido nosso direito como ato inteira justiça. Cordiais saudações. Pelo sindicato patronal dos exportadores madeiras. (assinado) Aparício Nunes, tesoureiro no exercício da presidência. Aproveitamos oportunidade apresentar vossência protestos inteira solidariedade. Pelo sindicato Patronal dos Exportadores Madeiras. Aparício Nunes - Tesoureiro, no exercício da presidência<sup>795</sup>.

O jornal *Correio do Povo* transcreveu uma nota de Passo Fundo referendando a indústria da erva-mate, tendo em vista a importância desta cultura para o desenvolvimento do estado; também salientava a fundação do sindicato da erva-mate. De acordo com o jornal:

<sup>794</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- FENAME- Fundação Nacional de Material Escolar. 1.ed. Rio de Janeiro. 1970. p. 296.

<sup>795</sup> DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. Em 7 de jul., de 1941. n. 145.

Com a fundação do Sindicato do Mate Rio-grandense e da empresa do mate, que faz parte do departamento industrial e comercial desse Sindicato, os negócios de erva mate nessa zona estão melhorando consideravelmente, notando-se grande interesse por parte dos produtores da “Ilex”. Nesta cidade encontra-se o Luiz Lângaro, um dos diretores da empresa, que veio receber os engenhos do sr. Polidoro Martins Albuquerque, Bueno Issler e Bercher, tendo já recebido os engenhos de Boa Vista do Erexim, de propriedade dos srs. Joaquim e Frederico Reichmann e Guilherme Segger e, na Estação de Erexim do sr. Emilio Matt. Esses engenhos estão trabalhando dia e noite e produzindo artigo exclusivamente de primeira qualidade para que a empresa do mate entre no mercado com artigo puríssimo conforme exige o Sindicato do Mate. As entradas de erva mate nessa cidade tem sido avultadas, e ervais que não eram cortados a anos, estão sendo atualmente, em virtude de melhores preços aberto pela referida empresa. Aguardam. os ervateiros, a publicação do regulamento que oficializou o Sindicato do Mate, para que essa indústria possa, de fato, ressurgir neste Estado<sup>796</sup>.

Em setembro de 1933, o *Correio do Povo*, redigiu uma nota enfatizando a aprovação e regulamentação do comércio da erva-mate:

**Nos meios ervateiros foi recebida com a mais viva satisfação, a aprovação, pelo governo, do regulamento do comércio do mate neste Estado, que irá defender a indústria ervateira da ameaça de morte que pairava sobre si. Os ervateiros, jubilosos, celebraram com um banquete no clube Comercial desta cidade, domingo próximo, esse acontecimento, que marcará o reerguimento da indústria de erva mate no Rio Grande. [...] o churrasco oferecido pela filial de Passo Fundo da empresa Rio Grandense Mate Ltda. filiada ao Sindicato do Mate Rio-grandense, em regozijo por ter o governo do Estado regulamentado aquele decreto que criou aquela instituição. A idéia deste Sindicato partiu desta cidade e a sua realização constituiu uma verdadeira vitória dos ervateiros locais, a frente dos quais esteve sempre o Sr. Victor Issler.** Justo era, pois, que Passo Fundo comemorasse dignamente, coroando a obra que virá em benefício de toda esta região, pois não se trata de um “trust”, mas de um sistema de cooperação entre industriais e produtores<sup>797</sup>. (grifos nosso).

A presença na diretoria do sindicato de nomes ligados à elite econômica demonstra a proximidade com que conviviam os atores da época. Política e economia seguiam representando uma realidade, na qual os sujeitos se posicionavam para ajudar e produzir em nome das relações de poder que queriam manter.

Da mesma forma que a madeira, a erva-mate e a banha também se constituíam nos produtos industriais de grande força para o setor exportador de Carazinho, colaborando para o crescimento econômico estadual. Uma notícia que provocou confusão no comércio e classe produtora da banha foi destacada pelo jornal *Correio do Povo* em agosto de 1935,

<sup>796</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 180, ano XXXIX, 3 ago. 1933. p. 07.

<sup>797</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 221, ano XXXIX, 21 set. 1933. p. 07.

Carazinho, 1, (Via postal) - A noticia estampada num matutino dessa capital, em sua edição de domingo último, dizendo que, em virtude da revolução do Banco do Brasil de reformar, integralmente as cambiais<sup>798</sup> de exportação de banha e demais derivados do porco em virtude de que iria baixar de 800rs a 1\$000 em quilo, produziu grande alarme dos produtores dessa gordura neste município. Tratando-se de um dos fatores mais eficientes da economia carazinhense, justo era que tão alarmante noticia produzisse um movimento de inquietação entre os nossos colonos que tem na banha um dos esteios de sua riqueza. Para que bem se possa avaliar o grau de repercussão dessa notícia, basta dizer que na noite de terça para quarta-feira dessa semana, inúmeros caminhões vieram do interior do município, prolongando o trabalho de recebimento na refinaria local, até as 24 horas desse dia, havendo ficado para as primeiras horas do dia imediato, seis caminhões carregados, chegados a vila, altas horas da noite. Uma só firma local entregou a refinaria dessa vila, 40.000 quilos de banha, na refinaria, terça-feira, um dia após ter-se conhecimento da mencionada notícia. Nos dias subseqüentes, continuaram a chegar diariamente e até durante a noite, dezenas e dezenas de caminhões abarrotados de banha, que era descarregada na refinaria do Sindicato. Hoje a gerência desse estabelecimento, recebeu da diretoria do Sindicato da Banha o seguinte telegrama, que veio tranquilizar os colonos produtores dessa gordura. “para tranquilizar produtores podeis divulgar interessados ai estar Sindicato da Banha vivamente empenhado manutenção preços atuais base dois mil quinhentos reis cif P. Alegre. Saudações. Frederico Trein. Presidente do Sindicato”. Essa noticia veio restabelecer a calma, desaparecendo o nervosismo dos primeiros dias. **A medida mandada adotar pelo Conselho Superior do Comércio parece mais uma manobra de interessados na baixa do preço da banha, do que uma medida que vise acautelar o bem coletivo. Não se explica que agora que esse produto uma das colunas da economia rio-grandense, depois de uma prolongada crise, em que seu preço chegou a ser cotado a razão de 600rs o quilo, teve sua cotação melhorada, o governo procure restringir sua exportação quando recém estamos em começo de safra de banha, cuja produção este ano será uma das maiores desta região**<sup>799</sup>. (grifos nosso).

Analisando o discurso do jornal *Correio do Povo* fica evidente que a elite econômica local determinava os rumos do crescimento econômico e, por tabela, do desenvolvimento do estado. Assim, qualquer medida que fosse determinada sem a eminente consulta dos pares interessados, causava ferrenhas divergências, tendo que muitas vezes os detentores do poder formal voltar atrás em suas decisões. Nesse caso, o discurso contribui cumulativamente para a reprodução das estruturas sociais.

Transcreveu o *Correio do Povo* nota de Passo Fundo na qual ficava claro o descontentamento dos produtores de trigo com o governo Vargas:

Ainda existem nessa cidade, pregados em casas comerciais e escritórios, cartazes de propaganda do cultivo de trigo com autógrafa do sr. Getúlio Vargas, quando presidente do Estado. Naqueles tempos, o futuro ditador, aconselhava os colonos, para que desenvolvessem o mais possível, o plantio do trigo, pois nele estava a

<sup>798</sup> O jornal não se referia a taxas, mas apenas a cambiais. CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.183, ano XLI, 07 ago. 1935.p. 08.

<sup>799</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.183, ano XLI, 07 ago. 1935.p. 08.

riqueza da pátria. Infelizmente, porém, os seus conselhos foram ouvidos, e hoje esta zona já produz trigo mais que suficiente para nosso consumo, sendo necessário exportar-se o saldo da produção. Aí, justamente, é que está a dificuldade! O frete é caríssimo! Os impostos municipais e estaduais vêm completar essa dificuldade, tornando proibitiva a sua exportação mesmo para o interior do Estado. Há cerca de um mês ou dois, a importante firma Justo e Cia., estabelecida em Curitiba, desejando adquirir 20.000 sacos do nosso trigo, solicitou de uma firma local que estudasse o assunto e que lhe enviasse os dados sobre preço e despesas até a Capital paranaense. Foram os seguintes os dados fornecidos àquela firma: custo por saco, 15\$500; frete, 4\$800; imposto estadual, 1\$500; imposto estatística municipal, \$200; outras despesas, \$200; Total: 22\$200. Portanto um saco de trigo nosso posto sobre vagão em Curitiba, custa 22\$200, quando o de procedência Argentina sai, posto em Antonina por 19\$000. Como é natural, a firma Justo e Cia., desistiu da idéia de trabalhar com trigo nacional, por custar o nosso mais 3\$200 que o similar Argentino. *Plantai Trigo.*<sup>800</sup>

Quando, entretanto, os interesses da elite econômica não estavam de acordo com os interesses do governo, medidas eram tomadas independentemente do grau de satisfação ou não dos envolvidos no processo. É importante, então, salientar que, apesar das formais promessas efetuadas pela diretoria do Sindicato da Banha, quando se soube no estado da resolução do Conselho do Comércio Exterior<sup>801</sup>, no sentido de câmbios provenientes da exportação da banha e de outros derivados do porco terem sido entregues, em sua totalidade, ao encargo do Banco do Brasil, aconteceu uma baixa de preços. Essa medida confirma que os interesses da elite conflitavam com os interesses do governo.

No mundo capitalista a colocação de qualquer produto nas mãos do consumidor não é uma tarefa simples. Com a finalidade de atingir o consumidor e evitar os revezes econômicos e políticos, os madeireiros e os produtores de banha adotaram o sistema de cooperativa e sindicatos. Assim, unindo os interesses particulares aos de outras classes, puderam participar da política econômica local, pois a “participação efetiva do conjunto dos associados é a garantia do poder de que necessitam os sindicatos para conquistar e conservar sua autonomia frente a outras instituições que buscam controlá-las”<sup>802</sup>.

Dessa forma, ainda durante o Estado Novo, período ditatorial de Vargas (1937-1945), alguns líderes empresariais, técnicos da administração governamental, intelectuais e políticos passaram a defender uma política de desenvolvimento industrial e de planificação da

<sup>800</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.125, ano XL, 31 maio 1934. p. 08.

<sup>801</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.215, ano XLI, 14 set. 1935.p. 08.

<sup>802</sup>SILVA, Roque Aparecido da. Representatividade, democracia e unidade no sindicalismo brasileiro. In: *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 18.

economia. A guerra funcionou como poderoso estímulo à industrialização, na medida em que, diante da impossibilidade de se importarem os produtos manufaturados que normalmente vinham do exterior, as indústrias já instaladas no país foram obrigadas a um esforço suplementar a fim de abastecer o mercado interno<sup>803</sup>. Para D’Araujo, “o fundo ideológico do modelo varguista tinha como premissa o desenvolvimento autônomo, que, por sua vez, geraria uma riqueza nacional sólida e independente”<sup>804</sup>.

Na concepção de Vianna, os pontos básicos de um pensamento autoritário referem-se à interpretação das crises institucionais brasileiras como uma separação entre as instituições políticas e as condições sociais materiais do país. Daí o porquê da existência de um Estado forte e intervencionista, particularmente diante da diferenciação social trazida em face da industrialização<sup>805</sup>.

Uma organização corporativa da sociedade é então, contratada à democracia, pelos autoritários, como solução para todo tipo de desequilíbrios. **Dentre estes últimos, a polarização entre forças locais e regionais e poder centralizador é talvez o mais importante.** Flutuações desse tipo são vistas pelos intelectuais basicamente como resultado do funcionamento do mercado numa base liberal e, nesse sentido, **os autoritários argumentaram que o fortalecimento do Estado está intimamente ligado à sua intervenção na vida econômica.** Por um lado, o Estado seria o agente disciplinador do mercado e, por outro, atuaria como produtor em áreas onde a iniciativa privada fosse incapaz de entrar<sup>806</sup>. (grifos nosso).

A participação das elites econômicas na condução dos negócios públicos pela criação de órgãos ou conselhos técnicos tinha a finalidade de favorecer a expansão do capitalismo. Nesse sentido, era dada preferência às elites industriais em detrimento das elites rurais, por serem consideradas politicamente mais capazes. Segundo Cerqueira, os valores da liderança industrial nessa época convergiam para a mesma escala de prioridades básicas. Inicialmente, os empresários associavam os interesses da indústria aos da nação (um fato que, no contexto da competição com as forças agrárias, toma um significado especial); o crescimento, dessa forma, passa a ser medido pela “grandeza da nação”. Num segundo momento, a idéia de elite empresarial de renovação econômica por meio da industrialização estava relacionada a uma

<sup>803</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 120.

<sup>804</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>805</sup> VIANNA, Oliveira F. Problemas de política objetiva. Rio de Janeiro: Record, 1974. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69.

<sup>806</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69.

percepção da necessidade de o país ocupar uma nova posição na divisão internacional do trabalho, como produtor de manufaturados industriais, não como exportador de bens primários. Também os industriais referiam a necessidade de defenderem os recursos estratégicos do país por meio do controle estatal<sup>807</sup>.

Para tanto, lembramos que, de acordo com D'Araújo, Vargas projetou-se como a vanguarda da sociedade agrária, que o moldou como indivíduo e homem público, mas vivenciou também a desorganização dos valores, das maneiras de vida que condicionaram suas origens. Assistiu-se à reciclagem do sistema agroexportador, cujo colapso abreviou, na grande crise de 1929, a busca dos inesperados caminhos da industrialização. As medidas de emergência adotadas para debelar os efeitos perniciosos da crise do café constituíram-se no caminho aberto para uma reorientação profunda de metas sociais e valores políticos, num processo de transformação econômica que a todos impeliu, recortado pelas velhas e novas contradições que emergiam. Comprometido com o passado, mas voltado para as potencialidades que abriam novas perspectivas à sociedade do futuro, Vargas promoveu práticas temporalmente diversas, ajustando aos seus métodos a ação, inserindo novas tendências que lhe eram reveladas e que ele operacionalizou e manipulou<sup>808</sup>.

A intervenção do Estado no pensamento autoritário era vista como uma atividade regulatória. A função produtiva era admitida no caso das indústrias de base estratégica, muito embora essas indústrias estivessem longe de propor soluções técnicas para a implementação de programa nessa área. A partir de 1937 a posição das indústrias quanto ao estilo corporativo de participação tornou-se mais nítida. Esse estilo foi valorizado pelos empresários por ocasião do funcionamento das primeiras agências consultivas que entraram em operação, sendo a primeira em 1934 e a segunda em 1937. Tais agências eram o Conselho Federal do Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças. A principal mudança introduzida com a criação dessas agências foi a legitimação da negociação direta entre o setor privado e a burocracia, No entanto,

---

<sup>807</sup> CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresário e estado no Brasil: 1930/1945*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1977. p. 34. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 70.

<sup>808</sup> D'ARAÚJO, M. C. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; FGV, 1999. p.15.

[...] embora positivamente valorizada pela classe industrial por implicar a conquista de um espaço político dentro da burocracia estatal, essa prática de negociações diretas também implicava a fragmentação da classe industrial como um todo. A negociação direta maximizava as oportunidades de empresas individuais exercerem pressão numa base individual, mas também favorecia um padrão de demandas particularistas e imediatas<sup>809</sup>. (grifos nosso).

Com o novo regime adotado por Getúlio Vargas (Estado Novo), o jornal *O Nacional*, anunciou em suas páginas sobre uma reunião que ocorrera no Clube Pinheiro Machado, em Passo Fundo, na qual a Frente Única e a Dissidência Liberal teriam se pronunciado sobre os acontecimentos que estavam se desenvolvendo no país. Assim relatou o jornal:

[...] abrindo a seção, o sr Inocêncio Schleder concedeu a palavra ao dr. Tenack de Souza, que disse dos fins da reunião, após um rápido comentário sobre a situação do momento e, colocou em discussão o assunto. Pedindo a palavra o Sr. Djalma Curio de Carvalho fez um rápido estudo do momento brasileiro e da constituição decretada em 10 de novembro, das suas vantagens, tais como a centralização do poder, unificação do país que vem por fim aos regionalismos impatrióticos e a morte da politicagem e após estudar a personalidade do sr. Getúlio Vargas, propôs a assembléia que se apoiasse o novo regime instituído no país por imposição das nossas necessidades. Essa proposta foi muito aplaudida. O Sr. Djalma propôs então se passassem telegramas ao Sr. Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Maurício Cardoso, Raul Pilla, Augusto Simões Lopes, Nicolau Vergueiro e ao Gal. Daltro Filho, interventor federal do Estado, comunicando a resolução da assembléia. O acadêmico Ivanio Pacheco, tomando a palavra em nome do presidente da Dissidência Liberal, propôs se comunicasse também a resolução tomada, ao cel. Vazulmiro Dutra. Essas propostas foram aprovadas unanimemente. Voltando novamente à tribuna, o sr. Djalma Curio de Carvalho, disse que solicitado por um grupo de correligionários aos quais aderiu com prazer, propôs se enviasse uma moção de aplausos, ao Sr. Major Creso de Barros, executor do estado de guerra nessa cidade, pela maneira enérgica e serena, altamente patriótica, com que vem agindo em sua espinhosa missão. Foi aprovada esta proposta com uma farta salva de palmas. Com grande entusiasmo pelo novo regime terminou a seção tendo sido lavrada uma ata<sup>810</sup>.

Também no jornal *O Nacional*, encontramos um telegrama que fora enviado por membros do Círculo Operário de Passo Fundo a Getúlio Vargas,

Presidente Getúlio Vargas, Catete – Rio. Em nome 1500 associados Círculo Operário Passo Fundo, felicita grande feito, altamente patriótico v. excia única salvação da pátria. (as.) Albino Franchini, presidente; Antonio Giavarina, delegado geral; padre José Banse, assistente eclesiástico<sup>811</sup>.

<sup>809</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 71.

<sup>810</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.850, ano XIII, 12 Nov. 1937. p. 01.

<sup>811</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.850, ano XIII, 12 nov. 1937. p. 01.

Notamos, com referência ao relatado pelo jornal, *O Nacional*, que tanto a classe política quanto a econômica se congratulavam com o novo modelo de Estado adotado por Getúlio Vargas para não perder o seu apoio. Vale lembrar que com o novo regime os partidos foram fechados, mas permaneciam funcionando sob a égide de associações.

No mesmo ano, 1937, diversos telegramas foram enviados para Getúlio Vargas e também para ex-chefes políticos, mas ainda considerados pessoas importantes dos partidos na região de Passo Fundo. A título de exemplo, transcrevemos dois deles, o primeiro enviado para Getúlio Vargas e o segundo, para Borges de Medeiros, Maurício Cardoso, Raul Pilla, Augusto Simões Lopes, Nicolau Vergueiro e Vazulmiro Dutra.

São estes os telegramas transmitidos pelos partidos coligados da Frente Única e ex-Dissidência Liberal: sr. Getúlio Vargas, Palácio do Catete – Rio. Frente Única, ex-Dissidência Liberal, organizações partidárias que vinham neste município apoiando ação benemérito governo vossência, aplaudem e cumprimentam insigne brasileiro, no momento histórico nacionalidade, instituído governo de respeito e paz. Cordiais saudações. (Ass). **Tenack W. de Souza, pelo Partido republicano; Inocêncio Schleder, pelo Partido Libertador, Adão Kern, pela ex-Dissidência Liberal**<sup>812</sup>. (grifos nosso).

E prosseguia o relato do jornal, transcrevendo os telegramas dos membros partidários aos seus próceres:

Doutores Maurício Cardoso, Augusto Simões Lopes, Raul Pilla, Nicolau Vergueiro – Porto Alegre; Borges de Medeiros – Rio e Cel. Vazulmiro Dutra – Palmeira. Frente Única, ex- Dissidência Liberal deste município, reunidas em assembléia, resolveram por unanimidade, apoiar regime instituído nossa pátria e que se comunicasse vossência nossa resolução. (Ass). **Tenack W. de Souza, pelo Partido republicano; Inocêncio Schleder, pelo Partido Libertador, Adão Kern, pela ex-Dissidência Liberal**<sup>813</sup>. (grifos nosso).

Os artigos transcritos no *O Nacional* chamam atenção pela sua textualidade. De acordo com Orlandi<sup>814</sup>, não são as palavras que significam em si, mas é o texto que significa. Pelo enunciado do jornal, nessa acepção, a ideologia dos membros dos ex-partidos podia ser notada pelos modos como a significação serve para manter relações de dominação. Para tanto, dentro dessa lógica, um poder dominante pode legitimar-se a si próprio por elevação das

<sup>812</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.851, ano XIII, 13 nov. 1937. p. 04.

<sup>813</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.851, ano XIII, 13 nov. 1937. p. 04.

<sup>814</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.



crenças e valores. De acordo com Flul<sup>815</sup>, a ideologia diz respeito a qualquer interseção entre sistemas de crenças e poder, independentemente de a interseção negar ou confirmar uma ordem social particular.

Um dos aspectos que mais se ressaltam em Passo Fundo e Carazinho no novo modelo de Estado implantado por Vargas é o de cunho social, embora vinculado ao político e econômico. “Os novos elementos da burguesia eram provenientes de diferentes segmentos: agropecuaristas, comerciantes e industriais, além dos profissionais liberais, provenientes das classes médias”<sup>816</sup>. Os representantes da burguesia industrial gaúcha viam na participação e apoio à situação política a oportunidade de se tornarem co-participantes do poder.<sup>817</sup> Assim é que, sob a bandeira do PRL, foi intensificada a reconstitucionalização do Estado, bem como foram tomadas medidas para enfrentar a crise econômica instalada.

Os empresários industriais foram emergindo pouco a pouco e se organizando como classe, formando uma elite industrial que se mostrava preocupada com os problemas sociais. Outrossim, a Revolução de 1930 deu uma resposta às pressões das massas urbanas em acelerado crescimento, porém as classes trabalhadoras não haviam sido incorporadas no processo político. Pelo contrário, a ampliação do círculo de elite admitia somente a inclusão de empresários industriais, cuja corporação significava, ao mesmo tempo, o controle da classe trabalhadora por uma legislação imposta pelo Estado. Em 1931 Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, estabeleceu por meio de decreto o patrocínio governamental para a formação de sindicatos de trabalhadores qualificados<sup>818</sup>. Sabemos que a legislação trabalhista somente foi estabelecida no ano de 1937, após um longo período de debates dentro da própria classe industrial e muitas greves e conflitos registrados entre 1930 e 1935<sup>819</sup>.

Reconhecemos que a legislação trabalhista envolveu a interação de três atores da época: os empresários industriais, a classe operária e o Estado, este responsável por promover um tipo de mudança que levaria a um novo estágio na economia brasileira, em virtude da

---

<sup>815</sup> FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [ S.l.: s.n.: s.d.]. p. 05.

<sup>816</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. p. 98-99.

<sup>817</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 109.

<sup>818</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 266-267.

<sup>819</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 65.

transformação das relações de produção em relações mais avançadas, pela regulamentação desse importante fator de produção. Dessa forma, o Estado criou as bases para reproduzir a acumulação capitalista industrial em nível da empresa<sup>820</sup>. Nesse sentido, a legislação trabalhista criada na era Vargas pode ser concebida como um instrumento de aspecto favorável ao poder de Estado e com papel reforçador das condições de reprodução e expansão da classe capitalista. Portanto,

**a legislação trabalhista eventualmente reforçou o poder pessoal de Vargas, que precisava de autonomia no exercício de sua função política. Em acréscimo, a legislação trabalhista minimizou a possibilidade de conflitos urbanos originados dentro das próprias elites industriais e conflitos entre capital e trabalho [...] <sup>821</sup>. (grifos nosso).**

Nesse cenário desponta a importância da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A existência desse órgão, em nível institucional, representava uma segurança de que os projetos de legislação social seriam elaborados e reconhecidos pelas lideranças industriais, ao mesmo tempo em que o governo demonstrava que tinha urgência na implementação da política social trabalhista, aceitando maior participação do setor privado<sup>822</sup>. A partir de então, a legislação trabalhista brasileira passou a fazer parte da agenda dos empresários, ao lado de outras reivindicações, a exemplo da diminuição dos impostos interestaduais, da instituição de um conselho conjunto de contribuintes e de delegados do Estado, além da criação do crédito industrial. Tais medidas, sugeridas em 1931 apontavam para os fatores básicos fundamentais à expansão da atividade industrial, ao contrário da burguesia enquanto classe<sup>823</sup>.

No período de 1930 a 1937, muitas leis trabalhistas foram aprovadas, com participação dos empresários privados em todos os estágios de sua elaboração. A partir de 1934 o governo convidou os empresários a participarem de comitês especiais, e, alguns, no próprio Centro Industrial, ao contrário de nas agências do governo. Resumidamente, a legislação trabalhista, consolidada em 1937, envolveu os seguintes aspectos:

<sup>820</sup> OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: Crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972, p. 89. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 66.

<sup>821</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- FENAME- Fundação Nacional de Material Escolar. 1.ed. Rio de Janeiro. 1970. p. 292.

<sup>822</sup> BOSCHI, op.cit., p. 67.

<sup>823</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 67.

(a) a lei de 1931 exigindo que 2/3 dos trabalhadores em qualquer empresa fossem cidadãos brasileiros; (b) a lei sindical (exigindo a organização das classes operária e industrial numa estrutura sindical) que começou a tramitar em 1931 e foi aprovada em 1943; (c) a exigência de identidade profissional (em que o desempenho profissional do indivíduo deveria ser registrado num documento formal) em 1932; (d) a lei das horas de trabalho industrial (estabelecendo uma jornada de 8 horas) em 1936; (e) a regulamentação do trabalho feminino em 1932 e (f) o estabelecimento de um salário mínimo em 1937<sup>824</sup>.

Enfatizamos que desde o início da Era Vargas tornava-se evidente a preocupação do governo com o problema social, revelada especialmente pela ampla produção de legislação sindical e trabalhista, que culminou com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. A aproximação política entre o governo e os sindicatos somente se concretizou nos últimos anos do Estado Novo, mais precisamente em 1942, quando o ministro do Trabalho passou a dirigir-se especificamente aos sindicatos e à classe operária, embora nessa atitude estivesse implícita a necessidade de se colocar um fim na ditadura, mas, ao mesmo tempo, conquistar uma nova classe de eleitores: os trabalhadores assalariados<sup>825</sup>.

Em Carazinho foi instalada uma Junta de Conciliação e Julgamento em 1939, como relatado pelo jornal *Correio do Povo*:

Carazinho, (18) Via Postal- segunda-feira, da semana que hoje finda, **foi instituída em Carazinho a Justiça do Trabalho**, com a instalação nesta cidade da Junta de Conciliação e Julgamento, cujo ato foi presidido pelo sr. João Latuada, inspetor do **Ministério do Trabalho**, ora em visita de fiscalização neste município. A solenidade de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento realizou-se no salão superior do Clube Comercial, às 20 horas daquele dia com a presença das autoridades, empregadores e empregados. Esse órgão da Justiça do trabalho ficou assim constituído: José Ivalino Pessoa de Brum, presidente, indicado pela Associação Comercial e prefeitura, vogais: dr Eurico Araujo, indicado pelos empregadores; suplente, Camilo Sherer e José Candido Martins Quadros, indicado pelos empregados e suplente Alicio Vicelli. Após ser oficialmente instalada a Junta, o sr. João Latuada, fez uso da palavra, discorrendo, longamente e com eloquência, sobre a Justiça do Trabalho, que o Governo do Estado havia decretado há pouco tempo. Fizeram ainda uso da palavra, o sr. Edgar Kasper , secretário da prefeitura, que em nome do Governo municipal, congratulou-se pelas classes trabalhistas e empregadores por esse grande acontecimento que representava a instituição da Junta de Conciliação e Julgamento, para harmonizar interesses de empregadores e empregados, quando seus interesses viessem a colidir. Dr. Ernesto Dable secretário da Associação Comercial, que, em nome dessa entidade, que congrega os empregadores, disse da satisfação que lhes causava **a instalação desse aparelho da Justiça do Trabalho**, e por fim o sr. José Ivalino Pessoa de Brum dirigiu sua

<sup>824</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1458, ano XV, 14 set. 1945. p. 04.

<sup>825</sup> CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 72.

palavra aos presentes para agradecer sua escolha para o cargo de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Carazinho[...]”<sup>826</sup>. (grifos nosso)

Por ocasião da dissidência aberta no PRL, instalou-se no estado uma crise, e os líderes políticos de Passo Fundo manifestaram seu incondicional apoio a Flores da Cunha. Telegramas enviados pela comissão executiva do Partido Republicano Liberal ao Estado, transcritos pelo *O Nacional* registram o fato da seguinte maneira:

A crise política no Estado. **Solidariedade ao Gal. Flores da Cunha.** Em vista da crise política recentemente surgida no Estado, conforme temos divulgado amplamente, a comissão Executiva do Partido Liberal, **dirigiu ao Estado**, o seguinte telegrama de solidariedade: **Comissão Executiva do Partido Liberal de Passo Fundo**, ciente do rompimento de disciplina verificando por ocasião do preenchimento da vaga de segundo vice-presidente da Assembléia, vem reafirmar em nome dos liberais do município, integral solidariedade ao seu eminente chefe, **lamentando que um grupo de deputados, menosprezando as injunções partidárias, preferisse reforçar Frente Única com votos ao seu candidato.** Respeitosas saudações. Maximiliano de Almeida. Presidente Dr. Arthur Leite. Secretário<sup>827</sup>. (grifos nosso).

O significado lingüístico do destaque na nota anterior é inseparável da ideologia veiculada pelo discurso. A Frente Única manteve sua posição de destaque até 1937; assim, seus representantes, em nível local e estadual, continuaram desfrutando das vantagens que os cargos dados por Vargas podia lhes proporcionar.

Entretanto, aos poucos Getúlio Vargas foi tirando os poderes de Flores da Cunha. Assim interpretou o *O Nacional* essa configuração:

A situação política do Estado. P. Alegre, 29 (N) – **A imprensa divulga que a resolução do sr. Getúlio Vargas, tirando do gal. Flores, os poderes excepcionais decorrentes do estado de guerra, teve por motivo, um telegrama da oposição na assembléia dissidentes e frenteunistas**, a qual solicitou essa medida, depois de apresentar diversas acusações contra o governador do estado. Somente o sr. Fay de Azevedo não assinou esse telegrama<sup>828</sup>. (grifos nosso).

Flores da Cunha, acuado e pressionado, renunciou ao cargo de governador em outubro de 1937, exilando-se em Montevideú. O governo de Flores encerrava-se deixando um inegável saldo de realizações, como estradas pavimentadas, ampliação dos trechos

<sup>826</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.147, ano XLV, 23 juh. 1939. p. 04.

<sup>827</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.544, ano XI, 20 out.1936. p. 02.

<sup>828</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.690, ano XIII, 29 abr. 1937. p. 01.

ferroviários, aquisição da Frota Rio-Grandense, que garantiu a exportação de nossos produtos da lavoura, pecuária e indústria<sup>829</sup>.

Paralelamente às realizações de Flores, Passo Fundo e Carazinho também se encontravam em franco progresso. O *Jornal da Serra* de 1939, em nota intitulada “Amparando a economia nacional”, fazia um relato dos avanços conseguidos por intermédio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, ressaltando dois decretos federais que amparavam a economia e se refletiam em nível local. No texto oficial o presidente da República reforçava a sua intenção de proteger a indústria nacional pela preservação das exportações de matérias-primas sob a forma industrializada, em outros termos, agregando valor às exportações. Identificamos, mais uma vez, o cunho ideológico nacionalista, que marcou a Era Vargas de forma contundente<sup>830</sup>.

O Estado Novo demonstrou ser propício para a consolidação do poder na pessoa de Vargas, ao passo que o banimento das oposições e das idéias contrárias contribuiu para aumentar o seu prestígio. O controle da informação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda estimulava ao culto do Estado e a proliferação de rituais coletivos que exaltavam a figura de Vargas, bem como suas qualidades e origens. Os desfiles, manifestações e programas de rádio encarregavam-se de tornar mais forte a figura do ditador, enaltecendo suas qualidades pessoais, tais como “a coragem, magnanimidade e singeleza”. Também eram exaltadas a sua bravura no enfrentamento dos adversários e a sua firmeza, quando em 1937, mais precisamente em 10 de novembro, dia do golpe, não assumira a responsabilidade de um gesto, “sem titubeios, sem reservas”<sup>831</sup>.

Durante o ano de 1937, mais que a política estadual, a nacional estava em permanente agitação. Ferreira Filho assim descreve esse período:

A Ação Integralista, versão crioula do fascismo, via ameaças ao Brasil de todos os lados e colaborava ativamente com Getúlio, na destruição da precária democracia de 34. O Congresso rolava pela ladeira da desmoralização completa, graças ao

<sup>829</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 236-272.

<sup>830</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 524, ano IX, de 10 maio de 1939. p.1.

<sup>831</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 17.

despreparo e subserviência da maioria de seus membros. Os comunistas, embora reprimidos pela polícia, ajudavam a perturbar o ambiente. **Os chamados partidos democratas, que realmente representavam a grande maioria da população eleitoral, procuravam posições mais cômodas.** O golpe de 10 de novembro, desfechado por Getúlio, com apoio de alguns chefes militares, foi recebido, se não com aplausos, pelo menos com indiferença, por aqueles que receavam viesse o Brasil a servir, como a Espanha, de campo experimental aos novos armamentos que se preparavam para a 2ª Guerra Mundial. **Sob certos aspectos, o golpe se assemelhou à Revolução de 30. Os governadores perderam os mandatos, todos os órgãos legislativos foram dissolvidos, a Constituição foi revogada**<sup>832</sup>. (grifos nosso).

No Rio Grande do Sul permaneceu como interventor o general Daltro Filho. Por ocasião de sua morte assumiu interinamente o governo Maurício Cardoso, até a nomeação do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. Este realizou um dos mais prósperos governos, incrementando em pouco tempo alguns setores, que antes se encontravam estagnados, como foi o caso da economia, já focalizada, educação e cultura e saúde pública.

Nesse cenário, abordamos o aspecto de educação, cultura e saúde pública de Carazinho e Passo Fundo.

Conforme relatório de Hillebrand, no ano de 1936 tinham sido criados no município de Carazinho a instrução pública, escolas municipais, colégios particulares e colégios elementares. Verifica-se, pelos regulamentos e programas da instrução pública, que eram baseados nas normas do ministro Gustavo Capanema. Naquele momento da política nacional, esperava-se que a educação inspirasse o que deveria ser “o homem novo” para um “Estado Novo”, como dizia Gustavo Capanema<sup>833</sup>.

No ministério de Gustavo Capanema na área da educação e cultura no Brasil (1934-1945) encontravam-se as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados da federação. Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação. O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais; a educação brasileira, refém do elitismo, da imprevisibilidade de investimentos, do desleixo dos governantes. Ressentia-se, portanto, o

<sup>832</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 238-239.

<sup>833</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política. In: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* São Francisco, Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 31.

país da falta de uma política de estado que garantisse o acesso e o direito básico à educação pública, leiga e gratuita. Nesse ministério foi feita uma reforma educacional que permaneceu intocada até a Lei de Diretrizes e Bases de 1961<sup>834</sup>.

Para Martins e Lech, o ministro Capanema empreendeu novas reformas, que ficaram conhecidas por Reforma Capanema de ensino, regulamentadas pelas Leis Orgânicas de Ensino. O ensino secundário passou a ser constituído pelo ginásio (quatro anos) e pelo colegial (três anos), subdividido em clássico e científico. Essa lei apenas acentuou a velha tradição do ensino propedêutico e aristocrático, acrescentando apenas uma ideologia política em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista. O ensino profissional foi introduzido no sistema oficial e nas empresas, impelido pelo crescimento industrial e pela escassez de técnicos estrangeiros em razão da Segunda Guerra. Em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, que pagava ao aluno para estudar. O ensino efetuado pelo Senai era superior ao oferecido pela rede pública, desaparelhada, mas, na prática, a lei não conseguia acompanhar a realidade. Com essa lei, houve um aumento cada vez maior do número de professores leigos e as escolas normais tornaram-se redutos de moças de classe média em busca de “profissão feminina”<sup>835</sup>.

De todos os assuntos administrativos solucionados ou abordados no primeiro semestre de 1938, sem dúvida, o mais importante e de maior alcance foi a reforma feita na instrução pública do município de Carazinho, com o decreto da reforma assinado no dia 13 de maio, em comemoração à abolição da escravatura. Veja-se o teor do documento que a justifica:

Considerando que a Instrução pública municipal carece de conveniente reforma e da criação de novas escolas, tornando assim viável, no município, a obrigatoriedade do ensino consoante dispositivo constitucional;  
Considerando que para a eficiente difusão do ensino primário há necessidade de uma orientação uniforme nos seus métodos, tendentes a fornecer a pronta integração nacional das novas gerações;

---

<sup>834</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política. In: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* São Francisco, Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 31.

<sup>835</sup> MARTINS, Áureo Luiz Figueiredo; LECH, Marilene Salete Mendes. Educação Brasileira na República. In: POSSANI, Lauro et al. *Multimeios aplicado ao ensino de Ciências I*. Canoas: Ulbra, 1999. p. 14.

Considerando que todas as escolas municipais devem ser ligadas estreitamente pelos mais sãos e puros laços de brasilidade, numa patriótica edificação da nacionalidade [...] <sup>836</sup>.

O documento <sup>837</sup> trazia o decreto, com seus artigos, ao conhecimento do secretário do Interior, o qual se sintetiza em seqüência:

Em seu art. 1º estabelecia a aprovação do plano bienal de reorganização do ensino municipal pela inspetoria municipal, criando no território do município de Carazinho sessenta escolas, que deveriam entrar imediatamente em funcionamento; trinta e cinco seriam nas seguintes localidades: 1º Distrito - São Bento, Pinheiro Marcado e Santo Antônio; 2º Distrito - São José do Gramado, Arroio Bonito, Linha Mantiqueira, Costa do Colorado, Invernadinha, Linha Glória, Vila Conceição, Santo Antônio do Herval; 3º Distrito - Linha Teutônia, Lagoa dos Três Cantos, Barra do Colorado, Linha Sant'Ana; 4º Distrito - Bela Vista, Linha Floresta, Santa Teresinha, Linha Pascoal; 5º Distrito - Nova Tripoli, Linha Garibaldi, Encruzilhada Pinheirinho, Arroio das Almas; 6º Distrito - Linha Vitória, Tamandaré, Linha Barra, Linha Divisa, Coqueiro; 7º Distrito - Caxinho, São José do Umbu I, Passo Cerrito, São José do Umbu II, Arroio da Glória, Cotovelo Grande, São José da Glória <sup>838</sup>.

O art. 2º adotava nas escolas municipais o Programa de Instrução, que em seu parágrafo único, trazia: “Facilitará por todos os meios, adoção do mesmo programa nas escolas particulares, cujo funcionamento for permitido, após o legal registro na Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado” <sup>839</sup>. O art. 3º regulamentava o ensino religioso nas escolas municipais, fixando as suas condições de cumprimento em lei especial, e o art.4º revogava as disposições em contrário.

Por essa reforma passaria o Município, no exercício de 1939, a gastar com a instrução pública mais de 20% da sua renda normal, contra um gasto em 1938 de cerca de 16%. Previam-se ainda, a instalação de escolas rurais dotadas de aparelhamento necessário à difusão

---

<sup>836</sup>PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>837</sup> Enviado a Miguel Tostes, Secretário do Interior no governo de Cordeiro de Farias, Ibid.

<sup>838</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>839</sup>PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.



eficiente do ensino. No primeiro semestre de 1938 foi inaugurado o prédio do grupo escolar de Selbach, sede do 4º distrito do município de Carazinho, cujo custo foi de 25:485\$000 (vinte e cinco contos de réis), dotado de instalações sanitárias<sup>840</sup>.

Com referência à saúde pública, o *Correio do Povo* relatou sobre a eleição da primeira diretoria do Hospital de Caridade de Carazinho:

[...] **essa eleição decorreu de desusada animação, despertando grande interesse em nosso meio social. Foi eleita a seguinte diretoria: presidente, Eduardo Graeff; vice, Theodoro Diefenthaler; primeiro secretário, Manoel Notari; segundo dito, José Veríssimo Noronha Filho; primeiro tesoureiro, Olmiro Ramos, segundo dito, Jacob Londero; conselho consultivo: Theodoro Figueiredo, dr. Anito Zeno Petry e Platão Motta. Para o cargo de presidente de honra que deve ser promovido por meio de eleições, conforme rezam os estatutos, forma votados o Sr. Germano Napp, que obteve 44 votos, e Homero Guerra, com 37. Um partidário deste protestou contra a votação do primeiro, visto este não estar quite com a tesouraria, o que de fato aconteceu, ficando assim anulada aquela votação. Mas é interessante que também o segundo votado não havia pago a sua contribuição, ficando anulados os votos que recebeu e o cargo vago. Comenta-se muito essa derrota do prefeito**<sup>841</sup>. (grifos nosso)

Inferimos que os membros da elite política e econômica eram os mesmos que se inseriam nos meios sociais. A nota do jornal *Correio do Povo* evidenciava a disputa entre Homero Guerra (prefeito em exercício) e seu grande opositor, Germano Napp (candidato às eleições de 1935 para prefeito de Carazinho, contra o indicado por Guerra, Albino Hillebrand). Essa constatação reforça a nossa convicção de que, mesmo diante dos interesses sociais e humanitários, as rixas partidárias prevaleciam em ambos os casos, demonstrando que os nomes tradicionais e os partidos que representavam tinham uma força extraordinária na conjuntura que se apresentava.

Em Passo Fundo, a instrução pública e particular era bastante desenvolvida, contando com as seguintes casas de ensino de acordo com o *Guia Ilustrativo* de 1939:

instrução pública- 1 Escola Complementar Estadual; 1 **Colégio Elementar Estadual**; 3 Grupos Escolares Estaduais; 1 Escola Estadual Contratada; 4 Escolas Subvencionadas pelo Município. No interior do Município – 10 grupos escolares Estaduais; 3 grupos escolares municipais; 1 escola Estadual; 10 escolas municipais de 3ª entrância; 30 escolas municipais de 2ª entrância, 95 escolas municipais de 1ª

<sup>840</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>841</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 224, ano XLI, 25 set. 1935. p. 08.

entrância. Instrução Particular na cidade – 1 **Ginásio dos Irmãos Maristas** (Ginásio N. S. da Conceição); 1 Instituto Ginásial; 1 **Ginásio das irmãs de Notre Dame**; 2 Escolas de Comércio. Todos esses estabelecimentos são equiparados aos colégios oficiais, mantendo fiscalização federal permanente<sup>842</sup>. (grifos nosso).

Destacamos que o Colégio Elemental Estadual era conhecido como Colégio Elemental Protásio Alves, estabelecimento público mais antigo da cidade, fundado em 1911 pelo então presidente do estado Borges de Medeiros. Ainda hoje esse estabelecimento de ensino é ponto de referência em Passo Fundo, sob a denominação de Colégio Estadual Protásio Alves. O Ginásio Nossa Senhora da Conceição, dos Irmãos Maristas, foi fundado em 1914 pelos reverendos padres Palotinos, dirigentes da Paróquia de Passo Fundo. Em 1928, a convite dos padres Palotinos, os Irmãos Maristas assumiram o estabelecimento de ensino, o qual permanece até hoje, com relevantes serviços prestados à comunidade passo-fundense em termos de excelência na educação. Também na época se destacava o Ginásio das Irmãs de Notre Dame, fundado em 1923, que atualmente se chama Colégio Notre Dame, constituindo-se num ponto de referência no ensino particular desta cidade. Ainda havia o Instituto Ginásial, instalado 1919, que se constitui hoje no Instituto Educacional Salientamos que por ocasião da formação da primeira turma do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em 1933, o paraninfo foi o general Flores da Cunha<sup>843</sup>.

Em 1942 as comemorações a favor da figura de Vargas estenderam-se a todos os estados da federação, patrocinadas pelos rádios, colégios, jornais, clubes, instituições profissionais, órgãos governamentais e outros semelhantes. No decorrer do Estado Novo a obra administrativa de Vargas era exaltada e sua “sacralização” contribuía para consolidar a ideologia pregada por ele em nível regional e nacional. Em torno de Vargas as massas se reuniam, especialmente a juventude e os trabalhadores, que se engajavam nas grandes manifestações públicas promovidas pelos interessados em mantê-lo no poder.

Em nível local, as classes detentoras do poder político preocupavam-se também com o crescimento econômico e desenvolvimento da região na qual estavam inseridas. Dessa forma, igualmente ao que acontecia em Passo Fundo, em Carazinho a ordem era crescer. Nesse

---

<sup>842</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 18.

<sup>843</sup> MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005. p. 120.

sentido, formou-se uma liga pró-engrandecimento de Carazinho, constituída da seguinte: presidente, **Luiz Felipe Graeff**; vice-presidente, José Campos Borges; primeiro secretário, Ivo Wolf; segundo secretário, **Loures e Albuquerque**; primeiro tesoureiro, Teodoro Figueiredo; segundo, Eugenio Bastos; Conselho Consultivo, **Homero Guerra; Rosalvo Scherer; Antonio Vargas; Alberto Graeff; Salustiano de Pádua; Ivalino Brum e padre João Sorg**<sup>844</sup>. Os nomes destacados fazem parte do Anexo E, referente aos integrantes da elite política de Carazinho, sendo também membros atuantes da elite econômica.

O Correio do Povo de 12 de abril de 1932 relatou sobre uma homenagem prestada a Antonio Veiga Faria, inspetor do Banco da Província da Região Serrana, pela sua profícua contribuição na política e no desenvolvimento econômico de Passo Fundo. Assim constou no jornal:

Passo Fundo (8)- No clube Comercial, realizou-se ontem uma grande homenagem ao dr. Veiga Faria, **inspetor do Banco da Província na região serrana e que acaba de ser transferido para a matriz onde vai ocupar elevado cargo. Essa homenagem foi promovida pelas classes conservadoras, amigos e admiradores**, consistindo em um banquete iniciado as vinte horas. [...] fez uso da palavra em nome **do comércio, indústria, finanças e da sociedade passo-fundense o sr. Victor Issler, lembrando a atuação profícua do Sr. Veiga Faria no desenvolvimento econômico de Passo Fundo, que no desempenho de seu elevado cargo, soube sempre corresponder, não só aos elevados interesses do comércio e da indústria, como também aos do próprio banco que representa.** Em seguida o sr. prefeito **Henrique Scarpellini Ghezzi**, manifestou o seu pesar por ver ausentar-se deste município o dr. Veiga Faria, colaborador do progresso de Passo Fundo e membro do Conselho Consultivo do qual era presidente e relator.[...] O Sr. **Oribe Marquez** encerrando a homenagem ergueu um brinde a, brilhantíssima, família Veiga Faria<sup>845</sup>. (grifos nosso).

No texto transcrito negritamos passagens que denotam a presença dos interesses econômicos e políticos interligados, representados pelos nomes que compunham as elites da época. As palavras em evidência denotam a construção da história por meio dos documentos analisados, proporcionando uma visão das principais abordagens do governo local, para que se possa investigar a capacidade das elites dirigentes de se sobressairem nos segmentos mais importantes do desenvolvimento de Passo Fundo.

<sup>844</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 17, ano XXXVIII, 21 set. 1932. p. 07.

<sup>845</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 85, ano XXXVIII, 12 abr. 1932. p. 08.

Nesse sentido, a idéia de progresso tomou conta de todos os habitantes passo-fundenses. De conformidade com o *Guia Ilustrativo Comercial, Industrial e Profissional*, de 1939, destacamos aspectos urbanos que mereceram atenção especial:

Passo Fundo se apresenta no seu aspecto como todas as cidades da Serra, numa planta bem delineada, com ruas retas, que a dividem em quadrados como a estrutura das modernas cidades. Cortada por duas grandes avenidas que a dividem quase simetricamente em 4 zonas. **Seu aspecto é de cidade em que talvez pelos erros da velha política foi bastante esquecida, porém agora sob a administração do novo prefeito, Arthur Ferreira filho, começou-se a notar uma intensiva modificação nas ruas, nas avenidas, nas praças, a água foi encanada e vem sendo distribuída regularmente a toda a cidade;** se fixam linhas de edificações segundo os princípios de higiene e o asseio do mesma e com justiceiras portarias se modificam os velhos métodos de vida que constituíam o perigo constante de enfermidades contagiosas, atualmente com as providencias adotadas, quase completamente desaparecidas, **obra esta de verdadeira civilização e progresso**<sup>846</sup>. (grifos nosso).

O papel do governo local varia em cada época, de acordo com as elites que atuam na definição da cena política, bem como as funções que exercem na complexa combinação de fatores sociais, demográficos, políticos e econômicos. A alusão de que a cidade havia sido esquecida na Velha República assenta-se em imagens mais recentes para o período estudado, no sentido de mostrar à população a eficiência de quem detém o poder político nas mãos. Sabemos que a melhoria nos aspectos econômicos reflete-se nas relações de poder, denotando o grau de desenvolvimento de uma região<sup>847</sup>.

A higiene era fator de grande investimento em Passo Fundo, pois se entendia que para o crescimento urbano era preciso haver condições de habitabilidade e acesso a todas as melhorias que uma cidade pode oferecer a seus conterrâneos.

O sr. prefeito de Passo fundo está vivamente empenhado na execução dos serviços de abastecimento de água potável à cidade, o que pretende realizar dentro do mais breve espaço de tempo, estando os estudos e projetos que foram executados pelo grande engenheiro dr. Saturnino de Brito, aprovados pela **diretoria de Saneamento e Urbanismo do Estado, pelas modificações exigidas pelo extraordinário desenvolvimento da cidade.** Entretanto, grande número de edificações da cidade possuem serviços de fornecimento de água encanada, servida por três poços semi-surgentes em pleno funcionamento. A prefeitura mantém um sistema de limpeza de ruas e praças e remoção do lixo, gozando, por isso, a cidade, e em virtude de seu excelente clima, de um ótimo estado de salubridade. Para atender os serviços de

<sup>846</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 18. p. 17- 20.

<sup>847</sup> REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 47.

higiene pública, a prefeitura tem um departamento de assistência, Delegacia de Saúde, atendido por competentes médicos, que funciona **sob a acertada direção do dr. Arthur Leite, e o Estado por sua vez criou a Delegacia da Saúde com o posto de higiene [...] que funciona sob a competente direção do sr. Armando Vasconcellos.** São atribuições do posto de higiene – imunização permanente contra a febre tifóide, varíola e difteria, saneamento e policia sanitária, higiene de alimentação do trabalho, da criança, pré-natal e dentaria; profilaxia das doenças venéreas, da lepra, da tuberculose, das doenças transmissíveis agudas e das endemias rurais<sup>848</sup>. (grifos nosso).

Diante do discurso presente no texto, percebemos que a palavra de ordem era “desenvolvimento”, acompanhando a Era Vargas e o tipo de Estado instituído. Como tal, o jornal pode ser visto como uma fonte de dados, a partir da qual abstraímos os elementos para estudar uma suposta realidade, sendo conduzidos a acreditar naquilo que é escrito, valorizando situações de conformidade com a tendência do veículo de comunicação em foco. Dessa forma, em razão da “à acertada direção do dr. Arthur Leite” o Estado, em contrapartida, retribuiu com a criação de uma “Delegacia da Saúde”.

Em relação ao saneamento em Passo Fundo, assim veiculou o jornal *O Nacional*:

O saneamento de Passo Fundo. A determinação recente do governo do Estado para que diversas cidades do Rio Grande do Sul sejam saneadas, teve, realmente, a maior repercussão, provocando viva satisfação no seio das populações cujos centros não foram até agora beneficiados por esse melhoramento importante, sem o qual a saúde pública está ameaçada. Conforme despacho telegráfico que O Nacional divulgou há dias, o cel. chefe do executivo gaúcho, por intermédio da secretaria das obras públicas, determinou que fossem, em vários municípios, atacadas as obras de saneamento, figurando entre estes, o de Passo Fundo. Providência oportuna, melhoramento máximo pelo qual Passo fundo tanto se debateu por todas as suas classes, teria, que causar como de fato causou a mais viva satisfação no seio da população que, após tantos anos vê concretizada uma velha e justa aspiração. **Exultando de satisfação, as figuras exponenciais se dirigiram telegraficamente, nos seguintes termos ao dr. Walter Jobim, secretário das obras públicas, congratulando-se s.s.: “dr. Walter Jobim Secretário Obras Públicas Porto Alegre- receba ilustre secretário nossas efusivas congratulações auspiciosa notícia de que serão iniciadas brevemente obras saneamento esta cidade velha aspiração passo-fundense pela qual nos batemos mais trinta anos PT por esse grande oportuno empreendimento atual administração estadual ficará assinalada na imperecível gratidão desta terra PT Cordiais saudações Arthur Ferreira Filho, prefeito; José P. Pinheiro, juiz municipal em exercício e presidente do Grêmio Passo-fundense de Letras; Olinto Oliveira, presidente da Associação Comercial; Armando Vasconcelos, chefe do Posto de Higiene e presidente do Rotary Club; Francisco Berlowitz, presidente do Clube Comercial; Ocidentino Fontoura, presidente do Clube Caxeiral; Mário Braga, presidente da Liga de Defesa Nacional; Pindaro Annes, presidente do Hospital de Caridade; Luiz Biassuz, presidente do Hospital São Vicente de Paula;**

<sup>848</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 18.1939. p. 17- 20.

**Lainha Marques Rocha, presidente da C.M. da Legião Brasileira de Assistência, Matilde H. Mazon, Diretora da Escola Normal Oswaldo Cruz; Aurélio Amaral, Reitor do Instituto Educacional; Almeri Pereira da Silva, Diretora do G. E. Protásio Alves; Pedro S. Pinto, presidente do Aéreo Clube; Arno Jaguaribe de Oliveira, gerente do Banco do Brasil; Alberto Morsch, gerente do Banco do Comércio; Oswaldo Ramos Cruzeiro, gerente do Banco do Rio Grande do Sul; Mário de Castro, diretor de O Nacional**<sup>849</sup>. (grifos nosso).

O texto do telegrama divulgado pelo *O Nacional* denota duas realidades: a liderança assumida pelo processo de modernização econômica e social pela idéia de Estado desenvolvimentista e a longa lista de líderes locais, representando diferentes segmentos da sociedade da época, ressaltando quem e o quê representavam, numa demonstração pública da força que possuíam junto aos que decidiam para onde iriam os recursos do Erário público.

No exemplo que se segue constatamos que as decisões maiores deveriam ser tomadas diretamente por Vargas, demonstrando o autoritarismo e a centralização do poder. O *Correio do Povo* destacou em nota essa situação:

O dr. Nelson Ehlers, prefeito municipal, foi autorizado pelo dr. Darcy Azambuja, governador interino do estado, a chamar concorrentes para as obras, Águas e Esgotos para a cidade de Passo Fundo. O empréstimo para o financiamento das citadas obras será feito no Rio de Janeiro<sup>850</sup>.

Igualmente, evidenciamos que Passo Fundo contava com dois hospitais: Hospital de Caridade, fundado em 20 de julho de 1914, com 120 sócios e um patrimônio de 450:000\$000, cujo presidente era Pindaro Tuner, e o Hospital São Vicente de Paulo, fundado pelos Vicentinos em 24 de junho de 1918, com 100 sócios, com um patrimônio de 450:000\$000 e cujo presidente era **Octacílio Ribas Vieira**. Quanto aos distritos, havia na vila Rondinha o Hospital Nossa Senhora do Rosário, fundado em 23 de outubro de 1937, com 120 sócios, um capital de 50:000\$000, tendo como presidente Agostinho Pizzato; em Vila Teixeira, a Sociedade Hospital de Vila Teixeira, fundado em 2 de janeiro de 1938, com 387 sócios, um capital de 70:000\$000 e tendo como presidente José Zanini ( mais tarde tornou-se Hospital Santo Antonio<sup>851</sup>.

<sup>849</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 4978, ano XX, 03 fev. 1945. p. 04.

<sup>850</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 165, ano XLVI, 15 jul. 1936. p. 08.

<sup>851</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 16- 20.

Também na área da saúde a elite política demonstrou a sua força, como vemos pela passagem de Octacílio Ribas Vieira, que presidiu o Hospital São Vicente. Como advogado, ele ocupava uma posição privilegiada economicamente e, estabelecia relações que mais uma vez apontam para a realidade fortemente centralizadora e intervencionista do Estado, pois o fortalecimento das novas profissões surgidas com a industrialização ligava-se a favoritismo oficial, proteção e autorizações especiais para quem estava do lado dos detentores do poder.

Passo Fundo possuía um grande número de edificações, destacando-se as de alvenaria, também contavam com edifícios (sobrados que não podiam possuir mais de dois andares). A iluminação era profusa e uma das melhores do estado do Rio Grande do Sul, fornecida por uma usina do próprio município. Havia também um teatro-cinema, denominado Coliseu, com capacidade para 1.200 espectadores. O serviço de Correios e Telégrafos era deficiente em Passo Fundo, pela falta de espaço, por ser um prédio pequeno e velho, e de funcionários para atender à demanda da população. Os telefones e centros telefônicos prestavam relevantes serviços à população, especialmente à indústria e comércio; em Sarandi e Marau, distritos de Passo Fundo, existiam dois centros telefônicos, que serviam às atividades comercial e pública destes distritos.

As ligações telefônicas em Passo Fundo, apesar de haver em funcionamento duas linhas, em dois distritos, demonstravam-se insuficientes para atender à demanda. O *Correio do Povo* descreveu a situação:

**Uma das maiores necessidades do município de Passo Fundo, além de estradas de rodagem, é a ligação telefônica da cidade as sedes dos distritos.** Estando a muito vencido o contrato que a municipalidade mantinha com a Companhia Telefônica Rio-grandense, **chegou agora a ocasião do município impor esse importante melhoramento: ou a companhia constrói as linhas, ou então que o próprio município, como fez com a luz e força,** também passe a explorar esse serviço. O que não será justo seria a municipalidade exigir da Cia. Telefônica a ligação para um distrito somente, deixando os demais na falta [...] <sup>852</sup>. (grifos nosso).

O município era visto como um instrumento eficaz de ação governamental. Dessa forma, acompanhando a evolução da história político-constitucional, a Constituição de 1934 assegurou o princípio de autonomia municipal, abrindo a possibilidade de os municípios terem vida própria, capacidade de ação e decisão. Em Passo Fundo, a nota trazida pelo

<sup>852</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 282, ano XLI, 11 dez. 1935. p. 08.

*Correio do Povo* demonstra que, embora essa regra não tenha sido seguida à risca, dependendo da influência das elites políticas e econômicas, os dirigentes valiam-se de seus contatos junto aos governos estadual e federal para conseguir os benefícios necessitados para o incremento do progresso. Foi o que aconteceu com a luz e força na região e, depois, com a companhia telefônica. Conforme pensamento expresso por Mello, quando o município contava com pensadores políticos de peso, que lhe reivindicassem o lugar adequado na organização nacional<sup>853</sup>, conseguia os benefícios que lhe eram assegurados pelo favoritismo de Vargas, comportamento também constatado nos municípios aqui analisados.

Passo Fundo, como centro de movimento ferroviário e pólo convergente de seus numerosos distritos e municípios vizinhos, contava com um grande número de hotéis, com edificações modernas, instalações sanitárias e água corrente. Dentre os mais importantes podemos citar os seguintes: Glória, Avenida, Petraco Hotel, Internacional, Itália, Roma e Franz. Ressaltamos que a estação férrea tinha intenso movimento de passageiros e de cargas, mas também era sede convergente da produção agrícola e industrial dos distritos, que se utilizavam desse transporte para a demanda de seus produtos para exportação. Em razão do grande movimento na Estação Férrea, a 5ª Inspeção do Movimento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com o propósito de atender aos serviços desta importante zona, em 1936 foi transferida de Santa Maria para este município. A chefia da guarnição da Viação Férrea ficou a cargo do inspetor Diogo Gonzales Ribeiro<sup>854</sup>.

No que concerne à polícia de Passo Fundo, destacamos que, com o advento da nova Constituição Federal, que marcou novos rumos no Brasil, foi uma das repartições públicas que sofreram grande reforma, talvez por ter sido até aquela época (1934) o refúgio dos elementos eleitorais das estéreis lutas políticas. A nova orientação dada pelo Estado Novo repercutiu também no Rio Grande do Sul, com a criação da polícia de carreira, para a qual foram nomeados delegados, quase todos com o título de bacharéis em direito e conhecedores da legislação civil e penal. A Delegacia de Passo Fundo<sup>855</sup> de 3ª categoria foi elevada a 2ª pela modificação sofrida pelo decreto 6.880, de 7 de dezembro de 1937, que teve nova organização

---

<sup>853</sup> MELLO, Diogo Lordello de. *O município na organização nacional: bases para uma reforma do regime municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1971. p 13-14.

<sup>854</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 88, ano XLII, 15 abri. 1936. p. 08.

<sup>855</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 20.



policial regulamentada pelo decreto 7.061, de 1º de dezembro de 1938. No entanto, fator de relevo para Passo Fundo foi a representação do Exército, constituída pelos 3º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria e pelo 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar.

Também as instituições bancárias se faziam necessárias para o desenvolvimento de Passo Fundo, pois delas dependiam as transações comerciais e com a carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil ficava mais fácil para os colonos contraírem créditos. Em número de quatro, as instituições em Passo Fundo eram as seguintes: Banco do Brasil, Banco Nacional do Comércio, Banco da Província e Banco do Rio Grande do Sul<sup>856</sup>.

Ainda sob o signo do Estado Novo foi constituída uma comissão, denominada de Coligação Rio-Grandense, unindo os partidos da Frente Única, PRR e do PL, além dos membros da Dissidência Liberal. Maurício Cardoso era um dos representantes do PRR. Também, na mesma oportunidade foi constituída uma Comissão Mista Interpartidária, que deveria coordenar e supervisionar as ações da Coligação. Esta Comissão era composta por representantes dos partidos políticos que se aliaram a Getúlio Vargas por ocasião da deposição de Flores da Cunha do governo estadual. Nesse sentido, afirma Colussi que

exemplo disso foi a formação da Comissão Mista logo após a intervenção federal, que distribuiu entre PRR, PL e dissidência liberal os cargos do secretariado do interventor, **dividindo os municípios entre as forças políticas da comissão; mais tarde, em 1939, serão eles os integrantes do Dasp gaúcho**<sup>857</sup>. (grifos nosso).

O poder dado aos Municípios no período do Estado Novo, pela divisão de cargos, revelava outra estratégia do período getulista, que foi o enfraquecimento do poder estadual em relação aos poderes federal e municipal. Nesse sentido, a Comissão Mista estabeleceu alguns critérios para a divisão do poder nos municípios, dentre os quais a divisão dos municípios gaúchos entre os partidos políticos já extintos, ou seja, o PRR, o PL e a dissidência liberal<sup>858</sup>.

Nesse contexto, de desenvolvimento, modernidade, autonomia municipal e abertura política, Getúlio Vargas assinou decreto, permitindo a organização de partidos políticos e

<sup>856</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 21.

<sup>857</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. p. 64.

<sup>858</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. p. 103.

estabelecendo normas legais para o seu funcionamento em 1945. Ao mesmo tempo publicou a nova lei eleitoral e marcou data para as eleições para presidente da República e representantes da Constituinte federal.

Dessa forma, em razão das franquias criadas pelas leis assinadas por Vargas, velhos partidos, como o Libertador, rearticularam-se, bem como foram fundados novos partidos. O Partido Republicano Histórico (castilhistas) não ressurgiu; uma pequena parte de seus integrantes incorporou-se à União Democrática Nacional. A maior parte, entretanto, foi para o Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro, que se comprometia a conservar e melhorar a legislação social e trabalhista existente, mas, também, dar continuidade às conquistas dos princípios democráticos já alcançados. A antiga Ação Integralista ressurgiu sob nova roupagem: o Partido de Representação Popular. O Partido Comunista, por sua vez, conseguiu o reconhecimento como entidade legal, embora seguisse com seus métodos e ideologia do passado recente; no entanto, teve seu registro cassado logo em seguida, no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra<sup>859</sup>.

Resumindo os aspectos desenvolvidos no terceiro capítulo, a respeito da atuação das elites políticas regional e sua repercussão no desenvolvimento do Planalto Médio nos municípios de Carazinho e Passo Fundo, apresentamos dados e fatos retirados de livros, jornais e outros documentos encaminhados no sentido de comprovar que as elites políticas da época, coincidentemente, ligavam-se diretamente às elites econômicas. Para tanto, procedemos à análise discursiva de materiais onde evidenciamos discursos orientados a refletir o pensamento político e econômico do tempo recortado, sob a forma de informações e sugestões que deixavam transparecer a ideologia do grupo dominante.

A seqüência do terceiro capítulo abordou as diferentes fases atravessadas pelo país, particularizando as repercussões no Planalto Médio, de modo a mostrar como se comportaram as elites políticas e econômicas nesse período, reconhecido pelos historiadores como um dos mais complexos e ainda sujeito a muitas explorações.

---

<sup>859</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 111.

O trabalho aprofundou-se pela pesquisa bibliográfica e análise de discurso de textos e fragmentos, sobretudo de jornais, que vieram comprovar a atuação das elites políticas regional, bem como a sua repercussão no desenvolvimento dos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Aqui retratando as atividades agrícolas e industriais da época, bem como as dificuldades por que passaram os diferentes setores com as crises que tiveram de enfrentar, numa demonstração de que o problema não residia na falta de medidas governamentais, mas, sim, numa conjuntura mundial agrícola maior.

A década de 1930 foi marcada pelas conquistas sociais de cunho trabalhista, demonstrando uma “integração” entre os interesses da burocracia estatal e os dos empresários no processo decisório referente à legislação do trabalho e outras questões pertinentes, que revelavam grande número de conflitos. Tais conflitos entre as esferas privada e pública indicavam uma preocupação com a definição de espaços nas interações entre os setores público e privado e, particularmente, da situação dos empresários industriais no novo contexto de relações de poder. A burocracia manteve a sua autonomia no decorrer do tempo, embora tenha iniciado uma nova forma de interação com o setor privado que teria reflexos na estrutura do sistema político subsequente<sup>860</sup>.

Abordamos também, a ascensão da indústria até 1941, que diante da guerra, sobrepôs-se às atividades agrícolas e tornou-se mais abrangente e complexa. Nesse cenário surgiram novos líderes industriais e a intervenção do Estado na atividade repercutiu nos municípios elencados, pela chegada do progresso e da diversidade de empresas, associações e sindicatos, figuras decisivas para a manutenção do poder econômico e político locais.

Em se tratando dos aspectos sociais, encontramos a persistência da classe oligarco-burguesa, numa demonstração de que persistem os traços do passado e continua a existir a ligação orgânica entre os grupos agrários e urbanos. Essa classe, apesar de se encontrar em constante crise, em razão das novas classes que surgem (proletariado, trabalhadores, classe média), ainda dominava o sistema social-político e seu pensamento permanecia conservador, apesar do surgimento dos “novos ricos”, ligados ao comércio e à indústria que começavam a intervir no cenário dos dois municípios. Portanto, as novas profissões surgidas, resguardadas

---

<sup>860</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 68.

pelo poder econômico, interferiam nas decisões políticas, como exemplificamos abundantemente.

Os movimentos operários passaram a fazer parte desse novo cenário, em razão das greves, manifestações e outras formas de oposição. Quando ocorreu a abertura democrática em 1945, esses movimentos surgiram em todo o seu esplendor, como se a lacuna havida entre 1937-1945 nunca tivesse existido.

Quanto ao sistema político, os fatos trazidos neste terceiro capítulo demonstram a dicotomia existente entre a realidade e o sistema político-constitucional, fato que já marcara toda a história passada do Brasil. O coronelismo e as oligarquias desenvolveram o processo de domínio de fato das chefias locais e estaduais. Como já vinha acontecendo, o processo do coronelismo mostra-se atuante, embora exista um poder mais centralizador e autoritário. Inaugura-se uma nova forma de relação entre o poder estadual e o federal: no primeiro continuava a tradição coronelística, mesmo que algumas decisões não se encontrassem mais ao seu alcance, ao passo que as autoridades federais interferiam na política local beneficiando ora um grupo, ora outro, não havendo criação de um poder exterior.

O poder federal demonstrou maior autonomia em relação às realidades estaduais<sup>861</sup> e também, se voltou para a realidade externa do país, para a divisão do mundo entre dois regimes: a democracia e o totalitarismo de direita. A Constituição de 1937 reforçou o autoritarismo do Estado Novo, que se constituiu num regime que criou uma divisão, pela qual os conceitos de chefe e de autoridade prevaleceram, ao mesmo tempo em que começaram a ser identificados por traços mitológicos fato incentivado pela censura, feita por órgãos, como o Departamento de Imprensa e Propaganda. Somente a partir de fevereiro de 1945 renasceram os velhos partidos regionais e nacionais, proibidos de atuar no período ditatorial.

O modelo de desenvolvimento da Era Vargas pautava-se no desenvolvimento autárquico e intervencionista, que, na época assegurou o progresso e permitiu a industrialização do país. Em Passo Fundo e Carazinho as elites econômicas ligadas ao comércio e indústria, especialmente da madeira e do trigo, também se fizeram representar no

---

<sup>861</sup> CARONE, Edgard. *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 01-03.

cenário político, pois para investir na indústria era preciso abrir novas estradas, aumentar as linhas ferroviárias, melhorar as comunicações, tudo para que as matérias-primas pudessem chegar até as fábricas e, depois, para que os produtos das fábricas pudessem chegar até os consumidores finais de todo o país. Afinal, o Planalto Médio era o celeiro do Rio Grande do Sul, o que lhe garantia certos privilégios condizentes com a sua importância econômica para o abastecimento interno e externo do país. Nesse sentido, para Vargas, o Rio Grande do Sul era importante porque assegurava o abastecimento do mercado interno nacional.

Evidenciamos também ao longo deste capítulo que a política fiscal do PRR no Rio Grande do Sul constituiu-se num modelo para a relação desenvolvimentista do Estado brasileiro com a sociedade, no sentido de abranger as novas classes sociais que surgiam diante da industrialização. O atendimento das demandas econômicas do Rio Grande do Sul, em especial das regiões periféricas, exigia como contrapartida a submissão política das oligarquias regionais.

Um dos pontos mais fortes deste capítulo, fortalecendo nossa hipótese, constituiu-se na oposição a Flores por ocasião da ditadura, com o objetivo de acelerar o processo econômico ao mesmo tempo em que visava à acomodação de muitos políticos em cargos pela política de favoritismo de Vargas. Nesse sentido, tanto em Passo Fundo quanto em Carazinho, foram enumerados exemplos dessas situações.

Por fim, para mostrar que o poder das elites políticas da época estava ligado diretamente ao poder econômico dos dois municípios do Planalto Médio, através da análise de discurso dos documentos e jornais nessa periodização, evidenciamos que a questão do comércio, da indústria da madeira e do trigo, pelas ações dos empresários e industrialistas que geriam com os moinhos, cooperativas e demais ramos ligados à industrialização dos produtos agrícolas eram as mesmas pessoas. A filiação partidária, a ocupação de cargos e o interesse político formavam a base de sustentação do modelo de Estado proposto por Vargas, aglutinando os agentes políticos e econômicos num mesmo patamar de interesses. Assim, a organização da renda, a exploração da agroindústria e a busca pela modernização dos meios de transporte e comunicação desenhavam-se segundo as relações de favoritismo, protecionismo e outros tantos adjetivos que podem qualificar os interesses capitalistas implantados.

## CONCLUSÃO

No estudo realizado na presente tese tivemos como objetivo investigar as articulações políticas realizadas pelas elites do Planalto Médio gaúcho no período de 1930 a 1945, demonstrando de que modo elas contribuíram no desenvolvimento econômico sul-riograndense da época delimitada, mais precisamente na Era Vargas. Nesse sentido, a metodologia que utilizamos foi o método hipotético-dedutivo, pois a partir da hipótese formulada realizamos pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das Associações Comerciais, relatórios, jornais e telegramas, que nos possibilitou conhecer os componentes das elites, bem como seus cargos, funções, profissões e filiação partidária, notícias veiculadas nos jornais da época, textos de documentos oficiais e telegramas, tidos como suporte do estudo e comprovação e referência para a análise discursiva.

Deslocar o foco do estudo para essa época recortada possibilitou-nos analisar fatos distantes temporalmente, mas presentes através das fontes pesquisadas, refletindo-se num compêndio acadêmico que se valeu de fontes fidedignas até então inexploradas do ponto de vista escolhido. Foi através de buscas, estudos, comparações entre autores que conseguimos trazer para o universo do leitor interessado na Revolução de 1930 aspectos do governo de Flores da Cunha, interventor federal do Rio Grande do Sul em 1930, e a cisão oligárquica local, com reflexos em nível nacional, além da tentativa política de pacificação do Rio Grande do Sul entre 1935 e 1936, culminando com a fuga de Flores da Cunha e de lideranças do Planalto Médio para outros países.

Para tanto, a hipótese levantada para nortear a pesquisa foi que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder através do poder econômico, numa demonstração de que aqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que os apoiaram em sua trajetória.

No caso específico da proposta de pesquisa, nosso estudo demonstrou que a burguesia teve papel importante nas relações políticas da época retratada porque foi a responsável pelas oportunidades de formação da classe trabalhadora, em virtude da detenção do capital e do prestígio político, sem os quais não teria se iniciado o processo de industrialização do país. Nesse contexto, o Estado figurava como agente intervencionista e figura de dominação, impondo suas idéias e tendo-as acatadas pela maioria, que almejava se manter numa posição privilegiada. Em Carazinho e Passo Fundo, refletindo o resto do Rio Grande do Sul, o poder permanecia nas mãos da elite militar, estancieira e política, alternando-se conforme sua conveniência.

Os documentos analisados no decorrer da tese comprovaram que as elites regionais retratavam uma aproximação ideológica com as pretensões da elite nacional, especialmente em relação ao poder com que se investiu Getúlio Vargas, em nome do qual as lideranças políticas de Passo Fundo e Carazinho realizavam e justificavam seus atos. Assim, procuravam se manter sempre no poder, em razão dos privilégios e regalias que tal condição lhes proporcionava. Homero Guerra em Carazinho e Nicolau de Araújo Vergueiro representaram essas afirmações.

Lembramos que a prática da política em Passo Fundo e Carazinho, como forma de manifestação partidária, constituía-se em fator de considerável expressão e forte mobilização para conduzir os rumos da economia desses municípios. Esse percurso, permeado por graves dissensões, permitiria aos atores dessa trama, beneficiados por contextos políticos diferenciados, conceder o poder, ora a um, ora a outro grupo em litígio, possibilitando, por essa razão, ações em benefícios de suas causas e desejos. Assim, todos os personagens que fizeram parte desse jogo político foram importantes para o desenrolar dos acontecimentos e do desenvolvimento de seu município.

O modelo desenvolvimentista da Era Vargas, inspirado no desenvolvimento autárquico e intervencionista, proporcionou o progresso e a industrialização do país. Acompanhando essa realidade, Passo Fundo e Carazinho ampliaram seus limites negociais, sobretudo os ligados à indústria da madeira e do trigo, levando a que esse aspecto chamasse a atenção de Getúlio Vargas para a urgência em investir na promoção de melhoria nas estradas de rodagem, ampliação das linhas ferroviárias e também do sistema de comunicação. Somente

através desses canais poderia ser dada ênfase ao comércio de abastecimento interno do Brasil, pelo qual o Rio Grande do Sul era um dos responsáveis. Não se pode olvidar que foi nessa época que o Planalto Médio recebeu a alcunha de “celeiro do Rio Grande” e, para que assim continuasse, Vargas não poupou investimentos.

O Rio Grande do Sul, a partir de Getúlio Vargas, mais especificamente após a Revolução de 1930, passou a ocupar uma posição de liderança político-partidária em nível nacional, em razão da ida de Vargas para o Governo Provisório, acompanhado de um número significativo de líderes políticos locais. Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, o Rio Grande do Sul, única fronteira viva do Brasil onde as duas metrópoles coloniais ainda conflitavam na definição de seus domínios, foi o marco de sua formação histórica, delineando características sociais e econômicas.

Averiguou-se que tanto em nível federal, quanto estadual e local, as relações de poder sempre estiveram atreladas no processo de adequação das relações de produção ao desenvolvimento anterior às forças produtivas, convergindo no sentido de criar melhores bases para o desenvolvimento industrial. Para tanto, em decorrência das crises econômicas e políticas ocorreu o aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, essas relações econômicas e políticas engendraram novas funções do Estado, oportunizando a criação de melhores bases econômicas e institucionais para dessa forma promover o desenvolvimento industrial, de acordo com os interesses dos grupos de elite.

Procurou-se demonstrar ao longo do trabalho que no cenário por que passou o Planalto Médio, especificamente Passo Fundo e Carazinho, entre 1937 e 1945, com a emergência do Estado Novo, houve demonstração evidente do regime de força centralizada que se instalara com Vargas, disposto a transformar e industrializar o país, com fortes reflexos no Planalto Médio, em especial na classe política. Esta, para ficar ao mesmo lado do então presidente, abraçou a campanha nacionalista que interviu com rigor nas zonas coloniais, levando o terror aos teutos e italianos através da repressão político-policial feita pelo Departamento de Ordem Social e Política e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

Em se tratando dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, esses enfrentaram períodos de crise e de estabilidade, o que lhes possibilitou a construção de uma identidade



própria. Carazinho, de 4º distrito de Passo Fundo, após muitas tentativas e desavenças, elevou-se à categoria do município-mãe. No entanto, essa conquista trouxe junto consigo inúmeros problemas de ordem política, social e econômica, uma vez que contrariou os interesses dos líderes mais antigos, a exemplo de Nicolau de Araújo Vergueiro, para quem a emancipação do distrito representava a perda do reduto eleitoral que lhe garantia significativa fração de votos, além dos impostos arrecadados e da diminuição da área geográfica. Nesse sentido, os jornais e documentos da época divulgavam notícias e manchetes sobre o município de Carazinho, com muito mais frequência do que as referentes a Passo Fundo. O *Correio do Povo*, por exemplo, enfatizava Carazinho em muitas particularidades, sem dar o mesmo destaque aos fatos ocorridos em Passo Fundo.

Assim é que, desde o início da pesquisa constatamos o grande volume de notícias e informações encontradas sobre Carazinho, se comparadas a Passo Fundo nos mesmos aspectos. Embora tenhamos tentado encontrar explicação para esse fato, baseado em deduções advindas das leituras e pesquisas efetuadas, nada podemos concluir a respeito disso. Logo, a dúvida permaneceu até o final do trabalho, podendo vir a se constituir na hipótese e motivação para ampliação e retomada do estudo. No entanto, visualizada do ângulo metodológico, que norteou e alimentou a fundamentação teórica, bem como a análise de discurso, encontraram-se fatos que comprovaram que Carazinho se sobressaía no compasso desenvolvimentista regional, apresentando números que os superavam em relação a Passo Fundo, numa analogia significativa.

Nesse sentido, desde a luta emancipacionista, Carazinho já se projetava como maior pólo exportador de madeira, seguido por Passo Fundo. Em outras oportunidades destacava-se pela bravura com que os representantes que compunham a elite econômica saíam em defesa dos interesses carazinhenses e traziam para o seu município aquilo que poderia também dar suporte econômico a outros municípios. Foi assim com a ampliação do número de vagões para dar escoamento à abundância da matéria-prima das serrarias, da agroindústria e de outras especialidades, que garantiam o abastecimento interno e externo do país.

Por outro lado, Passo Fundo, também se sobressaía nos mesmos setores e possuía lideranças políticas e econômicas que lutavam para conseguir tudo aquilo de que o município precisava para crescer e se tornar o pólo regional de desenvolvimento.

Analisando os componentes das elites políticas e econômicas dos dois municípios, é visível a repetição de nomes em ambos os segmentos, indicando que os interesses se entrecruzavam, em especial diante da reconhecida projeção econômica desses municípios no comércio da madeira, pois, além de atrair trabalhadores e imigrantes para a região, despertava as atenções de políticos, mesmo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Planalto Médio era ponto de apoio, referência, acolhida e até alimentação dos revolucionários.

A Viação Férrea salientou a capacidade de exportação de Passo Fundo e Carazinho. No Estado Novo já havia ocorrido a melhoria e ampliação desse setor de transporte, mas com a industrialização houve a necessidade de se voltar para as rodovias, constituindo-se no elo de ligação entre elites econômicas e políticas, estas representando a defesa e implementação do modelo estatal proposto por Vargas.

Com base na análise de discurso efetuada no decorrer do trabalho das notícias veiculadas na imprensa pelos jornais da época, bem como dos documentos oficiais e das atas das associações comerciais, detectou-se a presença do novo modelo de Estado desenvolvimentista e intervencionista, atuando de forma direta na economia regional, no qual o Estado passou a ser o agente fomentador do processo da industrialização. Para tanto, punham em prática algumas políticas públicas, como por exemplo, a criação de impostos e taxas para patrocinar o processo que queriam implantar; o favorecimento da importação de máquinas para acompanhar a nova realidade nacional e, junto com isso, a proliferação de órgãos estatais que, além de desempenharem suas funções específicas, serviam para acomodar os favoritos e apoiadores dos correligionários de Vargas. Foi o que constatamos pela nominata que compunha o quadro de nomes que centralizavam o poder em suas mãos, conforme a relação presente nos anexos.

Em se tomando como base a configuração das alianças políticas seladas no Rio Grande do Sul a partir de 1930, temos que a Frente Única Gaúcha foi a responsável pela vitória da Aliança Liberal neste estado. No entanto, a partir do exílio dos líderes da FUG, esta passou a se caracterizar como um grupo que se opunha ao governo de Vargas, não como o representante da união dos partidos PRR e PRL, como havia nascido.

Em nível regional, o modelo de Estado de Vargas praticou políticas relevantes para o processo de industrialização do Planalto Médio. Essa postura vinha ao encontro da proposta do governo federal, no sentido de retirar o país da dependência das importações externas. Em Passo Fundo e Carazinho foi expressivo o aumento de empresas, indústrias e associações, evidenciando o cunho social das novas classes proletárias, que passaram a requerer atenção e legislação condizentes com esse novo modelo de Estado. Ressaltamos a importância dos sindicatos e associações nessa época, porque atuavam e decidiam, juntamente com as elites políticas e econômicas, as questões vitais para o desenvolvimento dos municípios, embora a vontade unilateral dos detentores do poder sempre se sobrepusesse às expressas pela minoria, no caso, dos sindicalizados.

A transformação da economia brasileira, centrada no setor industrial, foi demonstrada pela análise de discurso, evidenciando que a imagem da liderança de Vargas, por meio do nacionalismo, da valorização dos produtos naturais, serviu como instrumento de atuação política para divulgar feitos, reuniões, obras, pedidos, interferências da elite econômica junto à elite política, legitimando o presidente e seu governo e obtendo em troca os benefícios que esse apoio trazia para Passo Fundo e Carazinho, em forma de progresso.

A hipótese de que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder por meio do poder econômico, foi comprovada através da fundamentação em bibliografia especializada e nos valendo da análise de discurso dos documentos apresentados, os quais revelaram que as formas de pensar, agir e reagir transcritas nos jornais e demais documentos catalogados confirmaram a hipótese.

A mediação possibilitada pela análise discursiva dos documentos comprovou afirmativamente que a hipótese levantada se demonstra por meio de fatos e atos econômicos e políticos, sempre um respaldando o outro, numa pseudo-harmonia, superando conflitos, obrigando a que as autoridades políticas atendessem aos pedidos e necessidades da região. Afinal, quem dava suporte ao período pesquisado eram as ações econômicas de Passo Fundo e Carazinho, garantindo a longa permanência de Vargas e de seus políticos favoritos no poder.

Assim é que, diante da hipótese construída, constatamos que as elites políticas se delineavam a partir dos cargos que seus membros ocupavam nas esferas do poder, e as elites

econômicas, pelo próprio poder econômico que detinham, em virtude dos bens patrimoniais que possuíam; assim, conseguiam intervir também na vida pública de sua região. Dessa forma, concluímos que existe uma diferença entre a conceituação das duas elites referidas, pois a elite econômica valia-se dos meios materiais para se destacar na sua região, ao passo que a elite política funcionava como um canal de comunicação entre o que a elite econômica precisava para continuar progredindo individualmente e, ao mesmo tempo, trazer para a região conquistas e benesses que se refletiam no bem coletivo.

O trabalho realizado permite-nos afirmar que as elites políticas delimitavam a sua atuação e poder por meio do poder econômico, ainda que, para isso, tivessem de trocar de partido tantas vezes quantas fossem necessárias, firmar conchavos, como foi o caso da FUG, a fim de ficar ao lado de quem estava em evidência, assegurando, com isso, a manutenção de cargos, a continuidade de privilégios, tal qual já ocorria na República Velha. Em contraposição, a contra-elite, representada pelos contrários à elite que se mantinha no poder formal, sempre se manteve atuante, no sentido de se opor às decisões tomadas pelas elites, que refletiam o situacionismo.

A abordagem do tema por meio da análise de discurso demonstrou ser adequada para uma investigação e interpretação dinâmica dos municípios na época, pois podemos entender, ou, pelo menos, aproximar o entendimento do significado de muitas ações políticas, somente compreendidas pelo interesse econômico ou vice-versa. No entanto, salientamos que no caso do Rio Grande do Sul, no espaço geográfico analisado, e no tempo seqüencial (pós-1945), pouco mudou.

Necessário se faz registrar nesta etapa final que o assunto não se encontra esgotado. Pelo contrário, diante da grandiosidade e volume do material encontrado, deve-se continuar a explorá-lo sob um novo enfoque, ampliando-o talvez para o segundo governo de Getúlio Vargas, de modo a investigar como as relações de poder se perpetuaram e se mantiveram. As fontes podem ser ampliadas e mais bem aproveitadas, pois muitas delas tiveram apenas partes abordadas, deixando-se de fora aspectos importantes, mas que não se encaixavam na delimitação proposta. Igualmente, pode ser aprofundado o aspecto da estagnação de Passo Fundo e Carazinho no que se refere à industrialização, bem como o porquê de os jornais da

época se preocuparem tanto em salientar Carazinho em suas notícias, uma vez que este era um distrito de Passo Fundo e depois um município recém-emancipado.

Entretanto, independentemente das sugestões deixadas, dentre tantas que ocorreram ao longo do trabalho, pode-se concluir o texto com a convicção de que o Estado Novo representou um momento muito importante de transformação no campo político e econômico de modo geral, refletindo-se em Passo Fundo e Carazinho com a saída e integração de pessoas em diferentes partidos políticos, embora as lideranças fossem mantidas por causa do poder econômico que detinham. Assim, a economia e a política prosseguiram lado a lado, numa clara representação de um processo conhecido por todos, no qual sempre uma elite política, bem guarnecida por uma elite econômica, continuava a comandar as transformações nos municípios em estudo de acordo com a sua conveniência e desejo, resguardando para si e para seus preferidos as inovações que não colocassem em risco o jogo do poder.

A pesquisa em arquivo pode ser ampliada de modo a abranger material que se encontra fora do estado do Rio Grande do Sul e também em outros países da Europa, o que possibilitaria uma visão mais aprofundada da época que se quer conhecer. Reconhecemos que a pesquisa em fontes históricas originais apresenta muitas dificuldades pela impossibilidade de retirada do material e de realização de cópia, até mesmo porque o estado de conservação dos jornais e documentos deixa muito a desejar, em razão das condições técnicas não ideais em que são guardados.

Outra fonte riquíssima que num primeiro momento era objeto de nossa pesquisa foram as fontes orais, através de gravações da época, guardadas em local próprio. Como não se teve acesso às mesmas, acredita-se que elas podem trazer elucidação e ilustração de muitas situações ligadas às elites pesquisadas, que permanecem invioláveis.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira de; MOREL, Marco (Org.). *História e imprensa – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.
- ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandense no século XIX: um breve histórico. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Imprensa & história*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997.
- ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- ARAÚJO, Braz José de. Mudanças na estrutura social brasileira. . In: J.A. Guilhon Albuquerque. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro. 1970.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginário social*. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 5. Antrophos – Homem.
- BAUER, Otto. *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia*. México: Siglo Veinteuno, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.
- BENKO, Georges. *A ciência regional*. Portugal: Celta, 1998.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940 – Autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999.
- BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de política*. v.2. 6.ed., Brasília: Unb, 1994.

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no rio grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* São Francisco, Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e olítica: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set.1991, ago.1992.
- BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000.
- BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DPeA, 2001.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1981.
- BUGATTI, Isolan Flaviano. *Das páginas à tela: cinema alemão e imprensa na década de 1930 (Porto Alegre e Santa Cruz do Sul)*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2006.
- CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb , 1982 (Coleção Temas Brasileiros).
- \_\_\_\_\_. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. Estudos Históricos. Apud FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90. Logos*, Canoas, Ulbra, n.1, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. História política. Estudos Históricos. In: FÉLIX, Loiva Otero. Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90. *Logos*, Canoas, Ulbra, n.1.

\_\_\_\_\_. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CARONE, Edgard, *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988.

\_\_\_\_\_. *A segunda república nova (1930-1937)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Minas Gerais: Editora UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Centauro, 2001.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHARLE, Cristophe. O historiador e as elites. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989 (Coleção Memória e Sociedade).

\_\_\_\_\_. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.106. [s.d.].

\_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS*, Rio de Janeiro, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. *Textos, impressões e leituras*. In: HUNT, Lynn (Org.). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, 1994.

CINTRA, Antônio Otávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, n. 1, mar. 1974.



- COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CONIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CUTLER, Antony (Org.). *O capital de Marx: e o capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- D'ARAUJO, M. C. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; FGV, 1999.
- DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- DIEHL, Astor Antônio et al. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DIMAGGIO P.; POWEL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986.
- DINIZ, Ely Roque. Empresários e estado na década de trinta. In: *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. *Regionalização: considerações metodológicas*. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro. [s.n.], 1980.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 3. ed., 2001.
- FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *O retrato do velho*. São Paulo: Atual, 1984.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: *Pequenos ensaios da história da República*. São Paulo, cadernos CEBRAP, n. 10, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998.

\_\_\_\_\_.A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*, n.5, 1998.

\_\_\_\_\_.História política renovada. História. Unisinos - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. In: *V Encontro Estadual de História*, São Leopoldo, 2001.

\_\_\_\_\_.*Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90, Logos*, Canoas: Ulbra, n.1, 1999.

\_\_\_\_\_.O “crime do km. 350” e o “caso Creso”: impunidade e clamor público. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*, Anais Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

\_\_\_\_\_.Política, poder e justiça: violência e criminalidade no Norte do Estado.” In: BATISTELLA, A (Org.).*Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território. política. poder, criminalidade, economia. produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

\_\_\_\_\_.*Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERREIRA FILHO, Arthur. A frente única e o PRL. In: *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1980.

\_\_\_\_\_.*História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Mariluci Melo. *Crime e Poder nos Campos de Cima da Serra: 1850-1870*. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*, Anais. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: UERG, 1995.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.) *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [ S.l.: s.n.: s.d.].

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1981

FOUCAULT, Michael. *A microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal . 1979.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. *Soledade na história*. (obra organizada e publicada sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Soledade, em homenagem ao 1º Centenário de Emancipação do Município). Porto Alegre: 1975.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. Ed. São Paulo: Nacional,, 1968.

GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, memória e história dos trabalhadores*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. SMC. Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

GAUCHET, Marcel. *Le Désenchantement du monde*. Paris: Gallimard, 1985. In: Dosse, François. *O Império do Sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GAUER, Ruth M. Chittó. O mito fundacional do estado-nação: violência e medo. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*, Anais. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

GIL, José. *Força do signo no signo*. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 14.

GOMES, Angela Maria de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980 (Coleção Brasil Século XX).

\_\_\_\_\_. *O empresário e a implantação da legislação trabalhista*. In: BOSCHI, Renato Raul; CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresariado nacional e estado no Brasil: uma comparação de dois períodos*. Relatório de pesquisa, IUPERJ, 1976.

\_\_\_\_\_. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3 ed. São Paulo: Difel , 1986

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. De Aquiles a Péricles: do herói da epopéia ao grande homem da história. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

HADDAD, Paulo Roberto. (Ed.). *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975.

\_\_\_\_\_. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho; BOISER, Sérgio. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Banco do Nordeste. 1989. [S.l].

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

\_\_\_\_\_. *Considerações acerca de uma história das elites*. Logos, Canoas: Ulbra, n. 1, 1999.

HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Universidade de Minas Gerais. n.1, Dezembro de 1956. São Paulo: Empresa "Revista dos Tribunais", n.1, dez. 1956.

HERNANDEZ, Leila M. G. *Aliança nacional libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *O Brasil monárquico II*. São Paulo: Difel, 1972. v. 5.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Passo Fundo, verdes mares marcados: o integralismo no norte do estado. In: BATISTELLA, A (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

KARL, Popper. *A falsificabilidade e a ciência*. São Paulo: Cultrix, 1974

KONRAD, Dorge Alceno. *1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PUC, 1994.

LEFORT, Claude. *Essais sur le politique*. Paris:Seuil, 1986. In: DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

LOVE, Joseph L. A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho. Apud TRINDADE, Hégio. 4-Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983.

\_\_\_\_\_. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, Áureo Luiz Figueiredo; LECH, Marilene Salette Mendes. Educação brasileira na República. In: POSSANI, Lauro et al. *Multimeios aplicado ao ensino de Ciências I*. Canoas: Ulbra, 1999. p. 14.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MATTOS, Marília (Org.). *Centro de Cartografia*. – UPF – PREMIER [s.d.: s.p.].

MEDEIROS, Márcia Maria. Passo Fundo: política e economia na década de 30. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

MELLO, Diogo Lordello de. *O município na organização nacional: bases para uma reforma do regime municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1971.

MENDES, Nicolau. *O pé no chão: subsídios para história do Rio Grande do Sul*. Canoas: La Salle, 1958.

MESQUITA, Zilá. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 5, n. 2, 1984.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: a Senzala, [s.d.].

MILIBAND, 1969, LOVE, Joseph L. ;BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MINOGUE, Kenneth R. política: uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959.

OLIVEIRA, Francisco Xavier. *Annaes do Município de Passo Fundo. Aspecto Histórico*. [S.l.: s.n.: s. d.].

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. . In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense. 1983.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?*. Porto Alegre: FEE, 2004. p. 19. (Documentos FEE; n. 59).

\_\_\_\_\_. *Ilusões e sabedorias da análise regional*. Porto Alegre: FEE. 2005.

\_\_\_\_\_. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. In: *Anais das primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre, 2005. CD – ROM. FEE/PUC – RS.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha – dominação do capital e disciplina do trabalho – RS: 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

\_\_\_\_\_. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980.

\_\_\_\_\_. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M. K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930*. In: TARGA, Luíz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS; FEE; Lajeado: Univates, 1988.

PIMENTEL, Rodrigo (Org.). *Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores*. Jornal Tropeiro dos Pampas. Caderno especial. [s.d.].

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

PROXTO: Pequena e média empresa no RGS. *Relatório de pesquisa*, n. 4, ago., de 1978.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUEIROZ, Paulo Edmur de Sousa. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Convívio, 1975.

QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e Castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2000.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. Pour une histoire politique. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999.

REVERBAL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. 1992. 357f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1992.

ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SACCONI, Luiz Antonio. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e o problema regional. In: *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983.

\_\_\_\_\_. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem. Documentos da História Contemporânea - Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1970. p. 513-516. v. 11.

SILVA, Roque Aparecido da. Representatividade, democracia e unidade no sindicalismo brasileiro. In: *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Vera Alice Cardoso. *Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*. In: SILVA, Marcos A. Da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O primeiro concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do RS”. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Anais. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira: apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro centenário de sua emancipação*. Bels, [s.l.], 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: UnB, 1994, v. 2.

TARGA Luiz Roberto Pecoits. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Rio-grandense na Primeira República (1889 –1930). In: *Vº Jornadas Interdisciplinares de Estudos Agrários y Agroindustriales – Facultad de Ciências Económicas- UBA: Buenos Aires*. nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Elites e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998.

\_\_\_\_\_. RIBEIRO, Paulo Sérgio Sampaio; HERRLEIN Jr., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998.

TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed.. Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.



\_\_\_\_\_. *Colonos, carreteiros e comerciantes – a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Diretoria Geral de Estatística. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939.

TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889/1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TRINDADE, Hélió (Org.) et.al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980.

\_\_\_\_\_. 4- Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.

\_\_\_\_\_. Aspectos políticos do sistema partidário republicano. rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

\_\_\_\_\_. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense: da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. v.1.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 1993

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

\_\_\_\_\_.; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n], 1980.

VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Anais Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. 1992. 357f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1992.

\_\_\_\_\_. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (Porto Alegre- 1900-1919)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

VARGAS, Luthero Sarmanho. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Luthero Sarmanho Vargas, 1988.

VELOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração no campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de (Org.). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar,

1982.

VIANNA, Oliveira F. Problemas de política objetiva. Rio de Janeiro: Record, 1974. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

\_\_\_\_\_. *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

WENTZ, Liliane Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo, UPF, 2004.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

ATO n. 54/1938, Prefeitura Municipal de Carazinho de 8 de set., de 1938.

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS PELAS AUTORIDADES ESTADUAIS – 1930/1945- AHRGS.

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS PELAS AUTORIDADES ESTADUAIS – 1930/1945- APERS.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 135. 7, fev. 1940.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 143. 24, jan. 1941.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 154. 1º, fev. 1943.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 157. 29, jan. 1944.

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 18 jun., de 1941. n. 145

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

PASSO FUNDO. *Guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939.

HILLEBRAND, Albino. Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937.

PASSO FUNDO. Intendência municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Armando Araújo Annes, em 1º de novembro de 1928.

PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1941. Decreto Lei n. 2 de 30 de janeiro de 1941. Eduardo Roca, diretor. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1944. Decreto Lei n. 29 de 12 de novembro de 1943. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1945. Lei n. 56 de 29 de novembro de 1944. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1945.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1932. Lei n. 152 de 24 de dezembro de 1931. A Nacional, Passo Fundo, 1932.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1933. Lei n. 153 de 27 de dezembro de 1932. Tipografia Independência, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1934. Lei n. 154 de 22 de dezembro de 1933. A Nacional Impressora, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1935. Lei n. 155 de 12 de dezembro de 1934. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1937. Lei n. 21 de 23 de novembro de 1936. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1938. Decreto Lei n. 1 de 31 de dezembro de 1937. Tipografia Progresso, Passo Fundo. Assinada por Eduardo Roca, chefe do expediente.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1939. Lei n. 27 de 9 de dezembro de 1938. Livraria Nacional, Passo Fundo.

OFÍCIO enviado pela prefeitura de Carazinho para Santa Maria em 03 de fev., de 1934.

PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939.

PASSO FUNDO. RELATÓRIO DA SECÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. Apresentado ao sr. Armando de Araújo Annes, intendente do município de Passo Fundo pelo engenheiro municipal Octacílio Ribas Vieira, em 1º de novembro de 1927 a 1º de outubro de 1928.

REQUERIMENTO dirigido aos membros do Conselho Consultivo Municipal de Carazinho em 7 de nov., de 1931.

**FONTES DE IMPRENSA LOCAL**

A FEDERAÇÃO 1930 a 1937

CORREIO DO POVO de 1930 a 1945

DIÁRIO DA MANHA de 1930 a 1945

JORNAL DA SERRA de 1930 a 1945.

NOTICIOSO de 1942 a 1945.

O NACIONAL de 1930 a 1945

**LOCAIS DE PESQUISA**

Arquivo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre, RS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Arquivo Maçônico da Loja Honra e Trabalho. Carazinho, RS.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Porto Alegre, RS.

Associação Comercial de Carazinho. Carazinho, RS.

Associação Comercial de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Casa Civil. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Biblioteca da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho. Carazinho, RS.

Carazinho. Prefeitura Municipal de Carazinho. Museu Regional de Carazinho.

Divisão de Biblioteca e Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, RS.

Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa. Porto Alegre, RS.

Núcleo de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – NUPERGS/UFRGS. Porto Alegre, RS.

Passo Fundo. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Museu Histórico Regional.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL-MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

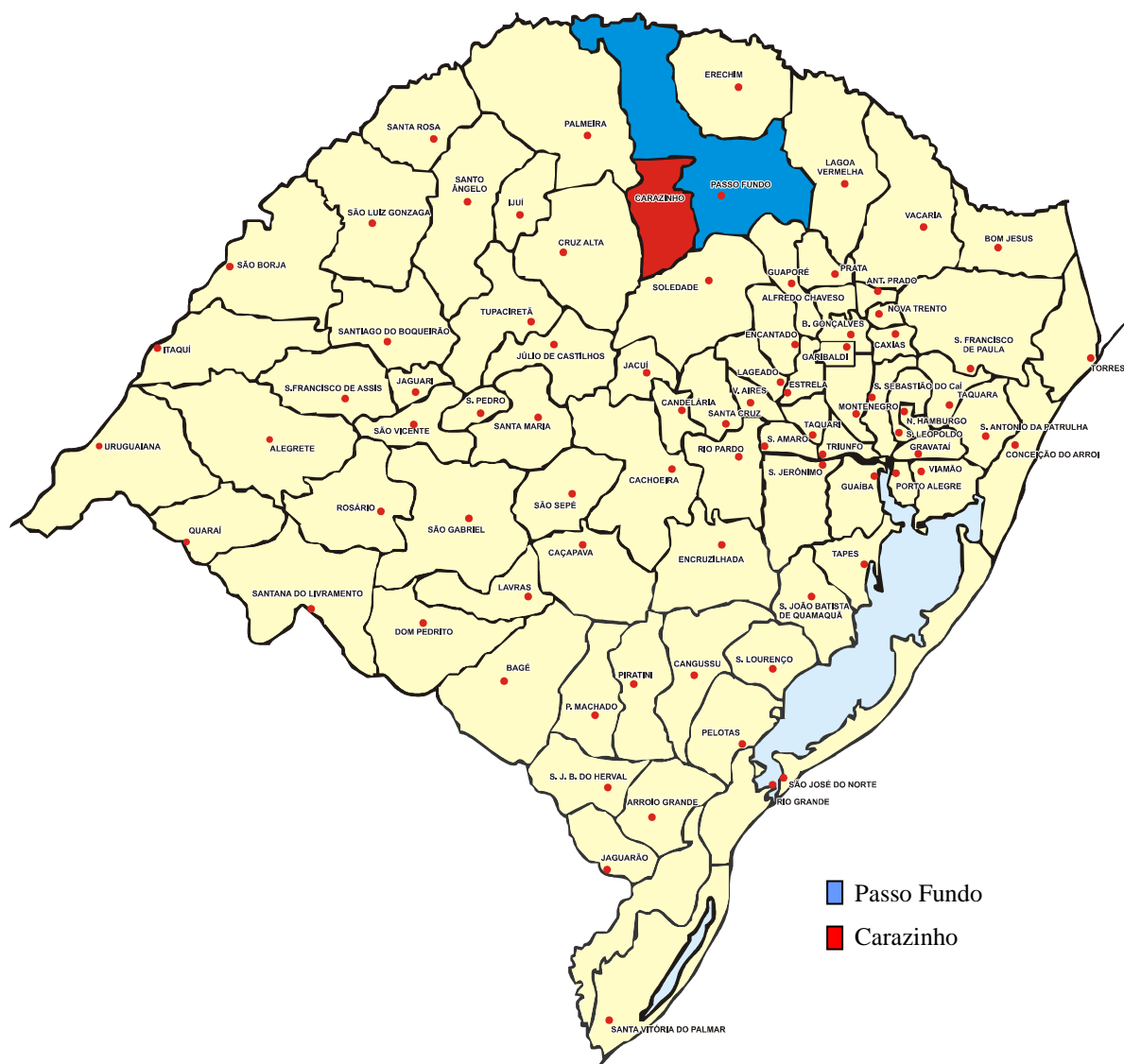
Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?”  
ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

**ANEXOS  
Volume II**

Santa Cruz do Sul, abril de 2008

## ANEXO A - Mapas do Rio Grande do Sul de 1931 a 1944 e das Regiões do Planalto Médio, Passo Fundo e Carazinho



Mapa 1 - Evolução administrativa dos municípios de Passo Fundo e Carazinho a partir do ano de 1931.

**Fonte:** IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora MATTOS, Marília de (Org.). Centro de Cartografia – UPF – PREMER [s.d.: s.p.].



Mapa 2 - Mapa da evolução administrativa dos municípios de Carazinho e Passo Fundo em 1931.  
Fonte: IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora MATTOS, Marília de (Org.). Centro de Cartografia – UPF – PREMER [s.d.: s.p.].





Mapa 3 - Evolução administrativa dos municípios de Passo Fundo de 1931 a 1944

Fonte: IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora MATTOS, Marília de (Org.). Centro de Cartografia – UPF – PREMER [s.d.: s.p.].

**Anexo B - Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul - Lista dos parlamentares gaúchos em nível Estadual e Federal/  
1929-1945**

<i>Nomes</i>	<i>Partido político</i>	<i>Períodos</i>	<i>Designação</i>	<i>Procedência</i>	<i>Observações</i>
Abílio Fernandes	PCB	23-09-1946 a 01-1948	Deputado Federal Constituinte Suplente assumiu em fevereiro e julho de 1946. Deputado Federal	Pelotas	
Adail Moraes	PSD	11/1947	Deputado Estadual		
Adão Paulo Brunn Viana	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Suplente Deputado Estadual 03/03/1947 01/1951 – suplente		Em 24/03/1947 assumiu pela primeira vez como deputado Estadual na vaga de João Goulart. Reassumiu em outras ocasiões.
Adolfo Dupont	Frente Única, no intervalo de 04/ 1935 a 06/1935 Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR. Pertence ao Partido Republicano Castilhistas, novo partido surgido em virtude da dissidência aberta no PRR.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Adolfo Pena	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		

Adroaldo Mesquita da Costa	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935 Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR PSD	1934 04/1935 a 12/1935	Constituinte Federal Suplente 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do estado a partir de 30.05.1945	Taquari	Posse em 25/04/1935. Sócio fundador do IHGRS. Sócio fundador do Instituto dos Advogados do RS.
Affonso de Assumpção Vianna	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Albano José Wolkmer	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 09/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Alberto de Britto	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual- 1935 Constituinte Estadual-1935/1937		
Alcides Flores Soares Jr.	UDN UDN	10/1947 a 12/1947 01/1948 a 05/1948 e 08/1948 a 12/1948	Suplente		Em 06/06/1947 assumiu o mandato pela primeira vez. Após reassumiu em outras ocasiões.
Alexandre Martins da Rosa	Representação de classe – profissões liberais Representação de classe – profissões liberais Representação de classe – profissões liberais	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 08/1937	Líder dos empregadores na Assembléia Legislativa. Líder dos empregadores na Assembléia Legislativa. 2º vice-presidente. Assumiu o mandato na vaga por morte do deputado Antenor Barcellos de Amorim. Líder da classe patronal na Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1937 a 05/1937. Deputado Estadual 1935/1937 Prefeito de Porto Alegre.		Renunciou em 1937, sendo substituído por Moacyr Godoy Ilha. Presidente da Federação Rio-grandense de futebol.
Alfredo Carlson	PTB	06/1947 a 07/1947		Tupanciretã	

	PTB	09/1947 a 10/1947 12/1947. 01/1948			
Alfredo Soares do Nascimento, Dr.	PRR	1929 – 1930	4º secretário Assembléia dos representantes 1929/1930	Pelotas	
Alfredo T. Faveret	Frente Única				Renunciou em 20.05.1935
Álvaro Ribeiro Pereira	PTB PTB	03/1947 a 09/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 10/1948 e 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Américo Godoy Ilha	PRR PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Cachoeira do Sul	
Andrino Braga	PRP PRP	10/1947 a 12/1947 01/1948 e 10/1948 a 11/1948			
Annibal Falcão de Barros Cassal	PF PL FUG		Deputado Federal 1935/1937	Porto Alegre	Jornalista, colaborador do jornal A Tarde em Porto Alegre.
Antenor Barcellos de Amorim, Cel.	PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936	2º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 2º vice-presidente Constituinte Estadual - 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Antero Moreira Leivas, Dr.	PRR	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Antonio Augusto Borges de Medeiros	PRR FUG	1935-1937	Deputado Federal	Caçapava Porto Alegre	
Antônio Augusto de Assumpção Jr.	PRL PRL	10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Suplente. Assumiu o mandato na vaga por morte do deputado Antenor Barcellos de Amorim. Deputado Estadual 1935/1937		

Antonio Bittencourt de Azambuja	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal		
Antônio Gageiro Filho	Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados. Representação de classe – empregados.	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual 1935/1937 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa no período de 04/1937 a 11/1937		
Antonio Jacob Renner	Representação de classe – empregadores - RC Representação de classe – empregadores	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937	Deputado Estadual 1935/1937		
Antônio José Campani	PSD PSD	03/1947 a 09/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Antônio Maria da Silva Filho	PL PL	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Antônio Marinho Loureiro Chaves, Dr.	PRR	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	São Vicente	Redator d'A Federação, e da Gazeta do Foro 1902
Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto	PC do B PC do B	03/1947 a 10/1947 12/1947. 01/1948	Deputado Estadual 03/03/1947		
Antônio Xavier da Rocha	PRL PRL PRL Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Membro da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 2º secretário Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		Intendente em São Vicente 1928
Aquiles Mincarone	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Bento Gonçalves	
Arami Silva	PSD	11/1947			
Argemiro	PRL	04/1935 a 10/1935.	1º vice-presidente da Mesa da	Encruzilhada	Renuncia ao mandato em

Dornelles			Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		07.10.1935. Renuncia em julho de 1935, sendo substituído por Paulino Fontoura.
Ariosto pinto de Araújo Correia	PRR	1927-1930	Deputado Federal	Pelotas	
Aristóteles Bayard Lucas de Lima	PSD	10/05/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	São Borja	
Armando Fay de Azevedo	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única - PL. Dissidente da bancada do PL e filiado à ação libertadora, ala divergente da direção dessa agremiação.	04/ 1935 a 12/1935 04/1937 a 11/1937	Suplente Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		Posse em 25/04/1935.
Armando Vitorino Prates, Dr.	PRR	1929 - 1930	Intendente em São Vicente Assembléia dos Representantes 1929/1930	Bagé	
Arnaldo Faria, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	São Luiz das Missões	
Arthur Fischer	PTB	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Venâncio Aires	Fundador e Presidente da União Sul Brasileira de Cooperativas em Porto Alegre. Fundou a Escola Técnica de Cooperativismo. Líder dos Produtores Agrícolas. Secretário da Sociedade da União Popular do Rio Grande do Sul.
Artur de Souza Costa	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 26/10/1950	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal – Renunciou	Pelotas	
Astério de Mello	PSD PSD	03/1947 a 08/1947 10/1947 a 12/1947.	Deputado Estadual – 03/03/1947 a 01/1951		

		01/1948 a 12/1948			
Ataliba de Figueiredo paz	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948			
Atos de Morais Fortes	PSD	11/1947			
Augusto Gonçalves de Souza Jr.	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Augusto Simões Lopes	PRR PRL	1933 – 1934	Constituinte Federal		
Aurélio de Lima Py	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	04/1935 a 06/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937			
Benjamin Dornelles Vargas	PRR PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	São Borja	
Bento Soeiro de Souza, Dr.	PL	1929 – 1930	Vice-presidente Assembléia dos Representantes 1929/1930	Bagé	
Breno Ritter	PL	06/1948 a 07/1948			
Bruno Born	UDN UDN	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Caio Graccho	PSD PSD	09/1947 a 12/1947 01/1948			
Camillo Martins Costa	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Suplente Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do Estado- 24/10/1943-maio/1945		Posse em 25/04/1935.
Cândido Machado	PSD PSD	06/1947 a 12/1947 01/1948 e 07/1948	Suplente		Em 07/07/1947 assumiu pela primeira vez o

Carrion		a 12/1948			mandato parlamentar em substituição ao deputado Francisco Brochado da Rocha. Reassumiu em outras ocasiões.
Carlos Cavalcante Mangabeira, Major.	PRR	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Carlos da Silva Santos	RC PSD	11/1947	Deputado Estadual 1935/1937 Suplente	Rio Grande	De 13 a 21/11/1947 assumiu na suplência de Tarso Dutra.
Carlos de Brito Velho	PL PL	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Porto Alegre	
Carlos Maurício Werlang	PRP PRP	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 05/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos	PRR PRL	1934	Constituinte Federal	São Gerônimo	
Carlos Paranhos	Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados.	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Líder dos empregados na Assembléia Legislativa. Líder dos empregados na Assembléia Legislativa.		
Carlos Santos	Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados.	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Líder dos empregados na Assembléia Legislativa. Líder dos empregados na Assembléia Legislativa.	Rio Grande	
Carlos Soares Bento	PRR	1929 - 1930	Presidente Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Celeste Gobbato	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Volpago - Itália	Membro da Seção de Viticultura do Conselho Internacionale Scientifico Agrícola do Instituto Internacionale de



					Agricultura de Roma
César José dos Santos	PL PTB	03/1947 a 07/1947 10/1947 a 11/1947. 04/1948 a 05/1948 e 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Soledade	Detentor do Prêmio Osvaldo Cruz em 1935. Membro do Colégio Interamericano de Radiologia da Sociedade de Medicina de Porto Alegre; da Academia Rio-grandense de Letras e da Academia Passo-fundense de Letras.
Cypriano da Costa Ferreira, Gal.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930 Interventor no estado do Mato Grosso	Camaquã	
Dâmaso Rocha	PSD	05/02/1946 a 18/ 09/1946 23/09/46 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Porto Alegre	
Daniel Agostinho Faraco	PSD	05/02/1946 a 18/ 09/1946 23/09/46 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Florianópolis	
Daniel Krieger	PRR UDN UDN	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Líder da UDN na Assembléia Legislativa. Líder da UDN na Assembléia Legislativa	São Luis Gonzaga	
Darcy Gross	PSD	23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal		
Darcy Pereira de Azambuja	PRR PRL	04/1935 a 06/1935	Governador 06/05/1936-23/09/1936. Presidente do Secretariado 02/02/ 1936-17/10/1937. Secretário do Interior e Justiça 1935-17/10/1937 Líder do Governo na Assembléia;		Diretor do Jornal da Manhã Integrou a Academia Sul Rio-grandense e o IHRGS
Dario Caetano Crespo, Dr.	PL PRL	1929 – 1930 1935 -1937	Em 08. 11. 1930, nomeado Secretário de Obras Públicas. Chefe de Polícia Out/ 1932-17/10/1937	Porto Alegre	

			Assembléia dos Representantes 1929/1930 Deputado Federal		
Décio Martins Costa	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única - PL	04/ 1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Suplente Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Eleito 4º secretário na vaga do deputado Mario Amaro da Silveira que renunciou em virtude do retorno as atividades parlamentares de Raul Pilla, afastado temporariamente do seu mandato por ter sido convidado a exercer as funções de Secretario de Estado. 1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa.		Posse em 10/05/1935.
Demetrio Mercio Xavier	PL PRL	1934 1935 – 1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Dom Pedrito	
Dionélio Tubino Machado	PC do B PC do B	03/03/1947 03/1947 a 06/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948	Deputado Estadual 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. Líder do PC do B na Assembléia Legislativa. Líder do PC do B na Assembléia Legislativa	Quaraí	Membro da Sociedade Rio-grandense de Criminologia em Porto Alegre.
Edgar Luiz Schneider	PL Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única – PL PL PL	1929 - 1930 04/ 1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Assembléia dos representantes 1929/1930 Secretário de Obras Públicas 1930/1932 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Deputado Estadual 03/03/1947- Jan./ 1951 Eleito líder do PL na Assembléia Legislativa em virtude da renúncia de Raul Pilla, desligado temporariamente do mandato de deputado. Presidente da Mesa Assembléia	Cachoeira Porto Alegre	

			Legislativa. Presidente da Mesa Assembléia Legislativa.		
Egydio Michaelson	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	São Sebastião do Caí	Presidente da Comissão Constituinte Estadual em 1947. Presidente dos bancos do Rio Grande do Sul. Vice-Presidente das Associações Comerciais de Rio Grande do Sul. Presidente de Câmara de Comércio Teuto-Brasileira e Representante da Federação das Associações Comercial no Conselho Estadual de Estradas e Rodagem.
Eloi José da Rocha	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 17/03/1947	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	São Leopoldo	
Emilio Otto Kaminski	PRP PRP	08/1947 a 12/1947 01/1948 a 10/1948			
Érico Lima	PTB	10/1947 a 11/1947			
Ernesto Rodrigues Dornelles	PSD	1943-1945	Interventor do rio Grande do Sul em 11/09/1943 a 01/11/1945	São Borja	
Euclides Minuano de Moura, Dr.	PL FUG	1929 – 1930 1934	Assembléia dos representantes 1929/1930 Constituinte Federal	São Gabriel	
Fausto de	FUG	02/04/1947 a	Deputado Federal	Porto Alegre	

Freitas Castro	PSD	16/08/1950 11/01/1951 a 30/01/1951			
Favorino de Freitas Mercio	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Fernando Ferrari	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	São Pedro do Sul	
Firmino Paim Filho	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937	Líder da Frente Única – PRR na Assembléia Legislativa, a partir de 07/1935. Líder do PRR na Assembléia Legislativa. Líder do PRR na Assembléia Legislativa. Deputado Federal 1935/1937		
Firmino Soares de Oliveira, Major.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos representantes 1929/1930	Julio de Castilhos	
Floriano Neves da Fontoura	PTB PTB	03/03/1947 a 09/10/1950 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 3º secretário		
Flory de Azevedo, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Francisco Antunes Maciel Júnior	PF PL	1930	Deputado Federal	Pelotas	
Francisco Brochado da Rocha	PSD PSD	03/1947 a 10/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual - 03/03/1947 a 01/1951	Porto Alegre	
Francisco da Cunha Corrêa	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual - 1935 Deputado Estadual 1935/1937		

Francisco de Souza Ribeiro Dantas, Des.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos representantes 1924/1927 1928/1930	Porto Alegre	
Francisco Flores da Cunha	PRR PRL	1930 a 1932 1932 a 1940	Deputado Federal 1930 Senador – 1935/1937	Livramento	Membro do Instituto Genealógico do RS e São Paulo
Francisco Juruela	PSD	11/1947			
Francisco Machado Carrion	PSD	11/1947			
Frederico Carlos Gomes	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Cachoeira	
Frederico Guilherme Schmidt	PSD PSD	03/1947 a 09/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 09/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual - 03/03/1947 a 01/1951		
Frederico João Wolfenbütell	PRL	1934 1935 -1937	Constituição Federal Deputado Federal	São Leopoldo	
Gabriel Obino	PSD PSD	11/1947 10/1948 e 12/1948			
Gaspar Saldaña	PF PRL	1934 1934 -1935	Constituinte Federal Deputado Federal	Livramento	
Gastão de Brito	RC	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Porto Alegre	
Geraldo Nicolau Snell Filho	Frente Única				Renunciou em 24.04.1935.
Getúlio Dornelles Vargas	PRR PSD	25/01/1928 a 11/10/1930 1930 -1945 1946 -1949	Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Presidente do Brasil Senador pelo RS	São Borja	
Glicério Alves, Dr.	PRR	1929 – 1930. Renunciou ao mandato em 07. 11. 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Pinheiro Machado	
Guido Giacomazzi	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		

Guido Mondin	PRP	10/1948 a 11/1948			
Guilherme Alfredo Oscar Hildebrand	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	2º vice-presidente Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Guilherme Mariante	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Heitor Annes Dias	PRL	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal		
Hélio Carlomagno	PSD	11/1947			
Helmuth Closs	PRP PRP	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. 2º secretário Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Henrique Fonseca de Araújo	PL PL	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Porto Alegre	
Hermes Pereira de Souza	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	São Borja	
Hildebrando Westphalen	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 3º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. 3º secretário		
Homero Fleck	Representação de classe – empregadores Representação de classe – empregadores Representação de classe – empregadores.	10/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	1º suplente que passou a deputado em virtude da renúncia do deputado Protásio Dornelles Vargas, que resignou o seu mandato. Deputado Estadual 1935/1937		
Humberto Gobbi	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Garibaldi	Presidente do Sindicato da Indústria de Trigo e do

					Sindicato da Indústria da Mandioca. Fundou e dirigiu as empresas José Gobbi e Filhos e Secularia Santo Antonio em Carazinho e a empresa Cerealista em Porto Alegre.
Hypolito Ribeiro Jr., Ten. Cel.	PRR	1929 – 1930	2º secretário Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Ildefonso Simões Lopes Filho	PF PRL PRL PRL PTB	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 10/1947 a 11/1947 1924 - 1930	Assembléia dos Representantes 1925/1928 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Deputado Federal 1924/1930	Pelotas	
Jacinto marinho Fernandes da Rosa	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Jayme da Costa Pereira, Major.	PRR PRL	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Rio Grande	
João Ascânio Moura Tubino, Dr.	PRR PRL	1929 – 1930 1934 1935 -1937	1º secretário Assembléia dos Representantes Constituinte Federal Deputado Federal	Quaraí	
João Baptista Luzardo	PL FUG PSD	1935-1937	Deputado Federal	Uruguaiana	
João Belchior Marques Goulart	PTB PTB	03/1947 05/1948 a 06/1948 e 09/1948 e 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	São Borja	
João Carlos Machado, Dr.	PRR PRL	Deputado Estadual 1929 – 1930		Santiago do Boqueirão	Secretário do Interior e Justiça Out. 1932-1935 Deputado Federal 1935/1937
João de Oliveira	Representação de classe – empregadores -	07/1935 a 12/1935	Deputado Estadual 1935/1937		

Castro	RC Representação de classe – empregadores Representação de classe – empregadores.	04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937			
João Finfa Ribas	PRL	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal		
João Lino Braun	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Estrela	
João Neves da Fontoura	PRR	1928/1929 25/01/1928 a 28/11/1930	Deputado Estadual Vice-Presidente do RS	Cachoeira do Sul	Membro da Academia Brasileira de Letras
João Nunes de Campos	PTB PTB	03/1947 a 08/1947 10/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
João Simplicio Alves de Carvalho	PRR PRL	1933-1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Jaguaraõ	
João Vespúcio de Abreu e Silva	PRR FUG	1935 -1937	Deputado Federal	Porto Alegre	
Joaquim Duval	PSD PSD	03/03/1947 a 12/1947 01/1948	1º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa. Deputado Estadual	Pelotas	
Joaquim Francisco Assis Brasil	PRR PRD PDN PL FUG	1933 -1934	Deputado Federal Constituinte	São Gabriel	
Joaquim Maurício Cardoso	PRR Frente Única -FUG	1929 – 1930 1934 04/1935 a 06/1935 1935 -1937	Assembléia dos Representantes Constituinte Federal Constituinte Estadual 2º secretário No intervalo de 04/1935 a 06/1935, membro da Comissão Constitucional, eleito em 26/04/1935 à vaga decorrente das renúncias a essas funções dos deputados José Pereira Coelho de Souza e Antenor Amorim.	Cruz Alta Soledade	Interventor interino no Rio Grande do Sul de 19/01 até 04/03 de 1938



			Deputado Estadual		
Joaquim Pedro salgado Filho	RC PTB	1935 -1937	Deputado Federal	Porto Alegre	
Jorge Germano Sperb	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
José Antonio Flores da Cunha	PRR PRL	1930 -1935 1935 -1937 1946 -1959	Interventor em 28/11/30- 13/04/35 Primeiro Governador Constitucional do Rio Grande do Sul. Deputado Federal	Santana do Livramento	
José Bertaso	Representação de classe – empregadores. RC	1935 -1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual Suplente		Convocado em virtude da renúncia de A.J Renner.
José de Vasconcellos Pinto, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes	Quarai	
José Diogo Brochado da Rocha	PRR PSD PTB PTB	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 04/03/1947 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948 03/03/47 a01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal Líder do PTB na Assembléia Legislativa. Líder do PTB na Assembléia Legislativa Deputado Estadual	Porto Alegre	Nas eleições para Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, recebeu a maior votação do PTB, com 20.446 votos.
José Loureiro da Silva	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Costituente Estadual Deputado Estadual 1935-1937. Relator geral da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 2° vice-presidente da Mesa da Assembléia; Líder da dissidência do PRL na Assembléia Legislativa.	Porto Alegre	Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul
José Pereira Coelho de Souza	PRL PL	1935 1935 -1937	Constituinte Estadual Deputado Estadual	Porto Alegre	Membro do IHGRGS e da Academia Sul-rio-grandense de Letras
José Pereira Coelho de Souza	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente. PL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 10/1937	Constituinte Estadual em 1935 Deputado Estadual 1935 -1937 1° secretário da Mesa da	Porto Alegre	Nomeado Secretário de Estado, a partir de 10/1937. Substituído no parlamento por Mário

			Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935.		Godoy Ilha. Membro do IHGRGS e da Academia Sul-rio-grandense de Letras
Julio Teixeira	PC do B PC do B	04/1947 a 12/1947 01/1948	Suplente		Em 07/04/1947 assumiu na suplência de deputado Pinheiro Machado.
Julio Viera Diogo	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual em 1935 Deputado Estadual em 1935-1937 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935.		
Juvenal Saldanha	PRL PRL	1935 -1937 04/1937 a 11/1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual Suplente Suplente		Assumiu em 1937, em virtude da renúncia dos deputados Luiz Guerra Blessmann e Guilherme Hildebrande, este último não chegou a assumir o mandato. Convocado em virtude das renúncias sucessivas dos deputados Luiz Guerra Blessmann e Guilherme Hildebrande, sendo que o último não chegou a assumir o mandato.
Leonardo Ribeiro da Silva	Frente Única				Renunciou em 17.04.1935.
Leonel de Moura Brizola	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Carazinho	
Leopoldo Carlos Schneider	PRL	10/1936 a 01/1937	Suplente. Assumiu o mandato interinamente em virtude do afastamento do deputado Paulo Rache, nomeado Secretário de Estado.		
Leopoldo Machado	PTB PTB	06/1947 a 12/1947 01/1948 e 07/1948	Suplente		Assumiu pela primeira vez como deputado em

		a 12/1948			16/06/1947. Reassumiu em diversas ocasiões, permanecendo até o final da legislatura.
Luciano Corrêa Machado	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Campo Novo	
Lucidio Ramos	PL	06/1948 e 11/1948 e 12/1948			
Luis Francisco Guerra Blessmann	PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937	Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa. Presidente Constituinte Estadual em 1935 Deputado Estadual 1935 -1937	Alegrete	Membro da Sociedade Médica de Porto Alegre
Luiz Alexandre Compagnoni	AIB PRP PRP	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Caxias do Sul	
Luiz Mércio Teixeira	PL PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Dom Pedrito	
Luiz Pacheco Prates, Dr.	PL	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 3º secretário	Quarai	
Manoel de Cerqueira Daltro Filho		19/10/1937 a 19/01/1938	Interventor no Rio Grande do Sul	Cachoeira-Bahia	
Manoel de Souza Duarte	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Vacaria	Membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul; do IHGRS e do Instituto dos Advogados do RS.
Manoel Jover Telles	PC do B PC do B	06/1947 a 12/1947 01/1948			
Manoel Rodrigues de Athayde	UDN UDN	10/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Suplente		Em 07/10/1947 assumiu na vaga do deputado Oswaldo Bastos.

Marcial Terra	Frente Única PSD PSD	09/1947 a 12/1947 01/1948 e 10/1948		Tupanciretã	Renunciou em 09.05.1935.
Mario Amaro da Silveira	PL PL	04/1936 a 09/1936 10/1937 a 11/1937	4º secretário. Assume o mandato de deputado em virtude da renúncia de Raul Pilla. Suplente		Convocado por ter sido nomeado Maurício Cardoso Secretário de Estado.
Mario Godoy Ilha	PRL	10/1937 a 11/1937	Suplente		Convocado por ter sido nomeado Coelho de Souza Secretário de Estado.
Maurício Cardoso	Frente Única – PRR Frente Única – PRR Frente Única – PRR	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	1º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1937 a 10/1937. Nomeado Secretário de Estado no intervalo de 10/1937 a 11/1937	Soledade	
Mem de Sá Azambuja	PL PL	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Líder do PL na Assembléia Legislativa. Líder do PL na Assembléia Legislativa	Porto Alegre	
Miguel Ângelo Viana Tostes		04/03/1938 a 11/09/1938	Interventor substituto no Rio Grande do Sul	Taquari	
Moacir Dorneles	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 06/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Suplente 4º secretário		Em 04/07/1947 assumiu pela primeira vez o mandato parlamentar. Reassumiu em diversas ocasiões.
Moacyr Godoy Ilha	Representação de classe – profissões liberais.	08/1937 a 11/1937	Suplente		Convocado em virtude da renúncia de Alexandre da Rosa.
Moysés de Moraes Vellinho	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual -1935 Deputado Estadual -1935-1937. 1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Membro da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 1º secretário	Santa Maria	Membro do IHGRS

Nestor Jost	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa.	Candelária	
Ney Câmara	PRP PRP	08/1947 a 12/1947 01/1948			
Nicanor da Luz	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 08/1947 10/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Porto Alegre	
Nicolau de Araújo Vergueiro	PRR FUG PSD	1930 1934-1937	Deputado Federal Deputado Federal	Passo Fundo	
Nicolau Marx, Monsenhor.	PRR PRL	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes	Montenegro	Diretor da Imprensa Diocesana e do Jornal Estrela do Sul
Nolasco Frazão	PRL	1935 -1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual Suplente		Convocado em virtude da renúncia do deputado Leopoldo Schneider, que exercia o mandato no impedimento do deputado Paulo Rache, atual titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.
Octacílio de Moraes		07/02/1946 a 26/03/1947	Interventor Substituto		
Odílio Martins de Araújo	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Oibrecy Vernei da Silva	PTB	11/1947	Suplente		Assumiu pela primeira vez como deputado em 06/11/1947. Reassumiu em diversas ocasiões.

Oliverio de Deus Vieira Filho	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual Suplente 3º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. Deputado Estadual – 1935-1937	Bajé	Posse em 27/04/1935. Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul
Oscar Carneiro da Fontoura	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Líder do PSD na Assembléia Legislativa. Líder do PSD na Assembléia Legislativa	Dom Pedrito	
Oscar da Costa Karnal	PRL PRL UDN	1935 -1937 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 04/1948 a 05/1948 e 08/1948 a 09/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Assumiu o mandato em virtude da renúncia de Roque Degrazia.		Fundador do Jornal Alto Taquari em Lageado
Oswaldo Bastos	UDN	03/1947 a 09/1947	Deputado Estadual		
Oswaldo Cordeiro de Farias		04/03/1938 a 11/09/1943	Interventor no Rio Grande do Sul	Jaguarão	
Oswaldo Hampe	PRL PRL PRL	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 3º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Deputado Estadual – 1935 -1937.	São Jerônimo	
Oswaldo Vergara	PSD	17/11/1947 a 10/01/1950, período em que assumiu a vaga de Adroaldo Mesquita Costa	Deputado Federal	Jaguarão	
Othelo Rodrigues Rosa	PRR	1929 - 1930	Deputado Estadual 2º secretário	Rio de Janeiro	Membro da Academia Sul-rio-grandense de Letras e do IGHRGS
Otto Alcides Ohlweiler	PC do B	03/03/1947	Deputado Estadual	Porto Alegre	Renunciou ao mandato em 31.03.1947.

Ozorio Tuiuty Oliveira Freitas	PRR UDN	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	São Borja	
Paulino Fontoura	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	10/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	1º suplente que passou a deputado em virtude da renúncia do deputado Argemiro Dornelles, que resignou o seu mandato. 2º secretário da Mesa da Assembléia. Deputado Estadual -1935-1937		Suplente
Paulo Costa da Silva Couto	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Rio Grande	
Paulo Germano Hasslocher, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes	São Borja	
Paulo Vaz Rache	PRL PRL	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936	Constituinte Estadual 2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Afastado a partir de 10/1936 para exercer as funções de Secretário de Estado. Deputado Estadual - 1935-1937	Rio Grande	Membro do Instituto dos Advogados de Porto Alegre
Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara	PRR PRL PSD	1933 -1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Porto Alegre	Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul Diretor do Jornal A Época em Porto Alegre Crítico Literário no Jornal Correio do Povo e Diretor do Jornal A Federação de 1933-1935.
Pompilio Cylon Fernandes Rosa	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 07/02/1946 a 26/03/1947	Líder do PRL na Assembléia Legislativa, substituindo Roque Degrazia, que renunciou o seu mandato. Membro da Comissão	Montenegro	

			Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Interventor		
Protásio Dornelles Vargas, Dr.	PRR Representação de classe – empregadores	1929 – 1930 07/1935 a 10/1935	Assembléia dos Representantes	São Borja	Renunciou em 26/10/1935.
Raul Jobim Bittencourt, Dr.	PRR PRL	1929 – 1930 1934 1935 -1937	Deputado Estadual Constituinte Federal Deputado Federal	Caçapava	
Raul Pilla	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única – PL	1935 04/1935 a 12/1935 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual No intervalo de 04/1935 a 06/1935, membro da Comissão Constitucional, eleito em 36/04/1935, à vaga decorrente das renúncias a essas funções dos deputados José Pereira Coelho de Souza e Antenor Amorim; Líder da Frente Única – PL, a partir de 07/1935. Renuncia a partir de 04/1936 para exercer as funções de Secretário de Estado. Líder do PL na Assembléia Legislativa. Deputado Estadual – 1935-1937	Porto Alegre	Fundador do Jornal Diário de Notícias de Porto Alegre
Raymundo Fiorelo Zanin	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 07/1948 e 10/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Reinaldo Roesch	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 08/1947 04/1948 a 07/1948 e 09/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Renato Rodrigues	PRD PL	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Jaguarão	Findados e dirigente da Revista Hígia



Barbosa	PRL				
Rodrigo Magalhães dos Santos	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Rony Lopes de Almeida	Frente Única				Renunciou em 24.04.1935.
Roque Aita Jr.	PSD PSD	11/1947 08/1948			
Roque Degrazia	PRL PRL	1935 04/1935 a 12/1935 1935 -1937	Constituinte Estadual Presidente da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Líder do PRL na Assembléia Legislativa, a partir de 07/1935. Renunciou o mandato Deputado Estadual		
Samuel Figueiredo da Silva		01/11/1945 a 07/02/1946	Interventor	Rio de Janeiro	
Saul Irineu	PTB PTB	06/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Suplente		Assumiu pela primeira vez como deputado em 16/06/1947. Reassumiu em diversas ocasiões.
Silvio Faria Corrêa, Dr.	PL	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes	Bagé	
Tarso de Moraes Dutra	PRL PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Porto Alegre	Membro da Ordem dos Advogados
Teodomiro Porto da Fonseca	PRR PRL PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Cachoeira do Sul	
Thomaz Cirne Collares	PL	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1º secretário	Pelotas	
Ubirajara Índio Costa	PRL	10/1937 a 11/1937	Suplente		Convocado por ter sido nomeado Viriato Dutra

					Secretário de Estado.
Ulisses Rodrigues	PSD PSD	08/1947 a 11/1947 04/1948 a 12/1948	Suplente		Em 28/07/1947 assumiu primeira vez o mandato parlamentar. Assumiu em outras ocasiões até o ano de 1950.
Unirio Carreira Machado	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Santo Ângelo	
Victor Oscar Graeff	UDN UDN	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 2º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa. 1º vice-presidente da Assembléia	Carazinho	
Victor Russomano, Dr.	PRR FUG PRL	1929 – 1930 1934 1935 -1937	Assembléia dos Representantes Constituinte Federal Deputado Federal	Pelotas	
Viriato Pereira Dutra	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 10/1937	Constituinte Estadual 1º vice-presidente 1935-1937 - Deputado Estadual	São Borja	10/1937 a 11/1937 Nomeado Secretário de Estado.
Walter Só Jobim	PL FUG PSD	1935	Deputado Federal	Santa Maria	Membro da Academia Sul-rio-grandense de Letras Presidente da Cooperativa dos Empregados da UFRGS
Wolfram Metzler	PRP PRP – líder	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Líder do PRP na Assembléia Legislativa. Líder do PRP na Assembléia Legislativa	Porto Alegre	

Fonte: Dados sintetizados pela autora dos Annaes da Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, v. I a VIII.

**ANEXO C – Tabelas do resultado das eleições nos municípios de Passo Fundo e Carazinho em 1933 e 1934**

**Resultado das eleições de 1933 em Passo Fundo e Carazinho**

	<i>PASSO FUNDO</i>		<i>CARAZINHO</i>	
	nº eleitores	%	nº eleitores	%
Partido Republicano Liberal	1.705	55%	1.594	64%
Frente Única	586	20%	233	14%
Sem legenda	768	25%	538	22%
<b>Total</b>	<b>3059</b>	<b>100%</b>	<b>2.365</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 175, ano 3, 6 de jun., de 1933. p. 2.

**Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Federal**

	<i>PASSO FUNDO</i>		<i>CARAZINHO</i>	
	nº eleitores	%	nº eleitores	%
Partido Republicano Liberal	1272	58%	1527	54%
Frente Única	910	42%	1159	41%
Integralistas	-	-	58	2%
Sem legenda	-	-	64	3%
<b>Total</b>	<b>2182</b>	<b>100%</b>	<b>2.808</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no O NACIONAL, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov. 1934, p. 1.

**Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Estadual**

	<i>PASSO FUNDO</i>		<i>CARAZINHO</i>	
	nº eleitores	%	nº eleitores	%
Partido Republicano Liberal	898	51%	1522	55%
Frente Única	894	49%	1139	41%
Integralistas	-	-	54	1%
Sem legenda	-	-	58	3%
<b>Total</b>	<b>1792</b>	<b>100%</b>	<b>2773</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no O NACIONAL, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov. 1934, p. 3.

### Anexo D - Quadro de Integrantes da Elite Política de Passo Fundo de 1930 a 1945

Nome	Cargo/função/profissão	Filiação partidária	Ano/Período	Obs.
Adão Kern		PRL	1932	Membro da Ex-dissidência Liberal em 1937.
Adolpho Loureiro	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Agenor Aguiar		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Agenor Bastos				2° secretário da Associação Comercial em 1935-1940
Alberto Cabot		PRR PRL	1930 1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Alfeu Escobar	Advogado	PRL	1932/35	Juiz da Comarca em 1935.
Alfeu Silva	Militar-Capitão	PRR PRL PRL PRL	1930 1932 1934 1935	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do PRL em 1935.
Alfredo Carlos Dalmaso		AIB	1935	Chefe do Sub-núcleo da AIB no distrito de Bella Vista.
Amador César Sobrinho		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Angelino Jacini		PRR PRL	1930 1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Antenor de Miranda Reis		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Antero Marcelino da Silva Júnior		PRR	1937	Prefeito nomeado no período do Estado Novo em 16/01/1938.
Antonio Carlos Menna Barreto	Industrial, comerciante e militar-General	PRR PL PRL FUG PP UDN	1930/32 1932 1933/34 1934 1935 1945	Membro da comissão de Liberais do 6° distrito- Pontão. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da Classe conservadora do Comércio e da Indústria em 1935. Candidato a vereador em 1935 pelo PP. Firma: M. Barreto & Cia- 1937. Comércio: Padaria Brasileira em 1937.
Antonio Carlos Rabello Horta	Advogado	PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da Executiva do Partido Liberal em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Antonio Casasola	Agricultor	PRR PRL AIB	1930 1932 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
Antonio Farias		PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Antonio Franklin da Silva	Funcionário Municipal	PRR	1930	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.

		PRL	1932	Sub-prefeito do 7º. Distrito em 1934, em substituição a Agenor Rocha em 1934.
Antonio Oltramari	Comerciante	PRL	1932	Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935 pelo PRL.
Antonio Ribeiro Weinann		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Antonio Schell Loureiro	Comerciante	PL PL	1930 1937	Presidente do Diretório do partido libertador em 1937.
Antonio Veiga Faria	Advogado	PRL	1932	Comissão arbitral da Associação Comercial Comissão fiscal da Associação Comercial Prócer do Grêmio Flores da Cunha – 1934 Membro da Comissão Política de Propaganda- 1934 Inspetor do Banco da Província da Região Serrana Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro Em 02/03/1940 – ganhou o título de sócio benemérito da Associação Comercial de Passo Fundo
Antonio Vieira Schleder	Advogado e comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Delegado de polícia 1937.
Antonio Zancanaro	Agricultor	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
Aparicio Langaro	Industrialista e comerciante	PRL	1932/34	Membro do PRL em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PRL. Presidente da Câmara de Vereadores em 1936. Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca 'Santa Maria' e gerente da Indústria. Tesoureiro da Associação Comercial em 1931 1º Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1933.
Apparicio Schleder de Quadros	Comerciante	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Aquilino Luigi Translatti	Advogado, Professor, contador, comerciante e Industrialista	PRL FUG PRL PTB	1932/34 1934 1935 1945	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934. Membro do PRL em 1935.

				Sócio de Idia- Imobiliária Diamante Ltda. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951.
Aristóteles Lima	Comerciante	PRL FUG UDN	1932 1934 1945/50	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Armando Araújo Annes	Comerciante	PRL UDN	1932 1945	Prefeito municipal nomeado de 21/10/1932 a 25/10/1934. Em 25/10/1934 passou o cargo para Maximiliano de Almeida que assumiu em 28/10/1934. Armando Annes, nessa nova reestruturação política, seguiu os ditames do líder perrelista estadual Flores da Cunha que após romper com Vargas em 1937, se posicionou ao lado do partido de maior oposição ao ex-presidente gaúcho, a UDN. Foi candidato a prefeito pela coligação UDN-PTB. Membro Partido Republicano Liberal 1932. Membro da Executiva do Partido Liberal em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Armando de Souza Kanters	Comerciante	PRL	1935	Primeiro Vice-Presidente do centro Cívico Getúlio Vargas em 1937. Conselho Permanente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)
Armando Loureiro Lima		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Armando Vasconcellos	Médico e comerciante	PRR PRL FUG	1932 1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934 Diretor do DEP- Departamento de Higiene e Saúde Pública em 1937. Firma: Farmácia Auxiliadora.
Arnaldo Sperb	Cirurgião-dentista	PRL	1932	Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PRL.
Arno Fett	Contabilista	PSD	1945	Fez parte de várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Arquimino Miranda	Representante Comercial e Viajante	PRR FUG	1932 1934	Comissão angariar sócios 1921 da Associação Comercial. Firma. A Miranda & Cia. Agentes autorizados Ford em Passo Fundo.
Arthur Caetano	Advogado	PL PRL	1932 1933/34	Prócer Liberal. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Arthur Cullmann Canfield	Funcionário Público e Comerciante	PTB	1945	Nasceu em Passo Fundo, dia 04 de Janeiro de 1915. Funcionário Público Municipal e do Comércio. Foi membro titular da Comissão de legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951

Arthur Ferreira Filho	Militar – Coronel Advogado Prefeito	PRR PRL FUG PSD	1930 1932 1934 1945	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Delegado de Polícia em Passo Fundo em 1935. Presidente honorário do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Prefeito municipal, 1938. Prefeito Nomeado pelo Interventor 14 de março de 1938 Prefeito 22/03/1938 a 17/12/1941 Prefeito 28/10/1944 a 21/11/1945 Prefeito nomeado pelo Interventor 19/02/1946 a 03/12/1947 Presidente da segunda exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira anexa do Município em janeiro de 1940.
Arthur Kock	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Arthur Langaro	Industrialista e comerciante	PRR FUG PP	1932 1934 1935	Conselho fiscal do PRR 1932. Comissão Mista da Frente Única – 1934. Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Presidente da Associação Comercial em 1936-1937 Presidente da Associação Comercial em 1937-1939 Presidente da Associação Comercial em 1935-1940 Presidente da Associação Comercial. Presidente Ata de 5/02/1937 – eleição diretoria da Associação Comercial. Presidente 18/02/1938 – eleição da diretoria da Associação Comercial. Presidente 19/02/1940 eleição da diretoria da Associação Comercial. Presidente 26/12/1940 – posse diretoria da Associação Comercial. Presidente 07/12/1941 – eleição da nova diretoria para ser empossada em janeiro de 1942 da Associação Comercial. Presidente 18/03/1940 – eleição diretoria da Associação Comercial. Sócio Gerente da Firma Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca ‘Santa Maria’. Vice-Presidente e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Arthur Leite	Advogado	PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935.

				Vereador Eleito em 1935 pelo PRL. Prefeito de 06/01/1938 a 02/03/1938 Nomeado por decreto do Interventor federal em 17 de dezembro de 1937.
Arthur Pretto	Comerciante	PRR FUG PP	1932 1934 1935	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma: Ângelo Pretto & Cia., e De Cesaro & Pretto.
Attilio Della Méa	Agrimensor	PP	1935	Candidato a vereador em 1935 pelo PP. Vereador Eleito em 1935 pelo PP.
Augusto Pigoso Homrich	Comerciante/industrialista			Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951 Nasceu em Passo Fundo, dia 05 de Janeiro de 1921. Funcionário da câmara municipal de Vereadores foi 2º Secretário da Câmara em 1952 e membro titular da Comissão do Orçamento e Tomada de Contas.
Aurélio Eugênio Brunetto	Industrialista	PSD	1945	Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951 Nasceu em Veranópolis, no RS, no dia 23 de Novembro de 1912. Industrialista. Foi membro de Comissões Técnicas e Extraordinárias da Câmara.
Aurélio Willig		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Avelino Júlio Pimentel	Farmacêutico e funcionário público municipal e estadual.	PTB	1945	Atuou efetivamente nas Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Basílio Bica	Militar- Tenente	PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1935.
Basílio Osmundo Rambo	Advogado	PTB Coligação PTB-UDN	1945	Assumiu a 2ª Secretária da Câmara em 1947/1948. Renunciou em março de 1948 para assumir a Secretária da Prefeitura Municipal. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Belisario Saldanha	Militar – Major	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Benjamin Rosado	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma: Casa Rosado
Bernabé Olmedo	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Bernardino Bento	Comerciante			Mercadinho Luzo-Brasileiro Sócio da Associação Comercial Ata nº 62 em 1941.
Bittencourt de Azambuja	Advogado	PL PSD	1930 1945	Grande Liderança do Partido Libertador na região de Passo Fundo Deputado Federal- 1947



Bocaiúva Poeta	Militar – Major	PRL FUG	1932 1934	Membro do PRL em 1934 Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do RS Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Brasileiro Bastos	Comerciante	PRL	1932	Membro do PRL em 1934. Comissão de contas e 1º Tesoureiro, Comissão angariar sócios na Associação Comercial. Diretor da Sociedade Passo-fundense de Mate, Ltda.
Brasilico Lima	Militar-Major	PRL PRL	1932 1934/35	Membro da comissão central do PRL em 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1935
Bráulio Estivalet		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Brigido Miranda		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Cantidio Pinto de Moraes	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Carino Canali	Agricultor	Coligação Democrática Cristã PRP- PL		Foi Membro atuante me várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Carlos G. Schmidt	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e industria em 1935. Firma: Casa Schmidt Sócio da Associação Comercial ata de 19/02/1931.
Carlos Fernando Goelzer	Militar - Coronel	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Carlos Rotta	Comerciante e Piloto	PRL FUG	1932 1934	Membro do PRL em 1934. Membro da comissão da propaganda política em 1934. Conselho fiscal e Comissão de sindicância da Associação Comercial. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1935-1940 Firma: Padaria Rotta. Presidente do Aero Club de Passo Fundo. Presidente do Hospital da Cidade de Passo Fundo.
Carlos Weigartner	Comércio	PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Cassiano lima	Comerciante	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão do PRL em 1935.
Cel. Lulico	Militar-Coronel			
Celso da Cunha Fiori	Advogado	PL PRL	1932 1934	Conselho Permanente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938).

		PTB	1945	Consultor jurídico 14/6/1939 – posição contrária ao desmembramento do município de Sarandi Secretário geral do PTB local em 1945. Conselho Jurídico da Associação Comercial em 1935-1940
César Santos	Médico	PL PRL PTB	1932 1934 1945	Presidente do diretório do PTB Deputado Estadual -1947 Deputado Federal – 1950
Conrado Schutz	Professor	PRL PRL	1932 1935	Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 Membro do PRL em 1935.
Creso de Barros Monteiro	Militar - Major	PRR PRL	1930 1932	Executor para censura nomeado em 18 de outubro de 1937. Membro da Frente Única e Dissidência Liberal em 1937. Em 1937 e 1938 comandante do III batalhão do 8 <sup>o</sup> Regimento de Infantaria.
Daniel Dipp	Advogado e político	PTB	1945	Consultor Jurídico
Deusdedit Paiva Bueno	Militar -Tenente			Comandante do destacamento de polícia em 1937.
Dino Langaro	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Dionísio Langaro	Madeireiro	PSD	1945	1 <sup>o</sup> Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939. Candidato a prefeito de Passo Fundo em 1947.
Dorival Xavier Castro	Industrialista	PRR PRL PRL	1930 1932/34 1935	Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro do PRL em 1935.
Edmundo de Oliveira	Militar - Coronel	PRR	1930	
Eduardo Barreiro	Comerciante	ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935. Firma: Hotel e Confeitaria Avenida em 1940.
Eduardo Durgante	Industrialista e comerciante	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão da propaganda política em 1934. 06/04/1936 – inclusão de sócios – autorizado por Max Ávila, para representar a entidade junto à Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul. 1 <sup>o</sup> secretário auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937
Eduardo Kurtz	Comerciante			Firma: Casa Kurtz Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1933

Eduardo Rocca		PRR PRL	1932 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Prócer do PRL- 1934
Egydio Souza	Advogado	PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Elias Nunes Vieira		PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Elpidio Fialho	Médico	PSD	1945	Presidente da Câmara Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Emílio Stigler	Professor	PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio da Mocidade Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934. Membro da Liga Eleitoral Católica em Passo Fundo em 1934 Membro do PRL em 1935.
Emir C. Lopes	Advogado	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934
Enio Mailander		ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935.
Ernesto Busatto	Comerciante	PRL FUG	1932 1934	Diretor de Mercadorias e Comissão de sindicância da Associação Comercial. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1937-1939 Firma Busatto, Irmãos & Cia. Em 1924
Ernesto Formighieri	Industrialista	PRR FUG	1932 1934	
Ernesto Mabilde	Coletor Federal	PRR	1932	
Ernesto Morsch	Comerciante da Madeira	PP	1935	Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1933 Candidato a Vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PP. Diretor Técnico da Federação das Cooperativas da Madeira em 1937. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951 PL
Eugenio Santos Filho	Comerciante	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Evaristo Wordel	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Evodio Martins	Funcionário Municipal			
Fabício Oliveira Pilar	Vereador	PSD		Nasceu em Passo Fundo, dia 04/12/1893. Escrivão distrital. Foi 2º

				Secretário da Câmara no ano de 1947. Faleceu dia 04/12/1963.
Faustino Rodrigues	Militar - Coronel			
Faustino Silveira		PRR FUG	1932 1934	
Fausto Saraiva	Militar -Coronel	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934
Feliciano Trindade		PRR	1932	
Fernando Goelzer	Militar-Coronel	PRL	1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Florêncio José de Oliveira	Militar			Oficial do 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar – 1937.
Francisco Antonino Xavier e Oliveira	Advogado Delegado de Polícia Prefeito			Candidato Avulso (sem filiação partidária,) nas eleições de 1935. Orador do do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938) Prefeito nomeado pelo Interventor em 21/11/1945 a 19/02/46.
Frederico Graeff		PRR	1932	
Gabriel Pereira da Costa Bastos	Comerciante	PP	1935	19/02/1931 – ênfase que P Fundo era um dos municípios + adiantados do RS – eleição por aclamação Presidente da Associação Comercial em 1931 Comissão fiscal da Associação Comercial 1938 Presidente da Associação Comercial de P fundo, fundada em 25/01/1921. Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Presidente efetivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de junho de 1938). Em 24 de junho de 1927 inaugurou o Banco Popular de Passo Fundo, participou dessa ação também Armando de Araújo Annes/participante da elite política de Passo Fundo na época. Firma : Loja Serrana.
Galdino Ferreira Custódio		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Garibalde Pereira		PRR	1932	
Gaston Englert				Vereador em 1946
Gelso Ribeiro	Advogado	PRR FUG PP PSD	1932 1934 1935 1945	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Candidato a vereador em 1935 pelo PP. Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)
Geolar Caminha	Comerciante	PRR	1930	2º secretario PRR 1932

		PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Comissão organizadora de exposição de amostras da Associação Comercial Secretário da Associação Comercial em 1931 2º secretário auxiliar da Associação Comercial em 1933
Gezerino Antunes Duarte		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Gomercindo dos Reis	Contabilista (Guarda-Livros) e comerciante	PL UDN	1930/38 1945	Correspondente e agente comercial do Jornal 'A Razão' de Santa Maria em Passo Fundo em 1935. Secretário do partido libertador em 1937. Segundo Tesoureiro do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Firma: Birô dos Reis e Imobiliária. Publicava poesias nos jornais: 'Última Hora', 'Vida Chic', 'Ilustração Pelotense', 'Fon-Fon' e 'Malho' – Rio de Janeiro, 'Tribuna Gaúcha'.
Gustavo Kuchembecker	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma Alfaiataria Gustavo.
Gustavo Otto	Comerciante	PRR	1930	Vice Presidente Associação Comercial 1921 Comissão de contas do PRR em 1932
Heitor Pinto Silveira				Segundo Secretário do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938).
Hélio Morsch	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939 Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1935-1940
Henrique Biazus	Comerciante- industrialista			Sócio da Firma Biazus & Irmãos
Henrique Cruz		PRR	1932	
Henrique Scarpellini Ghezzi		PRR PRL PRL	1932 1934 1935	Intendente substituto em 16/11/1930, por afastamento de Armando Araújo Annes. Prefeito PRR 1932 Primeiro Prefeito Municipal com este título em 27/10/1931 a 21/10/1932 Membro do PRL em 1935. Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Herculano Araújo Annes	Advogado, jornalista	PRL	1934	Fundador e Diretor do jornal 'O Nacional em 1934.
Hermínio Biazuz Souza	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e industria em 1935.
Herminio Silveira		PRR	1932	

		FUG	1934	
Higino Garcez		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Hugo Loureiro Lima	Corretor de Seguros	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB. Governador da região de passo Fundo da AIB em 1937.
Hyran de Araújo Bastos	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934 2º Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1933 Diretor de Mercadorias da Associação Comercial. Firma: Livraria Nacional
Inocência Pinto		PRR PRL FUG	1930 1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Comissão fiscal Sócio da Associação Comercial
Inocência Scheleder		PRR PL FUG	1932 1932/37 1934	
Ivo José Ferreira	Militar- Major e Comerciante	PRR	1932	Firma: Farmácia Serrana Sócio da Associação Comercial de Passo fundo Ata nº 7 em 1924, sendo eleito para a Comissão de Contas. Presidente do ultimo Conselho Municipal em 1931.
Ivo Pio Brum	Criador			Prefeito de 03/02/1947 a 01/12/1947 Tesoureiro geral da Segunda Exposição Agro-Pecuária, Industrial e feira anexa do município de Passo fundo em janeiro de 1940.
João José Boeira Guedes	Advogado	PRL	1935 1938	Membro da comissão do PRL em 1935. Orador do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Promotor de Justiça em 1936. Designado Procurador Geral do Estado para Rio Pardo em 1936. Presidente e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
James Xavier		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Jandir Lima da Cruz	Vereador	Coligação PTB-UDN		Nasceu em Passo Fundo, dia 16/10/1905. Ferroviário e representante comercial. Foi membro titular da Comissão de Orçamento e Tomadas de Contas
Jerônimo Lima	Militar	PRR	1932	Do 3º Regimento da Brigada Militar
João Angelo Miotto	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934 Candidato a vereador em 1935 pelo PP.

		PP	1935	Firma: Casa Miotto
João Baptista Curio de Carvalho		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
João Batista Rotta		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
João Bigois	Advogado	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
João Correa Borges		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
João de César	Comerciante, industrialista, madeireiro, construtor, desenhista, projetista, instrutor de pedreiro, carpinteiro, encanador, frentista e mestre de obras.			Firma De Cesaro Firma De Cesaro & Pretto. Sócio da firma: Madeireira Salton. Proprietário do Cine Coliseu que mais tarde se denominou Cine Real. Fundador e Presidente do Rotary Club de Passo Fundo em 1930. Fundador do Clube Caixerai em 1938. Membro do ultimo Conselho Municipal em 1931. Correspondente Consular da Itália. Membro da Associação Comercial em Ata de nº 37 de 1938, assinou o próprio.
João Escobar		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
João Fagundes de Souza	Advogado	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
João Gasperin	Industriário	PSD	1945	Foi membro titular da Comissão de Legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
João Jacine		PRR	1932	
João Jacques	Agropecuário			Foi membro titular da Comissão de Legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951.
João José Guedes	Advogado	PRL	1937	Promotor Público em 1937.
João Junqueira Rocha	Advogado	PRL	1932/37	Preso em 1937 por perseguição política de Getúlio Vargas.
João Langaro	Comerciante	PRR	1932	Sócio da Associação Comercial
João Mota		PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio da Mocidade Flores da Cunha em 1934.
João Nosari	Operário	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
João Picini	Comerciante e industrialista	PP	1935	Candidato a vereador em 1935 pelo PP.
João Schapke Jr	Comerciante			Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939 Comissão de sindicância da Associação Comercial em 1935-1940. Firma Agência SKF – Rolamentos.

João Scherer	Militar – Capitão	PRR	1932	Capitão do 3º Regimento da Brigada Militar
João Silveira de Camargo	Advogado	PRL	1932	Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer e Presidente do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934.
Joaquim Musa		ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935.
Joaquim Silveira		PRR FUG	1932 1934	
Jorje Goelzer		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Jorje Pellegrini Castiglione	Militar-Coronel	PRR PRL PRL	1930/32 1932 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 Membro da comissão central do PRL em 1934 Membro do PRL em 1935. Sub-chefe de polícia Cte. Do 3º R da Brigada Militar em 1937
José Carlos Barbosa	Advogado e comerciante	PRR PP	1932 1935	Gerente do Banco do Rio Grande do Sul. Membro da classe conservadora do comércio e industria em 1935.
José Carlos Ely	Comerciante	PRL	1932	Segundo Secretário Associação Comercial em 1921 Membro do PRL em 1934
José da Costa Monteiro	Delegado de Polícia	PRL	1932	Permaneceu como delegado até 1938.
José Dario de Vasconcellos	Advogado	PRR PRL FUG	1932 1932 1934	Membro do PRL em 1934 Comissão Mista da Frente Única – 1934
José Knoll		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
José Lamaison Porto	Advogado e Jornalista	PSP	1945	Foi 1º Secretário da Câmara de 1951 a 1954, Vice-Presidente em 1953, membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
José Maria de Lima		PRR	1932	
José Pinto de Moraes	Alfaiate	PRL FUG	1932 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1932 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934
José Thomé		AIB	1935	Tesoureiro do Sub-núcleo da AIB no distrito de Bella Vista.
Josino Marques		PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Julio Busatto		PRL	1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Julio Fontoura		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.



		FUG	1934	Comissão fiscal da Associação Comercial. Comissão de sindicância da Associação Comercial
Julio Kulmann		PRR	1932	
Juvenal Canfil		PRR	1932	
Juvenal de Oliveira Xavier	Militar-Major	PRR PRL PRL	1932 1934 1935	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1935.
Lacerda de Almeida Junior	Advogado			
Lafayette de Mello Marinho		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Lauro Loureiro Lima		PRR PRL	1932 1932/35	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro do Partido Republicano Liberal 1934 Membro do PRL em 1935.
Lauro Ricieri Bortolon	Técnico- Contábil e Comércio			Eleito pela Frente Democrática (PDS, UDN, PRP), foi 2º secretário da Câmara no biênio 53/54 e membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951.
Leão Nunes de Castro	Militar, Escriturário e Fiscal da coletoria municipal.	PRL PTB	1932 1945	Membro Partido Republicano Liberal 1932 Patrono da Escola municipal em Bom Recreio.
Leonel Rocha	Militar – General	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Leopoldo Homrich	Dentista	AIB	1934	Ação Integralista Brasileira em 1935. Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Leopoldo Villanova	Advogado	PRR PRL	1932 1935	Sub-prefeito Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Lino S. de Quadros		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Ludovico Della Méa	Professor e Comerciante	PRL PP	1932 1935	Membro da Liga Eleitoral Católica Municipal em 1934. Membro da classe conservador do comércio e da indústria em 1935.
Luiz Busatto	Comerciante e Industrialista			Firma Busatto, Irmãos & Cia em 1924. Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca 'Santa Maria'.
Luiz Langaro	Militar-Coronel Industrialista e comerciante	PRL	1932	Membro da comissão central do PRL em 1934. Comissão de Contas da Associação Comercial em 1921. Firma Langaro & Cia. Em 1930. Proprietário e gerente do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha

				com a marca 'Santa Maria'.
Luiz Magalhães	Militar – Coronel	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Luiz Meira		PRR PRL	1930 1932/34	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Diretor do Tesouro Municipal em 1937.
Maggi De Césaró	Comerciante, Industrialista e madeireiro			Firma De Cesaro Firma De Cesaro & Pretto. 1º Secretário da Associação Comercial Vice-presidente da Associação Comercial Conselho fiscal da Associação Comercial 2º tesoureiro da Associação Comercial 2º Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937
Manoel Amancio Teixeira	Comerciante	PRL	1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Manoel Araújo Bastos	Industrialista	PSD	1945	Membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Legislação. Vice-Presidente da Câmara Vereador Conselho fiscal
Manoel Scliar		PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Representante dos Ferroviários em 1935. Membro da comissão do PRL em 1935.
Mariano Petraco	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Mario Braga	Militar - Major Administrador	PRR PRL FUG PRL	1932 1932 1934 1935	Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do PRL em 1935.
Mario Braga Junior	Advogado	PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Mario Garcia	Militar –Capitão –Coronel	PRR PRL FUG	1930 1932/34 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Secretário do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937.

Mário Goelzer	Agricultor	PSD	1945	Foi 1º Secretário da Câmara e membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Foi Suplente na 2ª Legislatura e atuou como titular. Vereador PSD em 1950
Mario José	Farmacêutico	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
Martim Madder		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Maurício Langaro	Industrialista e comerciante			Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca 'Santa Maria'.
Mauro Pinheiro Machado	Advogado, Jornalista	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Diretor da sucursal do Jornal 'A Razão' de Santa Maria em Passo Fundo em 1935. Vice-Presidente da sub-seção da Ordem dos Advogados de Passo Fundo em 1935.
Max Ávila	Comerciante	PRL PRL	1932 1934	Primeiro Secretário Associação Comercial em 1921 Firma Max Ávila & Cia. Firma Gehm, Benvegnú & Cia, sucedendo a Máx Ávila & Cia. Representante da Associação em Porto Alegre junto à Federação das Associações Comerciais do RS Representante da Associação junto à Federasul Presidente da Associação Comercial 02/04/1933 - realizada eleição da diretoria após inúmeras tentativas Vice-presidente da Associação Comercial Delegado da Associação Comercial junto a Federação das Associações Comerciais e no Conselho do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934 Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Maximilino de Almeida	Militar – Coronel Advogado	PRR PRL PRL	1930 1932 1935	Prefeito municipal nomeado em 1934. Assumiu a prefeitura municipal de Passo Fundo em 03/12/34 até 17/10/35. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Membro do PRL em 1935.
Melchiades Stricher	Militar- Tenente	PRL	1935	Membro do PRL em 1935.
Miguel Tabbal	Médico	PSD	1945	Participou ativamente nas Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951

Moacir Índio da Costa		PRR	1930	Prefeito nomeado pelo Interventor como interino em 17/04/1944 a 21/11/45.
Múcio de Castro	Jornalista e político	PTB	1945	Proprietário e Diretor-Presidente do Jornal <i>O Nacional</i> . Membro do diretório local do PTB.
Nabuco Zirbes	Industrialista e comerciante	PRL PRL	1932 1935	Membro do PRL em 1935. 20/11/1936 – divulgação da criação de uma nova taxa criada pelo governo estadual - Taxa sobre os artigos da produção da região sob a égide de defesa agro-pecuária. A assembleia enviará à Assembleia seu protesto e a discordância pois os empresários argumentam que há uma discordância entre as taxas cobradas pela erva-mate, o álcool e o fumo. Isso ajuda a fortalecer o monopólio desse segmento. Passado telegrama enérgico para POA. Sócio da Ervateira Zacharias Antônio dos Santos, em 1939 a empresa era filiada ao Centro dos Industriais e Exportadores Rio Grandenses do Mate. Representante da união Ervateira Ltda Comissão fiscal da Associação Comercial Vice-presidente do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Napoleão Duarte		PRL FUG	1932 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1932 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Nascimento Rocha	Industrialista Militar – Capitão	AIB	1935	Diretório do núcleo da AIB em Passo Fundo. Candidato a prefeito pela AIB em 1935. Firma Nascimento Rocha em 1934.
Nativo Oliveira		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Nazeano Pedroso de Almeida	Comerciante	PRR PP	1932 1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Delegado de Polícia
Nei de Lima da Costa	Advogado	PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Ney Menna Barreto	Advogado	PTB	1945	Foi primeiro Tesoureiro do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Foi vice-presidente da Câmara e membro da Comissão de Legislação. Renunciou o mandato de vereador dia 1º de julho de 1952. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Nelson Pereira Ehlers	Advogado e Engenheiro	PRR PRL	1930 1932/34	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935.

				<p>Prefeito eleito de 17/10/1935 a 06/01/1938          Prefeito de 02/03/1938 a 20/03/1938          Vice-prefeito de Passo Fundo.          07/12/1941 – eleição da nova diretoria da Associação Comercial para ser empossada em janeiro de 1942- 1º Tesoureiro da Associação Comercial          30/01/1944 – posse diretoria- 2º Tesoureiro da Associação Comercial.          Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.</p>
Nicandro Oltramari		PRR PRL	1930 1932	<p>Membro do PRL em 1934          2º Tesoureiro da Associação Comercial em 1935-1940</p>
Nicolau de Araújo Vergueiro	Médico	PRR FUG PSD	1930 1934 1945	<p>Chefe do Partido Republicano da região de Passo Fundo em 1934.          Deputado federal          Deputado estadual          Médico/ Prefeito de 15/11/1928 a 17/10/1931          Intendente          Membro da comissão mista da Frente Única- 1934.          Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.</p>
Nicolau Galichio		PRR	1932	
Octacílio Ribas	Militar- Capitão Advogado	PRL FUG	1932 1934	<p>Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.          Membro do Centro Republicano Liberal em 1934          Prócer do PRL- 1934          Vereador em 1935 pelo PRL.</p>
Odalgiro Corrêa	Advogado	PRL PRL	1932 1935	<p>Membro do Centro Republicano Liberal em 1934.          Membro do PRL em 1935.          Orador do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)          Presidente da Sociedade Alemã de Passo Fundo, 1937          Advogado, Deputado Estadual PSD, 1950.          Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 e do Centro Republicano Liberal.</p>
Oflides Paz	Militar-Capitão	PRL	1932/34	<p>Membro do Centro Republicano Liberal em 1934          Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.</p>
Olavo Hann		PRR	1932	
Olinto França	Militar - Major Comandante do 3º Batalhão de Regimento de Infantaria de PF			Presente na reunião como convidado de honra

Olínto Oliveira	Comércio	PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1937-1939
Olívio Giavarina	Comerciante	PRL	1932	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1933. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Sub-prefeito do 7º. Distrito em 1934. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1936-1937
Olmiro Bueno		PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934. 1º secretário auxiliar da Associação Comercial em 1933
Oreste De Carli		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Oribe Marques		PRR	1932	
Orlando Ribeiro	Comércio	AIB	1934	Secretário da SMOP- Ação Integralista Brasileira em 1935.
Oscar César	Coletor Federal	PRR PRL	1932 1932/37	
Oscar Kurtz	Comerciante			Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1936-1937
Otacílio Albuquerque		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Otacílio Ramos	Militar - Major	PRR	1932	Do 3º Regimento da Brigada Militar
Otacílio Ribas Vieira	Advogado	PRR PRL	1930 1932/34	Presidente da Junta Municipal da Liga Católica em 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 Presidente da Junta municipal - LEC - 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PRL.
Otaviano Lima		PRR	1932	
Otto Bade	Industrialista	PRR PP	1932 1935	Candidato a Prefeito em 1935 pelo PP. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1933 Comissão de sindicâncias da Associação Comercial em 1935-1940. Firma: Cervejaria Serrana – Bade, Barbieux & Cia.
Otto Kraez	Pastor			
Otto Weiler	Comerciante			
Pacífico Motin	Comércio			

Paulo Dal Oglio	Comerciante			
Paulo Luiz Pereira da Silva	Engenheiro		1950	Estação experimental de engenheiro Englert.
Paulo Westphalen		PRL	1932	Membro do PRL em 1934
Pedro de Vargas	Militar-Capitão Comerciante	PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Membro da comissão do PRL em 1935. Tesoureiro e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Pedro dos Santos Pacheco	Advogado - Promotor Público	PRR PRL PSD	1932 1935 1945	Membro do PRL em 1935. Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938).
Pedro Ferrão Teixeira		ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935.
Pedro José Estácio		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Pedro Vargas	Militar – Capitão	PRR PRL FUG	1930 1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Philomeno P. Gomes		PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Pindaro Annes	Comerciante e contador			Fundador do Hospital de Caridade de Passo Fundo. Inspetor federal do Ensino. 03/05/1931 – complementação da diretoria/classificação dos comerciantes da cidade em 4 classes, cf estatuto, mas não constam na ata. Vice-presidente da Associação Comercial em 1933. Dedicou-se sem remuneração ao Hospital de Caridade sendo Presidente, Vice-presidente e Conselheiro Administrativo desde 1915 até 1972.
Policarpo Nunes Vieira	Pecuarista, industrialista e comerciante Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951	PTB Coligação PTB-UDN		Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Primo Felix Guarente		AIB	1935	Secretário do Sub-núcleo da AIB no distrito de Bella Vista.
Pupe Loureiro		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Quim César	Militar-Coronel	PRR PRL UDN	1930/32 1932 1945	Membro Partido Republicano Liberal 1932

		PSP	1950	
Quinto Giongo	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma: Quinto Giongo & Cia Ltda. Proprietário do Armazém e Farmácia Indiana em 1923.
Ramiro Costa			1950	Chefe do Serviço de Etnologia da L.B.A
Raul Cauduro				Prefeito em 24/08/1944 a 28/10/1944
Remo Seggiaro	Militar – Major	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Ricardo Ricco		PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Rodolpho Soares Pinto	Comerciante/industrialista	PRL	1932	28/1/1921- comerciantes e industrialistas de Boa Vista e Passo Fundo solicitam ao Presidente do Estado que não seja elevada a tarifa ferroviária, pois há uma paralisação, especialmente do transporte de madeira. Pedem redução de 50% sobre o valor elevado. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934
Romano Busatto	Madeireiro	P.Frente Democrática		Eleito pela Frente Democrática PSD-UDN-PRP. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Romeu Azevedo		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Rômulo Teixeira	Advogado- Militar – Tenente do 8°. RI	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Rosa Brasil	Militar	PRR	1932	3 <sup>o</sup> Regimento da Brigada Militar
Rosauro Tavares	Advogado	PRR	1932	
Sabino Santos				Primeiro Secretário do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)
Saint-Clair Dalfollo		PRR	1932	
Salathiel Sperry	Contador	PRL PRL	1932 1935	Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador eleito em 1935 pelo PRL. Contador da Banco da Província em 1937.
Salvador Mancuso	Rábula e Comerciante	PL PRR PRL FUG PRL PSD	1930 1932 1932 1934 1935 1945	Comissão Mista da Frente Única – 1934 Membro do PRL em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1935. Eleito para Câmara Estadual – 1946



Sebastião Castilhos		AIB	1935	Secretário da SMCA da Aliança Integralista Brasileira- 1935.
Seggiaro	Militar – Major	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Serafim de Moura Assis	Militar – Tenente Coronel	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Serrano Caminha	Militar- Capitão	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Silvestre Porto		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Silvio Nunes	Militar – Tenente do 3º R da Brigada Militar	PRR	1932	
Simplicio Inácio Jacques	Advogado e Juiz Distrital	PRR PRL PRL	1932 1932 1934/35	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Membro do PRL em 1935.
Sólon Macedônia Soares	Advogado	PRR	1932	Juiz de Comarca
Tadeu Annoni Nedeff	Industrial e Comerciante	PSD	1945	
Telmo Azambuja	Militar – Coronel	PTB	1945	secretário do diretório Municipal do PTB. Expulso do PTB local por Afonso de Assunção Viana, secretário geral do PTB estadual em 28 de agosto de 1946. Reconhecimento pela sua interferência na construção de casas populares para P. Fundo, em agosto de 1946
Tenack Wilson de Souza	Médico	PRR PRL FUG	1930 1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Primeiro Vice-Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo 24 de Junho de 1938.
Teodoro Schleder	Comerciante	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Terencio Brum		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Theodorico Borges da Rosa	Militar-Major	PRL FUG	1932 1934/35	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934/35.
Theodorico da Rosa		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Theodoro Della Méa	Comerciante			Secretário da Associação Comercial em 1931
Theodoro Kampits	Comerciante			Conselho fiscal e 2º Secretário da Associação Comercial
Theomiro José Branco	Industrialista	PTB	1945	Atuou efetivamente em várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Tibério Francisco Amantéa	Industrialista	P. Libertador	1930	Foi membro atuante em várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951

				Presidente da câmara de vereadores
Tranqüilo Basso	Técnico Contábil	Coligação PTB-UDN		Nasceu em Porto Alegre, dia 06/11/1919. Técnico Contábil. Foi membro titular da Comissão de Legislação. Faleceu dia 04 de Outubro de 1983. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Tristão Ferreira	Médico e Comerciante	PP	1935	Membro da Classe conservadora do Comércio e indústria em 1935. Conselho Permanente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Comissão de sindicância da Associação Comercial – 1938 Proprietário da Farmácia Central- Tristão Ferreira & Comp. Firma: Laboratório Salus em 1929. Fundador da APAN- Associação Passo-fundense de Auxilio aos Necessitados em 1940. Professor de Química , Física e História Natural - em 1940
Túlio Fontoura	Jornalista	PL PRR PSD	1930 1932 1945	Diretor do jornal d' A Luta PRR 1932 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1936-1937 Diretor do Diário da Manhã PSD 1945 Integrou também os quadros do partido a expressiva liderança do PL
Uiraçaba da Costa Monteiro	Advogado - Delegado de Polícia		1938	Nomeado em substituição ao capitão José da Costa Monteiro.
Valdemar Langaro	Industrialista, madeireiro e comerciante	PRR FUG	1932 1934	Diretor presidente da Cooperativa Federada de Madeiras de P Fundo Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1937-1939
Valdir Cecconi	Bancário	PTB	1945	Desfilou-se do PTB em 21 de novembro de 1945
Vercidino Camargo		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Verdi De Césaró	Advogado, Industrialista e madeireiro	ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935. Sócio da Firma: João Salton & Cia. Ltda. Pedido pela Associação Comercial para ser correspondente do Correio do Povo em Passo Fundo. Secretário e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Victor Graeff	Advogado	PRR UDN	1930 1945	Prefeito nomeado pelo Interventor em 17/12/1941 a 17/04/1944
Victor Issler	Industrialista e comerciante			Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1933. Presidente do Sindicato do Mate do Rio Grande do Sul em 1937. 2º secretário da Associação Comercial

				Comissão de sindicância da Associação Comercial Comissão angariar sócios da Associação Comercial Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Victor Pacheco			1950	Diretor da Estação Experimental das Colônias
Victorio Dinardo		PRR FUG PRL	1932 1934 1935	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Membro da comissão do PRL em 1935.
Vilson Graeff				Prefeito da Comarca de Passo Fundo
Virgílio Porto	Presidente			12/06/1924 – eleição da nova diretoria
Waldomiro Raupp	Militar – major	PTB	1945	Secretário do diretório Municipal do PTB
Walter Barbieux	Industrialista			Vice-presidente da Associação Comercial em 1936-1937 Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939 Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1935-1940 Firma: Cervejaria Serrana – Bade, Barbieux & Cia.
Wenceslau Silveira		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Willibaldo Neuhaus	Comerciante e industrialista	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB. Conselho Fiscal da Associação Comercial em 1937. Firma Neuhaus & Filhos. Armazém de Secos e Molhados em 1933 até 1940. Firma Neushaus & Schonhorst. Armazém de Secos e Molhados em 1940
Wolmar Antonio Salton	Guarda-Livros, comerciante e Industrialista	PTB Coligação PTB-UDN.	1945	2º secretário auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937. Firma: João Salton & Cia Ltda. Montou a primeira Laminadora de madeira em 1940 Vereador pelo PTB – 1943-1946 Vereador pelo PTB de 28/11/1947 a 31/12/1951
Zélio Leal	Advogado	PRR	1932	

Fonte: Síntese elaborada pela autora através de dados dos jornais, documentos e bibliografia de 1930 a 1945.

## Anexo E - Quadro de Integrantes da Elite Política de Carazinho de 1930 a 1945

Nome	Cargo/função/ Profissão	Filiação partidária	Ano/ período	Obs.
Acassio José Vargas		PTB	1945	Membro da comissão sindical do diretório do PTB em 1945.
Adalberto de Tartler	Advogado	UDN	1945	
Adolpho Pedro Cassel	Agricultor	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Afonso Clemente Brentano		PTB	1945	Membro da comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
Afonso Gerhardt		PTB PRP	1945 1951	Terceiro Tesoureiro e membro do Diretório do PTB em 1945.
Afonso Gottlieb	Farmacêutico	PRR	1930	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho em 1930.
Alberico Azevedo	Comerciante, industrialista, gerente do Banco do Comércio e madeireiro	PL PRL PP PSD	1930 1932 -1935 1935 1945	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Diretor da Cooperativa Progresso Ltda. Membro do Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931. Membro do Diretório do PSD- 1945 com o cargo de diretor.
Alberto Graeff	Industrial (ramo de serrarias) e madeireiro	PRR PP	1930 -1935 1935	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho em 1930. Presidente de da FUG em 1935 e presidente de honra em 1936. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Vereador pelo PP em 1935. Proprietário da firma Azevedo e Cia.
Alberto Graeff Filho	Industrialista	PSD	1945	Direção do PSD em 1945 Segundo Vice-Presidente do Comitê pró candidatura de Getúlio a Presidência da República.
Alberto Kopper	Advogado e madeireiro			Secretário da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1941. Em 1943 se tornou presidente dessa associação. Sócio da Gaúcha Madeireira. Secretário da Cooperativa Florestal em 1943 e 1948.
Alberto Velho de Souza	Advogado e delegado de polícia	PRR FUG PSD PTB	1930 1934 1945 1945	Delegado de polícia em 1938. Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Membro do Diretório do PTB em 1950.
Albino C. Weisheimer	Madeireiro e Industrialista			Membro do Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931.
Albino Hillebrand	Notário	PRR PRL PSD PTB	1930- 1931 1932 1945 1945- 1950	Subprefeito (1934) na gestão de Homero Guerra. Prefeito PRL-1935 Membro da Comissão Diretora do PRL. Auxiliar de Tesouraria do Cine Recreio de Carazinho.

				Prefeito substituto e Membro da Comissão Executiva de Carazinho. Notário do Segundo Tabelionato de Carazinho. Membro da corrente partidária do PTB e PSD e Chefe do PTB. Presidente de honra do PTB em 1945. Encarregado da fundação do PSD E PTB em Carazinho e região. Membro do Diretório do PTB em 1950.
Alcides Albuquerque	Industrialista, Fazendeiro e madeireiro	PRR PSD PTB	1930-1937 1945 1950	Representante da Frente Única e Dissidência Liberal. Em 1935. Diretor da Cooperativa Madeireira Glória Ltda. Membro do Diretório do PTB. Fundador do Centro Cívico Getúlio Vargas. Membro do Diretório do PTB.
Alcindo de Quadros		UDN	1945	
Alcione Perreira		PTB	1945	Membro do Diretório do PTB.
Aldo Bastos		PRL PTB	1932 1945	Comissão de Propaganda e membro do Diretório do PTB em 1945.
Aldo Zart	Industrialista e comerciante			Firma Adolfo Schilittler, membro da Delegacia do Centro de Indústria
Alexandre Dambros	Industrialista e madeireiro			Empresa Dambros & Piva. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras.
Alexandre Hehn	Industrialista e comerciante			Firma Alexandre Hehn & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Alfiére Firmo Bernardi		PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945.
Alfredo Carboni	Comerciante e industrialista	Partido Libertador UDN	1932 1945	
Alfredo D' Amore	Médico	P. Libertador P L	1930 1945	
Alfredo Pedro Schmitz	Industrial	PRL PSD PSD	1932 1945 1949	Industrialista do ramo da madeira. Firma Schmitz & Cia Ltda. Empresa Alfredo P. Schmitz. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Direção do PSD em 1945 Tesoureiro do PSD em 1945 e 1949 Direção do PSD do município de Carazinho-1945
Alfredo Tauber	Comércio de ferragem	PRL	1935	
Alfredo Tomazoni		UDN	1945	

Algemiro Duarte Breno	Comerciante	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935 Apoio a Candidatura de Germano Napp em 1935.
Alzino Schneider	Industrial e comerciante			Firma de Fritz & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Amadeu Caetano Gobbi	Guarda-livro	PRL PTB	1932 1945	Núcleo Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)- 1945 - Membro da Mesa Diretora. Firma de José Gobbi e Filhos membro da Delegacia do Centro de Indústria. Segundo secretário da Associação Comercial em 1950.
Américo Michelini	Médico	UDN	1945	
Angelino Giongo de Bau	Industrial			Firma Giongo & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Ângelo Miguel Gobbi	Comerciante	PTB	1945 1947-1951 1952-1955	Membro do Diretório do PTB. Vereador
Anito Zeno Petry	Engenheiro Civil, arquiteto e agrimensor	PRL	1932	Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950
Anna Theodora da Rocha		PRL	1934	Membro do Conselho da mocidade do Partido Republicano Liberal.
Antenor Graeff	Comerciante	UDN	1945	
Antidio Tomaz Barroso	Comércio	UDN	1945	
Antonio Alverne Ferreira Gomes	Médico	PSD UDN	1945 1946	Nomeado para prefeito dez dias após a posse de Ramão Rodrigues – 1945. Nomeado por ato do dia 20 de dezembro do desembargador Samuel Figueiredo da Silva.
Antonio Augusto Graeff	Industrialista e madeireiro	PRR UDN	1935 1945	Presidente de Honra da Frente Única em 1935 e 1936 Comissão Executiva do PRR em 1937. Comissão executiva- presidente de honra da UDN em 1945.
Antonio Barleta	Agricultor	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Antonio Borges	Avaliador	PSD	1945	Membro do diretório do PSD
Antonio Brito		PTB	1945	Segundo-tesoureiro do diretório do PTB em 1945.
Antonio Couto Camino	Industrialista	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Antônio José Pereira Junior		PRR	1930	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho.
Antonio Leiria Sobrinho		UDN	1945	Membro do diretório da UDN em 1945.
Antonio Loures e Albuquerque	Jornalista e Advogado	PL PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1932 Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp nas eleições de 1935. Orador do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934.

Antonio Sturm		P.L	1932	
Antonio Vargas	Fazendeiro	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1932. Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp nas eleições de 1935.
Aparício Nunes	Empresário, industrial madeireiro comerciante lojista.	FUG PRR PSD	1934 1935 1945	Membro da comissão da FUG em 1934. Segundo vice-presidente do Centro Cívico Getúlio Vargas. Exportador de madeiras de Pinho Empresa Aparício Nunes. Membro: Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras. Presidente do consorcio Madeireiro de Carazinho. 1º tesoureiro da FUG em 1935 e 1936 e Presidente de honra do PSD em 1945. Membro da Associação Comercial
Aragão Bosano		UDN	1945	
Argemiro Paula Barroso		UDN	1945	
Argentino Albuquerque		UDN	1945	
Arlindo Gomes da Silva		UDN	1945	
Arlindo Toledo e Silva		UDN	1945	
Armando Borges	Comércio	UDN	1945	
Armênio Vaz		PTB PSP	1945 1950	Membro da Comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
Armindo Goelner		PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945.
Armindo Honaiser	Madeireiro			Conselho fiscal da Cooperativa Florestal em 1943.
Armindo Siqueira		UDN	1945	
Arnaldo Gomes		UDN	1945	
Arnaldo Graeff		UDN	1945	
Arnaldo Scheibe	Industrialista,	PSD	1945	Sócio da firma Napp, Scherer e Cia. Ltda. Suplente de Secretário do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras em 1945. Membro do sindicato patronal dos Exportadores. Delegado classista e presidente do Sindicato da indústria de serrarias em 17 de outubro de 1945 em Assembléia Geral Extraordinária. Membro da comissão consultiva do PSD em 1945.
Arnildo Schaeffer		UDN	1945	Vogal do Diretório da UDN em 1950.
Arnoldo Pommerchan	Comércio funerário	PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou o candidato Germano Napp em 1935.
Artaxerxes Pessoa de Brum	Advogado	PRL PRR	1932 1935	Segundo Secretário do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL- 1935, apoiou o candidato Germano Napp em 1935.

Artur Fontoura da Motta	Comerciante	PRL PRR	1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL de Carazinho em 1932 Segundo Vice-Presidente do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Membro participante do Congresso da Dissidência Liberal em 1935 Cisão no PRL- 1935, apoiou o candidato Germano Napp em 1935. Primeiro secretário do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937 Representante da Frente Única e Dissidência Liberal em 1937 Fundador do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937
Artur Graeff	Industrialista,			Membro da associação Comercial-1938,
Artur Kloeckner		PSD	1945	
Astério Canuto de Souza	Comércio atacadista, hoteleiro, jornalista e notário.	PRL PRR UDN PSD	1930 1935 1945 1949	Diretor proprietário do Jornal da Serra. Presidente efetivo do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937. Secretário do Diretório da UDN em 1950.
Augusto Keller	Agricultor	PSD	1945	
Augusto Neuls	Madeireiro	UDN	1945	Empresa Barleze, Neuls & Cia. Ltda.
Augusto Sheibe	Madeireiro			Representante da Cooperativa Madeireira Alto Jacuí Ltda.
Aurélio Duarte Bueno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp.
Avelino Steffens	Médico	PRR PRL PTB	1930 1932 1945	Membro do diretório do PRL. Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Vereador e membro do diretório municipal do PTB em Tapera - 1950
Balduino Plaetsch	Comerciante, industrialista e madeireiro			Balduino Plaetsch & Cia. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Presidente da Cooperativa Florestal em 1943.
Baleslau Minsky	Comércio madeireiro	PRL	1935	Membro do Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931.
Bento Falcão	Comerciante	PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945
Boaventura Subtil	Criador de gado e madeireiro	PRR	1935	
Boaventura Subtil Sobrinho	Comércio	PRR	1935	
Breno Azevedo		PTB	1945	Primeiro secretário da comissão executiva, líder trabalhista em 1950.
Bruno Buchholz	Comerciante e industrialista	PSD	1945	Membro do diretório do PSD, comissão consultiva. Segundo Vice-Presidente da Associação Comercial em 1950
Camilo Scherer	Industrialista do ramo madeireiro	PL	1935	Napp, Scherer & Cia Ltda. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores



	e comerciante			de Madeiras/ Sindicato patronal dos Beneficiadores de Madeiras.
Canderoy Pinto Lima	Oficial do registro Civil da comarca de Carazinho	PRL UDN	1932 1945	
Candido Moraes		UDN	1945	
Carlos Bernardino		UDN	1945	
Carlos D. Iserhard	Farmacêutico	PRR	1935	
Carlos de Pádua Ribeiro	Comerciante	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Carlos P. Michelini	Criador	P. Libertador UDN	1932 1945	
Carlos Pichler	Industrialista			Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Cassiano Ferreira Dorneles	Comércio	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Celestino Brocchi	Madeireiro	PRR PL PRL PRR	1930 1932 1932 1935	Diretor da cooperativa madeireira Carazinho Ltda. Cisão no PRL -1935
Celso Leite	Comerciante	UDN	1945	
Clodoaldo Selistre	Funcionário Público	UDN	1945	
Conrado Felipe Welter	Industrial	PRL	1935	Conselho deliberativo do PSD em 1945
Constantino Pellegrini		Partido Libertador	1932	
Daniel Krieger	Comércio	UDN	1945	
Darcy Graeff	Comércio	UDN	1945	
Darcy Plentz	Guarda-livros e comércio	UDN	1945	
Dario de Bittencourt	Advogado	AIB	1935	Candidato a Prefeito pela AIB em 1935.
Dario de Medeiros Canals		PTB	1945	Terceiro Vice-Presidente do Diretório do PTB em 1945.
Dario Marques		PTB	1945	Segundo secretário do Diretório do PTB em 1945.
Djalma Silva	Comerciante	PRR	1935	1º secretário da FUG em 1935
Dorival Silveira		UDN	1945	

Dovil Peixoto	Industrial madeireiro	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
João Mozart de Melo		P.L.	1932	
Edgar Luiz Kasper	Advogado, Funcionário Público Municipal, indústria avícola	PRL PSD PTB	1935 1945 1946	
Edgar R. Stangler				Firma de José Gobbi e Filhos membro da Delegacia do Centro de Indústria
Eduardo Graeff	Industrialista, madeireiro e pecuarista	PRR UDN	1935 1945	Membro da comissão da FUG em 1934. Presidente efetivo da comissão executiva da UDN em 1945. Presidente da Associação comercial de Carazinho
Engracio Dias de Menezes	Comércio da madeira e Industrialista	PRL FUG PRR	1932 1935 1935	Presidente de Honra da FUG em 1935-36 Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Tesoureiro do Centro Cívico Getúlio Vargas - 1937 Fundador do Centro Cívico Getúlio Vargas -1937
Ernesto José Annoni	Industrialista, Comerciante, madeireiro e General.	PRR PRL PRR PP PSD PTB	1930 1932/1935 1935 1945 1945-1950 1950	Cisão no PRL -1935 Diretor da Cooperativa Federada de Carazinho Empresa Ernesto José Annoni. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Presidente da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1941. Membro: Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras/ Sindicato dos Produtores de Madeira do rio grande do Sul/ Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras. Presidente do Comitê Pró-Candidatura Vargas em 1945. Vice-presidente da comissão do PSD em 1945. Membro do Diretório do PTB em 1945. Presidente da executiva do PTB em 1950. Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950 Prefeito em 1952
Eurico Araújo	Médico e madeireiro	PRR PRL PSD	1930 1932-1935 1945	Presidente Associação Comercial e Sindicato Caixas e aplainados. Membro do PRL em 1932. Membro da Comissão diretora do PRL- 1935 Comissão consultiva do PSD em 1945.
Eurico Brito	Criador	UDN	1945	
Evandro Ribeiro		UDN	1945	

Everaldo Padilha	Técnico Rural	PRR UDN	1937 1945	
Fábio Ferreira de Albuquerque	Industrialista	PRR PRL PP UDN PSD	1930 1932 1935 1945 1950	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp, em 1935. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Membro do diretório do PRL, integrado a UDN sob a direção de Flores da Cunha. Membro da comissão para instalação do diretório da UDN em 1945. Presidente da Comissão Executiva do PSB em 1950
Felipe Alves Machado		PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945.
Felipe Henrique Scherer	Guarda-livros			Diretor da FUG-1935
Felisberto de Barros		UDN	1945	
Fermino Ferrari	Industrial			Firma de Mario Ferrari & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Fernando Borges Pimentel		PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Fernando Bratz	Industrial madeireiro			Firma de madeira carazinhense Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Fernando Sudbrack		Partido Libertador	1932	
Fioravante Barleze	Industrialista, comércio e madeireiro presidente do sindicato da mandioca.	PRR PRL PRR PP PSD	1930 1932 1935 1935 1945-1951	Membro do diretório do PRL em 1932. Primeiro Vice-Presidente do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Firma de Barleze & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Presidente do sindicato da mandioca. Membro da dissidência Liberal em 1935. Cisão no PRL -1935 Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Membro da comissão consultiva da diretoria do PSD em 1945.
Firmino Rego		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Firmino Rolim de Moura		PRL	1932	Conselho Fiscal do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934.
Florêncio Ferreira		UDN	1945	
Francisco Teixeira	Industrial	PL PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Francklin Martins dos Reis	Capitão	UDN	1945	
Frederico Guilherme Sudbrack	Militar- coronel Madeireiro	P.L. PRL	1930 1932	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL.

		PRL P L	1935 1951	
Friederico Bebbá	Funcionário federal	PSD PTB	1945 1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Primeiro Tesoureiro do Diretório do PTB em 1945.
Garibaldi Santana Goulart	Comércio	PRR	1937	
Germano Napp	Industrialista, comércio de madeira, agricultor, pecuarista .	PRR PRL PP	1930 1932 1935	Napp, Scherer & Cia Ltda. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras/ Sindicato patronal dos Beneficiadores de Madeiras. Membro do diretório do PRL em 1932. Cisão no PRL – 1935, foi lançado como candidato a prefeito pela dissidência liberal. Candidato a Prefeito em 1935 pelo PP.
Gervasio Albuquerque		PL	1932	
Gilberto Matiotti	Madeireiro	P. Libertador UDN	1932 1945	Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950
Godofredo Kirinus	Industrialista e madeireiro			
Gomercindo de Pádua	Criador	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1932 Conselho Fiscal do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Diretor do Centro Cívico Getúlio Vargas -1937
Guido Mombelli	Industrialista do couro			Proprietário do Engenho Danielli e Vicente Fonseca.
Guilherme Augustin	Comerciante	PRL PRL PTB	1935 1935 1945-1951	Vereador pelo PRL em 1935 Membro do Diretório do PTB. Vereador pelo PTB em 1947-1951
Guilherme Beccon	Comerciante	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Guilherme Fetzer	Madeireiro			Membro da firma H. Fetzer & Cia, fundada em 1933. Membro da Associação Comercial-1938
Guilherme Gobbi	Industrialista			
Guilherme Schleder		Partido Libertador	1932	
Heitor de Moura Dihl		PTB	1945	Membro da Comissão sindical do diretório do PTB em 1945.
Heitor Martins Viau		PRR	1930	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.

		PRL PRR	1932 1935	Dissidente Liberal.
Helio Rosado Lopes		UDN	1945	
Helmuth Closs	Bancário	AIB PRP PTB	1935 1947 1950	Candidato a Vereador em 1935 pela AIB. Integralista-1936- Chefe municipal Deputado Estadual
Henrique Hammes	Coletor (exator) Estadual	UDN	1945	Líder da UDN Vice Presidente do Diretório da UDN em 1950.
Henrique Thormann	Comerciante	PSD PTB	1945 1950	Membro da comissão para instalação do diretório do PSD em 1945. Membro do PTB em 1950. Membro do Conselho de abastecimento e Preços do Município de Carazinho em 1944. Representante dos Atacadistas. Firma Fecularia São Miguel Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950
Heraclides dos Santos		UDN	1945	
Hercílio Vargas	Proprietário	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro do Conselho Fiscal do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934
Homero dos Santos		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Homero Guerra	Industrialista, madeireiro e Fazendeiro no cultivo da erva mate. Engenheiro Cívil.	PRR PRL UDN	1930 1932 1945	Membro da comissão diretora em prol da emancipação de Carazinho e encarregado de elaborar o memorial da Comissão Diretora. Primeiro Prefeito nomeado- 1931. Firma Guerra & Cia. Ltda. No distrito de Boa Esperança. Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Chefe do PRR em 1931. Líder político local e regional do PRL-1932. Chefe do PRL local- 1933. Presidente do Sindicato do Mate em Porto Alegre -1933. Membro da Comissão de criação do Grêmio Liberal Flores da Cunha. Membro do diretório do PRL, integrado a UDN sob a direção de Flores da Cunha.
Homero Ribeiro	Criador	PRL	1932	Cisão no PRL- 1935.

		PRR	1935	
Honório Machado Neto		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Dissidente liberal em 1935.
Humberto Gobbi	Comerciante, agricultor e industrialista.	PRR PSD PTB	1935 1945 1945	Retira-se do PSD e filia-se no PTB. Deputado Estadual em 1947 e Deputado Federal em 1950
Hypolito Chagas Perreira Filho		UDN	1945	
Jacinto Pereira Gomes	Industrial	PRL	1935	
Jacob Moraes	Industrialista			Firma Jacobzen & Kohn Membro da Associação Comercial-1938
Jaime Borges Gonçalves		UDN	1945	
Jaques Loss	Coronel	UDN	1945	
João B. Azevedo	Comerciante	PRR PRL PTB	1930 1932 1945	Cisão no PRL – 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Dissidente liberal em 1935. Membro do Diretório do PTB -1945 Primeiro Vice-Presidente da Associação Comercial em 1950
João B. Sorg	Padre (vigário da paróquia de carazinho)	PRR PRL	1930 1935	
João Bassani Filho	Comerciante e Agricultor	PSD	1945	Membro do Conselho de Abastecimento e Preços do Município de Carazinho em 1944. Representante dos Produtores. Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
João Batista Azevedo	Comerciante	PRR PSD	1935 1945	Membro da comissão consultiva do diretório do PSD em 1945.
João C. Garibaldi Batello	Oficial do exercito e madeireiro			Batello & Graef Industria exportadora de madeira para o mercado interno e externo.
João Carlos Soares		PRR PRL PRL	1930 1932 1935	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
João Damiani Filho		UDN	1945	
João dos Santos		UDN	1945	
João José Herpen	Agricultor e comércio	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
João Manoel Pereira	Escrivão do Júri , funcionário do	PRL PSD	1935 1945	

	Fórum			
João Marck	Industrial			Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
João Marcondes de Quadros		PTB PSP	1945 1950	Membro da comissão sindical do PTB em 1945. Terceiro vice-presidente do PSP em 1950.
João Rodrigues Menna Barreto	Oficial da Brigada Militar (Tenente Coronel e general), Agricultor.	PRL PRR	1932 1935	Presidente do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão com o PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
João Raimundo Nedel	Industrial	PSD	1945	
João Zewes	Madeireiro	PRL	1935	
Joaquim Lopes		UDN	1945	
Jofre Macedo Brum	Advogado	PTB	1945	Primeiro secretário do Diretório do PTB em 1945
Jorge da Silva Vaz	Funcionário Público (escrivão da Exatoria estadual)	PSD	1945	Secretário do diretório do PSD em 1945
Jorge Fonseca Pires	Juiz de Direito	PSD	1945	Prefeito em substituição a Romeu Sheibe.
José Albino Gerhardt	Madeireiro			Empresa J. Albino Gerhardt. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato patronal dos Exportadores de Madeiras/Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras. Tesoureiro da Cooperativa Florestal em 1943.
José Antonio dos Santos		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
José Flores Menezes		PTB	1945	Membro da comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
José Garcia		PTB	1945	Membro da comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
José Gasperim	Industrialista	PP	1935	Candidato a Vereador pelo PP em 1935.
José Ivalino Pessoa de Brum	Advogado, Teatrólogo e jornalista.	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Primeiro secretário do município em 1931. Primeiro Secretário do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. Primeiro vice- presidente do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937.
José Kurtz		PRR PRL	1930 1932-1935	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Vereador- PRL- 1935 Membro da comissão do PRL em 1935.
José Matiotti	Madeireiro			Empresa Vargas & Matiotti.

				Membro da Associação Comercial-1938
José Reis	Agricultor	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
José Ribeiro Breno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
José Veríssimo Noronha Filho	Hoteleiro Bancário e Vereador	PSD	1945	Suplente de Tesoureiro do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras em 1945. Membro do diretório municipal do PSD e vereador de 1947-1951.
José Weisheimer Sobrinho	Oficial do Registro Geral	PRR PRL	1930 1932	
Josué Annoni		PSD	1945	
Julio Graeff	Comerciante	UDN	1945	
Jupir Pinto Lima		PRL PTB	1932/35 1945	Membro da comissão do PRL em 1935. Terceiro secretário do Diretório do PTB em 1945.
Juvenal Ferreira Guimarães		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Juvenal Siqueira	Comerciante	UDN	1945	
Juvêncio Duarte Bueno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Lahyre Azevedo	Madeireiro Moageiro (proprietário de engenho)	PRL UDN	1932/1935 1945	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Firma Lahyre Azevedo Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira do Rio Grande do Sul. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras/ Sindicato Patronal dos Beneficiadores de Madeira.
Laudelino Garcez	Comerciante e representante de seguros	PL PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL do município de Carazinho. Tesoureiro do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Laureano Sehn	Comerciante	PRL PSD	1935 1945	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Laurindo de Quadros	Comerciante	PRL PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Lauro Graeff		PRR FUG	1930 1935	2º secretário da FUG em 1935



Leopoldo Kümmer	Comerciante			Membro da Associação Comercial- 1938
Leoveral Boenas de Quadros		PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL – 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Levino Junges	Jornalista e Madeireiro			Membro do Conselho de Abastecimento e Preços do Município de Carazinho em 1944. Representante dos consumidores. Sindicato dos Marceneiros, Associação dos Profissionais e Círculo Operário.
Lourival Vargas	Industrialista, Guarda-livros, comerciante e madeireiro	PRL PSD PTB	1935 1945 1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Membro do Diretório do PTB. Empresa Vargas & Matiotti. Secretario Geral do PTB em 1945.
Lucio de Brito		UDN	1945	
Luiz Goelzer	Comerciante	PSD PTB	1945 1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Membro da comissão Sindical do PTB em 1945.
Luiz Graeff		UDN	1945	
Luiz Tomazini	Industrial da madeira			Secretário da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1943.
Manoel C. de Figueiredo		P.L FUG	1932 1935	Vice Presidente P.L Diretor da FUG-1935
Marcelino Brum		Partido Libertador	1932	
Marcelino Kuntz	Advogado	AIB	1935	Integralista-1936
Marino Heck	Industrial			Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Mario Chiesa	Comerciante	UDN	1945	
Mário Kurtz	Comerciante e madeireiro			
Mario Pedro		UDN	1945	
Martins Mertens		UDN	1945	
Maurílio dos Santos		UDN	1945	
Maximiliano Stangler	Comércio e madeireiro			Firma Gerhardt & Stangler Ltda. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato patronal dos Exportadores de Madeiras/Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras.
Mercio Vargas		UDN	1945	
Miguel Zacarias		PSD	1945	
Moises Marcondes		PRR PRL PRR-FUG	1930 1932 1935	Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. 2º tesoureiro da FUG-1935 e 1936

Mozart Pinheiro		UDN	1945	
Nestor Moojen	Advogado, Jornalista	PRL	1935	
Nivaldo Brasil		PTB	1945	Membro da comissão do diretório do PTB em 1945.
Noé de Freitas	Engenheiro Eletricista Mecânico	PRL	1935	
Norberto Madureira Coelho	Advogado	PRR	1930-1935	
Olinto Vargas	Comerciante madeireiro	PL PRL UDN	1932 1935 1945	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Secretário do consórcio Madeireiro de Carazinho em 1937.
Olívio Amaral e Silva	Fazendeiro criador.	PTB	1945	Membro da comissão Sindical Diretório do PTB. Terceiro Vice Presidente do PTB em 1950.
Olmiro Ramos	Comerciante	P. Libertador e UDN PL	1945 1945 1950	Tesoureiro da Cooperativa Florestal em 1948. Conselho Fiscal da Associação Comercial em 1950
Oscar G. Kremer	Juiz Municipal	PSD	1945	
Oscar Gerhardt	Comércio madeireiro			Tesoureiro da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1943.
Oscar Jacob Schardong	Operário	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Oscar Menna Barreto		UDN PSB	1945 1950	Membro da comissão executiva do PSD
Oscar Weidlich	Industrialista	PRR PSD	1935 1945	Membro da comissão da Frente Única em 1934. Suplentes do Conselho Fiscal da Associação Comercial em 1950
Osório Meyrer	Comércio, indústria Madeireiro	PRL	1935	Diretor da Cooperativa Madeireira São José Ltda. Empresa Osório Meyrer.
Osvaldo Sehn	Industrialista			
Otávio Rocha	Comerciante coletor	PRL	1935	
Otto A. Gerhardt	Industrial madeireiro	PSD	1945	Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Comissão consultiva do diretório do PSD
Pantaleão Graeff	Comércio	UDN	1945	
Paulo Coutinho	Funcionário Público Federal.	PRR PRL PSD	1930 1932 1945	Membro da comissão diretora em prol da emancipação de Carazinho e encarregado de elaborar o memorial da Comissão Diretora – 1930. Membro do diretório do PRL. Funcionário da viação férrea, escrivão do 2º cartório civil e comercial de Passo

				Fundo, coletor federal de Carazinho e vice-presidente do PSD.
Pedro Carlos Bins		PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Pedro Hehn	Alfaiate e comércio			Firma Alexandre Hehn & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Pedro Jacó Augustin	Comerciante e madeireiro	PSD	1950	Membro da Associação Comercial-1938 Conselho Fiscal da Cooperativa Florestal em 1943. Conselho deliberativo
Pedro Laithart		UDN	1945	
Pedro Lopes de Oliveira	Funcionário público, Tenente Coronel e industrialista	PRL	1935	
Pedro Prestes de Oliveira	Agente postal telegráfico.	PSD	1945	
Pedro Ribeiro Bueno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Pedro Viau	Comércio	PRL	1935	
Pery Sampaio de Pádua	Militar – Coronel.	PRR PRL	1930 1932-1935	Membro da Comissão diretora do PRL- 1935 Fiscal da madeira e Funcionário Público, Presidente da Sociedade Hípica, da Associação Rural e do Clube Comercial.
Platão Mota	Escrivão e coletor federal	PRL	1935	
Políbio Fortunato do Vale		UDN	1945	
Pompílio Ferreira Guimarães		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935 , apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Ponciano de Quadro		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Raimundo Martins de Quadros	Advogado	PRR PRL PRR UDN PSD	1930 1932 A partir de 1935 1945 1951-1955	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. Membro do diretório do PRL, integrado a UDN sob a direção de Flores da Cunha em 1945. Vereador em 1952 pelo PSD
Ramalho Piva	Industrialista e madeireiro			Empresa Dambros & Piva. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras.

Ramiro Rosa		UDN	1945	
Randolfo Cidade	Funcionário Público	PRR	1930	Diretor do Jornal da Serra em 1931 em substituição a Canuto de Souza.
Rivadavia de Oliveira		PTB	1945	Membro da comissão sindical do diretório do PTB em 1945.
Rodolfo Honrich	Comércio e Industrialista	PRL PRR	1932 1935	Cisão do PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. Segundo secretário do Centro Cívico Getúlio Vargas – 1937.
Romeu Notari	Advogado	PSD	1945	Ajudante do escrivão do civil e crime. Segundo vice-presidente do comitê pró-candidatura Vargas em 1945.
Romeu Scheibe	Bancário, Comerciante	Partido Libertador PRR PSD	1932 1935 1945-1949	Presidente da Liga de Defesa Nacional. Presidente efetivo do PSD em 1945. Presidente do Diretório do PSD em 1949. Conselho Superior da Associação Comercial em 1950. Deputado Estadual em 1951.
Rubin P. Dihl		PTB	1945	Membro da comissão sindical do PTB em 1945.
Saldanha Leite	Comerciante	UDN	1945	
Salustiano de Pádua	Madeireiro	PRR PRL	1930 1932 - 1935	
Santiago Mattiotti		Partido Libertador UDN	1932 1945	
Serafim Camara de Camargo	Comércio	P. Libertador e UDN	1930 1945	
Serafin Rodrigues		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Serineu Marcondes		UDN	1945	
Sezefredo Marcondes		UDN	1945	
Silvio Angelino Giongo	Guarda-livros e industrialista	PSD	1945	
Teobaldo Gomes da Silva	Comércio	PRR PRL PRR UDN	1930 1932 1935 1945	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Teobaldo Hommerding	Comerciante	AIB UDN	1935 1945	Candidato a Vereador pelo PP em 1935.
Teodomiro Graeff	Médico e	PRR	1937	Vereador pela UDN em 1947-1951

	vereador	UDN	1947-1951	Presidente da UDN local em 1951
Theobaldo Gomes da Silva	Comercio	UDN	1945	
Theodoro Figueiredo		PRR PRL	1930 1932	Membro do diretório do PRL em 1932.
Turíbio Silveira Vigante F. Herter		UDN	1945	
Valdemar Pinto Kaschny		PSD	1945	
Valter Fetzer	Comércio e madeireiro	PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945. Membro da firma H. Fetzer & Cia, fundada em 1933.
Valter Scherer	Comerciante	PRR PP PSD	1932 1935 1945	Diretor da FUG - 1935 Vereador - PP - 1935
Victor Graeff	Advogado Deputado Estadual	PRR UDN	1932 1945	Em 17 de dezembro de 1941 foi nomeado e empossado como Prefeito de Passo Fundo. Membro da Comissão Diretora da FUG em 1932. Membro da Comissão Diretora da FUG-PRR em 1934.
Vitor Hugo Fetzer	Madeireiro	PTB	1950 e 1951	Membro da firma H. Fetzer & Cia, fundada em 1933. Líder do PTB e membro do Conselho Fiscal Conselho Superior da Associação Comercial em 1950
Waldemar Graeff	Madeireiro	PRR	1935	Botello & Graeff
Walter Franke		AIB	1935	
Walter Graeff	Advogado	PRL	1935	
Waltrudes Nunes	Madeireiro			
Wilmar Fonseca	Bancário	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Zeferino Félix da Costa	Comerciante	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Zeferino Veríssimo Dorneles	Comerciante	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.

Fonte: Síntese elaborada pela autora através de dados dos jornais, documentos e bibliografia de 1930 a 1945.

**ANEXO F – Vinculações políticas dos sujeitos envolvidos no contexto político Carazinhense**

<b>NOME</b>	<b>VINCULAÇÃO POLÍTICA</b>
Adolfo Schettert Neto	Pró-Hillebrand
Afonso Gottlieb	Pró-Hillebrand
Alberico Azevedo	Pró-Hillebrand
Alberto Graeff	Pró-Canuto de Souza
Alberto Velho de Souza	Pró-Canuto de Souza
Alcydes Albuquerque	Pró-Canuto de Souza
Alfredo Tauber	Pró-Hillebrand
Algemiro Duarte Breno	Pró-Hillebrand
Annito Zeno Petry	Pró-Hillebrand
Antonio José Pereira Junior	Pró-Hillebrand
Antonio L. e Albuquerque	Pró-Canuto de Souza
Antonio Vargas	Pró-Canuto de Souza
Aparício Nunes	Pró-Canuto de Souza
Arnoldo Pommerchan	Pró-Canuto de Souza
Artur Fontoura da Motta	Pró-Canuto de Souza
Artaxerxes Brum	Pró-Canuto de Souza
Astério Canuto de Souza	Opositor de Hillebrand
Aurélio Duarte Bueno	Pró-Hillebrand
Avelino Stelfens	Pró-Hillebrand
Boaventura Subtil	Pró-Canuto de Souza
Boleslau Minsky	Pró-Hillebrand
Carlos D. Iserhard	Pró-Canuto de Souza
Carlos de Pádua Ribeiro	Pró-Canuto de Souza
Carlos Soares	Pró-Canuto de Souza
Cassiano Ferreira Dorneles	Pró-Canuto de Souza
Celestino Broch	Pró-Canuto de Souza
Conrado Felipe Welter	Pró-Hillebrand
Dovil Peixoto	Pró-Canuto de Souza
Edgar Luiz Casper	Pró-Hillebrand
Eduardo Graeff	Pró-Canuto de Souza
Engrácio Dias de Menezes	Pró-Canuto de Souza
Ernesto José Anoni	Pró-Hillebrand
Eurico Araújo	Pró-Hillebrand
Fábio Albuquerque	Pró-Hillebrand
Fernando Borges Pimentel	Pró-Canuto de Souza
Fioravante Bankye	Pró-Canuto de Souza
Fioravante Barlese	Pró-Canuto de Souza
Firmino Rego	Pró-Hillebrand
Francisco Teixeira	Pró-Hillebrand
Germano Napp	Pró-Canuto de Souza-candidato no lugar de Hillebrand, lançado pela oposição no momento em que ocorre a cisão no PRL carazinhense
Gomercindo de Pádua	Pró-Canuto de Souza
Guilherme Augustin	Pró-Hillebrand
Guilherme Sudbrack	Pró-Hillebrand
Heitor Martins Viau	Pró-Canuto de Souza
Hercílio Vargas	Pró-Canuto de Souza
Homero dos Santos	Pró-Canuto de Souza
Homero Guerra	Pró-Hillebrand
Honorato Martins de Almeida	Pró-Canuto de Souza
Honório Machado Neto	Pró-Canuto de Souza
Jacinto Pereira Gomes	Pró-Hillebrand
João B. Azevedo	Pró-Canuto de Souza
João Carlos Soares	Pró-Canuto de Souza
João França	Pró-Hillebrand
João Manoel Pereira	Pró-Hillebrand
João Menna Barreto	Pró-Canuto de Souza
João Sorg	Pró-Hillebrand

João Zewes	Pró-Hillebrand
Joaquim Alves Mendes	Pró-Hillebrand
José Antônio dos Santos	Pró-Canuto de Souza
José Antônio Vargas	Pró-Hillebrand
José Ivalino Pessoa Brum	Pró-Hillebrand Pró-Canuto de Souza
José Kurtz	Pró-Hillebrand
José Pereira Junior	Pró-Hillebrand
José P. Cabral	Pró-Hillebrand
José Ribeiro Breno	Pró-Canuto de Souza
José Weissheimer Sobrinho	Pró-Hillebrand
Juvenal Ferreira Guimarães	Pró-Canuto de Souza
Juvêncio Duarte Bueno	Pró-Canuto de Souza
Lahyre Azevedo	Pró-Hillebrand
Laudelino Garcez	Pró-Canuto de Souza
Lauriano Sehn	Pró-Hillebrand
Laurindo de Quadro	Pró-Canuto de Souza
Leoveral Boenas de Quadros	Pró-Canuto de Souza
Lourival Vargas	Pró-Hillebrand
Manoel Nascimento Vargas	Pró-Canuto de Souza
Max Gauthier	Pró-Hillebrand
Moisés Marcondes	Pró-Canuto de Souza
Nestor Moojen	Pró-Hillebrand
Noé de Freitas	Pró-Hillebrand
Norberto Madureira Coelho	Pró-Canuto de Souza
Olinto Vargas	Pró-Hillebrand
Oscar Weidlich	Pró-Canuto de Souza
Osório Meirer	Pró-Hillebrand
Otávio Rocha	Pró-Hillebrand
Paulo Coutinho	Pró-Hillebrand
Pedro Carlos Bins	Pró-Canuto de Souza
Pedro Lopes de Oliveira	
Pedro Ribeiro Bueno	Pró-Canuto de Souza
Pedro Sturm	Pró-Hillebrand
Pedro Viau	Pró-Hillebrand
Pery S. De Pádua	Pró-Hillebrand
Platão Mota	Pró-Hillebrand
Pompilio Ferreira Guimarães	Pró-Canuto de Souza
Ponciano de Quadros	Pró-Canuto de Souza
Raimundo Martins de Quadros	Pró-Canuto de Souza
Rodolfo Honrich	Pró-Canuto de Souza
Romeu Scheib	Pró-Canuto de Souza
Salustiano de Pádua	Pró-Hillebrand
Serafim Rodrigues	Pró-Canuto de Souza
Teobaldo Gomes da Silva	Pró-Canuto de Souza
Theodoro Figueiredo	Pró-Canuto de Souza
Valdemar Scherer	Pró-Canuto de Souza
Vazulmiro Dutra	Pró-Canuto de Souza
Waldemar Graeff	Pró-Canuto de Souza
Waldemar P. Yusahnz	Pró-Canuto de Souza
Waltrudes Nunes	Pró-Hillebrand
Zeferino Veríssimo Dorneles	Pró-Canuto de Souza

Fonte: síntese elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no JORNAL DA SERRA, Carazinho, 1930 a 1945 e, NOTICIOSO, Carazinho, 1942 a 1945.

**ANEXO G - Quadro de Integrantes da Elite Econômica de Passo Fundo de 1921 a 1945 conforme Atas da Associação Comercial de Passo Fundo.**

NOME	CARGO	PARTIDO	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES
Gabriel Bastos	Presidente			Reorganização da A Comercial 25/01/1921
Gustavo Otto	Vice-presidente			25/01/1921
Max Ávila	1º secretário			25/01/1921
Álvaro Azambuja	2º secretário			25/01/1921
Olintho Oliveira	1º tesoureiro			25/01/1921
Arquimimo Miranda	2º tesoureiro			25/01/1921
Luiz Langaro	Comissão de contas			25/01/1921
Otto Bade	Comissão de contas			25/01/1921
Oribe Marques	Comissão de contas			25/01/1921
Afonso Camino			Comerciante/industrialista	28/1/1921- comerciantes e industrialistas de Boa Vista e Passo Fundo solicitam ao Presidente do Estado que não seja elevada a tarifa ferroviária, pois há uma paralisação, especialmente do transporte de madeira. Pedem redução de 50% sobre o valor elevado.
Julio Hanck			Comerciante/industrialista	
Augusto Homrich			Comerciante/industrialista	
Afonso Camino			Comerciante/industrialista	
Jorge Alberto Czamonsky			Comerciante/industrialista	
				06/03/1921- nada importante
				22/01/1922 – falta de quorum
Gabriel Bastos	Assim como a diretoria anterior, foram reconduzidos por aclamação, apenas mudando Arquimimo Miranda, substituído por Almiro Ilha			29/01/1922 – enfatiza a importância dos comerciantes de Carazinho se unirem e criarem um partido político, sem outra aspiração, a não ser a defender o progresso da terra, a exemplo do que estão fazendo sobre a diminuição do imposto de renda sobre os lucros, considerado abusivo.
Almiro Ilha				
Virgílio Porto	Presidente			12/06/1924 – eleição da nova diretoria
Otto Bade	Vice-presidente			
Gustavo Otto	Comissão de contas			
Almiro Ilha	Comissão de contas			
Ivo Ferreira	Comissão de contas			



Henrique Scarpellini Ghezzi	1º secretário			
Gustavo Otto	2º secretário			
Almiro Ilha	1º tesoureiro			
Olinto Oliveira	2º tesoureiro			
Max Ávila	Presidente			26/03/1928 /eleita por aclamação
Apparicio Langaro	Vice-presidente			
Antonio N. Camargo	1º secretário			
Victor Issler	2º secretário			
Luiz Busato	1º tesoureiro			
Honório Carvalho	2º tesoureiro			
Pedro Julio Garcia	Comissão fiscal			
Victorio Dinardo	Comissão fiscal			
Antonio Veiga Farias	Comissão fiscal			
				09/07/1928 organizar na sede comercial um mostruário dos produtos industriais do município
Gabriel Bastos	Presidente			19/02/1931 – ênfase que Passo Fundo era um dos municípios + adiantados do RS – eleição por aclamação
Max Ávila	Vice-presidente			
Theodoro Ilha	1º secretário			
Geolar Caminha	2º secretario			
Apparico Langaro	Tesoureiro			05/04/1931 estatuto pré-elaborado, leitura
Pindaro Annes	Comissão fiscal			03/05/1931 – complementação da diretoria/classificação dos comerciantes da cidade em 4 classes, cf estatuto, mas não constam na ata
Olynto Oliveira	Comissão fiscal			
João de Cezaro	Comissão fiscal			
Innocencio Pinto	Comissão fiscal			
Conrado Rodrigues	Comissão fiscal			
Antonio Veiga Farias	Comissão arbitral			
Ernesto Morsch	Comissão arbitral			
Henrique Scarpellini Ghezzi	Comissão arbitral			
Theodoro Ilha	Comissão organizadora de exposição de amostras			
Antonio J. Rocha Deodoro Homsisch	Comissão organizadora de exposição de amostras			
Maurício Langaro	Comissão organizadora de exposição de amostras			
Geolar Caminha	Comissão organizadora de			

	exposição de amostras			
Almiro Ilha	Comissão angariar sócios			
Pedro J. Estácio	Comissão angariar sócios			
Antonio Giovarina	Comissão angariar sócios			
Quinto Giongo	Comissão angariar sócios			
Cantídio Pinto de Moraes	Comissão angariar sócios			
Benjamin Rosado	Comissão angariar sócios			
Archimimo Miranda	Comissão angariar sócios			
Victor Issler	Comissão angariar sócios			
Luiz Busato	Comissão angariar sócios			
Victorio Dinardo	Diretores de Mercadorias			
Hiran Bastos	Diretores de Mercadorias.			
Olívio Giovarina	Diretores de Mercadorias			
Juvenal da Luz	Diretores de Mercadorias			
Medardo Rodrigues	Diretores de Mercadorias			
Ivo Ferreira	Diretores de Mercadorias			
João A. Miotto	Diretores de Mercadorias			
Otto Bade	Diretores de Mercadorias			
Ernesto Busato	Diretores de Mercadorias			
Oribe Marques	Diretores de Mercadorias			
Schay Schubsky	Diretores de Mercadorias			
João B. Rotta	Diretores de Mercadorias			
Walter Barbieux	2º tesoureiro -			
				07/06/1931 – nada a registrar
				06/01/1932 – nada a registrar
				18/02/1932 – registro de 118 sócios inscritos
				19/02/1932 – conscientização do desinteresse dos sócios pela associação comercial
				06/03/1932 – não compareceu número suficiente de sócios
				22/03/1932 – idem
				19/02/1933 – idem
				05/03/1933 – idem
Max Ávila	Presidente			02/04/1933 - realizada eleição da diretoria após inúmeras tentativas
Pindaro Annes	Vice-presidente			
Otto Bade	Comissão fiscal			
Gabriel Bastos	Comissão fiscal			

Ernesto Morsch	Comissão fiscal			
Eduardo Kurtz	Comissão de sindicância			
Olívio Giovanina	Comissão de sindicância			
Victor Issler	Comissão de sindicância			
				25/06/1933 reunião IMPORTANTÍSSIMA associados demonstram preocupação com a notícia de que o Governo do Estado pretende desanexar alguns distritos de Passo Fundo para anexá-los a outros. Ata n. 22, folha 16.
Arthur Langaro	Presidente			02/07/1935 – eleição diretoria
Walter Barbieux	Vice-presidente			
Oscar Kurtz	Comissão fiscal			
Olívio Giovanina	Comissão fiscal			
Júlio Fontoura	Comissão fiscal			
Ervino Crusius	Comissão fiscal			
Eduardo Durgante	1º secretário			06/04/1936 – inclusão de sócios – autorizada para Max Ávila, que reside em POÁ, para representar a entidade junto à Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
Hermínio Silveira	2º secretário			
Helio Morsch	1º tesoureiro			
Francisco Berbowitz	2º tesoureiro			
				13/04/1936 – decisão do horário de funcionamento do comércio, estabelecendo um horário de verão- ata n.26, folha 20, verso
				20/04/1936 – assuntos importantes: combate à taxa bromatológica (Para padronizar tipos, proteção a produtos); taxa de exportação para outros estados, cobrada dos moinhos da região para exportar farinha para outros estados via terrestre, ao passo que por via marítima, por Pelotas, Rio Grande e POA não é cobrada
Raul Pilla	Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do RS em 1936, os produtores de erva-mate se sentem em desigualdade com municípios vizinhos, p. 22.			
				27/04/1936 – para pedir a interposição de um mandado de segurança contra o imposto de 1% sobre as vendas mercantis

				25/05/1936 – inauguração de sede própria
				06/07/1936 – resposta de Raul Pilla negando a redução da taxa bromatológica, p. 24 verso. A entidade resolveu se reunir a outras co-irmãs da serra para realizar um conclave sobre a questão da taxa.
Nabuco Zirbes	Representante da União Ervateira Ltda			20/11/1936 – divulgação da criação de uma nova taxa criada pelo governo estadual - Taxa sobre os artigos da produção da região sob a égide de defesa agro-pecuária. A assembleia enviará à Assembleia seus protesto e a discordância pois os empresários argumentam que há um discordância entre as taxas cobradas pela herva-mate, o álcool e o fumo. Isso ajuda a fortalecer o monopólio desse segmento. Passado telegrama enérgico para POA – verso f. 27.
Túlio Fontoura	Diretor do Diário da Manhã			
Aníbal di Primo Beck	Novo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do RS			
				07/01/1937 – pedido a VARIG de prolongamento da linha aérea - por aspiração das classes conservadoras, p. 28 verso Pedido de revisão nos tributos sobre o setor tríticola o moageiro. Preocupação com o reflorestamento dos pinhais
				05/02/1937 – reforma estatuto e eleição nova diretoria. Pagamento das mensalidades conforme as classes dos sócios: 1ª classe: fabricantes, industrialistas, exportadores, fazendeiros, casas comerciais, particulares com capital igual ou inferior a 50.000/000. 2ª classe: mesmas discriminações c/capital inferior a 50.000/000; 3ª classe a diretoria estima o capital.
Arthur Langaro	Presidente			Ata de 5/02/1937 – eleição diretoria
Walter Barbieux	Vice-presidente			
Olívio Giovanina	Comissão fiscal			
Oscar Kurtz	Comissão fiscal			
Barnabé Almeida	Comissão fiscal			
Helio Morsch	Comissão fiscal			
Nabuco Zirbes	Comissão fiscal			
Aparício Langaro	Comissão fiscal			
Alberto Morsch	Comissão de sindicância			
Ervino Crusius	Comissão de sindicância			
Júlio Fontoura	Comissão de sindicância			

Hélio Morsch	Comissão de sindicância			
Eduardo Durgante	1º secretário			
Wolmar Santon	2º secretário			
Dionísio Langaro	1º tesoureiro			
Maggi de Cesaro	2º tesoureiro			
Viriato Dutra	Secretário da Agricultura do RS			Página 35, pedido da interferência de Nicolau de Araújo Vergueiro, junto ao Presidente da República para a construção de prédio próprio para o Correio. Obtiveram êxito porque Getúlio Vargas através de Vergueiro disse que atenderia às classes conservadoras locais com a construção.
Verdi de Cesaro				Pedido pela Associação Comercial para ser correspondente do Correio do Povo em Passo Fundo, verso f. 35.
Nelson Ehleib	Vice-prefeito de Passo Fundo			
Maurício Cardoso	Interventor Federal interino			
Valdemar Langaro	Diretor presidente da Cooperativa Federada de Madeiras de Passo Fundo			
Heitor Siqueira	Inspetor da Fazenda			
Registro de caso inédito na história do RS, verso da f.37				Subvenção à firma Viúva F. Della Méa e Filhos, tornando panificável a farinha de mandioca.
Lindolfo Collor	Secretário da Fazenda			
Xavier da Rocha	Secretário de Obras Públicas			Fundação do comitê pró-construção da estrada de ferro Alfredo Chaves-Passo Fundo, em 3 de junho de 1937.
Henrique Scarpellini Ghezzi	Delegado da Associação Comercial de Passo Fundo em POA			
Arthur Langaro	Presidente			18/02/1938 – eleição da diretoria
Francisco <u>Berlowitz</u>	Vice-presidente			
Helio Morsch	Conselho fiscal			
Walter Barbieux	Conselho fiscal			
Dionísio Langaro	Conselho fiscal			
Olinto Oliveira	Comissão de sindicância			
Waldemar Langaro	Comissão de sindicância			
Ernesto Busato	Comissão de sindicância			
João Schapke Jr.	1º secretário			
Onildo Gomide	2º secretário			
Dionísio Langaro	1º tesoureiro			
Ervino Crussius	2º tesoureiro			

Celso Fiori	Consultor jurídico			
Henrique Scarpellini Ghezzi	Reconduzido à função de Delegado da Associação Comercial de Pfuno em POA			
Cel. Cordeiro de Farias	Interventor			
Olimpio Araújo	Engenheiro chefe da 6ª residência da DAER			
Arthur Langaro	Presidente			19/02/1940 eleição da diretoria
Francisco Berlowitz	Vice-presidente			
Walter Barbieux	Conselho fiscal			
Carlos Rotta	Conselho fiscal			
Hélio Morsch	Conselho fiscal			
Otto Bade	Comissão de sindicância			
Dorval Miranda	Comissão de sindicância			
João Schapke Jr.	Comissão de sindicância			
Onildo Gomide	1º secretário			
Agenor Bastos	2º secretário			
Ervino Crisius	1º tesoureiro			
Nicanor Oltramari	2º tesoureiro			
Celso Fiori	Consultor jurídico			
				14/6/1939 – posição contrária ao desmembramento do município de Sarandi
Artur Langaro	Presidente			18/03/1940 – eleição diretoria
Francisco Berlowitz	Vice-presidente			
Otto Bade	Conselho fiscal			
Jayme Laus	Conselho fiscal			
Hélio Morsch	Conselho fiscal			
Pindaro Annes	Comissão de sindicância			
Tristão Ferreira	Comissão de sindicância			
Isaac Birman	Comissão de sindicância			
Antonio Veiga Farias	Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro			Em 02/03/1940 – ganhou o título de sócio benemérito da Associação Comercial de Passo Fundo
Onildo Gomide	1º secretário			
Ricardo Vargas	2º secretário			
Ervino Crussius	1º tesoureiro			
Nicanor Oltramari	2º tesoureiro			
Celso Fiori	Conselheiro jurídico			

Henrique Scarpellini Ghezzi	Reconduzido à função de Delegado da Associação Comercial de Passo Fundo em POA			
Dr. Coelho de Souza	Secretário da Educação do RS			
Arthur Langaro	Presidente			26/12/1940 – posse diretoria
Jaime Laus	Vice-presidente			
Francisco Berlowitz	Conselho fiscal			
OLÍVIO Giavarina	Conselho fiscal			
Helio Morsch	Conselho fiscal			
Carlos Rotta	Comissão de sindicância			
Tristão Ferreira	Comissão de sindicância			
Walter Barbieux	Comissão de sindicância			
Ricardo Vargas	1º secretário			
Harri Becker	2º secretário			
Celeste Corá	1º tesoureiro			
Henrique Biazus	2º tesoureiro			
Celso Fiori	Consultor jurídico			
Major Olinto França	Comandante do 3º Batalhão de Regimento de Infantaria de PF			Presente na reunião como convidado de honra
Delmar Diogo	Ministério do Trabalho			
Max Ávila	Representante da Associação em Porto Alegre junto à Federação das Associações Comerciais do RS			
Assis Chateaubriand				Doação de um avião ao aéreo clube de Passo Fundo em 1941
Arthur Langaro	Presidente			07/12/1941 – eleição da nova diretoria para ser empossada em janeiro de 1942
Hélio Morsch	Vice-presidente			
Dionísio Langaro	Conselho fiscal			
Walter Barbieux	Conselho fiscal			
Francisco Berlowitz	Conselho fiscal			
Wilibaldo Reuhaus	Conselho fiscal			
Olívio Giovanina	Comissão de sindicância			
Balduino Gehn	Comissão de sindicância			
Edmundo Trein	Comissão de sindicância			
Ricardo Vargas	Comissão de sindicância			
Balduino Gehn	Presidente			24/01/1943 – posse diretoria

Olívio Giovanina	Vice-presidente			
Celeste Correia	1ª secretária			
Clemente de Almeida	2º secretário			
Adolfo Floriani	1º tesoureiro			
Helio Morsch	2º tesoureiro			
Carlos Ro	Conselho fiscal			
Isaac Birmam	Conselho fiscal			
Donísio Langaro	Conselho fiscal			
Mariano Petraco	Comissão de sindicância			
Ernesto Morsch	Comissão de sindicância			
Mirian A Bastos	Comissão de sindicância			
Cel Ernesto Dorneles	Nomeado Interventor do RS			25/09/1943
Vilson Graeff	Prefeito da Comarca de Passo Fundo			
Olinto Oliveira	Presidente			30/01/1944 – posse diretoria
Olívio Giovanina	Vice-presidente			
Artur Langaro	Conselho Fiscal			
Helio Morsch	Conselho fiscal			
Manoel Bastos	Conselho fiscal			
Isaac Birmam	Comissão de sindicância			
Wolmar Salton	Comissão de sindicância			
Otto Bade	Comissão de sindicância			
Clemente Almeida	1º secretário			
João Duarte	2º secretário			
Nicandro Oltramari	1º tesoureiro			
Adolfo João Floriani	2º tesoureiro			
Danie Dipp	Consultor Jurídico			
Max Avila	Representante da Associação junto à Federasul			
Recebido convite para posse do prefeito de Passo Fundo, nomeado, sr. Arthur Ferreira Filho, no dia 28 de outubro de 44				24/10/1944
Ernesto Dornelles	Interventor do RS em 1945			Visitado em POÁ pela diretoria da Associação Comercial de Passo Fundo
Olinto Oliveira	Presidente			25/02/1945 Eleição nova diretoria
Nicandro Oltramari	Vice-presidente			



Francisco Bertowitz	Conselho fiscal			
Arthur Langaro	Conselho fiscal			
Olívio Giovanina	Conselho fiscal			
Clemente Almeida	1º Secretário			
João....verso folha 95	2º Secretario			
Laheic Faufa Cardoso	1º Tesoureiro			
Mariano...verso folha 95	2º Tesoureiro			
Gaston Englert	Eleito p/Câmara			Janeiro de 1946, p. 98
Nicolau Vergueiro	Eleito para Câmara			Janeiro de 1946, p. 98
Antonio Azambuja	Eleito para Câmara			Janeiro de 1946, p. 98
Nicandro Oltramari	Presidente			10/03/1946 eleição nova diretoria
Wolmar Salton	Vice-presidente			
Evaristo Tagliari	Conselho fiscal			
Bernardino Bento	Conselho fiscal			
Theodoro Kampits	Conselho fiscal			
Maggi de Cesaro	1º Secretário			
Nilo Amorim	2º Secretário			
Alexandre Busato	1º Tesoureiro			
Arualdo Bertoldo	2º Tesoureiro			
Dr. Daniel Dipp	Consultor Jurídico			
Evaristo Tagliari	Conselho fiscal			
Theodoro Kampitz	Conselho fiscal			
Bernardino Bento	Conselho fiscal			
GABRIEL PEREIRA DA COSTA BASTOS	NASCIDO EM Santa Maria mas fez várias coisas por Passo Fundo			Em 24 de junho de 1927 inaugurou o Banco Popular de Passo Fundo, participou dessa ação também Armando de Araújo Annes/ participante da elite política de Passo Fundo na época
Dr. Azambuja				Reconhecimento pela sua interferência na construção de casas populares para Passo Fundo, em agosto de 1946 – verso da folha 3.

Fonte: Síntese elaborada pela autora através da base de dados das Atas da Associação Comercial de Passo Fundo, de 1921-1945.

RESUMO DOS PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PASSO FUNDO	
Gabriel Bastos	25/01/1921 e 19/02/1931
Virgílio Porto	12/06/1924
Max Ávila	26/03/1928 e 02/04/1933
Arthur Langaro	02/07/1935 e 05/02/1937 18/02/1938 e 19/02/1940 18/03/1940 e 26/12/1940 07/12/1941
Balduino Gehn	24/01/1943
Olinto Oliveira	30/01/1944 e 25/02/1945
Nicandro Oltramari	10/03/1946

Fonte: Síntese elaborada pela autora através da base de dados das Atas da Associação Comercial de Passo Fundo, de 1921-1945.

**ANEXO H- Quadro de Integrantes da Elite Econômica de Carazinho de 1930 a 1955 conforme Atas da Associação Comercial de Carazinho.**

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Romeu Scheibe	CONVITE			Reunião diretoria em 10/06/1938
Eurico Araújo	CONVITE			
Ernesto Dable	CONVITE			
Olinto Vargas	CONVITE			
Laureano Sehn	CONVITE			
Raimundo Kloeckner	CONVITE			
Aparício Nunes	CONVITE			
Hugo Fetzer	CONVITE			
Theodoro Diefenthaler	CONVITE			
Fioravante Barleze	CONVITE			
Alberico Azevedo	CONVITE			
Lauro Sehn	CONVITE			
Arnaldo Scheibe	Presidente			Ata sem número de 11/03/1942 – eleição da diretoria
Balduino Plaetsch	1º Tesoureiro			
Manoel Osório Menegaz	2º Tesoureiro			
José Cirne Candiota	Representar a Associação Comercial junto à Federação das Associações do RS			19/05/1942
Alencar Pacheco de Lima	Fiscal do Instituto dos Comerciantes			17/08/1942
Arnaldo Scheibe	Presidente			Eleição diretoria- 07/12/1942
Bruno Buchholz	Vice-presidente			
Edgar Kasper	1º secretário			
Antonio Ferreira	2º secretário			
Balduino Plaetsch	1º Tesoureiro			
João Bassani	2º Tesoureiro			
Aparício Nunes	Conselho Fiscal			
Romeu Scheibe	Conselho Fiscal			
Laureano Sehn	Conselho fiscal			
Alexandre Dambrós	Conselho fiscal			
				Em 11 de março de 1943, reclamação contra o

				imposto de indústrias e profissões
Jorge Fonseca Pires	Juiz de Direito da Comarca de Carazinho			Em março de 1943
				Em 30 de julho de 1943, estudo da possibilidade de construção de campo de aviação, formada comissão para estudar assunto
Dr. Eurico Araújo	Presidente			Eleição diretoria para 1944
Dr. Anito Petry	Vice-presidente			
Dr. Edgar Luiz Kasper	1º secretário			
Hugo Fetzer	2º secretário			
Humberto Gobbi	1º tesoureiro			
Ernesto Parmeggiani	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Conselho diretor			
Otero Junqueira	Conselho diretor			
Alfredo P. Schmitz	Conselho diretor			
J. Cláudio Chassot	Conselho diretor			
Augusto Machado	Conselho diretor			
Walter Scherer	Conselho diretor			
Dr. Eurico Araújo	Presidente – reeleito			Eleição diretoria para 1945 – em 10 de janeiro
Eduardo Graeff	Vice-presidente			
Henrique Thormann	1º secretário			
Laureano Sehn	2º secretário			
Balduino Plaetsch	1º tesoureiro			
Armando Barleze	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Conselho fiscal			
Armando Scheibe	Conselho fiscal			
Wilmar Fonseca	Conselho fiscal			
Balduino Lauxen	Conselho fiscal			
Homero Guerra	Conselho fiscal			
Luiz Menezes	Conselho fiscal			
Anito Petry	Presidente			Diretoria de 1946
Otto Gerhardt	Vice-presidente			
Raimundo Neddel	1º secretário			
João Cláudio Chassot	2º secretário			
Armando Scágliã Barleze	1º tesoureiro			
Olmiro Ramos	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Conselho fiscal			

Hugo Fetzter	Conselho fiscal			
Wilmar Fonseca	Conselho fiscal			
Aparício Nunes	Conselho fiscal			
Balduino Lauxen	Conselho fiscal			
				Fornecimento de vagões da Viação Férrea para transportar farinha de mandioca e outros cereais (1946)
				Proposta de fechamento do comércio e indústria enquanto as forças permanecessem em Carazinho, devido à brutalidade demonstrada pelas mesmas – 1946
<i>OUTRAS ATAS – AS NUMERADAS, A PARTIR DE 1932</i>				
Garibaldi Battello	Presidente			03 de janeiro de 1932 eleição diretoria
Eduardo Graeff	Vice-presidente			
Pedro Sturm	1º secretário			
Albino Weisheimer	2º secretário			
Camilo Scherer	1º tesoureiro			
J. Albino Gerhardt	2º tesoureiro			
Banco Nacional do Comércio, Banco da Província	Diretores			
Referência ao Governo Provisório sobre o câmbio de exportação				9 de abril de 1932
Alberico Azevedo	Presidente			Abril de 1933 – eleição nova diretoria
Fernando Sudbrack	Vice-presidente			
Raymundo Nedel -	1º secretário			
Oscar Weidlich	2º secretário			
Aparício Nunes	1º tesoureiro			
Albino Gerhardt	2º tesoureiro			
Affonso Camino	Diretor			
Eduardo Graeff	Diretor			
Rosalvo Sherer	Diretor			
Adolfo Stangler	Diretor			
Rob Sehn	Diretor			
Alberico Azevedo – da Associação Comercial				Nomes representantes de segmentos de Carazinho em dezembro de 1933
Lauro Sehn – atacadista				

Arno Lemos Pereira – fazendeiros				
João Bassani – varejistas				
Mobilização de todos para a extinção das taxas bromatológicas que incidem sobre diversos produtos do Estado: banha, milho, cebola, erva-mate, vinho e álcool. Pedido de extinção da taxa de fiscalização e reflorestamento aplicada sobre cada quilo de madeira DEZEMBRO -1934				
Preocupação dos associados e da diretoria da Associação Comercial com o fornecimento de força e luz para o município. Homero Guerra – residindo em POA tem condições de auxiliar neste sentido. Exigem que a Prefeitura se posicione e ajude a conseguir a força e luz necessárias para que o comércio e a indústria tenham condições de se desenvolver. – 1936				
Eduardo Graeff	Presidente			15 de agosto de 1936 – eleição nova diretoria
Fioravante Barlese	Vice-presidente			
Romeu Scheibe	1º secretário			
Albino Sehn	2º secretário			
Aparício Nunes	1º tesoureiro			
Nelson Sambaquy	2º tesoureiro			
Alberico Azevedo	Diretor			
Arthur Fontoura da Motta	Diretor			
Laureano Sehn	Diretor			
Dr. Eurico Araújo	Diretor			
Antonio Augusto Graeff	Diretor			
				Ata de 2/11/1936 referencia à criação de uma taxa de defesa agro-pecuária por parte do governo estadual
				Ata de 10 de março de 1937 – solicitar a elevação de categoria da agencia dos correios e telegráficos da vila em estudo.
				23 de agosto de 1937 – telegrafar para o Presidente Getúlio Vargas solicitando a construção de uma sede própria para o Correio e Telégrafo.
				20 de setembro de 1937 – recebida resposta de Getúlio Vargas sobre a construção dos Correios e Telégrafos
Astrogildo Molina	Inspetor Da Viação Férrea do RGS na região em 1937.			
Intensificadas as tratativas para a construção da estrada Carazinho-Tamandaré				
Romeu Scheibe	Presidente			20 de dezembro de 1937 – eleição de nova diretoria
Eurico Araújo	Vice-presidente			
Ernesto Dable	1º Secretário			
Olinto Vargas	2º Secretário			
Laureano Sehn	1º tesoureiro			

Raymundo Kloeckner	2º tesoureiro			
Aparício Nunes	Diretor			
Hugo Fetzer	Diretor			
Theodoro Piofenthaler	Diretor			
F. Barboza	Diretor			
Alberico Azevedo	Diretor			
Ênfase no problema da deficiência de transporte no Estado do RS				Reunião de 13 de março de 1938
Discussão sobre o impasse na construção da Ponte sobre o Rio Turvo, pois Passo Fundo não quer auxiliar com 50% das despesas. Também início das tratativas para a construção da Usina do Alto Jacuí – comitê liderado por Romeu Scheibe				29 de abril de 1938
A Associação telegrafa ao interventor estadual para dizer do descontentamento em relação à cobrança do Imposto de Vendas Mercantis, considerado abusivo e de prejuízo para o comércio local, diante do excessivo rigor da fiscalização por parte do Inspetor da Fazenda – Heitor Siqueira - que atuou em Carazinho.				4 de agosto de 1938
Devido ao excesso cometido pelo inspetor da fazenda, a associação resolve constituir uma comissão para viajar pelo interior de Carazinho e documentar os abusos sofridos pelos associados. Na mesma reunião exposição das vantagens de se pertencer a um Sindicato dos Empregadores.				8 de agosto de 1938
Registro na ata da satisfação dos membros da Associação pela atuação das classes conservadoras (ROMEUS SCHEIBE e ERNESTO DABLE) no sentido de agilizar junto ao governo do Estado os problemas enfrentados em Carazinho, tais como: O excesso do inspetor junto ao comércio, a melhoria nas estradas, a ampliação de luz e força e também a instalação através da VARIG de um campo de pouso no município.				29 de agosto de 1938

A associação comercial começa a se mobilizar pela construção da estrada Carazinho-Taquarussu, inicialmente junto ao DAER.				20 de outubro de 1938
Romeu Scheibe	Presidente			20 de dezembro de 1938 – eleição nova diretoria
Eurico Araújo	Vice-presidente			
Ernesto Dable	1º secretário			
Olintho Vargas	2º secretário			
José Veríssimo Noronha Filho	1º tesoureiro			
Raimundo Kloeckner	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Diretor			
Aparício Nunes	Diretor			
Theodoro Diefenthaler	Diretor			
Olmiro Ramos	Diretor			
Ernesto José Annoni	Diretor			
A reunião trata do assunto da cobrança da taxa de longa distancia dos associados, contrariando o contrato firmado com a empresa estatal				13 de fevereiro de 1939
Estudo da possibilidade da instalação de um campo experimental de mandioca. Autorização para que ERNESTO DABLE assumira a liderança nas tratativas de trazer uma agencia do Banco do Brasil para Carazinho.				17 de abril de 1939
A associação começa a gestionar a construção da estrada Carazinho/ Não-me-toque.				31 de maio de 1939
A reunião elenca prioridades: a) força e luz para Carazinho e PFundo; b) construção de estradas de rodagem para a serra sem perda de tempo; c) campo experimental para mandioca; d) falta de pontualidade no pagamento da VFRGS e DAER. Solicitação direta a Getúlio Vargas de mais vagões para a região norte, pois o Chefe do Tráfego Estadual não deu atenção à solicitação, que foi feita muitas vezes.				2 de agosto de 1939
Registro do sistema de viagem: trem 3 vezes por semana direto pra São Paulo.				20 de outubro de 1939
Olmiro Ramos	Presidente			11 de dezembro de 1939 – eleição de nova diretoria
Eurico Araújo	Vice-presidente			



Ernesto Dable	1º Secretário			
Olinto Vargas	2º secretário			
José Noronha	1º tesoureiro			
Raimundo Kloeckner	2º tesoureiro			
Romeu Scheibe	Diretor			
Aparício Nunes	Diretor			
Theodoro Dufenshaller	Diretor			
Bruno Buchholtz	Diretor			
Ernesto Annoni	Diretor			13 de março de 1940 – reunião onde constata a complexidade de se entender as leis vigentes no país. Também o aumento da pauta para exportação de madeiras com o melhoramento da estação da via férrea através da sua ampliação – cobertura da plataforma com uma marquise de concreto armado. Reclamações da ineficiência dos serviços prestados pelos correios e telégrafos
				7 de outubro de 1940 – a Associação envia um telegrama ao DEPUTADO ADMINISTRADOR DO ESTADO para reforço de verba no melhoramento da Avenida Flores da Cunha.
Há uma lacuna de dois anos nas atas, de 1940 passa para 1942, com numeração seqüencial, ou seja, da ata 130, de 1940 passa para a ata 131 de 1942, sem registrar se houve ou não novas eleições de diretoria, apenas se referindo à atuação do vice-presidente em exercício.				
				30 de abril de 1942 – eleições diretoria
José Veríssimo de Noronha Filho	Presidente			
Bruno Buchholz	Vice-presidente			
Ernesto Dable	1º secretário			
Antonio Ferreira	2º secretário			
Raimundo K.	1º tesoureiro			
Arlindo Sehn	2º tesoureiro			
Eurico Araújo	Diretor			
Romeu Scheibe	Diretor			
Theodoro Dief...	Diretor			
Aparício Nunes	Diretor			
Ernesto José Annoni	Diretor			
A Associação telegrafa para Getúlio Vargas manifestando solidariedade diante da situação política por que passa todo o continente Americano				30 de dezembro de 1941

Manifestação de solidariedade ao interventor Cel. Cordeiro de Farias pela sua também solidariedade apresentada a Getúlio Vargas pela situação política do continente americano.				6 de janeiro de 1942
As últimas atas estavam escritas sob o nome de Sindicato da Indústria da Extração de Madeiras, no Estado do RS.				

Fonte: síntese elaborada pela autora, através de dados das Atas da Associação Comercial de Carazinho, de 1930 a 1945.

RESUMO DOS PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CARAZINHO				
Eduardo Graeff	1929-1930 e 1936 a 1937			
Dr. Eurico Araújo	1931-1932 e 1945			
Alberto Azevedo	1933-1935			
Romeu Scheibe	1938-1939			
Olmiro Ramos	1940			
José Veríssimo de Noronha Fº	1941			
Arnaldo Scheibe	1942-1943			
Anito Zeno Petry	1944-1946			

Fonte: síntese elaborada pela autora, através de dados das Atas da Associação Comercial de Carazinho, de 1930 a 1945.

**ANEXO I- Quadro da Situação industrial do município de Carazinho em 1937**

<i>Classe e espécie</i>	<i>Nº de fábricas ou oficinas</i>	<i>Capital</i>	<i>Número de operários</i>	<i>Força motriz em HP</i>	<i>Valor da produção</i>
Indústrias de couros, peles e outras matérias duras do reino animal - cortumes ..	2	642:000\$	132	1,5	1.727:728\$
Indústria de madeira					
a) Serrarias	50	1.584:000	236	790	3.033:733\$
b) Fábricas de caixas de madeiras	2	750:000\$	31	93	1.593:840\$
Metalurgia					
a) Ferrarias	8	3.000\$	6	1	48:534\$
b) Fábrica de balanças	1	15:000\$	1	-	16:000\$
Cerâmicas					
a) Olarias	8	131:000\$	21	38,5	79:630\$
Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos					
Fábrica de Sabão	1	20:000\$	1	-	67:200\$
Fábrica de gasosa	2	11:000\$	1	-	8:750\$
Fábrica de gasosa e soda	1	6.000\$	-	-	9:800\$
Indústria de alimentação					
a) moinho de milho	1	30:000\$	1	10	300:000\$
b) Padaria	1	25:000\$	2	3	83:700\$
c) torrefação e moagem de café	4	105:000\$	6	36	194:678\$
d) Fábrica de cerveja	2	6:000\$	2	-	20:920\$
Indústria do vestuário e toucador					
a) Alfaiatarias	5	35:700\$	13	-	128:655\$
Indústria de mobiliário					
a) Fábrica de móveis	3	33:000\$	6	12	54:520\$
Indústria de edificação					
a) Carpintarias	8	54:800\$	7	34	95:740\$
Construção de Aparelhos de Transporte					
a) selarias.	7	91:720\$	26	6	201:278\$
Produção e transmissão de forças físicas					
Fábricas de gelo	1	60:000\$	2	16	13:670\$

Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústria de luxo Tipografia	1	20:000\$	4	-	15:600\$
Indústria reunidas a) fábrica de cerveja e gasosa	1	10:000\$	-	-	15:000\$
Total geral	109	3.668:220\$	498	1.041	7.304:036\$

Fonte: Fonte: TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Diretoria Geral de Estatística. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 84-85.

### ANEXO J- Quadro da Situação industrial do município de Passo Fundo em 1937

Classe e espécie	Nº de fábricas ou oficinas	Capital	Número de operários	Força motriz em HP	Valor da produção
Indústrias têxteis					
Fábrica de chapéus de palha e vassouras	1	30:000\$	4	-	32:000\$
Fábrica de Vassouras	2	9:000\$	2	-	24:000\$
Indústrias de couros, peles e outras matérias duras do reino animal cortumes	4	13:000\$	3	-	28:800\$
Indústria de madeira					
a) Serrarias	158	6.825:000\$	1.059	3.176	7.455:120\$
b) Fábricas de caixas de madeiras	2	290:000\$	28	75	410:000\$
c) Armadoria	1	12:000\$	1	-	12:000\$
d) Fábrica de Aduelas	1	2:000\$	2	-	10:000\$
e) Tanoaria	1	3:000\$	-	-	5:000\$
Metalurgia					
a) Ferrarias	46	130:800\$	35	8	279:814\$
b) Fábrica de pregos	1	200:000\$	7	22,5	760:000\$
c) Funilaria	15	80:000\$	4	-	132:600\$
d) Oficina mecânica	11	173:100\$	26	27,5	298:600\$
e) Fábrica de máquinas industriais	1	350:000\$	38	35	340:000\$
Cerâmicas					
a) Olarias	15	165:000\$	37	-	127:050\$
b) Marmoraria	1	28:000\$	1	-	16:000\$
Indústria de alimentação					
a) Frigorífico	1	500:000\$	33	65	1.390:000\$
b).Refinaria de banha	1	400:000\$	6	51	720:000\$
c).Fábrica de cerveja	2	20:000\$	5	-	27:000\$
d) padaria, fábrica de massas e torrefação e moagem de café	1	100:000\$	14	12,5	246:500\$
d).Padaria	6	158:000\$	22	35,5	510:000\$
e)torrefação e moagem de café	4	38:000\$	4	11,5	138:000\$
f)moagem de café e descascador	2	250:000\$	16	27	510:000\$
g) fábrica de salame	2	224:000\$	4	-	94:000\$
h)fábrica de salame e lingüiça	1	4: 500\$	2	-	98:000\$
i)descascador de arroz	2	175:000\$	4	26	1.283:000\$
j)fábrica de doces	1	5:000\$	2	-	20:000\$

l)beneficiamento de arroz	1	250:000\$	3	35	275:000\$
k)moinho de trigo	2	130:000\$	10	42	946:000\$
m)moagem de trigo.	1	3.000:000\$	40	160	4.046:000\$
n)fábrica de caramelo	1	40:000\$	6	2	55:000\$
o)beneficiamento de erva mate	1	200:000\$	8	20	960:000\$
Indústria do vestuário e toucador					
a) Alfaiatarias	22	92:300\$	12	-	178:600\$
b) oficina de consertos de calçados	24	51:800\$	2	12	134:600\$
c) fábrica de calçados	1	10:000\$	2	-	12:000\$
d) fábrica de tamancos	1	5:000\$	-	-	6:000\$
e) fábrica de roupas brancas	1	1:000\$	1	-	16:000\$
f) fábrica de chapéus para senhoras	1	2:000\$	1	-	13:000\$
g)tinturarias	1	1:000\$	-	-	3:600\$
Indústria de mobiliário					
a) marcenaria	7	40:000\$	4	5	56:200\$
b) fábrica de cadeiras	1	4:000\$	2	-	12:000\$
c) fábrica de colchões	2	4:000\$	-	-	14:600\$
d)fábrica de móveis	3	63:000\$	14	16	124:000\$
e) fábrica de móveis de vime	1	1:000\$	-	-	7:200\$
Indústria de edificação					
a) Carpintarias	25	94:000\$	8	8	162:400\$
b) pedreiras	2	6:000\$	4	-	30:000\$
c) esquadrias	1	15:000\$	3	16	13:000\$
d) oficina de aparelhos de mármore	1	1:000\$	-	-	14:000\$
e) marmoraria	1	2:000\$	-	-	7:400\$
e) caieira	1	10:000\$	2	-	160:000\$
Construção de Aparelhos de Transporte					
a) selarias	14	103:000\$	9	30	138:400\$
b) correaria	1	1:500\$	-	-	8:000\$
c) fábrica de carroças	1	4:000\$	-	-	5:250\$
Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústria de luxo					
a) Tipografia	3	212:000\$	13	5,5	114:000\$
b) ourivesarias	4	39:000\$	3	-	46:600\$
c) oficina de consertos de jóias e relógios.	1	5:000\$	-	-	10:000\$
Indústria reunidas					
a) fábrica de mosaicos, soleiras e mármore	1	8:000\$	4	2	24:000\$
b) fábrica de cadeiras e louças de barro	1	2:000\$	4	3,5	18:000\$
c) carpintaria e armadoria	1	19:000\$	2	5	40:000\$

d) selaria e sapataria	1	3:000\$	-	-	4:900\$
e) selaria e curtumes	9	42:000\$	3	-	69:140\$
f) carpintaria, atafona e moinho	1	20:000\$	6	10	10:000\$
g) ferraria e carpintaria	3	12:000\$	2	-	27:600\$
h) serraria e moinho	5	180:000\$	33	122	183:000\$
i) serraria e atafona	1	22:000\$	8	20	34:000\$
j) fábrica de cerveja e gasosa	2	812:000\$	34	98	1.013:800\$
k) selaria e sapataria	1	3:000\$	-	-	5:900\$
l) curtume e sapataria	1	4:000\$	-	-	6 :000\$
m) carpintaria e marcearia	1	3:000\$	1	-	3:600\$
n) carpintaria e fábrica de carroças	1	5:000\$	1	2,5	6:400\$
o) curtume, selaria e fábrica de chinelo	1	6:000\$	2	2,5	6:400\$
p) carpintaria e fábrica de tamanco	1	6:000\$	-	-	9:600\$
q) alfaiataria e moinhos de erva mate	1	10:000\$	2	10	15:000\$
Total geral	450	15.663:400 \$	1619	4.185,5	24.272:614\$

Fonte: TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Diretoria Geral de Estatística. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 84-85.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL-MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?”  
ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

Santa Cruz do Sul, abril de 2008



Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO<sup>1</sup>?”**  
**ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl (UNISC)  
Co-Orientadora: Profa. Dra. Loiva Otero Félix (UFRGS)

Santa Cruz do Sul, abril de 2008

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que o título escolhido para a tese não tem a mesma conotação dada pelo antropólogo Roberto da Matta, que trabalha o jeitinho brasileiro no sentido de autoridade como, por exemplo, delegado, juiz, senador etc., na década de 1980 a 1990. Pelo contrário, neste trabalho a expressão “Sabes com quem estás falando?” deve ser entendida no sentido de dominação, violência simbólica, distinções e classificações no universo das representações sociais, detectadas, especialmente através das construções advindas dos recursos da análise de discurso protagonizadas por Pierre Bourdieu.

Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?”**  
**ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

*Prof. Dr. Mário Riedl*

Professor Orientador - UNISC

*Prof<sup>a</sup>. Dra. Loiva Otero Félix*

Professora Co-orientadora - UFRGS

*Prof. Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira*

*Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó*

*Prof. Dr. João Carlos Tedesco*

Ao meu marido, José Antônio Pinto Cavalheiro, pelo amor, dedicação e auxílio neste e em todos os momentos de minha vida.

Aos meus filhos Graciete e Leonardo, razões da minha existência, motivos de alegria e estímulos para continuar.

Ao meu pai, Carlos Sartori, *in memoriam*, e à minha mãe, Ida Sartori, pelas bases sólidas a partir das quais cresci.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Mário Riedl, Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e meu orientador, pela atenção, carinho e dedicação nas horas difíceis.

À Professora Dra. Loiva Otero Félix, minha co-orientadora, pela sua preocupação, incentivo, acompanhamento preciso e competente que me dispensou no desenvolvimento deste estudo.

Ao Professor Dr. Marcos A. F. Ferreira, pelo seu incentivo, carinho e atenção.

Ao Professor Dr. Inácio Helfer, pelo empenho em colaborar para o meu crescimento e conhecimento.

Aos meus familiares, por reafirmarem sua crença em mim e pelo auxílio na pesquisa documental.

Ao meu genro Fernando Saito, pela sua disposição e auxílio nos momentos difíceis de pane no computador, sempre solucionando com precisão e rapidez.

A minha querida maninha Ivana Dolejal Homem, pelo ombro amigo, atenção, carinho e auxílio para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu estimado amigo e colega Moacir, pelo seu carinho e incentivo nos momentos difíceis.

A minha querida amiga e colega Glória, por me fazer compreender o verdadeiro significado da palavra amizade.

A Cássia Andrada de Paula, secretária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pelo seu imenso carinho e rapidez nas informações.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela rapidez no atendimento às solicitações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela paciência, compreensão e atenção dispensados na mediação do conhecimento.

Aos colegas do doutorado, pelo incentivo e amizade.

Aos amigos, pelo carinho e compreensão.

Aos funcionários dos arquivos pesquisados, pelo interesse e dedicação dispensados.

A todos que contribuíram de alguma maneira para a elaboração e conclusão deste estudo.

*Só fazemos melhor aquilo que repetidamente  
insistimos em melhorar. A busca da excelência não  
deve ser um objetivo.  
E, sim, um hábito.  
(Aristóteles)*

## RESUMO

Este estudo teve a finalidade de investigar as articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como a contribuição das mesmas, no desenvolvimento econômico sul-rio-grandense entre 1930 a 1945, ou seja, na Era Vargas, nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. A hipótese levantada para nortear a pesquisa partiu do pressuposto de que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder através do poder econômico, numa demonstração de que àqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que o apoiaram em sua trajetória. Em se tratando do recorte conceitual, centramo-nos nas elites regionais gaúchas, entendida conotativamente como o grupo reduzido de pessoas que detinham o controle político da sociedade da época ocupando os cargos e funções institucionais. Quanto ao recorte operacional, levando em conta que a pesquisa buscou uma explicação histórica de um segmento das classes dominantes, ou seja, as elites políticas, optamos pelo procedimento técnico da pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, o método adotado foi o hipotético-dedutivo, pois a partir da hipótese formulada realizamos pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das Associações Comerciais, relatórios, jornais e telegramas. Os integrantes das elites políticas no período delimitado, em nível estadual e federal, foram determinados segundo o critério da frequência com que seus nomes fizeram parte do material pesquisado, além do partido político, período e designação que ocuparam no recorte temporal delimitado. Dessa forma, analisamos os critérios de posse e controle de cargos, evidenciando quem era, no período, presidente da República, governador, interventores, deputados federal e estadual. Através da técnica de elaboração de quadros compusemos os integrantes das elites políticas no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo e Carazinho, desvelando as particularidades sociais mais exigidas em cada grupo e sua evolução no tempo, pois tratamos da composição do capital e de atributos políticos, culturais, econômicos e sociais, para, então, observar a sua valorização ou não dentro do contexto do estudo. A técnica da análise discursiva permitiu reconhecer e analisar a dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política de cada membro considerado elite. Concluímos que as elites políticas faziam parte do contexto institucional de modo direto ou indireto, ocupando cargos e posições de confiança dos partidos políticos que davam suporte ao governo, especialmente ao federal, ao passo que as elites econômicas atuavam nos diversos segmentos da sociedade, destacando-se em diferentes ocupações e profissões. Assim, a inter-relação estabelecida entre as duas elites possibilitava que as elites políticas influenciassem os diferentes setores da sociedade, distribuindo recursos e representando os interesses das elites econômicas, que lhes dava suporte através da prestação de favores, apoios, colocação de “afiliados” em cargos políticos e outras ações análogas. O modelo de Estado proposto por Vargas, desenvolvimentista e intervencionista, se prestava para que as elites políticas se valessem do poder econômico para permanecerem atuando, o que é demonstrado ao longo da tese para o recorte histórico escolhido.

Palavras-chave: Elite política. Elite econômica. Poder. Desenvolvimento regional.

## **ABSTRACT**

This study had the purpose of investigating the political articulations established by regional elites, as well as their contribution to the process of economic development in the counties of Passo Fundo and Carazinho, between 1930 and 1945, the so called “Vargas Era”. The hypothesis raised to guide the research was based on the assumption that the political elites delimited their sphere of power through the economic power. Likewise, a demonstration that those who represented the economic forces in the surveyed counties were those influential in the regional political life, occupying important positions and indicated by the political parties that supported Getulio Vargas in his political trajectory. Contextually, the focus lies on the regional elites, a small group of people who had the political control of the society and also the control of the main economic organizations. Considering that the study looked for an historical explanation of the role of the political elites, we decided to use the hypothetical-deductive method. For this, we searched different sources, like newspapers, telegrams, reports from the Business Associations, life histories, biographies and historical archives. The members of the political elite during the study period were determined according to the frequency their names appeared on the material searched. Through this technique we compiled the members of the political elite in the State of Rio Grande do Sul, as well as in the counties of Passo Fundo and Carazinho, during the study period (1930 – 1945). The conclusion points to the confirmation of the hypothesis that the political elite was part of the institutional context in a direct or indirect way. It held key and confidential positions in political parties which supported the government, especially the federal government, while the economic elites were active in various sectors of society, outstanding in different occupations and professions. Thus, the inter-relationship between these two elites allowed the political elite to influence different sectors of society, distributing resources and representing the interests of the economic elite, which gave them support through the rendering of favors, placing political “affiliates” in public functions and other similar actions. The model of State proposed by Vargas, developmental and interventionist in essence, was useful for both the political elites and the economic elites, which is shown along the thesis for the selected historical period.

Keywords: Political elites. Economic elites. Power. Regional development.

## LISTA DE QUADROS

1 - Comparativo das eleições eleitorais de 1933-34 em Passo Fundo .....	143
2 - Representativo dos prefeitos que estiveram à frente da Prefeitura de Carazinho .....	180
3 - Dados estatísticos em toneladas, do boletim do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, da produção de grãos no Brasil 1929-1930 .....	250
4 - Demonstrativo das receitas e despesas no município de Passo Fundo de 1930 a 1945 .....	273
5 - Representativo do valor das exportações em Carazinho em 1938 .....	286



## **LISTA DE GRÁFICOS**

- 1 - Resultado das eleições em Passo Fundo e Carazinho para as eleições de 1933 ..... 132
- 2 - Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Federal ... 140
- 3 - Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Estadual ..141

## LISTA DE TABELAS

1 - Produtos exportados em Carazinho .....	285
2 - Demonstrativo da receita do Município de Carazinho/1936 .....	287
3 - Valores excedentes à receita/1936 .....	288
4 - Representativa da arrecadação de taxas 1938/1939 .....	292
5 - Demonstrativo do crescimento da renda estadual no município 1935/1938 .....	292
6 - Renda da estação férrea 1931/1939 .....	294
7 - Pessoas ocupadas por ramos de atividades no Rio Grande do Sul/1940 .....	300
8 - População por situação do domicílio, de Carazinho, Passo Fundo e RS/1940 .....	301
9 - Número de estabelecimentos por grupo de área total, em ha, em Carazinho e Passo Fundo/1940 .....	301
10 - Pessoas ocupadas por ramos de atividades em Carazinho e Passo Fundo/1940 .....	302
11 - Produto Interno Bruto setorial de Carazinho, Passo Fundo e RS/1939 .....	302
12 - Quocientes locacionais, por atividade, de Carazinho e Passo Fundo/1940 .....	303

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	Aliança Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CIB	Centro Industrial do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Social e Política
EUA	Estados Unidos da América
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FUG	Frente Única Gaúcha
LDN	Liga de Defesa Nacional
LEC	Liga Eleitoral Católica
LEP	Liga Eleitoral Proletária
MDP	Movimento Democrático Progressista
PAN	Partido Agrário Nacional
PCB	Partido Comunista do Brasil
PL	Partido Libertador
PPS	Partido Popular Sindicalista
PR	Partido Republicano
PRC	Partido Republicano Castilhistas
PRL	Partido Republicano Liberal
PRP	Partido de Representação Popular
PRR	Partido Republicano Riograndense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QL	Quoeficiente Locacional
RS	Rio Grande do Sul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
VARIG	Viação Aérea Rio-Grandense
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>1 O PERFIL E O COMPORTAMENTO DAS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL: 1930-1945 .....</b>	<b>41</b>
1.1 Contextualização nacional.....	41
1.2 Contextualização regional .....	52
1.3 Considerações acerca da classificação das elites.....	67
1.4 Conceitos de política, poder e elite.....	70
1.5 Conceito de elite política .....	78
1.6 Conceito de elite econômica.....	84
1.7 Formadores da elite política em nível de estado no período de 1930-1945 .....	88
<b>2 AS ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE PASSO FUNDO E CARAZINHO.....</b>	<b>95</b>
2.1 As elites regionais e a sua inserção histórico-nacional.....	99
2.1.1 A questão pró-emancipacionista de Carazinho .....	104
2.1.1.1 O memorial pró-emancipação de Carazinho .....	108
2.2 Características gerais das elites políticas em nível regional.....	112
2.2.1 A presença do coronelismo no Rio Grande do Sul e no Planalto Médio .....	116
2.3 A Revolução Constitucionalista de 1932 e sua repercussão nos municípios de Passo Fundo e Carazinho.....	120
2.4 A rearticulação do sistema partidário e a dissidência do PRL .....	124
2.4.1 As eleições para a Constituinte Federal de 1933.....	127
2.4.2 A eleição de 1934 para deputado federal e constituinte estadual.....	134
2.4.3 As eleições municipais em 1935 .....	142
2.5 A reconstitucionalização e o <i>modus vivendi</i> gaúcho .....	147
2.5.1 O Estado Novo .....	149
2.6 Composição das elites .....	169
2.6.1 A elite política de Passo Fundo .....	173
2.6.2 A elite política de Carazinho .....	176
2.7 Pontos convergentes e divergentes das elites políticas estaduais e regionais na época ...	182
2.7.1 As divergências em relação à emancipação de Carazinho .....	185
2.7.2 A cisão política em Carazinho e Passo Fundo.....	189
2.7.3 As divergências provocadas pelas eleições no Estado Novo .....	205
2.7.3.1 Divergências em Carazinho.....	205
2.7.3.2 Divergências em Passo Fundo.....	214
2.7.3.3 A redemocratização do pós-1945 .....	222
<b>3 A ATUAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS REGIONAL E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO MÉDIO .....</b>	<b>230</b>
3.1 As decisões - políticas nacional e estadual - e seu alcance econômico no estado gaúcho.....	234
3.1.1 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Passo Fundo.....	255
3.1.2 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Carazinho.....	274
3.1.3 Especialização: análise do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul, Carazinho e Passo Fundo com base no censo de 1940 .....	299

3.2 As decisões políticas e o alcance social nos municípios de Passo Fundo e Carazinho.....	304
3.2.1 Em Passo Fundo .....	319
3.2.2 Em Carazinho .....	321
3.3 A delimitação do poder das elites políticas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho e a manutenção do poder econômico .....	325

CONCLUSÃO.....	358
REFERÊNCIAS .....	366
FONTES DOCUMENTAIS .....	378
FONTES DE IMPRENSA LOCAL .....	380
LOCAIS DE PESQUISA .....	380

## Volume II

ANEXOS .....	385
ANEXO A - Mapas do Rio Grande do Sul de 1931 a 1944 e das regiões do Planalto Médio, Passo Fundo e Carazinho .....	382
ANEXO B - Quadro de integrantes da elite política do Rio Grande do Sul - Lista dos parlamentares gaúchos em nível estadual e federal/ 1929-1945.....	389
ANEXO C – Tabelas do resultado das eleições nos municípios de Passo Fundo e Carazinho em 1933 e 1934 .....	415
ANEXO D - Quadro de integrantes da elite política de Passo Fundo de 1930 a 1945 .....	416
ANEXO E - Quadro de integrantes da elite política de Carazinho de 1930 a 1945.....	441
ANEXO F – Vinculações políticas dos sujeitos envolvidos no contexto político Carazinhense .....	463
ANEXO G - Quadro de integrantes da elite econômica de Passo Fundo de 1921 a 1945 conforme atas da Associação Comercial de Passo Fundo.....	466
ANEXO H- Quadro de integrantes da elite econômica de Carazinho de 1930 a 1955 conforme atas da Associação Comercial de Carazinho.....	477
ANEXO I- Quadro da situação industrial do município de Carazinho em 1937 .....	486
ANEXO J- Quadro da situação industrial do município de Passo Fundo em 1937 .....	488

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre os processos, fatos, atores e, especialmente as relações do poder político nos âmbitos nacional e estadual continua despertando interesse no meio acadêmico, especialmente no que tange à interferência dessas em nível municipal, uma vez que repercutem na manutenção ou não do poder dos grupos à frente das decisões que afetam a vida dos cidadãos.

Neste estudo, tratamos da investigação histórica acerca dos pontos convergentes e divergentes nas articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como da sua contribuição para o desenvolvimento econômico sul-rio-grandense, no período de 1930 a 1945, retomando e aprofundando um dos aspectos desenvolvidos na dissertação efetuada no mestrado em História Regional, na Universidade de Passo Fundo, intitulada *Relações de Poder no Estado Novo: uma permanência sui generis - o caso Albino Hillebrand em Carazinho/RS*. Dando continuidade à pesquisa, avançamos em novas direções, diante da possibilidade percebida de explorar novas fontes, permitindo um conhecimento mais aprofundado sobre o período delimitado. Assim, analisamos as repercussões e situações políticas ocorridas no Rio Grande do Sul naquela época, as quais contribuíram para o desenvolvimento econômico em nível local, especificamente dos municípios de Passo Fundo e Carazinho.

Igualmente, nosso trabalho busca averiguar a atuação das elites políticas sul-rio-grandenses, a fim de obter resposta ao problema de pesquisa proposto, que investiga como as elites políticas e econômicas delimitavam suas esferas de poder e de que forma as subordinavam ao seu poder econômico. Ao propor este trabalho, em âmbito regional, buscamos, sobretudo no aspecto originalidade contribuir com as reflexões sobre as implicações acerca do universo da história regional e suas vinculações ao contexto nacional brasileiro. Nessa linha é importante ressaltar que fundamentamos nossa busca no pensamento de inúmeros autores, bem como em diversos textos que enfocam a temática, priorizando outras nuances, porém com abordagem próxima da que escolhemos.

Temos procurado, em nossos trabalhos anteriores<sup>2</sup>, clarificar que a compreensão do todo e das partes, do mundo e suas divisões, possibilita-nos preservar identidades sem descaracterizar o *locus* mais geral e, com isso, trazer uma contribuição para a história regional. Assim, as questões adstritas ao estudo da história regional, centradas na atuação da elite política, que se define por um grupo reduzido de pessoas que detêm o controle político de uma sociedade por ocupar cargos ou funções no âmbito do poder institucional, ganham destaque e merecem a nossa atenção, especialmente porque, em relação ao recorte geográfico e cronológico enfocado, os municípios de Passo Fundo e Carazinho, entre os anos de 1930 e 1945, não existem escritos sistematizados acerca da delimitação proposta.

Diante desse contexto, ampliamos a abrangência de nossa justificativa extrapolando para a averiguação *in loco* das fontes documentais existentes em arquivos municipais e estaduais acerca do desenvolvimento econômico regional, localizadas em nossa dissertação de mestrado, cuja temática envolveu o cenário político das interventorias no Rio Grande do Sul, destacando as trocas e manutenções de prefeitos no período de 1937 a 1945.

A questão norteadora naquela investigação<sup>3</sup> foi o caso da interventoria na cidade de Carazinho, as relações de poder no município no período estado-novista, tendo como objeto específico a administração do prefeito Albino Hillebrand e o desenvolvimento econômico do referido município durante sua gestão. Examinamos a imprensa local, dando destaque aos jornais *Jornal da Serra* e *Noticioso*, de Carazinho, e *O Nacional*, de Passo Fundo, bem como realizamos uma ampla pesquisa em arquivos públicos regionais e locais. Instiga-nos o desejo de desvelar esse contexto, ampliando, dessa forma, a temática desenvolvida no curso de mestrado a fim de contribuir com os estudos sobre as elites e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. A proposta deste trabalho de investigação acadêmica é analisar o complexo quadro socioeconômico e político do período em questão com base, especialmente, em acervos documentais disponíveis.

Quer nos parecer, salvo melhor juízo, que uma das abordagens que se impõe nesta pesquisa consiste na possibilidade da existência de uma diferenciação entre os conceitos de

---

<sup>2</sup> CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Imprensa e poder: o caso sui generis de Carazinho-RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>3</sup> *Ibid.*

elite política e elite econômica, embora a literatura disponível traga a idéia de que esses segmentos sociais são praticamente idênticos. No entanto, partimos da concepção de que existe uma diferença entre ambas, pois a elite política está ligada aos espaços de poder, à tomada de decisões, ao encaminhamento dos projetos de interesse mais amplos da sociedade, ao passo que a elite econômica depende das medidas, dos avanços e das tomadas de decisão da classe política, as quais possibilitam sua atuação nos setores industrial, comercial, madeireiro e agroindustrial, através de interventores, prefeitos, vereadores, líderes eleitos por partidos políticos. Assim, essa relação aponta a vinculação de poder nas esferas política e econômica dos contextos estudados, especialmente em se tratando do desenvolvimento da região. No entanto, discordamos de Luíz Pecoitts Targa, quando afirma que “no Rio Grande do Sul foi sempre o político que gerou o econômico”<sup>4</sup>, entendemos que o político serviu apenas como um canal de diálogo para sustentar os interesses das elites econômicas.

Enfatizamos uma proeminente contribuição para a análise política, na qual se insere o estudo da atuação das elites políticas e econômicas contemporâneas. No plano político, pela delimitação da trajetória dos parlamentares, identificamos a posição preferencial de operação, ou seja, se esta se encontra no próprio Poder Legislativo ou se é utilizada a carreira congressual como desvio para objetivos políticos mais significativos, em especial o acesso a cargos no Poder Executivo<sup>5</sup>. Para tanto, incluímos os conflitos ideológicos que são oriundos, por exemplo, da Revolução de 1930, bem como a disputa por cargos políticos por parte da elite governante e da não governante.

Em relação à inserção econômica, a incorporação de novos atores e a retirada de outros ocorrem em consonância com determinações do plano político. O importante nessas constatações reside, sobretudo, na continuidade e descontinuidade dos atores, que estão imbuídos de caráter de modernização conservadora no plano político, o que oportuniza uma discussão dos problemas gerados por relações de ordem econômica e política, situando-os no contexto do capitalismo tardio e dependente.

É nessa concepção que as elites se apossam de discursos não dominantes de demandas

---

<sup>4</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoitts (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 68-69.

<sup>5</sup> BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000. p. 08.



populares com o intento de construir um projeto nacional, de difundir uma idéia de participação e pertencimento nos assuntos relacionados ao poder público. Assim, o discurso político é o lugar mais apropriado para a invenção desse “projeto coletivo”. Foi a partir do discurso que as elites buscaram subjugar sentimentos minoritários locais identitários a um sentimento identitário nacional, submetendo qualquer sentimento de pertencimento a outros grupos, como, por exemplo, de crença religiosa, classe social, agremiações políticas, associações etc. Assim, o indivíduo tem a necessidade de se reconhecer como membro de uma nação pela qual deve abandonar interesses particulares em função do “bem comum”<sup>6</sup>.

A nação é uma categoria, uma construção simbólica que possui a sua origem associada a interesses específicos de grupos que fazem parte de uma elite político-econômica, a qual tomou para si, em nome do desenvolvimento público, a missão de unir populações pertencentes a um mesmo território. Entretanto, o projeto de nação que nasce para apoiar o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo como sistema e da burguesia como classe dominante e legítima “foge das mãos” dessas elites e torna-se patrimônio comum a todas as classes sociais, sendo passível de metamorfoses e reorganizações segundo a visão dos mais variados segmentos da sociedade<sup>7</sup>. O projeto de nação identificado neste trabalho é o projeto formulado pelas elites dominantes, de maneira especial pelas elites políticas e econômicas.

Nesse contexto de Estado-nação é importante recorrermos a Gauer, para quem

uma primeira observação a respeito da questão da história da construção do Estado-Nação no Brasil, diz respeito a uma perspectiva temporal. A relação da nação, com seu passado abrange uma temporalidade em três dimensões, cada uma delas possui um sentido específico. A primeira dimensão é aqui tratada como um passado coletivo, vivido no momento que inicia a construção das instituições do país. As representações criadas nessa dimensão funcionaram como um dado que pode ser presentificado por meio de recodificações que puderam ser constituídas no fluxo da temporalidade. Portanto, a ênfase atribuída a determinados fatos, assim como a importância conferida e a densidade na forma de abordá-los permitiu dar maior importância a alguns aspectos e estabelecer conexões entre eles e o tempo presente. Dessa forma, podemos presentificar o passado e por esse caminho mitificar determinados eventos. Situar-se em uma perspectiva atemporal, dar uma qualidade ao povo brasileiro, buscar explicar o cerne da alma da Nação, como se essa tivesse uma substancialidade, procurada por muitos e qualificada de várias formas como a de povo pacífico, generoso e cordial, é buscar encontrar a razão primeira, o passado, como uma realidade fixa e contínua, legitimadora de uma aderência temporal

---

<sup>6</sup> BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000. p. 07-08.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 08.

estruturante. A historiografia brasileira tem, ao logo dos séculos XIX e XX, procurado explicar a substancialidade nacional reatualizando o mito, a metáfora de uma identidade imaginada. O evento fundador vincula-se à necessidade de criar um sistema de representações que permita aos cidadãos brasileiros participarem, como uma coletividade, da noção de pertencimento. O discurso – a maneira como foi construído o sentido que influenciou e organizou as ações e as concepções que temos de nós – inscreve-se na história da fundação do Estado<sup>8</sup>.

É do conhecimento geral que o Brasil teve um processo de industrialização tardio, em grande parte provocado pelo primeiro conflito mundial e, posteriormente, por um contexto conjuntural de dificuldades para importar produtos industrializados e insumos, pela ociosidade de capital provocada pela crise do café, pelo reduzido mercado interno, bem como pela estrutura econômica e política existente até as primeiras décadas do século XX<sup>9</sup>.

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente, como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, o que é chamado de “capitalismo industrial”. O processo de industrialização em qualquer região supõe como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil, além de, correlatamente, implicar um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho<sup>10</sup>.

A economia cafeeira capitalista criou as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria ao gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social e passível de se transformar em capital produtivo industrial; ao transformar a própria força de trabalho em mercadoria e, finalmente, ao promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis<sup>11</sup>.

Não podemos negar que o movimento do capital cafeeiro, em relação ao capital industrial, beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da política econômica do Estado. O complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-

---

<sup>8</sup> GAUER, Ruth M. Chittó. O mito fundacional do estado-nação: violência e medo. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002. p. 01.

<sup>9</sup> TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 38.

<sup>10</sup> DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>11</sup> *Ibid.*

dinheiro, que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque atravessávamos um período exportador<sup>12</sup>.

A lucratividade dos projetos industriais teria sido favorecida pela queda da taxa de salários, pelo alto grau de proteção de que gozou a produção industrial e pelas isenções tarifárias concedidas à importação de máquinas e equipamentos, ainda que prejudicada pela elevação dos custos decorrentes das desvalorizações cambiais, que apenas em parte puderam ser transferidas para os preços<sup>13</sup>. O complexo exportador cafeeiro criou demanda não somente para bens de consumo, como também para meios de produção. Com as profundas desvalorizações cambiais e o comportamento da taxa de salários, a rentabilidade da indústria de bens de produção, como a siderúrgica, foi negativamente afetada em relação à indústria de bens de consumo, por se caracterizar por uma maior relação do capital com o trabalho e necessitar um maior componente importado dos elementos do capital constante<sup>14</sup>.

Nesse contexto, aceleram-se a concentração e a centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas à custa da liquidação de empresas marginais. A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista, está duplamente determinada: pela realização do capital cafeeiro e pela acumulação do capital industrial<sup>15</sup>.

O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. A recuperação da economia, promovida objetivamente pela política econômica do Estado, levou a que a capacidade ociosa criada pelo desfalecimento da demanda e, mesmo, em certos casos, a anterior à crise fosse preenchida. O capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas de inversão, com um risco baixo, na medida em que percorresse seu caminho natural, afrontando sempre as linhas de menor resistência: expandir a indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do

---

<sup>12</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: Albuquerque, J.A. Guilhon. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 57-58.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

<sup>15</sup> Ibid.

setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis leves; ou, mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas<sup>16</sup>.

Para Singer, o conteúdo histórico-estrutural do desenvolvimento foi, antes de tudo, uma ideologia da transição, da consolidação da burguesia industrial, acoplada, funcionalmente, a outros setores, como, por exemplo, o agrícola e o financeiro, inserida numa dimensão da racionalidade do processo produtivo e social, sob a dinâmica da máquina e do consumo. Isso repercutiu diretamente na promoção das condições de vida e também na mobilidade social contínua e expressiva, que simbolizou a idéia do progresso e do bem-estar social<sup>17</sup>.

Por sua vez, o espaço econômico apresenta condições de identificar o modelo de atuação dos grupos de interesse com maior prestígio na condução da política econômica. Como exemplo desta assertiva mencionamos a linhagem como um fator determinante da base sólida e consolidada de um segmento social<sup>18</sup>. Nesse sentido, concordando com Mills, constatamos que existem indícios concretos de que as repercussões e situações políticas no Rio Grande do Sul no período em estudo, referentemente às categorias ou grupos sociais que ocupavam o topo de estruturas de poder, influenciavam na distribuição de recursos para os Municípios, com vistas ao processo de construção do Estado pós-1930. Tais grupos é o que denominamos de “elites”, sejam políticas, sejam econômicas, pois mantinham uma relação estreita para se fortalecerem<sup>19</sup>.

Com base nas análises realizadas no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, observamos que o contexto que envolveu o cenário do Estado Novo estava subordinado as articulações de poder nos âmbitos nacional e estadual, que interferiram e repercutiram em níveis municipais de acordo com uma minoria detentora do poder econômico, político, social e cultural, em contraposição a uma maioria que se encontrava privada do poder.

---

<sup>16</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

<sup>17</sup> SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>18</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 68.

<sup>19</sup> Ibid.

Igualmente, foi nessa situação, marcada por disputas e debates em torno da determinação de uma nova estratégia de poder, que persistimos ser no quesito do desenvolvimento econômico regional, fundamentado em razões políticas, econômicas e sociais, que essa mesma relação se tornava uma questão central no cenário político e um problema crucial para a construção de um projeto que combinasse estabilidade política, ordem social e desenvolvimento econômico.

Na visão de Diniz, a evolução da estrutura produtiva no decorrer do período compreendido entre 1930 a 1945 confirma a aceleração do processo de passagem do pólo dinâmico da economia do setor exportador para o setor produtor para o mercado interno, incluindo-se aí a atividade industrial. Levantar o véu da questão passa, necessariamente, pela caracterização das forças sociais que impulsionaram a industrialização e pela análise da importância da atuação de grupos técnicos, ligados à burocracia estatal, civil e militar, na formulação e implementação de medidas de caráter industrialista e modernizante<sup>20</sup>.

Ressaltamos que entre os anos de 1945/1950 ocorreu a consolidação da segunda fase do processo de substituição de importações, especialmente das referentes aos bens de consumo duráveis. O início das atividades da indústria automobilística, seguida da indústria de eletrodomésticos e de eletroeletrônica, introduziu e agilizou esse importante setor econômico. Tal processo demandou aumento de capital, tecnologia atualizada, mão-de-obra especializada, produção em escala, capacidade gerencial, concentração espacial da propriedade, das riquezas do capital e da renda<sup>21</sup>.

Daí o sentido de Tedesco afirmar que, em se tratando da questão industrializante, a burguesia industrial não foi, em sua totalidade, hegemônica, pois as direções e limites do sistema econômico e político nacional e a internacionalização obrigaram à recomposição de forças no interior da classe dominante e dirigente. Assim, havia um empenho tanto por parte da burguesia agrária como da burguesia internacional, e, mesmo que não fossem hegemônicas, estavam comprometidas entre si e tinham laços tanto com o mercado interno como com o externo. Além disso, sua estrutura e incorporação econômica assentavam-se

---

<sup>20</sup>DINIZ, Ely Roque. *Empresários e estado na década de trinta*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 311.

<sup>21</sup> TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

sobre a égide da racionalidade capitalista, produzindo para o mercado externo e acompanhando as transformações estruturais da economia como um todo<sup>22</sup>.

Acompanhando o exposto, lembramos que, desde o final do século IX, o Rio Grande do Sul vivia o seu processo de constituição de uma sociedade capitalista, comportando a transformação capitalista da grande propriedade agrária e a constituição de uma ordem burguês-industrial. Nessas transformações, o Estado desempenharia importante papel. O Partido Republicano Riograndense, no plano econômico, defendia um modelo diversificado e integrado de desenvolvimento, no qual os setores primário e secundário se inter-relacionassem. Mesmo não elaborando um projeto industrializante, o PRR tinha entre as suas preocupações o apoio ao desenvolvimento industrial<sup>23</sup>.

Nessa medida, ao lado da elite técnica, enfatizamos o papel da elite política como agente de modernização, sem negar a relevância da participação desses setores na definição de linhas de ação identificadas com o reforço do capitalismo industrial, visando à maior competição política entre as elites e a uma maior complexidade socioeconômica<sup>24</sup>. Sabemos que no início do século XX as elites econômicas, sociais e intelectuais se igualavam com as elites políticas. Para tanto, foi proporcionada a acessibilidade a cargos públicos a indivíduos da classe média, o que se constituiu como uma força de retenção das elites políticas para que não se sobrepusessem tanto às outras.

Assim, no recorte político e econômico proposto, envolvendo os municípios de Passo Fundo e Carazinho, no período de 1930-1945, reconhecemos que a elite política é entendida como um pequeno grupo de pessoas que detinham o controle político da sociedade regional e também os cargos e funções no âmbito do poder institucional. Conseqüentemente, é óbvio que o alcance econômico e social das decisões políticas da época adotavam estratégias que beneficiavam diretamente os grupos detentores do poder que tenham permanecido ou não no mesmo.

---

<sup>22</sup> TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 39.

<sup>23</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 12.

<sup>24</sup> DINIZ, Ely Roque. *Empresários e estado na década de trinta*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 311.

Dessa forma, consideramos a existência de espaços e grupos de poder que atuavam também no âmbito do poder não institucional, exercendo uma sutil pressão. Estamos nos referindo, portanto, a outro tipo de elite, a intelectual, responsável pela formação e divulgação de um conjunto de idéias que a apóiam (ou não), bem como promovem uma coesão (ou não) entre os diversos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, para Félix,<sup>25</sup> “o âmbito do político situa-se no universo das ações e decisões realizadas no espaço da *polis*, no espaço público por excelência e que, como tal, se contrapõe ao espaço do privado”.

Seguindo este ponto de vista, neste trabalho, formulamos a hipótese de que as repercussões e situações políticas ocorridas no Planalto Médio, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, demonstram que as elites políticas delimitavam suas esferas de poder por meio do poder econômico. Com o intuito de confirmar ou negar a hipótese proposta, utilizamo-nos de dois modelos previamente escolhidos: o de caráter exploratório e o comprobatório, que buscou nas fontes primárias a realidade da época pesquisada, valendo-se da análise de documentos, especialmente de jornais, telegramas e relatórios arquivados<sup>26</sup>, sem, contudo, se descuidar da pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, a questão norteadora de nossa problemática vem ao encontro da investigação sobre os pontos convergentes e divergentes nas articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como sobre a sua contribuição no desenvolvimento econômico sul-rio-grandense no período de 1930 a 1945. Nosso intuito é contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o desenvolvimento regional e atuação das elites políticas, com a análise do caso dos municípios elencados Passo Fundo e Carazinho situados no Planalto Médio gaúcho.

Para definir quem foram os integrantes da elite política que atuaram no período de 1930 a 1945 em nível estadual e federal, o critério utilizado foi o da pesquisa em jornais, arquivos, atas e documentos, de modo a levantar os nomes, partido político, período e

---

<sup>25</sup>FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. História. Unisinos - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. In: *V Encontro Estadual de História*, São Leopoldo, 2001. p. 107.

<sup>26</sup> A pesquisa empírica está baseada nos dados levantados junto à imprensa local da época, ou seja, *Jornal da Serra* (de 1930 a 1945); *Noticioso* (de 1942 a 1945); *O Nacional* (de 1930 a 1945); *Diário da Manhã* (de 1930-1945), *Correio do Povo* (de 1930 a 1945) e *A Federação* (1930 a 1937). Também, serviram de suporte outras fontes, relacionadas na bibliografia, mas de igual importância, pois são documentos das Prefeituras Municipais de Passo Fundo e de Carazinho, além dos dados constantes nos diferentes arquivos históricos situados em Porto Alegre. Vide relação completa nas referências.

designação. Dessa forma, analisamos os critérios de posse e controle de cargos, evidenciando quem era, no período, presidente da República, governador, interventores, deputados federal e estadual. Assim, para analisar a configuração e o comportamento das elites políticas do Rio Grande do Sul, no período estipulado pela pesquisa, tomando como referência o critério apresentado, elaboramos quadros dos integrantes das elites políticas no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo e Carazinho, que se encontram nos (Anexos B,C e D). Aqui desvelamos as particularidades sociais mais exigidas em cada grupo e sua evolução no tempo, pois tratamos da composição do capital e de atributos políticos, culturais, econômicos e sociais, para, então, observar a sua valorização ou não dentro do contexto do estudo. Nesse estudo pela descrição dos atores e de seus discursos proferidos, pudemos analisar a dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política de cada membro considerado elite.

Nesse sentido, identificamos pelas atas da Associação Comercial (Anexo G e H), dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, as características consideradas essenciais para que alguém pudesse fazer parte do contexto social, político e econômico da época estudada. Entretanto, percebemos uma forte ligação entre poder econômico e poder político, uma vez que os que detinham o primeiro normalmente conduziam o segundo, ou, então, faziam-se representar por alguém do seu grupo, importante se faz esclarecer que os representantes do poder político (elites políticas), dependiam do poder econômico (elites econômicas) para delimitarem suas esferas de poder.

Bourdieu<sup>27</sup> esclarece que nessa relação de força são utilizados pelos agentes os capitais, ou seja, poderes de várias espécies que ocorrem em diferentes campos<sup>28</sup>, os quais determinam as diversas práticas do agente de posicionar-se em cada campo da estrutura social. Nesse sentido, o agente é considerado ativo e passivo da ação; portanto, mantém-se num constante deslocamento dialético, no qual se impõe e reage às determinações relativas aos princípios que classificam e dão formas à apropriação da estrutura social.

---

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Diefel, 1988. p. 132-134.

<sup>28</sup> Os capitais são “os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado”, podendo ser: capital econômico constituído pelas propriedades materiais adquiridas; capital cultural, produto acumulado de trabalho passado; capital político definido pelo poder de mobilização que a autoridade detém e, o capital simbólico, que “não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe”. Também o capital simbólico que constitui as representações políticas que objetivam ordenar o mundo social. BOURDIEU, *ibid.*, p. 134.



Seguindo essa linha de raciocínio e buscando comprovar a afirmação de que as elites da época estabeleciam esse elo entre si, levantamos os nomes das elites políticas, apresentados na forma de quadros, agrupados da seguinte forma: a) em nível nacional e estadual organizamos a nominata dos políticos, acompanhada do seu nome completo, participação em entidades culturais e profissionais, função pública, função política e partido político de cada integrante; b) em nível municipal, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, organizamos a listagem dos políticos com seus nomes completos, designação dos cargos, funções e profissão; o histórico da filiação partidária; o ano/período que permaneceram nos referidos cargos, além de observações para elucidar a participação dos mesmos em outros segmentos econômico-sociais, que sempre possuíam vínculo com o poder em algum momento, uma vez que participavam de comissões e outras funções dentro das Câmaras de Vereadores e em entidades representativas de classes, a exemplo das associações comerciais, grêmios recreativos e outras semelhantes.

Metodologicamente, elegemos marcos para nortear a pesquisa. O recorte temporal corresponde ao período de 1930 a 1945, em relação ao qual ora recuamos ora avançamos em alguns momentos, por se fazer imprescindível para o entendimento e explicação do objeto de pesquisa. O recorte espacial<sup>29</sup> corresponde a municípios do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, especificamente Passo Fundo e Carazinho. Levamos em consideração a área geográfica da época, na qual Passo Fundo era considerado um município-mãe, do qual se desmembrou mais de uma centena dos atuais 496 municípios gaúchos, o que torna relevante a área de abrangência do objeto de análise (ANEXO A)<sup>30</sup>.

Em se tratando do recorte conceitual, centramo-nos nas elites regionais gaúchas, entendida conotativamente como o grupo reduzido de pessoas que detinham o controle

---

<sup>29</sup> Salientamos que nosso recorte espacial se refere aos municípios de Passo Fundo e Carazinho, compreendendo o processo de desenvolvimento da região, priorizando as potencialidades locais, como por exemplo, a relevância do setor madeireiro, agrícola, comercial, bem como a importância dos moinhos, serrarias e madeireiras entre outras atividades para a economia desses municípios, além das singularidades entre os dois municípios pela proximidade geográfica. Salientamos que Passo Fundo tinha um contorno geográfico imenso, lideranças políticas atuantes. Carazinho destacava-se na região por ser considerado maior pólo exportador de madeira do Rio Grande do Sul pela viação férrea. Nosso recorte analítico compreende a Revolução de 1930 até a retirada de Vargas do poder.

<sup>30</sup> Ver Anexo A, mapa elaborado pela autora da divisão do município de Passo Fundo de 1930-1945. Ver também, por exemplo, o quadro de desmembramento territorial de Passo Fundo de 1875 a 1996, organizado pela professora Marília Mattos. Fonte: IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora de MATTOS, Marília (Org.). *Centro de Cartografia – UPF – PREMIER* [s.d.: s.p.].

político da sociedade da época ocupando os cargos e funções institucionais. Por fim, quanto ao recorte operacional, levando em conta que a pesquisa buscou uma explicação histórica de um segmento das classes dominantes, ou seja, as elites políticas, optamos pelo procedimento técnico da pesquisa bibliográfica e documental, salientando que a diferença fundamental entre as duas reside no fato de que a primeira tem como principais fontes as obras que tratam direta e indiretamente dos temas analisados, as fontes primárias, e a segunda, materiais que não receberam um tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, o método adotado foi o hipotético-dedutivo<sup>31</sup>, pois a partir da hipótese formulada realizamos pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das Associações Comerciais, relatórios, jornais, telegramas e fontes radiofônicas, recurso valioso de formação de opinião nas décadas de 1940 e 1950.

A respeito dessa época, Bercito pondera que a exaltação da figura de Vargas fazia parte da ideologia do regime como aquele que fora capaz de encaminhar o desenvolvimento nacional. Vargas introduziu um novo modelo para desenvolver o Brasil, de um Estado absolutamente agrícola, passou a industrial, de rural para urbano, mudando dessa forma a conjuntura nacional vigente até então. Nesse sentido, a propaganda oficial direcionou-se à construção do mito Vargas, ressaltando o valor paternal da figura do presidente. Agreguemos a isso as leis trabalhistas, criadas durante sua permanência no poder institucional, que contribuíram para sua identificação como o “pai dos pobres”. O mito Vargas, por isso, extrapolou os limites do Estado Novo, conservando-se na memória da população por muito mais tempo<sup>32</sup>.

Com referência à gênese do significado atribuído à palavra “mito”, Anderson Vargas explica:

Mito, originalmente, significa "discurso", "conjunto de palavras que têm um sentido, um propósito"<sup>33</sup>; pertence à ordem do *legein* e não contrasta com *lógos*, "termo de

<sup>31</sup> Proposto por Popper consistindo na seguinte linha: quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto forem insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema e por consequência são formuladas hipóteses. Dessas são deduzidas consequências que serão devidamente testadas e que iram confirmar ou, negar a hipótese levantada. KARL, Popper. *A falsificabilidade e a ciência*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 35-47.

<sup>32</sup>BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999. p. 30.

<sup>33</sup> CHANTRAINE, P. Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots. Paris, Éditions Klincksieck, 1984 (1968). v. 2. p. 718-719. Apud VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito.

valores semânticos vizinhos que se referem às diversas formas do que é dito"<sup>34</sup>. Para assumir o sentido de "mentira", "fábula", "discurso equivocado e ilusório", em contraposição ao *lógos* qualificado como verdadeiro, lógico, racional, foi preciso um trabalho de *re-significação* por parte de saberes como a História, que elaboraram sua legitimidade denunciando a tradição. Ao final, *mito* não se tornou propriamente um conceito, mas a noção que permitiu, e permite, à "história verdadeira" se afirmar como tal. Este é um dos aspectos importantes da crítica radical ao mito, pois coloca em dúvida o poder analítico da antítese *lógos*-mito e pode abrir novas perspectivas para compreensão do que são, hoje, a história e o historiador<sup>35</sup>.

A propaganda ideológica contribuiu decisivamente para a difusão da ideologia do regime Vargas. Somado a isso, visualizamos um esforço em conseguir a adesão coletiva a Vargas. O rádio, meio de comunicação por excelência da época, foi usado para isso, principalmente a partir da criação da *Hora do Brasil*, em 1931, programa de rádio oficial que era retransmitido obrigatoriamente por todas as emissoras. Este programa foi mantido mesmo depois do Estado Novo, com o nome de *Voz do Brasil*. O novo Estado procurou agir sobre as mentes, buscando conquistar a simpatia daqueles que eram adeptos dos movimentos de esquerda e direita. A criação da Agência Nacional, em 1931, era ação integrante do governo de Vargas e visava alcançar a massa operária e sindical. Também foram criados o Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939; os jornais 'A Manhã', no Rio de Janeiro, 'A Noite', em São Paulo, e a 'Rádio Nacional', em 1940. Salientamos que todos esses veículos de comunicação pertenciam às Empresas Incorporadas da União<sup>36</sup>.

Comprovando o acima descrito, o jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, relatou a fala de Getúlio Vargas pelo rádio à nação:

O Sr. Getúlio Vargas pregou a união de todos os brasileiros na defesa da ordem. O ano novo no Rio. Rio, 1 (N)- O sr. **Getúlio Vargas, falando pelo rádio**, saudou o povo brasileiro concitando-o a manter-se **unido na defesa da ordem**, afirmando que os povos desunidos, fracos e desarmados tornam-se preza fácil<sup>37</sup>. (grifos nosso).

Outro meio propagandista de divulgação da imagem de Vargas foi o cinema e o teatro,

---

In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje* – ANPUH. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002. p. 02.

<sup>34</sup>VERNANT, J-P. *Mito y sociedad en la Grecia antigua*. 2 ed. Madrid, Siglo XXI, 1987 (1974). p. 171. Apud: VARGAS, *ibid.*

<sup>35</sup>VARGAS, *ibid.*

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 46-47.

<sup>37</sup> O NACIONAL, Passo Fundo, n. 3186, ano XIV, 2 jan., 1939. p. 01

pois por meio de cinejornais<sup>38</sup> e documentários eram registradas e divulgadas as realizações governamentais. Dessa forma, o estímulo dado às produções deveria contemplar valores considerados adequados. A modernização teatral teve como finalidade a consagração pública de Vargas, mascarando a imagem do regime e os efeitos das suas alianças passadas com o fascismo. Para tanto, em meio à onda de redemocratização, percebemos a mão experiente do Departamento de Imprensa e Propaganda, que promoveu e estimulou a propaganda governamental pela via do teatro<sup>39</sup>.

Segundo Capelato, a propaganda política, ao se valer desse imaginário coletivo, tem um importante papel de persuasão, atuando sobre os sentimentos, individuais e coletivos, provocando reações, dissimulando as diferenças e facilitando a manipulação. Assim, constatamos que a propaganda detém uma importância estratégica no exercício do poder, bem como no ocultamento de sinais de divisões e conflitos sociais, permitindo a manipulação diante da aparente unidade<sup>40</sup>.

Capelato salienta o poder da propaganda política em qualquer regime, por ser uma estratégia capaz de mantê-lo, porém em regimes de tendência totalitária adquire uma força maior, visto que o Estado monopoliza os meios de comunicação, exercendo censura rigorosa sobre o conjunto das informações veiculadas. Conjugando, assim, o monopólio da força física com a simbólica, suprime dos imaginários sociais toda representação de passado, presente e

---

<sup>38</sup> Ver BUGATTI, Flaviano Isolan. *Das páginas à tela: cinema alemão e imprensa na década de 1930* (Porto Alegre e Santa Cruz do Sul). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. Em livro resultante de dissertação de mestrado defendida em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr Francisco Carlos Teixeira da Silva, o autor realiza pesquisa sobre a recepção do cinema nazista no Brasil, tomando como focos centrais de análise os municípios de Porto Alegre, capital do estado, e Santa Cruz do Sul, município de colonização alemã, de tradições jornalísticas e cinematográficas na época fortemente ligadas ao germanismo. Em consistente e interessante análise Isolan nos mostra a importância do cinema e dos telejornais na difusão do germanismo, dos valores associados ao nazismo, as disputas ideológicas sobre os filmes em cartaz envolvendo veículos jornalísticos de grande penetração estadual, como o *Correio do Povo*, *A Federação* e o *Diário de Notícias* e nomes reconhecidos nos meios intelectuais como os de Othelo Rosa, Cyrino Prunes e Alexandre Alcaraz (esse diretor do *Correio do Povo* a quem o jornal *A Federação* chegou a referir-se como “miserável jornalista fantasiado de moralista.” (p. 98) entre outros (veja-se sobre o tema o item 2.2.2.1. *Correio do Povo*, moral e censura, da p. 95 a 101). O autor demonstra, através da pesquisa, como “um estudo baseado na imprensa como recepção de uma produção cinematográfica em um determinado período permite ver como era a mentalidade política e também psico-social, visto que um filme é penetrado pela abordagem de zonas sócio-psicológicas de uma época ou sociedade e tinha seus anseios e ilusões realizadas nos filmes alemães daquela época”. p. 168.

<sup>39</sup> PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 61-63.

<sup>40</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 63-97.

futuro coletivos distintos dos que atestam sua legitimidade e garantem o seu controle sobre o conjunto da vida coletiva<sup>41</sup>.

Bourdieu utilizou os conceitos de poder, criação e transmissão do imaginário simbólico, em um campo específico para explicar como tais padrões foram criados e são transmitidos. O *habitus* refere-se, de acordo com Bourdieu, às “ferramentas” simbólicas adquiridas pelos atores sociais dentro do campo político, o qual é constituído pelo conjunto de forças que disputam contatos sociais entre os poderosos para a manipulação simbólica da vida social. Dessa forma, o controle da produção dos significados sociais seria a principal fonte de poder dentro do campo do imaginário, fornecendo modelos a serem incorporados pelos grupos sociais que disputam poder<sup>42</sup>.

A pesquisa documental foi de fundamental relevância e se constitui em fonte rica e estável de dados, abrangendo correspondências oficiais e particulares, atas, missivas, telegramas, relatórios e discursos. Por isso, nosso objetivo foi a de ampliar o espectro de eventuais leitores para além dos estreitos limites da academia. Acrescentamos que as considerações teórico-metodológicas funcionaram como alicerces da pesquisa, em razão da abordagem que os autores idealizaram do tema proposto.

Em relação à metodologia geral da pesquisa, inicialmente, realizamos a leitura bibliográfica do suporte teórico e de encaminhamento da pesquisa documental, seguida de uma fase de exploração do material; após, os resultados obtidos tiveram um tratamento qualitativo, porém sem excluir as informações estatísticas, fase em que a busca se voltou para a identificação das ideologias, tendências e outras características presentes no recorte espaço-temporal delimitado.

Registramos, ainda, que utilizamos outras fontes de extrema importância para a reconstrução do período estudado, obtidas junto aos arquivos históricos, municipais e estaduais. A imprensa<sup>43</sup>, como fonte histórica, teve também um papel fundamental no sentido

---

<sup>41</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 63-97.

<sup>42</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>43</sup> É objetivo deste trabalho também apontar, com base na produção discursiva dos jornais e documentos, a análise da realidade que os circunda. Contudo, não podemos desprestigiar o papel da imprensa, que não deve ser

de permitir captar as aspirações e decepções que envolveram as relações de poder no período, bem como influenciaram a opinião pública, apresentando-se quase como um termômetro das particularidades da política local.

Enfatizamos que a imprensa é uma produtora considerável de informações que esclarecem as atitudes e os comportamentos ao noticiar reuniões políticas, número de participantes, relatos de manifestações e de movimentos grevistas, ou ao citar apenas informações simples e diretas sobre os fatos. Constituiu-se, pois, num testemunho de época, escrito, em geral, no momento do acontecimento. Reforçando nosso posicionamento, frisamos que a imprensa colabora com o pesquisador por ser um veículo de propaganda e porta-voz de partidos, além de formadora de opinião em massa. Nesse sentido, os jornais foram um meio de comunicação utilizada no período em estudo, assim como o são atualmente.

Considerando a amplitude, a importância das fontes jornalísticas e a atuação do historiador e do jornalista, cabe-nos aqui caracterizar e identificar a visão do jornalismo e da história, expressão verbalizada de uma realidade, delimitando suas diferenças. A intenção do

---

apreendida unicamente como porta-voz do social. Segundo Christa Berger, “ela faz o social existir, publicizando-o através da visibilidade de um real”. O discurso jornalístico, nesse sentido, é responsável pela construção de uma “verdade” que acabará sendo compartilhada e tornar-se-á a versão dos fatos para uma determinada comunidade. O fato, que seria possuidor de uma inteligibilidade intrínseca, apresentar-se-ia nas manchetes de jornais imediatamente como história. Essa “verdade” corresponde ao chamado senso comum, que possui, entre outras, a característica de ser um conhecimento pré-científico, intuitivo e, portanto, apenas superficial da realidade. É apresentado como fruto de um processo de construção, que, todavia, não é auto-consciente. Este conhecimento acaba sendo apenas do “aparente”, ainda que se pretenda uma transcrição fidedigna da realidade. Em verdade, poder-se-ia falar, antes mesmo da elaboração de um “conhecimento vulgar”, da disponibilidade de um conjunto de informações que permitem ao senso comum o “saber reconhecer”. Essas informações de que dispõe o senso comum a fim de reconhecer um determinado fato passam por uma elaboração (mesmo que inconsciente como já destacado) que é fruto de um processo marcado, de forma bastante evidente, por determinantes ideológicas. Cabe ao discurso científico romper com este conhecimento aparente, com o simples reconhecimento de um fato social, com esta simplificação do complexo. Um primeiro elemento diferenciador entre o discurso do senso comum e o discurso científico é, precisamente, a consciência que o segundo possui do processo que permite a sua elaboração e as limitações advindas do mesmo. O historiador reconhece os limites do seu trabalho, não pretendendo que seu discurso corresponda a uma verdade absoluta, antes sim, seja uma interpretação da realidade que é perpassada - como não podia deixar de ser - por elementos subjetivos e ficcionais. O historiador tem consciência de que o seu trabalho representa, antes de qualquer coisa, as inquietações do seu próprio tempo, carregado, portanto, de marcas das experiências de vida do sujeito enunciativo de um discurso. Como afirma Jörn Rüsen: “Enquanto disciplina acadêmica, a história se fundamenta na práxis da vida; e em última instância, seus impulsos, seus desafios, suas perguntas orientadoras não brotam apenas dela, mas de seu nexos com a vida no presente. Sua intenção propriamente dita, o direcionamento de sua força cognitiva é determinado pela experiência presente da transformação no tempo, que os historiadores compartilham com seus contemporâneos”. Apud ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 87-89.

olhar dos narradores e autores serve de metáfora para explicar as diferenças. O jornalista olha o fato por todos os ângulos, buscando pessoas e cenas; logo, seu movimento é de aproximação distanciada; o tempo é o do presente, trabalhando com o aqui e o agora, e seu texto repercute instantaneamente, sendo, portanto, um narrador do instante. Por sua vez, o historiador percebe o acontecimento por meio de outros olhares, buscando nos documentos, em depoimentos e arquivos os elementos para refazer o trajeto do fato, reconstruindo-o intelectivamente na distância do tempo, para buscar a legitimidade e cientificidade histórica.

A matéria-prima do discurso jornalístico encontra-se em algum lugar do social e transforma-se em notícia, apontando para alguma consequência e produzindo a história. Portanto, torna-se primordial observar e relacionar os fatos, as causas e consequências para moldar o campo de interesse da pesquisa, utilizando como fonte documental os jornais da época de 1930 a 1945 localizados em arquivos estaduais e municipais.

A história política aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, também tem relações com os outros domínios, não se constituindo num setor separado, mas revelando-se como uma modalidade da prática social. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva ou do inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política acabou por promover uma revolução completa<sup>44</sup>.

A história se faz história mediante relatos sobre os acontecimentos passados. A matéria-prima do campo do jornalismo encontra-se, privilegiadamente, no campo político, entendido, na perspectiva de Bourdieu, como campo de forças e campo de luta onde os agentes dos subgrupos disputam constantemente para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder<sup>45</sup>.

O campo político, conforme Rémond, não tem limites determinados: ora se alarga, absorvendo todas as realidades até abranger o espaço privado, ora se contrai completamente.

---

<sup>44</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 13 -36.

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 171.

Essas variações submetem-se às necessidades externas, as quais refletem também as oscilações da significação ou subjetividade do público, impossibilitando dessa forma, explicá-lo por meio de espaços e objetos determinados. Porém, o campo político é entendido pela via mais constante, que é o poder, uma vez que a política se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder<sup>46</sup>.

Entre as diferentes maneiras como se apresenta o poder podemos dizer que uma é a relação social, pois vem acompanhado da força, determinando situações de superioridade ou dependência. Porém, essa relação de poder não se reduz à violência nem à vontade arbitrária de mando, mas envolve, também, um grau de prestígio social que não se coaduna com a simplicidade, e, sim, com a grandeza, a ostentação e o luxo. O poder é concebido como um jogo dramático que persiste ao longo dos tempos, ou como uma autoridade envolvida em justificativas e razões que o explicam e legitimam. Soma-se a isso o fato que, no seio dessa autoridade, o poder aparece e se concretiza como produção primeira das relações de poder, tendo como função a organização e acomodação humana na tarefa do convívio social<sup>47</sup>.

Nesse sentido, procurando romper velhos laços de uma concepção de história narrativa de grandes processos, datas e personagens, optamos por destacar uma noção mais ampliada do político, que inclui o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos<sup>48</sup>.

Como em todos os campos sociais, o campo político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. Os agentes desse campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos para sensibilizar seus “consumidores”, que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. Também o campo político está para um mercado, o mercado da opinião pública; por isso, a luta dos agentes (individuais ou coletivos) gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das

---

<sup>46</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443-444.

<sup>47</sup> HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Universidade de Minas Gerais, n. 1 p. 09-15, dez. 1956.

<sup>48</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.12, n. 23/24, set.1991 ago.1992. p. 16-18.



lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração<sup>49</sup>. Esses pressupostos nos orientaram metodologicamente na identificação e tabulação de quais desses agentes são detentores desses capitais e desse poder.

Vale lembrar que para ver os pressupostos metodológicos, analisamos também o discurso transcrito pelos meios de comunicação da época do estudo, os jornais, sobre os elementos que compunham as elites, como, por exemplo, o espaço a partir do qual se organizaram, os agentes envolvidos, a constituição de seus quadros. São esses alguns pontos fundamentais para que possamos, com base nos elementos apresentados e na análise dos discursos produzidos pelos jornais pesquisados, identificar seu caráter inovador ou repressor dentro do contexto político e econômico. Nos discursos, além de serem representadas as demandas dos detentores do poder, são encontrados elementos que indicam uma nova ordem da batalha política, a adoção de novas práticas, o processo de constituição de um novo sujeito político e social. A constituição de um novo espaço político com base nas noções de liderança, força, tempo, repressão, redemocratização, cultura, identidade, carisma, mito, herói, etc., também foi nosso objeto de análise.

Salientamos que para realizar a leitura das fontes jornalísticas, fui buscar subsídios teóricos nos estudos de análise de discurso<sup>50</sup> com a preocupação de poder analisar não só o discurso produzido pelo jornal naquilo que se chama de suas “condições discursivas” com análise interna do conteúdo do mesmo, mas principalmente buscando entender e fazer a leitura do que se chama de “condições extra-discursivas” que permitem a compreensão do texto discursivo presente na matéria do jornal. Refiro-me ao entendimento dos fatores que permitem a elaboração daquele discurso examinando quem o produziu, com que intenção, dirigido a que público leitor, fruto de qual universo de valor e visando qual universo simbólico atingir ou criar.

As elites políticas e econômicas, personagens atuantes dentro de um processo

---

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 171

<sup>50</sup> Leitura da realidade, em que o texto compõe, quase sempre, o material empírico por excelência para ser desvendado. Na análise de discurso deve ser lançado um olhar a um texto do ponto de vista de sua estruturação em língua, o que faz dele um enunciado, um estudo lingüístico das condições de produção deste texto fará dele um discurso, então o discurso só é discurso em relação ao que o condiciona, ou quando se refere a suas condições de produção, portanto o discurso consiste no enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo. ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix 1973. p. 26.

histórico, encontram-se expostas a toda sorte de interpretações. As ações, as falas, as posições tomadas por esses membros acabam sendo transmitidas para grande parte da sociedade por meio de um poderoso filtro político-ideológico: os meios de comunicação. Assim, as interpretações formadas pelo senso comum<sup>51</sup> partem não somente da sua relação direta com os membros de elites, mas, também, de uma leitura seletiva realizada por outros grupos, denominados aqui de contra-elites<sup>52</sup>. Nesse sentido, uma primeira característica a ser apontada está relacionada à construção de um discurso fundador, à elaboração de um passado histórico comum que congregou todos os membros representantes da elite. Nesse discurso fundador se agregaram, por exemplo, os baseados em Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Revolução de 1930, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, entre outros, os quais tinham como característica fundamental o processo de mitificação e valorização desses personagens do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Félix, inspirada em Raoul Girardet, na obra *Mitos e mitologias políticas*, agrupa três itens no processo de mitificação: em primeiro lugar, “a conjunção de um momento histórico específico”, em segundo, “o dom profético da palavra, o verbo como impulsionador da sacralização” e, em terceiro lugar, “a questão da identidade”<sup>53</sup>.

No processo de análise da produção discursiva da imprensa ou de membros pertencentes às elites partimos do pressuposto de que um discurso não pode ser compreendido simplesmente como um mecanismo de transmissão de informações. O discurso revela-se criador de um processo dinâmico muito mais complexo, no qual se percebe a constituição de um cenário de interação entre sujeitos e sentidos. “Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso”<sup>54</sup>. O discurso, numa relação dialética, ao mesmo tempo em que

---

<sup>51</sup> ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 88.

<sup>52</sup> Entendemos que nessa época, os membros de contra-elites estavam representados pelos membros das elites políticas e econômicas, porém ferrenhos opositores a Homero Guerra (primeiro prefeito, fazendeiro, madeireiro e industrialista) e, também, a Albino Hillebrand (vice-prefeito, prefeito e notário) em Carazinho e a Nicolau de Araújo Vergueiro (líder perrepeista, médico, fazendeiro e deputado federal) em Passo Fundo.

<sup>53</sup> FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 143.

<sup>54</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001 p. 39. In: ANTONI. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o*

apresenta os elementos de interpretação de uma determinada realidade, é responsável, na medida em que é enunciado, pela criação dessa mesma realidade e de novas representações coletivas<sup>55</sup>.

Devemos ainda ter presente que o discurso não possui um sentido empírico. O sentido do discurso é determinado pelo contexto no qual está inserido, pela posição que o enunciador do discurso ocupa nesse contexto e pela sua relação com os seus interlocutores. Assim, podemos dizer que nem sujeitos nem sentidos estão completos, constituídos definitivamente; é no desenrolar dos acontecimentos que ambos ganham significado. Então, quando se propõe a análise discursiva, conforme Guita Grin Denert, é “fundamental levar em conta, além da própria mensagem, a relação que se estabelece entre o locutor, o ouvinte e a situação em que o discurso é produzido”<sup>56</sup>.

Ao invés de dicotomizar, afirmamos a relação existente entre língua/discurso, na qual não se iguala o universal com o extra-individual; não se dicotomiza tampouco o social e o histórico, ou o necessário e o casual. Pela noção de materialidade discursiva, que recobre a relação entre a forma-sujeito e a forma-sentido, confrontamos o simbólico com o político na relação entre língua e história, que é a forma material, já que a análise do discurso é, antes de mais nada, lingüística<sup>57</sup>.

Para Fairclough “a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”<sup>58</sup>. Nessa mesma concepção, o autor salienta:

Os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (freqüentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que

---

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 88.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> DEBERT, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo: T.A Queiroz, 1979. p. 29. In: ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

<sup>57</sup> ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense. 1983.

<sup>58</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 1993. p. 107.

entra a reportagem e na edição da reportagem. [...] Em artigos de jornal, há uma ambigüidade na relação entre essas posições: frequentemente, o principal é uma ‘fonte’ fora do jornal, mas algumas reportagens não deixam isso claro e dão a impressão de que o jornal o (a) editor(a) ou um(a) jornalista; e os textos de autoria coletiva muitas vezes são escritos como fossem assinados por um(a) único(a) jornalista (que na melhor das hipóteses seria o (a) animador(a))<sup>59</sup>.

Portanto, o objeto deste estudo descortinou pela análise dos discursos dos jornais e documentos, a atuação das elites políticas no Planalto Médio gaúcho entre 1930 e 1945. Pelo seu ineditismo, houve muitas dificuldades a serem transpostas, especialmente as referentes à pesquisa documental. Por outro lado, a opção por desenvolver uma pesquisa que envolveu um tema tão controvertido, como é o da atuação da elite política, contribuirá, certamente, para motivar novas pesquisas, pois em muitos momentos sentimos a importância de aprofundar outras questões, mais complexas e relevantes do que aquelas levantadas por nós. Fica, dessa forma, a possibilidade de que outros pesquisadores se aventurem a explorar o meio historiográfico regional, tão rico de informações não sistematizadas.

Muitas dificuldades foram encontradas no decorrer do trabalho. Especialmente as visitas aos arquivos, prefeituras, jornais e museus, no que se refere ao acesso ao acervo, foram bastante dificultadas, pois, as fontes tiveram de ser fotografadas *in loco* e depois transcritas em meio eletrônico. Contudo, nada nos impediu o acesso às fontes primárias consideradas vitais para a comprovação da nossa hipótese.

No processo de organização das listas dos quadros de integrantes das elites, partimos do levantamento dos componentes das elites mencionadas nos documentos pesquisados e que figuravam nos textos bibliográficos. No entanto, sabemos que esse procedimento pode ter limitado a realidade total da época, diante de obstáculos como a simpatia dos proprietários ou diretores dos jornais, que podiam enaltecer alguns atores e desmerecer outros. Assim, optamos por mencionar as elites que fizeram parte da história de Passo Fundo e Carazinho comparando os documentos analisados com os textos já reconhecidos na comunidade acadêmica.

Com referência a escolha do título da pesquisa aqui relatada, teve como subtítulo o tema central da mesma: “Elites políticas no planalto médio gaúcho (1930-1945)”. No entanto,

---

<sup>59</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 1993. p. 107.

o título escolhido foi outro, isto é, “Sabes com quem estás falando?” O mesmo foi se delineando, na medida em que avançávamos tanto no conhecimento e análise da documentação, quanto na construção teórica, em especial com auxílio dos estudos de Pierre Bourdieu sobre dominação, violência simbólica, distinções e classificações no universo das representações sociais, detectadas, em especial, através das construções discursivas com os recursos da Análise de Discurso.

A interlocução expressa na frase “Sabes com quem estás falando?” foi escolhida como uma forma de demarcar o distanciamento social das elites locais; a percepção que a sociedade local tinha da diferenciação e classificação de seus integrantes (as elites) frente aos demais cidadãos e, sobretudo; a altivez autoritária e, de certa forma prepotente, com que marcavam e delimitavam seu espaço de relação social, advindo de sua condição de detentores do poder político e econômico, criando, em torno de si, uma circularidade do reforço de seu papel enquanto elites.

Roger Chartier<sup>60</sup>, referindo-se ao livro de Pierre Bourdieu “A distinção” (*La distinction*), aponta como fundamento a idéia de que as representações do mundo social, isto é, a representação que o indivíduo – ou o grupo - tem de si mesmo e a representação que tem dos outros, se traduzem em estilos de vida, mesmo que tais representações não sejam necessariamente organizadas de forma consciente, o que mostra uma visão dinâmica do mundo social, no qual as representações e os discursos que anunciam estas representações pertencem à construção do social, e não apenas à hierarquia e os níveis desiguais, do ponto de vista sócio-econômico.

Pierre Bourdieu<sup>61</sup> refere-se ao discurso como forma de argumentação perspicaz, podendo ser constituída sob dois prismas, o primeiro na qualidade de possível, expressando as representações coletivas embricadas à posição no mundo social, e, também, as divisões sociais como consequência da mudança de direção das representações coletivas. Igualmente, a identidade social se relaciona com a interiorização dos esquemas de percepção do indivíduo

---

<sup>60</sup> CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS. Rio de Janeiro, mar. 2002. P. 139-182.

<sup>61</sup> CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS. Rio de Janeiro, mar. 2002. p.153.

por si mesmo ou por seus pares. Desse modo, a identidade é um significado cultural e socialmente atribuído a idéia de representações de forma individual ou coletiva.

Ainda na esteira do pensamento de Bourdieu<sup>62</sup> não podemos esquecer que para uma dominação se efetivar e reproduzir é preciso um mecanismo de violência simbólica como, por exemplo, as posturas implícitas às representações contidas na frase “Sabes com quem estás falando?”, demarcadora de uma distinção social e de uma classificação que, por um lado, era autopercebida como tal pelos integrantes da elite e, por outro, percebida (e tácitamente reconhecida) pela alteridade dos interlocutores submissos ou passivos. Tal mecanismo se perpetua historicamente até que fatores outros da dinâmica sócio-histórica permitam a alteração dos quadros referenciais, sejam eles conjunturais ou estruturais para ocorrer uma nova composição ou recomposição das elites.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, abordamos a atuação e o comportamento das elites políticas no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1930 e 1945. Em seguida, apresentamos uma revisão da bibliografia, enfatizando, sobretudo, os conceitos vitais para a compreensão do rumo tomado pela pesquisa, ou seja, elites, poder, política, elites econômicas e elites políticas, além de situar a região estudada. O objetivo aqui é apontar alguns dos caminhos que estão sendo percorridos pelos cientistas sociais na análise dessa temática sem, contudo, retomar todas as discussões por eles apresentadas. Ainda dentro dessa primeira etapa, à luz de um contexto historiográfico específico, recuperamos a trajetória de atuação das elites no período de 1930 a 1945. Analisamos também algumas de suas estruturas básicas, como, por exemplo, a composição de seus quadros, processos administrativos, entre outros.

No segundo capítulo tratamos das elites políticas no Planalto Médio gaúcho pela análise destas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, identificando suas características gerais em nível estadual e regional, bem como analisamos os pontos convergentes e divergentes das elites pela sua atuação na época nos diferentes segmentos econômicos e sociais. Desenvolvemos uma reflexão sobre a retomada do estudo do político e sobre as novas abordagens propostas para as análises acerca das elites políticas. A retomada dos estudos de

---

<sup>62</sup> CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS. Rio de Janeiro, mar. 2002. p.153.

história política está intimamente relacionada à reformulação das concepções tradicionais que envolviam tais estudos, ou seja, trabalhamos com um novo paradigma metodológico, o qual, inclusive, conferiu a esse ramo da história uma nova denominação: a nova história política. Foi a partir daí que a análise da produção discursiva, acerca dos discursos dos jornais e documentos ganhou espaço. Nesse momento, através dos discursos proferidos, identificamos a constituição de novos laços identitários, como eles se relacionaram com a sociedade civil e, também, de que forma essa identidade influenciou e contribuiu para a configuração de um amplo projeto nacional.

Finalmente, no terceiro capítulo evidenciamos a forma como as elites políticas regionais e locais intervieram no desenvolvimento como um todo, pela análise dos jornais, atas das associações comerciais, relatórios das prefeituras, enfim, de todos os documentos selecionados que permitem elucidar como as elites se comportaram no sentido econômico-social de seus municípios.

# 1 ATUAÇÃO E O COMPORTAMENTO DAS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL: 1930-1945

*Atribuir influência à atuação de elites políticas significa apenas negar o determinismo de fatores não-políticos, sobretudo econômicos, nas decisões políticas. Há sempre maior ou menor grau de liberdade nas decisões e o exercício dessa liberdade poder ser mais ou menos eficaz dependendo dos atores<sup>63</sup>.*

Este capítulo tem por finalidade, num primeiro momento, entender as articulações efetuadas pelos grupos denominados “elites políticas”, já que, ao tratarmos de política, estamos nos referindo a momentos políticos em determinada região ou país. Para tanto, há necessidade de situarmos historicamente as ações desses indivíduos, no tempo e no espaço da região ou nação. É necessário compreender o sentido dos acontecimentos em torno das décadas de 1930-1945 no Brasil para, então entender os processos ocorridos no Rio Grande do Sul. Outrossim, faz-se importante contextualizar esses grupos no seu tempo com as devidas implicações, compreendendo o palco de sua atuação, que foi uma sociedade em processo de transformação. Num segundo momento visamos contextualizar os fatos mais relevantes em âmbito nacional que repercutiram em nível estadual e local.

## 1.1 Contextualização nacional

Para que possamos entender melhor o contexto em que se inseriu a política de desenvolvimento capitalista e o Estado e, dessa forma, analisar a atuação e o comportamento das elites no Rio Grande do Sul, faz-se necessário uma inserção no tempo, já que entre 1889 e 1898 o acontecimento fundamental foi ascensão e queda da hegemonia inglesa. Esse fato refletiu no contexto do Brasil e também no Rio Grande do Sul, repercutindo no nível local, pois foi momento em que novas forças sociais enfrentaram-se na luta pela definição dos parâmetros de sustentação da dominação política.

---

<sup>63</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 17.



Os enfrentamentos foram liderados por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, defendendo o fortalecimento do Estado central enquanto instrumento de reformas necessárias, e a oligarquia paulista, em particular, que propunha o respeito ao espírito liberal-federativo inscrito na Constituição de 1891. Tal conflito condensou-se na disputa político-ideológica em torno das regras de organização e gestão das várias instâncias locais do poder estatal e das linhas a serem seguidas pelas suas políticas econômicas<sup>64</sup>.

Após dez anos de instabilidade que se sucederam à proclamação da República e após o fracasso de Francisco Glicério na tentativa de formação de um Partido Republicano que representasse, de forma nacional, os interesses de oligarquias eminentemente localistas, dispersas e clientelistas, viabilizou-se por fim, um pacto de sustentação civil ao novo Estado emergente. Com a “política dos governadores”, de Campos Salles, dispensava-se na prática a tutela militar e descobria-se a fórmula mediante a qual, mantida a autonomia federativa das várias oligarquias, lograva-se, ainda assim, uma estabilização de sua dominação por um Estado central frágil, porém estável<sup>65</sup>.

Entretanto, isso ocorria se obedecidas as regras daquele pacto, que reconhecia a supremacia de São Paulo e Minas, mas preservava o poder relativo das demais oligarquias, recortadas através dos vários Estados e dirigidas por seus próprios governadores, com ampla autonomia política e financeira perante o governo central. Nos tempos do acordo propiciado por Campos Salles, os poderes locais e central sustentavam-se mutuamente, segundo regras de não intervenção em suas respectivas áreas de influência e atuação. Reconheciam-se as diferenças econômicas e de poder observadas entre as diversas regiões, porém, pela primeira vez na história brasileira, assumia-se conscientemente a decisão coletiva de mantê-las e reproduzi-las, como única forma de assegurar a unidade territorial do espaço nacional. Ainda que essa unidade não pudesse gerar integração e que essa estratégia reforçasse a heterogeneidade, era, sem sombra de dúvidas, indispensável para o desempenho econômico e político dos próprios setores hegemônicos<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Uerg, 1995.

<sup>65</sup> Ibid.

<sup>66</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 118-124.

Nessa mesma linha, o período entre 1914 e 1952 foi de grande competição interimperialista, que marcou a crise da hegemonia inglesa, atropelada pelas industrializações americana e alemã, as quais, nascendo sob o símbolo da monopolização, envolveram-se em prolongada disputa sucessória. Essa luta determinaria um espaço de liberdade ou de necessidade por onde emergiam, na América Latina, movimentos reativos de poder absoluto e industrialização, comandados por Estados que se centralizavam no esforço de sustentar economias deserdadas do sistema complementar de integração comercial patrocinado pela Inglaterra<sup>67</sup>.

Confirmando o contexto citado, o jornal *Correio do Povo*, em 3 de janeiro de 1932, fez menção, às possibilidades da Alemanha de ascender e substituir, inclusive, os Estados Unidos no que se referia à questão de importações. Assim referiu o jornal:

Nova York – Dezembro de 1931- Existe a possibilidade de que a **Alemanha venha a substituir os Estados Unidos, como primeira potência exportadora do mundo**. Nos nove primeiros meses de 1931, as exportações alemãs ascenderam a um total que representa somente 96 milhões de dólares menos que o total exportado pelos Estados Unidos no mesmo período. Devido ao enorme aumento que se verificou no mês de outubro, espera-se que está margem esteja mais reduzida agora.[...] <sup>68</sup> (grifos nosso).

Foi nesse período que, paralelamente ao Estado regulador, nascido nos países centrais, desenhou-se como alternativa em alguns espaços nacionais da periferia latino-americana; o projeto de Estado desenvolvimentista, que procuraria impulsionar a industrialização, vista como única solução às restrições impostas pelo atraso no contexto internacional. Passado aquele intervalo e definida a nova ordem econômica, política e militar mundial, reorganizou-se o mundo capitalista sob a hegemonia norte-americana, impondo-se em todos os espaços viáveis um mesmo padrão industrial de produção e consumo<sup>69</sup>.

Nessa concepção, o jornal *O Nacional* em 13 de janeiro de 1930, trouxe uma manchete enfatizando, quase que satiricamente, alguns tópicos sobre o novo Estado do Brasil e sua administração, o periódico assim se referiu ao plano de desenvolvimento do governo:

<sup>67</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 14.

<sup>68</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 2, ano XXXVIII, 03 jan. 1932. p. 15.

<sup>69</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

**autoritário e superior, em termos de didática e administrativa. Autonomia do distrito federal.** Questão social. Imigração. **Exército e armada.** Funcionalismo Público. **A carestia da vida e o regime fiscal. O plano financeiro. Desenvolvimento econômico.** Convênios e tratados de comércio. Instrução. Educação e saneamento. As obras contra a seca. Colonização da Amazônia. Vias de comunicação. A pecuária. Reforma do Banco do Brasil. **Defesa da produção. O café**<sup>70</sup>. Ass. H.P.S. (grifos nosso).

No discurso do jornal percebemos a real preocupação quanto ao plano de desenvolvimento econômico e financeiro, já que o Brasil, historicamente, traz em seu bojo as marcas da dependência em seu desenvolvimento industrial, visto que os chamados padrões de produção/consumo sempre estiveram atrelados aos modelos do mundo capitalista. Assim, deveriam surgir forças racionalizadoras, capazes de orientar o fenômeno do arranque brasileiro, na direção de uma sociedade do tipo industrial. Podemos perceber que a política nacional, orientou-se por motivações novas, de expressão puramente privatista, o que passou a constituir-se num profundo fator inibidor ao desenvolvimento do país.

A partir de 1930 e, em particular, depois de 1937, o movimento centralizador e autoritário significou mais do que um esforço para conter a divisão, uma verdadeira barreira para impedir a consolidação de uma hegemonia que implicasse o desaparecimento dos elos oligárquicos mais débeis. O movimento de 30 foi de máximo acirramento dos conflitos iniciados a partir da Primeira Guerra Mundial e exacerbados pelas primeiras iniciativas estatais no campo econômico em defesa dos interesses da cafeicultura. O Estado usava seu novo poder, deslocando recursos e alterando valores em favor de um dos mais importantes setores originais exportadores<sup>71</sup>.

Com a interrupção das fontes de financiamento e de fornecimento de bens de produção e consumo, numa situação de renovada escassez, passaram a se manifestar com maior intensidade, as reivindicações da classe operária e dos setores médios urbanos. Assim acirraram-se os conflitos político-econômicos intra-oligárquicos, envolvendo, ainda que de forma secundária, setores da burguesia industrial, que passavam a disputar as mesmas vantagens classicamente asseguradas às várias frações agromercantis<sup>72</sup>. O poder das

<sup>70</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 518, ano V, 13 jan. 1930. p. 01.

<sup>71</sup> FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Pequenos ensaios da história da República. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 10, 1972. p. 50.

<sup>72</sup> TOURAINE, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. Albuquerque, J.A. Guilhon, (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 36-39.

oligarquias agrárias assentara-se, desde sempre, sobre bases fiscais e eleitorais regionais. Os fracassos de Francisco Glicério, em 1893, e de Pinheiro Machado, em 1914, demonstraram, claramente, que a organização regionalizada da dominação política respondia de forma mais adequada à heterogeneidade que se lutava por manter e reproduzir.

Desde o início e, basicamente, por meio do ideário tenentista, os militares estiveram associados e patrocinaram a contraditória expansão estatal, participando decisivamente dos eventos de 1930. Cabe salientar que Vargas procurou cada vez mais concentrar o poder em nível federal, aumentando, dessa forma, a dependência das oligarquias regionais em relação ao governo central e dando uma nova e grande relevância à presença dos militares no governo<sup>73</sup>. Foi só com o Estado Novo que, no limite dos mesmos valores entre as várias frações em luta, eles foram chamados a garantir a equidade no seio dos novos poderes estatais. A Lei de Segurança Nacional, de 1935, tanto quanto a repressão à ANL, no mesmo ano, e a prolongação indefinida do estado de sítio, como no governo de Bernardes, foram apoiados amplamente pelos setores liberais liderados por Armando Salles de Oliveira.

Em 1937, por intermédio de Góes Monteiro e Armando Salles, Vargas com seu apelo patético, delegou aos militares a tarefa de administrar uma legislação paralela à Constituição, pela qual se impunha um interesse nacional arbitrário vis-à-vis às reivindicações urbanas. A experiência autoritária vivida no Estado Novo deixou marcas profundas e redirecionou, de alguma forma, o conteúdo da tendência cíclica, o que ocorreu pela incorporação definitiva da tutela militar e do caráter irrecusável da opção industrializante. No lugar do Estado frágil e federado do início do ciclo, tinha-se agora um aparelho dirigido por uma nova elite civil e militar, preparada no âmbito do exercício da própria administração pública para a gestão dos amplos poderes delegados ao Estado.

O liberalismo, agitado ideologicamente pela oposição, revelou-se integralmente e foi deixado de lado ou derrotado na Constituinte de 1946 por uma avassaladora maioria, que, pragmaticamente, reconhecia a inevitabilidade do Estado, já plenamente comprometido com a dupla função de arbitrar o dinheiro e as normas. As reivindicações separatistas e sem a presença do Estado tiveram sua debilidade intrínseca explicitada na devolução do poder aos

---

<sup>73</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975. p. 132-133.

locais. Revelava-se um projeto ultrapassado e de difícil execução, em razão da complexidade real dos interesses e da tessitura social.

Todos se viam obrigados a apoiar, por razões de sobrevivência, um estatismo que já não conseguia compatibilizar adequadamente o conjunto de interesses. Contudo, o controle factual do aparelho estatal demonstraria ser mais poderoso do que se imaginava. O governo central, esvaziando parcialmente os poderes locais, construía novos mecanismos centralizados de dominação e consolidação de lealdades.

Foi o Estado Novo que rearticulou, finalmente, e em novas bases, o velho pacto de dominação, pelo qual se reafirmaram interesses díspares e heterogêneos, com direitos adquiridos à custa de uma valorização, em grande medida, especulativa e meramente financeira ou mercantil. Os eventos de 1930 e o Estado Novo foram, de fato, conservadores; logo, muito menos modernizantes do que se acredita. Somente na década de 1950 é que o Estado, finalmente, buscaria de forma efetiva por meio de caminhos heterodoxos, mecanismos financeiros capazes de deslocar os recursos necessários ao avanço da industrialização pesada. De acordo com Fausto,

o Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade<sup>74</sup>.

Entre 1930 e 1937 iniciou-se uma nova etapa econômica e política da história brasileira, caracterizada por um continuado movimento de centralização do poder, no sentido da instância central do Estado, que teve como contrapartida o esvaziamento dos estados federados e do poder de seus governadores. Nesse sentido, para Schwartzman, a Revolução de 1930 foi, sem sombra de dúvidas, um decisivo marco da passagem do período de maior descentralização política para o período de maior concentração política da história brasileira e teve seu início no Estado Novo<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp/FDE, 1996. p. 378.

<sup>75</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *A revolução de 30 e o problema regional*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 369.

Na virada da década de 1940, amorteceu a trepidação política gerada pelo afastamento de Vargas em 1945, cujo retorno de 1950 a 1954 devolveria o ânimo aos conflitos internos da classe dominante. O crescimento industrial era um fato e a burguesia industrial tornara-se sócia do grande domínio, não lhe colocando problemas, pois era a continuação de uma ordem que a favorecia.

A partir de 1945 assistimos ao fim da longa crise recessiva internacional iniciada em 1929, mas cujos antecedentes datam de 1914 e cujos efeitos são por demais conhecidos. A retomada do crescimento deu-se a partir da reconstrução européia, financiada, em parte, pelo Plano Marshall, já sob a égide de uma nova geopolítica mundial, alinhada, rigidamente, em torno dos interesses das duas grandes potências imperiais: os EUA e a URSS.

O fato inequívoco de um mercado mundial a partir da Revolução Industrial e, em particular, depois da segunda metade do século XIX alcançou uma nova dimensão. Depois de um longo período de disputa, o mundo capitalista pôs-se em posição sob a liderança das grandes corporações norte-americanas, que impuseram através do mundo os seus padrões produtivos, afetando decisivamente a questão da soberania de vários Estados nacionais e o financiamento do desenvolvimento econômico de alguns eleitos da periferia capitalista. Assim, a formação do comércio mundial, a intensificação da separação entre cidade e campo, a especialização da produção urbana e a articulação de ligações comerciais são processos interligados e que estiveram na base da formação do capitalismo e da burguesia.

A natureza da especificidade do capitalismo dependente na fase da expansão da industrialização na periferia do sistema mundial correspondeu ao período de transição do modelo agroexportador para o modelo da economia substitutiva de exportações, ou seja, o desenvolvimento democrático-burguês, em tese, está relacionado ao papel das burguesias nacionais. Com a internacionalização do mercado interno, o processo marcante que se abriu, foi a associação cada vez mais crescente das burguesias locais e, por tabela, das elites. Esse crescimento esteve subordinado aos interesses monopolistas internacionais e, também, à ocupação de certos setores do Estado pertencentes às classes médias, tais como a dos militares

e setores profissionais<sup>76</sup>.

A ilusão dos propugnadores da sociedade pós-industrial com base no desenvolvimento capitalista trouxe em seu bojo o surgimento de uma classe minoritária de menor importância. Nessa perspectiva, que podemos denominar de “econômica”, salientamos que uma parte da tradição sociológica insiste na defesa do papel exclusivamente econômico das classes, pois esse fator é definidor no processo de produção.

Poulantzas considera a origem ou a prática de classe do ponto de vista político ou social. Nesse sentido, a origem das classes sociais pode ser considerada como o efeito da matriz de um modo de produção em uma formação social dada. Em cada modo de produção as esferas econômica, política e ideológica se articulam segundo uma forma que é determinada pela infra-estrutura econômica, e o efeito que resulta daí são as relações sociais. É no interior dessas relações sociais que se situa a problemática das classes sociais, já que não se trata de um fenômeno econômico nem político ou ideológico, mas de relações sociais determinadas ideológica, política e economicamente ao mesmo tempo<sup>77</sup>.

O Rio Grande do Sul, a partir de Getúlio Vargas, mais especificamente, após a revolução de 1930, passou a ocupar uma posição de liderança político-partidária em nível nacional, em razão da participação no Governo Provisório, acompanhado de um número significativo de líderes políticos locais. No recorte temporal delimitado para fazer parte desta pesquisa, constatamos que desde 1930, com a formação da Junta Militar Pacificadora, que entregou o poder a Getúlio Vargas até 1945, quando foi deposto, muitos gaúchos marcaram a sua atuação de forma intensa no cenário político nacional, a exemplo de Flores da Cunha, Borges de Medeiros, Ernesto Dornelles, Walter Jobim, Oswaldo Aranha, entre outros.

Freqüentemente, os jornais do estado do Rio Grande do Sul noticiavam sobre o Governo Provisório de Vargas. Nesse sentido, trazemos relato do *Correio do Povo* de maio de 1931:

---

<sup>76</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 81.

<sup>77</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 328-330.

**O Governo Provisório** continua fortalecido na simpatia da opinião pública. É um governo que tem raízes vivas na consciência nacional. **O governo trabalha.** A remoção dos destroços que semeou a situação passada não pode ser tarefa de um dia. Um governo unido por um grupo de homens unidos pela aspiração do bem comum, não é uma escola de prodígios de onde saem Hércules para o ofício de façanhas maravilhosas. Dentro de suas fronteiras humanas **o atual governo volta-se a obra extenuante de reconstrução do país.** Naturalmente alguns homens se assinalam, diante dos olhos da opinião. **O ministro Oswaldo Aranha,** por exemplo, é um desses homens. A sua função é de para-raio do governo. Expondo-se e descobrindo-se a cada passo pela própria natureza da pasta que exerce, ele paga pelo que faz e pelo que não faz<sup>78</sup>. [...] (grifos nosso).

Transparece no texto jornalístico a exaltação à figura e às ações realizadas por Vargas. Também é perceptível a interpretação da matéria textual que produz sentidos, sustenta e provê a realidade vigente, na medida em que exalta o chefe supremo e seu mais fiel colaborador.

Um relatório apresentado a Getúlio Vargas, presidente do Brasil, e lido perante a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul pelo interventor federal José Antonio Flores da Cunha, em 15 de abril de 1935, no Palácio do Governo, em Porto Alegre, fazia uma minuciosa análise da prestação de contas e também dos atos administrativos do governo de Flores da Cunha. Vejamos o documento:

Srs. Representantes. [...] A **presente mensagem** que consubstancia os dados principais sobre o meu governo é a mesma que dirigi ao Presidente da República, o eminente Sr. **Getúlio Vargas,** de quem fui, durante quatro anos, **o delegado no Rio Grande do Sul.** Acontecimentos de maior gravidade encheram este período da vida do nosso estado. Assumindo seu governo, eu não teria arrastar, cedi as instâncias do então **chefe do governo provisório** para não fugir ao imperioso dever daquele momento. As dificuldades e sacrifícios, apenas vieram confirmar os justos receios que sentia ante a magnitude da tarefa. Duas preocupações essenciais e constantes da minha gestão nesse agitado período, que virtualmente acaba de encerrar-se: equilibrar as finanças do estado e manter a ordem. Daquelas tratarei em capítulo especial. Contra esta, lamentavelmente conspiraram os mais diversos e persistentes fatores . Não provinham eles, até certo momento de circunstâncias peculiares ao nosso Estado, eram, antes, repercussão de causas exteriores , conseqüências da inevitável confusão **que o movimento de 1930,** como todos os acontecimentos semelhantes, determinou no resto do país. O governo central lutou constantemente contra adversários e inimigos cuja multiforme e pertinaz atividade ameaçava, sem cessar, a sua estabilidade e procurava minar o seu prestígio. Nessa luta quotidiana, **coube ao Rio Grande, como responsável principal pela revolução de outubro,** função de fiel do equilíbrio político do governo revolucionário e garantia máxima da sua segurança e da ordem pública. Como sempre, **a brava e generosa gente gaúcha cumpriu** o seu dever patriótico e enfrentou com o melhor animo todos os sacrifícios, em defesa da república e da unidade nacional. Como governante em momentos tão conturbados pelas paixões, em dias tão difíceis e tão dolorosas provocações, **manteve-me sempre em situação de legítima defesa da ordem,** dever fundamental dos que respondem pela autoridade e o poder. Para preservá-la

<sup>78</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 109, ano XXXVII, 12 maio 1931. p. 14.



usei dos meios mais suasórios e da maior longanimidade possível; para restabelecê-la, empreguei sempre o mínimo de coação compatível com a gravidade do momento. E tenho a convicção de que a esclarecida opinião publica rio-grandense reconhece unanimemente que a energia da autoridade jamais se desmandou em violências inúteis e que sempre **usei de candura, de tolerância e de justiça, em todos as oportunidades, como os meios mais seguros de restabelecer a ordem e a confiança**<sup>79</sup>. (grifos nosso).

Analisando o discurso de Flores da Cunha, e sem querer assumir uma atitude de suspeição ou tirar conclusões apressadas, temos o depoimento fidedigno de um prócer e chefe de governo que não possuía limites para defender os interesses do Brasil e do seu estado, como percebemos pelos sinais de lealdade política grifados no discurso. O nosso grande dilema aqui é poder separar o verdadeiro do falso, o fato da distorção ou da invenção, mas, principalmente, o que está escondido ou subsumido nas linhas do texto. Assim, devemos nos deter no que realmente é visível e subentendível para, então, inferir, com probidade, que os discursos traziam em suas linhas a verdade no momento em que eram pronunciados, mas sempre em conformidade com os interesses individuais e/ou coletivos.

Ainda em consonância com o relatório enviado por Flores da Cunha a Getúlio Vargas, em 1935, faz-se necessária a inserção de seu pronunciamento no que se refere à questão da reconstitucionalização do país e à forma como esse governante alude a essa discussão. Para tanto, segue o relatório:

**Os anseios gerais pela reconstitucionalização do país**, que, logo após a revolução de outubro, começaram a manifestar-se, encontraram em mim, senão o maior, por certo um dos seus mais sinceros defensores, pois sempre considerei o regime discricionário como fase transitória de reajustamento e preparo das condições para a restauração da ordem jurídica. E assim promulgado o código Eleitoral e convocados os cidadãos para as eleições, não poupei esforços no sentido de assegurar, pela observância da lei, o livre pronunciamento da vontade coletiva. **O povo rio-grandense cuja consciência cívica é um padrão de legítimo orgulho para a república, ocorreu em massa aos prélios eleitorais de 3 de maio e 14 de outubro, em nobre demonstração de cultura e patriotismo.** Ambas as eleições se processaram com intenso entusiasmo, peculiar á nossa gente e os seus resultados, ratificados pelas duas instâncias da justiça eleitoral, foram a verdadeira e legítima expressão da vontade popular que pela primeira vez em nosso país, realizou essa condição precípua do regime democrático. A assembléa constituinte do estado, eleita em 14 de outubro de 1934, honrou-me com a escolha para primeiro governador constitucional do Rio Grande do Sul. Mais ainda do que o cargo de interventor que, em várias ocasiões tentei deixar, eu não desejava o que a vossa generosidade me investiu. As lutas incessantes, os indizíveis sofrimentos morais que tive de enfrentar durante estes quatro anos, a minha saúde combalida, os meus interesses particulares, tudo aconselhava recolher-me a justo repouso, que acima de

---

<sup>79</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondência dos Governantes. CG – 160. 15 de abril de 1935.

tudo e sinceramente ambicionava. **Os que me acompanharam, porém, nos dias incertos, os que me assistiram com a sua solidariedade exigiram que me submetesse a vontade da maioria, a essa exigência era um imperativo moral a que eu não podia fugir**<sup>80</sup>. (grifos nosso).

Com a leitura desse documento, observamos que os governantes sempre estavam preocupados com a sua imagem perante a opinião pública e faziam alusão, portanto, aos seus méritos, que eram freqüente e vigorosamente exaltados, pois isso demonstrava que tudo era feito pensando no bem estar do povo que governavam. Nesse sentido, é pertinente a exposição de Calvino<sup>81</sup>: “O uso da palavra é incessante perseguição das coisas, uma aproximação, não de sua substância, mas de sua infinita variedade, um roçar de sua superfície multiforme e inexaurível”.

Na análise das elites políticas que atuaram no Rio Grande do Sul, na época que compreende de 1930 a 1945, procuramos, ao longo do tempo dedicado à construção desta tese, aprofundar o tema em escopo, realizando uma pesquisa intensa acerca do que ocorreu nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Esse procedimento se justifica porque, embora existam importantes obras historiográficas sobre a questão político-econômica, constatamos que a produção é insuficiente para responder à hipótese que serviu de alicerce para a nossa pesquisa.

Desse modo, em consonância com os objetivos propostos para este estudo, a configuração e o comportamento das elites políticas do Rio Grande do Sul no período delimitado, são definidos tomando-se por base as ações e decisões, que conduziram aos caminhos da modernização, enquanto parte do processo de desenvolvimento econômico da região do Planalto Médio gaúcho. Nesse contexto, se situam as elites econômicas e políticas, o que nos possibilitará demonstrar, pelas suas especificidades, como contribuíram para o desenvolvimento da região que nos propomos analisar.

Embora admitamos que não há consenso sobre o que se entende por “elites”, sobre quem são e como se caracterizam, neste estudo o termo é empregado em sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de

---

<sup>80</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondência dos Governantes. CG – 160. 15 de abril de 1935.

<sup>81</sup> CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 90.

estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Assim, as elites sempre farão alusão aos “dirigentes”, a pessoas “influentes”, aos “abastados” ou “privilegiados”, e isso, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o “poder” das elites impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações<sup>82</sup>.

Diante dessas considerações, este capítulo da tese destina-se a aprofundar a atuação e o comportamento das elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1930 a 1945. Para tanto, inicialmente, situamos a região a ser estudada, e apresentamos os conceitos que orientaram a pesquisa, levando em consideração a classificação das elites, para logo introduzir os conceitos de região, política, poder e elites; seguindo, mapeamos os formadores das elites políticas em nível de Rio Grande do Sul no período abrangido na pesquisa.

## **1.2 Contextualização regional**

Nos primeiros anos do século XIX o atual Estado do Rio Grande do Sul chamava-se Capitania do Rio Grande de São Pedro. Era um vasto território, dividido em apenas quatro municípios: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha. A área que hoje integra Passo Fundo pertencia ao município de Rio Pardo e era povoada por indígenas tupi-guaranis e jês, além dos caingangues, apelidados pelos colonizadores de “coroados”, que viviam da horticultura de subsistência (milho, erva-mate, feijão, mandioca e batata). Esta região fazia parte da rota dos tropeiros, visto que o tropeirismo era uma atividade que se desenvolvia nos campos sulinos desde final do século XVII, ocupada com o fornecimento do gado para o abate e para o transporte na região mineira, principalmente do gado muar.

O Rio Grande do Sul, por ser uma região de fronteira, tem uma característica toda peculiar: foi o ponto de encontro entre o Império Português e o Império Espanhol, desenvolveu assim uma tradição militar, de vinculação muito grande entre elites civis e militares, e uma tradição de rebeldia e de autonomia também bastante forte. Afora isso, o Rio Grande do Sul, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, única fronteira viva do Brasil cujas

---

<sup>82</sup> HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 07.

duas metrópoles coloniais ainda conflitavam na definição de seus domínios, foi o marco de sua formação histórica, delineando características sociais e econômicas. Assim, tem sido dividido o Rio Grande do Sul em três regiões que econômica e culturalmente se diferenciam: a Campanha, o Litoral e a Serra.

A estruturação desenvolvimentista de um país ou de uma região não é algo préestabelecido ou estático, mas fruto de uma construção histórica. Dessa forma, as características culturais e sociais da região do Planalto Médio foram influenciadas por um processo de ocupação e colonização. Esse processo de conquista foi permeado por diversas disputas, que se iniciaram ainda no século XVII, entre os indígenas e os jesuítas, vindos em busca da concretização do seu projeto de reduções, e, posteriormente, entre os nativos e os bandeirantes, tropeiros e imigrantes. Nesse sentido, é pertinente a colocação de Paiva<sup>83</sup> ao expressar que “uma região não é uma entidade física, mas uma construção social”.

Passo Fundo, no século XVII, fazia parte da redução jesuítica de São João Batista, que era então o núcleo mais oriental das Missões Jesuíticas sob o domínio espanhol. Os ervais nativos e a pecuária traziam à redução notável prosperidade, porém não tardou para que tal desenvolvimento fosse interrompido pelos repetidos ataques dos bandeirantes paulistas em busca de índios para o trabalho escravo. Contudo, o local permaneceu sendo passagem obrigatória de tropeiros que, procedentes da Fronteira Sul, dirigiam-se para São Paulo, então o maior centro comercial de gado muar. No início do século XIX, intensificou-se a ação dos tropeiros que chegaram a Passo Fundo para aprejar o gado *vacum* e muar que se criara nos campos da região, levando-o para as prósperas regiões mineradoras. Devido a isso, teve início a efetiva ocupação do território pelo elemento branco civilizado.

O norte do estado, até o final do século XIX, era uma das regiões mais atrasadas da província em termos econômicos, pois, se caracterizava por grandes florestas virgens, pinhais, ervais, uma incipiente pecuária e agricultura de baixo volume de produção. Com a colonização européia, passou a ser um espaço mais dinâmico em termos econômicos.

---

<sup>83</sup> PAIVA, Carlos Águedo Nagel. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. In: *Anais das primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre, 2005. CD – ROM FEE/PUC – RS.

Na beira do caminho dos tropeiros surgiram as primeiras casas e armazéns. O primeiro morador branco de Passo Fundo foi o militar Manoel José das Neves, conhecido como Cabo Neves (cabo de milícia). Em 1827, Cabo Neves ganhou do Governo Imperial terras para formar uma estância e morar com sua família, protegendo, assim, o território. De acordo com alguns historiadores, a casa deste primeiro povoador branco ficava próxima à atual praça Tamandaré, no município de Passo Fundo. A fundação das primeiras fazendas possibilitou o surgimento de povoados, visto que, próximo da casa do fazendeiro, os agregados e escravos construam seus ranchos de acordo com suas possibilidades<sup>84</sup>.

Outros aventureiros que se agradaram da localização, da paisagem e do solo fértil desta região foram construindo suas casas e se estabelecendo com suas famílias. Esses pioneiros dedicavam-se às profissões de fazendeiro, tropeiro, agricultor, advogado, comerciante ou militar. Muitas vezes, era a mesma pessoa que ocupava várias funções, pois um fazendeiro podia também ser militar, comerciante e tropeiro. Mais tarde, chegaram as famílias dos imigrantes alemães, italianos, judeus, etc<sup>85</sup>.

Com a fazenda de Manoel José das Neves iniciou-se o povoamento, logo aumentado por pessoas que provinham de São Paulo e Paraná. A povoação, consagrada a Nossa Senhora Conceição Aparecida, em 1847 foi elevada à categoria de freguesia. Em 28 de janeiro de 1857, criou-se (emancipou-se) o Município de Passo Fundo, desmembrando-se do território de Cruz Alta, ao qual pertencera até essa data, e seu território original hoje abriga 107 municípios do Rio Grande do Sul. A origem do nome deu-se a um rio de mesmo nome utilizado pelos tropeiros desde o século XVIII<sup>86</sup>.

Carazinho foi um povoado iniciado oficialmente em 1880, com a doação da terra para sua construção por Possidônio Ribeiro de Sant'Ana Vargas. O povoado pertenceu à região de Passo Fundo como 4º distrito até sua emancipação como Município de Carazinho em 1931. Carazinho desenvolveu-se à mercê de uma racional intensificação da produção e adoção de processos direcionados ao crescimento econômico: era conhecido como “Cidade dos

---

<sup>84</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. Jornal Tropeiro dos Pampas. Caderno especial. [s.d.]. p. 02.

<sup>85</sup> TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>86</sup> PIMENTEL, *Ibid.*, p. 03.

Pinheirais”, maior empório madeireiro e pólo exportador do estado do Rio Grande do Sul. Destacava-se, ainda, como produtor de farinha de mandioca, banha e couros suínos. Também, se desenvolviam no município atividades ligadas à indústria, ao comércio, à pecuária e agricultura. Nesse cenário, Carazinho progredia aceleradamente na segunda década do século passado, graças à indústria extrativa da madeira, tornando-se um núcleo importante, e a sua população lutava pela emancipação administrativa.

Iniciando a década de 1930, avolumavam-se os movimentos emancipacionistas. O espírito de luta, criado com a Revolução de 30, trazia novos ânimos às pessoas. O progresso que se fazia sentir na região, apesar da conjuntura internacional, que se sentia negativa, aumentava as vozes em favor da autonomia administrativa. O *Jornal da Serra*, de propriedade de Canuto de Souza e dirigido pelo mesmo, constantemente publicava notícias relacionadas com o movimento. Em sua edição de 11 de dezembro de 1930, sob o título “O Vilamento de Carazinho”, fez um minucioso relato das providências tomadas pela comunidade visando à emancipação. Eram os primeiros passos de um movimento realmente efetivo e que reuniria três líderes; Paulo Coutinho, coletor federal e pessoa que exerceu liderança em todas as atividades comunitárias, tido como expoente da emancipação de Carazinho; Homero Guerra, jovem idealista, que viria a ser o primeiro Prefeito Municipal, e o coronel Alberto Graeff, líder político respeitado. Esses personagens, então, começaram a agilizar a emancipação política do município-mãe: Passo Fundo<sup>87</sup>.

Durante esse trabalho a Revolução de 1930 veio sustar, em parte, a execução do plano traçado. Todavia, o movimento seria reanimado pela palavra do general Flores da Cunha, que em vibrante oração proferida no Barracão Liberal, junto à Estação da Viação Férrea, por ocasião de sua passagem em direção ao norte, prometeu a emancipação do então distrito, continuaram, pois, na linha traçada. Assim, em 24 de janeiro de 1931, o então interventor federal no estado, general Flores da Cunha, baixou o decreto nº 1.707, emancipando o Município de Carazinho e separando-o de Passo Fundo.

As regiões de Passo Fundo e Carazinho tinham como característica a ocupação privada e econômica da terra, em razão da mistura de relações produtivas entre a tradição da lavoura e

---

<sup>87</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 87, ano XXXVII, 15 jan. 1931. p. 02.

da pecuária; da não pacificidade das convivências de relações capitalistas com modelos de produção não capitalistas; pela renda da terra com as formas avançadas de apropriação capitalista e produtiva da terra; pelo trabalho em família do pequeno produtor com trabalho escravo e semi-escravo de peões nas estâncias pecuaristas; pela ânsia demonstrada pelos imigrantes na busca de terra para plantio. Ainda, para a pecuária que relutava em substituir sua atividade tradicional pelo cultivo de cereais, como o trigo e o milho, especificamente. A destruição das matas pela indústria da madeira abriu caminho para a produção do trigo, o aparecimento de moinhos e, de uma estrutura cooperativista de interesse dos granjeiros, com aumento da suinocultura e a industrialização de sua cadeia produtiva<sup>88</sup>

Inicialmente baseada na agropecuária, a região desenvolveu, nas últimas décadas, um significativo parque industrial, no qual predominam indústrias de transformação agroalimentar. Além disso, na produção agropecuária destacam-se a suinocultura e avicultura.

Para haver um maior entendimento do território em estudo, é necessário situar o termo “região” que na acepção de Duarte<sup>89</sup>, refere-se à identificação das regiões em que se processam certas formas de reprodução do capital, caracterizando o modo de produção, nos seus diferentes estágios, numa formação social, ou seja, num espaço total de uma determinada sociedade podem existir espaços que constituem regiões, porém outros, não.

Benko salienta que nas diversas variações observadas nos estudos de geógrafos no que se refere a “região”, são diferentes os desígnios dados para o termo, pois foi entendida especificamente como relações entre homem e natureza e como uma possibilidade de averiguação dos sistemas espaciais de determinadas regiões naturais. Por outro lado, aos poucos os estudiosos vão observando na região um conjunto de fatores que apresentam em sua formação várias leituras, as quais, numa análise mais minuciosa, revelam grande uniformidade interna e grande diferenciação diante de outros contextos<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 16-17.

<sup>89</sup> DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro. [s.n.], 1980.

<sup>90</sup> BENKO, Georges. *A ciência regional*. Portugal: Celta, 1998. p. 9-11.

A região, para Mesquita<sup>91</sup>, é um processo que vai atuando na realidade, independentemente do ato de dividir espaços segundo o preceito da homogeneidade ou da polarização. Assim, a autora salienta que o termo região pode ser identificado com o processo de formação e transformação de regiões, incluindo, neste último termo, a sua dissolução e até o seu ressurgimento.

Segundo Bourdieu, “o que faz uma região não é o espaço, mas sim o tempo, a história”<sup>92</sup>. Como uma estrutura, a região possui uma identidade própria que a diferencia e identifica como tal, permitindo, desse modo, sua delimitação a partir do que lhe é específico e singular dentro de uma totalidade, ou seja, um espaço particular como parte de uma organização mais ampla, global; “como parte de um todo - parte que pode ter conotações políticas, físico-geográficas ou administrativas ou históricas”<sup>93</sup>, mas que faz referência constante ao sistema da qual foi recortada.

Nesse sentido, faz-se pertinente o estudo do significado de região. Embora seja difícil de estabelecer com precisão a sua definição, a região está intimamente ligada às formas de produção que são comuns a determinados períodos da história, sendo entendida de acordo com as oscilações econômicas e políticas. Dessa forma, a análise regional não está somente relacionada à dinâmica econômica ou à estrutura social, mas volta-se também ao indivíduo, às suas particularidades e às especificidades encontradas no contexto em que está inserido, bem como a sua relação com o espaço.

Na análise da dinâmica regional, a região está relacionada à idéia de que áreas geográficas podem estar ligadas como um conjunto único em virtude de suas características. O ponto de partida é a homogeneidade do território, ao passo que as particularidades se concentram na heterogeneidade, já que a região é um território que comporta uma unidade estrutural e, portanto, dinâmica. As características, no entanto, são as estruturas de produção, padrões de consumo, distribuição da força de trabalho, elementos culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse contexto, Paiva relata:

---

<sup>91</sup> MESQUITA, Zilá. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 5, n. 2, 1984.

<sup>92</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 115.

<sup>93</sup> FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.) *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 19-20.



a homogeneidade é à base da determinação da região; por isto mesmo, ela é o ponto de partida de qualquer regionalização. Contudo, ela não basta em si mesma. Uma região só existe verdadeiramente se ela comporta uma dinâmica particular, que se diferencia da dinâmica projetável para a mesma a partir da mera extrapolação da dinâmica “média” da macro-região em que está inserida. Esta dimensão particular da dinâmica da (sub) região considerada se funda nas suas contradições específicas e na forma como estas contradições são administradas, enfrentadas e resolvidas. Territórios limítrofes podem apresentar homogeneidades essenciais – o que já nos autoriza a pensá-los, num determinado âmbito, como uma única região -, e dinâmicas diferenciadas, assentadas em contradições e padrões peculiares de regulação e de polarização internas – o que já nos autoriza a pensá-los, em outro âmbito, como sub-regiões de uma região, dimensões heterogêneas de uma unidade contraditória, mas real<sup>94</sup>.

Quanto à questão regional, Schwartzman argumenta que as regiões são nada mais que um detalhamento do que ocorre num sistema político nacional como um todo. O estudo das regiões seria uma espécie de aprofundamento do detalhe para o entendimento do processo político e social como um todo. O autor entende que essa perspectiva vem associada com a tendência a pensar o fenômeno político e o fenômeno social juntamente com o fenômeno econômico, com base em categorias gerais e abrangentes, tais como determinadas classes sociais, determinadas formas de produção, determinados estágios do processo de desenvolvimento<sup>95</sup>.

Para Schwartzman, existe sempre uma região central, que é uma região dominadora que concentra o poder e estende sua influência ao resto do território e às regiões periféricas que vivem na dependência e na subordinação desses centros; são as regiões de fronteira, onde se chocam e se estabelecem os limites entre determinadas comunidades nacionais e outros sistemas nacionais<sup>96</sup>.

Nessa concepção, Corrêa conceitua região como prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante. O autor utiliza o conceito de diferenciação de área e as subseqüentes divisões regionais, visando à ação e ao controle sobre territórios conquistados

---

<sup>94</sup> PAIVA, Carlos Águedo Nágel. *Ilusões e sabedorias da análise regional*. Porto Alegre: FEE. 2005. p. 02.

<sup>95</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *A revolução de 30 e o problema regional*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 367 – 368.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 373.

ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante<sup>97</sup>.

Haddad introduz o elemento regional numa teoria de desenvolvimento econômico e inclui fenômenos peculiares à economia regional, tais como o fato de que os recursos estão desigualmente distribuídos entre as regiões e que existe uma mobilidade de fatores entre essas. Embora muito longe de serem perfeitos, esses elementos devem ser considerados para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico regional<sup>98</sup>.

Tomando como referência as divisões regionais apoiadas no conceito de região natural, as unidades territoriais, habitualmente baseadas nas divisões político-administrativas, são determinadas de maneira um tanto arbitrária, além de sua instabilidade ocasionada pelos desmembramentos de áreas e emancipações, seccionando com muita frequência unidades territoriais geograficamente homogêneas.

De acordo com Love<sup>99</sup> e conforme nosso recorte temporal, os geógrafos distinguem seis regiões no Rio Grande do Sul, porém econômica e culturalmente se aceita geralmente uma divisão em três regiões: Litoral, Campanha e Cima da Serra (ou comumente denominada apenas Serra). O Litoral, historicamente, tem sido, a mais densamente povoada das três, bem como o local das exportações, do comércio interestadual e da indústria. A Campanha, a segunda região, situa-se como a de criação de gado, que deu ao estado sua imagem conhecida em qualquer parte do Brasil, pois as atividades pastoris dominam em toda parte. A região dos Campos de Cima da Serra se constitui num planalto e foi ocupada por estancieiros nos séculos XVIII e XIX, sendo, portanto, a última a ser ocupada e colonizada de forma constante.

Segundo Love<sup>100</sup>, para fins históricos, a Serra pode ser dividida em três sub-regiões: a Zona Colonial, o Planalto Central e o Distrito das Missões. A primeira foi povoada por colonos alemães e italianos, ligados à policultura, na parte norte-central da Serra, onde plantaram trigo, transformando o distrito num dos maiores celeiros do Brasil, por volta de 1940. No Planalto Central a ocupação foi realizada por sertanistas e fazendeiros, que se

<sup>97</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 47-50.

<sup>98</sup> HADDAD, Paulo Roberto. (Ed.). *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975. p. 49 - 55.

<sup>99</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 05-07.

<sup>100</sup> Ibid.

deslocavam de São Paulo para o sul. Já, com referência ao Distrito das Missões, a origem do nome deve-se aos missionários jesuítas que vieram para a região com o intuito de catequizar os índios. Vale lembrar que este território foi reivindicado pelo Brasil em meados de 1750, época em que os estancieiros se movimentavam da Campanha para o norte e do Planalto Central para o oeste.

Após conceituar região sob o enfoque de diversos autores já referenciados, adotaremos nesse estudo como conceito de região um espaço territorial, construído pelos sujeitos que fazem parte do contexto no qual estão inseridos. Mas, acima de tudo região é um produto da construção humana, que marca sua identidade, assim como suas particularidades e singularidades na qual foi construída.

Após a contextualização da região, podemos salientar que, durante o século passado, Passo Fundo figurou no cenário da região como um centro econômico e político que coordenava a região do Planalto Médio. Assim, tanto Passo Fundo quanto Carazinho, em razão dos laços que os ligavam como a proximidade geográfica, participaram, às vezes de modo obscuro, outras vezes com certa projeção, de importantes movimentos que marcaram a sociedade brasileira dos anos pós-30. Exemplo disso foi o envio de tropas passo-fundenses e carazinhenses para o *front*, quando da Revolução de 1930.

Com o contexto exposto e no caso de Passo Fundo, pode-se observar com nitidez que “o local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”<sup>101</sup>. Demonstra, também, ser passível de uma construção histórica singular, que, ao interagir e se inserir num contexto mais amplo, como parte diferenciada, combina-se com o todo, com o global.

Em Passo Fundo, no pós-30, foi organizada uma célula da Ação Integralista Brasileira e outra da Aliança Nacional Libertadora. Nesse cenário, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) não mudaram o quadro que existia de forma profunda, uma vez que os componentes destas duas correntes partidárias eram oriundos das camadas médias ou do proletariado, setores desobrigados do processo político pré-1930 e que

---

<sup>101</sup> BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DPEA, 2001. p. 29.

não haviam se vinculado às correntes políticas tradicionais<sup>102</sup>.

Nesse sentido, o jornal *O Nacional* transcreveu uma nota da AIB destacando:

**Do núcleo da AIB municipal**, recebemos a seguinte nota: Seção doutrinária - Foi ela iniciada com o hino “**Ergue-te Mocidade**”, ao apelo da Pátria, cantado pelos “**camisas verdes**” de braço alçado, falando em seguida o companheiro **Orlando Ribeiro, secretário da S.M.O.P.**, [...]Falaram ainda os companheiros Sebastião Castilhos, secretário da S.M.C.A., e Leopoldo Homrich, sendo todos dois muito aplaudidos ao finalizarem suas perorações. **Durante a seção foi procedida a exclusão de um integralista, que, faltando a sua fé e a sua palavra de honra, transgrediu os regulamentos da A.I.B., sendo a sua ficha queimada na presença de todos.** A seção que transcorreu em um ambiente de vivo entusiasmo foi encerrada com o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional Plínio Salgado e com a primeira estrofe do hino Nacional cantado pelos presentes desta alçada<sup>103</sup> (grifos nosso).

O mesmo jornal noticiava frequentemente a formação de subnúcleos nos distritos pertencentes ao município de Passo Fundo. A nota abaixo revela a força da AIB em Passo Fundo e região, bem como a expansão que essa aliança possuía:

Do gabinete da chefia municipal da AIB, recebemos o seguinte comunicado: **novο subnúcleo** – ontem, às três horas da tarde, em colônia Bela Vista, primeiro Distrito deste município, foi oficialmente instalado o subnúcleo 42-h, tendo se verificado, 27 inscrições iniciais e mais três de elementos femininos. Para dirigir o **novel subnúcleo** foi nomeado o seguinte grupo de centralização: **chefe, Alfredo Carlos Dalmaso; secretário, Primo Felix Guarente; tesoureiro, José Thomé.** A fim de proceder a instalação do sub-núcleo de Bela Vista, partiu ontem pela manhã desta cidade, uma ‘**bandeira**’ de **camisas-verdes**, sob a direção dos companheiros **Nascimento Rocha e Leopoldo Homrich**, fazendo parte da mesma elementos do departamento feminino<sup>104</sup>. (grifos nosso).

Ainda quanto à célula, no que se refere à Aliança Nacional Libertadora, *O Nacional* relatava:

**Solidários com o programa da Aliança Nacional libertadora, novel organização** que se propõe a uma vasta coordenação das massas populares do Brasil, para empreender um grande movimento de libertação nacional, vários interessados reuniram-se ontem pela manhã **no escritório do dr. Verdi De Cesaro**, para tratarem da providencias preliminares da **instalação de um núcleo da A.N.L.**, nesta cidade. Nessa reunião preliminar, ficou assentada a escolha de uma comissão provisória de organização composta de cinco elementos que deverá desenvolver intensa

<sup>102</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991, p. 57.

<sup>103</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.107, ano X, 16 maio 1935. p. 04.

<sup>104</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.252, ano XI, 11 nov. 1935. p. 03

propaganda e divulgação do programa e dos ideais da A.N.L. **O comitê ficou constituído pelos srs. Verdi De Cesaro, Joaquim Musa, Pedro Ferrão Teixeira, Eduardo Barreiro e Enio Mailander.** Essa comissão provisória ficou com amplos poderes para inscrever todos os que se solidarizarem com o programa da ANL, devendo muito breve instalar solene e publicamente o Diretório definitivo. Foi aprovada, também, nessa reunião, a expedição de um telegrama a organização central no Rio de Janeiro com os termos que se seguem: ‘Capitão Amorety Ozório – sede Aliança Nacional Libertadora. Rio. Solidários Aliança Nacional Libertadora, cuja presidência honra coube maior e mais honesto brasileiros, **General Luiz Carlos Prestes, comunicamos instalação, hoje, nesta cidade, Comitê provisório organização. Pela libertação nacional do povo brasileiro, (assinado pelos membros do comitê).** Qualquer um dos membros da comissão provisória, está autorizado a inscrever todos aqueles que concordarem com o programa da ANL, sendo convocados para isso de acordo com o manifesto espalhado na cidade, proletários, funcionários, camponeses, lavradores, intelectuais, comerciários, estudantes, militares, membros das profissões liberais, sindicatos profissionais, agremiações operárias e todos aqueles que se interessarem pela libertação nacional do povo brasileiro. Essa nova agremiação nacional tem um programa claro e definido<sup>105</sup>. (grifos nosso).

Nas eleições de 1935, em Passo Fundo, a AIB formou uma chapa com seus respectivos candidatos a prefeito e vereadores, que fora constituída da seguinte forma: para prefeito: Nascimento Rocha; para vereadores: Hugo Loureiro Lima, Willibaldo Neuhaus, Leopoldo dos Santos Homrich, João Nozare, Mario José Ferreira, Antonio Casasola e Antonio Zancanaro<sup>106</sup>.

Sem sombra de dúvida, especialmente o ano de 1930 marcou o início de uma década que transformou a história do Brasil. Sabemos que as raízes de tal transformação são creditadas pelos historiadores a um processo que já vinha ocorrendo no Brasil há, pelo menos, uma década, em razão do “tenentismo” e de alterações econômicas que se processaram em nível mundial, afetando a economia brasileira de caráter exportador. A Revolução de 1930 movimentou o cenário nacional e também o regional, pelo que se pôde observar em relação a Passo Fundo, de onde partiram para frente de combate três tropas com as quais a revolução ganhou espaço. Como desfecho houve a deposição do então presidente da República Washington Luiz para que Getúlio Vargas tomasse posse como chefe do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930<sup>107</sup>.

Nesse sentido, registramos na vida política de Passo Fundo, na década de 1930, uma

<sup>105</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.110, ano X, 20 maio 1935. p. 04.

<sup>106</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.255, ano XI, 14 nov. 1935. p. 01.

<sup>107</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. Jornal Tropeiro dos Pampas. Caderno especial. [s.d.]. p. 2.

forte movimentação, na qual se sobressaíram chefes políticos locais, especialmente os coronéis Quim César e Edmundo de Oliveira. O jornal *O Nacional*, além da ampla divulgação dos acontecimentos locais e nacionais convidava a população para que se engajasse nos comícios ou jantares realizados no município pelos principais partidos políticos da época: o PRR e o PRL<sup>108</sup>.

Além da atuação dos partidos tradicionais, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira também encontraram espaço para atuar em Passo Fundo e região. Na estrutura organizacional da ANL, os núcleos espalhados por todo o território nacional eram de vital importância, constituindo-se na base do movimento, já que concentravam as suas funções doutrinárias e organizacionais, sendo também responsáveis pela unidade e pela agitação das massas populares. Um exemplo foi o chamamento realizado por meio de *O Nacional*, pelo Diretório da Aliança de Passo Fundo:

**O Diretório Municipal convida todos os aderentes e simpatizantes, homens e mulheres, funcionários públicos, proletários da cidade e do campo, empregados, comerciários pequeno-burgueses, e associações civis, sem distinção de credos religiosos, políticos ou filosóficos para assistirem ao grande comício patriótico e popular que se realizará no dia 5 de julho, promovido pela ANL em todo o Brasil, e que nesta cidade terá lugar na praça Marechal Floriano, às 19:30, em comemoração ao início do movimento antiimperialista e em homenagem aos 18 de Copacabana e aos Heróis da Coluna Prestes<sup>109</sup>. (grifos nosso).**

A partir de maio de 1935, após a organização do primeiro comitê aliancista em Passo Fundo, a ação da ANL local se fez mais intensa. Dessa forma, congregou os vários sindicatos e associações de trabalhadores da cidade, dentre eles, o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros e a União de Trabalhadores de Passo Fundo. No final desse período, as atividades da ANL passo-fundense foram se ampliando pela adesão de novos filiados, embora tenha tido uma vida efêmera até julho de 1935, quando foi fechada por ordem do governo federal, juntamente com as demais existentes no país<sup>110</sup>.

No contexto desta pesquisa, ressaltamos que na cidade de Passo Fundo, no ano de 1940, conforme os dados do censo do mesmo ano, os nomes que pertenciam aos quadros políticos locais geralmente eram os mesmos que controlavam a economia do município,

<sup>108</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1865, ano X, 27 jul. 1934. p. 02.

<sup>109</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1944, ano XI, 2 jul. 1935. p. 04.

<sup>110</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1900, ano XI, 31 maio 1935. p. 01.

caracterizada por atividades comerciais, pequenas propriedades rurais, sem contar com indústrias de relativo porte<sup>111</sup>. Na agricultura regional destacava-se a lavoura tritícola.

Na década de 1950, que marcou uma nova fase de desenvolvimento nacional, o município de Passo Fundo ainda não indicava ser um centro industrial de expressão, mas, sim, uma economia que permanecia centrada no setor primário. No sentido político, o período demonstrava ainda ser turbulento. Depois de longos anos de domínio do Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou candidato próprio às eleições municipais, na pessoa do deputado estadual recém-eleito Daniel Dipp. Foi um momento que marcou a sociedade passo-fundense na busca para novos rumos no desenvolvimento cultural<sup>112</sup>.

O município de Carazinho desenvolveu-se à mercê de uma racional intensificação da produção e adoção de processos direcionados ao crescimento econômico, sendo conhecido desde a República Velha como “Cidade dos Pinheirais”, maior empório madeireiro e pólo exportador no estado do Rio Grande do Sul. Destacava-se também como produtor de farinha de mandioca, banha e couros suínos. Ainda, havia no município atividades ligadas à indústria ao comércio, à pecuária e à agricultura. Como exemplo, na década de 30, contava com 150 serrarias, que exportavam, em 1934, uma média de 1166 vagões de madeira aplainada; em 1942, o parque industrial de Carazinho foi enriquecido com novas e importantes indústrias<sup>113</sup>. Nesse sentido, Boschi<sup>114</sup> salienta que no Brasil, na década de 1930, o setor industrial caracterizava-se por um imenso número de pequenas empresas, ou seja, 90%. Importa salientar que um pequeno número de empresas era relativamente grande para a época em questão, compreendia dessa forma um percentual, ou seja, um grupo considerável de elite que não devia ser subestimado.

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Francisco Antoninho Xavier, apud MEDEIROS Marcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 109.

<sup>112</sup> CANTÚ, Jonas; AMBROS, Jussara Rodrigues; SIQUEIRA, Rosimar Serena. *Construção política, econômica e cultural: Passo Fundo nos últimos cinquenta anos*. Apud MEDEIROS Marcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 116-120.

<sup>113</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 38, ano I, 25 dez. 1942. p. 03.

<sup>114</sup> BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000. p. 60.

Igualmente em Carazinho, no pós-30, foi organizada uma célula da Ação Integralista Brasileira. Nesse sentido, o *Jornal da Serra*, no ano de 1936, relatou sobre o primeiro congresso municipal integralista da seguinte maneira:

[...] **as atividades em que se empenhavam os camisas verdes do município** no propósito de darem melhor desempenho possível as determinações emanadas da Chefia Nacional, relativamente a campanha do recrutamento, correram do melhor êxito possível, dando lugar para que, com a realização do referido congresso municipal ingressarem nas fileiras dos camisas verdes mais de 108 brasileiros, somados aos que prestaram juramento nas comemorações do dia da Pátria, em um número de 59, somam o total de 168 novos integralistas, como resultado da campanha pelo Chefe Nacional “pró mais um”. De acordo com o programa do congresso, efetivou-se as 11 horas, na sede municipal, a reunião dos Chefes Distritais e Secretários Municipais, onde foram tratados de assuntos atinentes a reestruturação do movimento autorizada e elaborada pela Chefia Provincial. Com a chegada dos camisas verdes [...] encaminharam-se para o local em número aproximadamente 500[...] as 15 horas, encontrando-se totalmente tomadas as dependências do amplo salão que serve de sede a **AIB em Carazinho, deram-se início as comemorações públicas do primeiro congresso municipal, com a entrada no recinto do Chefe municipal, Helmut Closs e instrutor Walter Franke da S.P.Educação que foram recebidos com as saudações do estilo.** [...] <sup>115</sup>. (grifos nosso).

Nas eleições de 1935, a Aliança Integralista Brasileira lançou para candidato a prefeito Dário de Bittencourt e para vereadores: João José Herpen; Theobaldo T. Hommerding; Helmuth Closs; Antonio Couto Camino; Adolpho Pedro Cassel; José Reis e Oscar Jacob Schardong. Salientamos que os integralistas não conseguiram eleger nenhum de seus candidatos<sup>116</sup>. Um fato importante e que esteve nas páginas do *Jornal da Serra*, foi que tanto Homero Guerra quanto Albino Hillebrand, membros da direita (apoiadores de Flores da Cunha e Getúlio Vargas), eram simpatizantes dessa doutrina política e frequentemente recebiam apoio dos membros da Aliança Integralista Brasileira<sup>117</sup>. Ressaltamos que Antonio Canuto de Souza<sup>118</sup>, apesar de ser membro da esquerda carazinhense (apoiador de Borges de Medeiros, portanto contrário a Flores da Cunha e Getúlio Vargas), também era simpatizante dessa doutrina política, fato que chamou atenção, pois supunhamos que fosse membro na ANL.

Acompanhando o contexto anterior, o cenário agravava-se com a pressão crescente exercida por movimentos de conteúdo nitidamente ideológico, como a Ação Integralista

<sup>115</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 374, ano VI, 24 set. 1936. p. 02.

<sup>116</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.255, ano XI, 14 nov. 1935. p. 01.

<sup>117</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 315, ano V, 5 set. 1935. p. 01.

<sup>118</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1991. p. 62.



Brasileira, de direita, e a Aliança Nacional Libertadora, de caráter esquerdista e posta na ilegalidade por Vargas em 1935. Em Carazinho o núcleo dos integralistas foi forte e atuante<sup>119</sup>, ao passo que a ANL não conquistou espaço nesse município, pois não encontramos nenhum relato que pudesse nos dar alguma pista de sua existência.

Até a década de 1945, a realidade de Carazinho não foi muito diferente do que ocorria em Passo Fundo, pois os nomes que pertenciam aos quadros políticos locais geralmente eram os mesmos que controlavam a economia do município, caracterizada por atividades comerciais, pequenas e grandes propriedades rurais, sem contar com indústrias de pequeno e médio porte. Na agricultura regional destacava-se a lavoura tritícola, assim como a suinocultura<sup>120</sup>. Carazinho contou com uma especificidade no quadro da política, pois até 1945 os partidos fortes que conduziam todos os embates políticos eram o PRR, PRL e PL, os quais se mantinham fiéis aos seus líderes, ou seja, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Batista Luzardo, enquanto houvesse interesse com referência à sustentabilidade econômica.

Em 1945, quando os partidos políticos retornaram ao contexto nacional, Borges de Medeiros (PRR) e Flores da Cunha (PRL) formaram a UDN e, com eles ocorreu a adesão de todos os seus antigos correligionários. Por sua vez Getúlio Vargas fundou dois novos

---

<sup>119</sup> Carazinho teve na sua história no período a primeira promotora do Ministério Público no Rio Grande do Sul possivelmente a primeira no Brasil, uma vez que, após a demissão da mesma, em 1942 (por ser mulher e judia, embora o motivo alegado fosse “ser mulher casada”) apenas na década de 70 o Ministério Público nomeou a segunda mulher- considerada por muitos na época como a primeira. No primeiro concurso público realizado pelo Ministério Público no Rio Grande do Sul Sophia Galanternick foi aprovada e nomeada promotora pública. Sua primeira e única comarca foi Carazinho, núcleo de integralistas e anti-judaicos; enfrentou inúmeras dificuldades no exercício do cargo apesar de sua alta qualificação profissional e intelectual. As “causas” aparentemente (isto é, não foram explicitadas como tal) não foram o fato de ser judia, mas, com certeza os três fatores: ser mulher numa região de domínio coronelista; ser judia numa região e numa comarca cercada de núcleos da AIB; e, na época, ser o Ministério Público estadual dirigido por um militante integralista com cargo na diretoria estadual da AIB, o procurador-geral Anor Buttler Maciel. Foi protagonista, como magistrada, de um dos casos mais rumorosos de processos criminais no RS: o caso Creso. Veja-se sobre o tema seu depoimento autobiográfico concedido à historiadora do Projeto Memória do Ministério Público no ano de 2001 publicado no livro *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do sul. Os alicerces da construção*, volume de autoria de FÉLIX, Loiva Otero que a entrevistara. Ver também sobre o tema: FÉLIX, Loiva Otero. O “crime do km. 350” e o “Caso Creso”: impunidade e clamor público. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002; FÉLIX, Loiva Otero. Política, poder e justiça: violência e criminalidade no Norte do Estado.” In: Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território. política. poder, criminalidade, economia. produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade; BATISTELLA, Alexandre (Org.). Passo Fundo: Méritos, 2007, e também o artigo de SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O primeiro concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do RS”. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje – ANPUH*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

<sup>120</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 38, ano I, 25 dez. 1942. p. 03.

partidos: o PSD e o PTB. A este último também houve a adesão de seus antigos correligionários, mas divididos agora em dois partidos. Um fato relevante que deve ser mencionado é o fisiologismo, visto que alguns correligionários não eram tão fiéis, mudando de partido para ficarem em situação de maior poder econômico, pois ser integrante da elite econômica era ser responsável por uma boa parte do sucesso.

### 1.3 Considerações acerca da classificação das elites

A classificação das elites passa, necessariamente, por aquela realizada por estudos históricos e sociológicos das políticas européias. Assim, foi se formando ao longo de um processo de tensão polar, tendo, de um lado, a expansão do poder dos funcionários reais e, de outro, a pressão de grupos sociais dominantes pela representação política. O processo foi longo e assumiu feições diversas nos vários países de acordo com o maior ou menor predomínio de um dos pólos sobre o outro.

No que se refere às elites houve variações importantes, a exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde ocorreram revoluções burguesas de êxito, excluindo-se dessa realidade os países que surgiram a partir de ex-colônias, como os da América Latina, no século XIX, e, mais recentemente, os da Ásia e África<sup>121</sup>.

Existem alguns traços que parecem comuns às elites que tiveram êxito na tarefa de formação de Estado em circunstâncias históricas desfavoráveis. Em primeiro lugar, uma condição fundamental parece ser a homogeneidade. Pelo menos a curto e médio prazos, quanto mais homogênea uma elite, maiores suas condições de agir politicamente com eficácia. Uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso, o que lhe dá enormes vantagens sobre as elites rivais.

Na América Latina as elites do século XIX, eram, em geral, recrutadas nas classes

---

<sup>121</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

dominantes, mas a experiência mostrou que isso não era suficiente para mantê-las unidas. Conflitos entre setores dessas classes, interesses regionais, pressões externas, tudo levou à balcanização da colônia espanhola, a despeito de certa homogeneidade social da elite. No caso do Brasil a explicação para a unidade volta à velha tese política da manutenção da monarquia, da garantia da integridade territorial e da estabilidade institucional. Assim, se é possível dizer que havia base concreta de interesses econômicos para manter unidos, por exemplo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o mesmo não pode ser dito em relação a Pernambuco e Rio de Janeiro, ou Maranhão e São Paulo<sup>122</sup>.

Em se tratando das elites brasileiras, particularmente da primeira metade do século XIX, o treinamento acontecia em Coimbra, em virtude da busca pela formação jurídica, sendo, em sua maioria, constituída por funcionários públicos, com ênfase na magistratura e Exército<sup>123</sup>. O fato de as elites brasileiras terem tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir o novo Estado teve também conseqüências para o tipo de dominação que se instaurava. Assim, a homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal levava a que o fortalecimento do Estado se constituísse para ela não só num valor político como também num interesse material concreto<sup>124</sup>.

Houve momentos em que se formaram sociedades políticas, às vezes abertas, às vezes secretas, chegando a exercer influência considerável, particularmente na Regência. Contudo, em geral, duraram pouco tempo, e além de que, vários de seus líderes ocupavam também posições formais de poder. Os partidos políticos eram totalmente parlamentares e seus líderes estavam no Parlamento e no governo. Mesmo o Partido Republicano tinha alguns de seus líderes no Congresso, embora nunca tivessem chegado ao Senado ou ao Conselho de Ministros, pelo menos como republicanos.

Com base nas análises de Murilo de Carvalho ampliamos nossas leituras no sentido de aprofundar que as elites brasileiras, tanto as políticas como as econômicas, seguem uma

---

<sup>122</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 13-16.

<sup>124</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método*. Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 81.

trajetória bastante semelhante à instaurada no período imperial. As posições ocupadas por homens que detêm o poder, tanto econômico quanto político, dizem respeito à capacidade que têm de transcender à vida dos homens comuns. Sem se submeter às responsabilidades triviais, conseguem atender às exigências que o seu meio impõe, bem como criam novas exigências, conduzindo a que as pessoas que os assessoram as cumpram; criam, portanto, uma hierarquia disciplinada, na qual a eficiência é condição para que se mantenham no poder<sup>125</sup>.

A palavra “elite” era empregada no século XVII para designar produtos de qualidade excepcional; posteriormente, teve seu emprego alargado para abranger grupos sociais superiores, tais como unidades militares de primeira ordem ou os postos mais altos de nobreza. Esse conceito se difundiu por meio das teorias sociológicas das elites, especialmente pela obra de Pareto e Mosca<sup>126</sup>.

Sabemos que as elites se embasam em estratégias ideológicas, assentadas em fortes esquemas de manutenção do poder, revestindo-se de várias formas de ideologia em consonância com os interesses das pessoas, dos grupos sociais e mesmo das nações; elas assumem peculiaridades, impondo às classes sociais subalternas a doutrina que interessa à classe dominante, de modo a tornar uma visão comum para todos, sem se dar conta dos interesses particulares ocultos; popularizou-se e tornou-se um conjunto de idéias e valores estigmatizados, aceitos pela maioria, que não se opõe à dominação imposta, fato que ocorre pela inoculação de idéias e valores na consciência coletiva<sup>127</sup>.

Transportando essa idéia para a atualidade, observamos que as atuais elites brasileiras são comprometidas com o capital externo e também com os interesses dos grupos especulativos. Logo, vão impondo certa dependência à própria nação. Se, no período colonial, igualavam-se à Metrópole portuguesa com a produção direcionada à exportação, nos dias atuais, os mais elevados segmentos econômico-financeiro pactuam em condições de servidão com os grandes detentores do capital financeiro internacional. Assim, podemos afirmar que essa formação inicial nos acompanha desde a colonização,

---

<sup>125</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 17-19.

<sup>126</sup> BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 07.

<sup>127</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

configurando a atual estrutura socioeconômica e daí produzindo o elitismo<sup>128</sup>.

Em nosso estudo distinguimos como elites no Rio Grande do Sul e nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, a econômica, composta por dirigentes de empresas (comerciantes e industriais), líderes políticos, chefes militares e coronéis, que são representantes de um grupo com privilégios, que, conseqüentemente, teriam de ser considerada uma classe dominante. Consideramos como fatores que se agrupam às elites os de ordem cultural, político, econômico e social.

#### 1.4 Conceitos de política, poder e elite

Etimologicamente, a palavra “política” deriva do adjetivo oriundo de *polis* (*politikós*), que significa tudo o que diz respeito à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo social. O termo se expandiu a partir da obra do filósofo Aristóteles “Política”, tida como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, bem como as muitas formas de governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do governo, ou seja, de reflexão, não importando se com intenções descritivas ou normativas, aspectos dificilmente dissociados em se tratando das coisas da cidade<sup>129</sup>.

Desse modo, desde a sua origem ocorre uma transposição de significado, do conjunto das coisas qualificadas a partir do adjetivo político para a forma de saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de coisas: “uma transposição não diversa daquela que deu origem a termos como física, estética, ética e por último cibernética”<sup>130</sup>. Modernamente, o termo perdeu o significado original, sendo substituído por outras expressões, como ciência do Estado, doutrina do Estado, ciência política, filosofia política, etc., passando a ser comumente utilizado para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que, de certa forma, têm como termo de apoio a *pólis*, ou seja, o Estado.

<sup>128</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>129</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

<sup>130</sup> *Ibid.*

Dessa forma, o conceito de política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estritamente ligado ao de poder, que, por sua vez, tem sido tradicionalmente definido como “consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem”, ou, analogamente, como “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados”<sup>131</sup>. Evidentemente, a esfera da política é a das relações entre uma minoria que detém o poder no Estado. Consoante a isso, sendo a esfera da política constituída não só pelo exercício efetivo do poder por meio do Estado e de suas instituições, mas também pelas representações que cercam o poder e a noção de autoridade, o debate pode ficar circunscrito a dominantes e dominados<sup>132</sup>.

Nesse sentido, entendemos política como a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder; logo, o político tem relação direta com o Estado e a sociedade global, mas não se reduz a isso. Compreendemos o político não como um domínio isolado, mas considerando-o sem margens e comunicando-se numa perspectiva global, ou seja, como um ponto de condensação<sup>133</sup>. Acreditamos que a abordagem da cultura política permitirá um maior enriquecimento da análise e do relato que fundamentou as articulações entre o que foi a construção do processo histórico e as interferências das idéias das elites políticas no Rio Grande do Sul.

Entender a importância da política como formadora e garantidora da estruturação de modelos de comportamentos e formas de doutrinação das civilizações através dos tempos não é uma tarefa fácil. Contudo, essa mesma política, quando utilizada de forma despótica ou incoerente, acabou gerando graves conflitos e sérios abalos estruturais no seio das comunidades humanas, o que se reflete até os dias atuais.

Dessa forma, quando tratamos da política, devemos, primeiramente, entender a forma de organização social do contexto em que queremos aplicar essas práticas, para não utilizarmos modelos de organização política e social copiados de contextos, totalmente

---

<sup>131</sup> Conforme conceituações de Hobbes e Russel, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

<sup>132</sup> BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982. p. 41.

<sup>133</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 443-445.

diferentes das encontradas na área do conflito a ser trabalhada. Esse é um desafio muito grande por que passam governantes, políticos, administradores, enfim, todos aqueles que, de uma forma ou outra, pretendem direcionar formas de governo ou atuação político-econômica ou social.

Weber entende por política o ato de orientação do agrupamento político que se denomina hoje de Estado, ou, ainda, o poder que se exerce em tal sentido. Dessa forma, política compreende a reunião de esforços efetuados a fim de participar do poder ou de influenciar a segmentação do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado. Weber entende que em todos os agrupamentos políticos que o antecederam na história o Estado consiste numa relação de dominação do homem sobre o homem, fundada com razões na violência legítima. Logo, a existência do Estado está condicionada à razão de que os homens dominados se submetem à autoridade reivindicada pelos dominadores<sup>134</sup>.

Na visão de Rémond, o político não é um fato isolado, por isso se relaciona com os demais grupos sociais e com outras formas de pensamento<sup>135</sup>; o político é concebido num sentido ampliado, envolvendo o estudo das palavras (a análise do discurso), das manifestações e dos mitos fundadores do imaginário social, e apóia-se numa minuciosa atenção às flutuações eleitorais. “A história política experimenta uma espantosa mudança de destino, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido”<sup>136</sup>.

Nesse processo, o estudo do político e o retorno da história política tiveram, e ainda têm, um papel aglutinador e dinâmico. Entretanto, o presente e o imediato não podem nem devem se limitar à história renovada do político, mesmo que esta aja como um agente dinamizador<sup>137</sup>. Rémond pondera: “Não quero dizer que todo o historiador deva interessar-se pelo político, mas sim que há lugar na família para uma história política”<sup>138</sup>.

Borges, por sua vez, expõe:

<sup>134</sup> WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968. p. 55-56.

<sup>135</sup> RÉMOND, René. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999. p. 51-59.

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>137</sup> RÉMOND, René. Pour une histoire politique. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999. p. 14 .

<sup>138</sup> RÉMOND, René. Por que a história política? apud FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*. n. 5. 1998. p. 64.

Penso que é no campo da renovação historiográfica que devemos procurar desenrolar os velhos e novos laços que sempre enredaram - e possivelmente sempre enredarão - história e poder. Assim poderemos conseguir que a história política - apresentada como de retorno, rejuvenescida ou renovada - seja corretamente avaliada e que esta forma de história reconheça ao mesmo tempo sua autonomia e sua dependência <sup>139</sup>.

Em se tratando do conceito do poder, em seu significado mais geral, a palavra designa a capacidade de agir, de produzir efeitos; tanto pode ser referida à capacidade ou à possibilidade de indivíduos agirem ou produzirem efeitos sobre outro grupo de pessoas, ou, ainda, à capacidade de um governo de dar ordens aos seus cidadãos, visto que é no campo da política que o poder exerce seu papel crucial<sup>140</sup>. Assim, as relações de poder têm como ponto fundamental o campo político, onde os grupos atuam e disputam poder de influência.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino, o poder pode ser entendido, por vezes, como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade e “lhe determina, malgrado seu, o comportamento”. No entanto, o domínio sobre os homens não é normalmente o fim em si mesmo, mas, sim, um meio para que se obtenha alguma vantagem, ou, mais exatamente, os efeitos almejados, como ocorre com o domínio da natureza. A definição do poder como um tipo de relação entre sujeitos tem de ser complementada pela definição de poder como posse dos meios, entre os quais se arrolam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza, que permitem atingir justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”<sup>141</sup>.

O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Essa relação pode ser expressa sob inúmeras modalidades, reconhecendo-se as fórmulas típicas da linguagem política, a exemplo da relação entre governantes e governados, entre soberanos e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência e outras semelhantes. Dessa forma, podemos dizer que existem

---

<sup>139</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v.12, n. 23/24, set.1991, ago. 1992. p. 64.

<sup>140</sup> DIMAGGIO P.; POWEL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.

<sup>141</sup> STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.



muitas formas de poder do homem, sendo o poder político apenas uma delas<sup>142</sup>.

O poder político caracteriza-se pela exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num certo contexto social, fenômeno que se repete em toda a sociedade organizada, no sentido de monopolizar a posse e o uso dos meios com que se pode exercer a coação física.<sup>143</sup> Esse processo de monopolização acompanha, simultaneamente, o processo de incriminação e punição de todos os atos de violência que não sejam efetuados por pessoas autorizadas pelos detentores e beneficiários de tal monopólio.

Os grupos que disputam o poder são denominados de “elites políticas”. Conceitua-se, dessa forma, “elite” como sendo um grupo reduzido de pessoas que têm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, que têm a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos<sup>144</sup>. Na visão de Almeida<sup>145</sup>, a sociedade civil é vista como uma complicada rede de organismos privados que exercem suas atividades de comando. Esses organismos protegem a sociedade no sentido de assegurar, pela coação explícita ou legal, o poder das elites. Desse modo, a verdadeira dominação acontece por meio da hegemonia protegida pela coerção, uma vez que o Estado não se reduz somente ao aparelho coercitivo, estendendo-se a todo um conjunto de redes e relações político-sociais.

Conforme Gramsci, o Estado não é somente uma sociedade política, mas também uma sociedade civil em constante mutação dialética. Duas instituições acolhidas dentro do Estado que colaboram com a hegemonia das elites são, sem dúvida nenhuma, a Igreja e a escola. Apoiado nessas instituições, inicia-se o processo de formação da sociedade e toda a estrutura do Estado direciona-se para atender aos interesses das elites. No entanto, é necessário que o entrechoque dos diversos grupos ocorra sempre de forma a não violentar a organização dominante. Desse modo, arma-se uma estratégia para mascarar o poder das elites, que

---

<sup>142</sup> STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 954.

<sup>143</sup> Conforme Hobbes, In: BOBBIO, Ibid., p.956.

<sup>144</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443- 445.

<sup>145</sup> GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética de História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. In: ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 29.

controlam os vários segmentos do contexto social<sup>146</sup>.

Segundo Heinz, “a idéia de elites repousa sob um postulado simples: em cada sociedade, assim como em cada grupo, classe ou meio profissional, uma minoria controla as rendas mais importantes e as decisões relativas ao conjunto dos indivíduos”. Afirma o autor que certas elites são reconhecidas por seu peso econômico, ao passo que outras o são por sua influência política<sup>147</sup>.

Segundo Bobbio, a teoria das elites há dezenas de anos representa com sucesso alternado uma tendência constante na ciência política. Em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades, cujas causas principais estão na distribuição desigual do poder. Uma das causas principais de uma minoria conseguir dominar um número maior de pessoas é o fato de os membros das elites políticas, sendo poucos e tendo interesses comuns, terem ligação entre si e serem solidários, pelo menos na manutenção das regras do jogo, permite ora a uns, ora a outros o exercício alternativo do poder<sup>148</sup>. Portanto, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força.

Nesse contexto inserimos as elites políticas, entendidas como os grupos que disputam o poder. Conceituamos, dessa forma, elites como sendo um grupo reduzido de pessoas que têm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, têm a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos<sup>149</sup>.

Na hipótese hobbesiana, que serve de fundamento à teoria moderna do Estado, a passagem do Estado de natureza ao Estado civil, do Estado apolítico ao Estado político, ocorre quando os indivíduos abdicam do direito de usar cada um a própria força, que os envolvia no estado de natureza, para confiá-la a uma só pessoa ou a um único corpo, que no

---

<sup>146</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 29.

<sup>147</sup> HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 42.

<sup>148</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v., p. 385 -391.

<sup>149</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443- 445.

futuro será o único autorizado a usar a força contra eles. Tal possibilidade abstrata adquire consistência histórica na teoria do Estado de Marx e de Engels, segundo a qual, numa sociedade dividida em classes antagônicas, as instituições políticas têm como função principal possibilitar que a classe dominante continue mantendo o seu domínio sobre os dominados.

Weber assim define o Estado: “[...] uma empresa institucional de caráter político onde o aparelho administrativo leva adiante, em certa medida e com êxito, a pretensão do monopólio de legítima coerção física, com vistas ao cumprimento das leis”<sup>150</sup>. Essa definição se tornou quase que um lugar-comum da ciência política contemporânea.

De acordo com Powel e DiMaggio, o Estado é o único detentor do monopólio do uso legítimo da força ou violência, pois a imposição feita por uma autoridade vista como legítima gera resistências, é mais estável e concretiza-se com mais rapidez que a imposição feita unicamente pela força. No entanto, o Estado como uma empresa/entidade institucional tem um poder muito mais amplo, podendo influenciar o curso de toda uma sociedade pela imposição de modelos cognitivos e normativos<sup>151</sup>.

Embora a imposição de um corpo de representação de normatização à sociedade exija que os dominantes pensem e ajam autoritariamente para que o embuste ganhe foros de verdade, o autoritarismo existe sempre que houver representações e normas pelas quais os sujeitos sociais e políticos interpretaram suas relações. O poder, fonte da autoridade, é o instrumento de que os dominantes se valem para a dominação através do aparelho do Estado<sup>152</sup>. Dentro dessa abordagem optamos pelas considerações de Murilo de Carvalho para sustentar os posicionamentos sobre elites como grupos especiais, marcados por características que se distinguem das do conjunto da população ou de outros grupos de elites<sup>153</sup>. Conforme Bobbio, com base em Pareto e Mosca, a teoria das elites parte do pressuposto de que em toda sociedade existe uma classe<sup>154</sup> “superior” que detém o poder político e econômico,

<sup>150</sup> WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968. p. 32.

<sup>151</sup> DIMAGGIO P.; POWEL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.

<sup>152</sup> BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982. p.42-43.

<sup>153</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 17.

<sup>154</sup> Na acepção de Mosca, classe política é quem constrói e mantém o domínio na medida em que suas habilidades possuam algum sentido social, ou controlem alguma força social como dinheiro, terra,

denominando-se de aristocracia ou elite<sup>155</sup>.

Para Mills, os postos de comando ocupados pelas elites podem ser considerados como formadores e possuidores do poder, da riqueza e da celebridade. Esses membros podem ser considerados, ainda, como parte de uma camada superior de uma sociedade extremamente capitalista. O autor chama a atenção para o fato de que as elites não são constituídas somente por aqueles que têm o máximo, uma vez que não o teriam se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que lhes fornece a base necessária para a obtenção do poder, da riqueza e do prestígio<sup>156</sup>. Nessa medida, os poderosos são aqueles que efetivamente podem realizar sua vontade, mesmo com a resistência de outros, partindo-se do pressuposto de que ninguém será realmente poderoso a menos que tenha acesso ao comando das principais instituições. Dessa forma, os meios de poder institucional fomentam os poderosos para que permaneçam nessa posição<sup>157</sup>.

Segundo Poulantzas, é Mills quem explica criticamente a razão pela qual rejeita o termo “classe dominante”, utilizado por Marx, e estabelece o termo “elites do poder”. Entende Mills que classe dominante é um termo sobrecarregado, pois “classe” é um vocábulo ligado à economia e dominação, uma denominação política. Entretanto, a idéia de classe dominante resume-se à concepção de que uma classe econômica domina politicamente<sup>158</sup>. Poulantzas corrobora tal idéia ao afirmar que essas teorias das elites políticas fazem uma abordagem distinta de dois problemas quanto à questão das suas relações. Nesse sentido, acrescenta com referência aos problemas:

1) o da “classe politicamente dominante”, recoberta às vezes na concepção das elites políticas pelo termo especificado de “classe política”. Em relação a esta questão, a contestação principal da teoria marxista diz respeito à identidade necessária que ela estabelecerá entre a classe economicamente dominante e a classe política dominante [...]. 2) O do aparelho de Estado e da burocracia. Em primeiro lugar, essas teorias vêm na concepção marxista, uma concentração empírica de todas as funções políticas nas mãos da classe econômico-politicamente dominante, o exercício prático

---

conhecimento, religião, propriedades etc., que seja predominante. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 23. Para Mills, a elite política e econômica é considerada como classe superior, ou seja, que domina econômica e politicamente. MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

<sup>155</sup> BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6.ed. Brasília: Unb, 1994, v.2. p. 385 -391.

<sup>156</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 20 - 25.

<sup>157</sup> Ibid. p. 20-21.

<sup>158</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 322-323.

pelos membros dessa classe [...]”<sup>159</sup>.

Um ponto interessante para Mills é que “as elites não podem ser imaginadas como homens que estão apenas cumprindo o dever. Eles é que determinam seu dever, bem como os deveres dos que lhes ficam abaixo. Não estão apenas seguindo ordens, mas dão as ordens”<sup>160</sup>.

Sabemos que a ação política, conduzida estrategicamente pelas elites, mantém a maioria dos membros pertencentes a sociedade alheios as determinações desses grupos considerados elites, evitando, assim, que reflitam sobre o sistema dominador. Tal fato provoca, a um longo prazo, uma mentalidade ingênua e temerosa às mudanças. Logo, em virtude da ação ideológica que se desenvolve no seio da sociedade brasileira, mascarada pelo paternalismo estatal que cada vez se transforma em mais ações caridosas, distribuídas pelo poder institucional, fica cada vez mais difícil romper a rede de influências que o elitismo estende sobre os grupos sociais.

Temos noção de que, com raras exceções, a nossa formação cultural se alicerçou na estrutura de comportamento baseada no patriarcalismo dos senhores-de-engenho, usineiros e grandes fazendeiros de gado, café ou cacau, cuja pompa consistia na ostentação da riqueza e do poder. Assim, se os formadores ideológicos, em nível de grupos sociais, são as elites econômicas e financeiras, sabemos também que quem lhes dá forma de teoria, doutrina e pensamento elaborado são os agentes políticos e intelectuais.

### **1.5 Conceito de elite política**

O conceito de elites políticas passa, necessariamente, pela teoria das elites ou elitista, de onde também se deriva o termo “elitismo”. Entende esta corrente que em toda sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria que, de várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Dentre as formas de poder, social ou estrategicamente mais importantes, impõem-se o poder econômico, o ideológico e o político.

---

<sup>159</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 322-323.

<sup>160</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 341.

O termo “elites” pode ser conceituado como um conjunto de atributos que, segundo Michels, “são as qualidades as quais certos indivíduos conseguem submeter às massas a seu poder”, como, por exemplo, o *status* de autoridade, cuja legitimidade provém da complementaridade de sua expressão profissional, social e cultural<sup>161</sup>.

O elitismo foi uma teoria que ficou conhecida por firmar-se como uma crítica às idéias democráticas e socialistas que se difundiam a partir do século XIX. De acordo com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto<sup>162</sup>, em qualquer sociedade, grupo, época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite, que, por seus dons, sua competência e seus recursos, destacava-se e detinha o poder, dirigindo a maioria. O elitismo visa demonstrar que em qualquer sistema político, mesmo democrático, a direção sempre é concentrada nas mãos da minoria.

É interessante registrar que, para as elites, o brasileiro não tem história, pois aportou no país o português, seu ancestral, tangido para o exílio, enfrentando na colonização índios rudimentares. Assim, dessa sucessão de desencontros originou-se uma civilização que carrega as marcas da sua má gênese. Nessa concepção, o que fica é a forma como age o elitismo no contexto, tendo em vista que despreza fatos de grande importância, relatados por Almeida:

[...] os que marcaram o século XX no país: o heroísmo dos 18 do Forte de Copacabana, a longa marcha da Coluna Prestes, a Revolução de 1930, a resistência bravia de algumas centenas de heróis trucidados pelo militarismo nos porões dos quartéis e nas florestas do Araguaia; silencia sobre os feitos heróicos do brasileiro que atravessou décadas de ditaduras – a do Estado Novo e a militar de 1964, sem uma palavra contra os truculentos e bárbaros ditadores, de Vargas a Figueiredo. Por outro lado, uma profusão de obras literárias exaltando o poder dos seus sátrapas foi editada e elaborada numa literatice de futilidades. O conceito de visão de mundo e de ideologia é hoje situado como um capítulo das ciências sociais, de alta importância<sup>163</sup>.

Por conseqüência disso, num universo complexo, a sociedade brasileira tem no seu comando elites egoístas e inteligentes. É difícil situar um processo de ligação entre indivíduos e grupos sociais para poder então, se formar uma consciência da realidade. Sobre isso podemos dizer que, desde os séculos da colonização até os dias de hoje, existe um entrelaçar de realidades que colidem. Esses embates são fruto criativo de classes sociais e, de ordens que

<sup>161</sup> MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, [s.d.], p. 96.

<sup>162</sup> GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 11.

<sup>163</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 32.

se inter-relacionam, fazendo surgir sentimentos profundos, impulsionados por uma espécie de inconsciente coletivo de revolta, gerando o medo e a violência, especialmente esta que assola nosso país de norte a sul sem que suas causas possam ser abrandadas. Dessa forma, é nesse mundo complexo de relações estabelecidas entre um processo ideológico imposto pelas elites dirigentes e grupos sociais suscetíveis de mudança que podemos enxergar a realidade sociopolítica de uma sociedade como a nossa<sup>164</sup>.

Para entender as elites, bem como o porquê de em todas as épocas, por exemplo, as organizações bancárias e as megaempresas transnacionais merecerem mais atenção dos cofres do Estado do que aquelas que realmente necessitam, devemos perceber essas atitudes do prisma da ideologia elitista. A historiografia, o ensino da história, a memória histórica, relacionados entre si, são influenciados pela ideologia dominante de cada época. Por isso, o estudo de um recorte político e econômico, como o que nos propomos fazer, demonstra que no período de 1930 a 1945 instalou-se uma organização social servil às exigências de acumulação de riquezas nas mãos dos privilegiados pelos regimes autocráticos.

No Brasil, o Estado privatizou dezenas de institutos, autarquias, empresas de economia mista, fortalecendo o poder da aristocracia rural e das oligarquias. Na ditadura de Vargas foram criados os institutos do café, do açúcar, do mate, do sal, do cacau, da madeira, e outros similares; também os bancos estaduais, para atender, abertamente, aos coronéis oligárquicos. Tudo isso se deu em nome de uma ideologia do desenvolvimento, porém, na realidade, sabemos que esta representa “a consciência social de uma época ou de um grupo”<sup>165</sup>. Por isso a importância de entendermos a teoria das elites.

Para Reis, a ideologia autoritária de Vargas restituiu a construção do Estado mais importante da história do Brasil, pois após a Revolução de 1930 o regime de Vargas se constituiu na implementação de um projeto modernizante de cima para baixo, que impulsionou, em primeiro lugar, a construção tanto do Estado como da nação. Fica evidenciado que a ideologia autoritária encontrava apoio não apenas dentro do poder do Estado, mas também em numerosos setores da sociedade que anteriormente eram excluídos da

---

<sup>164</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 32.

<sup>165</sup> MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 26.

arena política<sup>166</sup>.

Mannheim<sup>167</sup>, ao se referir ao conceito de “ideologia”, diz que reflete uma das descobertas que resulta do conflito político, ou seja, a de que os grupos dominantes podem tornar-se tão intensamente unidos por interesse a uma determinada situação que simplesmente não são mais capazes de observar certos fatos que iriam abalar seu senso de dominação. Está subentendida na palavra “ideologia” a idéia de que, em algumas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos encobre a condição real da sociedade.

Em se tratando de ideologia política, para Mannheim:

Na discussão política nas democracias modernas, onde as idéias são mais claramente representativas de certos grupos, a determinação social e existencial do pensamento tornou-se mais facilmente perceptível. Em princípio, foi a política que primeiro descobriu o método sociológico no estudo dos fenômenos intelectuais. Foi basicamente nas lutas políticas que os homens pela primeira vez tomaram consciência das motivações coletivas inconscientes que sempre guiaram a direção do pensamento. A discussão política é, desde o início, mais do que argumentação teórica; ela é o desfazer-se de disfarces – o desmascaramento dos motivos inconscientes que ligam a existência em grupo a suas aspirações culturais e a seus argumentos teóricos. Contudo, à medida que a política moderna empregava em suas batalhas armas teóricas, o processo de desmascaramento penetrava as raízes sociais da teoria<sup>168</sup>.

Instaladas no poder, as elites dominantes estabelecem a sua ideologia, A bem da verdade, não é a vontade dos grupos sociais que determina os rumos do Estado, tampouco o indivíduo que, isolado, sustenta os seus interesses, mas, antes, são as elites dirigentes que, possuindo e exercendo o poder de comando sobre o Estado, órgãos e instituições, asseguram as prerrogativas e, conseqüentemente, as vantagens que desfrutam sobre determinado grupo<sup>169</sup>.

Com relação à questão da dominação, apresenta a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos (ou para toda sorte de mandatos). Não consiste, portanto, em toda espécie de probabilidade de exercer poder ou influência sobre outros homens. No caso concreto, a dominação, autoridade, no sentido

<sup>166</sup> REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 79.

<sup>167</sup> MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 66.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



indicado, pode indicar os mais diversos motivos de submissão, desde o hábito inconsciente até o que são considerações puramente racionais segundo fins determinados<sup>170</sup>.

Tomando-se como base a análise de Mayer<sup>171</sup>, o termo “elites”, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, quando recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades dominadas pelo elemento feudal. Contudo, por toda a Europa as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural.

As elites estão no poder não só porque detêm a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem competência para detê-los, ou seja, porque são detentoras do saber. Para Benjamin<sup>172</sup>, “se, enquanto maior, o dominante é representado como um senhor, enquanto detentor do saber tende a ser representado como melhor”.

A formulação, hoje tornada clássica, da teoria das elites dada por Gaetano Mosca no ano de 1896, é a seguinte:

Entre as tendências e os fatos constantes que se acha em todos os organismos políticos, um existe cuja evidência pode ser a todos facilmente manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que são apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político<sup>173</sup>.

Mills explica que o cerne das elites do poder consiste, sobretudo, naqueles que permutam entre si os papéis de comando no alto da ordem institucional dominante com

---

<sup>170</sup> CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 140.

<sup>171</sup> GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 19.

<sup>172</sup> BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982. p. 49.

<sup>173</sup> Ibid.

aqueles que ocupam tais postos em outra ordem<sup>174</sup>. Nesse sentido,

o almirante que é também banqueiro e o advogado que chefia uma importante comissão federal; o diretor de empresa cuja companhia foi uma das duas ou três principais produtoras de material bélico é hoje o Secretário da Defesa; o general da guerra que vestiu roupas civis para sentar-se no diretório político e tornar-se em seguida membro da junta de diretores de uma importante empresa. Embora o diretor que se torna general, o general que se torna estadista, o estadista que se torna banqueiro, vejam em seus respectivos ambientes, homens que nada tem em comum, num ambiente também incomum, suas perspectivas continuam ligadas a seus locais de origem. Durante sua carreira, trocam de papéis, e com isso transcendem prontamente a particularidade de interesses de qualquer um desses meios institucionais. Pelas suas carreiras e atividades, entrelaçam, unindo-os, os três tipos de ambientes onde atuam. São, portanto, **o cerne da elite do poder**<sup>175</sup>. (grifo nosso).

Bottomore adota a expressão “classe política” para denominar elite política, porém compreende os chefes de partidos políticos que estão excluídos do governo e representantes de novos interesses sociais ou classes, bem como de grupos de homens de negócios e intelectuais ativos politicamente, como contra-elite<sup>176</sup>. A classe política também compreende a contra-elite, que pode ser entendida como os representantes dos partidos políticos opositores ao governo.

Adotaremos nesse estudo como conceito de elites políticas um grupo reduzido de pessoas que têm o controle político de uma sociedade por ocupar cargos no âmbito do poder institucional. Ou seja, pessoas que ocupavam posições formais de poder.

É importante esclarecer que, nas diferentes abordagens temáticas da produção historiográfica, o político tem se apresentado como um campo alargado, não mais restrito e exclusivo ao administrativo, institucional e ao militar<sup>177</sup>. Para Capelato, “a preocupação com os aspectos políticos da história política indica uma tendência importante da historiografia brasileira atual”<sup>178</sup>, relacionando, dessa forma, o significado do interesse pela historiografia do político com as mudanças históricas nos últimos anos, tanto no plano internacional quanto no nacional.

<sup>174</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 341.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 15-18.

<sup>177</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*, LOGOS: Canoas, Ulbra, n.1, 1999. p. 06.

<sup>178</sup> CAPELATO, Maria Helena. História política. Estudos Históricos, apud: FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*. Logos, Canoas, Ulbra, n.1, 1999. p. 06.

Os conceitos delineadores desta pesquisa demonstram que profundas mudanças se iniciaram no campo socioeconômico e no campo político, pois existe sempre uma negociação das elites ou entre grupos sociais que visam ao poder político, desde que esses grupos não coloquem em risco a distribuição do poder político. Igualmente, demonstramos ao longo do processo dissertativo que as elites políticas brasileiras, quando se sentiam ameaçadas de perderem o poder político, articulavam-se e utilizavam-se de negociações entre si, de modo a manterem a estrutura do poder brasileiro que lhes era favorável.

Reforçando nossas colocações, podemos afirmar que em toda a sociedade organizada as relações entre os indivíduos ou grupos que a caracterizam são desiguais, e a principal causa desta disparidade reside na distribuição desigual do poder, ou seja, no fato de que o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Nesse contexto, o poder maior é o político e aqueles que detêm esse tipo de poder são sempre a minoria; sendo que um dos motivos atribuídos ao fato dessa minoria conseguir dominar um número bem maior de pessoas reside no fato de que os membros das elites políticas, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm conexão entre si e são solidários pelos menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder<sup>179</sup>.

## **1. 6 Conceito de elite econômica**

Neste estudo, levamos em consideração a possibilidade de diferenciação existente entre os conceitos de elite política e elite econômica. Partimos do pressuposto de que a elite política está ligada aos espaços de poder, à tomada de decisões, ao encaminhamento dos projetos de interesse mais amplos da sociedade. Por sua vez, a elite econômica depende das medidas, dos avanços e das tomadas de decisão da elite política, que possibilitam a atuação dessas nos setores industrial, comercial, madeireiro e agroindustrial por meio de interventores, prefeitos, vereadores, líderes eleitos por partidos políticos. É essa relação que analisamos no recorte geográfico-temporal delimitado, identificando a relação de poder mantida nas esferas política e econômica dos contextos abordados, principalmente no que se refere ao

---

<sup>179</sup> BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto *et al* *Dicionário de política*. 6.ed., Brasília: Unb, 1994.v.2. p. 391.

desenvolvimento da região do Planalto Médio especificamente nos municípios de Passo Fundo e Carazinho.

O conceito de elites econômicas adotado neste estudo é dos ricos, abastados, detentores do poder econômico com centralização no dono da propriedade ou negócio. A elite do poder se concentra no setor econômico e seus dirigentes tornam-se fortalecidos com o capitalismo, pois as elites do poder econômico controlam os principais meios de produção.

Em relação ao desenvolvimento econômico gaúcho identificamos a presença em 1930 das elites gaúchas com caráter predominantemente agrário; entre 1933 e 1939, um aprofundamento da indústria; em 1940, a integração dos mercados regionais em virtude da evolução do sistema de transporte e, no pós-1945, a concorrência capitalista inter-regional e integração da economia gaúcha ao mercado nacional<sup>180</sup>.

É necessário avaliar o espaço, em consequência das relações deste e sua dimensão geográfica, qualificando a evolução das relações no sistema regional e influenciando as decisões em âmbito local e o institucional em razão da sua integração nos aspectos decisórios dos processos de desenvolvimento e de planejamento das várias esferas governamentais, inserindo-se aí s elites políticas e as elites econômicas. As elites do poder podem ser definidas dentro dos meios onde elas se impõe, quer no âmbito político, quer no econômico, no militar, ou até mesmo no religioso, cabendo, à medida dos acontecimentos considerados, delimitar cada uma delas. Os grupos considerados elites contribuíram para um período histórico, haja vista que cada época apresenta suas próprias características, visto que, por meio das práticas de manipulação de poder, tipos diferentes de elites exerceram seu papel<sup>181</sup>.

As elites, compostas por uma classe econômica prestigiada, é, pois, constituída por um número relativamente pequeno de pessoas, cujos interesses comuns e tempo disponível lhes permitem manter a posição social que ocupam, tanto nos grupos mais antigos quanto nos mais atuais. Isso ocorre ainda que existam pequenas diferenças no comportamento desses grupos,

---

<sup>180</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits; RIBEIRO, Paulo Sérgio Sampaio; HERRLEIN Jr., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 225-30.

<sup>181</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

tais como os interesses culturais, o dinheiro e a manifestação da hierarquia social; ainda, mesmo que a liderança de determinados grupos sociais, em alguns momentos, pertença a alguém menos expressivo socialmente.

Aliada a uma elite mais antiga, conservadora, vão se juntando novos ricos, aspirantes também ao poder, que não contam com uma ascendência aristocrática, o que os deixa com desvantagem do ponto de vista de conservar-se a elite tradicional. Existe, também, uma cumplicidade nesses grupos, que acabam por dificultar o ingresso de outras pessoas, mantendo, na sua intimidade, a conservação de interesses especializados de cada grupo específico<sup>182</sup>.

Até como consequência de ser celebridade, existe uma dinâmica de divulgação, pelos diversos meios de comunicação, da elite como modelo de prestígio a ser seguido e, como tal, com a enganosa promessa de que, seguindo o modelo, as pessoas de nível mais baixo serão automaticamente aceitas em qualquer meio distinto, onde tudo é fácil e de muito luxo, em que a elite pode dar mostras do “poder pelo poder”. Pode esta elite variar de acordo com o momento político do país ou da região, incluindo militares ou religiosos, conforme o prestígio de que dispõe, o fato é que os nomes que não conhecemos, estão nos meios de comunicação e são considerados notórios, porque fizeram em um determinado momento parte da história<sup>183</sup>.

Mills<sup>184</sup> pondera que as elites econômicas elevaram-se ao poder econômico de tal modo que evitaram as repetidas tentativas de fundamentar o sistema de prestígio nacional em linhas de famílias permanentes. Contudo, nos últimos trinta anos do século XIX houve indícios de uma composição de situação social entre as elites econômicas, políticas e militares. Como elite do poder, o fio condutor foi o de tentar, como sempre o fizeram os homens poderosos em toda parte, revestir seu poder com o manto de um prestígio autoritário.

Nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, o poder autoritário sempre se fez presente e, para arrolar correligionários, se necessário fosse, utilizavam-se do poder da

---

<sup>182</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 62-87.

<sup>183</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 85-115.

<sup>184</sup> Ibid.

coação para consegui-lo, não obstante o grupo considerado elites nesses municípios era composta de comerciantes, industriais, médicos, advogados, funcionários públicos, juízes e, principalmente, de militares sob o mando dos coronéis.

As elites econômicas dominantes são creditadas conquistas econômicas e sociais conseguidas com recursos investidos no desenvolvimento de um sistema capitalista, independentemente dos métodos utilizados para isso. Seus representantes exploraram oportunidades, fizeram uso da lisura e trabalho alheio, controlaram as relações humanas e políticas entre os países, de maneira a colocar sob seu olhar o domínio de um império monetário, no qual a ociosidade não tinha muito espaço. A este distinto grupo de pessoas é dada a vantagem de, por meio de estratégias financeiras, fazer render ainda mais os recursos existentes<sup>185</sup>.

No setor industrial existe a concorrência inicial, que, posteriormente, é substituída por uma série de fusões que acabam por firmar-se como um monopólio do setor, administrado por homens dos grupos de elites que conjugam interesses para desorganizar uma série de pequenos industriais empreendedores. Estas continuam tendo as melhores idéias, as quais são adotadas por novos empresários, menos dinâmicos que os seus antecessores<sup>186</sup>. Nessa relação utilizamos Schumpeter<sup>187</sup> que define que é a conveniência a reguladora da produção tecnológica, assim como a econômica, e a distinção entre as duas está na diferença do caráter dessa conveniência, assim também uma linha de pensamento um pouco diferente nos mostra a princípio uma analogia fundamental e depois a mesma distinção. A produção não “cria” nada no sentido físico, considerada tanto tecnológica quanto economicamente. Em ambos os casos só pode influenciar as coisas e os processos – ou “forças”. Assim, tanto econômica quanto tecnologicamente, produzir significa combinar as forças e coisas ao nosso alcance.

Singer<sup>188</sup> aponta que a indústria se instala em virtude do processo de substituição de importações. Aponta que, no Rio Grande do Sul, em fins de século XIX, surgiram indústrias e

---

<sup>185</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 13-16.

<sup>186</sup> ARAÚJO, Braz José de. Mudanças na estrutura social brasileira. Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 84-87.

<sup>187</sup> SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 16.

<sup>188</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

industriais para substituir as mercadorias importadas por manufaturas locais, em virtude da alta dos preços e da escassez dos produtos estrangeiros.

Aliada às elites existentes, ocorre o desenvolvimento de um grupo que forma um novo mundo de privilégios, por interesses comuns no setor industrial, interesses econômicos, políticos e de classe, representados pelo dinamismo de homens que fazem o progresso do grupo acontecer. Esse comportamento passou a associar grupos de pessoas com o objetivo de manter e ampliar suas conquistas no âmbito do poder financeiro. O fato de se encontrarem associados lhes dá a vantagem de regatear benefícios em favor do grupo, atribuindo-lhes aquele sentido de “dinheiro chama dinheiro”; aumentam, dessa forma, a extensão da sua superioridade em relação aos demais, condição esta, anteriormente específica das elites já dominante, que utilizava estratégias para fazer render mais o patrimônio já existente<sup>189</sup>.

É importante salientar que tanto em nível federal, quanto no estadual e local, as relações de poder sempre estiveram atreladas no processo de adequação das relações de produção ao desenvolvimento anterior às forças produtivas, convergindo no sentido de criar melhores bases para o desenvolvimento industrial. Para tanto, em decorrência das crises econômicas e políticas ocorreu o aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, essas relações econômicas e políticas engendraram novas funções do Estado, oportunizando a criação de melhores bases econômicas e institucionais para, dessa forma, promover o desenvolvimento industrial, de acordo com os interesses dos grupos de elites.

### **1.7 Formadores da elite política em nível de Estado no período de 1930-1945**

Clarificamos que os grupos que disputam o poder se constituem nas elites políticas, entendidas como as pessoas coligadas ou aliadas que detêm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, têm a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos. No Anexo B deste estudo<sup>190</sup> encontram-se os integrantes da elite

---

<sup>189</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 181-208.

<sup>190</sup> Referente às Elites Parlamentares do RS (quadro de integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul, 1929-1945).

política rio-grandense, bem como sua respectiva atuação no cenário político do Rio Grande do Sul. Localizamos esses sujeitos no espaço temporal, bem como relacionamos o partido político em que estavam filiados, ano e designação de cada membro que consideramos elite.

A sociedade brasileira organizou-se, desde a colonização, embasada num duplo sentido: por um lado, as unidades produtivas internas, como o engenho de açúcar e a fazenda de gado; por outro, a exportação para o mercado externo, dependendo dos importadores português e inglês e, somente a partir de 1930, do capital financeiro internacional, predominantemente do americano. Os vínculos do mercado exportador e importador eram capitalistas e refletiam-se no âmbito das relações de trabalho nos séculos da colonização, escravagista e, posteriormente, semifeudais. Assim, a sociedade formou-se nessa dualidade interna, a relação de trabalho feudal e, no mercado exportador-importador, a forma capitalista<sup>191</sup>.

Reafirmamos nossa posição de que existem divergências na conceituação de elite política e elite econômica. Nesse sentido, aproveitamos a caracterização da sociedade dualista brasileira para ponderar que ambas, embora mantenham pontos em comum, sustentam-se no subdesenvolvimento, visto que cada um dos setores é dotado de uma dinâmica própria. Assim, o setor dominado pelo capitalismo, é o setor da exportação, que se constitui num processo dinâmico, ao passo que o setor das relações de trabalho permanece isolado, atrasado e, em algumas regiões, semifeudal.

Exemplificando o exposto no parágrafo acima citado: até meados de 1945, abrangendo, portanto, o recorte temporal delimitado nesta pesquisa, senhores absolutos do poder detinham vastas extensões de terras e latifúndios de cana-de-açúcar nas várzeas do Litoral do Nordeste do Brasil, especialmente em Alagoas, Sergipe, Paraíba e Pernambuco. Para Fernandes, os senhores absolutos ou burgueses percorreram uma rota de desenvolvimento periférico desigual, já que correram atrás das transformações capitalistas<sup>192</sup>. Mesmo assim, esses senhores recebiam dos órgãos estatais pleno apoio desde créditos a investimentos em infra-estrutura para as estradas de ferro até a construção de rodovias dentro

---

<sup>191</sup> ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>192</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p.16.



de suas propriedades. Em contraposição, a grande maioria dos brasileiros continuava numa situação de miserabilidade.

Com base nisso, podemos dizer que o conjunto das relações econômicas constituído desde a colonização determinou a organização do sistema político, e, com ele, a permanência dos detentores do poder, que continuam se organizando e controlando o poder político de modo a assegurar que os seus interesses e regalias, sobretudo as alfandegárias e creditícias, continuem sendo garantidos pelo poder institucional, que, no final, é o poder político a serviço do poder econômico<sup>193</sup>.

Parece ter sido a elite política brasileira mais amplamente constituída por proprietários do que foram as elites de outros países. Para Love as elites políticas têm a tendência de serem formadas por profissionais de origem relativamente privilegiada, ligados a proprietários por meio de laços econômicos e sociais, ou serem formadas (em número mais reduzido), pelos próprios proprietários<sup>194</sup>. Miliband<sup>195</sup>, afirma, portanto que “a razão para atribuir importância considerável à composição social da elite do Estado em países capitalistas avançados reside na forte suposição de que esta influencia seus pontos de vista, suas disposições ideológicas e suas tendências políticas”. Essa afirmação é válida para a elite brasileira, que reveladamente não se sentia obrigada em representar os interesses das classes trabalhadoras do campo e da cidade, isso para não citar outros grupos excluídos da sociedade.

Trazendo a análise de poder para o contexto do Rio Grande do Sul, buscamos em Pesavento a síntese da realidade rio-grandense da década de 1930 pela análise das relações da economia pecuária e seus representantes com o estado gaúcho. Um dos pontos levantados pela autora foram as cisões internas da classe dominante e suas formas de atuação. Em suas considerações Pesavento pondera que,

[...] no plano local, os momentos de 1932 e 1937 são dois marcos fundamentais. Em 1932, acontece a cisão política gaúcha: a ala regional, tendo em vista a ameaça de perda do poder das oligarquias regionais, rebela-se contra o governo central,

---

<sup>193</sup> ALMEIDA. op. cit., 2004.

<sup>194</sup> MILIBAND, 1969, p. 68, LOVE, Joseph L. & BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 95.

<sup>195</sup> Ibid.

enquanto que a ala “nacional”, mas tarde consubstanciada no PRL<sup>196</sup>, identifica-se com a orientação do Governo Provisório, posicionando-se pela ordem e pelo desenvolvimento econômico nacional, no qual o Rio Grande do Sul cumpriria seu papel de “celeiro do País”<sup>197</sup>.

As elites podem ser definidas em relação a um conjunto de posições formais julgadas relevantes para o exercício do poder político e clientelismo, isto é, usando o critério posição preferencialmente ao critério reputação ou tomada de decisão<sup>198</sup>, procurando analisar uma elite resultante; adicionando e analisando novos dados; colocando novas questões a velhos dados e comparando a elite ampliada<sup>199</sup> resultante com outras elites políticas.

Nos primórdios do século XX a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas. Essa tendência trouxe certo grau de democratização à sociedade brasileira, porque a liderança não mais estava restrita a um pequeno número de pessoas<sup>200</sup>.

A maioria dos membros da elite política exerceu profissões em que se haviam formado especialmente aqueles com diploma de advogado, médico, engenheiro e militar; além disso, a maior parte se dedicou ainda a outras atividades, pois o político exercia, em média de duas a quatro profissões. As carreiras adicionais mais comuns eram, em ordem decrescente, magistério, jornalismo, atividades bancárias e industriais<sup>201</sup>. A tendência mais marcante no que concerne às profissões da elite política foi o declínio das profissões tradicionais, como as de advogado e militar, e a ascensão de novas, por exemplo, as de professor, engenheiro, empresário e afins.

---

<sup>196</sup> Partido Republicano Liberal.

<sup>197</sup> PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 185.

<sup>198</sup> LOVE, Joseph L; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 77.

<sup>199</sup> Conjunto das elites regionais, segundo LOVE, *ibid.*

<sup>200</sup> CONIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 100.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 102.

De acordo com o supracitado, Charle atesta:

As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio de determinar quais são os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes. A utilização da noção de elite não é recente nas ciências sociais. Desde os trabalhos de Pareto acerca da “circulação das elites”, esta noção manteve-se presente nos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou a representação política<sup>202</sup>.

De 1937 até 1950, Vargas aparentemente polarizou a elite política. Em termos gerais, a geração mais velha (a geração de Vargas) agora o apoiava mais do que os políticos mais jovens. Como exemplo, a elite dividiu-se em partes mais ou menos idênticas com relação ao golpe do Estado Novo, em 1937, mas os políticos da primeira geração o apoiavam, ao passo que os da segunda, em grande parte, opunham-se a ele. Estes últimos talvez tenham sentido que suas oportunidades de ascensão seriam tolhidas, e sua hora veio em 1945, quando a segunda geração apoiou o golpe militar contra Vargas mais do que a primeira geração. Em 1950, todos os políticos de primeira geração sobre os quais há dados disponíveis apoiaram a eleição de Vargas, ao mesmo tempo que a segunda geração dividiu-se em partes iguais<sup>203</sup>.

Com base na síntese da elite política no período de 1930 a 1945 podemos atribuir importância à participação burguesa ao longo do tempo em termos de acumulação de capital, como a posição dos empresários perante a classe trabalhadora e a sua posição diante da intervenção estatal na economia, do ponto de vista do controle burocrático do Estado sobre a economia e da expansão do Estado como agente produtivo. Esses setores aparecem, simultaneamente, em diferentes momentos ao longo do período que investigamos (1930-1945). Contudo, não só cada uma delas adquire um significado variável, dependendo do contexto estrutural específico em que emerge, como também tende a ocorrer uma seqüência em que cada uma dessas questões aparece como predominante, ou seja, a questão trabalhista, em fins da década de 1920 e início da de 1930; a intervenção estatal na economia entre fins da década de 1930 e início da de 1940, primeiro em termos de controle burocrático sobre a

---

<sup>202</sup> CHARLE, Christophe apud HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

<sup>203</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *O retrato do velho*. São Paulo: Atual, 1984.

iniciativa privada e, a seguir, em termos da expansão do Estado como agente econômico<sup>204</sup>.

Importante nessa participação burguesa é que é modernizadora, mais precisamente, promove a criação de elos necessários e tornam-se repressiva no que se refere à tomada de decisões. A modernização, comandada pelas elites que controlam e tomam o poder e, se aliam aos governantes sob a força capitalista é canalizada para o leito dos interesses da minoria no poder, das classes privilegiadas e de seus aliados, exercendo uma postura de força quando seus interesses não são atingidos.

A participação empresarial na criação da legislação trabalhista definiu os limites do controle da iniciativa privada sobre um dos fatores de produção mais fundamentais: o trabalho. A forma pela qual tal controle se estabeleceu em termos de negociações com o Estado ditou os limites à participação dos empresários com referência a outro fator importante em sua consolidação como classe, ou seja, os limites da capacidade reguladora do Estado sobre o mercado. Pelo fato de um estilo de interação associativa ter resultado do contato inicial dos empresários com o Estado, estes se viram desprovidos de controle autônomo sobre as condições de expansão industrial. Igualmente, a expansão do Estado como agente produtivo e a participação do capital estrangeiro constituíram-se em elementos decisivos para a permissão de um padrão de desenvolvimento industrial capitalista. O Estado expandiu-se em área de infra-estrutura de produção, ao passo que o capital estrangeiro promoveu o apoio tecnológico e uma base de acumulação que, eventualmente, iria se refletir na expansão das indústrias nacionais<sup>205</sup>.

O período compreendido entre 1930 e 1945 foi de domínio das elites políticas sobre as demais categorias sociais; o poder da economia não foi substituído, mas contestado e complementado, tornando-se um grande poder dentro de uma estrutura controlada principalmente pelos políticos, não pelos homens da economia, ou, segundo Mills, pelos militares transformados em políticos<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 54.

<sup>205</sup> BOSCHI, *ibid.*

<sup>206</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 328.

Quanto ao Rio Grande do Sul, as elites políticas sempre estiveram vinculadas a três elementos que podemos colocar em forma de pirâmide, ou seja, militar, estancieiro e político. Isso pode ser avaliado de forma a detectar fatores como poder pela coerção ou pela força, representando a influência do Estado como legitimador da legalidade; econômico, representando o prestígio dos grandes proprietários, e político, que busca o poder para poder pelo poder. Dessa forma, o político almeja ter grande influência ou poder sobre para, assim, dispor de força ou autoridade. Nessa perspectiva, as elites passaram a controlar o poder, já que representavam as aligarquias rurais de atuante ação política na condução dos rumos e dos interesses econômicos.

Concretamente, esse sistema de domínio se integrou nos três níveis de poder: local, regional e nacional. Assim, os grandes proprietários rurais, antigos coronéis, ainda hoje detêm grande poder político, especialmente nos grotões interioranos do país. Em nível regional, podemos dizer que o poder se apresentou sob a forma de oligarquias continuamente transformadas e pela presença dos coronéis, que ocupam posição de destaque, principalmente nos estados do Norte e Nordeste.

Portanto, salientamos que os formadores das elites políticas em nível de Estado, entre 1930 e 1945, são os mesmos que se perpetuaram até o final do século XX, já os representantes das elites econômicas, que dominam grupos poderosos e representam interesses bem díspares dos almejados pelo povo brasileiro, encarnaram o que se tornou a ideologia das elites do país.

## 2 AS ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE PASSO FUNDO E CARAZINHO

*(...) o importante em todo o debate não é discutir se existiu ou existe dominação o problema é detectar a natureza da dominação (...). É justamente na peculiaridade das relações entre instituições, grupos e classes sociais, estruturas econômicas e políticas, que reside a diferença entre os rumos da história brasileira(...)*<sup>207</sup>.

Este capítulo tem a finalidade de analisar as elites regionais e a sua inserção histórica nacional; mostrar as características gerais das elites políticas em nível regional, bem como detectar os pontos convergentes e divergentes das elites políticas estaduais e regionais no período compreendido entre 1930 a 1945. Muito mais do que analisar a atuação das elites nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, os textos selecionados para compor esta tese mantêm uma articulação entre os vários níveis da escala do saber histórico. Dessa forma, o que ocorreu no Planalto Médio não está limitado à região demarcada geograficamente, e, sim, relacionado aos demais acontecimentos que marcaram o Brasil, o Rio Grande do Sul e a região Norte do estado.

Realizamos a análise discursiva com base nas matérias publicadas nos jornais da época focalizada, bem como nos memoriais e relatórios pesquisados, levando em consideração três pontos relevantes: a) o quadro das instituições onde ele foi produzido; b) os embates sociais, políticos e históricos contemporâneos à época; c) o espaço próprio no interior do discurso, reproduzindo a relação dialética que havia entre o discurso veiculado na imprensa e a estrutura da sociedade local, regional, estadual e nacional. Dessa forma, estabelecemos uma relação entre como se apresentava a sociedade nos seus diferentes segmentos econômico-político e de que modo a linguagem usada na imprensa, por meio do vocabulário, do uso de figuras, especialmente da metáfora, traduzia o pensamento dos envolvidos nas questões locais e regionais<sup>208</sup>.

A análise discursiva com base nas matérias publicadas nos jornais do nosso estudo no

---

<sup>207</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Minas Gerais. Editora UFMG. 1998. p. 24.

<sup>208</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

período de 1930 a 1945 permite-nos analisar a ideologia do homem de jornal por ser responsável pelo controle utilizado em seu discurso, abordando a idéia de nação, estado, município, povo, interesses pessoais e coletivos, responsabilidade, classes sociais, classes conservadoras, sacrifícios, medo, poder, etc. Nessa forma de perceber e interpretar a realidade, a heterogeneidade é vista como ameaça à desintegração da sociedade, gerando grande temor perante o outro, os não-componentes das classes mais intelectualizadas da sociedade, que sustentam as propostas de controle e exclusão. A importância política da consolidação das oposições pode ser percebida pelo destaque que a imprensa dá às configurações políticas da época.

Inicialmente, analisamos o discurso do *Jornal da Serra*, cujo conjunto se encontra na Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho de Carazinho. O periódico iniciou suas atividades em 14 de maio de 1930, tendo como diretor proprietário Astério Canuto de Souza<sup>209</sup> e, como gerente, Gustavo Gonzaga. Como jornal semanário, tinha suas edições às quintas-feiras e, como bissemanário, a partir de 1934, às quartas-feiras e aos sábados<sup>210</sup>. Em 11 de dezembro de 1931, Canuto de Souza afastou-se da direção do jornal, tendo assumido em seu lugar Randolpho Cidade. Em 7 de janeiro de 1932, o *Jornal da Serra* passou a ter como proprietária Maria Izabel Bueno de Souza e, como gerente, Teodomiro Bueno. No dia 2 de maio de 1932, reassumiu novamente a direção do jornal Canuto de Souza. Pela análise realizada do periódico, podemos dizer que nele transparece uma visível influência de suas idéias na política local e, durante o período que contempla o estudo, uma oposição genuína ao poder constituído em nível local.

Com referência ao jornal *Noticioso*, cuja coleção se encontra na Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho de Carazinho, foi fundado em 17 de agosto de 1942, de propriedade da Empresa Gráfica Carazinhense Ltda.; tinha como diretor-redator Nestor Moojen, diretor comercial, José G. Pinheiro Cabral e, como gerente, Pedro Belarmino Junges. Jornal bissemanal, dizia-se “independente” e era publicado às quartas-feiras e aos sábados. O jornal *Noticioso*, segundo a análise feita, estava totalmente comprometido com a política local e estadual, tendo sido criado justamente para revidar aos embates do *Jornal da Serra* e defender a política local. No dia 8 de agosto de 1943, foi fechado pelo Departamento de

---

<sup>209</sup> Este será denominado a partir desse momento no estudo como Canuto de Souza.

<sup>210</sup> Não foi possível auferir a data pela ausência de exemplares na biblioteca.

Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>211</sup> sob a alegação de estar exercendo atividade ilegal. Inferimos, nesse ponto, que pode ter havido articulações de Canuto de Souza nesse sentido. Não temos registro da data em que o *Noticioso* retornou à circulação, porém permaneceu sendo editado até 1945.

Investigamos também o jornal *O Nacional*, cujo acervo se encontra no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. Iniciando sua circulação em 1925, este jornal passou a representar para a população de Passo Fundo novo recurso de comunicação. Foi fundado por Herculano Araújo Annes, seu primeiro diretor, tendo como gerentes Hyran de Araújo Bastos e Americano de Araújo Bastos e, como redator, a partir de 17 de novembro de 1928, Mauro P. Machado. Caracterizou-se como jornal bissemanário independente, com edições às quartas-feiras e aos sábados até 29 de dezembro de 1929; como jornal trissemanário independente, a partir de 3 de janeiro de 1929, com edições às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, e diário independente, a partir de 2 de janeiro de 1930. Verificamos, por meio de uma leitura sistemática dos números analisados, que este jornal procurava colocar-se numa posição de parcialidade diante das facções políticas e religiosas que se digladiavam em nível local e estadual.

Outro jornal que também contribuiu para nossa pesquisa foi o *Diário da Manhã*, cujo acervo se encontra no próprio jornal. Este meio de comunicação, de propriedade do jornalista e político Túlio Fontoura, iniciou sua circulação no ano de 1935. Suas manchetes expressavam os ideais republicanos já que mantinha ligação com Nicolau Vergueiro, expressão maior do Partido Republicano Riograndense (PRR) em Passo Fundo e região. A partir de 1945, com o término do Estado Novo, Túlio Fontoura ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e o *Diário da Manhã* passou a veicular a preferência política de seu proprietário, constituindo-se, então, num instrumento de opinião pública contrário aos interesses de Vargas.

Também é nossa fonte o *Jornal Correio do Povo*, criado em 1895, e considerado um

---

<sup>211</sup> O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país. D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; FGV, 1999. p.17.



órgão equidistante dos partidos, porém opinativo, que teria lançado as bases da imprensa moderna no Rio Grande do Sul ao estabelecer o primado da notícia, e, juntamente com *A Federação*, dominava o panorama jornalístico<sup>212</sup>. Também *A Federação*, jornal conhecido por ter sido o porta-voz do Partido Republicano Riograndense, criado em 1º de janeiro de 1884 somente como órgão do PRR e meio de propaganda; depois de instituída a República, tornou-se também um jornal de notícias. Constatamos a presença cotidiana deste jornal com temas vinculados ao PRR, divulgando os seus princípios doutrinários e programa governamental. O jornal ocupou-se de veicular as relações do Partido Republicano Liberal (PRL) com as oposições e com os movimentos extremistas. Também participou ativamente das campanhas eleitorais de 1933 a 1935 e, no fim do período discutiu amplamente a questão da Dissidência Liberal. Entre 1932-1937, *A Federação* utilizou-se constantemente em evidenciar os princípios que norteavam o PRL, numa tentativa de deixar clara ao leitor a coerência dos mesmos, assim prosseguindo até seu fechamento, ocorrido em novembro de 1937.

*A Federação*<sup>213</sup>, órgão republicano liberal, no período analisado, organizava a matéria de sua divulgação apresentando na primeira página às notícias de destaque da conjuntura política regional e nacional, incluindo, de forma sistemática, uma coluna que representava o pensamento político-ideológico do Partido Republicano Liberal. Esta página foi também utilizada, em períodos eleitorais, para propaganda e exaltação da figura política de Flores da Cunha e sua obra governamental. Nas conjunturas em que o processo político regional ou nacional não se encontrava em grande evidência, no espaço da primeira página apareciam também notícias sobre a política internacional.

Para Capelato, a imprensa é um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pois por meio dela se trava uma batalha constante pela conquista de mentes e corações e reforçam-se tendências que já existem na sociedade<sup>214</sup>. A imprensa é, pois, fonte de percepção do processo de constituição do capitalismo no Brasil, mas também das elites nesse processo e de sua ideologia. Os jornais não foram apenas meio de expressão

---

<sup>212</sup> REVERBAL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. 1992. 357f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1992. p. 9.

<sup>213</sup> TRINDADE, Héliogio (Org.) et.al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980. p. 393 a 402.

<sup>214</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 94-97.

de pensamentos modernizantes, mas se constituíram num instrumento de pressão para que seus pensamentos e ideais se concretizassem.

Ressaltamos que era comum, nos jornais da época do estudo, aparecerem homenagens às personalidades políticas das cidades do estado, visto que era uma forma de demonstrar que estavam inseridas no contexto social. Outra estratégia utilizada pelos jornais era tecer elogios a interventores, professores, médicos, dentistas, comerciantes, industriais, bem como a outras profissões, ou ocupações de destaque na sociedade; assim, a imprensa noticiava todo o tipo de acontecimento, desde um piquenique até uma solenidade mais formal, desde que nele estivessem presentes membros importantes da elite. As matérias dos jornais continham também textos opinativos, em número, inclusive maior que os de caráter meramente informativo, constituindo-se em importante e interessante material de análise. Nesse sentido, a ideologia expressa nos jornais pesquisados para nosso estudo constitui tentativa de dar sentido às situações vividas e permitir, dessa forma, a atuação humana dentro delas<sup>215</sup>.

## **2.1 As elites regionais e a sua inserção histórico-nacional**

Para que possamos examinar mais detidamente o cenário das elites políticas no Planalto Médio, é necessário fazer uma digressão histórica, partindo de 1928, quando o Brasil se deparava com o conflito em torno da sucessão presidencial, agravado pela crise da bolsa de Nova York, em 1929, que culminou na retração do crédito mundial. No Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas sucedia a Borges de Medeiros na presidência do estado, incentivando a política de defesa do setor agropecuarista, pela criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e pela formação do Sindicato dos Charqueadores e do Sindicato da Banha. Fato marcante foi a fundação do Partido Libertador, bem como a unificação da política interna, pela formação da Frente Única Rio-Grandense<sup>216</sup>.

Por sua vez, em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro mantinha-se como líder do PRR, intendente da Assembléia dos Representantes do Estado e líder político local e

---

<sup>215</sup> VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje* – ANPUH. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002. p. 9-15.

<sup>216</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 100.

regional. Carazinho ainda era o 4º Distrito de Passo Fundo, tendo como figuras políticas de destaque Paulo Coutinho e Homero Guerra, que viriam se revelar grandes incentivadores do movimento emancipacionista de Carazinho.

A partir do ano de 1930, a conjuntura político-partidária nacional passaria por uma profunda modificação. Júlio Prestes disputou e ganhou a eleição presidencial representando a situação, o que agravou ainda mais as articulações entre as oligarquias dissidentes e os tenentes. No entanto, com o assassinato de João Pessoa desencadeou-se a revolução e Washington Luís foi deposto. A Junta Militar Pacificadora foi formada e o poder, entregue a Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, coincidentemente, ocorreu a formação do Centro da Indústria Fabril<sup>217</sup>.

Por seu turno, em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro comandou pessoalmente o assalto ao quartel do 8º R.I., abrindo caminho para que as forças do Rio Grande do Sul conseguissem alcançar os territórios de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Carazinho, apoiou totalmente a Revolução de 1930, sob a liderança de Paulo Coutinho, do coronel Alberto Graeff e de Homero Guerra.

Os municípios de Passo Fundo e Carazinho seguiam as mesmas tendências nacional e estadual, no sentido de que todos tentavam caminhar num rumo diferente, imposto pelas elites políticas que os dominavam. Os municípios e distritos que compunham este Estado representavam um cenário privilegiado, pois a dominação se fez sentir em todos os setores da vida social, política e econômica, nos seus diferentes níveis, demonstrando que, embora os historiadores em grande parte afirmem serem praticamente idênticas as conceituações de “elite política” e “elite econômica”, em nossa percepção, as ações e decisões de quem detinha o poder, em alguns momentos, diferenciavam-se.

Partimos do pressuposto de que a organização da política e do ambiente social ocorre por meio das instituições que regem os setores sociais e políticos. Argumentamos que a organização da política pode ser compreendida como a instituição e a rotinização de mecanismos que proporcionam a estabilidade das decisões sociais, reduzindo as incertezas do

---

<sup>217</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 101.

ambiente social e possibilitando aos diversos atores a construção de diferentes expectativas de comportamento por parte dos demais. Dessa forma, as instituições constituem o objeto para o entendimento do fenômeno político e das articulações utilizadas pelos atores sociais para se manterem no poder. Logo, a política pode ser entendida como as preferências e valores de uma elite governante, para tanto são praticadas pelos políticos cujas decisões estão condicionadas pela preferência das elites sob a forma de dominação ou não<sup>218</sup>.

Targa, com base em Weber, observa que a dominação ocorre quando os dominados tomam a obediência como um dever. Assim, a legitimidade e a forma de dominação encontram-se interrelacionadas, visto que uma forma de dominação corresponde a uma forma de legitimação e, também, a uma maneira de gerir a coisa pública<sup>219</sup>.

As elites políticas dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, na época delimitada neste estudo estavam ligadas diretamente ao movimento revolucionário de 1930, constituindo-se nos grupos que se beneficiaram com o movimento político-militar, bem como com os conflitos que brotaram após a revolução triunfante em âmbito regional e local. Nesse contexto, ressaltamos a eleição presidencial, quando foi formada a Frente Única Gaúcha, que reuniu libertadores e republicanos em torno da candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais de 1930. O programa da Aliança Liberal, com o qual Getúlio Vargas se apresentara como candidato opositor nas eleições de 1930, também foi o programa da revolução, propondo, dentre outros objetivos, a renovação dos costumes políticos e a restauração das práticas da democracia dentro da ordem e do regime. Era um programa reformista, que visava assegurar as estruturas econômico-sociais vigentes<sup>220</sup>.

Em nível estadual, Vargas assumiu o governo e alertou que a guerra ideológica no Rio Grande do Sul deveria ser repensada, com vistas à paz com o Partido Libertador<sup>221</sup>. Vargas tentou administrar com êxito os negócios do Estado e voltou-se para o atendimento dos interesses dos pecuaristas, fato positivo para a sua aproximação com os interesses da

---

<sup>218</sup> PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 23-4.

<sup>219</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 63-4.

<sup>220</sup> FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 39.

<sup>221</sup> LOVE, Joseph. A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 63-65.

oposição. Nesse cenário, à medida que Vargas atendia às exigências dos pecuaristas, também concedia políticas diretas, ou seja, procedia astuciosamente para garantir seus interesses, a exemplo do que ocorreu em Dom Pedrito, conhecida como terra dos libertadores e maragatos, onde após a eleição para intendente saiu vencedor Oscar Fontoura, da oposição, quebrando um círculo vicioso ligado ao voto de cabresto, conhecido no Brasil todo, pela máxima de que “a oposição estava acostumada a ganhar nas urnas e perder nas apurações”<sup>222</sup>. Dessa forma, o que mais chama a atenção é o fato de Vargas não ter levado em consideração a cor vermelha-maragato- do lenço do político vencedor.

Na região do Planalto Médio, especificamente em Passo Fundo, que na época ainda tinha Carazinho como seu 4º distrito, a imprensa demonstrava o seu apoio a Vargas por meio de notas em jornal, a exemplo das veiculadas pelo *O Nacional*:

Parabéns entusiásticos a Passo Fundo. Entre 80 municípios eleitorais obtém o terceiro lugar. **É extremamente honrosa a votação de 10.618 votos, porque ele é uma prova inconclusa da cultura cívica passo-fundense. Passo Fundo, colocando-se em terceiro lugar pela votação liberal, demonstra com isso também que o grau de desenvolvimento da sua imprensa é grande e culto.** Quem souber da extraordinária votação passo-fundense, naturalmente julgará o município como possuidor de um jornal diário. **E indispensável corolário cívico.** Assim por uma questão de justiça, façamos um aditamento ao início deste comentário. Isto é, entusiásticos parabéns extensivos a *O Nacional* porque jornal diário é o livro aberto do povo<sup>223</sup>. (grifos nosso).

Analisando o texto acima, constatamos uma relação dialética entre o discurso apresentado no jornal e a estrutura social vigente na época. O elogio à votação feito pelos liberais (Aliança Liberal) é prova contundente da ideologia do jornal, contribuindo para reproduzir a sociedade e seus valores, bem como as relações de poder implícitas no texto. Antevemos na prática discursiva a referência ao ambiente econômico, político e institucional em vigência<sup>224</sup>. Importante salientar que toda a campanha da Aliança Liberal fora devidamente divulgado pelo jornal *O Nacional* ocupando espaços geralmente na primeira página.

No que se refere à Revolução de 1930, em Passo Fundo contou com um contingente

<sup>222</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p. 73.

<sup>223</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 412, ano VI, 18 mar. 1930. p. 1.

<sup>224</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

de 450 homens, que partiram para as frentes de combate em três tropas, chefiadas pelos coronéis Quim César, Edmundo de Oliveira e pelo general João Rodrigues Menna Barreto<sup>225</sup>.

Em Carazinho, não muito diferente de Passo Fundo, e acompanhando as idéias que impulsionaram esse movimento, houve um levante a favor da alteração significativa no sistema político nacional. A Aliança Liberal, formada na época, propôs-se sanear o regime e a moralizar a República, e o movimento surgido em Carazinho, denominado de “Barracão Liberal”, congregou pessoas da sociedade local carazinhense que, lideradas pelo cônego João Sorg, instalaram-se na estação da Viação Férrea ocupando os vagões dos trens. Dessa forma, o movimento que se iniciou em nível local logo alcançou repercussão regional, encontrando respaldo nos municípios de Não-Me-Toque, Tapera, Lagoa dos Três Cantos, Cochinho, Selbach, Sarandi, Tamandaré, Espumoso, Ernestina, Arroio Bonito, Coqueiros, Vista Alegre e São José<sup>226</sup>.

Nesse contexto, ressaltamos que na época registram-se dois importantes movimentos regionais: o civil, com o Barracão Liberal, e o militar com a Legião Prestes Guimarães. Paralelamente, organizada pelo general João Rodrigues Menna Barreto, surgiu a Brigada Farroupilha, constituída, na sua maioria, de elementos locais (Carazinho), mas com sede na cidade de Passo Fundo, onde foi licenciada.

Entretanto, salientamos que o desenho geográfico dos municípios de Passo Fundo e Carazinho em 1930 era privilegiado pela extensão de terras, uma vez que abrangia as zonas que hoje formam os municípios de Soledade, Guaporé, Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau, Casca, Sertão, Tapejara, dentre outros, perfazendo uma área total de 11.000 km<sup>2</sup>. (Anexo A)<sup>227</sup>. Nessa época, além da sede, Passo Fundo era cortado de norte a sul pela estrada de ferro, com povoados nas estações de Sertão, Coxilha, São Bento, Pulador, Pinheiro Marcado, Carazinho e nas colônias do Alto Jacuí, Erechim, Sarandi e outras. O município de Passo Fundo, em 1928, exibia um potencial grandioso, como relatado na descrição da sede e dos distritos encontrada no Relatório da Secção de Obras Públicas:

<sup>225</sup> MEDEIROS, Márcia Maria. Passo Fundo: política e economia na década de 30. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo: Edupf, 1998. p. 105.

<sup>226</sup> VARGAS, Álvaro da Rocha. *Do Caapi ao Carazinho*: notas sobre 300 anos de história (1631-1931). [S.l.: s.n.: s.d]. 1980. p. 90.

<sup>227</sup> Intendência Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Armando Araújo Annes, em 1º de novembro de 1928. p. 9.

**Carazinho** - sede do 4º distrito com 3.000 habitantes; **Estação da linha São Paulo - Rio Grande**; com muita indústria; fábricas de caixas; depósitos de madeiras; refinaria de banha e grandes armazéns de cereais; iluminação e termoeletrica; **Não-Me-Toque** - sede da rica colônia de mesmo nome; 7º distrito com 3.000 habitantes; grande produtora de cereais, madeira [...], iluminada pela usina termoeletrica; **Marau** - sede do 5º distrito com 2.000 habitantes; muita indústria, grande produtora de vinho, cereais [...], iluminação hidroeletrica; **Sarandi** - 2ª sede do distrito de Sarandi com 1.200 habitantes, produz trigo, milho, feijão, batatas, vinhos [...] com iluminação hidroeletrica; **Sarandi** - 1ª sede com 600 habitantes e produção de cereais e madeiras preparadas; **Selbach** - sede do 9º distrito com 1.500 habitantes; colônia alemã, grande produtora de cereais, fumo [...] é notável e soberba a igreja católica da sede que custou mais de 300:000\$000; **Boa Esperança** - sede do 12º distrito com 1.000 habitantes, rica em cereais, madeira e vinho; **Tapera** - sede do 8º distrito, cereais, vinho [...] possui a maior fábrica de calçados do município com moderno curtume, exportando couros preparados para o estrangeiro e girando com um capital de mais de 500:000\$000. População de 800 habitantes; **Sede Teixeira** - sede da colônia com 900 habitantes; cereais, vinho, madeiras, engenhos [...]; **7 de Setembro** - com 600 habitantes, cereais, madeira, vinho [...]; **Campo do Meio** - sede do distrito com 400 habitantes; centro pecuário; a colonização está tomando incremento; **Ernestina** - sede do distrito com 800 habitantes, grande produtora de cereais, madeira, mel, banha [...]; **Pontão** - 300 habitantes, centro pecuário; **Pinheiro Mercado** - estação da viação férrea, 500 habitantes, grandes depósitos de madeira, centro pecuário; **São Bento** - estação da viação férrea, com 450 habitantes, depósito de madeiras; **Pulador** - estação da viação férrea, 400 habitantes, depósito de madeira; **Coxilha** - estação da viação férrea com 200 habitantes; **São José** - povoado do 7º distrito; cereais de toda a espécie<sup>228</sup>. (grifos nosso).

O contorno geográfico do município de Passo Fundo em 1930 era imenso (Anexo A) no qual se destacava o 4º distrito, Carazinho, que foi parte da extensão territorial de Passo Fundo até 24 de janeiro de 1931, tendo o seu processo emancipatório bastante dificultado, pois este município não concordava com as aspirações de emancipação daquele. Nesse contexto, destaca-se como um dos principais opositores à emancipação do 4º distrito Nicolau de Araújo Vergueiro, líder republicano em toda a região do Planalto Médio. Sabemos que a luta pró-emancipação de Carazinho se constituiu num capítulo à parte nessa época, por isso dela trataremos em separado, pelo destaque, importância e embates a ela relacionados.

### 2.1.1 A questão pró-emancipacionista de Carazinho

A luta em prol da emancipação de Carazinho foi um dos episódios relevantes da época, que repercutiu em âmbito regional e local e contou com a simpatia de Flores da Cunha,

<sup>228</sup> PASSO FUNDO: RELATÓRIO DA SECCÃO DE OBRAS PÚBLICAS. Apresentado ao sr. Armando de Araújo Annes, intendente do município de Passo Fundo pelo engenheiro municipal Octacílio Ribas Vieira, em 1º de novembro de 1927 a 1º de outubro de 1928. p. 68.

interventor federal do Rio Grande do Sul em 1930. Além disso, os representantes da imprensa escrita da época, por meio do *Jornal da Serra* adeptos da idéia de emancipação, publicavam notas a favor da emancipação, sobretudo porque contavam com a simpatia de seu diretor proprietário, Canuto de Souza:

[...] terminado o movimento quando já se sabia que o Dr. Flores da Cunha seria o interventor, uma comissão composta dos srs. Paulo Coutinho e dr. Guerra foi ao Irapuã, conferenciar com o dr. Borges de Medeiros, como já noticiamos, ouvir a pinião a respeito da conveniência de levar o pedido de emancipação, imediatamente ao interventor do Estado. **Já tivemos oportunidade de tornar público que o dr. Borges de Medeiros concordou plenamente com essa comissão, aconselhando-a a ir desde logo a Porto Alegre e mostrando a sua esperança de que o assunto seria prontamente resolvido.** Sua excia disse mesmo que se a separação podia ser argüida de prejudicial ao partido republicano de P. Fundo, era sem dúvida vantajosa para o partido republicano do Rio Grande<sup>229</sup>. (grifos nosso).

Partimos do princípio de que o discurso é mais que um simples instrumento da comunicação social, mero substituto da força física segundo o senso comum. Pode-se compreendê-lo como um exercício do poder, algo que é, de acordo com Foucault, um "poder de coerção" do qual nos queremos apoderar, ou aquilo pelo qual se luta. Trata-se, pois, de pensar o discurso como um ato que determina sentidos historicamente datados, não como o singelo tradutor de uma realidade dada *a priori*, por ele imediatamente representada. Porém, se trata daquilo que podemos perceber nos textos retirados dos jornais da época, que servem de suporte teórico para esta pesquisa<sup>230</sup>.

A emancipação de Carazinho constituiu-se num dos assuntos mais polêmicos da época, em razão da luta política que se travava entre Nicolau de Araújo Vergueiro e seus opositores. Tanto é assim que encontramos inúmeras referências bibliográficas tratando do assunto, ou seja, dando ênfase à necessidade de aquele distrito se tornar município o mais breve possível. Exemplo é o fato acontecido nos dias que se sucederam ao término da Revolução Farroupilha, quando chegou a Carazinho uma comissão da Brigada Militar, chefiada pelo major Marcelino Rodrigues da Silva, com a finalidade de receber da legião Prestes Guimarães o material que não fora utilizado na revolução, bem como o dinheiro que havia sobrado. Na oportunidade, os presentes foram unânimes em salientar que Carazinho precisava se emancipar de Passo Fundo, pois era um distrito próspero e possuía toda a infra-

<sup>229</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 782, ano VI, 28 nov. 1930. p. 4.

<sup>230</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 45.



estrutura para tal<sup>231</sup>.

Corroborando esse posicionamento, encontramos nos relatos de Vargas a descrição da passagem pela estação da Viação Férrea local do trem que conduzia os líderes da Revolução de 30. Nessa oportunidade, o general Flores da Cunha saudou o povo e os revolucionários, assumindo publicamente o compromisso de que tão logo a revolução se saísse vencedora, ele seria um dos mais ferrenhos defensores da emancipação do distrito.<sup>232</sup>

Relata *O Nacional* que, na década de 1930, Carazinho era ponto de passagem dos contingentes revolucionários que se dirigiam para o norte. Nessas ocasiões, os viajantes admiravam-se do progresso e desenvolvimento do distrito, a tal ponto de o próprio Flores da Cunha mostrar-se surpreso por Carazinho ainda não estar emancipado<sup>233</sup>. Aproveitando-se dessa simpatia demonstrada pelo interventor estadual, o major Marcelino Rodrigues da Silva enviou-lhe um telegrama no qual expunha:

**General Flores da Cunha.** Palácio do Catete. Rio de Janeiro. Saudações cordiais. **Lembro vossa promessa, que nunca falhou feita ao povo carazinhense por ocasião vossa passagem aqui qual foi o de elevar Carazinho à categoria de vila, porque só assim recompensamos esse digno povo que com tanto carinho tratou soldados que por aqui passaram direção campo de honra.** Por isso peço vossa valiosa interferência junto Governo Estado para que essa dívida seja paga com a máxima brevidade. Este pedido é feito pelo vosso sincero amigo que por aqui se acha a serviço. (a) **Major Marcelino**<sup>234</sup>. (grifos nosso).

O telégrafo, como os jornais, era uma das fontes mais usadas na época, especialmente entre os políticos, que se valiam de telegramas para se comunicar mais rapidamente com suas bases eleitorais. O texto do telegrama enviado a Flores da Cunha constitui-se em demonstração concreta de que o discurso, como exercício do poder, transforma-se na capacidade de instaurar, manter ou modificar estados de coisas pelo uso da palavra. Assim é que Carazinho deve a sua emancipação, em grande parte, ao empenho dos meios de comunicação da época, que se uniram em torno dessa causa.

<sup>231</sup> VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n.], 1980. p. 92.

<sup>232</sup> Ibid. p. 89-92.

<sup>233</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 782, ano VI, 28 d nov. 1930. p. 4.

<sup>234</sup> VARGAS, Álvaro da Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [S.l.: s.n.: s.d]. 1980, p. 92.

Os textos publicados no *Jornal da Serra* refletiam a liderança de três importantes personagens da história carazinhense em prol da emancipação: Paulo Coutinho, coletor federal e líder comunitário, um dos expoentes da luta pela emancipação; Homero Guerra, que viria a ser o primeiro prefeito municipal do novo município, e Alberto Graeff, líder político do PRR, conforme podemos constatar da nota extraída do mencionado jornal:

Os srs. Dr. Homero Guerra e Paulo Coutinho, reunidos na casa do último, **acordaram que o movimento em prol da emancipação deveria ser reativado.** Instituíram um plano de ação que consistia na **elaboração de um bem detalhado memorial, onde se provasse insofismavelmente as possibilidades econômicas do novo município e também uma consulta a população territorial**<sup>235</sup>. (grifos nosso).

A emancipação de Carazinho foi alvo de muitas disputas políticas entre os partidos da região. Nicolau de Araújo Vergueiro opunha-se radicalmente à emancipação. Dentre as causas que a história elenca para tanta resistência, há o fato de Carazinho ser um grande reduto eleitoral para Vergueiro; logo, com sua emancipação, naturalmente a situação mudaria. Diante desses fatos, a emancipação do então 4º distrito de Passo Fundo movimentou ainda mais os jornais da região. De acordo com o *O Nacional*:

O comércio de Cruz Alta, transcreve uma notícia de “A Gazeta”, desta cidade, segundo o qual se pretende dar ao Carazinho o nome de Araucária, em homenagem aos seus pinheirais, em sua próxima emancipação. Ambas as coisas, o nome e a emancipação, são novidades para nós. Há tempos, conforme publicamos em entrevista que nos concedeu o dr. Junqueira Rocha, **esteve o governo do estado muito pronto a conceder a emancipação de Carazinho, tendo-se a isso se oposto o dr. Nicolau Vergueiro, intendente municipal.** A divulgação dessa notícia matou completamente aquela questão e os carazinhenses ficaram quietos daquela data em diante a respeito de seus pruridos de autonomia. Agora levantam novamente a sua voz, como sendo a emancipação uma coisa certa?[...] <sup>236</sup>. (grifos nosso).

Em 13 de dezembro de 1930, o mesmo periódico publicou uma nota intitulada “O vilamento de Carazinho”, na qual fazia um relato sobre as aspirações do povo carazinhense, já em vias de realização, consolidadas pela comissão que seguira para Porto Alegre a fim de ultimar o assunto. O teor da reportagem deixava evidente a insatisfação dos passo-fundenses quanto à questão da emancipação de Carazinho, como se observa no texto:

Desde muito, como é de domínio público, a população carazinhense se vem batendo

<sup>235</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 796, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2.

<sup>236</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 522, ano V, 17 jan. 1930. p. 4.

pelo vilamento daquela localidade, como sede de um novo município desmembrado do nosso. **A idéia, recebida primeiramente com hostilidade, nesta cidade, foi aos poucos, sendo melhor recebida, não só porque se compreendeu que o desmembramento do município se daria, mais dia menos dia, como também porque, economicamente e administrativamente, a separação seria vantajosa para nós.** Ultimamente, notou-se, pois, nova atividade em elementos da vizinha na velha emancipação. Durante o movimento revolucionário o General Flores da Cunha, ao passar por Carazinho, em discurso que ali pronunciou, na extraordinária manifestação popular, feita ao dr. Getúlio Vargas, prometeu formalmente aos carazinhenses, interessar-se pelo assunto em momento oportuno. Terminado o movimento, quando já se sabia que o dr. Flores da Cunha, seria o interventor, uma comissão composta dos senhores Paulo Coutinho e dr. Guerra, foi ao Irapuã, como já noticiamos, conferenciar com o dr. Borges de Medeiros, e ouvir-lhe a opinião a respeito da conveniência de levar o pedido da emancipação, imediatamente ao Interventor do estado. Já tivemos a oportunidade de tornar público que o dr. Borges de Medeiros concordou plenamente com essa comissão, aconselhando-a a ir desde logo a Porto Alegre, e mostrando a sua esperança de que o assunto seria prontamente resolvido. Sua excelência, disse que mesmo se a separação podia ser arguida de prejudicial ao Partido Republicano de Passo Fundo, era sem dúvida alguma vantajosa para o Partido Republicano do Rio Grande<sup>237</sup>. (grifos nosso).

Dessa forma, com o apoio dos políticos e dos meios de comunicação da época, que divulgavam e enfatizavam as ações em prol da emancipação do 4º distrito, os emancipacionistas sentiam-se fortalecidos e motivados a continuar na luta proposta e, a cada dia que passava, agilizavam ações com tal finalidade. Por conta disso, formaram-se comissões que foram enviadas aos distritos vizinhos, coletando assinaturas de eleitores, cujas firmas foram reconhecidas. Também um memorial foi redigido, sintetizando as idéias defendidas na ocasião pelos carazinhenses. Fato importante a ser citado é que esteve em Passo Fundo no dia 12 de dezembro de 1930, Paulo Coutinho com a finalidade de conseguir a rubrica de Homero Martins Batista nas listas eleitorais. No dia 13 de dezembro do mesmo ano seguiu para Porto Alegre uma comissão, composta de representantes republicanos e libertadores, com a finalidade de entregar o memorial redigido, bem como os demais documentos, ao interventor do estado.

### 2.1.1.1 O memorial pró-emancipação de Carazinho

O memorial foi escrito por uma comissão composta pelos seguintes membros: Paulo Coutinho, Alberto Graeff e Homero Guerra, do Partido Republicano; Salustiano de Pádua,

---

<sup>237</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 795, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2.

Guilherme Sudbrack e Alberico Azevedo, do Partido Libertador; Eurico Araújo, da Associação Comercial de Carazinho. O memorial, denominado de “Pró-Emancipação de Carazinho”, datado de 30 de setembro de 1930, foi editado pelo jornal *O Nacional*. Nele se destacavam pontos relevantes, tais como as três tentativas já feitas no sentido da municipalização daquele território, em 1917, 1925 e 1927. Também, atacava abertamente a oposição que fizera o intendente de Passo Fundo, Armando Annes, em 1927 ao projeto de emancipação, salientando que os carazinhenses aguardavam pacientemente o término do quadriênio. O memorial deixava transparecer que Araújo Vergueiro era um dos maiores, senão o único, empecilho para a emancipação do distrito<sup>238</sup>.

No documento enfatizava-se que Carazinho estava localizado num local privilegiado. Nomeando os municípios que se confrontavam com ele<sup>239</sup>, dava destaque ao fator populacional, ponderando que, embora faltassem dados suficientes e seguros, estimava-se que a população girava em torno de 39.000 habitantes; quanto a superfície, ficaria ao redor de 2.580 quilômetros quadrados, o que correspondia a menos da terça parte do município de Passo Fundo<sup>240</sup>. No que se referia à arrecadação, o memorial afirmava que, tão logo Carazinho se emancipasse, seriam criadas exatorias no novo município, pois, segundo os dados estatísticos, a Coletoria de Carazinho, em 1928, arrecadava mais que as estações arrecadadoras instaladas nas sedes de outros municípios, a exemplo de Bom Jesus, Encantado, Garibaldi, Soledade, dentre outros<sup>241</sup>.

Paralelamente à emancipação de Carazinho, Nicolau de Araújo Vergueiro também era contrário ao propósito a que Não-Me-Toque se emancipasse. Nessa perspectiva, *O Nacional* assim relatou:

O vilamento de Carazinho, finalmente foi resolvido. Na luta por Não-Me-Toque, coube a vitória aos carazinhenses. Devido a resistência oposta pelo dr. Araújo Vergueiro e sr. Scarpelini Ghuezzi à inclusão de Não-Me-Toque no município de Carazinho, somente ontem, ficou resolvido esse assunto, numa última conferência com o General Flores da Cunha. **Nessa conferência ficou decidido o vilamento, cabendo Não-Me-Toque e Tapera para o novo município, que assim obteve brilhante vitória, sendo a sua comissão, nessa cidade, muito felicitada, pela forma enérgica com que encaminhou o assunto.** Passo Fundo, como

<sup>238</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 795, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2

<sup>239</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 796, ano VI, 14 dez. 1930. p. 2

<sup>240</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 796, ano VI, 14 dez. 1930. p. 2.

<sup>241</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 795, ano VI, 13 dez. 1930. p. 2.

compensação, receberia uma porção do território de Palmeira. Resolveu-se ainda a questão da dívida ativa, que soma-se de grande importância<sup>242</sup>. (grifos nosso).

No mesmo jornal, agora do dia 21 de janeiro de 1931, fez-se nova referência à preocupação dos passo-fundenses com a emancipação de Carazinho, enfatizando que repercutiria seriamente no reduto eleitoral de Vergueiro, comprometendo o seu futuro político.

[...] agora que já conhecemos quais os distritos que farão parte do novo município de Carazinho é interessante ver as conseqüências dessa emancipação sobre o nosso coeficiente eleitoral. Para um cálculo, não se pode tomar por base o registro eleitoral, por demais falho. **Tomaremos, pois, o resultado da última eleição intendencial entre nós, a eleição em que foi eleito o intendente, o dr. Araújo Vergueiro, em 16 de setembro de 1928. O resultado desse pleito, nos distritos que se vão desligar do município (Passo Fundo) foi o seguinte: Votação Republicana- Carazinho, 278; Não-Me-Toque, 451; Tapera, 216; Selbach, 180; Boa Esperança, 257; Tamandaré, 105. Votação Libertadora - Carazinho, 98; Não-Me-Toque, 59; Tapera, 11; Selbach, 2; Boa Esperança, 4; Tamandaré, 43**<sup>243</sup>. (grifos nosso).

Evidenciamos, portanto, a preocupação com que a elite política de Passo Fundo antevia a emancipação de Carazinho, porque certamente os votantes no Partido Republicano superariam o índice de votantes no Partido dos Libertadores. Ademais, levando-se em conta que na eleição de 1928 o resultado da votação colonial fora reduzido, devido às grandes enchentes da época, impossibilitando que numerosos eleitores chegassem às mesas, inferia-se que com a emancipação de Carazinho migrariam cerca de dois mil votantes para o novo município, entre republicanos e liberais, deixando Passo Fundo a descoberto<sup>244</sup>.

Entretanto, nada deteve a concretização do ato emancipatório de Carazinho, que mesmo depois de emancipado, continuou a ter a atenção dos passo-fundenses. Nesse sentido, *O Nacional* publicava diariamente notas nas quais relatava a situação de Passo Fundo após a desanexação do 4º distrito e dos demais que levara consigo. No entanto, o jornal procurava dissimular que a perda do distrito se constituía numa mágoa permanente para os políticos; para isso, adotava uma linguagem sutil, afirmando o contrário do que as elites pensavam, ou seja, que o desmembramento não prejudicava em nada Passo Fundo.

<sup>242</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 825, ano VI, 20 jan. 1930. p. 4.

<sup>243</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 826, ano VI, 21 jan. 1931. p. 2.

<sup>244</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 826, ano VI, 21 jan. 1931. p. 2.

No decorrer da pesquisa constatamos que a questão emancipatória de Carazinho, mesmo depois de resolvida, continuou suscitando divergências, principalmente em se tratando das questões políticas, marcando nitidamente a liderança de Homero Guerra, primeiro prefeito nomeado pelo interventor do estado, membro do PRR. Ainda no mesmo ano da emancipação do município de Carazinho tiveram início as articulações políticas contra o comando de Homero Guerra, desenhando-se, então, um novo quadro político, que levou os carazinhenses a se dividirem em dois grupos: um contra e outro a favor deste personagem.

A esse respeito os relatos históricos dão conta de que a iniciativa da articulação foi de Alberto Graeff e Octávio Rocha, que se reuniram com intuito de fundar o Centro Republicano Borges de Medeiros<sup>245</sup>, buscando unir na localidade elementos contrários a Homero Guerra. Nessa articulação política envolveram o próprio Homero Guerra, convidando-o para ser presidente honorário do Centro Republicano Borges de Medeiros. Contudo, este, tão logo tomou conhecimento da proposta, recusou-a alegando que, como chefe do Partido Republicano de Carazinho, deveria ter sido comunicado, razão pela qual considerava o ato como indisciplina partidária. Sentindo-se traído, Guerra convocou os políticos aliados para fundarem um grêmio político, denominado Grêmio Republicano Borges de Medeiros<sup>246</sup>, o que acirrou ainda mais os ânimos políticos em Carazinho<sup>247</sup>. É interessante salientar como as dissidências locais procuravam sempre se colocar sob o “manto protetor de Borges de Medeiros” assim, um deles fundou o Centro Republicano Borges de Medeiros e outro, o Grêmio Republicano Borges de Medeiros, incitando os ânimos da elite política carazinhense.

Desse modo, a articulação política em Carazinho passou a apresentar dois quadros opostos: de um lado, os articulados e convergentes a Homero Guerra, constituindo a elite política situacionista; do outro, o grupo desarticulado de Homero Guerra, com opiniões divergentes, representando a contra-elite, da mesma forma como ocorria em Passo Fundo com relação a Vergueiro.

---

<sup>245</sup>Organização de uma dissidência que procurava reunir políticos contrários a Homero Guerra. Inicia-se nesse momento uma divisão no quadro político de Carazinho. PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 105-108.

<sup>246</sup>Políticos favoráveis a Homero Guerra, prefeito de Carazinho, fundaram o Centro Político firmando seu apoio para unir os membros republicano.s. Ibid. p. 106-107.

<sup>247</sup>VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n], 1980. p. 98 -105

## 2.2 Características gerais das elites políticas em nível regional

Retomando alguns conceitos já expressos no primeiro capítulo, referimos que o termo “elite” possui conotação bastante ampla, podendo significar desde as categorias ou grupos que parecem ocupar a parte mais alta da pirâmide social ou política, representando as “autoridades” responsáveis pela designação ou manutenção da estrutura do poder e da distribuição dos recursos, até os dirigentes, pessoas influentes, privilegiados ou abastados que ocupam posições que os diferenciam dos demais cidadãos no desempenho dos seus papéis sociais e políticos<sup>248</sup>. Após levantamento de dados, podemos inferir que as particularidades das elites regionais e locais estão baseadas principalmente no sistema coronelístico que se fez presente desde a Primeira República até meados de 1940; outro fator importante foi o poder político e as articulações que os membros da classe elitária engendraram para obter privilégios econômicos, bem como maior inserção na sociedade.

No sentido sociológico, conforme entendimento de Giovanni Busino, o termo “elite” faz referência a uma minoria que dispõe numa determinada sociedade, em certos momentos, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente, como, por exemplo, a raça e o sangue, ou qualidades adquiridas, a exemplo da cultura, dos méritos e das aptidões pessoais. De qualquer forma, o termo designa tanto o conjunto, como o meio de onde a elite se originou, como é o caso da elite operária, a elite da nação, quanto os indivíduos que a compõem, ou, também, a área na qual se manifesta a sua preeminência. O autor chama a atenção para o fato de que a palavra “elite” usada no plural, ou seja, as “elites”, qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em razão de sua origem, seus méritos, cultura, riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.<sup>249</sup> Trazemos, para ilustrar tal afirmação uma notícia publicada no *Jornal da Serra* a respeito das candidaturas populares, a qual denota de modo claro o que as elites da época pensavam dos “excluídos”:

---

<sup>248</sup> CHARLE, Cristophe. O historiador e as elites. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7.

<sup>249</sup> BUSINO, Giovanni, apud CHARLE, Cristophe. O historiador e as elites. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7.

Antes de mais nada, diremos que não se trata, no presente fenômeno político, de “candidatos populares” e sim de “candidaturas populares”. Aquela classificação poderá ser, quando muito, a exceção. A regra é esta. Naquela se poderá, talvez, observar pessoas que erradas ou não, se apresentam como candidatos ao voto livre do eleitorado, por iniciativa própria. **Nesta, no caso das “candidaturas populares”, o que realmente se observará é a massa eleitoral fazendo cessar a disciplina partidária para, sem coloração política, elevar um cidadão de reconhecidas virtudes e capacidade, a direção da coisa pública.** [...] perdoe-nos a articulação do órgão oficial, mas as “candidaturas populares” não são o “embuste visando os pleitos municipais” ou a “conspirata dos díscolos”. E isto porque nós vemos-las em todos os municípios onde existem as classes conservadoras. [...] **Eles, os candidatos populares são, isto sim, uma resposta aos partidos que têm uma orientação má nas suas escolhas e que apresentam muitas vezes nomes que não satisfazem as aspirações do eleitorado**<sup>250</sup>. (grifos nosso).

A notícia destacada evidencia a divergência existente entre os interesses das elites políticas, em manter no poder as pessoas excolhidas naturalmente pelos partidos, tendo em vista os interesses de uma minoria, e o fato de pessoas comuns, pertencentes ao povo, resolverem apoiar candidatos que se identificassem com as suas necessidades. Aqui percebemos que os membros das elites que se encontram no poder se mantêm fiéis ao partido do poder PRL (situação) e fazem de tudo para afastar aqueles que, por ventura, queiram prejudicar seus planos de continuísmo. Por isso, há divergência entre candidatos e candidaturas populares.

O estudo das elites políticas no Planalto Médio no período de 1930 a 1945, exige-nos diferentes modos de abordagem, sob pena de perdermos parte dos aspectos de convivência humana, que se alteram de lugar para lugar. Para Silva, o estudo das regiões justifica-se como uma dentre outras perspectivas de análise da economia, da sociedade e da política, sem se opor ou excluir a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região como parte de um sistema global de relações do qual foi recortada<sup>251</sup>.

Observamos, dessa forma, que o enfoque regionalista não se restringe à coleta de dados e à observação da dinâmica dos processos internos à região recortada para estudo; ao contrário, a compreensão dessa dinâmica está ligada diretamente à análise de sua inserção no movimento global do sistema. Tomemos, a título de exemplo, as elites políticas de Passo Fundo e Carazinho no período delimitado, as quais demonstram que os conceitos de política, poder, elite, elite política, elite econômica e contra-elite coincidiam com aqueles difundidos

<sup>250</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 327, ano V, 9 nov. 1935. p. 2.

<sup>251</sup> SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. Da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 45.



no restante do país. Portanto, a organização política brasileira foi marcada pela predominância da esfera estadual em relação à federal e municipal, cujas origens remontam à vitória do federalismo republicano diante do excessivo centralismo que caracterizava a Monarquia. Nesse contexto, sabemos que o ideal federalista veio ao encontro das demandas da oligarquia cafeeira, grupo social que desfrutou das mais importantes prerrogativas da autonomia federalista dos estados-membros<sup>252</sup>.

Inicialmente, entender a conjuntura política que se fez realidade no período entre 1930 e 1945 significa trilhar a trajetória político-ideológica da classe média e das classes populares urbanas diante de um sistema cujo funcionamento estava voltado para a manutenção do poder econômico-político das oligarquias rurais dos grandes estados da federação. A institucionalização de tal hegemonia era percebida por meio de um sistema descentralizado, adequado às necessidades de ampliação do processo exportador. Tal afirmativa nos leva a reconhecer que o poder central assegurava aos Estados a oportunidade de realizarem as transações diretas com o mercado internacional e contrair empréstimos externos, além de constituir forças militares próprias e de assegurar a justiça estadual, legitimando uma política regionalista que atendia e representava os interesses de determinados segmentos da sociedade, como era o caso dos cafeicultores<sup>253</sup>.

A respeito, Sodré afirma que o movimento revolucionário, iniciado em 1930, representou uma série de levantes militares iniciados em todo o país desde 1922, tendo sua base nas populações urbanas, especialmente na burocracia militar e civil, bem como nos grupos industriais; constituiu-se numa reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros e de seus aliados das finanças internacionais, comprometidos com a política de valorização incentivada pelo governo federal<sup>254</sup>.

Pesavento afirma que a Revolução de 30 é produto de dois fatores importantes: de um lado, da falência do modelo agroexportador enquanto forma acumulada de capital; de outro, devida à reação das oligarquias periféricas, que, unidas à insatisfação da classe média urbana

---

<sup>252</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 15.

<sup>253</sup> HERNANDEZ, Leila M. G. *Aliança nacional libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 10-11.

<sup>254</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 318.

e ao Exército, puseram em dúvida a hegemonia do grupo cafeeiro<sup>255</sup>.

A edição do *Correio do Povo* de 26 de abril de 1931 tratou do mercado do café<sup>256</sup>, grande vilão da economia brasileira, e das articulações políticas dos grandes produtores, mais especificamente dos produtores paulistas. Nesse sentido, noticiou:

Apesar da melhoria experimentada no mercado de café, em face das futuras colheitas, parece que a única solução do problema cafeeiro estará na limitação da produção. **A capacidade produtiva do Brasil excede em muito a capacidade de absorção do mundo e é possível que isso aconteça, por muito tempo.** Talvez este desequilíbrio aumente, como conseqüência das atividades dos principais produtores de São Paulo, que tendem a criar a impressão de que nada tem a perder com a intensificação da sua produção, já que sempre haverá quem se encarregue de protegê-los, de um modo ou de outro.<sup>257</sup> (grifos nosso).

Nos estudos realizados a respeito da política praticada no Rio Grande do Sul no início da década de 30, observamos que esta seguia os paradigmas praticados na República Velha, sendo caracterizada pelo confronto ideológico permanente entre duas correntes que se opunham: os conservadores liberais e os conservadores autoritários. Para Trindade, os conservadores autoritários tiveram longa permanência no poder político, visto que a característica de sua base de sustentação estava ligada ao coronelismo rio-grandense, presente no Planalto, na região Serrana e na zona Colonial do estado<sup>258</sup>. Nesse aspecto abrimos um parêntese para esclarecer, concordando com Félix, que as regiões sul-rio-grandenses mencionadas não apoiavam de modo incondicional os governos estaduais alinhados com a linha conservadora autoritária. Por isso, cada região deve ser vista como um recorte à parte dentro dessa ideologia<sup>259</sup>.

Nesse cenário, o aparente enfraquecimento do poder central determinou novas formas de relacionamento entre as muitas facções da classe dominante, como os arranjos políticos estabelecidos entre os diferentes níveis de oligarquia agrária brasileira, por meio da

<sup>255</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 102.

<sup>256</sup> O café era considerado única fonte econômica de rentabilidade relativamente segura no plano internacional. QUEIROZ, Paulo Edmur de Sousa. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Convívio, 1975. p. 108.

<sup>257</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 97, ano XXXVII, 26 abr. 1931. p. 20.

<sup>258</sup> TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano. rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 119.

<sup>259</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

denominada “política dos governadores”, calcada no coronelismo, como fator de respaldo eleitoral dos estados<sup>260</sup>. Ressaltamos que a manutenção desse enfraquecimento do poder central era necessário para que se efetivassem as medidas políticas e econômicas imprescindíveis e de grande envergadura que Vargas pretendia implementar.

### **2.2.1 A presença do coronelismo no Rio Grande do Sul e no Planalto Médio**

O coronelismo fez-se presente tanto em âmbito nacional quanto no estadual e local. Nesse sentido, referimos que no ordenamento constitucional, a partir da instituição do regime republicano, possibilitou-se a democracia representativa; assim, com os resultados eleitorais eram sacramentados os acordos políticos firmados entre os grupos oligárquicos. No interior do Brasil, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros decisórios, o poder dos coronéis intermediava a relação entre a população e a esfera pública, de modo que os elos entre a população rural e o processo político nacional caracterizavam-se por um sistema que mantinha a transigência mútua entre o poder privado em declínio, mas ainda forte, e o poder dos governos nacional e estaduais, que pouco a pouco ganhavam espaço, assim como acontecia com os partidos políticos<sup>261</sup>.

O coronelismo, entendido como um sistema político e social, representou a vontade de uma sociedade predominantemente rural e que incluía a maior parte dos municípios brasileiros. O poder privado era encorajado e mantido em virtude do isolamento, do atraso econômico e da falta de comunicação dessas unidades estaduais com os centros mais avançados. Assim, o único contato dos munícipes com o aparelho do Estado dava-se através das eleições, momento em que o voto representava a oportunidade de se obterem favores pessoais ou melhoria material para si e familiares<sup>262</sup>.

Logo, a intermediação, numa perspectiva do coronelismo, colaborou para o enfraquecimento do poder privado e fortalecimento do poder estatal, que sempre esteve ligado

---

<sup>260</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris (Org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 8.

<sup>261</sup> CINTRA, Antônio Otávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, n. 1, mar. 1974. p. 73.

<sup>262</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 16.

diretamente ao processo de desenvolvimento do país. Paralelamente à economia baseada na exportação do café, os acordos políticos celebrados por meio da política dos governadores e da política de compromissos do coronelismo permitiram a montagem de máquinas político-administrativas que outorgaram aos estados-membros alguma autonomia em relação ao governo federal, sem que isso afastasse a intervenção do Estado na solução dos problemas político-econômicos do Brasil, especialmente a partir de década de 1930<sup>263</sup>.

Passada a Revolução de 1930, o Rio Grande do Sul, sob a interventoria de Flores da Cunha, continuava contando com o apoio dos agropecuaristas, inseridos na elite do grupo dominante. Eles se caracterizavam por serem estancieiros fortes e respeitados que, embora tivessem compartilhado com as idéias revolucionárias na intenção do desmonte da máquina política da República Velha, enraizada nas situações municipais, constataram que isso não poderia ocorrer tão depressa quanto pensavam. Muitos grupos que antes se encontravam no poder foram substituídos, mas isso não significou que eles perderam os atributos e o domínio que mantinham, porque o “coronel” continuava mantendo a sua autoridade social e política sobre os demais. As mudanças ocorreram sob uma nova maneira de domínio oligárquico, mas não conseguiram extirpar com o coronelismo. Tal regra valeu para todo o Brasil e assim sendo o Rio Grande do Sul e o Planalto Médio não foram exceção<sup>264</sup>.

Em nível nacional, valemo-nos de uma nota publicada no *Correio do Povo* de 8 de novembro de 1931, que reforçou a afirmação que o coronelismo se fazia presente em todas as esferas políticas, iniciando pela maior, ou seja, a ligada ao poder central

[...] o partido do Cel. João Francisco realizou na Escola de Belas Artes no Rio, sua anunciada conferência, instalando o Partido Nacionalista Brasileiro. Após a conferência foi procedida a leitura dos nomes que comporão o comitê central que terá a seu cargo levar ao conhecimento do sr. Getúlio Vargas os desígnios do novo partido. Esse comitê ficou assim instituído: Ceará - Capitão Estenio Albuquerque de Lima; (...) Sergipe - General Otavio Fontes Pitanga; Alagoas - General Góes Monteiro; (...) Rio Grande do Sul - General Ximeno de Villeroy; (...) **As teses principais do programa do Partido Nacionalista são: (...) militarização da sociedade brasileira pela disciplina** [...] <sup>265</sup>. (grifos nosso).

Os fragmentos destacados da nota do jornal demonstram o privilégio dado aos

<sup>263</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 16.

<sup>264</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 175-176.

<sup>265</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 262, ano XXXVII, 08 nov. 1931. p. 08.

interesses particulares da elite política nacional na elaboração do programa do partido, especificamente com referência à militarização<sup>266</sup> da sociedade brasileira pela disciplina, que vinham ao encontro do coronelismo que imperava nas esferas governamentais. No Rio Grande do Sul o poder de mando dos coronéis era evidente, assim como o poder dos militares (forças legais<sup>267</sup>), inclusive constatado na arregimentação de homens para os propósitos que julgavam serem importantes. Para confirmar essa asserção temos uma nota publicada em *O Nacional*, denominada “Forças do Coronel Quim César”, em 1930:

[...] o Coronel Quim César que seguiu para Porto Alegre em companhia do general Felipe Portinho **transmitiu ordem de lá a seu Estado Maior**, no sentido de serem licenciados os elementos de sua força, **a exceção de um contingente de quarenta homens que permanecerá nesta cidade até ulterior deliberação**<sup>268</sup>. (grifos nosso).

Convém lembrar que a política coronelista na região do Planalto Médio mantinha as mesmas linhas que no restante do país, privilegiando os interesses particuladores dos estancieiros e dos políticos regionais. Desse modo, as correspondências emitidas no ano de 1931 para o governo federal no Rio de Janeiro continham pedidos de políticos gaúchos sobre empregos, apresentação ou indicação de nomes, para que os “poderosos da República” interferissem nos moldes coronelistas tanto para dar algum cargo a apadrinhados quanto para transferir pessoas das comunidades onde “incomodavam” os interesses das elites dominantes.

Em nível regional e local, Flores da Cunha designou o coronel Victor Dumoncel Filho para exercer importante função de subchefe de polícia da 3ª Região, sediada em Passo Fundo, cargo que ocupou de outubro de 1931 a novembro de 1932. A partir de 1933, o coronel Vazulmiro Dutra, que contava com o apoio do presidente do Estado Getúlio Vargas, ocupou esse cargo, com sede em Passo Fundo, porém abrangendo vários municípios da região. Contudo, a atuação dos coronéis e subchefes foi se transformando diante dos fatores conjunturais e estruturais que surgiam no país e repercutiam no estado, sob o comando de Flores da Cunha. Segundo Félix,

<sup>266</sup> A militarização se deu no Rio Grande do Sul com patentes que eram concedidas a membros importantes na sociedade, vale lembrar que essas patentes eram fornecidas de acordo com os serviços prestados a pátria, ou aos interesses políticos. Esse termo não se refere somente a isso, pois existem os militares de carreira que possuam patentes por galgarem postos no Exército Brasileiro.

<sup>267</sup> Neste caso, constituída na pessoa da autoridade, que não consegue romper com a estrutura de poder informal, que mesmo não sendo legal se sobrepõe à lei, através de suas práticas nas quais a violência foi o ponto. FERREIRA, Mariluci Melo. Crime e poder nos Campos de Cima da Serra: 1850-1870. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002. p. 08.

<sup>268</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 781, anoVI, 27 nov. 1930. p. 02.

[...] **a mudança do relacionamento coronelista com a estrutura e as alterações dessa última**, além da criação de um novo partido (PRL), diminuíram o caráter de autonomia local, condicionando a ação dos coronéis cada vez mais ao partido e restringindo-as em relação a seus dependentes, o que lhes esvaziou o conteúdo coronelista. **Aparentemente, apenas seu poder era muito maior, pois a base de origem desse mudaria, conseqüentemente, também sua estabilidade tornava-se mais sujeita às oscilações da política estadual.** E a partir de 35, também em nível nacional, pelo rompimento de Flores da Cunha com Getúlio Vargas<sup>269</sup>. (grifos nosso).

Ainda, em se tratando da influência dos coronéis, destacamos a importância do subchefe de polícia da 4ª região (Passo Fundo), coronel Vazulmiro Dutra, na região do Planalto Médio, que, quando da Revolução de 1930, por solicitação de Oswaldo Aranha, foi encarregado de articular no Estado a organização das corporações civis para que, juntamente com os militares, atuassem no sentido de respaldar os ideais revolucionários. Nesse cenário, reforçamos a liderança do intendente de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, que, apoiando Getúlio Vargas e Vazulmiro Dutra, acobertava todas as ações destinadas a arregimentar hostes liberais para fortalecer a posição defendida por Getúlio Vargas<sup>270</sup>.

Em relação a Carazinho, uma nota do *Correio do Povo* comprova a influência do coronelismo na figura do coronel Alberto Graeff, um dos mais influentes próceres do Partido Republicano, num telegrama enviado a Sinval Saldanha, secretário do Interior, Graeff dava conta de

[...] uns cem números de republicanos têm procurado em documento público, protestar contra assinaturas constantes nas listas levadas ao dr. Homero Guerra. **Afirmam solidariedade incondicional ao representante oficial do benemérito chefe dr. Borges de Medeiros, aqui prestigioso e prestigiado e do dr. Vergueiro.** A imprensa local vai iniciar os protestos e continuação da publicação dos nomes de elementos genuinamente republicanos que apóiam a chefia do dr. Vergueiro. Atenciosas saudações. (Assinado) Alberto Graeff<sup>271</sup>. (grifos nosso).

As palavras lacônicas do telegrama revelam o que a imprensa local e regional enfatizava, aberta ou sutilmente: que a presença dos coronéis se fazia sentir, sobretudo, na condução dos rumos da política, utilizando-se da poderosa máquina montada pelos líderes do PRR, com seus incontáveis chefes, subchefes e chefetes, espalhados pelos mais de cem municípios rio-grandenses.

<sup>269</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 177.

<sup>270</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). *Jornal Tropeiro dos Pampas*. Páginas da nossa História: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. Caderno especial. [s.d.].

<sup>271</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 265, ano XXXVII, 12 nov. 1931. p. 08.

Com base nas considerações feitas para situar o coronelismo no Planalto Médio podemos sintetizar afirmando que o Rio Grande do Sul se mostrava comprometido com a ordem política acima da econômica, pois a sua elite dominante sempre esteve ligada aos interesses dessa ordem. A começar pelo fato de ter sido a fronteira política entre as guerras dos Impérios coloniais, depois entre os países vizinhos e rivais, pela condição de fazer fronteira política e definir a sua fisionomia social com os grandes criadores militarizados e também com os pequenos proprietários imigrantes, criou-se, dessa forma, um espaço social próprio para a cisão política da classe dominante gaúcha, ensejando o surgimento e a implementação do projeto radical-conservador dos republicanos do PRR<sup>272</sup>.

Para concluir, podemos afirmar que os comerciantes e industriais do Rio Grande do Sul e do Planalto Médio, precionados pela crise econômica e social no pós-depressão, esqueceram seus ideais liberais e apoiaram a intervenção do governo central. Todavia, isso não ocorreu com a maioria dos políticos, já que, politicamente, a situação regional apresentava-se como um empecilho para a eliminação do poder local das oligarquias regionais.

### **2.3 A Revolução Constitucionalista de 1932 e sua repercussão nos municípios de Passo Fundo e Carazinho**

A posse de Getúlio Vargas no governo do estado do Rio Grande do Sul marca o início de uma nova fase na política rio-grandense, uma vez que Vargas, ao contrário de Borges de Medeiros, passava à oposição uma imagem conciliadora e aberta ao debate público. Com base nesse estilo de ascensão ao poder da segunda geração de republicanos autoritários, o governo varguista propôs uma reconciliação das oligarquias regionais, fundando a Frente Única Gaúcha (FUG), como resultado de um processo de reaproximação das novas lideranças conservadoras autoritárias e liberais. No entanto, essa aliança não viabilizaria o suporte político regional em apoio à candidatura de Vargas, por não conseguir dissolver as estruturas partidárias subjacentes tampouco superar a clivagem político-ideológica que se arrastava ao

---

<sup>272</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 68-9.

longo dos anos<sup>273</sup>.

O grupo político gaúcho unificado sob a sigla da FUG pró-candidatura de Getúlio Vargas foi elemento decisivo nos tempos que se seguiram à tomada do poder pela coalizão revolucionária. A formação da referida Frente uniu o Partido Libertador e o Partido Republicano Rio-Grandense. No entanto, apesar da aparente união de interesses, mantinham-se como se continuassem sendo eles próprios, apenas demonstrando a forte influência de Getúlio Vargas e o atendimento às questões econômicas dos pecuaristas. A importância da FUG está no papel que representou para a formação da Aliança Liberal, em 1929, a qual reuniu os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba em torno das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, que concorriam, respectivamente, a presidente e vice-presidente do Brasil<sup>274</sup>.

As diferentes formas pelas quais se apresentou o poder demonstram que a relação política a ser estabelecida, acompanhando a relação social, quase sempre vinha acompanhada da força, determinando situações de superioridade ou dependência. No entanto, essa relação de poder que surge não se reduz “à violência nem a vontade arbitrária de mando”, mas a “um *status* social a ser vivido e desenvolvido”, uma autoridade envolta em justificativas e razões que a explicam e legitimam. É, portanto, no seio dessa autoridade que “o poder aparece e se concretiza” como “produto primeiro das relações de poder”, tendo como função a organização e acomodação humana “na tarefa da convivência”<sup>275</sup>.

Nesse cenário se acentuava cada vez mais uma inquietação no país pela demora da constitucionalização, esperada desde 1930. Assim, a Revolução Constitucionalista, irrompida em São Paulo, ramificando-se em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, eclodiu em 1932 com a finalidade de reconstitucionalizar o país, ainda em regime de governo discricionário. Antônio Flores da Cunha era o interventor estadual, designado por Getúlio Vargas e, aliado a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Batista Lusardo pregava o discurso de reconstitucionalização do Brasil. No entanto, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista

---

<sup>273</sup> TRINDADE, Héliqio (Org.) et.al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM; Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980. p. 167.

<sup>274</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. A frente única e o PRL. In: *Simpósio sobre a revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1980. p. 645-647.

<sup>275</sup> HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, São Paulo, Universidade de Minas Gerais, n. 1, dez. 1956. p. 9-15.



de 1932, Flores da Cunha optou por ser aliado de Getúlio Vargas e tentou de todas as formas manter a ordem e o controle no estado, apoiado pela Brigada Militar e pela 3ª Região Militar<sup>276</sup>.

Flores de Cunha tomou providências enérgicas para contornar o conflito e, no Planalto Médio, cercou-se de importantes políticos, a exemplo dos coroneis Vazulmiro Dutra, e Vítor Dumoncel, dentre outros. Lusardo acabou por reconhecer a derrota dos ideais revolucionários e após consultar os chefes libertadores, incluindo Raul Pilla, aceitou colocar um fim ao movimento Vacaria<sup>277</sup>. Percebeu-se que Flores da Cunha, que havia inicialmente apoiado a FUG, em relação à causa dos paulistas, voltara-se contra os interesses do Rio Grande do Sul, o PRR, seu partido, bem como fora contra Borges de Medeiros, ao optar por ficar do lado de Getúlio Vargas e da ditadura<sup>278</sup>.

Em nível regional, a Revolução Constitucionalista de 1932 disseminou-se pelo Planalto Médio, registrando-se movimentos importantes ocorridos em Vacaria, Lagoa Vermelha e Soledade. Igualmente, formaram-se batalhões revolucionários para ocupar Passo Fundo e, posteriormente, dirigir-se a São Paulo. Fentre a esses batalhões estava o Terceiro Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, conhecido como “Pé no Chão”, organizado em Palmeira das Missões e comandado por coronéis da região, dentre os quais Vazulmiro Dutra<sup>279</sup>.

No cenário do Planalto Médio dois acontecimentos merecem ser registrados no decorrer da Revolução Constitucionalista de 1932: a) a participação das forças militares em Palmeira das Missões, lideradas por Vazulmiro Dutra, apoiador de Flores da Cunha e Getúlio Vargas, representantes da elite que detinha o poder, no caso a situação; b) os movimentos

---

<sup>276</sup> FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Sulina: 1981. p. 136.

<sup>277</sup> Em nota publicada no *Correio do Povo* em 9 de julho de 1932 destacava-se a importância do município de Vacaria no contexto revolucionário constituinte, dando conta da importância do coronel Otacílio Fernandes, combatente libertador em 1923, que na Revolução Constitucionalista de 1932 apoiava Borges de Medeiros e Raul Pilla pela reconstitucionalização do país. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, n. 161, ano XXXVIII, 09 jul. 1932. p. 07.

<sup>278</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. (obra organizada e publicada sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Soledade, em homenagem ao 1º Centenário de Emancipação do Município). Porto Alegre: 1975. p. 124-125.

<sup>279</sup> MENDES, Nicolau. *O pé no chão: subsídios para história do Rio Grande do Sul*. Canoas: La Salle, 1958. p. 144-147.

revolucionários de Vacaria, Lagoa Vermelha e Soledade, apoiadores de Borges de Medeiros e dos partidos paulistas, no caso, representando a contra-elite.

Em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, deputado federal pelo município, permaneceu fiel a Borges de Medeiros, contra Getúlio Vargas e a favor da Constituição, mas não participou da Revolução Constitucionalista. A participação do coronel Vazulmiro Dutra intensificou uma política de conciliação, tentando manter a ordem. Embora tenha ocupado militarmente Passo Fundo com quinhentos homens, evitou efetuar prisões, a não ser quando recebia ordens expressas do interventor. Na ocasião em que recebeu a ordem do governo para prender Nicolau de Araújo Vergueiro, chefe republicano em Passo Fundo, ex-deputado federal, médico, fazendeiro e cidadão passo-fundense respeitado pela comunidade, Vazulmiro não hesitou em ordenar que o prisioneiro fosse tratado com o máximo respeito e resguardo até chegar a Porto Alegre, com destino à Argentina<sup>280</sup>.

Em Carazinho, por seu turno, prosseguia a influência de Homero Guerra, que, apesar das divergências havidas entre o grupo pró e contra ao seu nome como prefeito, restabeleceu a boa convivência entre os republicanos, mesmo após ter renunciado ao cargo. Contudo, a sua permanência no município continuou acirrando os ânimos na região, pois tanto ele quanto Nicolau de Araújo Vergueiro disputavam a chefia do Partido Republicano Riograndense em nível local. Credita-se esse fato ao apoio dado por Nicolau Vergueiro a José Ivalino Brum, sucessor de Homero Guerra<sup>281</sup>.

As articulações de apoio à Revolução Constitucionalista no Rio Grande do Sul não tiveram respaldo das bases partidárias, em virtude da omissão de Flores da Cunha no movimento. O mesmo fracasso ocorreu com a disposição de levarem forças da Brigada Militar para São Paulo. No final, Borges de Medeiros foi preso e exilado no Recife; Raul Pilla, Baptista Lusardo e Lindolfo Collor foram para o Uruguai.

---

<sup>280</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1. p. 17.

<sup>281</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 112.

## 2.4 A rearticulação do sistema partidário e a dissidência do PRL

A Revolução Constitucionalista de 1932 terminou com a vitória de Getúlio Vargas sobre as forças de oposição gaúcha e paulista, com o que se fragmentou a estrutura partidária do estado, unida desde o ano de 1928 pela Frente Única. Os líderes da Revolução de 1932 estavam no exílio e as duas correntes políticas mais fortes do Rio Grande do Sul estavam alijadas do poder. Diante de tal situação, Flores da Cunha, sentindo o vazio político que se instalara, resolveu criar um novo partido, o Partido Republicano Liberal (PRL), para ser o porta-voz da corrente oligárquica gaúcha que apoiara Getúlio Vargas<sup>282</sup>.

No período pós-revolução constitucionalista ocorreram inúmeras cisões internas nos partidos em nível estadual: Borges de Medeiros, líder do PRR, rompeu com Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas; Raul Pilla, do PL, juntamente com Borges de Medeiros, João Neves e Lindolfo Collor, radicalizam suas posições e Assis Brasil aderiu ao governo federal. A história política registra que o maior motivo das cisões internas, tanto dentro do PRR quanto do PL e, posteriormente, na própria FUG, advinha da disputa por cargos federais, estaduais e municipais entre os membros dos partidos<sup>283</sup>.

Por ocasião do congresso de fundação do PRL, Flores da Cunha fez uma manifestação que foi divulgada pelo *O Nacional*:

**Cumprimos o nosso dever defendendo o Rio Grande da anarquia e o Brasil da opressão. (...) fui bem, o sabeis, um homem de partido. Pelo meu partido e pelo meu chefe, arrisquei várias vezes, sem conta, minha vida, e perdi um irmão.** Minha dedicação partidária e minha afeição pessoal por Borges de Medeiros foram daquelas que não mediam palavras, mas que provaram pelo sangue que derramei em lutas das mais violentas da nossa história<sup>284</sup>. (grifos nosso).

Na análise da fala de Flores da Cunha percebemos a mensagem enviada aos companheiros do novo partido, de que era preciso rearticular as forças políticas, de modo a aproximar novamente os autoritários e os liberais moderados, para que uma nova estrutura

<sup>282</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 156.

<sup>283</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 103.

<sup>284</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1.512, ano VIII, 16 nov. 1932. p. 1.

partidária fosse formada, de modo a fortalecer o poder do interventor do estado, bem como das forças políticas locais, diante do aumento de influência demonstrada pelo governo federal, além da sua interferência cada vez maior na administração estadual<sup>285</sup>.

O novo partido criado por Flores da Cunha autodenominou-se de “a Nova Frente Única” e seu objetivo maior era, de fato, ocupar o espaço político deixado pela Frente Única em 1932, com vistas à eleição para a Constituinte, em maio de 1933. Tanto é assim que a maior parte dos integrantes do PRL era constituída de prefeitos nomeados pelo interventor e por comandantes de corpos provisórios, além dos coronéis republicanos e líderes políticos menores. No Diretório Central do PRL, dentre os seus elementos constitutivos, figuravam líderes atuantes no Planalto Médio, como: Victor Dumoncel Filho (Santa Bárbara do Sul), Vazulmiro Dutra (Palmeira das Missões) e Quim César (Passo Fundo). Na suplência apareciam Armando Annes (Passo Fundo) e Ivalino Brum (Carazinho)<sup>286</sup>.

Em Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro e Antonio Bittencourt, diante da fundação do PRL em nível estadual, alertavam os republicanos e libertadores locais de que

o ato de fundar em Porto Alegre o Partido Republicano Liberal que, sob a chefia do exmo. general interventor federal, pretende aliciar às suas fileiras os elementos dos tradicionais partidos Republicano e Libertador do Rio Grande do Sul. **Mas o programa da Aliança Liberal é o programa de sua genetriz – a “Frente Única” rio-grandense, constituída dos partidos Libertador e Republicano**<sup>287</sup>. (grifos nosso).

A nota do jornal nos remete ao entendimento deixado implícito por parte de Vergueiro, expondo a opinião de seus correligionários fiéis ao PRR, de que, sendo a Frente Única congregadora dos ideais liberais, não existiria motivo para que os partidários trocassem de sigla tão somente, porque o novo partido havia copiado os fundamentos do programa da Frente Única. Assim, Vergueiro posicionava-se contrário à “Nova Frente Única” de Flores da Cunha, indo ainda mais longe; advertia os companheiros libertadores e republicanos que não deixassem de seguir os ideais até ali defendidos, bem como os líderes maiores, nas pessoas de Borges de Medeiros e Raul Pilla.

<sup>285</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. v. 3. p. 32.

<sup>286</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1516, ano VIII, 21 nov. 1932. p. 1.

<sup>287</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1516, ano VIII, 21 nov. 1932. p. 1.

Vergueiro, como líder dos republicanos na região e em Passo Fundo, demonstrava a sua preocupação com as bases propostas pelo PRL e, mais ainda, com o que esse novo partido poderia trazer de desvantagem aos republicanos e liberais, uma vez que nessa época, os líderes da Revolução Constitucionalista ainda se encontravam exilados. Embora advertidos, alguns companheiros de Vergueiro optaram por ficar ao lado de Flores da Cunha para manterem os cargos que já ocupavam nos anos anteriores, com Borges de Medeiros e Raul Pilla<sup>288</sup>.

Enfatizamos que um dos compromissos assumidos por Flores da Cunha ao fundar o PRL era “banir das agremiações político-partidárias a influência dos personalismos que se dispunham discricionariamente”<sup>289</sup>. O efeito dessa frase fazia-se sentir mais intensamente em Passo Fundo, uma vez que *O Nacional* tentava há cerca de três anos atingir Nicolau de Araújo Vergueiro e sua possessividade sobre o PRR. Para isso, este meio de comunicação não perdia oportunidade para demonstrar, com sutileza, mas com firmeza a sua tendência<sup>290</sup>.

Em relação à fundação do PRL em Carazinho, divulgado como um novo partido, o qual seguiria muitos princípios que o colocariam entre as organizações partidárias de elevado espírito social, econômico e político, passaram a fazer parte dele Homero Guerra, João Sorg, José Ivalino Brum, Salustiano de Pádua, Eurico Araújo, José Kurtz, Laudelino Garcez, Fabio Albuquerque, Germano Napp, Theodoro Figueiredo, Loures e Albuquerque, Fioravante Barleze e Vazulmiro Dutra<sup>291</sup>, este de grande prestígio no Planalto Médio, “coronel” respeitado “pelo temor que impunha” e pelos cargos políticos que ocupara, como prefeito de Palmeira das Missões, membro do Diretório do PRL em 1932, subchefe de polícia da região de Passo Fundo e, mais tarde, diretor do Instituto do Mate em Porto Alegre (1935)<sup>292</sup>.

Portanto, a rearticulação política do grupo de apoio a Flores da Cunha, pela criação do PRL, iria proporcionar na eleição de 1933 a vitória deste partido sobre a FUG, que continuava se opondo a Flores da Cunha e seus seguidores ideológicos.

---

<sup>288</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 150.

<sup>289</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1507, ano VIII, 16 nov. 1932. p. 4.

<sup>290</sup> PRATES, op.cit., p. 150.

<sup>291</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 116, ano II, 11 dez. 1932. p. 01.

<sup>292</sup> FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

### 2.4.1 As eleições para a Constituinte Federal de 1933

A primeira campanha eleitoral para as eleições à Constituinte Federal foi iniciada em abril de 1933, com a publicação diária da coluna, no jornal *A Federação*, ‘Proclamação,’ onde o PRL recomendava os seus candidatos a deputado. Também, em artigo escrito diariamente, no mesmo jornal “Os Candidatos Liberais” cada um dos concorrentes pelo PRL era apresentado ao leitor com dados de sua biografia pessoal e política. Igualmente, em outra secção do jornal, denominada de “Conselhos ao eleitor” orientava os partidários do PRL e ao povo de modo geral, sobre o alistamento e o modo correto de votar<sup>293</sup>.

No ano de 1933, o jornal *O Nacional* relatou que o Partido Liberal afirmara oficialmente seu apoio incondicional a Getúlio Vargas para candidato Constitucional da República. Assim referiu o jornal:

**o general Flores da Cunha telegrafou aos jornais cariocas nos seguintes termos: rogo-vos declarar pelas vossas brilhantes colunas que o Partido Liberal e quase a unidade dos rio-grandenses, somos pela eleição do ilustre dr. Getúlio Vargas a presidência Constitucional do Brasil. Não serão manobras secretas e por isso mesmo indecorosas que nos demoveram dessa atitude<sup>294</sup>. (grifos nosso).**

Ainda em 1933, de acordo com *O Nacional*, acirravam-se os ânimos com referência às eleições constitucionais. Flores da Cunha, que havia dado seu parecer publicamente de apoio a Getúlio Vargas para o cargo de presidente da República, decretou com seu ato de lealdade a fúria de muitos adversários. Assim, Simões Lopes, líder da bancada liberal na Constituinte, enviou um telegrama a Flores da Cunha solicitando instruções para a situação, que era de revolta no estado, como relatou o jornal:

**O general Flores respondeu por telegrama nestes termos: tudo devemos fazer para manter unidos e solidários os verdadeiros revolucionários. Nosso Estado prestigia a ação do sr. Getúlio Vargas, com o qual marchará, haja o que houver. Está igualmente resolvido não poupar esforços para que a constituinte desempenhe livremente a alta incumbência que lhe cometeu a soberania nacional. Para afiançar a obra do governo provisório e deliberações da Constituinte, está**

<sup>293</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 148, ano XXXIX, 21jul. 1933. p. 04.

<sup>294</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1679, ano IX, 11 dez. 1933. p. 1.

**o Rio Grande disposto a mobilizar todos os seus recursos e reservas morais e materiais. A ordem deve ser mantida custe o que custar**<sup>295</sup>. (grifos nosso).

As articulações que estavam sendo feitas objetivavam o apoio a Vargas para presidente constitucional e, também, a escolha do quadro de ministros que deveriam compor os ministérios. Aqui, mais uma vez se fazem pertinentes os registros localizados em *O Nacional* quanto à visita de Flores da Cunha ao palácio do Catete, no Rio:

Estiveram presentes a chegada do general Flores da Cunha no Rio, os srs, Oswaldo Aranha, Maciel Junior, Juraci Magalhães, Pedro Ernesto e os componentes da bancada liberal gaúcha. Abordado pelos repórteres o general Flores da Cunha disse que a Constituinte não corre nenhum perigo, pois todos amam o seu país e desejam prestigiá-la, a fim de que livremente se plasme o novo regime. Disse ainda que acredita que o reajustamento político, em torno do sr. Getúlio Vargas está feito, dependendo apenas da escolha dos nomes que ocuparam os postos vagos. **O ponto de vista do Rio Grande do Sul é a defesa da ordem que, para ele está acima dos partidos e do amor próprio ofendido pelos políticos. Disse o interventor gaúcho que entrará em nenhuma recomposição ministerial. Se deixar a interventoria gaúcha, recolher-se-á a vida do campo. Tornando a falar sobre a recomposição ministerial disse que ele deve obedecer, de preferência, aos altos interesses do país, renegando para plano inferior os melindres feridos.** Interrogado sobre a possibilidade da colaboração de elementos da República Velha no Governo disse que devem ser aproveitados os homens de valor, comprovado, tenham a origem que tiverem. Acha que São Paulo está no dever de colaborar com o sr. Getúlio Vargas. O Rio Grande do Sul nada pede para si. Contenta-se com o que tem conseguido já do sr. Getúlio Vargas, a quem apóia<sup>296</sup>. (grifos nosso).

Podemos perceber, pelas reportagens dos jornais, que os discursos de Flores sempre vinham ao encontro dos propósitos do governo situacionista, mesmo após ter fundado seu próprio partido. Flores surpreendia constantemente a todos os seus aliados com sua notável diplomacia ao negociar politicamente, privilegiando de maneira clara a preservação de seus interesses, bem como os do Rio Grande do Sul. Assim, entendemos que a posição de Flores era direcionada ao suporte a Vargas.

A ida de Flores ao Rio ocorreu com a intenção de amenizar os ânimos dos descontentes e tentar solucionar a crise política instaurada em razão da escolha do ministério que comporia o governo de Vargas. Igualmente, Flores tentava solucionar o pedido de exoneração efetuado pelos ministros da Fazenda e do Exterior, Oswaldo Aranha e Afrânio de Mello Franco. *O Nacional* em 1934, trouxe ao conhecimento de seus leitores o que ocorria em se tratando da solução da crise política:

<sup>295</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1684, ano IX, 16 dez. 1933. p.3.

<sup>296</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1701, ano IX, 08 jan. 1934. p.1.

É o seguinte o teor da nota distribuída pela secretaria do palácio do Catete, a propósito da solução da crise ministerial e política: em virtude do resultado da reunião realizada no palácio Tiradentes, presidida pelo **general Flores da Cunha, da qual participaram os srs, general Góes Monteiro, José Américo, Pedro Ernesto, Armando Salles de Oliveira, Juarez Távora, Salgado Filho, almirante Protógenes Guimarães, Maciel Junior, Washington Pires, Juraci Magalhães, Oswaldo Aranha, Ari Pareiras e Afrânio de Mello Franco, dando-se como encerrado por uma fórmula altamente honrosa e patriótica, o incidente que motivou os pedidos de exoneração dos ministros da Fazenda e do Exterior, o chefe do Governo Provisório**, nos termos das deliberações unânimes tomadas, resolveu que os referidos titulares, continuassem nos seus postos, reassumindo as altas funções em que tão assinalados serviços vinham prestando ao país. Palavras do sr. Juraci Magalhães<sup>297</sup>. (grifos nosso).

Ainda com referência à crise política instaurada diante do pedido de exoneração dos ministros da Fazenda e do Exterior, *O Nacional* noticiava sobre a entrevista de Oswaldo Aranha: “Rio- 11- O sr Oswaldo Aranha aos jornalistas que lhe perguntaram a saída do palácio Tiradentes o que havia de novo, se deliberará voltar ao Governo, disse: **“o que há de novo, é que fiz o ato mais original de minha vida: assinei o meu atestado de óbito”**”<sup>298</sup>. (grifos nosso). Da mesma forma, a imprensa continuou comentando a respeito do ato de exoneração de Oswaldo Aranha: “Rio – 11- **Os matutinos refletem a sua surpresa e ao mesmo tempo satisfação pela solução da crise política.** O jornal do Brasil diz que não se esperava uma solução tão simples, depois de tantas demarques<sup>299</sup>. (grifos nosso).

De acordo com *O Nacional* Getúlio Vargas enviara duas cartas, sendo uma para Oswaldo Aranha e outra para Afrânio de Mello Franco, convidando-os a reassumirem suas pastas. Oswaldo Aranha regressaria para Petrópolis, devendo visitar Getúlio Vargas em companhia de Afrânio de Mello Franco; e reassumiria a pasta da Fazenda<sup>300</sup>. Contudo, Afrânio de Melo Franco enviou carta a Getúlio Vargas demonstrando sua irredutibilidade na decisão em não retornar ao Ministério do Exterior. No entanto, continuaria oferecendo seu apoio absoluto a Vargas. Assim transcreveu o *O Nacional*:

Afrânio de Melo Franco não voltará ao Ministério do Exterior, sendo a sua atitude conciliadora explicável pelo propósito que tinha de não criar embaraços, antes auxiliar, o regresso do sr. Oswaldo Aranha a pasta da Fazenda. **O Jornal do Brasil diz que o sr. Melo Franco escreveu uma carta ao sr. Getúlio Vargas dizendo que agora que está liquidada a crise política reclama a sua liberdade para o**

<sup>297</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1

<sup>298</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

<sup>299</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

<sup>300</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.



**repouso que necessita.** Diz que se tomou parte na solução da crise política foi para não criar dificuldades para a volta de Oswaldo Aranha ao governo<sup>301</sup>. (grifos nosso).

Prosseguia *O Nacional* informando, em suas páginas sobre a entrevista que fora concedida ao Diário de Notícias por Borges de Medeiros, na qual ele falara a respeito da Constituinte:

[...] Borges de Medeiros declarou: a Constituinte não fracassará e corresponderá aos anseios do povo, atingindo os seus fins. Acredita que isso depende, em grande parte do Governo Provisório, julgando ainda que adotaremos o projeto do Itamarati com pequenas modificações. **O dr. Borges diz que discorda de vários pontos da bancada paulista e terminou dizendo que quando deixou o Rio Grande do Sul, pensava abandonar a política. Agora, porém, sente-se na obrigação de não abandonar a vida pública.** Proclamada a Constituinte regressará ao Rio Grande assumindo o posto que lhe designarem seus conterrâneos na vida política. Para ele, agora, isso é uma imposição de sua dignidade. Terminou dizendo que a tendência espontânea é a fusão dos partidos da Frente Única – **“Pensamos todos em consolidar a Frente Única com os antigos partidos Republicano e Libertador”**<sup>302</sup>. (grifos nosso).

Infere-se pelo teor da reportagem focalizando a atuação de Borges de Medeiros no Diário de Notícias, que todos os partidos do Rio Grande do Sul e seus chefes estavam envolvidos nas eleições para a Constituinte e apoiavam claramente o líder Getúlio Vargas, como primeiro presidente constitucional do Brasil.

Dessa forma, após a fundação do PRL deu-se início à preparação do processo eleitoral para a eleição da Constituinte Federal de 1933. Em nível estadual, Flores da Cunha iniciou um processo de alistamento eleitoral e enviou às direções dos municípios cartas circulares solicitando dados sobre os eleitores. Consta no Arquivo da Prefeitura Municipal de Carazinho um exemplar, enviado por Darcy Azambuja, secretário-geral do PRL a Homero Guerra, prefeito municipal de Carazinho, onde são solicitadas, em nome do General Flores da Cunha, informações referentes ao número de eleitores republicanos liberais inscritos no município, bem como dos eleitores da Frente Única, dos que faziam parte da Liga Eleitoral Católica e, também, dos eleitores avulsos<sup>303</sup>.

<sup>301</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1705, ano IX, 12 jan. 1934. p. 1.

<sup>302</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1707, ano IX, 15 jan. 1934. p. 1.

<sup>303</sup> Carta Circular n. 11. Porto Alegre, 10 abr. 1933. Arquivo da Prefeitura Municipal de Carazinho. In PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo,

Em Passo Fundo, o tenente Cúrio de Carvalho, substituindo Nicolau Vergueiro que se encontrava exilado na Argentina, fez um chamamento por meio de “O Nacional” para que os correligionários republicanos de Passo Fundo votassem nas eleições do dia 3 de maio de 1933. O texto estava assim redigido:

Sou bastante conhecido vosso: fui o precursor do “Verguerismo” em Passo Fundo, proclamando pela **A Voz da Serra**, em 7 de março de 1917, o Nicolau Araújo Vergueiro o “primus inter pares” no seio do partido republicano local. (...) Hoje, olvidando todas as desilusões sopitando todas as mágoas, retomo a meu posto de combate **para clarinar aos quatro ventos, chamando a postos os companheiros de outrora afim de unirem fileiras em torno do chefe que no apogeu de suas glórias, no auge de seu prestígio o Partido Republicano de Passo Fundo sufragou com 4.004 votos.** É um dever de gratidão, se não de lealdade, agora que o Vergueiro sofre o ostracismo de uma ausência forçada pelas perseguições políticas. depois de duas prisões humilhantes e injustas, que todo o eleitorado de Passo Fundo, homens e mulheres. lhes tragam o conforto moral de sua solidariedade. **votando sem discrepância, em seu nome, incluindo na chapa da Frente Única para Assembleia Nacional Constituinte.** (...) Eleitorado de Passo Fundo! No dia 3 de maio daí o vosso voto ao Nicolau Araújo Vergueiro. Nosso chefe, nosso amigo e nosso médico! A gratidão sempre foi o apanágio dos homens de honra<sup>304</sup>. (grifos nosso).

Os adversários políticos de Flores da Cunha anunciavam que o PRL havia sido criado somente por capricho pessoal de seu líder. Entretanto, a realidade mostrou-se bem distante de tal afirmação, visto que em maio de 1933 foram realizadas as eleições para a Constituinte Federal e o novo partido obteve vitória expressiva, ou seja, mais de cento e trinta mil votos, contra menos de quarenta mil da oposição. Assim, das dezesseis cadeiras que cabiam ao Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Liberal conseguiu treze, sendo derrotado em apenas cinco municípios (Candelária, São Pedro, D. Pedrito, Caçapava e São Sepé)<sup>305</sup>.

Dessa forma, as eleições deram vitória vantajosa ao PRL, embora este tenha se valido de artimanhas políticas de seus componentes, a exemplo da atitude tomada por Flores da Cunha de solicitar ao presidente do Supremo Tribunal Eleitoral a cassação dos direitos políticos de alguns candidatos que haviam se envolvido na Revolução de 1932. Estando dentre eles Nicolau de Araújo Vergueiro, preso por duas ocasiões, a Frente Única concorreu sem nenhum representante de Passo Fundo<sup>306</sup>. O gráfico 1 sintetiza os resultados da referida eleição:

---

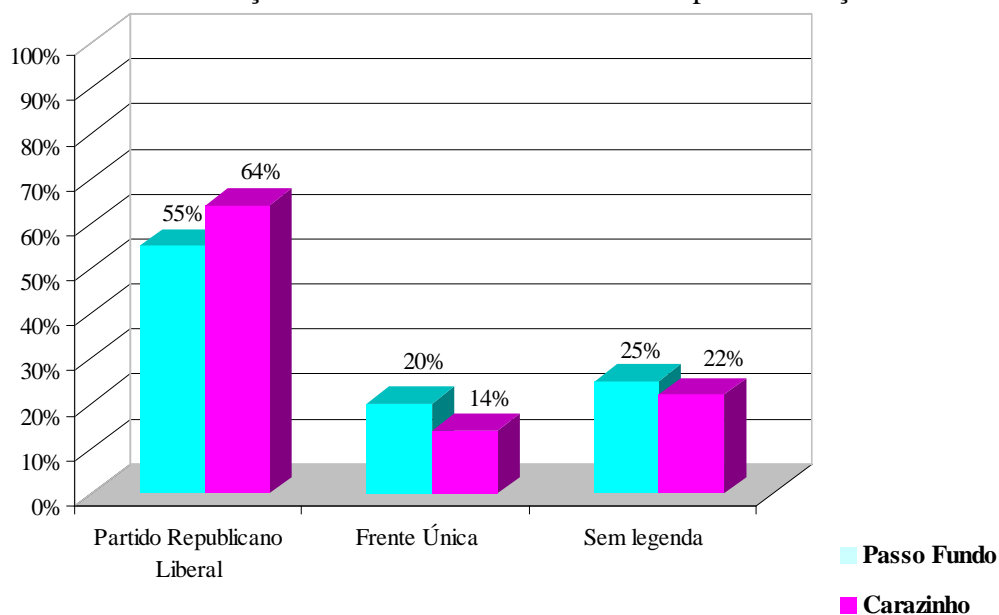
Passo Fundo, 2001. p. 151.

<sup>304</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1572, ano VIII, 27 abr. 1933. p. 1.

<sup>305</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 64 -135.

<sup>306</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1256, ano VIII, 21 nov. 1932. p. 4.

Gráfico 1 - Resultado das eleições em Passo Fundo e Carazinho para as eleições de 1933



Fonte: dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no *Jornal da Serra*, Carazinho, n.198, ano. III, 6 jun. 1933. p.2.

Na análise do gráfico 1, com os dados completos expressos na Tabela 1, (Anexo C), constatamos que tanto em Passo Fundo como em Carazinho o PRL venceu as eleições, demonstrando a derrota da FUG, assim como ocorreu na quase totalidade dos municípios gaúchos. Podemos atribuir esse fato, concordando com os historiadores e analistas da época, à intensa articulação florista, que se aproveitou da desarticulação da FUG especialmente pelo exílio de seus líderes, além das artimanhas políticas já mencionadas.

Constatamos que no decorrer da campanha política o PRL valorizou o apoio que seus candidatos receberam da Liga Eleitoral Católica (LEC), que se dedicou à qualificação eleitoral, contando com o apoio da Igreja. Nesse sentido, apontamos as manifestações do monsenhor Nicolau Max, que assinou vários artigos conclamando o eleitorado católico, como este: “Um católico que, sob a legenda da Frente única der o seu voto a um candidato, por mais católico que este seja, vota também nos inimigos das nossas reivindicações”<sup>307</sup>.

Salientamos que o período de 1933 foi de mudanças, como a da realização da primeira eleição constituinte. Nesse sentido, o jornal *O Nacional*, em reportagem na primeira página, referiu-se à mensagem lida por Getúlio Vargas, assim narrando:

<sup>307</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 87, ano XXXIX, 28 abr. 1933. p. 07.

Rio 16- **foi um verdadeiro acontecimento a leitura da mensagem do sr. Getúlio Vargas na Constituinte.** [...] A câmara estava cheia, como nos seus grandes dias, achando-se presentes os embaixadores, interventores e ministros, além de pessoas gradas. Estavam presentes os srs. Flores da Cunha, Lima Cavalcanti, Juraci Magalhães, Pedro Ernesto e Mainard Gomes. Todos os lugares estavam ocupados e o povo rodeava tudo. A entrada e a saída da Constituinte, o chefe do Governo Provisório recebeu continências de tropas do exercito. Sua excia. entrou acompanhado do sr. Antonio Carlos, presidente da Constituinte, e de uma comissão de deputados. Foi saudado pelo sr. Raul Fernandes. A seguir leu a sua mensagem, cuja leitura levou cerca de 50 minutos, a qual narra o seu governo, tratando das obras públicas, finanças e políticas, a qual causou ótima impressão. **A parte política da mensagem do Governo Provisório diz, no início, que o movimento revolucionário de 1930, não teve similares na história. As forças armadas colocaram-se patrioticamente ao lado do povo, libertando-se o país pelo seu próprio esforço.** Diz que o governo discricionário banuiu de si a prepotência e o arbítrio, respeitando as normas jurídicas existentes, não prejudicando os direitos adquiridos. **Cabia-lhes destruir o estado de coisas inveterado que já fazia hábitos dos interesses contrários a nacionalidade. Era natural que os donatários da situação derogada, reagissem, pela passividade, contra o predomínio da revolução.** Alguns levados por motivos pessoais procuraram infiltrar-se entre os elementos perturbadores para perturbar a ação do governo<sup>308</sup>. (grifos nosso).

Na avaliação de *O Nacional*, o discurso de Vargas dera ênfase às atividades do Governo Provisório; logo podemos verificar que, tenuemente, eram dadas explicações aos acontecimentos ocorridos nesse período. Continuava o relato do jornal:

O desassossego extremado e a afoiteza ambiciosa foram fatores de perturbação e desentendimentos, explorados para atemorizar o governo e impor-lhe rumos exclusivistas. **A reorganização política do país, prevista e iniciada logo após o Governo Provisório, com o preparo da reforma eleitoral, foi o pretexto mais utilizado para agitar o ambiente, para rotular a obra reacionária dos despeitados. Sobre os propósitos do governo de restabelecer a ordem constitucional, não era lícito alimentar dúvidas diante dos compromissos espontânea e solenemente assumidos pelo governo.** Decretado o Código Eleitoral, seguiram-se todos os atos indispensáveis para a execução rápida do alistamento, marcando-se até dia para a eleição da Constituinte. Comprova a sinceridade das deliberações e providencias tomadas, o fato de ter se realizado o pleito na data previamente marcada, apesar de perturbada a tranqüilidade do país durante três longos meses. Acrescenta a mensagem: - ao assinalarmos essa circunstancia, nos anima a intenção discriminadora dos fatos que devem ser esquecidos. **O governo tem o dever de utilizar as medidas excepcionais enquanto necessárias para a manutenção da ordem e para a defesa dos ideais que representa. Aplicando-as, não pode porém, abrigar ódios e nem intuitos de vingança, sentimentos negativos e contrários a sua finalidade construtora.** A função de governar é por sua natureza impessoal, isenta de paixões, cumpre exercê-la sobrepondo-se as lutas e dissídios, quase sempre estéreis para só ter presente os superiores interesses da Pátria, que está a exigir a cooperação e o esforço sincero de seus filhos, para que se ultime num ambiente de tranqüilidade e confiança, a grande obra de reconstrução nacional, para que dentro de tão elevado espírito de tolerância e leal entendimento,

<sup>308</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1658, ano IX, 16 nov. 1933. p. 01.

todos os brasileiros encontrem abertas as fronteiras do país e igualmente francas garantias para o livre exercício de suas atividades pacíficas<sup>309</sup>. (grifos nosso).

Portanto, analisando o discurso transcrito pelo jornal *O Nacional*, podemos dizer que o Governo Provisório procurou se colocar acima das competições, para não trair os compromissos assumidos. Dessa forma, não podia se transformar num simples executor dos programas partidários, mas, sim, deveria ser o executor e coordenador das aspirações populares, com vistas a estabelecer o equilíbrio das correntes representadas. E essa era a função que o Governo Provisório buscava concretizar esforçando-se permanentemente para obter a acomodação entre as direitas e esquerdas revolucionárias.

#### **2.4.2 A eleição de 1934 para deputado federal e constituinte estadual**

Em meio a renovados olhares sobre a história no período delimitado, não podemos deixar de trazer à tona o movimento integralista, já articulado desde a década de 1920. Em 1932, com a união de grupos considerados de direita no Brasil, surgiu a Ação Integralista Brasileira, que lançou o “Manifesto de Outubro de 1932”. A trajetória e a divulgação do integralismo configuraram-se em muitas regiões brasileiras, sendo considerado o primeiro partido de massas do país, o qual viria a ser sufocado com o golpe do Estado Novo em 1937 e reprimido no decorrer de 1938, com o fracassado golpe de grupos integralistas contra o governo federal de Getúlio Vargas<sup>310</sup>.

O ano de 1934 marcou o início da articulação de novos grupos políticos e movimentos que iriam atuar nas eleições de 1934, como foi o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB), organizada em Porto Alegre em janeiro de 1934 e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que somente em junho de 1935 passaria a existir oficialmente. Registramos também a presença da Liga Eleitoral Proletária (LEP), que articulava o movimento com vistas às

---

<sup>309</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1658, ano IX, 16 nov. 1933. p. 1.

<sup>310</sup> IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Passo Fundo, verdes mares marcados: o integralismo no norte do estado. In: BATISTELLA, Alexandre (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território. política. poder, criminalidade, economia. produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 189-197.

eleições de 1934<sup>311</sup>.

Acompanhando o contexto citado, registramos um incidente que ocorreu entre Flores da Cunha e Góes Monteiro na tentativa de coibir os movimentos que surgiam no ano de 1934, os quais buscavam rearticular-se e angariar novos partidários para disputar as eleições daquele ano. *O Nacional* noticiou o episódio do seguinte modo:

Rio- 2- O general Flores da Cunha telegrafou ao general Pantaleão Pessoa nestes termos: “peço ao prezado amigo procurar o general Góes Monteiro e dizer-lhe de minha parte: **1º- que é absolutamnete falso ter eu feito qualquer reunião de comandantes de forças estaduais; 2º- que não menos falsa é a propalação de ter eu mobilizado forças estaduais com o propósito de bloquear as guarnições federais; 3º- que tenha eu adotado providencias hostis ao exército, ao contrário de todas essas invencionisses, posso assegurar que o Rio Grande está pronto e aparelhado para, com o exército, preservar a ordem pública de quaisquer tentativas de subversão.** Afirmando-lhe tudo isso sob minha palavra de cidadão e de soldado. Quanto ao mais sursum corda<sup>312</sup>. (grifos nosso).

Também, *O Nacional* veiculou a resposta do general Góes Monteiro a Flores da Cunha:

Rio-2- O general Góes Monteiro, falando aos jornalistas sobre o telegrama do general Flores da Cunha, disse que não existem razões de ordens sentimental para que vá visitar o Rio Grande, visto que em 1930, conduziu a vitória as forças Rio-grandenses, além de que sua mulher e filhos são gaúchos. **Interrogado pelos repórteres sobre sua viagem ao sul, se seria para breve, disse que tudo isso dependeria da política, acrescentando: tenho feito tudo para que ela não se meta no exército. Agora está ela de novo a querer infiltrar-se nas fileiras do exército**<sup>313</sup>. (grifos nosso).

Salientamos a importância da política e dos políticos nos rumos das atuações políticas, visto que a política estava inserida em todos os contextos e nos mais díspares cenários. Nesse sentido, segundo Gauchet<sup>314</sup>, o político, ao assumir a questão do vínculo social e das relações com a natureza, é colocado num lugar predominante, que, no entanto, não é o da determinação, mas o lugar possível de uma totalização da inteligibilidade do social, de uma retomada de sentido, onde “a história política não será a história global no sentido em que ela exerceria uma espécie de imperialismo. Trata-se de construir uma teoria da coerência”.

<sup>311</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991. p. 56-58.

<sup>312</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1763, ano IX, 03 maio 1934. p. 01.

<sup>313</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1763, ano IX, 03 de maio 1934. p. 01.

<sup>314</sup> GAUCHET, Marcel. *Le Désenchantement du monde*. Paris: Gallimard, 1985. In: DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 87.

Logo, não se trata de substituir a causalidade econômica, utilizada durante muito tempo de maneira mecânica, por uma causalidade política, mas de recuperar essa coerência imanente às formações sociais através do político. É essa composição do social pelo político que descreve Lefort<sup>315</sup> e Gauchet explora com sua noção de tornar coerente, significando não atribuir nenhum lugar determinado ao político. Os autores citados concebem o político tanto em situação de nível mais realizado quanto de mais oculto, por ser, ao mesmo tempo, o setor em que se exprime o aspecto mais explícito do funcionamento da sociedade, o lugar dos confrontos racionais; contudo, ao mesmo tempo, representa um nível simbólico, oculto, inconsciente.

Quando do surgimento da ANL, em 1935, os católicos viram o movimento como uma expressão do comunismo. Com o crescimento e adesão em massa ao movimento no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica utilizou duas frentes, os Círculos Operários<sup>316</sup> e ação social brasileira<sup>317</sup>, para combater os aliancistas e não perder seus adeptos. Ainda, a Igreja Católica reaproximou-se do Estado, que, por sua vez, incentivava a ação da igreja com o intuito de neutralizar o crescimento da esquerda e o fortalecimento aliancista. Na medida em que os núcleos aliancistas foram sendo fechados, os núcleos circulistas ampliavam-se. Então, a integração entre Igreja Católica, governo do estado e operariado passaria pela ação do circulismo no combate ao comunismo e à ANL.

De acordo com Konrad<sup>318</sup>, a Igreja Católica utilizou o argumento da pacificação política do Rio Grande do Sul para convencer os integrantes dos tradicionais partidos (PRL, PRR e PL) a se unirem contra o comunismo. Esta nova “frente única” começou a ter o apoio de liberais, libertadores e republicanos, engajando, portanto, Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Raul Pilla.

---

<sup>315</sup> LEFORT, Claude. *Essais sur le politique*. Paris:Seuil, 1986. In: DOSSE, FRANÇOIS. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 54.

<sup>316</sup> Tinha por objetivo combater o comunismo, além de congregar operário e sindicatos prestando assistência aos trabalhadores. DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990. In: KONRAD, Diorge Alceno. 1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PUC, 1994. p. 277

<sup>317</sup> Visava aprofundar o confronto ideológico com o comunismo e o aliancismo, julgando necessário deter a qualquer custo o avanço da esquerda no Rio Grande do Sul. *Ibid.* p. 282

<sup>318</sup> DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990. In: KONRAD, Diorge Alceno. 1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PUC, 1994.283.

Nesse contexto histórico, de reconstrução política, o nacionalismo foi recuperado para dar sustentação ao governo de Getúlio Vargas, que precisava de “mitos” para assegurar sua presença nas esferas do poder. Neste momento crescia o estigma de “comunista”, que tomava a forma de monstro político, moral e social, sob a alegação de que colocava em risco a formação do Estado Nacional brasileiro. Por outro lado, os católicos exploravam estrategicamente este signo, identificando-o com os “perigosos ideais liberais”<sup>319</sup>.

Os integralistas aliaram-se às forças dirigentes na luta contra o comunismo. Em 1935, um grupo de camisas-verdes do Rio Grande do Sul divulgou trechos de um “plano comunista” vindo da Rússia e que fora descoberto pelas autoridades brasileiras. Este plano, publicado pelo jornal *O Globo* em 26 de junho, propunha a destruição do regime por meio da sedução e da violência<sup>320</sup>. Vejamos o texto:

Um clima de repressão e denúncia marca o ano de 1935, historicamente, reconhecido como o “ano da Intentona Comunista”, quando após uma tentativa de golpe, os integrantes da ANL foram presos e torturados. Com o objetivo de abafar possíveis manifestações de protestos, Getúlio Vargas se pronuncia, através de um discurso em 1936, tomou o comunismo como temática falando das suas “seduções” como doutrina “**falso remédio para curar males políticos**”. Por isso, propunha que se efetivasse uma obra preventiva “**desintoxicando o ambiente**”. Fiel ao seu posicionamento frente à igreja católica e colocando-se contra as demais religiões e o comunismo, Getúlio Vargas assim se pronunciou: “**Amigos serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil e perante todos os que pertençam à grande família cristã que o comunismo pretende destruir**”<sup>321</sup>. (grifos nosso).

De acordo com Carone<sup>322</sup>, o integralismo propunha-se a respeitar a liberdade de consciência e garantir a liberdade de cultos, desde que não viessem a constituir uma ameaça aos bons costumes. Em matéria de cooperação religiosa, defendia o regime de concordata, sem perda da autonomia das partes, visando sempre à grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade brasileira.

A Igreja Católica organizou-se, politicamente, com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1934, que teve duplo objetivo: instruir, congregar, alistar o eleitorado católico e assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o

<sup>319</sup> Ibid., p. 276 - 286

<sup>320</sup> DIEHL, op. cit. 302 - 303

<sup>321</sup> VARGAS, Luthero Sarmanho. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Luthero Sarmanho Vargas, 1988. p. 10 - 11

<sup>322</sup> CARONE, Edgard. *A Segunda República Nova (1930-1937)*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. p. 322 - 323



voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte daqueles, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte.

Ao nos referirmos ao integralismo, inserido no contexto das revoluções ocorridas na década de 1930, especificamente na região do Planalto Médio, em Passo Fundo existia um núcleo central, rodeado de outro subnúcleos, que visavam, além de integrar os milicianos das proximidades, servir como meio de difusão estratégica e protecionista do núcleo central. Em Passo Fundo, a AIB publicou um dos seus primeiros artigos no *O Nacional* em 29 de outubro de 1934. No texto constatamos que, desde o início, alguns líderes se destacaram na história do movimento, como Hugo Loureiro Lima e Willy Neuhaus, que resumiam os objetivos iniciais do verde (cor característica dos integralistas) como a estruturação no município e a agremiação do maior número de simpatizantes possível:

Ação Integralista Brasileira - Realizou-se ontem, às 9 horas, no Coliseu a anunciada, reunião para organização do Núcleo Integralista, desta cidade. Aberta a sessão na presença de numerosas pessoas, o sr. tenente Armando Serra procedeu a leitura da mensagem da chefia provincial. Falou, a seguir, o chefe municipal, sr. Hugo Lima. Após, o sr. tenente Oswaldo de Oliveira fez a leitura da Cartilha Integralista, tendo em seguida, discursado, o sr. João Schapke Jor, encerrando-se a sessão. No livro de atas, assinou espontaneamente grande número de pessoas simpatizantes com o Integralismo. A Ação Integralista Brasileira, neste município, será dirigida provisoriamente, por um grupo de centralização, composto dos srs. Hugo Loureiro Lima, chefe, João Schapke Jor, secretário Willy Neuhaus, tesoureiro. **Nessa semana, será aberta a inscrição dos integralistas que irão constituir a milícia do núcleo local**<sup>323</sup>. (grifos nosso).

Em Passo Fundo, a AIB abriu suas atividades oficialmente em 1934, convidando pela imprensa e por boletins, todas as famílias e simpatizantes da doutrina integralista para assistirem a uma sessão pública doutrinária, na qual o bandeirante integralista Henrique Valladares do Lago, vindo do Rio de Janeiro, faria uma conferência sobre o tema “Síntese do movimento integralista”<sup>324</sup>.

Houve tentativas de integração entre os grupos integralistas de Passo Fundo e de Carazinho, pois estes estavam sob a jurisdição de Passo Fundo e compareciam às reuniões promovidas na capital do Planalto. Consta que somente Passo Fundo possuía mais de uma “centena de camisas-verdes” Outros nomes que integravam a lista das lideranças integralistas

<sup>323</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1949, ano X, 29 out. 1934. p. 4.

<sup>324</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1949, ano X, 29 out. 1934. p. 4.

em Passo Fundo eram os cirurgiões-dentistas Mario Zago e Francisco Fontana<sup>325</sup>.

O movimento integralista em Passo Fundo entre 1935 e 1937 expandiu-se significativamente. As suas lideranças preocupavam-se em instalar subgrupos em municípios vizinhos, além de ocorrer aumento significativo destes na região urbana de Passo Fundo, como na vila Rodrigues, no Boqueirão, com difusão de grupos nas residências e nos endereços profissionais dos adeptos ao movimento<sup>326</sup>. Embora a AIB agisse em Passo Fundo e na região, a organização não teve uma representatividade significativa, uma vez que os partidos e chefes políticos tradicionais tinham muitos simpatizantes e desfrutavam da credibilidade da população. Contudo, isso não impediu que os integralistas se articulassem no município, conforme relata *O Nacional* de 11 de outubro de 1934:

**É intenso o trabalho desenvolvido pelos integralistas locais, com o objetivo de propagarem suas idéias e angariarem adeptos para a doutrina integralista.** No dia 21 do corrente, segundo informou-nos o “coordenador” do movimento nesta cidade - sr Hugo Loureiro Lima, deverá ser organizado o “núcleo” de Passo Fundo, realizando-se a reunião dos simpatizantes em local que será previamente anunciado<sup>327</sup>. (grifos nosso).

Na verdade, nem a Aliança Nacional Libertadora, de cunho antiimperialista e antiintegralista nem a Ação Integralista Brasileira, de cunho mais tradicional e conservador, conseguiram se impor em Passo Fundo como partidos de destaque, quer seja por questões de duração, quer pelo fato de a política local ser marcada por uma forte tradição que sempre colocava dois partidos em evidência: os liberais e os republicanos. Essa característica se repetia no estado todo<sup>328</sup>. No final de 1937, a AIB de Passo Fundo, por intermédio do governador da 27ª região integralista, publicou dados que demonstravam que o movimento em nível regional (Passo Fundo, Carazinho e Soledade) possuía 42 núcleos e cerca de cinco mil milicianos<sup>329</sup>.

<sup>325</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1949, ano X, 29 out. 1934. p. 4.

<sup>326</sup> DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, n. 2569, ano XI, 02 dez. 1936. p. 2.

<sup>327</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1927, ano X, 11 out. 1934. p. 4.

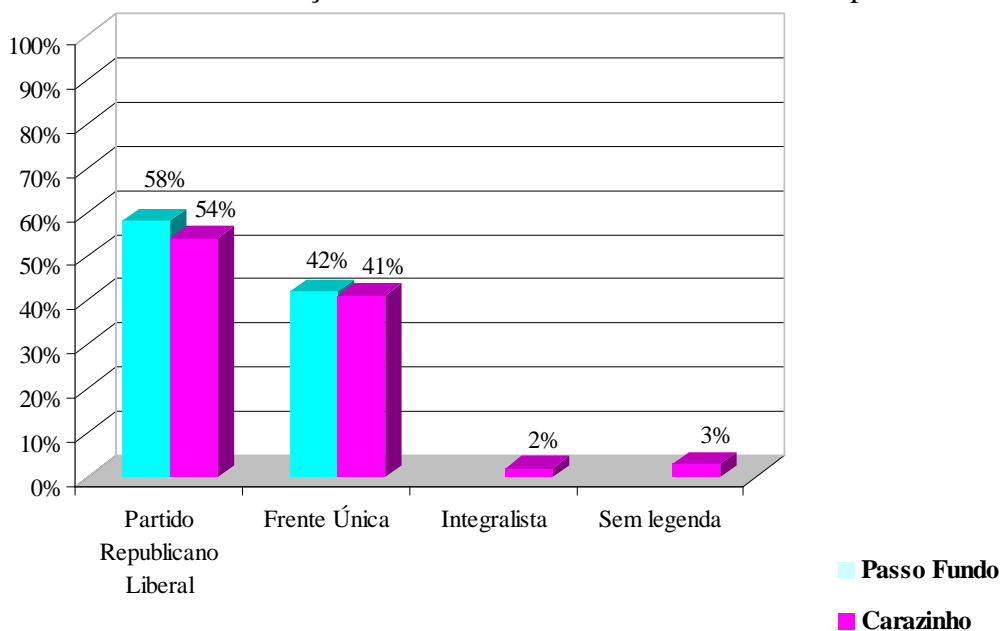
<sup>328</sup> MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (Org.). Passo Fundo: uma história, várias questões. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 109.

<sup>329</sup> IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Passo Fundo, verdes mares marcados: o integralismo no norte do estado. In: BATISTELLA, Alexandro.(Org.). *Passo Fundo, sua história*: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 198-

Passo Fundo, governada por Armando Araújo Annes, de acordo com os dados do censo de 1940, possuía uma população de cerca de oitenta mil habitantes. Os nomes que faziam parte dos quadros políticos locais eram normalmente os mesmos que controlavam a economia municipal, ou seja, comerciantes, proprietários rurais, criadores, militares, médicos, advogados, jornalistas<sup>330</sup>. Em Carazinho, por sua vez, Homero Guerra, que aderira ao PRL em 1932, tornou-se novamente prefeito municipal e ocupava o cargo de presidente do partido. Todavia, em razão da oposição à sua indicação, ele renunciou o cargo, assumindo em Porto Alegre a presidência do Sindicato do Mate.

Registramos que em ambos os municípios, Passo Fundo e Carazinho, não aconteceram eleições para as Câmaras de Vereadores porque no período compreendido entre 1930 a 1935 essas foram dissolvidas em razão da Revolução Tenentista<sup>331</sup>. O resultado das eleições de 1934 em Passo Fundo e Carazinho também confirmou a vitória do Partido Liberal, o que podemos constatar pelos números expressos no gráfico 2, embora os candidatos da Frente Única tivessem tido uma votação bastante próxima nos vencedores.

Gráfico 2 – Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Federal



Fonte: dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no jornal *O Nacional*, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov.1934. p. 1.

199.

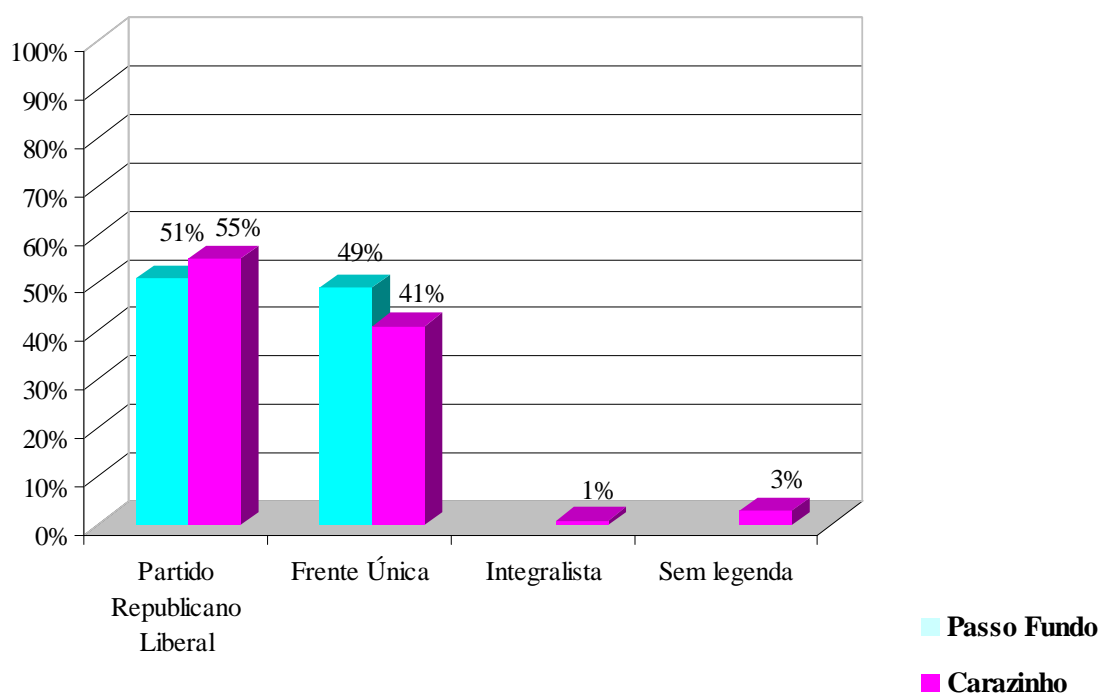
<sup>330</sup> MEDEIROS, op. cit. p. 110.

<sup>331</sup> FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6.ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1981. p. 136.

Percebemos que para a Câmara Federal, tanto em Passo Fundo quanto em Carazinho,<sup>332</sup> venceram as eleições os candidatos do Partido Republicano Liberal. É importante salientar que o jornal *O Nacional*, em 26 de abril de 1933, publicou a nota, na qual demonstrava os candidatos que tinham recebido apoio da Frente Única passo-fundense:

**Proclamação dos candidatos da Frente Única à Constituinte. A comissão executiva do Partido Republicano local e o diretório do Partido Libertador deste município**, com os correligionários abaixo firmados, ouvida a palavra de ordem da direção suprema de um e outro partido, proclamaram **candidatos a Assembléia Nacional Constituinte** nas próximas eleições de 3 de maio entrante, os seguintes nomes: **pelo Partido Republicano**: Joaquim Maurício Cardoso; Sérgio Ulrich de Oliveira; Ariosto Pinto; Nicolau de Araújo Vergueiro, Joaquim Luiz Osório; Adroaldo Mesquita da Costa; Osvaldo Fernandes Vergara; Arnaldo Faria. **Pelo Partido Libertador**: Joaquim Francisco de Assis Brasil; Bruno de Mendonça Lima; Edgar Luiz Schneider; Oscar Carneiro da Fontoura; Alberto Pasqualini; Euclides Minuano de Moura; Camilo Teixeira Mércio; João Gonçalves Vianna. **Pelo Partido Republicano Liberal**: Arthur Caetano como candidato oficial de Flores da Cunha e apoiado, tanto em Passo Fundo quanto em Carazinho, incondicionalmente<sup>333</sup> (grifos nosso).

Gráfico 3 – Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Estadual



Fonte: dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no jornal *O Nacional*, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov. 1934. p. 1.

<sup>332</sup> Dos candidatos que receberam apoio em Carazinho por conta das eleições, somente Arthur Caetano do PRL nos dá pistas das fontes serem fidedignas; portanto, não temos dados confiáveis para demonstrar os candidatos apoiados pelo PRR e PL.

<sup>333</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1494, ano VIII, 26 abr. 1934. p.1.

Da mesma forma, as eleições para a Câmara Estadual em Passo Fundo e Carazinho apresentaram vantagem para o Partido Republicano Liberal.

De acordo com o Anexo B, podemos verificar que, dos candidatos que receberam o apoio da Frente Única passo-fundense, elegeram-se deputados constituintes, tanto federal como estadual, os seguintes: pelo Partido Republicano Riograndense: Joaquim Maurício Cardoso, Nicolau de Araújo Vergueiro, Adroaldo Mesquita da Costa, pelo Partido Libertador, Joaquim Francisco Assis Brasil, Edgar Luiz Schneider e Euclides Minuano de Moura; o candidato do PRL, Arthur Caetano, não conseguiu se eleger.

#### **2.4.3 As eleições municipais em 1935**

As eleições municipais de 1935 apresentam características peculiares. Realizadas no mês de novembro, elas transcorreram, de um lado, sob uma forte mobilização social e conseqüente tentativa de controle por parte do Executivo federal e, de outro, na iminência do rompimento entre Flores e Vargas. Para o PRL essas eleições eram importantíssimas, porque serviriam de termômetro para avaliar o prestígio de seus candidatos a prefeito e vereadores, além de testar o reconhecimento da política de cada município, praticada desde a fundação do partido. Outro fato importante era que seria a primeira eleição para vereador desde que as Câmaras Municipais haviam sido dissolvidas em 1930<sup>334</sup>.

Dessa forma, essas eleições foram marcadas por atos violentos, creditados, especialmente, ao fato de os prefeitos nomeados pelo interventor não terem se afastado de seus cargos para concorrer na eleição. Sabemos que a máquina administrativa dos municípios possuía um papel preponderante na atividade político-eleitoral. A FUG praticava atos de força e constrangimento pessoal nos municípios onde dominava, bem como em outros foram criadas frentes próprias, chamadas de “Partido Popular”, compostos pelos dissidentes de outros partidos<sup>335</sup>. No cômputo geral do estado, o partido situacionista conseguiu recuperar a

---

<sup>334</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 61.

<sup>335</sup> *Ibid.*

força que possuía no ano de 1933; a votação do PRL mostrou-se um pouco abaixo da primeira eleição, mas, em nível de municípios, superou o desempenho apresentado em 1934.

Comprovando o contexto exposto, trazemos uma nota transcrita de ‘O Nacional no ano de 1934, que realizou uma análise comparativa do número de votos obtidos pelo PRL entre as eleições de 1933 e 1934 no município de Passo Fundo (ver Quadro 1), no qual demonstra a diferença de votos do Partido Republicano Liberal, para maior ou menor. inferimos que a diferença para menor deu-se pelas dissidências que aconteceram nesses distritos.

Quadro 1 - Comparativo das eleições eleitorais de 1933-34 em Passo Fundo

<b>Localidades</b>	<b>1933</b>	<b>1934</b>	<b>Diferença</b>
Cidade(Passo Fundo)	1.359	1697	+ 338
Marau	361	306	- 55
Sarandi	250	301	+51
Ernestina	244	247	+ 3
Sertão	182	205	+23
Taquarussú	145	194	+49
S. Teixeira	140	186	+ 46
Campo do Meio	246	185	- 61
Nonoai	104	172	+ 68
Sete de Setembro	179	165	- 14
Coxilha	156	156	0
Total	3.366	3.814	+ 448

Fonte: O NACIONAL, Passo Fundo, n. 1932, ano X, 16 out., 1934. p. 4.

Em nível de estado, nas eleições de 17 de novembro de 1935, o Partido Republicano Liberal saiu-se vencedor, elegendo prefeitos em sessenta municípios, contra vinte pela Frente única e, em quatro, das oposições coligadas sob o título de Partido Popular. Segundo dados relatados no *Correio do Povo*, em Passo Fundo o PRL obteve 3.427 votos; FUG nenhum e PP, 1509. Já em Carazinho os resultados foram os seguintes: PRL, 2.241; FUG, nenhum e o PP, 1.058. Esses resultados mais uma vez demonstram o prestígio de Flores da Cunha no comando das hostes liberais<sup>336</sup>.

Em Passo Fundo o Partido Republicano Liberal consagrou-se vencedor, elegendo

<sup>336</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. ano XLI, 25 dez. 1935. p. 20.

Nelson Pereira Ehlers para o período de 17/11/1935 a 06/01/1938 com 3.427 votos. Por sua vez, a Câmara Municipal de Vereadores ficou assim constituída: Aparício Lângaro, Ernesto Morsch, Otacílio Ribas, Atilio Della Méa, Arthur Leite, Arnaldo Sperb e Salatiel Sperb<sup>337</sup>.

Em Carazinho, elegeu-se Albino Hillebrand do PRL para prefeito municipal, com 2.241 votos, mesmo que sua eleição tenha causado descontentamento entre os integrantes do próprio PRL, agravando o clima político entre esse partido e a Frente Única carazinhense. As queixas mais importantes contra Hillebrand prendiam-se ao fato de ele manter uma ligação íntima com os partidários de Flores da Cunha. Nesse sentido, vamos encontrar mais uma vez a interferência de Vazulmiro Dutra, subchefe de polícia da 4ª região, sediada em Passo Fundo, que se encarregou de receber e enviar várias correspondências para o interventor do Rio Grande do Sul Daltro Filho, e para Maurício Cardoso, secretário do Interior, nas quais relataria o descontentamento de próceres de Carazinho com a permanência de Hillebrand na Prefeitura<sup>338</sup>.

O teor de um dos documentos recebidos por Vazulmiro Dutra era o seguinte:

Ilmo. sr. Vazulmiro Dutra - M. D. Sub-Chefe de Policia da 4ª. Região. Os infrascritos, elementos representativos deste município, que dirigiam as extintas Frente Única e Dissidência Liberal em Carazinho, tendo conhecimento que a ala florista desta vila, com a cooperação de um antigo dissidente que a ela se aliou, isolando-se de seus companheiros na cruzada pelo saneamento administrativo deste município, pois que, os componentes daquela ala, como V. S. não ignora, tinham sérios compromissos com o sr. Flores da Cunha para se oporem aos nobres e elevados intuitos do exmº. Sr. Presidente da Republica, **no sentido de restabelecer na alta administração do Estado a moral e o respeito à lei, bem como garantir a ordem, gravemente ameaçada pela situação deposta, da qual aquela ala era forte sustentáculo, tendo conhecimento, repetimos, quem a ala florista desta vila esforçar-se no sentido da conservação do status quo (grifo no original)** da direção administrativa desta comuna, e não se conformando com essa suspeita atitude dos novos adesistas, vêm expor a V. S. as razões porque protestam contra a permanência do atual prefeito sr. Albino Hillebrand á frente dos negócios municipais, protesto esse consubstanciado nos itens que se seguem: 1º- A gente florista que aí está á frente da administração de Carazinho, por ocasião da eleição municipal procedida em Novembro de 1935, em que a Frente Única e a Dissidência Liberal de então apresentaram o dissidente sr. Germano Napp, como seu candidato, praticou toda sorte de coações e tropelias para obter a vitória, sendo que para garantir esta, convidou o então sub-chefe de policia Sr. Vitor Dumoncel Filho, que

<sup>337</sup> OLIVEIRA, Francisco Xavier. *Annaes do Município de Passo Fundo*. Aspecto Histórico.

<sup>338</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: questão sucessória. Carazinho – A.MU- 373, Caixa 201, 1935-1945.

foi recebido festivamente e a quem oferecer (*sic*) um pic-nic<sup>339</sup>. (grifos nosso).

Reescrever a história das elites políticas dessa época implica, necessariamente, fazer referência a alguns fatos importantes em nível local, mesmo que isolados num contexto maior. É o caso da pretensão de rebatizar o município de Carazinho com o topônimo “Flores da Cunha”. Tal proposta partiu de Rosalvo Scherer, industrialista de Ijuí, mas que já havia residido em Carazinho em tempos anteriores. No contexto descrito percebemos os motivos políticos que ainda persistiam após a emancipação de Carazinho, como podemos constatar no telegrama divulgado pelo *Correio do Povo*, em 3 de julho de 1935:

Presidente e mais membros da Assembléia Estadual. P. Alegre. Infra-firmados, **tendo conhecimento de que o sr. Rosalvo Scherer propoz essa digna Assembléia mudança nome município para Flores da Cunha**, em atenção inestimável serviços prestados governador Estado e esta terra, vem trazer aplauso iniciativa, embora tenha partido pessoa que não mais reside este município. Homenagem prestada não é mais do que consequência lógica, **profunda simpatia é tido aqui general Flores da Cunha que, para criar município, não trepidou arrastar má vontade vergueirismo, então, senhor absoluto da região**. E fez mais, o ínclito general, deu-nos um município livre de dívidas, contra a praxe estabelecida que atribui ao território desmembrado parte da dívida do de origem [...] <sup>340</sup>. (grifos nosso).

O mesmo jornal destacou o fato atribuindo-a a rivalidades políticas antiga, entre os apoiadores de Nicolau de Araújo Vergueiro, contrários à emancipação de Carazinho, que ainda se faziam sentir, a exemplo do que noticiou *O Nacional*, de 14 de agosto de 1935:

[...] **deveria lembrar s. s. que fez parte da comissão que foi pleitear a autonomia de Carazinho, anos atrás, sem que estivesse nas cogitações dos membros que a compunham a transformação do nome da nova comuna**. E se o sr. Rosalvo Scherer em tal pensou, com toda seguridade que o nome que deveria ter ocorrido, então, a prevalecer a lógica de agora, seria, indiscutivelmente, **o de Borges de Medeiros que, naquela época, para muita gente que o endeusa os homens que a Revolução de 30 empoleirou no poder era o Homem do Rio Grande, que tanto fez pelo seu progresso e sua grandeza econômica [...] <sup>341</sup>**. (grifos nosso).

Percebemos que o problema levantado em torno do nome de Carazinho era essencialmente político. Na nota de *O Nacional* fica claro que as duas elites que sempre se defrontaram continuavam na mesma linha, pois cada situação surgida era pretexto para o

<sup>339</sup> Documentos Governamentais. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

<sup>340</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 198, ano XLI, 3 jul. 1935. p. 11.

<sup>341</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2198, ano XI, 14 ago. 1935. p. 10.



confronto, até na questão da sugestão de nome. Assim, se os seguidores de Vergueiro sugeriam Flores da Cunha, nada mais justo que o outro lado sugerisse Borges de Medeiros. No final, permaneceu Carazinho, refletindo a tradição histórica do povo, o reconhecimento aos emancipacionistas e, especialmente, aos que haviam lutado junto ao Barracão Liberal, em 1930, demonstrando que o nome do município estava ligado às tradições pacíficas, honrosas. O texto do jornal relatava:

Mas, Carazinho e sua gente possuem uma tradição de que sempre se orgulhará: é a tradição do trabalho que constrói, que engrandece, que possibilita manter a honra. E se os nossos antepassados legaram feitos que lembram o derramamento de sangue de nossos irmãos, nos deixaram, entretanto, a pacífica, mas não menos gloriosa tradição da disciplina do trabalho, fonte de riqueza e da prosperidade de todos os povos. **Brandindo os braços inderrocáveis dessa tradição é que opomos o nosso veto à troca do nome humilde, mas querido de Carazinho**<sup>342</sup>. (grifos nosso).

O embate político travado em Carazinho refletia a situação nacional, onde os desacertos entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha refletiu-se na disputa política regional, especialmente entre Vazulmiro Dutra e Victor Dumoncel Filho, uma vez que cada um deles se encontrava numa ala: o primeiro a favor da situação e o segundo defensor de Flores da Cunha.

No decorrer do ano de 1937, além do rompimento do acordo com a FUG e o PRL, ocorreu a desarticulação interna dos três partidos rio-grandenses. No PRR o fato se deu quando Lindolfo Collor se colocou de forma contrária à aproximação da FUG com o governo de Getúlio Vargas. Então, fundou, no início de 1937, o Partido Republicano Castilhistas (PRC), o qual conseguiu a adesão de partidários do PRR.<sup>343</sup> Já, no PL<sup>344</sup>, a causa do rompimento foi pela existência de duas correntes dentro do partido, uma de cunho conservador-liberal, liderada por Raul Pilla, e outra mais radical, sob o comando de Bruno Lima. Entretanto, no PRL<sup>345</sup> a dissidência aconteceu com referência à eleição do vice-presidente da Assembléia e crescia à medida que se estreitavam os laços com o presidente Getúlio Vargas.

<sup>342</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2198, ano XI, 14 ago. 1935. p. 10.

<sup>343</sup> TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 255-256.

<sup>344</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>345</sup> TRINDADE, op.cit.. p. 256.

Diante da situação nacional, em 1937 o general Flores da Cunha renunciou ao cargo, tendo Getúlio Vargas nomeado, em 17 de outubro do mesmo ano, para interventor do Rio Grande do Sul, o general Manoel Cerqueira Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar. Em 19 de novembro, o governo federal criou o Estado Novo, revogando a Constituição Federal, dissolvendo o Congresso, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais. Em seguida também foram extintos os partidos políticos e suspensas todas as garantias constitucionais; foram abolidos os símbolos estaduais, os estandartes e os distintivos políticos. Enfim, o Brasil recebeu a forma “federativa”<sup>346</sup>.

Podemos afirmar que, assim, estava configurada a divisão dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, possibilitando a continuidade do processo de centralismo político no Brasil, que resultaria na decretação do Estado Novo e, como consequência, na intervenção federal no Rio Grande do Sul e, em todos os outros estados membros da federação.

## **2.5 A reconstitucionalização e o *modus vivendi* gaúcho**

Para situar o *modus vivendi* no contexto pretendido, retomamos o mês de julho de 1934, quando da promulgação da nova Constituição do Brasil. No mês de agosto, beneficiado pela anistia decretada por Vargas no mês de junho e atendendo ao apelo de seus correligionários gaúchos, Lindolfo Collor retornou ao país e ao cenário político, marcando suas atitudes por um forte oposicionismo ao governo federal. Candidato à Câmara Federal, sempre na legenda do PRR nas eleições de outubro, ele não conseguiu se eleger, fixando-se no Rio de Janeiro<sup>347</sup>.

Nessa época, se iniciaram as articulações voltadas para a pacificação das forças gaúchas que haviam se enfrentado no decorrer da Revolução de 1932. Borges de Medeiros, à frente do PRR, indicou Lindolfo Collor para representar a agremiação nas negociações entre a FUG e o PRL; Raul Pilla, presidente do PL, propôs a Flores da Cunha um governo de coalizão. No mês de janeiro de 1936, a FUG e o PRL aceitaram um *modus vivendi* que

---

<sup>346</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1. p. 16.

<sup>347</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 119-166.

possibilitava a pacificação em troca da reforma do aparato policial, da reincorporação ao governo dos funcionários exonerados e da liberdade de imprensa. Collor, então, foi integrado ao governo, ocupando a Secretaria de Finanças, enquanto o PL indicou Raul Pilla para a Secretaria de Agricultura<sup>348</sup>.

Dessa forma, a partir das intenções assumidas entre o governo e a oposição, através do *modus vivendi*, foi possível incrementar a aceleração do crescimento econômico do estado. No entanto, a discussão sobre o processo sucessório nacional continuava a provocar inúmeras divergências no interior do PRR, que se dividia entre apoiar uma candidatura diretamente patrocinada pelo governo federal ou o nome de Flores da Cunha, que começava a surgir como alternativa eleitoral<sup>349</sup>.

Collor se opôs a qualquer processo de cisão, mantendo o apoio que vinha sendo dado ao governador, e defendeu o *modus vivendi* em muitas manifestações públicas. No entanto, a solidariedade da FUG à idéia de uma candidatura varguista acabou por inviabilizar o *modus vivendi*. Algum tempo depois de Pilla ter se retirado do governo, Collor demitiu-se da Secretaria de Finanças, porém, em dezembro de 1936, discordando do comportamento da FUG e da direção do PRR que apoiava Vargas, rompeu com ambos.

Reforçamos que o *modus vivendi* representou um acordo realizado no Rio Grande do Sul entre o PRL e a FUG, o qual dispunha sobre as responsabilidades que os secretários assumiam perante o governador e os partidos e a possibilidade de intervenção ou influência do Legislativo nas decisões do Executivo. Assim, cada partido teria total e completa autonomia e liberdade de ação, desde que fosse respeitado o devido acordo. Esse acordo teve duração de nove meses, entrando em crise pela demissão de representantes do PL, Raul Pilla da Secretaria da Agricultura, e do PRR, Lindolfo Collor da Secretaria da Fazenda. Desenhava-se, assim, o cenário para o Estado Novo.

---

<sup>348</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 56-8.

<sup>349</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5.ed. atualizada. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 233-235.

### 2.5.1 O Estado Novo

O período do Estado Novo (1937-1945) constitui-se no reflexo da radicalização e da consolidação do processo iniciado em 1930 e que trouxe no seu interior algumas modificações profundas, cuja intensidade foi sentida de formas diferentes nos grupos sociais e, mesmo, nas diversas regiões do país. A modernização pretendida por Vargas foi sentida especialmente pelo papel assumido pelo municipalismo na conjuntura dos primeiros anos do regime estadonovista. Constatamos que houve um discurso oficial de valorização da esfera municipal por parte também dos principais órgãos de divulgação de propaganda do Estado Novo<sup>350</sup>.

O *Jornal da Serra*, no dia 19 de agosto de 1937, sob a manchete intitulada “golpe de vista”, tratou sobre a sucessão presidencial chamando a atenção para o momento da política do Brasil pouco menos de três meses do golpe decretado por Getúlio Vargas. De acordo com o jornal:

**Quem observe, pondo-se em contato com as diversas camadas sociais, as reações provocadas pelo atual momento político brasileiro, concluirá que se renovou o velho estado de espírito do povo nos podromos das campanhas para a eleição de um presidente. Pela primeira vez na história de nossa República um clima verdadeiramente democrático se forma como conseqüência das transformações operadas na consciência das massas e dos seus interpretes pela revolução de 30. Os antagonismos perderam aquele aspecto agressivo e deselegante que tinha a sua origem nas deformações impostas pelos detentores do poder aos mais explícitos e humanitários textos constitucionais. Ao povo diretamente se dirigem os candidatos, certos de que nada se oporá ao plebiscito mais vasto da nossa vida política, a mais consciente manifestação de preferências do nosso povo. Uma enquête que abrangesse todas as classes sociais do país, das mais humildes as mais em evidencia, demonstraria que jamais a consciência do destino da nacionalidade andou tão ligado à escolha de um Presidente como neste momento de absorvente preocupação política<sup>351</sup>. (grifos nosso).**

No texto do *Jornal da Serra*, o narrador encontra-se na função de noticiar o cotidiano, mas no discurso acima, a intenção é conclamar o povo para as eleições que estavam prestes a acontecer e, nesse sentido, as idéias de nação, povo, responsabilidade e classes sociais eram ressaltadas. A história reconhece em seu campo de pesquisa uma gama muito grande de testemunhos, entre eles o discurso proferido pelos jornais, que participam de uma das formas de discurso, como linguagem simbólica que reúne em si um sistema de representação, o qual

<sup>350</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 72.

<sup>351</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 422, ano VII, 19 ago. 1937. p. 03.

contribui na produção do imaginário social<sup>352</sup>.

Todas as construções discursivas, figurativas ou textuais sofrem restrições, determinadas, num primeiro momento, pelos recursos desiguais de quem as produz, o que de imediato caracteriza as relações de força, já em segundo lugar, essas construções são produto de uma negociação da possibilidade de comunicação e compreensão entre o autor e a comunidade que delas se apoderam. De acordo com Chartier<sup>353</sup>, as práticas e discursos dos agentes sociais são produto “da tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e também, os constrangimentos, as normas, as convenções que a limitam”.

O jornal *O Nacional* referiu-se a todas as classes dos eleitores e políticos, deixando clara sua afeição ao governo Vargas e aos seus feitos com referência à reconstrução nacional:

**O antigo pessimismo do eleitor passivo e conformedo com a potencia dominadora das máquinas oligárquicas manobradas a margem da opinião pública transformando-se numa fé fortalecida pela análise. Discutem-se os homens públicos em todos os círculos com uma seriedade que a poucos anos causaria estranheza.** A revisão de valores é feita nas conversas anônimas com o desejo sincero de dar apoio ao homem que pelos seus méritos possa dar seguimento **a obra de reconstrução nacional arduamente alicerçada pela Nova República.** Cada cidadão se interessa pelo noticiário político do dia como se interessaria pelas fases evolutivas de um acontecimento seu, intimamente pessoal. Esse clima democrático, promissor e emocionante, fruto de uma nova mentalidade política formada no espírito da Revolução de 30, é a mais oportuna afirmação da vitalidade do nosso regime restaurado nos seus belos princípios de igualdade e de fraternidade. Essa obra de sã política, de sadio interesse pelos problemas magnos da Nação, o Brasil. **Os brasileiros o devem ao governo Getúlio Vargas que soube sempre colocar os interesses gerais e a suprema necessidade do país acima de quaisquer competições particularistas ou de qualquer exploração de personalismo**<sup>354</sup>. (grifos nosso).

O discurso do jornal aponta a necessidade de ser constituído um outro tipo de memória e reforça a necessidade de ruptura com as visões positivistas da história. Tratava-se de recuperar uma outra memória, que permitisse não apenas resgatar o ocorrido, mas, também, ressaltar as esperanças não realizadas do passado e que se inscreveriam no presente como um

<sup>352</sup> Para Baczkó, o imaginário social é constituído, entre outros pontos de referência, “no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz através da qual [...], ela percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginário Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 5. p. 309. Antrophos – Homem.

<sup>353</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.106. [s.d.].

<sup>354</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 422, ano VII, 19 ago. 1937. p. 03.

apelo para um futuro diferente<sup>355</sup>.

Para Benjamin, “os dominantes do presente são os herdeiros de todos aqueles que uma vez venceram. Portanto, a identificação afetiva do vencedor beneficia sempre e respectivamente os dominantes do momento”<sup>356</sup>. Podemos, pois, inferir que o domínio do simbólico é importante estratégia de legitimação do poder; assim, o jornal apropria-se de uma linguagem privilegiada, a qual mantém um estreito vínculo com as representações de poder, particularmente do poder político.

Contextualizando o cenário que culminou no Estado Novo, entendemos que, no período em que Vargas se manteve no poder, pouco foi realizado em termos de investimento concreto no estado gaúcho; assim, a economia continuou baseada na agropecuária. A partir de 1930 a história do Rio Grande do Sul aproxima-se muito com a história dos demais estados brasileiros. Em 1932, São Paulo iniciou um movimento armado, uma luta pela constitucionalidade do governo de Vargas e pela necessidade de elaborar uma nova constituição. Neste ponto os líderes já se dividiam com Borges de Medeiros posicionando-se abertamente contra Getúlio Vargas. O governador do Rio Grande do Sul na época, Flores da Cunha, após um curto espaço de indecisão, apoiou Vargas, enviando tropas da Brigada Militar e Corpos Provisórios para lutar fora do estado. Com a Constituinte de 1934 iniciou-se um processo de crescimento dos movimentos de esquerda e principalmente de direita, com a Ação Integralista do Brasil de Plínio Salgado. Todavia, tudo isso cessou a partir da emergência do Estado Novo em 1937<sup>357</sup>.

A intervenção direta do governo central nos municípios, pela nomeação de prefeitos e pela inexistência das Câmaras de Vereadores, estava em consonância com a política geral assumida pelo novo regime, ou seja, de um modelo de Estado autoritário, centralizador,

---

<sup>355</sup> GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, memória e história dos trabalhadores*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. SMC. Prefeitura do município de São Paulo, 1992. p. 3.

<sup>356</sup> BENJAMIN, Walter. O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. In: GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, memória e história dos trabalhadores*. In: São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. SMC. Prefeitura do município de São Paulo, 1992. p. 3.

<sup>357</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1997. p. 96.

intervencionista e corporativista<sup>358</sup>.

Nesse sentido, a Constituição de 1937 delineou uma série de modificações no que tange à regulamentação da relação União-Estados-Municípios, de modo que o sistema **de interventorias e do Departamento das Municipalidades** demonstrou ser um instrumento de singular efetivação do processo centralizador<sup>359</sup>. (grifos nosso).

A respeito das interventorias municipais, sistema colocado em prática desde o movimento de 1930, serviu como um instrumento de desarticulação das oposições regionais e de controle do governo federal sobre a máquina administrativa estadual. Além disso, o sistema fortalecia a presença do presidente da República, que, sempre tendo um aliado como interventor, podia implementar seu sistema centralizador. Dessa forma, a nomeação de homens de confiança para ocupar os cargos considerados mais importantes pelas elites políticas da época exerceu o papel de desarticular as forças políticas resistentes às novas orientações estadonovistas<sup>360</sup>.

A voz política foi calada em 1937, conforme Love<sup>361</sup>, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso, proclamando a existência do Estado Novo e começando a governar por decreto; conseguiu, assim, autonomia para a nomeação de interventores, dando ênfase à centralização do novo regime e a suas aspirações nacionalistas. Ele ordenou que as bandeiras dos estados fossem queimadas em cerimônias simbólicas e passou também a confiar cada vez mais em oficiais militares para o preenchimento de postos civis. Getúlio Vargas, que defendera a democracia liberal e o federalismo, “nos últimos anos da década de 20, tornou-se um centralista e nacionalista de tipo autoritário”<sup>362</sup>. Extinguiu os partidos ao declarar: “[...] **todas as agremiações partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registradas em 10 de**

---

<sup>358</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 196-205.

<sup>359</sup> Ibid.

<sup>360</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 88.

<sup>361</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 273.

<sup>362</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 137 – 138.

**novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registro**<sup>363</sup>. (grifos nosso).

Sobre esse novo período da política o periódico o *Noticioso* destacou que, das inovações trazidas pelo Estado Novo, nenhuma trouxera tantos benefícios como a supressão das atividades partidárias, que tanto enfraqueciam a comunhão nacional e tanto mal causavam ao Brasil<sup>364</sup>.

Com base na análise efetuada nos textos publicados no *Noticioso* constatamos que os brasileiros, desde o Império, viviam em luta constante, ininterrupta, num desperdício de energias e entrecchoque de odiosidades, ofendidos, fraudando a lei, negando capacidades, sendo violentos e injustos, objetivando interesses facciosos e vantagens secundárias, sem se preocupar, realmente, com a grandeza da pátria. Esta era cerceada no seu desenvolvimento progressivo, sem liberdade para conquistar o futuro; portanto, era impedida de atingir as suas gloriosas e incontentáveis finalidades patrióticas, pois que só na união e na fraternidade de seu povo poderia atingir o grau de engrandecimento moral e material a que tinha direito<sup>365</sup>.

Destacava também o *Noticioso* que, ao serem abolidas as bandeiras, suprimidos os hinos regionalistas, proibidas as atividades dos partidos políticos que se digladiavam, o Brasil vira irradiar, por toda a sua amplidão, a idéia redentora aureolada de patriotismo: uma só bandeira, um só hino e um só partido, ou seja, o Brasil, a pátria e o povo brasileiro<sup>366</sup>. Esse conjunto tríplice que constitui a unidade do sentir tradicionalista evidenciou a obra potentosa e a ação patriótica de Getúlio Vargas como chefe nacional em benefício da pátria. Diante desse fato concreto, ressaltava-se a triste figura que faziam os brasileiros ao agirem cheios de fé, ardorosos e sinceros nas competições partidárias, em todos os tempos e em todas as épocas<sup>367</sup>.

Com referência à narrativa de o *Noticioso*, constatamos a força do signo e acrescentamos as contribuições de Gil ao expor:

---

<sup>363</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 137 - 138.

<sup>364</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>365</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>366</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>367</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.



Se o prestígio nasce da atribuição de um excedente de força que corresponde a um conhecimento que, à partida e em particular, se torna rapidamente num dom que ultrapassa a esfera inicial, pode-se dizer que o excedente atribuído ao homem de prestígio é sempre acompanhado de uma redução de uma quantidade igual de força naqueles que se declaram menos competentes. O homem de prestígio funda o seu poder conferindo-lhe fins sociais, garantindo funções extraordinárias e gerais à sua própria potência. Nesse sentido, o homem de prestígio socializa forças e introduz mecanismos de dominação: a atribuição de prestígio é sempre acompanhada de ritos, interditos, obrigações, de todo um conjunto de representações e de crenças que implicam a submissão á força que se teme. Por isso, a fidelidade ao homem de prestígio é um primeiro gesto para instaurar o poder<sup>368</sup>.

Para a aceitação e o entendimento do discurso por aquele ao qual se destina, é necessário o prestígio adquirido daquele que o propõe e, também, que a proposição seja plausível de ser percebida e decifrada pelos agentes receptores. Assim, ainda analisando o discurso do jornal *Noticioso*, citado anteriormente, apropriamo-nos da contribuição de Bourdieu, que destaca a dimensão política das lutas de representação, cuja eficiência específica não deve ser desdenhada reduzindo-a a uma manifestação das realidades sociais e econômicas. Portanto, a relação de força pela conservação ou transformação da visão de mundo social e dos princípios de ordenação e hierarquização da sociedade é consequência de uma ação política objetivada. Para Bourdieu,

o conhecimento do mundo social e, mais especificamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo<sup>369</sup>.

As representações políticas são aquelas que têm por objetivo a construção de um ponto de vista e de uma classificação do mundo social, constituindo, dessa maneira, o capital simbólico direcionado para a luta pelo poder, porém no jogo político<sup>370</sup>.

Ainda de acordo com as notícias publicadas no jornal *Noticioso*, a elite política consolidada investia recursos que não possuía; peregrinava por toda parte, apostando e convencendo, trabalhando sem descanso; lutava, matava e morria pelas idéias persuasivas que apontavam para um ideal superior, em nome do bem da pátria, quando, na verdade, essa elite defendia, mesmo, o bem-estar de um pequeno grupo, seletivo, que não se afastava do poder,

<sup>368</sup> GIL, José. Força do Signo/ no signo. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 14. p. 63.

<sup>369</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.142.

<sup>370</sup> Idid. p. 142-144.

com raras exceções<sup>371</sup>.

No parágrafo acima citado pelo *Noticioso* fica evidente a idéia da circularidade, pois o caráter relacional do poder deveria ser estabelecido em todos os níveis da estrutura social, definido não como propriedade de algo ou alguém, ou ainda localizado nas mãos exclusivamente de alguns, mas com uma relação em corrente, experimentada no mundo social, conjugando, no mínimo, dois lados, “os brasileiros” e o “governo Getúlio Vargas”.

Com referência à noção de poder, buscamos compreender a função dos sistemas simbólicos como instrumento de lutas políticas, recursos esses que cumprem seu papel político como meios de “imposição ou de legitimação da dominação”<sup>372</sup>. Bourdieu nomeia poder simbólico ou o poder do simbolismo como “um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”<sup>373</sup>.

O relato do jornal *Noticioso* salientava que, em nome da manutenção do poder, os representantes da elite dominante mostravam-se amáveis, prometendo benesses para os que assim o exigiam, em nome do apoio de que precisavam. Contudo, a partir do momento em que se sentiam seguros de suas conquistas, esqueciam-se totalmente de quem os apoiara, argumentando que não dispunham de tempo para “divisar, nas planícies desoladas”, os companheiros que haviam servido de degraus para que subissem às alturas onde se achavam. E quando qualquer correligionário com incontestáveis serviços prestados ao partido, em momento de desespero, procurava cercar-se dos potentados para solicitar um emprego que o amparasse, ou um auxílio que o tirasse da miséria, era repellido como inoportuno e indesejável<sup>374</sup>.

Prosseguindo na análise do mesmo jornal encontramos um ditado popular que comprova como eram tratados os interesses políticos da época: “doa a quem doer”. Assim é que eram justificados casos isolados de proteção aos companheiros de partido, bem como de perseguição aos desafetos. O Estado Novo, pondo fim às competições político-partidárias,

<sup>371</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>372</sup> BOURDIEU, op. cit. p.11.

<sup>373</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 166.

<sup>374</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

acabara também com a fonte de exploração dos chefes de partidos, que tinham a ufania da fraude como padrão de vitória, a ingratidão como código de governo e a injustiça como evangelho de atitudes<sup>375</sup>. Não foi em vão que Campos Neto afirmou que **“com uma única bandeira a drapejar por todo o território nacional um único hino a emocionar o sentimento de brasilidade, marcharemos avante para um futuro de glórias da nossa majestosa Pátria, unidos, pelo coração para a grandeza do Brasil”**<sup>376</sup>. (grifos nosso).

As representações salientadas pelo *Noticioso* são marcadas pela apropriação e ressignificação de diferentes símbolos nacionais. As referências a símbolos que encarnam o espírito da nação, como a bandeira, o hino, a Constituição, os heróis, as batalhas, são elementos importantes na organização e apresentação dos dirigentes à sociedade civil.

Conforme Colussi<sup>377</sup>, o período do Estado Novo constituiu-se num momento de radicalização e de consolidação do processo que se iniciara em 1930 e que trouxera em suas estruturas algumas transformações profundas, cuja intensidade foi sentida de formas diferentes pelos grupos sociais nas diversas regiões do país. Partilhando da mesma opinião de Colussi temos Veloso<sup>378</sup>, para quem a consolidação do regime estado-novista deu-se por meio de um novo modelo de Estado, assim como de novas formas de relacionamento com a classe dominante, em parte, por causa do autoritarismo na condução da vida política nacional e, em outra, pela capacidade desse regime de angariar adesões e absorver conflitos. Segundo Carone<sup>379</sup>, o decreto de extinção dos partidos não foi taxativo sobre o futuro político dos partidos; ficava proibida até a promulgação da lei eleitoral a organização de partidos políticos, podendo os existentes continuar a funcionar como sociedades civis para fins culturais, beneficentes ou desportivos.

Dos ensinamentos históricos sintetizados, devemos referenciar que antes da instalação do Estado Novo ocorreu o rompimento do acordo gaúcho efetuado pelas oposições quanto à execução do “octólogo”<sup>380</sup>, dando lugar à formação da Comissão Mista. De acordo com

<sup>375</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>376</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

<sup>377</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 71 – 73.

<sup>378</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração no campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de (Org.). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71.

<sup>379</sup> CARONE, Edgard. *A segunda república nova (1930-1937)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 174.

<sup>380</sup> Originou-se para o caso da sucessão presidencial da República, procurando realizar entendimentos entre o

Colussi<sup>381</sup> em 26 de novembro de 1937, a Comissão Mista reuniu-se com os representantes dos partidos políticos que a integravam e se aliavam a Getúlio Vargas, por ocasião da retirada de Flores da Cunha do governo do estado do Rio Grande do Sul. Nessa reunião foram definidos os critérios que seriam adotados para a divisão dos municípios gaúchos entre os partidos políticos extintos, ou seja, PRR, PL e Dissidência Liberal. Quando Flores da Cunha se retirou da interventoria do Rio Grande do Sul, para evitar a exposição do povo gaúcho a uma luta armada, os grupos políticos já haviam se mobilizado para ocupar os espaços políticos vagos. No governo de Daltro Filho o secretariado demonstrou a força da oligarquia gaúcha, pois os cargos foram ocupados de maneira equilibrada pelos três grupos políticos.

Silva<sup>382</sup> refere-se a esse período mencionando que a Comissão Mista, mantinha registro dos critérios para a divisão dos municípios gaúchos, com os quais fica evidente a intenção de seus integrantes manter suas bases de sustentação, que se originavam dos laços de compromissos com líderes municipais. A ata da Comissão Mista trazia em seu texto a forma como seriam distribuídos os cargos nas prefeituras do estado, que se denominava “interpartidária”. Criada em 19 de novembro de 1937, quando se reuniram os órgãos diretores do PRR, do PL e da Dissidência Liberal, a Comissão Mista tinha o objetivo de coordenar as atividades das três correntes partidárias envolvidas no processo. A ata da Comissão foi lavrada e assinada por componentes efetivos: Protásio Vargas, representando a Dissidência Liberal; Batista Luzardo, representando o PL; como não se encontrava na reunião Maurício Cardoso, representante efetivo do PRR, assinou em seu lugar Firmino Paim Filho, seu suplente na Comissão.

A ata também explicitou o resultado dos trabalhos realizados nas diversas reuniões que já haviam sido efetuados, bem como de que maneira os componentes da Comissão Mista se relacionariam, ou seja, num ambiente de cordialidade, de espírito de mútua compreensão das correntes partidárias que apoiavam a União e o estado em vista dos últimos acontecimentos políticos. Relatava, também, que os componentes da Comissão Mista mantinham o propósito de servir lealmente aos patrióticos intuítos que orientavam à Frente Única e a Dissidência

---

governo e as oposições. O surgimento da Comissão Mista, deu-se devido ao rompimento do octólogo, a qual ficaria encarregada dos assuntos referentes à sucessão presidencial em 1936. Manifesto das oposições coligadas. *O Nacional*. Passo Fundo, n. 2568, ano XI, 1º dez. 1936. p. 3.

<sup>381</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 103 – 105.

<sup>382</sup> SILVA, Hélio. *1937: Todos os golpes se parecem*. Documentos da História Contemporânea - Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1970. p. 513-516. v. 11.

Liberal no sentido de unir, definitivamente, o Rio Grande sob o regime outorgado ao país pela Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937<sup>383</sup>.

Em relação às indicações para prefeituras, segundo a ata da Comissão Mista, foi estabelecido, por unanimidade, o seguinte critério:

[...] **as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao PRL serão providas por elementos pertencentes a Dissidência Liberal**, devendo, porém o candidato ser indicado em harmonia com a Frente Única. Far-se-á exceção para casos especiais, como, entre outros, aqueles em que a maioria eleitoral da Frente Única for manifesta. Quanto às subprefeituras dos municípios de referência, deverão ser preenchidas de acordo com os índices eleitorais dos partidos coligados, reservando-se preferentemente aos elementos da frente Única os distritos em que a mesma dispõe de maioria eleitoral, na hipótese de serem aqueles lugares mantidos pela nova organização política do Estado, em elaboração. Nos casos que pressupõe a exceção acima referida adotar-se-á o mesmo critério em benefício da Dissidência Liberal<sup>384</sup>. (grifos nosso).

Por ocasião do golpe de 1937, a ata da Comissão Mista informava que, num universo de 85 municípios, 36 permaneceriam com o mesmo prefeito, 28 passariam a ter prefeitos nomeados pela Comissão e em 21 seria realizado um estudo detalhado da situação, adotando-se posteriormente uma definição. Ainda, ficou deliberada a permanência dos prefeitos nos seguintes municípios: Alegrete, Arroio Grande, Arroio do Meio, Bagé, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Caçapava, Candelária, **Carazinho**, Encantado, Encruzilhada, Estrela, Garibaldi, Herval, Iraí, Jaguarão, Lajeado, Lavras, Osório, Palmeira, Pinheiro Machado, Piratini, Prata, Rio Grande, Rosário, Santa Rosa, São Borja, São Jerônimo, São Jose do Norte, São Leopoldo, São Sepé, Santiago do Boqueirão, São Vicente, Tapes, Torres e Viamão (grifo nosso). Foram feitas nomeações, pela Comissão Mista, de prefeitos para os municípios de: Alfredo Chaves - Rogério Galleazzi; Antonio Prado - Valdemar Paim; Caxias - Juvenal José Pinto; Erechim - Aldo Arioli; Farroupilha - Francisco da Cunha Rangel; Flores da Cunha - Adalberto Pio Souto; Getúlio Vargas - Ariovaldo Domingues; Guaíba - Otaviano Manoel de Oliveira Júnior; Guaporé - Manoel Francisco Guerreiro; Ijuí - Emílio Martins Buhner; Júlio de Castilhos - Anápio Barcelos Feio; Lagoa Vermelha - Oscar Alves Chaves; Livramento - João Jacinto Costa; Montenegro - Pompílio Cilon Fernandes Rosa; **Passo Fundo** - Antero Marcelino; Quaraí - Bento Lima Júnior; Santa Cruz - Osvaldo Jordan; Santa Maria - Antonio Xavier da

<sup>383</sup> Ibid. p. 514 –515.

<sup>384</sup> SILVA, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem. Documentos da História Contemporânea - Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1970. p. 514-515.

Rocha; Santa Vitória - José Maria Cota de Melo; Santo Ângelo - José Cezimbra Machado; São Francisco de Assis - João de Sousa Fraga; São Gabriel - Rui Zubaran; Soledade - Leonardo Sefria; Taquari - Gumercindo Lourenz.; Triunfo - Horácio Antonio de Sousa; Tupanciretã - Hélio Fernandes; Uruguaiana - Flodoardo Silva; Vacaria - Sátiro Dorneles de Oliveira Filho. (grifos nosso).

Um número de 21 municípios, excluindo Porto Alegre, encontrava-se em conformidade com os partidos que apoiavam a situação criada pelo golpe de estado. A Comissão Mista continuava o meticuloso processo de estudo das condições políticas e administrativas de cada município, procurando ajustar as condições das respectivas prefeituras, contentando as chefias políticas locais<sup>385</sup>.

Em 1937, o *Jornal da Serra* publicou uma nota informando que a Frente Única e a Dissidência Liberal de Carazinho, pelos seus dirigentes legítimos, preveniam os seus correligionários e amigos, e em geral ao povo carazinhense, que a concentração política dos partidos que apoiavam o governo da República no município só seria organizada quando a Comissão Mista de Porto Alegre julgasse oportuno. Para tal fim, seguiria para a capital do estado uma delegação das correntes partidárias que trataria dessa organização, bem como dos interesses do município. Informavam, ainda, que não seria admitida nenhuma interferência quanto à organização política das correntes, desautorizando qualquer divisão nesse sentido por quem não estivesse devidamente autorizado pela direção. A nota foi assinada por Alcides Albuquerque, do PRR, Engrácio Dias de Menezes, do PL, e José Ivalino Brum, da Dissidência Liberal<sup>386</sup>.

Mesmo com a extinção dos partidos políticos, observamos em nota do *Jornal da Serra* de 1937 a articulação existente entre PRR, PL e Dissidência Liberal:

[...] passou por esta, com destino à capital do estado **A. A. Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul e chefe do PRR**. [...] foi aguardado na gare por uma comissão da Frente Única compostas de Alberto Graeff, Engrácio Dias de Menezes, Alberto Velho de Souza, Eduardo Graeff, Norberto Madureira Coelho, Aparício Nunes, Oscar Weidlich e A. Canuto de Souza, que apresentou ao ilustre viajante suas saudações [...] <sup>387</sup>. (grifos nosso).

<sup>385</sup> Ibid. p. 513 -516.

<sup>386</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 434, ano VII, 25 nov. 1937. p. 04.

<sup>387</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 434, ano VII, 25 nov. 1937. p. 04.

Embora todas as obras consultadas destaquem a extinção dos partidos políticos, podemos verificar que, em âmbito regional e local, eles continuavam se articulando sob a bandeira da Comissão Mista, que apoiava Getúlio Vargas; em nível nacional, buscavam se articular através de sindicatos, unindo-se por categorias profissionais.

Conforme Piccolo, embora fosse uma conjuntura de crise, as circunstâncias eram diversas desde 1937, quando Getúlio Vargas dera o golpe. Entre essas circunstâncias estava a Constituição de 10 de novembro, que se referia à crescente crise dos dissídios partidários, realizada por meio de propaganda demagógica, procurando desnaturar a luta de classes; ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista; na Constituição encontrava-se justificado o apoio das Forças Armadas, cedendo às inspirações da opinião nacional, assegurando à nação a unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade<sup>388</sup>.

O golpe teve conotações conservadoras. Com o Estado Novo foram redefinidas não só as relações entre o Estado e as classes sociais, mas entre o Exército e a sociedade civil, através de uma ideologia que, segundo Rowland, “[...] mal formulada composta da integração nacional, através da unificação política, os estados subordinados ao governo central, a eliminação de conflitos sociais, obtendo a integração social e o exército fortalecido como defensor da nação”<sup>389</sup>.

Colussi acrescenta que, em nível regional, o conservadorismo foi muito forte, pois a presença da Comissão Mista, dividindo e definindo o poder em conjunto com os representantes do regime, marcou o quadro político no Rio Grande do Sul pelas repercussões governamentais dos interesses tradicionais nos municípios, muito embora houvesse interesses locais diversos e contrários às diretrizes estado-novistas. Mesmo assim, a Comissão Mista manteve o compromisso assumido com seu parceiro maior, o Estado. A oligarquia gaúcha e os poderes públicos municipais foram cooptados pelas forças que se uniam e, ao mesmo

---

<sup>388</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 201- 205.

<sup>389</sup> ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 204.

tempo, houve a repressão representada pelo Estado Novo. Getúlio Vargas objetivava o enfraquecimento político dos poderes estaduais por intermédio dos municípios, que ocuparam posição de destaque e de valorização na evolução política brasileira. Houve, portanto, uma nova hierarquização das esferas do poder, contribuindo para o enfraquecimento da esfera estadual em relação à federal e à municipal<sup>390</sup>.

Com o golpe de estado, observamos que os institutos faziam parte do projeto de centralização e fortalecimento do governo federal e, juntamente com as autarquias e conselhos econômicos, compunham um conjunto de mecanismos que, dando-lhes uma dimensão mais integrada e abrangente, resultou numa intervenção estatal na economia<sup>391</sup>. No Estado Novo, foram criados institutos específicos de expressão estadual ou regional, como o Instituto Nacional do Mate (1938) e o Instituto Nacional do Pinho (1941), vinculados à política local e encarregados de conhecer, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos<sup>392</sup>.

Em Carazinho, havia inúmeras entidades de produtores, associações de comerciantes e de transportadores, que, freqüentemente, organizavam comissões para pressionar o governo do estado a resolver o problema da falta de vagões, o que constituía um ponto de estrangulamento no dinamismo da economia da madeira. A falta de um local de armazenamento da madeira nas estações era outro problema evidenciado na época, como já se apontou<sup>393</sup>.

O sistema ferroviário esteve vinculado à ocupação do espaço regional e da propriedade da terra, bem como com a questão da madeira na região do Planalto, mais especificamente, em Carazinho. Por mais que o dinamismo da madeira fosse grande na década de 1930, a falta de vagões impedia uma melhor adequação entre o que era derrubado e o que era comercializado, de modo que muita madeira ficava estocada à beira da rodovia ou nas pequenas estações da região. Sem uma rede eficiente de transporte, os capitalistas do setor contabilizavam perdas, preocupavam-se com o desemprego dos trabalhadores e articulavam

---

<sup>390</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 115 – 168.

<sup>391</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986. p. 110-112.

<sup>392</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 89 - 90.

<sup>393</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 514, ano V, 08 jan. 1930. p. 2.



grupos para pressionar o poder público local, exigindo solução para o premente problema que assolava todas as classes de trabalhadores de Carazinho<sup>394</sup>.

A madeira teve grande contribuição para o desenvolvimento da indústria no país no período pós-década de 1930, quando as matas eram fonte de matéria-prima, mercadoria que tinha grande aceitação no circuito mercantil. As estradas de rodagem, as carretas e, posteriormente, os caminhões, os rios e, especialmente, o rio Uruguai e da estrada de ferro foram importantes para o desenvolvimento, tanto em nível local quanto no regional e nacional<sup>395</sup>. Essa nova conjuntura econômica refletia-se nas mudanças políticas em nível regional e repercutia no local. Hillebrand estava inserido nesse momento histórico.

O *Jornal da Serra* teceu considerações sobre o Estado Novo e às lutas partidárias que haviam sido extintas, trazendo uma era de paz e prosperidade para o Brasil, em um ambiente de ordem. O jornal salientou que antes do advento do Estado Novo, Carazinho vivia em constantes perturbações oriundas da luta partidária e da supremacia de uma das facções, fértil em desmandos de toda a espécie. As arbitrariedades se sucediam numa seqüência alarmante, prejudicando os adversários dos detentores do poder. Estes adversários não tinham direito a coisa alguma, encontrando por toda parte má vontade, num ambiente hostil e ameaçador. Denúncias injustas, transferências eram o prêmio dos que não queriam ler a cartilha dos mandões. Lentamente, porém, o panorama sofreu as suas transformações. Os acontecimentos obrigaram os partidos a modificarem a sua orientação e adversários fidalgais se abraçaram lealmente, formando uma frente única para a defesa dos ideais nacionais. [...].<sup>396</sup>

Durante a vigência do Estado Novo, o *Jornal da Serra* trazia em suas páginas relatos da época, focalizando, em especial, a exaltação da figura de Vargas. Nesse sentido vejamos:

**[...] o Jornal da Serra, associando-se ao júbilo do povo desta terra bendita, rende ao supremo Chefe da Nação, ao Interventor Federal neste Estado, e ao Albino Hillebrand, prefeito municipal, esta homenagem estampando suas fotografias. Getúlio Vargas guia seguro do Estado Novo, traçou rumos definitivos ao Brasil nestes tempos de incertezas e ameaças, Osvaldo Cordeiro de Farias tem sido um batalhador incansável do progresso do Estado, Albino Hillebrand, realizou uma obra administrativa apreciável, que muito contribuiu para a transformação material do município. Aí fica, pois, a nossa homenagem, que**

<sup>394</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 514, ano V, 08 jan. 1930. p. 2.

<sup>395</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 514, ano V, 08 jan. 1930. p. 2.

<sup>396</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 437, ano 8, 16.de dez., de 1937. p. 4.

também é o preito de admiração em respeito do povo agradecido aos seus governantes forjadores da grandeza da Pátria<sup>397</sup>. (grifos nosso).

De acordo com o relato do *Jornal da Serra*, percebemos a simbologia retratada de forma a enaltecer as figuras de dirigentes no período do Estado Novo. Símbolo forte nesse período era a fotografia, um recurso valioso que caracterizou a propaganda varguista. De acordo com Capelato, “as fotos, os retratos faziam parte do universo simbólico expresso no regime estadonovista, já que o uso das imagens fotográficas no Brasil revelaram a preferência pela representação objetiva da realidade, explicada como um traço da cultura política brasileira”<sup>398</sup>. A interpretação do universo simbólico compreende aproximações variadas e complexas. Nesse sentido, o prestígio de Vargas tem uma relação estrita com o seu próprio carisma. Vale ressaltar que a produção de símbolos se relaciona com o prestígio, que resulta no poder, cuja marca é um símbolo particular.

Por outro lado, a nomeação de políticos marginais para as funções elitizadas demonstrava a linha de continuidade e de influência da oligarquia agrária nesse contexto. A identificação ideológica dos interventores com a política tradicional possibilitou que as resistências fossem vencidas e que os velhos políticos ocupassem espaços importantes dentro da nova organização política<sup>399</sup>.

Getúlio Vargas, apoiado pelo Exército, iniciou um regime de força centralizado, disposto a transformar e industrializar o país. As conseqüências de sua política para o Rio Grande do Sul são muitas, iniciando pela intervenção federal. O governo de Getúlio indicou para governador do Rio Grande do Sul o general Daltro Filho, que teve como uma das primeiras missões desestabilizar e desarmar a Brigada Militar e os Corpos Provisórios. Para que as ordens fossem cumpridas, tropas do exército se concentraram em Porto Alegre, provenientes de outras regiões e na divisa com Santa Catarina. Discordando da política de

---

<sup>397</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 765, ano XI, 24 fev. 1941. p. 01.

<sup>398</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 50-51.

<sup>399</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 196-205.

Vargas e para evitar a violência, Flores da Cunha exilou-se no Uruguai<sup>400</sup>.

*O Nacional*, em nota no ano de 1938, ressaltou a atuação de Vargas no que se referia às Forças Armadas do Brasil. Assim, de acordo com a manchete anunciada, elevava textualmente a figura de Vargas:

Palavras do sr. Getúlio Vargas. Rio, 12 (N)- Discursando, por ocasião da inauguração das novas instalações da escola naval, o sr. Getúlio Vargas afirmou estar empenhado na reconstituição do poderio naval da nação e apelou em favor da continuação dos trabalhos para o erguimento da marinha. Frisou: **“Não nos deixemos impressionar pelos descontentes profissionais, pelos conspiratas e pelos golpistas”**. Acentuou que o momento é de decisão e de luta. Cada um deve cumprir o seu dever. Ele cumprirá o seu a qualquer preço<sup>401</sup>. (grifos nosso).

A análise apresentada revela aspectos de poder pela força que repercutem no campo político, produzindo momentos de confronto entre as classes sociais e o governo. Estamos diante de um processo fundamental da formação do poder pela força bruta, pois o exercício legítimo do poder confere autoridade e é certo que é no político que se forma o poder. Com base nesses pressupostos Baczko explica:

O poder político cerca-se de representações coletivas e que para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico e garante-se a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada razão pela qual se constituem em objeto de lutas e conflitos. [...] ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima uma ordem, qualquer sociedade instala também guardiões do sistema que dispõe de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos<sup>402</sup>.

Cabe aqui referir o exposto por Fairclough: “Discursos são elementos táticos que operam no campo de relações de força, podem existir diferente discursos e mesmo contraditórios na mesma estratégia, podem circular sem mudar sua forma de uma estratégia a

<sup>400</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 97.

<sup>401</sup> O NACIONAL. *Passo Fundo*, n. 3021, ano XIII, 13 jun. 1938. p. 1.

<sup>402</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986. v. 5, apud: FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 142.

outra que seja oposta”<sup>403</sup>.

Sucedendo Daltro Filho, foi nomeado como interventor do Rio Grande do Sul o coronel Cordeiro de Farias, cujo plano de governo enfatizava a campanha nacionalista, que, juntamente com outros interesses internos dos estados, iria interferir significativamente nas zonas coloniais. Salientamos que a política de nacionalização da época aterrorizou os teutos e italianos, especialmente pelos atos de repressão político-policial efetuados pelo Departamento de Ordem Social e Política (DOPS) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>404</sup>.

Nesse sentido, a campanha nacionalista fechou todas as escolas de língua alemã e italianas, estas últimas em menor número, substituindo-as por escolas de língua portuguesa. Sob o comando de Aurélio Py e Plínio Brasil Milano, a polícia cometeu atrocidades, sobretudo após 1942. Deflagrou-se, assim, o processo de nacionalismo, em cuja base se encontrava a percepção das contradições geradas com a dependência externa, a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à realidade brasileira e a ampla utilização dos recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado.

No ano de 1938, freqüentemente, os jornais da região divulgavam eventos, a exemplo da Semana da Pátria, acompanhados de pronunciamentos de Vargas, de modo a reacender no espírito do povo intenções da elite política de submissão. Nesse sentido, a edição de *O Nacional* de 9 de setembro de 1938 anunciou

**Falou ao País o sr. Getúlio Vargas. Rio, 9 (N)- Encerrando a semana da pátria, falou, pela voz do Brasil, através de todas as emissoras nacionais, o sr. Getúlio Vargas. Entre outras coisas disse o presidente que a pátria não é apenas uma extensão territorial, mas principalmente a comunidade moral e afetiva do povo. Expôs, a seguir, a obra feita pelo Estado Novo mostrando as necessidades do aprimoramento da raça, pelo preparo físico e cultural nas novas gerações. Disse que as comemorações anuais da pátria e da raça prosseguirão como um penhor do revigoramento da mocidade nacional**<sup>405</sup>. (grifos nosso).

No Estado Novo, o uso de símbolos, tornou-se uma constante e, dentre os mais explorados, encontravam-se a bandeira brasileira e a figura de Vargas como forma de

<sup>403</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 1993. p. 130.

<sup>404</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 97.

<sup>405</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 3095, ano XIII, 9 set. 1938. p.1.

representação visual. Assim relata Capelato:

Muito significativo é o cartaz onde se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde, e no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado, estão os dizeres “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande Trindade Nacional: Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso Chefe”. A referência à simbologia cristã da Santíssima Trindade é clara: a sacralização dos símbolos garante maior força à imagem<sup>406</sup>.

Registramos também que a imprensa situacionista tinha o intento de reacender no espírito do povo intenções da elite política, ou seja, intenções de submeter o povo à obediência do novo regime. Criou-se, portanto, a necessidade do mito político, que, para Félix “deveria ser constantemente repetido enquanto forma de dizer algo”. Para Pierre Ansart,

toda a sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui identidades e papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas como as sociedades sem escrita produzem estes imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais se autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores.<sup>407</sup>

Na comemoração da passagem do primeiro aniversário do Estado Novo, *O Nacional* divulgou na primeira página uma entrevista de Vargas, na qual ele se referia ao Estado Novo da seguinte forma:

O sr. Getúlio Vargas concedeu uma entrevista coletiva. Rio, 11 (N)- **O sr. Getúlio Vargas comemorando a passagem do primeiro aniversário do novo regime**, concedeu uma entrevista coletiva aos jornalistas, falando longamente sobre o momento nacional, passando em revista os aspectos políticos, econômicos e financeiro do País, durante o ano governamental que passou sob o novo regime. **Expôs o plano quinquenal elaborado, o qual deverá ser aprovado em janeiro próximo por uma conferência nacional de interventores**<sup>408</sup>. (grifos nosso).

O discurso do jornal pretendia demonstrar que a elite representada por Vargas e pelos interventores mantinha uma posição definida perante as questões políticas e econômicas, mas também buscava manter o poder e consolidar seus interesses, tanto se utilizando da força

<sup>406</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998. p. 48.

<sup>407</sup> ANSART, Pierre. Ideologias, conflictos y poder. Apud: FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 145.

<sup>408</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 3146, ano XIII, 11 nov. 1938. p.1.

quanto das representações mentais. Para Félix, “o uso da memória consolida a identidade, gerando a identificação entre o chefe político e o povo. O reconhecimento se dá pela legitimidade da ordem estabelecida chegando a ponto de que a manutenção das instituições é aceita como evidência em fatos”<sup>409</sup>.

Destacamos que durante a vigência do Estado Novo, como discorremos anteriormente, o assunto predileto dos jornais era enfatizar, por meio de manchetes, as realizações do mesmo, com ênfase na campanha nacionalista. A esse respeito, o *Jornal da Serra* de 11 de novembro de 1939 trouxe uma nota sobre o novo regime e a passagem de mais um aniversário, aludindo também aos atos patrióticos exercidos por Vargas pelo bem do Brasil. De acordo com o periódico:

**Transcorreu ontem o segundo aniversário da promulgação da Constituição de 10 de novembro**, com a qual foi instituído o Estado Novo no Brasil pelo sr. Getúlio Vargas. O regime imperante desde 89, cedendo as maquinações da política interesseira e pessoal, tornara-se ineficiente na atualidade conturbada que estamos vivendo, encaminhando o país para o caos e a destruição. Não dispunha dos elementos de controle indispensáveis, para reagir contra a irrupção de ideologias importadas. O poder público estava debilitado, sua ação se tornará impotente para dominar a arremetida de elementos audaciosos que recebiam a senha de fora. A última campanha presidencial encaminhava-se para uma solução revolucionária, sem vantagem alguma para a nação, que se aliará da disputa eleitoral. **Foi bem pesando suas responsabilidades de chefe de governo que o atual presidente da República implantou o Estado Novo, encaminhando o Brasil para os seus verdadeiros destinos de nação livre e cônica de seus direitos e deveres.** Amparado pelas forças armadas de terra, mar e ar e contando com o apoio decidido da nação, o dr. Getúlio Vargas promulgou a constituição de 10 de novembro. A Carta Magna deu, inspirada na realidade nacional, coesão e força no governo para poder enfrentar resolutamente as forças dissolventes que tramavam contra o Brasil. Fomentando a economia, melhorando a situação financeira, incentivando novas indústrias, dando eficiência as forças armadas, **o Estado Novo vem cumprindo a risca seu grandioso programa administrativo, valorizando os municípios dessa grandiosa nação, encaminhando o Brasil para uma situação de paz, ordem, trabalho e riqueza, sob a direção patriótica, serena, elevada e enérgica do sr. Getúlio Vargas**<sup>410</sup>. (grifos nosso).

A partir do relato do *Jornal da Serra*, percebemos que ele toma posição retrospectiva para justificar posição favorável a Getúlio Vargas, certamente sem esquecer que estava sob rígida censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O jornal utilizou-se do símbolo como instrumento de comunicação e exaltou as virtudes morais do homem político. Para tanto, corroborou Bourdieu ao salientar a “pureza de intenções e desinteresse pessoal, o

<sup>409</sup> FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 144.

<sup>410</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 576, ano IX, 11 nov. 1939. p. 01.

bem público em detrimento dos interesses individuais e o reconhecimento do poder do líder”<sup>411</sup>.

Capelato salienta que textos de inúmeros tipos foram escritos para enaltecer a figura de Vargas e também sua administração. Neles a imagem do chefe era delineada com base em atributos altamente positivos, que o transformavam em um ser fora do comum, fadado à missão libertadora que seu tempo lhe reservara<sup>412</sup>.

Outro aspecto que ganhou importância no Estado Novo foi o referente à valorização dos municípios, na medida em que no decorrer desse período desenhou-se um outro enfoque, a partir do qual se estabeleceu uma nova hierarquia entre as esferas do poder, ou seja, o enfraquecimento das esfera estadual em relação às esferas federal e municipal. Reconheceu-se que o município se constituía na base da organização política nacional, integrada à política centralizadora do mercado nacional. Os autores consultados demonstram a consciência do atraso econômico, da desorganização administrativa, da influência das elites locais articuladas com as estaduais e com a falta de uma política tributária que proporcionasse autonomia financeira aos municípios<sup>413</sup>.

Nesse contexto situamos a Constituição de 1937, que enfatizou a autonomia municipal e procurou justificar a tutela político-administrativa que a Carta política legalizara, demonstrando que o conteúdo da tutela era novo no país<sup>414</sup>. Em nível local, após a decretação do Estado Novo, mais especificamente em janeiro de 1937, através do jornal *A Federação* temos notícia dos corpos provisórios no Rio Grande do Sul, bem como de um depoimento a respeito da comissão diretora do PRL de Carazinho. Assim relatou o jornal:

[...] recebemos de Carazinho o telegrama abaixo a propósito ainda das recentes **declarações do sr. Alberto Pasqualini sobre os corpos provisórios deste Estado:** Carazinho, 21 – em fase da questão dos provisórios, está comissão diretora, cumpre o dever de esclarecer o caso de Serafim Moura de Assis, presentemente em Soledade, e que possivelmente será explorado pelo irrequieto vereador Pasqualini, **que em 1932 procurava, inutilmente, ligações para perturbar a ordem, aliciando adeptos para derrubar o Governo Federal.** Nessa ocasião o vereador Pasqualini, apelava justamente pela facilidade **dos gaúchos se reunirem em corpos provisórios inaugurados pelo seu atual chefe Borges de Medeiros**, no sentido de

<sup>411</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 185-187.

<sup>412</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 257.

<sup>413</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 76.

<sup>414</sup> PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M. K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 61-64.

perturbarem a ordem derrubando o Governo, que esta criação idealizada pelo dr. Borges de Medeiros teve seu êxito garantido justamente pela defesa dos postulados da ordem e das instituições. Viu com profundo despeito que os malsinados provisórios formavam ao lado da ordem e das instituições do Brasil, opondo-se ao desencadeamento da anarquia. No caso em tela, o sr. Mauro Assis veio a este município para organizar turmas para as estradas de rodagem que ligam essa vila a Não-Me-Toque. **A oposição que desenvolvemos foi ao homem, não ao fim.** A estrada estadual cumpria ao Estado fazê-la de vez que nos ligava ao município de Soledade. **Não nos convinha o sr. Moura Assis dada as suas ligações com pequeno número de descontentes liberais que aliados aos correligionários do sr. Pasqualini combatiam a candidatura liberal a prefeito.** Esta foi a razão porque se os governos precisarem de elementos para se manterem não será necessário aliciarem cem ou cento e poucos homens para comporem estradas. Os ex-provisórios que neste município atinge alguns milhares, estarão prontos a seguir o benemérito Governo do estado, em defesa da ordem e da legalidade. É preciso que o tráfego Pasqualini, **saiba que aqui no interior do Rio Grande tão provisório é o caboclo, sem bens e sem destino como o alto funcionário, criador ou proprietário.** E o sr. Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha que já foram provisórios, sabem bem disso, sem necessidade que os esclareça o sr. Pasqualini, cuja atividade se circunscreveu as batidas da policia a seu ninho da rua da misericórdia, nessa capital. Eis o nosso depoimento no caso. Cordiais saudações – Albino Hillebrand, Paulo Coutinho, Pery de Pádua, dr. Eurico Araújo<sup>415</sup>. (grifos nosso).

Dessa forma, percebemos que no cenário político carazinhense, as elites políticas rebelaram-se contra a aceitação de nomes, não contra as ações que eles representavam, demonstrando, mais uma vez, que os conflitos e interesses políticos sempre se sobrepuseram aos demais, especialmente na preservação de cargos e nomes pré-determinados, e na manutenção do poder daqueles que já haviam se acostumado ao mesmo e eram velhos atores do cenário político.

## 2.6 Composição das elites

Embora existam diversidades de interpretações entre os estudiosos, a composição das elites brasileiras a partir da Revolução de 1930 reflete a leitura do significado político apontando em duas direções: reflexo dos interesses emergentes da classe média e tentativa de instauração da dominação burguesa no país. A segunda hipótese tem sido vista como a mais próxima dos anseios nacionais da época, pois congregava um expressivo número de empresários e industriais, que tinham o poder de decidir em alguns dos mais importantes

---

<sup>415</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 20, ano XLIII, 23 jan. 1937. p. 05.



segmentos estatais<sup>416</sup>. Evidentemente, a Revolução de 1930 anunciou um período no qual ocorreram muitas transformações no plano econômico e social do país, acelerando a implantação da sociedade industrial.

Analisando o cenário político que permeou a época a partir de 1930, com foco nos acontecimentos que deram suporte ao quadro revolucionário, a ênfase repousa nas origens e no conteúdo oligárquico das cisões regionais, que produziram o movimento e lhe conferiram, em sentido político, um caráter de continuísmo, ou seja, uma seqüência da Velha República, contra a qual se insubordinaram<sup>417</sup>.

A respeito dessa afirmação, encontramos alguns trabalhos tomados como modelo ao longo das leituras, como é o caso da análise realizada por Barbosa Lima Sobrinho, ressaltando a importância das coalizões regionais e da presença oligárquica no jogo sucessório, diminuindo as forças sociais nos conflitos que se sucediam e dando espaço à ocupação formal do Estado pela dissidência oligárquico-revolucionária, que assumira o poder em outubro de 1930. Na mesma linha se encontram os estudos feitos por Virgínio Santa Rosa, para quem as tendências reformistas do tenentismo, após a tomada do poder, mostraram-se desarticuladas entre si, fazendo com que o confronto entre os pólos decisivos - oligarquia e tenentes - assim como o desempenho funcional e a influência de um ou de outro segmento fossem se mostrando enfraquecidas, sem muitas certezas<sup>418</sup>.

Podemos constatar pelo estudo bibliográfico é que sempre esteve presente uma composição heterogênea de interesses, tanto antes como após a Revolução de 1930. A crise ou a ausência de hegemonia no desenrolar desse processo oportunizou o surgimento de um estado de compromisso, na qual a diversidade e a desarticulação dos setores que faziam parte do novo pacto teriam proporcionado um vazio de poder no sistema político. Então, coube ao Estado preencher esse vazio por meio de ações autônomas e personalistas para o momento<sup>419</sup>.

---

<sup>416</sup> CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30* – Seminário Internacional. Brasília: Unb, 1982. p. 12. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>417</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>418</sup> CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30* – Seminário Internacional. Brasília: Unb, 1982. p. 12. (Coleção Temas brasileiros). p. 12.

<sup>419</sup> WEFFORT, Francisco apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30* – Seminário Internacional. Brasília:

Nesse sentido, as alianças formadas na época eram amplas e díspares, em virtude de justaposição dos atores antigos e modernos; por isso, as mudanças aconteciam nas linhas de menor resistência, segundo a concepção dos representantes da modernização conservadora, ou seja, de conformidade com a “conservação deliberada das heranças sociais”. Para tanto, o Estado e seus agentes comandavam as mudanças, criando setores estratégicos e incorporando parcialmente os interesses emergentes que manipulavam. Dessa forma, garantiam a manutenção do sistema adotado na República velha, cuja essência econômico-social permanecia a mesma<sup>420</sup>.

Sem dúvida, quer no “estado de compromisso” que sugere curso transitório às acomodações políticas, quer na “modernização conservadora” que enfatizava a estabilidade social do modelo excludente em meio às mudanças que ocorriam, subentende-se um controle oligárquico decisivo, no sentido de prosseguir a continuidade entre o antigo e o novo regime que acabara de se instalar. Assim, os benefícios da permanência apareceram sob forma da industrialização e da consolidação nacional, embora mantendo uma estrutura antiga, com base na propriedade rural, ou, ainda, na conotação da burguesia agrária, que foi a base para a formação do capitalismo<sup>421</sup>.

Outro fator apontado por Camargo é que houve a renovação de um pacto agrário pelo qual alguns recursos políticos foram ampliados e outros, eliminados, porém as oligarquias permaneceram, defendendo seus interesses, sendo tão somente substituídas por outros nomes. Assim é que o pacto firmado com as novas oligarquias permitiu uma convivência pacífica entre a “oligarquia” e as “massas”<sup>422</sup>.

**[...] as oligarquias desempenharam, no plano político, papel de importância estratégica no processo de transição que se acelera com a Revolução de 1930. Esse processo, conduzido por um Estado centralizador e intervencionista, se faz acompanhar, entre 1930 e 1945, do controle crescente dos recursos de poder regional.** Em troca, verifica-se a absorção dos quadros oligárquicos e de suas parentelas no Estado cartorial, isto é, dentro ou em torno da burocracia do Estado<sup>423</sup>.

---

Unb, 1982. p. 12-14. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>420</sup> MARTINS, Luciano ; REIS Elisa Maria Pereira apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb, 1982. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>421</sup> MARTINS, Luciano ; REIS Elisa Maria Pereira apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb, 1982. (Coleção Temas brasileiros).

<sup>422</sup> Segundo Hélio Jaguaribe apud CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: UNB, Coleção Temas Brasileiros, 1982. p. 13.

<sup>423</sup> CAMARGO, Aspásia. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb, 1982. p. 14. (Coleção

(grifos nosso).

A composição das elites, neste estudo, e o seu campo de abrangência são abordados com o intuito de buscarmos as diferenças nas facções políticas. Essa decisão envolve, necessariamente, o posicionamento em relação às questões econômicas, às articulações e cisões políticas regionais, nacionais e locais dos grupos que eram a classe elitista do estado e, assim, eram considerados como classe dominante. Igualmente, devemos levar em conta o fato de as elites se configurarem em alianças políticas, independentemente da facção da qual faziam parte; logo, elas podiam mudar de partido à medida em que mudavam os seus interesses. A decomposição de alguns processos que ocorreram no pós-1930 e que se mostravam contrários aos interesses da elite política teve seu ponto de partida no Rio Grande do Sul, com atritos entre os diferentes grupos políticos formadores da elite política. Essas divergências se deram, sobretudo, no campo ideológico, mas sem desconsiderar que também estiveram relacionadas com o poder político no estado para garantir a apropriação de privilégios.

Adentrando a realidade dos municípios elencados para esta tese, reportamo-nos ao resultado das eleições de 1933 e 1934 em Passo Fundo e Carazinho, detendo-nos na análise dos índices expressos nas tabelas 1, 2 e 3, do Anexo C.

Inicialmente, analisando os dados da eleição para a Constituinte Federal (1933), a elite política do PRL saiu-se vitoriosa em ambos os municípios (Tabela 1). Nas eleições de 1934, para deputação federal (Tabela 2) os percentuais mostram uma disputa acirrada entre os candidatos do Partido Republicano Liberal, vencedores nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, com os candidatos opositoristas pertencentes a Frente Única. Finalmente, também nas eleições de 1934 (Tabela 3), para a deputação estadual, repete-se a preferência dos eleitores regionais, dando vitória para o PRL nos dois municípios, seguidos pelos representantes da Frente Única.

Assim, podemos concluir que tanto em Passo Fundo como em Carazinho as eleições de 1933 caracterizaram-se pelo enfrentamento quase que exclusivo do PRL e da FUG e que as eleições de 1934, tanto para deputado federal como para estadual, foram mais disputadas que

as de 1933, conforme comprovamos pelos percentuais das tabelas 2 e 3 (Anexo C). Mesmo se saindo vencedores, os candidatos do PRL no enfrentamento com os candidatos da FUG, os eleitores tiveram mais opções de votos, ainda que tímidas, demonstrando a presença dos integralistas e dos sem-legenda, como a ala dos descontentes com as chapas majoritárias.

Entretanto, a elite política tanto de Passo Fundo quanto de Carazinho seguiu com os mesmos líderes oligárquicos, acostumados ao poder e ao comando, embora a presença dos Integralistas tenha assinalado que as camadas médias e populares da população estavam se alertando para essa realidade e demonstravam vontade de mudar o curso da história, pois, embora os índices não representassem no contexto geral uma ameaça à dominação do partido oficial, serviam para alertar as elites de que o povo tentava caminhar para novos rumos.

### **2.6.1 A elite política de Passo Fundo**

Em relação à elite política de Passo Fundo, no período compreendido entre 1930 e 1945, escolhemos como pontos de partida a dissolução do Conselho Municipal e a extinção do mandato de “intendente municipal”, pela assinatura do ato n. 484, de 14 de novembro de 1931, pelo interventor federal do Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha. Nessa oportunidade, foi nomeado prefeito de Passo Fundo Henrique Scarpellini Ghezzi, que ocupou ao mesmo tempo a Intendência do município e foi seu primeiro prefeito. Sua gestão foi marcada pela construção da usina elétrica de 800 HP no rio Taquari, que resolveu o antigo problema ligado à geração de energia elétrica, considerado um dos empecilhos para o progresso de Passo Fundo.<sup>424</sup> É importante ressaltar que no Anexo D encontram-se os atores integrantes da elite política passo-fundense, bem como a área de sua atuação no cenário político em nível local. Tentamos localizar esses sujeitos no espaço e no tempo, a que partido político estavam filiados, bem como ano e designação de cada membro que consideramos elite.

---

<sup>424</sup> PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Jornal ‘Trapeiro dos Pampas’. *Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores*. Caderno especial. [s.d.].

No ano de 1932, assinalado pela Revolução Constitucionalista, vamos encontrar a forte presença de Nicolau de Araújo Vergueiro, então deputado federal por Passo Fundo, que se mantinha fiel à chefia partidária, sob o comando de Borges de Medeiros, contra Getúlio Vargas e a favor da Constituição. No entanto, em nível local, Vergueiro tentou apaziguar os ânimos revolucionários, impedindo, inclusive, que seus partidários atacassem um trem que vinha de Santa Bárbara com tropas chefiadas por Vazulmiro Dutra, de Palmeira das Missões<sup>425</sup>.

Destacamos no cenário político da época o coronel Vazulmiro Dutra, que buscou conciliar os adversários partidários durante a revolução, inclusive, evitando prisões de opositores políticos, em razão do prestígio destes no município, a exemplo do que já relatamos em relação à prisão de Nicolau Araújo Vergueiro, chefe republicano de Passo Fundo. Em se tratando de Vergueiro, este político se posicionou contra o apoio ao governo central e, portanto, contrário, à Revolução Constitucionalista, fato que o obrigou a solicitar exílio na Argentina de 1933 a 1934.

Com referência as eleições realizadas para a Constituinte Federal, em 1933, saiu-se vencedor o Partido Republicano Liberal, tanto em nível regional quanto no local. Salientamos que Vergueiro, nessa ocasião, chefiava a Frente Única Gaúcha, em oposição ao governo de Flores da Cunha. O PRL, em nível estadual, obteve uma extraordinária vitória, ou seja, mais de cento e trinta mil votos, contra menos de quarenta mil da oposição<sup>426</sup>.

Ainda demonstrando a elite política de Passo fundo, salientamos que entre 1932 a 1934 o prefeito de Passo Fundo foi Armando Araújo Annes, do PRL, forte comerciante da região, que já havia sido intendente Municipal de Passo Fundo, entre 1925 e 1928, pelo PRR, e que no ano de 1933 pedira demissão do cargo de prefeito, a qual não fora aceita por Flores da Cunha. Em 1932 Annes deixou o PRR e filiou-se ao PRL. Entretanto, o personagem Maximiliano de Almeida era coronel e capitalista da região. Entre 1934 e 1935 foi nomeado prefeito municipal de Passo Fundo e pertencia ao PRL. No ano de 1933 pertencera ao Grêmio Nacionalista Flores da Cunha.

---

<sup>425</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

<sup>426</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 64 -135.p.146.

No ano de 1935 foram realizadas eleições para prefeito e vereadores em Passo Fundo, com o Partido Republicano Federal saindo-se vencedor, representado pelo engenheiro da viação férrea Nelson Ehlers, eleito prefeito. Nelson Ehlers se destacou na elite política de Passo Fundo como presidente do Centro Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934 e como prefeito municipal eleito pelo PRL em 1935.

Por sua vez, a Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo, para o período de 17/10/1935 a 06/01/1938, ficou assim constituída: Aparício Lângaro (comerciante, PRL) – presidente; Ernesto Morsch (comerciante e industrialista, PP); Otacílio Ribas Vieira (engenheiro, PRR em 1928 e PRL em 1934); Atílio Della Méa (agrimensor, PP); Arthur Leite (médico, PRL); Arnaldo Sperb (dentista e músico, PRL) e Salatiel Sperry (PRL, destacando-se por pertencer ao Grêmio Flores da Cunha desde 1933 e ocupando a presidência do mesmo e a presidência da Associação Comercial em 1934).

No entanto, diante da instituição do Estado Novo, o governo federal revogou a Constituição Federal, dissolvendo o Congresso, as Assembléias Estaduais e as Câmaras de Vereadores, como já referimos anteriormente; também extinguiu os partidos políticos e suspendeu todas as garantias constitucionais<sup>427</sup>.

Daltro Filho, governador nomeado por Vargas, por sua vez, nomeou Antero Marcelino da Silva Júnior para prefeito municipal no período de 06/01/1938 a 02/03/1938, em substituição a Nelson Pereira Ehlers, que exerceu o cargo de 17/11/1935 a 06/01/1938, voltando novamente à prefeitura em razão da desistência de Antero Marcelino da Silva Júnior, de 02/03/1938 a 20/03/1938. Arthur Ferreira Filho, prefeito nomeado pelo interventor em 14 de março de 1938, assumiu o cargo em 20/03/1938 permanecendo até 17/12/1941. Em 17 de dezembro de 1941 foi nomeado e empossado como prefeito de Passo Fundo Victor Graeff, membro da Comissão Diretora da FUG em 1932 e também da FUG-PRR em 1934, que permaneceu até 24/08/1944. Raul Cauduro foi nomeado para prefeito de Passo Fundo no período de 24/08/1944 a 28/10/1944. Finalmente, para fechar o período delimitado nesta tese, assumiu novamente como prefeito Arthur Ferreira Filho, no período de tempo de 28/10/1944 a 21/11/1945. Este foi considerado um dos “homens fortes” da aliança PSD-PTB que

---

<sup>427</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

governava o país com Getúlio Vargas no poder. Com a queda de Getúlio Vargas, Arthur governou pouco tempo, de 19/12/1946 a 03/02/1947, sendo substituído por Francisco Antonino Xavier de Oliveira para concluir seu mandato.

Salientamos que o Rio Grande do Sul, no espaço temporal de nosso estudo -1930-1945- teve como interventores nomeados pelo presidente Getúlio Vargas: José Antonio Flores da Cunha, no período de 28/11/1930 até 13/04/1935; Manoel de Cerqueira Daltro Filho, de 19/10/1937 a 19/01/1938; Joaquim Maurício Cardoso, interventor interino, por ocasião da morte de Daltro Filho, de 19/01/1938 a 04/03/1938; Osvaldo Cordeiro de Farias, de 04/03/1938 a 11/09/1943, e Ernesto Rodrigues Dornelles, no período compreendido entre 11/09/1943 e 01/11/1945.

### **2.6.2 A elite política de Carazinho**

Carazinho, como já descrevemos, até 1931 pertencia a Passo Fundo e, como tal, a sua elite política era a mesma de seu município-mãe. O povo carazinhense reconhecia na figura de Nicolau de Araújo Vergueiro prestígio e poder político. A partir da elevação à categoria de município do 4º distrito de Passo Fundo, Carazinho precisou se organizar administrativamente de modo a mostrar ao seu povo que fazia jus a nova condição. Então, surgiram as lideranças locais nomes já conhecidos pela sua atuação econômica, social e, sobretudo, política. O novo município teve, inicialmente, Homero Guerra como primeiro prefeito nomeado pelo interventor do estado. Salientamos que no Anexo E registramos os atores integrantes da elite política carazinhense, bem como a sua atuação no cenário político em nível local. Localizamos esses sujeitos no espaço e tempo, sua afiliação política, ano e designação de cada membro que consideramos elite.

No mesmo ano da emancipação do município de Carazinho iniciaram-se as articulações políticas contra o comando de Homero Guerra, demonstrando que um novo quadro de elite política seria o responsável pelo futuro do município recém-emancipado. Nesse sentido, relacionamos os nomes de Alberto Graeff e Octávio Rocha, que fundaram o

Centro Republicano Borges de Medeiros<sup>428</sup> na tentativa de reunir forças contrárias a Homero Guerra. Este, percebendo a intenção de seus opositores, agilizou a fundação de um grêmio político, o Grêmio Republicano Borges de Medeiros<sup>429</sup>, acirrando os ânimos em Carazinho<sup>430</sup>.

Desse modo, em Carazinho formaram-se dois grupos distintos: os que apoiavam Homero Guerra e representavam a elite política situacionista e os contrários a Homero Guerra, formando a ala da “contra-elite”. Nesse cenário, a história registrou muitos conflitos entre as duas facções, até que o próprio Homero Guerra restabeleceu a paz entre os republicanos, o que lhe custou a renúncia ao cargo de prefeito<sup>431</sup>. Mesmo com tal atitude, a permanência de Homero Guerra em Carazinho continuava a provocar desarmonia na região, pelo fato de que ele e Nicolau de Araújo Vergueiro aspiravam à chefia do Partido Republicano Riograndense em nível local. Por isso, Nicolau de Araújo Vergueiro deu seu apoio a José Ivalino Brum<sup>432</sup>.

Com a fundação do PRL em 1932, constituído em sua maioria pelos coronéis republicanos que compunham o PRR, bem como de outros líderes políticos menores, mas que demonstravam interesse em manter os favores oferecidos pelo governo, aos quais já estavam habituados, manteve-se a tradição clientelista, mandonista e coronelista da tradicional política oligárquica. No entanto, o *Jornal da Serra* considerava que “o programa do Partido Republicano Liberal encerrava uma série de princípios, de teses e de compromissos que o colocavam entre as organizações partidárias de adiantado espírito social, econômico e

---

<sup>428</sup> Organização de uma dissidência que procurava reunir políticos contrários a Homero Guerra. Inicia-se nesse momento uma divisão no quadro político de Carazinho. PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 105-108.

<sup>429</sup> Políticos favoráveis a Homero Guerra, prefeito de Carazinho, fundaram o Centro Político, firmando seu apoio para unir os membros republicanos. Ibid. p.106-107.

<sup>430</sup> VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n], 1980. p. 98-105.

<sup>431</sup> Formada pelo grupo que queria a destituição de Homero Guerra, pois não admitia seu comando no Partido Republicano Riograndense de Carazinho; manobra política do grupo convidando Guerra para presidente honorário do Centro Republicano Borges de Medeiros. O motivo mais latente, porém, foi Flores da Cunha ter exonerado Carazinho de cumprir o pagamento referente à dívida pública com Passo Fundo, que era proveniente dos artigos 4 e 5, que criara o município de Carazinho. Ibid. p.105.

<sup>432</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 112.



político”<sup>433</sup>.

Em Carazinho, o PRL passou a contar com as seguintes lideranças: José Ivalino Brum, João Sorg, Homero Guerra, Salustiano de Pádua, Eurico Araújo, José Kurtz, Laudelino Garcez, Fabio Albuquerque, Germano Napp, Theodoro Figueiredo, Loures e Albuquerque, Fioravante Barlese e Vazulmiro Dutra. Nesse cenário, Homero Guerra, que pertencera ao PRR até 1931, ocupando o cargo de chefe político deste partido no ano de 1932, após a sua fundação, aderiu ao novo partido, tornando-se seu presidente e ocupando mais uma vez o cargo de prefeito de Carazinho, até 1934. Nesse ano, o PRL instalou uma comissão para a indicação do seu nome para dar continuidade ao cargo de prefeito de Carazinho nas eleições que se seguiram<sup>434</sup>.

No entanto, alegando motivos pessoais, Homero Guerra renunciou à presidência da Comissão Executiva do PRL e ao cargo de prefeito de Carazinho, cabendo a Albino Hillebrand dar continuidade ao seu mandato. Em 1935 Hillebrand foi eleito prefeito de Carazinho, apoiado por Homero Guerra, e mesmo sua nomeação tendo causado descontentamento entre os importantes membros do PRL local, contrários àqueles, comprovou que a mesma elite política permanecia sempre no poder, somente alternando cargos<sup>435</sup>.

No contexto das elites políticas de Carazinho destacamos a figura de Canuto de Souza, diretor proprietário do *Jornal da Serra* e partidário de Getúlio Vargas, ferrenho defensor do Partido Republicano Riograndense e sempre contrário às atividades desenvolvidas pelos “floristas”, expressão usada por aquele para se referir aos que apoiavam o governo de Flores da Cunha em Carazinho, na sua visão, apoio subversivo.

Canuto de Souza envolvia-se em todas as articulações políticas de Carazinho, especialmente na escolha dos candidatos a prefeito, contando com o apoio de outro importante líder, Vazulmiro Dutra. Canuto valia-se do periódico de que dispunha para denunciar o que não julgava correto, em sua percepção de republicano. Também em

---

<sup>433</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 154, ano II, 11 dez. 1932. p. 01.

<sup>434</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 154, ano II, 11 dez. 1932. p. 01.

<sup>435</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 263, ano IV, 29 dez. 1934. p. 04.

Carazinho tivemos a fundação do Centro Cívico Getúlio Vargas, com o fim de apoiar as decisões tomadas pelos contrários à administração de Hillebrand, do qual Canuto se tornou presidente<sup>436</sup>. Em consequência desse fato, Canuto de Souza e Artur Fontoura Mota enviaram telegrama informando o Presidente sobre a fundação do Centro.

Na resposta enviada a Canuto de Souza e Artur Fontoura Mota, pôde-se constatar a satisfação expressa por Getúlio Vargas quanto à criação do Centro Cívico com o seu nome: “[...] Acusando recebimento vosso telegrama ontem apraz-me agradecer comunicação patriótica iniciativa dignos conterrâneos fundação esse grêmio. Getúlio Vargas”<sup>437</sup>.

Durante o golpe de 1937 o clima político em Carazinho era extremamente agitado, com a circulação de panfletos cujo conteúdo era de ataque e acusação aos membros da Frente Única e do PRL local. O Centro Cívico Getúlio Vargas, então, enviou um documento solicitando a interferência de Vazulmiro Dutra, subchefe de polícia da 4ª Região (Passo Fundo), quanto às atitudes tomadas pelo prefeito Hillebrand. A entidade, ainda, pedia providências para que a situação política fosse revertida, argumentando que Hillebrand era florista, não getulista; assim, exigia-se a sua demissão<sup>438</sup>.

O documento supracitado pontuava, ainda, sobre a Frente Única e a Dissidência Liberal, que tinham-se feito representar pelos companheiros José Ivalino Brum, Artur Fontoura da Mota, Alcides Albuquerque e Norberto Madureira Coelho no Congresso da Dissidência Liberal realizado na capital do estado; também informava que diversos elementos de representação do situacionismo local tinham ido a Santa Maria quando da estada de Armando de Sales Oliveira para ouvir e aplaudir os ataques lançados contra a política do presidente da República. Deixavam claro que duvidavam da sinceridade dos adesistas de última hora e que eram contra a permanência de Hillebrand na direção administrativa do município; protestavam contra essa situação porque sua permanência nesse posto representaria uma ameaça à estabilidade da nova ordem política surgida no Brasil com a promulgação da nova Carta constitucional.

---

<sup>436</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>437</sup>Ibid.

<sup>438</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

O documento, pelo seu teor agressivo, demonstrava que os integrantes do Centro Cívico não admitiriam a continuidade de Hillebrand, pois isso seria o mesmo que aceitar a convivência com os inimigos de Vazulmiro Dutra no município de Palmeira, onde estes haviam praticado toda sorte de arbitrariedades e tropelias. Acreditando que Vazulmiro Dutra, certamente, não contribuiria para tal acontecimento em Carazinho, os integrantes do Centro Cívico, diziam-se dispostos a cooperar na escolha de um nome para a direção do município, porém que este fosse escolhido entre os elementos que nunca tinham vacilado em apoiar Getúlio Vargas. Comunicavam ainda que, nesse mesmo sentido e com idênticos documentos, iriam se dirigir ao secretariado do estado e ao presidente da República<sup>439</sup>.

No entanto, apesar das adversidades políticas e das pressões sofridas por parte dos governistas, Hillebrand permaneceu no cargo de prefeito até dezembro de 1945, demonstrando que os acordos da Comissão Mista por ocasião da divisão do poder estavam sendo mantidos, uma vez que os dissidentes liberais apoiaram a sua permanência no cargo<sup>440</sup>.

Dessa forma, constatamos que a elite política carazinhense entre 1930 a 1945 se dividiu-se em dois segmentos: os favoráveis ao governo e os contrários, como ocorreu nos demais recantos do país. Por seu turno, nesse período, a vida político-administrativa de Carazinho girou em torno de duas lideranças, sob a forma de prefeito nomeado pelo interventor ou eleito, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Representativo dos prefeitos que estiveram à frente da Prefeitura de Carazinho

Prefeito	Mandato/Início	Término
Homero Guerra	24.02.1931	15.06.1931
Homero Guerra	31.12.1932	01.01.1934
Homero Guerra	01.06.1934	01.11.1934
Homero Guerra	31.07.1935	20.11.1935
Albino Hillebrand	01.01.1934	01.06.1934
Albino Hillebrand	01.11.1934	31.07.1935
Albino Hillebrand	20.11.1935	01.10.1945

Fonte: Dados sintetizados pela autora com base nas informações recolhidas no *Jornal da Serra*, Carazinho, 1930 a 1945.

Assim, as elites políticas tanto de Passo Fundo como de Carazinho, no período

<sup>439</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>440</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 118.

estudado, demonstraram manter uma certa estabilidade e coerência em seus padrões eleitorais e valorização consistente dos partidos políticos, caracterizando-se por uma forte tradição de autonomia política, de polarização partidária e de precoce capacidade de construir um projeto político original e avançado em termos brasileiros.

O período iniciado com a deposição de Getúlio Vargas, denominado de “período de redemocratização” leva-nos a crer que essa denominação, que se generalizou, foi de certa forma bastante discutível, porque sugeria a idéia de retomada de uma organização política democrática. A principal característica da organização republicana no Brasil era o seu caráter oligárquico. Logo, não podemos falar em restauração da democracia, como pretendiam os que eram contra Getúlio. Além disso, a simples deposição e o afastamento de Vargas do poder não significaram o desmonte imediato das instituições criadas pelo Estado Novo, uma vez que não houve uma alteração expressiva dos quadros políticos administrativos.

Após a análise das elites políticas do Planalto Médio, presentes em Carazinho e Passo Fundo no período compreendido entre 1930 a 1945 concluímos que as mesmas sempre apresentaram a tendência do continuísmo, consagrado por velhas práticas políticas vivenciadas no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e no Planalto Médio após a Revolução de 1930. Percebemos que os poderes locais agiam em consonância com seus interesses, em primeiro lugar, para, só depois, atender aos interesses coletivos. É verdade que o Estado Novo revitalizou mecanismos político-jurídicos com o objetivo de salvaguardar a preservação da estrutura econômico-social nacional, concretizada, sobretudo, em ações marcadas pelas práticas intervencionistas, como foi o caso da nomeação dos prefeitos e do esvaziamento das funções representativas e decisórias do Legislativo.

Entretanto do ponto de vista político, manteve-se intacta a linha continuista e conservadora dos períodos anteriores, conduzindo a que as mesmas elites fossem se perpetuando no poder. Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, o padrão conservador das elites era evidente em todos os municípios gaúchos e a presença da Comissão Mista, decidindo e compartilhando o poder juntamente com os representantes do regime, marcou o quadro político da época delimitada, sempre privilegiando os interesses do maior parceiro de todos: o próprio Estado, que protegia e mantinha nos cargos aqueles que lhe interessavam.

## 2.7 Pontos convergentes e divergentes das elites políticas estaduais e regionais na época

Para estabelecer os pontos divergentes e convergentes das elites políticas estaduais e locais no período de 1930 a 1945 República Nova e o Estado Novo retomamos o contexto nacional, centrando-nos na figura de Getúlio Vargas, que muito pouco realizou em termos de investimento concreto no estado gaúcho, onde a economia continuava embasada na agropecuária.

A partir de 1930 a história do Rio Grande do Sul aproxima-se realmente da história dos demais estados da federação brasileira, no sentido de caminhar numa direção comum, mesmo que imposta. Em 1932, em São Paulo iniciou-se um movimento armado, uma luta pela constitucionalidade do governo de Vargas e pela necessidade de ser elaborada uma nova constituição. Nesse momento os líderes já se dividiam, com Borges posicionando-se contra Getúlio Vargas. O governador do período era Flores da Cunha, caracterizado por uma personalidade forte, que agia somente depois de pensar em todos os prós e contras de suas decisões. Tanto é assim que somente depois de ponderar resolveu apoiar Vargas enviando tropas da Brigada Militar e Corpos Provisórios para lutar fora do estado<sup>441</sup>.

Após a Constituinte de 1934, iniciou-se um processo de crescimento dos movimentos de esquerda e, principalmente, de direita com a Ação Integralista do Brasil de Plínio Salgado. No entanto, esse processo assim como se principiou foi podado com a emergência do Estado Novo em 1937. A partir de 1937, Vargas, juntamente com o Exército, introduziu um regime de força centralizado, disposto a transformar e industrializar o país. As conseqüências de sua política para o Rio Grande do Sul foram várias, principiando pela intervenção federal. O governo indicou como governador do Rio Grande do Sul o general Daltro Filho, que teve como uma das primeiras missões desestabilizar e desarmar a Brigada Militar e os Corpos Provisórios. Vale lembrar que Flores da Cunha, não concordando com a política adotada por Vargas e para amenizar o clima de revolta que se instalara no Rio Grande do Sul, exilou-se no Uruguai. Após a morte de Daltro Filho, o coronel Cordeiro de Farias foi nomeado como

---

<sup>441</sup> QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 96.

interventor no Rio Grande do Sul, este ajudou a implantar o plano de governo de Vargas, que tinha como maior foco a campanha nacionalista, pela qual, juntamente com interesses de outros estados, intervinha-se nas zonas coloniais<sup>442</sup>.

A política de nacionalização levou o terror aos colonos teutos e italianos, em razão da repressão político-policial feita pelo Departamento de Ordem Social e Política (DOPS) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por sua vez, em nome da campanha nacionalista foram fechadas todas as escolas de língua alemã e italiana, implantando-se o uso obrigatório da língua portuguesa. Sob o comando de Aurélio Py e Plínio Brasil Milano, a polícia cometeu inúmeras atrocidades, sobretudo no ano de 1942<sup>443</sup>. Nesse sentido, relatou o jornal 'Diário da Manhã,' em 1938:

Foi nacionalizado o ensino no Estado. O importante decreto causou ótima impressão nos círculos intelectuais de Porto Alegre. P. Alegre (D) – O Coronel Cordeiro de Farias, interventor federal no Estado, assinou hoje um decreto nacionalizado o ensino no Estado. Esse decreto causou ótima impressão em todos os círculos intelectuais desta Capital, que vinham de ha muito pleiteando pelas medidas postas em praticas agora pelo atual interventor rio-grandense<sup>444</sup>.

E prosseguia o mesmo jornal no que se refere ao nacionalismo:

Um decreto que extinguirá núcleos estrangeiros. Depois de aprender a falar o idioma do pais poderá aprender qualquer outro idioma. Rio, 7 (D) – Anuncia-se que dentro de poucos dias o sr. Getúlio Vargas, chefe da nação, assinará um importante decreto proibindo, sob penas severas, o funcionamento de núcleos estrangeiros dentro do Brasil. Por esse decreto fica definitivamente esclarecida a situação do ensino do idioma estrangeiro que só será permitido depois que o aluno aprenda o idioma português. Por sua unanimidade a imprensa carioca aplaude a orientação do sr. Getúlio Vargas<sup>445</sup>.

As situações nacional e estadual tiveram repercussão em Passo Fundo e Carazinho, podendo-se assinalar como o primeiro ponto de divergência a emancipação de Carazinho, que dividiu as elites dos dois locais envolvidos, estendendo-se ao interventor estadual da época, Flores da Cunha.

<sup>442</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p. 87-93.

<sup>443</sup> QUEVEDO, op. cit. p. 97.

<sup>444</sup> DIARIO DA MANHA. Passo Fundo, n. 703, ano XIII, 04 abri. 1938. p. 01.

<sup>445</sup> DIARIO DA MANHA. Passo Fundo, n. 703, ano XIII, 07 abri. 1938. p. 01.

As elites políticas, em nível nacional, demonstraram, no período de 1930 a 1945, a reestruturação dos canais de acesso ao poder federal pela inserção de novas práticas e ideologias para governar, das quais se destacou a centralização estatal, na tentativa de anular o excessivo poder regional permitido pela República Velha, bem como a introdução de uma nova organização social, econômica e institucional, com base na industrialização do mercado interno e na urbanização. A política estadual praticada pelo interventor Flores da Cunha deu continuidade ao poder centrado nos setores ligados à agropecuária no poder, em torno dos quais continuava centralizada a classe dominante<sup>446</sup>.

Dessa forma, afirmamos que a crise provocada no Estado oligárquico estabeleceu condições para a centralização política e possibilitou o surgimento da intervenção e regulação econômica estatal no espaço político constituído pelos interesses sociais e seus conflitos. Nesse sentido, surgiu um aparelho econômico centralizado, a partir do qual o Estado passou a atuar sobre os pontos-chave da vida econômica e social, promovendo políticas de caráter nacional impostas a todos<sup>447</sup>.

Nesse contexto, aconteceu o rompimento no Rio Grande do Sul entre Borges de Medeiros e Flores da Cunha, ou seja, entre os dois membros de maior projeção no estado e líderes do PRR. Borges de Medeiros optou pela reconstitucionalização do país, perdendo seus direitos políticos e retirando-se para Pernambuco, e Flores da Cunha manifestou-se publicamente, que sempre ficaria ao lado dos partidos do Rio Grande do Sul. No entanto, quando eclodiu a revolução, surpreendentemente, ele passou a apoiar o Governo Provisório da República<sup>448</sup>. E foi nesse clima gerado pela Revolução Constitucionalista de 1932 que Flores da Cunha ficou sem uma agremiação política que lhe desse sustentação no governo. Para resolver a situação, criou o Partido Republicano Liberal, em 16 de novembro de 1932, abrigoando a maioria do PRR, assim como muitos chefes revolucionários de 1923, 1924, 1925 e 1926 e federalistas insurgentes, que não haviam participado da Aliança Libertadora de Assis

---

<sup>446</sup> Integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 106-107.

<sup>447</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 78.

<sup>448</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.46-50.

Brasil, inconformados com a extinção de seu velho e tradicional partido<sup>449</sup>.

Nesse sentido, salientamos que Flores da Cunha, após enfrentar o grupo político gaúcho dividido na campanha pela reconstitucionalização do país, na qual se tornara o líder nacional, criou o Partido Republicano Liberal. Como não havia mais apoio da diretriz do seu partido, o Partido Republicano Riograndense, fazia-se necessário encontrar outro grupo de apoio que lhe desse suporte em suas ações políticas. Assim com a criação do PRL e o aumento dos efetivos da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, o interventor solidificou a sua posição no estado e também perante as forças de oposição.

### 2.7.1 As divergências em relação à emancipação de Carazinho

As articulações políticas estenderam-se também aos níveis regional e municipal, destacando-se como uma das mais importantes e influentes a questão pós-emancipação de Carazinho. Nesse sentido, todas as investidas emancipacionistas, já amplamente relatadas, encontravam barreiras intransponíveis por parte dos políticos passo-fundenses, liderados por Vergueiro. *O Nacional* dava incondicional apoio à emancipação de Carazinho, como observamos nesta matéria:

[...] esteve o governo do Estado muito pronto a conceder a emancipação de Carazinho tendo se a isso oposto o dr. Nicolau Araújo Vergueiro intendente municipal. A divulgação dessa notícia matou completamente a questão e os carazinhenses ficaram quietos daquela data em diante a respeito de seus pruridos de autonomia. **Agora levantam novamente a sua voz, como sendo a emancipação uma coisa certa.** Ouvimos até que Carazinho só prestigiará urna candidatura municipal, no caso da ida do Dr. Vergueiro para a Câmara, se o candidato se comprometer a não pôr oposição a sua independência. **Parece que os cazinhenses estão dispostos a pôr de parte os meios pacíficos**<sup>450</sup>. (grifos nosso).

No município de Carazinho a repercussão desse desdobramento político levou a que Homero Guerra aderisse ao PRL e, em 1933, assumisse a presidência do partido, bem como se tornasse, novamente, prefeito do município, permanecendo nesse cargo até 1934, quando

<sup>449</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*: biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 64 -135. p. 117-123.

<sup>450</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 522, ano V, 17 jan. 1930. p. 03.



foi indicado para concorrer ao mesmo cargo e, assim, dando continuidade ao trabalho iniciado. A respeito do assunto, o *Jornal da Serra* de 29 de dezembro de 1934 publicou a seguinte nota:

**Por convocação da comissão executiva do PRL local, reuniram-se ontem [...] elementos ligados àquela agremiação partidária, a fim de ser lançada, oficialmente, a candidatura do dr. Homero Guerra ao cargo de Prefeito, a qual fora proposta pelos membros da mesma executiva, com exceção de um, o chefe supremo do partido dominante, que homologou essa indicação.** A fim de representar s. Ex. O sr. Gal. Interventor, na mencionada reunião, chegou ontem a esta vila, acompanhado de seu amanuense, sr. João França, o sr. Cel. Victor Dumoncel Filho, ilustre subchefe da Polícia desta Região, que foi recebido na gare local, pelos seus correligionários e amigos. [...] o orador, depois de expor aos seus correligionários o motivo determinante da reunião, lançou a candidatura do dr. Homero Guerra para o próximo quadriênio constitucional<sup>451</sup>. (grifos nosso).

Constatamos que a maior divergência entre as elites regionais da época estava na questão pró-emancipacionista de Carazinho, destacando Nicolau de Araújo Vergueiro como maior opositor, juntamente com o intendente municipal de Passo Fundo, Henrique Scarpellini Ghezzi. O acordo somente foi firmado quando, em audiência com Flores da Cunha, Vergueiro concordou com a emancipação do vilamento de Carazinho, recebendo em recompensa uma porção do território de Palmeira das Missões<sup>452</sup>.

A perda do município de Carazinho foi agravada com a passagem de Não-Me-Toque à tutela do novo município, pois era grande o reduto eleitoral de Vergueiro. Naquele momento, *O Nacional* expôs de maneira satírica que “Não-Me-Toque é sua inesgotável e obediente fonte eleitoral”. Convém lembrar que, quando por ocasião da eleição intencional, em 16 de setembro de 1928, Vergueiro obtivera<sup>453</sup> a seguinte votação: em Carazinho, 278 votos e, em Não-e-Toque, 451 votos. Portanto, a perda desse distrito para Carazinho abalava muito as pretensões políticas de Vergueiro. Definitivamente, a elevação de Carazinho à categoria de município provocou muito desgaste ao prestígio e poder deste político, pois as críticas prosseguiram intensamente por um longo tempo nos editoriais de *O Nacional*, tentando demonstrar à população que ela não tinha acesso aos mecanismos decisórios da administração municipal.

<sup>451</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 263, ano IV, 29 dez. 1934. p. 04.

<sup>452</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 825, ano VI, 20 jan. 1931. p. 4.

<sup>453</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 825, ano VI, 20 jan. 1931. p. 4.

**O sr, prefeito, ainda imbuído das idéias arcaicas de mando absoluto, resolveu decisivamente pelo nosso povo, sem dignar-se a dar o menor esclarecimento.** (...) Para os nossos governantes atuais, o povo e ainda um agrupamento amorfo, cuja principal função é pagar impostos e votar. Agrupamento que não tem vontade nem discernimento. Ele não precisa saber pois, do orçamento público, não tem nada que ver com a transformação territorial de seu município. É massa bruta. (...) Para não ser oposicionista é preciso aplaudir tudo e aplaudir sem saber de que se trata aplaudir às escuras. (...) **Bendita oposição, patriótica oposição, esperança de um futuro melhor**<sup>454</sup>. (grifos nosso).

E prosseguia o editorial:

**A administração de Passo Fundo** podia, ainda por algum tempo, manter a integridade do território que lhe pertencia, mas a inépcia, má vontade, ou o que quer que seja, concorreu para a insistência das pretensões carazinhenses. **Populosa a povoação de Carazinho, com intenso comércio de madeiras, cereais, banha etc., devia merecer da administração municipal mais carinho, cuidado, sempre reclamado pelos habitantes daquela circunscrição. [...] a culpa de perder, o grande e rico município de Passo Fundo, os seus mais adiantados distritos, foi exclusivamente de sua administração,** que tem exclusivamente cuidado de política, pondo à margem os vitais interesses públicos. [...] Passo Fundo é digno de administração que se interesse mais por seu progresso, por seu desenvolvimento social e econômico, para que amanhã não sofra nova desagregação<sup>455</sup>. (grifos nosso).

Nesse cenário, as divergências políticas regionais também se estendiam às relações políticas entre Vergueiro e Flores da Cunha. Borges de Madeiros fazia considerações públicas que deixavam transparecer a situação ao declarar que “o velho amigo Borges” havia traído Vergueiro, quando contrariara a sua opinião e apoiara a independência de Carazinho. Com isso, Vergueiro se isola de Porto Alegre, mais especificamente, de Flores da Cunha e de Borges de Medeiros<sup>456</sup>.

Em Carazinho, por sua vez, após sua emancipação de Passo Fundo, a mesma comissão pró-emancipacionista, formada por filiados ao Partido Republicano, indicou a pessoa de Homero Guerra como “o moço que é a personificação da modéstia, a frente do novo município, capaz de fazer todos os sacrifícios, de todas as renúncias efetivas, para organizar a futura administração”<sup>457</sup>. Tal afirmação, proveniente de Antonio Loures e Albuquerque, do Partido Libertador, em favor de Homero Guerra representou mais uma derrota para Vergueiro, uma vez que os partidos Republicano e Libertador encontravam-se unidos na

<sup>454</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 826, ano VI, 21 jan. 1931. p. 2.

<sup>455</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 834, ano VI, 26 jan. 1931. p. 1.

<sup>456</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1062, ano VII, 23 out. 1931. p. 2.

<sup>457</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 863, ano VI, 7 mar. 1931. p. 3.

FUG.

Independentemente da informação que o jornal *O Nacional* veiculara em seu editorial, o jogo da linguagem utilizado promovera entre os indivíduos certas relações de luta, colaboração, domínio, sacrifício e dependência. A narrativa não nega a realidade do passado ou a possibilidade de se realizar uma descrição verdadeira dos eventos históricos individuais ou coletivos, tal como pode ser percebido no registro do jornal citado.

A rigor, a representação que o discurso fez da imagem de Homero Guerra colaborou para legitimar o seu poder e conceber modelos para a conduta de seus membros. O reconhecimento e fidelidade foram produzidos pelo capital simbólico. A ação originária do imaginário referia-se ao processo de formação de idéias-imagens de representação coletiva. Nessa concepção, Baczko, salienta que as idéias-imagens são inventadas e elaboradas com materiais tirados de fundo simbólico e possuem uma realidade específica que se encontra em sua própria existência, ou seja, no seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos nas funções múltiplas que elas exercem na vida social<sup>458</sup>.

Novamente nos reportamos a Baczko, para quem

os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora seus objetivos. [...] É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc.<sup>459</sup>.

O processo de construção da identidade é uma luta constante entre as relações objetivas do poder material e simbólico, entre os esquemas práticos, por meio dos quais certos agentes classificam outros agentes e avaliam suas posições, tanto nas relações objetivas como nas estratégias simbólicas de apresentação e de auto-representação, que são perpetuadas por

<sup>458</sup> BACZKO, Bronislaw. *Lês imaginaires sociaux*. Paris: Payot. 1984, apud: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Contexto, v.15, n. 29. 1995. p. 21.

<sup>459</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social* apud: MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 77.

meio do imaginário social.

### 2.7.2 A cisão política em Carazinho e Passo Fundo

Da mesma forma que a emancipação de Carazinho provocou uma profunda mudança política regional e local, a cisão política entre as duas maiores representações políticas gaúchas teve repercussão no mesmo âmbito. A cisão gaúcha em nível estadual ocorreu entre Borges de Medeiros do PRR e Flores da Cunha do PRL, em razão do apoio expresso de Flores da Cunha a Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. O fim desse movimento assinalou o início do processo de constitucionalização<sup>460</sup>.

Albino Hillebrand, em 1935, era candidato a prefeito de Carazinho e contava com o apoio de Homero Guerra. Diante desse desenho político surgiu um grupo de descontentes, que lançou e apoiou a candidatura de Germano Napp. Dentre esses, se destacaram: João Rogrigues Menna Barreto, Laudelino Garcez, Fábio Albuquerque, Hercílio Vargas, Artaxerxes Brum, Artur Fontoura da Motta, A. Loures e Albuquerque, Gomercindo de Pádua, Amoldo Pommerchan, Pedro Carlos Bins, Francisco Teixeira, Honorato Martins de Almeida, Cassiano Ferreira Dorneles, Homero dos Santos, João Carlos Soares, José Antonio dos Santos, Juvenal Ferreira Guimarães, Laurindo de Quadros, João B. Azevedo, Fernando Borges Pimentel, Leoveral Boenas de Quadros, Dovel Peixoto, Zeferino Veríssimo Dorneles, Pompílio Ferreira Guimamães, Ponciano de Quadro, José Ribeiro Breno, Algemiro Duarte Breno, José Ivalino Brum, Firmino Rego, Serafim Rodrigues, Aurélio Duarte Bueno, Pedro Ribeiro Bueno, Juvêncio Duarte Bueno, Honório Machado Neto, Carlos de Pádua Ribeiro, Teobaldo Gomes da Silva, Fioravante Barlese, Raimundo Martins de Quadros, Ernesto José Annoni, Celestino Broch, Antonio Vargas e Heitor Martins Viau<sup>461</sup>.

A intensa pressão exercida pelos componentes do PRL no município de Carazinho, e pelos opositores a Homero Guerra não foi suficiente para que Albino Hillebrand perdesse as eleições. Com a sua posse como prefeito, Carazinho passou a fazer parte do regime legal,

<sup>460</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*: biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 117-123.

<sup>461</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 321, ano V, 16 out. 1935. p. 01.

embora tal fato causasse desconforto aos membros destacados do PRL local. Nesse sentido, Colussi observa que a vitória de Hillebrand para prefeito pela Comissão Mista também provocou um clima político de disputas e de denúncias, por parte dos integrantes da Frente Única carazinhense<sup>462</sup>.

As correspondências analisadas, nos reportam aos acontecimentos da época em foco. Nesse sentido, encontramos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, documentos que foram enviados ao interventor federal Daltro Filho, assim como ao secretário do Interior, Maurício Cardoso, contendo argumentos contrários à manutenção de Hillebrand no cargo de prefeito. Os políticos ligados à Frente Única e alguns setores fundamentais da sociedade local manifestavam-se em correspondências às lideranças estaduais denunciando Hillebrand e pedindo sua substituição. Os argumentos usados para tal baseavam-se na ligação de Hillebrand com os floristas, fato detalhado no documento n. 5, enviado a Vazulmiro Dutra, subchefe de polícia da 4ª região (Passo Fundo), com o seguinte conteúdo explicativo:

[...] elementos representativos deste município, que dirigiam as extintas Frente Única e Dissidência liberal em Carazinho, tendo conhecimento **que a ala florista desta Vila**, com a cooperação de um antigo dissidente que a ela se aliou, isolando-se de seus companheiros na cruzada pelo saneamento administrativo deste município, pois que, os componentes daquela ala, como V. S. Flores da Cunha para se oporem aos nobres e elevados intuits do exmo. sr. Presidente da República, no sentido de restabelecer na alta administração do Estado a moral e o respeito à lei, bem como garantir a ordem, gravemente ameaçada pela situação deposta, da qual aquela ala era forte sustentáculo, tendo conhecimento, **repetimos, que a ala florista** desta vila esforça-se no sentido da conservação do *status quo* da direção administrativa desta comuna, e não se conformando com essa suspeita atitude dos novos adesistas, vêm expor a V. S. as razões porque protestam contra a permanência do atual prefeito [...] protesto este consubstanciado nos itens que se seguem: **1ª- A gente florista que aí está á frente da administração de Carazinho, por ocasião da eleição municipal procedida em Novembro de 1935, em que a Frente Única e a Dissidência Liberal de então apresentam o dissidente sr. Germano Napp, como seu candidato, praticou toda sorte de coações e tropelias para obter a vitória, sendo que para garantir esta, convidou o então sub-chefe de polícia Sr. Victor Dumoncel Filho [...]**<sup>463</sup>. (grifos nosso).

O fragmento transcrito demonstrava a situação vivenciada em nível nacional, apontando para as hostilidades manifestas entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, que respingavam na disputa política regional entre os coronéis Vazulmiro Dutra, de Palmeira das Missões, e Victor Dumoncel Filho, de Santa Bárbara do Sul.

<sup>462</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 115-118.

<sup>463</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

Segundo Soares, Vazulmiro Dutra, membro do PRR, em 1930 apoiou Getúlio Vargas e foi nomeado por Flores da Cunha interventor do município de Palmeira das Missões, tendo participado ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932<sup>464</sup>. No mesmo sentido se manifesta Félix, afirmando que Vazulmiro Dutra mantinha sua sede em Passo Fundo, por volta de 1933, e atuava como coronel e subchefe nesse período, gradativamente alterada em relação ao período borgista, em razão de fatores estruturais e conjunturais em nível nacional e de fatores conjunturais em nível estadual sob a interventoria de Flores da Cunha. A mudança do relacionamento coronelista com a estrutura partidária e as alterações desta e a criação de um novo partido, PRL, limitaram a autonomia local, atrelando a ação dos coronéis cada vez mais ao partido e limitando-os em relação aos seus dependentes, esvaziando o conteúdo coronelista. Vazulmiro Dutra, que havia aderido ao PRL e era subchefe de polícia da região de Passo Fundo, passou a receber correspondências solicitando que interviesse junto ao governo do estado a fim de solucionar problemas partidários, que envolviam as prefeituras e possíveis opositores ao governo de Getúlio Vargas<sup>465</sup>.

Também reforçando as desavenças locais de Carazinho, encontramos num trecho de uma carta redigida por Norberto Madureira Coelho, endereçada a Maurício Cardoso, na qual relatava detalhadamente a situação política local, ao mesmo tempo em que solicitava a sua interferência na questão junto aos demais membros do governo do estado, de modo a conseguirem a substituição do prefeito de Carazinho. Abaixo recortamos um trecho da carta que comprova nossas afirmações:

Como já é em parte do teu conhecimento, os detentores das posições oficiais dali, logo após a implantação do novo regime, pressurosos, como procuradores em causa própria, aderiram, em massa, a nova ordem política **com o fim de manterem-se nos cargos que ocupam, fingindo uma aliança com o Sr. José Ivalino Pessoa Brum, que, como pessoa sendo chefe da dissidência que com eles se acumpliciou**, pois este sr. não levou consigo nenhum dos dissidentes, que ficaram todos conosco. Cabe-me dizer-te que com o movimento de **solidariedade ao eminente sr. Getúlio Vargas em Carazinho, foi iniciado pelos nossos companheiros da antiga Frente Única, em novembro de 1935, quando o nosso comum amigo e dedicado companheiro A. Canuto de Souza entrou em entendimentos com elementos destacados da política paulista, que naquela época, estava inteiramente ao lado do governo federal. Por diversas vezes esse amigo, em momentos bem difíceis, escreveu para aqueles senhores, denunciando as atividades subversivas do então governador deste estado. [...]. Diante pois, do exposto, não me parece justa**

<sup>464</sup> SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira: apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro centenário de sua emancipação*. Bels, [s.l.], 1974. p. 220.

<sup>465</sup> FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 176-177.

**a permanência dos antigos floristas à frente da administração da nossa comuna, motivo por que solicito a tua valiosa interferência junto aos demais membros do Governo do Estado, no de conseguires a substituição do prefeito de Carazinho conforme foi pedido na representação documentada que te foi entregue pelo Canuto<sup>466</sup>. (grifos nosso).**

A propósito da correspondência apresentada no texto, podemos deduzir que Canuto de Souza era partidário de Getúlio Vargas e seguidor dos princípios do Partido Republicano Rio-grandense, posicionando-se contrariamente aos “floristas”, em um melhor entendimento, desfavoravelmente aos que apoiavam o governo de Flores da Cunha em Carazinho, o qual entendia como atitude subversiva.

A carta escrita por Norberto Madureira Coelho e entregue a Maurício Cardoso coincidia com os anseios de Canuto de Souza, que tinha em vista uma rápida definição da situação política de Carazinho em relação à indicação de um nome que deveria substituir o prefeito em exercício. Canuto de Souza, valendo-se do seu prestígio político e como amigo íntimo de Vazulmiro Dutra, confiava no seu poder de comunicação com os dirigentes estaduais e, por isso, tornara-se um porta-voz dos embates e denúncias de seus desafetos políticos. Mas, no caso da Prefeitura de Carazinho, em virtude de demora da definição, outros setores da sociedade se engajaram para pressionar as autoridades estaduais<sup>467</sup>.

Nessa perspectiva, foram enviados inúmeros telegramas para a Interventoria e para a Comissão Mista, os quais davam conta de que as denúncias contra o prefeito eram uma constante. “Uma das razões apresentadas entre os representantes das ditas classes conservadoras foi a filiação de Hillebrand ao PRL”, uma vez que após a extinção dos partidos políticos, o prefeito continuava a se opor às ações de Getúlio Vargas, sob forma de ataques verbais ao Centro Cívico<sup>468</sup> Getúlio Vargas<sup>469</sup>.

A respeito do assunto, para se ter uma idéia da dimensão que tomou, foi enviado ao Presidente da República, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, o documento nº 1, escrito no dia 19 de maio de 1937, que trazia detalhes da fundação de um Centro Cívico em Carazinho,

---

<sup>466</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>467</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 103.

<sup>468</sup> O Centro Cívico Getúlio Vargas também era denominado de Grêmio Cívico Getúlio Vargas. PREFEITURAS MUNICIPAIS, op. cit.

<sup>469</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS, *ibid*.

nos seguintes termos:

[...] fundamos hoje nesta vila Centro Cívico Getúlio Vargas fim prestar decidido apoio honrado, patriótico, criterioso Governo Vossencia, sendo eleita seguinte diretoria: Presidente honra Gal. **Manoel Nascimento Vargas, efetivo Canuto Souza**, primeiro vice **José Ivalino Pessoa Brum**, segundo **Aparicio Nunes**, primeiro secretario **Artur Fontoura Motta (Mota)**, segundo **Rodolfo Honrich**, tesoureiro **Engracio Dias de Menezes**, diretores **Moisés Marcondes, Gomercindo Pádua Norberto Madureira Coelho**. Respeitosas saudações. A. Canuto Souza - Presidente Artur Fontoura Mota - secretario<sup>470</sup>. (grifos nosso).

Vale ressaltar que o teor do documento nº 1, enviado a Vargas, trazia como presidente de honra do Centro Cívico Getúlio Vargas o pai de Getúlio Vargas. O poder simbólico contém a função política de recurso, imposição ou legitimação da dominação, que dão força para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. O poder simbólico, para Bourdieu,<sup>471</sup> baseia-se na crença daquele que acredita e utiliza como recurso para inventar essa credibilidade as representações do mundo. Conforme Chartier<sup>472</sup>, essas representações somente o são realmente a partir do momento em que comandam atos. As representações também guarnecem atitudes à revelia dos agentes sociais.

O documento transcrito denota idéia de submissão e lealdade e ressalta a figura dos feitos e do grande líder, do herói, salvador da pátria. Grijó ressalta que “o grande homem salta à frente na política, conduz com mão-de-ferro, e a idéia da democracia como governo de todos decidindo racionalmente seu destino reduz-se diante da crueldade dos governantes”<sup>473</sup>. Todavia, assinalamos que o dever, a obediência e a lealdade ao grande chefe estão implícitos na concepção dos agentes sociais e o trabalho de representações para mantê-lo é objetivo das elites.

Getúlio governou o país voltado para a industrialização, produção de bens de consumo duráveis, entrada do capital do estrangeiro e, sobretudo, mudanças significativas nas relações trabalhistas, pois a nossa Constituição era ainda a editada em 1891. Para tanto, foi convocada

<sup>470</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>471</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 11.

<sup>472</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989, (Coleção Memória e Sociedade). p. 18.

<sup>473</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. De Aquiles a Péricles: do herói da epopéia ao grande homem da história. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 71.



uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1934, fruto das transformações revolucionárias que se faziam sentir em todo o país. Para a convocação da Constituinte de 1934 influíram decisivamente as pressões dos setores que, mesmo tendo realizado a Revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho estatal. Assim, podemos caracterizar a Constituinte de 1934 “não como um fruto da revolução e sim como uma exigência da contra-revolução”<sup>474</sup>. Logo, a luta pela nova Constituinte funcionou como um pólo aglutinador que reuniu pessoas explicitamente contrárias à Revolução de 1930 até os participantes ativos, dentre os quais os partidários do governo Vargas.

Flores da Cunha enviou um relatório a Getúlio Vargas, o qual foi lido diante da Assembléia Constituinte em 15 de abril de 1935, ressaltando a reconstitucionalização do país, a ordem jurídica e o Código Eleitoral. Vejamos o teor do documento:

**Os anseios gerais pela reconstitucionalização do país, que, logo após a revolução de outubro, começaram a manifestar-se, encontraram em mim, senão o maior, por certo um dos seus mais sinceros defensores, pois sempre considerei o regime discricionário como fase transitória de reajustamento e preparo das condições para a restauração da ordem jurídica. E assim promulgado o Código Eleitoral e convocados os cidadãos para as eleições, não poupei esforços no sentido de assegurar, pela observância da lei, o livre pronunciamento da vontade coletiva. O povo rio-grandense cuja consciência cívica é um padrão de legítimo orgulho para a república, ocorreu em massa aos prélios eleitorais de 3 de maio e 14 de outubro, em nobre demonstração de cultura e patriotismo. Ambas as eleições se processaram com intenso entusiasmo, peculiar à nossa gente e os seus resultados, ratificados pelas duas instâncias da justiça eleitoral, foram a verdadeira e legítima expressão da vontade popular que pela primeira vez em nosso país, realizou essa condição precípua do regime democrático. A Assembléia Constituinte do Estado, eleita em 14 de outubro de 1934, honrou-me com a escolha para primeiro governador constitucional do Rio Grande do Sul<sup>475</sup>. (grifos nosso).**

Em nível regional, constatamos que as Câmaras Municipais de Vereadores foram dissolvidas. Para Trindade, a mobilização social ocorrida entre 1934 e 1935 trouxe várias conseqüências ao Rio Grande do Sul, dentre os quais a reaproximação temporária de Flores da Cunha (PRL) com os frenteunistas. A autonomia estadual de Flores da Cunha era um

<sup>474</sup> GOMES, Ângela Maria de. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 3 ed. 1986. p. 12.

<sup>475</sup> RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e lido perante a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul pelo Interventor Federal General José Antonio Flores da Cunha. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 15 de Abril de 1935. In: *Documentos Governamentais. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS*. Porto Alegre, RS.

obstáculo aos objetivos centralistas de Getúlio<sup>476</sup>.

A exemplo disso, trazemos a lume a reportagem publicada em o *O Nacional* com a intenção de sintetizar o envolvimento do Rio Grande do Sul, no processo de constitucionalização:

Um telegrama enérgico do gal. Flores da Cunha. Que haverá? Rio, 15 (A. B.) – o sr. Simões Lopes, líder da bancada liberal na Constituinte, telegrafou ao general Flores da Cunha, pedindo instruções na situação atual. O gal. Flores respondeu, por telegrama, nestes termos: **“Tudo devemos fazer para manter unidos e solidários os verdadeiros revolucionários. Nosso Estado prestigia a ação do sr. Getúlio Vargas, com o qual marchará haja o que houver.** Está igualmente resolvido não poupar esforços para que a Constituinte desempenhe livremente a alta incumbência que lhe cometeu a soberania nacional. Para afiançar a obra do governo provisório e deliberações da Constituinte, está o Rio Grande disposto a mobilizar todos os seus recursos e reservas, morais e materiais. A ordem deve ser mantida, custe o que custar”<sup>477</sup>. (grifos nosso).

Diante da situação, a oposição justificava suas atitudes relacionando-as à figura do prefeito Hillebrand, pois estava certo de que, pelo fato de não mais pertencer ao PRR, ser um opositor do governo Vargas. Nesse sentido, recorremos a um documento escrito na época que evidencia com clareza a situação:

2º. Quando cogitamos da fundação nesta vila do Centro Cívico “Getúlio Vargas”, os que integravam a Frente Única e a Dissidência Liberal, a comissão executiva do P.R.L. da qual fazia parte o sr. Albino Hillebrand, lançaram um boletim aconselhando seus correligionários a não se alistarem nesse Centro (Doc. nº 1), ao qual nós revidamos com outro boletim (Doc. Nº 2). 3º. **Não obstante tal iniciativa os signatários do presente levaram a efeito a fundação do referido Centro Cívico Getúlio Vargas, tendo em vista unicamente os interesses superiores do país e a garantia da ordem do Rio Grande** como provam a cópia do telegrama em que comunicaram a s.ex. o sr. Presidente da República a fundação do Centro e a cópia da resposta da s.ex. (Dcos. Ns. 3 e 4)<sup>478</sup>. (grifos nosso).

Verificamos o significado do discurso no documento citado, já que a legitimação do discurso é a meta constante dos agentes ou grupos de agentes sociais. Entretanto, a relação de força se dá entre os grupos dominantes, elites, (situação) e os grupos dominantes, considerados de contra-elites, (oposição). O documento clarifica interesses conflitantes, visto

<sup>476</sup> TRINDADE, Hélijo et al. (Org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM, Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980. p. 424.

<sup>477</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1701, ano IX, 8 jan. 1934. p. 01.

<sup>478</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

que, no choque de forças políticas sempre ocorre a eliminação de projetos ou de parte deles, porém acontece também a integração de propostas diferentes que acarretam algo distinto do que havia sido idealizado pelos construtores dessas políticas<sup>479</sup>.

Em julho de 1934, o então prefeito de Passo Fundo, Armando Araújo Annes, solicitou por telegrama, a Flores da Cunha a exoneração do cargo que até então exercia. O motivo alegado foi a divulgação na imprensa local de um telegrama vindo de Porto Alegre, no qual Otacílio Ribas Vieira, ex-engenheiro da Prefeitura de Passo Fundo e demitido de suas funções, comunicava aos companheiros do Partido Católico que fora nomeado dirigente das construções de estrada de rodagem. Tal fato desagradou o prefeito Armando Annes, que imediatamente telegrafou a Flores da Cunha, dando-lhe ciência de sua decisão. Os correligionários de Armando Annes mobilizaram-se e telegrafaram a Flores da Cunha nos seguintes termos:

Causou desagradável impressão entre os membros do PRL o telegrama transmitido dessa capital e publicado na imprensa local, no qual, o dr. Otacílio Ribas [...] que pleiteava a reconstrução da estrada de Marau. **Este fato vem criar grave impasse no seio do PRL, prevendo-se o enfraquecimento do mesmo, caso o interventor mantenha seu ato, o que significaria o definitivo afastamento do sr. Armando Annes, não só do cargo de prefeito como de presidente da executiva local.** Assinado por grande número de liberais foi dirigido a Flores da Cunha o seguinte despacho. “Correligionários e admiradores da figura máscula de V. Exa., valoroso chefe, protestam contra os termos do telegrama enviado pelo sr. Otacílio Ribas a Ludovico Della Méa e publicado na imprensa local. O referido telegrama, por sua vez, é um acinte ao honrado prefeito local, valoroso correligionário nosso e membro acatado de nosso partido, novel, mas grandioso. Lembramos também a V. Exa. A necessidade da permanência no cargo da prefeitura do sr. Armando Annes, porque o momento político atual, com as próximas eleições, o exigem. Com os protestos de solidariedade indefectível<sup>480</sup>. (grifos nosso).

A Frente Única passo-fundense promoveu, em julho de 1934, um comício, tendo por finalidade ratificar a sua posição a favor da volta do regime legal no país. Divulgou na imprensa o seguinte convite:

**A Frente Única convida o povo em geral para o comício a realizar-se, amanhã, domingo, às 4 horas da tarde, na Praça Mal. Floriano, em regozijo pela volta do país ao regime legal.** Por essa ocasião, far-se-ão ouvir os oradores Antonio Bittencourt de Azambuja, João Bigoes, Tenak Wilson de Souza e outros. Passo Fundo, 21 de julho de 1934. A Comissão: João Fagundes de Souza, Ihyran Araújo

<sup>479</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 282.

<sup>480</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1860, ano X, 20 jul. 1934. p. 4.

Bastos, Innocêncio Schleder, Luiz Magalhães, João Carlos Wairich, Tte. Curio de Carvalho e Amador B. Araújo<sup>481</sup>. (grifos nosso).

Em relação ao governo municipal de Passo Fundo, Armando Annes manteve sua posição e passou o cargo para o coronel Maximiliano de Almeida, seu substituto legal, dando prosseguimento ao comando político, concentrado nas mãos do PRL.

Nesse contexto, valemo-nos de *O Nacional*, que veiculou uma notícia na época a respeito da mocidade do Partido Republicano Liberal, a qual enviara uma nota ao município de Passo Fundo chamando atenção para a questão do estatuto político que estava em vigor na Assembléia Nacional, que assegurava a vitória dos autonomistas, crentes na superioridade do princípio federativo e do regime democrático. A nota expunha que a tendência unitarista para os governos fortes não impressionava os novos legisladores do Brasil, pois o que estava se votando na Assembléia Constituinte não eram somente os assuntos inspirados nas declarações de direito consagrados no século XII. Reafirmavam que a democracia era um dogma de fraternidade humana que não envelheceria. Desse modo, a revolução triunfante cumprira, de início, a missão que lhe fora outorgada pelas armas, sancionando um Código Eleitoral a fim de manter a verdade do sufrágio<sup>482</sup>. A nota continuava afirmando

A disposição da mocidade do Partido Republicano Liberal era de manter a lealdade, tanto no passado quanto no presente, bem como continuar lutando pelos ideais democráticos. Eles reconheciam que eram pioneiros dessa causa e afirmavam que a **Região Serrana nunca mereceu dos poderes públicos as atenções a que tinha direito, pela sua situação estratégica, pelo seu esplendor colonial e pelo que ela representa na nossa vida econômica**. Também reconheciam que a região serrana se encontrava afastada dos interesses do litoral e da capital do Estado, devido à deficiência das vias de comunicação. Referindo-se diretamente a Passo Fundo, reconhecidamente um dos maiores centros da atividade industrial e agrícola, superando os demais municípios da região, o mesmo estava sofrendo com esse isolamento do governo. Assim, diante dessas evidências, os jovens participantes do Partido Republicano Liberal reafirmavam a sua condição de soldados desse partido. E diziam ainda em relação ao município, fariam a propaganda partidária, **encarando o adversário como a um irmão, em caminho oposto. A mocidade não tem ódios, nem perfilha dissensões**, já apagadas pelo tempo. Do seio do partido a que pertenciam pretendiam estender a mão a todos os correligionários, mesmo àqueles que aplaudissem a arregimentação que representavam<sup>483</sup>. (grifos nosso).

Os jovens do Partido Republicano Liberal davam conhecimento à comunidade que

<sup>481</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1861, ano X, 21 jul. 1934. p. 1.

<sup>482</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

<sup>483</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

aceitariam os órgãos da ação partidária para que pudessem agir com prudência e segurança; por isso, organizaram o Grande Conselho, único órgão autorizado a falar em nome do partido.

Os membros do Conselho eram designados da seguinte forma: os membros natos (presidente do Grêmio e prefeito municipal, que era a mais alta autoridade do partido). Os demais componentes eram: Artur Caetano, coronel Jorge Pelegrino Castiglione, coronel Quim Cezar, Josino Marques, tenente Eugênio Ferreira da Silva, Manoel Amancio Teixeira, Fernando Goelzer, Arthur Leite, Philomeno Pereira Gomes, Elias Nunes Vieira, Horácio Izaltino da Luz, Anna Theodora da Rocha<sup>484</sup>, Joaquim Lourenço Marcondes, Theodoro Schleder, Lauriano Branco, Galdino Ferreira Custódio, coronel Pedro Lopes de Oliveira, Nabudo Zirbes, Juvenal Trancoso de Brito, Olavo Hahn, João Alves dos Santos Rabello, Amador Cezar Sobrinho, Camillo Suelo, Adriano Sperandio, Amandio de Araújo e Silva, Constancio Soares Leal, Alcides Cezar, João Pedro Barboza do Nascimento.<sup>485</sup>

A nota prosseguia expressando que a mocidade do Partido Republicano Liberal, deixava para as pessoas da comunidade passo-fundense julgar seus atos e confiante de que a resposta das urnas (vitória) seria o julgamento de suas ações. Assinavam a nota, em data de 23 de maio de 1934, os seguintes correligionários: Salathiel Sperry, presidente; Alfredo Loureiro, 1º vice-presidente; Nabuco Zirbes, 2º vice-presidente; Eduardo Barreiro, 3º vice-presidente; Ubaldo Thevenet, 1º secretário; Ivens Pacheco, 2º secretário; Agenor Aguiar, 1º tesoureiro; Theodoro Della Méa, 2º tesoureiro; oradores: João Silveira de Camargo e Cassiano Lima; diretores: Brasileiro Bastos, Eduardo Durgante, Mário Braga Júnior, João Annes Filho, Pedro Vargas, Orlando Ribeiro, Fausto Saraiva, Belisário Saldanha, Anaurelino Albuquerque Costa, Nascimento Rocha, Raphael Jacini, Sílvio Alvigi, Antônio Farias, Gomercindo Silva, Hygino Mariano Salles, Cantídio Lamaison, Pedro Resende, Lilásio Ferrer, Alcides Moura Rocha,

---

<sup>484</sup> Primeira mulher atuante na política passo-fundense. Registre-se que era membro do Conselho da Mocidade do Partido Republicano Liberal. Vale ressaltar que na grande maioria dos casos o ritmo das transformações econômicas é maior que o ritmo das mudanças políticas e sociais. Os instrumentos potenciais para a igualdade política não se difundiram de modo semelhante nos diferentes países do mundo; os grupos da elite do poder sabiam sempre como trabalhar as novas forças políticas de modo que não abalasses seu poder nem sua legitimidade. Nesse sentido, o direito de voto das mulheres viria por decreto do presidente Getúlio Vargas em 1932, porém com a ditadura Vargas a articulação desta reivindicação foi diluída e as mulheres votariam apenas em 1946. AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001. p. 12-20.

<sup>485</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, nº. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

Aristóteles Lima<sup>486</sup>.

Também com base nos textos publicados no jornal *O Nacional*, de julho de 1934, retiramos a informação de que o centro da mocidade frenteunista Waldemar Ripoll, opositorista, após quatro anos de regime ditatorial, conclamava a população para que se mobilizasse em prol da volta da democracia, pela qual o povo brasileiro sempre lutara. Para tanto, reportavam-se a 1930 para avivar a memória de todos quanto à luta travada pelas novas diretrizes político-administrativas da nação. A mocidade, como sempre acontecia nos movimentos cívicos nacionais, participava ativamente de todas as reivindicações do ideário republicano. No entanto, percebia que, passada a euforia da revolução, ao invés da liberdade prometida, presenciava-se o cerceamento da nacionalidade, por meio de ações totalitárias e unilaterais, bem como repressão das manifestações do pensamento<sup>487</sup>.

Prosseguia a manifestação publicada pela mocidade frenteunista colocando que era deplorável assistir aos erros e desmandos do governo ditatorial de 1932, quando a Mocidade de São Paulo, na noite de 9 de julho, fez ecoar seu grito de revolta, conscitando o concurso de todo o Brasil à Guerra pela Constituição. O Rio Grande que se encontrava preso a São Paulo por compromissos de honra, como os de lutar a seu lado pela reconstitucionalização do país, não pudera cumprir com a sua parte, por razões conhecidas por todos. No entanto, **para sua honra, grande número de seus filhos, à frente dos quais avultaram as figuras empolgantes de Borges de Medeiros e Raul Pilla, não permaneceram indiferentes a sorte de São Paulo, valendo-lhes essa atitude as amarguras do exílio e toda sorte de sofrimentos morais.** Porém, São Paulo embora materialmente vencido teve vitoriosa a sua intenção e em nome disso prosseguiu na luta dos ideais populares. Tal idealismo encontra-se consubstanciado na Constituição que estava sendo promulgada, e mesmo que ela não contemplasse todas as necessidades da evolução do povo brasileiro, pelo menos garantia a liberdade de expressão, bem como a abertura de horizontes para a conquista dos anseios populares<sup>488</sup>. (grifos nosso).

A nota reforçava que era mister lembrar a todos a importância que tinha para o Rio Grande do Sul o próximo pleito eleitoral, não só porque dele sairiam os representantes para a elaboração da carta fundamental do Estado, mas também porque era a primeira eleição processada na ordem legal, e quem não estivesse com a Frente-Única não desejaria a grandeza e a felicidade do Rio Grande<sup>489</sup>.

Ainda havia um chamamento para que os simpatizantes se aliassem à Frente-Única e

<sup>486</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 01.

<sup>487</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

<sup>488</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

<sup>489</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

elegessem os candidatos por ela apresentados. Dessa forma, poderiam redimir, pelo menos em parte, as tradições de lealdade, bravura e cavalheirismo do povo gaúcho, dos erros e crimes contra as liberdades públicas perpetrados durante a ditadura. A nota vinha datada de 21 de julho de 1934 e assinada pelos seguintes atores políticos: Tenack Wilson de Souza, Gelson Ribeiro, Nativo Oliveira, Ribeiro Weimann, Wenceslau Silveira, Bernabé Olmedo, Brigido Miranda, Mauro Pinheiro Machado, Aurélio Willig, Frederico Daudt, Gomercindo dos Reis, Dino Lângaro, Valdemar Lângaro, James Xavier, João Carlos Waihrick, Júlio Paim, João Corrêa Borges, Jota Cúrio de Carvalho, Fredolim Paim, Urbano Ribas, Adroaldo Amaral, Frederico Graeff Filho, Romeu Azeredo, Djalma Cúrio de Carvalho, Victorio Dinardo, Mário Schell, Mário Silveira, Érico Lourenço da Silva, Agiberto Ramos da Silva, Mansur Sfair, Onildo Gomide<sup>490</sup>.

Em Carazinho, o clima político apresentava-se cada vez mais agitado, pois os ânimos tinham se acirrado mesmo antes da intervenção federal no Rio Grande do Sul, com a divulgação de panfletos com conteúdo agressivos aos membros da Frente Única, bem como do PRL. Por ocasião do golpe de 1937, intensificaram-se as relações dos poderes locais, em virtude da manutenção da prática do coronelismo, fato que pode ser comprovado com o texto, enviado pelo Centro Cívico Getúlio Vargas, a Vazulmiro Dutra, na condição de subchefe da 4ª Região, sediada em Passo Fundo, relatando as atitudes do prefeito, bem como solicitando providências para contornar o conflito político instalado. O texto do documento referia:

[...] o atual prefeito e sua “entourage,” achavam-se intimamente ligados com a situação deposta no Rio Grande em 16 de outubro último, além de telegramas violentos em que era atacada a conduta do Presidente da República no que se referia à política do Rio Grande, incarnada da pessoa de Flores da Cunha, prova o fato dessa corrente haver-se feito representar no congresso do PRL que proclamou a falecida candidatura de Armando de Sales Oliveira. Ainda nas vésperas do desfecho de 16 de outubro, o **Albino Hillebrand em nome da executiva de que fazia parte, endereçou um telegrama a Flores da Cunha hipotecando solidariedade em qualquer terreno e no qual se continham graves as sacadilhas ao Presidente da República.** Convém ainda lembrar ao Sub-Chefe de Polícia, que naquele congresso os elementos que compunham a DL da qual V.S. era um dos elementos mais destacados, foram expulsos do PRL, com aplausos dos homens que hoje querem continuar dirigindo este município[...]<sup>491</sup>. (grifos nosso).

No quadro de desavenças políticas entre os partidos em Carazinho, o texto acima

<sup>490</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n.º. 1813, ano IX, 23 maio 1934. p. 02.

<sup>491</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

clarificava que Frente Única e Dissidência Liberal, representadas por José Ivalino Brum, Artur Fontoura da Mota, Alcides Albuquerque e Norberto Madureira Coelho, tinham comparecido ao Congresso da Dissidência Liberal, em Porto Alegre, bem como participado de uma reunião realizada em Santa Maria quando da estada de Armando de Sales Oliveira, integrando-se aos que lá estavam para ouvir e aplaudir os ataques feitos à política de Getúlio Vargas. Igualmente, colocavam em dúvida a sinceridade dos políticos que haviam concordado, nas últimas horas, com a permanência de Hillebrand na direção administrativa do município, argumentando que tal situação poderia comprometer a estabilidade da nova ordem política surgida no Brasil a partir da promulgação da nova Carta constitucional. Sintetizando, os componentes do Centro Cívico, opunham-se à continuidade de Hillebrand, uma vez que tal fato seria o mesmo que aceitar a continuidade dos inimigos de Vazulmiro Dutra no município de Palmeira, onde estes haviam praticado toda sorte de arbitrariedades e tropelias<sup>492</sup>.

Após a decretação do Estado Novo as rivalidades interelitárias intensificaram-se. A ditadura incitou os enfrentamentos políticos na região, repetindo as divergências de âmbito estadual, especialmente entre os remanescentes do PRR de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e do PRL de Flores da Cunha, forte opositor de Getúlio Vargas. Registrou-se, inclusive, uma mobilização política contra a manutenção do prefeito Hillebrand, por ser apoiador de Flores da Cunha. Inclusive, o prefeito de Carazinho fez uma campanha entre seus companheiros para que aderissem ao Grêmio Cívico Getúlio Vargas. Para tanto, valeu-se de boletins distribuídos em Carazinho, como o n. 3, direcionado ao PRL de Carazinho, com o seguinte teor:

Ao Partido Republicano Liberal de Carazinho. Correndo nesta vila uma lista de adesões a um grêmio político denominado “Getúlio Vargas” julgamos de nosso dever esclarecer aos nossos correligionários **que se trata de uma iniciativa dos nossos adversários da “Frente Única”, solidarizada com elementos da dissidência do nosso partido ambos fragorosamente derrotados na última eleição municipal.** Esta Comissão Diretora solicita aos seus devotados correligionários que se abstenham de assinar tal lista, aguardando o congresso do Partido que se realizará a 24 do corrente em Porto Alegre, o qual fixará as diretrizes do partido. A Comissão Diretora do P.R.L. Albino Hillebrand, Dr. Eurico Araújo, Pery S. de Pádua, Paulo Coutinho<sup>493</sup>. (grifos nosso).

Diante do texto do documento do PRL, os integrantes do Grêmio Cívico Getúlio

<sup>492</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

<sup>493</sup> Ibid.



Vargas expediram o Boletim Documento n° 4, em 21 de maio de 1937, trazendo as assinaturas de Canuto de Souza e de Artur Fontoura da Mota, conforme segue o texto:

**[...] cumpre-nos dizer, alto e bom som, que não intimamos ninguém a aderir ao Grêmio que fundamos para prestar nosso apoio decidido a atuação patriótica do eminente gaúcho que dirige, com rara envergadura moral e grande visão de estadista, os destinos gloriosos do Brasil, tomando enérgicas medidas para evitar a perturbação da ordem.** [...] Quanto a já tão ansiosa vitória que invocam, ela foi muito menos expressiva e fragorosa e de conseqüências muitíssimo menores do que a que a Dissidência e a Frente Única acabam de infringir ao PRL, na recente eleição da Assembléia Legislativa [...]<sup>494</sup>. (grifos nosso).

Hillebrand permaneceu no cargo de prefeito de Carazinho até dezembro de 1945, honrando os acordos feitos com a Comissão Mista e demonstrando que a dissidência liberal continuava apoiando a sua permanência no cargo, mesmo diante das divergências surgidas.

Em relação ao papel desempenhado pela Comissão Mista no estado do Rio Grande do Sul, esta demonstrava o quanto o poder conservador permanecia forte entre os gaúchos, pois a Comissão decidia e compartilhava conjuntamente com os representantes do regime, assinalando, assim, o quadro político no estado. As repercussões do projeto governamental e dos interesses tradicionais nos municípios gaúchos demonstravam que os interesses locais muitas vezes se contrapunham às diretrizes do Estado Novo, as quais privilegiavam os grupos que permaneciam apoiando as ações propostas pelo Estado. Isso nos leva a afirmar que a oligarquia gaúcha e os poderes públicos municipais foram cooptados pelas forças de coesão ou de coerção tuteladas pelo Estado Novo, bem como pela pressão ou aceitação de acordos preestabelecidos.

Nesse ponto vale lembrar Rémond, para quem o político possui características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista; mantém relações com os outros domínios, uma vez que se une por laços a todos os outros aspectos da vida coletiva. Igualmente, o político não se constitui em alguém separado. É uma modalidade da prática social e apodera-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva ou do

---

<sup>494</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos<sup>495</sup>.

A teorização de Rémond pode ser constatada pelos fatos ocorridos com a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, inspirada nos moldes fascistas europeus, que institucionalizava o regime ditatorial, iniciando o chamado Estado Novo. A partir daí, para atender aos anseios de uma minoria, a Constituição instituiu, dentre outras novidades, a supressão da liberdade partidária, bem como anulou a independência que havia entre os poderes e a autonomia federativa. Também suspendeu a imunidade parlamentar, permitiu a prisão e o exílio dos opositores ao novo regime e a eleição indireta para presidente da República, com um mandato de seis anos<sup>496</sup>.

O *Jornal da Serra* destacou essas inovações no cenário político-administrativo nacional dando ênfase às repercussões regional e local. Destacasse duas importantes: a extinção dos partidos políticos existentes até então no Brasil e a acumulação remunerada, colocando um ponto final nas atividades ligadas ao integralismo. Prosseguia o jornal relatando que as agremiações partidárias poderiam se transformar em sociedades civis com fins culturais e desportivos, mas, para tanto, teriam de mudar o nome adotado até então e não poderiam usar símbolos que as identificassem<sup>497</sup>.

O *Jornal da Serra*<sup>498</sup>, mencionando o teor da entrevista coletiva concedida por Getúlio Vargas, abordava a reforma da Constituição de 1937. Dentre suas declarações destacamos as razões mencionadas pelo presidente, para justificar o golpe do Estado Novo, atribuindo-o, dentre outros motivos, à violência do levante comunista de 1935, que abalara a índole pacífica do povo brasileiro, além de ter causado um profundo golpe nas classes conservadores. Assim, temia outros movimentos semelhantes e estava convencido de que a democracia liberal não tinha capacidade defensiva, bem como que existia uma fragmentação partidária das arregimentações estaduais, sem programas consistentes. Tal fato era agravado pela ausência de convicções, definidas em grandes grupos, tais como os industriais, comerciantes e agricultores; assim, havia se criado um clima favorável à expansão de ideologias opostas, que

---

<sup>495</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Richa. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 13-36.

<sup>496</sup> História do Brasil. *BRASIL: Constituição Brasileira de 1937*. 7. ed. Almanaque Abril. Rio de Janeiro: Abril, 2000. 1 CD-ROM.

<sup>497</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1380, ano XV, 7 mar. 1945. p. 04.

<sup>498</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1380, ano XV, 7 mar. 1945. p. 04.

se tornariam ações internacionais depois de vitoriosas na Itália, com o fascismo, e na Alemanha, com o nazismo, penetrando no Brasil sob a égide de um novo partido: o integralismo. Os adeptos aproveitaram habilmente a ação contra o comunismo, nos sentidos cultural e político, passando a desenvolver intensa atividade totalitária nos meios conservadores, agitando a mocidade das escolas e impressionando os espíritos religiosos e as consciências patrióticas com o lema “Deus Pátria e Família”.

Abordando o clima político reinante na época em estudo, Love<sup>499</sup> pondera que, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, proclamando o nascimento do Estado Novo e iniciando a governar por decreto, também se autorizou a nomear interventores, centralizando ainda mais em si as decisões políticas e dando ênfase às suas aspirações nacionalistas. Vargas praticou outros atos indefensáveis, tais como a queima das bandeiras estaduais em cerimônias simbólicas, além da designação de oficiais militares para o preenchimento de postos civis. Dessa forma, o Getúlio Vargas dessa época mostrava-se bastante diferente daquele que defendera a democracia liberal e o federalismo, agindo tal qual “um centralista e nacionalista de tipo autoritário”.

No dizer de Chacon<sup>500</sup>, Getúlio Vargas, ao extinguir as agremiações partidárias registradas nos extintos Tribunais da Justiça Eleitoral “tentava enfraquecer a comunhão nacional e causava mal ao Brasil”. Conforme o *Noticioso*<sup>501</sup>, os brasileiros, desde os tempos do Império, viviam em luta constante, ininterrupta, num desperdício de energias, num entrechoque de odiosidades, ofendidos, fraudando a lei, negando capacidades, sendo violentos e injustos, objetivando interesses facciosos e vantagens secundárias, sem se preocupar, realmente, com a grandeza da pátria. Esta era cerceada no seu desenvolvimento progressivo, sem a liberdade para conquistar o futuro, logo, impedida de atingir as finalidades patrióticas, pois somente na união e fraternidade do povo é que poderia ser alcançado o engrandecimento moral e material do Brasil.

---

<sup>499</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 273.

<sup>500</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e praxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 141.

<sup>501</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 22, ano I, 22 ago. 1942. p. 04.

### **2.7.3 As divergências provocadas pelas eleições no Estado Novo**

Como descrevemos anteriormente, no Estado Novo o decreto de extinção dos partidos não foi taxativo sobre o futuro político dos partidos. Ficava proibida até a promulgação da lei eleitoral a organização de partidos políticos, podendo os existentes continuar a funcionar como sociedades civis para fins culturais, beneficentes ou desportivos. Embora todas as obras consultadas destaquem a extinção dos partidos políticos, verificamos que, nos âmbitos regional e local, os partidos políticos continuavam se articulando sob a bandeira da Comissão Mista, que apoiava Getúlio Vargas; em nível nacional, buscavam se articular por meio de sindicatos, unindo-se por categorias profissionais.

As divergências por ocasião das eleições no período do Estado Novo começaram a tomar corpo quando em 1945 se viveu um novo período político nos âmbitos nacional, estadual e local, iniciado com o declínio do Estado Novo, em 1943, e as crises finais, em 1944, que levaram Getúlio Vargas à decadência e, finalmente, em 29 de outubro de 1945, quando o ditador, como é referenciado por muitos autores da área de história, obrigou-se a renunciar ao cargo de presidente da República. Começou, então, a tomar forma a redemocratização no país, que previa eleições para a presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembléias Legislativas.

De modo a particularizar cada município focalizado, abordamos as divergências entre Carazinho e Passo Fundo em itens separados, uma vez que os partidos políticos e as elites políticas apresentavam a mesma ideologia, porém os representantes desses segmentos eram figuras locais distintas.

#### **2.7.3.1 Divergências em Carazinho**

Em Carazinho reconhecemos como primeira divergência política a substituição do então prefeito Albino Hillebrand, em virtude das ações articuladas pelos grupos pró e contra-Hillebrand, que se alternavam entre mantê-lo e destituí-lo do poder. Ressaltamos que o grupo contrário a Hillebrand era pró-Canuto de Souza. Nesse sentido, de acordo com o Anexo F, visualizamos os membros da elite política carazinhense, sua vinculação e fidelidade política.

Em maio de 1945, mais precisamente no dia 28, foi decretada pelo governo a Lei Agamenon, que regulamentou o novo Código Eleitoral, pelo decreto n. 7. 586/45, o qual regulou em todo país o alistamento eleitoral e as eleições, apresentando os novos requisitos para a formação de partidos políticos e marcando a data de 2 de dezembro para as eleições.

A Tabela 5 do Anexo F demonstra que as vinculações políticas dos sujeitos envolvidos no contexto político carazinhense ficaram estagnadas até a decretação da lei supracitada, tendo em vista que nesse momento mudou o quadro político em Carazinho e os sujeitos articularam-se em novos partidos políticos. No ano de 1945 tornaram-se comuns os fonogramas enviados ao interventor estadual Ernesto Dorneles solicitando a permanência do prefeito:

Associação e sindicatos classistas Carazinho representando milhares associados cientes campanha alguns elementos sistemáticos oposicionistas administração municipal junto senhor secretário interior pleiteiam injustamente substituição prefeito **Albino Hillebrand pedem venha vossa excelência ponderar referido prefeito honestíssimo cumpridor seus deveres tudo feito engrandecimento Carazinho conta apoio maioria absoluta população cidade e interior motivo solicitam sua proveitosa permanência cargo para bem coletividade Carazinho**. Respeitosas saudações. Levino Junges, diretor de expediente da liga das associações profissionais segue mais 6 assinaturas<sup>502</sup>. (grifos nosso).

Verificamos, portanto, que o jornal *Noticioso* comprometia-se com a política local e estadual, ao passo que o *Jornal da Serra* dizia-se “apenas ser um órgão de imprensa que comentava a opinião pública dentro da ordem constituída”, procurando “afastar-se do culto à incompetência e do horror as responsabilidades, ocupando um posto de combate na vanguarda do progresso que exigia qualidades morais de elevado padrão”, destacamos que o *Jornal da Serra* foi o maior opositor da política em nível local. É importante salientar que o *Noticioso*, considerado jornal situacionista, fora criado justamente para revidar aos embates do *Jornal da Serra* e defender a política local.

O discurso proferido pelo jornal *Noticioso* detalhava os rituais políticos situacionistas e glorificava a figura dos grandes líderes, heróis, produzindo e legitimando o processo de identidade e exaltação. Vale lembrar que o culto aos heróis e mitos era prática comum no Estado Novo. No entender de Félix,

<sup>502</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos governantes. CG –160, 30, jan., 1945.

o herói simboliza a identidade do grupo, mas se sobrepõe a ele por ser especial, por ter uma missão. Heróis enquanto figuras singulares, desempenham a tarefa da unidade e do reerguimento anímico do social. Pela elaboração de uma memória, através de um conjunto de símbolos e significações retomadas nos momentos específicos de crises e rupturas, quando se faz necessário ou presente pela primeira vez, como vitais ao grupo, o herói passa a ser imprescindível. Incorpora dimensões de sacralidade e atemporalidade. Torna-se mito e, no caso, com funções políticas específicas enquanto mito político<sup>503</sup>.

Verificamos que, além do jornal *Noticioso*, os representantes da Associação Comercial e dos sindicatos classistas de Carazinho apoiavam a administração de Hillebrand e procuravam defendê-lo perante o governo estadual:

Com o devido respeito comunicados v. excia. nesta data telegrafamos dr. Secretário do Interior e capitão Vignolli presidente Liga de Defesa Nacional, discordando atitude assumida presidente núcleo local sr. Romeu Scheibe pleiteando junto poderes constituídos substituição prefeito **Albino Hillebrand esforçado e honrado dirigente comuna carazinhense de quem liga sempre recebeu franco e dedicado apoio tal atitude tomada a revelia demais componentes esta entidade só encontra amparo no saudosíssimo politiquieiros profissionais**. Respeitosas saudações Graciano Leal, presidente sub núcleo 6º distrito Elias Souza, secretário. Josino Xavier, tesoureiro<sup>504</sup>. (grifos nosso).

Ainda em 1945 ocorreram manifestações para a substituição de Hillebrand; porém, em razão de suas articulações políticas, representantes da LDN de Carazinho pediam a permanência do prefeito junto a Ernesto Dorneles. Inclusive um abaixo-assinado foi enviado ao interventor do estado solicitando a permanência do prefeito, além de manifestar solidariedade a este:

Abaixo assinados, membros do conselho municipal Abastecimento e Preços representando Associação Comercial, comércio varejista, produtores e industrialistas, associação e profissionais comércio metalúrgicos e indústrias alimentação círculo operário, sindicato marceneiros, vem presença vossência **hipotecar inteira solidariedade digno prefeito Albino Hillebrand, expoente bem estar município e prestígio**. Estado Novo, **motivo pedem venha solicitar sua permanência cargo prefeito este município**. Respeitosas saudações Henrique Thormam, Associação Comercial<sup>505</sup>. (grifos nosso).

Em meio ao processo de constituição dos novos partidos, o *Jornal da Serra*, em outubro de 1945, informou que Carazinho tinha novo administrador e que o governo do

<sup>503</sup> FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1998. p. 145-146.

<sup>504</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos governantes. CG-160, 1º fev de 1945.

<sup>505</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos governantes. CG-160, 9 fev. de 1945.

estado resolvera exonerar Hillebrand do cargo de prefeito do município, função essa que vinha exercendo há mais de 12 anos. Segundo o jornal, com a exoneração de Hillebrand, Carazinho entraria numa nova fase de sua administração, pois iria ser dirigido por “um homem moço e cheio de boa vontade”, que procuraria sincronizar a ação pública com a iniciativa particular em favor do bem coletivo. De acordo com o periódico de Canuto de Souza “está, pois, de parabéns a população desta terra com a modificação ocorrida em seu governo e confia que o novo governante encare seus problemas com o ânimo e resolução que eles reclamam, para o bem de todos”<sup>506</sup>. Salientava, ainda, que “não obstante os dois mais importantes órgãos da imprensa da capital haver noticiado a demissão do Albino Hillebrand, s.s. continua no exercício do cargo aguardando a comunicação oficial da demissão. Efeitos do continuísmo” [...] <sup>507</sup>.

Em 3 de outubro de 1945, o *Jornal da Serra* editou, em manchete de primeira página, que se encontrava resolvido o caso da prefeitura de Carazinho: assumia Romeu Scheibe a direção do município. Com a exoneração de Hillebrand do cargo de prefeito, que há algum tempo, conforme noticiado pelo periódico, havia sido nomeado prefeito substituto, finalizava o rumoroso e discutido “caso prefetural” do município. Apesar de esperada, tal solução não deixou de ter ampla repercussão em todos os meios políticos e sociais de Carazinho, dando motivo aos mais variados comentários em torno do assunto. Muitas pessoas já não acreditavam na substituição de Hillebrand, tal o crédito que parecia haver conquistado junto às altas esferas governamentais durante os 12 anos em que exercera as funções de prefeito<sup>508</sup>:

O impossível - na opinião de seus adeptos - verificou-se, entretanto, no dia 27 do mês passado, ao ser assinado pelo Governo do Estado o ato que o exonerou definitivamente do cargo. Em vista disso, Hillebrand já não compareceu ontem ao expediente da tarde, dando assim por encerrada sua prolongada gestão. Cabia, portanto ao Romeu Scheibe, na qualidade de prefeito substituto, assumir a direção do município tendo recebido ordens expressas do governo para que assim o fizesse. E foi o que se verificou na manhã de hoje, às 9 horas, quando comparecendo à prefeitura, na presença de todos os funcionários, recebeu do Secretário do município as rédeas da direção municipal. **O povo de Carazinho, em grande número, regozijá-se com esse fato, pois espera do seu edil uma administração em sintonia com seu progresso e desenvolvimento**<sup>509</sup>.

Afirmamos que Carazinho, em sessenta dias, teve à frente da administração pública

<sup>506</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1465, ano XV, 1 out. 1945. p. 01.

<sup>507</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1465, ano XV, 1 out. 1945. p. 01.

<sup>508</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1462, ano XV, 3 out. 1945. p. 01.

<sup>509</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1462, ano XV, 3 out. 1945. p. 01

três prefeitos nomeados e em períodos diferentes: Romeu Scheibe, de 1º de outubro de 1945 a 17 de novembro de 1945; Jorge Fonseca Pires, de 17 de novembro de 1945 a 4 de dezembro de 1945, e, finalmente, Antonio Alverne Ferreira Gomes, de 4 de dezembro de 1945 a 30 de março de 1946.

A segunda divergência foi quanto à escolha da diretoria dos novos partidos, visto que, no final da ditadura de Getúlio Vargas ele próprio criou dois partidos de composições sociais diferentes, mas igualmente vinculados a sua liderança: o Partido Social Democrático (PSD), formado pelos interventores, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado à cúpula sindical e à política trabalhista. Ambos enfrentariam daí por diante violenta oposição da União Democrática Nacional (UDN), empreendida por membros descontentes com a política nacionalista de Getúlio Vargas<sup>510</sup>.

Nesse sentido, e, segundo o *Noticioso*, o momento político carazinhense também se renovava e voltavam a manifestar-se os partidos políticos. Em junho de 1945 chamava a atenção para a fundação do Partido Social Democrático de Carazinho (PSD), cuja convocação fora feita por Hillebrand, prefeito municipal. O evento realizar-se-ia no dia 26 de junho, à noite, no salão nobre da prefeitura municipal, numa concorrida reunião<sup>511</sup>.

De acordo com o *Noticioso*, em 27 de junho de 1945:

[...] por unanimidade Albino Hillebrand foi indicado para chefe do partido. Foram indicados também os seguintes nomes para integrarem a comissão do PSD. Ernesto José Annoni – vice-presidente; - industrialista; Henrique Thormann - comerciante; Olívio Amaral - Fazendeiro; Edgar Kasper - Advogado; Alcides Albuquerque- Fazendeiro; Humberto Gobbi- Agricultor e industrialista; Freiderico Bebbá - funcionário federal; Lourival Vargas - comerciante; Lauriano Sehn - comerciante; Wilmar Fonseca - Bancário; Zeferino Felix da Costa - comerciante; Guilherme Beccon - varejista; João Bassani Filho - Agricultor; Antonio Barleta - agricultor; Luiz Goelzer - varejista; Alberto Velho de Souza - advogado<sup>512</sup>. (grifos nosso).

A nota publicada no jornal, trazia a composição dos membros que integrariam a comissão do PSD carazinhense, que, por si só, já configurava uma elite, em razão das

<sup>510</sup> CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 242-243.

<sup>511</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 168, ano III, 27 jun. 1945 p. 03.

<sup>512</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 168, ano III, 27 jun. 1945 p. 03.



atividades profissionais com as quais se autodenominavam. Lembramos que ainda no ano de 1945 era forte a presença dos agricultores, comerciantes e industrialistas como se pode visualizar no texto do jornal *Noticioso*, pois novos avanços produtivos como os dos setores industrial, comercial e agrícola foram promovidos na região norte do Rio Grande do Sul.

Com a nomeação de Hillebrand para chefe do Partido Social Democrático, exasperaram-se os ânimos novamente em Carazinho. O *Noticioso*, em 1945, relatou os acontecimentos que envolviam a política local, informando que fora realizada uma reunião pelos republicanos de Carazinho, os quais obedeciam à chefia de Borges de Medeiros e levaram às urnas o nome de Eduardo Gomes para a suprema magistratura da nação. Ficara, então, escolhida a seguinte Comissão Executiva: “Presidente de Honra Antonio Augusto Graeff; presidente efetivo, Eduardo Graeff [...] Canuto de Souza, secretário”.<sup>513</sup> Porém, outras correntes oposicionistas também tinham estado presentes na reunião, entre elas diversos republicanos do interior do município. Na reunião

[...] ficou assim constituída a direção do PSD neste município: Presidente de honra Aparício Nunes, presidente efetivo Romeu Scheibe, vice-presidente, Paulo Coutinho, tesoureiro Alfredo P. Schmitz, secretário Jorge da Silva Vaz, comissão consultiva Eurico Araújo, Alberico Azevedo, Bruno Buchholz, Arnaldo Scheibe, Alberto Graeff Filho, Otto Gerhardt, Warter Scherer, João Batista Azevedo, Miguel Zacarias, Fioravante Barleze, Oscar Weldlich e Waldemar P. Kaschny<sup>514</sup>. (grifos nosso).

Segundo a lista transcrita, Romeu Scheibe foi escolhido como chefe político do PSD em Carazinho. Conforme o *Noticioso*, era aguardada a nomeação do prefeito substituto, já que Hillebrand havia solicitado sessenta dias de licença para tratamento de saúde. Os adversários do atual prefeito, segundo o jornal, tinham indicado para o cargo Romeu Scheibe; por sua vez, Hillebrand havia indicado o nome de Lourival Vargas; atendendo a um compromisso de honra assumido com Brochado da Rocha em nome do governo do estado, o qual havia afiançado que só seria nomeado um prefeito para Carazinho se fosse designado por Hillebrand. Em 5 de julho de 1945, Brochado da Rocha remeteu uma carta ao prefeito solicitando a indicação de cinco nomes para a constituição do PSD do município. Idêntico pedido teria sido feito a Aparício Nunes. O prefeito, após ouvir seus correligionários, enviara o seguinte telegrama: “[...] lida sua carta presença comissão encarregada tratar caso organização PSD e prefeitural

<sup>513</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

<sup>514</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

essa resolveu aguardar solução caso prefetural para se pronunciar, não consentindo irrevogavelmente indicação seus nomes”<sup>515</sup>.

Caso fosse confirmada a notícia sobre a constituição da comissão do PSD local, cujas nomeações tinham sido feitas discricionariamente em Porto Alegre, estaria confirmado que tinham sido desprezados todos os nomes indicados pela grande Assembléia Geral, convocada pelo prefeito municipal em 26 de junho de 1945, embora fossem elementos mais representativos do comércio, indústria e classes liberais, como já referendado nos nomes listados anteriormente e constantes no jornal de 27 de julho de 1945<sup>516</sup>. O contexto relatado pelo jornal esboçava uma grave crise no PSD local, cujas conseqüências muito em breve seriam manifestadas, conforme os comentários gerais.

Sobre a política local, informava o *Noticioso* a seus leitores a instalação do Diretório Municipal do PRL, que obedecia à direção de Flores da Cunha e achava-se integrado na União Democrática Nacional (UDN), que levava às urnas o nome de Eduardo Gomes para a presidência da República. Uma comissão constituída por Homero Guerra, Raimundo M. de Quadros, Fábio Albuquerque, entre outros, enviara convite a este órgão de imprensa para assistir à reunião política<sup>517</sup>.

Segundo a reportagem do jornal *Noticioso*, Walter Jobim, secretário de Obras Públicas e candidato oficial do PSD para presidência do estado, incumbira Hillebrand da importante missão de formar os novos partidos políticos em Carazinho, PTB e PSD. Seguramente, fora informado à reportagem que Hillebrand já havia desempenhado essa missão com êxito<sup>518</sup>.

O *Noticioso*, em julho de 1945, expôs algumas notas políticas, relatando que a convenção do PSD havia se realizado no dia 10 do corrente na capital do estado, quando havia sido escolhido o nome de Gaspar Dutra para a presidência da República. A mesma convenção

---

<sup>515</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

<sup>516</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 170, ano III, 11 jul. 1945. p. 03.

<sup>517</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 179, ano III, 4 ago. 1945. p. 01.

<sup>518</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 179, ano III, 4 ago. 1945. p. 01.

estadual havia eleito Getúlio Vargas para presidente do partido no estado<sup>519</sup>.

Uma outra nota do jornal *Noticioso* relatava que, para participar dos trabalhos da Convenção Nacional do PSD, que se realizaria no Rio de Janeiro, havia seguido uma caravana que representaria o Rio Grande do Sul e que, quando retornasse, trataria sobre a política nacional. Fazia parte daquela o carazinhense Poty Medeiros, ex-chefe de política do estado, conhecido advogado e com banca em Porto Alegre, que era figura de destaque no PRL e na UDN<sup>520</sup>. Transcrevia, ainda, um telegrama que Hillebrand enviara a Walter Jobim, secretário das Obras Públicas do estado: “Apresentando a vossa senhoria as minhas felicitações e do município pela escolha ilustre patrício para o cargo futuro presidente estado”<sup>521</sup>.

Em agosto de 1945 foi realizada a instalação do Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, que teria como seu presidente Ernesto José Annoni, industrialista local; primeiro vice-presidente, Romeu Notari; segundo vice-presidente, Alberto Velho de Souza; secretário, Nestor Moojen; segundo secretário, João da Cunha Vasconcellos; primeiro tesoureiro, Lourival Vargas; segundo tesoureiro, Frederico Bebba; orador, Edgar Luiz Kasper<sup>522</sup>.

Em outubro de 1945 foi instalado o Núcleo Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tomaram parte da mesa diretora dos trabalhos Hillebrand, Ernesto José Annoni, Friederico Bebba, Ildo Silvestre, Jofre Brum, Amadeu Gobbi e os representantes do Diretório Municipal de Cruz Alta<sup>523</sup>.

Hillebrand, encarregado da organização do PTB e presidente da reunião, convidou os seus correligionários para ingressarem no PTB, que havia sido constituído como um imperativo da consciência popular, independentemente da atuação de políticos profissionais, exaltando a obra do presidente Getúlio Vargas. Paulo Santos, presidente do Diretório de Cruz Alta e membro do Diretório Estadual, entrando em considerações sobre o novo partido político, afirmou que se propunha a uma candidatura civil para a presidência da República.

---

<sup>519</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 171, ano III, 14 jul. 1945. p. 01.

<sup>520</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 171, ano III, 14 jul. 1945. p. 01.

<sup>521</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 171, ano III, 14 jul. 1945. p. 01.

<sup>522</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.185, ano IV, 25 ago. 1945. p. 01.

<sup>523</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

Disse, ainda, que as atividades dos políticos profissionais haviam sido feitas à revelia do povo e que o afastamento de Hillebrand do cargo de prefeito municipal fora uma manobra de políticos profissionais agindo contra a vontade popular, a qual, contudo, “não se deixaria escravizar, reparando essa injustiça pelas urnas. [...]”<sup>524</sup>.

A nominata para o Diretório do PTB ficou constituída por uma nova geração política<sup>525</sup>, porém com alguns nomes das antigas elites; houve, assim, uma certa renovação na política carazinhense: presidente de honra, Hillebrand; presidente efetivo, Ernesto José Annoni; primeiro vice-presidente, **Humberto Gobbi**; segundo vice-presidente, Lourival Vargas; terceiro vice-presidente, **Dario de Medeiros Canals**; primeiro-secretário, **Jofre Brum**; segundo- secretário, **Dario Marques**; terceiro-secretário, Jupir Pinto Lima; primeiro-tesoureiro, **Friederico Bebba**; segundo-tesoureiro, **Antonio Brito**; terceiro-tesoureiro, Afonso Gerhardt; Comissão Sindical; **Olívio do Amaral e Silva, Luiz Goelzer, Rubin P. Dihl, João Marcondes de Quadros, Armênio Vaz, Afonso Clemente Brentano, José Flores Menezes, Heitor de Moura Dihl, Acassio José Vargas, Nivaldo Brasil, José Garcia e Rivadávia de Oliveira**; Comissão de Propaganda: **Walter Fetzer, Alfiere Firmo Bernardi, Armino Goelner, Aldo Bastos, Felipe Alves Machado e Bento Falcão**<sup>526</sup>. (grifos nossos).

Por meio de uma leitura sistemática do material coletado, constatamos que o momento político brasileiro era de renovação, e em Carazinho não foi diferente, pois voltavam a se manifestar os partidos políticos em 1945 e, por tabela, as articulações da elite política. Como exemplo desse momento citamos a fundação do PSD de Carazinho, que teve Hillebrand à frente da sua organização; a instalação do Diretório Municipal do PRL, ainda em 1945, que passou a obedecer à direção de Flores da Cunha, integrado à UDN; a criação do Núcleo Municipal do PTB, sob a presidência de Hillebrand, que convidou os seus correligionários para ingressarem no partido, o qual pretendia lançar seu nome para o pleito de 2 de dezembro de 1945 como candidato para a Câmara Federal. A reorganização do PRR marcou a volta de

<sup>524</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

<sup>525</sup> A nova geração política a que nos referimos era constituída por Humberto Gobbi, Dario de Medeiros Canals, Jofre Brum, Dario Marques, Friederico Bebba, Antonio Brito, Olívio de Amaral e Silva, Luiz Goelzer, Rubin P. Dihl, João Marcondes de Quadros, Armênio Vaz, Afonso Clemente Brentano, José Flores Menezes, Heitor de Moura Dihl, Acassio José Vargas, Nivaldo Brasil, José Garcia, Rivadávia de Oliveira, Walter Fetzer, Alfiere Firmo Bernardi, Armino Goelner, Felipe Alves Machado e Bento Falcão. NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

<sup>526</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 202, ano IV, 24 out. 1945. p. 01.

Borges de Medeiros à cena política. Já na primeira eleição, em decorrência da fraqueza eleitoral da UDN e do PTB, ocorreu a maior diferença de escore entre o PSD e seus adversários. Mesmo reconciliados, Borges de Medeiros e Flores da Cunha conseguiram um baixo percentual de votos.

Estava se concretizando um intenso movimento de articulação política após a volta dos partidos, já envolvendo novas adesões e apoio aos programas dos partidos políticos. O *Noticioso*, em dezembro de 1945, divulgou o resultado das eleições em Carazinho, em nível nacional, nas quais os partidos políticos dividiram-se em seis legendas: PTB, PSD, UDN, PL, PRP e PCB.

Distinguimos que um dos políticos mais importantes de Carazinho, Homero Guerra, aderiu a UDN, juntamente com Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Canuto de Souza, ao passo que Hillebrand filiou-se ao PTB de Getúlio Vargas.

### **2.7.3.2 Divergências em Passo Fundo**

Abordando as divergências registradas em Passo Fundo no período estudado, encontramos evidências de que no ano de 1945 os maiores conflitos registraram-se dentro do PTB, em relação à oposição feita à César Santos, principal liderança trabalhista, comandada pela denominada “ala rebelde”, representada por Daniel Dipp. A trajetória do PTB passo-fundense refletia, em muitas oportunidades, a mesma trajetória daquela seguida pelo partido em nível nacional, sem, contudo, se repetir, pois apresentou muitas peculiaridades distintas<sup>527</sup>.

O grupo que se uniu em torno do PTB local tinha como liame unificador o getulismo e, a exemplo de sua organização estadual, originou-se da dissidência que resultou na ala trabalhista do PSD, bem como do movimento queremista. Nesse sentido, sob o prisma dos trabalhadores e sindicalistas, nasceu em defesa da manutenção dos ganhos trabalhistas

---

<sup>527</sup> BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

concedidos por Vargas, mas, em relação à “elite de letrados” em seu interior, também a uma ação fortemente orientada de ascensão política e conquista do poder.

Distinta, entretanto, foi a formação do PTB de Passo Fundo. A composição inicial em novembro de 1945 contava com pessoas de diferentes segmentos sociais e profissionais, a exemplo dos trabalhadores, sindicalistas, comerciários, políticos e, também, de uma pequena elite intelectual, entre eles o ferrenho getulista César Santos. Alguns simpatizantes e filiados do partido provinham do PSD e envolveram-se, em sua maioria, no movimento queremista. No entanto, registra a história que a caminhada do PTB em Passo Fundo não ocorreu de forma tranqüila. Pelo contrário, enfrentou muitos percalços, atribuídos quicá à sua base, formada de pessoas diferentes, com ideologias próprias e, também, que haviam saído de seus partidos por desavenças diversas. Outro fato agravante para a dificuldade enfrentada pelo PTB em Passo Fundo foi a permanência da mesma direção durante todo o período de sua vigência<sup>528</sup>.

Em relação a César Santos, inicialmente ele aderiu ao movimento queremista<sup>529</sup>, sendo considerado “um dos mais ardorosos ‘queremistas’ pela possibilidade, assim, da eleição de Getúlio Vargas à presidência da República”<sup>530</sup>. A liderança política de César Santos foi classificada como trabalhista, tendo sido eleito em novembro de 1945 como presidente efetivo do Diretório local do PTB, recém-instalado.

Em nível nacional, encontramos que alguns dos principais partidos políticos já estavam praticamente organizados e com candidatos lançados oficialmente, à presidência da República, a exemplo da UDN, com Eduardo Gomes, e do PSD com Eurico Gaspar Dutra, ambos representando a ala varguista. Nesse ínterim, a imprensa começou a veicular notícias acerca da possível candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Essas articulações se originaram nos meios ligados ao Ministério do Trabalho e a movimentação a

---

<sup>528</sup> BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

<sup>529</sup> Sobre o movimento queremista ver em: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>530</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 170, ano XXI, 03 out. 1945. p. 4.

respeito desse assunto já era bem consistente<sup>531</sup> em nível nacional.

Em Passo Fundo tais notícias começaram a circular por volta de 22 de março de 1945, sob forma de um brado, repetindo uma frase de impacto e que tentava incutir nas pessoas que havia um clamor geral de “queremos Getúlio”. Esse grito inicial reacendeu antigos seguidores e simpatizantes de Vargas, instalando-se, por conta disso, num primeiro momento, por iniciativa dos caixeiros viajantes e coordenados por Urbano Ribas e César Ribas da Silva, o Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas, no dia 11 de julho de 1945. Esse comitê, juntamente com outras vozes representantes de segmentos diferenciados, mas que, já se faziam ouvir em diferentes recantos brasileiros, foi ganhando espaço e no final de agosto de 1945 repercutia fortemente em todo o território brasileiro<sup>532</sup>.

Em nível local, constatamos o apoio do advogado Celso da Cunha Fiori, do bancário Valdir Cecconi e de outras lideranças trabalhistas ao movimento, os quais se manifestavam nos comícios realizados em Passo Fundo, contando com a participação de considerável massa popular<sup>533</sup>. Advindo do movimento denominado queremismo, instalou-se em 13 de novembro, em Passo Fundo, o Partido Trabalhista Brasileiro.

A composição inicial do PTB<sup>534</sup> estava constituída das lideranças que participaram do movimento quemista, como o caixeiro-viajante Urbano Ribas, o comerciante Maturino Rabelo, o bancário Valdir Cecconi, Inocêncio Pinto, Filomeno Pereira Gomes; os mais proeminentes, alguns ligados à ala trabalhista do PSD, como o médico e cientista César Santos e o advogado Celso da Cunha Fiori. Contou, também, com a participação dos sindicalistas Antônio Nunes Figueiredo e Guilherme Knack e do advogado e político Daniel Dipp, entre outros. César Ribas da Silva, mesmo sem desempenhar cargo eletivo, aderiu

<sup>531</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5016, ano XX, 22 mar. 1945. p. 5.

<sup>532</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5021, ano XX, 27 ago. 1945. p.1.

<sup>533</sup> DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, n. 5110, ano XXI, 4 set. 1945. p. 1; O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5171, ano XXI, 4 out. 1945. p. 1.

<sup>534</sup> A primeira diretoria do PTB em Passo Fundo ficou assim constituída: presidente de honra, Norival Paranaçu de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul; presidente efetivo, professor dr. César Santos; 1º vice-presidente, Antonio Nunes Figueiredo, presidente do Sindicato da Indústria do Mobiliário; 2º vice-presidente, Urbano Ribas, viajante comercial; 1º secretário, Celso Fiori, advogado; 2º secretário, Maturino Rabelo, comerciante; 1º tesoureiro, Filomeno Pereira Gomes; 2º tesoureiro, Guilherme Knack, presidente do Sindicato do Material Elétrico; Comissão Executiva Municipal: Celso Fiori, Daniel Dipp, Antonio Nunes Figueiredo. Comissão de fundos: Waldir Cecconi, Inocêncio Pinto e Oldemar Berends. Comissão eleitoral: Antonio Junqueira Rocha, Orestes Mozzato e Valêncio Figueiredo. O NACIONAL. Passo Fundo, n. 198, ano XXI, 14 nov. 1945. p.1.

também ao PTB em sua fase inicial.

O jornal *O Nacional*, em manchete do dia 21 de novembro de 1945, escreveu sobre a debandada do PTB local, apontando Valdir Cecconi, César Ribas da Silva e Maturino Rabello como ex-integrantes do PTB.

Situando a representação partidária local, observamos que em torno da UDN se concentrou o republicano Victor Graeff, que já havia exercido o cargo de prefeito municipal, nomeado pelo interventor federal Cordeiro de Farias de 1941 a 1944<sup>535</sup>. Contou, também, com a participação dos republicanos liberais como Quim César e Aristóteles Lima, todos seguindo a orientação de Borges de Medeiros e Flores da Cunha, que comandaram essa agremiação partidária no estado em oposição a Getúlio Vargas. Num primeiro momento, a UDN teve a participação dos libertadores Antonio Carlos Menna Barreto e Gomercindo dos Reis,<sup>536</sup> que logo após a reorganização do partido, em nível estadual, assim procederam em âmbito local, constituindo-se em suas principais lideranças.

Em se tratando do PSD, somente em agosto de 1945 foi formalmente fundado em Passo Fundo, embora já atuasse no município há mais tempo. Seguindo o molde estadual, também se envolveu no movimento queremista, e alguns desses componentes iriam mais tarde compor a direção do PTB local.

Da mesma forma que o PTB, organizou-se o PSD local. Essa facção acolheu ex-partidários do PRR, com destaque para Nicolau Vergueiro, líder republicano regional; Arthur Ferreira Filho que por duas vezes administrara o município, e também Túlio Fontoura, proprietário do jornal *Diário da Manhã*. Integrou também, os quadros do partido a expressiva liderança do PL, Antonio Bittencourt de Azambuja. Como podemos observar, as forças políticas que formaram o PSD local não seguiram as lideranças estaduais. Borges de Medeiros, do PRR, foi para a UDN, e Raul Pilla manteve-se à frente do Partido Libertador no Rio Grande do Sul.

---

<sup>535</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 4053, ano XVII, 17 dez. 1941. p. 4.

<sup>536</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5121, ano XXI, 30 jul. 1945. p.4.



O jornal *O Nacional*, em 17 de julho de 1945, relatou sob a forma de aviso:

**Aviso- avisamos aos nossos companheiros que a qualificação, de acordo com o novo Código Eleitoral, começa no dia 2 de julho e será encerrado no dia 2 de outubro do corrente ano.** Como não dispomos de carros oficiais nem de gasolina, **pedimos aos nossos correligionários que procurem a sede do partido, a fim de requererem o respectivo título de eleitor, com toda a brevidade, para evitar-se acúmulo de serviço dos últimos dias.** A qualificação é obrigatória para homens e mulheres maiores de dezoito anos. Mais esclarecimentos na Agência Comercial, Avenida General Netto, 301, próximo ao fórum. (Ass). Antonio Carlos Menna Barreto, Presidente; Gomercindo dos Reis, secretário. Passo Fundo, 1º de julho de 1945<sup>537</sup>. (grifos nosso).

No ano de 1945, em nota publicada em *O Nacional* do dia 30 de julho, fez-se referência à instalação em Passo Fundo, da Comissão Executiva Municipal da União Democrática Nacional. Ainda relatava sobre uma importante reunião de elementos das oposições coligadas, representando os partidos PRR, PRL e Libertador. O jornal noticiou da seguinte forma:

[...] com a presença de vários cidadãos, representando o PRR, PRL e Libertador, ficou organizada a comissão executiva municipal da UDN. O cel. Quim César fez uma exposição da finalidade da reunião, passando em seguida a ler os nomes dos liberais indicados à comissão central do Partido Republicano Liberal, já aprovados, nomes estes que formaram a comissão municipal provisória na reorganização do Partido. Depois de empossada a comissão, foram por está escolhidos e aclamados, **para comporem a comissão da UDN deste município, os nomes dos srs. Cel. Quim César e Aristóteles Lima. Em seguida teve início a organização da UDN deste município, que ficou assim constituída: Pelo PRL: cel. Quim César e Aristóteles Lima; pelo Partido Libertador: Antonio Carlos Menna Barreto e Gomercindo dos Reis; Pelo PRR, dr. Victor Graeff.** Os nomes já aprovados pela comissão central do Partido Republicano Liberal em Porto Alegre, para comporem a comissão executiva do município de Passo Fundo, e empossados ontem, são: Vitório Dinardo, Presidente, Amador César Sobrinho, Vice-Presidente; Pedro Paulo Pereira, Secretário; Francisco Orocil Medeiros, Tesoureiro; Tenente Coronel Antonio Gomes Jaques, Jacob Biassus, José Fagundes de Souza, Antonio Mello, Agenor Aguiar, Oscar Vasconcelos e Benevenuto Rocha<sup>538</sup>. (grifos nosso).

O jornal *O Nacional* continuava relatando sobre a instalação em Passo Fundo da Comissão Executiva Municipal da União Democrática Nacional, porém se referia aos membros que fariam parte da Comissão de Propaganda do novo partido, aos quais enumerava: Donato José Ribeiro, Eurico Rocha, Romeu Abreu Lima, Júlio César, Nestor Ferreira da Silva, Júlio Fischer, José César, Antonio Rocha Ribeiro, Aristides Boeira e Pedro Copett. Victor Graeff deu posse aos novos membros e ressaltou a finalidade da nova agremiação

<sup>537</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5110, ano XXI, 17 jul. 1945. p. 1.

<sup>538</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5121, ano XXI, 30 jul. 1945. p. 4.

política, dando ênfase à candidatura do major Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato oficial da UDN para presidente da República<sup>539</sup>.

A fundação em Passo Fundo do Movimento Democrático Progressista (MDP), liderada pela mocidade passo-fundense, que se movimentou para a concretização de um novo ideal, foi relatada no jornal *O Nacional*, em 1º de agosto de 1945 da seguinte maneira:

Neste pós-guerra, os povos conduzem as massas populares à consumação de ideais que todos, pela ação decidida de cada um, proporcionaram à humanidade dias melhores, dias em que todos os homens possam viver como entes que raciocinam e podem perfeitamente, clamar pelos seus justos direitos. A disparidade que nos apresenta a todo o momento defrontando-nos com as injustiças sociais, com o “ensaio” manifesto das reivindicações populares, [...] **uma horrenda hecatombe como essa que a pouco atingiu o seu término, com a vitória dos povos livres, contra os agressores, contra os reacionários de todas as castas. Cabe, portanto, à mocidade uma ação decidida e empreendedora, construtiva e sã, com base sólidas no ideal humano, justo e digno para ser posto um fim ao perigo que ameaça o organismo social dos povos**<sup>540</sup>. (grifos nosso).

O discurso transcrito deixa claros o desejo de liberdade e a ânsia pela nova ordem política que se instaurava no Brasil. Mas *O Nacional* prosseguia seu relato salientando que também em Passo Fundo, como no Brasil, a mocidade entrara em ação. Assim,

alentados por novos ideais que orientaram a ação política da mocidade brasileira, algumas dezenas de jovens representantes das mais variadas classes sociais, reuniram-se ontem nesta cidade na ante-sala do Cine Teatro Imperial, deliberando estruturar, neste município, essa nova corrente de idéias lançada em março último, na capital do estado, e que vem tendo a mais franca acolhida em todos os quadrantes do Rio Grande do Sul: **O Movimento Democrático Progressista**. Com esse objetivo, **aqueles moços no sentido amplo, de quem não tem cumplicidade com o passado**, instalaram às 21 horas de ontem, no referido local, a seção da qual resultou a fundação do movimento em apreço<sup>541</sup>. (grifos nosso).

Narrava *O Nacional*<sup>542</sup> a respeito da eleição do Comitê Municipal Provisório do MDP, que assim ficara constituído: Ney Menna Barreto, Carlos Arthur de Almeida, Juvêncio Bortolacci, Aparicio Córdia, Alberto de Lima Morsch e Arlindo Luiz Osório. Após empossado o Comitê Provisório, Ney Menna Barreto fizera um breve discurso incitando os presentes à luta pacífica em prol da concretização dos ideais de liberdade, igualdade e

<sup>539</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5121, ano XXI, 30 jul. 1945. p. 4.

<sup>540</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 4.

<sup>541</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

<sup>542</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

fraternidade, que estavam sendo até o momento praticados isoladamente.

Foram noticiados pelos meios de comunicação local e veiculados no *O Nacional*, jornal de grande credibilidade em Passo Fundo, vários telegramas que davam ciência a seus chefes políticos Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha em Porto Alegre, da instalação da UDN em Passo Fundo, dando mostras de que a elite política se mantinha fiel aos seus propósitos de permanecer no poder. Nesse sentido, os telegramas foram transcritos da seguinte forma:

**Com satisfação comunicamos a vossas excelências a constituição da junta local da UDN com representantes dos três partidos coligados no RS.** Podemos assegurar que também nesse município a população desperta para as lutas cívicas deixando a apatia que a reduzira aos três lustros de ditadura. Sob a orientação dos eminentes patrícios a libertação do medo se consagrará decisivamente também na Serra que se apresta acompanhar o anseio de liberdade **que identifica o Rio Grande de hoje com o seu passado heróico e tradicional.** Saudações cordiais, Victor Graeff, Antonio Carlos Menna Barreto, Antonio Quim César<sup>543</sup>. (grifos nosso).

No discurso a referência à realidade adquire múltiplas formas, pois no contexto anterior faz alusão ao passado heróico. A linguagem simbólica aludida pelo jornal *O Nacional* continha uma conotação política que objetivava a construção, manutenção, legitimação e exaltação dos membros da elite política. A mitificação das condutas de determinados personagens também era salientada pelo jornal. Nesse sentido, esse meio de comunicação representava a expressão de uma classe seleta da sociedade, ou seja, de uma elite intelectualizada e, ao mesmo tempo, um instrumento gerador de poder, através das representações inscritas em seu discurso.

Analisando, por exemplo, o papel desempenhado pela figura dos heróis, podemos dizer que se constituem num importante símbolo, presente na organização dos discursos políticos; são um instrumento eficaz para atingir as mentes e os corações da sociedade civil. Tais elementos encarnam, de forma gloriosa, as principais características do homem público, buscando aproximá-lo cada vez mais da sociedade na qual se insere.

Ainda em *O Nacional*, uma nova mensagem foi narrada, demonstrando o apoio à candidatura do major brigadeiro Eduardo Gomes, com o seguinte teor:

---

<sup>543</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

**Rio- comunicamos V.Exa. que Passo Fundo se mobiliza para sufragar nome ilustre candidato nacional à presidência da Republica pt. Os três partidos populares rio-grandenses organizaram a junta local da UDN dos quais somos os representantes pt.** Informamos, igualmente, que o povo despertando para a vida cívica deixa o sono a que o afeiçoara a ditadura agonizante e se mobiliza com visível entusiasmo pt. Saudações cordiais Antonio Quim César, Victor Graeff, Antonio Carlos Menna Barreto, Aristóteles Lima, Gomercindo Reis<sup>544</sup>. (grifos nosso)

Em 1945, um grupo de libertadores passo-fundenses dirigiu um telegrama a Walter Jobim, secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, apoiando a sua candidatura para governador do estado, pelo Partido Social Democrático. Assim relatou o jornal *O Nacional*:

Exmo. Doutor Walter Jobim – D.D. Secretário Obras Públicas PAlegre. **Libertadores Passo Fundo integrados PSD vg reconhecendo vossencia incontestável idoneidade dirigir destinos nosso amado Rio Grande vg hipotecam integral solidariedade sua candidatura pt pedem vênua lembrar absoluta conveniência aumentar número componentes diretório local vg constituída apenas três membros vg sem suplentes vg sugerindo dentre outros nomes João Fagundes Souza vg velho prestigioso chefe libertador.** Respeitosas saudações Felisbino Rocha, Mário Goelzer, Napoleão Duarte, Joaquim Ribeiro Neto, Francisco Claro da Silva, Horacio Rossal, Jovino Silva, José Caramore, Jovino de Lara, Amador Luiz de Almeida, Gil Silva Boeira, Odone Silva Boeira, Jerônimo de Quadros, Osvaldo Canfield, André Pithan, Pedro José Rossal, Bomfiglio Bertoldo, Cristalino Silveira Machado, José Possape, Geronimo Stock, Leopoldo Alves Peralta, Juvenal Ferreira de Rezende, Leonel Ramos da Silva, João Carlos Moreira Gosch, Manoel Moreira Gosch, Alcides Rosa Gosch, Gomercindo Gosch da Rosa, Nagippe Kraide, Aníbal Reck, Rodolfo Lourenço Medeiros, Ramiro Lourenço de Medeiros, João Armando de Medeiros, Nicolau Rezende, Sebastião Duarte Barbosa, Leodenor Alves Ferreira, Orcy Pires Cataldo, José Francisco Mendes da Cunha, João Batista Santos Filho, Antão S. Campero, Onezio G. de Albuquerque, Oscar Alves Marques, Dulfe Medeiros Souza, Félix Candido Lopes, Hélio Gosch, Mene Alves de Souza, Amandio Pires Alves, Martins Gonçalves, Nicolau Blizer, Walter Marinho Villa Nova, João César Martins, Honório Reck, Napoleão Becker, Eno Nancy de Moreira, Amadeu Farias, José Ubaldo Salles, Napoleão dos Reis, Napoleão Domingos dos Reis, Antonio Lino Lopes, Hugo Picoli, João Moreti, Mario Passos Teixeira e Otávio de Secundino<sup>545</sup>. (grifos nosso).

O jornal *O Nacional*<sup>546</sup> narrou, em 27 de agosto de 1945, a respeito de um comício, que fora realizado em Passo Fundo para apoiar a candidatura de Gaspar Dutra para presidente da Republica, pelo PSD, e de Walter Jobim para governador do Rio Grande do Sul, também pelo PSD. Salientou o jornal o não-comparecimento de membros do PSD, como Nicolau Araújo Vergueiro, do prefeito Arthur Ferreira Filho e Odalgiro Correa. O mesmo jornal divulgou uma sátira de Celso da Cunha Fiori, que, estranhando o não-comparecimento dos oradores e próceres do PSD, disse que aqueles “deveriam estar em casa pensando no sr. Getúlio Vargas”.

<sup>544</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5123, ano XXI, 01 ago. 1945. p. 04.

<sup>545</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5138, ano XXI, 23 ago. 1945. p. 1.

<sup>546</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5142, ano XXI, 27 ago. 1945. p. 1- 4.

Importante se faz ainda ressaltar que o jornal *O Nacional* relatou a ida de manifestantes, na mesma noite do comício, à casa de Celso Fiori, que os acompanhou até as residências de Odalgiro Corrêa e César Santos, os quais fizeram uma exaltação à personalidade de Getúlio Vargas. Também se dirigiram até a residência de Arthur Ferreira Filho, que disse aos manifestantes: “todas as portas abrem-se para a candidatura do sr. Getúlio Vargas”<sup>547</sup>.

Inferimos pelo teor da manchete do jornal que Nicolau Araújo Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Odalgiro Correa apoiavam a candidatura de Vargas, porém não davam seu apoio a Gaspar Dutra.

### 2.7.3.3 A redemocratização do pós-1945

A redemocratização do pós-1945 estabeleceu, em termos nacionais, uma reestruturação das forças políticas, com a transição do autoritarismo estado-novista à experiência de democracia populista, sob a égide de um sistema multipartidário. O Rio Grande do Sul ofereceu um quadro político eleitoral atípico, pois os partidos políticos organizavam-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão político eleitoral anterior do que definidos pelas lideranças emergentes no pós-1945. A análise da capacidade de autopreservação da classe política gaúcha e, sobretudo, o peso da herança eleitoral foram o eixo central para essa caracterização<sup>548</sup>.

O *Jornal da Serra*, em 14 de março de 1945, relatou o pronunciamento dos libertadores da capital do estado, que, em reunião realizada no dia 12 de março de 1945 em Porto Alegre, tinham reorganizado o Diretório Municipal e se manifestado solidários com o chefe dos libertadores, Raul Pila. Então, os libertadores carazinhenses haviam resolvido tomar uma atitude, enviando o seguinte telegrama:

**Raul Pila. Fiéis nos ideais de liberdade e justiça que sempre tiveram em V.Ex. um fervoroso apóstolo, reiteramos nossa irrestrita solidariedade nesta hora**

<sup>547</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5142, ano XXI, 27 ago. 1945. p. 1-4.

<sup>548</sup> TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 64.

**máxima da nacionalidade**, aplaudindo sua atitude firme e a honestíssima orientação traçada aos destinos do nosso glorioso Partido. Os libertadores deste município aguardam as ordens de V.Ex. Cordiais saudações<sup>549</sup>. (grifos nosso).

O texto do telegrama transcrito já contava com elevado número de assinaturas dos antigos correligionários do político rio-grandense Raul Pila<sup>550</sup>. A simbologia do poder, descrita no discurso do *Jornal da Serra*, salientava a ideologia partidária, os marcos delimitadores da luta de classe que apontavam para a luta no discurso e, subjacente a ele, uma análise de discurso, orientada ideologicamente.

Acompanhando a visão anterior, ressaltamos que o predominante na luta ideológica era a sua marginalização, contradição e transformação. Nesse sentido, corrobora Fairclough:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Tal posição de que determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação. As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação<sup>551</sup>.

Em 1945 o *Jornal da Serra* enfocou a reorganização do PRR e a volta de Borges de Medeiros ao partido, em virtude dos apelos dos republicanos locais e do estado. No caso, o líder resolvera reconsiderar sua resolução de dar por encerrada sua vida política, reassumindo, então, a direção do tradicional partido<sup>552</sup>.

Relatou o periódico que, no dia 10 de maio de 1945, a Comissão Central do PRR - cujos membros eram Adroaldo Vergara, Miguel Lopes de Almeida, Glicério Alves, Manuel Duarte, Mario Antunes da Veiga, Osvaldo Restzch, Domingos da Costa Lino, Alfredo Favaret e Candido Machado Carrion - encontrara-se com Borges de Medeiros na capital. Após longos

<sup>549</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1383, ano XV, 14 mar. 1945. p. 01.

<sup>550</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1383, ano XV, 14 mar. 1945. p. 01.

<sup>551</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 1993. p.117.

<sup>552</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

entendimentos e exame da situação política do momento, Borges de Medeiros declarou à comissão que, embora fosse seu propósito manter-se inteiramente afastado das atividades políticas, não podia fugir a inúmeros apelos e solicitações que há muito vinha recebendo, não só de seus correligionários do interior como da capital. Portanto, resolvera revogar sua deliberação de sair da política, assumindo a chefia do partido<sup>553</sup>.

Assim, ficara resolvido o seguinte, conforme descrito pelo *Jornal da Serra*:

a) Atendendo a reiteradas solicitações de seus correligionários e amigos, não só desta capital como do interior do Estado, Borges de Medeiros, concordou em reassumir a Chefia do PRR, para o fim de promover a reorganização de suas comissões executivas b) Feito isso, a nova comissão Central tratará de promover oportunamente a reunião de uma assembléia partidária, a fim de resolver, definitivamente, sobre as diretrizes do partido no estado e na união e sobre as candidaturas federais. Em virtude dessa deliberação de se submeterem à assembléia do partido as candidaturas para a presidência da Republica, Borges de Medeiros que a resolução que o Partido tomasse deveria ser acatada por todos os correligionários, sem distinção de grupos [...] <sup>554</sup>.

O jornal *O Nacional*, em 16 de junho de 1945, trouxe em seu editorial uma nota, referindo-se aos dissidentes republicanos e ao seu apoio à candidatura de Gaspar Dutra. Relatou o jornal a respeito de uma reunião com a presença de Osvaldo Vergara, Marcial Terra, Glicério Alves, José Diogo Brochado da Rocha, Ariosto Pinto, Guilherme Echenique, Antonio Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha, Geraldo Otavio Brochado da Rocha, Clóvis Pestana, Rosauro Tavares, Luis Carlos de Moraes, João Rodrigues de Carvalho, Mário Antunes da Veiga, Herófilo de Azambuja, Manuel Rodrigues de Athayde, Miguel Moreira, Clóvis Duarte, Amandio da Silva Duarte, Carlos Baltazar de Bem, Domingos da Costa Lino, Alfeu Silva, Alfredo Faveret, Artur Santayana Mascarenhas, Otávio de Abreu, J. Osvald Rentzch, Nicolau de Araújo Vergueiro, Candido Machado Carrion, Ernesto Marques da Rocha, Jesus B. Vieira. Nessa ocasião, seria consultado Borges de Medeiros para que retornasse ao exercício da direção unipessoal do PRR, bem como aderisse com todos os membros presentes na reunião à filiação, num partido nacional, que, no caso, seria o PSD. Alegava-se ser esse fato importante para que não houvesse dissidência no seio do PRR, visto que o programa do PSD era o ideal político que vinha ao encontro das idéias dos

<sup>553</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

<sup>554</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

perepistas<sup>555</sup>.

Ainda em 1945, no dia 8 de maio, o *Jornal da Serra* trouxe a seguinte nota:

Flores da Cunha teve calorosa acolhida em S. Bárbara conforme noticiamos, dia 8 do vigente, Flores da Cunha, que percorreu o Estado em propaganda da candidatura de Eduardo Gomes, fez sua anunciada visita ao seu velho e dedicado amigo Vitor Dumoncel Filho, líder Liberal do município de Cruz Alta.[...] Na fazenda das Picaças, além dos correligionários do Vitor Dumoncel Filho, achavam-se representações de Cruz Alta, S.Maria, Tupanciretã, Soledade, Passo Fundo, Carazinho e Palmeira.[...] Flores da Cunha, que agradeceu aquela imponente festa gaúcha, que seu velho e devotado amigo Vitor Dumoncel Filho lhe oferecia pondo em relevo sua grande afeição a esse valoroso Liberal. Referiu-se à campanha política, para afirmar que a candidatura de Eduardo Gomes conta com grande maioria em nosso Estado<sup>556</sup>.

Segundo o jornal, Plínio Dutra, advogado em Palmeira das Missões e filho do político serrano Vazulmiro Dutra, pronunciara-se a favor do Partido Republicano Liberal, enviando à comissão central da agremiação partidária a seguinte carta:

[...] é desolador observar o que outros governantes realizaram em 15 anos de absolutismo. Entre nós a multiplicação Evangélica das leis de exceção, era a obra fácil de todos os dias. É urgente a recuperação material e moral, principalmente moral, do país. Essas as razões porque ligo-me à oposição ingressando nas fileiras do Partido Republicano Liberal, sob a orientação de Flores da Cunha, que, em 1937, constituiu o último baluarte da liberdade oposta a ditadura. Penso convictamente que só a oposição com a nobre coragem de Eduardo Gomes à frente, será capaz de realizar o milagre de devolver a nação àquela vibrante e pura consciência democrática dos primeiros dias da República. Plínio P. Dutra<sup>557</sup>.

Na primeira eleição pós-1945 no estado sulino, em decorrência da fraqueza eleitoral dos outros partidos, especialmente da UDN e do PTB, ocorreu a maior diferença entre o score do PSD e o de seus adversários. Em segundo lugar, no pós-1945, enquanto o padrão nacional de confrontação partidária traduzia-se na polarização PSD-PTB *versus* UDN, esta, ainda que na sua constituição tenha sido apoiada pelos dois líderes históricos da política regional reconciliados, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, obteve baixo percentual de votos, declinando progressivamente<sup>558</sup>. A terceira especificidade é a evolução eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul, que se posicionou nas eleições de 1945 atrás de São Paulo, do Distrito

<sup>555</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 5085, ano XX, 16 jun. 1945. p. 03.

<sup>556</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1405, ano XV, 11 maio 1945. p. 01.

<sup>557</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1409, ano XV, 21 maio 1945. p. 01.

<sup>558</sup> TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 64 - 68.



Federal e de Minas Gerais, porém em 1947 deu um salto espetacular, assim se mantendo até 1962.

A ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabeleceu a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/1962. Essas três especificidades na conformação do sistema partidário rio-grandense pós-1945 articularam-se com os padrões básicos do comportamento eleitoral do estado.

Em 28 de maio de 1945, o governo decretou a Lei Agamenon, como abordado no item 2.3.3.1, regulamentando o novo Código Eleitoral<sup>559</sup>, os novos requisitos para a formação de partidos políticos e marcando a data de 2 de dezembro para efetivar as eleições.<sup>560</sup> A organização partidária, que deveria ser de caráter nacional por determinação da Lei Agamenon, configurou-se com a constituição da UDN, do PSD e do PTB, os maiores partidos no período de 1945 a 1964. Além desses, foram fundados o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Republicano (PR), o Partido Popular Sindicalista (PPS), o Partido Libertador (PL) e o Partido Agrário Nacional (PAN)<sup>561</sup>.

A UDN, por sua vez, uniu lideranças políticas tradicionais contrárias a Getúlio Vargas. Os líderes estaduais eram Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros. Os primeiros participaram da articulação da UDN em âmbito nacional; por sua vez, Flores da Cunha ficou com a tarefa de articular o partido na esfera regional<sup>562</sup>.

Sintetizando os tópicos desenvolvidos no segundo capítulo, retomamos os pontos significativos nele tratados. Inicialmente, observamos que as elites regionais refletiam a proximidade ideológica das elites nacionais, demonstrando em suas atitudes e desmandos a idéia de centralização incentivada pelo governo de Getúlio Vargas, seguida e acatada pelas

---

<sup>559</sup> Decreto n. 7. 586/45. Regulador em todo país do alistamento eleitoral e das eleições. SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964*. 3. ed, São Paulo: Alfa-Omega, 1990. v. 3. p.112.

<sup>560</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 14 –15.

<sup>561</sup> PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M. K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. p. 71.

<sup>562</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 17.

lideranças políticas de Passo Fundo e Carazinho, no intuito de se manterem no poder pelo maior espaço de tempo possível.

Em se tratando dos pontos divergentes entre a elite política, sem dúvida nenhuma a emancipação de Carazinho foi uma questão marcante, senão a mais importante, pois durante o tempo em que se registraram as tentativas de emancipação do então 4º Distrito de Passo Fundo, ocorria, paralelamente, a divisão das lideranças estaduais. Então Borges de Medeiros e Flores da Cunha romperam, causando a cisão também do PRR. Tal situação se refletiu em Passo Fundo e Carazinho, incitada pelas investidas emancipacionistas, tendo, de um lado, Nicolau de Araújo Vergueiro, posicionando-se contrário à emancipação, e, de outro, Homero Guerra, lutando para que fosse concretizada.

Na busca da comprovação para os fatos que envolveram Passo Fundo e Carazinho em relação às elites políticas e econômicas encontramos em documentos, especificamente nos jornais, telegramas e relatórios da época, uma fonte inesgotável. Foi por intermédio da análise de discurso, realizada com base nos textos publicados na época, que pudemos confirmar fatos e aprofundar o conhecimento dos relatos constantes em fontes fidedignas, a exemplo dos inúmeros livros que foram pesquisados para compor o embasamento teórico desta tese.

Outro aspecto de destacada importância foi o da cisão política em Passo Fundo e Carazinho, também amplamente divulgada pelos jornais da época, dando ênfase ao fato de que a situação nacional, marcada pelas hostilidades entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, refletia-se na disputa política regional, pontuada pelos coronéis Vazulmiro Dutra de Palmeira das Missões e Victor Dumoncel Filho de Santa Bárbara.

Também as divergências oriundas das eleições ocorridas no Estado Novo evidenciaram que, a partir de 1945, configurava-se um novo período político nacional, estadual e regional, já anunciado com antecedência pelo declínio do Estado Novo e pelas crises subsequentes, culminando com a renúncia de Vargas. Partiu-se, então, para o início da redemocratização do Brasil que previa eleições em todos os segmentos, já que as casas democráticas em todos os níveis tinham sido fechadas no período em foco.

A análise dos jornais e outros documentos da época por meio da técnica de análise do

discurso foi o ponto relevante deste segundo capítulo, oportunizando a comprovação dos fatos políticos e econômicos que aconteceram em Passo Fundo e Carazinho. Entendemos que as fontes jornalísticas *O Nacional* e *Jornal da Serra*, representaram, respectivamente, os municípios estudados, Passo Fundo e Carazinho. Esses jornais trazem nas opiniões veiculadas a tendenciosidade de seus dirigentes, refletindo suas paixões, ideologias e opinião própria, especialmente no contexto final da era Vargas, quando houve a censura aos meios de comunicação, que não se enquadrassem no projeto Vargasista. Assim, a censura representou um temor e até certo ponto “terror” a todos os que sabiam que o DIP poderia intervir de diferentes formas e por meio de inúmeros “métodos”, calando para sempre as vozes que se levantavam contra os interesses getulistas.

Partindo do pressuposto de que as elites políticas faziam o máximo para se manter no poder, o instrumento-base, que é a linguagem, utilizado na análise de discurso, possibilitou-nos a apreensão da política praticada em Passo Fundo e Carazinho, bem como delineou a trajetória de seus líderes, dando a conhecer a atuação de cada um deles na defesa de seus interesses e na luta permanente para se perpetuarem no poder.

Conseqüentemente, os atores políticos que compuseram o cenário estudado em seus distintos grupos ou partidos políticos, por meio de universos simbólicos, valores sociais, morais, culturais, econômicos e políticos, demonstraram que se mantinham coesos ao poder maior, a lideranças nacionais e estaduais, reproduzindo nos municípios a realidade pretendida, de acordo com esses universos simbólicos e com o interesse de se manterem sempre no comando das decisões.

O estudo da linguagem, pela análise de discurso dos jornais representou o desvendar de uma teia de significados que interligaram a realidade política da época com os interesses dos representantes do poder político. Foi com essa análise que conseguimos ultrapassar o cerco das palavras e encontrar, compatibilizando o que encontramos nas obras arroladas na bibliografia, os diversos sentidos das representações sociais no organismo social. Logo, as notícias selecionadas para serem analisadas, embora denotadoras de opiniões tendenciosas, descrevem a dimensão dos fatos políticos da época por meio dos signos, dos objetos, dos processos ou fenômenos inter-relacionados à formação e apreensão da visão de política e de poder que as elites evidenciavam em suas atitudes.

Com base no estudo deste capítulo, o terceiro capítulo abordará as elites políticas regionais e locais, apresentando a forma como interferiram no desenvolvimento dos municípios em estudo. Para tanto nos utilizaremos da análise de documentos pertinentes à compreensão da dimensão econômico-social no comportamento de tais elites.

### 3 A ATUAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS REGIONAIS E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO MÉDIO

*Conhecimento, como assinalou Bacon, é poder e o conhecimento desse ritmo cíclico da política produziu o pensamento de que as instituições devem ser organizadas de tal forma que o ciclo se rompa, permitindo assim aos Estados alcançar, senão a imortalidade, pelo menos alguma estabilidade duradoura<sup>563</sup>*

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os argumentos construídos no decorrer da pesquisa, de modo a comprovar por meio dos jornais, arquivos, atas e documentos selecionados e analisados no recorte temporal de 1930 a 1945, que as elites políticas da época delimitavam sua atuação e influência na região do Planalto Médio, valendo-se do privilégio econômico que detinham nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Dessa forma, tal influência podia acontecer de modo direto ou indireto, na medida em que os detentores do poder econômico impunham de modo sutil as decisões tomadas para manter ou mudar determinado segmento, a exemplo dos cargos exercidos pelas pessoas nos diferentes escalões da administração estatal, bem como conseguir benefícios para os referidos municípios, como a instalação de empresas públicas, construção de estradas rodoviárias, melhoramento e ampliação da viação férrea, dentre outras benesses.

Nesse sentido, valemo-nos da análise de discurso por entendermos que a imprensa escrita, desde a sua popularização como veículo de comunicação, exerce um papel significativo como fonte de consulta e divulgação dos fatos ocorridos ao longo dos tempos<sup>564</sup>. Argumentamos que tanto a imprensa quanto os demais documentos escritos se constituem em fontes originárias importantíssimas para a comprovação das ações e repercussões econômicas e políticas da época pesquisada, refletindo no Planalto Médio o modelo de Estado caracterizado pelo desenvolvimento e intervencionismo proposto por Vargas e aceito pelos seus seguidores.

---

<sup>563</sup> MINOGUE, Kenneth R. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 27.

<sup>564</sup> ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandense no século XIX: um breve histórico. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Imprensa & história*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997. p. 15.

Dentre os autores que se destacam como fontes norteadoras para a realização da análise discursiva<sup>565</sup> continuaremos nos pautando em Foucault, como já o fizemos nos capítulos anteriores. Entendemos que um dos períodos histórico-econômicos em que uma “certa vontade de verdade, segregação ou interdição”, em termos foucaultianos, para o exercício do controle de alguns discursos, mostrou-se visível, no período designado como “nacionalista” (1937-1945), tendo Getúlio Vargas à frente. Foucault especifica, em a *Ordem do discurso*<sup>566</sup>, que o controle discursivo aparece mais em áreas como a política e a sexualidade.

Em relação à política, podemos afirmar que os períodos em que o controle e a interdição discursivos apareceram mais foram os da época da ditadura getulista, quando a inscrição do político na linguagem revelava a sua ideologia, compondo uma via de acesso para que se possam estudar as relações de poder, em suas mais diversas manifestações. Para Foucault não existe um centro único do poder, pois para ele o poder se espalha por toda a topografia social. Ainda em Foucault, não há a negação da existência de um poder de Estado, mas a par desse existem outros poderes, que podem manifestar diferentes mecanismos de interferência na vida das nações<sup>567</sup>.

Valendo-nos da teorização de poder proposta por Foucault, somos levados a perceber que no período do Estado Novo getulista a forte presença da ideologia de Estado se materializava nas práticas sociais e discursivas, como era o caso da exigência de que todos falassem a língua portuguesa, não a de sua pátria, no caso dos imigrantes italianos e alemães. Além disso, a pulverização da política de nacionalismo buscava fortalecer as regiões e o poder da língua pátria, porque, ao mesmo tempo em que o país se beneficiava com o trabalho dos imigrantes, exigia, em nome do “nacionalismo”, que eles interditassem ou substituíssem sua língua. Assim, levando em conta a teoria do discurso em Foucault, “a língua é a nossa forma material de inscrição na história”<sup>568</sup>. E sendo a língua a forma como as pessoas se constituem sujeitos e objetos de uma relação, ela inscreve na memória as diferentes formas de ser,

---

<sup>565</sup> A exemplo dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, analisados por GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004. p. 16.

<sup>566</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.

<sup>567</sup> GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004. p. 17.

<sup>568</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 10.

identificar, perceber, agir, como, por exemplo, outra forma de ser operário, de perceber a nação. Isso preocupava o governo do Estado Novo diante das diversidades culturais vindas a partir da industrialização do país, como se a diversidade não pudesse fazer parte da identidade de uma nação que buscava se construir sobre outras bases.

Ainda com relação à visão de poder de Foucault e o longo período de Vargas no comando do país, podemos salientar o período iniciado em 3 de novembro de 1930, com a instalação do Governo Provisório, estendendo-se até 1945, com sua deposição e também, o início da redemocratização do país. Esse período marcou um modelo de Estado iniciado por Vargas que privilegiava a introdução do país na era industrial e, conseqüentemente, no processo de modernização. Existem muitas questões que a Era Vargas introduziu no cotidiano nacional e que podem ser retomadas hoje, como o problema da energia elétrica e das rodovias, uma vez que o cenário atual somente reforça as discussões iniciadas no século passado, Como vemos, as necessidades sentidas e colocadas como prioridades em Passo Fundo e Carazinho pelas elites da época continuam dominando as reivindicações das comunidades.

A Revolução de 30 instaurou no Brasil um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano. A adoção desse modelo foi estimulada pelos efeitos, da crise cafeeira no país, que derrubou os preços do café e de outros produtos brasileiros para exportação. Assim, o período de 1930 a 1945 foi marcado por um governo autoritário e centralizado do presidente Getúlio Vargas, caracterizado pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização<sup>569</sup>.

O "Estado Novo" institucionalizou, de fato, o regime ditatorial, vigente desde 1930. A Constituição de 1937, inspirada no fascismo italiano, a “polaca”, foi elaborada para ser uma Carta “livre das peias da democracia liberal”, nas palavras do responsável por sua elaboração, o ministro da Justiça Francisco Campos. De 1938 a 1945 acelerou-se o processo de urbanização das grandes capitais do Sudeste brasileiro, decorrente da industrialização e das migrações rurais urbanas<sup>570</sup>.

---

<sup>569</sup> GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997. p. 45.

<sup>570</sup> *Ibid.*, p. 46.

Assim é que na Era Vargas a economia cresceu e se transformou, especialmente em relação aos setores agrícola, industrial, abrigada sob um modelo de Estado ditatorial e intervencionista, demonstrando o crescente poder de decisão e influência do estadista, que se confundia com o conteúdo polêmico das políticas promovidas, as quais, por sua vez, eram inseparáveis da discussão sobre o modelo de Estado que Vargas ajudou a implantar<sup>571</sup>. Os sucessivos desdobramentos no recorte temporal apresentado têm nas ações econômicas, políticas e sociais praticadas pelos detentores do poder conotações reveladoras de ações individuais que vinham ao encontro das tendências da época, como também revelam a forma como eram conduzidos os dilemas da sociedade em que viviam<sup>572</sup>.

Não é sem motivo que Max Weber estabeleceu diferenças entre a dominação carismática e a rotineira, destacando nas primeiras formas excepcionais de controle e de comando<sup>573</sup>. O carisma, na visão marxista<sup>574</sup>, seria provocado por situações socialmente instáveis, perturbadoras, em momentos de transição, de destruição ou decomposição das instituições, bem como de rápidas mudanças de estrutura. Nesse contexto, o líder pessoal, tal qual Vargas, atuou como uma força de coesão e unidade ao criar, por meio de um processo de transferência, a identidade entre o indivíduo e a sociedade, aliança do líder. Diante da fragilidade social que gerou um estado de insegurança, em razão da perda dos vínculos tradicionais, o líder é “afastado do homem comum e é tratado como se possuísse qualidades supernaturais, super-humanas, ou no mínimo excepcionais”<sup>575</sup>.

Em síntese, neste último capítulo apresentamos uma abordagem social, econômica e política do Planalto Médio, enfatizando Passo Fundo e Carazinho, no contexto que perpassou o período de 1930 a 1945. Nossa intenção é apontar indicadores que comprovem a hipótese levantada na pesquisa, segundo a qual a elite política, valendo-se do poder econômico, articulava-se para pensar, decidir, administrar e garantir que seus interesses continuassem sendo importantes e atendidos pelos governantes, especialmente pelo poder central do Estado.

---

<sup>571</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 13-14.

<sup>572</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>573</sup> WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1979. p. 10.

<sup>574</sup> CUTLER, Antony (Org.). *O capital de Marx: e o capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

<sup>575</sup> CAMARGO, op. cit., p. 14.



### 3.1 As decisões políticas - nacional e estadual - e seu alcance econômico no estado gaúcho

No plano econômico, as elites, em seu conjunto, caracterizam-se pela ação voltada ao desenvolvimento industrial, comercial e agrícola da economia. Embora tenha saído vencedora da Revolução de 1930, a Aliança Liberal não apresentou alterações significativas na estrutura econômica da sociedade brasileira, assim como o controle do poder político nacional não tinha mudado de classe. Tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno, apresentado em 1930<sup>576</sup>. Segundo Mem de Sá,

apesar de até hoje ser o Rio Grande tido como um dos Estados de menores desníveis e melhor distribuição de riquezas, graças, notoriamente, à pequena propriedade rural e à pequena e média empresa que lá tem vicejado, **sempre houve uma minoria de ricos, fazendeiros na zona pecuária, industriais, comerciantes, banqueiros, nas cidades, como de prósperos agricultores na região colonial, em face de uma imensa maioria de pobres, assalariados, largados ao desamparo**<sup>577</sup> (grifos nosso).

As imagens das classes sociais que existiam parecem mais fortes diante da adjetivação usada para caracterizar a maioria dos gaúchos constituída de pobres e assalariados. Com isso, no Rio Grande do Sul se articularam as condições para a elaboração de um capitalismo tardio, mas possível de desenvolver-se em áreas originárias de uma formação basicamente colonial e historicamente dependente e subordinada, onde não havia distinção entre as tarefas desempenhadas pelo patrão (da estância) e seus peões<sup>578</sup>. Observando as especificidades das condições das áreas coloniais, que foram originadas e arquitetadas com o intuito de proporcionar uma sobra econômica (sobejo econômico), a pecuária gaúcha continuou sendo a base de fornecimento dos alimentos agropastoris para o resto do país. Portanto, foram as colônias as principais contribuintes do funcionamento do processo de acumulação primitiva que aí se verificou<sup>579</sup>.

De acordo com Pesavento<sup>580</sup>, o Rio Grande do Sul representava uma área submissa à economia central do país. Assim, a sua participação no mercado interno destacava-se na

<sup>576</sup> GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62-63.

<sup>577</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p. 102.

<sup>578</sup> *Ibid.*, p. 102-103.

<sup>579</sup> DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>580</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre:

produção para garantir o abastecimento desse mercado. A pecuária constituía-se na sua atividade econômica mais importante, embora o binômio criação-charqueada não se adequasse ao modelo capitalista que se introduzia no país. No entanto, foi através da pecuária que o capitalismo se materializou no Rio Grande do Sul.

No Brasil, país periférico-dependente, o café cumpriu um papel relevante nesse processo; assim, tanto a agricultura como o comércio desempenharam a função de proporcionar a acumulação de capital nessa fase. Também a indústria mostrou uma função do setor exportador, criada em seu interior<sup>581</sup>. Diante desse quadro reconhecemos que a investidura de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório, em novembro de 1930, representou um desafio para esse estadista, porque a execução dos planos básicos da revolução conflitava com a insuficiência dos recursos do Erário e com as situações políticas de pelo menos dezessete estados que haviam sido contrários à Aliança Liberal. Dessa forma, sem contar com uma base política de sustentação nessas unidades da federação, o governo precisou apelar para os administradores militares (tenentes), denominados de interventores, que

[...] sem compromissos políticos [...] não visam criar clientelas políticas, pois não são candidatos a eleições. Nessa época própria a atmosfera estava saneada e o ambiente fortalecido pela consciência popular, os políticos poderão ocupar as posições eletivas a que tiverem direito. Há tenentes que estão fazendo administrações modelares. Onde, pois, os motivos da preservação com os militares? Estou certo de que, no momento oportuno, todos deixarão os governos, sem qualquer apego aos cargos que desempenham<sup>582</sup>.

Na disputa pela sucessão presidencial de 1930, a burguesia industrial escolheu apoiar Júlio Prestes, candidato de Washington Luís e do PRP. Em contraposição, ao assumir o poder após o movimento político-militar de 1930, Getúlio Vargas e sua equipe ministerial não possuíam qualquer projeto de incentivo especial à industrialização do país. As medidas iniciais de maior impacto do governo Vargas destinaram-se aos setores da agropecuária, incluindo aí a cafeicultura, cujos estoques invendáveis passaram a ser comprados e queimados pelo governo federal<sup>583</sup>.

---

Movimento IEL, 1980. p. 18.

<sup>581</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

<sup>582</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 16.

<sup>583</sup> GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62-63.

Nesse contexto, precisamos retomar alguns aspectos ligados à crise do café, iniciada em 1929, que demonstrou se refletir na economia do país como um todo, trazendo consigo resultados imprevisíveis. Segundo a concepção dos economistas da época, de um lado havia os liberais, que vaticinavam o fim da referida crise no final da década de 1930, e, de outro, os marxistas, denunciando que esta se mantinha<sup>584</sup>.

Para Fausto<sup>585</sup>, o setor cafeeiro, que havia sido enfraquecido pelo governo de Washington Luis, encontrara em Getúlio Vargas o sustentáculo de que precisava, já que a burguesia do café, apesar de ter sido derrubada do poder, não deixara de ter os interesses setoriais atendidos por este, pois o café continuava a ser o centro de referência da economia brasileira e representava 62,6% do valor das exportações em 1930. Nesse mesmo sentido, Levine<sup>586</sup> assinala que Vargas não titubeou “em aumentar a intervenção federal e assim procurar resolver quando tal procedimento lhe parecia necessário”, ou seja, as ações de Vargas vinham ao encontro dos interesses políticos e, para tanto, necessitava do apoio das elites.

No Brasil, o setor que mais sofreu com essa crise foi, sem dúvida nenhuma, o da agricultura. A partir de 1931, o governo adotou medidas de proteção que visavam resolver momentaneamente o problema, a exemplo das moratórias, da Lei de Usura; da compra e queima de café, da criação do Conselho Nacional do Café, que mais tarde iria se transformar no Departamento Nacional do Café. Essas medidas “resolveram” na ocasião a situação dos cafeicultores, mas a ocorrência de uma supersafra, além das necessidades do mercado, demonstrou que as ações tomadas eram somente paliativas<sup>587</sup>.

Assim é que a situação da crise cafeeira encontrou os produtores num dilema: a produção, que se encontrava em altos níveis, teria de continuar crescendo, uma vez que eles continuavam expandindo as suas lavouras. A produção máxima de café teve seu apogeu no ano de 1933, fazendo com que o governo se obrigasse a trabalhar considerando três pontos básicos:

---

<sup>584</sup> CARONE, Edgard, *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 15.

<sup>585</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1975. p. 105.

<sup>586</sup> LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. p. 23.

<sup>587</sup> CARONE, op.cit., p. 15-16.

- [...] a) que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?
- b) caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?
- c) caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café<sup>588</sup>?

Analisando esse aspecto, vemos que o governo se viu num impasse, pois a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos, segundo os quais a classe dirigente cafeeira conseguia transferir para o resto da população o peso da carga das quedas na produção cafeeira. Logo, a solução esperada pela elite do café era a que ela não arcasse com o custo total do ônus da crise que se instalara<sup>589</sup>.

Dessa forma, constatamos que a liquidação das reservas cambiais brasileiras e a falta de perspectiva de financiamento das safras para o futuro aceleraram mais ainda a queda internacional do preço do café e, junto com ele, também o de todos os demais produtos primários comercializados na época. O Brasil passou pelos efeitos de duas crises, a da procura e da oferta do café, as quais favoreciam as organizações intermediárias no comércio do produto. Estas, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros a totalidade de sua parcela de perdas causada pela crise geral, demonstrando que o poder econômico dos fazendeiros continuava a se sobrepor aos interesses da maioria da população.

O impasse dos cafeicultores não se restringiu somente ao aspecto da produção e do preço, mas também envolvem as questões de dívidas e de créditos. A estrutura fundiária e econômica do café foi de grande complexidade e, mesmo que a crise tenha atingido seu ponto máximo e apresentado sinais de declínio, continuou intensa e representativa da base econômica do Brasil. Reconhecemos que as mudanças políticas ocorridas após 1930, pelas quais os grupos governamentais continuavam a defender os interesses agrícolas, bem como os acordos comerciais feitos com o exterior, no sentido de proteger a exportação do café e de outros produtos nativos, começaram a dar sinais de declínio, o que ocorreu a partir da II

---

<sup>588</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1968. p. 196.

<sup>589</sup> *Ibid.*, p.197.

Guerra, quando o governo sentiu necessidade de incentivar as atividades industriais, em razão da escassez dos produtos para importar<sup>590</sup>.

O governo instaurado por Vargas demonstrou adotar um novo tipo de sociedade agrária, ao mesmo tempo que remeteu ao dismantelamento de valores e de modos de vida. Vargas, instituiu a reciclagem do sistema agroexportador, pois a crise cafeeira de 1929 apressou a tomada dos caminhos para a industrialização. No entanto, passados os anos, a história reconheceu que as medidas adotadas para minimizar os efeitos negativos da crise cafeeira foram, na verdade, caminho aberto para uma reorientação de metas sociais e de valores políticos, num processo de transformação econômica que os tempos exigiam. Vargas promoveu, a um só tempo, práticas temporalmente diversas, ajustando-as aos seus métodos de ação, com os detentores do poder conseguindo operacionalizar e manipular suas ações de conformidade com seus interesses<sup>591</sup>.

Em 1937 Vargas fez declarações ao *Financial Times* de Londres, transcritas pelo jornal *O Nacional*:

O sr. Getúlio Vargas falou ao “*Financial Times*” de Londres. Rio, 14 (N)- O sr. Getúlio Vargas concedeu uma importante entrevista ao “*Financial Times*” falando sobre as diretrizes econômicas do novo regime brasileiro. Expôs primeiramente as garantias que a nova constituição oferece ao capital estrangeiro. Tratou ainda do pagamento das dívidas externas declarando que o Brasil efetuará esse pagamento de acordo com suas possibilidades financeiras. **Tratou da nova política cafeeira, do comércio livre, frisando que o governo terá em mira principalmente no terreno econômico, o desenvolvimento das exportações e a solução do problema siderúrgico**<sup>592</sup>. (grifos nosso).

Pela significação das palavras no discurso de Vargas transcritas no jornal inferimos o que Draibe<sup>593</sup> chamou de “o sentido da ação estatal que diz respeito a uma maneira de hierarquizar interesses sociais, ao definir e articular de certa forma as questões através de seus planos e políticas”. Nesse sentido, podemos dizer que o grau de liberdade do Estado está

<sup>590</sup> CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 22.

<sup>591</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15.

<sup>592</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2875, ano XIII, 14 dez. 1937. p. 01.

<sup>593</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p 36.

diretamente relacionado com a variável dependente força, que se constitui na política assim como os limites que lhe são impostos.

No Rio Grande do Sul a República Nova permaneceu com o mesmo modelo de desenvolvimento, ou seja, baseado na agropecuária. Dessa forma, os agropecuaristas continuaram no poder e o principal desafio dessa nova fase foi encontrar saídas para a crise da agropecuária que se instalara no Estado. O governo central, a partir de 1930, buscou soluções para amenizar os problemas dos estados, desde que estes mantivessem os mesmos interesses do país como um todo. Nesse sentido, os objetivos eram basicamente dois: a integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. Os dois, na realidade, podiam ser resumidos num único, que era a garantia da continuidade do processo de acumulação capitalista no país<sup>594</sup>.

No decorrer da República Nova a economia brasileira foi reorientada quanto ao rumo do processo de desenvolvimento capitalista em curso. Diante da configuração da crise da agroexportação, que era até então o eixo ativo da acumulação de capital no país, foram tomadas inúmeras medidas no sentido de encontrar uma saída para a situação que se apresentava. No final do período, o novo padrão de acumulação já apresentava seus contornos: a industrialização passara a ser o novo modelo de desenvolvimento capitalista no país<sup>595</sup>.

A mudança de uma base agrícola para uma base industrial é considerado o passo mais difícil, mas indispensável, para o crescimento econômico. Não há nada que impeça que a população e a renda *per capita* cresçam em uma região cuja base de exportação seja agrícola. Além disso, não é difícil desenvolver a indústria secundária e terciária em tal região. Na sociedade gerada pela lavoura do tipo extensivo, com sua distribuição de renda muito desigual, o proprietário de terras aplicaria as receitas fiscais a investimentos diretamente relacionados com o produto básico da região.

---

<sup>594</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 106.

<sup>595</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 173.

O envolvimento nas grandes economias de mercado, apesar das vicissitudes decorrentes, tem sido o caminho clássico pelo qual as economias regionais se expandiram, o que resultou na especialização, economias externas, desenvolvimento das indústrias locais e o aumento da “desintegração” vertical como resultado da expansão do mercado. Apenas um comércio de exportação agrícola bem-sucedido pode e realmente tem induzido à urbanização, dos aperfeiçoamentos do mercado de fatores e a uma alocação mais eficiente dos recursos para investimento<sup>596</sup>.

O que se chamou de “modelo histórico” de acumulação de riqueza e de capital e de dominação política evidencia, nesta fase, o esplendor de sua estruturação orgânica, nos sentidos econômico, político e ideológico. A esse respeito, vemos que a forma como as forças de produção se desenvolveram no Rio Grande do Sul, guardam semelhanças formais com esse modelo, com o orgânico referindo-se à integração e ao crescimento pelo desdobramento das atividades agropecuárias em industriais, comerciais e outras atividades de serviços ligadas à agroindústria.

Nesse sentido, de um lado encontram-se as indústrias voltadas para a elaboração de matérias-primas agropecuárias e, de outro, as que se voltam para o fornecimento de algum equipamento e insumo a essa mesma agropecuária e às indústrias. Logo, o orgânico refere-se ao domínio que os interesses ligados a essas atividades exerciam no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a ideologia de “democracia agrária”, do desenvolvimento harmonioso das forças produtivas, bem como a perspectiva de o Estado poder contar com suas próprias forças para atingir degraus superiores do modo de produção capitalista. Assim, podemos dizer que o modelo histórico gaúcho caracterizou-se, nessa época, por uma composição própria de economia regional, cujo ponto central se localizava nas atividades agropecuárias que mantinham relação direta com atividades fabris e exportadoras<sup>597</sup>.

Na verdade, a economia gaúcha da pecuária revelou-se impossibilitada de produzir uma acumulação que desse espaço para implementar uma empresa capitalista absolutamente configurada e que transformasse os meios de produção pecuária com recursos estritamente

---

<sup>596</sup> NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 299.

<sup>597</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p.364.

locais. Para Pesavento<sup>598</sup>, “o projeto local foi frustrado no que se refere à implementação de um frigorífico nacional com recursos rio-grandenses, visto que a economia pecuária se apresentava com graves problemas, tanto a nível de produção quanto de comercialização”.

Segundo Love, no decorrer de toda a República Velha a economia do Rio Grande do Sul esteve voltada para o mercado interno. Em oposição a São Paulo, que dependia dos compradores de outros países. Os produtos alimentícios representavam cerca de dois terços do valor total das mercadorias enviadas para fora do estado entre 1920 e 1930, ou seja, a pecuária e as indústrias ligadas a ela se sobrepunham<sup>599</sup>.

De modo geral, a consolidação da indústria não representou o abandono da política de sustentação aos produtos agroexportadores, na medida em que estes propiciavam a entrada de divisas. O que se percebia era que a economia nacional precisava ser diversificada, além do que havia urgência na integração do mercado interno, bem como ênfase nas “indústrias naturais”<sup>600</sup>.

Em se tratando das “indústrias naturais”, o Rio Grande do Sul destacou-se com a fabricação da farinha, produto obtido pelo beneficiamento simples, que valorizou a matéria-prima nacional, como “indústria natural”, possibilitando a integração do mercado interno, na medida em que se buscou a exportação para o centro do país além de possibilitar a diversificação da economia nacional e, no caso, de limitar a importação de artigos estrangeiros (caso do trigo), propiciando a economia de divisas<sup>601</sup>.

O governo federal olhava para o Rio Grande do Sul como um estado importante na complementação da economia central, uma vez que fornecia ao resto do país gêneros de subsistência para o consumo nacional. Dessa forma, a manutenção da estrutura agropecuária contemplava os interesses do governo central. “Todavia, o esquema de dependência

---

<sup>598</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 19.

<sup>599</sup> LOVE, Joseph. 4- Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 60.

<sup>600</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 173.

<sup>601</sup> *Ibid.* p. 174.



econômica que tal integração e complementaridade pressupunham não era claramente percebido pela classe dominante local”<sup>602</sup>. A esse respeito, Love observa que

tanto na política quanto na economia da República Velha, o Rio Grande do Sul constitui uma anomalia: do ponto de vista econômico, não se orientou essencialmente nem para a exportação nem para a subsistência; politicamente, não foi nem um Estado dominante (no sentido em que o foram Minas Gerais e São Paulo), nem um Estado satélite. Suas peculiaridades garantiram aos estadistas a oportunidade de participar das decisões políticas mais importantes da segunda metade da República Velha e, finalmente, de presidir a liquidação do regime<sup>603</sup>.

Nessa mesma concepção, efetuamos um adendo salientando que as elites políticas regionais que conduziram o curso do desenvolvimento estavam alijadas no poder formal, ou informal; assim suas ações eram orientadas pela esfera econômica dentro de um processo produtivo capitalista. Essas relações de poder se estabeleciam e funcionavam, num primeiro momento, no âmbito dos interesses políticos e, num segundo momento, econômicos, sempre com base na atuação do Estado como resultante de uma confluência de fatores em que lógicas globais e processos de ordem regional, local e nacional se entrecruzavam, em algumas vezes complementando-se e, em outras, contrapondo-se.

Nesse contexto, os atores que intervieram nos processos políticos, ora confluindo acerca de um mesmo objetivo ainda que com interesses divergentes, ora competindo por ganhar uma determinação de um maior sentido em suas ações, visavam articular a política com a abertura de mercados e, também, o crescimento do capitalismo por meio da ideologia do progresso, já que, para o capital, todos os produtos assumiam a forma de mercadorias que se integravam no movimento de valorização dos bens pelos capitalistas.

Os mecanismos de poder instituem o indivíduo como objeto de poder, visando gerir sua vida e, portanto, controlar suas ações para, assim, torná-los mais úteis política e economicamente. Nesse sentido, essas relações de poder não podem ser estabelecidas nem funcionar sem uma produção, circulação e bom êxito dos discursos que propagam as normas pelas quais os indivíduos são avaliados e até mesmo julgados. O poder relaciona-se pela maximização da produtividade econômica e pela intenção do controle que está sempre

---

<sup>602</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 119.

<sup>603</sup> LOVE, Joseph. A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho, apud TRINDADE, Héliogio. 4- Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 61.

presente na obtenção de um lucro político pela minimização da capacidade de sublevação, ou resistência à força opressora. Recorremos a Pesavento para mostrar que o discurso do empresariado e do Estado era de conciliação para com os empregados: “negociando, concedendo pequenas reivindicações, compensando com práticas assistenciais e tentando fazer passar, como senso comum, a ideologia dominante da ‘harmonia das classes’ para os grupos subalternos”<sup>604</sup>.

O Rio Grande do Sul, no início do século XX, apresentava um crescimento econômico acelerado, que o tornara o centro comercial e industrial, sendo eleita a capital do estado o lugar de escoamento dos produtos provenientes da zona colonial, onde se estabeleceram empresas comerciais que se transformaram em empresas industriais, tornando-se as maiores e mais importantes do estado<sup>605</sup>. O dinamismo da economia gaúcha nessa época assentava-se nas exportações, requerendo uma participação significativa do Estado, não somente como prestador de serviços, mas também como patrocinador de serviços produtivos. Se na década de 1920 o Estado construía portos e ferrovias, nas de 1930 e 1940 ele precisava ampliar sua participação nesse sentido, pela implementação dos transportes rodoviários e da energia elétrica, exigências provenientes das necessidades de crescimento interno da estrutura rio-grandense<sup>606</sup>. Por isso, em 1938 foi criado o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer).

A questão dos transportes mobilizou todo o Rio Grande do Sul, tendo em vista que dele dependia o progresso do estado. Nesse sentido, o envolvimento do interventor era inevitável, conforme comprovamos com o fragmento abaixo extraído de ‘*O Nacional*’:

O cel. Cordeiro de Faria seguiu para o Rio de Janeiro. P. Alegre, 4 (N)- O interventor federal, sr. Cordeiro de Faria, acompanhado de sua comitiva, viajou esta madrugada, em avião para o Rio de Janeiro. **S. Excia. declarou que demorará uma semana e resolverá a questão dos transportes, o reajustamento financeiro dos municípios, o problema educacional e o empréstimo para a prefeitura desta**

<sup>604</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha – dominação do capital e disciplina do trabalho – RS: 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 132.

<sup>605</sup> VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social* (Porto Alegre- 1900-1919). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. p. 22.

<sup>606</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 370.

**Capital.** O sr. Mauricio Cardoso ficou respondendo pelo expediente da interventoria<sup>607</sup>. (grifos nosso).

As imagens expressas nos documentos escritos contêm um discurso próprio e revelador de sua verdadeira função, podendo reproduzir uma situação ou apenas sugerir uma circunstância ou acontecimento.<sup>608</sup> As afirmações do interventor Cordeiro de Farias remetem à certeza de que o governo federal atenderia às reivindicações do Rio Grande do Sul como uma das maneiras de retribuir o apoio que recebera dos partidos políticos na consolidação do Estado Novo. Nesse sentido, o norte do Rio Grande do Sul aparecia no início da República Nova como um território altamente povoado, em que o crescimento populacional acompanhava também sua valorização econômica, em conformidade com o fator expansionista não apenas regional, porém a ponto de ter um significativo peso na economia do estado<sup>609</sup>. Logo, nada mais justo do que atender às necessidades de um estado onde o sistema capitalista encontrava as condições específicas e históricas para a sua configuração<sup>610</sup>. Dessa forma, era preciso responder positivamente a quem apoiava, incontinenti, as decisões de Getúlio.

No cenário gaúcho, o charque era o principal produto sulino de exportação, embora seu sindicato não conseguisse impedir a oscilação do preço do produto no mercado interno, que se mostrava extremamente competitivo. Os frigoríficos estrangeiros estabelecidos no Rio Grande do Sul também haviam concentrado parte de suas atividades no charque, ao passo que seus congêneres, estabelecidos no Prata concentravam suas atividades na frigorificação<sup>611</sup>.

Em relação à indústria de alimentos, tanto os pecuaristas como o governo conjugavam esforços para a frigorificação e transformação da carne suína e da produção de banha. Em 1937, por exemplo, a firma Oderich inaugurava em Canoas os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiro. Este empreendimento demonstrava, tal como o estabelecimento de Renner em Montenegro, o maior poder de acumulação da área colonial sobre a pecuária extensiva, ou

<sup>607</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2989, ano XIII, 4 maio 1938. p. 01.

<sup>608</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 12.

<sup>609</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 67.

<sup>610</sup> IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico II*. São Paulo: Difel, 1972. v. 5.

<sup>611</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 272-273.

seja, o comerciante da área colonial, atuando como intermediário na distribuição dos gêneros agropecuários no mercado, fora capaz de capitalizar mais que o pecuarista. Uma das maneiras de aplicação deste capital foi exatamente na produção da banha e dois demais produtos suínos<sup>612</sup>.

Ressaltamos que os produtores e comerciantes de banha, reunidos no Sindicato Sul-Rio-Grandense da Banha, representavam um dos expressivos setores de acumulação de capital do estado do Rio Grande do Sul, acumulação esta que ocorria em relação aos suinocultores coloniais. Igual processo se verificava em relação à fabricação de vinho, onde os grandes comerciantes e industriais, também organizados em sindicato, controlavam a produção de uva no estado<sup>613</sup>.

As divergências entre os interesses dos pecuaristas do sul e os do governo central ficavam cada vez mais evidentes, o que podemos exemplificar com a própria situação dos charqueadores. Enquanto estes solicitavam a redução das taxas de importação sobre o sal de Cádiz, a administração central impunha o consumo do sal nacional oriundo do Rio Grande do Norte. Outra situação que se configurava era que, enquanto os charqueadores continuavam interessados em manter afastados do mercado os produtos provenientes do Uruguai, o governo central concretizava o Tratado de Livre Câmbio com este país, argumentando que tal instrumento legal iria incentivar o comércio entre as duas nações, de modo que o produto entraria a preço mais baixo no Brasil e, com isso, o alimento para o consumo nacional também baratearia<sup>614</sup>.

Consoante Fonseca, a própria característica da economia pecuário-charqueadora, que dependia da procura do mercado nacional, ligava-se com a necessidade dos fazendeiros de participarem das tomadas de decisões que expandissem as fronteiras do Rio Grande do Sul<sup>615</sup>. Salientamos que em 1931 o *Correio do Povo* relatou que “ a Sociedade Agrícola e Pastoril

---

<sup>612</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 111.

<sup>613</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 252-266.

<sup>614</sup> PESAVENTO, op. cit, 1994. p. 107.

<sup>615</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 92.

dirigiu diversos telegramas ao Governo Federal, solicitando amparo da parte do Banco do Brasil à Pecuária Rio-grandense”<sup>616</sup>.

Embora houvesse divergências ideológicas entre os pecuaristas gaúchos e o governo central, este apoiou a iniciativa dos criadores sulinos no que se referia à idéia de frigorização das carnes, porque a idéia tinha cunho nacionalista, visto que se propunha extinguir as manobras sutis dos frigoríficos estrangeiros que se localizavam no estado. Ademais, o frigorífico nacional era considerado também “uma indústria natural”, tal qual a de produção de farinha, pois utilizava matéria-prima local e, por isso, deveria ser incentivada<sup>617</sup>.

Buscava-se oportunizar a existência de uma nova camada industrial inserida dentro do modelo econômico vigente, no entanto submissa aos agropecuaristas, que constituíam o grupo dominante no estado, tanto em âmbito central quanto local e do país, possibilitando e impulsionando ao capitalismo rural<sup>618</sup>.

A presença da força modernizadora do Estado fazia-se perceber em todos os âmbitos, já que o desenvolvimento da nova forma de organização de Estado pós-século XIX, coincidiu em todos os setores com o desenvolvimento e a contínua expansão do capitalismo. Salientamos que no estado do Rio Grande do Sul exército, partidos políticos, empresas econômicas, organizações de toda espécie, associações particulares, clubes e muitas outras desenvolviam-se pela utilização de métodos econômicos na produção ou transformação de bens, o que tornou indispensável que o sistema econômico fosse organizado em bases capitalistas.

Para Targa, a política fiscal do Partido Republicano Riograndense entre 1892 e 1930 foi de tal forma modernizadora e inédita no contexto nacional nessa época que serviu de experimento para a futura política fiscal e econômica do que viria a denominar-se de “Estado desenvolvimentista brasileiro”. Isso porque a política fiscal do PRR no Rio Grande do Sul constituiu-se em embrião do modelo do que viria a se tornar a relação Estado/sociedade no

---

<sup>616</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 274, ano XXXVII, 22 nov. 1931. p. 12.

<sup>617</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 107.

<sup>618</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 173-176.

Brasil durante a maior parte do século XX, relação que presidiu o desenvolvimento do país pós-1930<sup>619</sup>. Assim, a relação Estado/sociedade, empreendida pelo PRR no poder do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, serviu de modelo à relação que o Estado desenvolvimentista brasileiro viria a manter com a sociedade brasileira no pós-1930.

Com efeito, a política econômica do PRR não foi dirigida para a sustentação de uma fração da classe dominante, reforçando o *status quo*, como ocorreu em São Paulo com a política de valorização do café. A política econômica no sul dirigiu-se à expansão de novas classes sociais, de classes que não estavam presentes na sociedade tradicional, ou que não eram nela valorizadas. O PRR, tal como o ainda então futuro Estado desenvolvimentista brasileiro, praticou uma política transformadora da realidade econômica e social com que se deparava<sup>620</sup>.

Durante os anos compreendidos entre 1930 e 1945 a economia política gaúcha caracterizou-se por ter atingido o apogeu do modelo histórico de desenvolvimento, constituído no transcurso de um século. A zona rural passou por três fases: a) a assinalada pela produção da pecuária e de seus produtos históricos, o comércio, as cidades, as charqueadas e os frigoríficos; b) a marcada pela pequena produção agropecuária e seus produtos históricos, comércio, cidades, artesanatos e manufaturas; e c) a assinalada pelas explorações de arroz, trigo e gado e seus produtos históricos e da intermediação, conhecida como “mercado sul-rio-grandense”<sup>621</sup>.

Flores da Cunha, em 1930, buscou criar uma economia forte, que pudesse alavancar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e que o colocasse em lugar de destaque entre os demais estados membros da federação. Dessa forma, o estado gaúcho tornou-se o condutor na batalha em defesa da economia regional. Nesse período, importava para Vargas que o Rio Grande do Sul abastecesse o mercado interno com gêneros alimentícios a baixo valor/valia. Tomava parte, dessa forma, na economia brasileira o estado gaúcho, que cada vez se tornava mais dependente do centro do país e, conseqüentemente, da nova representação política

---

<sup>619</sup> TARGA Luiz Roberto Pecoits. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Riograndense na Primeira República (1889 –1930). In: Vº Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrários y Agroindustriales – Facultad de Ciencias Económicas- UBA: Buenos Aires. nov. 2007. p. 01.

<sup>620</sup> Ibid., p. 14.

<sup>621</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p.363.

centralizadora, que estava embasada na indústria. A subserviência política ao governo central era necessária como preceito para que a economia brasileira fosse remida e reorientada.

Pesavento<sup>622</sup> salienta que Vargas dilatou na economia brasileira o papel do governo federal, já que em 1931 foi originada, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) e com o subsídio de Flores da Cunha e Vargas, a Cooperativa Sul-Rio-grandense de Carnes.

Flores da Cunha favoreceu os acordos entre empresas independentes para atuação coordenada, no sentido de restringir a concorrência e elevar preços (cartéis), pois estava convicto de que esta seria a maneira correta de fortalecer a economia regional. Sua atenção primeira foi com o Sindicato do Alcool (1931) e com os produtores e exportadores de cebola e fumo. No pós 1930, Flores da Cunha precisava encontrar uma forma de desenvolver o estado gaúcho. Nesse sentido, a ordem era arrecadar e pagar. Para tanto, o governador precisou medir os gastos para investir e implementar as políticas de seu governo, já que sabemos que a situação do estado era de crise. Na busca pela eficiência constante, em seu relatório lido perante a Assembléia Constituinte (ver capítulo 1 em nota de rodapé n. 75), Flores da Cunha salientava sua enorme inquietude com o equilíbrio das finanças do Estado e a manutenção da ordem.

Para obter a tão almejada prosperidade, desenvolvimento, crescimento econômico e modernização do Estado, Flores da Cunha realizou investimentos como o incentivo à indústria, à pecuária; construção de rodovias pavimentadas para facilitar o escoamento a produção vinda do interior, ou melhor, das colônias; contraiu empréstimos junto ao Governo Provisório; construiu canais de acesso junto ao porto da capital, etc. Ressaltamos que, como Flores não simpatizava com o sistema de cooperativas, não deu incentivos para que prosperassem, mas, independentemente da não-ajuda do governo, elas continuaram a expandir-se.

No plano econômico, no decorrer da década de 1930 o Rio Grande do Sul foi tomado pelo desenvolvimento do sindicalismo cooperativista. A sindicalização foi incentivada pelo

---

<sup>622</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. p. 81-82.

governo federal, por representar uma forma eficiente de encaminhamento dos problemas econômicos e de mediatizar as relações entre as classes sociais e o Estado. Os produtores sindicalizados, para retribuir os favores recebidos, apoiavam politicamente o governo. Essa era uma das formas encontradas para coibir qualquer manifestação política das classes dominantes que pudesse remeter às antigas práticas oligárquicas. Em relação às classes subalternas, a sindicalização tinha por finalidade anular as suas pretensões políticas, de modo a mantê-las submissas e controladas pelo governo<sup>623</sup>.

No Rio Grande do Sul pós-30 a ordem era desenvolver o estado, como pode ser constatado de acordo com dados estatísticos do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, transcritos no *Correio do Povo* em 26 de abril de 1931. No texto registra-se que o serviço de inspeção distribuía o primeiro boletim de entradas, saídas e estoque de mercadorias, o qual estimava a produção de arroz, aveia, centeio, cevada, milho, feijão e trigo em toneladas com referência ao ano agrícola de 1929-1930. Nele se observam a produção de grãos bem como a importância destes para o crescimento do estado. O quadro a seguir demonstra os dados relatados no documento referido<sup>624</sup>.

Nos dados estatísticos do quadro referendado observamos que o Rio Grande do Sul ocupava posição privilegiada, já que perdia apenas para São Paulo na produção do arroz, feijão e milho. Assim, era importante para o governo federal conceder auxílios para o Rio Grande do Sul, pois dependia dele também o desenvolvimento do Brasil. Logo, as melhorias nas estradas e portos eram prioridade para o escoamento da produção das safras. O estado possuía auto-suficiência em grãos, a exemplo do arroz, feijão, lentilha, milho, aveia, centeio, cevada, trigo<sup>625</sup>. Também outros produtos agrícolas se destacavam, como: a erva-mate, cebolas, alho, alfafas, batatas, uvas, mandioca, fumo, entre outros. No norte do estado, os produtos mais exportados eram a erva-mate, o feijão, o fumo, o milho, a batata e o trigo.

---

<sup>623</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 110.

<sup>624</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 97, ano XXXVIII, 26 abri. 1931. p. 20.

<sup>625</sup> Segundo Fonseca, o trigo, apesar de ser uma cultura não regular, chegou a abastecer o mercado estadual e também chegou ao ponto de ser exportado para outros estados brasileiros. FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 63.



Quadro 3 - Dados estatísticos em toneladas, do boletim do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, da produção de grãos no Brasil 1929-1930

Estados	Arroz	Aveia	Centeio	Cevada	Feijão	Milho	Trigo
Amazonas	118				983	2.525	
Pará	12.450				478	5.581	
Maranhão	30.000				2.500	18.000	
Piauí	7.420				4.284	10.172	
Ceará	5.400				18.000	60.000	
Rio Grande do Norte	884				6.615	5.765	
Paraíba	828				4.450	14.016	
Pernambuco	150				4.700	35.000	
Alagoas	9.000				12.000	50.000	
Sergipe	2.440				9.205	64.660	
Bahia	8.335				23.440	35.684	
Espírito Santo	1.650				2.700	40.000	
Rio de Janeiro	13.180				10.155	259.590	
São Paulo	432.000				262.200	1.291.500	
Paraná	10.552	825	7.100	936	31.940	242.600	21.856
Santa Catarina	21.680	562	2.170	172	16.000	135.750	2.500
Rio Grande do Sul	223.280	5.840	6.890	8.470	134.170	927.230	146.150
Minas Gerais	137.540				85.360	729.300	
Goiás	30.000				25.000	230.000	
Mato Grosso	8.710				2.464	6.880	
Acre	900				2.720	75.00	
Total	956.497	7.267	16.160	9.578	659.364	4.416.753	170.538

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 97, ano. XXXVIII, 26 abr. 1931. p. 20.

Pesavento observa que no Rio Grande do Sul, durante a República Nova, foi tomando lugar a idéia de que o investimento na agricultura era mais rendoso do que na pecuária. Assim é que, ao lado do arroz, também se deu ênfase à cultura do trigo, da cebola, das frutas de sobremesa e do milho, este último associado à suinocultura como ração. Flores da Cunha concedeu empréstimos aos setores da agropecuária, atingidos pela crise de 1930, estendendo-se à produção de arroz e a todos os produtos da agropecuária, como consequência da acentuada concorrência no mercado. Quanto aos produtos industriais, a ajuda foi oferecida àqueles produtos tidos como “naturais”, porque beneficiavam matéria-prima local, abrangendo vinho, banha, conservas de frutas, óleos vegetais, produtos têxteis e farinha de trigo<sup>626</sup>.

A banha foi a propulsora para que o norte do Rio Grande do Sul se incorporasse à economia estadual. A diversidade na produção agrícola, bem como as vantagens comparativas da economia, transformaram-na na mais intensa e forte subsidiária do centro do país. Outros produtos derivados da agricultura e mercedores de relevo são a farinha de mandioca e o

<sup>626</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 108.

vinho, com a primeira obtendo o lugar primeiro em grau de importância de produto exportado desligado da criação. No entanto, o Planalto Médio começou a se distinguir perante as exportações através da madeira (pinho e cedro notavelmente), movimentando o tráfego ferroviário no Rio Grande do Sul<sup>627</sup>.

A década de 1930 representou um marco na economia brasileira, pois passou a ser regida por um novo modelo, ou seja, o de substituição de importações em oposição ao modelo agroexportador. João Manoel Cardoso de Mello<sup>628</sup> denominou “industrialização restringida” a essa nova fase da economia brasileira, na qual Vargas primava pela internalização dos bens de produção.

Com o processo de substituição de importações fortemente intensificado, originou-se no Brasil um novo rumo na economia nacional, impulsionada pelo setor industrial. Esse modelo de economia adotado pelo governo central levou a que o empresariado industrial se mobilizasse por meio da constituição de grupos de interesses, que se faziam ouvir por Getúlio Vargas, assim como influenciavam o modelo econômico vigente.

A organização política dos grupos industriais na década de 1930 caracterizou-se pela necessidade de tradução de um poder socialmente definido para um poder politicamente definido, materializada na redefinição das alianças em 1930, acompanhando o início da industrialização do país. A esse respeito Boschi observa:

**Em termos de uma interpretação global de como a mudança ocorre em seguida à emergência de um grupo social como ator político, vale a pena mencionar dois aspectos. Primeiro**, como foi mencionado anteriormente, há uma busca de auto-identidade por parte do grupo. Essa tendência expressou-se ao nível da organização de grupos de interesses empresariais termos de um progressivo alargamento de sua base de representação e ao nível da prática política da classe na natureza geral das demandas que, em geral, tinham o propósito último de chamar a atenção para a importância da indústria no contexto da economia nacional. **Segundo**, há o estabelecimento de uma liderança, que de início, paradoxalmente se desprende das bases, na medida em que, dentro da própria liderança, há uma tentativa de se articular as posições dos industriais num conjunto de demandas mais coeso e específico<sup>629</sup>. (grifos nosso).

<sup>627</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 63-64.

<sup>628</sup> DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 110.

<sup>629</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 63.

Dessa forma, o quadro que se delineava a partir de 1930 era o do novo grupo social surgido, o dos industriários, tentando consolidar os espaços políticos que haviam conquistado recentemente. Nos anos subsequentes, o conteúdo e a natureza da prática política dos industriais iriam se modificar, evoluindo para a especificação, na proporção em que os interesses se apresentavam mais complexos e diferenciados ao longo do tempo. Importa considerar que havia a correlação de forças econômicas e políticas tendendo a ideologia e aos interesses de determinado grupo para o conjunto da sociedade, como esclareceu Draibe:

[...] poder-se-á com rigor identificar a direção política do processo de transformação capitalista no Brasil. O que está em pauta são as tendências alternativas frente a industrialização e as bases sobre as quais se definem no Estado distintos projetos de transformação social e de hierarquização de interesses econômicos e políticos. Ou seja, os distintos conteúdos com que se pretendeu equacionar e resolver as grandes questões da Revolução Burguesa: a questão agrária, a questão das relações das frações burguesas entre si e com as burguesias internacionais já constituídas, a “questão social” e, finalmente, a de construção e funcionamento das próprias estruturas estatais<sup>630</sup>.

A obra de desenvolvimento social e econômico realizada pelo governo Flores da Cunha foi valorizada tanto pela imprensa regional quanto pela local. O jornal *A Federação*, atribuiu ao bom relacionamento entre governo estadual e federal a execução de grandes obras naqueles setores. Não se constatam, porém, em momento algum, referências à participação do setor privado na construção do Rio Grande, cabendo ao governo, tão-somente, a aptidão exclusiva de operar mudanças, por meio da capacidade de conciliação de que dispunha em relação aos diversos setores sociais.

A consolidação do espaço político do grupo dos industriários foi sendo conquistada pela ampliação de sua representação em associações de classe, sem muita preocupação com a qualidade dos interesses representados, mas, sim, com a quantidade de membros que poderiam dar suporte a essa nova classe. Ao invés de se orientarem no sentido de associações com interesses específicos e definidos, a tendência à visibilidade condicionou a criação de uma organização de base nacional. Como resultado, essa organização se transformaria num

---

<sup>630</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p 16.

foro de demandas amplamente definidas, mas que na realidade não eram especificadas claramente sob forma de políticas ou de meios para sua implementação<sup>631</sup>.

No Rio Grande do Sul, na década de 1930, salientou-se o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, cujo fim era impulsionar a industrialização no estado, aliando esforços com o intuito de obter condições melhores para que as empresas já existentes fossem incentivadas e, conseqüentemente, gerassem novos investimentos. Como protetor dos interesses do empresariado, foi eleito o primeiro presidente do centro, A. J. Renner (ver Anexo B), que deveria ter a visão voltada para o regional, sem desconsiderar a conjuntura nacional e internacional, buscando o crescimento pelo progresso técnico<sup>632</sup>. Assim, as indústrias gaúchas organizaram-se no Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, que reunia as maiores empresas do estado e objetivava tanto possibilitar um maior crescimento industrial quanto harmonizar as relações entre patrões e empregados. Ademais, esse centro buscava entrosar mais a classe empresarial com os poderes públicos, ampliando a sua participação no governo<sup>633</sup>.

Mais tarde, em 1933, o Centro Industrial do Brasil (CIB) transformar-se-ia na Confederação Industrial do Brasil, numa tentativa de unificar as federações existentes nas diversas regiões brasileiras. A iniciativa dessa criação teve origem nas quatro maiores associações existentes na época, localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O CIB seria mais tarde a base da estrutura corporativa criada no ano de 1943 e que persiste até os dias de hoje como Confederação Nacional da Indústria<sup>634</sup>.

Salientamos que, embora houvesse consonância entre o governo federal e o estadual quanto à necessidade de integração do Rio Grande do Sul no mercado nacional, parte da classe dominante não admitia que as medidas centralizadoras colocadas em prática pelo governo federal no pós-30, a exemplo da isenção do pagamento de impostos de muitos produtos industriais, que beneficiavam o setor, prosseguissem. Na verdade, o auxílio aos

---

<sup>631</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 64.

<sup>632</sup> PROXTO: Pequena e média empresa no RGS. *Relatório de pesquisa*, n. 4, ago. 1978. p. 31.

<sup>633</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 108.

<sup>634</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. O empresário e a implantação da legislação trabalhista. In: BOSCHI, Renato Raul; CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresariado nacional e estado no Brasil: uma comparação de dois períodos*. Relatório de pesquisa, IUPERJ, 1976. p. 112.

problemas econômicos das regiões periféricas por parte do governo central tinha como equivalência a submissão política das oligarquias regionais. No entanto, alguns pecuaristas gaúchos pretendiam a hegemonia política do país ou queriam resguardar a independência do poder da oligarquia regional diante do centro do país<sup>635</sup>.

No Rio Grande do Sul o desenvolvimento da economia industrial era dependente, em parte, do mercado instituído por produtos provenientes dos municípios e colônias. Assim, surgiu uma economia de subsistência que no início era deficiente, porém, mais tarde, tornou-se capaz de proporcionar excedentes comerciáveis e um desenvolvimento na agricultura comercial que tinha na produção de gêneros alimentícios sua especialização, o que tornou possível sua inserção no mercado nacional. O desenvolvimento desse modelo de agricultura comercial possibilitou aos proprietários produtores das colônias terem uma capacidade maior na aquisição externa, ou seja, na forma de recursos monetários. A indústria gaúcha participou embora em escassa quantidade, da formação da indústria de base no Brasil<sup>636</sup>.

O Brasil caminhava para o processo de redemocratização, o que levou o governo estadual a enfrentar muitos problemas. Flores da Cunha tentava se aproximar da oposição, mas encontrava a desaprovação de Getúlio Vargas. Assim, o governo central provocou a cisão política no Rio Grande do Sul, fazendo com que o PRL de Flores da Cunha deixasse de ter a maioria no Legislativo e que muitos outros se desligassem do partido, dentre os quais Benjamin Vargas, irmão de Getúlio. Os que se afastavam de Flores aproximavam-se mais ainda do governo central, e os componentes da Frente Única perceberam na aceitação da política de Vargas uma oportunidade de ascender política e economicamente. Assim, tanto em nível regional como no estadual, opuseram-se ao governo de Flores e o fechamento político acabou por acontecer, instalando-se a ditadura em nome de princípios como o da “segurança nacional”, aceleração do processo econômico ou, simplesmente, pela possibilidade de se obterem cargos na política de favoritismo patrocinada por Vargas<sup>637</sup>.

Nesse contexto, a partir da década de 1930 e entrando na década de 1940, o Brasil passou a se organizar na construção do capitalismo industrial, entrando na fase

---

<sup>635</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 108.

<sup>636</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 167-168.

<sup>637</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 113.

desenvolvimentista, na medida em que as intervenções estatais ocorriam para impulsionar a industrialização de um país que se encontrava em desvantagem em relação aos que já haviam aderido ao capitalismo. O reflexo dessas idéias concretizou-se no reconhecimento da necessidade de que deveria existir um elo entre o progresso e crescimento do estado e das regiões, de modo que Passo Fundo e Carazinho, considerados pólos de desenvolvimento, salientavam-se na região Norte como prósperos e impulsionalizadores do desenvolvimento e crescimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, corroborando com as idéias de Vargas.

### **3.1.1 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Passo Fundo**

Os aspectos da dinâmica político-econômica do município de Passo Fundo no período compreendido entre 1930 e 1945 iniciam com o desmembramento do 4º distrito, que trouxe alterações em todos os segmentos. A partir disso, procedemos à apresentação e análise de discurso dos fatos relevantes, extraídos dos jornais, telegramas, documentos e atas da Associação Comercial, de modo a demonstrar com esses registros que a elite política se valia do poder econômico para conseguir se manter no poder ou, pelo menos, nos bastidores, onde podia interferir na tomada de decisões em relação aos seus municípios.

O grande incremento dado à produção de trigo na época em Passo Fundo (1930-1950), bem como o surgimento de cooperativas e de granjas, oportunizou o aumento de novos proprietários de terra e de arrendatários, redefinindo, em parte, a estrutura pecuarista da região, além da utilização mercantil de parte do latifúndio pecuarista de trigo<sup>638</sup>. Assim acompanhava-se o novo modelo de Estado instituído por Vargas, no qual a industrialização começava a substituir, gradativamente, a mão-de-obra dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que surgiam novas formas de trabalho e, com isso, as leis trabalhistas iam ganhando espaço para se instalar de vez no país.

---

<sup>638</sup> TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 90.

Para tanto, no setor da pecuária, parte dos criadores passou a formar cooperativas para beneficiar seus rebanhos, eliminando a figura dos charqueadores tradicionais. Por outro lado, outros pecuaristas lançavam as bases para a formação de frigoríficos próprios, idéia que contava com o apoio do governo gaúcho, que amparou e incentivou tanto um como outro grupo de pecuaristas. Apesar das divergências políticas, situação e oposição mostravam-se favoráveis ao objetivo maior que catalisava as atenções dos pecuaristas gaúchos: a construção de um frigorífico nacional. O Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, criado em julho de 1934, buscava, entre outros objetivos, tornar realidade no estado o projeto da frigorificação<sup>639</sup>.

O governo do estado concedeu empréstimo para a concretização do frigorífico, assim como construiu um matadouro-modelo na Serraria e um entreposto frigorífico no cais do porto da capital. Além disso, encomendou vapores-frigoríficos, resolvendo, dessa maneira, o problema de transporte adequado para as carnes. Coincidentemente, os charqueadores também viam vantagem na frigorificação e, por isso, o sindicato desta categoria optou pela sua transformação paralela, embora não integrada ao Instituto de Carnes<sup>640</sup>.

O *Jornal da Serra*, com referência à indústria agropecuária, expressou-se da seguinte forma:

[...] tivemos a oportunidade de presenciar o trabalho de matança em uma indústria. [...] língua, rins, tripas, patinas, rabos, cabelo, **banha**, tudo enfim que pertence ao suíno é aproveitável, tomando a forma para que nossos produtos se submetam a exportação, se adequando a fiscalização estabelecida. Os mercados consumidores, sobretudo os europeus são bastante exigentes e todo o produto que não leva a garantia do governo dos países de origem não encontra entrada em suas fronteiras. Daí a necessidade de se proceder à rigorosa fiscalização de todas as nossas indústrias de caráter alimentício. [...] para que se possa apreciar a grandiosidade do Matadouro Frigorífico de Passo Fundo, basta dizer que atualmente, trabalham ali, nada menos que 400 operários. [...] **o Matadouro Frigorífico desta cidade tem como gerente o senhor Osório Meyrer, cavalheiro que a muitos anos se dedica no ramo industrial que hoje é superintendente. Profundo conhecedor do ramo, vastamente relacionado nesta região, operoso e arguto, sua ação à frente do importante estabelecimento industrial, vem se caracterizando por uma atividade constante, por um trabalho cuidadoso com grande proveito para a poderosa empresa industrial de Passo Fundo, que o tem como um dos seus melhores auxiliares**<sup>641</sup>. (grifos nosso).

<sup>639</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 111.

<sup>640</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 274.

<sup>641</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 488, ano. IX, 11 dez. 1938. p. 19.

A correlação entre a estrutura lingüística da nota do jornal e a estrutura social da época comprova o avanço do programa de industrialização brasileiro, fundamentado em bases nacionais<sup>642</sup>. O desenvolvimento econômico pretendido, através da substituição do trabalho rudimentar pelos frigoríficos, denotava o avanço social conquistado pela classe operária. Com isso, ressaltava-se a importância dada ao sindicalismo na Era Vargas por meio das leis trabalhistas e suas conquistas. Nesse contexto, retomamos as idéias defendidas por Vargas, que enfatizava:

As novas exigências da civilização quase não permitem que os grandes empreendimentos sejam realizados pelo só esforço individual. Daí a necessidade da forma associativa que tomam essas empresas e da pendência generalizada para o reagrupamento social organizado pela categoria de classes, conforme a profissão ou atividade econômica de cada um para que melhor se compreendam e orientem os fenômenos coletivos. **O desenvolvimento do espírito associativo é uma das causas mais importantes do progresso econômico.** Ao Estado cabe estimular o surgimento dessa mentalidade associativa, valorizá-la com a sua autoridade, supri-lhe as deficiências, exercendo um certo “controle” para evitar os excessos. **Cabe aos governos o dever elementar, como auxílio a cooperação das classes produtoras de lhes facilitar também os meios de transporte para ativar a circulação da riqueza móvel.** Como remate lógico dessa eurtmia de movimento, é preciso mobilizar a propriedade imóvel, pela organização do crédito rural<sup>643</sup>. (grifos nosso).

Vargas, em seus pronunciamentos, deixava transparecer a sua visão conciliadora, moderna, capaz de articular lados opostos, de construir consensos e harmonizar interesses distintos e, até mesmo, antagônicos. Era o que ocorria com a nova visão de Estado que ele se propunha a implantar, na qual a idéia de associativismo, não aceita por Flores, ia aos poucos sendo difundida e aceita pelos líderes políticos e econômicos dos estados brasileiros. Naturalmente, como exímio negociador, Getúlio colocava a figura do Estado como o elemento neutro, mas que poderia resolver e direcionar os conflitos porventura surgidos.

Em nível local, havia a urgente necessidade da ampliação de estações da Viação Férrea, da liberação de um maior número de vagões para escoamento da produção, mas também de construção de novas estradas. Nesse sentido, o jornal *Correio do Povo* trouxe duas manchetes salientando a importância de estradas e da viação férrea para o crescimento de Passo Fundo. Assim, em entrevista dada por Arthur Ferreira Filho dizia ele:

<sup>642</sup> BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Àtica. 199. p. 34.

<sup>643</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. p. 262-263



Sobre a viação, se o Departamento de Estradas de Rodagem atacar, sem demora, como é de sua promessa, as estradas de Passo Fundo – Guaporé e Passo Fundo – Sete de Setembro, o município ficara desafogada, para levar a cidade grandes melhoramentos nas rodovias de Passo Fundo - Nonohay, Pontão – Sarandi, Rondinha – Taquarussu e outras. **É meu propósito, acrescentou o Sr. Arthur Ferreira- fazer o possível para melhorar consideravelmente as estradas do município**<sup>644</sup>. (grifos nosso).

O teor da entrevista demonstra a “elite política” representada por Arthur Ferreira Filho, então prefeito de Passo Fundo, o qual se valia da personalidade “é meu propósito”, evidenciando um significado muito além do contido em suas palavras. Na condição de prefeito municipal, nomeado por Flores, era propagador das idéias do PRL; por isso, seus pedidos eram atendidos de modo especial pelo então interventor. Além disso, a questão das estradas era importante para desenvolver a região colonial. Arthur Ferreira Filho, numa visita pelo interior para averiguar o andamento do progresso industrial e agrícola, foi alvo do seguinte comentário de *O Nacional* ao destacar a sua capacidade de solucionar os problemas econômicos dos distritos visitados.

[...] o prefeito regressou do interior. Regressou ontem do interior do município, onde se encontrava há alguns dias, o sr. Arthur Ferreira Filho, prefeito municipal. S.s. esteve nos distritos de Julio Mailhos, Águas da Rondinha e Taquarussu, onde recebeu expressivas demonstrações de apreço das classes conservadoras e população daquelas localidades. Nessa excursão que fez, o sr. Prefeito solucionou vários assuntos que dizem respeito a vida econômica daqueles prósperos distritos de nosso município. De todas as localidades que esteve, o sr. Ferreira Filho colheu ótima impressão, dado o progresso industrial e agrícola dos distritos visitados por s.s.<sup>645</sup>.

Os líderes políticos passo-fundenses defendiam melhorias nos transportes, a exemplo de Nicolau de Araújo Vergueiro, quando candidato ao cargo de intendente de Passo Fundo, ao afirmar que daria atenção especial às estradas de rodagem, consideradas as “artérias por onde circula o sangue bendito da produção, fonte perene de riqueza. Construindo pontes, melhorando todas as estradas velhas, rasgando novas se possível”<sup>646</sup>.

Em Passo Fundo as cooperativas, associações, sindicatos, centros, sociedades, clubes e grêmios constituíam-se em espaços importantes e decisivos para o desenvolvimento e crescimento regional, pois era tido como o município condutor da economia da região. Esse

<sup>644</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 76, ano XLIV, 01 abr. 1938. p. 04.

<sup>645</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.979, ano XIII, 27 abr. 1938. p. 02.

<sup>646</sup> PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001. p. 32.

contexto é encontrado nas atas de 19 de fevereiro e 3 de maio de 1931 da Associação Comercial Anexo G. Nesse sentido, relacionamos: Associação Comercial, Associação Farmacêutica, Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, Associação Rural, cooperativas madeireiras, União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana, Circulo Operário, Clube Caixeiral, Clube Comercial, Clube Cultural Beneficente, Clube Nonoaiense Recreativo, Centro da Mocidade Frenteunista Waldemar Ripoll, Clube Nova Aurora, Clube Pinheiro Machado, Clube Recreativo Juvenil, Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Grêmio Passo-fundense de Letras, Grêmio Esportivo Juventude Católica, Grêmio Esportivo Passo-fundense, Grêmio Esportivo 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, Grêmio da Mocidade Liberal de Passo Fundo, Sociedade Beneficente Damas de Caridade, entre outros<sup>647</sup>.

O jornal *O Nacional*, no ano de 1934, fez referência ao consórcio profissional cooperativo madeireiro passo-fundense, salientando a realização de uma importante reunião de madeireiros, a que teriam comparecido, aproximadamente, cinquenta proprietários de serrarias. O teor da reportagem era o seguinte:

Ontem, às 14 horas, na sede da Sociedade Operária, realizou-se importante reunião de madeireiros, tendo comparecido cerca de 50 proprietários de serrarias. Por aclamação dos presentes assumiu a presidência o sr. Hermínio Penã que convidou para secretário o sr. Juvenal Xavier. Aberta a seção, depois de lidos e aprovados os estatutos ficou fundado o Consorcio profissional Coop. Madeireiros passo-fundenses, sendo eleita a seguinte diretoria, presidente, Valentim Burgel; tesoureiro, Alfredo Graeff; secretário, Juvenal Xavier; assessores suplentes, Gerino Langaro; Geraldino Nunes; Adolfo Nüsk e Francisco Cerrati, os quais foram logo empossados. Diante da minuciosa exposição feita pelo sr. Herminio Penã que esteve na capital numa comissão de madeireiros tratando de assuntos de interesse da classe, reina grande entusiasmo entre os interessados que não fazem parte da Federação das Cooperativas recentemente organizada, e que agora fundarão o consórcio de acordo com o decreto federal n. 23.611 de 20 de agosto de 1933. Foi passado ao general interventor um telegrama de congratulações por ter sua ex<sup>a</sup>. Prorrogado até o fim do ano o prazo para cobrança do imposto por dúzia de tábuas para os não federados, dando assim margem a que estes se organizem. **Finalizando a reunião em nome da diretoria eleita o secretário, sr. Juvenal Xavier agradeceu aos presentes a investidura que lhes foi confiada e congratulou-se pela volta do país ao regime legal e promulgação da constituição**<sup>648</sup>. (grifos nosso).

Ressaltamos que a ata do dia 7 de fevereiro de 1932 (Anexo G) já demonstrava a preocupação social e ecológica com o reflorestamento dos pinhais. Analisando-se o discurso

<sup>647</sup> PASSO FUNDO. Guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo. Comemorativo à 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 7-20.

<sup>648</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1863, ano X, 24 jul. 1934. p. 04.

transcrito do jornal, em que a ação das elites fortalecia sobremaneira o Estado e o regime, as representações demonstram que o Estado era benevolente e que somente ele poderia guardar a sociedade dentro da ordem constitucional ou promover a coerção. As elites carregavam no seu imaginário as idéias que objetivavam promover a transformação da sociedade com suas ações, cujo resultado deveria ser o fortalecimento do Estado e da figura de Vargas.

No processo de industrialização regional destacamos a importância ocupada pelas madeireiras, em razão de seu peso na economia dos municípios da região Norte do estado, iniciadas como serrarias no interior dos municípios, e envolvendo-se com atividades de exportação. Assim, demonstramos a abrangência das formas de relacionamento dos madeireiros com os mecanismos do poder, possibilitando-nos uma melhor compreensão das transformações sociais ocorridas. É a partir do estudo da produção madeireira nos seus diferentes ramos – extração, serragem, exportação – que podemos compreender a atuação e os interesses dos grupos sociais envolvidos, bem como a forma como se posicionavam em relação ao poder instituído e como se organizavam segundo as conveniências específicas<sup>649</sup>.

Os madeireiros formaram na época uma “elite madeireira” que, conforme Pesavento, “sob uma capa de aparente neutralidade [...] sempre correspondeu aos interesses dos detentores do capital”<sup>650</sup>. Para tanto, basta acompanhar a trajetória do industrial madeireiro na sociedade civil por meio das notas jornalísticas dos meios de comunicação da época, para constatar que ele traçava alianças e composições no sistema do poder de modo a conseguir viabilizar seus interesses específicos. Para Gramsci, “a elite dos empresários deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”<sup>651</sup>.

Para um melhor entendimento da importância das madeireiras no contexto local, reproduzimos os dados do censo econômico de 1940, onde consta que, de um total de 1060 madeireiras instaladas no estado, empregando 3614 operários, 296 estavam, operando na

---

<sup>649</sup> WENTZ, Liliame Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo, UPF, 2004. p. 12.

<sup>650</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha – dominação do capital e disciplina do trabalho – RS: 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 106.

<sup>651</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 4.

região do Planalto Médio, ou seja, em Passo Fundo e Carazinho, o que significava, aproximadamente, 30% do total de serrarias do Rio Grande do Sul<sup>652</sup>. Assim, ao lado da comercialização da banha e dos produtos agrícolas como o milho e o trigo, plantados pelos colonos, surgiram as atividades ligadas ao preparo de tábuas, barrotes e demais tipos de madeiras, bem como a indústria de móveis e de transformação da madeira, introduzida pelos imigrantes europeus que começavam a se instalar no estado.

Para o município de Passo Fundo a ferrovia representou um grande impulso no crescimento econômico, sendo também responsável pela fixação de muitos imigrantes na localidade. Tanto é que a cidade se consolidou como pólo regional norte e teve um aumento expressivo de estabelecimentos comerciais e industriais. As ferrovias pertenciam à União e, por isso, serviam como incentivadoras do poder político, desde a escolha dos locais onde deveriam ser construídas até a designação nominal de quem ocuparia os postos de destaque na administração. Era, ao lado do interesse econômico, uma incentivadora do crescimento e da descentralização das relações capitalistas<sup>653</sup>.

Um fato importante, narrado no *Correio do Povo* em 1933, foi a construção do Porto de Torres e dos ramais ferroviários. Segundo afirmava em seu discurso,

**a significação econômica dessa obra é para o Rio Grande do Sul do maior relevo. O ilustre sr. Getúlio Vargas, bem o realçou ao afirmar, a Assembléia dos Representantes, na sua mensagem, que a abertura do Porto de Torres é o equivalente a uma revolução econômica para o Rio Grande. Será de fato o motivo alvissareiro de um período de progresso intenso, fecundo e rápido; será o despertar de uma vasta e quase virgem região do nosso Estado, fadada a ser, com a sua atividade produtora, um rico e provido celeiro deste grande país.** As vantagens que dessa obra decorrerão podem ser, em parte, assim enumeradas: a) grande redução do tempo de comunicação entre o nosso e os demais estados da federação; b) o barateamento de modo considerável dos fretes de mercadorias vindas de toda à parte pela concorrência entre as companhias de navegação, pois os transatlânticos se verão forçados a demandar o ancoradouro; [...] c) facilidade para o embarque do gado em pé que virá, proximamente, abastecer de carne ao Rio de Janeiro e ao Norte da República; d) a diminuição dos fretes do sal, importação para a preparação dos charques e dos couros; [...] e) a possibilidade da exportação do nosso carvão de pedra, pela modicidade dos preços de transporte dos grandes navios. da abertura do Porto de Torres, decorre naturalmente, um imperativo categórico: a construção dos ramais complementares para articular um sistema de transporte capaz de servir de rápido escoadouro as riquezas de vastíssima região que ficará sob a zona

<sup>652</sup> WENTZ, Liliane Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo, UPF, 2004. p. 24.

<sup>653</sup> TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889/1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 111.

de influência no novo porto. Entendo que a ferrovia que unirá Porto Alegre a Torres deverá ser de bitola larga. **Outro ramal complementar será o de Passo Fundo a Iraí**<sup>654</sup>[...]. (grifos nosso).

O texto destacado evidencia a importância dos municípios da região, pois, com a estagnação econômica da Campanha, ocorreu a elevação econômica e social do Planalto e da Serra. Os produtos do norte, tais como a banha e a maior parte da produção agrícola, pouca relevância tinham nas exportações. No decorrer do século XIX, os produtos que anteriormente não possuíam destaque algum começaram, gradativamente, a alcançar valor numa cultura de subsistência local. Para Fonseca, “o trigo que se constituiu em uma possível exceção, no início do século XIX, haja vista que a maior parte da produção agrícola não se destinava a exportações”<sup>655</sup>. A ferrovia que ligaria Passo Fundo a Iraí traria benesses não somente a Passo Fundo, mas para toda a região.

O jornal *Correio do Povo* de 1932 estampou em suas páginas a realização da Exposição Agropecuária e Industrial, na qual o industrialista Oribe Marquez, de Passo Fundo, recebera duas medalhas de ouro e um diploma, conferidos pela diretoria da exposição agropecuária na capital, correspondente aos produtos de erva mate expostos pelo industrialista. Tal fato evidencia que a economia de Passo Fundo era sólida e diversificada, além de contribuir para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul. O mesmo jornal transcreveu um ofício recebido por Oribe Marquez, da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, cujo texto sintetizava as honrarias de que Oribe fora alvo:

Porto Alegre, 28-12-1931– Ilmo sr. Oribe Marquez. Passo Fundo. De posse de sua atenciosa carta do dia 22, cujos termos muito nos sensibilizam, temos o grato prazer de informar-vos que obtivestes medalha de ouro (primeiro premio) em honra mate barbaqua moído e idêntica classificação em erva “conchada”. As medalhas foram entregues, ao dr. Jupiter Borne da Diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio [...] <sup>656</sup>.

Em Passo Fundo, no pós-1930, a banha, carne verde, couros suínos, vinho, batatas, mel, madeira, farinha de mandioca, milho, trigo e outros cereais foram os produtos

<sup>654</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 25, ano XXXIX, 29 jan. 1933. p. 01.

<sup>655</sup> FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 57.

<sup>656</sup> CORREIO DO POVO. Passo Fundo, n. 1, ano XXXVIII, 11 jan. 1931. p. 05.

alavancadores do seu desenvolvimento e crescimento. O norte do Rio Grande do Sul, pelo seu valor econômico, tornou-se um fator de crescimento, tanto econômico quanto populacional, não apenas regional, mas com capacidade de ter expressiva força na economia do Estado.

Na década de 1930 foi dado início ao incremento à produção do trigo. A partir disso foram surgindo cooperativas e granjeiros, arrendatários e novos proprietários de terra, bem como houve a redefinição, em parte, da estrutura pecuarista da região, acompanhando o novo modelo econômico proposto por Vargas. Data de 1938 o surgimento da Estação Experimental Engenheiro Luiz Englert (Estação Experimental Passo Fundo, posterior Embrapa), cuja finalidade era desenvolver a cultura do trigo, com a participação pública na pesquisa agropecuária brasileira e o incentivo à produção de trigo. “Foi a instalação dessa estação de trigo que fez com que proliferassem na cidade e região moinhos de todo o calibre, destacando-se os moinhos São Luiz e Rio-Grandense, que depois passou a chamar-se Passo-Fundense, e o Moinho da Viúva Della Mea”<sup>657</sup>.

Nesse sentido, *O Nacional* divulgou a instalação de uma indústria de farinha em Passo Fundo, que seria um sinônimo de crescimento econômico, alavancando o desenvolvimento do município e efetuando mudanças no que se referia ao fator inovação, atendendo aos anseios da elite econômica. A matéria divulgada pelo jornal continha:

[...] fomos agora informados de que a S.A. Moinhos Rio-grandenses, registrou na Junta Comercial de Porto Alegre a sua nova filial a instalar-se nesta praça sob a denominação de Moinho Passo-fundense. Podemos desde já regozijamo-nos com este fato, por vermos mui breve intensificado não só o desenvolvimento de nossa indústria, como também do comércio, pois, dando consumo, o novo moinho, a 30 toneladas de trigo, diariamente, convergirá por certo, para este centro toda a produção dessa gramínea, cultivada neste município e nos circunvizinhos, e daí a maior circulação de dinheiro e a conseqüente animação da vida comercial desta cidade. Deve chegar a esta cidade hoje o engenheiro Soares Auzorena, que vem dar começo as instalações da S.ª Moinhos Rio-grandenses<sup>658</sup>.

Analisando a notícia com base em Douglas North<sup>659</sup>, vemos que a organização econômica existente opera melhor dentro ou perto do centro de uma determinada matriz de

<sup>657</sup> TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed.. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>658</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1238, ano VII, 03 jun. 1932. p. 02.

<sup>659</sup> NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 291-313.

desenvolvimento econômico, e também naquelas partes agrícolas favoravelmente situadas em relação a tal centro. Contudo opera menos satisfatoriamente nas partes de agricultura que estão situadas na periferia da matriz. Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar. Os primeiros estágios de industrialização baseiam-se, tipicamente, em produtos agrícolas e florestais e incluem atividades como processamento de alimentos, artefatos de madeira e preparação de fibras têxteis.

Acompanhando o descrito, os Anexos I e J demonstram a situação industrial do município Passo Fundo em 1937, no que se refere ao número de indústrias, capital subscrito e integralizado, número de operários, força motriz e valor da produção. Desse modo, analisando os números expressos nos anexos citados, podemos inferir que o desenvolvimento industrial de Passo Fundo, em 1937 relevava um número três vezes maior do que o desenvolvimento industrial de Carazinho, reafirmando por que era considerado um município-mãe, tendo em vista que crescia e se destacava dos demais do Rio Grande do Sul.

Outrossim, observando a situação industrial em Passo Fundo na época, percebemos que o setor se caracterizava por um grande número de pequenas empresas, ao lado de outras que mais tarde se tornariam grandes. Os índices de crescimento industrial dessa época demonstram números significativos, especialmente entre os anos de 1933 e 1939, que foi de 8,4% ao ano, ao passo que a agricultura crescia cerca de 2,2% ao ano<sup>660</sup>. Os dados referentes ao desenvolvimento comercial de Passo Fundo eram coligidos e enviados ao interventor do estado. Dessa forma, servem de comprovação das receitas e despesas efetuadas na época, demonstrando o ritmo de crescimento e desenvolvimento do município.

Nesse sentido, o *Correio do Povo* informou números do orçamento de Passo Fundo para o exercício de 1931. Henrique Scarpellini Ghezzi nomeou, para estudar o assunto, uma comissão composta de pessoas de relevante conceito social, sem distinção de partidos, a fim de que fizessem as alterações que o momento exigia, emitindo parecer, sobre o projeto que lhe fora enviado. Desse trabalho, assinado por A. Veiga Farias, inspetor do Banco da Província; Arthur Lângaro, da firma Busatto, Lângaro e Cia.; Otto Bade, da firma Bade e Barbieux;

---

<sup>660</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 61.

Oribe Marques, industrialista de herva-matte; João Carlos Wailrich, da firma Magalhães, Lopes e Wailrich, e Antonio Schell Loureiro, proprietário, extraímos que “a questão do orçamento da prefeitura, obriga-nos a vir declarar em publico que a formula de conciliação entre os interesses do contribuinte e os do fisco foi resolvida pelo sr. Prefeito, com alto critério e com um rigor exatos de visão das necessidades públicas<sup>661</sup>”.

A respeito desse orçamento de Passo Fundo, relatou o *Correio do Povo*:

**A receita do município está orçada em 1.100 contos, distribuídas por varias rubricas, sendo a mais vultosa a de “Eletricidade”, que entra com uma parcela de 230 contos. É esta a principal renda do município.** As taxas em vigor, de força e luz, são baratas, e talvez poucos sejam os municípios que gozam de uma taxa tão baixa. Indústrias e profissões sofreram um decréscimo de 30 contos, quantia alias apreciável. **Justifica-se essa baixa no fato incontestável criado pela ação manifesta da crise que atravessou o país, ocasionando sucessivamente falências, extinção de indústrias, supressão de casas comerciais, abolição de profissões, etc.** O precário orçado no exercício passado em 40 contos aparece neste com 25 contos, soma pequena se levarmos em conta a população bovina do município que é já bastante apreciável. O atual sistema de cobrança do referido imposto é falho devido às dificuldades em fiscalizá-lo convenientemente. Em algumas verbas as modificações foram pequenas e outras se conservaram inalteráveis. A despesa ordinária foi distribuída com equilíbrio e segurança. Os dinheiros públicos serão aplicados com critério e de acordo com as necessidades mais urgentes do município, dentro da estreita espera das suas possibilidades. Não há duvida que uma lúcida compreensão das necessidades urgentes do município deve presidir á distribuição de todas as verbas, de modo tal que sua aplicação seja racional e atenda dentro das medidas do possível ao que seja forçoso e indispensável. De um confronto com a despesa de 1930 ressalta de inicio, nos honorários do sr. prefeito, uma diminuição de 9:600\$000. A secretaria do município baixou nos vencimentos do pessoal 2:800\$000. A Higiene e Assistência Pública tiveram um acréscimo de 5:400\$000, a Instrução Publica foi aumentada de 14:400\$000. Por outro lado, temos em Viação e Obras, em 1930, 413:714\$200 e no presente orçamento aparece a mesma rubrica com 297:560\$000, devido a ter sido retirada a importância de 230:000\$000 que foi destinada ao pagamento das promissórias emitidas pela Intendência a favor de diversos, relativas a uma demanda perdida por aquela. A rubrica auxílios também foi aumentada em 5:000\$000. Assim vê-se que nos cargos públicos houve uma redução de 12:400\$000, o que não deixou de ser até certo ponto lisonjeiro. Progredindo, vemos que em serviços de utilidade real, as verbas foram aumentadas, relativamente, de modo apreciável. As demais verbas tiveram acréscimos ou diminuições de pequena monta, que desnecessário se torna qualquer comentário em torno”<sup>662</sup>. (grifos nosso).

O orçamento da receita e despesa para o ano de 1932, planejado por Henrique Scarpellini Ghezzi, prefeito municipal, ficou assim estabelecido: receita fixada no valor de 1.080:000\$000, sendo a ordinária em 1.021:000\$000 e a extraordinária em 59:000\$000; a

<sup>661</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 50, ano XXXVII, 8 mar. 1931. p. 09.

<sup>662</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 50, ano XXXVII, 8 mar. 1931. p. 09.



despesa estabelecida em 1.080:000\$000, sendo a ordinária de 849:812\$000 e a extraordinária, 230:188\$000<sup>663</sup>.

O item “eletricidade” aparece no texto orçamentário, comprovando ser a maior área de investimento diante das necessidades impostas pelo processo de industrialização. Era uma preocupação da elite política porque da sua concretização dependia o sucesso econômico do município.

Para o exercício de 1933, o prefeito Armando Araujo Annes orçou a receita em 1.190:000\$000, dividida em ordinária no valor de 1.141:000\$000 e extraordinária, em 49:000\$000; quanto as despesas, foram fixadas na importância de 1.190:000\$000, sendo a ordinária de 795:400\$000 e a extraordinária, de 394:600\$000<sup>664</sup>. Para o ano de 1934, Armando Araujo Annes fixou a receita em 1.050:000\$000, sendo a ordinária no valor de 1.028:000\$000 e a extraordinária, de 22:000\$000; as despesas foram fixadas em 1.050:000\$000, com as ordinárias de 1.030:000\$000 e as extraordinárias de 20:000\$000<sup>665</sup>.

Seguindo, o prefeito Maximiliano de Almeida para o exercício de 1935, previu uma receita de 980:000\$000, sendo a ordinária em 968:000\$000 e a extraordinária, de 12:000\$000, ao passo que a despesa fixada foi de 980:000\$000, sendo a ordinária de 968:000\$000 e a extraordinária, de 12:000\$000<sup>666</sup>.

Para o exercício de 1937, o orçamento da receita e despesa do município de Passo Fundo foi determinado pela lei n. 21, assinada por Nelson Pereira Elerhs, prefeito municipal, sendo previsto em Rs 1.216:000\$000 ( mil duzentos e dezesseis contos de réis)<sup>667</sup>. Por sua vez, para 1938, de acordo com o decreto-lei n. 1, de 31 de dezembro de 1937, o prefeito municipal,

---

<sup>663</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1932. Lei n. 152 de 24 de dezembro de 1931. p. 01. A Nacional, Passo Fundo, 1932.

<sup>664</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1933. Lei n. 153 de 27 de dezembro de 1932. p. 01. Tipografia Independência, Passo Fundo.

<sup>665</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1934. Lei n. 154 de 22 de dezembro de 1933. p. 01. A Nacional Impressora, Passo Fundo.

<sup>666</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1935. Lei n. 155 de 12 de dezembro de 1934. p. 01-02. Livraria Nacional, Passo Fundo.

<sup>667</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1937. Lei n. 21 de 23 de novembro de 1936. p. 01. Livraria Nacional, Passo Fundo.

Antero Marcelino da Silva Junior, estimou o valor de Rs 1.200:000\$000 para a receita e a despesa, em Rs 1.200:000\$000<sup>668</sup>.

Passo Fundo destacava-se no cenário regional também pela sua importância agrícola. Esse atributo ficou evidenciado por ocasião da Primeira Exposição Agropecuária Industrial e Feira, que salientou a excelência das terras do município, bem como a imensa área apropriada para o cultivo agrícola. Assim assegurou ao município uma posição privilegiada dentre os demais do estado do Rio Grande do Sul, figurando no certame agrícola rio-grandense como o município líder na cultura do trigo. Além do trigo, Passo Fundo colocava-se em destacada posição na cultura de outros cereais, o que era um indicativo seguro de um futuro promissor. Assim, eram cultivados, em grande quantidade, em todos os lugares do município o milho, arroz, batata-inglesa, mandioca, soja, girassol, alfafa, amendoim e feijão. A produção de cereais, para o ano de 1938, foi, em sacos, trigo, 350.000; milho, 850.000; feijão, 150.000; arroz, 20.000; cevada, 100.000; linho, 3.000 e batata, 10.000.

Além da grande produção na cerealicultura, a pecuária também era bastante desenvolvida, principalmente em dois distritos de Passo Fundo, Sarandi e Campo do Meio, nos quais existiam importantes estabelecimentos pastoris e onde os fazendeiros pecuaristas buscavam cruzar seus rebanhos, importando raças de touros e efetuando melhorias nas pastagens em seus campos.

Com referência à indústria e comércio, Passo Fundo exercia preponderância entre os demais municípios do estado, visto que existiam inúmeros estabelecimentos industriais e também era centro de trabalho e de empreendimentos, destacando-se os agrupamentos fabris. Como exemplo podemos citar Marau, onde se encontravam instalados um moderno frigorífico, uma fábrica de camas e fogões de ferro, fábricas de móveis, oficinas mecânicas, fábricas de queijo, manteiga, etc.; em Sarandi, um frigorífico para matança de suínos e um moinho para a fabricação de farinha de trigo; em Vila Teixeira existiam duas oficinas mecânicas e fábricas de trilhadeiras; Coxilha contava com um elevado número de serrarias. Também os demais distritos de Passo Fundo eram contemplados com muitas indústrias.

---

<sup>668</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1938. Decreto Lei n. 1 de 31 de dezembro de 1937. p. 01. Tipografia Progresso, Passo Fundo. Assinada por Eduardo Roca, chefe do expediente.

O guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo, datado de 1939, assim descreve o cenário a que nos referimos:

Enfim o número de estabelecimentos industriais do interior do município, e a importância dos mesmos é o atestado eloqüente da operosidade deste grande povo, que dele não se sabe o que se deve admirar: se a sua capacidade de trabalho, ou se a sua orientação tenaz e inteligente na luta pelo progresso, quer se relacione com a economia pública, quer com a economia particular. Na cidade, na bela cidade de Passo Fundo, são inúmeros os estabelecimentos industriais que seria, fastidioso enumerá-los todos, ressaltamos apenas os dois grandes moinhos, que pela sua importância e majestade de suas instalações, sintetizam na arquitetura moderna de seus edifícios o emblema do trabalho pelo progresso. Nesses estabelecimentos são moídos centenas de sacos de trigo em cada 12 horas de trabalho, e, em diversos meses, principalmente após a safra, que aqui é estimada, segundo a última estatística, em 250.000 sacos de trigo, as máquinas dos dois grandes moinhos trabalham incessantemente dia e noite. Ainda é digno de uma referência especial, o moinho construído especialmente para o beneficiamento da farinha de mandioca, a tornando panificável de propriedade da firma Viúva Florêncio Della Méa e F<sup>os</sup>. o único no Brasil que oferece um tipo especial de farinha de mandioca que se confunde com a farinha de trigo. Na parte mecânica entre as casas especializadas, destaca-se a firma Biasuz & irmãos, com grandes fundições, carpintarias, tornearias e etc. Nesse estabelecimento são fabricadas máquinas trilhadeiras, introduzidas em todos os centros agrícolas da Região Serrana, e mesmo em diversos centros de trabalho agrário do país. Uma grande fábrica de cerveja da firma Bade, Barbieux e Cia. Pregos de ponta de Paris da firma Gerdau, duas fábricas de massas alimentícias e várias de torrefação e moagem de café. E como se as atividades industriais do município fossem poucas, acha-se em construção uma importante fábrica de fósforos e uma de madeira compensada<sup>669</sup>.

Ainda com base no guia ilustrativo de 1939, a produção industrial, em 1938 foi bastante satisfatória: banha, 3.500.000 kg; farinha de trigo, 8.000.000 kg; erva-mate, 1.800.000 kg; vinho, 1.050.000 lt; cerveja, 300.000 lt; salames e presuntos, 160.000 kg; cera bruta, 28.000 kg; mel de abelhas, 19.000 kg; fumo em folha, 45.000 kg e madeiras, 68.000.000 kg<sup>670</sup>.

O comércio, tanto em Passo Fundo quanto nos seus distritos, ocupava lugar de destaque, já que se compunha de diversos ramos de atividades, que operavam com um avultado capital, outorgando créditos aos colonos, os quais podiam esperar pelo resultado das diversas colheitas para saldar suas dívidas, contraídas durante os meses em que se dedicavam à colheita dos campos e à exploração de outras indústrias.

---

<sup>669</sup> PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira.

<sup>670</sup> Ibid.

O município de Passo Fundo era atravessado pela via férrea São Paulo-Rio Grande, que mantinha as seguintes estações ferroviárias: Passo Fundo, Pulador, Coxilha, Engenho Luiz Englert e Sertão. Vale lembrar que todas eram grandes centros de atividades comerciais e industriais. Por essas estações os produtores exportavam considerável volume de cargas, compostas por diversas qualidades e tipos de produtos, tais como o trigo, feijão, arroz, banha, erva-mate dentre outros. Em relação às rodovias, Passo Fundo contava com inúmeras estradas e em excelentes condições de trafegabilidade, ligando todos os distritos a sua sede e também servindo de acesso fácil e seguro aos municípios vizinhos.

A respeito das rodovias, recurso essencial para o escoamento da produção, assim referiu o guia ilustrativo de 1939:

As condições técnicas das rodovias passo-fundenses permitem tráfego seguro, mesmo nas estações chuvosas, o que vem cooperando muito para o grande **desenvolvimento agrícola, comercial ou industrial dos habitantes do interior do município**. Além dos esforços despendidos pela comuna em manter boas estradas no interior do município, muito tem auxiliado a **6ª residência do Departamento Autônomo de Estrada de Rodagens**, que está construindo a magnífica faixa de “macadame<sup>671</sup>”, ligando Passo Fundo a Porto Alegre, bem como duas outras rodovias ligando a cidade com Carazinho e Getúlio Vargas rumo a José Bonifácio, município limítrofe com o Estado de Santa Catarina. O mais importante município da Região Serrana, tem fácil e rápida comunicação com a capital do Estado, inúmeros municípios deste pela viação férrea, com trens diários, diurnos e noturnos com os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro com a estrada de ferro Rio Grande - São Paulo e Central do Brasil, as viagens de Passo Fundo a São Paulo são feitas em dois dias e uma noite e a cidade maravilhosa em mais uma noite, sendo por isso bastante intenso o intercâmbio comercial entre aquelas capitais e Passo Fundo<sup>672</sup>. (grifos nosso).

Vale lembrar que as estradas da região recebiam atenção especial do órgão federal, porque o Estado Novo reconhecia o valor da produção regional para a manutenção dos estoques de exportação, garantindo, dessa forma, que as idéias de nacionalização da Era Vargas tivessem um respaldo através da produção agroindustrial do Rio Grande do Sul. Ademais, constata-se que os jornais da época e os demais documentos sempre faziam alusão a situações ou fatos que envolviam ações do governo Vargas em prol deste estado.

<sup>671</sup> Sistema de macadame: sistema de empedramento de estradas de rodagens ou ruas com pedra britada. SACCONI, Luiz Antonio. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996. p. 433.

<sup>672</sup> PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira.

No mesmo sentido, em 1939 foram enfatizadas as realizações do prefeito de Passo Fundo. Citemos, por exemplo, as estradas, tidas como fator primordial para o desenvolvimento da região.

As rodovias de Passo Fundo vêm merecendo a melhor atenção e cuidado por parte do **Sr. Arthur Ferreira Filho, digno prefeito municipal, sendo ótimo o estado de conservação das mesmas**. Todas as sedes distritais são ligadas a sede por estradas gerais que permite o rápido e fácil escoamento de seus produtos. Sobre os rios que cruzam as rodovias do município, existem numerosas pontes de elevado custo, sem contar os inúmeros pontilhões, bueiros e outras obras de arte que a sua construção exige. **Uns grandes números de estradas vicinais cortam o território municipal de Passo Fundo em todos os sentidos, facilitando as comunicações em toda parte do mesmo. Passo Fundo também é sede do 6º Departamento Autônomo de Estrada de Rodagens, sob a chefia do ilustre e competente engenheiro Olímpio Fonseca de Araujo, o qual vem prestando relevantes serviços ao sistema rodoviário do município**. Sob uma profícua direção acham-se as seguintes rodovias no município de Passo Fundo além de outras nos municípios vizinhos. Construção da estrada mecadamizada de Passo Fundo à Guaporé com ligação para Porto Alegre. Reconstrução da estrada Passo Fundo – José Bonifácio passando por Vila Teixeira, Sete de Setembro, Getúlio Vargas; reconstrução da estrada Passo Fundo – Nonoai, até o rio Uruguai na fronteira do estado de Santa Catarina; reconstrução da estrada Passo Fundo – Soledade [...]. Também acha-se em construção a estrada Vacaria a Passo Fundo, passando por Lagoa Vermelha e Campo do Meio, com ligação na projetada estrada federal Rio de Janeiro - Porto Alegre. **Esses trabalhos estão sendo executados por um batalhão de sapadores do nosso glorioso exército nacional, sob a competente e profícua direção do ilustre engenheiro militar Cel. Futuro**<sup>673</sup>. (grifos nosso).

O contexto descrito remonta ao tempo da ditadura, no qual a presença do Estado se fazia notar pela exaltação dos próceres, e o elitismo da ação política apresentou sempre uma base autoritária getulista, com a presença do Exército se fazendo notar em todos os âmbitos, este considerado aliado número um de Vargas. O louvor à figura do chefe e a exaltação à situação davam sinais de que se deveria conviver com as autoridades nacionais, estaduais e locais e também às elites a elas ligadas.

Para o ano de 1939, Arthur Ferreira Filho, prefeito em exercício, fixou a receita em 1.473:500\$200 e a despesa, em 1.473:500\$200<sup>674</sup>. Em relatório enviado ao interventor do estado informou sobre as finanças relatando que as receitas e despesas estavam orçadas. Entretanto, salientou que a receita para o ano de 1939 estava orçada em 1.473:500\$000, tendo sido a arrecadação de 1.849:229\$230, com um considerável aumento da previsão

<sup>673</sup> PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira..

<sup>674</sup> PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1939. Lei n. 27 de 9 de dezembro de 1938. p. 1. Livraria Nacional, Passo Fundo.

orçamentária na importância de 375:729\$230 Rs (réis). Com referência à despesa realizada, ficara no valor de 1.770:383\$260 Rs. O relatório salientava que o saldo remanescente era de 522:427\$ 302, visto que havia saldo do exercício de 1938 que fora transportado para o exercício de 1939 e devidamente incorporado<sup>675</sup>.

O relatório enviado ao interventor Cordeiro de Farias fazia menção ao patrimônio de Passo Fundo, constituído de terrenos, prédios, maquinários, rede elétrica e hidráulica, móveis e utensílios, veículos, além de dinheiro disponível constituindo-se este último item em dado relevante para os ideários positivistas ainda em voga no comportamento das elites políticas gaúchas. Quanto à situação econômica, assim relatava Arthur Ferreira Filho:

O município de Passo Fundo, situado sobre a Coxilha Grande, com uma altitude média de 600 metros, dispõe de terras admiravelmente apropriadas para a agricultura em geral. Grande produtor de trigo é também, produtor em larga escala, de madeira, banha, alfafa, arroz, trigo, erva-mate, amendoim, batata-inglesa, feijão e milho e etc. Seus campos, embora não disponham de pastagens muito finas, criam, no entanto, bovinos de diversas raças, eqüinos, ovinos e asininos. A criação de raças leiteiras vem tendo, neste município, um notável desenvolvimento, principalmente a de gado holandês. A exposição agropecuária e industrial, realizada em fevereiro de 1939, veio demonstrar, surpreendendo os próprios passo-fundenses, as imensas possibilidades deste município, no que se refere, a agricultura, a pecuária e o seu desenvolvimento industrial. Os campos de Passo Fundo prestam-se admiravelmente para a cultura da mandioca, sendo sua produção média de 10.000 quilos por hectare cultivado, ou seja, depois de industrializada, 3.000 quilos de farinha aproximadamente<sup>676</sup>.

O relatório ainda demonstrava os valores da pecuária no município, onde os bovinos representavam uma receita de 70.000, ao passo que os suínos alcançavam um valor de 300.000, o que demonstrava que a criação destes era altamente desenvolvida e constantemente aperfeiçoada. Tanto era assim que foram apresentados na exposição agropecuária exemplares de grande valor. Quanto à produção agrícola em quilos, a mandioca perfazia um total de 48.720.000, seguida da produção do milho, com 48.701.615; do feijão; 24.555.539; do trigo, 12.802.544; da alfafa, 1.636.624; do arroz; 1.188.250; da batata-inglesa, 1.866.700; da uva, 3.718.500; da cevada, 460.128; da aveia, 27.440; do amendoim, 63.725; da

<sup>675</sup> Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 07.

<sup>676</sup> PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 07-08.

lentilha, 10.600; da cebola, 32.800; da cana-de-açúcar, 22.500; e da laranja, por unidades, 1.134.000<sup>677</sup>.

Com referência à produção industrial, o relatório detalhava da seguinte forma:

Madeira; 74.000.000 kg , farinha de trigo; 6.000.000 kg, erva-mate; 1.800.000 kg , banha; 3.500.000 kg, salames e presuntos; 160.000 kg, cera; 28.000 kg, fumo; 45.550 kg, cerveja; 1.000.000 lt, vinho; 1.050.000 lt, carvão vegetal; 80.000 kg, crina vegetal; 60.000 kg, couros salgados; 33.283 kg, café moído; 213.527 kg, caramelos; 45.000 kg. Além desses produtos existiam outros, de produção local, tais como, sabão, calçados, vassouras, móveis, artigos de cerâmica, correames, maquinários em geral como, britadores, trilhadeiras e etc<sup>678</sup>.

O número de estabelecimentos comerciais em Passo Fundo no ano de 1939, de acordo com o relatório, era de 578, empregando 2.853 operários; o capital empregado na indústria perfazia um total de 18.445:342\$000 e o valor da produção industrial fora de 25.612:734\$820. O relatório ressaltava a inovação na agricultura, que iniciaria o plantio de linho, girassol, mamona, dentre outras oleaginosas. Ainda com referência ao comércio de Passo Fundo, se somados os seus distritos, como Marau, Vila Teixeira e Sertão, chegava-se a 645 estabelecimentos, empregando 1651 operários e perfazendo um capital de 16.231:000\$000<sup>679</sup>.

No ano de 1941, o prefeito Arthur Ferreira Filho orçou a receita no valor de Rs 1.600:000\$000, que deveria obedecer à seguinte classificação geral de arrecadação: Receita Ordinária – Tributária, Rs 882:000\$000; Patrimonial, Rs 20:000\$000; Industrial, Rs 513:000\$000 e Receitas diversas, Rs 22:000\$000, Receita Extraordinária – Dívida Ativa, Rs 125:000\$000 e Diversas, Rs 38:000\$000. As despesas ficaram orçadas em Rs 1.600:000\$000 e deveriam ser realizadas de acordo com a classificação: Administração geral, Rs 153:660\$000; Exação e fiscalização financeira, Rs 104:480\$000; Segurança pública e assistência social, Rs 43:300\$000; Educação pública, Rs 220:600\$000; Saúde pública, Rs 41:980\$000; Fomento, Rs 15:000\$000; Serviços industriais, Rs 175:812\$000; Dívida pública, Rs 90:735\$000; Serviços de utilidade pública, Rs 534:713\$000 e Encargos diversos, Rs 219:720\$000. Pode-se inferir pelos dados orçamentários que, quanto mais se arrecadava,

<sup>677</sup> PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 11-12.

<sup>678</sup> Ibid., p. 13.

<sup>679</sup> Ibid.

menos se investia em saúde, educação, segurança pública e assistência social, fato que pouco mudou de lá para cá<sup>680</sup>.

A receita orçada e a despesa fixada para o ano de 1944, de acordo com decreto-lei n. 29, publicadas pelo prefeito Victor Graeff, foram as seguintes: receita no valor de Cr\$ 2.120.000,000 e despesas em igual valor, devendo obedecer à legislação em vigor<sup>681</sup>. Em 1945, o prefeito em exercício, Arthur Ferreira Filho, orçou a receita e fixou a despesa do município de Passo Fundo, segundo a lei n. 56, da seguinte forma: receitas na importância de Cr\$ 2.250.000,00 e despesas, em Cr\$ 2.250.000,00<sup>682</sup>. Para demonstrar o desenvolvimento e crescimento econômico de Passo Fundo, utilizaremos o quadro demonstrativo das receitas e despesas de 1930 a 1945.

Quadro 4- Demonstrativo das receitas e despesas no município de Passo Fundo de 1930 a 1945.

Exercício	Receitas	Despesas	Observações
1930	1.068.873,88	1.122.306,35	
1931	895.451,15	929.771,91	Desmembramento de Carazinho, as despesas nesse exercício superaram as receitas, ocasionando um déficit orçamentário.
1932	971.966,00	1.003.547,41	Desmembramento de Carazinho. Déficit.
1933	935.035,62	947.572,50	Desmembramento de Carazinho. Déficit.
1934	1.034.344,27	1.000.502,60	
1935	960.575,28	954.575,74	
1936	1.216.171,63	969.807,21	
1937	1.282.674,86	1.120.345,92	
1938	1.704.257,17	1.321.001,09	
1939	1.849.229,23	1.761.293,26	
1940	1.675.685,45	1.891.864,44	
1941	1.775.613,05	1.885.033,59	
1942	2.086.667,04	1.792.220,19	
1943	2.048.545,50	2.027.289,07	
1944	2.294.539,60	2.099.594,32	
1945	2.264.699,94	2.218.357,84	

Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado a Câmara Municipal de Vereadores pelo prefeito Armando Araujo Annes sobre o exercício de 1950. p. 110-111.

<sup>680</sup> PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1941. Decreto Lei n. 2 de 30 de janeiro de 1941. Eduardo Roca, diretor, p. 1. Livraria Nacional, Passo Fundo.

<sup>681</sup> PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1944. Decreto Lei n. 29 de 12 de novembro de 1943. p. 1. Livraria Nacional, Passo Fundo.

<sup>682</sup> PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1945. Lei n. 56 de 29 de novembro de 1944. p. 1. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1945.



Diante do quadro 4, deduzimos a importância das receitas que eram provenientes de Carazinho, uma vez que Passo Fundo somente teve superávit a partir do exercício de 1934. Portanto, entre 1930 e 1945 Passo Fundo ocupou uma espécie de “entrepasto comercial e político”<sup>683</sup> na região do Planalto Médio, convivendo com a precariedade das estradas para o escoamento da produção agronômica, mas, ao mesmo tempo, evidenciou o progresso resultante do centro mais dinâmico da região Norte gaúcha.

### 3.1.2 As decisões políticas e o alcance econômico no município de Carazinho

O ano de 1931 assinalou a elevação do 4º distrito de Passo Fundo, Carazinho, à categoria de município. No entanto, Carazinho já se encontrava em plena fase de desenvolvimento, pois as serrarias se multiplicavam, a agricultura prosperava, as indústrias se instalavam, o sistema ferroviário recebia incentivo e as rodovias estavam sendo melhoradas e construídas.

Nesse quadro de desenvolvimento, cabe destacar que em 1934 Carazinho instituiu a 1ª Exposição Agropastoril e Industrial, realizada em 10 de maio. Documentos dão conta de que essa exposição continuou sendo promovida até o ano de 1937, conforme texto de um ofício dirigido pelo prefeito a João Antonio Edler, prefeito de Santa Maria:

**Comunico ao ilustre colega que, em maio próximo, terá lugar nesta vila, sob os auspícios do governo municipal e das Associações Rural, Comercial e Clube Comercial.** Trata-se de uma festa de trabalho regional, e estando vivamente empenhado no seu êxito, solicito a vossa preciosa colaboração, tomando uma área para as importantes indústrias de Santa Maria, que tanto contribuíram para o sucesso da Feira Regional de Amostras, de Cruz Alta<sup>684</sup>. (grifos nosso).

Percebemos a significação da feira para Carazinho, na medida em que a união dos interesses políticos e econômicos do município congregava a prefeitura e as associações representativas dos diversos segmentos agropecuários e industriais. Consoante Pesavento, o

<sup>683</sup> MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio et al. (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Edupf, 1998. p. 112.

<sup>684</sup> CARAZINHO. Ofício enviado pela prefeitura de Carazinho para Santa Maria em 03 de fev., de 1934.

novo padrão adotado pela República Nova enfatizava a necessidade da diversificação da economia nacional, a integração do mercado interno e a ênfase nas indústrias “naturais”. Dessa forma, era possível conciliar a estrutura agrária predominante com o esforço industrial substitutivo, promovendo as empresas que beneficiassem a matéria-prima nacional, sobretudo as que se utilizavam dos gêneros agropecuários<sup>685</sup>.

O *Correio do Povo* de 1934 descrevia as potencialidades carazinhenses, no intuito de despertar no público o desejo de participar da exposição. Dessa forma, assim relatou o jornal:

O município de Carazinho, criado pelo decreto 4.709, de 24 de janeiro de 1931, desmembrado de Passo Fundo, tendo o seu solo fértil, pertencente a ramificação Oeste da Serra do Mar, com elevados contrafortes alterosos, onde resplandecem florestas majestosas e magníficas, com uma superfície de 2.680 km<sup>2</sup>, possui uma população laboriosa com 40.050 habitantes, ou seja uma densidade de 14,94 por quilômetros quadrados. Carazinho é um celeiro, a sua esplêndida produção, longe de diminuir aumenta e promete ocupar um lugar notável no quadro da produção rio-grandense. **A produção agrícola de Carazinho é estimada em cerca de 60 mil toneladas, no valor de 15 mil contos. Ocupa primeiro lugar o milho, com uma área plantada de 20 mil hectares e uma produção de 40 mil toneladas. A sua produção pecuária não é pequena, destacando-se a de suínos superior a 180 mil cabeças. A exportação de Carazinho tem um colossal volume, destacando-se a madeira e a banha. É bastante frisar que a sua pequenina estação ferroviária deu, em 1933, uma renda de 4.045 contos, tornando-se a 3ª do estado em renda.** A maior parte da produção agrícola e industrial de Sarandí, 1º e 2º, se faz por Carazinho. Sarandí é talvez o núcleo colonial que produz a maior quantidade de banha na serra. Tal exportação se efetua por Carazinho, onde já se registrou uma saída de 5 milhões de quilos de banha. Dentro do município existem duas estações de grande movimento: São Bento, com cerca de 400 contos, e Pinheiro Mercado com 400 contos. Quanto a indústria e profissões é bastante destacarmos que **Carazinho possui mais de 150 serrarias, três curtumes, sendo um deles o Mombelli, vastamente conhecido em todo o país, 22 atafonas que produzem milhares de sacos de farinha de mandioca, diversas fundições, excelentes fábricas de presunto, queijo, manteiga, dezenas de caixas aplainadas, 15 estabelecimentos produtores de bebidas sem álcool e outras de diversos gêneros.** Diante do exposto é fácil prever o que será o 1º certame Agropastoril e industrial de Carazinho, cujo sucesso está assegurado pelo entusiasmo reinante e pelas opulentas condições econômicas do município<sup>686</sup>. (grifos nosso).

No texto jornalístico grifamos as potencialidades de Carazinho, numa evidente simbologia de que o município poderia produzir internamente e exportar. Enquanto o processo industrial brasileiro centralizava-se no eixo Rio-São Paulo, as economias periféricas

<sup>685</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 173.

<sup>686</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 70, ano XL, 25 mar. 1934. p. 08.

especializavam-se no abastecimento do mercado interno brasileiro com gêneros de subsistência<sup>687</sup>.

Ainda de acordo com o *Correio do Povo* de 1934, as atenções voltavam-se para a primeira exposição de Carazinho, chamando a atenção dos leitores para a importância do evento e dando destaque enfático aos produtos expostos pelos municípios serranos:

**Água mineral, águas gasosas, acolchoados, arvores frutíferas, artefatos de madeira, artefatos de couro, artefatos de folhas, bebidas em geral, banha bruta, banha manipulada, balas e caramelos, bolachas, biscoitos, bolachinhas, couros, cal virgem, cerveja de ata e baixa fermentação, cal moído, conservas em geral, escovas, farinhas diversas, de milho de trigo de mandioca, flores artificiais, grinaldas, licores, louças de barro, máquinas diversas atafonas, máquinas de precisão, modelos, trilhadeiras, máquinas de aplinar, moveis, moveis de vime, obras de ourives, obras de cabelos, óleo de linhaça, presuntos, pomada para calçados, fotografias, pelegos de ovelha trabalhados, queijos, tanoaria, tintas diversas, tecidos, chapéus, relógios de madeira, rodas de madeira para carroças, salames, sabão grosso, Celina, vinagres e charque.** Além destas inscrições, existem outras de Porto Alegre e São Leopoldo, camas de ferro, artefatos de alumínio, drogas químicas, vinhos e etc. A seção da pecuária terá uma coleção de reprodutores charolês, Jersey Devon, Limoisine, holandês, suínos, durock, Jersey e polland china e aves de diversas raças. O sindicato do mate tomou boas áreas para exposição de seus produtos [...] <sup>688</sup>. (grifos nosso).

Destacamos no texto a diversidade de produtos presentes na feira, refletindo a diversidade da economia do setor primário do Rio Grande do Sul e sugerindo a sua capacidade de atender ao mercado interno brasileiro, além da possibilidade de exportação. Essa articulação de mercado possibilita-nos conceber a economia regional gaúcha como uma unidade independente, mas que foi pouco a pouco se articulando ao mercado externo<sup>689</sup>.

Entretanto, mesmo diante da exibição e divulgação de tanta riqueza e capacidade produtiva do setor primário, Carazinho esbarrava no problema relacionado à falta de capacidade de luz e força para suportar a evolução que lhe era predestinada. Desde a fundação da Associação Comercial do novo município a preocupação recaía sobre esse aspecto e muitas foram as reuniões da Associação Comercial de Carazinho realizadas para abordar,

<sup>687</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 174.

<sup>688</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 98, ano XL, 28 abr. 1934. p. 08.

<sup>689</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits; RIBEIRO, Paulo Sérgio Sampaio; HERRLEIN Jr., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado Nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lageado: Univates, 1998. p. 231.

encaminhar e propor alternativas para a solução do problema da luz e força. Inclusive, anexamos no Anexo H as mais expressivas, como, por exemplo, a datada de 1936, evidenciando a preocupação dos empresários e políticos do município em resolver a questão. Nesse sentido, há referência a Homero Guerra como um dos líderes locais que poderia agilizar o assunto em Porto Alegre, valendo-se do seu prestígio pessoal junto aos políticos estaduais.

Da mesma forma, a Associação Comercial preocupava-se com a construção de estradas que ligassem Carazinho a outros municípios. A ata de 20 de dezembro de 1937, no Anexo H, relata as tratativas dos representantes da Associação Comercial para intensificar os contatos sobre a construção da estrada que ligaria Carazinho a Tamandaré, a qual supriria a necessidade premente para o escoamento da produção carazinhense, além de significar o acesso a outros municípios.

A deficiência de transporte no estado do Rio Grande do Sul era assunto que preocupava a todos. Também no Anexo H, na ata de 13 de março de 1938, constatamos esse registro. Igualmente, as reuniões da Associação Comercial enfatizavam a questão das estradas; da luz e força; do aumento de vagões para a região Norte, uma vez que o chefe do tráfego estadual não resolvia o problema. Os componentes desta entidade, além de serem os representantes da elite econômica, possuíam ligação direta ou indireta com o governo central, podendo solicitar sem intermediários a resolução de suas necessidades. As atas evidenciam a facilidade com que os membros das associações telegrafavam para o presidente Getúlio Vargas, reivindicando vários benefícios para o município. Exemplo disso foi o da construção de uma sede própria para os Correios e Telégrafos, pedido enviado por telegrama no dia 23 de agosto de 1937. A confirmação foi recebida em 20 de setembro do mesmo ano e Getúlio Vargas comprometeu-se em providenciar imediatamente o pedido feito. (ANEXO H).

O transporte ferroviário representava a espinha dorsal da economia exportadora tanto para o Brasil como para os estados da federação. O governo investia muito nas ferrovias por ser o meio de transporte indicado para o comércio e também para que a colonização pudesse avançar para as áreas mais afastadas dos cursos navegáveis. As colônias que se localizavam próximas às ferrovias eram as que mais se destacavam, pois em seu entorno logo surgiam a bodega, a igreja, as casas, a escola, etc. Exemplo disso é a cidade de Carazinho, que, de acordo com o jornal *A Federação* de 1937, “surgiu de um dia para o outro ao longo da Viação

Férrea, e hoje é uma cidade interessante na sua extensão material e admirável na sua riqueza, indústria e comércio”<sup>690</sup>. No entanto, com o processo de industrialização, as ferrovias foram perdendo espaço para um novo meio de transporte alternativo, o rodoviário, mais rápido para o escoamento da produção. O foco voltou-se para a construção de estradas e rodovias, porém sem desconsiderar o transporte ferroviário.

A Associação Comercial cuidava de outras prioridades, tratadas e registradas em suas reuniões, como a solicitação de aumento de potência de força e luz para Carazinho e Passo Fundo, a ênfase na necessidade da construção de estradas de rodagem para a região e a instalação do campo experimental para mandioca. Também eram tratados assuntos que sempre preocupavam a administração do município como um todo, uma vez que intervinham na continuidade das obras iniciadas. Era assim com a falta de pagamento da VFRGS e Daer com as empresas prestadoras de serviço. (ANEXO H).

Em 29 de abril de 1938 a ata registra os pormenores de uma discussão a respeito da construção da ponte sobre o rio Turvo, uma vez que Passo Fundo não queria auxiliar com 50% das despesas. Também, nessa mesma ata, temos a descrição do início das tratativas para a construção da usina do Alto Jacuí pelo comitê liderado por Romeu Scheibe, no intuito de resolver o problema de luz e força do município.

O município de Carazinho, tal como já ocorria quando era o 4ª distrito de Passo Fundo, continuou enfrentando o problema da luz e força, insuficientes para o seu desenvolvimento. O *Jornal da Serra* de 1939 resumia essa situação:

A vila de Carazinho e o povoado de Não-Me-Toque são servidos de luz e força hidroelétrica, Alto Jacuí Ltda. **A iluminação pública e particular são deficientíssimos. A escassez de energia elétrica tem entorpecido o desenvolvimento industrial do município. Será objeto da atual administração envidar esforços no sentido de solucioná-lo, atendendo aos justos desejos da população.** Aí está a **primeira manifestação pública do atual prefeito** sobre o importante problema da luz [...]ainda **não foi resolvido**. Já no relatório de 1933 o então prefeito já rezava o seguinte: não fugimos do comprometimento que preocupa a população desse município, ou seja, o fornecimento de luz e força elétrica [...]”<sup>691</sup>. (grifos nosso).

---

<sup>690</sup> A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, n. 20, ano. LIV, 23 jan., 1937, p. 3.

<sup>691</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 526, ano. XI de 17 de mai., de 1939. p.4.

A questão da luz, assunto permanente dos jornais da época, continuava a causar preocupação tanto para os políticos quanto para a população, expressa também em documentos oficiais dirigidos à Prefeitura Municipal de Carazinho. É exemplo a correspondência dirigida aos membros do Conselho Consultivo Municipal no ano de 1937, quando comerciantes e demais residentes do povoado de São Bento, 1º distrito de Carazinho, expunham a situação com a qual conviviam, argumentando que a municipalidade deveria tratar como questão prioritária a luz e a força, uma vez que esse fato estava atrasando o desenvolvimento da região. Outrossim, argumentavam que os impostos arrecadados eram suficientes para atender a essa justa pretensão. E comprovavam suas reivindicações com dados concretos, salientando que o município dependia de atitudes políticas para que pudesse se desenvolver plenamente.

[...] em São Bento são carregados anualmente cerca de 800 vagões de madeira e que produz uma renda de 12 contos de réis à prefeitura. O povoado possui 8 casas comerciais, duas fábricas de caixas e aplainados de madeira, sete depósitos de madeira, um hotel e cerca de cem casas residenciais, que pagam impostos e merecem receber o retorno da prefeitura. Além do que São Bento é uma estação da Viação Férrea, com muito movimento de pessoas e mercadorias e que necessita de luz e força<sup>692</sup>.

Assim como o problema da luz e força, Carazinho também sofria com as péssimas condições de trafegabilidade das estradas para escoamento da produção. Com a chegada dos novos veículos automotores que a indústria lançava, as estradas necessitavam ser reconstruídas tendo em vista a lenta substituição das carroças no transporte de pessoas e de cargas. A criação do Daer veio auxiliar essa deficiência do Estado, desenvolvendo a mentalidade rodoviária. Com isso, pode-se dizer que foi no ano de 1938 que se inaugurou a era rodoviária do Rio Grande do Sul, antes concentrada na ferrovia e na navegação<sup>693</sup>. Também foi a Associação Comercial uma das maiores incentivadoras e mobilizadoras da construção da estrada Carazinho-Taquarussu, inicialmente junto ao Daer. Conforme ata de 20 de outubro de 1938 (Anexo H).

---

<sup>692</sup> CARAZINHO. Requerimento dirigido aos membros do Conselho Consultivo Municipal de Carazinho em 7 de Nov., de 1931.

<sup>693</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 240-241.

Ratificando as solicitações dos empresários, via associação, a prefeitura de Carazinho instituiu um ato pelo qual reconhecia as necessidades sentidas pelos dirigentes políticos e população.

O Ato nº 54/1938 da prefeitura de Carazinho anunciava para a população que a Secção de Obras investira cerca de 5:347\$000 em estradas de rodagem, de modo que as mesmas pudessem apresentar condições de trafegabilidade e dessa forma, atender a quem adquiria veículos automotores, tanto de carga quanto de passeio. Destacou, em especial a estrada de Carazinho a Não-Me-Toque, devido a grande movimentação e que por ocasião das chuvas se tornava intransitável. O mesmo acontecia com a estrada que ligava Carazinho a Passo Fundo. Também a prefeitura demonstrou preocupação com as estradas da zona rural, onde se encontravam mais de 2.000 mil homens trabalhando<sup>694</sup>.

Em ata de 29 de agosto de 1938 (Anexo H), os membros da Associação Comercial registraram a sua satisfação pela atuação das classes conservadoras (representadas por Romeu Scheibe e Ernesto Dable), no sentido de agilizar junto ao governo do estado os problemas enfrentados em Carazinho, tais como o excesso do inspetor junto ao comércio, a melhoria nas estradas, a ampliação de luz e força e, também, a instalação através da Varig de um campo de pouso no município.

Com relação ao comércio de madeiras, aspecto importantíssimo de Carazinho na época, o *Correio do Povo* de 1938 fez um relato sobre essa atividade. Na realidade, evidenciava o sofrimento dos madeireiros em razão da precariedade dos transportes para a mercadoria madeireira. De acordo com o jornal:

O telegrama-exposição que o dr. Octacílio Pereira, diretor da viação férrea, dirigiu ao Sr. Romeu Sheibe [...] **descreveu a aflitiva situação do departamento a seu cargo. Impressionou vivamente os meios exportadores que reconhecem a impossibilidade de ser satisfeitos, no atual momento, os pedidos de carros transportes, em virtude da exposição feita. Conforme acentuou em seu telegrama, o diretor da Viação Férrea, Carazinho tem a prioridade nas reclamações feitas contra a falta de transporte. Isto porque é o maior centro exportador de madeiras desta região e quiçá do Estado, bem como de grande quantidade de produtos agrícolas.** Há cerca de um mês que não se despacham aqui madeiras beneficiadas A crítica situação de desmantelo em que se encontra a Viação Férrea reflete-se vivamente sobre as classes produtoras de Carazinho, que fazem todo o escoamento de sua volumosa produção pela via Férrea, único meio de transporte que dispomos para esse fim. [...] **Sabemos que a Associação Comercial de Carazinho, vai se comunicar com as demais congêneres do Estado, convidando-as para uma grande reunião a fim de ser tratado esse delicado assunto.** Deverá então ser nomeada uma comissão para ir até a Capital da

<sup>694</sup> CARAZINHO. Ato n. 54/1938, Prefeitura Municipal de Carazinho de 8 de set., de 1938.

República, para entender-se com s. exa. sr. Presidente da República, no sentido de conseguir de s. exa. seja atendido o pedido de auxílio solicitado pela Viação Férrea. Estação de Carazinho [...]. Romeu Sheibe enviou ao diretor da viação férrea o seguinte despacho telegráfico: Dr. Octacílio Pereira. Agradecemos comunicação, referente construção estação, cuja notícia, causou geral agrado e satisfação. Associação Comercial de Carazinho. Romeu Sheibe. Presidente<sup>695</sup>. (grifos nosso).

A nota do jornal demonstra que o empenho de todas as forças da comunidade carazinhense estava voltado para o encaminhamento da solução do problema dos transportes. Sabemos que os meios de transporte do Planalto Médio, nessa época, estavam representados essencialmente pelos trens e balsas, sendo introduzidos aos poucos os caminhões e automóveis. Logo, uma das maiores dificuldades para os exportadores da região consistia na falta de vagões para o transporte, que não atendia às necessidades de escoamento da produção. Igualmente, a falta de material que atingia a Viação Férrea dificultava o intenso transporte de gado, cereais, banha, vinho e outros produtos, pois a madeira tinha preferência na ocupação dos vagões<sup>696</sup>.

Seguindo a ideologia de Vargas, embora se contrapusesse a Flores, Carazinho apresentou vários exemplos de associações, cooperativas e assemelhados responsáveis pela condução da economia local. Exemplificamos com a Associação Comercial, Clube Comercial, Associação dos Madeireiros, Sindicato da Banha, Sindicato Indústrias Extração Madeiras, Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras, Grêmio Liberal Flores da Cunha; Grêmio Republicano Borges de Medeiros, Centro Cívico Getúlio Vargas, Cooperativas Madeireiras, União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana e outras<sup>697</sup>.

Comprovando a afirmação acima, valemo-nos do jornal *O Nacional*, que estampou em uma de suas páginas a seguinte nota sobre as cooperativas madeireiras:

**Já estão organizadas diversas Cooperativas de Produtores de Madeira Serrada**, entre as quais a justo entusiasmo pela acertada medida. Como nos informaram, está se organizando a Federação, com sede em Porto Alegre e sob direção de conhecido e conceituado industrial, que se transferirá para a sede da Federação, deixando a representantes a direção de seus negócios, para prestar seus serviços a promissora Associação. Não só os madeireiros associados auferiram proventos da ativa e seria orientação que será dada aos negócios de madeiras, pois, sendo este ramo de indústria um dos principais desta zona, seu desenvolvimento e progresso, trará benefícios gerais. Os propulsores do benefício agregado industrial, merecem por isso, amplos louvores, e ainda pela escolha do chefe da Federação reconhecidamente capaz por sua seriedade e longa prática de negócios. Estamos certos de que o Sr. Caleffi, o escolhido, prestará relevantes serviços no cargo que patrioticamente

<sup>695</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 46, ano XLIV, 24 fev. 1938. p. 04.

<sup>696</sup> O NACIONAL. Passo Fundo n. 3378, ano XV, 29 ago. 1939. p. 04.

<sup>697</sup> O NACIONAL. Passo Fundo n. 3378, ano XV, 29 ago. 1939. p. 04.



aceitou. **Que a organização dos madeireiros em cooperativas, seja atraente estímulo de outras indústrias, e frutifique concorrendo para novas organizações cooperativas são os nossos votos.** E que tirem sempre em primeira linha a sábia escolha de diretorias desambiciosas. Jamais irá para frente qualquer sociedade cujos diretores se quedam inativos. Operosidade, honradez e desprendimento, eis as qualidades primárias de diretores de negócios ou de homens. Com elas é infalível o grau de desenvolvimento de quaisquer agrupamentos. **Úteis, fraternais, essencialmente humanos são os intuitos das Cooperativas.** Seus inventores não as idearam inspirados no egoísmo, mas nos mais são sentimentos de fraternidade. Isso quer dizer que as cooperativas não são um meio de encarecer qualquer produto para que os respectivos associados auferam altos rendimentos com os sacrifícios de outrem. O ideal das cooperativas é baratear a produção e vendê-la com moderado lucro. Assim ganha a sociedade e ganham os consumidores, realizando-se benefícios coletivos. **Neste terreno é o cooperativismo que preconizamos e que deixou na história os nomes de Raiffensen : Luzatti e outros eminentes propugnadores da fraternal criação.** G. B.<sup>698</sup>. (grifos nosso).

A narrativa e o estilo utilizado pelo *O Nacional* demonstram a preocupação do sujeito narrador em salientar os símbolos presentes em seu discurso, tais como o patriotismo, os ideais, o povo, o prestígio e o progresso. Nessa concepção, o discurso assume um teor que não é meramente descritivo, mas traz consigo a ideologia que se refere, por exemplo, aos sistemas de pensamento, de valores e crenças que simbolizam um ponto de vista particular sobre o real, uma realidade construída socialmente. Para Flul, “a ideologia é mais facilmente entendida, não como uma imagem distorcida do real, uma ilusão, mas como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais”<sup>699</sup>.

Alguns jornais, a exemplo de *O Nacional*, contribuíram para propagar a ideologia estado novista, conduzida pela classe dominante, de modo a atingir a nova classe de trabalhadores que emergia. O Estado criado por Vargas pode ser enquadrado num amplo projeto de desmobilização política da sociedade, no qual, sutilmente, procedia à neutralização e ao esvaziamento do movimento operário, pois eram usadas estratégias de disciplina e controle pelos donos do poder<sup>700</sup>. Nesse sentido, sabemos que os meios de comunicação foram os grandes patrocinadores da expansão dos ideais nacionalistas do Estado Novo, e que especialmente a imprensa introduziu no sistema social novas formas de pensar, elaborando e

<sup>698</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1484, ano VIII, 12 abr. 1933. p. 03.

<sup>699</sup> FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [ S.l.: s.n.: s.d.]. p. 04.

<sup>700</sup> BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Àtica. 199. p. 39.

interpretando aspirações e demandas da sociedade, ou seja, “enquanto ator social, a imprensa participa de todo o processo político”<sup>701</sup>.

Retomando o aspecto das cooperativas, associações e sociedades, encontramos no *Correio do Povo* o relato a respeito da constituição da União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana da seguinte forma:

União dos Fabricantes de Caixas. Carazinho (21) - **ficou definitivamente constituída a União dos Fabricantes de Caixas da Região Serrana, sociedade destinada a defender os interesses dos estabelecimentos industriais de madeiras.** A primeira diretoria ficou constituída de um diretor presidente, sr. Germano Napp, um diretor secretário, sr. Raymundo Nedel, um diretor tesoureiro, sr. Armino Honaiser. Terça feira próxima seguirá para essa Capital uma comissão **dessa sociedade** composta dos associados sr. Manoel Bastos, dr. Eurico Araújo, Affonso Camino e Victorio Dinardo que vai conferenciar com o General Interventor, com o Secretário das Obras Públicas e com o diretor de Viação Férrea, a respeito de interesses da referida entidade. Essa comissão irá a Rio Grande a fim de entender-se com o diretor da **Cooperativa de cebolas**, a fim de trocarmos idéias sobre o fornecimento de caixas na futura safra<sup>702</sup>. (grifos nosso).

O surto cooperativista foi uma reação dos sindicatos que contavam com a proteção do governo e gozavam de isenção no pagamento de impostos, especialmente entre a população colonial. Dessa forma, as cooperativas de pequenos produtores buscavam encontrar meios de dissolver o monopólio da produção e comercialização dos produtos estabelecidos pelos sindicatos. Com isso, queriam beneficiar a matéria-prima por eles produzida e comercializar o produto acabado. Eles acreditavam que, mesmo sendo pequenos proprietários, conseguiriam somente com a conjugação de esforços competir com os grandes sindicatos<sup>703</sup>. Na notícia destacada, percebemos que os representantes da diretoria eleita alternavam-se entre líderes políticos de Passo Fundo (Victorio Dinardo) e Carazinho (Germano Napp e Eurico Araújo), demonstrando que, mesmo após a emancipação de Carazinho, os interesses econômicos continuavam interligados, culminando numa aproximação política cada vez maior.

O *Correio do Povo* continuava publicando notícias a respeito das cooperativas e sociedades. Na linguagem utilizada podia-se constatar o destaque à importância das entidades

<sup>701</sup> ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira de; MOREL, Marco (Org.). *História e imprensa* – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. p. 62.

<sup>702</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 274, ano XXXVII, 22 nov. 1931. p. 12.

<sup>703</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 112.

de classe para o crescimento das regiões e, conseqüentemente, do Estado. Para o jornal, “continua funcionando com excelentes resultados para os madeireiros a União das Fábricas de Caixas, que está trazendo benefícios à classe madeireira. Aguarda-se solução do memorial dirigido ao interventor, pedindo favores para essa novel instituição”<sup>704</sup>.

Em março de 1938, o *Correio do Povo* transcreveu a organização de uma sociedade de exportadores de madeira em Carazinho:

Exportadores de madeira de pinho – caminha para sua definitiva resolução a idéia lançada no sentido dos **srs. exportadores de madeira de pinho se organizarem em uma sociedade representativa de classe**. Para esse fim, estiveram reunidos segunda-feira última em uma das salas do clube comercial gentilmente cedida para tal, os **srs. Aparicio Nunes, Ernesto José Annoni, Alberico Azevedo, Engracio Dias de Menezes, representando a firma Manoel Osirio Menezes e Cia., Arnaldo Scheibe, sócio da firma Napp, Scherer e Cia., Alexandre Dambros e Ramalho Piva, sócios componentes da firma Dambros e Piva** e o sr. Antonio Brenner, sócio da firma Brenner e Cia., de Cruz Alta, que veio daquela cidade especialmente para assistir aquela reunião. Explicados os motivos da reunião, procedeu-se a leitura do expediente relativos as demarques havidas para a constituição de uma sociedade representativa de classe dos exportadores de madeira de pinho<sup>705</sup>. (grifos nosso).

Salientava o jornal *Correio de Povo*, com relação ao contexto citado, que “em breve será uma realidade a sociedade dos exportadores de pinho, que terão daquele momento em diante uma entidade representativa para defender seus direitos e interesses”<sup>706</sup>. Cabe salientar que os sujeitos envolvidos no contexto econômico, eram os mesmos da política carazinhense, ou seja, membros considerados elites, como Aparicio Nunes, Ernesto José Annoni, Alberico Azevedo, Engracio Dias de Menezes, Arnaldo Scheibe, Alexandre Dambros, Ramalho Piva e Antonio Brenner, dentre outros,

Reafirmamos a importância de Carazinho no que concerne às exportações, visto que era considerada no estado do Rio Grande do Sul a mais importante cidade em nível de exportações. Nesse sentido, o *Correio do Povo* trazia informações que davam conta das mercadorias, do peso em quilo e no valor da época, de uma série de produtos comercializados. Na tabela 1 reproduzimos esses dados, pela sua importância no contexto econômico referido.

<sup>704</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 15, ano XXXVIII, 19 jan. 1932. p. 09.

<sup>705</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 53, ano XLIV, 5 de mar. 1938. p. 04.

<sup>706</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 53, ano XLIV, 5 de mar. 1938. p. 04.

Tabela 1 - Produtos exportados em Carazinho

<i>Mercadorias</i>	<i>Peso em quilogramas</i>	<i>Valor Oficial</i>
Aduelas	335.480	601.801\$800
Alpiste	5.206	5.003\$000
Arroz com Casca	10.514	9.003\$800
Aveia	628	220\$000
Amendoim	5.550	1.650\$000
Banha refinada	512.021	1.431.256\$200
Balanças	-	1.250\$000
Batatas	21.722	6.516\$000
Bebidas	2.791	7.250\$000
Biscoitos	664	996\$200
Cabelos	591	3.904\$000
Café moído	10.052	26.134\$403
Cera Bruta	7.400	37:033\$000
Cevada	116.522	35:950\$000
Cereais beneficiados	730	780\$000
Cola para madeira	1.644	2:960\$000
Couros brutos	15.611	46:833\$000
Couros trabalhados	41.200	206:002\$000
Crina vegetal	15.945	6:373\$000
Chifre em bruto	2.346	1:470\$000
Farinha de mandioca	2.432.016	744:003\$000
Farinha de milho	102.302	30:777\$000
Farinha de trigo	171.250	171.854\$000
Farelo de trigo	21.000	21:231\$000
Fécula de mandioca	6.250	1:873\$000
Feijão	68.093	34:643\$000
Erva mate	62.973	41:065\$000
Lãs	1.950	7:300\$000
Lentilhas	15.562	6:225\$000
Linhaça	97.210	33:334\$000
Madeira bruta	17.223.272	3:344.351\$400
Madeira beneficiada	3.227.450	645:490\$000
Mel	24.225	21:221\$700
Milho em grão	268.720	120:924\$000
Polvilho	21.270	8:934\$000
Queijos	26.196	63:112\$000
Quebracho	1.250	2:340\$000
Sabão	8.400	10:031\$000
Salames	7.035	21:110\$000
Sementes oleaginosas	543	2:178\$000
Semente de alfafa	2.300	6:700\$000
Suínos	9.661	966:100\$000
Trigo em grãos	239.797	107:909\$000
Diversos	307.325	353:424\$200
Total		9.300:449\$700

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n.182, ano XLIV, de 7 de ago., de 1938. p. 7-9.

Também é com base nos dados recolhidos junto ao *Correio do Povo*, que trazemos o valor das exportações de Carazinho referente a cada mês do primeiro semestre do ano de 1938:

Quadro 5 - Representativo do valor das exportações em Carazinho em 1938

Janeiro	1.669:267\$600
Fevereiro	1.087:052\$200
Março	1.393:022\$400
Abril	1.361:918\$000
Maior	2.167:844\$600
Junho	1.620:344:900
Total	9.300: 449:700

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n.182, ano XLIV, de 7 de ago., de 1938. p. 7-9.

Cabe ressaltar que os dados do quadro 5 são expressivos da expansão industrial e comercial de Carazinho, o que lhe valeu o cognome de maior exportador do estado do Rio Grande do Sul.

Destacamos que o *Jornal da Serra* em 1937 trouxe uma manchete que vem confirmar o exposto, tendo em vista que o destaque era dado ao quesito arrecadação que em 11 meses do ano de 1937 alcançara o montante de 5.421:566\$850; porém o jornal enfatizou que no ano de 1936 a arrecadação havia sido de 5.454:247\$650. No ano de 1937 houve uma redução na arrecadação, que, de acordo com o *Jornal da Serra*, teve como consequência a diminuição de transporte de vagões da Viação Férrea. No entanto, a contribuição do município de Carazinho aos cofres da viação desde sua emancipação em 1931 foi a seguinte: 1931, 3.475:195\$850; 1932, 3.179:022\$250; 1933, 4.044:605\$100; 1934, 3.763:191\$200; 1935, 4.706:296\$250; 1936, 5.932:690\$650; 1937, 5.421:566\$850; num total de : 30.522:568\$150<sup>707</sup>.

Em Carazinho, o prefeito Hillebrand, após a destituição de Flores da Cunha da interventoria do Estado, precisou se articular com Getúlio Vargas e também com os novos interventores do estado, para continuar a política de desenvolvimento do município. Nesse sentido, conforme relatório apresentado por Hillebrand, correspondente ao exercício administrativo de 1936, ao tomarem posse o Executivo e o Legislativo do município, fora constatado que se tratava de um município necessitado de estrutura, pois, como um município novo, ainda não se encontrava funcionando adequadamente e com suas principais necessidades planejadas<sup>708</sup>.

<sup>707</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n.437, ano 8, 16.de dez., de 1937. p. 23.

<sup>708</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 01-04.

O prefeito Hillebrand empenhara-se no sentido de conseguir soluções satisfatórias aos problemas administrativos, traçando programas que viessem a aumentar o saldo orçamentário. Assim, ao finalizar o exercício administrativo de 1936, conseguira o elevado saldo de 259:067\$100 (duzentos e cinquenta e nove contos de réis), cifra auferida pela primeira vez numa administração. Ressaltamos que esse saldo, atingia somente o total de 75:385\$500 (setenta e cinco contos de réis), dinheiro existente em caixa e nos bancos. O restante fazia parte da dívida do Estado para com o município, na importância de 101:900\$000 (cento e um contos de réis), valor esse proveniente da quota de arrecadação do imposto de indústrias e profissões, e mais 81:781\$600 (oitenta e um contos de réis), débito dos proprietários na av. Gal. Flores da Cunha, referente ao calçamento já executado e que ainda não havia sido saldado<sup>709</sup>.

O município de Carazinho, no ano de 1936, atingira a receita de 523:709\$000 (quinhentos e vinte e três contos de réis), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2 – Demonstrativo da receita do município de Carazinho/ 1936

<i>Rendas</i>	<i>Valores (\$)</i>
Impostos	355:599\$600
Industriais	25:012\$200
Patrimoniais	5:918\$000
Aplicações especiais	29:034\$400
Especiais	92:365\$200
Extraordinárias	15:789\$600

Fonte: HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 1 - 4

Informava ainda o documento, que havia à disposição da administração municipal uma receita do exercício anterior de um total de 149:671\$700 (cento e quarenta e nove contos de réis), o que soma, com o exercício de 1936, um total de recursos de 673:390\$700 (seiscentos e setenta e três contos de réis).

As despesas referentes ao exercício de 1936 foram num total de 598:005\$200 (quinhentos e noventa e oito contos de réis), restando um saldo positivo de 75:385\$500 (setenta e cinco contos de réis). Segundo o relatório, ocorrera pela primeira vez na administração municipal um *superávit*, pois as receitas tinham superado as despesas tendo em

<sup>709</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 01-04

vista já haver saldo positivo no exercício anterior. Por outro lado, a despesa excedera a receita, se for observado apenas o exercício de 1936 sem usar o saldo já existente e proveniente do exercício anterior. Devia-se tal fato à grande despesa efetuada pela Diretoria de Obras e Viação com a conservação das estradas, em consequência de chuvas que haviam assolado o município no ano anterior a 1936, e também à colocação de calçamento na av. Gal. Flores da Cunha, ex-rua do Comércio, totalizando cerca de 3.000m<sup>2</sup>.

Os itens listados a seguir excederam o orçamento no período de 1936:

Tabela 3 – Valores excedentes à receita/1936

<i>Descrição</i>	<i>Valores (\$)</i>
Gabinete do prefeito	2:400\$000
Secretaria e expediente	7:237\$000
Serviço da fazenda	2:965\$200
Serviço de obras e viação	38:187\$600
Instrução pública	2:400\$000
Colocação de calçamento	56:488\$000

Fonte: HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 1 - 4

Acrescentando-se ao saldo de 75:385\$500 (setenta e cinco contos de réis) a importância de 101:900\$000 (cento e um contos de réis) devida pelo Estado da parte correspondente ao imposto de indústrias e profissões e o débito dos proprietários na av. Gal. Flores da Cunha de calçamento executado, no total de 81:781\$600 (oitenta e um contos de réis), atingia-se o montante de 259:067\$100 (duzentos e cinquenta e nove contos de réis). Muito embora tivessem sido feitas máximas contenções de despesas, dizia o relatório que não fora possível evitar o *déficit* do orçamento de 1936, o qual não teria sido registrado se o Estado devolvesse ao Município a parte devida do imposto de indústrias e profissões.

O relatório de Hillebrand revelava que, com o saldo ainda existente e a receita pendente do Estado, podia ser dado início à construção do novo edifício da prefeitura municipal e concluí-lo com recursos exclusivos, provenientes do orçamento, sem lesar os serviços prestados à comunidade, que eram de responsabilidade da administração de 1936. Outrossim, a administração pública do município de Carazinho preocupava-se com as questões sobre a dívida pública, instrução, criação de escolas municipais, classificação das escolas municipais, vencimento dos professores, colégios particulares, regulamento da instrução pública, programa da instrução pública, organização interna e externa das escolas,

feriados nacionais, escrita da escola, boletins bimensais, exames anuais, subinspetorias escolares, campo experimental, labores femininos, grupos escolares, colégio elementar e abono aos funcionários do município, novo edifício para prefeitura municipal, estação ferroviária, Câmara Municipal, lei orçamentária<sup>710</sup>, hospital de caridade, cemitério público, situação econômica<sup>711</sup>, balneário “Íris”, iluminação pública e contrato para aquisição de energia elétrica<sup>712</sup>.

O município encontrava-se na fase inicial de infra-estrutura, conforme os dados do relatório de Hillebrand. Carazinho estava se dinamizando e se estruturando como município e a administração pública contribuía para que o crescimento do município acontecesse. Nesse sentido, Hillebrand descreveu a situação financeira da administração e pediu à Câmara de Vereadores de Carazinho que ponderasse sobre a possibilidade de dispor da verba de 150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis) para a construção do edifício da prefeitura. A Câmara autorizou o emprego da verba, com o que o prefeito Hillebrand, em 8 de janeiro de 1937, tornou público edital de concorrência para o fornecimento de material destinado à construção. O projeto saiu das páginas ideadas de Canuto de Souza e tornou-se uma realidade em Carazinho, já que assim se referiu o *Jornal da Serra*:

[...] **nada! Absolutamente nada!** Não se construiu nenhuma ponte de vulto das muitas de que necessitamos, não foi construído nenhum palmo de estrada nova dentro de condições técnicas, apenas reparos nas antigas estradas, que as primeiras chuvas do inverno logo desfazem, [...] o calçamento continuou a passo de cágado e o edifício para prefeitura foi iniciado sem concorrência pública [...].<sup>713</sup> (grifos nosso).

Caso fosse real o cenário descrito por Canuto de Souza, como explicar os seguintes dados de desenvolvimento predial em Carazinho desde a sua emancipação: 1931 – 848

<sup>710</sup> Mencionada no relatório como “Lei de Meios”, que estava conforme estatui a Lei Orgânica do Município e refere-se às receitas e despesas do mesmo. HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 23.

<sup>711</sup> Fatores que fundamentam a economia do município de Carazinho, referentes à delimitação econômica dos diversos setores e de suas respectivas atividades, isoladas e independentes, tais como indústria da madeira, pecuária, suinocultura e agricultura. *Ibidem.*, 1937, p. 64 - 68.

<sup>712</sup> *Ibid.*, p. 08 - 49.

<sup>713</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 467, ano VIII, 14 jul., 1938. p. 4.



prédios; 1932 – 902 prédios; 1933 – 934 prédios; 1934 – 950 prédios; 1935 – 976 prédios; 1936 – 1.104 prédios; 1937 – 1.127 prédios<sup>714</sup>?

O crescimento de prédios no município de Carazinho trouxera um aumento na cobrança de impostos prediais, aumentando as receitas administrativas. Outro dado relevante do município de Carazinho, no período de 1936, é que era o maior centro exportador de madeira, farinha de mandioca e, possivelmente, de banha e couro suíno do estado<sup>715</sup>.

Hillebrand, em 1938, enviou um relatório para o secretário do Interior, Miguel Tostes, no qual descrevia a situação do município. O relatório atendia à solicitação do então secretário e abordava os principais trabalhos executados pela sua administração durante os seis primeiros meses de 1938. Em relação ao novo prédio da prefeitura municipal, relatava a deficiência de instalação, já que a mesma funcionava num prédio de madeira alugado, que, pelas suas péssimas condições de habitabilidade, tornava-se incompatível com as funções administrativas. Após a elaboração da planta pelas seções de Obras e Viação do município, fora pedido o necessário crédito à então Câmara de Vereadores, que forneceu o saldo orçamentário. A lei foi registrada no Tribunal de Contas, regularizando o propósito da administração, que procedeu à concorrência pública.

A construção fora iniciada em meados do ano de 1936 e concluída no mês de junho de 1938. Tratava-se de um edifício com trinta e cinco dependências, cercado por passeios de mosaico nos quatro lados, revestido de mica e devidamente mobiliado, tendo na parte posterior do terreno um grande depósito de materiais diversos, cercado de muro de alvenaria. Este exigira o dispêndio de 253:968\$200 (duzentos e cinquenta e três contos de réis), importância que, conforme o relatório, fora fornecida pelo saldo orçamentário de 1937, acrescida de parte do primeiro semestre de 1938<sup>716</sup>.

Dessa forma, a prefeitura construíra o seu novo prédio sem recorrer a aumento de impostos ou a operações de crédito, utilizando tão-somente os seus próprios recursos, não

---

<sup>714</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 08 - 49.

<sup>715</sup> Ibid. p. 06 - 69.

<sup>716</sup> Ibid.

prejudicando a atividade de qualquer departamento municipal. A inauguração do novo prédio, a pedido da administração, foi presidida pelo interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias, que assumira após a morte de Daltro Filho. Na mesma ocasião foram inaugurados o novo Colégio Elementar e o Frigorífico Nacional Sul-Brasileira, edificação que custou cerca de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis).

O desenvolvimento comercial de Carazinho acentuou-se nos primeiros seis meses de 1938, quando a exportação do primeiro semestre superou a de igual período em 1937. Assim, Hillebrand entendia ser esse fato um promissor encorajamento a todos os setores da atividade comercial do município.

Conforme Douglass North, o desenvolvimento de um artigo de exportação reflete uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo custos de transferência. Os custos de transferência de distribuição servem para limitar a extensão do mercado exportador<sup>717</sup>. Do ponto de vista da região, a demanda pelo artigo de exportação é um fator exógeno, mas tanto o processamento como os custos de transferência não o são. Historicamente, as regiões novas procuram reduzir esses custos, num esforço combinado para promover o seu bem-estar econômico. À medida que as regiões crescem em torno de uma base de exportação, desenvolvem-se as economias externas, o que melhora a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. Assim, até que se desenvolva renda suficiente para suprir uma parte substancial de seu próprio capital de investimento, uma região tem de contar com fontes externas<sup>718</sup>.

A sensibilidade da região às flutuações depende das elasticidades-renda dos produtos primários de exportação. O caráter da força de trabalho é fundamentalmente influenciado pelas indústrias de exportação. Os tipos de especialização exigidas, a periodicidade e estabilidade do emprego e as condições de trabalho moldarão as atitudes sociais da força de trabalho<sup>719</sup>.

---

<sup>717</sup> NORTH, DOUGLASS C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 291-313.

<sup>718</sup> Ibid.

<sup>719</sup> Ibid.

Em dezembro de 1939 o *Jornal da Serra* noticiou os algarismos significativos que comprovam o desenvolvimento de Carazinho. Salientava que o antigo 4º distrito de Passo Fundo se transformara numa nova cidade, com ares de uma pequena grande cidade. Os hotéis, residências, colégios, edifícios públicos, estação haviam acompanhado as transformações impostas pelo progresso. O jornal fazia uma comparação da arrecadação das diversas taxas referentes aos anos de 1938 a 1939, meses de janeiro a novembro:

Tabela 4 – Representativa da arrecadação de taxas 1938/1939

<i>Taxas</i>	1938	1939
Imposto de consumo	297:615\$100	325:443\$100
Imposto de Renda	159:098\$900	657:768\$900
Imposto s/atos emanados do governo	153:300\$400	131:779\$900
<b>Da União</b>		
Diversas rendas	17:095\$000	24:115\$000
Rendas extraordinárias	10:117\$000	86:791\$010

Fonte: JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

O *Jornal da Serra* procurava demonstrar aos seus leitores que, no período de um ano incompleto, a arrecadação do exercício em curso superara a de igual período do ano anterior em 587:777\$600 (quinhentos e oitenta e sete contos de réis)<sup>720</sup>. Ressaltava, ainda, que em 1938 a Coletoria Federal de Carazinho tivera uma renda de 196:169\$663 (cento e noventa e seis contos de réis); já, no mesmo ano, em 11 meses, excedera a 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis)<sup>721</sup>. Igualmente, chamava a atenção para o crescimento da renda estadual no município por meio de uma comparação que abrangia o período de 1935 a 1938:

Tabela 5 – Demonstrativo do crescimento da renda estadual no município 1935/1938

1935	770:229\$600 (setecentos contos de réis)
1936	1.098:359\$900 (mil contos de réis)
1937	1.470:454\$000 (mil contos de réis)
1938	1.919:142\$100 (mil contos de réis)
1938 (11 meses)	1.983:414\$100 (mil contos de réis)

Fonte: JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

Conforme o *Jornal da Serra*, a Coletoria Estadual de Carazinho arrecadara em 1938 a quantia de 429:385\$726 (quatrocentos e vinte e nove contos de réis) e as rubricas que mais haviam rendido eram: imposto de exportação - 90:648\$400 (noventa contos de réis), imposto

<sup>720</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>721</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

sobre rendas e consignações - 799:728\$900 (setecentos e noventa e nove contos de réis), indústrias e profissões - 359:440\$500 (trezentos e cinquenta e nove contos de réis), imposto territorial - 131:433\$500 (cento e trinta e um contos de réis), imposto do selo - 153:306\$600 (cento e cinquenta e três contos de réis), transmissão “inter-vivos” e “causa mortis” - 144:153\$500 (cento e quarenta e quatro contos de réis) e 31:307\$300 (trinta e um contos de réis), taxa de policiamento - 39:915\$600 (trinta e nove contos de réis), taxa de higiene e assistência pública - 33:959\$800 (trinta e três contos de réis), dívida ativa - 100:253\$900 (cem contos de réis) e eventuais - 38:083\$300 (trinta e oito contos de réis)<sup>722</sup>.

De acordo com dados relatados pelo ‘Jornal da Serra’<sup>723</sup>, a arrecadação no ex-quarto distrito de Passo Fundo no ano de 1930 foi: receita 161:224\$651 e a despesa, de 20:870\$695; em 1931 Carazinho arrecadou uma receita de: 239:824\$525 e a despesa foi de 22:681\$839; em 1932, a receita totalizou 167:052\$712 e a despesa, 27:083\$000; já no exercício de 1933 a receita foi 217:162\$100 e a despesa respectiva de 27:842\$600, e em 1934 a receita, nos 11 primeiros meses, foi de 215:950\$200, e a despesa, 22:215\$600. Conforme podemos observar, a renda líquida nos quatro anos após a emancipação atingiu a cifra de 740:029\$498, valores que demonstram o desenvolvimento e crescimento do município. Salientamos que a diferença entre a receita e despesa era remetida a Delegacia Fiscal, ou seja, a arrecadação era para a Exatoria do Estado ou Tesouro do Estado.

O jornal apresentou os dados referentes à arrecadação do município, dando conhecimento à opinião pública de que, em 1935, a receita fora orçada em 448:500\$000 (quatrocentos e quarenta e oito contos de réis) e a arrecadação elevava-se a 566:405\$900 (quinhentos e sessenta e seis contos de réis). Já, para o exercício de 1936, o orçamento fora calculado em 549:800\$000 (quinhentos e quarenta e nove contos de réis) e a receita fora apenas de 523:917\$000 (quinhentos e vinte e três contos de réis). Ressaltava o editorial que “esta diminuição é aparente, pois havia sido o imposto de indústrias e profissões arrecadado pelo Estado, nessa arrecadação não está ele computado, senão pequena parte”<sup>724</sup>.

<sup>722</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>723</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 258, ano V, 11 dez., 1934. p. 3.

<sup>724</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

Quanto ao orçamento municipal para 1937, ficara em 600:000\$000 (seiscentos contos de réis), elevando-se a arrecadação para 877:671\$000 (oitocentos e setenta e sete contos de réis). Em 1938, a previsão orçamentária era de 735:000\$000 (setecentos e trinta e cinco contos de réis) e a recolhida ao Tesouro municipal, de 799:088\$300 (setecentos e noventa e nove contos de réis)<sup>725</sup>.

Salientava que para o ano de 1938 previa-se a receita de 735:000\$000 (setecentos e trinta e cinco contos de réis) e, até 30 de novembro, ao término da arrecadação, o prognóstico era de 888:741\$200 (oitocentos e oitenta e oito contos de réis). Esses algarismos “atestam de maneira clara o aumento das rendas municipais [...]”<sup>726</sup>.

O periódico trazia uma retrospectiva de março a dezembro de 1931, destacando o primeiro ano de vida autônoma do município, com uma arrecadação de 420:000\$000 (quatrocentos e vinte contos de réis), e enfatizava que, de todos os dados estatísticos, os que de maneira mais eloqüente espelhavam o “surto” de progresso de Carazinho eram os referentes à renda da estação, do mês de novembro de 1931, que fora de 658:919\$000 (seiscentos e cinquenta e oito contos de réis), a qual, somada com a dos meses anteriores, elevava-se a 6.307:328\$700 (seis mil contos de réis), em 11 meses, ou seja, 83: 586\$700 (oitenta e três contos de réis), mais do que a arrecadação de 1938, que fora de 6.223:741\$950 (seis mil contos de réis)<sup>727</sup>. Pedia o redator do jornal uma especial atenção dos leitores para a renda da estação no último quinquênio:

Tabela 6 – Renda da estação férrea 1931/1939

1931	3.169:096\$200
1932	2.866:465\$300
1933	3.714:176\$850
1934	3.287:086\$800
1935	4. 706:296\$259
1936	5.932:960\$650
1937	5.998:166\$100
1938	6.223.741\$950
1939	(11 meses: 6.307:328\$700)

Fonte: JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>725</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>726</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>727</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

O jornal concluía sua abordagem sobre o desenvolvimento de Carazinho desta forma: “depois desses algarismos de uma clareza meridiana quaisquer palavras a mais seriam supérfluas. Eles falam alto da capacidade de trabalho do laborioso povo carazinhense e conseqüentemente de seu progresso crescente”<sup>728</sup>.

Em relatório enviado ao secretário do Interior, Miguel Tostes, o prefeito de Carazinho expunha que a situação financeira do município era a melhor possível. O saldo orçamentário à disposição da municipalidade em 30 de junho de 1938 era de 199:516\$300 (cento e noventa e nove contos de réis), dividido da seguinte forma:

[...] em caixa e nos bancos locais – 69:619\$300 - ainda em poder do estado, cerca de 130:000\$00 proveniente da arrecadação do imposto de indústrias e profissões de 1937, saldo de 199:516\$300, sem dívida apreciável, se acha completamente livre de qualquer compromisso ou dívida de todas as espécies<sup>729</sup>.

A arrecadação para o exercício de 1938 excedia o orçamento descrito, pois atingira nos seis meses a importância de 388:269\$500 (trezentos e oitenta e oito contos de réis); desse valor, 292:269\$500 (duzentos e noventa e dois contos de réis) eram do Tesouro municipal e 96:000\$000 (noventa e seis contos de réis), do Estado, cerca de três quartos do orçamento total de 585 contos de réis<sup>730</sup>.

Com base nesses dados inferimos que Hillebrand realizou uma administração direcionada ao desenvolvimento de Carazinho. Nesse sentido, ele estava articulado politicamente com Getúlio Vargas, ou com seus aliados em âmbito regional e local, obtendo privilégios do chefe maior da nação. Lembramos que Flores da Cunha não se encontrava mais no governo, o que levou Hillebrand buscar o apoio político na situação.

Hillebrand, em seu relatório de 1938, descrevia que todas as estradas do interior do município tinham sido devidamente conservadas e demonstrava os gastos em reparos diversos: nas estradas do 1º distrito - 22.000\$000; nas estradas do 2º distrito - 29.500\$000; nas estradas do 3º distrito - 5.386\$100; nas estradas do 4º distrito - 2.312\$200; nas estradas do

<sup>728</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez., 1939. p. 19.

<sup>729</sup> HILLEBRAND, Albino. *Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937*. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937. p. 06 - 69.

<sup>730</sup> Ibid.

5º distrito - 6.092\$000; nas estradas do 6º distrito - 11.813\$000; nas estradas do 7º distrito - 27.354\$400, perfazendo um total de 109.385\$700 (cento e nove contos de réis)<sup>731</sup>.

Reinterava o prefeito que a importância comumente investida pela Prefeitura no reparo das estradas do interior do município diminuiria consideravelmente. Descrevia as obras referentes ao calçamento da principal artéria da cidade, interrompidas nos três primeiros meses do ano de 1938 pela falta de pedra britada, toda empregada nas construções particulares, cujo número fora considerável. Porém, ressaltava o relatório que as obras se encontravam em franco desenvolvimento, mesmo porque a britadeira municipal, única existente, havia sofrido diversas reformas, com conseqüente aumento da produção. Conforme o relatório, encontrava-se em elaboração o projeto de construção de uma grande ponte sobre o rio Turvo, na divisa do município de Carazinho com o de Passo Fundo, que ligaria diversos e florescentes núcleos do município com a estação local da viação férrea, escoadouro natural da citada região. A obra, cujo custo total estava orçado em 40:000\$000 (quarenta contos de réis), seria executada no segundo semestre do ano de 1938<sup>732</sup>.

O relatório destacava os aspectos referentes à luz pública e particular. Durante o primeiro semestre de 1938, a empresa concessionária dos serviços de iluminação pública e particular iniciara a reforma dos seus serviços no município, tendo se comprometido por contrato a fornecer luz e força necessárias às necessidades do consumo público. Deveria, assim, cessar o fornecimento irregular de energia que até o momento se registrava e era enfatizado por alguns cidadãos do município de Carazinho<sup>733</sup>. Também no mês de maio de 1938 foi assinado o contrato com a Companhia Telefônica Rio-Grandense para exploração do serviço telefônico no município, ligando Carazinho diretamente à capital do estado<sup>734</sup>.

Findo o exercício de 1939, Hillebrand enviou ao interventor Cordeiro de Farias o seguinte fonograma, datado de 7 de fevereiro de 1940:

---

<sup>731</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>732</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>733</sup> Ibid.

<sup>734</sup> Ibid.

[...] exercício 1939 com saldo de 89:166\$100 sem quaisquer compromissos. Excesso arrecadação acusado mesmo período foi 340 contos e excesso despesa cerca de 250:000\$000. Assim, não obstante importantes obras realizadas ano passado que exigiam grandes gastos, situação financeira município permanece ótima, testemunha eloqüente seu crescente desdobramento. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand. Prefeito<sup>735</sup>.

No ano de 1939 o *Jornal da Serra* destacou a inauguração da nova estação ferroviária de Carazinho (12/11/1939)<sup>736</sup>. Na mesma nota ressaltou a importância do acontecimento no sentido de que o retorno viria com o desenvolvimento do município, diante das facilidades trazidas pelas máquinas modernas que chegavam para transportar pessoas e cargas. Ao descrever o espaço físico da ferroviária, o jornal salientou:

Amplo, espaçoso e confortável de linhas elegantes e harmoniosas, o prédio que amanhã se inaugura representa uma antiga aspiração da cidade exigida pelo seu contínuo e fecundo progresso “Jornal da Serra” que contribuiu, colabora com uma pequena parcela para a consecução deste notável melhoramento se congratula com a população de Carazinho e com a direção da VFRGS. Certo de que o acontecimento de amanhã será o marco inicial de uma vida nova para a cidade<sup>737</sup>.

Em 1941 foi comunicado ao interventor, por meio de um fonograma, datado de 24 de janeiro, o encerramento do exercício financeiro de 1940, nos seguintes termos: “[...] saldo isento dívidas qualquer espécie, 161:403\$800 sendo 82:082\$400 em caixa arrecadação imposto indústria e profissão. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand - Prefeito”<sup>738</sup>. Em 1º de fevereiro de 1943, ele participou o término do exercício financeiro de 1942:

[...] acusando arrecadação de Cr\$ 1.374.388,50, sobre orçada de Cr\$ 1.303.150,00, registrando-se superávit Cr\$ 371.188,50. Saldo em caixa fim exercício foi Cr\$ 319.492,10, não estando incluída, quantia Cr\$ 180.000,00, pagamento primeira prestação encampação acervo empresa energia elétrica concessionária fornecimento luz esta cidade. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand, prefeito<sup>739</sup>.

<sup>735</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 135. 7, fev., 1940.

<sup>736</sup> “Inauguração da Nova Estação. Convite. A Associação Comercial de Carazinho tem o prazer de convidar a população de Carazinho, bem como a todos os seus associados para comparecerem amanhã, as 17 horas, na gare da Viação Férrea, afim de assistirem a inauguração da nova estação, que será feita pelo Otacílio Pereira, ilustre diretor da Viação Férrea, que, naquela hora, aqui chegará em trem especial, acompanhado de altos funcionários da Via Férrea. Pede-se o comparecimento do maior número possível para o máximo brilhantismo da solenidade”. Carazinho, 11 de novembro de 1939. JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 576, ano IX, de 11 de nov., de 1939. p. 1.

<sup>737</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 576, ano IX, de 11 de nov., de 1939. p. 1.

<sup>738</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 143. 24, jan., 1941.

<sup>739</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 154. 1º, fev., 1943.



O prefeito Hillebrand sempre procurou manter o governo estadual informado sobre os exercícios financeiros referentes à sua gestão, demonstrando a forma como geria o orçamento público. Em telegrama enviado a Ernesto Dorneles, então interventor estadual em 1944, descreveu as receitas auferidas e as despesas efetuadas:

Tenho grata satisfação comunicar V.Exa. que receita arrecadada ano findo foi de Cr\$ 1.979.480,20 inclusive saldo anterior despesa efetuada de Cr\$ 1.672.070,00 resultando assim superávit disponível de Cr\$ 307.410,20 que passou para exercício 1944. Comunico, outrossim, não existir nenhum compromisso atender tendo ainda esta municipalidade durante 1943 pago Cr\$ 100.000,00 e amortizado Cr\$ 200.000,00 por adiantamento na encampação da empresa energia elétrica Alto Jacuí Limitada. Respeitosas saudações. Albino Hillebrand, prefeito<sup>740</sup>.

O município de Carazinho encontrava-se, de acordo com o *Noticioso*, em excelente situação econômica e financeira em 1944. Francisco Juruena, da Diretoria das Prefeituras Municipais, apreciou a proposta orçamentária do município, que orçou a receita e fixou a despesa em Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros) para o exercício de 1945. Descreveu em seu relatório, enviado ao governo do estado, que, teoricamente, poderia a receita ser estimada em Cr\$ 1.840.388,95 (um milhão oitocentos e quarenta mil trezentos e oitenta e oito cruzeiros e noventa e cinco centavos), segundo índice técnico legal<sup>741</sup>. Quanto à situação financeira, o jornal assim noticiou:

Nesse particular, há a registrar, compatriótica satisfação que a única dívida do município que existe no encerramento do ano de 1943 é proveniente de encampação da usina será liquidada ainda no exercício vigente, nada mais restando no passivo permanente, foi pois o orçamento atual consigna dotação de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), e no processo n. 4.424-16.45.1944, o prefeito solicitou um crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para o serviço de dívidas, cuja tramitação de nota que se encontra no egrégio conselho administrativo, para os efeitos de apropriação<sup>742</sup>.

Estava, pois, apto o município a vangloriar-se de sua excelente situação financeira e econômica, além das perspectivas favoráveis para o ano de 1945, pois a proposta *sub judice* dava idéia exata de inexistência de compromissos passivos, com verbas elevadas para os serviços de utilidade pública, o que era o ideal para a política administrativa de Carazinho.<sup>743</sup>

<sup>740</sup> DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 157. 29, jan., 1944.

<sup>741</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

<sup>742</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

<sup>743</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

Também havia sido aprovada a lei orçamentária da prefeitura de Carazinho para o exercício de 1945. No uso de suas atribuições legais, o Conselho Administrativo do estado havia aprovado, nos termos do relator e com as ressalvas por ele feitas, o projeto de decreto-lei da prefeitura de Carazinho que orçava a receita e fixava a despesa para o exercício de 1945, na importância de Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros). Verificamos, dessa maneira, um aumento de Cr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) em confronto com o orçamento vigente, segundo notícia divulgada pelo *Noticioso*, para apontar o crescimento do município<sup>744</sup>. Podemos inferir pelo descrito nessa matéria que, em virtude do aumento do orçamento no município, ocorreria o desenvolvimento administrativo e financeiro de Carazinho.

### **3.1.3 Especialização: análise do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul, Carazinho e Passo Fundo com base no censo de 1940**

A especialização, em sentido amplo, é um indício importante do potencial de uma região. Supondo que os agentes econômicos são racionais, a alocação social e economicamente consolidada de recursos pode ser entendida como o resultado da identificação, por parte dos agentes econômicos regionais, de nichos economicamente competitivos. Dessa forma, ela representa um fator significativo da presença de vantagens regionais, diante da disponibilidade relativa de recursos e fatores, além da emergência de economias de aglomeração<sup>745</sup>.

Em sentido restrito, o ponto de partida para o cálculo das medidas de especialização é a organização das informações numa matriz que leva em conta a distribuição setorial-espacial de uma variável-base<sup>746</sup>. Se considerarmos as atividades e a percentagem das pessoas

---

<sup>744</sup> NOTICIOSO, Carazinho, n.108, ano III, 22 nov. 1944. p. 01.

<sup>745</sup> PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?* Porto Alegre: FEE, 2004. p. 19. (Documentos FEE, n. 59).

<sup>746</sup> HADDAD, Paulo Roberto. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho; BOISER, Sérgio. *Economia Regional: teorias e métodos de análise*. Banco do Nordeste. 1989. p. 225-226. [S.l].

ocupadas num determinado tempo, conforme a Tabela 7, o índice de especialização refletirá a predominância das pessoas que se ocupavam das atividades relacionadas.

O Censo de 1940 apresentou os dados do Rio Grande do Sul no que se referia ao tipo de atividade exercida pelas pessoas, por ramos, nos setores agropecuário, silvícola e industrial, bem como particularizou os municípios da época, dentre os quais salientamos Passo Fundo e Carazinho, numa análise comparativa da especialização.

No ano de 1940 a distribuição das pessoas ocupadas por ramos de atividades no Rio Grande do Sul dava-se pela seguinte forma:

Tabela 7 – Pessoas ocupadas por ramos de atividades, no Rio Grande do Sul/1940

ATIVIDADES	PESSOAS OCUPADAS	%
<b>TOTAL</b>	<b>3.484.290</b>	<b>100,00%</b>
<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA</b>	<b>756.392</b>	<b>21,71%</b>
<b>INDÚSTRIAS</b>	<b>114.129</b>	<b>3,28%</b>
Indústrias extrativas	10.779	0,31%
Indústrias de transformação	103.350	2,97%
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1.249.820</b>	<b>35,87%</b>
Comércio de mercadorias	65.742	1,89%
Comércio de imóveis, etc.	4.749	0,14%
Transportes e comunicações	41.714	1,20%
Administração pública, etc.	26.095	0,75%
Defesa nacional, segurança pública	28.621	0,82%
Profissões liberais, etc.	11.593	0,33%
Serviços, atividades sociais	64.954	1,86%
Atividades domésticas, atividades escolares	1.006.352	28,88%

Fonte: IBGE, 1950a.

Conforme Tabela 7, a maior parte das pessoas ocupadas estava distribuída entre o setor da agropecuária e dos serviços. Aproximadamente 36% estavam ocupadas nos setores dos serviços, sendo as atividades domésticas, escolares, as atividades sociais e o comércio de mercadorias as que mais ocupavam; em seguida, vinha a agropecuária, com quase 22% de ocupação.

Já, a população total do estado e dos municípios de Carazinho e Passo Fundo pode ser visualizada na Tabela 8.

Tabela 8 – População por situação do domicílio, de Carazinho, Passo Fundo e RS/1940

MUNICÍPIO E UF	TOTAL	URBANO		RURAL	
		População	%	População	%
Carazinho	50.866	10.501	20,64%	40.365	79,36%
Passo Fundo	80.138	20.584	25,69%	59.554	74,31%
RS	3.320.689	1.034.486	31,15%	2.286.203	68,85%

Fonte: IBGE (1950a).

Tanto nos municípios em análise como no estado, a maior parte da população residia no meio rural, em 1940, conforme apresenta Tabela 8. Com uma população superior de 80.138, Passo Fundo apresentava a maior parte das pessoas no meio rural (74,31%), mas, comparativamente com Carazinho, tinha mais pessoas residindo no meio urbano (25,69%). Carazinho contava com 50.866 pessoas, das quais 79,36% estavam no meio rural e 20,64% , no meio urbano. Sendo a população rural superior em ambos os municípios, questiona-se: como era a distribuição fundiária nesses municípios? Era constituída por pequenos estabelecimentos? A Tabela 9 responde a esse questionamento.

Tabela 9 – Número de estabelecimentos por grupo de área total, em ha, em Carazinho e Passo Fundo/1940

Municípios	TOTAL	menos de 5	de 5 a 10	de 10 a 20	de 20 a 50	de 50 a 100	de 100 e mais
Carazinho	4.163	113	346	892	2.020	523	269
Passo Fundo	5.019	160	447	994	2.141	707	570
<i>% dos estabelecimentos</i>							
Carazinho	100,00%	2,71%	8,31%	21,43%	48,52%	12,56%	6,46%
Passo Fundo	100,00%	3,19%	8,91%	19,80%	42,66%	14,09%	11,36%

Fonte: IBGE (1950b).

Conforme Tabela 9 a maior parte dos estabelecimentos estava no grupo de com menos de 50 ha; cerca de 80,98% dos estabelecimentos de Carazinho tinham menos de 50 ha, ao passo que em Passo Fundo esse número era de 74,56%. Assim, o município que apresentava maior percentual de estabelecimentos no grupo com maior área total era Passo Fundo, onde 25,44% dos estabelecimentos tinham mais de 50 ha, enquanto em Carazinho 19,02% se enquadravam nesse grupo.

Em se tratando da distribuição da população ocupada entre os setores urbanos e rural, verifica-se que nos municípios de Carazinho e Passo Fundo a distribuição era relativamente similar à estadual, sendo Passo Fundo o mais semelhante com o estado, conforme apresenta Tabela 10.

Passo Fundo possuía um total de 75.292 pessoas ocupadas, ao passo que em Carazinho eram 49.992. Ambos os municípios tinham no setor de serviços a maior parte das pessoas ocupadas. Da mesma forma que no estado, as atividades domésticas, escolares, comércio de mercadorias e atividades, eram as mais representativas na agregação de pessoas. No caso de Passo Fundo, as atividades de transporte e comunicações e defesa nacional também se destacavam, porém, em Carazinho essas duas atividades eram bem mais representativas.

Tabela 10 – Pessoas ocupadas por ramos de atividades, em Carazinho e Passo Fundo/1940

ATIVIDADES	CARAZINHO		PASSO FUNDO	
	Pessoas ocupadas	%	Pessoas ocupadas	%
<b>TOTAL</b>	<b>49.992</b>	<b>100,00%</b>	<b>75.292</b>	<b>100,00%</b>
<b>AGRIC., PECUÁRIA, SILVIC.</b>	<b>13.772</b>	<b>27,55%</b>	<b>15.782</b>	<b>20,96%</b>
<b>INDÚSTRIAS</b>	<b>2.033</b>	<b>4,07%</b>	<b>2.604</b>	<b>3,46%</b>
Indústrias extrativas	43	0,09%	156	0,21%
Indústrias de transformação	1.990	3,98%	2.448	3,25%
<b>SERVIÇOS</b>	<b>16.077</b>	<b>32,16%</b>	<b>27.151</b>	<b>36,06%</b>
Comércio de mercadorias	797	1,59%	1.144	1,52%
Comércio de imóveis, etc.	56	0,11%	87	0,12%
Transportes e comunicações	377	0,75%	1.038	1,38%
Administração pública, etc.	207	0,41%	429	0,57%
Defesa nacional, segurança pública	41	0,08%	869	1,15%
Profissões liberais, etc.	154	0,31%	272	0,36%
Serviços, atividades sociais	702	1,40%	1.141	1,52%
Ativ. domésticas, atividades escolares	13.743	27,49%	22.171	29,45%

Fonte: IBGE, 1950a.

Por sua vez, o setor industrial tinha em Carazinho o maior percentual, contudo Passo Fundo era superior em valores absolutos. A indústria de transformação tinha o maior percentual na agregação de pessoas em ambos os municípios, mas Carazinho detinha a maior parcela relativa no setor agropecuário.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto, PIB, setorial, de Carazinho, Passo Fundo e RS/1939

SETORES	CARAZINHO		PASSO FUNDO		RS	
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
PIB Total	52.900,82	100,00%	63.190,63	100,00%	3.536.073,17	100,00%
PIB - Agropecuária	32.128,98	60,73%	23.185,82	36,69%	1.566.819,18	44,31%
PIB – Indústria	9.119,20	17,24%	13.568,34	21,47%	700.866,92	19,82%
PIB – Serviços	11.652,64	22,03%	26.436,47	41,84%	1.268.387,06	35,87%

Fonte: IPEADATA (2007)

Quando se analisa o produto interno bruto municipal, ou seja, o volume de riquezas produzidas no ano de 1939, verifica-se que havia em Carazinho uma participação maior do setor agropecuário no PIB total (60,73%) se comparado com Passo Fundo (36,69%) e o Rio Grande do Sul (44,31%). No setor de serviços, Passo Fundo possuía quase o dobro de participação que Carazinho: 41,84% naquele, contra 22,03% deste. Esses dados parecem apontar Passo Fundo como um maior centro de serviços se comparado com Carazinho. Quanto ao setor industrial, a participação no total municipal de ambos os municípios não era tão discrepante.

A representatividade desses setores na distribuição setorial das pessoas ocupadas refletia-se nas especializações municipais, conforme Tabela 12. Ressalta-se que as especializações são definidas a partir do quociente locacional (QL), um dos indicadores mais difundidos pela literatura, e mostra, pela comparação com uma região de referência, no nosso caso com o estado do Rio Grande do Sul, a representatividade de cada setor em cada um dos municípios. O QL sempre será positivo se igual ou maior que zero e quando for superior à unidade, indicará que tal atividade é mais especializada (uma potencialidade) no município em comparação com o estado<sup>747</sup>.

Tabela 12 – Quocientes locacionais, por atividade, de Carazinho e Passo Fundo/1940

ATIVIDADES	CARAZINHO	PASSO FUNDO
<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA</b>	<b>1,27</b>	<b>0,97</b>
<b>INDÚSTRIAS</b>	<b>1,24</b>	<b>1,06</b>
Indústrias extrativas	0,28	0,67
Indústrias de transformação	<b>1,34</b>	<b>1,10</b>
<b>SERVIÇOS</b>	<b>0,90</b>	<b>1,01</b>
Comércio de mercadorias	0,84	0,81
Comércio de imóveis, etc.	0,82	0,85
Transportes e comunicações	0,63	<b>1,15</b>
Administração pública, etc.	0,55	0,76
Defesa nacional, segurança pública	0,10	<b>1,41</b>
Profissões liberais, etc.	0,93	<b>1,09</b>
Serviços, atividades sociais	0,75	0,81
Atividades domésticas, atividades escolares	0,95	<b>1,02</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de IBGE (1950a).

<sup>747</sup> Para maiores detalhes sobre a forma de cálculo do QL ver PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?* Porto Alegre: FEE, 2004. 140 p. (Documentos FEE, n. 59).

Conforme dados demonstrados na Tabela 12 Carazinho possuía especializações nos setores da agropecuária e indústria; neste último eram as indústrias de transformação as que mais se destacavam. Passo Fundo possuía o setor industrial e, em especial, as indústrias de transformação como representativas no rol de suas especializações, porém, diferentemente que Carazinho, tinha um setor de serviços em destaque, com várias atividades especializadas. Os destaques desse setor eram o setor de transporte e comunicação, defesa nacional e segurança pública, profissões liberais e as atividades domésticas e escolares. Essas informações apontam para a caracterização de Passo Fundo como um centro de serviços na região, comprovando os dados da Tabela 11. Entretanto, o setor da agropecuária não se apresentava como especializado nesse município.

### **3.2 As decisões políticas e o alcance social nos municípios de Passo Fundo e Carazinho**

Até 1930 o poder político esteve nas mãos das classes agrárias, cujo domínio era total e ascendente, passando dos órgãos municipais aos do Estado e deste, ao plano federal. Após 1930 constatamos uma modificação do domínio linear agrário. Embora as classes agrárias continuassem preponderantes, dividiram-se e subdividiram-se, acarretando um enfraquecimento, diante da expressão com que surgiam o proletariado e a classe média, disputando o poder e organizando partidos, por mais que o enfraquecimento do poder agrário seja creditado, também, às disputas e divisões internas. Nesse cenário, a burguesia continuou subordinada à oligarquia rural<sup>748</sup>.

Com a reformulação da ordem constitucional oriunda da Revolução de 1930 e a configuração de um quadro legal, Getúlio Vargas impôs “naturalmente” sua liderança pessoal diante dos graves conflitos que opunham as oligarquias estaduais aos “tenentes” e à competição entre os diversos atores que se projetavam no cenário político nacional<sup>749</sup>.

---

<sup>748</sup> CARONE, Edgard. *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 143.

<sup>749</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 17.

Ao chegar ao governo, em 1930, Vargas encontrou um vazio de poder aberto pela crise oligárquica e incentivou a transformação dos militares em atores políticos, transformando-os em interventores e, como tal, em pilares de sustentação, como um contrapeso às forças oligárquicas. Essa fase durou ao longo do Estado Novo (1937-1945), quando havia uma total coincidência de interesses entre o presidente e as corporações militares.<sup>750</sup>

O Planalto Médio, no período recortado para análise, contou com dois representantes em nível estadual: Joaquim Maurício Cardoso e Nicolau de Araújo Vergueiro. O primeiro ator, natural de Soledade, destacou-se por ter desempenhado diferentes papéis no cenário político, tendo sido constituinte federal e estadual e interventor interino no Rio Grande do Sul de 19/01 até 04/03 de 1938, mas, acima de tudo pelo seu carisma e influência, lhe rendendo um enorme reduto eleitoral em Passo Fundo e Carazinho. Tradicionalmente, pertenceu ao PRR, fazendo também parte da FUG entre 1934 e 1937. (ANEXOS B e D).

A trajetória de influência de Maurício Cardoso pode ser comprovada em muitas passagens selecionadas no decorrer da pesquisa, mas escolhemos um texto oficial, em forma de ofício, para demonstrar nossa afirmativa:

Candelária

Exmo. Sr. Dr. Maurício Cardoso

DD. Secretário do Interior

**Na palestra que tive a honra de manter com v.ex., anteontem, indiquei a v.ex. o nome do Dr. Alberto Velho de Souza para o cargo de prefeito de Carazinho.**

Acontece, porém que esse senhor não aceita esse cargo, conforme telegrama que ontem de lá recebi, nisto que pretende, breve, seguir para o Rio.

Nestas condições, de acordo com o mesmo telegrama levo ao conhecimento v.ex. que, uma vez resolvida a substituição do atual prefeito, coubesse aos antigos companheiros da extinta Frente Única a designação de um candidato, nosso companheiro. **Dali é que resolvemos indicar o nome do cel. Alberto Graeff para prefeito de Carazinho.** É o que me cumpre levar ao conhecimento de v.ex. para evitar dúvidas futuras. **Aproveito-me desta oportunidade para reinteirar a v. ex. os protestos de minha elevada estima e distintas considerações, subscrevo-me de v.ex. Ao admirador e amigo A. Canuto de Souza. (grifos nosso)**<sup>751</sup>.

Na análise do texto do ofício enviado por Canuto de Souza a Maurício Cardoso, percebemos as relações de poder que existiam na época, quando Canuto, comerciante

<sup>750</sup> CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 58-59.

<sup>751</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.



atacadista, hoteleiro, jornalista e notário, tendo passado por diversas agremiações partidárias (PRL-1930; PRR-1935; UDN-1945), além de ser o diretor proprietário do Jornal da Serra e presidente efetivo do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937, usava de seu prestígio social e econômico para encaminhar pedidos de acordo com os desejos, intenções e conveniências políticas próprias e para o partido ao qual era filiado na época.

Outra característica que não podemos ignorar é a intimidade com que Canuto se despedia, mesmo num documento formal, através das palavras “admirador” e “amigo”, denotando um relacionamento moldado pelo individual, sugerindo que entre ele e Cardoso havia uma relação de cumplicidade política, a serviço de propósitos partidários.

Em outras situações observadas também em documentos oficiais e já transcritas no segundo capítulo deste trabalho, percebemos que Maurício Cardoso interferia nas decisões políticas opinando a favor de quem interessava ao poder, como foi o caso “prefeitoral” e do “coletor federal”.<sup>752</sup> Nesse sentido, percebemos a influência da elite econômica, personificada na pessoa do “advogado Madureira”, para conseguir benefícios políticos para Carazinho, em nome do apoio dado a Getúlio Vargas. Assim nomeavam-se para cargos importantes as pessoas que se comprometiam em defender e manter a ideologia proposta pelo novo modelo de Estado implantado por Vargas. Igualmente, a intimidade constatada nas palavras dirigidas a Maurício Cardoso dão conta de uma estrutura social, econômica e política bem mais profunda, na qual as relações entre os grupos dominantes numa determinada época decidiam quem deveria estar à frente das instituições governamentais, articuladas para manter, contribuir, reproduzir ou transformar uma realidade, mas sempre em consonância com o poder central.

No entanto, o abalo entre as relações de Flores da Cunha e Getúlio Vargas, em 1935, levaria o governador gaúcho a retomar negociações internas e tentar a articulação com a FUG, que aceitou a aproximação, mas sem perder de vista a reaproximação com Vargas. Após, firmou-se o acordo no Rio Grande do Sul do *modus-vivendi*, já focalizado anteriormente e que representava um entendimento partidário no estado, para assegurar a eficiência administrativa. Nesse cenário, líderes como Maurício Cardoso (PRR), intransigentemente contrário à idéia do

---

<sup>752</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

acordo, opuseram-se a Flores e ao poder de pressão da FUG. João Neves da Fontoura, em uma carta a Maurício Cardoso, sintetizava a situação da época:

Acredita que Getúlio trate conosco divididos, agatanhados, enfraquecidos? AH! Isso é que não. Ele nos dará uma pastinha de ministro, uns empregos bons para alguns, e fica por aí. Porque nós, em luta violenta contra Flores, entregamos ao Getúlio apenas mais quatro anos de presidência<sup>753</sup>

O certo é que a assinatura do *modus-vivendi* reforçou ainda mais a projeção nacional da FUG, tornando-a foco das atenções de Getúlio, porque representava a principal força de oposição. Getúlio passou a impedir que o acordo assinado no Rio Grande do Sul se transformasse numa aliança contra o governo federal e atraiu a FUG com a intenção de desgastar o poder de Flores, de quem já se encontrava em processo de afastamento. O *modus-vivendi* trouxe à tona um assunto que Getúlio queria ignorar: o debate público da sucessão presidencial, prevista para 1938.

Em Passo Fundo, membros do PRL descontentes com as medidas adotadas pelos componentes que haviam firmado o acordo para constituir a FUG, alegando não haver sido convidados tampouco, consultados sobre tal decisão, resolveram também formar uma corrente independente, mas de apoio ao PRL. O *Correio do Povo* dera destaque à nota, na qual grifamos os nomes representativos da elite política:

Conforme já comunicamos anteriormente por telegrama, no dia 24 de junho próximo passado, por iniciativa dos drs. Antonio Bittencourt de Azambuja, Gelso Ribeiro, coronel João Fagundes de Souza e major Hermínio Silveira elementos de destaque nesta terra, reuniram-se em Assembléia, e com a presença de grande número de correligionários, para deliberarem sobre a atitude de assumir em face de não terem sido ouvidos por ocasião da aliança entre a Frente Única e o PRL, em 17 de janeiro do corrente ano. A nova corrente política chefiada pelo dr. Antonio Bittencourt de Azambuja, desliga-se e constitui-se paralelamente independente à Frente Única e assim como ela colaborará com o Partido Republicano Liberal em irrestrita aliança conforme consta na ata elaborada no dia 24 e que a seguir reproduzimos: Ata: aos 24 dias de 1936 nesta cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, presentes vários elementos do município convocados pelos srs. Antonio Bittencourt de Azambuja, coronel João Fagundes de Souza major Hermínio Silveira e dr. Gelso Ribeiro, para deliberarem de assumir nesse momento excepcional da vida política do país e considerando que a Frente Única se aliou ao Partido Republicano Liberal por efeito e, pelo menos para os fins do pacto político de 17 de janeiro deste ano; considerando que, **posto, representem os firmatários abaixo, uma corrente de opinião independente e alheia aquele pacto, para cuja lavratura não foram ouvidos, nem contribuíram, cumpre-lhes, todavia, o dever primário de não se**

---

<sup>753</sup> CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 84.

**desinteressarem dos destinos da comunhão rio-grandense , resolvem, por si mesmos, constituírem-se, paralelamente, com a Frente Única e sem nenhuma relação de dependência para com ela em irrestrita aliança com aquele partido, em defesa dos magnos interesses do Rio Grande do Sul pelo Brasil. Assinaturas: Antonio Bittencourt de Azambuja, coronel João Fagundes de Souza, Túlio Fontoura, diretor do jornal *Diário da Manhã*, major Hermínio Silveira, dr. Herculano de Araújo Annes, diretor de *O Nacional*, Jeronymo Stocchi, dr. Olavo de Almeida Campos, dr. Celso Fiori, Joaquim Silveira, Bernabé Olmedo, dr. Gelso Ribeiro, Alberto Morsch, Admar Campos, Oscar Kurtz, major Braz Albuquerque Braga, Deoclécio Rostro, Hélio Morsch, Urbano Ribas, José Correia da Silva, Italo Benvegno, João Duarte, Waldemar Gehm, Balduino Gehm, Almiro Ilha, Arthur Lângaro, capitão Wesceslau Silveira, tenente Joaquim Borba de Freitas, Nilo de Quadros, Fredolino Paim, coronel Faustino Silveira, Lino Schell de Quadros, tenente Marcellino R. Braga, Aristides La Corte, João Annes Filho, Antonio Rezende, Sebastião Vasconcellos, Donato José Ribeiro, Lazaro Camargo<sup>754</sup>. (grifos nosso).**

Da mesma forma que salientamos os membros da elite política pertencentes ao Partido Republicano Liberal, é interessante enfatizar um personagem local de relevância política e econômica para Passo Fundo e região. Trata-se de Nicolau de Araújo Vergueiro, médico natural de Passo Fundo, que foi prefeito municipal entre 1928 e 1931 e chefe do Partido Republicano da região em 1934; foi deputado federal pelo PRR em 1930 e pela FUG, em 1934-1937. (ANEXOS B; D).

Por ocasião da Revolução de 1930, conforme apontamentos de Miranda e Machado, Nicolau de Araújo Vergueiro, líder político de Passo Fundo, município apoiador da revolução, recebeu uma carta de Oswaldo Aranha na qual esse político afirmava que a estrada de ferro era o único meio de vencer as distâncias em direção ao alvo dos revolucionários, tendo em Passo Fundo o seu ponto principal de passagem. Logo, era necessária a completa adesão das forças aqui sediadas para dar trânsito livre aos gaúchos<sup>755</sup>.

De acordo com o acima citado, Miranda e Machado relatam que:

com o comando do general Miguel Costa, enviado por Oswaldo Aranha, foram ocupados os edifícios públicos da cidade: o telégrafo foi ocupado por **Victor Graeff** e alguns civis, enquanto **Arthur Lângaro** e mais quatro pessoas tomaram a Companhia Telefônica, o então Intendente **Scarpelini Guezzi** ficava responsável pela guarda da estrada de ferro e Rui Vergueiro pela guarda da Cadeia Municipal. O relatório do Intendente Guezzi diz que Getúlio Vargas chegou de trem à cidade no

<sup>754</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 165, ano XLVI, 15 jul. 1936. p. 08.

<sup>755</sup> MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005. p. 67.

dia 14 de outubro, estacionando por algumas horas na Gare da Viação Férrea, dirigindo-se depois para Ponta Grossa<sup>756</sup>. (grifos nosso).

Vale lembrar que os nomes destacados faziam parte da elite política e econômica de Passo Fundo, conforme os Anexos D e G.

Vergueiro demonstrou sua influência em muitas situações, a exemplo do pedido feito diretamente ao Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1937, para a construção de prédio próprio para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Passo Fundo. (ANEXO G). Vergueiro era amigo e fiel seguidor de Borges de Medeiros, porém, Vargas atendeu ao pedido das classes conservadoras locais. Inferimos, portanto, que mesmo Vergueiro tendo rompido com Vargas quando da Revolução Constitucionalista, os pedidos realizados por ele eram considerados como provindos do eminente chefe republicano estadual, Borges de Medeiros, pelo qual Vargas tinha grande consideração.

Em homenagem a Vergueiro, no *Jornal da Serra*, Delmar Diogo escreveu,

[...] raras são as cidades que, em curto lapso de tempo, progrediram como esta. E é de ver, que na expansão desse desenvolvimento estampa-se sempre o cunho da iniciativa de v.exa. [...] na presente gestão 1928-1932, é digno de nota o recente relatório de v.exa., de cujas páginas ressalta um grande devotamento pela instrução, índice do adiantamento de um povo; mas como isso não bastasse, o espírito arguto de v.exa., vai além: examina e, de maneira acurada, trata de tudo quanto se relaciona com a prosperidade do município[...]<sup>757</sup>.

Entretanto, as classes opositoras a Vergueiro, em Passo Fundo e região, publicaram matéria no jornal *O Nacional*, na qual a ênfase era referente a uma declaração que fora efetuada em Carazinho e se referia a um “equivoco” que havia sido efetuada por alguns membros do Partido Republicano no qual se solidarizavam com Araújo Vergueiro pela sua permanência como chefe no PRR. Nesse sentido, a nota trazia em seu conteúdo que o Partido Republicano, representado pela maioria de seus membros, declarava em público que não poderia concordar com a chefia de Araújo Vergueiro porque:

<sup>756</sup> MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005, p. 68.

<sup>757</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n.7, ano I, 4 de jun., de 1930. p. 01.

1- O dr. Araújo Vergueiro foi o maior inimigo da criação do município de Carazinho; 2- O dr. Araújo Vergueiro rompeu com o ilustre general Interventor quando este perdoou a dívida de Carazinho, pretendendo lançar sobre a população do município uma dívida onerosa; 3- **O dr. Araújo Vergueiro como patrono político de Carazinho deixou que fosse diminuído o número de escolas desse município;** 4- **O dr. Araújo Vergueiro quando intendente e chefe político de Passo fundo, iludiu sempre essa terra com promessas, deixando-nos sem estradas e relegando-nos ao mais completo abandono;** 5- **O dr. Araújo Vergueiro nos prejudicava na questão da estrada de ferro do Irahay.** Por estas e outras razões que não vem a pelo salientar repudiamos a chefia do dr. Araújo Vergueiro, declarando-nos absolutamente solidários com a atitude do dr. Homero Guerra em torno do qual formaremos fileira visto como a continuação do dr. Araújo Vergueiro na chefia do nosso partido, além dos males de caráter local apontados, acarretara o completo esfacelamento do glorioso partido de Borges de Medeiros, nesta região<sup>758</sup>. (grifos nosso).

As constantes críticas eram veiculadas em *O Nacional*, denunciando que em Passo Fundo havia sérios problemas na distribuição de água e na falta de luz elétrica, o que dificultava o progresso do comércio e demais atividades. O jornal imputava a culpa dessa situação à má administração de Vergueiro. Contudo, este se manteve ativo em todos os momentos importantes pelos quais passou o Brasil, o Rio Grande do Sul e Passo Fundo, nunca sendo desprezado ou esquecido totalmente. A presença de Vergueiro em Passo Fundo representou o domínio da política borgista e, também, a liderança no PRR local. Nesse sentido, *O Nacional* se referia a Vergueiro como alguém que estava sempre voltado para se manter no poder.

Assim, falando ao jornal *O Nacional* sobre a situação política da época, ou seja, a união dos partidos Republicano e Libertador, o governo ditatorial, a Constituição e a propaganda frenteunista em Passo Fundo, Vergueiro afirmava ao seu diretor, Herculano Araújo Annes<sup>759</sup>, que era grande o interesse que a situação política do estado despertava no município, onde todas as forças se mobilizavam para a pugna eleitoral que se aproximava (outubro de 1934).

Ilustre sr. Dr. Diretor do ‘O Nacional’. Saudações cordiais.

Atendendo hoje, e gostosamente, ao seu pedido, solicitando, de início, desculpas pela demora, motivada tão somente por muitos e urgentes trabalhos profissionais. No decorrer das linhas, que envio, encontrará S.S. a resposta aos itens formulados. Depois de longos meses de ausência, posso dizer ao povo da minha terra, como Emilio Zolla, em Paris, ao regressar de Londres: ‘durante meses, impus-me o mais integral exílio, o mais ignorado retiro, o mais absoluto silêncio. Era como o morto

<sup>758</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1042, ano VII, 9 out. 1931. p. 02.

<sup>759</sup> Diretor do jornal *O Nacional*, desde sua fundação, em 1925, por Theófilo Guimarães, onde permaneceu até 1940, quando assumiu o novo diretor, Múcio de Castro. BENVIGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder*: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. p.19.

voluntário, deitado no túmulo secreto, à espera da verdade e da justiça. Hoje, tendo a verdade vencido, reinando enfim a justiça, renasço, volto e retomo o meu lugar'. Aqui exercerei toda a minha atividade política que agora é, para mim, uma imposição de brio. **Vim encontrar, como esperava, os meus destemidos correligionários da Frente Única muito animados e dispostos, com amor e com altivez, ao próximo combate eleitoral, e, dia a dia, observo maior entusiasmo, cuja vibração, não só em Passo Fundo como em todo o Estado, aumenta a medida que se aproxima do Rio Grande do Sul o dr. Borges de Medeiros**<sup>760</sup>. (grifos nosso).

As respostas dadas por Vergueiro ao jornal *O Nacional* em sua manifestação confirmam sua opção política, ou seja, após a promulgação da nova Constituição brasileira, em 1934, e da eleição de Getúlio Vargas como presidente constitucional do Brasil, Borges de Medeiros retornou ao Rio Grande do Sul e assumiu a posição política contra Flores da Cunha e Getúlio Vargas nas eleições estaduais, no que foi acompanhado por Vergueiro, que recém retornara do exílio.

Vergueiro relatou ao diretor de *O Nacional*, em sua entrevista, sobre uma nota jornalística, na qual Borges de Medeiros falara para *A Noite*:

A união dos tradicionais partidos gaúchos  
Em entrevista concedida nestes dias, a 'A Noite' do Rio, o eminente chefe de meu partido, a propósito do futuro da Frente Única, assim se expressou: "Creio que a Frente Única acabará de se constituir num só partido. Os sacrifícios com que se empenharam juntos, pelos mesmos ideais e pelas mesmas causas, irmanaram-nos de tal forma, que a fusão se impõe, se justifica e ela é natural". **Estou de inteiro acordo com ele, e no discurso que, nesta cidade, proferi por ocasião de minha chegada, tive a oportunidade de dizer que os partidos Republicano e Libertador estavam hoje irmanados na mesma idéia, essência misteriosa que vive e cresce por uma lei real e lógica, no conceito de Emílio Castellar e acrescentei ainda que, para o bem e para o futuro do povo sul rio-grandense, Borges de Medeiros e Raul Pilla não podiam estar separados**<sup>761</sup>. (grifos nosso).

Analisando as palavras de Vergueiro, constatamos de modo claro a sua opção por Borges de Medeiros e a confiança de que a Frente Única se sobreporia aos demais interesses partidários. O poder político no Rio Grande do Sul era compartilhado pela FUG, que oficialmente representava as forças políticas regionais, por um lado, e o interventor Flores da Cunha, de outro. Na realidade, tratava-se de uma composição entre forças de naturezas diversas: a FUG tinha bases fundamentalmente regionais e oligárquicas, ao passo que a interventoria tinha uma origem híbrida, delegada pelo poder central, mas, ao mesmo tempo,

<sup>760</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>761</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

não podia prescindir do reconhecimento das forças estaduais. Tanto é assim que o secretariado de Flores compunha-se integralmente de políticos ligados à FUG. Assim, opondo-se a Flores, Vergueiro também se opunha a Getúlio, pois o interventor representava e intermediava os interesses estaduais junto ao governo federal<sup>762</sup>.

Vergueiro, ainda em sua entrevista para o diretor do jornal *O Nacional*, Herculano Araújo Annes, no ano de 1934, expunha a sua opinião sobre os rumos que havia tomado o país com o período ditatorial e não poupou farpas ao presidente Getúlio Vargas, defendendo mais uma vez Borges de Medeiros:

Estou convencido, sr. Diretor<sup>763</sup>, que **o Brasil acaba de acordar de um pesadelo de quarenta e cinco meses de ditadura, que nos trouxe uma enxurrada de leis e de decretos, legislação precipitada e tumultuária, que deixava todos mundo perplexo e estupefato, vindo, logo em seguida, outros decretos e outras leis, interpretativas das primeiras, que mais pareciam charadas.** Não são raras também as leis, tornando sem efeito as primeiras. A imprensa, que é a voz do povo, viu-se abafada, amordaçada, e mísero daquele que infringia a iníqua censura: preso ou deportado. O eterno ‘pagão’ e sofredor, vítima paciente de intermináveis impostos e multas, tinha que ignorar os ‘colossais planos’ políticos, econômicos e financeiros, a bem da consolidação dos novos e áureos tempos regeneradores!! Cincinato Braga, ilustre deputado por São Paulo a Assembléia Constituinte, afirmou da mais alta tribuna do país, que a Revolução gastou 12 milhões de contos em quase quatro anos de ditadura; que o Brasil, na balança da sua compra e venda, apresenta um saldo de 10 milhões de libras e tem de pagar anualmente 40 milhões, que a ditadura foi o governo mais dispendioso que temos tido; que o movimento de 1930 encontrou o país com um câmbio de 6 e o derrubou a 2; que os 7 milhões de libras remetidos para a Inglaterra para pagar credor já estavam depositados na caixa de estabilização e no banco do Brasil, deixados pelo sr. Washington Luiz; que a nossa situação de 24 de outubro para cá se apresenta em falência completa e que se pretendermos lançar um empréstimo externo, a nossa ousadia será recebida nos mercados financeiros, como uma esplêndida pilheria... É essa situação em que atiraram o Brasil: só o déficit orçamentário, nos anos de 1931 e 1932, montou espantosa soma de 1.402.842.936\$000. **Bem certo andou o sr. Borges de Medeiros, no seu discurso a 27<sup>764</sup> do corrente, na Capital Federal, respondendo as saudações do dr. Fernando Magalhães quando disse que todos estivessem vigilantes, porque os primeiros executores da Constituição eram os mesmos homens da ditadura, que governaram com arbítrio, empregando métodos violentos, comprimindo a liberdade<sup>765</sup>.** (grifos nosso).

Ao se referir à Constituição de 1934, Vergueiro utilizou adjetivos e metáforas para expressar o seu descontentamento com o que fora aprovado.

<sup>762</sup> GOMES, Angela Maria de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980, (Coleção Brasil Século XX). p. 52.

<sup>763</sup> Herculano Araújo Annes. BENVIGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. Passo Fundo: UPF Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2006. p.19.

<sup>764</sup> 27 de agosto de 1934. Dados extraídos do O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>765</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

Não sei se o sr. Diretor<sup>766</sup> teve o ensejo de ver uma interessante fita de cinema, intitulada Frankstein: um notável cientista depois de longo paciente e exaustivo trabalho, conseguiu compor um ser humano, com elementos retirados de vários outros corpos, e , depois de dar-lhe vida, verificou que se tratava de um mostro, que cometeu os maiores desatinos, obrigando o povo a matá-lo a pau. **Pois bem, essa Constituição, um pedacinho de cada um, a meu modo de ver, é filha de Frankstein. Diante da crise, medicamente falando de que sofreu o Brasil,** chegasse, como o Robinson de Netti, a pensar que tinha razão um velho músico italiano, depois de ouvir os exóticos Jazz-Bands e os Shymmis: **voltemos ao antigo e será um progresso.** No calor dos debates na Assembléia Constituinte, se declarou que a Revolução matará a Aliança Liberal: esta está vingada, por isso que a Constituinte matou a revolução<sup>767</sup>. (grifos nosso).

Inscrevendo-se num quadro que envolve, por meio do lingüístico, o ideológico, o texto do jornal apresenta-se como um campo fértil para o entendimento e alcance das palavras que deixam de ser ditadas claramente e assumem um sentido figurado, o qual exige um conhecimento do contexto para ser entendido<sup>768</sup>. Dessa forma, Vergueiro, ainda ressentido pelo período de exílio, não titubeava em manifestar a sua opinião a respeito da Constituição recém-promulgada. O quadro da instituição em que suas palavras são produzidas reflete o seu entendimento de que, após o retorno às atividades políticas, constatara um grande vazio de poder, atribuído ao exílio dos líderes da FUG e à redefinição do sistema partidário ocorrido. A FUG encontrada pelos que retornavam não era mais uma união dos partidos PRR e PL, e, sim, um grupo que se unira para se opor ao governo de Getúlio e a Flores da Cunha.

Vergueiro valeu-se da imprensa para veicular as idéias defendidas pela FUG. A ação política através da orientação discursiva, ao preparar um terreno fértil para propagação dos ideais contrários às práticas às quais se opunha, pode “ser estruturada pelo menos parcialmente como um mercado onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como mercadorias”<sup>769</sup>.

Quanto ao plano de propaganda eleitoral, pretendemos, nesse sentido, percorrer todos os distritos, realizando comícios, e mais os municípios de Erechim, Guaporé e Lagoa Vermelha. Esperamos, em breve, uma caravana chefiada pelo bravo general Felipe Portinho. Creio que o dr. Borges de Medeiros, virá, antes do pleito, a Passo Fundo, onde, por certo, será alvo da mais importante e estrondosa manifestação jamais aqui vista. Não creio que a permanência no poder do atual interventor e prefeitos possa ‘fundamente’ prejudicar os interesses frentistas, porque acredito na coragem cívica, no valor, no brio dos meus correligionários, que não se deixam intimidar por ninguém e, se exercerem pressão, aqui estaremos para reagir e para

<sup>766</sup> O diretor é Herculano Araújo Annes. BENVENÚ, op.cit.

<sup>767</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>768</sup> BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1981. p. 16.

<sup>769</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 1993. p. 94.



delatar, a todo pulmão, ao país mais essa arbitrariedade, mais essa violência. Estamos no Regime Constitucional, não pedimos favores, exigimos a lei e queremos que ela se exerça, como deve ser, limpamente, soberanamente. Se processos menos dignos forem postos em prática o governo terá apenas uma vitória de pierrô, que o afundará, cada vez mais, com o desprezo, no conceito da opinião pública. Agradecendo a sua gentileza, são essas as declarações que, de momento, tenho a fazer. Passo Fundo, 31 de agosto de 1934. Dr. Nicolau Araújo Vergueiro<sup>770</sup>.

De acordo com as colocações de Vergueiro, as esperanças dos partidários da FUG concentravam-se na campanha e vitória de Borges de Medeiros. Mais uma vez, o Rio Grande do Sul era palco de disputas entre os partidários do governo provisório e da interventoria estadual, o que, naturalmente se refletia nos municípios, unindo e dividindo os políticos. Na constituição da Comissão Executiva do PRR temos a volta de Vergueiro, conforme noticiado pelo *O Nacional*:

Foi constituída a comissão executiva do Partido Republicano. Porto Alegre, 18 (N)- Foi constituída a comissão executiva central do Partido Republicano, a qual ficou composta dos seguintes membros, sob a presidência do dr. Borges de Medeiros: general Paim Filho, Maurício Cardoso, Ariosto Pinto, João Neves da Fontoura, **Nicolau Vergueiro**, Pedro Osório, Sergio de Oliveira, Oswaldo Vergara, Camillo Martins Costa, Py Crespo, Oswaldo Rentsch e Marcial Terra<sup>771</sup>. (grifo nosso).

Mais tarde, em 1937, quando Vergueiro se elegeria deputado federal, o teor das notas publicadas revelam que ele continuava ao lado de Borges de Medeiros:

Rio, 20 (N)- O sr. Adroaldo Mesquita da Costa, atualmente nesta capital, convidou o dr. Borges de Medeiros, em nome de seus correlegionários a ir a Porto Alegre, onde se considera necessária a sua presença em face da atitude do sr. Lindolpho Collor que esta incentivando a dissidência. **Afirma-se que o sr. Borges de Medeiros delegou poderes para esse caso ao dr. Araújo Vergueiro o qual seguirá brevemente para a capital gaúcha, levando cartas endereçadas aos srs, Maurício Cardoso e Paim Filho**<sup>772</sup>. (grifos nosso).

E prosseguiam as notícias no mesmo sentido:

Política Republicana  
Rio, 22 (N)- O Vespertino "A Noite" assevera que **o dr. Borges de Medeiros, por intermédio do deputado dr. Nicolau de Araújo Vergueiro enviou instruções aos republicanos rio-grandenses** afim de ficarem alheios a convocação feita pelo sr. Lindolpho Collor<sup>773</sup>. (grifos nosso).

<sup>770</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1896, ano X, 1º set. 1934. p. 02.

<sup>771</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1909, ano X, 18 set. 1934. p. 01.

<sup>772</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2634, ano XII, 20 fev. 1937. p. 01.

<sup>773</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2635, ano XII, 22 fev. 1937. p. 01.

Finalmente, ao contrário do noticiado acima, em mais uma nota analisada, ainda referente ao período em que Vergueiro era deputado federal, relatava-se:

Chegou a Porto Alegre o dr. Araújo Vergueiro, declarando não ter trazido nenhuma incumbência política. Do Estado. O dr. Araújo Vergueiro, faz Declarações em Porto Alegre.

Porto Alegre, 23(N) – Vindo do Rio, chegou a esta capital, o dr. Araújo Vergueiro, o qual seguiu para o interior. Ouvido pelos jornalistas, disse que veio ao sul chamado unicamente pelos seus interesses particulares e que contrariamente ao que foi divulgado, não trouxe nenhuma missão política e tão pouco qualquer incumbência do dr. Borges de Medeiros. Acrescentou que a atitude da Frente Única é de expectativa, sem compromissos na questão da sucessão presidencial. Falando em caráter pessoal, disse que a candidatura de maiores probabilidades será a do sr. Macedo Soares<sup>774</sup>. (grifos nosso).

Em alguns casos, a prática discursiva pode ser inteiramente alheia aos objetivos de quem a pratica<sup>775</sup>. Neste último fragmento referente a Nicolau de Araújo Vergueiro, percebemos o seu “desinteresse” pelos assuntos políticos, numa clara intenção de desviar a atenção dos problemas que aumentavam no cenário político da época, mas sempre tendo seu nome ligado a Borges de Medeiros. Sabemos que o rompimento da FUG e do PRL no decorrer de 1937 proporcionou a desarticulação interna dos três partidos rio-grandenses. O primeiro foi o PRR, no momento em que Lindolfo Collor se posicionou contrário à aproximação da FUG com Vargas. Em seguida, o PL desarticulou-se em virtude da cisão causada pelas duas correntes existentes internamente, e o PRL, a partir do momento em que ocorreu a questão da eleição da vice-presidência da Assembléia, iniciou uma reaproximação com Vargas<sup>776</sup>.

No período compreendido entre 1930-1937, o quadro político nacional passou por fases jamais imagináveis, a exemplo de muitos estados serem governados por tenentes, demonstrando a ascensão da classe média, que, apoiada ou não pelos coronéis locais e seus partidos estaduais e regionais, contavam com o apoio e simpatia de Getúlio Vargas. Essa situação somente se reverteu com as eleições de 1933 e 1934, quando os coronéis voltaram a dominar os poderes estaduais e houve um recuo total do tenentismo. Contudo o que houve não foi somente esse retorno ao passado. Para o Rio Grande do Sul,

<sup>774</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2636, ano XII, 23 fev. 1937. p. 01.

<sup>775</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 1993. p. 99.

<sup>776</sup> *Ibid.*, 101.

**a revolução de 1930 não só põe em xeque o domínio dos grandes Estados e permite a ascensão do Rio Grande do Sul, mas há uma participação nova de forças sociais dinâmicas, que são as das classes médias e do proletariado, abafadas e proibidas de se manifestarem antes de 1930.** O resultado é que se forma um jogo de poder diferente: as classes agrárias dominam, apesar de divididas e das lutas intensas entre si; mas elas são obrigadas a **aceitar a colaboração ou a presença de outras classes, apesar das vitórias contra o tenentismo e o proletariado.** Outros elementos negativos, no entanto, subsistem: é a divisão mais profunda entre as forças agrárias, a participação mais ativa do Exército tradicional, a presença de integralistas. **Daí só entendermos a composição política do Estado Novo se compreendermos as lutas pelo poder antes do golpe de 10 de novembro de 1937. [...] a explicação tem que partir da conjuntura dos Estados para o plano federal, pois o primeiro resume o cômputo das forças locais, o segundo é o jogo de equilíbrio de todas as correntes**<sup>777</sup>. (grifos nosso).

Após as considerações sobre Maurício Cardoso e Nicolau de Araújo Vergueiro constatamos que o discurso e a ideologia trazidos pela Era Vargas propuseram um conceito de poder segundo o qual uma classe social privilegiada tem a capacidade de realizar, por meio de outras, os seus interesses e objetivos específicos<sup>778</sup>. Esse conceito se delineia na medida em que se aproxima da concepção de Marx de classes e do poder, ligado aos interesses de classe. Importa, pois, situar essa definição de poder em relação às elites econômicas e políticas de Passo Fundo e Carazinho.

Quando o *O Nacional* se referia às questões tarifárias do frete, que, por serem muito elevadas dificultavam o escoamento da produção de Passo Fundo e região, acima de tudo, clamava a classe do comércio e indústria para salvaguardar a Associação Comercial e tratar de questões que envolviam o sindicalismo do charque, banha e arroz no estado. Traduzia, assim, o espírito de iniciativa e liderança que marcava os novos tempos, nos quais, ao invés de decisões unilaterais de uma classe agrária e monopolizante, a figura das associações e sindicatos ia se firmando diante da nova ideologia proposta por Vargas, abrindo espaços para a atuação de grupos de pessoas que podiam pensar e decidir o que seria melhor para as atividades que representavam. Concretizava-se, portanto, um novo modelo de Estado. Assim é que

mais felizes são outros municípios do Estado, com duvidosas possibilidades produtivas, onde, a par de grandes verbas anuais, para a construção e conservação de estradas de rodagem, ainda tem postos agrários para estímulo da produção. **Não obstante o labor intenso que vai por todas as energias produtivas desta zona, as nossas principais fontes de riqueza estão sofrendo as conseqüências da baixa**

<sup>777</sup> CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 144.

<sup>778</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 100.

**geral de preços, agravadas por tarifas ferroviárias elevadas e insuportáveis, como está acontecendo com a madeira, nosso principal produto, sem que haja para quem apelar, visto que o Governo do Estado, pelo seu poder competente, já declarou ao Congresso Rural, a pouco reunido em Porto Alegre, não ser possível a baixa dos fretes.** Estamos convencidos de que as classes interessadas na questão das tarifas ferroviárias, não devem esmorecer por ter encontrado este primeiro obstáculo, visto que, o Governo do Estado, terá que forçosamente, mais cedo ou mais tarde, que concordar com a demonstração positiva da veracidade dos algarismos de que a indústria da madeira, para voltar ao seu desenvolvimento natural, precisa de fretes mais baratos para poder concorrer com o pinho do Paraná que atualmente é vendido nos mercados platinos a preços que não podemos acompanhar. **Para podermos manter a posição de destaque comercial que ocupamos no Estado, precisamos nos unir, comércio e indústria de Passo Fundo, para melhor fazermos as defesas de nossos interesses. Todos os municípios serranos, e até Carazinho, dentro do nosso próprio município, tem as suas Associações Comerciais, que estão sempre atentas para salvaguardar os interesses da classe que representam, ao passo que a cidade de Passo Fundo não tem podido manter a sua Associação apesar de ser o primeiro centro comercial desta zona.** Precisamos nos reorganizar para colaborarmos juntos com os nossos vasilhinhos nos assuntos de interesse coletivo, como no caso presente da indústria da madeira. **Urge estudarmos as vantagens e desvantagens do sindicalismo em nosso estado com referência ao charque, a banha, ao arroz e à outros produtos. São assuntos em que nós, interessados direta ou indiretamente, devemos nos manifestar com isenção de animo, mas com o intuito de cooperarmos pela prosperidade de nossa região como partícula que somos de nosso grande país.** 15-6-30. Max Ávila<sup>779</sup>. (grifos nosso).

A nota destacada evidencia uma crítica detalhada aos inúmeros conceitos de poder que circulavam entre as elites políticas e econômicas dos dois municípios estudados. Se, por um lado, eles reconheciam que o governo não podia resolver a contento a questão dos fretes elevados, por outro lado, apoiavam-se entre si pelo fortalecimento de ações conjuntas, por meio da Associação Comercial, para demonstrar força e conseguir resolver a situação que lhes era adversa.

Em se tratando da defesa dos interesses de produtores da madeira, um grupo de madeireiros de Carazinho foi a Porto Alegre pleitear junto ao governo do estado a instalação de um sindicato para atender aos problemas enfrentados pela indústria de madeira e fazer frente à crise que vinha atravessando. O jornal *O Nacional* relatou o fato da seguinte maneira:

A indústria da Madeira. O Sindicato dos Produtores será oficializado pelo Governo do Estado. Regressou a Carazinho os produtores de madeira que foi a Porto Alegre pleitear junto ao Governo do Estado as medidas necessárias à indústria madeireira na premente crise que atravessa. Os membros da referida comissão, voltando da Capital, transmitiram, pelo telefone, ao nosso colaborador sr. Renato Sá Brito, que elaborou o memorial apresentado ao sr. Dr. Getúlio Vargas, minuciosas informações sobre o resultado de sua missão, demonstrando-se, plenamente satisfeitos pelo franco apoio que obtiveram da parte do eminente chefe do Executivo Estadual, para

<sup>779</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 648, ano VI, 19 jun. 1930. p. 27.

levarem a feito a organização **definitiva do projetado Sindicato dos Produtores previsto como único meio idôneo de conjurar a angustiosa crise da madeira**. O dr. Presidente do Estado depois de haver submetido a meticoloso estudo o projeto de estatutos do sindicato em organização, considerou o mesmo de utilidade, tal que, uma vez realizado, nos moldes pré-estabelecidos, seria imediatamente oficializado, gozando de auxílios e vantagens conferidas ao **sindicato da banha**. Como se depreende, não podiam ser mais promissores os resultados obtidos pela profícua iniciativa dos madeireiros de Carazinho, na campanha a que se devotaram, em defesa dos interesses dos produtores em geral, para salvar da debacle iminente a principal indústria da região<sup>780</sup>. (grifos nosso).

Analisando a nota do jornal trazida nesse contexto percebemos que a elaboração escrita encontra-se carregada de construções ideológicas, entendidas a partir do modelo de Estado proposto por Vargas, no qual a prática social sindicalista recebeu atenção de todos, por entenderem que era capaz de articular e beneficiar seus associados, no caso os madeireiros. No contexto histórico-social-econômico analisado notamos que as associações eram construções sociais coletivas, não individuais, o que aumentava o prestígio e o carisma do detentor do poder, demonstrando a sua preocupação com as condições de produção e exportação, necessariamente vinculadas aos grandes produtores, pois não podemos esquecer que o capitalismo era o suporte de toda essa ideologia.

Retomando o fio condutor desta pesquisa, que reside na comprovação da hipótese proposta, qual seja, de que as repercussões e situações políticas ocorridas no Planalto Médio, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, demonstram que as elites políticas delimitavam suas esferas de poder por meio do poder econômico, valemo-nos dos dados sintetizados nos Anexos D e E, referentes aos *Integrantes da Elite Política de Passo Fundo e Carazinho de 1930 a 1945*. Nesses constam o nome, cargo, função, filiação partidária, ano e período de atuação dos atores, além de observações reveladoras das particularidades de cada um dos pesquisados. Ao analisar os referidos anexos, tivemos o cuidado de destacar no texto dissertativo tão-somente os que obtiveram projeção econômica e política, no período delimitado, de forma a ressaltar que as elites políticas que atuavam na região em estudo estavam vinculadas diretamente ao poder econômico, advindo das condições pessoais, ou atividades profissionais que surgiam a partir da industrialização do país.

---

<sup>780</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 669, ano VI, 14 jul. 1930. p. 01.

### 3.2.1 Em Passo Fundo

A localização e identificação dos componentes da elite política e econômica de Passo Fundo têm o objetivo de explicitar, através da atuação econômica, quem eram as pessoas que se destacavam no cenário municipal, pois pensamos que, mesmo sem deterem um cargo político formal, estavam por detrás do encaminhamento ou das tomadas de decisões importantes para o município. Já referimos que, em nível local, regional, estadual e federal, Passo Fundo tinha em Nicolau de Araújo Vergueiro um político forte e influente, interlocutor de inúmeras demandas em prol da região, conquistadas pelo seu prestígio junto a Getúlio Vargas.

Os integrantes da elite econômica passo-fundense, identificados pela frequência com que apareciam nos jornais e documentos, eram membros dos partidos políticos da época, embora alguns se alternassem, conforme a conveniência pessoal. Logo, os partidos políticos referidos são PRR, PL, PRL, PP, UDN, PTB e PSD. A trajetória individual de cada membro da elite encontra-se detalhada no Anexo D.

Dessa forma, nomeamos alguns nomes que eram, ao mesmo tempo, elite política e econômica em Passo Fundo, retirados dos Anexos D e G: Antonio Veiga Faria; Aparício Lângaro; Arthur Lângaro; Bernabé Olmedo; Bernardino Bento; Carlos Rotta; Celso da Cunha Fiori; Daniel Dipp; Dionísio Lângaro; Eduardo Durgante; Eduardo Kurtz; Ernesto Morsch; Gabriel Bastos; Heitor Pinto da Silveira; Hélio Morsch; Henrique Biazus; Henrique Scarpellini Ghezzi; Hermínio Silveira; Hyran de Araújo Bastos; Inocêncio Pinto; Ivo Ferreira; João Batista Rotta; João de César; João Schapke Jr.; Júlio Busatto; Júlio Fontoura; Maurício Lângaro; Max Ávila; Nicolau de Araújo Vergueiro; Olívio Giavarina; Otto Bade; Túlio Fontoura; Walter Barbieux; Wilibaldo Neuhaus e Wolmar Antonio Salton.

Em relação ao cargo exercido pelas elites econômicas de Passo Fundo, identificado pelas atas da Associação Comercial no período de 1930 a 1945 e detalhados no Anexo G, predominavam os mais importantes da diretoria, como presidentes, vice-presidentes, participantes das comissões e diretores. Já, em se tratando do cargo ou profissão que exerciam na vida privada, segundo o Anexo D, é visível a predominância de comerciantes, industriais,

militares, funcionários públicos e profissionais liberais da época, especialmente advogados, médicos e contadores (ANEXO D).

A Associação Comercial de Passo Fundo reunia os maiores nomes da elite econômica do município (Anexo G), representando o novo modelo desenvolvimentista imposto por Vargas e, como tal, com apoio de muitos industriais, jornalistas, professores, trabalhadores, enfim, todos unidos e “sindicalizados” preocupados com a industrialização do país. Nesse contexto, destacamos exemplos de publicações que, segundo a análise de discurso, ratificam as afirmações, demonstrando que todos os assuntos de interesse do município passavam, necessariamente, pelas reuniões da Associação Comercial.

[...] assuntos de alta relevância tem a Associação Comercial de Passo Fundo tratado com o mais vivo interesse e dedicação. **Entre esses, podemos em rápidas linhas citar: impostos sobre rendas, assuntos relacionados ao correio local, nova lei de impostos de vendas e consignações, etc.** Entretanto há casos que destacam-se pela sua transcendência, na atualidade, e merecem aplausos pelo eficiente trabalho desenvolvido pela Associação Comercial: quando da momentosa questão do trigo, assunto que movimentou a indústria geral, seriamente ameaçada em sua economia, a entidade comercial de nosso município, tendo a frente o Sr. Arthur Langaro, colaborou de maneira notável, desdobrando-se em consecutivos afazeres para que o rico cereal viesse a ter um escoamento imediato. Devemos ressaltar, ainda, nestas notas, a não menos eficaz cooperação dos comercialistas dessa importante organização na obra de vulto, isto é, a estrada de Ferro que ligará Passo Fundo a Bento Gonçalves, cujas démarches apresentam-se promissoras. O problema da madeira nesta região, a Associação Comercial vem tratando com grande interesse, surgindo sempre e quando oportuno, pronta a solver as questões que se apresentam, tudo resolvendo com resultados satisfatórios. **No racionamento do combustível, providência que o governo vem de tomar, conseqüência essa natural dos acontecimentos mundiais, tem a Associação Comercial cooperado de maneira louvável, colaborando com as autoridades nesse mister, a fim de que a indústria e o comércio não venham a sofrer falta de gasolina para os transportes de mercadorias[...]**<sup>781</sup>. (grifos nosso).

Mais uma vez a análise do discurso nos remete a considerar o uso da linguagem como uma forma de expor a ideologia e as ações das instituições e do governo para levar à população o modo de ação, a forma como agem sobre o mundo e, em especial, sobre os outros. Os sócios da Associação enalteciam as ações de Vargas, estabelecendo uma relação dialética entre o seu discurso e a estrutura social implantada. Os discursos presentes nos documentos e atas variam em sua determinação estrutural segundo o domínio econômico no qual são gerados e o domínio popular a quem são direcionados. Por isso grifamos a importância do trabalho da Associação Comercial, e sua colaboração em atender as exigências

<sup>781</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 4202, ano XVIII, 19 jun. 1942. p. 34.

do momento, como ocorreu no caso do racionamento dos combustíveis, em virtude da situação mundial vivida por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

As elites econômicas de Passo Fundo, reunidas num “Centro de Amigos”, buscavam a implementação e defesa dos interesses que representavam. Para tanto, o jornal *O Nacional*, a respeito assim informou:

Fundado o **Centro dos Amigos de Passo Fundo**. Em seguida ao banquete, um número aproximado de 25 cavalheiros, acompanhados do Sr. **Victor Issler**, dirigiram-se ao café Colombo, onde foram tratados assuntos de interesse de nossa terra. Ali após terem feito o uso da palavra diversos oradores e discutido várias teses sobre a situação passo-fundense foi deliberada a fundação do Centro dos Amigos de Passo Fundo, entidade que ficou com sua diretoria escolhida e que é a seguinte: presidentes honorários: srs **Nelson Ehlers** e **Victor Issler**, dr. **Nicolau Vergueiro**, **Henrique Scarpelini Ghezzi** e **Max Ávila**. Presidente: dr. **João José Boeira Guedes**; vice-presidente, **Arthur Lângaro**; secretário, dr. **Verdi de César** e tesoureiro, **Pedro Vargas**. **O Centro dos Amigos de Passo Fundo irá defender os interesses de nossa terra.**<sup>782</sup> (grifos nosso).

Os nomes em destaque compunham a elite econômica interessada em preservar o progresso de Passo Fundo.

Em Carazinho, por sua vez, constatamos uma semelhança nas atitudes e manifestações da elite econômica, que defendia a linha adotada pela política de Vargas na imposição do novo modelo de Estado. A imagem do ditador era passada como a de um “líder” zeloso de sua autoridade, embora se reconhecesse que era dotado de um caráter centralizador, avesso ao diálogo, incapaz de conviver com o dissenso, intransigente com a oposição. Contudo, os atos praticados na ditadura, durante o Estado Novo, certamente, respingou, nos municípios recortados, por meio das ações “pouco democráticas” das elites políticas já relatadas.

### 3.2.2 Em Carazinho

A continuidade da vida política e econômica de Carazinho após sua emancipação coincidiu com a instalação do Governo Provisório de Vargas e, no Rio Grande do Sul, com a

---

<sup>782</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2639, ano XII, 26 fev.1937. p. 01.



ascensão de Flores da Cunha como interventor nomeado pelo governo federal, que, por sua vez, nomeou Homero Guerra como o primeiro prefeito municipal de Carazinho.

Em Carazinho a elite política ao longo do período analisado, compunha-se por membros do PRR, PL, PRL, PP, UDN, PTB e PSD. Tais representantes eram normalmente ligados às atividades industriais e madeireiras, pois o município se destacava nesse sentido. São exemplos, Alberico Azevedo, Alberto Graeff, Albino C. Weisheimer, Alcides Albuquerque, Alfredo Pedro Schmitz, Antonio Augusto Graeff, Aparício Nunes, Armindo Honaiser, Arnaldo Sheibe, Augusto Neuls, Augusto Sheibe, Balduino Plaetsch, Baleslau Minsky, Camilo Scherer, Celestino Brocchi, Eduardo Graeff, Ernesto José Annoni, Fioravante Barleze, Frederico Guilherme Sudbrack, Germano Napp, Godofredo Kirinus, Guilherme Fetzer, João C. Garibaldi Batello, Homero Guerra, Humberto Gobbi, João Zewes, José Albino Gerhardt, José Matiotti, Lahyre Azevedo, Laudelino Garcez, Levino Junges, Lourival Vargas, Luiz Tomazini, Maximiliano Stangler, Olinto Vargas, Oscar Gerhardt, Osório Meyrer, Paulo Coutinho, Ramalho Piva, Valter Fetzer e Waldemar Graeff. (ANEXO E).

Os membros da elite política atuavam na Associação Comercial e nos sindicatos e envolviam-se com as propostas de melhoras para o município de acordo com suas necessidades. Assim ocorreu com o empenho em conseguir para Carazinho um maior número de vagões para escoamento da produção; com o encaminhamento das reivindicações a respeito da luz e força; a melhoria nas estradas para o trânsito de automóveis e caminhões que começavam a ser comercializados com a chegada da indústria ao país; a diminuição do valor dos impostos e fretes, que preocupavam a todos os empresários.

Analisando as atas da Associação Comercial de Carazinho nos aspectos que ainda não foram enfatizados, constatamos que havia um rodízio entre as pessoas que ocupavam os cargos importantes dentro da sua diretoria. Exemplificamos com Eduardo Graeff, que ocupou a presidência nos anos de 1929-1930 e 1936 a 1937; Eurico Araújo, de 1931-1932 e 1945; Alberto Azevedo, de 1933 a 1935, e Romeu Scheibe, de 1938 a 1939.

Os problemas cruciais do município eram resolvidos pela interferência de alguém ligado ao poder político e econômico, fato tido como natural, pois os jornais os divulgavam de modo direto, sem rodeios.

[...] causou justa satisfação em nosso meio industrial e comercial a boa nova de que a **Viação Férrea já concluiu o projeto e orçamento da nova estação de Carazinho**, havendo enviado a Inspetoria Federal de Estradas o respectivo expediente, bem como providenciando a publicação de editais chamando concorrentes para execução das obras. Não queríamos incidir no conselho ponderado de um velho guasca que, toda a vez que ouvia gabos antecipados a qualquer coisa, costumava dizer: “não gabem o burro antes de terminar a viagem”, conselho esse que ora recomendamos sem a intenção de menosprezar ninguém, mas tão somente para sopitar um pouco o nosso entusiasmo ante tão alviçareira notícia. **Muito embora estejamos saturados dessas promessas, sempre proteladas, os termos precisos do telegrama que o ilustre e operoso engenheiro dr. Manoel Parreiras enviou ao Sr. Secretário da Comissão Executiva do PRL** deste município, deixaram-nos a agradável impressão de que desta vez não estamos sendo tapeados. **E Carazinho bem merece que assim seja, pelo menos desta vez Centro comercial e industrial com um surto de progresso notável, sendo, como é, o maior produtor de madeira do estado, cuja exportação é feita toda pela via férrea, nada mais justo que essa empresa de transporte dispense a estação desta vila uma atenção mais demorada e proveitosa aos nossos mútuos interesses.** Porque dotar Carazinho de uma estação moderna, confortável e espaçosa não é simplesmente contribuir para o embelezamento e progresso desta vila, **mas acautelar os próprios interesses da Viação Férrea, que assim poderá tirar mais rendimentos dos esforços de seus dignos auxiliares, oferecendo ao mesmo passo, um melhor serviço de transporte aos que se utilizam dos serviços da mesma viação.** Ultimando o projeto, feito o orçamento, encaminhado este para o Ministério da Viação, escolhido o local para a construção da mesma, publicado o edital respectivo, só nos resta aguardar um pouco para vermos, finalmente, realizada essa antiga, justa e nobre aspiração da gente laboriosa e paciente de Carazinho. K. Nuto<sup>783</sup>. (grifos nosso).

A necessidade de maior número de vagões para escoar a produção e de ampliação da viação férrea para atender ao desenvolvimento do município era tratada diretamente, entre os representantes políticos municipais e os dirigentes estaduais e federais. Conforme as frases negritadas no texto transcrito, é perceptível a idéia de industrialização que tomara conta dos seguidores de Vargas, na medida em que eram fortalecidas as bases para que isso ocorresse, no caso, a exportação da madeira, que estava ligada diretamente às melhorias desse meio de transporte.

*O Noticioso* de 1944 trazia em suas páginas uma nota que demonstrava a força da Associação Comercial na resolução e agilização dos problemas econômicos do município.

**O sr. Interventor Federal atendeu ao apelo do sr. Prefeito Municipal.** Como é do conhecimento público, a firma Dambros & Piva viu-se na contingência de paralisar provisoriamente a sua fábrica de aduelas e caixas, em virtude da falta de transporte para os mercados consumidores, ocasionando isso ficarem sem trabalho mais de sessenta famílias de operários. **Entre outras providencias tomadas, a firma Dambros & Piva apelou para a Administração Municipal no sentido de interessar-se junto aos poderes competentes para conseguir vagões a fim de escoar a produção.** Incontinentemente, o Sr Prefeito levou o fato ao conhecimento do

<sup>783</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 393, ano. VII, 4 de fev., de 1937. p. 2.

**exmo. Sr. Cel. Interventor Federal no Estado, solicitando medidas a respeito,** pois com a paralisação das atividades industriais da referida firma, por absoluta falta de transporte, ficariam sem assistência assegurada e implicitamente sem benefícios patronais de assistência social, como ficou esclarecido, numerosas famílias. Em data de 31 de outubro último, o dr Diretor Geral da Secretária de Obras Públicas, respondendo pelo expediente dessa Repartição, **oficiou ao Sr. Albino Hillebrand, Prefeito Municipal, comunicando-lhe que, tomando em devida conta os legítimos interesses da aludida firma e em atenção às razões constantes de seu pedido formulado ao exmº Sr. Cel. Interventor Federal, já tinha sido providenciado através do Departamento de Transportes, sobre a retirada de um lote de 10 vagões do serviço de embarques de forragem do S. S. M<sup>784</sup>.** (grifos nosso).

A linguagem discursiva do jornal enfatiza a relação direta mantida entre as elites econômicas e políticas de Carazinho. Em virtude do pedido efetuado pelo prefeito, o interventor atendeu de imediato à solicitação dos empresários, revelando uma situação na qual as relações políticas serviam aos interesses econômicos, embora o benefício privilegiasse a comunidade e os trabalhadores. Também neste aspecto Getúlio se fazia presente pela imagem que reproduzia na sociedade, de líder progressista e reformista, responsável pela pronta resolução dos possíveis entraves ao desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, prevaleciam os interesses dos industrialistas e comerciantes, atendidos de imediato pelas lideranças políticas locais, segundo a linha adotada pelo ditador. Portanto, salientamos que desde o início do século XX a sociedade brasileira convivia com os privilégios de uma elite rural, avessa ao novo modelo de Estado proposto.

Na mesma linha de ação, o *Jornal da Serra* trazia detalhes do atendimento de reivindicações de Homero Guerra, que, inclusive elaborou, um decreto para formalizar a chegada dos vagões necessários para dar escoamento à produção de madeira: [...] “comunique madeireiros Gal. Flores da Cunha cientificou-me sua iniciativa mandar 15 junho em diante totalidade vagões empregados transporte gado descongestionar estoques madeira existente nossa zona. Atendendo pedido dr. Homero Guerra, General criará decreto a ser assinado estes dias [...]. Sigo domingo. Saudações. Hillebrand<sup>785</sup>.

No ano de 1937, em plena campanha presidencial, Getúlio Vargas promoveu dissidências partidárias na agremiação política que dava sustentação a Flores da Cunha (PRL) no Rio Grande do Sul. Assim, Flores perdeu a maioria parlamentar e teve de se exilar no

<sup>784</sup> NOTICIOSO, Carazinho, n. 111, ano III, 08 nov. 1944. p .01

<sup>785</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 410, ano. VII, 3 jun. 1937. p. 4.

Uruguai, passando a ocupar o seu lugar o interventor general Daltro Filho. O “Jornal da Serra”, refletindo essa nova situação, retrata em suas palavras a posição das elites carazinhenses, sempre apoiando Vargas:

**A luta em que o governador do estado se empenhou contra o supremo magistrado da nação, teve seu epílogo domingo ultimo, com a renúncia de Flores da Cunha à governança do Rio Grande do Sul. Não precisamos rememorar os antecedentes dessa luta danosa aos interesses do Estado e da República a que a ambição e paixão partidária arrastara o governante gaúcho, pois, são fatos do conhecimento de todos e recentes. As célebres “turmas de rodoviários”, armados a metralhadoras e fuzis dizem bem das torvas intenções do ex-governador do Rio Grande. O nosso Estado era uma espécie de quartel-general dos revolucionários de 1935. Cumpria, pois, ao Governo Federal agir com energia e rapidez para evitar que se produzisse aqui o espetáculo de 35. Coube ao Gal. Daltro Filho, ilustre oficial do Exército Brasileiro, executar as ordens do governo da República. E S. Ex. dela se desincumbiu magistral e patrioticamente, evitando o derramamento de sangue e perda de vidas preciosas. O Gal. Flores da Cunha, que tanto ameaçou a paz do Rio Grande e do Brasil, terminou abandonando o governo e seus amigos, indo homiziá-lo no Uruguai. Irmanados todos, agora, nos mesmos anseios da paz e ordem, de trabalho e de progresso esqueçamos o período tormentoso de que saímos e nos entreguemos a tarefa meritória de elevar ainda mais o Rio Grande do Sul no seio da Federação. Demonstramos que somos, realmente um povo patriota, ordeiro e trabalhador. K. Nuto<sup>786</sup>. (grifos nosso).**

Portanto, a figura de Vargas continuava se sobrepondo às demais lideranças. Seus seguidores, como demonstra a notícia do jornal, mais uma vez saíam em defesa dos embates políticos, pois a figura central continuava sendo a do presidente da República. Dessa forma, a nota retrata a competência socioideológica com que os mesmos apoiadores de Flores se voltaram contra ele, demonstrando a sua escolha pelo lado mais forte.

### **3.3 A delimitação do poder das elites políticas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho e a manutenção do poder econômico**

O capítulo destinado ao fechamento deste trabalho retoma os fatos, evidências e comprovações apresentadas ao longo da tese, no sentido de mostrar que o poder das elites nos municípios pesquisados encontrava-se relacionado, diretamente à manutenção do poder econômico. Nesse sentido, firmou-se a nova burguesia, constituída de comerciantes,

<sup>786</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 430, ano. VII, 21 out. 1937. p. 4.

industriais, agropecuaristas e profissionais liberais, dentre tantas outras novas profissões surgidas, que, ao lado dos políticos, empenhavam-se em apoiar o modelo de Estado instituído por Vargas e, desse modo, garantiam a continuidade dos benefícios e regalias a que se haviam acostumado, mesmo num período em que os partidos apareciam mascarados pelas associações.

Em nível nacional, a prática burguesa que se seguiu à década de 1930 revelava uma tendência à consolidação das suas posições de barganha, especialmente em se tratando dos órgãos estatais. Existia uma preocupação crescente com a ausência de uma política industrial definida, que se traduzia em demandas que coincidiam com a busca da intervenção estatal para regular as questões pendentes. Tal tendência levou a burguesia a apoiar o regime instaurado a partir de 1937, que se caracterizou por um período de dominação autoritária que durou até 1945 (Estado Novo)<sup>787</sup>.

Ressaltamos que a Revolução burguesa, acentuada no pós-30, sob a marca do avanço na industrialização, acelerou o desenvolvimento no aspecto econômico e também no campo político, assinalando um novo pacto de poder, que alterou a correspondência de forças dentro da classe dominante e, a questão social com um novo tratamento para os setores operários e médios urbanos<sup>788</sup>.

Para Fonseca, os aspectos econômicos, políticos e sociais direcionavam-se para o fortalecimento do poder da burguesia, o qual exigia o tratamento concomitante de uma série de questões:

Os limites da intervenção estatal frente aos interesses da iniciativa privada, como se dariam as alianças com o capital estrangeiro, a divisão de atribuições entre a união, estados e municípios; a apropriação de recursos naturais, **a regulamentação do trabalho assalariado urbano, no direito de votar e de representação política; a “questão nacional” vem a tona – não em posição ao capital estrangeiro, mas principalmente como crítica ao regionalismo e ao domínio político oligárquico anterior a 1930: passa, pois, a definir-se novo interesse nacional. Este não mais representa abstratamente os interesses de uma fração de classe dominante, como na República Velha, mas o da totalidade da burguesia enquanto classe.** Os conflitos políticos, que até 1930 ganhavam a aparência oficial de conflitos entre estados, deslocaram-se para outro eixo, tronando-se conflitos de classes, e, como tais, tratados nacionalmente, seja na tentativa de absorvê-los (pela legislação trabalhista e pela representação “classista” da Constituição de 1934), de abafá-los

<sup>787</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69.

<sup>788</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 28.

(como no Estado Novo), ou de mascará-los administrando-os (como no populismo)<sup>789</sup>. (grifos nosso).

O contexto acima narrado por Fonseca relaciona os elementos importantes que faziam parte do modelo imposto por Vargas, especialmente aqueles que deixavam de lado os interesses da classe dominante, representando o passado, para se voltarem aos novos interesses, das novas classes que surgiam para compor o cenário do país. A esse respeito, Avellar enfatiza que a Constituição de 1934 criou os Institutos de Previdência Social para dar assistência aos bancários, industriários, comerciários, os quais haviam se tornado muito onerosos ao país, quer pela multiplicação das unidades, quer de cargos. Outra providência administrativa foi o melhoramento dos transportes e da eletrificação<sup>790</sup>.

Em Passo Fundo *O Nacional* salientou a importância comercial do município para o desenvolvimento do estado, visto que era o ponto de convergência da produção de diversos outros. A notícia referia-se à situação das estradas e ao descaso do governo do estado com relação a Passo Fundo; portanto, a produção em larga escala exigia meios de transporte que atendessem aos mercados interno e externo, para o que era necessário. Assim,

**não é preciso salientar a importância comercial que ocupa o município de Passo Fundo no estado do Rio Grande do Sul.** Dentro dos seus 8.600 quilômetros quadrados, labuta uma população com mais de 120.000 habitantes que se dedica a lavoura, pecuária, comércio e a indústria. Além de sede, a cidade de Passo Fundo, com 20.000 habitantes, tem povoações florescentes, cujos distritos superam em produção alguns municípios gaúchos. Citemos Carazinho, principal centro da indústria madeireira no Estado, Não-Me-Toque, Tapera, Marau, Sarandi e Sede Teixeira, cujo escoamento é feito pelas estações ferroviárias de Sertão, Cochilha, Passo Fundo, Pulador, Carazinho, São Bento e Pinheiro Mercado, todas neste município. **Para a cidade de Passo Fundo converge grande parte da produção agrícola dos municípios vizinhos** de Guaporé, Soledade, Erechim e Palmeira, bem como todo o oeste catarinense, via Nonohay, com a erva mate extraída naquele Estado. **Se tivéssemos boas estradas**, principalmente intermunicipais, mais rápido seria o progresso desta região, até hoje desamparada pelos poderes públicos, do Estado. Podemos assegurar, sem medo de errar, porque aí estão os quadros estatísticos organizados pelo Estado, que esta região é a maior produtora de madeiras, banha, erva mate e trigo, **tudo de iniciativa particular, sem que até hoje tenhamos sequer uma repartição pública para orientar o produtor a fim de ser melhorado o produto para ser apresentado nos mercados consumidores**<sup>791</sup>. (grifos nosso).

<sup>789</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 28.

<sup>790</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- FENAME- Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro, 1970. p. 295.

<sup>791</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 653, ano VIII, 19 jun. 1937. p. 27.

O poder econômico, evidenciado no fragmento do jornal, mostra o universo de ocorrências por que passavam os mercados consumidores da região. A atuação do Conselho Municipal de Abastecimento e Preços de Carazinho, por intermédio da sua diretoria, demonstrava que seus representantes mesclavam-se entre políticos, comerciantes e industrialistas: Assim é que temos: Albino Hillebrand e Henrique Hammes, respectivamente prefeito municipal e coletor estadual; Henrique Thormann, representante dos atacadistas; João Bassani Filho, dos produtores; Guilherme Baccon, dos varejistas; Levino Junges e Dario Canales, dos consumidores. Os dois últimos representam o Sindicato dos Marceneiros, associações profissionais e Círculo Operário<sup>792</sup>.

Ressaltamos o incentivo dado ao cooperativismo e associativismo. Getúlio Vargas, desde o Governo Provisório, estabelecera que as classes produtoras deveriam organizar-se sob a forma de “consórcios profissionais cooperativos”, com o objetivo de defender os interesses dos associados. No Rio Grande do Sul a forma que predominou foram as cooperativas e os sindicatos. O Sindicato dos Madeireiros foi sempre motivo de notícias nos jornais locais e também da capital. Era comum na época enviar telegramas para que o interventor tomasse conhecimento de todos os atos efetuados pelos sindicatos. O texto de um telegrama enviado demonstra esse fato:

Cel Cordeiro de Farias - Interventor Federal- Porto Alegre- Sindicato patronal beneficiados madeiras. Comunicamos realização de eleição delegado classista deverá representar interesses beneficiadores madeiras Estado dentro Instituto Nacional Pinho. **Referida eleição processou-se dentro todas as normas legislação trabalhista e sindical atualmente vigor sendo assistida por representantes Delegacia Regional Ministério Trabalho.** Tendo sido agora publicada entrevista Jardelino Ribeiro, funcionário Secretaria Agricultura dando como delegado classista rio-grandense nome senhor Ely Loureiro de Souza, este sindicato apressa-se vir dizer vossência que não há por qual classe madeireira tenha sido indicado referido sr. Nome indicado Sindicato Patronal beneficiadores madeiras foi Dr. Eurico Araujo e aquele solicita bons ofícios vossência sentido ser transmitida sua indicação ao Instituto Nacional Pinho. Cordiais Saudações, Pelo sindicato patronal dos beneficiadores de madeiras e Antônio Camino, secretário<sup>793</sup>. (grifos nosso).

A ênfase dada à legislação trabalhista oportunizava visibilidade à nação da nova visão de social introduzida na época. Pela Constituição de 1937 foi introduzido o Conselho de Economia Nacional, composto de representantes dos setores da produção, designados pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos por lei, com a representação paritária de

<sup>792</sup> NOTICIOSO. Carazinho, n. 72, ano II, 12 jun. 1944. p. 01.

<sup>793</sup> DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 18 jun., de 1941. n. 145

empregados, sob a presidência de um ministro de estado. Inicialmente, competia ao governo a iniciativa das leis, não sendo admitida a discussão às de iniciativa de qualquer das câmaras sobre matéria orçamentária ou que aumentassem despesa. Para isso, haveria um Conselho Administrativo, dependente do presidente da República, com alçada em política administrativa e matéria orçamentária<sup>794</sup>. No fragmento que segue constatamos essa realidade:

Cel. Cordeiro de Farias – Interventor Federal Rio Grande do Sul- Palegre. Transcrevemos nosso telegrama datado 18 junho findo explicando vossência situação representação classista exportadores madeiras estado Rio Grande do Sul e pedimos neste bons officios vossência sentido ser solucionada questão junto Ministério Trabalho e presidente Instituto Pinho: Coronel Cordeiro Farias, Interventor Federal – P. Alegre. Levamos conhecimento vossência, em confirmação nosso telegrama dia dez corrente que em sessão assembléia geral extraordinária Sindicato Patronal Exportadores Madeiras foi eleito delegado classista destinado integrar Conselho Regional Junta Deliberativa Instituto Nacional Pinho Sr. Herminio Pena. Essa eleição foi processada dentro todas normas legislação trabalhista sindical atualmente vigor. Devemos declarar que único órgão representativo classe exportadores madeiras nosso estado é somente sindicato citado desde que congrega seu seio trinta cinco exportadores madeiras quase totalidade existentes Rio Grande do Sul estando também devidamente reconhecido ministério trabalho. Isto posto protestamos por todos meios contra fato ter Ely Loureiro tomado posse reunião realizada Curitiba cargo delegado classista nosso estado sendo tal indicação feita pelo Sindicato Atacadista Materiais Construção com séde em Porto Alegre. Tal fato foi comunicado ao Correio do Povo pelo Dr. Jardelino Ribeiro, funcionário secretaria do estado, que também tomou parte referida reunião e que deveria ser o primeiro a impugnar tal posse porquanto sabe muito bem que Sindicato Atacadista está muito longe de representar classe exportadora Estado. Neste telegrama deixamos consignado nosso protesto veemente contra tal aberração do direito, mesmo porque não compreendemos os termos realizados uma eleição dentro todos preceitos estatutários, presença próprio representante delegacia regional ministério trabalho para sermos depois esbruidos de nossos direitos por simples indicações de um sindicato de atacadistas materiais de construção. Com máximo respeito solicitamos vossência, qualidade nobre patriótico governante Rio Grande do Sul, em quem laboriosas classes nosso estado, habituados depositar toda confiança e para quem apelam todos momentos carecem justas soluções suas aspirações, sentido ser reconhecido nosso direito como ato inteira justiça. Cordiais saudações. Pelo sindicato patronal dos exportadores madeiras. (assinado) Aparício Nunes, tesoureiro no exercício da presidência. Aproveitamos oportunidade apresentar vossência protestos inteira solidariedade. Pelo sindicato Patronal dos Exportadores Madeiras. Aparício Nunes - Tesoureiro, no exercício da presidência<sup>795</sup>.

O jornal *Correio do Povo* transcreveu uma nota de Passo Fundo referendando a indústria da erva-mate, tendo em vista a importância desta cultura para o desenvolvimento do estado; também salientava a fundação do sindicato da erva-mate. De acordo com o jornal:

<sup>794</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- FENAME- Fundação Nacional de Material Escolar. 1.ed. Rio de Janeiro. 1970. p. 296.

<sup>795</sup> DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. Em 7 de jul., de 1941. n. 145.



Com a fundação do Sindicato do Mate Rio-grandense e da empresa do mate, que faz parte do departamento industrial e comercial desse Sindicato, os negócios de erva mate nessa zona estão melhorando consideravelmente, notando-se grande interesse por parte dos produtores da “Ilex”. Nesta cidade encontra-se o Luiz Lângaro, um dos diretores da empresa, que veio receber os engenhos do sr. Polidoro Martins Albuquerque, Bueno Issler e Bercher, tendo já recebido os engenhos de Boa Vista do Erexim, de propriedade dos srs. Joaquim e Frederico Reichmann e Guilherme Segger e, na Estação de Erexim do sr. Emilio Matt. Esses engenhos estão trabalhando dia e noite e produzindo artigo exclusivamente de primeira qualidade para que a empresa do mate entre no mercado com artigo puríssimo conforme exige o Sindicato do Mate. As entradas de erva mate nessa cidade tem sido avultadas, e ervais que não eram cortados a anos, estão sendo atualmente, em virtude de melhores preços aberto pela referida empresa. Aguardam. os ervateiros, a publicação do regulamento que oficializou o Sindicato do Mate, para que essa indústria possa, de fato, ressurgir neste Estado<sup>796</sup>.

Em setembro de 1933, o *Correio do Povo*, redigiu uma nota enfatizando a aprovação e regulamentação do comércio da erva-mate:

**Nos meios ervateiros foi recebida com a mais viva satisfação, a aprovação, pelo governo, do regulamento do comércio do mate neste Estado, que irá defender a indústria ervateira da ameaça de morte que pairava sobre si. Os ervateiros, jubilosos, celebraram com um banquete no clube Comercial desta cidade, domingo próximo, esse acontecimento, que marcará o reerguimento da indústria de erva mate no Rio Grande. [...] o churrasco oferecido pela filial de Passo Fundo da empresa Rio Grandense Mate Ltda. filiada ao Sindicato do Mate Rio-grandense, em regozijo por ter o governo do Estado regulamentado aquele decreto que criou aquela instituição. A idéia deste Sindicato partiu desta cidade e a sua realização constituiu uma verdadeira vitória dos ervateiros locais, a frente dos quais esteve sempre o Sr. Victor Issler.** Justo era, pois, que Passo Fundo comemorasse dignamente, coroando a obra que virá em benefício de toda esta região, pois não se trata de um “trust”, mas de um sistema de cooperação entre industriais e produtores<sup>797</sup>. (grifos nosso).

A presença na diretoria do sindicato de nomes ligados à elite econômica demonstra a proximidade com que conviviam os atores da época. Política e economia seguiam representando uma realidade, na qual os sujeitos se posicionavam para ajudar e produzir em nome das relações de poder que queriam manter.

Da mesma forma que a madeira, a erva-mate e a banha também se constituíam nos produtos industriais de grande força para o setor exportador de Carazinho, colaborando para o crescimento econômico estadual. Uma notícia que provocou confusão no comércio e classe produtora da banha foi destacada pelo jornal *Correio do Povo* em agosto de 1935,

<sup>796</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 180, ano XXXIX, 3 ago. 1933. p. 07.

<sup>797</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 221, ano XXXIX, 21 set. 1933. p. 07.

Carazinho, 1, (Via postal) - A noticia estampada num matutino dessa capital, em sua edição de domingo último, dizendo que, em virtude da revolução do Banco do Brasil de reformar, integralmente as cambiais<sup>798</sup> de exportação de banha e demais derivados do porco em virtude de que iria baixar de 800rs a 1\$000 em quilo, produziu grande alarme dos produtores dessa gordura neste município. Tratando-se de um dos fatores mais eficientes da economia carazinhense, justo era que tão alarmante noticia produzisse um movimento de inquietação entre os nossos colonos que tem na banha um dos esteios de sua riqueza. Para que bem se possa avaliar o grau de repercussão dessa notícia, basta dizer que na noite de terça para quarta-feira dessa semana, inúmeros caminhões vieram do interior do município, prolongando o trabalho de recebimento na refinaria local, até as 24 horas desse dia, havendo ficado para as primeiras horas do dia imediato, seis caminhões carregados, chegados a vila, altas horas da noite. Uma só firma local entregou a refinaria dessa vila, 40.000 quilos de banha, na refinaria, terça-feira, um dia após ter-se conhecimento da mencionada notícia. Nos dias subseqüentes, continuaram a chegar diariamente e até durante a noite, dezenas e dezenas de caminhões abarrotados de banha, que era descarregada na refinaria do Sindicato. Hoje a gerência desse estabelecimento, recebeu da diretoria do Sindicato da Banha o seguinte telegrama, que veio tranquilizar os colonos produtores dessa gordura. “para tranquilizar produtores podeis divulgar interessados ai estar Sindicato da Banha vivamente empenhado manutenção preços atuais base dois mil quinhentos reis cif P. Alegre. Saudações. Frederico Trein. Presidente do Sindicato”. Essa noticia veio restabelecer a calma, desaparecendo o nervosismo dos primeiros dias. **A medida mandada adotar pelo Conselho Superior do Comércio parece mais uma manobra de interessados na baixa do preço da banha, do que uma medida que vise acautelar o bem coletivo. Não se explica que agora que esse produto uma das colunas da economia rio-grandense, depois de uma prolongada crise, em que seu preço chegou a ser cotado a razão de 600rs o quilo, teve sua cotação melhorada, o governo procure restringir sua exportação quando recém estamos em começo de safra de banha, cuja produção este ano será uma das maiores desta região**<sup>799</sup>. (grifos nosso).

Analisando o discurso do jornal *Correio do Povo* fica evidente que a elite econômica local determinava os rumos do crescimento econômico e, por tabela, do desenvolvimento do estado. Assim, qualquer medida que fosse determinada sem a eminente consulta dos pares interessados, causava ferrenhas divergências, tendo que muitas vezes os detentores do poder formal voltar atrás em suas decisões. Nesse caso, o discurso contribui cumulativamente para a reprodução das estruturas sociais.

Transcreveu o *Correio do Povo* nota de Passo Fundo na qual ficava claro o descontentamento dos produtores de trigo com o governo Vargas:

Ainda existem nessa cidade, pregados em casas comerciais e escritórios, cartazes de propaganda do cultivo de trigo com autógrafa do sr. Getúlio Vargas, quando presidente do Estado. Naqueles tempos, o futuro ditador, aconselhava os colonos, para que desenvolvessem o mais possível, o plantio do trigo, pois nele estava a

<sup>798</sup> O jornal não se referia a taxas, mas apenas a cambiais. CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.183, ano XLI, 07 ago. 1935.p. 08.

<sup>799</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.183, ano XLI, 07 ago. 1935.p. 08.

riqueza da pátria. Infelizmente, porém, os seus conselhos foram ouvidos, e hoje esta zona já produz trigo mais que suficiente para nosso consumo, sendo necessário exportar-se o saldo da produção. Aí, justamente, é que está a dificuldade! O frete é caríssimo! Os impostos municipais e estaduais vêm completar essa dificuldade, tornando proibitiva a sua exportação mesmo para o interior do Estado. Há cerca de um mês ou dois, a importante firma Justo e Cia., estabelecida em Curitiba, desejando adquirir 20.000 sacos do nosso trigo, solicitou de uma firma local que estudasse o assunto e que lhe enviasse os dados sobre preço e despesas até a Capital paranaense. Foram os seguintes os dados fornecidos àquela firma: custo por saco, 15\$500; frete, 4\$800; imposto estadual, 1\$500; imposto estatística municipal, \$200; outras despesas, \$200; Total: 22\$200. Portanto um saco de trigo nosso posto sobre vagão em Curitiba, custa 22\$200, quando o de procedência Argentina sai, posto em Antonina por 19\$000. Como é natural, a firma Justo e Cia., desistiu da idéia de trabalhar com trigo nacional, por custar o nosso mais 3\$200 que o similar Argentino. *Plantai Trigo.*<sup>800</sup>

Quando, entretanto, os interesses da elite econômica não estavam de acordo com os interesses do governo, medidas eram tomadas independentemente do grau de satisfação ou não dos envolvidos no processo. É importante, então, salientar que, apesar das formais promessas efetuadas pela diretoria do Sindicato da Banha, quando se soube no estado da resolução do Conselho do Comércio Exterior<sup>801</sup>, no sentido de câmbios provenientes da exportação da banha e de outros derivados do porco terem sido entregues, em sua totalidade, ao encargo do Banco do Brasil, aconteceu uma baixa de preços. Essa medida confirma que os interesses da elite conflitavam com os interesses do governo.

No mundo capitalista a colocação de qualquer produto nas mãos do consumidor não é uma tarefa simples. Com a finalidade de atingir o consumidor e evitar os revezes econômicos e políticos, os madeireiros e os produtores de banha adotaram o sistema de cooperativa e sindicatos. Assim, unindo os interesses particulares aos de outras classes, puderam participar da política econômica local, pois a “participação efetiva do conjunto dos associados é a garantia do poder de que necessitam os sindicatos para conquistar e conservar sua autonomia frente a outras instituições que buscam controlá-las”<sup>802</sup>.

Dessa forma, ainda durante o Estado Novo, período ditatorial de Vargas (1937-1945), alguns líderes empresariais, técnicos da administração governamental, intelectuais e políticos passaram a defender uma política de desenvolvimento industrial e de planificação da

<sup>800</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.125, ano XL, 31 maio 1934. p. 08.

<sup>801</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.215, ano XLI, 14 set. 1935.p. 08.

<sup>802</sup>SILVA, Roque Aparecido da. Representatividade, democracia e unidade no sindicalismo brasileiro. In: *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 18.

economia. A guerra funcionou como poderoso estímulo à industrialização, na medida em que, diante da impossibilidade de se importarem os produtos manufaturados que normalmente vinham do exterior, as indústrias já instaladas no país foram obrigadas a um esforço suplementar a fim de abastecer o mercado interno<sup>803</sup>. Para D’Araujo, “o fundo ideológico do modelo varguista tinha como premissa o desenvolvimento autônomo, que, por sua vez, geraria uma riqueza nacional sólida e independente”<sup>804</sup>.

Na concepção de Vianna, os pontos básicos de um pensamento autoritário referem-se à interpretação das crises institucionais brasileiras como uma separação entre as instituições políticas e as condições sociais materiais do país. Daí o porquê da existência de um Estado forte e intervencionista, particularmente diante da diferenciação social trazida em face da industrialização<sup>805</sup>.

Uma organização corporativa da sociedade é então, contratada à democracia, pelos autoritários, como solução para todo tipo de desequilíbrios. **Dentre estes últimos, a polarização entre forças locais e regionais e poder centralizador é talvez o mais importante.** Flutuações desse tipo são vistas pelos intelectuais basicamente como resultado do funcionamento do mercado numa base liberal e, nesse sentido, **os autoritários argumentaram que o fortalecimento do Estado está intimamente ligado à sua intervenção na vida econômica.** Por um lado, o Estado seria o agente disciplinador do mercado e, por outro, atuaria como produtor em áreas onde a iniciativa privada fosse incapaz de entrar<sup>806</sup>. (grifos nosso).

A participação das elites econômicas na condução dos negócios públicos pela criação de órgãos ou conselhos técnicos tinha a finalidade de favorecer a expansão do capitalismo. Nesse sentido, era dada preferência às elites industriais em detrimento das elites rurais, por serem consideradas politicamente mais capazes. Segundo Cerqueira, os valores da liderança industrial nessa época convergiam para a mesma escala de prioridades básicas. Inicialmente, os empresários associavam os interesses da indústria aos da nação (um fato que, no contexto da competição com as forças agrárias, toma um significado especial); o crescimento, dessa forma, passa a ser medido pela “grandeza da nação”. Num segundo momento, a idéia de elite empresarial de renovação econômica por meio da industrialização estava relacionada a uma

<sup>803</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 120.

<sup>804</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>805</sup> VIANNA, Oliveira F. Problemas de política objetiva. Rio de Janeiro: Record, 1974. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69.

<sup>806</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69.

percepção da necessidade de o país ocupar uma nova posição na divisão internacional do trabalho, como produtor de manufaturados industriais, não como exportador de bens primários. Também os industriais referiam a necessidade de defenderem os recursos estratégicos do país por meio do controle estatal<sup>807</sup>.

Para tanto, lembramos que, de acordo com D'Araújo, Vargas projetou-se como a vanguarda da sociedade agrária, que o moldou como indivíduo e homem público, mas vivenciou também a desorganização dos valores, das maneiras de vida que condicionaram suas origens. Assistiu-se à reciclagem do sistema agroexportador, cujo colapso abreviou, na grande crise de 1929, a busca dos inesperados caminhos da industrialização. As medidas de emergência adotadas para debelar os efeitos perniciosos da crise do café constituíram-se no caminho aberto para uma reorientação profunda de metas sociais e valores políticos, num processo de transformação econômica que a todos impeliu, recortado pelas velhas e novas contradições que emergiam. Comprometido com o passado, mas voltado para as potencialidades que abriam novas perspectivas à sociedade do futuro, Vargas promoveu práticas temporalmente diversas, ajustando aos seus métodos a ação, inserindo novas tendências que lhe eram reveladas e que ele operacionalizou e manipulou<sup>808</sup>.

A intervenção do Estado no pensamento autoritário era vista como uma atividade regulatória. A função produtiva era admitida no caso das indústrias de base estratégica, muito embora essas indústrias estivessem longe de propor soluções técnicas para a implementação de programa nessa área. A partir de 1937 a posição das indústrias quanto ao estilo corporativo de participação tornou-se mais nítida. Esse estilo foi valorizado pelos empresários por ocasião do funcionamento das primeiras agências consultivas que entraram em operação, sendo a primeira em 1934 e a segunda em 1937. Tais agências eram o Conselho Federal do Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças. A principal mudança introduzida com a criação dessas agências foi a legitimação da negociação direta entre o setor privado e a burocracia, No entanto,

---

<sup>807</sup> CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresário e estado no Brasil: 1930/1945*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1977. p. 34. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 70.

<sup>808</sup> D'ARAÚJO, M. C. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; FGV, 1999. p.15.

[...] embora positivamente valorizada pela classe industrial por implicar a conquista de um espaço político dentro da burocracia estatal, essa prática de negociações diretas também implicava a fragmentação da classe industrial como um todo. A negociação direta maximizava as oportunidades de empresas individuais exercerem pressão numa base individual, mas também favorecia um padrão de demandas particularistas e imediatas<sup>809</sup>. (grifos nosso).

Com o novo regime adotado por Getúlio Vargas (Estado Novo), o jornal *O Nacional*, anunciou em suas páginas sobre uma reunião que ocorrera no Clube Pinheiro Machado, em Passo Fundo, na qual a Frente Única e a Dissidência Liberal teriam se pronunciado sobre os acontecimentos que estavam se desenvolvendo no país. Assim relatou o jornal:

[...] abrindo a seção, o sr Inocêncio Schleder concedeu a palavra ao dr. Tenack de Souza, que disse dos fins da reunião, após um rápido comentário sobre a situação do momento e, colocou em discussão o assunto. Pedindo a palavra o Sr. Djalma Curio de Carvalho fez um rápido estudo do momento brasileiro e da constituição decretada em 10 de novembro, das suas vantagens, tais como a centralização do poder, unificação do país que vem por fim aos regionalismos impatrióticos e a morte da politicagem e após estudar a personalidade do sr. Getúlio Vargas, propôs a assembléia que se apoiasse o novo regime instituído no país por imposição das nossas necessidades. Essa proposta foi muito aplaudida. O Sr. Djalma propôs então se passassem telegramas ao Sr. Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Maurício Cardoso, Raul Pilla, Augusto Simões Lopes, Nicolau Vergueiro e ao Gal. Daltro Filho, interventor federal do Estado, comunicando a resolução da assembléia. O acadêmico Ivanio Pacheco, tomando a palavra em nome do presidente da Dissidência Liberal, propôs se comunicasse também a resolução tomada, ao cel. Vazulmiro Dutra. Essas propostas foram aprovadas unanimemente. Voltando novamente à tribuna, o sr. Djalma Curio de Carvalho, disse que solicitado por um grupo de correligionários aos quais aderiu com prazer, propôs se enviasse uma moção de aplausos, ao Sr. Major Creso de Barros, executor do estado de guerra nessa cidade, pela maneira enérgica e serena, altamente patriótica, com que vem agindo em sua espinhosa missão. Foi aprovada esta proposta com uma farta salva de palmas. Com grande entusiasmo pelo novo regime terminou a seção tendo sido lavrada uma ata<sup>810</sup>.

Também no jornal *O Nacional*, encontramos um telegrama que fora enviado por membros do Círculo Operário de Passo Fundo a Getúlio Vargas,

Presidente Getúlio Vargas, Catete – Rio. Em nome 1500 associados Círculo Operário Passo Fundo, felicita grande feito, altamente patriótico v. excia única salvação da pátria. (as.) Albino Franchini, presidente; Antonio Giavarina, delegado geral; padre José Banse, assistente eclesiástico<sup>811</sup>.

<sup>809</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 71.

<sup>810</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.850, ano XIII, 12 Nov. 1937. p. 01.

<sup>811</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.850, ano XIII, 12 nov. 1937. p. 01.

Notamos, com referência ao relatado pelo jornal, *O Nacional*, que tanto a classe política quanto a econômica se congratulavam com o novo modelo de Estado adotado por Getúlio Vargas para não perder o seu apoio. Vale lembrar que com o novo regime os partidos foram fechados, mas permaneciam funcionando sob a égide de associações.

No mesmo ano, 1937, diversos telegramas foram enviados para Getúlio Vargas e também para ex-chefes políticos, mas ainda considerados pessoas importantes dos partidos na região de Passo Fundo. A título de exemplo, transcrevemos dois deles, o primeiro enviado para Getúlio Vargas e o segundo, para Borges de Medeiros, Maurício Cardoso, Raul Pilla, Augusto Simões Lopes, Nicolau Vergueiro e Vazulmiro Dutra.

São estes os telegramas transmitidos pelos partidos coligados da Frente Única e ex-Dissidência Liberal: sr. Getúlio Vargas, Palácio do Catete – Rio. Frente Única, ex-Dissidência Liberal, organizações partidárias que vinham neste município apoiando ação benemérito governo vossência, aplaudem e cumprimentam insigne brasileiro, no momento histórico nacionalidade, instituído governo de respeito e paz. Cordiais saudações. (Ass). **Tenack W. de Souza, pelo Partido republicano; Inocêncio Schleder, pelo Partido Libertador, Adão Kern, pela ex-Dissidência Liberal**<sup>812</sup>. (grifos nosso).

E prosseguia o relato do jornal, transcrevendo os telegramas dos membros partidários aos seus próceres:

Doutores Maurício Cardoso, Augusto Simões Lopes, Raul Pilla, Nicolau Vergueiro – Porto Alegre; Borges de Medeiros – Rio e Cel. Vazulmiro Dutra – Palmeira. Frente Única, ex- Dissidência Liberal deste município, reunidas em assembléia, resolveram por unanimidade, apoiar regime instituído nossa pátria e que se comunicasse vossência nossa resolução. (Ass). **Tenack W. de Souza, pelo Partido republicano; Inocêncio Schleder, pelo Partido Libertador, Adão Kern, pela ex-Dissidência Liberal**<sup>813</sup>. (grifos nosso).

Os artigos transcritos no *O Nacional* chamam atenção pela sua textualidade. De acordo com Orlandi<sup>814</sup>, não são as palavras que significam em si, mas é o texto que significa. Pelo enunciado do jornal, nessa acepção, a ideologia dos membros dos ex-partidos podia ser notada pelos modos como a significação serve para manter relações de dominação. Para tanto, dentro dessa lógica, um poder dominante pode legitimar-se a si próprio por elevação das

<sup>812</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.851, ano XIII, 13 nov. 1937. p. 04.

<sup>813</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.851, ano XIII, 13 nov. 1937. p. 04.

<sup>814</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

crenças e valores. De acordo com Flul<sup>815</sup>, a ideologia diz respeito a qualquer interseção entre sistemas de crenças e poder, independentemente de a interseção negar ou confirmar uma ordem social particular.

Um dos aspectos que mais se ressaltam em Passo Fundo e Carazinho no novo modelo de Estado implantado por Vargas é o de cunho social, embora vinculado ao político e econômico. “Os novos elementos da burguesia eram provenientes de diferentes segmentos: agropecuaristas, comerciantes e industriais, além dos profissionais liberais, provenientes das classes médias”<sup>816</sup>. Os representantes da burguesia industrial gaúcha viam na participação e apoio à situação política a oportunidade de se tornarem co-participantes do poder.<sup>817</sup> Assim é que, sob a bandeira do PRL, foi intensificada a reconstitucionalização do Estado, bem como foram tomadas medidas para enfrentar a crise econômica instalada.

Os empresários industriais foram emergindo pouco a pouco e se organizando como classe, formando uma elite industrial que se mostrava preocupada com os problemas sociais. Outrossim, a Revolução de 1930 deu uma resposta às pressões das massas urbanas em acelerado crescimento, porém as classes trabalhadoras não haviam sido incorporadas no processo político. Pelo contrário, a ampliação do círculo de elite admitia somente a inclusão de empresários industriais, cuja corporação significava, ao mesmo tempo, o controle da classe trabalhadora por uma legislação imposta pelo Estado. Em 1931 Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, estabeleceu por meio de decreto o patrocínio governamental para a formação de sindicatos de trabalhadores qualificados<sup>818</sup>. Sabemos que a legislação trabalhista somente foi estabelecida no ano de 1937, após um longo período de debates dentro da própria classe industrial e muitas greves e conflitos registrados entre 1930 e 1935<sup>819</sup>.

Reconhecemos que a legislação trabalhista envolveu a interação de três atores da época: os empresários industriais, a classe operária e o Estado, este responsável por promover um tipo de mudança que levaria a um novo estágio na economia brasileira, em virtude da

---

<sup>815</sup> FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [ S.l.: s.n.: s.d.]. p. 05.

<sup>816</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. p. 98-99.

<sup>817</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 109.

<sup>818</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 266-267.

<sup>819</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 65.



transformação das relações de produção em relações mais avançadas, pela regulamentação desse importante fator de produção. Dessa forma, o Estado criou as bases para reproduzir a acumulação capitalista industrial em nível da empresa<sup>820</sup>. Nesse sentido, a legislação trabalhista criada na era Vargas pode ser concebida como um instrumento de aspecto favorável ao poder de Estado e com papel reforçador das condições de reprodução e expansão da classe capitalista. Portanto,

**a legislação trabalhista eventualmente reforçou o poder pessoal de Vargas, que precisava de autonomia no exercício de sua função política. Em acréscimo, a legislação trabalhista minimizou a possibilidade de conflitos urbanos originados dentro das próprias elites industriais e conflitos entre capital e trabalho [...] <sup>821</sup>. (grifos nosso).**

Nesse cenário desponta a importância da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A existência desse órgão, em nível institucional, representava uma segurança de que os projetos de legislação social seriam elaborados e reconhecidos pelas lideranças industriais, ao mesmo tempo em que o governo demonstrava que tinha urgência na implementação da política social trabalhista, aceitando maior participação do setor privado<sup>822</sup>. A partir de então, a legislação trabalhista brasileira passou a fazer parte da agenda dos empresários, ao lado de outras reivindicações, a exemplo da diminuição dos impostos interestaduais, da instituição de um conselho conjunto de contribuintes e de delegados do Estado, além da criação do crédito industrial. Tais medidas, sugeridas em 1931 apontavam para os fatores básicos fundamentais à expansão da atividade industrial, ao contrário da burguesia enquanto classe<sup>823</sup>.

No período de 1930 a 1937, muitas leis trabalhistas foram aprovadas, com participação dos empresários privados em todos os estágios de sua elaboração. A partir de 1934 o governo convidou os empresários a participarem de comitês especiais, e, alguns, no próprio Centro Industrial, ao contrário de nas agências do governo. Resumidamente, a legislação trabalhista, consolidada em 1937, envolveu os seguintes aspectos:

<sup>820</sup> OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: Crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972, p. 89. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 66.

<sup>821</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- FENAME- Fundação Nacional de Material Escolar. 1.ed. Rio de Janeiro. 1970. p. 292.

<sup>822</sup> BOSCHI, op.cit., p. 67.

<sup>823</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 67.

(a) a lei de 1931 exigindo que 2/3 dos trabalhadores em qualquer empresa fossem cidadãos brasileiros; (b) a lei sindical (exigindo a organização das classes operária e industrial numa estrutura sindical) que começou a tramitar em 1931 e foi aprovada em 1943; (c) a exigência de identidade profissional (em que o desempenho profissional do indivíduo deveria ser registrado num documento formal) em 1932; (d) a lei das horas de trabalho industrial (estabelecendo uma jornada de 8 horas) em 1936; (e) a regulamentação do trabalho feminino em 1932 e (f) o estabelecimento de um salário mínimo em 1937<sup>824</sup>.

Enfatizamos que desde o início da Era Vargas tornava-se evidente a preocupação do governo com o problema social, revelada especialmente pela ampla produção de legislação sindical e trabalhista, que culminou com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. A aproximação política entre o governo e os sindicatos somente se concretizou nos últimos anos do Estado Novo, mais precisamente em 1942, quando o ministro do Trabalho passou a dirigir-se especificamente aos sindicatos e à classe operária, embora nessa atitude estivesse implícita a necessidade de se colocar um fim na ditadura, mas, ao mesmo tempo, conquistar uma nova classe de eleitores: os trabalhadores assalariados<sup>825</sup>.

Em Carazinho foi instalada uma Junta de Conciliação e Julgamento em 1939, como relatado pelo jornal *Correio do Povo*:

Carazinho, (18) Via Postal- segunda-feira, da semana que hoje finda, **foi instituída em Carazinho a Justiça do Trabalho**, com a instalação nesta cidade da Junta de Conciliação e Julgamento, cujo ato foi presidido pelo sr. João Latuada, inspetor do **Ministério do Trabalho**, ora em visita de fiscalização neste município. A solenidade de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento realizou-se no salão superior do Clube Comercial, às 20 horas daquele dia com a presença das autoridades, empregadores e empregados. Esse órgão da Justiça do trabalho ficou assim constituído: José Ivalino Pessoa de Brum, presidente, indicado pela Associação Comercial e prefeitura, vogais: dr Eurico Araujo, indicado pelos empregadores; suplente, Camilo Sherer e José Candido Martins Quadros, indicado pelos empregados e suplente Alicio Vicelli. Após ser oficialmente instalada a Junta, o sr. João Latuada, fez uso da palavra, discorrendo, longamente e com eloquência, sobre a Justiça do Trabalho, que o Governo do Estado havia decretado há pouco tempo. Fizeram ainda uso da palavra, o sr. Edgar Kasper , secretário da prefeitura, que em nome do Governo municipal, congratulou-se pelas classes trabalhistas e empregadores por esse grande acontecimento que representava a instituição da Junta de Conciliação e Julgamento, para harmonizar interesses de empregadores e empregados, quando seus interesses viessem a colidir. Dr. Ernesto Dable secretário da Associação Comercial, que, em nome dessa entidade, que congrega os empregadores, disse da satisfação que lhes causava **a instalação desse aparelho da Justiça do Trabalho**, e por fim o sr. José Ivalino Pessoa de Brum dirigiu sua

<sup>824</sup> JORNAL DA SERRA. Carazinho, n. 1458, ano XV, 14 set. 1945. p. 04.

<sup>825</sup> CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 72.

palavra aos presentes para agradecer sua escolha para o cargo de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Carazinho[...]”<sup>826</sup>. (grifos nosso)

Por ocasião da dissidência aberta no PRL, instalou-se no estado uma crise, e os líderes políticos de Passo Fundo manifestaram seu incondicional apoio a Flores da Cunha. Telegramas enviados pela comissão executiva do Partido Republicano Liberal ao Estado, transcritos pelo *O Nacional* registram o fato da seguinte maneira:

A crise política no Estado. **Solidariedade ao Gal. Flores da Cunha.** Em vista da crise política recentemente surgida no Estado, conforme temos divulgado amplamente, a comissão Executiva do Partido Liberal, **dirigiu ao Estado**, o seguinte telegrama de solidariedade: **Comissão Executiva do Partido Liberal de Passo Fundo**, ciente do rompimento de disciplina verificando por ocasião do preenchimento da vaga de segundo vice-presidente da Assembléia, vem reafirmar em nome dos liberais do município, integral solidariedade ao seu eminente chefe, **lamentando que um grupo de deputados, menosprezando as injunções partidárias, preferisse reforçar Frente Única com votos ao seu candidato.** Respeitosas saudações. Maximiliano de Almeida. Presidente Dr. Arthur Leite. Secretário<sup>827</sup>. (grifos nosso).

O significado lingüístico do destaque na nota anterior é inseparável da ideologia veiculada pelo discurso. A Frente Única manteve sua posição de destaque até 1937; assim, seus representantes, em nível local e estadual, continuaram desfrutando das vantagens que os cargos dados por Vargas podia lhes proporcionar.

Entretanto, aos poucos Getúlio Vargas foi tirando os poderes de Flores da Cunha. Assim interpretou o *O Nacional* essa configuração:

A situação política do Estado. P. Alegre, 29 (N) – **A imprensa divulga que a resolução do sr. Getúlio Vargas, tirando do gal. Flores, os poderes excepcionais decorrentes do estado de guerra, teve por motivo, um telegrama da oposição na assembléia dissidentes e frenteunistas**, a qual solicitou essa medida, depois de apresentar diversas acusações contra o governador do estado. Somente o sr. Fay de Azevedo não assinou esse telegrama<sup>828</sup>. (grifos nosso).

Flores da Cunha, acuado e pressionado, renunciou ao cargo de governador em outubro de 1937, exilando-se em Montevideú. O governo de Flores encerrava-se deixando um inegável saldo de realizações, como estradas pavimentadas, ampliação dos trechos

<sup>826</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n.147, ano XLV, 23 juh. 1939. p. 04.

<sup>827</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.544, ano XI, 20 out.1936. p. 02.

<sup>828</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2.690, ano XIII, 29 abr. 1937. p. 01.

ferroviários, aquisição da Frota Rio-Grandense, que garantiu a exportação de nossos produtos da lavoura, pecuária e indústria<sup>829</sup>.

Paralelamente às realizações de Flores, Passo Fundo e Carazinho também se encontravam em franco progresso. O *Jornal da Serra* de 1939, em nota intitulada “Amparando a economia nacional”, fazia um relato dos avanços conseguidos por intermédio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, ressaltando dois decretos federais que amparavam a economia e se refletiam em nível local. No texto oficial o presidente da República reforçava a sua intenção de proteger a indústria nacional pela preservação das exportações de matérias-primas sob a forma industrializada, em outros termos, agregando valor às exportações. Identificamos, mais uma vez, o cunho ideológico nacionalista, que marcou a Era Vargas de forma contundente<sup>830</sup>.

O Estado Novo demonstrou ser propício para a consolidação do poder na pessoa de Vargas, ao passo que o banimento das oposições e das idéias contrárias contribuiu para aumentar o seu prestígio. O controle da informação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda estimulava ao culto do Estado e a proliferação de rituais coletivos que exaltavam a figura de Vargas, bem como suas qualidades e origens. Os desfiles, manifestações e programas de rádio encarregavam-se de tornar mais forte a figura do ditador, enaltecendo suas qualidades pessoais, tais como “a coragem, magnanimidade e singeleza”. Também eram exaltadas a sua bravura no enfrentamento dos adversários e a sua firmeza, quando em 1937, mais precisamente em 10 de novembro, dia do golpe, não assumira a responsabilidade de um gesto, “sem titubeios, sem reservas”<sup>831</sup>.

Durante o ano de 1937, mais que a política estadual, a nacional estava em permanente agitação. Ferreira Filho assim descreve esse período:

A Ação Integralista, versão crioula do fascismo, via ameaças ao Brasil de todos os lados e colaborava ativamente com Getúlio, na destruição da precária democracia de 34. O Congresso rolava pela ladeira da desmoralização completa, graças ao

<sup>829</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 236-272.

<sup>830</sup> JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 524, ano IX, de 10 maio de 1939. p.1.

<sup>831</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 17.

despreparo e subserviência da maioria de seus membros. Os comunistas, embora reprimidos pela polícia, ajudavam a perturbar o ambiente. **Os chamados partidos democratas, que realmente representavam a grande maioria da população eleitoral, procuravam posições mais cômodas.** O golpe de 10 de novembro, desfechado por Getúlio, com apoio de alguns chefes militares, foi recebido, se não com aplausos, pelo menos com indiferença, por aqueles que receavam viesse o Brasil a servir, como a Espanha, de campo experimental aos novos armamentos que se preparavam para a 2ª Guerra Mundial. **Sob certos aspectos, o golpe se assemelhou à Revolução de 30. Os governadores perderam os mandatos, todos os órgãos legislativos foram dissolvidos, a Constituição foi revogada**<sup>832</sup>. (grifos nosso).

No Rio Grande do Sul permaneceu como interventor o general Daltro Filho. Por ocasião de sua morte assumiu interinamente o governo Maurício Cardoso, até a nomeação do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. Este realizou um dos mais prósperos governos, incrementando em pouco tempo alguns setores, que antes se encontravam estagnados, como foi o caso da economia, já focalizada, educação e cultura e saúde pública.

Nesse cenário, abordamos o aspecto de educação, cultura e saúde pública de Carazinho e Passo Fundo.

Conforme relatório de Hillebrand, no ano de 1936 tinham sido criados no município de Carazinho a instrução pública, escolas municipais, colégios particulares e colégios elementares. Verifica-se, pelos regulamentos e programas da instrução pública, que eram baseados nas normas do ministro Gustavo Capanema. Naquele momento da política nacional, esperava-se que a educação inspirasse o que deveria ser “o homem novo” para um “Estado Novo”, como dizia Gustavo Capanema<sup>833</sup>.

No ministério de Gustavo Capanema na área da educação e cultura no Brasil (1934-1945) encontravam-se as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados da federação. Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação. O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais; a educação brasileira, refém do elitismo, da imprevisibilidade de investimentos, do desleixo dos governantes. Ressentia-se, portanto, o

<sup>832</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 238-239.

<sup>833</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política. In: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* São Francisco, Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 31.

país da falta de uma política de estado que garantisse o acesso e o direito básico à educação pública, leiga e gratuita. Nesse ministério foi feita uma reforma educacional que permaneceu intocada até a Lei de Diretrizes e Bases de 1961<sup>834</sup>.

Para Martins e Lech, o ministro Capanema empreendeu novas reformas, que ficaram conhecidas por Reforma Capanema de ensino, regulamentadas pelas Leis Orgânicas de Ensino. O ensino secundário passou a ser constituído pelo ginásio (quatro anos) e pelo colegial (três anos), subdividido em clássico e científico. Essa lei apenas acentuou a velha tradição do ensino propedêutico e aristocrático, acrescentando apenas uma ideologia política em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista. O ensino profissional foi introduzido no sistema oficial e nas empresas, impelido pelo crescimento industrial e pela escassez de técnicos estrangeiros em razão da Segunda Guerra. Em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, que pagava ao aluno para estudar. O ensino efetuado pelo Senai era superior ao oferecido pela rede pública, desaparelhada, mas, na prática, a lei não conseguia acompanhar a realidade. Com essa lei, houve um aumento cada vez maior do número de professores leigos e as escolas normais tornaram-se redutos de moças de classe média em busca de “profissão feminina”<sup>835</sup>.

De todos os assuntos administrativos solucionados ou abordados no primeiro semestre de 1938, sem dúvida, o mais importante e de maior alcance foi a reforma feita na instrução pública do município de Carazinho, com o decreto da reforma assinado no dia 13 de maio, em comemoração à abolição da escravatura. Veja-se o teor do documento que a justifica:

Considerando que a Instrução pública municipal carece de conveniente reforma e da criação de novas escolas, tornando assim viável, no município, a obrigatoriedade do ensino consoante dispositivo constitucional;  
Considerando que para a eficiente difusão do ensino primário há necessidade de uma orientação uniforme nos seus métodos, tendentes a fornecer a pronta integração nacional das novas gerações;

<sup>834</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política. In: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* São Francisco, Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 31.

<sup>835</sup> MARTINS, Áureo Luiz Figueiredo; LECH, Marilene Salete Mendes. Educação Brasileira na República. In: POSSANI, Lauro et al. *Multimeios aplicado ao ensino de Ciências I*. Canoas: Ulbra, 1999. p. 14.

Considerando que todas as escolas municipais devem ser ligadas estreitamente pelos mais sãos e puros laços de brasilidade, numa patriótica edificação da nacionalidade [...] <sup>836</sup>.

O documento <sup>837</sup> trazia o decreto, com seus artigos, ao conhecimento do secretário do Interior, o qual se sintetiza em seqüência:

Em seu art. 1º estabelecia a aprovação do plano bienal de reorganização do ensino municipal pela inspetoria municipal, criando no território do município de Carazinho sessenta escolas, que deveriam entrar imediatamente em funcionamento; trinta e cinco seriam nas seguintes localidades: 1º Distrito - São Bento, Pinheiro Marcado e Santo Antônio; 2º Distrito - São José do Gramado, Arroio Bonito, Linha Mantiqueira, Costa do Colorado, Invernadinha, Linha Glória, Vila Conceição, Santo Antônio do Herval; 3º Distrito - Linha Teutônia, Lagoa dos Três Cantos, Barra do Colorado, Linha Sant'Ana; 4º Distrito - Bela Vista, Linha Floresta, Santa Teresinha, Linha Pascoal; 5º Distrito - Nova Tripoli, Linha Garibaldi, Encruzilhada Pinheirinho, Arroio das Almas; 6º Distrito - Linha Vitória, Tamandaré, Linha Barra, Linha Divisa, Coqueiro; 7º Distrito - Caxinho, São José do Umbu I, Passo Cerrito, São José do Umbu II, Arroio da Glória, Cotovelo Grande, São José da Glória <sup>838</sup>.

O art. 2º adotava nas escolas municipais o Programa de Instrução, que em seu parágrafo único, trazia: “Facilitará por todos os meios, adoção do mesmo programa nas escolas particulares, cujo funcionamento for permitido, após o legal registro na Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado” <sup>839</sup>. O art. 3º regulamentava o ensino religioso nas escolas municipais, fixando as suas condições de cumprimento em lei especial, e o art.4º revogava as disposições em contrário.

Por essa reforma passaria o Município, no exercício de 1939, a gastar com a instrução pública mais de 20% da sua renda normal, contra um gasto em 1938 de cerca de 16%. Previam-se ainda, a instalação de escolas rurais dotadas de aparelhamento necessário à difusão

---

<sup>836</sup>PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>837</sup> Enviado a Miguel Tostes, Secretário do Interior no governo de Cordeiro de Farias, Ibid.

<sup>838</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>839</sup>PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

eficiente do ensino. No primeiro semestre de 1938 foi inaugurado o prédio do grupo escolar de Selbach, sede do 4º distrito do município de Carazinho, cujo custo foi de 25:485\$000 (vinte e cinco contos de réis), dotado de instalações sanitárias<sup>840</sup>.

Com referência à saúde pública, o *Correio do Povo* relatou sobre a eleição da primeira diretoria do Hospital de Caridade de Carazinho:

[...] **essa eleição decorreu de desusada animação, despertando grande interesse em nosso meio social. Foi eleita a seguinte diretoria: presidente, Eduardo Graeff; vice, Theodoro Diefenthaler; primeiro secretário, Manoel Notari; segundo dito, José Veríssimo Noronha Filho; primeiro tesoureiro, Olmiro Ramos, segundo dito, Jacob Londero; conselho consultivo: Theodoro Figueiredo, dr. Anito Zeno Petry e Platão Motta. Para o cargo de presidente de honra que deve ser promovido por meio de eleições, conforme rezam os estatutos, forma votados o Sr. Germano Napp, que obteve 44 votos, e Homero Guerra, com 37. Um partidário deste protestou contra a votação do primeiro, visto este não estar quite com a tesouraria, o que de fato aconteceu, ficando assim anulada aquela votação. Mas é interessante que também o segundo votado não havia pago a sua contribuição, ficando anulados os votos que recebeu e o cargo vago. Comenta-se muito essa derrota do prefeito**<sup>841</sup>. (grifos nosso)

Inferimos que os membros da elite política e econômica eram os mesmos que se inseriam nos meios sociais. A nota do jornal *Correio do Povo* evidenciava a disputa entre Homero Guerra (prefeito em exercício) e seu grande opositor, Germano Napp (candidato às eleições de 1935 para prefeito de Carazinho, contra o indicado por Guerra, Albino Hillebrand). Essa constatação reforça a nossa convicção de que, mesmo diante dos interesses sociais e humanitários, as rixas partidárias prevaleciam em ambos os casos, demonstrando que os nomes tradicionais e os partidos que representavam tinham uma força extraordinária na conjuntura que se apresentava.

Em Passo Fundo, a instrução pública e particular era bastante desenvolvida, contando com as seguintes casas de ensino de acordo com o *Guia Ilustrativo* de 1939:

instrução pública- 1 Escola Complementar Estadual; 1 **Colégio Elementar Estadual**; 3 Grupos Escolares Estaduais; 1 Escola Estadual Contratada; 4 Escolas Subvencionadas pelo Município. No interior do Município – 10 grupos escolares Estaduais; 3 grupos escolares municipais; 1 escola Estadual; 10 escolas municipais de 3ª entrância; 30 escolas municipais de 2ª entrância, 95 escolas municipais de 1ª

<sup>840</sup> PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências expedidas e recebidas: Relatório, Carazinho - A.MU- 373, CAIXA 210, 1935/1945.

<sup>841</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 224, ano XLI, 25 set. 1935. p. 08.



entrância. Instrução Particular na cidade – 1 **Ginásio dos Irmãos Maristas** (Ginásio N. S. da Conceição); 1 Instituto Ginásial; 1 **Ginásio das irmãs de Notre Dame**; 2 Escolas de Comércio. Todos esses estabelecimentos são equiparados aos colégios oficiais, mantendo fiscalização federal permanente<sup>842</sup>. (grifos nosso).

Destacamos que o Colégio Elemental Estadual era conhecido como Colégio Elemental Protásio Alves, estabelecimento público mais antigo da cidade, fundado em 1911 pelo então presidente do estado Borges de Medeiros. Ainda hoje esse estabelecimento de ensino é ponto de referência em Passo Fundo, sob a denominação de Colégio Estadual Protásio Alves. O Ginásio Nossa Senhora da Conceição, dos Irmãos Maristas, foi fundado em 1914 pelos reverendos padres Palotinos, dirigentes da Paróquia de Passo Fundo. Em 1928, a convite dos padres Palotinos, os Irmãos Maristas assumiram o estabelecimento de ensino, o qual permanece até hoje, com relevantes serviços prestados à comunidade passo-fundense em termos de excelência na educação. Também na época se destacava o Ginásio das Irmãs de Notre Dame, fundado em 1923, que atualmente se chama Colégio Notre Dame, constituindo-se num ponto de referência no ensino particular desta cidade. Ainda havia o Instituto Ginásial, instalado 1919, que se constitui hoje no Instituto Educacional Salientamos que por ocasião da formação da primeira turma do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em 1933, o paraninfo foi o general Flores da Cunha<sup>843</sup>.

Em 1942 as comemorações a favor da figura de Vargas estenderam-se a todos os estados da federação, patrocinadas pelos rádios, colégios, jornais, clubes, instituições profissionais, órgãos governamentais e outros semelhantes. No decorrer do Estado Novo a obra administrativa de Vargas era exaltada e sua “sacralização” contribuía para consolidar a ideologia pregada por ele em nível regional e nacional. Em torno de Vargas as massas se reuniam, especialmente a juventude e os trabalhadores, que se engajavam nas grandes manifestações públicas promovidas pelos interessados em mantê-lo no poder.

Em nível local, as classes detentoras do poder político preocupavam-se também com o crescimento econômico e desenvolvimento da região na qual estavam inseridas. Dessa forma, igualmente ao que acontecia em Passo Fundo, em Carazinho a ordem era crescer. Nesse

---

<sup>842</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 18.

<sup>843</sup> MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005. p. 120.

sentido, formou-se uma liga pró-engrandecimento de Carazinho, constituída da seguinte: presidente, **Luiz Felipe Graeff**; vice-presidente, José Campos Borges; primeiro secretário, Ivo Wolf; segundo secretário, **Loures e Albuquerque**; primeiro tesoureiro, Teodoro Figueiredo; segundo, Eugenio Bastos; Conselho Consultivo, **Homero Guerra; Rosalvo Scherer; Antonio Vargas; Alberto Graeff; Salustiano de Pádua; Ivalino Brum e padre João Sorg**<sup>844</sup>. Os nomes destacados fazem parte do Anexo E, referente aos integrantes da elite política de Carazinho, sendo também membros atuantes da elite econômica.

O Correio do Povo de 12 de abril de 1932 relatou sobre uma homenagem prestada a Antonio Veiga Faria, inspetor do Banco da Província da Região Serrana, pela sua profícua contribuição na política e no desenvolvimento econômico de Passo Fundo. Assim constou no jornal:

Passo Fundo (8)- No clube Comercial, realizou-se ontem uma grande homenagem ao dr. Veiga Faria, **inspetor do Banco da Província na região serrana e que acaba de ser transferido para a matriz onde vai ocupar elevado cargo. Essa homenagem foi promovida pelas classes conservadoras, amigos e admiradores**, consistindo em um banquete iniciado as vinte horas. [...] fez uso da palavra em nome **do comércio, indústria, finanças e da sociedade passo-fundense o sr. Victor Issler, lembrando a atuação profícua do Sr. Veiga Faria no desenvolvimento econômico de Passo Fundo, que no desempenho de seu elevado cargo, soube sempre corresponder, não só aos elevados interesses do comércio e da indústria, como também aos do próprio banco que representa.** Em seguida o sr. prefeito **Henrique Scarpellini Ghezzi**, manifestou o seu pesar por ver ausentar-se deste município o dr. Veiga Faria, colaborador do progresso de Passo Fundo e membro do Conselho Consultivo do qual era presidente e relator.[...] O Sr. **Oribe Marquez** encerrando a homenagem ergueu um brinde a, brilhantíssima, família Veiga Faria<sup>845</sup>. (grifos nosso).

No texto transcrito negritamos passagens que denotam a presença dos interesses econômicos e políticos interligados, representados pelos nomes que compunham as elites da época. As palavras em evidência denotam a construção da história por meio dos documentos analisados, proporcionando uma visão das principais abordagens do governo local, para que se possa investigar a capacidade das elites dirigentes de se sobressairem nos segmentos mais importantes do desenvolvimento de Passo Fundo.

<sup>844</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 17, ano XXXVIII, 21 set. 1932. p. 07.

<sup>845</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 85, ano XXXVIII, 12 abr. 1932. p. 08.

Nesse sentido, a idéia de progresso tomou conta de todos os habitantes passo-fundenses. De conformidade com o *Guia Ilustrativo Comercial, Industrial e Profissional*, de 1939, destacamos aspectos urbanos que mereceram atenção especial:

Passo Fundo se apresenta no seu aspecto como todas as cidades da Serra, numa planta bem delineada, com ruas retas, que a dividem em quadrados como a estrutura das modernas cidades. Cortada por duas grandes avenidas que a dividem quase simetricamente em 4 zonas. **Seu aspecto é de cidade em que talvez pelos erros da velha política foi bastante esquecida, porém agora sob a administração do novo prefeito, Arthur Ferreira filho, começou-se a notar uma intensiva modificação nas ruas, nas avenidas, nas praças, a água foi encanada e vem sendo distribuída regularmente a toda a cidade;** se fixam linhas de edificações segundo os princípios de higiene e o asseio do mesma e com justiceiras portarias se modificam os velhos métodos de vida que constituíam o perigo constante de enfermidades contagiosas, atualmente com as providencias adotadas, quase completamente desaparecidas, **obra esta de verdadeira civilização e progresso**<sup>846</sup>. (grifos nosso).

O papel do governo local varia em cada época, de acordo com as elites que atuam na definição da cena política, bem como as funções que exercem na complexa combinação de fatores sociais, demográficos, políticos e econômicos. A alusão de que a cidade havia sido esquecida na Velha República assenta-se em imagens mais recentes para o período estudado, no sentido de mostrar à população a eficiência de quem detém o poder político nas mãos. Sabemos que a melhoria nos aspectos econômicos reflete-se nas relações de poder, denotando o grau de desenvolvimento de uma região<sup>847</sup>.

A higiene era fator de grande investimento em Passo Fundo, pois se entendia que para o crescimento urbano era preciso haver condições de habitabilidade e acesso a todas as melhorias que uma cidade pode oferecer a seus conterrâneos.

O sr. prefeito de Passo fundo está vivamente empenhado na execução dos serviços de abastecimento de água potável à cidade, o que pretende realizar dentro do mais breve espaço de tempo, estando os estudos e projetos que foram executados pelo grande engenheiro dr. Saturnino de Brito, aprovados pela **diretoria de Saneamento e Urbanismo do Estado, pelas modificações exigidas pelo extraordinário desenvolvimento da cidade**. Entretanto, grande número de edificações da cidade possuem serviços de fornecimento de água encanada, servida por três poços semi-surgentes em pleno funcionamento. A prefeitura mantém um sistema de limpeza de ruas e praças e remoção do lixo, gozando, por isso, a cidade, e em virtude de seu excelente clima, de um ótimo estado de salubridade. Para atender os serviços de

<sup>846</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 18. p. 17- 20.

<sup>847</sup> REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 47.

higiene pública, a prefeitura tem um departamento de assistência, Delegacia de Saúde, atendido por competentes médicos, que funciona **sob a acertada direção do dr. Arthur Leite, e o Estado por sua vez criou a Delegacia da Saúde com o posto de higiene [...] que funciona sob a competente direção do sr. Armando Vasconcellos.** São atribuições do posto de higiene – imunização permanente contra a febre tifóide, varíola e difteria, saneamento e policia sanitária, higiene de alimentação do trabalho, da criança, pré-natal e dentaria; profilaxia das doenças venéreas, da lepra, da tuberculose, das doenças transmissíveis agudas e das endemias rurais<sup>848</sup>. (grifos nosso).

Diante do discurso presente no texto, percebemos que a palavra de ordem era “desenvolvimento”, acompanhando a Era Vargas e o tipo de Estado instituído. Como tal, o jornal pode ser visto como uma fonte de dados, a partir da qual abstraímos os elementos para estudar uma suposta realidade, sendo conduzidos a acreditar naquilo que é escrito, valorizando situações de conformidade com a tendência do veículo de comunicação em foco. Dessa forma, em razão da “à acertada direção do dr. Arthur Leite” o Estado, em contrapartida, retribuiu com a criação de uma “Delegacia da Saúde”.

Em relação ao saneamento em Passo Fundo, assim veiculou o jornal *O Nacional*:

O saneamento de Passo Fundo. A determinação recente do governo do Estado para que diversas cidades do Rio Grande do Sul sejam saneadas, teve, realmente, a maior repercussão, provocando viva satisfação no seio das populações cujos centros não foram até agora beneficiados por esse melhoramento importante, sem o qual a saúde pública está ameaçada. Conforme despacho telegráfico que O Nacional divulgou há dias, o cel. chefe do executivo gaúcho, por intermédio da secretaria das obras públicas, determinou que fossem, em vários municípios, atacadas as obras de saneamento, figurando entre estes, o de Passo Fundo. Providência oportuna, melhoramento máximo pelo qual Passo fundo tanto se debateu por todas as suas classes, teria, que causar como de fato causou a mais viva satisfação no seio da população que, após tantos anos vê concretizada uma velha e justa aspiração. **Exultando de satisfação, as figuras exponenciais se dirigiram telegraficamente, nos seguintes termos ao dr. Walter Jobim, secretário das obras públicas, congratulando-se s.s.: “dr. Walter Jobim Secretário Obras Públicas Porto Alegre- receba ilustre secretário nossas efusivas congratulações auspiciosa notícia de que serão iniciadas brevemente obras saneamento esta cidade velha aspiração passo-fundense pela qual nos batemos mais trinta anos PT por esse grande oportuno empreendimento atual administração estadual ficará assinalada na imperecível gratidão desta terra PT Cordiais saudações Arthur Ferreira Filho, prefeito; José P. Pinheiro, juiz municipal em exercício e presidente do Grêmio Passo-fundense de Letras; Olinto Oliveira, presidente da Associação Comercial; Armando Vasconcelos, chefe do Posto de Higiene e presidente do Rotary Club; Francisco Berlowitz, presidente do Clube Comercial; Ocidentino Fontoura, presidente do Clube Caxeiral; Mário Braga, presidente da Liga de Defesa Nacional; Pindaro Annes, presidente do Hospital de Caridade; Luiz Biassuz, presidente do Hospital São Vicente de Paula;**

<sup>848</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 18.1939. p. 17- 20.

**Lainha Marques Rocha, presidente da C.M. da Legião Brasileira de Assistência, Matilde H. Mazon, Diretora da Escola Normal Oswaldo Cruz; Aurélio Amaral, Reitor do Instituto Educacional; Almeri Pereira da Silva, Diretora do G. E. Protásio Alves; Pedro S. Pinto, presidente do Aéreo Clube; Arno Jaguaribe de Oliveira, gerente do Banco do Brasil; Alberto Morsch, gerente do Banco do Comércio; Oswaldo Ramos Cruzeiro, gerente do Banco do Rio Grande do Sul; Mário de Castro, diretor de O Nacional**<sup>849</sup>. (grifos nosso).

O texto do telegrama divulgado pelo *O Nacional* denota duas realidades: a liderança assumida pelo processo de modernização econômica e social pela idéia de Estado desenvolvimentista e a longa lista de líderes locais, representando diferentes segmentos da sociedade da época, ressaltando quem e o quê representavam, numa demonstração pública da força que possuíam junto aos que decidiam para onde iriam os recursos do Erário público.

No exemplo que se segue constatamos que as decisões maiores deveriam ser tomadas diretamente por Vargas, demonstrando o autoritarismo e a centralização do poder. O *Correio do Povo* destacou em nota essa situação:

O dr. Nelson Ehlers, prefeito municipal, foi autorizado pelo dr. Darcy Azambuja, governador interino do estado, a chamar concorrentes para as obras, Águas e Esgotos para a cidade de Passo Fundo. O empréstimo para o financiamento das citadas obras será feito no Rio de Janeiro<sup>850</sup>.

Igualmente, evidenciamos que Passo Fundo contava com dois hospitais: Hospital de Caridade, fundado em 20 de julho de 1914, com 120 sócios e um patrimônio de 450:000\$000, cujo presidente era Pindaro Tuner, e o Hospital São Vicente de Paulo, fundado pelos Vicentinos em 24 de junho de 1918, com 100 sócios, com um patrimônio de 450:000\$000 e cujo presidente era **Octacílio Ribas Vieira**. Quanto aos distritos, havia na vila Rondinha o Hospital Nossa Senhora do Rosário, fundado em 23 de outubro de 1937, com 120 sócios, um capital de 50:000\$000, tendo como presidente Agostinho Pizzato; em Vila Teixeira, a Sociedade Hospital de Vila Teixeira, fundado em 2 de janeiro de 1938, com 387 sócios, um capital de 70:000\$000 e tendo como presidente José Zanini ( mais tarde tornou-se Hospital Santo Antonio<sup>851</sup>.

<sup>849</sup> O NACIONAL. Passo Fundo, n. 4978, ano XX, 03 fev. 1945. p. 04.

<sup>850</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 165, ano XLVI, 15 jul. 1936. p. 08.

<sup>851</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 16- 20.

Também na área da saúde a elite política demonstrou a sua força, como vemos pela passagem de Octacílio Ribas Vieira, que presidiu o Hospital São Vicente. Como advogado, ele ocupava uma posição privilegiada economicamente e, estabelecia relações que mais uma vez apontam para a realidade fortemente centralizadora e intervencionista do Estado, pois o fortalecimento das novas profissões surgidas com a industrialização ligava-se a favoritismo oficial, proteção e autorizações especiais para quem estava do lado dos detentores do poder.

Passo Fundo possuía um grande número de edificações, destacando-se as de alvenaria, também contavam com edifícios (sobrados que não podiam possuir mais de dois andares). A iluminação era profusa e uma das melhores do estado do Rio Grande do Sul, fornecida por uma usina do próprio município. Havia também um teatro-cinema, denominado Coliseu, com capacidade para 1.200 espectadores. O serviço de Correios e Telégrafos era deficiente em Passo Fundo, pela falta de espaço, por ser um prédio pequeno e velho, e de funcionários para atender à demanda da população. Os telefones e centros telefônicos prestavam relevantes serviços à população, especialmente à indústria e comércio; em Sarandi e Marau, distritos de Passo Fundo, existiam dois centros telefônicos, que serviam às atividades comercial e pública destes distritos.

As ligações telefônicas em Passo Fundo, apesar de haver em funcionamento duas linhas, em dois distritos, demonstravam-se insuficientes para atender à demanda. O *Correio do Povo* descreveu a situação:

**Uma das maiores necessidades do município de Passo Fundo, além de estradas de rodagem, é a ligação telefônica da cidade as sedes dos distritos.** Estando a muito vencido o contrato que a municipalidade mantinha com a Companhia Telefônica Rio-grandense, **chegou agora a ocasião do município impor esse importante melhoramento: ou a companhia constrói as linhas, ou então que o próprio município, como fez com a luz e força,** também passe a explorar esse serviço. O que não será justo seria a municipalidade exigir da Cia. Telefônica a ligação para um distrito somente, deixando os demais na falta [...] <sup>852</sup>. (grifos nosso).

O município era visto como um instrumento eficaz de ação governamental. Dessa forma, acompanhando a evolução da história político-constitucional, a Constituição de 1934 assegurou o princípio de autonomia municipal, abrindo a possibilidade de os municípios terem vida própria, capacidade de ação e decisão. Em Passo Fundo, a nota trazida pelo

<sup>852</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 282, ano XLI, 11 dez. 1935. p. 08.

*Correio do Povo* demonstra que, embora essa regra não tenha sido seguida à risca, dependendo da influência das elites políticas e econômicas, os dirigentes valiam-se de seus contatos junto aos governos estadual e federal para conseguir os benefícios necessitados para o incremento do progresso. Foi o que aconteceu com a luz e força na região e, depois, com a companhia telefônica. Conforme pensamento expresso por Mello, quando o município contava com pensadores políticos de peso, que lhe reivindicassem o lugar adequado na organização nacional<sup>853</sup>, conseguia os benefícios que lhe eram assegurados pelo favoritismo de Vargas, comportamento também constatado nos municípios aqui analisados.

Passo Fundo, como centro de movimento ferroviário e pólo convergente de seus numerosos distritos e municípios vizinhos, contava com um grande número de hotéis, com edificações modernas, instalações sanitárias e água corrente. Dentre os mais importantes podemos citar os seguintes: Glória, Avenida, Petraco Hotel, Internacional, Itália, Roma e Franz. Ressaltamos que a estação férrea tinha intenso movimento de passageiros e de cargas, mas também era sede convergente da produção agrícola e industrial dos distritos, que se utilizavam desse transporte para a demanda de seus produtos para exportação. Em razão do grande movimento na Estação Férrea, a 5ª Inspeção do Movimento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com o propósito de atender aos serviços desta importante zona, em 1936 foi transferida de Santa Maria para este município. A chefia da guarnição da Viação Férrea ficou a cargo do inspetor Diogo Gonzales Ribeiro<sup>854</sup>.

No que concerne à polícia de Passo Fundo, destacamos que, com o advento da nova Constituição Federal, que marcou novos rumos no Brasil, foi uma das repartições públicas que sofreram grande reforma, talvez por ter sido até aquela época (1934) o refúgio dos elementos eleitorais das estéreis lutas políticas. A nova orientação dada pelo Estado Novo repercutiu também no Rio Grande do Sul, com a criação da polícia de carreira, para a qual foram nomeados delegados, quase todos com o título de bacharéis em direito e conhecedores da legislação civil e penal. A Delegacia de Passo Fundo<sup>855</sup> de 3ª categoria foi elevada a 2ª pela modificação sofrida pelo decreto 6.880, de 7 de dezembro de 1937, que teve nova organização

---

<sup>853</sup> MELLO, Diogo Lordello de. *O município na organização nacional: bases para uma reforma do regime municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1971. p 13-14.

<sup>854</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 88, ano XLII, 15 abri. 1936. p. 08.

<sup>855</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 20.

policial regulamentada pelo decreto 7.061, de 1º de dezembro de 1938. No entanto, fator de relevo para Passo Fundo foi a representação do Exército, constituída pelos 3º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria e pelo 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar.

Também as instituições bancárias se faziam necessárias para o desenvolvimento de Passo Fundo, pois delas dependiam as transações comerciais e com a carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil ficava mais fácil para os colonos contraírem créditos. Em número de quatro, as instituições em Passo Fundo eram as seguintes: Banco do Brasil, Banco Nacional do Comércio, Banco da Província e Banco do Rio Grande do Sul<sup>856</sup>.

Ainda sob o signo do Estado Novo foi constituída uma comissão, denominada de Coligação Rio-Grandense, unindo os partidos da Frente Única, PRR e do PL, além dos membros da Dissidência Liberal. Maurício Cardoso era um dos representantes do PRR. Também, na mesma oportunidade foi constituída uma Comissão Mista Interpartidária, que deveria coordenar e supervisionar as ações da Coligação. Esta Comissão era composta por representantes dos partidos políticos que se aliaram a Getúlio Vargas por ocasião da deposição de Flores da Cunha do governo estadual. Nesse sentido, afirma Colussi que

exemplo disso foi a formação da Comissão Mista logo após a intervenção federal, que distribuiu entre PRR, PL e dissidência liberal os cargos do secretariado do interventor, **dividindo os municípios entre as forças políticas da comissão; mais tarde, em 1939, serão eles os integrantes do Dasp gaúcho**<sup>857</sup>. (grifos nosso).

O poder dado aos Municípios no período do Estado Novo, pela divisão de cargos, revelava outra estratégia do período getulista, que foi o enfraquecimento do poder estadual em relação aos poderes federal e municipal. Nesse sentido, a Comissão Mista estabeleceu alguns critérios para a divisão do poder nos municípios, dentre os quais a divisão dos municípios gaúchos entre os partidos políticos já extintos, ou seja, o PRR, o PL e a dissidência liberal<sup>858</sup>.

Nesse contexto, de desenvolvimento, modernidade, autonomia municipal e abertura política, Getúlio Vargas assinou decreto, permitindo a organização de partidos políticos e

<sup>856</sup> PASSO FUNDO. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939. p. 21.

<sup>857</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. p. 64.

<sup>858</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. p. 103.



estabelecendo normas legais para o seu funcionamento em 1945. Ao mesmo tempo publicou a nova lei eleitoral e marcou data para as eleições para presidente da República e representantes da Constituinte federal.

Dessa forma, em razão das franquias criadas pelas leis assinadas por Vargas, velhos partidos, como o Libertador, rearticularam-se, bem como foram fundados novos partidos. O Partido Republicano Histórico (castilhistas) não ressurgiu; uma pequena parte de seus integrantes incorporou-se à União Democrática Nacional. A maior parte, entretanto, foi para o Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro, que se comprometia a conservar e melhorar a legislação social e trabalhista existente, mas, também, dar continuidade às conquistas dos princípios democráticos já alcançados. A antiga Ação Integralista ressurgiu sob nova roupagem: o Partido de Representação Popular. O Partido Comunista, por sua vez, conseguiu o reconhecimento como entidade legal, embora seguisse com seus métodos e ideologia do passado recente; no entanto, teve seu registro cassado logo em seguida, no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra<sup>859</sup>.

Resumindo os aspectos desenvolvidos no terceiro capítulo, a respeito da atuação das elites políticas regional e sua repercussão no desenvolvimento do Planalto Médio nos municípios de Carazinho e Passo Fundo, apresentamos dados e fatos retirados de livros, jornais e outros documentos encaminhados no sentido de comprovar que as elites políticas da época, coincidentemente, ligavam-se diretamente às elites econômicas. Para tanto, procedemos à análise discursiva de materiais onde evidenciamos discursos orientados a refletir o pensamento político e econômico do tempo recortado, sob a forma de informações e sugestões que deixavam transparecer a ideologia do grupo dominante.

A seqüência do terceiro capítulo abordou as diferentes fases atravessadas pelo país, particularizando as repercussões no Planalto Médio, de modo a mostrar como se comportaram as elites políticas e econômicas nesse período, reconhecido pelos historiadores como um dos mais complexos e ainda sujeito a muitas explorações.

---

<sup>859</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 111.

O trabalho aprofundou-se pela pesquisa bibliográfica e análise de discurso de textos e fragmentos, sobretudo de jornais, que vieram comprovar a atuação das elites políticas regional, bem como a sua repercussão no desenvolvimento dos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Aqui retratando as atividades agrícolas e industriais da época, bem como as dificuldades por que passaram os diferentes setores com as crises que tiveram de enfrentar, numa demonstração de que o problema não residia na falta de medidas governamentais, mas, sim, numa conjuntura mundial agrícola maior.

A década de 1930 foi marcada pelas conquistas sociais de cunho trabalhista, demonstrando uma “integração” entre os interesses da burocracia estatal e os dos empresários no processo decisório referente à legislação do trabalho e outras questões pertinentes, que revelavam grande número de conflitos. Tais conflitos entre as esferas privada e pública indicavam uma preocupação com a definição de espaços nas interações entre os setores público e privado e, particularmente, da situação dos empresários industriais no novo contexto de relações de poder. A burocracia manteve a sua autonomia no decorrer do tempo, embora tenha iniciado uma nova forma de interação com o setor privado que teria reflexos na estrutura do sistema político subsequente<sup>860</sup>.

Abordamos também, a ascensão da indústria até 1941, que diante da guerra, sobrepôs-se às atividades agrícolas e tornou-se mais abrangente e complexa. Nesse cenário surgiram novos líderes industriais e a intervenção do Estado na atividade repercutiu nos municípios elencados, pela chegada do progresso e da diversidade de empresas, associações e sindicatos, figuras decisivas para a manutenção do poder econômico e político locais.

Em se tratando dos aspectos sociais, encontramos a persistência da classe oligarco-burguesa, numa demonstração de que persistem os traços do passado e continua a existir a ligação orgânica entre os grupos agrários e urbanos. Essa classe, apesar de se encontrar em constante crise, em razão das novas classes que surgem (proletariado, trabalhadores, classe média), ainda dominava o sistema social-político e seu pensamento permanecia conservador, apesar do surgimento dos “novos ricos”, ligados ao comércio e à indústria que começavam a intervir no cenário dos dois municípios. Portanto, as novas profissões surgidas, resguardadas

---

<sup>860</sup> BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 68.

pelo poder econômico, interferiam nas decisões políticas, como exemplificamos abundantemente.

Os movimentos operários passaram a fazer parte desse novo cenário, em razão das greves, manifestações e outras formas de oposição. Quando ocorreu a abertura democrática em 1945, esses movimentos surgiram em todo o seu esplendor, como se a lacuna havida entre 1937-1945 nunca tivesse existido.

Quanto ao sistema político, os fatos trazidos neste terceiro capítulo demonstram a dicotomia existente entre a realidade e o sistema político-constitucional, fato que já marcara toda a história passada do Brasil. O coronelismo e as oligarquias desenvolveram o processo de domínio de fato das chefias locais e estaduais. Como já vinha acontecendo, o processo do coronelismo mostra-se atuante, embora exista um poder mais centralizador e autoritário. Inaugura-se uma nova forma de relação entre o poder estadual e o federal: no primeiro continuava a tradição coronelística, mesmo que algumas decisões não se encontrassem mais ao seu alcance, ao passo que as autoridades federais interferiam na política local beneficiando ora um grupo, ora outro, não havendo criação de um poder exterior.

O poder federal demonstrou maior autonomia em relação às realidades estaduais<sup>861</sup> e também, se voltou para a realidade externa do país, para a divisão do mundo entre dois regimes: a democracia e o totalitarismo de direita. A Constituição de 1937 reforçou o autoritarismo do Estado Novo, que se constituiu num regime que criou uma divisão, pela qual os conceitos de chefe e de autoridade prevaleceram, ao mesmo tempo em que começaram a ser identificados por traços mitológicos fato incentivado pela censura, feita por órgãos, como o Departamento de Imprensa e Propaganda. Somente a partir de fevereiro de 1945 renasceram os velhos partidos regionais e nacionais, proibidos de atuar no período ditatorial.

O modelo de desenvolvimento da Era Vargas pautava-se no desenvolvimento autárquico e intervencionista, que, na época assegurou o progresso e permitiu a industrialização do país. Em Passo Fundo e Carazinho as elites econômicas ligadas ao comércio e indústria, especialmente da madeira e do trigo, também se fizeram representar no

---

<sup>861</sup> CARONE, Edgard. *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988. p. 01-03.

cenário político, pois para investir na indústria era preciso abrir novas estradas, aumentar as linhas ferroviárias, melhorar as comunicações, tudo para que as matérias-primas pudessem chegar até as fábricas e, depois, para que os produtos das fábricas pudessem chegar até os consumidores finais de todo o país. Afinal, o Planalto Médio era o celeiro do Rio Grande do Sul, o que lhe garantia certos privilégios condizentes com a sua importância econômica para o abastecimento interno e externo do país. Nesse sentido, para Vargas, o Rio Grande do Sul era importante porque assegurava o abastecimento do mercado interno nacional.

Evidenciamos também ao longo deste capítulo que a política fiscal do PRR no Rio Grande do Sul constituiu-se num modelo para a relação desenvolvimentista do Estado brasileiro com a sociedade, no sentido de abranger as novas classes sociais que surgiam diante da industrialização. O atendimento das demandas econômicas do Rio Grande do Sul, em especial das regiões periféricas, exigia como contrapartida a submissão política das oligarquias regionais.

Um dos pontos mais fortes deste capítulo, fortalecendo nossa hipótese, constituiu-se na oposição a Flores por ocasião da ditadura, com o objetivo de acelerar o processo econômico ao mesmo tempo em que visava à acomodação de muitos políticos em cargos pela política de favoritismo de Vargas. Nesse sentido, tanto em Passo Fundo quanto em Carazinho, foram enumerados exemplos dessas situações.

Por fim, para mostrar que o poder das elites políticas da época estava ligado diretamente ao poder econômico dos dois municípios do Planalto Médio, através da análise de discurso dos documentos e jornais nessa periodização, evidenciamos que a questão do comércio, da indústria da madeira e do trigo, pelas ações dos empresários e industrialistas que geriam com os moinhos, cooperativas e demais ramos ligados à industrialização dos produtos agrícolas eram as mesmas pessoas. A filiação partidária, a ocupação de cargos e o interesse político formavam a base de sustentação do modelo de Estado proposto por Vargas, aglutinando os agentes políticos e econômicos num mesmo patamar de interesses. Assim, a organização da renda, a exploração da agroindústria e a busca pela modernização dos meios de transporte e comunicação desenhavam-se segundo as relações de favoritismo, protecionismo e outros tantos adjetivos que podem qualificar os interesses capitalistas implantados.

## CONCLUSÃO

No estudo realizado na presente tese tivemos como objetivo investigar as articulações políticas realizadas pelas elites do Planalto Médio gaúcho no período de 1930 a 1945, demonstrando de que modo elas contribuíram no desenvolvimento econômico sul-riograndense da época delimitada, mais precisamente na Era Vargas. Nesse sentido, a metodologia que utilizamos foi o método hipotético-dedutivo, pois a partir da hipótese formulada realizamos pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das Associações Comerciais, relatórios, jornais e telegramas, que nos possibilitou conhecer os componentes das elites, bem como seus cargos, funções, profissões e filiação partidária, notícias veiculadas nos jornais da época, textos de documentos oficiais e telegramas, tidos como suporte do estudo e comprovação e referência para a análise discursiva.

Deslocar o foco do estudo para essa época recortada possibilitou-nos analisar fatos distantes temporalmente, mas presentes através das fontes pesquisadas, refletindo-se num compêndio acadêmico que se valeu de fontes fidedignas até então inexploradas do ponto de vista escolhido. Foi através de buscas, estudos, comparações entre autores que conseguimos trazer para o universo do leitor interessado na Revolução de 1930 aspectos do governo de Flores da Cunha, interventor federal do Rio Grande do Sul em 1930, e a cisão oligárquica local, com reflexos em nível nacional, além da tentativa política de pacificação do Rio Grande do Sul entre 1935 e 1936, culminando com a fuga de Flores da Cunha e de lideranças do Planalto Médio para outros países.

Para tanto, a hipótese levantada para nortear a pesquisa foi que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder através do poder econômico, numa demonstração de que aqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que os apoiaram em sua trajetória.

No caso específico da proposta de pesquisa, nosso estudo demonstrou que a burguesia teve papel importante nas relações políticas da época retratada porque foi a responsável pelas oportunidades de formação da classe trabalhadora, em virtude da detenção do capital e do prestígio político, sem os quais não teria se iniciado o processo de industrialização do país. Nesse contexto, o Estado figurava como agente intervencionista e figura de dominação, impondo suas idéias e tendo-as acatadas pela maioria, que almejava se manter numa posição privilegiada. Em Carazinho e Passo Fundo, refletindo o resto do Rio Grande do Sul, o poder permanecia nas mãos da elite militar, estancieira e política, alternando-se conforme sua conveniência.

Os documentos analisados no decorrer da tese comprovaram que as elites regionais retratavam uma aproximação ideológica com as pretensões da elite nacional, especialmente em relação ao poder com que se investiu Getúlio Vargas, em nome do qual as lideranças políticas de Passo Fundo e Carazinho realizavam e justificavam seus atos. Assim, procuravam se manter sempre no poder, em razão dos privilégios e regalias que tal condição lhes proporcionava. Homero Guerra em Carazinho e Nicolau de Araújo Vergueiro representaram essas afirmações.

Lembramos que a prática da política em Passo Fundo e Carazinho, como forma de manifestação partidária, constituía-se em fator de considerável expressão e forte mobilização para conduzir os rumos da economia desses municípios. Esse percurso, permeado por graves dissensões, permitiria aos atores dessa trama, beneficiados por contextos políticos diferenciados, conceder o poder, ora a um, ora a outro grupo em litígio, possibilitando, por essa razão, ações em benefícios de suas causas e desejos. Assim, todos os personagens que fizeram parte desse jogo político foram importantes para o desenrolar dos acontecimentos e do desenvolvimento de seu município.

O modelo desenvolvimentista da Era Vargas, inspirado no desenvolvimento autárquico e intervencionista, proporcionou o progresso e a industrialização do país. Acompanhando essa realidade, Passo Fundo e Carazinho ampliaram seus limites negociais, sobretudo os ligados à indústria da madeira e do trigo, levando a que esse aspecto chamasse a atenção de Getúlio Vargas para a urgência em investir na promoção de melhoria nas estradas de rodagem, ampliação das linhas ferroviárias e também do sistema de comunicação. Somente

através desses canais poderia ser dada ênfase ao comércio de abastecimento interno do Brasil, pelo qual o Rio Grande do Sul era um dos responsáveis. Não se pode olvidar que foi nessa época que o Planalto Médio recebeu a alcunha de “celeiro do Rio Grande” e, para que assim continuasse, Vargas não poupou investimentos.

O Rio Grande do Sul, a partir de Getúlio Vargas, mais especificamente após a Revolução de 1930, passou a ocupar uma posição de liderança político-partidária em nível nacional, em razão da ida de Vargas para o Governo Provisório, acompanhado de um número significativo de líderes políticos locais. Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, o Rio Grande do Sul, única fronteira viva do Brasil onde as duas metrópoles coloniais ainda conflitavam na definição de seus domínios, foi o marco de sua formação histórica, delineando características sociais e econômicas.

Averiguou-se que tanto em nível federal, quanto estadual e local, as relações de poder sempre estiveram atreladas no processo de adequação das relações de produção ao desenvolvimento anterior às forças produtivas, convergindo no sentido de criar melhores bases para o desenvolvimento industrial. Para tanto, em decorrência das crises econômicas e políticas ocorreu o aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, essas relações econômicas e políticas engendraram novas funções do Estado, oportunizando a criação de melhores bases econômicas e institucionais para dessa forma promover o desenvolvimento industrial, de acordo com os interesses dos grupos de elite.

Procurou-se demonstrar ao longo do trabalho que no cenário por que passou o Planalto Médio, especificamente Passo Fundo e Carazinho, entre 1937 e 1945, com a emergência do Estado Novo, houve demonstração evidente do regime de força centralizada que se instalara com Vargas, disposto a transformar e industrializar o país, com fortes reflexos no Planalto Médio, em especial na classe política. Esta, para ficar ao mesmo lado do então presidente, abraçou a campanha nacionalista que interviu com rigor nas zonas coloniais, levando o terror aos teutos e italianos através da repressão político-policial feita pelo Departamento de Ordem Social e Política e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

Em se tratando dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, esses enfrentaram períodos de crise e de estabilidade, o que lhes possibilitou a construção de uma identidade

própria. Carazinho, de 4º distrito de Passo Fundo, após muitas tentativas e desavenças, elevou-se à categoria do município-mãe. No entanto, essa conquista trouxe junto consigo inúmeros problemas de ordem política, social e econômica, uma vez que contrariou os interesses dos líderes mais antigos, a exemplo de Nicolau de Araújo Vergueiro, para quem a emancipação do distrito representava a perda do reduto eleitoral que lhe garantia significativa fração de votos, além dos impostos arrecadados e da diminuição da área geográfica. Nesse sentido, os jornais e documentos da época divulgavam notícias e manchetes sobre o município de Carazinho, com muito mais frequência do que as referentes a Passo Fundo. O *Correio do Povo*, por exemplo, enfatizava Carazinho em muitas particularidades, sem dar o mesmo destaque aos fatos ocorridos em Passo Fundo.

Assim é que, desde o início da pesquisa constatamos o grande volume de notícias e informações encontradas sobre Carazinho, se comparadas a Passo Fundo nos mesmos aspectos. Embora tenhamos tentado encontrar explicação para esse fato, baseado em deduções advindas das leituras e pesquisas efetuadas, nada podemos concluir a respeito disso. Logo, a dúvida permaneceu até o final do trabalho, podendo vir a se constituir na hipótese e motivação para ampliação e retomada do estudo. No entanto, visualizada do ângulo metodológico, que norteou e alimentou a fundamentação teórica, bem como a análise de discurso, encontraram-se fatos que comprovaram que Carazinho se sobressaía no compasso desenvolvimentista regional, apresentando números que os superavam em relação a Passo Fundo, numa analogia significativa.

Nesse sentido, desde a luta emancipacionista, Carazinho já se projetava como maior pólo exportador de madeira, seguido por Passo Fundo. Em outras oportunidades destacava-se pela bravura com que os representantes que compunham a elite econômica saíam em defesa dos interesses carazinhenses e traziam para o seu município aquilo que poderia também dar suporte econômico a outros municípios. Foi assim com a ampliação do número de vagões para dar escoamento à abundância da matéria-prima das serrarias, da agroindústria e de outras especialidades, que garantiam o abastecimento interno e externo do país.

Por outro lado, Passo Fundo, também se sobressaía nos mesmos setores e possuía lideranças políticas e econômicas que lutavam para conseguir tudo aquilo de que o município precisava para crescer e se tornar o pólo regional de desenvolvimento.



Analisando os componentes das elites políticas e econômicas dos dois municípios, é visível a repetição de nomes em ambos os segmentos, indicando que os interesses se entrecruzavam, em especial diante da reconhecida projeção econômica desses municípios no comércio da madeira, pois, além de atrair trabalhadores e imigrantes para a região, despertava as atenções de políticos, mesmo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Planalto Médio era ponto de apoio, referência, acolhida e até alimentação dos revolucionários.

A Viação Férrea salientou a capacidade de exportação de Passo Fundo e Carazinho. No Estado Novo já havia ocorrido a melhoria e ampliação desse setor de transporte, mas com a industrialização houve a necessidade de se voltar para as rodovias, constituindo-se no elo de ligação entre elites econômicas e políticas, estas representando a defesa e implementação do modelo estatal proposto por Vargas.

Com base na análise de discurso efetuada no decorrer do trabalho das notícias veiculadas na imprensa pelos jornais da época, bem como dos documentos oficiais e das atas das associações comerciais, detectou-se a presença do novo modelo de Estado desenvolvimentista e intervencionista, atuando de forma direta na economia regional, no qual o Estado passou a ser o agente fomentador do processo da industrialização. Para tanto, punham em prática algumas políticas públicas, como por exemplo, a criação de impostos e taxas para patrocinar o processo que queriam implantar; o favorecimento da importação de máquinas para acompanhar a nova realidade nacional e, junto com isso, a proliferação de órgãos estatais que, além de desempenharem suas funções específicas, serviam para acomodar os favoritos e apoiadores dos correligionários de Vargas. Foi o que constatamos pela nominata que compunha o quadro de nomes que centralizavam o poder em suas mãos, conforme a relação presente nos anexos.

Em se tomando como base a configuração das alianças políticas seladas no Rio Grande do Sul a partir de 1930, temos que a Frente Única Gaúcha foi a responsável pela vitória da Aliança Liberal neste estado. No entanto, a partir do exílio dos líderes da FUG, esta passou a se caracterizar como um grupo que se opunha ao governo de Vargas, não como o representante da união dos partidos PRR e PRL, como havia nascido.

Em nível regional, o modelo de Estado de Vargas praticou políticas relevantes para o processo de industrialização do Planalto Médio. Essa postura vinha ao encontro da proposta do governo federal, no sentido de retirar o país da dependência das importações externas. Em Passo Fundo e Carazinho foi expressivo o aumento de empresas, indústrias e associações, evidenciando o cunho social das novas classes proletárias, que passaram a requerer atenção e legislação condizentes com esse novo modelo de Estado. Ressaltamos a importância dos sindicatos e associações nessa época, porque atuavam e decidiam, juntamente com as elites políticas e econômicas, as questões vitais para o desenvolvimento dos municípios, embora a vontade unilateral dos detentores do poder sempre se sobrepusesse às expressas pela minoria, no caso, dos sindicalizados.

A transformação da economia brasileira, centrada no setor industrial, foi demonstrada pela análise de discurso, evidenciando que a imagem da liderança de Vargas, por meio do nacionalismo, da valorização dos produtos naturais, serviu como instrumento de atuação política para divulgar feitos, reuniões, obras, pedidos, interferências da elite econômica junto à elite política, legitimando o presidente e seu governo e obtendo em troca os benefícios que esse apoio trazia para Passo Fundo e Carazinho, em forma de progresso.

A hipótese de que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder por meio do poder econômico, foi comprovada através da fundamentação em bibliografia especializada e nos valendo da análise de discurso dos documentos apresentados, os quais revelaram que as formas de pensar, agir e reagir transcritas nos jornais e demais documentos catalogados confirmaram a hipótese.

A mediação possibilitada pela análise discursiva dos documentos comprovou afirmativamente que a hipótese levantada se demonstra por meio de fatos e atos econômicos e políticos, sempre um respaldando o outro, numa pseudo-harmonia, superando conflitos, obrigando a que as autoridades políticas atendessem aos pedidos e necessidades da região. Afinal, quem dava suporte ao período pesquisado eram as ações econômicas de Passo Fundo e Carazinho, garantindo a longa permanência de Vargas e de seus políticos favoritos no poder.

Assim é que, diante da hipótese construída, constatamos que as elites políticas se delineavam a partir dos cargos que seus membros ocupavam nas esferas do poder, e as elites

econômicas, pelo próprio poder econômico que detinham, em virtude dos bens patrimoniais que possuíam; assim, conseguiam intervir também na vida pública de sua região. Dessa forma, concluímos que existe uma diferença entre a conceituação das duas elites referidas, pois a elite econômica valia-se dos meios materiais para se destacar na sua região, ao passo que a elite política funcionava como um canal de comunicação entre o que a elite econômica precisava para continuar progredindo individualmente e, ao mesmo tempo, trazer para a região conquistas e benesses que se refletiam no bem coletivo.

O trabalho realizado permite-nos afirmar que as elites políticas delimitavam a sua atuação e poder por meio do poder econômico, ainda que, para isso, tivessem de trocar de partido tantas vezes quantas fossem necessárias, firmar conchavos, como foi o caso da FUG, a fim de ficar ao lado de quem estava em evidência, assegurando, com isso, a manutenção de cargos, a continuidade de privilégios, tal qual já ocorria na República Velha. Em contraposição, a contra-elite, representada pelos contrários à elite que se mantinha no poder formal, sempre se manteve atuante, no sentido de se opor às decisões tomadas pelas elites, que refletiam o situacionismo.

A abordagem do tema por meio da análise de discurso demonstrou ser adequada para uma investigação e interpretação dinâmica dos municípios na época, pois podemos entender, ou, pelo menos, aproximar o entendimento do significado de muitas ações políticas, somente compreendidas pelo interesse econômico ou vice-versa. No entanto, salientamos que no caso do Rio Grande do Sul, no espaço geográfico analisado, e no tempo seqüencial (pós-1945), pouco mudou.

Necessário se faz registrar nesta etapa final que o assunto não se encontra esgotado. Pelo contrário, diante da grandiosidade e volume do material encontrado, deve-se continuar a explorá-lo sob um novo enfoque, ampliando-o talvez para o segundo governo de Getúlio Vargas, de modo a investigar como as relações de poder se perpetuaram e se mantiveram. As fontes podem ser ampliadas e mais bem aproveitadas, pois muitas delas tiveram apenas partes abordadas, deixando-se de fora aspectos importantes, mas que não se encaixavam na delimitação proposta. Igualmente, pode ser aprofundado o aspecto da estagnação de Passo Fundo e Carazinho no que se refere à industrialização, bem como o porquê de os jornais da

época se preocuparem tanto em salientar Carazinho em suas notícias, uma vez que este era um distrito de Passo Fundo e depois um município recém-emancipado.

Entretanto, independentemente das sugestões deixadas, dentre tantas que ocorreram ao longo do trabalho, pode-se concluir o texto com a convicção de que o Estado Novo representou um momento muito importante de transformação no campo político e econômico de modo geral, refletindo-se em Passo Fundo e Carazinho com a saída e integração de pessoas em diferentes partidos políticos, embora as lideranças fossem mantidas por causa do poder econômico que detinham. Assim, a economia e a política prosseguiram lado a lado, numa clara representação de um processo conhecido por todos, no qual sempre uma elite política, bem guarnecida por uma elite econômica, continuava a comandar as transformações nos municípios em estudo de acordo com a sua conveniência e desejo, resguardando para si e para seus preferidos as inovações que não colocassem em risco o jogo do poder.

A pesquisa em arquivo pode ser ampliada de modo a abranger material que se encontra fora do estado do Rio Grande do Sul e também em outros países da Europa, o que possibilitaria uma visão mais aprofundada da época que se quer conhecer. Reconhecemos que a pesquisa em fontes históricas originais apresenta muitas dificuldades pela impossibilidade de retirada do material e de realização de cópia, até mesmo porque o estado de conservação dos jornais e documentos deixa muito a desejar, em razão das condições técnicas não ideais em que são guardados.

Outra fonte riquíssima que num primeiro momento era objeto de nossa pesquisa foram as fontes orais, através de gravações da época, guardadas em local próprio. Como não se teve acesso às mesmas, acredita-se que elas podem trazer elucidação e ilustração de muitas situações ligadas às elites pesquisadas, que permanecem invioláveis.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira de; MOREL, Marco (Org.). *História e imprensa – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.
- ALMEIDA, Agassiz. *A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandense no século XIX: um breve histórico. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Imprensa & história*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997.
- ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- ARAÚJO, Braz José de. Mudanças na estrutura social brasileira. . In: J.A. Guilhon Albuquerque. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação e Cultura- Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro. 1970.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginário social*. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 5. Antrophos – Homem.
- BAUER, Otto. *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia*. México: Siglo Veinteuno, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.
- BENKO, Georges. *A ciência regional*. Portugal: Celta, 1998.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940 – Autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999.
- BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de política*. v.2. 6.ed., Brasília: Unb, 1994.

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no rio grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* São Francisco, Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e olítica: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set.1991, ago.1992.
- BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000.
- BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DPeA, 2001.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1981.
- BUGATTI, Isolan Flaviano. *Das páginas à tela: cinema alemão e imprensa na década de 1930 (Porto Alegre e Santa Cruz do Sul)*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2006.
- CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha: biografia*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Unb , 1982 (Coleção Temas Brasileiros).
- \_\_\_\_\_. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. Estudos Históricos. Apud FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90. Logos*, Canoas, Ulbra, n.1, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. História política. Estudos Históricos. In: FÉLIX, Loiva Otero. Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90. *Logos*, Canoas, Ulbra, n.1.

\_\_\_\_\_. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CARONE, Edgard, *O estado novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1988.

\_\_\_\_\_. *A segunda república nova (1930-1937)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Minas Gerais: Editora UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Centauro, 2001.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHARLE, Cristophe. O historiador e as elites. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989 (Coleção Memória e Sociedade).

\_\_\_\_\_. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.106. [s.d.].

\_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi. Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRGS*, Rio de Janeiro, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. *Textos, impressões e leituras*. In: HUNT, Lynn (Org.). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, 1994.

CINTRA, Antônio Otávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, n. 1, mar. 1974.

- COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CONIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CUTLER, Antony (Org.). *O capital de Marx: e o capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- D'ARAUJO, M. C. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; FGV, 1999.
- DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- DIEHL, Astor Antônio et al. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DIMAGGIO P.; POWEL, W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986.
- DINIZ, Ely Roque. Empresários e estado na década de trinta. In: *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. *Regionalização: considerações metodológicas*. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro. [s.n.], 1980.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 3. ed., 2001.
- FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *O retrato do velho*. São Paulo: Atual, 1984.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: *Pequenos ensaios da história da República*. São Paulo, cadernos CEBRAP, n. 10, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996.



FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998.

\_\_\_\_\_.A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*, n.5, 1998.

\_\_\_\_\_.História política renovada. História. Unisinos - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. In: *V Encontro Estadual de História*, São Leopoldo, 2001.

\_\_\_\_\_.*Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90, Logos*, Canoas: Ulbra, n.1, 1999.

\_\_\_\_\_.O “crime do km. 350” e o “caso Creso”: impunidade e clamor público. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*, Anais Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

\_\_\_\_\_.Política, poder e justiça: violência e criminalidade no Norte do Estado.” In: BATISTELLA, A (Org.).*Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território. política. poder, criminalidade, economia. produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

\_\_\_\_\_.*Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERNANDES, Florestan. *Nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERREIRA FILHO, Arthur. A frente única e o PRL. In: *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1980.

\_\_\_\_\_.*História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Mariluci Melo. *Crime e Poder nos Campos de Cima da Serra: 1850-1870*. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*, Anais. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: UERG, 1995.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.) *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [ S.l.: s.n.: s.d.].

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_.RS: Economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1981

FOUCAULT, Michael. *A microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal . 1979.

\_\_\_\_\_.*A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_.*As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_.*Soledade na história*. (obra organizada e publicada sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Soledade, em homenagem ao 1º Centenário de Emancipação do Município). Porto Alegre: 1975.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. Ed. São Paulo: Nacional,, 1968.

GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, memória e história dos trabalhadores*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. SMC. Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

GAUCHET, Marcel. Le Désenchantement du monde. Paris: Gallimard, 1985. In: Dosse, François. *O Império do Sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GAUER, Ruth M. Chittó. O mito fundacional do estado-nação: violência e medo. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*, Anais. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

GIL, José. *Força do signo no signo*. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v. 14.

GOMES, Angela Maria de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980 (Coleção Brasil Século XX).

\_\_\_\_\_.O empresário e a implantação da legislação trabalhista. In: BOSCHI, Renato Raul; CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresariado nacional e estado no Brasil: uma comparação de dois períodos*. Relatório de pesquisa, IUPERJ, 1976.

\_\_\_\_\_.Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3 ed.São Paulo: Difel , 1986

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. De Aquiles a Péricles: do herói da epopéia ao grande homem da história. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

HADDAD, Paulo Roberto. (Ed.). *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975.

\_\_\_\_\_.Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho; BOISER, Sérgio. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Banco do Nordeste. 1989. [S.l].

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

\_\_\_\_\_.*Considerações acerca de uma história das elites*. Logos, Canoas: Ulbra, n. 1, 1999.

HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Universidade de Minas Gerais. n.1, Dezembro de 1956. São Paulo: Empresa "Revista dos Tribunais", n.1, dez. 1956.

HERNANDEZ, Leila M. G. *Aliança nacional libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *O Brasil monárquico II*. São Paulo: Difel, 1972. v. 5.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Passo Fundo, verdes mares marcados: o integralismo no norte do estado. In: BATISTELLA, A (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriados, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo, e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

KARL, Popper. *A falsificabilidade e a ciência*. São Paulo: Cultrix, 1974

KONRAD, Dorge Alceno. *1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PUC, 1994.

LEFORT, Claude. Essais sur le politique. Paris:Seuil, 1986. In: DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

LOVE, Joseph L. A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho. Apud TRINDADE, Hégio. 4-Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983.

\_\_\_\_\_. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: FÉLIX, Loiva Otero ; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS. 1998.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, Áureo Luiz Figueiredo; LECH, Marilene Salette Mendes. Educação brasileira na República. In: POSSANI, Lauro et al. *Multimeios aplicado ao ensino de Ciências I*. Canoas: Ulbra, 1999. p. 14.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MATTOS, Marília (Org.). *Centro de Cartografia*. – UPF – PREMIER [s.d.: s.p.].

MEDEIROS, Márcia Maria. Passo Fundo: política e economia na década de 30. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

MELLO, Diogo Lordello de. *O município na organização nacional: bases para uma reforma do regime municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1971.

MENDES, Nicolau. *O pé no chão: subsídios para história do Rio Grande do Sul*. Canoas: La Salle, 1958.

MESQUITA, Zilá. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 5, n. 2, 1984.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: a Senzala, [s.d.].

MILIBAND, 1969, LOVE, Joseph L. ;BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MINOGUE, Kenneth R. política: uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes na memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959.

OLIVEIRA, Francisco Xavier. *Annaes do Município de Passo Fundo. Aspecto Histórico*. [S.l.: s.n.: s. d.].

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. . In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense. 1983.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?*. Porto Alegre: FEE, 2004. p. 19. (Documentos FEE; n. 59).

\_\_\_\_\_. *Ilusões e sabedorias da análise regional*. Porto Alegre: FEE. 2005.

\_\_\_\_\_. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. In: *Anais das primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre, 2005. CD – ROM. FEE/PUC – RS.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha – dominação do capital e disciplina do trabalho – RS: 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

\_\_\_\_\_. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980.

\_\_\_\_\_. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M. K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a gauchização da política brasileira no pós 1930*. In: TARGA, Luíz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS; FEE; Lajeado: Univates, 1988.

PIMENTEL, Rodrigo (Org.). *Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores*. Jornal Tropeiro dos Pampas. Caderno especial. [s.d.].

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. 251f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

PROXTO: Pequena e média empresa no RGS. *Relatório de pesquisa*, n. 4, ago., de 1978.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUEIROZ, Paulo Edmur de Sousa. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Convívio, 1975.

QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e Castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2000.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. Pour une histoire politique. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999.

REVERBAL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. 1992. 357f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1992.

ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SACCONI, Luiz Antonio. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e o problema regional. In: *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983.

\_\_\_\_\_. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem. Documentos da História Contemporânea - Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1970. p. 513-516. v. 11.

SILVA, Roque Aparecido da. Representatividade, democracia e unidade no sindicalismo brasileiro. In: *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Vera Alice Cardoso. *Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*. In: SILVA, Marcos A. Da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O primeiro concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do RS”. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Anais. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2002.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira: apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro centenário de sua emancipação*. Bels, [s.l.], 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: UnB, 1994, v. 2.

TARGA Luiz Roberto Pecoits. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Rio-grandense na Primeira República (1889 –1930). In: *Vº Jornadas Interdisciplinares de Estudos Agrários y Agroindustriales – Facultad de Ciências Económicas- UBA: Buenos Aires*. nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Elites e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998.

\_\_\_\_\_. RIBEIRO, Paulo Sérgio Sampaio; HERRLEIN Jr., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998.

TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed.. Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

\_\_\_\_\_. *Colonos, carreteiros e comerciantes – a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Diretoria Geral de Estatística. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939.

TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889/1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J.A. Guilhon (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TRINDADE, Hélió (Org.) et.al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense-UFRGS. 1980.

\_\_\_\_\_. 4- Conferência. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.

\_\_\_\_\_. Aspectos políticos do sistema partidário republicano. rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

\_\_\_\_\_. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense: da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. v.1.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 1993

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

\_\_\_\_\_.; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

VARGAS, Alvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história (1631-1931)*. [s.l.], [s.n], 1980.

VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito. In: *VI Encontro Estadual de História: ser historiador hoje*. Anais Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. 1992. 357f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1992.

\_\_\_\_\_. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (Porto Alegre- 1900-1919)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

VARGAS, Luthero Sarmanho. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Luthero Sarmanho Vargas, 1988.

VELOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração no campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de (Org.). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar,



1982.

VIANNA, Oliveira F. Problemas de política objetiva. Rio de Janeiro: Record, 1974. In: BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

\_\_\_\_\_. *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

WENTZ, Liliane Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo, UPF, 2004.

## FONTES DOCUMENTAIS

ATO n. 54/1938, Prefeitura Municipal de Carazinho de 8 de set., de 1938.

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS PELAS AUTORIDADES ESTADUAIS – 1930/1945- AHRGS.

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS PELAS AUTORIDADES ESTADUAIS – 1930/1945- APERS.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 135. 7, fev. 1940.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 143. 24, jan. 1941.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 154. 1º, fev. 1943.

DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. Correspondências dos Governantes. CG – 157. 29, jan. 1944.

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 18 jun., de 1941. n. 145

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS. Correspondências dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

PASSO FUNDO. *Guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo*. Comemorativo à primeira Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira. 1939.

HILLEBRAND, Albino. Relatório apresentado aos vereadores municipais em março de 1937. Correspondente ao exercício administrativo de 1936. Carazinho, 1937.

PASSO FUNDO. Intendência municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Armando Araújo Annes, em 1º de novembro de 1928.

PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1941. Decreto Lei n. 2 de 30 de janeiro de 1941. Eduardo Roca, diretor. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1944. Decreto Lei n. 29 de 12 de novembro de 1943. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Lei de Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1945. Lei n. 56 de 29 de novembro de 1944. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1945.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1932. Lei n. 152 de 24 de dezembro de 1931. A Nacional, Passo Fundo, 1932.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1933. Lei n. 153 de 27 de dezembro de 1932. Tipografia Independência, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1934. Lei n. 154 de 22 de dezembro de 1933. A Nacional Impressora, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1935. Lei n. 155 de 12 de dezembro de 1934. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1937. Lei n. 21 de 23 de novembro de 1936. Livraria Nacional, Passo Fundo.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1938. Decreto Lei n. 1 de 31 de dezembro de 1937. Tipografia Progresso, Passo Fundo. Assinada por Eduardo Roca, chefe do expediente.

PASSO FUNDO. Orçamento da Receita e despesa para o ano de 1939. Lei n. 27 de 9 de dezembro de 1938. Livraria Nacional, Passo Fundo.

OFÍCIO enviado pela prefeitura de Carazinho para Santa Maria em 03 de fev., de 1934.

PREFEITURAS MUNICIPAIS. Correspondências Expedidas e Recebidas. Questão Sucessória, Carazinho - A.MU- 373, Caixa 201. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS. 1935/1945.

PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939.

PASSO FUNDO. RELATÓRIO DA SECÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. Apresentado ao sr. Armando de Araújo Annes, intendente do município de Passo Fundo pelo engenheiro municipal Octacílio Ribas Vieira, em 1º de novembro de 1927 a 1º de outubro de 1928.

REQUERIMENTO dirigido aos membros do Conselho Consultivo Municipal de Carazinho em 7 de nov., de 1931.

**FONTES DE IMPRENSA LOCAL**

A FEDERAÇÃO 1930 a 1937

CORREIO DO POVO de 1930 a 1945

DIÁRIO DA MANHA de 1930 a 1945

JORNAL DA SERRA de 1930 a 1945.

NOTICIOSO de 1942 a 1945.

O NACIONAL de 1930 a 1945

**LOCAIS DE PESQUISA**

Arquivo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre, RS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Arquivo Maçônico da Loja Honra e Trabalho. Carazinho, RS.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Porto Alegre, RS.

Associação Comercial de Carazinho. Carazinho, RS.

Associação Comercial de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Casa Civil. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Biblioteca da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho. Carazinho, RS.

Carazinho. Prefeitura Municipal de Carazinho. Museu Regional de Carazinho.

Divisão de Biblioteca e Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, RS.

Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa. Porto Alegre, RS.

Núcleo de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – NUPERGS/UFRGS. Porto Alegre, RS.

Passo Fundo. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Museu Histórico Regional.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL-MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

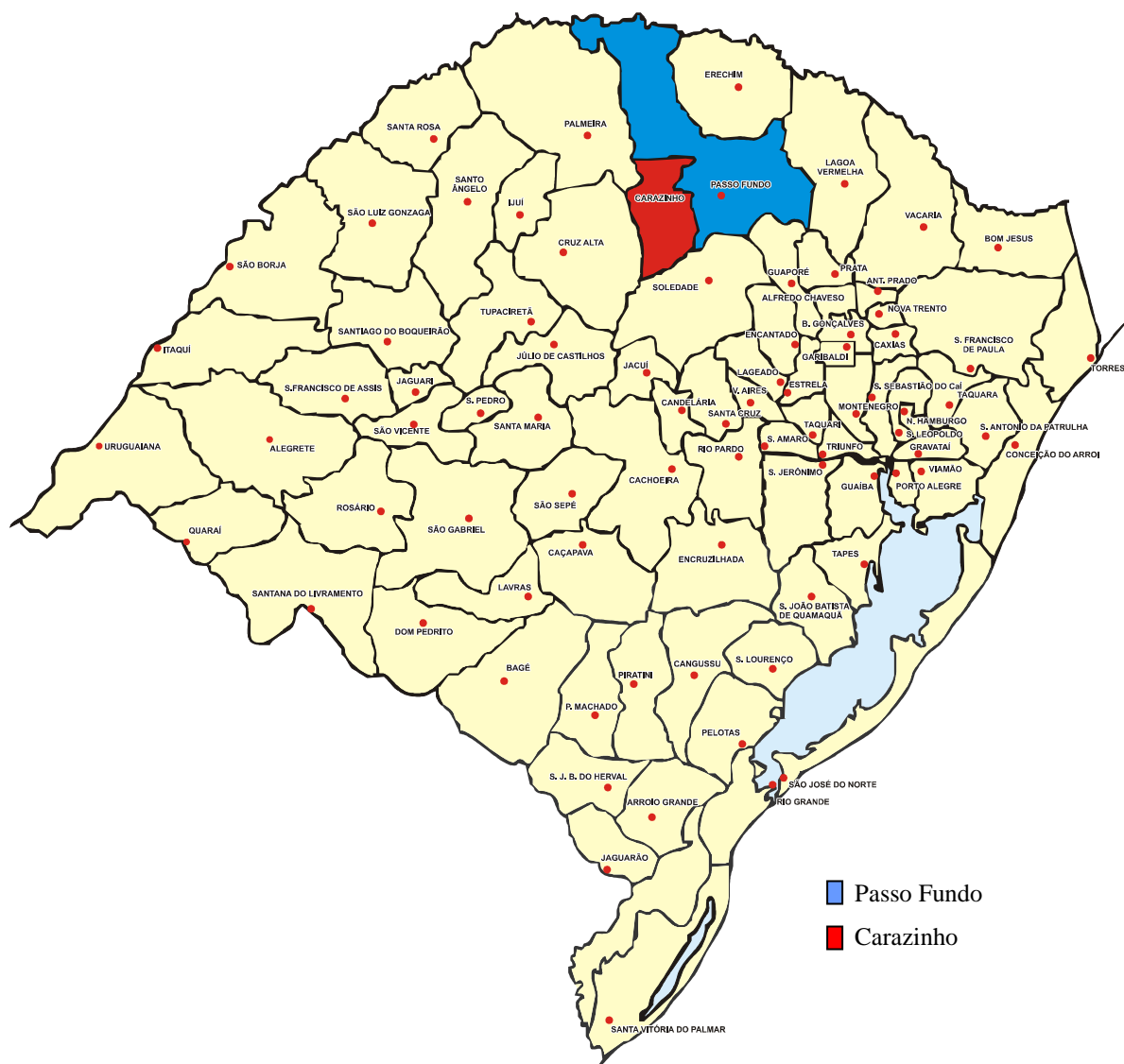
Maria Eloisa Cavalheiro

**“SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?”  
ELITES POLÍTICAS NO PLANALTO MÉDIO GAÚCHO (1930-1945)**

**ANEXOS  
Volume II**

Santa Cruz do Sul, abril de 2008

## ANEXO A - Mapas do Rio Grande do Sul de 1931 a 1944 e das Regiões do Planalto Médio, Passo Fundo e Carazinho



Mapa 1 - Evolução administrativa dos municípios de Passo Fundo e Carazinho a partir do ano de 1931.

**Fonte:** IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora MATTOS, Marília de (Org.). Centro de Cartografia – UPF – PREMER [s.d.: s.p.].



Mapa 2 - Mapa da evolução administrativa dos municípios de Carazinho e Passo Fundo em 1931.  
Fonte: IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora MATTOS, Marília de (Org.). Centro de Cartografia – UPF – PREMER [s.d.: s.p.].



Mapa 3 - Evolução administrativa dos municípios de Passo Fundo de 1931 a 1944

Fonte: IBGE – Base operacional – Departamento Regional Sul – Porto Alegre. Arquivo do Projeto “Resgate da Obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira”. Adaptado pela autora MATTOS, Marília de (Org.). Centro de Cartografia – UPF – PREMER [s.d.: s.p.].



**Anexo B - Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul - Lista dos parlamentares gaúchos em nível Estadual e Federal/  
1929-1945**

<i>Nomes</i>	<i>Partido político</i>	<i>Períodos</i>	<i>Designação</i>	<i>Procedência</i>	<i>Observações</i>
Abílio Fernandes	PCB	23-09-1946 a 01-1948	Deputado Federal Constituinte Suplente assumiu em fevereiro e julho de 1946. Deputado Federal	Pelotas	
Adail Moraes	PSD	11/1947	Deputado Estadual		
Adão Paulo Brunn Viana	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Suplente Deputado Estadual 03/03/1947 01/1951 – suplente		Em 24/03/1947 assumiu pela primeira vez como deputado Estadual na vaga de João Goulart. Reassumiu em outras ocasiões.
Adolfo Dupont	Frente Única, no intervalo de 04/ 1935 a 06/1935 Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR. Pertence ao Partido Republicano Castilhistas, novo partido surgido em virtude da dissidência aberta no PRR.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Adolfo Pena	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		

Adroaldo Mesquita da Costa	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935 Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR PSD	1934 04/1935 a 12/1935	Constituinte Federal Suplente 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do estado a partir de 30.05.1945	Taquari	Posse em 25/04/1935. Sócio fundador do IHGRS. Sócio fundador do Instituto dos Advogados do RS.
Affonso de Assumpção Vianna	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Albano José Wolkmer	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 09/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Alberto de Britto	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual- 1935 Constituinte Estadual-1935/1937		
Alcides Flores Soares Jr.	UDN UDN	10/1947 a 12/1947 01/1948 a 05/1948 e 08/1948 a 12/1948	Suplente		Em 06/06/1947 assumiu o mandato pela primeira vez. Após reassumiu em outras ocasiões.
Alexandre Martins da Rosa	Representação de classe – profissões liberais Representação de classe – profissões liberais Representação de classe – profissões liberais	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 08/1937	Líder dos empregadores na Assembléia Legislativa. Líder dos empregadores na Assembléia Legislativa. 2º vice-presidente. Assumiu o mandato na vaga por morte do deputado Antenor Barcellos de Amorim. Líder da classe patronal na Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1937 a 05/1937. Deputado Estadual 1935/1937 Prefeito de Porto Alegre.		Renunciou em 1937, sendo substituído por Moacyr Godoy Ilha. Presidente da Federação Rio-grandense de futebol.
Alfredo Carlson	PTB	06/1947 a 07/1947		Tupanciretã	

	PTB	09/1947 a 10/1947 12/1947. 01/1948			
Alfredo Soares do Nascimento, Dr.	PRR	1929 – 1930	4º secretário Assembléia dos representantes 1929/1930	Pelotas	
Alfredo T. Faveret	Frente Única				Renunciou em 20.05.1935
Álvaro Ribeiro Pereira	PTB PTB	03/1947 a 09/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 10/1948 e 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Américo Godoy Ilha	PRR PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Cachoeira do Sul	
Andrino Braga	PRP PRP	10/1947 a 12/1947 01/1948 e 10/1948 a 11/1948			
Annibal Falcão de Barros Cassal	PF PL FUG		Deputado Federal 1935/1937	Porto Alegre	Jornalista, colaborador do jornal A Tarde em Porto Alegre.
Antenor Barcellos de Amorim, Cel.	PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936	2º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 2º vice-presidente Constituinte Estadual - 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Antero Moreira Leivas, Dr.	PRR	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Antonio Augusto Borges de Medeiros	PRR FUG	1935-1937	Deputado Federal	Caçapava Porto Alegre	
Antônio Augusto de Assumpção Jr.	PRL PRL	10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Suplente. Assumiu o mandato na vaga por morte do deputado Antenor Barcellos de Amorim. Deputado Estadual 1935/1937		

Antonio Bittencourt de Azambuja	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal		
Antônio Gageiro Filho	Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados. Representação de classe – empregados.	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual 1935/1937 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa no período de 04/1937 a 11/1937		
Antonio Jacob Renner	Representação de classe – empregadores - RC Representação de classe – empregadores	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937	Deputado Estadual 1935/1937		
Antônio José Campani	PSD PSD	03/1947 a 09/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Antônio Maria da Silva Filho	PL PL	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Antônio Marinho Loureiro Chaves, Dr.	PRR	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	São Vicente	Redator d'A Federação, e da Gazeta do Foro 1902
Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto	PC do B PC do B	03/1947 a 10/1947 12/1947. 01/1948	Deputado Estadual 03/03/1947		
Antônio Xavier da Rocha	PRL PRL PRL Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Membro da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 2º secretário Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		Intendente em São Vicente 1928
Aquiles Mincarone	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Bento Gonçalves	
Arami Silva	PSD	11/1947			
Argemiro	PRL	04/1935 a 10/1935.	1º vice-presidente da Mesa da	Encruzilhada	Renuncia ao mandato em

Dornelles			Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		07.10.1935. Renuncia em julho de 1935, sendo substituído por Paulino Fontoura.
Ariosto pinto de Araújo Correia	PRR	1927-1930	Deputado Federal	Pelotas	
Aristóteles Bayard Lucas de Lima	PSD	10/05/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	São Borja	
Armando Fay de Azevedo	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única - PL. Dissidente da bancada do PL e filiado à ação libertadora, ala divergente da direção dessa agremiação.	04/ 1935 a 12/1935 04/1937 a 11/1937	Suplente Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		Posse em 25/04/1935.
Armando Vitorino Prates, Dr.	PRR	1929 - 1930	Intendente em São Vicente Assembléia dos Representantes 1929/1930	Bagé	
Arnaldo Faria, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	São Luiz das Missões	
Arthur Fischer	PTB	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Venâncio Aires	Fundador e Presidente da União Sul Brasileira de Cooperativas em Porto Alegre. Fundou a Escola Técnica de Cooperativismo. Líder dos Produtores Agrícolas. Secretário da Sociedade da União Popular do Rio Grande do Sul.
Artur de Souza Costa	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 26/10/1950	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal – Renunciou	Pelotas	
Astério de Mello	PSD PSD	03/1947 a 08/1947 10/1947 a 12/1947.	Deputado Estadual – 03/03/1947 a 01/1951		

		01/1948 a 12/1948			
Ataliba de Figueiredo paz	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948			
Atos de Morais Fortes	PSD	11/1947			
Augusto Gonçalves de Souza Jr.	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Augusto Simões Lopes	PRR PRL	1933 – 1934	Constituinte Federal		
Aurélio de Lima Py	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	04/1935 a 06/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937			
Benjamin Dornelles Vargas	PRR PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	São Borja	
Bento Soeiro de Souza, Dr.	PL	1929 – 1930	Vice-presidente Assembléia dos Representantes 1929/1930	Bagé	
Breno Ritter	PL	06/1948 a 07/1948			
Bruno Born	UDN UDN	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Caio Graccho	PSD PSD	09/1947 a 12/1947 01/1948			
Camillo Martins Costa	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Suplente Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do Estado- 24/10/1943-maio/1945		Posse em 25/04/1935.
Cândido Machado	PSD PSD	06/1947 a 12/1947 01/1948 e 07/1948	Suplente		Em 07/07/1947 assumiu pela primeira vez o

Carrion		a 12/1948			mandato parlamentar em substituição ao deputado Francisco Brochado da Rocha. Reassumiu em outras ocasiões.
Carlos Cavalcante Mangabeira, Major.	PRR	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Carlos da Silva Santos	RC PSD	11/1947	Deputado Estadual 1935/1937 Suplente	Rio Grande	De 13 a 21/11/1947 assumiu na suplência de Tarso Dutra.
Carlos de Brito Velho	PL PL	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Porto Alegre	
Carlos Maurício Werlang	PRP PRP	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 05/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos	PRR PRL	1934	Constituinte Federal	São Gerônimo	
Carlos Paranhos	Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados.	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Líder dos empregados na Assembléia Legislativa. Líder dos empregados na Assembléia Legislativa.		
Carlos Santos	Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados Representação de classe – empregados.	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Líder dos empregados na Assembléia Legislativa. Líder dos empregados na Assembléia Legislativa.	Rio Grande	
Carlos Soares Bento	PRR	1929 - 1930	Presidente Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Celeste Gobbato	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Volpago - Itália	Membro da Seção de Viticultura do Conselho Internacionale Scientifico Agrícola do Instituto Internacionale de

					Agricultura de Roma
César José dos Santos	PL PTB	03/1947 a 07/1947 10/1947 a 11/1947. 04/1948 a 05/1948 e 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Soledade	Detentor do Prêmio Osvaldo Cruz em 1935. Membro do Colégio Interamericano de Radiologia da Sociedade de Medicina de Porto Alegre; da Academia Rio-grandense de Letras e da Academia Passo-fundense de Letras.
Cypriano da Costa Ferreira, Gal.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930 Interventor no estado do Mato Grosso	Camaquã	
Dâmaso Rocha	PSD	05/02/1946 a 18/ 09/1946 23/09/46 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Porto Alegre	
Daniel Agostinho Faraco	PSD	05/02/1946 a 18/ 09/1946 23/09/46 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Florianópolis	
Daniel Krieger	PRR UDN UDN	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Líder da UDN na Assembléia Legislativa. Líder da UDN na Assembléia Legislativa	São Luis Gonzaga	
Darcy Gross	PSD	23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal		
Darcy Pereira de Azambuja	PRR PRL	04/1935 a 06/1935	Governador 06/05/1936-23/09/1936. Presidente do Secretariado 02/02/ 1936-17/10/1937. Secretário do Interior e Justiça 1935-17/10/1937 Líder do Governo na Assembléia;		Diretor do Jornal da Manhã Integrou a Academia Sul Rio-grandense e o IHRGS
Dario Caetano Crespo, Dr.	PL PRL	1929 – 1930 1935 -1937	Em 08. 11. 1930, nomeado Secretário de Obras Públicas. Chefe de Polícia Out/ 1932-17/10/1937	Porto Alegre	



			Assembléia dos Representantes 1929/1930 Deputado Federal		
Décio Martins Costa	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única - PL	04/ 1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Suplente Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Eleito 4º secretário na vaga do deputado Mario Amaro da Silveira que renunciou em virtude do retorno as atividades parlamentares de Raul Pilla, afastado temporariamente do seu mandato por ter sido convidado a exercer as funções de Secretario de Estado. 1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa.		Posse em 10/05/1935.
Demetrio Mercio Xavier	PL PRL	1934 1935 – 1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Dom Pedrito	
Dionélio Tubino Machado	PC do B PC do B	03/03/1947 03/1947 a 06/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948	Deputado Estadual 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. Líder do PC do B na Assembléia Legislativa. Líder do PC do B na Assembléia Legislativa	Quaraí	Membro da Sociedade Rio-grandense de Criminologia em Porto Alegre.
Edgar Luiz Schneider	PL Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única – PL PL PL	1929 - 1930 04/ 1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936 10/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Assembléia dos representantes 1929/1930 Secretário de Obras Públicas 1930/1932 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Deputado Estadual 03/03/1947- Jan./ 1951 Eleito líder do PL na Assembléia Legislativa em virtude da renúncia de Raul Pilla, desligado temporariamente do mandato de deputado. Presidente da Mesa Assembléia	Cachoeira Porto Alegre	

			Legislativa. Presidente da Mesa Assembléia Legislativa.		
Egydio Michaelson	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	São Sebastião do Caí	Presidente da Comissão Constituinte Estadual em 1947. Presidente dos bancos do Rio Grande do Sul. Vice-Presidente das Associações Comerciais de Rio Grande do Sul. Presidente de Câmara de Comércio Teuto-Brasileira e Representante da Federação das Associações Comercial no Conselho Estadual de Estradas e Rodagem.
Eloi José da Rocha	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 17/03/1947	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	São Leopoldo	
Emilio Otto Kaminski	PRP PRP	08/1947 a 12/1947 01/1948 a 10/1948			
Érico Lima	PTB	10/1947 a 11/1947			
Ernesto Rodrigues Dornelles	PSD	1943-1945	Interventor do rio Grande do Sul em 11/09/1943 a 01/11/1945	São Borja	
Euclides Minuano de Moura, Dr.	PL FUG	1929 – 1930 1934	Assembléia dos representantes 1929/1930 Constituinte Federal	São Gabriel	
Fausto de	FUG	02/04/1947 a	Deputado Federal	Porto Alegre	

Freitas Castro	PSD	16/08/1950 11/01/1951 a 30/01/1951			
Favorino de Freitas Mercio	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937		
Fernando Ferrari	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	São Pedro do Sul	
Firmino Paim Filho	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937	Líder da Frente Única – PRR na Assembléia Legislativa, a partir de 07/1935. Líder do PRR na Assembléia Legislativa. Líder do PRR na Assembléia Legislativa. Deputado Federal 1935/1937		
Firmino Soares de Oliveira, Major.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos representantes 1929/1930	Julio de Castilhos	
Floriano Neves da Fontoura	PTB PTB	03/03/1947 a 09/10/1950 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 3º secretário		
Flory de Azevedo, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Francisco Antunes Maciel Júnior	PF PL	1930	Deputado Federal	Pelotas	
Francisco Brochado da Rocha	PSD PSD	03/1947 a 10/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual - 03/03/1947 a 01/1951	Porto Alegre	
Francisco da Cunha Corrêa	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual - 1935 Deputado Estadual 1935/1937		

Francisco de Souza Ribeiro Dantas, Des.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos representantes 1924/1927 1928/1930	Porto Alegre	
Francisco Flores da Cunha	PRR PRL	1930 a 1932 1932 a 1940	Deputado Federal 1930 Senador – 1935/1937	Livramento	Membro do Instituto Genealógico do RS e São Paulo
Francisco Juruela	PSD	11/1947			
Francisco Machado Carrion	PSD	11/1947			
Frederico Carlos Gomes	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Cachoeira	
Frederico Guilherme Schmidt	PSD PSD	03/1947 a 09/1947 11/1947 a 12/1947. 01/1948 a 09/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual - 03/03/1947 a 01/1951		
Frederico João Wolfenbütell	PRL	1934 1935 -1937	Constituição Federal Deputado Federal	São Leopoldo	
Gabriel Obino	PSD PSD	11/1947 10/1948 e 12/1948			
Gaspar Saldaña	PF PRL	1934 1934 -1935	Constituinte Federal Deputado Federal	Livramento	
Gastão de Brito	RC	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Porto Alegre	
Geraldo Nicolau Snell Filho	Frente Única				Renunciou em 24.04.1935.
Getúlio Dornelles Vargas	PRR PSD	25/01/1928 a 11/10/1930 1930 -1945 1946 -1949	Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Presidente do Brasil Senador pelo RS	São Borja	
Glicério Alves, Dr.	PRR	1929 – 1930. Renunciou ao mandato em 07. 11. 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Pinheiro Machado	
Guido Giacomazzi	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		

Guido Mondin	PRP	10/1948 a 11/1948			
Guilherme Alfredo Oscar Hildebrand	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	2º vice-presidente Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Guilherme Mariante	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Heitor Annes Dias	PRL	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal		
Hélio Carlomagno	PSD	11/1947			
Helmuth Closs	PRP PRP	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. 2º secretário Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Henrique Fonseca de Araújo	PL PL	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Porto Alegre	
Hermes Pereira de Souza	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	São Borja	
Hildebrando Westphalen	PRL PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 3º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. 3º secretário		
Homero Fleck	Representação de classe – empregadores Representação de classe – empregadores Representação de classe – empregadores.	10/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	1º suplente que passou a deputado em virtude da renúncia do deputado Protásio Dornelles Vargas, que resignou o seu mandato. Deputado Estadual 1935/1937		
Humberto Gobbi	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Garibaldi	Presidente do Sindicato da Indústria de Trigo e do

					Sindicato da Indústria da Mandioca. Fundou e dirigiu as empresas José Gobbi e Filhos e Secularia Santo Antonio em Carazinho e a empresa Cerealista em Porto Alegre.
Hypolito Ribeiro Jr., Ten. Cel.	PRR	1929 – 1930	2º secretário Assembléia dos Representantes 1929/1930	Porto Alegre	
Ildefonso Simões Lopes Filho	PF PRL PRL PRL PTB	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 10/1947 a 11/1947 1924 - 1930	Assembléia dos Representantes 1925/1928 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Deputado Federal 1924/1930	Pelotas	
Jacinto marinho Fernandes da Rosa	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
Jayme da Costa Pereira, Major.	PRR PRL	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes 1929/1930	Rio Grande	
João Ascânio Moura Tubino, Dr.	PRR PRL	1929 – 1930 1934 1935 -1937	1º secretário Assembléia dos Representantes Constituinte Federal Deputado Federal	Quaraí	
João Baptista Luzardo	PL FUG PSD	1935-1937	Deputado Federal	Uruguaiana	
João Belchior Marques Goulart	PTB PTB	03/1947 05/1948 a 06/1948 e 09/1948 e 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	São Borja	
João Carlos Machado, Dr.	PRR PRL	Deputado Estadual 1929 – 1930		Santiago do Boqueirão	Secretário do Interior e Justiça Out. 1932-1935 Deputado Federal 1935/1937
João de Oliveira	Representação de classe – empregadores -	07/1935 a 12/1935	Deputado Estadual 1935/1937		

Castro	RC Representação de classe – empregadores Representação de classe – empregadores.	04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937			
João Finfa Ribas	PRL	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal		
João Lino Braun	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951	Estrela	
João Neves da Fontoura	PRR	1928/1929 25/01/1928 a 28/11/1930	Deputado Estadual Vice-Presidente do RS	Cachoeira do Sul	Membro da Academia Brasileira de Letras
João Nunes de Campos	PTB PTB	03/1947 a 08/1947 10/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
João Simplicio Alves de Carvalho	PRR PRL	1933-1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Jaguarão	
João Vespúcio de Abreu e Silva	PRR FUG	1935 -1937	Deputado Federal	Porto Alegre	
Joaquim Duval	PSD PSD	03/03/1947 a 12/1947 01/1948	1º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa. Deputado Estadual	Pelotas	
Joaquim Francisco Assis Brasil	PRR PRD PDN PL FUG	1933 -1934	Deputado Federal Constituinte	São Gabriel	
Joaquim Maurício Cardoso	PRR Frente Única -FUG	1929 – 1930 1934 04/1935 a 06/1935 1935 -1937	Assembléia dos Representantes Constituinte Federal Constituinte Estadual 2º secretário No intervalo de 04/1935 a 06/1935, membro da Comissão Constitucional, eleito em 26/04/1935 à vaga decorrente das renúncias a essas funções dos deputados José Pereira Coelho de Souza e Antenor Amorim.	Cruz Alta Soledade	Interventor interino no Rio Grande do Sul de 19/01 até 04/03 de 1938

			Deputado Estadual		
Joaquim Pedro salgado Filho	RC PTB	1935 -1937	Deputado Federal	Porto Alegre	
Jorge Germano Sperb	PTB PTB	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 03/03/1947 a 01/1951		
José Antonio Flores da Cunha	PRR PRL	1930 -1935 1935 -1937 1946 -1959	Interventor em 28/11/30- 13/04/35 Primeiro Governador Constitucional do Rio Grande do Sul. Deputado Federal	Santana do Livramento	
José Bertaso	Representação de classe – empregadores. RC	1935 -1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual Suplente		Convocado em virtude da renúncia de A.J Renner.
José de Vasconcellos Pinto, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes	Quarai	
José Diogo Brochado da Rocha	PRR PSD PTB PTB	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 04/03/1947 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948 03/03/47 a01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal Líder do PTB na Assembléia Legislativa. Líder do PTB na Assembléia Legislativa Deputado Estadual	Porto Alegre	Nas eleições para Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, recebeu a maior votação do PTB, com 20.446 votos.
José Loureiro da Silva	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Costituente Estadual Deputado Estadual 1935-1937. Relator geral da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 2° vice-presidente da Mesa da Assembléia; Líder da dissidência do PRL na Assembléia Legislativa.	Porto Alegre	Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul
José Pereira Coelho de Souza	PRL PL	1935 1935 -1937	Constituinte Estadual Deputado Estadual	Porto Alegre	Membro do IHGRGS e da Academia Sul-rio-grandense de Letras
José Pereira Coelho de Souza	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente. PL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 10/1937	Constituinte Estadual em 1935 Deputado Estadual 1935 -1937 1° secretário da Mesa da	Porto Alegre	Nomeado Secretário de Estado, a partir de 10/1937. Substituído no parlamento por Mário



			Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935.		Godoy Ilha. Membro do IHGRGS e da Academia Sul-rio-grandense de Letras
Julio Teixeira	PC do B PC do B	04/1947 a 12/1947 01/1948	Suplente		Em 07/04/1947 assumiu na suplência de deputado Pinheiro Machado.
Julio Viera Diogo	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual em 1935 Deputado Estadual em 1935-1937 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935.		
Juvenal Saldanha	PRL PRL	1935 -1937 04/1937 a 11/1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual Suplente Suplente		Assumiu em 1937, em virtude da renúncia dos deputados Luiz Guerra Blessmann e Guilherme Hildebrande, este último não chegou a assumir o mandato. Convocado em virtude das renúncias sucessivas dos deputados Luiz Guerra Blessmann e Guilherme Hildebrande, sendo que o último não chegou a assumir o mandato.
Leonardo Ribeiro da Silva	Frente Única				Renunciou em 17.04.1935.
Leonel de Moura Brizola	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Carazinho	
Leopoldo Carlos Schneider	PRL	10/1936 a 01/1937	Suplente. Assumiu o mandato interinamente em virtude do afastamento do deputado Paulo Rache, nomeado Secretário de Estado.		
Leopoldo Machado	PTB PTB	06/1947 a 12/1947 01/1948 e 07/1948	Suplente		Assumiu pela primeira vez como deputado em

		a 12/1948			16/06/1947. Reassumiu em diversas ocasiões, permanecendo até o final da legislatura.
Luciano Corrêa Machado	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Campo Novo	
Lucidio Ramos	PL	06/1948 e 11/1948 e 12/1948			
Luis Francisco Guerra Blessmann	PRL PRL	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937	Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa. Presidente Constituinte Estadual em 1935 Deputado Estadual 1935 -1937	Alegrete	Membro da Sociedade Médica de Porto Alegre
Luiz Alexandre Compagnoni	AIB PRP PRP	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Caxias do Sul	
Luiz Mércio Teixeira	PL PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Dom Pedrito	
Luiz Pacheco Prates, Dr.	PL	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 3º secretário	Quarai	
Manoel de Cerqueira Daltro Filho		19/10/1937 a 19/01/1938	Interventor no Rio Grande do Sul	Cachoeira-Bahia	
Manoel de Souza Duarte	PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Vacaria	Membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul; do IHGRS e do Instituto dos Advogados do RS.
Manoel Jover Telles	PC do B PC do B	06/1947 a 12/1947 01/1948			
Manoel Rodrigues de Athayde	UDN UDN	10/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Suplente		Em 07/10/1947 assumiu na vaga do deputado Oswaldo Bastos.

Marcial Terra	Frente Única PSD PSD	09/1947 a 12/1947 01/1948 e 10/1948		Tupanciretã	Renunciou em 09.05.1935.
Mario Amaro da Silveira	PL PL	04/1936 a 09/1936 10/1937 a 11/1937	4º secretário. Assume o mandato de deputado em virtude da renúncia de Raul Pilla. Suplente		Convocado por ter sido nomeado Maurício Cardoso Secretário de Estado.
Mario Godoy Ilha	PRL	10/1937 a 11/1937	Suplente		Convocado por ter sido nomeado Coelho de Souza Secretário de Estado.
Maurício Cardoso	Frente Única – PRR Frente Única – PRR Frente Única – PRR	07/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	1º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1937 a 10/1937. Nomeado Secretário de Estado no intervalo de 10/1937 a 11/1937	Soledade	
Mem de Sá Azambuja	PL PL	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Líder do PL na Assembléia Legislativa. Líder do PL na Assembléia Legislativa	Porto Alegre	
Miguel Ângelo Viana Tostes		04/03/1938 a 11/09/1938	Interventor substituto no Rio Grande do Sul	Taquari	
Moacir Dorneles	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 06/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Suplente 4º secretário		Em 04/07/1947 assumiu pela primeira vez o mandato parlamentar. Reassumiu em diversas ocasiões.
Moacyr Godoy Ilha	Representação de classe – profissões liberais.	08/1937 a 11/1937	Suplente		Convocado em virtude da renúncia de Alexandre da Rosa.
Moysés de Moraes Vellinho	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual -1935 Deputado Estadual -1935-1937. 1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Membro da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. 1º secretário	Santa Maria	Membro do IHGRS

Nestor Jost	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 4º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa.	Candelária	
Ney Câmara	PRP PRP	08/1947 a 12/1947 01/1948			
Nicanor da Luz	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 08/1947 10/1947 a 12/1947. 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Porto Alegre	
Nicolau de Araújo Vergueiro	PRR FUG PSD	1930 1934-1937	Deputado Federal Deputado Federal	Passo Fundo	
Nicolau Marx, Monsenhor.	PRR PRL	1929 – 1930	Assembléia dos Representantes	Montenegro	Diretor da Imprensa Diocesana e do Jornal Estrela do Sul
Nolasco Frazão	PRL	1935 -1937 04/1937 a 11/1937	Deputado Estadual Suplente		Convocado em virtude da renúncia do deputado Leopoldo Schneider, que exercia o mandato no impedimento do deputado Paulo Rache, atual titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.
Octacílio de Moraes		07/02/1946 a 26/03/1947	Interventor Substituto		
Odílio Martins de Araújo	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Oibrecy Vernei da Silva	PTB	11/1947	Suplente		Assumiu pela primeira vez como deputado em 06/11/1947. Reassumiu em diversas ocasiões.

Oliverio de Deus Vieira Filho	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PRR, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PRR Frente Única – PRR	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual Suplente 3º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa. Deputado Estadual – 1935-1937	Bajé	Posse em 27/04/1935. Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul
Oscar Carneiro da Fontoura	PSD PSD	03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Líder do PSD na Assembléia Legislativa. Líder do PSD na Assembléia Legislativa	Dom Pedrito	
Oscar da Costa Karnal	PRL PRL UDN	1935 -1937 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 04/1948 a 05/1948 e 08/1948 a 09/1948 e 11/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Assumiu o mandato em virtude da renúncia de Roque Degrazia.		Fundador do Jornal Alto Taquari em Lageado
Oswaldo Bastos	UDN	03/1947 a 09/1947	Deputado Estadual		
Oswaldo Cordeiro de Farias		04/03/1938 a 11/09/1943	Interventor no Rio Grande do Sul	Jaguarão	
Oswaldo Hampe	PRL PRL PRL	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual 3º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Deputado Estadual – 1935 -1937.	São Jerônimo	
Oswaldo Vergara	PSD	17/11/1947 a 10/01/1950, período em que assumiu a vaga de Adroaldo Mesquita Costa	Deputado Federal	Jaguarão	
Othelo Rodrigues Rosa	PRR	1929 - 1930	Deputado Estadual 2º secretário	Rio de Janeiro	Membro da Academia Sul-rio-grandense de Letras e do IGHRGS
Otto Alcides Ohlweiler	PC do B	03/03/1947	Deputado Estadual	Porto Alegre	Renunciou ao mandato em 31.03.1947.

Ozorio Tuiuty Oliveira Freitas	PRR UDN	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	São Borja	
Paulino Fontoura	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	10/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937	1º suplente que passou a deputado em virtude da renúncia do deputado Argemiro Dornelles, que resignou o seu mandato. 2º secretário da Mesa da Assembléia. Deputado Estadual -1935-1937		Suplente
Paulo Costa da Silva Couto	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Rio Grande	
Paulo Germano Hasslocher, Dr.	PRR	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes	São Borja	
Paulo Vaz Rache	PRL PRL	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 09/1936	Constituinte Estadual 2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Afastado a partir de 10/1936 para exercer as funções de Secretário de Estado. Deputado Estadual - 1935-1937	Rio Grande	Membro do Instituto dos Advogados de Porto Alegre
Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara	PRR PRL PSD	1933 -1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Porto Alegre	Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul Diretor do Jornal A Época em Porto Alegre Crítico Literário no Jornal Correio do Povo e Diretor do Jornal A Federação de 1933-1935.
Pompilio Cylon Fernandes Rosa	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 11/1937 07/02/1946 a 26/03/1947	Líder do PRL na Assembléia Legislativa, substituindo Roque Degrazia, que renunciou o seu mandato. Membro da Comissão	Montenegro	

			Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Interventor		
Protásio Dornelles Vargas, Dr.	PRR Representação de classe – empregadores	1929 – 1930 07/1935 a 10/1935	Assembléia dos Representantes	São Borja	Renunciou em 26/10/1935.
Raul Jobim Bittencourt, Dr.	PRR PRL	1929 – 1930 1934 1935 -1937	Deputado Estadual Constituinte Federal Deputado Federal	Caçapava	
Raul Pilla	Frente Única, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Frente Única – PL, no intervalo de 07/1935 a 12/1935. Frente Única – PL Frente Única – PL	1935 04/1935 a 12/1935 04/1937 a 11/1937	Constituinte Estadual No intervalo de 04/1935 a 06/1935, membro da Comissão Constitucional, eleito em 36/04/1935, à vaga decorrente das renúncias a essas funções dos deputados José Pereira Coelho de Souza e Antenor Amorim; Líder da Frente Única – PL, a partir de 07/1935. Renuncia a partir de 04/1936 para exercer as funções de Secretário de Estado. Líder do PL na Assembléia Legislativa. Deputado Estadual – 1935-1937	Porto Alegre	Fundador do Jornal Diário de Notícias de Porto Alegre
Raymundo Fiorelo Zanin	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 07/1948 e 10/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Reinaldo Roesch	PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 08/1947 04/1948 a 07/1948 e 09/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Renato Rodrigues	PRD PL	1934 1935 -1937	Constituinte Federal Deputado Federal	Jaguarão	Findados e dirigente da Revista Hígia

Barbosa	PRL				
Rodrigo Magalhães dos Santos	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual		
Rony Lopes de Almeida	Frente Única				Renunciou em 24.04.1935.
Roque Aita Jr.	PSD PSD	11/1947 08/1948			
Roque Degrazia	PRL PRL	1935 04/1935 a 12/1935 1935 -1937	Constituinte Estadual Presidente da Comissão Constitucional, no intervalo de 04/1935 a 06/1935. Líder do PRL na Assembléia Legislativa, a partir de 07/1935. Renunciou o mandato Deputado Estadual		
Samuel Figueiredo da Silva		01/11/1945 a 07/02/1946	Interventor	Rio de Janeiro	
Saul Irineu	PTB PTB	06/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Suplente		Assumiu pela primeira vez como deputado em 16/06/1947. Reassumiu em diversas ocasiões.
Silvio Faria Corrêa, Dr.	PL	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes	Bagé	
Tarso de Moraes Dutra	PRL PSD PSD	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Porto Alegre	Membro da Ordem dos Advogados
Teodomiro Porto da Fonseca	PRR PRL PSD	05/02/1946 a 18/09/1946 23/09/1946 a 30/01/1951	Deputado Federal Constituinte Deputado Federal	Cachoeira do Sul	
Thomaz Cirne Collares	PL	1929 - 1930	Assembléia dos Representantes 1º secretário	Pelotas	
Ubirajara Índio Costa	PRL	10/1937 a 11/1937	Suplente		Convocado por ter sido nomeado Viriato Dutra



					Secretário de Estado.
Ulisses Rodrigues	PSD PSD	08/1947 a 11/1947 04/1948 a 12/1948	Suplente		Em 28/07/1947 assumiu primeira vez o mandato parlamentar. Assumiu em outras ocasiões até o ano de 1950.
Unirio Carreira Machado	PTB PTB	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual	Santo Ângelo	
Victor Oscar Graeff	UDN UDN	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual 2º vice-presidente da Mesa da Assembléia Legislativa. 1º vice-presidente da Assembléia	Carazinho	
Victor Russomano, Dr.	PRR FUG PRL	1929 – 1930 1934 1935 -1937	Assembléia dos Representantes Constituinte Federal Deputado Federal	Pelotas	
Viriato Pereira Dutra	PRL PRL PRL. Constituiu bancada dissidente.	1935 04/1935 a 12/1935 04/1936 a 01/1937 04/1937 a 10/1937	Constituinte Estadual 1º vice-presidente 1935-1937 - Deputado Estadual	São Borja	10/1937 a 11/1937 Nomeado Secretário de Estado.
Walter Só Jobim	PL FUG PSD	1935	Deputado Federal	Santa Maria	Membro da Academia Sul-rio-grandense de Letras Presidente da Cooperativa dos Empregados da UFRGS
Wolfram Metzler	PRP PRP – líder	03/03/1947 a 01/1951 03/1947 a 12/1947 01/1948 a 12/1948	Deputado Estadual Líder do PRP na Assembléia Legislativa. Líder do PRP na Assembléia Legislativa	Porto Alegre	

Fonte: Dados sintetizados pela autora dos Annaes da Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, v. I a VIII.

**ANEXO C – Tabelas do resultado das eleições nos municípios de Passo Fundo e Carazinho em 1933 e 1934**

**Resultado das eleições de 1933 em Passo Fundo e Carazinho**

	<i>PASSO FUNDO</i>		<i>CARAZINHO</i>	
	nº eleitores	%	nº eleitores	%
Partido Republicano Liberal	1.705	55%	1.594	64%
Frente Única	586	20%	233	14%
Sem legenda	768	25%	538	22%
<b>Total</b>	<b>3059</b>	<b>100%</b>	<b>2.365</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 175, ano 3, 6 de jun., de 1933. p. 2.

**Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Federal**

	<i>PASSO FUNDO</i>		<i>CARAZINHO</i>	
	nº eleitores	%	nº eleitores	%
Partido Republicano Liberal	1272	58%	1527	54%
Frente Única	910	42%	1159	41%
Integralistas	-	-	58	2%
Sem legenda	-	-	64	3%
<b>Total</b>	<b>2182</b>	<b>100%</b>	<b>2.808</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no O NACIONAL, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov. 1934, p. 1.

**Resultado da eleição de 1934 em Passo Fundo e Carazinho para a Câmara Estadual**

	<i>PASSO FUNDO</i>		<i>CARAZINHO</i>	
	nº eleitores	%	nº eleitores	%
Partido Republicano Liberal	898	51%	1522	55%
Frente Única	894	49%	1139	41%
Integralistas	-	-	54	1%
Sem legenda	-	-	58	3%
<b>Total</b>	<b>1792</b>	<b>100%</b>	<b>2773</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no O NACIONAL, Passo Fundo, n. 1947, ano X, 3 nov. 1934, p. 3.

### Anexo D - Quadro de Integrantes da Elite Política de Passo Fundo de 1930 a 1945

Nome	Cargo/função/profissão	Filiação partidária	Ano/Período	Obs.
Adão Kern		PRL	1932	Membro da Ex-dissidência Liberal em 1937.
Adolpho Loureiro	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Agenor Aguiar		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Agenor Bastos				2° secretário da Associação Comercial em 1935-1940
Alberto Cabot		PRR PRL	1930 1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Alfeu Escobar	Advogado	PRL	1932/35	Juiz da Comarca em 1935.
Alfeu Silva	Militar-Capitão	PRR PRL PRL PRL	1930 1932 1934 1935	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do PRL em 1935.
Alfredo Carlos Dalmaso		AIB	1935	Chefe do Sub-núcleo da AIB no distrito de Bella Vista.
Amador César Sobrinho		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Angelino Jacini		PRR PRL	1930 1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Antenor de Miranda Reis		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Antero Marcelino da Silva Júnior		PRR	1937	Prefeito nomeado no período do Estado Novo em 16/01/1938.
Antonio Carlos Menna Barreto	Industrial, comerciante e militar-General	PRR PL PRL FUG PP UDN	1930/32 1932 1933/34 1934 1935 1945	Membro da comissão de Liberais do 6° distrito- Pontão. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da Classe conservadora do Comércio e da Indústria em 1935. Candidato a vereador em 1935 pelo PP. Firma: M. Barreto & Cia- 1937. Comércio: Padaria Brasileira em 1937.
Antonio Carlos Rabello Horta	Advogado	PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da Executiva do Partido Liberal em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Antonio Casasola	Agricultor	PRR PRL AIB	1930 1932 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
Antonio Farias		PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Antonio Franklin da Silva	Funcionário Municipal	PRR	1930	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.

		PRL	1932	Sub-prefeito do 7º. Distrito em 1934, em substituição a Agenor Rocha em 1934.
Antonio Oltramari	Comerciante	PRL	1932	Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935 pelo PRL.
Antonio Ribeiro Weinann		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Antonio Schell Loureiro	Comerciante	PL PL	1930 1937	Presidente do Diretório do partido libertador em 1937.
Antonio Veiga Faria	Advogado	PRL	1932	Comissão arbitral da Associação Comercial Comissão fiscal da Associação Comercial Prócer do Grêmio Flores da Cunha – 1934 Membro da Comissão Política de Propaganda- 1934 Inspetor do Banco da Província da Região Serrana Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro Em 02/03/1940 – ganhou o título de sócio benemérito da Associação Comercial de Passo Fundo
Antonio Vieira Schleder	Advogado e comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Delegado de polícia 1937.
Antonio Zancanaro	Agricultor	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
Aparicio Langaro	Industrialista e comerciante	PRL	1932/34	Membro do PRL em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PRL. Presidente da Câmara de Vereadores em 1936. Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca 'Santa Maria' e gerente da Indústria. Tesoureiro da Associação Comercial em 1931 1º Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1933.
Apparicio Schleder de Quadros	Comerciante	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Aquilino Luigi Translatti	Advogado, Professor, contador, comerciante e Industrialista	PRL FUG PRL PTB	1932/34 1934 1935 1945	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934. Membro do PRL em 1935.

				Sócio de Idia- Imobiliária Diamante Ltda. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951.
Aristóteles Lima	Comerciante	PRL FUG UDN	1932 1934 1945/50	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Armando Araújo Annes	Comerciante	PRL UDN	1932 1945	Prefeito municipal nomeado de 21/10/1932 a 25/10/1934. Em 25/10/1934 passou o cargo para Maximiliano de Almeida que assumiu em 28/10/1934. Armando Annes, nessa nova reestruturação política, seguiu os ditames do líder perrelista estadual Flores da Cunha que após romper com Vargas em 1937, se posicionou ao lado do partido de maior oposição ao ex-presidente gaúcho, a UDN. Foi candidato a prefeito pela coligação UDN-PTB. Membro Partido Republicano Liberal 1932. Membro da Executiva do Partido Liberal em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Armando de Souza Kanters	Comerciante	PRL	1935	Primeiro Vice-Presidente do centro Cívico Getúlio Vargas em 1937. Conselho Permanente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)
Armando Loureiro Lima		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Armando Vasconcellos	Médico e comerciante	PRR PRL FUG	1932 1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934 Diretor do DEP- Departamento de Higiene e Saúde Pública em 1937. Firma: Farmácia Auxiliadora.
Arnaldo Sperb	Cirurgião-dentista	PRL	1932	Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PRL.
Arno Fett	Contabilista	PSD	1945	Fez parte de várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Arquimino Miranda	Representante Comercial e Viajante	PRR FUG	1932 1934	Comissão angariar sócios 1921 da Associação Comercial. Firma. A Miranda & Cia. Agentes autorizados Ford em Passo Fundo.
Arthur Caetano	Advogado	PL PRL	1932 1933/34	Prócer Liberal. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Arthur Cullmann Canfield	Funcionário Público e Comerciante	PTB	1945	Nasceu em Passo Fundo, dia 04 de Janeiro de 1915. Funcionário Público Municipal e do Comércio. Foi membro titular da Comissão de legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951

Arthur Ferreira Filho	Militar – Coronel Advogado Prefeito	PRR PRL FUG PSD	1930 1932 1934 1945	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Delegado de Polícia em Passo Fundo em 1935. Presidente honorário do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Prefeito municipal, 1938. Prefeito Nomeado pelo Interventor 14 de março de 1938 Prefeito 22/03/1938 a 17/12/1941 Prefeito 28/10/1944 a 21/11/1945 Prefeito nomeado pelo Interventor 19/02/1946 a 03/12/1947 Presidente da segunda exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira anexa do Município em janeiro de 1940.
Arthur Kock	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Arthur Langaro	Industrialista e comerciante	PRR FUG PP	1932 1934 1935	Conselho fiscal do PRR 1932. Comissão Mista da Frente Única – 1934. Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Presidente da Associação Comercial em 1936-1937 Presidente da Associação Comercial em 1937-1939 Presidente da Associação Comercial em 1935-1940 Presidente da Associação Comercial. Presidente Ata de 5/02/1937 – eleição diretoria da Associação Comercial. Presidente 18/02/1938 – eleição da diretoria da Associação Comercial. Presidente 19/02/1940 eleição da diretoria da Associação Comercial. Presidente 26/12/1940 – posse diretoria da Associação Comercial. Presidente 07/12/1941 – eleição da nova diretoria para ser empossada em janeiro de 1942 da Associação Comercial. Presidente 18/03/1940 – eleição diretoria da Associação Comercial. Sócio Gerente da Firma Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca ‘Santa Maria’. Vice-Presidente e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Arthur Leite	Advogado	PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935.

				Vereador Eleito em 1935 pelo PRL. Prefeito de 06/01/1938 a 02/03/1938 Nomeado por decreto do Interventor federal em 17 de dezembro de 1937.
Arthur Pretto	Comerciante	PRR FUG PP	1932 1934 1935	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma: Ângelo Pretto & Cia., e De Cesaro & Pretto.
Attilio Della Méa	Agrimensor	PP	1935	Candidato a vereador em 1935 pelo PP. Vereador Eleito em 1935 pelo PP.
Augusto Pigoso Homrich	Comerciante/industrialista			Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951 Nasceu em Passo Fundo, dia 05 de Janeiro de 1921. Funcionário da câmara municipal de Vereadores foi 2º Secretário da Câmara em 1952 e membro titular da Comissão do Orçamento e Tomada de Contas.
Aurélio Eugênio Brunetto	Industrialista	PSD	1945	Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951 Nasceu em Veranópolis, no RS, no dia 23 de Novembro de 1912. Industrialista. Foi membro de Comissões Técnicas e Extraordinárias da Câmara.
Aurélio Willig		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Avelino Júlio Pimentel	Farmacêutico e funcionário público municipal e estadual.	PTB	1945	Atuou efetivamente nas Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Basílio Bica	Militar- Tenente	PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1935.
Basílio Osmundo Rambo	Advogado	PTB Coligação PTB-UDN	1945	Assumiu a 2ª Secretária da Câmara em 1947/1948. Renunciou em março de 1948 para assumir a Secretária da Prefeitura Municipal. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Belisario Saldanha	Militar – Major	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Benjamin Rosado	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma: Casa Rosado
Bernabé Olmedo	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Bernardino Bento	Comerciante			Mercadinho Luzo-Brasileiro Sócio da Associação Comercial Ata nº 62 em 1941.
Bittencourt de Azambuja	Advogado	PL PSD	1930 1945	Grande Liderança do Partido Libertador na região de Passo Fundo Deputado Federal - 1947

Bocaiúva Poeta	Militar – Major	PRL FUG	1932 1934	Membro do PRL em 1934 Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do RS Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Brasileiro Bastos	Comerciante	PRL	1932	Membro do PRL em 1934. Comissão de contas e 1º Tesoureiro, Comissão angariar sócios na Associação Comercial. Diretor da Sociedade Passo-fundense de Mate, Ltda.
Brasilico Lima	Militar-Major	PRL PRL	1932 1934/35	Membro da comissão central do PRL em 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1935
Bráulio Estivalet		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Brigido Miranda		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Cantidio Pinto de Moraes	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Carino Canali	Agricultor	Coligação Democrática Cristã PRP- PL		Foi Membro atuante me várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Carlos G. Schmidt	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e industria em 1935. Firma: Casa Schmidt Sócio da Associação Comercial ata de 19/02/1931.
Carlos Fernando Goelzer	Militar - Coronel	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Carlos Rotta	Comerciante e Piloto	PRL FUG	1932 1934	Membro do PRL em 1934. Membro da comissão da propaganda política em 1934. Conselho fiscal e Comissão de sindicância da Associação Comercial. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1935-1940 Firma: Padaria Rotta. Presidente do Aero Club de Passo Fundo. Presidente do Hospital da Cidade de Passo Fundo.
Carlos Weigartner	Comércio	PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Cassiano lima	Comerciante	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão do PRL em 1935.
Cel. Lulico	Militar-Coronel			
Celso da Cunha Fiori	Advogado	PL PRL	1932 1934	Conselho Permanente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938).



		PTB	1945	Consultor jurídico 14/6/1939 – posição contrária ao desmembramento do município de Sarandi Secretário geral do PTB local em 1945. Conselho Jurídico da Associação Comercial em 1935-1940
César Santos	Médico	PL PRL PTB	1932 1934 1945	Presidente do diretório do PTB Deputado Estadual -1947 Deputado Federal – 1950
Conrado Schutz	Professor	PRL PRL	1932 1935	Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 Membro do PRL em 1935.
Creso de Barros Monteiro	Militar - Major	PRR PRL	1930 1932	Executor para censura nomeado em 18 de outubro de 1937. Membro da Frente Única e Dissidência Liberal em 1937. Em 1937 e 1938 comandante do III batalhão do 8 <sup>o</sup> Regimento de Infantaria.
Daniel Dipp	Advogado e político	PTB	1945	Consultor Jurídico
Deusdedit Paiva Bueno	Militar -Tenente			Comandante do destacamento de polícia em 1937.
Dino Langaro	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Dionísio Langaro	Madeireiro	PSD	1945	1 <sup>o</sup> Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939. Candidato a prefeito de Passo Fundo em 1947.
Dorival Xavier Castro	Industrialista	PRR PRL PRL	1930 1932/34 1935	Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro do PRL em 1935.
Edmundo de Oliveira	Militar - Coronel	PRR	1930	
Eduardo Barreiro	Comerciante	ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935. Firma: Hotel e Confeitaria Avenida em 1940.
Eduardo Durgante	Industrialista e comerciante	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão da propaganda política em 1934. 06/04/1936 – inclusão de sócios – autorizado por Max Ávila, para representar a entidade junto à Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul. 1 <sup>o</sup> secretário auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937
Eduardo Kurtz	Comerciante			Firma: Casa Kurtz Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1933

Eduardo Rocca		PRR PRL	1932 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Prócer do PRL- 1934
Egydio Souza	Advogado	PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Elias Nunes Vieira		PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Elpidio Fialho	Médico	PSD	1945	Presidente da Câmara Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Emílio Stigler	Professor	PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio da Mocidade Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934. Membro da Liga Eleitoral Católica em Passo Fundo em 1934 Membro do PRL em 1935.
Emir C. Lopes	Advogado	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934
Enio Mailander		ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935.
Ernesto Busatto	Comerciante	PRL FUG	1932 1934	Diretor de Mercadorias e Comissão de sindicância da Associação Comercial. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1937-1939 Firma Busatto, Irmãos & Cia. Em 1924
Ernesto Formighieri	Industrialista	PRR FUG	1932 1934	
Ernesto Mabilde	Coletor Federal	PRR	1932	
Ernesto Morsch	Comerciante da Madeira	PP	1935	Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1933 Candidato a Vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PP. Diretor Técnico da Federação das Cooperativas da Madeira em 1937. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951 PL
Eugenio Santos Filho	Comerciante	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Evaristo Wordel	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Evodio Martins	Funcionário Municipal			
Fabício Oliveira Pilar	Vereador	PSD		Nasceu em Passo Fundo, dia 04/12/1893. Escrivão distrital. Foi 2º

				Secretário da Câmara no ano de 1947. Faleceu dia 04/12/1963.
Faustino Rodrigues	Militar - Coronel			
Faustino Silveira		PRR FUG	1932 1934	
Fausto Saraiva	Militar -Coronel	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934
Feliciano Trindade		PRR	1932	
Fernando Goelzer	Militar-Coronel	PRL	1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Florêncio José de Oliveira	Militar			Oficial do 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar – 1937.
Francisco Antonino Xavier e Oliveira	Advogado Delegado de Polícia Prefeito			Candidato Avulso (sem filiação partidária,) nas eleições de 1935. Orador do do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938) Prefeito nomeado pelo Interventor em 21/11/1945 a 19/02/46.
Frederico Graeff		PRR	1932	
Gabriel Pereira da Costa Bastos	Comerciante	PP	1935	19/02/1931 – ênfase que P Fundo era um dos municípios + adiantados do RS – eleição por aclamação Presidente da Associação Comercial em 1931 Comissão fiscal da Associação Comercial 1938 Presidente da Associação Comercial de P fundo, fundada em 25/01/1921. Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Presidente efetivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de junho de 1938). Em 24 de junho de 1927 inaugurou o Banco Popular de Passo Fundo, participou dessa ação também Armando de Araújo Annes/participante da elite política de Passo Fundo na época. Firma : Loja Serrana.
Galdino Ferreira Custódio		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Garibalde Pereira		PRR	1932	
Gaston Englert				Vereador em 1946
Gelso Ribeiro	Advogado	PRR FUG PP PSD	1932 1934 1935 1945	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Candidato a vereador em 1935 pelo PP. Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)
Geolar Caminha	Comerciante	PRR	1930	2º secretario PRR 1932

		PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Comissão organizadora de exposição de amostras da Associação Comercial Secretário da Associação Comercial em 1931 2º secretário auxiliar da Associação Comercial em 1933
Gezerino Antunes Duarte		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Gomercindo dos Reis	Contabilista (Guarda-Livros) e comerciante	PL UDN	1930/38 1945	Correspondente e agente comercial do Jornal 'A Razão' de Santa Maria em Passo Fundo em 1935. Secretário do partido libertador em 1937. Segundo Tesoureiro do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Firma: Birô dos Reis e Imobiliária. Publicava poesias nos jornais: 'Última Hora', 'Vida Chic', 'Ilustração Pelotense', 'Fon-Fon' e 'Malho' – Rio de Janeiro, 'Tribuna Gaúcha'.
Gustavo Kuchembecker	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma Alfaiataria Gustavo.
Gustavo Otto	Comerciante	PRR	1930	Vice Presidente Associação Comercial 1921 Comissão de contas do PRR em 1932
Heitor Pinto Silveira				Segundo Secretário do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938).
Hélio Morsch	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939 Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1935-1940
Henrique Biazus	Comerciante- industrialista			Sócio da Firma Biazus & Irmãos
Henrique Cruz		PRR	1932	
Henrique Scarpellini Ghezzi		PRR PRL PRL	1932 1934 1935	Intendente substituto em 16/11/1930, por afastamento de Armando Araújo Annes. Prefeito PRR 1932 Primeiro Prefeito Municipal com este título em 27/10/1931 a 21/10/1932 Membro do PRL em 1935. Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Herculano Araújo Annes	Advogado, jornalista	PRL	1934	Fundador e Diretor do jornal 'O Nacional em 1934.
Hermínio Biazuz Souza	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e industria em 1935.
Herminio Silveira		PRR	1932	

		FUG	1934	
Higino Garcez		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Hugo Loureiro Lima	Corretor de Seguros	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB. Governador da região de passo Fundo da AIB em 1937.
Hyran de Araújo Bastos	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934 2º Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1933 Diretor de Mercadorias da Associação Comercial. Firma: Livraria Nacional
Inocência Pinto		PRR PRL FUG	1930 1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Comissão fiscal Sócio da Associação Comercial
Inocência Scheleder		PRR PL FUG	1932 1932/37 1934	
Ivo José Ferreira	Militar- Major e Comerciante	PRR	1932	Firma: Farmácia Serrana Sócio da Associação Comercial de Passo fundo Ata nº 7 em 1924, sendo eleito para a Comissão de Contas. Presidente do ultimo Conselho Municipal em 1931.
Ivo Pio Brum	Criador			Prefeito de 03/02/1947 a 01/12/1947 Tesoureiro geral da Segunda Exposição Agro-Pecuária, Industrial e feira anexa do município de Passo fundo em janeiro de 1940.
João José Boeira Guedes	Advogado	PRL	1935 1938	Membro da comissão do PRL em 1935. Orador do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Promotor de Justiça em 1936. Designado Procurador Geral do Estado para Rio Pardo em 1936. Presidente e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
James Xavier		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Jandir Lima da Cruz	Vereador	Coligação PTB-UDN		Nasceu em Passo Fundo, dia 16/10/1905. Ferroviário e representante comercial. Foi membro titular da Comissão de Orçamento e Tomadas de Contas
Jerônimo Lima	Militar	PRR	1932	Do 3º Regimento da Brigada Militar
João Angelo Miotto	Comerciante	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934 Candidato a vereador em 1935 pelo PP.

		PP	1935	Firma: Casa Miotto
João Baptista Curio de Carvalho		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
João Batista Rotta		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
João Bigois	Advogado	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
João Correa Borges		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
João de César	Comerciante, industrialista, madeireiro, construtor, desenhista, projetista, instrutor de pedreiro, carpinteiro, encanador, frentista e mestre de obras.			Firma De Cesaro Firma De Cesaro & Pretto. Sócio da firma: Madeireira Salton. Proprietário do Cine Coliseu que mais tarde se denominou Cine Real. Fundador e Presidente do Rotary Club de Passo Fundo em 1930. Fundador do Clube Caixerai em 1938. Membro do ultimo Conselho Municipal em 1931. Correspondente Consular da Itália. Membro da Associação Comercial em Ata de nº 37 de 1938, assinou o próprio.
João Escobar		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
João Fagundes de Souza	Advogado	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
João Gasperin	Industriário	PSD	1945	Foi membro titular da Comissão de Legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
João Jacine		PRR	1932	
João Jacques	Agropecuário			Foi membro titular da Comissão de Legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951.
João José Guedes	Advogado	PRL	1937	Promotor Público em 1937.
João Junqueira Rocha	Advogado	PRL	1932/37	Preso em 1937 por perseguição política de Getúlio Vargas.
João Langaro	Comerciante	PRR	1932	Sócio da Associação Comercial
João Mota		PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio da Mocidade Flores da Cunha em 1934.
João Nosari	Operário	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
João Picini	Comerciante e industrialista	PP	1935	Candidato a vereador em 1935 pelo PP.
João Schapke Jr	Comerciante			Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939 Comissão de sindicância da Associação Comercial em 1935-1940. Firma Agência SKF – Rolamentos.

João Scherer	Militar – Capitão	PRR	1932	Capitão do 3º Regimento da Brigada Militar
João Silveira de Camargo	Advogado	PRL	1932	Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer e Presidente do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934.
Joaquim Musa		ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935.
Joaquim Silveira		PRR FUG	1932 1934	
Jorje Goelzer		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Jorje Pellegrini Castiglione	Militar-Coronel	PRR PRL PRL	1930/32 1932 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 Membro da comissão central do PRL em 1934 Membro do PRL em 1935. Sub-chefe de polícia Cte. Do 3º R da Brigada Militar em 1937
José Carlos Barbosa	Advogado e comerciante	PRR PP	1932 1935	Gerente do Banco do Rio Grande do Sul. Membro da classe conservadora do comércio e industria em 1935.
José Carlos Ely	Comerciante	PRL	1932	Segundo Secretário Associação Comercial em 1921 Membro do PRL em 1934
José da Costa Monteiro	Delegado de Polícia	PRL	1932	Permaneceu como delegado até 1938.
José Dario de Vasconcellos	Advogado	PRR PRL FUG	1932 1932 1934	Membro do PRL em 1934 Comissão Mista da Frente Única – 1934
José Knoll		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
José Lamaison Porto	Advogado e Jornalista	PSP	1945	Foi 1º Secretário da Câmara de 1951 a 1954, Vice-Presidente em 1953, membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Legislação. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
José Maria de Lima		PRR	1932	
José Pinto de Moraes	Alfaiate	PRL FUG	1932 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1932 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1934
José Thomé		AIB	1935	Tesoureiro do Sub-núcleo da AIB no distrito de Bella Vista.
Josino Marques		PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Julio Busatto		PRL	1932	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934
Julio Fontoura		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.

		FUG	1934	Comissão fiscal da Associação Comercial. Comissão de sindicância da Associação Comercial
Julio Kulmann		PRR	1932	
Juvenal Canfil		PRR	1932	
Juvenal de Oliveira Xavier	Militar-Major	PRR PRL PRL	1932 1934 1935	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1935.
Lacerda de Almeida Junior	Advogado			
Lafayette de Mello Marinho		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Lauro Loureiro Lima		PRR PRL	1932 1932/35	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro do Partido Republicano Liberal 1934 Membro do PRL em 1935.
Lauro Ricieri Bortolon	Técnico- Contábil e Comércio			Eleito pela Frente Democrática (PDS, UDN, PRP), foi 2º secretário da Câmara no biênio 53/54 e membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951.
Leão Nunes de Castro	Militar, Escriturário e Fiscal da coletoria municipal.	PRL PTB	1932 1945	Membro Partido Republicano Liberal 1932 Patrono da Escola municipal em Bom Recreio.
Leonel Rocha	Militar – General	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Leopoldo Homrich	Dentista	AIB	1934	Ação Integralista Brasileira em 1935. Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Leopoldo Villanova	Advogado	PRR PRL	1932 1935	Sub-prefeito Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Lino S. de Quadros		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Ludovico Della Méa	Professor e Comerciante	PRL PP	1932 1935	Membro da Liga Eleitoral Católica Municipal em 1934. Membro da classe conservador do comércio e da indústria em 1935.
Luiz Busatto	Comerciante e Industrialista			Firma Busatto, Irmãos & Cia em 1924. Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca 'Santa Maria'.
Luiz Langaro	Militar-Coronel Industrialista e comerciante	PRL	1932	Membro da comissão central do PRL em 1934. Comissão de Contas da Associação Comercial em 1921. Firma Langaro & Cia. Em 1930. Proprietário e gerente do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha



				com a marca 'Santa Maria'.
Luiz Magalhães	Militar – Coronel	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Luiz Meira		PRR PRL	1930 1932/34	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Diretor do Tesouro Municipal em 1937.
Maggi De Césaró	Comerciante, Industrialista e madeireiro			Firma De Cesaro Firma De Cesaro & Pretto. 1º Secretário da Associação Comercial Vice-presidente da Associação Comercial Conselho fiscal da Associação Comercial 2º tesoureiro da Associação Comercial 2º Tesoureiro auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937
Manoel Amancio Teixeira	Comerciante	PRL	1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1935.
Manoel Araújo Bastos	Industrialista	PSD	1945	Membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Legislação. Vice-Presidente da Câmara Vereador Conselho fiscal
Manoel Scliar		PRL FUG PRL	1932 1934 1935	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Representante dos Ferroviários em 1935. Membro da comissão do PRL em 1935.
Mariano Petraco	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935.
Mario Braga	Militar - Major Administrador	PRR PRL FUG PRL	1932 1932 1934 1935	Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do PRL em 1935.
Mario Braga Junior	Advogado	PRL FUG	1932 1934	Membro do Grêmio flores da Cunha em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934.
Mario Garcia	Militar –Capitão –Coronel	PRR PRL FUG	1930 1932/34 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Secretário do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937.

Mário Goelzer	Agricultor	PSD	1945	Foi 1º Secretário da Câmara e membro titular da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Foi Suplente na 2ª Legislatura e atuou como titular. Vereador PSD em 1950
Mario José	Farmacêutico	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB.
Martim Madder		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Maurício Langaro	Industrialista e comerciante			Firma Langaro & Cia. Em 1930 Proprietário do Moinho São Luiz e da Refinaria de banha com a marca 'Santa Maria'.
Mauro Pinheiro Machado	Advogado, Jornalista	PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Diretor da sucursal do Jornal 'A Razão' de Santa Maria em Passo Fundo em 1935. Vice-Presidente da sub-seção da Ordem dos Advogados de Passo Fundo em 1935.
Max Ávila	Comerciante	PRL PRL	1932 1934	Primeiro Secretário Associação Comercial em 1921 Firma Max Ávila & Cia. Firma Gehm, Benvegnú & Cia, sucedendo a Máx Ávila & Cia. Representante da Associação em Porto Alegre junto à Federação das Associações Comerciais do RS Representante da Associação junto à Federasul Presidente da Associação Comercial 02/04/1933 - realizada eleição da diretoria após inúmeras tentativas Vice-presidente da Associação Comercial Delegado da Associação Comercial junto a Federação das Associações Comerciais e no Conselho do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934 Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Maximilino de Almeida	Militar – Coronel Advogado	PRR PRL PRL	1930 1932 1935	Prefeito municipal nomeado em 1934. Assumiu a prefeitura municipal de Passo Fundo em 03/12/34 até 17/10/35. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Membro do PRL em 1935.
Melchiades Stricher	Militar- Tenente	PRL	1935	Membro do PRL em 1935.
Miguel Tabbal	Médico	PSD	1945	Participou ativamente nas Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951

Moacir Índio da Costa		PRR	1930	Prefeito nomeado pelo Interventor como interino em 17/04/1944 a 21/11/45.
Múcio de Castro	Jornalista e político	PTB	1945	Proprietário e Diretor-Presidente do Jornal <i>O Nacional</i> . Membro do diretório local do PTB.
Nabuco Zirbes	Industrialista e comerciante	PRL PRL	1932 1935	Membro do PRL em 1935. 20/11/1936 – divulgação da criação de uma nova taxa criada pelo governo estadual - Taxa sobre os artigos da produção da região sob a égide de defesa agro-pecuária. A assembleia enviará à Assembleia seu protesto e a discordância pois os empresários argumentam que há uma discordância entre as taxas cobradas pela erva-mate, o álcool e o fumo. Isso ajuda a fortalecer o monopólio desse segmento. Passado telegrama enérgico para POA. Sócio da Ervateira Zacharias Antônio dos Santos, em 1939 a empresa era filiada ao Centro dos Industriais e Exportadores Rio Grandenses do Mate. Representante da união Ervateira Ltda Comissão fiscal da Associação Comercial Vice-presidente do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Napoleão Duarte		PRL FUG	1932 1934	Membro Partido Republicano Liberal 1932 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Nascimento Rocha	Industrialista Militar – Capitão	AIB	1935	Diretório do núcleo da AIB em Passo Fundo. Candidato a prefeito pela AIB em 1935. Firma Nascimento Rocha em 1934.
Nativo Oliveira		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Nazeano Pedroso de Almeida	Comerciante	PRR PP	1932 1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Delegado de Polícia
Nei de Lima da Costa	Advogado	PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Ney Menna Barreto	Advogado	PTB	1945	Foi primeiro Tesoureiro do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Foi vice-presidente da Câmara e membro da Comissão de Legislação. Renunciou o mandato de vereador dia 1º de julho de 1952. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Nelson Pereira Ehlers	Advogado e Engenheiro	PRR PRL	1930 1932/34	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935.

				<p>Prefeito eleito de 17/10/1935 a 06/01/1938          Prefeito de 02/03/1938 a 20/03/1938          Vice-prefeito de Passo Fundo.          07/12/1941 – eleição da nova diretoria da Associação Comercial para ser empossada em janeiro de 1942- 1º Tesoureiro da Associação Comercial          30/01/1944 – posse diretoria- 2º Tesoureiro da Associação Comercial.          Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.</p>
Nicandro Oltramari		PRR PRL	1930 1932	<p>Membro do PRL em 1934          2º Tesoureiro da Associação Comercial em 1935-1940</p>
Nicolau de Araújo Vergueiro	Médico	PRR FUG PSD	1930 1934 1945	<p>Chefe do Partido Republicano da região de Passo Fundo em 1934.          Deputado federal          Deputado estadual          Médico/ Prefeito de 15/11/1928 a 17/10/1931          Intendente          Membro da comissão mista da Frente Única- 1934.          Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo-Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.</p>
Nicolau Galichio		PRR	1932	
Octacílio Ribas	Militar- Capitão Advogado	PRL FUG	1932 1934	<p>Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.          Membro do Centro Republicano Liberal em 1934          Prócer do PRL- 1934          Vereador em 1935 pelo PRL.</p>
Odalgiro Corrêa	Advogado	PRL PRL	1932 1935	<p>Membro do Centro Republicano Liberal em 1934.          Membro do PRL em 1935.          Orador do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)          Presidente da Sociedade Alemã de Passo Fundo, 1937          Advogado, Deputado Estadual PSD, 1950.          Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 e do Centro Republicano Liberal.</p>
Oflides Paz	Militar-Capitão	PRL	1932/34	<p>Membro do Centro Republicano Liberal em 1934          Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.</p>
Olavo Hann		PRR	1932	
Olinto França	Militar - Major Comandante do 3º Batalhão de Regimento de Infantaria de PF			Presente na reunião como convidado de honra

Olínto Oliveira	Comércio	PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1937-1939
Olívio Giavarina	Comerciante	PRL	1932	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1933. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Sub-prefeito do 7º. Distrito em 1934. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1936-1937
Olmiro Bueno		PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Membro da comissão da propaganda política em 1934. 1º secretário auxiliar da Associação Comercial em 1933
Oreste De Carli		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Oribe Marques		PRR	1932	
Orlando Ribeiro	Comércio	AIB	1934	Secretário da SMOP- Ação Integralista Brasileira em 1935.
Oscar César	Coletor Federal	PRR PRL	1932 1932/37	
Oscar Kurtz	Comerciante			Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1936-1937
Otacílio Albuquerque		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Otacílio Ramos	Militar - Major	PRR	1932	Do 3º Regimento da Brigada Militar
Otacílio Ribas Vieira	Advogado	PRR PRL	1930 1932/34	Presidente da Junta Municipal da Liga Católica em 1934 Membro Partido Republicano Liberal 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934 Presidente da Junta municipal - LEC - 1934 Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador Eleito em 1935 pelo PRL.
Otaviano Lima		PRR	1932	
Otto Bade	Industrialista	PRR PP	1932 1935	Candidato a Prefeito em 1935 pelo PP. Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1933 Comissão de sindicâncias da Associação Comercial em 1935-1940. Firma: Cervejaria Serrana – Bade, Barbieux & Cia.
Otto Kraez	Pastor			
Otto Weiler	Comerciante			
Pacífico Motin	Comércio			

Paulo Dal Oglio	Comerciante			
Paulo Luiz Pereira da Silva	Engenheiro		1950	Estação experimental de engenheiro Englert.
Paulo Westphalen		PRL	1932	Membro do PRL em 1934
Pedro de Vargas	Militar-Capitão Comerciante	PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Membro da comissão do PRL em 1935. Tesoureiro e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Pedro dos Santos Pacheco	Advogado - Promotor Público	PRR PRL PSD	1932 1935 1945	Membro do PRL em 1935. Conselho Consultivo do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938).
Pedro Ferrão Teixeira		ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935.
Pedro José Estácio		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Pedro Vargas	Militar – Capitão	PRR PRL FUG	1930 1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Philomeno P. Gomes		PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Pindaro Annes	Comerciante e contador			Fundador do Hospital de Caridade de Passo Fundo. Inspetor federal do Ensino. 03/05/1931 – complementação da diretoria/classificação dos comerciantes da cidade em 4 classes, cf estatuto, mas não constam na ata. Vice-presidente da Associação Comercial em 1933. Dedicou-se sem remuneração ao Hospital de Caridade sendo Presidente, Vice-presidente e Conselheiro Administrativo desde 1915 até 1972.
Policarpo Nunes Vieira	Pecuarista, industrialista e comerciante Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951	PTB Coligação PTB-UDN		Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Primo Felix Guarente		AIB	1935	Secretário do Sub-núcleo da AIB no distrito de Bella Vista.
Pupe Loureiro		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única – 1934
Quim César	Militar-Coronel	PRR PRL UDN	1930/32 1932 1945	Membro Partido Republicano Liberal 1932

		PSP	1950	
Quinto Giongo	Comerciante	PP	1935	Membro da classe conservadora do comércio e indústria em 1935. Firma: Quinto Giongo & Cia Ltda. Proprietário do Armazém e Farmácia Indiana em 1923.
Ramiro Costa			1950	Chefe do Serviço de Etnologia da L.B.A
Raul Cauduro				Prefeito em 24/08/1944 a 28/10/1944
Remo Seggiaro	Militar – Major	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Ricardo Ricco		PRL	1932	Membro do PRL em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Rodolpho Soares Pinto	Comerciante/industrialista	PRL	1932	28/1/1921- comerciantes e industrialistas de Boa Vista e Passo Fundo solicitam ao Presidente do Estado que não seja elevada a tarifa ferroviária, pois há uma paralisação, especialmente do transporte de madeira. Pedem redução de 50% sobre o valor elevado. Membro do Centro Republicano Liberal em 1934
Romano Busatto	Madeireiro	P.Frente Democrática		Eleito pela Frente Democrática PSD-UDN-PRP. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Romeu Azevedo		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Rômulo Teixeira	Advogado- Militar – Tenente do 8°. RI	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Rosa Brasil	Militar	PRR	1932	3 <sup>o</sup> Regimento da Brigada Militar
Rosauro Tavares	Advogado	PRR	1932	
Sabino Santos				Primeiro Secretário do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938)
Saint-Clair Dalfollo		PRR	1932	
Salathiel Sperry	Contador	PRL PRL	1932 1935	Redator da folha política 'A Reforma' em 1934. Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro da comissão executiva do PRL em 1935. Candidato a vereador em 1935. Vereador eleito em 1935 pelo PRL. Contador da Banco da Província em 1937.
Salvador Mancuso	Rábula e Comerciante	PL PRR PRL FUG PRL PSD	1930 1932 1932 1934 1935 1945	Comissão Mista da Frente Única – 1934 Membro do PRL em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro do PRL em 1935. Eleito para Câmara Estadual – 1946

Sebastião Castilhos		AIB	1935	Secretário da SMCA da Aliança Integralista Brasileira- 1935.
Seggiaro	Militar – Major	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Serafim de Moura Assis	Militar – Tenente Coronel	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Serrano Caminha	Militar- Capitão	PRL FUG	1932 1934	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Silvestre Porto		PRL	1932	Membro Partido Republicano Liberal 1932
Silvio Nunes	Militar – Tenente do 3º R da Brigada Militar	PRR	1932	
Simplicio Inácio Jacques	Advogado e Juiz Distrital	PRR PRL PRL	1932 1932 1934/35	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934 Membro do Centro Republicano Liberal em 1934. Membro do PRL em 1935.
Sólon Macedônia Soares	Advogado	PRR	1932	Juiz de Comarca
Tadeu Annoni Nedeff	Industrial e Comerciante	PSD	1945	
Telmo Azambuja	Militar – Coronel	PTB	1945	secretário do diretório Municipal do PTB. Expulso do PTB local por Afonso de Assunção Viana, secretário geral do PTB estadual em 28 de agosto de 1946. Reconhecimento pela sua interferência na construção de casas populares para P. Fundo, em agosto de 1946
Tenack Wilson de Souza	Médico	PRR PRL FUG	1930 1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Primeiro Vice-Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo 24 de Junho de 1938.
Teodoro Schleder	Comerciante	PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Terencio Brum		PRL	1932	Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934.
Theodorico Borges da Rosa	Militar-Major	PRL FUG	1932 1934/35	Membro do Centro Republicano Liberal em 1934 Prócer do Grêmio Flores da Cunha em 1934. Membro Partido Republicano Liberal 1934/35.
Theodorico da Rosa		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Theodoro Della Méa	Comerciante			Secretário da Associação Comercial em 1931
Theodoro Kampits	Comerciante			Conselho fiscal e 2º Secretário da Associação Comercial
Theomiro José Branco	Industrialista	PTB	1945	Atuou efetivamente em várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Tibério Francisco Amantéa	Industrialista	P. Libertador	1930	Foi membro atuante em várias Comissões Técnicas da Câmara. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951



				Presidente da câmara de vereadores
Tranqüilo Basso	Técnico Contábil	Coligação PTB-UDN		Nasceu em Porto Alegre, dia 06/11/1919. Técnico Contábil. Foi membro titular da Comissão de Legislação. Faleceu dia 04 de Outubro de 1983. Vereador de 28/11/1947 a 31/12/1951
Tristão Ferreira	Médico e Comerciante	PP	1935	Membro da Classe conservadora do Comércio e indústria em 1935. Conselho Permanente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo (24 de Junho de 1938). Comissão de sindicância da Associação Comercial – 1938 Proprietário da Farmácia Central- Tristão Ferreira & Comp. Firma: Laboratório Salus em 1929. Fundador da APAN- Associação Passo-fundense de Auxilio aos Necessitados em 1940. Professor de Química , Física e História Natural - em 1940
Túlio Fontoura	Jornalista	PL PRR PSD	1930 1932 1945	Diretor do jornal d' A Luta PRR 1932 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1936-1937 Diretor do Diário da Manhã PSD 1945 Integrou também os quadros do partido a expressiva liderança do PL
Uiraçaba da Costa Monteiro	Advogado - Delegado de Polícia		1938	Nomeado em substituição ao capitão José da Costa Monteiro.
Valdemar Langaro	Industrialista, madeireiro e comerciante	PRR FUG	1932 1934	Diretor presidente da Cooperativa Federada de Madeiras de P Fundo Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1937-1939
Valdir Cecconi	Bancário	PTB	1945	Desfilou-se do PTB em 21 de novembro de 1945
Vercidino Camargo		PRL	1934	Membro Partido Republicano Liberal 1934
Verdi De Césaró	Advogado, Industrialista e madeireiro	ANL	1935	Membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Membro do Comitê de propaganda e divulgação da ANL em 1935. Sócio da Firma: João Salton & Cia. Ltda. Pedido pela Associação Comercial para ser correspondente do Correio do Povo em Passo Fundo. Secretário e Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Victor Graeff	Advogado	PRR UDN	1930 1945	Prefeito nomeado pelo Interventor em 17/12/1941 a 17/04/1944
Victor Issler	Industrialista e comerciante			Comissão de Sindicâncias da Associação Comercial em 1933. Presidente do Sindicato do Mate do Rio Grande do Sul em 1937. 2º secretário da Associação Comercial

				Comissão de sindicância da Associação Comercial Comissão angariar sócios da Associação Comercial Presidente de Honra: Membro do Centro de amigos de Passo Fundo- Entidade em prol do desenvolvimento de Passo Fundo em 1937.
Victor Pacheco			1950	Diretor da Estação Experimental das Colônias
Victorio Dinardo		PRR FUG PRL	1932 1934 1935	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934 Membro da comissão do PRL em 1935.
Vilson Graeff				Prefeito da Comarca de Passo Fundo
Virgílio Porto	Presidente			12/06/1924 – eleição da nova diretoria
Waldomiro Raupp	Militar – major	PTB	1945	Secretário do diretório Municipal do PTB
Walter Barbieux	Industrialista			Vice-presidente da Associação Comercial em 1936-1937 Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1937-1939 Comissão Fiscal da Associação Comercial em 1935-1940 Firma: Cervejaria Serrana – Bade, Barbieux & Cia.
Wenceslau Silveira		PRR FUG	1932 1934	Comissão Mista da Frente Única do Centro Waldemar Rippol- 1934
Willibaldo Neuhaus	Comerciante e industrialista	AIB	1935	Candidato a vereador em 1935 pela AIB. Conselho Fiscal da Associação Comercial em 1937. Firma Neuhaus & Filhos. Armazém de Secos e Molhados em 1933 até 1940. Firma Neushaus & Schonhorst. Armazém de Secos e Molhados em 1940
Wolmar Antonio Salton	Guarda-Livros, comerciante e Industrialista	PTB Coligação PTB-UDN.	1945	2º secretário auxiliar da Associação Comercial em 1936-1937. Firma: João Salton & Cia Ltda. Montou a primeira Laminadora de madeira em 1940 Vereador pelo PTB – 1943-1946 Vereador pelo PTB de 28/11/1947 a 31/12/1951
Zélio Leal	Advogado	PRR	1932	

Fonte: Síntese elaborada pela autora através de dados dos jornais, documentos e bibliografia de 1930 a 1945.

## Anexo E - Quadro de Integrantes da Elite Política de Carazinho de 1930 a 1945

Nome	Cargo/função/ Profissão	Filiação partidária	Ano/ período	Obs.
Acassio José Vargas		PTB	1945	Membro da comissão sindical do diretório do PTB em 1945.
Adalberto de Tartler	Advogado	UDN	1945	
Adolpho Pedro Cassel	Agricultor	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Afonso Clemente Brentano		PTB	1945	Membro da comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
Afonso Gerhardt		PTB PRP	1945 1951	Terceiro Tesoureiro e membro do Diretório do PTB em 1945.
Afonso Gottlieb	Farmacêutico	PRR	1930	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho em 1930.
Alberico Azevedo	Comerciante, industrialista, gerente do Banco do Comércio e madeireiro	PL PRL PP PSD	1930 1932 -1935 1935 1945	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Diretor da Cooperativa Progresso Ltda. Membro do Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931. Membro do Diretório do PSD- 1945 com o cargo de diretor.
Alberto Graeff	Industrial (ramo de serrarias) e madeireiro	PRR PP	1930 -1935 1935	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho em 1930. Presidente de da FUG em 1935 e presidente de honra em 1936. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Vereador pelo PP em 1935. Proprietário da firma Azevedo e Cia.
Alberto Graeff Filho	Industrialista	PSD	1945	Direção do PSD em 1945 Segundo Vice-Presidente do Comitê pró candidatura de Getúlio a Presidência da República.
Alberto Kopper	Advogado e madeireiro			Secretário da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1941. Em 1943 se tornou presidente dessa associação. Sócio da Gaúcha Madeireira. Secretário da Cooperativa Florestal em 1943 e 1948.
Alberto Velho de Souza	Advogado e delegado de polícia	PRR FUG PSD PTB	1930 1934 1945 1945	Delegado de polícia em 1938. Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Membro do Diretório do PTB em 1950.
Albino C. Weisheimer	Madeireiro e Industrialista			Membro do Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931.
Albino Hillebrand	Notário	PRR PRL PSD PTB	1930- 1931 1932 1945 1945- 1950	Subprefeito (1934) na gestão de Homero Guerra. Prefeito PRL-1935 Membro da Comissão Diretora do PRL. Auxiliar de Tesouraria do Cine Recreio de Carazinho.

				Prefeito substituto e Membro da Comissão Executiva de Carazinho. Notário do Segundo Tabelionato de Carazinho. Membro da corrente partidária do PTB e PSD e Chefe do PTB. Presidente de honra do PTB em 1945. Encarregado da fundação do PSD E PTB em Carazinho e região. Membro do Diretório do PTB em 1950.
Alcides Albuquerque	Industrialista, Fazendeiro e madeireiro	PRR PSD PTB	1930-1937 1945 1950	Representante da Frente Única e Dissidência Liberal. Em 1935. Diretor da Cooperativa Madeireira Glória Ltda. Membro do Diretório do PTB. Fundador do Centro Cívico Getúlio Vargas. Membro do Diretório do PTB.
Alcindo de Quadros		UDN	1945	
Alcione Perreira		PTB	1945	Membro do Diretório do PTB.
Aldo Bastos		PRL PTB	1932 1945	Comissão de Propaganda e membro do Diretório do PTB em 1945.
Aldo Zart	Industrialista e comerciante			Firma Adolfo Schilittler, membro da Delegacia do Centro de Indústria
Alexandre Dambros	Industrialista e madeireiro			Empresa Dambros & Piva. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras.
Alexandre Hehn	Industrialista e comerciante			Firma Alexandre Hehn & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Alfiére Firmo Bernardi		PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945.
Alfredo Carboni	Comerciante e industrialista	Partido Libertador UDN	1932 1945	
Alfredo D' Amore	Médico	P. Libertador P L	1930 1945	
Alfredo Pedro Schmitz	Industrial	PRL PSD PSD	1932 1945 1949	Industrialista do ramo da madeira. Firma Schmitz & Cia Ltda. Empresa Alfredo P. Schmitz. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Direção do PSD em 1945 Tesoureiro do PSD em 1945 e 1949 Direção do PSD do município de Carazinho-1945
Alfredo Tauber	Comércio de ferragem	PRL	1935	
Alfredo Tomazoni		UDN	1945	

Algemiro Duarte Breno	Comerciante	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935 Apoio a Candidatura de Germano Napp em 1935.
Alzino Schneider	Industrial e comerciante			Firma de Fritz & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Amadeu Caetano Gobbi	Guarda-livro	PRL PTB	1932 1945	Núcleo Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)- 1945 - Membro da Mesa Diretora. Firma de José Gobbi e Filhos membro da Delegacia do Centro de Indústria. Segundo secretário da Associação Comercial em 1950.
Américo Michelini	Médico	UDN	1945	
Angelino Giongo de Bau	Industrial			Firma Giongo & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Ângelo Miguel Gobbi	Comerciante	PTB	1945 1947-1951 1952-1955	Membro do Diretório do PTB. Vereador
Anito Zeno Petry	Engenheiro Civil, arquiteto e agrimensor	PRL	1932	Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950
Anna Theodora da Rocha		PRL	1934	Membro do Conselho da mocidade do Partido Republicano Liberal.
Antenor Graeff	Comerciante	UDN	1945	
Antidio Tomaz Barroso	Comércio	UDN	1945	
Antonio Alverne Ferreira Gomes	Médico	PSD UDN	1945 1946	Nomeado para prefeito dez dias após a posse de Ramão Rodrigues – 1945. Nomeado por ato do dia 20 de dezembro do desembargador Samuel Figueiredo da Silva.
Antonio Augusto Graeff	Industrialista e madeireiro	PRR UDN	1935 1945	Presidente de Honra da Frente Única em 1935 e 1936 Comissão Executiva do PRR em 1937. Comissão executiva- presidente de honra da UDN em 1945.
Antonio Barleta	Agricultor	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Antonio Borges	Avaliador	PSD	1945	Membro do diretório do PSD
Antonio Brito		PTB	1945	Segundo-tesoureiro do diretório do PTB em 1945.
Antonio Couto Camino	Industrialista	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Antônio José Pereira Junior		PRR	1930	Membro da Comissão Diretora em prol da emancipação de Carazinho.
Antonio Leiria Sobrinho		UDN	1945	Membro do diretório da UDN em 1945.
Antonio Loures e Albuquerque	Jornalista e Advogado	PL PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1932 Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp nas eleições de 1935. Orador do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934.

Antonio Sturm		P.L	1932	
Antonio Vargas	Fazendeiro	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1932. Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp nas eleições de 1935.
Aparício Nunes	Empresário, industrial madeireiro comerciante lojista. e	FUG PRR PSD	1934 1935 1945	Membro da comissão da FUG em 1934. Segundo vice-presidente do Centro Cívico Getúlio Vargas. Exportador de madeiras de Pinho Empresa Aparício Nunes. Membro: Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras. Presidente do consorcio Madeireiro de Carazinho. 1º tesoureiro da FUG em 1935 e 1936 e Presidente de honra do PSD em 1945. Membro da Associação Comercial
Aragão Bosano		UDN	1945	
Argemiro Paula Barroso		UDN	1945	
Argentino Albuquerque		UDN	1945	
Arlindo Gomes da Silva		UDN	1945	
Arlindo Toledo e Silva		UDN	1945	
Armando Borges	Comércio	UDN	1945	
Armênio Vaz		PTB PSP	1945 1950	Membro da Comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
Armindo Goelner		PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945.
Armindo Honaiser	Madeireiro			Conselho fiscal da Cooperativa Florestal em 1943.
Armindo Siqueira		UDN	1945	
Arnaldo Gomes		UDN	1945	
Arnaldo Graeff		UDN	1945	
Arnaldo Scheibe	Industrialista,	PSD	1945	Sócio da firma Napp, Scherer e Cia. Ltda. Suplente de Secretário do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras em 1945. Membro do sindicato patronal dos Exportadores. Delegado classista e presidente do Sindicato da indústria de serrarias em 17 de outubro de 1945 em Assembléia Geral Extraordinária. Membro da comissão consultiva do PSD em 1945.
Arnildo Schaeffer		UDN	1945	Vogal do Diretório da UDN em 1950.
Arnoldo Pommerchan	Comércio funerário	PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou o candidato Germano Napp em 1935.
Artaxerxes Pessoa de Brum	Advogado	PRL PRR	1932 1935	Segundo Secretário do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL- 1935, apoiou o candidato Germano Napp em 1935.

Artur Fontoura da Motta	Comerciante	PRL PRR	1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL de Carazinho em 1932 Segundo Vice-Presidente do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Membro participante do Congresso da Dissidência Liberal em 1935 Cisão no PRL- 1935, apoiou o candidato Germano Napp em 1935. Primeiro secretário do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937 Representante da Frente Única e Dissidência Liberal em 1937 Fundador do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937
Artur Graeff	Industrialista,			Membro da associação Comercial-1938,
Artur Kloeckner		PSD	1945	
Astério Canuto de Souza	Comércio atacadista, hoteleiro, jornalista e notário.	PRL PRR UDN PSD	1930 1935 1945 1949	Diretor proprietário do Jornal da Serra. Presidente efetivo do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937. Secretário do Diretório da UDN em 1950.
Augusto Keller	Agricultor	PSD	1945	
Augusto Neuls	Madeireiro	UDN	1945	Empresa Barleze, Neuls & Cia. Ltda.
Augusto Sheibe	Madeireiro			Representante da Cooperativa Madeireira Alto Jacuí Ltda.
Aurélio Duarte Bueno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp.
Avelino Steffens	Médico	PRR PRL PTB	1930 1932 1945	Membro do diretório do PRL. Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Vereador e membro do diretório municipal do PTB em Tapera - 1950
Balduino Plaetsch	Comerciante, industrialista e madeireiro			Balduino Plaetsch & Cia. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Presidente da Cooperativa Florestal em 1943.
Baleslau Minsky	Comércio madeireiro	PRL	1935	Membro do Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul em 1931.
Bento Falcão	Comerciante	PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945
Boaventura Subtil	Criador de gado e madeireiro	PRR	1935	
Boaventura Subtil Sobrinho	Comércio	PRR	1935	
Breno Azevedo		PTB	1945	Primeiro secretário da comissão executiva, líder trabalhista em 1950.
Bruno Buchholz	Comerciante e industrialista	PSD	1945	Membro do diretório do PSD, comissão consultiva. Segundo Vice-Presidente da Associação Comercial em 1950
Camilo Scherer	Industrialista do ramo madeireiro	PL	1935	Napp, Scherer & Cia Ltda. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores

	e comerciante			de Madeiras/ Sindicato patronal dos Beneficiadores de Madeiras.
Canderoy Pinto Lima	Oficial do registro Civil da comarca de Carazinho	PRL UDN	1932 1945	
Candido Moraes		UDN	1945	
Carlos Bernardino		UDN	1945	
Carlos D. Iserhard	Farmacêutico	PRR	1935	
Carlos de Pádua Ribeiro	Comerciante	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Carlos P. Michelini	Criador	P. Libertador UDN	1932 1945	
Carlos Pichler	Industrialista			Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Cassiano Ferreira Dorneles	Comércio	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Celestino Brocchi	Madeireiro	PRR PL PRL PRR	1930 1932 1932 1935	Diretor da cooperativa madeireira Carazinho Ltda. Cisão no PRL -1935
Celso Leite	Comerciante	UDN	1945	
Clodoaldo Selistre	Funcionário Público	UDN	1945	
Conrado Felipe Welter	Industrial	PRL	1935	Conselho deliberativo do PSD em 1945
Constantino Pellegrini		Partido Libertador	1932	
Daniel Krieger	Comércio	UDN	1945	
Darcy Graeff	Comércio	UDN	1945	
Darcy Plentz	Guarda-livros e comércio	UDN	1945	
Dario de Bittencourt	Advogado	AIB	1935	Candidato a Prefeito pela AIB em 1935.
Dario de Medeiros Canals		PTB	1945	Terceiro Vice-Presidente do Diretório do PTB em 1945.
Dario Marques		PTB	1945	Segundo secretário do Diretório do PTB em 1945.
Djalma Silva	Comerciante	PRR	1935	1º secretário da FUG em 1935
Dorival Silveira		UDN	1945	



Dovil Peixoto	Industrial madeireiro	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
João Mozart de Melo		P.L.	1932	
Edgar Luiz Kasper	Advogado, Funcionário Público Municipal, indústria avícola	PRL PSD PTB	1935 1945 1946	
Edgar R. Stangler				Firma de José Gobbi e Filhos membro da Delegacia do Centro de Indústria
Eduardo Graeff	Industrialista, madeireiro e pecuarista	PRR UDN	1935 1945	Membro da comissão da FUG em 1934. Presidente efetivo da comissão executiva da UDN em 1945. Presidente da Associação comercial de Carazinho
Engracio Dias de Menezes	Comércio da madeira e Industrialista	PRL FUG PRR	1932 1935 1935	Presidente de Honra da FUG em 1935-36 Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Tesoureiro do Centro Cívico Getúlio Vargas - 1937 Fundador do Centro Cívico Getúlio Vargas -1937
Ernesto José Annoni	Industrialista, Comerciante, madeireiro e General.	PRR PRL PRR PP PSD PTB	1930 1932/1935 1935 1945 1945-1950 1950	Cisão no PRL -1935 Diretor da Cooperativa Federada de Carazinho Empresa Ernesto José Annoni. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Presidente da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1941. Membro: Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras/ Sindicato dos Produtores de Madeira do rio grande do Sul/ Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras. Presidente do Comitê Pró-Candidatura Vargas em 1945. Vice-presidente da comissão do PSD em 1945. Membro do Diretório do PTB em 1945. Presidente da executiva do PTB em 1950. Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950 Prefeito em 1952
Eurico Araújo	Médico e madeireiro	PRR PRL PSD	1930 1932-1935 1945	Presidente Associação Comercial e Sindicato Caixas e aplainados. Membro do PRL em 1932. Membro da Comissão diretora do PRL- 1935 Comissão consultiva do PSD em 1945.
Eurico Brito	Criador	UDN	1945	
Evandro Ribeiro		UDN	1945	

Everaldo Padilha	Técnico Rural	PRR UDN	1937 1945	
Fábio Ferreira de Albuquerque	Industrialista	PRR PRL PP UDN PSD	1930 1932 1935 1945 1950	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp, em 1935. Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Membro do diretório do PRL, integrado a UDN sob a direção de Flores da Cunha. Membro da comissão para instalação do diretório da UDN em 1945. Presidente da Comissão Executiva do PSB em 1950
Felipe Alves Machado		PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945.
Felipe Henrique Scherer	Guarda-livros			Diretor da FUG-1935
Felisberto de Barros		UDN	1945	
Fermino Ferrari	Industrial			Firma de Mario Ferrari & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Fernando Borges Pimentel		PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Fernando Bratz	Industrial madeireiro			Firma de madeira carazinhense Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Fernando Sudbrack		Partido Libertador	1932	
Fioravante Barleze	Industrialista, comércio e madeireiro presidente do sindicato da mandioca.	PRR PRL PRR PP PSD	1930 1932 1935 1935 1945-1951	Membro do diretório do PRL em 1932. Primeiro Vice-Presidente do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Firma de Barleze & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Presidente do sindicato da mandioca. Membro da dissidência Liberal em 1935. Cisão no PRL -1935 Candidato a Vereador em 1935 pelo PP. Membro da comissão consultiva da diretoria do PSD em 1945.
Firmino Rego		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Firmino Rolim de Moura		PRL	1932	Conselho Fiscal do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934.
Florêncio Ferreira		UDN	1945	
Francisco Teixeira	Industrial	PL PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Francklin Martins dos Reis	Capitão	UDN	1945	
Frederico Guilherme Sudbrack	Militar- coronel Madeireiro	P.L. PRL	1930 1932	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL.

		PRL P L	1935 1951	
Friederico Bebbia	Funcionário federal	PSD PTB	1945 1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Primeiro Tesoureiro do Diretório do PTB em 1945.
Garibaldi Santana Goulart	Comércio	PRR	1937	
Germano Napp	Industrialista, comércio de madeira, agricultor, pecuarista .	PRR PRL PP	1930 1932 1935	Napp, Scherer & Cia Ltda. Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras/ Sindicato patronal dos Beneficiadores de Madeiras. Membro do diretório do PRL em 1932. Cisão no PRL – 1935, foi lançado como candidato a prefeito pela dissidência liberal. Candidato a Prefeito em 1935 pelo PP.
Gervasio Albuquerque		PL	1932	
Gilberto Matiotti	Madeireiro	P. Libertador UDN	1932 1945	Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950
Godofredo Kirinus	Industrialista e madeireiro			
Gomercindo de Pádua	Criador	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL em 1932 Conselho Fiscal do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Diretor do Centro Cívico Getúlio Vargas -1937
Guido Mombelli	Industrialista do couro			Proprietário do Engenho Danielli e Vicente Fonseca.
Guilherme Augustin	Comerciante	PRL PRL PTB	1935 1935 1945-1951	Vereador pelo PRL em 1935 Membro do Diretório do PTB. Vereador pelo PTB em 1947-1951
Guilherme Beccon	Comerciante	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Guilherme Fetzer	Madeireiro			Membro da firma H. Fetzer & Cia, fundada em 1933. Membro da Associação Comercial-1938
Guilherme Gobbi	Industrialista			
Guilherme Schleder		Partido Libertador	1932	
Heitor de Moura Dihl		PTB	1945	Membro da Comissão sindical do diretório do PTB em 1945.
Heitor Martins Viau		PRR	1930	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.

		PRL PRR	1932 1935	Dissidente Liberal.
Helio Rosado Lopes		UDN	1945	
Helmuth Closs	Bancário	AIB PRP PTB	1935 1947 1950	Candidato a Vereador em 1935 pela AIB. Integralista-1936- Chefe municipal Deputado Estadual
Henrique Hammes	Coletor (exator) Estadual	UDN	1945	Líder da UDN Vice Presidente do Diretório da UDN em 1950.
Henrique Thormann	Comerciante	PSD PTB	1945 1950	Membro da comissão para instalação do diretório do PSD em 1945. Membro do PTB em 1950. Membro do Conselho de abastecimento e Preços do Município de Carazinho em 1944. Representante dos Atacadistas. Firma Fecularia São Miguel Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Conselho Deliberativo da Associação Comercial em 1950
Heraclides dos Santos		UDN	1945	
Hercílio Vargas	Proprietário	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro do Conselho Fiscal do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934
Homero dos Santos		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
Homero Guerra	Industrialista, madeireiro e Fazendeiro no cultivo da erva mate. Engenheiro Cívil.	PRR PRL UDN	1930 1932 1945	Membro da comissão diretora em prol da emancipação de Carazinho e encarregado de elaborar o memorial da Comissão Diretora. Primeiro Prefeito nomeado- 1931. Firma Guerra & Cia. Ltda. No distrito de Boa Esperança. Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Chefe do PRR em 1931. Líder político local e regional do PRL-1932. Chefe do PRL local- 1933. Presidente do Sindicato do Mate em Porto Alegre -1933. Membro da Comissão de criação do Grêmio Liberal Flores da Cunha. Membro do diretório do PRL, integrado a UDN sob a direção de Flores da Cunha.
Homero Ribeiro	Criador	PRL	1932	Cisão no PRL- 1935.

		PRR	1935	
Honório Machado Neto		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Dissidente liberal em 1935.
Humberto Gobbi	Comerciante, agricultor e industrialista.	PRR PSD PTB	1935 1945 1945	Retira-se do PSD e filia-se no PTB. Deputado Estadual em 1947 e Deputado Federal em 1950
Hypolito Chagas Perreira Filho		UDN	1945	
Jacinto Pereira Gomes	Industrial	PRL	1935	
Jacob Moraes	Industrialista			Firma Jacobzen & Kohn Membro da Associação Comercial-1938
Jaime Borges Gonçalves		UDN	1945	
Jaques Loss	Coronel	UDN	1945	
João B. Azevedo	Comerciante	PRR PRL PTB	1930 1932 1945	Cisão no PRL – 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Dissidente liberal em 1935. Membro do Diretório do PTB -1945 Primeiro Vice-Presidente da Associação Comercial em 1950
João B. Sorg	Padre (vigário da paróquia de carazinho)	PRR PRL	1930 1935	
João Bassani Filho	Comerciante e Agricultor	PSD	1945	Membro do Conselho de Abastecimento e Preços do Município de Carazinho em 1944. Representante dos Produtores. Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
João Batista Azevedo	Comerciante	PRR PSD	1935 1945	Membro da comissão consultiva do diretório do PSD em 1945.
João C. Garibaldi Batello	Oficial do exercito e madeireiro			Batello & Graef Industria exportadora de madeira para o mercado interno e externo.
João Carlos Soares		PRR PRL PRL	1930 1932 1935	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935.
João Damiani Filho		UDN	1945	
João dos Santos		UDN	1945	
João José Herpen	Agricultor e comércio	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
João Manoel Pereira	Escrivão do Júri , funcionário do	PRL PSD	1935 1945	

	Fórum			
João Marck	Industrial			Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
João Marcondes de Quadros		PTB PSP	1945 1950	Membro da comissão sindical do PTB em 1945. Terceiro vice-presidente do PSP em 1950.
João Rodrigues Menna Barreto	Oficial da Brigada Militar (Tenente Coronel e general), Agricultor.	PRL PRR	1932 1935	Presidente do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão com o PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
João Raimundo Nedel	Industrial	PSD	1945	
João Zewes	Madeireiro	PRL	1935	
Joaquim Lopes		UDN	1945	
Jofre Macedo Brum	Advogado	PTB	1945	Primeiro secretário do Diretório do PTB em 1945
Jorge da Silva Vaz	Funcionário Público (escrivão da Exatoria estadual)	PSD	1945	Secretário do diretório do PSD em 1945
Jorge Fonseca Pires	Juiz de Direito	PSD	1945	Prefeito em substituição a Romeu Sheibe.
José Albino Gerhardt	Madeireiro			Empresa J. Albino Gerhardt. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato patronal dos Exportadores de Madeiras/Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras. Tesoureiro da Cooperativa Florestal em 1943.
José Antonio dos Santos		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
José Flores Menezes		PTB	1945	Membro da comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
José Garcia		PTB	1945	Membro da comissão sindical do Diretório do PTB em 1945.
José Gasperim	Industrialista	PP	1935	Candidato a Vereador pelo PP em 1935.
José Ivalino Pessoa de Brum	Advogado, Teatrólogo e jornalista.	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Primeiro secretário do município em 1931. Primeiro Secretário do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. Primeiro vice- presidente do Centro Cívico Getúlio Vargas em 1937.
José Kurtz		PRR PRL	1930 1932-1935	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Vereador- PRL- 1935 Membro da comissão do PRL em 1935.
José Matiotti	Madeireiro			Empresa Vargas & Matiotti.

				Membro da Associação Comercial-1938
José Reis	Agricultor	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
José Ribeiro Breno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
José Veríssimo Noronha Filho	Hoteleiro Bancário e Vereador	PSD	1945	Suplente de Tesoureiro do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras em 1945. Membro do diretório municipal do PSD e vereador de 1947-1951.
José Weisheimer Sobrinho	Oficial do Registro Geral	PRR PRL	1930 1932	
Josué Annoni		PSD	1945	
Julio Graeff	Comerciante	UDN	1945	
Jupir Pinto Lima		PRL PTB	1932/35 1945	Membro da comissão do PRL em 1935. Terceiro secretário do Diretório do PTB em 1945.
Juvenal Ferreira Guimarães		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Juvenal Siqueira	Comerciante	UDN	1945	
Juvêncio Duarte Bueno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Lahyre Azevedo	Madeireiro Moageiro (proprietário de engenho)	PRL UDN	1932/1935 1945	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Firma Lahyre Azevedo Associado do Sindicato dos Beneficiadores de Madeira do Rio Grande do Sul. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras/ Sindicato Patronal dos Beneficiadores de Madeira.
Laudelino Garcez	Comerciante e representante de seguros	PL PRL PRR	1930 1932 1935	Membro da comissão executiva do PRL do município de Carazinho. Tesoureiro do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha em 1934. Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Laureano Sehn	Comerciante	PRL PSD	1935 1945	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Laurindo de Quadros	Comerciante	PRL PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Lauro Graeff		PRR FUG	1930 1935	2º secretário da FUG em 1935

Leopoldo Kümmer	Comerciante			Membro da Associação Comercial- 1938
Leoveral Boenas de Quadros		PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL – 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Levino Junges	Jornalista e Madeireiro			Membro do Conselho de Abastecimento e Preços do Município de Carazinho em 1944. Representante dos consumidores. Sindicato dos Marceneiros, Associação dos Profissionais e Círculo Operário.
Lourival Vargas	Industrialista, Guarda-livros, comerciante e madeireiro	PRL PSD PTB	1935 1945 1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Membro do Diretório do PTB. Empresa Vargas & Matiotti. Secretario Geral do PTB em 1945.
Lucio de Brito		UDN	1945	
Luiz Goelzer	Comerciante	PSD PTB	1945 1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD. Membro da comissão Sindical do PTB em 1945.
Luiz Graeff		UDN	1945	
Luiz Tomazini	Industrial da madeira			Secretário da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1943.
Manoel C. de Figueiredo		P.L FUG	1932 1935	Vice Presidente P.L Diretor da FUG-1935
Marcelino Brum		Partido Libertador	1932	
Marcelino Kuntz	Advogado	AIB	1935	Integralista-1936
Marino Heck	Industrial			Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Mario Chiesa	Comerciante	UDN	1945	
Mário Kurtz	Comerciante e madeireiro			
Mario Pedro		UDN	1945	
Martins Mertens		UDN	1945	
Maurílio dos Santos		UDN	1945	
Maximiliano Stangler	Comércio e madeireiro			Firma Gerhardt & Stangler Ltda. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato patronal dos Exportadores de Madeiras/Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras.
Mercio Vargas		UDN	1945	
Miguel Zacarias		PSD	1945	
Moises Marcondes		PRR PRL PRR-FUG	1930 1932 1935	Cisão no PRL em 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. 2º tesoureiro da FUG-1935 e 1936



Mozart Pinheiro		UDN	1945	
Nestor Moojen	Advogado, Jornalista	PRL	1935	
Nivaldo Brasil		PTB	1945	Membro da comissão do diretório do PTB em 1945.
Noé de Freitas	Engenheiro Eletricista Mecânico	PRL	1935	
Norberto Madureira Coelho	Advogado	PRR	1930-1935	
Olinto Vargas	Comerciante madeireiro e	PL PRL UDN	1932 1935 1945	Candidato a Vereador em 1935 pelo PRL. Secretário do consórcio Madeireiro de Carazinho em 1937.
Olívio Amaral e Silva	Fazendeiro criador. e	PTB	1945	Membro da comissão Sindical Diretório do PTB. Terceiro Vice Presidente do PTB em 1950.
Olmiro Ramos	Comerciante	P. Libertador e UDN PL	1945 1945 1950	Tesoureiro da Cooperativa Florestal em 1948. Conselho Fiscal da Associação Comercial em 1950
Oscar G. Kremer	Juiz Municipal	PSD	1945	
Oscar Gerhardt	Comércio madeireiro e			Tesoureiro da Associação Profissional dos Industriais de Extração de Madeiras em 1943.
Oscar Jacob Schardong	Operário	AIB	1935	Candidato a Vereador pela AIB em 1935.
Oscar Menna Barreto		UDN PSB	1945 1950	Membro da comissão executiva do PSD
Oscar Weidlich	Industrialista	PRR PSD	1935 1945	Membro da comissão da Frente Única em 1934. Suplentes do Conselho Fiscal da Associação Comercial em 1950
Osório Meyrer	Comércio, indústria Madeireiro e	PRL	1935	Diretor da Cooperativa Madeireira São José Ltda. Empresa Osório Meyrer.
Osvaldo Sehn	Industrialista			
Otávio Rocha	Comerciante coletor e	PRL	1935	
Otto A. Gerhardt	Industrial madeireiro	PSD	1945	Firma Gerhardt & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria Comissão consultiva do diretório do PSD
Pantaleão Graeff	Comércio	UDN	1945	
Paulo Coutinho	Funcionário Público Federal.	PRR PRL PSD	1930 1932 1945	Membro da comissão diretora em prol da emancipação de Carazinho e encarregado de elaborar o memorial da Comissão Diretora – 1930. Membro do diretório do PRL. Funcionário da viação férrea, escrivão do 2º cartório civil e comercial de Passo

				Fundo, coletor federal de Carazinho e vice-presidente do PSD.
Pedro Carlos Bins		PRL PRR	1932 1935	Cisão no PRL- 1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Pedro Hehn	Alfaiate e comércio			Firma Alexandre Hehn & Cia. Ltda. membro da Delegacia do Centro de Indústria
Pedro Jacó Augustin	Comerciante e madeireiro	PSD	1950	Membro da Associação Comercial-1938 Conselho Fiscal da Cooperativa Florestal em 1943. Conselho deliberativo
Pedro Laithart		UDN	1945	
Pedro Lopes de Oliveira	Funcionário público, Tenente Coronel e industrialista	PRL	1935	
Pedro Prestes de Oliveira	Agente postal telegráfico.	PSD	1945	
Pedro Ribeiro Bueno		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Pedro Viau	Comércio	PRL	1935	
Pery Sampaio de Pádua	Militar – Coronel.	PRR PRL	1930 1932-1935	Membro da Comissão diretora do PRL- 1935 Fiscal da madeira e Funcionário Público, Presidente da Sociedade Hípica, da Associação Rural e do Clube Comercial.
Platão Mota	Escrivão e coletor federal	PRL	1935	
Polibio Fortunato do Vale		UDN	1945	
Pompílio Ferreira Guimarães		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935 , apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Ponciano de Quadro		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Raimundo Martins de Quadros	Advogado	PRR PRL PRR UDN PSD	1930 1932 A partir de 1935 1945 1951-1955	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. Membro do diretório do PRL, integrado a UDN sob a direção de Flores da Cunha em 1945. Vereador em 1952 pelo PSD
Ramalho Piva	Industrialista e madeireiro			Empresa Dambros & Piva. Membro: Sindicato das Serrarias/ Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras.

Ramiro Rosa		UDN	1945	
Randolfo Cidade	Funcionário Público	PRR	1930	Diretor do Jornal da Serra em 1931 em substituição a Canuto de Souza.
Rivadavia de Oliveira		PTB	1945	Membro da comissão sindical do diretório do PTB em 1945.
Rodolfo Honrich	Comércio e Industrialista	PRL PRR	1932 1935	Cisão do PRL-1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935. Segundo secretário do Centro Cívico Getúlio Vargas – 1937.
Romeu Notari	Advogado	PSD	1945	Ajudante do escrivão do civil e crime. Segundo vice-presidente do comitê pró-candidatura Vargas em 1945.
Romeu Scheibe	Bancário, Comerciante	Partido Libertador PRR PSD	1932 1935 1945-1949	Presidente da Liga de Defesa Nacional. Presidente efetivo do PSD em 1945. Presidente do Diretório do PSD em 1949. Conselho Superior da Associação Comercial em 1950. Deputado Estadual em 1951.
Rubin P. Dihl		PTB	1945	Membro da comissão sindical do PTB em 1945.
Saldanha Leite	Comerciante	UDN	1945	
Salustiano de Pádua	Madeireiro	PRR PRL	1930 1932 - 1935	
Santiago Mattiotti		Partido Libertador UDN	1932 1945	
Serafim Camara de Camargo	Comércio	P. Libertador e UDN	1930 1945	
Serafin Rodrigues		PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Serineu Marcondes		UDN	1945	
Sezefredo Marcondes		UDN	1945	
Silvio Angelino Giongo	Guarda-livros e industrialista	PSD	1945	
Teobaldo Gomes da Silva	Comércio	PRR PRL PRR UDN	1930 1932 1935 1945	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.
Teobaldo Hommerding	Comerciante	AIB UDN	1935 1945	Candidato a Vereador pelo PP em 1935.
Teodomiro Graeff	Médico e	PRR	1937	Vereador pela UDN em 1947-1951

	vereador	UDN	1947-1951	Presidente da UDN local em 1951
Theobaldo Gomes da Silva	Comercio	UDN	1945	
Theodoro Figueiredo		PRR PRL	1930 1932	Membro do diretório do PRL em 1932.
Turíbio Silveira Vigante F. Herter		UDN	1945	
Valdemar Pinto Kaschny		PSD	1945	
Valter Fetzer	Comércio e madeireiro	PTB	1945	Membro da comissão de propaganda do diretório do PTB em 1945. Membro da firma H. Fetzer & Cia, fundada em 1933.
Valter Scherer	Comerciante	PRR PP PSD	1932 1935 1945	Diretor da FUG - 1935 Vereador - PP - 1935
Victor Graeff	Advogado Deputado Estadual	PRR UDN	1932 1945	Em 17 de dezembro de 1941 foi nomeado e empossado como Prefeito de Passo Fundo. Membro da Comissão Diretora da FUG em 1932. Membro da Comissão Diretora da FUG-PRR em 1934.
Vitor Hugo Fetzer	Madeireiro	PTB	1950 e 1951	Membro da firma H. Fetzer & Cia, fundada em 1933. Líder do PTB e membro do Conselho Fiscal Conselho Superior da Associação Comercial em 1950
Waldemar Graeff	Madeireiro	PRR	1935	Botello & Graeff
Walter Franke		AIB	1935	
Walter Graeff	Advogado	PRL	1935	
Waltrudes Nunes	Madeireiro			
Wilmar Fonseca	Bancário	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Zeferino Félix da Costa	Comerciante	PSD	1945	Membro escolhido para fazer parte da comissão para formação do diretório do PSD.
Zeferino Veríssimo Dorneles	Comerciante	PRR PRL PRR	1930 1932 1935	Cisão no PRL -1935, apoiou a candidatura de Germano Napp em 1935. Membro da dissidência liberal em 1935.

Fonte: Síntese elaborada pela autora através de dados dos jornais, documentos e bibliografia de 1930 a 1945.

**ANEXO F – Vinculações políticas dos sujeitos envolvidos no contexto político Carazinhense**

<b>NOME</b>	<b>VINCULAÇÃO POLÍTICA</b>
Adolfo Schettert Neto	Pró-Hillebrand
Afonso Gottlieb	Pró-Hillebrand
Alberico Azevedo	Pró-Hillebrand
Alberto Graeff	Pró-Canuto de Souza
Alberto Velho de Souza	Pró-Canuto de Souza
Alcydes Albuquerque	Pró-Canuto de Souza
Alfredo Tauber	Pró-Hillebrand
Algemiro Duarte Breno	Pró-Hillebrand
Annito Zeno Petry	Pró-Hillebrand
Antonio José Pereira Junior	Pró-Hillebrand
Antonio L. e Albuquerque	Pró-Canuto de Souza
Antonio Vargas	Pró-Canuto de Souza
Aparício Nunes	Pró-Canuto de Souza
Arnoldo Pommerchan	Pró-Canuto de Souza
Artur Fontoura da Motta	Pró-Canuto de Souza
Artaxerxes Brum	Pró-Canuto de Souza
Astério Canuto de Souza	Opositor de Hillebrand
Aurélio Duarte Bueno	Pró-Hillebrand
Avelino Stelfens	Pró-Hillebrand
Boaventura Subtil	Pró-Canuto de Souza
Boleslau Minsky	Pró-Hillebrand
Carlos D. Iserhard	Pró-Canuto de Souza
Carlos de Pádua Ribeiro	Pró-Canuto de Souza
Carlos Soares	Pró-Canuto de Souza
Cassiano Ferreira Dorneles	Pró-Canuto de Souza
Celestino Broch	Pró-Canuto de Souza
Conrado Felipe Welter	Pró-Hillebrand
Dovil Peixoto	Pró-Canuto de Souza
Edgar Luiz Casper	Pró-Hillebrand
Eduardo Graeff	Pró-Canuto de Souza
Engrácio Dias de Menezes	Pró-Canuto de Souza
Ernesto José Anoni	Pró-Hillebrand
Eurico Araújo	Pró-Hillebrand
Fábio Albuquerque	Pró-Hillebrand
Fernando Borges Pimentel	Pró-Canuto de Souza
Fioravante Bankye	Pró-Canuto de Souza
Fioravante Barlese	Pró-Canuto de Souza
Firmino Rego	Pró-Hillebrand
Francisco Teixeira	Pró-Hillebrand
Germano Napp	Pró-Canuto de Souza-candidato no lugar de Hillebrand, lançado pela oposição no momento em que ocorre a cisão no PRL carazinhense
Gomercindo de Pádua	Pró-Canuto de Souza
Guilherme Augustin	Pró-Hillebrand
Guilherme Sudbrack	Pró-Hillebrand
Heitor Martins Viau	Pró-Canuto de Souza
Hercílio Vargas	Pró-Canuto de Souza
Homero dos Santos	Pró-Canuto de Souza
Homero Guerra	Pró-Hillebrand
Honorato Martins de Almeida	Pró-Canuto de Souza
Honório Machado Neto	Pró-Canuto de Souza
Jacinto Pereira Gomes	Pró-Hillebrand
João B. Azevedo	Pró-Canuto de Souza
João Carlos Soares	Pró-Canuto de Souza
João França	Pró-Hillebrand
João Manoel Pereira	Pró-Hillebrand
João Menna Barreto	Pró-Canuto de Souza
João Sorg	Pró-Hillebrand

João Zewes	Pró-Hillebrand
Joaquim Alves Mendes	Pró-Hillebrand
José Antônio dos Santos	Pró-Canuto de Souza
José Antônio Vargas	Pró-Hillebrand
José Ivalino Pessoa Brum	Pró-Hillebrand Pró-Canuto de Souza
José Kurtz	Pró-Hillebrand
José Pereira Junior	Pró-Hillebrand
José P. Cabral	Pró-Hillebrand
José Ribeiro Breno	Pró-Canuto de Souza
José Weissheimer Sobrinho	Pró-Hillebrand
Juvenal Ferreira Guimarães	Pró-Canuto de Souza
Juvêncio Duarte Bueno	Pró-Canuto de Souza
Lahyre Azevedo	Pró-Hillebrand
Laudelino Garcez	Pró-Canuto de Souza
Lauriano Sehn	Pró-Hillebrand
Laurindo de Quadro	Pró-Canuto de Souza
Leoveral Boenas de Quadros	Pró-Canuto de Souza
Lourival Vargas	Pró-Hillebrand
Manoel Nascimento Vargas	Pró-Canuto de Souza
Max Gauthier	Pró-Hillebrand
Moisés Marcondes	Pró-Canuto de Souza
Nestor Moojen	Pró-Hillebrand
Noé de Freitas	Pró-Hillebrand
Norberto Madureira Coelho	Pró-Canuto de Souza
Olinto Vargas	Pró-Hillebrand
Oscar Weidlich	Pró-Canuto de Souza
Osório Meirer	Pró-Hillebrand
Otávio Rocha	Pró-Hillebrand
Paulo Coutinho	Pró-Hillebrand
Pedro Carlos Bins	Pró-Canuto de Souza
Pedro Lopes de Oliveira	
Pedro Ribeiro Bueno	Pró-Canuto de Souza
Pedro Sturm	Pró-Hillebrand
Pedro Viau	Pró-Hillebrand
Pery S. De Pádua	Pró-Hillebrand
Platão Mota	Pró-Hillebrand
Pompilio Ferreira Guimarães	Pró-Canuto de Souza
Ponciano de Quadros	Pró-Canuto de Souza
Raimundo Martins de Quadros	Pró-Canuto de Souza
Rodolfo Honrich	Pró-Canuto de Souza
Romeu Scheib	Pró-Canuto de Souza
Salustiano de Pádua	Pró-Hillebrand
Serafim Rodrigues	Pró-Canuto de Souza
Teobaldo Gomes da Silva	Pró-Canuto de Souza
Theodoro Figueiredo	Pró-Canuto de Souza
Valdemar Scherer	Pró-Canuto de Souza
Vazulmiro Dutra	Pró-Canuto de Souza
Waldemar Graeff	Pró-Canuto de Souza
Waldemar P. Yusahnz	Pró-Canuto de Souza
Waltrudes Nunes	Pró-Hillebrand
Zeferino Veríssimo Dorneles	Pró-Canuto de Souza

Fonte: síntese elaborada pela autora a partir dos dados recolhidos no JORNAL DA SERRA, Carazinho, 1930 a 1945 e, NOTICIOSO, Carazinho, 1942 a 1945.

**ANEXO G - Quadro de Integrantes da Elite Econômica de Passo Fundo de 1921 a 1945 conforme Atas da Associação Comercial de Passo Fundo.**

NOME	CARGO	PARTIDO	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES
Gabriel Bastos	Presidente			Reorganização da A Comercial 25/01/1921
Gustavo Otto	Vice-presidente			25/01/1921
Max Ávila	1º secretário			25/01/1921
Álvaro Azambuja	2º secretário			25/01/1921
Olintho Oliveira	1º tesoureiro			25/01/1921
Arquimimo Miranda	2º tesoureiro			25/01/1921
Luiz Langaro	Comissão de contas			25/01/1921
Otto Bade	Comissão de contas			25/01/1921
Oribe Marques	Comissão de contas			25/01/1921
Afonso Camino			Comerciante/industrialista	28/1/1921- comerciantes e industrialistas de Boa Vista e Passo Fundo solicitam ao Presidente do Estado que não seja elevada a tarifa ferroviária, pois há uma paralisação, especialmente do transporte de madeira. Pedem redução de 50% sobre o valor elevado.
Julio Hanck			Comerciante/industrialista	
Augusto Homrich			Comerciante/industrialista	
Afonso Camino			Comerciante/industrialista	
Jorge Alberto Czamonsky			Comerciante/industrialista	
				06/03/1921- nada importante
				22/01/1922 – falta de quorum
Gabriel Bastos	Assim como a diretoria anterior, foram reconduzidos por aclamação, apenas mudando Arquimimo Miranda, substituído por Almiro Ilha			29/01/1922 – enfatiza a importância dos comerciantes de Carazinho se unirem e criarem um partido político, sem outra aspiração, a não ser a defender o progresso da terra, a exemplo do que estão fazendo sobre a diminuição do imposto de renda sobre os lucros, considerado abusivo.
Almiro Ilha				
Virgílio Porto	Presidente			12/06/1924 – eleição da nova diretoria
Otto Bade	Vice-presidente			
Gustavo Otto	Comissão de contas			
Almiro Ilha	Comissão de contas			
Ivo Ferreira	Comissão de contas			

Henrique Scarpellini Ghezzi	1º secretário			
Gustavo Otto	2º secretário			
Almiro Ilha	1º tesoureiro			
Olinto Oliveira	2º tesoureiro			
Max Ávila	Presidente			26/03/1928 /eleita por aclamação
Apparicio Langaro	Vice-presidente			
Antonio N. Camargo	1º secretário			
Victor Issler	2º secretário			
Luiz Busato	1º tesoureiro			
Honório Carvalho	2º tesoureiro			
Pedro Julio Garcia	Comissão fiscal			
Victorio Dinardo	Comissão fiscal			
Antonio Veiga Farias	Comissão fiscal			
				09/07/1928 organizar na sede comercial um mostruário dos produtos industriais do município
Gabriel Bastos	Presidente			19/02/1931 – ênfase que Passo Fundo era um dos municípios + adiantados do RS – eleição por aclamação
Max Ávila	Vice-presidente			
Theodoro Ilha	1º secretário			
Geolar Caminha	2º secretario			
Apparico Langaro	Tesoureiro			05/04/1931 estatuto pré-elaborado, leitura
Pindaro Annes	Comissão fiscal			03/05/1931 – complementação da diretoria/classificação dos comerciantes da cidade em 4 classes, cf estatuto, mas não constam na ata
Olynto Oliveira	Comissão fiscal			
João de Cezaro	Comissão fiscal			
Innocencio Pinto	Comissão fiscal			
Conrado Rodrigues	Comissão fiscal			
Antonio Veiga Farias	Comissão arbitral			
Ernesto Morsch	Comissão arbitral			
Henrique Scarpellini Ghezzi	Comissão arbitral			
Theodoro Ilha	Comissão organizadora de exposição de amostras			
Antonio J. Rocha Deodoro Homsisch	Comissão organizadora de exposição de amostras			
Maurício Langaro	Comissão organizadora de exposição de amostras			
Geolar Caminha	Comissão organizadora de			



	exposição de amostras			
Almiro Ilha	Comissão angariar sócios			
Pedro J. Estácio	Comissão angariar sócios			
Antonio Giovanina	Comissão angariar sócios			
Quinto Giongo	Comissão angariar sócios			
Cantídio Pinto de Moraes	Comissão angariar sócios			
Benjamin Rosado	Comissão angariar sócios			
Archimimo Miranda	Comissão angariar sócios			
Victor Issler	Comissão angariar sócios			
Luiz Busato	Comissão angariar sócios			
Victorio Dinardo	Diretores de Mercadorias			
Hiran Bastos	Diretores de Mercadorias.			
Olívio Giovanina	Diretores de Mercadorias			
Juvenal da Luz	Diretores de Mercadorias			
Medardo Rodrigues	Diretores de Mercadorias			
Ivo Ferreira	Diretores de Mercadorias			
João A. Miotto	Diretores de Mercadorias			
Otto Bade	Diretores de Mercadorias			
Ernesto Busato	Diretores de Mercadorias			
Oribe Marques	Diretores de Mercadorias			
Schay Schubsky	Diretores de Mercadorias			
João B. Rotta	Diretores de Mercadorias			
Walter Barbieux	2º tesoureiro -			
				07/06/1931 – nada a registrar
				06/01/1932 – nada a registrar
				18/02/1932 – registro de 118 sócios inscritos
				19/02/1932 – conscientização do desinteresse dos sócios pela associação comercial
				06/03/1932 – não compareceu número suficiente de sócios
				22/03/1932 – idem
				19/02/1933 – idem
				05/03/1933 – idem
Max Ávila	Presidente			02/04/1933 - realizada eleição da diretoria após inúmeras tentativas
Pindaro Annes	Vice-presidente			
Otto Bade	Comissão fiscal			
Gabriel Bastos	Comissão fiscal			

Ernesto Morsch	Comissão fiscal			
Eduardo Kurtz	Comissão de sindicância			
Olívio Giovanina	Comissão de sindicância			
Victor Issler	Comissão de sindicância			
				25/06/1933 reunião IMPORTANTÍSSIMA associados demonstram preocupação com a notícia de que o Governo do Estado pretende desanexar alguns distritos de Passo Fundo para anexá-los a outros. Ata n. 22, folha 16.
Arthur Langaro	Presidente			02/07/1935 – eleição diretoria
Walter Barbieux	Vice-presidente			
Oscar Kurtz	Comissão fiscal			
Olívio Giovanina	Comissão fiscal			
Júlio Fontoura	Comissão fiscal			
Ervino Crusius	Comissão fiscal			
Eduardo Durgante	1º secretário			06/04/1936 – inclusão de sócios – autorizada para Max Ávila, que reside em POÁ, para representar a entidade junto à Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
Hermínio Silveira	2º secretário			
Helio Morsch	1º tesoureiro			
Francisco Berbowitz	2º tesoureiro			
				13/04/1936 – decisão do horário de funcionamento do comércio, estabelecendo um horário de verão- ata n.26, folha 20, verso
				20/04/1936 – assuntos importantes: combate à taxa bromatológica (Para padronizar tipos, proteção a produtos); taxa de exportação para outros estados, cobrada dos moinhos da região para exportar farinha para outros estados via terrestre, ao passo que por via marítima, por Pelotas, Rio Grande e POA não é cobrada
Raul Pilla	Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do RS em 1936, os produtores de erva-mate se sentem em desigualdade com municípios vizinhos, p. 22.			
				27/04/1936 – para pedir a interposição de um mandado de segurança contra o imposto de 1% sobre as vendas mercantis

				25/05/1936 – inauguração de sede própria
				06/07/1936 – resposta de Raul Pilla negando a redução da taxa bromatológica, p. 24 verso. A entidade resolveu se reunir a outras co-irmãs da serra para realizar um conclave sobre a questão da taxa.
Nabuco Zirbes	Representante da União Ervateira Ltda			20/11/1936 – divulgação da criação de uma nova taxa criada pelo governo estadual - Taxa sobre os artigos da produção da região sob a égide de defesa agro-pecuária. A assembleia enviará à Assembleia seus protesto e a discordância pois os empresários argumentam que há um discordância entre as taxas cobradas pela herva-mate, o álcool e o fumo. Isso ajuda a fortalecer o monopólio desse segmento. Passado telegrama enérgico para POA – verso f. 27.
Túlio Fontoura	Diretor do Diário da Manhã			
Aníbal di Primo Beck	Novo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do RS			
				07/01/1937 – pedido a VARIG de prolongamento da linha aérea - por aspiração das classes conservadoras, p. 28 verso Pedido de revisão nos tributos sobre o setor tritícola o moageiro. Preocupação com o reflorestamento dos pinhais
				05/02/1937 – reforma estatuto e eleição nova diretoria. Pagamento das mensalidades conforme as classes dos sócios: 1ª classe: fabricantes, industrialistas, exportadores, fazendeiros, casas comerciais, particulares com capital igual ou inferior a 50.000/000. 2ª classe: mesmas discriminações c/capital inferior a 50.000/000; 3ª classe a diretoria estima o capital.
Arthur Langaro	Presidente			Ata de 5/02/1937 – eleição diretoria
Walter Barbieux	Vice-presidente			
Olívio Giovanina	Comissão fiscal			
Oscar Kurtz	Comissão fiscal			
Barnabé Almeida	Comissão fiscal			
Helio Morsch	Comissão fiscal			
Nabuco Zirbes	Comissão fiscal			
Aparício Langaro	Comissão fiscal			
Alberto Morsch	Comissão de sindicância			
Ervino Crusius	Comissão de sindicância			
Júlio Fontoura	Comissão de sindicância			

Hélio Morsch	Comissão de sindicância			
Eduardo Durgante	1º secretário			
Wolmar Santon	2º secretário			
Dionísio Langaro	1º tesoureiro			
Maggi de Cesaro	2º tesoureiro			
Viriato Dutra	Secretário da Agricultura do RS			Página 35, pedido da interferência de Nicolau de Araújo Vergueiro, junto ao Presidente da República para a construção de prédio próprio para o Correio. Obtiveram êxito porque Getúlio Vargas através de Vergueiro disse que atenderia às classes conservadoras locais com a construção.
Verdi de Cesaro				Pedido pela Associação Comercial para ser correspondente do Correio do Povo em Passo Fundo, verso f. 35.
Nelson Ehleib	Vice-prefeito de Passo Fundo			
Maurício Cardoso	Interventor Federal interino			
Valdemar Langaro	Diretor presidente da Cooperativa Federada de Madeiras de Passo Fundo			
Heitor Siqueira	Inspetor da Fazenda			
Registro de caso inédito na história do RS, verso da f.37				Subvenção à firma Viúva F. Della Méa e Filhos, tornando panificável a farinha de mandioca.
Lindolfo Collor	Secretário da Fazenda			
Xavier da Rocha	Secretário de Obras Públicas			Fundação do comitê pró-construção da estrada de ferro Alfredo Chaves-Passo Fundo, em 3 de junho de 1937.
Henrique Scarpellini Ghezzi	Delegado da Associação Comercial de Passo Fundo em POA			
Arthur Langaro	Presidente			18/02/1938 – eleição da diretoria
Francisco <u>Berlowitz</u>	Vice-presidente			
Helio Morsch	Conselho fiscal			
Walter Barbieux	Conselho fiscal			
Dionísio Langaro	Conselho fiscal			
Olinto Oliveira	Comissão de sindicância			
Waldemar Langaro	Comissão de sindicância			
Ernesto Busato	Comissão de sindicância			
João Schapke Jr.	1º secretário			
Onildo Gomide	2º secretário			
Dionísio Langaro	1º tesoureiro			
Ervino Crussius	2º tesoureiro			

Celso Fiori	Consultor jurídico			
Henrique Scarpellini Ghezzi	Reconduzido à função de Delegado da Associação Comercial de Pfuno em POA			
Cel. Cordeiro de Farias	Interventor			
Olimpio Araújo	Engenheiro chefe da 6ª residência da DAER			
Arthur Langaro	Presidente			19/02/1940 eleição da diretoria
Francisco Berlowitz	Vice-presidente			
Walter Barbieux	Conselho fiscal			
Carlos Rotta	Conselho fiscal			
Hélio Morsch	Conselho fiscal			
Otto Bade	Comissão de sindicância			
Dorval Miranda	Comissão de sindicância			
João Schapke Jr.	Comissão de sindicância			
Onildo Gomide	1º secretário			
Agenor Bastos	2º secretário			
Ervino Crisius	1º tesoureiro			
Nicanor Oltramari	2º tesoureiro			
Celso Fiori	Consultor jurídico			
				14/6/1939 – posição contrária ao desmembramento do município de Sarandi
Artur Langaro	Presidente			18/03/1940 – eleição diretoria
Francisco Berlowitz	Vice-presidente			
Otto Bade	Conselho fiscal			
Jayme Laus	Conselho fiscal			
Hélio Morsch	Conselho fiscal			
Pindaro Annes	Comissão de sindicância			
Tristão Ferreira	Comissão de sindicância			
Isaac Birman	Comissão de sindicância			
Antonio Veiga Farias	Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro			Em 02/03/1940 – ganhou o título de sócio benemérito da Associação Comercial de Passo Fundo
Onildo Gomide	1º secretário			
Ricardo Vargas	2º secretário			
Ervino Crussius	1º tesoureiro			
Nicanor Oltramari	2º tesoureiro			
Celso Fiori	Conselheiro jurídico			

Henrique Scarpellini Ghezzi	Reconduzido à função de Delegado da Associação Comercial de Passo Fundo em POA			
Dr. Coelho de Souza	Secretário da Educação do RS			
Arthur Langaro	Presidente			26/12/1940 – posse diretoria
Jaime Laus	Vice-presidente			
Francisco Berlowitz	Conselho fiscal			
OLÍVIO Giavarina	Conselho fiscal			
Helio Morsch	Conselho fiscal			
Carlos Rotta	Comissão de sindicância			
Tristão Ferreira	Comissão de sindicância			
Walter Barbieux	Comissão de sindicância			
Ricardo Vargas	1º secretário			
Harri Becker	2º secretário			
Celeste Corá	1º tesoureiro			
Henrique Biazus	2º tesoureiro			
Celso Fiori	Consultor jurídico			
Major Olinto França	Comandante do 3º Batalhão de Regimento de Infantaria de PF			Presente na reunião como convidado de honra
Delmar Diogo	Ministério do Trabalho			
Max Ávila	Representante da Associação em Porto Alegre junto à Federação das Associações Comerciais do RS			
Assis Chateaubriand				Doação de um avião ao aéreo clube de Passo Fundo em 1941
Arthur Langaro	Presidente			07/12/1941 – eleição da nova diretoria para ser empossada em janeiro de 1942
Hélio Morsch	Vice-presidente			
Dionísio Langaro	Conselho fiscal			
Walter Barbieux	Conselho fiscal			
Francisco Berlowitz	Conselho fiscal			
Wilibaldo Reuhaus	Conselho fiscal			
Olívio Giovanina	Comissão de sindicância			
Balduino Gehn	Comissão de sindicância			
Edmundo Trein	Comissão de sindicância			
Ricardo Vargas	Comissão de sindicância			
Balduino Gehn	Presidente			24/01/1943 – posse diretoria

Olívio Giovanina	Vice-presidente			
Celeste Correia	1ª secretária			
Clemente de Almeida	2º secretário			
Adolfo Floriani	1º tesoureiro			
Helio Morsch	2º tesoureiro			
Carlos Ro	Conselho fiscal			
Isaac Birmam	Conselho fiscal			
Donísio Langaro	Conselho fiscal			
Mariano Petraco	Comissão de sindicância			
Ernesto Morsch	Comissão de sindicância			
Mirian A Bastos	Comissão de sindicância			
Cel Ernesto Dorneles	Nomeado Interventor do RS			25/09/1943
Vilson Graeff	Prefeito da Comarca de Passo Fundo			
Olinto Oliveira	Presidente			30/01/1944 – posse diretoria
Olívio Giovanina	Vice-presidente			
Artur Langaro	Conselho Fiscal			
Helio Morsch	Conselho fiscal			
Manoel Bastos	Conselho fiscal			
Isaac Birmam	Comissão de sindicância			
Wolmar Salton	Comissão de sindicância			
Otto Bade	Comissão de sindicância			
Clemente Almeida	1º secretário			
João Duarte	2º secretário			
Nicandro Oltramari	1º tesoureiro			
Adolfo João Floriani	2º tesoureiro			
Danie Dipp	Consultor Jurídico			
Max Avila	Representante da Associação junto à Federasul			
Recebido convite para posse do prefeito de Passo Fundo, nomeado, sr. Arthur Ferreira Filho, no dia 28 de outubro de 44				24/10/1944
Ernesto Dornelles	Interventor do RS em 1945			Visitado em POÁ pela diretoria da Associação Comercial de Passo Fundo
Olinto Oliveira	Presidente			25/02/1945 Eleição nova diretoria
Nicandro Oltramari	Vice-presidente			

Francisco Bertowitz	Conselho fiscal			
Arthur Langaro	Conselho fiscal			
Olívio Giovanina	Conselho fiscal			
Clemente Almeida	1º Secretário			
João....verso folha 95	2º Secretario			
Laheic Faufa Cardoso	1º Tesoureiro			
Mariano...verso folha 95	2º Tesoureiro			
Gaston Englert	Eleito p/Câmara			Janeiro de 1946, p. 98
Nicolau Vergueiro	Eleito para Câmara			Janeiro de 1946, p. 98
Antonio Azambuja	Eleito para Câmara			Janeiro de 1946, p. 98
Nicandro Oltramari	Presidente			10/03/1946 eleição nova diretoria
Wolmar Salton	Vice-presidente			
Evaristo Tagliari	Conselho fiscal			
Bernardino Bento	Conselho fiscal			
Theodoro Kampits	Conselho fiscal			
Maggi de Cesaro	1º Secretário			
Nilo Amorim	2º Secretário			
Alexandre Busato	1º Tesoureiro			
Arualdo Bertoldo	2º Tesoureiro			
Dr. Daniel Dipp	Consultor Jurídico			
Evaristo Tagliari	Conselho fiscal			
Theodoro Kampitz	Conselho fiscal			
Bernardino Bento	Conselho fiscal			
GABRIEL PEREIRA DA COSTA BASTOS	NASCIDO EM Santa Maria mas fez várias coisas por Passo Fundo			Em 24 de junho de 1927 inaugurou o Banco Popular de Passo Fundo, participou dessa ação também Armando de Araújo Annes/ participante da elite política de Passo Fundo na época
Dr. Azambuja				Reconhecimento pela sua interferência na construção de casas populares para Passo Fundo, em agosto de 1946 – verso da folha 3.

Fonte: Síntese elaborada pela autora através da base de dados das Atas da Associação Comercial de Passo Fundo, de 1921-1945.



RESUMO DOS PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PASSO FUNDO	
Gabriel Bastos	25/01/1921 e 19/02/1931
Virgílio Porto	12/06/1924
Max Ávila	26/03/1928 e 02/04/1933
Arthur Langaro	02/07/1935 e 05/02/1937 18/02/1938 e 19/02/1940 18/03/1940 e 26/12/1940 07/12/1941
Balduino Gehn	24/01/1943
Olinto Oliveira	30/01/1944 e 25/02/1945
Nicandro Oltramari	10/03/1946

Fonte: Síntese elaborada pela autora através da base de dados das Atas da Associação Comercial de Passo Fundo, de 1921-1945.

**ANEXO H- Quadro de Integrantes da Elite Econômica de Carazinho de 1930 a 1955 conforme Atas da Associação Comercial de Carazinho.**

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Romeu Scheibe	CONVITE			Reunião diretoria em 10/06/1938
Eurico Araújo	CONVITE			
Ernesto Dable	CONVITE			
Olinto Vargas	CONVITE			
Laureano Sehn	CONVITE			
Raimundo Kloeckner	CONVITE			
Aparício Nunes	CONVITE			
Hugo Fetzer	CONVITE			
Theodoro Diefenthaler	CONVITE			
Fioravante Barleze	CONVITE			
Alberico Azevedo	CONVITE			
Lauro Sehn	CONVITE			
Arnaldo Scheibe	Presidente			Ata sem número de 11/03/1942 – eleição da diretoria
Balduino Plaetsch	1º Tesoureiro			
Manoel Osório Menegaz	2º Tesoureiro			
José Cirne Candiota	Representar a Associação Comercial junto à Federação das Associações do RS			19/05/1942
Alencar Pacheco de Lima	Fiscal do Instituto dos Comerciantes			17/08/1942
Arnaldo Scheibe	Presidente			Eleição diretoria- 07/12/1942
Bruno Buchholz	Vice-presidente			
Edgar Kasper	1º secretário			
Antonio Ferreira	2º secretário			
Balduino Plaetsch	1º Tesoureiro			
João Bassani	2º Tesoureiro			
Aparício Nunes	Conselho Fiscal			
Romeu Scheibe	Conselho Fiscal			
Laureano Sehn	Conselho fiscal			
Alexandre Dambrós	Conselho fiscal			
				Em 11 de março de 1943, reclamação contra o

				imposto de indústrias e profissões
Jorge Fonseca Pires	Juiz de Direito da Comarca de Carazinho			Em março de 1943
				Em 30 de julho de 1943, estudo da possibilidade de construção de campo de aviação, formada comissão para estudar assunto
Dr. Eurico Araújo	Presidente			Eleição diretoria para 1944
Dr. Anito Petry	Vice-presidente			
Dr. Edgar Luiz Kasper	1º secretário			
Hugo Fetzer	2º secretário			
Humberto Gobbi	1º tesoureiro			
Ernesto Parmeggiani	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Conselho diretor			
Otero Junqueira	Conselho diretor			
Alfredo P. Schmitz	Conselho diretor			
J. Cláudio Chassot	Conselho diretor			
Augusto Machado	Conselho diretor			
Walter Scherer	Conselho diretor			
Dr. Eurico Araújo	Presidente – reeleito			Eleição diretoria para 1945 – em 10 de janeiro
Eduardo Graeff	Vice-presidente			
Henrique Thormann	1º secretário			
Laureano Sehn	2º secretário			
Balduino Plaetsch	1º tesoureiro			
Armando Barleze	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Conselho fiscal			
Armando Scheibe	Conselho fiscal			
Wilmar Fonseca	Conselho fiscal			
Balduino Lauxen	Conselho fiscal			
Homero Guerra	Conselho fiscal			
Luiz Menezes	Conselho fiscal			
Anito Petry	Presidente			Diretoria de 1946
Otto Gerhardt	Vice-presidente			
Raimundo Neddel	1º secretário			
João Cláudio Chassot	2º secretário			
Armando Scágli Barleze	1º tesoureiro			
Olmiro Ramos	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Conselho fiscal			

Hugo Fetzer	Conselho fiscal			
Wilmar Fonseca	Conselho fiscal			
Aparício Nunes	Conselho fiscal			
Balduino Lauxen	Conselho fiscal			
				Fornecimento de vagões da Viação Férrea para transportar farinha de mandioca e outros cereais (1946)
				Proposta de fechamento do comércio e indústria enquanto as forças permanecessem em Carazinho, devido à brutalidade demonstrada pelas mesmas – 1946
<i>OUTRAS ATAS – AS NUMERADAS, A PARTIR DE 1932</i>				
Garibaldi Battello	Presidente			03 de janeiro de 1932 eleição diretoria
Eduardo Graeff	Vice-presidente			
Pedro Sturm	1º secretário			
Albino Weisheimer	2º secretário			
Camilo Scherer	1º tesoureiro			
J. Albino Gerhardt	2º tesoureiro			
Banco Nacional do Comércio, Banco da Província	Diretores			
Referência ao Governo Provisório sobre o câmbio de exportação				9 de abril de 1932
Alberico Azevedo	Presidente			Abril de 1933 – eleição nova diretoria
Fernando Sudbrack	Vice-presidente			
Raymundo Nedel -	1º secretário			
Oscar Weidlich	2º secretário			
Aparício Nunes	1º tesoureiro			
Albino Gerhardt	2º tesoureiro			
Affonso Camino	Diretor			
Eduardo Graeff	Diretor			
Rosalvo Sherer	Diretor			
Adolfo Stangler	Diretor			
Rob Sehn	Diretor			
Alberico Azevedo – da Associação Comercial				Nomes representantes de segmentos de Carazinho em dezembro de 1933
Lauro Sehn – atacadista				

Arno Lemos Pereira – fazendeiros				
João Bassani – varejistas				
Mobilização de todos para a extinção das taxas bromatológicas que incidem sobre diversos produtos do Estado: banha, milho, cebola, erva-mate, vinho e álcool. Pedido de extinção da taxa de fiscalização e reflorestamento aplicada sobre cada quilo de madeira DEZEMBRO -1934				
Preocupação dos associados e da diretoria da Associação Comercial com o fornecimento de força e luz para o município. Homero Guerra – residindo em POA tem condições de auxiliar neste sentido. Exigem que a Prefeitura se posicione e ajude a conseguir a força e luz necessárias para que o comércio e a indústria tenham condições de se desenvolver. – 1936				
Eduardo Graeff	Presidente			15 de agosto de 1936 – eleição nova diretoria
Fioravante Barlese	Vice-presidente			
Romeu Scheibe	1º secretário			
Albino Sehn	2º secretário			
Aparício Nunes	1º tesoureiro			
Nelson Sambaquy	2º tesoureiro			
Alberico Azevedo	Diretor			
Arthur Fontoura da Motta	Diretor			
Laureano Sehn	Diretor			
Dr. Eurico Araújo	Diretor			
Antonio Augusto Graeff	Diretor			
				Ata de 2/11/1936 referencia à criação de uma taxa de defesa agro-pecuária por parte do governo estadual
				Ata de 10 de março de 1937 – solicitar a elevação de categoria da agencia dos correios e telegráficos da vila em estudo.
				23 de agosto de 1937 – telegrafar para o Presidente Getúlio Vargas solicitando a construção de uma sede própria para o Correio e Telégrafo.
				20 de setembro de 1937 – recebida resposta de Getúlio Vargas sobre a construção dos Correios e Telégrafos
Astrogildo Molina	Inspetor Da Viação Férrea do RGS na região em 1937.			
Intensificadas as tratativas para a construção da estrada Carazinho-Tamandaré				
Romeu Scheibe	Presidente			20 de dezembro de 1937 – eleição de nova diretoria
Eurico Araújo	Vice-presidente			
Ernesto Dable	1º Secretário			
Olinto Vargas	2º Secretário			
Laureano Sehn	1º tesoureiro			

Raymundo Kloeckner	2º tesoureiro			
Aparício Nunes	Diretor			
Hugo Fetzer	Diretor			
Theodoro Piofenthaler	Diretor			
F. Barboza	Diretor			
Alberico Azevedo	Diretor			
Ênfase no problema da deficiência de transporte no Estado do RS				Reunião de 13 de março de 1938
Discussão sobre o impasse na construção da Ponte sobre o Rio Turvo, pois Passo Fundo não quer auxiliar com 50% das despesas. Também início das tratativas para a construção da Usina do Alto Jacuí – comitê liderado por Romeu Scheibe				29 de abril de 1938
A Associação telegrafa ao interventor estadual para dizer do descontentamento em relação à cobrança do Imposto de Vendas Mercantis, considerado abusivo e de prejuízo para o comércio local, diante do excessivo rigor da fiscalização por parte do Inspetor da Fazenda – Heitor Siqueira - que atuou em Carazinho.				4 de agosto de 1938
Devido ao excesso cometido pelo inspetor da fazenda, a associação resolve constituir uma comissão para viajar pelo interior de Carazinho e documentar os abusos sofridos pelos associados. Na mesma reunião exposição das vantagens de se pertencer a um Sindicato dos Empregadores.				8 de agosto de 1938
Registro na ata da satisfação dos membros da Associação pela atuação das classes conservadoras (ROMEUS SCHEIBE e ERNESTO DABLE) no sentido de agilizar junto ao governo do Estado os problemas enfrentados em Carazinho, tais como: O excesso do inspetor junto ao comércio, a melhoria nas estradas, a ampliação de luz e força e também a instalação através da VARIG de um campo de pouso no município.				29 de agosto de 1938

A associação comercial começa a se mobilizar pela construção da estrada Carazinho-Taquarussu, inicialmente junto ao DAER.				20 de outubro de 1938
Romeu Scheibe	Presidente			20 de dezembro de 1938 – eleição nova diretoria
Eurico Araújo	Vice-presidente			
Ernesto Dable	1º secretário			
Olintho Vargas	2º secretário			
José Veríssimo Noronha Filho	1º tesoureiro			
Raimundo Kloeckner	2º tesoureiro			
Bruno Buchholz	Diretor			
Aparício Nunes	Diretor			
Theodoro Diefenthaler	Diretor			
Olmiro Ramos	Diretor			
Ernesto José Annoni	Diretor			
A reunião trata do assunto da cobrança da taxa de longa distancia dos associados, contrariando o contrato firmado com a empresa estatal				13 de fevereiro de 1939
Estudo da possibilidade da instalação de um campo experimental de mandioca. Autorização para que ERNESTO DABLE assumira a liderança nas tratativas de trazer uma agencia do Banco do Brasil para Carazinho.				17 de abril de 1939
A associação começa a gestionar a construção da estrada Carazinho/ Não-me-toque.				31 de maio de 1939
A reunião elenca prioridades: a) força e luz para Carazinho e PFundo; b) construção de estradas de rodagem para a serra sem perda de tempo; c) campo experimental para mandioca; d) falta de pontualidade no pagamento da VFRGS e DAER. Solicitação direta a Getúlio Vargas de mais vagões para a região norte, pois o Chefe do Tráfego Estadual não deu atenção à solicitação, que foi feita muitas vezes.				2 de agosto de 1939
Registro do sistema de viagem: trem 3 vezes por semana direto pra São Paulo.				20 de outubro de 1939
Olmiro Ramos	Presidente			11 de dezembro de 1939 – eleição de nova diretoria
Eurico Araújo	Vice-presidente			

Ernesto Dable	1º Secretário			
Olinto Vargas	2º secretário			
José Noronha	1º tesoureiro			
Raimundo Kloeckner	2º tesoureiro			
Romeu Scheibe	Diretor			
Aparício Nunes	Diretor			
Theodoro Dufenshaller	Diretor			
Bruno Buchholtz	Diretor			
Ernesto Annoni	Diretor			13 de março de 1940 – reunião onde constata a complexidade de se entender as leis vigentes no país. Também o aumento da pauta para exportação de madeiras com o melhoramento da estação da via férrea através da sua ampliação – cobertura da plataforma com uma marquise de concreto armado. Reclamações da ineficiência dos serviços prestados pelos correios e telégrafos
				7 de outubro de 1940 – a Associação envia um telegrama ao DEPUTADO ADMINISTRADOR DO ESTADO para reforço de verba no melhoramento da Avenida Flores da Cunha.
Há uma lacuna de dois anos nas atas, de 1940 passa para 1942, com numeração seqüencial, ou seja, da ata 130, de 1940 passa para a ata 131 de 1942, sem registrar se houve ou não novas eleições de diretoria, apenas se referindo à atuação do vice-presidente em exercício.				
				30 de abril de 1942 – eleições diretoria
José Veríssimo de Noronha Filho	Presidente			
Bruno Buchholz	Vice-presidente			
Ernesto Dable	1º secretário			
Antonio Ferreira	2º secretário			
Raimundo K.	1º tesoureiro			
Arlindo Sehn	2º tesoureiro			
Eurico Araújo	Diretor			
Romeu Scheibe	Diretor			
Theodoro Dief...	Diretor			
Aparício Nunes	Diretor			
Ernesto José Annoni	Diretor			
A Associação telegrafa para Getúlio Vargas manifestando solidariedade diante da situação política por que passa todo o continente Americano				30 de dezembro de 1941



Manifestação de solidariedade ao interventor Cel. Cordeiro de Farias pela sua também solidariedade apresentada a Getúlio Vargas pela situação política do continente americano.				6 de janeiro de 1942
As últimas atas estavam escritas sob o nome de Sindicato da Indústria da Extração de Madeiras, no Estado do RS.				

Fonte: síntese elaborada pela autora, através de dados das Atas da Associação Comercial de Carazinho, de 1930 a 1945.

RESUMO DOS PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CARAZINHO				
Eduardo Graeff	1929-1930 e 1936 a 1937			
Dr. Eurico Araújo	1931-1932 e 1945			
Alberto Azevedo	1933-1935			
Romeu Scheibe	1938-1939			
Olmiro Ramos	1940			
José Veríssimo de Noronha Fº	1941			
Arnaldo Scheibe	1942-1943			
Anito Zeno Petry	1944-1946			

Fonte: síntese elaborada pela autora, através de dados das Atas da Associação Comercial de Carazinho, de 1930 a 1945.

**ANEXO I- Quadro da Situação industrial do município de Carazinho em 1937**

<i>Classe e espécie</i>	<i>Nº de fábricas ou oficinas</i>	<i>Capital</i>	<i>Número de operários</i>	<i>Força motriz em HP</i>	<i>Valor da produção</i>
Indústrias de couros, peles e outras matérias duras do reino animal - cortumes ..	2	642:000\$	132	1,5	1.727:728\$
Indústria de madeira	50	1.584:000	236	790	3.033:733\$
a) Serrarias	2	750:000\$	31	93	1.593:840\$
b) Fábricas de caixas de madeiras					
Metalurgia	8	3.000\$	6	1	48:534\$
a) Ferrarias	1	15:000\$	1	-	16:000\$
b) Fábrica de balanças					
Cerâmicas	8	131:000\$	21	38,5	79:630\$
a) Olarias					
Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos					
Fábrica de Sabão	1	20:000\$	1	-	67:200\$
Fábrica de gasosa	2	11:000\$	1	-	8:750\$
Fábrica de gasosa e soda	1	6.000\$	-	-	9:800\$
Indústria de alimentação					
a) moinho de milho	1	30:000\$	1	10	300:000\$
b) Padaria	1	25:000\$	2	3	83:700\$
c) torrefação e moagem de café	4	105:000\$	6	36	194:678\$
d) Fábrica de cerveja	2	6:000\$	2	-	20:920\$
Indústria do vestuário e toucador					
a) Alfaiatarias	5	35:700\$	13	-	128:655\$
Indústria de mobiliário					
a) Fábrica de móveis	3	33:000\$	6	12	54:520\$
Indústria de edificação					
a) Carpintarias	8	54:800\$	7	34	95:740\$
Construção de Aparelhos de Transporte					
a) selarias.	7	91:720\$	26	6	201:278\$
Produção e transmissão de forças físicas					
Fábricas de gelo	1	60:000\$	2	16	13:670\$

Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústria de luxo Tipografia	1	20:000\$	4	-	15:600\$
Indústria reunidas a) fábrica de cerveja e gasosa	1	10:000\$	-	-	15:000\$
Total geral	109	3.668:220\$	498	1.041	7.304:036\$

Fonte: Fonte: TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Diretoria Geral de Estatística. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 84-85.

### ANEXO J- Quadro da Situação industrial do município de Passo Fundo em 1937

Classe e espécie	Nº de fábricas ou oficinas	Capital	Número de operários	Força motriz em HP	Valor da produção
Indústrias têxteis					
Fábrica de chapéus de palha e vassouras	1	30:000\$	4	-	32:000\$
Fábrica de Vassouras	2	9:000\$	2	-	24:000\$
Indústrias de couros, peles e outras matérias duras do reino animal cortumes	4	13:000\$	3	-	28:800\$
Indústria de madeira					
a) Serrarias	158	6.825:000\$	1.059	3.176	7.455:120\$
b) Fábricas de caixas de madeiras	2	290:000\$	28	75	410:000\$
c) Armadoria	1	12:000\$	1	-	12:000\$
d) Fábrica de Aduelas	1	2:000\$	2	-	10:000\$
e) Tanoaria	1	3:000\$	-	-	5:000\$
Metalurgia					
a) Ferrarias	46	130:800\$	35	8	279:814\$
b) Fábrica de pregos	1	200:000\$	7	22,5	760:000\$
c) Funilaria	15	80:000\$	4	-	132:600\$
d) Oficina mecânica	11	173:100\$	26	27,5	298:600\$
e) Fábrica de máquinas industriais	1	350:000\$	38	35	340:000\$
Cerâmicas					
a) Olarias	15	165:000\$	37	-	127:050\$
b) Marmoraria	1	28:000\$	1	-	16:000\$
Indústria de alimentação					
a) Frigorífico	1	500:000\$	33	65	1.390:000\$
b).Refinaria de banha	1	400:000\$	6	51	720:000\$
c).Fábrica de cerveja	2	20:000\$	5	-	27:000\$
d) padaria, fábrica de massas e torrefação e moagem de café	1	100:000\$	14	12,5	246:500\$
d).Padaria	6	158:000\$	22	35,5	510:000\$
e)torrefação e moagem de café	4	38:000\$	4	11,5	138:000\$
f)moagem de café e descascador	2	250:000\$	16	27	510:000\$
g) fábrica de salame	2	224:000\$	4	-	94:000\$
h)fábrica de salame e lingüiça	1	4: 500\$	2	-	98:000\$
i)descascador de arroz	2	175:000\$	4	26	1.283:000\$
j)fábrica de doces	1	5:000\$	2	-	20:000\$

l)beneficiamento de arroz	1	250:000\$	3	35	275:000\$
k)moinho de trigo	2	130:000\$	10	42	946:000\$
m)moagem de trigo.	1	3.000:000\$	40	160	4.046:000\$
n)fábrica de caramelo	1	40:000\$	6	2	55:000\$
o)beneficiamento de erva mate	1	200:000\$	8	20	960:000\$
Indústria do vestuário e toucador					
a) Alfaiatarias	22	92:300\$	12	-	178:600\$
b) oficina de consertos de calçados	24	51:800\$	2	12	134:600\$
c) fábrica de calçados	1	10:000\$	2	-	12:000\$
d) fábrica de tamancos	1	5:000\$	-	-	6:000\$
e) fábrica de roupas brancas	1	1:000\$	1	-	16:000\$
f) fábrica de chapéus para senhoras	1	2:000\$	1	-	13:000\$
g)tinturarias	1	1:000\$	-	-	3:600\$
Indústria de mobiliário					
a) marcenaria	7	40:000\$	4	5	56:200\$
b) fábrica de cadeiras	1	4:000\$	2	-	12:000\$
c) fábrica de colchões	2	4:000\$	-	-	14:600\$
d)fábrica de móveis	3	63:000\$	14	16	124:000\$
e) fábrica de móveis de vime	1	1:000\$	-	-	7:200\$
Indústria de edificação					
a) Carpintarias	25	94:000\$	8	8	162:400\$
b) pedreiras	2	6:000\$	4	-	30:000\$
c) esquadrias	1	15:000\$	3	16	13:000\$
d) oficina de aparelhos de mármore	1	1:000\$	-	-	14:000\$
e) marmoraria	1	2:000\$	-	-	7:400\$
e) caieira	1	10:000\$	2	-	160:000\$
Construção de Aparelhos de Transporte					
a) selarias	14	103:000\$	9	30	138:400\$
b) correaria	1	1:500\$	-	-	8:000\$
c) fábrica de carroças	1	4:000\$	-	-	5:250\$
Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústria de luxo					
a) Tipografia	3	212:000\$	13	5,5	114:000\$
b) ourivesarias	4	39:000\$	3	-	46:600\$
c) oficina de consertos de jóias e relógios.	1	5:000\$	-	-	10:000\$
Indústria reunidas					
a) fábrica de mosaicos, soleiras e mármore	1	8:000\$	4	2	24:000\$
b) fábrica de cadeiras e louças de barro	1	2:000\$	4	3,5	18:000\$
c) carpintaria e armadoria	1	19:000\$	2	5	40:000\$

d) selaria e sapataria	1	3:000\$	-	-	4:900\$
e) selaria e curtumes	9	42:000\$	3	-	69:140\$
f) carpintaria, atafona e moinho	1	20:000\$	6	10	10:000\$
g) ferraria e carpintaria	3	12:000\$	2	-	27:600\$
h) serraria e moinho	5	180:000\$	33	122	183:000\$
i) serraria e atafona	1	22:000\$	8	20	34:000\$
j) fábrica de cerveja e gasosa	2	812:000\$	34	98	1.013:800\$
k) selaria e sapataria	1	3:000\$	-	-	5:900\$
l) curtume e sapataria	1	4:000\$	-	-	6 :000\$
m) carpintaria e marcearia	1	3:000\$	1	-	3:600\$
n) carpintaria e fábrica de carroças	1	5:000\$	1	2,5	6:400\$
o) curtume, selaria e fábrica de chinelo	1	6:000\$	2	2,5	6:400\$
p) carpintaria e fábrica de tamanco	1	6:000\$	-	-	9:600\$
q) alfaiataria e moinhos de erva mate	1	10:000\$	2	10	15:000\$
Total geral	450	15.663:400 \$	1619	4.185,5	24.272:614\$

Fonte: TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Diretoria Geral de Estatística. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 84-85.